



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**MARIA DAS GRAÇAS BORJA GONDIM DOS SANTOS PEREIRA**

**SALVADOR PÓS-METRÓPOLE:  
URBANIZAÇÃO DISPERSA, SUSTENTABILIDADE E DENSIDADE**

v.1

Salvador  
2017



**MARIA DAS GRAÇAS BORJA GONDIM DOS SANTOS PEREIRA**

**SALVADOR PÓS-METRÓPOLE:  
URBANIZAÇÃO DISPERSA, SUSTENTABILIDADE E DENSIDADE**

v.1

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira

Salvador  
2017

S237 Santos Pereira, Maria das Graças Borja Gondim dos.  
Salvador pós-metrópole: urbanização dispersa, sustentabilidade e densidade /  
Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira. 2017.  
2 v. : il.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura,  
Salvador, 2017.

1. Sociologia urbana - Salvador (BA). 2. Crescimento urbano - Salvador (BA). 3.  
Urbanização - Salvador (BA). I. Corso, Gilberto Pereira.. II. Universidade Federal da  
Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4:316(813.8)

Ficha elaboradora por Eleonora da Silva Guimarães CRB 05/ 912.

É concedida à Universidade Federal da Bahia permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar e vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

**MARIA DAS GRAÇAS BORJA GONDIM DOS SANTOS PEREIRA**

**SALVADOR PÓS-METRÓPOLE:  
URBANIZAÇÃO DISPERSA, SUSTENTABILIDADE E DENSIDADE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em 27 de novembro de 2017.

Gilberto Corso Pereira – Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, Brasil (1999)  
Professor Titular da Universidade Federal da Bahia

Antônio Heliodório Lima Sampaio \_\_\_\_\_  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Brasil (1998)  
Professor Titular da Universidade Federal da Bahia

Luiz Antônio de Souza \_\_\_\_\_  
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2014)  
Pesquisador Associado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia

Silvana Sá de Carvalho \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2006)  
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, Brasil

Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas \_\_\_\_\_  
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília, Brasil (2009)  
Professora da Universidade Federal do Ceará



A Chico SP,  
nascido arquiteto, urbanista desde a primeira bicicleta,  
parceiro de todos os projetos.

A Silvia e Luisa, que a dedicação e o compromisso  
profissional as inspire.

Aos cidadãos da cidade-região de Salvador,  
reflexões para melhores práticas e maiores  
oportunidades.





## AGRADECIMENTOS

Às confluências imprescindíveis:

o reencontro com o prof. Gilberto Corso Pereira, parceiro de outras produções, com delicada e segura orientação, e grandes colaborações;

a banca formada como oportunidade de reverenciar estimados professores e reunir jovens e importantes profissionais cujas contribuições elevaram o padrão desta tese;

a forma de perceber e atribuir valor aos processos urbanos moldados pelos mestres Diógenes Rebouças, Isaias de C. Santos Neto, Heliodório Sampaio e Ana Fernandes;

a longa trajetória profissional no âmbito do governo estadual, cujo retrospecto sobre as dinâmicas urbanas metropolitanas evidenciou o quanto fomos atores e testemunhas das transformações desta cidade-região: Érico Mendonça, Dalva Santana, Inez Garrido, Tereza Chenaud e Wolfgang Reiber, no turismo; Lívia Gabrielli e Mara Castagno, no Desenvolvimento Urbano, e toda a equipe do CRA e SEMA, interlocutores permanentes;

o cumulativo compartilhamento de experiências profissionais com Francisco Santos Pereira e Lenise Vaz Porto, em longa e intensiva prática profissional;

a sincronia com pesquisas e publicações realizadas no período que possibilitaram tanto abrangente quanto aprofundado tratamento dos principais aspectos da estrutura metropolitana;

as trocas e atitudes colaborativas dos colegas do doutorado e equipe do PPG-AU, professores e técnicos;

o acolhimento da equipe do Observatório das Metrôpoles cujas publicações me fizeram antecipar partes da tese;

as cooperações mais que essenciais, da coordenação e dos pesquisadores do LCAD, especial contribuição dos colegas Heibe e Yse, e dos jovens pesquisadores Adriano, Luísa e Matheus;

o encontro acadêmico com Danilo Antônio Viana Lima que se tornou parceiro nas discussões sobre sustentabilidade e ecologia urbana;

os gentis facilitadores de informações e de aprimoramentos Giselda (FIEB-BA), Zuleide (AFA), Amélia Garcez (ADEMI), Antônio Sergio, William e Reinaldo (SETUR), Natássia, Laís (SEDUR), Harlan, Cabussu (CONDER), Geneci (SEMA); Adriana Pires, Pablo Florentino, Gabriel Sobreira e Fernanda SP Souza que se solidarizaram e contribuíram contornando alguns desafios tecnológicos deste trabalho;

o generosa colaboração de revisão da profa. Nídia Lubisco em seu *vol d'oiseau* sobre a tese;

o suporte da torcida de sempre - a família -, desfalcada este ano do componente mais entusiasta; e,

toda a convergência deste fluxo que nos integra em movimento singular,

enfim ... no momento certo, o que tinha que ser...



A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema.

O paradigma perdido: a natureza da natureza (MORIN, 1973, p.27).



SANTOS PEREIRA, M.G.B.G. **Salvador Pós-metrópole: urbanização dispersa, sustentabilidade e densidade**. V1 510 fls., v2 258 fls. il. 2017. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

---

## RESUMO

A pesquisa visa compreender o atual processo de expansão da Região Metropolitana de Salvador, Bahia. Focaliza a produção de tecidos urbanos dispersos e indaga: **na virada do sec. XXI, a conjuntura econômica, a dinâmica urbano-regional, a organização socioespacial e as densidades da urbanização dispersa concorrem para a sustentabilidade e indicam transformações e relações típicas de um processo de transição pós-metropolitano em Salvador?** Especialmente apoiada na conceituação de urbanização dispersa de Reis (2006), e por meio da contextualização socioeconômica, político e ambiental das dinâmicas urbanas, nas diversas escalas de aproximação, busca-se identificar no que o fenômeno local se alinha à transição pós-metropolitana, como caracterizada por Soja (2000). Para as leituras urbanísticas dos tecidos urbanos produzidos toma-se o parâmetro densidade como indicador estratégico e utiliza-se da metodologia de Haupt e Pont (2009), *Spacematrix*, para sistematizar os atributos espaciais do tecido urbano, e do método de análise de imagens aéreas de Campoli e MacLean (2007), dentre outros recursos que mostram a variação da densidade no espaço regional. O produto analítico associado à valorização da dimensão espacial, conforme o *Spatial Turn* de Low (2013), compõe diferencial que subsidia uma leitura prospectiva para o crescimento urbano regional, indica possibilidades para um ordenamento socioespacial sustentável, com inclusão social produtiva, apoiado nas contribuições da ecologia urbana.

**Palavras-chave:** Urbanização dispersa. Tecido urbano. Sustentabilidade. Densidade. Pós-metrópole.

## ABSTRACT

*The research seeks to understand the current expansion process of the Metropolitan Region of Salvador, Bahia. It focuses on the production of disperse urban fabric and questions: **at the turn of the 21st century, factors such as the economic scenario, urban-regional dynamics, social-spatial organization and the densities of the disperse urbanization, contribute to sustainability and indicate transformations and typical relations of a post-metropolitan transition process in Salvador?** Specifically supported by Reis' (2006) conception of disperse urbanization, and through the socioeconomic, political and environmental context of urban dynamics, in diverse scales of approximation, this paper seeks to identify where the local phenomenon aligns to the post-metropolitan transition, as characterized by Soja (2000). The urbanistic readings on urban fabric consider density as the main strategic indicator by using methodologies as Haupt and Pont (2009), Spacematrix, in order to systemize the special attributes of the fabric, and the analytical method for aerial images based on Campoli and MacLean's (2007), besides other resources that show density variation in the regional space. The analytic product combined with valuing the spatial dimension, accordingly to Low's the Spatial Turn (2013), composes a differential that subsidizes a prospective reading on regional urban growth indicating possibilities to a sustainable socio-spatial organization, with productive socio-inclusiveness, supported in the contributions of urban ecology.*

**Keywords:** Disperse urbanization. Urban fabric. Sustainability. Density. Postmetropolis.

## RÉSUMÉ

*La recherche vise à comprendre le processus actuel d'expansion de la région métropolitaine de Salvador, Bahia. Elle se concentre sur la production de tissus urbains dispersés et questionne: **au début du XXI siècle, la conjoncture économique, la dynamique urbano-régionale, l'organisation socio-spatiale et la densité de l'urbanisation disperse mènent à une situation durable et indiquent les changements et les relations typiques d'un processus de transition post-métropolitain à Salvador?** Particulièrement soutenue par la conceptualisation de l'urbanisation disperse selon Reis, 2006, à travers le contexte socio-économique, politique et environnemental des dynamiques urbaines dans des différentes échelles d'approximation, nous cherchons à identifier dans quoi le phénomène local s'aligne à la transition post-métropolitaine, telle que caractérisée par Soja, 2000. Pour les lectures urbanistiques des tissus urbains produites, le paramètre densité est pris en tant qu'indicateur stratégique en utilisant des méthodologies telles que la de Haupt et Pont (2009), Spacematrix, pour systématiser les attributs spatiaux du tissu, et des ressources d'image utilisée de façon similaire par Campoli et MacLean (2007), et d'autres que montrent la variation de la densité dans l'espace régional. Le produit analytique combiné avec la valorisation de la dimension spatiale, d'accord avec le Spatial Turn de Low (2013), compose la différentielle que subventionne une lecture prospective pour la croissance urbaine régionale indiquant les possibilités d'une organisation socio-spatiale durable, avec inclusion sociale productif, soutenue par les contributions de l'écologie urbaine.*

**Mots-clés:** urbanisation disperse; tissu urbain; développement durable; densité; Post-métropole.

## LISTA DE CARTOGRAMAS

Cartograma 1	Espacialização da indústria na RMS, 2015.	215
Cartograma 2	Áreas urbanizadas acrescidas até 1991.	219
Cartograma 3	Áreas urbanizadas acrescidas, 1991/2000.	220
Cartograma 4	Áreas urbanizadas acrescidas, 2000/2010.	220
Cartograma 5	Densidade Demográfica, 1991.	222
Cartograma 6	Densidade Demográfica, 2000.	222
Cartograma 7	Densidade Demográfica, 2010.	222
Cartograma 8	Padrões de crescimento espacial da população em Salvador, 1991/2000.	223
Cartograma 9	Densidade metropolitana, 2010.	224
Cartograma 10	Zoneamento regional e áreas urbanas acrescidas, 1991/2010.	237
Cartograma 11	Zoneamento regional e pontos de concentração populacional, 2010.	238
Cartograma 12	Áreas urbanizadas acrescidas, 1991/2000.	256
Cartograma 13	Áreas urbanizadas acrescidas, 2000/2010.	257
Cartograma 14	Vetores de expansão, Macrorregião Metropolitana de Salvador.	259
Cartograma 15	Vetores metropolitanos e distribuição espacial das concentrações populacionais.	275
Cartograma 16	Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Litoral Norte, Dia Útil.	282
Cartograma 17	Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Litoral Norte, Fim de Semana.	283
Cartograma 18	Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Centro Norte, Dia Útil.	285
Cartograma 19	Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Centro Norte, Fim de semana.	286
Cartograma 20	Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Intermetropolitano, Dia Útil.	288
Cartograma 21	Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Intermetropolitano, Fim de Semana.	288
Cartograma 22	Fluxos diários intrametropolitanos, modos individual e coletivo.	293
Cartograma 23	Relação entre atração e produção de viagens por motivo de trabalho na RMS, 2012.	295
Cartograma 24	Empregos por zona de tráfego, RMS.	295
Cartograma 25	Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe onde se situa a RMS.	305
Cartograma 26	Hidrografia e hipsometria na Região Metropolitana de Salvador.	307
Cartograma 27	Hidrogeologia da Região Metropolitana de Salvador.	308
Cartograma 28	Solos da Região Metropolitana de Salvador e áreas urbanas acrescidas na RMS, 1991/2010.	309
Cartograma 29	Cobertura Vegetal da Região Metropolitana de Salvador.	310
Cartograma 30	Unidades de Conservação na RMS, federal, estadual e municipal. Áreas urbanizadas acrescidas na RMS, 1991/2010.	311
Cartograma 31	Áreas urbanizadas décadas 1991/2000 e 2000/2010, destacadas as áreas de estudo do tecido urbano.	320
Cartograma 32	Localização e distância do apoio urbano.	336
Cartograma 33	Indústria na RMS, implantadas antes de 1991, e áreas de crescimento urbano.	379
Cartograma 34	Indústria na RMS, implantada antes de 1991, e por década, 1991/2000, 2000/2010 e depois de 2010.	379

Cartograma 35	Indústria na RMS, distribuição do emprego da indústria por município.	388
Cartograma 36	Indústria na RMS, com e sem Relação Internacional.	388
Cartograma 37	RMS, <i>buffers</i> da centralidade Iguatemi, cada 5km.	414
Cartograma 38	RMS, <i>buffers</i> da Orla Atlântica, cada 3km.	416
Cartograma 39	Distâncias entre AOH-SC acrescidas na RMS, 1991/2000 e 2000/2010.	427
Cartograma 40	Esquema dos conflitos da expansão urbana e da estrutura geo-ambiental da RMS.	441
Cartograma 41	Esquema <i>Spatial Turn</i> , Bacias hidrográfica.	444



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma do Plano de Pesquisa.	43
Figura 2	Nuvem de palavras, <i>New Urban Agenda</i> , HABITAT III, 2016.	65
Figura 3	Estrutura do sistema socioecológico urbano, determinante e solucionador das mudanças ambientais.	70
Figura 4	Sistema Metropolitano de Salvador.	90
Figura 5	Diagrama sinóptico do desenvolvimento urbano na América Latina.	128
Figura 6	Lefebvre: Eixo das continuidades e rupturas da evolução das cidades.	143
Figura 7	Modo primário exportador: fluxos de capital e produção, área urbanizada, fluxos territoriais.	157
Figura 8	Evolução urbana da cidade do Salvador, inicial até 1957.	159
Figura 9	A Região metropolitana de Salvador, 1973, e a localização no Estado da Bahia.	165
Figura 10	Primeira fase industrial e integração nacional: fluxos de capital e produção, área urbanizada, fluxos setoriais.	171
Figura 11	Segunda fase industrial, turismo e cidade terciária: fluxos de capital e produção, área urbanizada.	174
Figura 12	Vetores de expansão urbana definidos pelo PLANDURB.	182
Figura 13	Eixos de desenvolvimento e corredores de escoamento.	197
Figura 14	Infovias, interiorização de banda larga no estado da Bahia.	213
Figura 15	Vista área urbanizada, Camaçari, Setor Censitário AU 290570105000130.	216
Figura 16	Vista área urbanizada, Camaçari, Setor Censitário AU 290570110000123.	216
Figura 17	Terceira fase industrial, turismo e cidade terciária: fluxos de capital e produção, área urbanizada, fluxos territoriais.	248
Figura 18	Produção pós-crise mundial, 2008: fluxos de capital e produção, área urbanizada, fluxos territoriais.	249
Figura 19	Modelo de Lundgren modificado e ampliado aplicado para a expansão urbana e para residências secundárias na região de Salvador.	252
Figura 20	Esquema trajeto pesquisa transportes vetor Litoral Norte.	282
Figura 21	Esquema trajeto pesquisa transportes vetor Centro Norte.	285
Figura 22	Esquema trajeto pesquisa transportes, vetor Intermetropolitano.	287
Figura 23	Modelo monocêntrico metropolitano.	297
Figura 24	Modelo policêntrico metropolitano.	297
Figura 25	Leitura da RMS com base no Modelo monocêntrico metropolitano.	298
Figura 26	Leitura da RMS com base no Modelo policêntrico metropolitano.	300
Figura 27	Panorama geral da RMS, imagem aérea, 2015.	306
Figura 28	Bacia do rio Ipitanga.	313
Figura 29	Delimitação da Poligonal, Setor Censitário - AU-SC 29057011000130, 1991/2000.	324
Figura 30	Mancha da Área e Ocupação Homogênea – AOH-SC, 1991/2000.	324
Figura 31	Detalhe, fração do tecido urbano para estudo	325
Figura 32	Imagem do Entorno, Área Urbanizada - AU 29057011000130, 1991/2000.	326
Figura 33	Imagem da Vizinhança, Área Urbanizada - AU 29057011000130, 1991/2000;	327
Figura 34	Imagem do Detalhe, Área Urbanizada - AU 29057011000130, 1991/2000.	327
Figura 35	Imagem ortogonal do tecido urbano.	327

Figura 36	Estrutura urbana (Recorte AU 29057011000130).	335
Figura 37	AU 290570105000106, Camaçari.	345
Figura 38	AU 291005705000020, Dias D'Ávila.	345
Figura 39	AU 293070905000097, Simões Filho.	345
Figura 40	AU 293070905000059, Simões Filho.	345
Figura 41	AU 290570110000123, Camaçari, litoral.	346
Figura 42	AU 290650105000065, Candeias, interior.	346
Figura 43	Tecido urbano, Tipo 01, densidade de habitação 20 UH/ha.	371
Figura 44	Tecido urbano, Tipo 02, densidade de habitação 29 UH/ha.	372
Figura 45	Tecido urbano, Tipo 03, densidade de habitação 46 UH/ha.	372
Figura 46	Tecido urbano atípico, densidade de habitação, Camaçari, 17UH/ha.	373
Figura 47	Esquema circular, conectividade inter-setorial.	398
Figura 48	Imagens do material promocional, <i>Vivea Nova Camaçari</i> .	404
Figura 49	Imagens do material promocional, <i>Reserva Camassarys</i> .	405

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	ONU - Perspectivas Mundiais de Urbanização, Revisão 2011, NYC, 2012.	67
Gráfico 2	Comportamento das curvas da população rural e urbana mundial.	67
Gráfico 3	Periodização da evolução da economia brasileira.	150
Gráfico 4	Evolução da população total, urbana e rural, Bahia, RMS, e Salvador 1991, 2000, 2010.	207
Gráfico 5	Evolução da população total, urbana e rural, Salvador, RMS, RMS sem Salvador, 1991, 2000, 2010.	207
Gráfico 6	Motivação para residir em áreas urbanas dispersas, RMS.	276
Gráfico 7	Divisão modal, viagens/dia na Região Metropolitana de Salvador.	279
Gráfico 8	Distribuição modal por classe econômica.	279
Gráfico 9	Evolução dos índices de veículos por 100 habitantes, 2001, 2015, 2030.	292
Gráfico 10	Incremento percentual da população e da frota de veículos, 2001-2014.	292
Gráfico 11	Relação Áreas de Ocupação (AOH) e Áreas Urbanizadas (AU-SC), 1991/2000.	321
Gráfico 12	Relação das Áreas de Ocupação (AOH) e Áreas Urbanizadas (AU-SC), 2000/2010.	322
Gráfico 13	Densidades Populacionais Bruta e Líquida, AU-SC e AOH-SC, 1991/2000.	357
Gráfico 14	Densidades Populacionais Bruta e Líquida, AU-SC e AOH-SC, 2000/2010.	361
Gráfico 15	Tridimensional, relaciona FSI (A. Construção), GSI (A. Ocupação), N (extensão rede viária).	365
Gráfico 16	Padrões do tecido urbano, $X=GSI$ , $Z=FSI$ .	367
Gráfico 17	Relação da rede viária com área do tecido urbano, $X=GSI$ , $Y=N$ .	369
Gráfico 18	Tipologia do tecido urbano, RMS, 1991/2010.	369
Gráfico 19	Tipologia do tecido urbano e densidade de habitação.	370
Gráfico 20	Proporção de TARA e PIL, <i>Spacematrix</i> .	373
Gráfico 21	Indústria na RMS, Distribuição por município, 2015.	381
Gráfico 22	Distribuição do emprego na indústria por município, e RMS sem Salvador.	387
Gráfico 23	Relação entre taxas de crescimento da indústria (empregos), População urbana e Áreas urbanas, 1991/2000.	390
Gráfico 24	Relação entre taxas de crescimento da indústria (empregos), População urbana e Áreas urbanas, 2000/2010.	391
Gráfico 25	Comparativo das taxas de crescimento: da população, da área urbana, indústria.	392
Gráfico 26	Investimento Estrangeiro, Imobiliário e Turismo.	396
Gráfico 27	Investimento em turismo, Capital estrangeiro, 2001/2007.	398
Gráfico 28	Desempenho do mercado imobiliário: Imóveis Residenciais, 1993 a 2015.	403
Gráfico 29	Desempenho do mercado imobiliário: Imóveis Comerciais, 1993 a 2015.	403
Gráfico 30	Taxas de Crescimento Municípios: Área Urbana, População e Densidade Urbana, 1991.	409
Gráfico 31	Taxas de Crescimento Municípios: Área Urbana, População e Densidade Urbana, 2000/2010.	409
Gráfico 32	Evolução das densidades demográficas urbanas, 1991, 2000, 2010.	410

Gráfico 33	Evolução da densidade populacional, RMS, Salvador e Municípios, 1991, 2000, 2010.	411
Gráfico 34	Razão das densidades populacionais 2010/1991: Indicador de evolução.	412
Gráfico 35	Áreas urbanizadas AU-SC (ha), <i>Buffers</i> da centralidade Iguatemi, 1991/2000 e 2000/2010.	414
Gráfico 36	Densidade populacional bruta, AU-SC (hab/ha), <i>Buffers</i> da centralidade Iguatemi, 1991/2000 e 2000/2010.	415
Gráfico 37	Densidade populacional líquida, AU-SC (hab/ha), <i>Buffers</i> da centralidade Iguatemi, 1991/2000 e 2000/2010.	415
Gráfico 38	Áreas urbanizadas AU-SC (ha), <i>Buffers</i> da Orla Atlântica, 1991/2000 e 2000/2010.	416
Gráfico 39	Densidade populacional bruta, AU-SC (hab/ha), <i>Buffers</i> da Orla Atlântica, 1991/2000 e 2000/2010.	417
Gráfico 40	Densidade populacional líquida, AU-SC (hab/ha), <i>Buffers</i> da Orla Atlântica, 1991/2000 e 2000/2010.	417
Gráfico 41	Taxas de crescimento RMS, Salvador, e demais municípios: população urbana, área urbana, densidade urbana, 1991/2000.	419
Gráfico 42	Taxas de crescimento RMS, Salvador, e demais municípios, população urbana, área urbana, densidade urbana, 2000/2010.	420
Gráfico 43	Crescimento populacional Salvador e demais municípios da RMS, 1991/2000.	421
Gráfico 44	Projeção de crescimento de Salvador, 2030.	422

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Comparativo das características da Metrópole e Pós-Metrópole.	115
Quadro 2	Cronologia dos períodos capitalistas nos países centrais e na metrópole liberal-periférica de Salvador.	148
Quadro 3	Transformações de Salvador.	149
Quadro 4	Cronologia da evolução de Salvador, metrópole liberal-periférica.	152
Quadro 5	Comparativo Dimensões de Sustentabilidade: urbanização convencional e ecologia urbana.	446

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Eixos de desenvolvimento, características e corredores de escoamento.	196
Tabela 2	Evolução da população total, urbana e rural, Bahia, RMS, e municípios metropolitanos, 1991/2000 e 2000/2010.	205
Tabela 3	Evolução da população Não Natural e população residente, Bahia, RMS e municípios, 1991/2000 e 2000/2010.	208
Tabela 4	População residentes por nacionalidade, Bahia, RMS e municípios, 1991/2000 e 2000/2010.	209
Tabela 5	Enquadramento das AU-SC no Zoneamento dos PDDU dos municípios metropolitanos.	236
Tabela 6	Áreas urbanizadas acrescidas na RMS, densidade maior que 250hab/km <sup>2</sup> , 1991/200 e 2000/2010.	258
Tabela 7	Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Litoral Norte, 1991/2000 e 2000/2010.	262
Tabela 8	Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Centro Norte, 1991/2000 e 2000/2010.	267
Tabela 9	Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Intermetropolitano, 1991/2000 e 2000/2010.	270
Tabela 10	Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Subúrbio, 1991/2000 e 2000/2010.	273
Tabela 11	Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Sul, 1991/2000 e 2000/2010.	273
Tabela 12	Passageiros em trânsito nos vetores Metropolitanos, valores mais expressivos, agosto 2015.	290
Tabela 13	Crescimento da motorização da população, 2016.	291
Tabela 14	Exemplo: Parâmetros Gerais e Urbanísticos, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).	329
Tabela 15	Exemplo: Integração urbana, Tipologia urbanística e habitacional, Sistema viário, Espaço público, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).	329
Tabela 16	Exemplo: Dados socioeconômicos: população responsável, faixa etária e renda, 1991/2000.	330
Tabela 17	Exemplo: Domicílios, Tipologia Habitacional, Infraestrutura, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).	331
Tabela 18	Exemplo: Proporções e Densidades líquidas e brutas, Populacionais e de Domiciliares, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).	332
Tabela 19	Exemplo: Velocidade de produção do tecido urbano, Índice de Vazios e Densidade do detalhe do tecido, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).	333
Tabela 20	Exemplo: <i>Spacematrix</i> , Parâmetros principais e derivados do tecido urbano, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).	334
Tabela 21	Parâmetros Gerais e Urbanísticos relativos ao lote, 1991/2000.	338
Tabela 22	Parâmetros Gerais e Urbanísticos relativos ao lote, 2000/2010.	339
Tabela 23	Lotes na expansão metropolitana.	340
Tabela 24	Comparativo Médias e Medianas dos Parâmetros Urbanísticos, 1990/2000 e 2000/2010.	341
Tabela 25	Integração urbana, Tipologia urbanística e habitacional, Sistema viário, Espaço público, 1991/2000.	343

Tabela 26	Integração urbana, Tipologia urbanística e habitacional, Sistema viário, Espaço público, 2000/2010.	344
Tabela 27	Áreas urbanizadas RMS, IBGE 1991/2000: Dados socioeconômicos.	348
Tabela 28	Áreas urbanizadas RMS, IBGE 2000/2010: Dados socioeconômicos.	349
Tabela 29	Áreas urbanizadas RMS, IBGE 1991/2000, Domicílios, Tipologia Habitacional, Infraestrutura.	351
Tabela 30	Áreas urbanizadas RMS, IBGE 2000/2010, Domicílios, Tipologia Habitacional, Infraestrutura.	353
Tabela 31	Áreas urbanizadas RMS, IBGE 1991/2000: Densidades Populacionais e de Domicílios.	356
Tabela 32	Parâmetros demográficos e urbanos: RMS, Salvador e municípios metropolitanos, e conjunto dos demais municípios, 1991.	358
Tabela 33	Parâmetros demográficos e urbanos: RMS, Salvador e municípios metropolitanos, e conjunto dos demais municípios, 1991/2000.	358
Tabela 34	Área urbanizadas acrescidas 1991/2000, Densidade de habitação e Velocidade de produção habitacional.	359
Tabela 35	Áreas urbanizadas RMS, IBGE 2000/2010: Densidades Populacionais e de Domicílios.	360
Tabela 36	Parâmetros demográficos e urbanos: RMS, Salvador e municípios metropolitanos, e conjunto dos demais municípios, e taxas de crescimento, 2000/2010 2000/2010.	362
Tabela 37	Área urbanizadas acrescidas 2000/2010, Densidade de habitação e Velocidade de produção habitacional.	363
Tabela 38	Comparativo das Áreas Acrescidas, décadas 1991/2000 e 2000/2010, medianas.	364
Tabela 39	<i>Spacematrix</i> , indicadores principais e derivados.	366
Tabela 40	<i>Spacematrix</i> , agregados por tipo do tecido urbano.	368
Tabela 41	Indústria na RMS, 2015: Distribuição por município.	380
Tabela 42	Indústria na RMS, categorização por CNAE, empregos.	382
Tabela 43	Indústria em Salvador, categorização por CNAE, empregos.	383
Tabela 44	Indústria nos demais municípios da RMS, categorização por CNAE, empregos.	384
Tabela 45	Correlação CNAE e faturamento na indústria.	385
Tabela 46	Emprego na Indústria: Total e Industrias com relação internacional.	386
Tabela 47	Crescimento da Indústria, da População e das Áreas urbanas, por município, 1991/2000.	389
Tabela 48	Crescimento da Indústria, da População e das Áreas urbanas por município, 2000/2010.	390
Tabela 49	Indicadores demográficos e urbanos, RMS, Salvador, demais municípios.	418
Tabela 50	Crescimento populacional municípios RMS: dados e projeções.	421
Tabela 51	Distâncias entre AOH-SC, RMS, 1991/2000 e 2000/2010.	429
Tabela 52	Distância das AU-SC às centralidades: bairro e sede de município.	429
Tabela 53	Densidades populacionais e domiciliares, bruta e líquida (mediana), por década.	437

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BA	Estado da Bahia
BANEB	Banco do Estado da Bahia
BBV	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
BNB/BIRD	Banco do Nordeste / Banco Mundial
BR	Rodovia do sistema viário federal
BRICS	Países emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BTS	Baía de Todos os Santos
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CF	Constituição Federal
CIA	Centro Industrial de Aratu
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD	Conferência das N. U. para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CO <sub>2</sub>	Átomo do Carbono
CODEBA	Companhia das Docas do Estado da Bahia
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
<i>CBSA</i>	<i>Core Based Statistical Area</i>
DFLN	Distrito Florestal do Litoral Norte
DNA	Ácido Desoxirribonucléico
EAD	Ensino a distância
ECO 92	Conferência das N. U. para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio 92
EDUFBA	Editora da UFBA
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO/UN	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FAUFBA	Faculdade de Arquitetura da UFBA
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMLF	Fundação Mario Leal Ferreira
<i>FURs</i>	<i>Functional Urban Regions</i>
HABITAT	Conferência das N. U. para Habitação e Desenvol. Urbano Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INFORMS	Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia
IPPUR-RJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
JK	Juscelino Kubitschek
LA	Los Angeles
LEM	Luiz Eduardo Magalhães
LN	Litoral Norte
MMA	Ministério do Meio Ambiente

MOST	<i>Management of Social Transformations</i>
MSA	<i>American Metropolitan Statistical Area</i>
MSG	<i>Messenger</i> , site de troca de mensagens
NICs	<i>New Industrializing Countries</i>
NYC	Cidade de Nova York
ONU	Organização das Nações Unidas
PC IBM	Computador pessoal da <i>International Business Machines Corporation</i>
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEA	População economicamente ativa
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro SA.
PIB	Produto interno bruto
PMD 82	Plano Metropolitano de Desenvolvimento
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
PUI	Plano Urbanístico Integrado Metropolitano
QGIS	Programa de Georeferenciamento Quantum GIS
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RIO+10 (15)(20)	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento posteriores à Rio 92
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEI	Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia
SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELEBAHIA	Telefones da Bahia AS
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UPF	<i>Urban and peri-urban forestry</i>
USIBA	Usina Siderúrgica da Bahia AS
VLT	Veículo leve sobre trilho
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	27
<b>INTRODUÇÃO</b>	28
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	
<b>1</b>	<b>TEORIA E CONCEITOS FUNDADORES</b> 47
1.1	COMPLEXIDADE, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A VIRADA ESPACIAL ( <i>Spatial turn</i> ) 47
1.2	SUSTENTABILIDADE 58
1.3	METRÓPOLE 74
1.4	PÓS-METRÓPOLE 92
1.5	DISPERSÃO URBANA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS 117
1.6	TECIDO URBANO 129
1.7	DENSIDADE INDICADOR ESTRATÉGICO 132
1.8	SÍNTESE DO CAPÍTULO 136
<b>SEGUNDA PARTE</b>	
<b>DINÂMICAS URBANAS, DO GLOBAL... AO LOCAL</b>	
<b>1</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS: MARCOS E CRONOLOGIA</b> 142
1.1	ANTECEDENTES 142
1.2	A GEO-HISTÓRIA DO ESPAÇO-CIDADE CAPITALISTA EM PAÍSES CENTRAIS 144
1.3	CRONOLOGIA DA EVOLUÇÃO DE SALVADOR: METRÓPOLE LIBERAL- PERIFÉRICA 146
1.4	O URBANO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 153
1.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO 154
<b>2</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DO DESENVOLVIMENTISMO À ESCALA BRASIL, BAHIA e RMS, 1ª e 2ª FASE (1956 – 1985)</b> 155
2.1	ANTECEDENTES 155
2.2	DINÂMICAS URBANAS NA PRIMEIRA E SEGUNDA FASE DO DESENVOLVIMENTISMO: (1956 – 1973), SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E (1973 – 1985), EXPORTAÇÕES DIVERSIFICADAS 160
2.2.1	Contexto socioeconômico, político e ambiental 161
2.2.2	Gestão do território e as dinâmicas urbanas 175
2.2.3	Efeitos das ações privadas 185
2.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO 189
<b>3</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E GLOBALIZAÇÃO À ESCALA BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E RMS (1986 – 2015): CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E AMBIENTAL</b> 191
3.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO POLÍTICO E AMBIENTAL 191
3.2	SÍNTESE DO CAPÍTULO 226

<b>4</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E GLOBALIZAÇÃO À ESCALA BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E RMS (1986 – 2015): GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS DAS AÇÕES PRIVADAS</b>	<b>227</b>
4.1	GESTÃO DO TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS URBANAS	227
4.2	GESTÃO DO TERRITÓRIO E OS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS	235
4.3	EFEITOS DAS AÇÕES PRIVADAS NA RMS	243
4.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	253
<b>5</b>	<b>ESPACIALIDADE METROPOLITANA</b>	<b>254</b>
5.1	ÁREAS URBANIZADAS ACRESCIDAS NA RMS, 1991/2000 E 2000/2010	255
5.2	VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANOS	258
5.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	277
<b>6</b>	<b>CIRCULAÇÃO E FLUXOS METROPOLITANOS</b>	<b>278</b>
6.1	ALGUNS ASPECTOS DA MOBILIDADE NA RMS	278
6.2	FLUXO DE PASSAGEIROS E VEÍCULOS NA RMS	280
6.3	INCREMENTO DA FROTA E OUTRAS LEITURAS	290
6.4	OS FLUXOS E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	296
6.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	299
<b>TERCEIRA PARTE</b>		
<b>TECIDO URBANO NA EXPANSÃO METROPOLITANA 1991/2000 e 2000/2010</b>		
<b>1</b>	<b>ANTECEDENTES: QUADRO AMBIENTAL DA RMS</b>	<b>303</b>
1.1	AMBIENTE NATURAL	304
1.2	CARACTERIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS	311
1.3	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DOS VETORES METROPOLITANOS	313
1.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	318
<b>2</b>	<b>ÁREAS URBANAS ACRESCIDAS NA RMS NAS DÉCADAS 1991/2000 E 2000/2010</b>	<b>319</b>
2.1	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS	319
2.1.1	Procedimentos de levantamento e sistematização: Exemplificação	320
2.2	INTEGRAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO, DADOS TOTALIZADOS POR DÉCADA	337
2.2.1	Análise Qualitativa	342
2.2.2	Análise Quantitativa	347
2.2.3	Tipologia do tecido urbano, <i>Spacematrix</i>	364
2.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	374
<b>3</b>	<b>SETORES ECONÔMICOS E A FORMAÇÃO DO TECIDO URBANO</b>	<b>375</b>
3.1	INDÚSTRIA NA EXPANSÃO METROPOLITANA E O TECIDO URBANO	376
3.2	TURISMO, TERRITÓRIO E O TECIDO URBANO METROPOLITANO	393
3.3	DESDOBRAMENTOS NO SETOR IMOBILIÁRIO E O TECIDO URBANO	399
3.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	407
<b>4</b>	<b>URBANIZAÇÃO DISPERSA NA RMS</b>	<b>408</b>
4.1	ÁREAS URBANIZADAS E A URBANIZAÇÃO DISPERSA	408

4.1.1	Distribuição por buffer, metodologia de JIAO (2015)	413
4.2	INDICADORES DEMOGRÁFICOS E URBANOS: RMS, SALVADOR E DEMAIS MUNICÍPIOS	418
4.3	DIMENSÕES FORMAIS DA URBANIZAÇÃO DISPERSA	423
4.3.1	Índice de Pulverização do crescimento	425
4.3.2	Centralidades e Polaridades	428
4.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	429
<b>5</b>	<b>EXPANSÃO E SUSTENTABILIDADE - A VIRADA ESPACIAL</b>	<b>430</b>
5.1	SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO METROPOLITANO	430
5.2	SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO E PRODUÇÃO URBANA	431
5.3	ÁREAS DE EXPANSÃO METROPOLITANAS E A SUSTENTABILIDADE	435
5.4	A VIRADA ESPACIAL	438
5.5	ECOLOGIA URBANA, OUTRA PERSPECTIVA PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA TRANSIÇÃO PÓS-METROPOLITANA	441
5.6	SÍNTESE DO CAPÍTULO	447
	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>449</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>490</b>
	<b>GLOSSÁRIO</b>	
	<b>APÊNDICES 01 a 05</b>	
	<b>ANEXOS 01 a 07</b>	
	<b>DADOS BIOGRÁFICOS</b>	



## APRESENTAÇÃO

Na perspectiva, a mais abrangente, a escolha do tema da pesquisa está contida na visão da existência como um delicado fenômeno da natureza. Um organismo em movimento visto do cosmos como um “grão de areia”, um “pálido ponto azul” (SAGAN, 1996), preche de vida, espaços e espacialidades onde as espécies viveram, por milênios, em reequilíbrio/reconstrução continuada de muitos ecossistemas, até a implementação de uma mudança ambiental de larga escala empreendida pela espécie humana, estrutural, já reconhecida como uma nova era geológica, o Antropoceno<sup>1</sup>.

O espaço e o território estão no âmago das relações de socialização e produção. A conquista de territórios, para sobrevivência e também para a dominação sobre as demais espécies e intraespécie, alicerça requintado desenvolvimento que tanto cria sutis mecanismos de controle social - como o instituto da propriedade - quanto é capaz de produzir sofisticados equipamentos e até instalar mecanismos de autodestruição do planeta, em segundos, fosse esta massa até 2,5 vezes maior, pondo fim à condição de vida na Terra (HERRERA, 1983).

O fenômeno urbano, em ciclos de organização /desorganização, na contemporaneidade, se manifesta também como um modo disperso de organização territorial que incita à pesquisa ancorada no paradigma da sustentabilidade. Independente da titularidade ou ideologia, governos ou organizações, a crença nas possibilidades de transformação recai no alinhamento de propósitos das pessoas, de suas atuações, individual e coletiva, na expectativa de que outra lógica de organização territorial, sustentável, inclusiva, sistemas urbanos mais eficazes, adaptados aos sistemas socioecológicos, eleve o padrão da urbanização com desdobramentos positivos nos seus efeitos ambientais, socioculturais e econômicos.

---

<sup>1</sup> O termo foi usado pela primeira vez em uma publicação em 2000 por Crtuzen e Stoermer em um informativo do Programa Internacional da Geosfera-Biosfera, refere-se ao período mais recente na história do planeta Terra quando as atividades humanas começaram a ter um impacto global e promoveram mudanças irreversíveis na crosta terrestre.

## INTRODUÇÃO

Cidades são cristalizações do estágio de desenvolvimento das sociedades, fortemente determinadas pelos processos econômicos estão sempre imbricadas com o modo de produção e de acumulação do capital. A economia globalizada com integração mundial de mercados, o salto tecnológico nos meios de informação, comunicação e transportes, as condições sociais diametrais – riqueza e pobreza –, as transformações culturais e o modo de acumulação flexível compõem um novo cenário para a macro estratégia da espacialidade das relações socioeconômicas e da reorganização da divisão internacional do trabalho, a partir das duas últimas décadas do século XX, registrado em todos os continentes, conforme literatura especializada (MARCUSE; VAN KEMPEN, 2000; SASSEN, 1991; dentre outros). A nova espacialidade correlata tem sido interpretada como um novo fenômeno, que difere da metropolização correspondente ao modo de acumulação intensiva e de produção industrial tipo fordista, uma transição para algo que está a se formatar, uma transição pós-metropolitana (SOJA, 2000). Este novo padrão da organização socioespacial é estudado por muitos autores e recebe variadas denominações, aqui adotado o termo: urbanização dispersa (REIS, 2006). Este fenômeno altera a paisagem, deixa vazios urbanos, força a eliminação de cobertura vegetal, incrementa o consumo de energia e tempo, - imposto pelos deslocamentos de longa distância -, suprime progressivamente a distinção do espaço rural-urbano e produz consequente desmonte de referenciais urbanísticos e simbólicos de comunidades tradicionais. Alcançada pela dinamização do capital internacional, nos principais setores econômicos representados na região, – a indústria, o turismo, e o mercado imobiliário –, e, considerado o esgotamento de terras a urbanizar no município de Salvador (IBGE, 2010), a Região Metropolitana de Salvador (RMS), registra dinâmicas urbanas recentes no espaço regional. A pesquisa proposta busca compreender este processo de reestruturação socioespacial da RMS, focalizando a urbanização dispersa, e indaga se **na virada do século XXI, a conjuntura econômica, a dinâmica urbano-regional, a organização socioespacial e as densidades da urbanização dispersa concorrem para a sustentabilidade e indicam transformações e relações típicas de um processo de transição pós-metropolitano em Salvador?**

## Estado da Arte

Dois universos distintos, o rural e o urbano, se interpenetram com claro pendor para aculturação do universo rural pelo urbano devido à ação invasiva de agentes promotores da produção urbana: indústria, empreendimentos imobiliários, do comércio e serviços, e, dado ao alcance dos novos meios tecnológicos de informação e comunicação e transportes. Ressalte-se que, em cada cidade, cada região, as circunstâncias são diferenciadas.

Marcuse e Van Kempen (2000) pressupõem uma nova forma de organização espacial, outros se posicionam de modo controverso, como Choay (1992), que compreende o que está ocorrendo como uma mutação, um processo de mudança contínuo que tende a uma realidade diferente do que é cidade e campo. De modo sintético, são exemplificadas situações nos diversos continentes.

Na América do Norte, EUA, a urbanização dispersa caracteriza três momentos: o primeiro, corresponde à suburbanização, posterior à II Guerra mundial, com financiamento do estado, gera extenso território de ocupação continuada, a exemplo das regiões de Los Angeles e de Boston/Nova York (GOTTIDNER, 1993); o segundo, o *mall*, correspondente à expansão dos *shopping centers* nas décadas de 1960 e 1970, um padrão de multicentralidades; e, o terceiro, corresponde às *Edges Cities* (cidades limite, cidades de contorno), terceira onda do estilo de vida americano (GARREAU, 1991).

Campoli e Maclean (2007, p. vii) explicam que:

[...]. Para muitos americanos densidade está associada à feiura, aglomeração e congestão, embora possa ser demonstrado que quando planejada e executada adequadamente, densidades elevadas podem poupar terra, energia e dinheiro.

Este componente cultural associa baixas densidades à prosperidade econômica e justifica a não aceitação do modelo de concentração urbana neste país, exceto em recente tendência de refluxo aos centros urbanos, quando o argumento a favor da densificação está associado à busca de um padrão de vida mais integrado, um estilo de vida urbano.

Na Europa, os estudos da urbanização dispersa têm início com os pesquisadores italianos INDOVINA (1990) e SECCHI (2006). Secchi denominou de *cittá diffusa* a urbanização dispersa no território, após constatar que as áreas peri-urbanas das cidades europeias cresceram quatro vezes mais rápido do que as áreas urbanas centrais. A imposição de restrições a processos

especulativos nos vazios urbanos e a busca de novas proposições para os espaços residuais do tecido urbano constituiu-se na estratégia europeia de enfrentamento a este fenômeno (PEER-PLUREL, 2011).

No continente asiático o processo não difere. Exemplifica a estratégia da China com a integração de nove cidades, entre as cidades de Guangzhou e Shenzhen, assumindo os interstícios como parte de uma megacidade, formando uma única, que totaliza 42 milhões de habitantes e abrange área de 26 mil quilômetros quadrados, com a integração de todos os sistemas urbanos das nove cidades envolvidas (FOSTER; MOORE, 2011).

A América Latina apresenta um perfil majoritariamente urbano com 75% da população vivendo em cidades. Segundo Entrena, algumas megacidades latino-americanas, inclusive as duas maiores, São Paulo e México, apresentam ritmo menor de crescimento urbano e encontram-se em forte transformação em função de muitos processos simultâneos: a polarização social nos extremos, com segregação espacial; processos de degradação social como a violência e a deterioração ambiental; infraestrutura insuficiente; e outros, como o desemprego, a informalidade, as mudanças no tamanho e nas relações familiares. No continuado processo de crescimento dos estados periféricos, a abertura de novas fronteiras econômicas realimenta o processo de dispersão (ENTRENA, 2003).

No Brasil, as mudanças ocorridas nos setores industrial, agropecuário e comercial entre os anos 80 e 90, e o modo como tais mudanças qualificaram o processo de urbanização brasileira, com novos arranjos surgidos desde então, balizaram novas articulações regionais (IPEA, 2001). O censo de 2000 constata a taxa de urbanização brasileira de 81,2%, revelando o peso da concentração da população nas metrópoles, nas aglomerações urbanas e nos centros regionais de maior ou menor porte<sup>2</sup>.

Reis explicita que a dispersão nas cidades brasileiras se caracteriza pelos seguintes aspectos: esgarçamento do tecido dos principais núcleos urbanos em suas periferias; formação de

---

<sup>2</sup> Das cidades brasileiras, segundo classificação do REGIC – Regiões de Influência de Cidades, 2007, destacam-se 11 regiões metropolitanas relevantes: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Belém, Aracaju, Grande São Luís, Campinas, Grande Vitória, Baixada Santista e Fortaleza. Cinco são os critérios considerados para esta classificação: 1) classificação do centro urbano principal como metrópole nos estudos de rede urbana nacional; 2) população total da região metropolitana superior a 1 milhão de habitantes; 3) densidade demográfica total de, no mínimo, 600 hab/km<sup>2</sup> na região metropolitana; 4) taxa de urbanização da região no Estado, superior a 20%, para o conjunto da região metropolitana proposta; 5) participação percentual no PIB Estadual, superior a 10% ou uso do indicador da PEA ocupada nas atividades tipicamente urbanas (comércio, serviços e indústria), nesse caso correspondendo a mais de 65% da PEA (BAHIA, Bahia Urbana, 2011, p.9).



constelações ou nebulosas de núcleos urbanos e bairros isolados em meio ao campo, de diferentes dimensões, integrados em uma área metropolitana ou em um conjunto de sistemas de áreas metropolitanas; mudanças no transporte diário intrametropolitano de passageiros que transformou as vias de transporte inter-regionais de tal modo que estas se transformaram em grandes vias expressas inter e intrametropolitanas; difusão ampla de modos metropolitanos de vida e de consumo, também estes, dispersos pela área metropolitana ou pelo sistema de áreas metropolitanas (REIS, 2006).

Outras características da dispersão brasileira são citadas por Mancini: expansão ilegal com exclusão social; informalidade no uso do solo implicando na concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras; negligência do Estado na formulação de políticas urbanas e regulação (MANCINI, 2008). Quando associada ao fenômeno da expansão ilegal e exclusão social, a urbanização dispersa, para este segmento, corresponde ao uso e ocupação das áreas menos indicadas à urbanização, espaços residuais e áreas de proteção e risco ambiental. Na forma de ocupações ilegais, ocasionam erosões do solo, enchentes, desabamentos, poluição dos mananciais de abastecimento, com comprometimento das condições ambientais urbanas, de modo generalizado, e evidenciam o distanciamento do Estado na implementação de políticas públicas urbanas.

No Estado da Bahia, a área do sistema metropolitano de Salvador corresponde ao espaço potencial de expansão urbana, cuja regulação e potencialidade organizativa dependem de melhor apropriação do conhecimento das dinâmicas urbanas regionais, seus condicionantes e fatores influentes. Este processo de urbanização dispersa sinaliza a importância de revisão dos instrumentos de regulação, gestão territorial e ambiental, principalmente, de uma concepção espacial propositiva para o modelo de desenvolvimento urbano-ambiental desta grande área que contemple a passagem da análise econômica para a análise urbana (REIS, 2006).

O dilema urbano no sec. XXI, agora fortemente conectado a processos globais influentes na especialização do território, depende, mais que antes, de estrutura multi e interdisciplinar de planejamento, para conduzir a construção coletiva da visão de futuro, com envolvimento dos diversos atores e aportando tecnologia para dar suporte à inovação, focalizando na ênfase do desenvolvimento com justiça social e conservação ambiental para qualificá-lo como desenvolvimento inclusivo e sustentável.

## Justificativa

A atualidade do tema - Urbanização Dispersa - mobiliza muitos centros de pesquisa. No Brasil, em especial, o grupo conduzido pelo Prof. Nestor Goulart Reis Filho, grandes institutos como o IPEA e o IBGE, entidades especializadas como o Observatório das Metrôpoles<sup>3</sup>, além de Universidades.

Considerando que uma das principais características deste fenômeno é a formação de áreas de tecido urbano nas periferias das cidades e o surgimento de ocupações com múltiplas formas de utilização, em pontos isolados, entre várias cidades, justifica-se a necessidade de conhecer as particularidades deste processo na RMS e o tecido urbano que está sendo produzido, uma categoria urbanística relevante, pouco pesquisada, ainda uma incógnita.

Na avaliação de Reis (2006) são muitos os modelos explicativos sobre a emergência de novas modalidades de organização territorial como parte de mudanças sociais, mas, poucos são aqueles que focalizam a organização material do espaço urbano. A maior parte dos estudos se mantém em níveis muito gerais e as particularidades da produção do tecido urbano, sua complexidade, bem como as relações com as alterações na vida cotidiana, carecem de estudos e pesquisas.

Sustentabilidade constitui-se em focalização transversal em todo o trabalho, visto que, embora a adoção crescente deste paradigma nos diversos campos da produção científica (BURSZTYN, 2004), pesquisas continuadas são necessárias, especialmente para enfrentamento da complexidade das questões urbanas. O conceito de sustentabilidade perpassa as escalas de aproximação – regional e intraurbana –, na análise de suas dimensões, e alimenta a reflexão crítica e prospectiva sobre o desenvolvimento urbano metropolitano.

O parâmetro densidade como conceito multivariado e multiescalar (HAUPT; PONT, 2009), ganha protagonismo na leitura do tecido urbano das áreas urbanizadas acrescidas, objeto de estudo. A possibilidade de maior conexão entre o dado quantitativo e a forma urbana, demanda por pesquisa continuada e experimentação metodológica.

A progressiva degradação ambiental e os efeitos socioespaciais inerentes ao modo de produção de espaços urbanos, colocados numa abordagem sob o grifo da sustentabilidade,

---

<sup>3</sup> INCT, Observatório das Metrôpoles – grupo que o autor passou a integrar no curso desta pesquisa com participação em duas publicações.

agregam novas possibilidades de tratamento do fenômeno da urbanização dispersa, de identificação de soluções urbanísticas que aproximem a relação Sociedade-Natureza.

## Definição do Problema

A perspectiva de manutenção da urbanização dispersa como padrão para a expansão das cidades, com produção continuada e extensiva de tecido urbano, que avança sobre o espaço rural, com ocupações entremeadas de grandes vazios, implantadas à revelia da regulação da organização territorial e do planejamento ambiental, motiva a formulação do seguinte problema de pesquisa:

**Na virada do século XXI, a conjuntura econômica, a dinâmica urbano-regional, a organização socioespacial e as densidades da urbanização dispersa concorrem para a sustentabilidade e indicam transformações e relações típicas de um processo de transição pós-metropolitano em Salvador?**

## Questões Orientativas

A imbricação dos processos urbanos e econômicos regidos e integrados a nível global, o estágio de desenvolvimento tecnológico, o mundo digital e virtual, vêm criando novos espaços de relações, que não o território, e afetando fortemente os sistemas urbanos. À macro conjuntura fica o papel de grande campo de forças onde se inserem os processos urbanos, e, a análise, à escala regional e local, focaliza apenas categorias específicas do urbanismo. Explicitados os campos de interesse foram definidas as perguntas norteadoras da pesquisa:

a) qual a influência do contexto socioeconômico, político e ambiental, na dinâmica urbana contemporânea de expansão da RM de Salvador, nas diversas escalas de aproximação, e qual o papel dos instrumentos regulatórios?

b) quais as características dos padrões físicos do tecido urbano, produzidos na RMS, 1991/2000 e 2000/2010, e qual a influência dos setores econômicos mais expressivos na RMS?

c) que sinalizam as densidades ante o quadro ambiental na perspectiva do planejamento sustentável?

## Objetivo Geral

A pesquisa proposta com o título – Salvador Pós-Metrópole: Urbanização Dispersa, Sustentabilidade e Densidade – tem como objetivo geral compreender o processo de expansão metropolitana, identificando as tendências da reestruturação socioespacial ante as condições da macroconjuntura realinhada a partir das duas últimas décadas do século XX. Especificamente, o fenômeno urbano, ordenamento e gestão territorial, será analisado na perspectiva da sustentabilidade, da caracterização do tecido produzido, com ênfase no parâmetro densidade, estratégico para subsidiar a formulação de políticas públicas e proposições no âmbito das práxis do arquiteto urbanista.

## Objetivos Específicos

A estruturação da resposta à questão problema tem os seguintes objetivos específicos: a) compreender a influência da conjuntura socioeconômica, nas distintas escalas – global, nacional e local –, sobre os processos urbanos contemporâneos quanto à organização socioespacial, à gestão e regulação territorial na RMS; b) caracterizar os padrões físicos dos novos tecidos urbanos da expansão metropolitana, tomando o parâmetro densidade como referencial para as leituras urbanísticas; c) identificar a partir do conhecimento do quadro ambiental e das densidades qual a perspectiva para o planejamento urbano sustentável?

## Hipóteses

Em sintonia com Lefebvre, Harvey afirma não existir uma política do espaço independente das relações sociais, desde que a produção do espaço é um fenômeno econômico e político e a reorganização do espaço é sempre uma reorganização da estrutura de poder.<sup>4</sup> (HARVEY, 1989). Os processos urbanos recentes estimulam novos modos de vida, mobilidade ampliada, cotidiano em escala metropolitana, alteração nas relações de espaço público e privado (*shoppings*), mas também, os espaços da diferença e da exclusão.

Confirmando o que Lefebvre e Harvey afirmam, supõe-se que a RMS passa por uma transição, de intensidade moderada, para uma nova ordem urbana, um padrão pós-metropolitano, como caracterizado por Soja, 2000. Ou seja, não mais, exclusivamente, relações típicas

---

<sup>4</sup> O Estado é a unidade geográfica no período mercantilista, enquanto no liberalismo a unidade geográfica é a propriedade privada.

metropolitanas são observadas: fluxos pendulares intensos cotidianos para deslocamentos casa-trabalho em distâncias de até 30 km, crescimento da periferia contígua à área urbana da sede metropolitana, força de expansão oriunda da base econômica da sede metropolitana e força de atração mantida pela discrepante concentração do comércio e serviços (SANTOS, 1956).

O projeto de industrialização do Estado, idealizado como um modelo de “desconcentração concentrada” integrou os municípios mais próximos da capital ao plano de desenvolvimento econômico estadual, condicionando o modelo de desenvolvimento da RMS. Entretanto, a infraestrutura urbana, descompensada, desencadeou tanto a convergência e o fortalecimento da sede regional, quanto firmou ou desestimulou o desenvolvimento urbano das outras municipalidades. A partir do final do séc. XX, a localização do emprego, o valor progressivo da terra urbana, a ampliação dos meios de circulação e de comunicação, a implantação progressiva de infraestrutura, foram o bastante para que, houvesse condição do desencadeamento do processo de urbanização dispersa como modo predominante da expansão metropolitana.

Para cada uma das perguntas orientativas da pesquisa foram formuladas hipóteses. Sublinha todas estas questões a importância das escalas de abordagem, fundamental nas análises sobre a tensão entre urbanização, sustentabilidade e densidade. À escala internacional e nacional, correlações com este processo podem remontar, historicamente, a longo tempo atrás. À escala regional/estadual e da RMS supõe-se que políticas públicas não tenham ainda sido estruturadas para dar suporte a este fenômeno, e menos, que tenham internalizado as dimensões da sustentabilidade. Além disto, a urbanização dispersa vem sendo tratada como intensificação do processo de metropolização e menos como um modo novo de organização socioespacial.

A questão (a) interroga: Qual a influência dos contextos socioeconômico político e ambiental, nas diversas escalas de aproximação, e o papel dos instrumentos regulatórios, no processo de expansão metropolitano da RMS?

A hipótese é de que o acúmulo da história participa fortemente na organização do território direcionando os processos de expansão urbana/metropolitana, e, as transformações, que decorrem da reestruturação do modo de produção e de acumulação capitalista, induzem novos processos, novas camadas sobre o território, que com suas peculiaridades interagem e transformam o pré-existente. Devido à relativa pequena pujança da economia da RMS, fortemente abalada pela crise de 2008, não se espera ocorrências de localizações inusitadas forçando outras centralidades na

RMS. Os processos urbanos recentes, embora o caráter de novação da produção de tecidos dispersos, tendem a se apoiar nas sedes municipais que vêm se diferenciando, atuando como centralidades efetivas, renovadas no seu papel regional. Presume-se quanto às políticas públicas municipais, estaduais e federais que estas são estimuladoras, direta e indiretamente, de iniciativas empresariais de diversas origens que, devido à oferta do emprego, são os principais condicionadores da convergência de população e, portanto, promotores do processo de urbanização dispersa. Quanto aos instrumentos de gestão urbana e de regulação, imagina-se que sejam aplicados com baixo controle efetivo e devem ser identificadas implantações discordantes do estabelecido nos instrumentos de gestão, ou seja, debilidade dos padrões de controle do Estado, em todos os níveis, sobre o espaço urbano, sobre as práticas de sua produção e gestão (REIS, 2006).

A pergunta (b) investiga: Quais as características dos padrões físicos dos tecidos urbanos produzidos na RMS, 1991/2000 e 2000/2010?

A presunção é de que novos padrões de tecido urbano, novas formas de espacialização - áreas de urbanização distanciadas e isoladas, que se integram ao sistema urbano como partes de um todo -, com diversificadas tipologias de fracionamento da terra, novos arranjos urbanísticos, novas formas de organização do mercado imobiliário - empreendimentos de múltiplos usos; novos padrões de projeto, novas formas de conjuntos urbanísticos, novas modalidades de gestão do espaço com formas condominiais diversas e complexas - loteamentos fechados, condomínios horizontais para residências e fábricas, e projetos de desenvolvimento urbano devem ocorrer, mas fortemente, supõe-se que se encontra a reprodução do padrão urbano de fracionamento e densificação num universo rural.

A pergunta (c) indaga: O que sinalizam as densidades e o quadro ambiental na perspectiva do planejamento sustentável?

A hipótese sinaliza um padrão insustentável: carência de planejamento regional; fragilidade na regulação territorial; incompreensão dos gestores e planejadores sobre a importância da incorporação dos valores ambientais, para introduzir inovação na organização territorial. Novo padrão de ordenamento socioecológico, tendo a densidade como elemento sensor de desempenho para os ecossistemas e a produção, bem como ferramenta a serviço da realização do planejamento sustentável é previsível.

As respostas às perguntas orientativas focalizam os conhecimentos mais aprofundados que serão construídos sobre a investigação da questão-problema formulada: as transformações metropolitanas no decurso dos processos de expansão urbana instalados, e se estas sinalizam uma transição da estrutura socioespacial da RMS e em que direção.

## Aspectos Metodológicos

Seguem elencados os recursos metodológicos que, no conjunto, permitiram repensar a questão das relações entre a urbanização dispersa, sustentabilidade e densidade a partir dos referenciais da Região Metropolitana de Salvador.

### Delimitação do estudo

O recorte espacial do estudo corresponde à Região Metropolitana de Salvador, formal, instituída em 1973, composta atualmente por treze municípios<sup>5</sup>. O interesse se concentra na expansão metropolitana, nos fluxos metropolitanos, nas ocupações urbanas e na conformação do tecido urbano produzido, a partir das duas últimas décadas do sec. XX, com foco no modo de organização territorial, nas relações de sustentabilidade e nas densidades.

O tratamento das escalas é estratégico na abordagem desta pesquisa. À escala macro e regional serão analisados: os efeitos territoriais, ambientais, a relação com as densidades (onde couber), o contexto socioeconômico, a gestão territorial e ambiental, e outras caracterizações da região à exemplo do quadro ambiental, da mobilidade e fluxos de transportes da RMS, dentre outros. À escala intraurbana serão identificados e caracterizados os aspectos tipológicos do tecido urbano disperso, analisados, quantitativa e qualitativamente, com apropriação de parâmetros, formas de parcelamento, e outras caracterizações possíveis da produção urbana recorrente, neste território, e representativa dos principais agentes de transformação do espaço (mercado formal e informal).

---

<sup>5</sup> Em 1973, a RMS foi instituída com 08 municípios; em 1985 e 1990 os municípios de Dias D'Ávila e Madre de Deus foram emancipados; em 2008, São Sebastião do Passé e Mata de São João foram incorporados; e, em 2009, o município de Pojuca passou a integrar a RMS que passa a ser composta por treze municípios.

## Plano de Pesquisa

O referencial teórico que dá suporte ao desenvolvimento da pesquisa foi organizado segundo a abrangência do mais geral ao específico, ora focalizando um aspecto particular ou em associação a outros conceitos para melhor precisar o conteúdo a enfatizar.

O levantamento de informações para a contextualização da evolução metropolitana percorreu de modo abrangente os períodos correspondentes aos distintos modos de organização de produção da economia – agroexportador, desenvolvimentismo, acumulação flexível e globalização da economia –, desde a formação da cidade do Salvador até o período do recorte temporal da pesquisa, ressaltando os marcos acumulados na história e os fatores determinantes do desenvolvimento da RMS.

Dado básico para o início da pesquisa foi a identificação das Áreas Urbanizadas (AU-SC) acrescidas nos censos do IBGE de 1991/2000 e 2000/2010 e seu georreferenciamento, a partir das quais foi definida a estratégia de aprofundamentos dos estudos e levantamentos necessários à construção das respostas à questão geral e questões orientativas da pesquisa.

As imagens de 2010, que abrangem as AU-SC acrescidas dos municípios integrantes da RMS, disponibilizadas pela CONDER na escala de 1/10.000, com boa legibilidade de aproximação (até a escala 1:1000), complementadas com as imagens do *Google Maps*, *Google Earth*, *Google Hibrid* e *Street View*, permitiram avaliar a evolução das manchas da urbanização dispersa. As imagens, associadas a dados ambientais, socioeconômicos e de infraestrutura, possibilitaram identificar as polarizações, os eixos estruturantes da circulação, a evolução das ocupações, suas características urbanísticas e a correlação com o crescimento dos setores econômicos mais dinâmicos na Região.

Questão (a). Foram recursos para a construção da resposta à esta questão: a pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo o contexto socioeconômico, político e ambiental, a gestão territorial e os efeitos territoriais (socioeconômicos, ambientais, espaciais e territoriais). Foram de especial relevância as políticas e planos das diversas esferas de governo: os planos da macro política nacional, os Planos Setoriais com definição de grandes investimentos para a RMS; o *Plano Metropolitano de Desenvolvimento - PMD 82*; os dados dos *Censos Demográficos do IBGE* que permitiram caracterizar as Áreas Urbanizadas incorporadas nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010 e os vetores de expansão metropolitanos; os *Planos Diretores de Desenvolvimento*



*Urbano dos Municípios* integrantes da RMS, em especial o zoneamento e macrozoneamento, referência para o comparativo das áreas acrescidas e das concentrações populacionais visando à detecção da aderência da produção urbana aos instrumentos regulatórios e ao controle da expansão metropolitana.

Questão (b). A expansão metropolitana foi caracterizada por meio das Áreas Urbanizadas (AU-SC) acrescidas, registradas na base de dados do IBGE, 1991/2000 e 2000/2010, georreferenciadas. O quantitativo do crescimento, em área, foi apropriado por década e por vetor de expansão. Outras apropriações foram possíveis por meio das imagens disponíveis (*Street View*), associadas a dados disponíveis nos *Censos Demográficos do IBGE*, em pesquisas concluídas no período de elaboração da tese, e pesquisas e sondagens complementares realizadas como: perfil socioeconômico da população por setor censitário, análise da circulação de transportes coletivos e veículos particulares, por vetor de expansão urbana, complementar à *Pesquisa de Mobilidade na RMS* (SEINFRA, 2012), que possibilitou a comparação da expansão metropolitana com os modelos de circulação monocêntrico e policêntrico (RAW, 2001); e, a sondagem acerca da motivação por residir em áreas urbanas dispersas bem como a articulação dessas áreas aos meios de transportes.

Dentre as Áreas Urbanizadas (AU-SC) acrescidas, de modo a se obter uma representatividade dos processos de produção das ocupações, foram selecionadas áreas de estudo conforme os critérios: primeiro, áreas que apresentam densidade superior a 250 hab/km<sup>2</sup>, portanto, com um mínimo de organização urbana; segundo, após a detecção dos vetores de expansão, e considerando os eixos estruturantes dos vetores como eventuais elementos de segregação e diferenciação do uso e ocupação do solo, foram escolhidas as áreas de estudo, em ambas as margens dos vetores de expansão regional.

Nas áreas de estudo selecionadas, nos respectivos setores censitários, foram demarcadas as Áreas de Ocupação Homogênea (AOH-SC) que representam a porção deste setor censitário efetivamente ocupado. Nestas AOH-SC, foi delimitada uma porção do tecido urbano<sup>6</sup>, um polígono de estudo do tecido, para caracterização tanto quantitativa quanto qualitativa do padrão da urbanização. Utilizou-se de metodologia de análise qualitativa (CAMPOLI; MACLEAN 2007), baseada em imagens de aproximação sucessiva do objeto de estudo: a vizinhança, o

---

<sup>6</sup> Haupt e Pont (2009) referem a áreas que divergem entre autores, de 1 a 3ha e até 8ha.

entorno e o detalhe do tecido urbano disperso. Outras imagens aéreas, tomadas em datas distintas, foram utilizadas para caracterizar o ritmo de apropriação do território, recursos do *Street View* e a visualização dos elementos básicos da estrutura urbana. Os parâmetros urbanísticos dos novos tecidos urbanos foram extraídos das imagens ortogonais do polígono de estudo.

Valorizou-se a apropriação das densidades das Áreas Urbanizadas dos setores censitários (AU-SC), das Áreas Ocupadas Homogêneas (AOH-SC) e do tecido urbano, visto ser, o comportamento das densidades, uma das características a comprovar o modo disperso de urbanização. Foram calculadas as densidades e os parâmetros urbanísticos do lote e do tecido urbano, estes conforme a metodologia do *Spacematrix* (HAUPT; PONT, 2009), que potencializa a apreensão de outras relações da forma urbana a partir do parâmetro densidade, indicador estratégico, multivariado e multiescalar. Com esta metodologia foi possível ainda correlacionar densidades em diferentes escalas (TARA) e quantificar percentualmente a parcela de área privada equivalente (PIL), disponível para ocupação. Por fim, buscou-se identificar o comportamento das densidades no espaço regional detectando a sua variação no *urban sprawl* (JIAO, 2015).

Questão (c). A partir dos dados das densidades levantados buscou-se identificar em publicações específicas soluções para o planejamento urbano sustentável, e, foi tomado como referencial de prática sustentável o *Masterplan de Istambul - Arnavuktöy*. Este plano utiliza o conceito de sustentabilidade na sua integralidade e, em especial, propõe soluções que integram a produção urbana ao ciclo funcional de sistemas ecológicos, uma produção interdisciplinar. Destaque-se a elevação do espaço como elemento condicionador das proposições, recolocando a importância do urbanismo. Para a composição do quadro ambiental metropolitano foram utilizados documentos e mapas temáticos extraídos de informações do MMA, INEMA, SEI, IBGE 1991/2000 e 2010, *Google Physical*, Catálogo de Imagens SRTMDA/EMBRAPA, *Plano Diretor do CIA*, SEMA. Apoiado no Quadro Ambiental, em aproximação sucessiva, foi caracterizada a condição ambiental nos vetores de expansão e nas áreas urbanizadas acrescidas.

## Tratamento dos Dados

A pesquisa bibliográfica, relativa ao referencial teórico, responde aos aspectos conceituais necessários à abordagem das questões orientativas e às informações sobre o estado da arte do

fenômeno urbano, ao qual estão associadas as transformações metropolitanas de Salvador, reunidos na 1ª Parte deste documento.

Os dados, estudos, levantamentos, mapeamentos que respondem às questões da pesquisa foram sistematizados de forma que: para a primeira questão, as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e documental geraram textos sobre as dinâmicas urbanas, de acordo com a marcação dos períodos econômicos e das escalas de aproximação das leituras, complementadas com os mapeamentos necessários para a verificação da efetividade dos instrumentos de regulatórios; para a segunda questão, as leituras do tecido, foram tratadas de modo a extrair, dados quantitativos e qualitativos que caracterizam as ocupações urbanas recentes, com ênfase na caracterização das densidades; para a terceira questão, os mapas temáticos das principais categorias de análise ambiental foram confrontados com as manchas das áreas urbanizadas acrescidas e, com a contribuição de referências da ecologia urbana, foi iluminada a leitura e novas perspectivas para o planejamento.

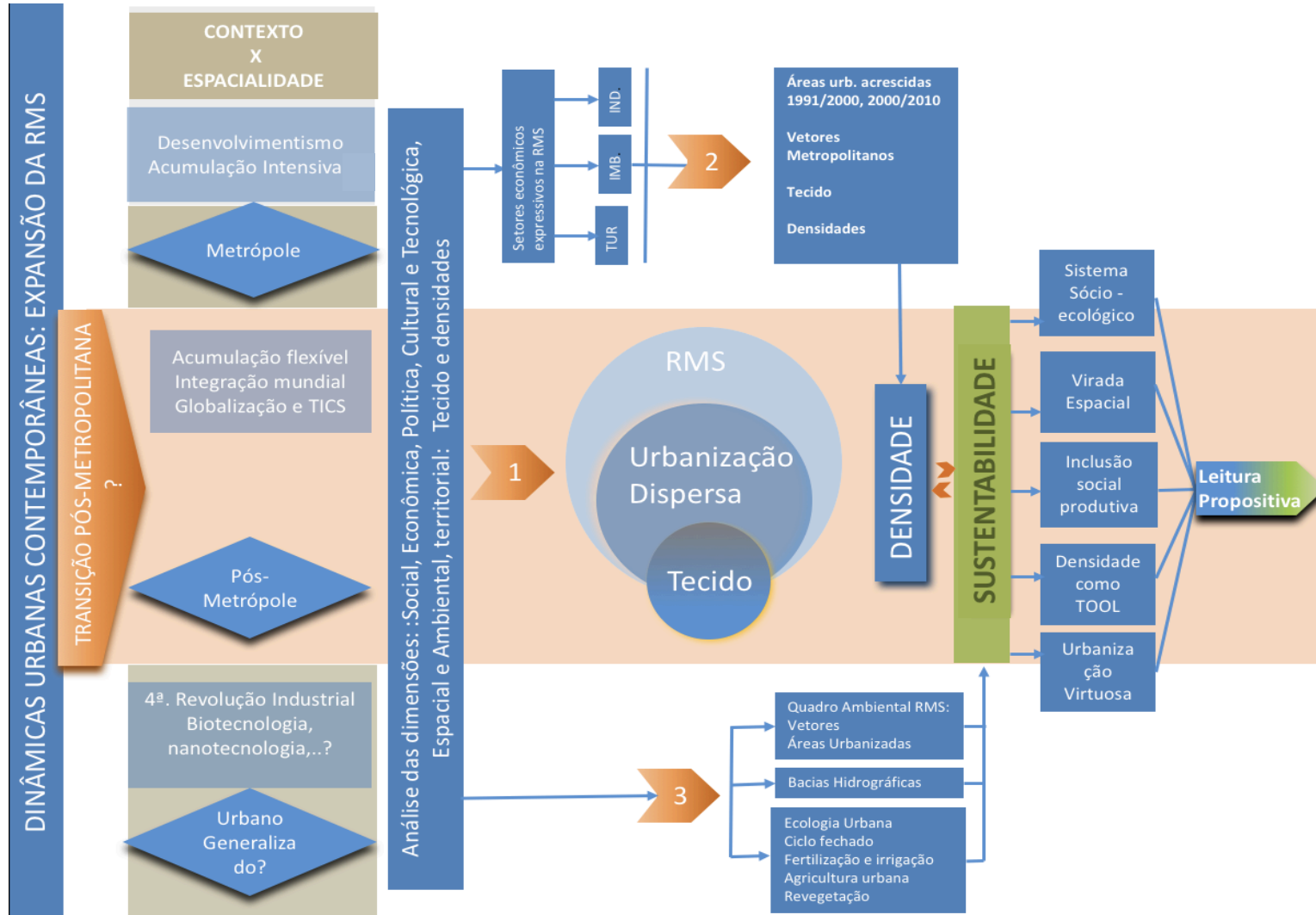
### Formatação final

O texto está estruturado em três partes: a Primeira Parte – Enquadramento Teórico, está composto por sete Itens que reúnem as conceituações e os referenciais que ajudam a compreender, circunstanciar e delimitar o objeto da pesquisa, situando-o no campo teórico e viés interpretativo que vai dirigir a pesquisa; a Segunda Parte – Dinâmicas Urbanas, do global... ao local, foi composta com seis Capítulos que contextualizam a influência da macro conjuntura na trajetória das dinâmicas urbanas, iniciando com esclarecimentos sobre a defasagem da cronologia do fenômeno urbano referida por teóricos e interpretes, abordando a evolução das transformações urbanas no desenvolvimentismo e no período de acumulação flexível, e fechando com a apresentação da espacialidade resultante destes processos, especificamente, focalizando a mobilidade e fluxos metropolitanos; a Terceira Parte – Tecido Urbano na expansão metropolitana, 1991/2000 e 2000/2010 – está composta por cinco Capítulos que tratam da caracterização do tecido urbano produzido e suas relações com as densidades e a sustentabilidade. À escala metropolitana, analisa o alcance dos principais setores econômicos na produção de novos tecidos urbanos e apresenta possibilidades de inovação para o planejamento sustentável, quando a urbanização é compreendida como um sistema socioecológico, numa aproximação com a ecologia urbana.

## Fluxograma

O fluxograma, adiante, mostra como estão relacionados os conteúdos: no sentido vertical, o transcurso do contexto e a conexão com a espacialidade produzida; no sentido horizontal, no recorte temporal da pesquisa – o período de acumulação flexível –, a organização dos conteúdos para chegar às respostas às três questões orientativas, à interrelação densidade/sustentabilidade e, por fim, aos pontos que sugerem uma leitura propositiva sobre a expansão metropolitana.

Figura 1- Fluxograma do plano de pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.



## **PRIMEIRA PARTE ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

[...]. Não temos uma estrutura política para a civilização que fizemos surgir. Funciona de acordo com os interesses do mercado. É o problema mais dramático do nosso tempo. Insta o ser humano a pensar globalmente. O homem nunca teve tantos recursos na mão, mas não raciocina como espécie. Está raciocinando apenas com os interesses nacionais, e isso no melhor dos casos. MUJICA (*El País*, 2015).





## 1 TEORIAS E CONCEITOS FUNDADORES

O sistema explicativo corresponde ao lastro do conhecimento destacado para estruturar a abordagem e as conexões que contribuem para compreensão da questão da pesquisa.

O conjunto de conceitos que dão suporte ao desenvolvimento do raciocínio dessa pesquisa foi organizado segundo a abrangência, do mais geral ao mais específico. Os conceitos são apresentados no recorte do interesse da sua utilização: ora de modo aproximado, um foco específico do conceito; ora está associado a outros conceitos que o adjetiva, conferindo-lhe maior precisão.

### 1.1 COMPLEXIDADE, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A VIRADA ESPACIAL (*Spatial Turn*)

O universo teórico da complexidade de Edgard Morin, que refuta a simplificação epistemológica e a compartimentação disciplinar, e explicita as relações e componentes que estruturam os sistemas, e sistemas de sistemas, é especialmente atraente para a compreensão da complexidade que encerram as cidades, as redes de cidades e regiões metropolitanas, especialmente quando compreendidas como sistemas do grande sistema ecológico deste planeta.

A operacionalização metodológica, devido à complexidade relacional inerente a esta teoria, pauta o desenvolvimento de metodologia para o tratamento analítico no âmbito da Teoria da Complexidade, hoje, com crescente valorização<sup>7</sup>, mas ainda, mantendo limitações à sua aplicabilidade. Entretanto, a possibilidade que oferece para compreensão das temáticas enlaçadas nesta tese, numa moldura abarcante, justifica a referência e aproximação ao pensamento complexo. Especialmente, constitui-se em referencial para a postura metodológica compatível com a aproximação de temas conectados numa rede de inter-relações vascularizada, onde fica evidente a inadequação da fragmentação/compartimentação de conteúdo, esta, uma premissa para a abordagem das questões urbanas na perspectiva da sustentabilidade<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup>Vide Workshop programado pelo Institute of Complex Systems of Paris-Ile-de-France com itens de pauta como: Michael Batty – “Which complexity for urban systems?”; Elsa Arcaute - “Scaling laws, its limitations and performance of cities”; Michael Storper - “The Growth and Decline of Cities: a perspective from economic geography”, dentre outros, em torno do tema Teorias Urbanas e Complexidade, Outubro 2017.

<sup>8</sup> A seção 1.2 aborda o paradigma da sustentabilidade como referencial teórico para as concepções urbanístico-ambiental, quando a interdisciplinaridade é pressuposto teórico e prático.

Morin conceitua sistema ou totalidade como “[...] uma unidade global, organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos”, cuja distinção de outras definições está na introdução da organização na definição de sistema, que compreende como sendo:

[...] o agenciamento de relações entre componentes ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou sistema, dotado de qualidades desconhecidas ao nível dos componentes e indivíduos. A organização liga de modo inter-relacionado os elementos ou eventos componentes de um todo. Ela assegura solidariedade e solidez relativa a estas ligações, logo assegura ao sistema uma certa possibilidade de duração a despeito de perturbações aleatórias. A organização então: transforma, produz, liga e mantém (MORIN, 2005, p. 133).

Recorrendo à extração direcionada, dado à dificuldade de elaborar paráfrases de suas formulações, e adentrando o domínio das emergências e retrações para compreender a natureza das propriedades emergentes dos sistemas, temos que emergências são:

[...] qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam um caráter de novidade com relação às qualidades ou propriedades dos componentes considerados isoladamente. [...] A emergência é uma qualidade nova com relação aos constituintes do sistema [...] ela tem o caráter de irredutibilidade: é uma qualidade que não se deixa decompor, que não se pode deduzir dos elementos anteriores - irredutível, fenomenalmente e indedutível logicamente. O que significa que a emergência se impõe como fato, dado fenomenológico que o conhecimento deve constatar. [...] A emergência constitui um salto lógico e abre no nosso entendimento a brecha por onde penetra a irredutibilidade do real [...] (MORIN, 2005, p. 136-142).

Com o apoio de Pena-Veja, pode-se perceber que o paradigma da complexidade está na associação da ideia de unidade e de diversidade: um sistema é uma unidade global, não elementar, visto que é constituído de partes diversas inter-relacionadas. O conceito de unidade complexa “ganhará densidade se pressentirmos que não podemos reduzir o todo às partes nem as partes ao todo” (PENA-VEGA, 2003, p. 64). As mudanças paradigmáticas quando incorporadas como uma insurgência no interior de sistemas, alinhando as forças sistêmicas sob uma nova ordem, agindo sobre componentes dos sistemas ou atuando sobre as formas relacionais, ou, introduzindo/agregando novos valores, tem a potencialidade de desestruturação/reorganização, se tiver a condição de romper com a “solidariedade e solidez relativa” (MORIN, 2005, p. 133) que confere durabilidade à organização sistêmica.

Alterações com o potencial de reestruturação sistêmica são percebidas nas conjunturas econômica, cultural e tecnológica, a partir das últimas décadas do século XX, momento em que os arranjos espaciais passam a ser realinhados como implicação de nova composição de variáveis e forças que configuram o período de acumulação flexível e de integração mundial de mercados, cujo efeito – a urbanização dispersa – é objeto dessa pesquisa no âmbito da expansão metropolitana de Salvador.

## Ordenamento do Território

Começando com as conceituações de espaço e território, conceitos imbricados, com duplo objetivo: de apresentar o espaço, de uma perspectiva de aproximação sucessiva, e o território, como um tipo de apropriação de muitas espécies que o habita, para então adentrar o recorte do território, diferenciado pela espécie humana, com a contribuição de alguns pensadores. É um esforço de abordagem inserir a questão do território num enquadramento maior, mas nisto está a possibilidade de se pretender vislumbrar a outra organização, menos rúptil dos processos e fluxos naturais e recuperar alguma condição de manutenção da estabilidade da organização, como define Morin (MORIN, 2005, p. 133).

Do espaço macro ao micro escalar, o fenômeno da materialidade... galáxias, planetas, o planeta, e a conceituação de espaço por uma espécie que o habita, ensimesmada, domina e rege o habitat, até o momento em que os efeitos comprometem a sua própria existência. Descolada da sua condição de parte, distancia-se do compromisso com o todo.

A perspectiva cronológica da natureza, a insignificância do planeta relativa ao cosmos, a imprevisibilidade de eventos desestabilizadores da existência, apequenam a consciência antropocêntrica na proporção da vulnerabilidade a que está exposta. A assunção progressiva da consciência ecocêntrica, biopluralista, da passagem que será necessário fazer, da racionalidade econômica, do consumismo, da ideologia do descartar para uma ecologia que possa sustentar a evolução atentando ao outro e a outros seres, à otimização de processos e à preservação dos recursos naturais e socioculturais, de modo amplo, vai motivar reescrever o conhecimento que foi sistematizado na visão antropocêntrica.

Nesse sentido, antecede o entendimento da inserção dos processos urbanos contemporâneos na abrangente categoria de sistemas socioecológicos, a sensibilização para a guinda da perspectiva relacional que transita do antropocêntrico ao ecocêntrico. Numa interpretação da natureza: o cosmos, o planeta, espaço e espacialidades, são receptáculos no qual, seres animados e inanimados, incluída a espécie humana, naturalmente, integram um sistema relacional, a teia da vida (CAPRA, 1982).

Enquanto isso... adentrando o espaço desta espécie, frequentemente, grandes geógrafos, como Santos e Harvey, remetem-se à falta de clareza conceitual para a definição do espaço, na geografia, em especial, nas circunstâncias do estágio de desenvolvimento tecnológico e das novas dinâmicas contemporâneas.

Os conceitos de espaço encontrados na geografia, à exemplo da definição de Santos,

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 46).

Conquanto a amplitude conceitual de Santos, esta é uma definição que focaliza a ação humana e tão somente, embora o mérito de remeter à natureza quando refere aos objetos naturais, o todo, uma concessão rara nas conceituações, de modo geral. A atualização do conceito de Santos avança, quando a partir dos fixos e dos fluxos propõe o conceito de espaço como conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Um conceito abarcante, um avanço na perspectiva ecológica, desde que não particulariza quais os agentes dos sistemas de ações, registre-se a omissão da natureza, incluída na categoria de objeto, e o que dizer da essência do que não é objeto nem ação, o vazio?

A conceituação do espaço é desafio para muitos, aqui, é mote para grifar o compromisso de refletir os espaços modelados pela ação humana, arquitetura e urbanismo, com a desconfiança de que se pode fazer diferente e melhor, a partir de uma perspectiva abarcante da ação dessa espécie. Reverter o rumo da disjunção, para a conjunção dos processos e subsistemas específicos, como componentes de sistemas mais abrangentes, uma integração funcional de absorção e assimilação, dos sistemas de objetos e de ações, nos mais amplos ciclos sistêmicos, os sistemas socioecológicos.

Seguindo com Santos, quanto ao período de globalização e status tecnológico do desenvolvimento, argumenta que “[...] devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só [...]a globalização como fábula, a globalização como perversidade e o mundo como possibilidade - uma outra globalização” (SANTOS, 2004, p.18). E, indica os níveis: planetário; nacional e o regional e local.

Para a perspectiva colocada de transposição para uma visão ecocêntrica, alenta que teóricos da estatura de Santos considere que

[...] o passo seguinte é a obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência. A partir daí, a discussão silenciosa consigo mesmo e o debate mais ou menos público com os demais ganham uma nova clareza e densidade, permitindo enxergar as relações de causa e efeito como uma corrente contínua, em que cada situação se inclui numa rede dinâmica, estruturada, à escala do mundo e à escala dos lugares. (SANTOS, 2004, p. 168).

Pois, a neutralidade de um espaço imperecível, disponível e inabalável é o que até aqui permeou as concepções, como destaca Harvey,

[...] Marx, Marshall, Weber e Durkheim tinham isso em comum: davam prioridade ao tempo e à história e não ao espaço e à geografia, e, quando tratavam do espaço e da geografia, tendiam a considerá-los de modo não problemático, enquanto contexto ou sítio estável para a ação histórica. (HARVEY, 2006, p. 142).

Com base no exposto, Harvey abre o espaço para o desafio de elaborar uma teoria das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico, no capitalismo, que permita explicar a evolução e as funções do Estado, do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades inter-regionais, do imperialismo e da urbanização, e, diz: “A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico” (HARVEY, 2006, p. 144).

Desse modo, as expectativas de relações espaciais, no sentido de maior abrangência, fecham-se, pois limitada à um recorte da geografia e por um método que encerra e confina o espaço à materialidade histórica, se além a um ajuste conceitual do espaço para as ciências humanas e sociais, e, mais uma vez, focalizado para uma única espécie e para a neutralidade do espaço, antes criticada, mas que reaparece, neste recorte, na omissão explícita.

As considerações de Harvey voltam a alentar com perspectivas abarcantes, quando compactua com Marx e Unger, que insistem num futuro construído, não segundo algum molde utópico fantástico, mas por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição, em nossa atual condição (HARVEY, 2006, p. 144).

Quais são estas transformações tangíveis, senão o que se coloca como resistência na evolução do conceito de sustentabilidade<sup>9</sup>, nem marionetes impotentes, nem a utopia da solidariedade coercitiva pelo Estado, mas o privilégio da razão não egoica e o protagonismo de uma espécie capaz de não se autodestruir.

Ainda, seguindo o fluxo conceutivo de Harvey, que compreende que existe momento em que as visões que propõem alternativas, mesmo que fantásticas, oferecem uma base para moldar forças políticas transformadoras, [e que o devir] está em montar um utopismo espaço-temporal – um utopismo dialético (HARVEY, 2004, p. 258).

Os polos da dialética que se pretende, não utópica, são os da relação Sociedade – Natureza, binário desequilibrado nas interpretações do espaço sob a ótica do materialismo histórico. A nova teoria do espaço é uma teoria contingente dado as tensões se situarem no umbral da irreversibilidade, fruto desse processo de desenvolvimento do capitalismo, sim,

---

<sup>9</sup> O Item 1.2, desta Primeira Parte, apresenta o referencial teórico que embasa o emprego do conceito de sustentabilidade e explicita o processo e circunstâncias da construção deste conceito.

mas, que instrumentalize transformações distanciando dos limiares da resiliência, da vulnerabilidade e a adaptabilidade impositivas.

### O *Spatial turn*

A virada espacial consiste em elaboração teórica de Löw, que embasa a posição estratégica desta pesquisa com relação à dimensão espacial. A questão que subjaz é se o espaço é, sobretudo, consequência da ação ou se opera socialmente como estrutura. Os argumentos trazidos reproduzem sinteticamente o pensamento deste autor que propõe uma reconceitualização da componente espacial da vida social para alcançar uma mudança social e explicita o *Spatial Turn* como o reflexo do entendimento do espaço pensado e investigado como condição e resultado de processos sociais, consequência da indagação se o espaço é apenas formado, ou se ele opera em si de modo estruturador, não apenas um fato apriorístico da natureza (LÖW, 2013).

Percorrendo as duas concepções, apoiadas no pensamento de Harvey e Giddens, respectivamente, ele destaca que: na concepção materialista, o espaço é mecanismo central de reprodução do capital via oportunidades especulativas, manejo dos recursos financeiros e consequente apropriação do lucro, sendo que as TIC e a evolução dos transportes, nas condições de globalização, atualizam a lógica da intensificação dos processos capitalistas; na concepção fundada na teoria da ação, a noção de espaço apenas remete ao contexto das interações sociais, como referência de localização na ação (*locale*), que se define pelo social, e não como referência geográfica (*place*), as estruturas sociais, regras e modos de operação, fora do espaço e do tempo, se reproduzem via recursos de mídias, na repetição de comportamentos cotidianos, e assim, o próprio sistema se reproduz, excluindo-se explicitamente o espaço (LOW, 2013).

A premissa do *Spatial Turn* considera que as estruturas espaciais precisam realizar-se na ação, mas também estruturam esta ação. Importante conclusão alcança, pois, os seres humanos associam não apenas coisas, mas outros seres humanos ou grupos, que também interferem nos acontecimentos:

[...] então, tal como plantas, pedras ou montanhas e os seres humanos, podem ser parte de uma construção de espaço, a distinção entre espaços sociais e espaços materiais físicos perde o sentido. Os espaços são sempre sociais” (LÖW, 2013, p. 28).

Destaque-se a percepção da materialidade pelos seres humanos como um sistema de atribuição de sentido e, assim, são construídos os marcadores simbólicos.

Como visto, a conceituação do espaço numa visão ecocêntrica é embrionária. Considerando que o espaço antecede esta espécie e prosseguirá, ainda que o potencial destrutivo que construiu venha a ser executado, essa discussão, quando colocada à luz dos objetivos da sustentabilidade, inclui a possibilidade de correção de rumos do ordenamento do espaço e suas estruturas, de inserção sistêmica, sincrônica com os processos ecológicos.

A abordagem de Löw é bastante interessante quando, no desfecho, conclui que sendo os seres humanos parte da construção do espaço, perde o sentido a distinção entre espaços sociais e espaços materiais/físicos, pois ressalta a importância, exatamente para esta espécie dominante, da mudança paradigmática da sustentabilidade como condição de perpetuação da espécie e consequente perda do seu próprio protagonismo nas concepções teóricas que elabora, de modo a assegurar-lhe a própria sobrevivência.

A potência do espaço como estrutura ordenadora e uma forma de ação, ressalta que este opera de modo estruturante em termos de ordenamento de potencial e de coerção. Para Löw o espaço desenvolve o seu poder pleno quando todos os atores têm a impressão de não serem influenciados por estruturas espaciais, seguindo-as na consciência prática, como se fossem evidentes. O ordenamento via regulação da ação, por meio dos espaços, ocorre de maneira eficaz quando ela pode se basear em um conhecimento preexistente já consolidado em convenções e rotinas.

Soja, além de integrar o tempo ou a historicização como um dos componentes da teoria do espaço (posição compartilhada por Harvey), combina posições marxistas com pós-estruturalistas, concebe, também, com referência em Lefebvre, uma perspectiva espaço-temporal sobre a sociedade e a vida social, diferenciando o espaço como realidade dada e espacialidade como realidade socialmente produzida. Enfatiza a efetividade própria do espaço numa geografia que reconhece a espacialidade como simultaneamente um produto social e uma força modeladora na vida social que se manifesta na potência do espaço – *synekism* –, o estímulo da aglomeração urbana/regional, a capacidade autogerativa de desenvolvimento de cidades e cidades-região, que considera ser uma das mais importantes forças diretrizes, atrás de cada surto de inovação na história humana (SOJA, 1989).

A contribuição de Soja favorece à inserção do conceito de sustentabilidade na discussão da urbanização dispersa, uma vez que a dimensão espacial é central para raciocinar a elevação

dos atributos espaciais nas abordagens de ordenamento, de reorganização das estruturas espaciais e sociais, em reforço à valorização do espaço como forte fator modelador do ordenamento territorial, um meio de contraposição e resistência ao avassalador manejo especulativo do ordenamento, que, regido pela lógica da intensificação da reprodução capitalista, inscreve suas impressões no espaço como mero suporte: amorfo, desarticulado, ignorado na sua inserção auto generativa da vida no planeta.

Adiante na abordagem sobre Metrópole e Pós-metrópole, Itens 1.3 e 1.4, serão retomados os argumentos e os conceitos desenvolvidos por Soja.

## Território

Na contemporaneidade, mais uma vez recorrendo a Santos, que enfaticamente diz que o território não é uma categoria de análise da Geografia, ele explica:

[...]. O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Loiola retoma a relação espaço e território e o sentido histórico, afirmando que:

[...]. O espaço é território. Os territórios mudam no tempo e no espaço. Isto é, eles desempenham o papel de acumuladores da história, assim como são modelados pela ação de seus sujeitos históricos mediada pela combinação de forças internas e externas. O território deve ser compreendido como locus de ação social e parte de uma totalidade espacial (LOIOLA, 2004, p. 825).

O território, assim entendido, é espaço apropriado. Associado à ideia de território está a ideia de controle, controle das condições da vida social, mas também a ideia de soberania e de pertencimento. Segundo Claval, a compreensão da dimensão simbólica do território é um dos temas mais atuais na Geografia e muitas pesquisas são desenvolvidas sobre o espaço vivido, desde os anos 70, focalizando o sentido de lugar. Sobre território, Claval diz:

[...] falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999, p. 8-9).

O sentido de lugar e pertencimento está associado à memória, e os lugares especiais, que têm função no fortalecimento da imagem, são lugares de memória. Santos, destaca o caráter interdisciplinar do espaço, considera inadmissível refletir sobre questões espaciais,



inclusive políticas públicas desconectadas da realidade espacial vista a evidência da interdependência setorial: *locus* da economia, da sociologia, da política, e demais subsistemas (SANTOS, 1986, p.134).

Quanto ao avanço do capital internacional sobre o território - cidades e localidades -, Santos afirma que,

[...]. A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras. E quando têm uma existência autônoma, isto é, não precisa consultar ninguém para se instalar, ela funciona a despeito dos outros atores e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia. Há certamente anteparos a essa ação do dinheiro em estado puro, maneiras de reorganizar o território [...] um outro dado que resiste à ação cega do dinheiro é a cidadania (SANTOS, 1999, p.13).

O aprofundamento do conceito de território e novas formas de construção / transformação do espaço refletem crises identitárias que fazem emergir nuances desse conceito, antes imperceptíveis, como: o não lugar, aquele espaço que não tem um padrão de organização que lhe confira uma identidade, não estrutura relações e tampouco contém as marcas da história; o pertencimento a espaços virtuais; a psicastenia, o não reconhecimento dos seus limites corporais que faz evaporar a identidade e o sujeito camufla-se, dissolvendo-se figurativamente; a nostalgia pós-metropolitana. Questões a demandar a atualização dos conceitos centrais: espaço e território.

### Território: planejamento e gestão

A atitude de projeto/planejamento ante o ato propositivo e de criação é resultante do ideário técnico que oscila entre duas claras vertentes: na primeira, predomina a razão técnica que lida com a natureza como matéria-prima a serviço do crescimento e desenvolvimento; na segunda, a razão está orientada pela finitude dos recursos naturais e assume limites para o desenvolvimento, baseado na conservação da base natural.

Diante da subordinação às políticas econômicas globais, historicamente, preponderaram atitudes projetuais enquadradas na primeira vertente, e, não por auto deliberação, mas por pressões decorrentes do comprometimento dos recursos naturais num nível crítico, a formulação de novos paradigmas, mais próximos do conservadorismo, passa então a ser cogitado, buscando uma formulação que seja conciliatória da relação Sociedade-Natureza.

Esse equilíbrio entre ecossistemas e sistemas econômicos é ancorado nos recursos da gestão ambiental, especialmente os regulatórios. Por meio dos parâmetros urbanísticos, no âmbito do ordenamento do uso e ocupação do solo, a densidade, na diversidade das suas

expressões (populacional, habitacional, líquida, bruta e outras correlações possíveis de serem associadas a este parâmetro), mostra-se como indicador estratégico para a calibragem das interações entre a atividade econômica de produção do espaço construído e o ambiente natural (*Vide* Capítulo 1, Item 1.6, Primeira Parte).

A nova abordagem da economia ecológica requer a revisão e a reestruturação dos mecanismos. Conforme Constanza,

[...]. Devemos considerar a tarefa, avaliar as capacidades que têm as ferramentas existentes para fazer o serviço e projetar outras, caso aquelas de que dispomos sejam comprovadamente ineficazes. [...]. Poderá surgir a necessidade de novos modelos e novas ferramentas intelectuais nas ocasiões em que não for possível fazer-se a junção entre economia e ecologia mediante as ferramentas existentes (CONSTANZA, 1994, p. 112).

O elenco de instrumentos de gestão ambiental abrange desde o disciplinamento do uso e ocupação do solo até instrumentos jurídicos, econômicos, que podem ser orquestrados, conjuntamente, de modo a controlar e induzir o ordenamento territorial. Ressalte-se que o ordenamento territorial e o zoneamento ecológico econômico (ZEE) são referidos, às vezes, de forma indiferenciada. Especial importância deve-se imputar ao desenho urbano como meio de mediação dos resultados de gestão ambiental das ocupações urbanas.

Entende-se a organização, a regulação e a gestão territorial como o conjunto de definições e componentes: normas, estruturas e instrumentos, o conjunto de recursos disponíveis para a organização territorial, seja a cidade ou a urbanização dispersa, que institucionaliza a relativa estabilidade sistêmica que representam os contratos sociais entre estado, capital e trabalho, em cada momento/estágio do desenvolvimento social. Estas três categorias, recorrentemente citadas, que interagem e conformam os pactos sociais, evidenciam a grande lacuna do que excluem, do que ignoram e do que preterem, pactos que firmam uma relação descompensada entre Sociedade e Natureza.

Especificamente sobre os processos contemporâneos de dispersão urbana, objeto desta pesquisa, versus a premência de alcançar a organização do território sustentável, Calthorpe e Fulton consideram que este padrão de organização territorial corresponde e não confronta as dimensões de sustentabilidade. Em especial, que não compromete o patrimônio natural e cultural, entretanto, compreendem o *sprawl* como um padrão de urbanização dispersa que significa uma pulverização insuficiente, da qual decorre a degradação do ambiente (CALTHORPE; FULTON, 2001).

Retomam-se, a partir deste ponto, as considerações sobre a estrutura gerencial e normativa, os instrumentos de gestão territorial, urbana e ambiental que se dispõe: no nível municipal, os *Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano*, adaptados ao *Estatuto das Cidades*, 2001, com restrições que vão desde concepções insuficientes até a não implementação dos mecanismos de controle e participativos; a legislação ambiental, de alcance nas três esferas, com destaque para as unidades de conservação tipo Áreas de Proteção Ambiental - APA, pela especificidade de não exigirem a desapropriação para restringir usos, e o Zoneamento Ecológico Econômico, ambos, instrumentos fragilizados ante a falta de estrutura para o monitoramento e controle territorial pelas gestões públicas e de controle social efetivo; e, o *Estatuto da Metrópole*, 2015, ainda embrionário, que nasce engessado e circunscrito à delimitação da região instituída por decreto, atrasado em décadas.

Villaça, 2014<sup>10</sup>, é enfático quando reage à definição de regiões metropolitanas por decreto, na expectativa que se tornem fatos geográficos, um distanciamento da realidade que se acentua quando se pondera sobre o que transcorre do “encurtamento do espaço”, da redução da “fricção da distância”, que deriva do atual status tecnológico das TIC, uma outra inserção regional, à escala nacional e global, em termos de novos meios e novas regras paradigmáticas que provêm da cidade da era da informação.

Conforme Ribeiro, Holanda e Coelho a eficácia do ordenamento e gestão territorial está limitada:

[...] pela “falta de uma “costura” de índices espaciais além dos tradicionais a-espaciais de forma a permitir uma visão diferenciada e mais próxima da realidade. Comumente são encontradas na literatura diversas formas de se mensurar as dimensões urbanas, quase sempre cada uma dessas dimensões é estudada e avaliada de maneira isolada. Essa visão segmentada não permite que a cidade seja compreendida de forma mais realista e abrangente (RIBEIRO et al., 2012, p.230).

Estes autores, reforçam a necessidade de análise integrada de índices morfológicos que contemplem a dispersão urbana, a acessibilidade viária e a ociosidade per capita tomando os setores censitários como espaço de referência (RIBEIRO et al., 2012), índices que revelem e elucidem sobre os tecidos urbanos e que permitam leituras compreensivas com o objetivo claro de, a partir das especificidades, instrumentar a intervenção profissional dos arquitetos em seu campo de atuação, como já afirmado.

Reiterando a condição do espaço como elemento estruturador e resultante, defende Grimm, que o ordenamento territorial, deveria seguir a função dos padrões de uso da terra,

---

<sup>10</sup> Entrevista a Denise Teixeira, 2014 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=7rzKOoLNNyQ>> Acesso em: 18/11/2015.

levando à diversidade de arranjos espaciais. No entanto, os instrumentos de planejamento - zoneamento, plano diretor, perímetro urbano e outros - não necessariamente consideram o padrão de uso da terra como condicionadores destes instrumentos, assim como, há grande dificuldade do exercício da gestão territorial no sentido de assegurar que não ocorram resultados não intencionados no planejamento do crescimento/desenvolvimento (GRIMM, 2008).

A busca por abordagens menos segmentadas, motivada pela teoria da complexidade, induziu composições e alguma mescla conceitual, num esforço de integração de conhecimentos, avançando na integração de campos de abordagens teóricas para compor o sistema explicativo desta pesquisa. O esforço para relacionar os conceitos de espaço e território numa perspectiva ecocêntrica constitui numa colaboração efetiva ao avanço nas possibilidades de planejamento com o grifo na sustentabilidade.

## 1.2 SUSTENTABILIDADE

A teoria da complexidade e sustentabilidade são os referenciais teóricos mais abarcantes da pesquisa e encontram-se no ponto de tangência com os sistemas ecológicos onde deverão estar inseridas as formações urbanas: redes de cidades, aglomerações, regiões metropolitanas, cidades, tecidos urbanos.

A ideia de sustentabilidade traz em si uma perspectiva temporal, de manutenção e reprodução dos ciclos ecológicos que dão suporte à vida no planeta. A constatação da irreversibilidade de situações de esgotamento da capacidade de carga<sup>11</sup> de alguns ecossistemas do planeta, a consciência da finitude dos recursos naturais, dos efeitos deletérios cumulativos da produção sobre o meio ambiente e, a impossibilidade, em termos de recursos disponíveis, de desenvolvimento de mesmo padrão para toda humanidade, colocam em destaque o limiar do grande equívoco do processo civilizatório.

A percepção da finitude apontada pelos cálculos malthusianos, 1798, a estrondosa publicação *Silent Spring*, 1962<sup>12</sup>, o relatório do Clube de Roma, *Os limites do crescimento*, 1972, e outras sinalizações do agravamento do uso inadequado dos recursos naturais e do dano ambiental, marcam os primeiros momentos de organização do movimento ambientalista.

---

<sup>11</sup> Capacidade de carga, conceito que se refere inicialmente a uma técnica de gestão do turismo em ambientes sensíveis que evoluiu incorporando o impacto em outros fatores psicológicos, sociais, político-institucionais e econômicos e para ambientes legalmente protegidos ou não (PIRES, 2005).

<sup>12</sup> Publicação de Rachel Carson, 1962, expõe a contaminação por pesticidas e os efeitos danosos, especificamente em aves.

Em Estocolmo, 1972, com o enunciado do conceito de ecodesenvolvimento<sup>13</sup> por Ignacy Sachs, são apontados caminhos para a superação do dilema - desenvolvimento ou proteção/preservação ambiental - como categorias excludentes, e passou-se à ponderação sobre o desenvolvimento desejável. Em 1987, o *Relatório Bruntland* define como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades"<sup>14</sup>, convalidando o termo desenvolvimento sustentável na Conferência ECO 92, Rio de Janeiro. Outros resultados da ECO 92 foram: a *Agenda 21*, um programa de ações sustentáveis para o século XXI, assinado por 179 países; a *Convenção da Biodiversidade* com o objetivo de uso sustentável dos recursos genéticos e a *Convenção sobre Mudanças Climáticas* que sinaliza para redução de emissão de gases do efeito de estufa, base para o *Protocolo de Kyoto* de 1997<sup>15</sup>.

Em Johannesburgo, 2002, a Conferência Rio+10 frustra os objetivos de definição de uma ação global que conciliasse o desenvolvimento econômico e social com a preservação do ambiente em razão dos atentados de 11 de Setembro, ficando resumida aos problemas de cunho social.<sup>16</sup> As Conferências Rio+15 e Rio+20 ressaltam: a primeira, a necessidade de novos compromissos e as novas metas de redução de emissões; e a segunda, a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável com a incorporação da economia verde, e a inclusão do foco na erradicação da pobreza e na reestruturação institucional necessária.

O conceito de desenvolvimento sustentável refuta a lógica de maximização dos lucros e da acumulação continuada, que esteja sob a égide do consumo, do desperdício, da contaminação, da dominação da natureza, qualquer que seja o matiz ideológico predominante, e sinaliza para critérios de desenvolvimento comprometidos com o aprimoramento da relação Sociedade-Natureza. Nesse sentido, é uma demanda da contemporaneidade, não identificada com o crescimento - construção da riqueza pela riqueza -, mas, pautado numa ética que ultrapassa a visão antropocêntrica para uma visão biopluralista. Considera a integridade do planeta e as dimensões de sustentabilidade social, cultural, política e institucional, além da econômica, ecológica e ambiental, na perspectiva da concepção de um padrão qualitativo

---

<sup>13</sup> Ignacy Sachs, CNUMAD, 1972.

<sup>14</sup> Como consta no Relatório Nosso Futuro Comum de GroBruntdland, presidente da Comissão designada pela ONU, publicado em 1987.

<sup>15</sup> <<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-15/conheca-o-historico-das-conferencias-ambientais-da-onu.html>> Disponível em 6/07/2016.

<sup>16</sup> Outras conferências foram realizadas entre a ECO 92 e a Rio+10: Kyoto (1997) - Cúpula do Clima e Aquecimento Global; Olinda (1999) - Convenção da Desertificação; Haia (2000) - Cúpula do Clima e Aquecimento Global; Bonn (2001) - Cúpula do Clima e Aquecimento Global; e Johannesburgo (2002) - Rio + 10.

superior que tenha o ser humano, e não o cidadão ou o consumidor, como o eixo das determinações da sociedade.

### 1.2.1 Sustentabilidade: reação e resistência

Conforme Cidade, no contexto do regime de acumulação flexível, quando a autonomia dos Estados sobre decisões relativas a seus territórios é limitada, ante a mescla de redes materiais e imateriais de acumulação sobre os territórios nacionais, a busca da sustentabilidade contradiz os processos de acumulação pois que estes vem acompanhados de desigualdades sociais, econômicas e espaciais, processos intensos e continuados de degradação ambiental (CIDADE *et al.*, 2008).

A crise ambiental, conforme Leff reflete a perda de referência, de incompreensão da natureza da natureza e da natureza deste ser complexo – o homem - e sua relação com seu habitat. Desde o Renascimento, a concepção cartesiana da separação e da fragmentação conduziu ao absurdo do predomínio da economia assentada no princípio mecanicista da física e no princípio judaico cristão de domínio da natureza. Essencialmente, o caminho da crítica e da resistência é o campo primordial da ética, que influencia e determina a qualidade das relações que se adota: a ética dos sistemas naturais, a visão ecocêntrica, vertente de resistência ao pensamento hegemônico que o conceito de sustentabilidade ancora. E, sobre a possibilidade de reversão da fragmentação e da unificação forçada do mundo guiado pela lei de mercado globalizado, Leff explica, que a economia se alimenta de natureza num processo que corresponde à segunda lei da termodinâmica, a entropia, e, portanto, a morte entrópica do planeta é o futuro previsível. Aponta a saída no aprendizado de convivência com o território, construindo uma nova racionalidade baseada na produtividade ecológica dos territórios numa equação que reúne a produção de biomassa e criatividade cultural, conformando uma nova racionalidade de produção econômica, mas não apenas isto (LEFF, 2004).

Leff preconiza uma ética ambiental, que não se restringe à conservação da natureza, mas a saída do individualismo do sujeito cartesiano para a alteridade, o outro que não se pode compreender a partir dos seus próprios princípios, o reconhecimento de uma alteridade absoluta que abre para a construção do diálogo de saberes entre seres culturais diferenciados. Com isto, coloca a possibilidade de romper a obsessão de um mundo unitário generalizado, aprender a conviver na política da diferença, sem saber o todo, mas viver com o conhecimento que se detém. Define esta concepção como o princípio da esperança que não é

ser esperançoso, mas viver comprometidamente com a ética de responsabilidade pela vida para que este mundo seja sustentável (LEFF, 2004).

O texto de Guimarães é básico na explanação das nuances do conceito de sustentabilidade e para situá-lo politicamente. O autor considera o socialismo, como a representação da resistência à modernidade industrial (Inglaterra) e o ambientalismo como a resistência à modernidade do consumo (EUA) e, ambos, puderam transcender a paradigmas vigentes, assumindo as opções éticas de cada um destes movimentos respectivamente. O componente ético e de justiça social faz estas duas formas de resistência se assemelhar inclusive,

[...] com relação ao caráter antissistêmico com relação à acumulação capitalista. [...] Ao propósito original do socialismo de contrapor um limite social à racionalidade econômica da modernidade do século passado, acrescenta-se um limite ecossocial, por meio do qual o ambientalismo antepõe a biosfera à lógica econômica do mercado (GUIMARÃES, 2001, p.44).

Enfatiza que o caráter hegemônico da globalização oferece apenas duas opções: integração “subordinada e dependente ao mercado-mundo”, ou “a ilusão de autonomia com a realidade do atraso”. Nesse sentido, reitera que é fundamental identificar que inserção viabiliza o “crescimento em bases nacionais e a conservação da identidade cultural, a coesão social e a integridade ambiental nos países”, e que proporciona as circunstâncias de superação da pobreza, da marginalização e da desigualdade. Um novo paradigma de desenvolvimento que coloque

[...] o ser humano no centro do processo de desenvolvimento, [...] o crescimento como um meio, [...] a proteção das oportunidades atuais e futuras e, por conseguinte, respeite a integridade dos sistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta. (GUIMARÃES, 2001, p. 46).

De fato, quanto à unanimidade da sustentabilidade, isto indica a existência de diferentes visões e focalizações facetadas e tendenciosas e menos uma unidade à sustentabilidade na sua integralidade, em todas as suas dimensões. Existe por outro lado uma identificação de sustentabilidade com restrição ambiental ao processo de acumulação o que vem justificando o retardamento do enfrentamento de questões como: a regulação da propriedade, o acesso e o uso dos recursos naturais e dos serviços ambientais, ações para mudança no padrão de consumo, sem as quais as transformações serão apenas cosméticas, de esverdeamento. “O ambientalismo aspira mais que o poder, [...] aspira mudar a política em si mesma”. (GUIMARÃES, 2001, p.45). Sustentabilidade, enfim, como conceito resultante de uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental, o saber ambiental que “desentranha, entrelaça e

funde teorias para depois confrontá-las com seu saber emergente” (GUIMARÃES, 2001, p. 45).

### 1.2.2 Sustentabilidade: surge novo paradigma

Com o histórico de cada vez maior especialização na produção do conhecimento, baseado na visão mecanicista da compartimentação e da fragmentação, da disciplinarização das ciências, a questão ambiental suscita um movimento reverso de des-especialização (BURSZTYN, 2004).

Para Irias, o conceito de sustentabilidade se apresenta como resposta à crise de percepção da dicotomia Sociedade-Natureza, significa “o pensamento que coloca em cheque o próprio conceito de evolução e da ciência que não cumpre o papel de fazer as conexões entre Técnica/Ciência/Vida/Cosmos” (IRIAS, 2005, p.4). Explicado em três enfoques para situar melhor o leitor sobre a mudança paradigmática que este significa: do meio-ambiente à sustentabilidade; sustentabilidade e interdisciplinaridade; sustentabilidade e comunidade científica.

#### Do meio-ambiente à sustentabilidade

A afirmativa de Bursztyn, “[...] ambiente o espaço do enfrentamento do desafio do desenvolvimento sustentável” (BURSZTYN, 2004, p.68), traz o ambiente para a centralidade de todas as ponderações, escolhas e decisões, “deixa de ser apenas um quesito a ser ponderado e a passa a condicionador do tipo de desenvolvimento possível” (MEYER, 2015, p. 2).

Para Irias, a transição do meio-ambiente à sustentabilidade está na diferença entre o tratamento que a ciência moderna deu à natureza com base na dicotomia sujeito/objeto, que persistiu desde o sec. XV, e ainda tem lugar na ciência e na visão do homem sobre o universo ou cosmos, para a compreensão da real dimensão e profundidade que este conceito alcança: na capacidade de renovar a percepção das relações com a natureza, expor a ligação do homem com o restante da natureza e demais formas de vida do planeta (IRIAS, 2004).

#### Sustentabilidade e interdisciplinaridade

Sustentabilidade contém a questão ambiental e, na medida que introduz uma aproximação transdisciplinar e multidimensional para atender aos requisitos das interações da



sociedade com o ambiente, e, ao referir às diferentes dimensões do processo social, gera um modelo orientado à incorporação de todas as disciplinas científicas, à interdisciplinaridade, além de considerar tanto as questões sociais quanto simbólicas, ou seja, uma aproximação típica da pesquisa socioecológica (MOST, 1997).

Conforme Leff, a interdisciplinaridade como fundamento teórico da sustentabilidade

[...] implica na inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e as suas possíveis articulações. [...] a noção de interdisciplinaridade se aplica tanto a uma prática multidisciplinar, assim como ao diálogo de saberes que funciona em suas práticas, e que não conduz diretamente à articulação de conhecimentos disciplinares, onde o disciplinar pode referir-se à conjugação de diversas visões [...] que não esgotam em uma relação entre disciplinas científicas, campo no qual originalmente se requer a interdisciplinaridade para enfrentar o fracionamento e a superespecialização do conhecimento (LEFF, 2000, p. 311).

A sustentabilidade fornece um quadro (*framework*) referencial para definição de problemas socioecológicos e uma direção para sua transformação em questões científicas. Conceitos socioecológicos, como metabolismo da sociedade e a teoria de relações sociais com a natureza, podem ser considerados como contribuições interessantes para a pesquisa de transdisciplinaridade para a sustentabilidade (MOST, 1997).

## Sustentabilidade e comunidade científica

Paradigma em termos acadêmicos significa consenso em coletivos disciplinares. A análise da produção acadêmica em torno do tema da sustentabilidade é uma demonstração de adesão de coletivos disciplinares, mas, como se pode ver, com variada intensidade nos diferentes campos do saber.

Bursztyn, sobre o panorama da pesquisa mostra que em 1985, a concentração de pesquisa ambiental, 95,9%, estava nas áreas de engenharia, biologia e química, representando 580 pesquisas, envolvendo 3,78% de pesquisadores nacionais. Em 2002 (dez anos após Rio 92), pesquisando os grupos de pesquisa CNPQ – linha de pesquisa por grandes áreas, no campo da Sociologia Aplicada, a vinculação dos grupos tinha a seguinte representação associada às palavras chave: desenvolvimento sustentável 36,07%, recursos naturais, 17,65%, meio ambiente 22,74%, biodiversidade 2,47%. Em 2003, tomando os registros de teses da CAPES, os pesquisadores cadastrados na Plataforma Lattes e os grupos de pesquisa inscritos no CNPQ, em torno das mesmas palavras chave, verificou-se a participação da maioria dos campos do saber, correspondendo: ciências agrárias, 13,7%; ciências biológicas, 21,7%;



## Teorizando sobre paradigma e sustentabilidade

A concepção de paradigma em Kuhn aparece estreitamente vinculada à comunidade científica, o que estes compartilham. Paradigma corresponde ao ver educado e maduro oferecido pela comunidade científica, ao ver configurado que só é possível quando um indivíduo participa de um coletivo de pensamento. A noção de paradigma em Kuhn é ao mesmo tempo forte e difusa: tem sentido forte de orientação metodológica e epistemológica, ao mesmo tempo em que noção difusa porque oscila entre diversos sentidos (22 sentidos são atribuídos por Kuhn ao conceito de paradigma) (MORIN, 2005). Ao tentar resumir atribui dois sentidos ao termo: global, matriz disciplinar, que abarca todos os interesses partilhados por um grupo científico; e, conceito de natureza exemplar, e deve permitir solução convincente e pesquisas subsequentes (KUHN, 1977).

Depreende-se da leitura sobre Kuhn que o conhecimento científico não avança através da contínua acumulação de saberes, mas por meio de determinada lente que seleciona o que é visível e o que não é. Paradigma como lente que guia o olhar sobre a realidade. Nesse sentido, o paradigma da sustentabilidade significa lentes novas para ver o mundo.

Outras vertentes que buscam outro enquadramento para o conceito de sustentabilidade, à exemplo das matrizes discursivas (ACSELRAD, 2013), se justificariam numa discussão central de tese ou dissertação, mas não tem expressão para se contrapor às evidências sobre consenso de grupo científico como explanado.

### 1.2.3 O desafio urbano e o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável no sentido de operacionalizar uma gestão urbano-ambiental, consubstancia-se em forte ordenamento jurídico, e na evolução do conceito no sentido evidenciar o caráter multidimensional da sustentabilidade. Amplia-se o espectro quando, desde 1993, Sachs aponta para diversos tipos de sustentabilidade, decompondo o conceito em outras dimensões.

[...] a social, correspondendo ao pleno emprego, com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais, razoável homogeneidade social; a cultural, relativa ao equilíbrio entre respeito à tradição e à inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, autoconfiança e abertura para o mundo; a ecológica, referente à preservação de recursos renováveis, limitação do uso de recursos não renováveis; a ambiental, foca o respeito e ênfase da capacidade de autodepuração dos sistemas naturais; a territorial, trata da diminuição da assimetria na aplicação dos investimentos públicos entre áreas urbanas e rurais, conservação da biodiversidade; econômica, enfatiza o

desenvolvimento econômico inter-setorial equilibrado, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; a política e internacional, abrange o desenvolvimento da capacidade do Estado de implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, um pacote Norte-Sul de ecodesenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (SACHS, 2002, p. 85).

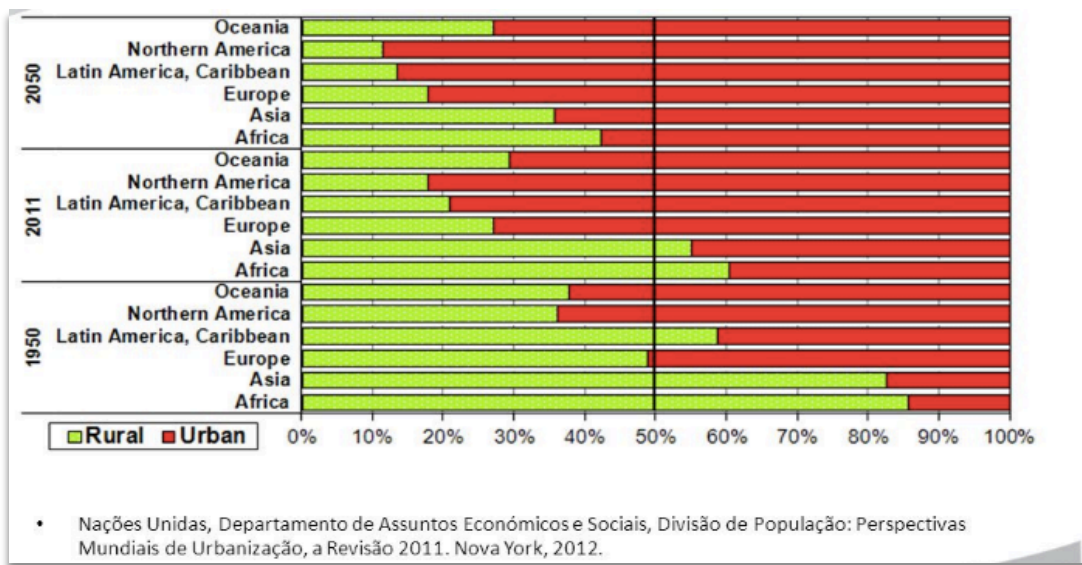
Desta forma desagregada, a organização territorial sustentável, para o planejador comprometido com os efeitos ambientais, corresponde àquela que não confronta as dimensões de sustentabilidade, que não compromete o patrimônio natural e cultural e, em especial, persegue a possibilidade de manutenção do sistema – dos sistemas socioecológicos – numa perspectiva temporal longa, assegurada pela organização, este um diferencial desta teoria da complexidade: “A organização que transforma, produz, liga e mantém” (MORIN, 2005, p.133), sendo o conceito de sustentabilidade o novo paradigma que responde à “solidariedade e solidez relativa” que confere durabilidade à organização sistêmica, ponto de contato entre as duas vertentes teóricas.

A urbanização, este fenômeno contundente da história da humanidade, no curto tempo de aproximadamente 50 anos, prenuncia uma sociedade totalmente e mundialmente urbana em 2030 (HABITAT, 2011). Promoveu e continua a gerar grande transformação nos processos ecológicos, tanto nas áreas de concentração populacional - cidades, metrópoles, megalópoles -, quanto na própria zona rural com a antropização de grandes áreas agrícolas, em ampliação, para suporte a uma sociedade que se concentrou, mas também, se desenvolveu técnico e culturalmente adquirindo condições de exponencial crescimento populacional. O Gráfico 01 mostra a evolução da relação urbano–rural nos continentes.

Na América Latina, que até os anos 50 predominava a ocupação na área rural, chega na primeira década do século XXI com mais de 80% da população concentrada nos espaços urbanos, uma mudança de polaridade radical, com projeção de pequeno avanço que beira aos 90% de taxa de urbanização para o horizonte de 2050, conforme Gráfico 1.

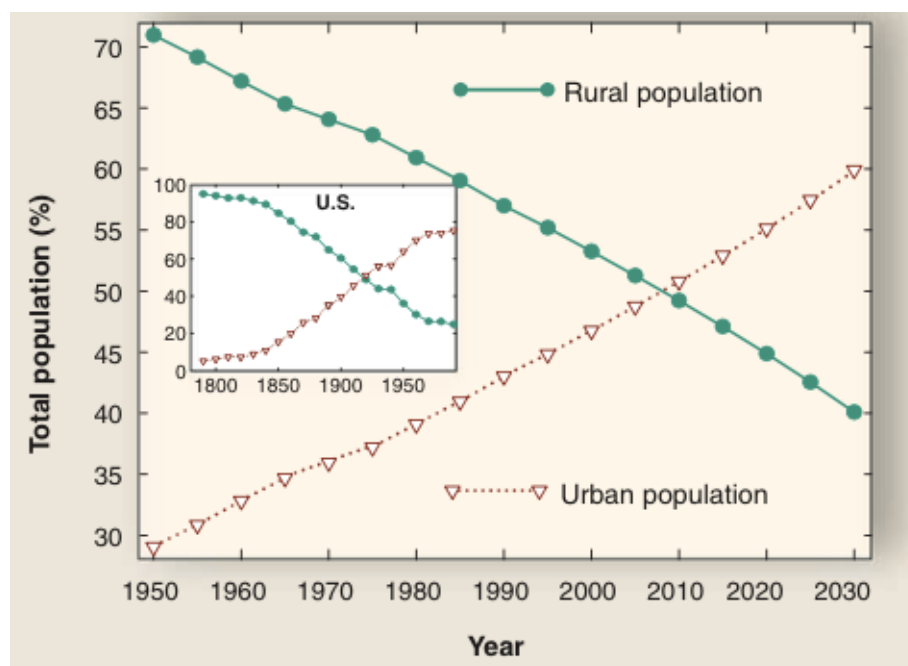
Esta radical mudança se reflete diretamente nas cidades que crescem em padrões não precedentes, formam as redes urbanas, suas hierarquias e especializações, num processo de adaptação e reestruturação continuado. O Gráfico 2 mostra a evolução das curvas da população rural e urbana mundial, situando em 2010 o ponto de superação da população urbana com relação à população mundial. No detalhe, o gráfico mostra que, para os Estados Unidos, este ponto ocorre nos anos 50, aproximadamente meio século antes.

**Gráfico 1** – ONU. *Perspectivas mundiais de urbanização: revisão 2011, NYC, 2012.*



Fonte: <<https://sites.google.com/a/agvv.edu.pt/geo-dinamica/conteudos-temas/8o-ano/populacao-e-povoamento/3--volucao-a-populacao-mundial>>.

**Gráfico 2** - Comportamento das curvas da população rural e urbana mundial.



Fonte: <<https://sites.google.com/a/agvv.edu.pt/geo-dinamica/conteudos-temas/8o-ano/populacao-e-povoamento/3--evolucao-da-populacao-mundial>>.

Aliado ao modelo de concentração populacional, os padrões rurais seguem se alterando, a polaridade se inverte. A contaminação do ambiente rural pelo ambiente urbano se alastra e toma o meio rural, dado à ampliada acessibilidade e alcance dos meios de comunicação e pelos processos urbanos no modo disperso, e passa-se a falar de novas

nuances conceituais para os padrões urbano/rural, ou, como radicalizam alguns autores, sobre o fim da contraposição campo/cidade.

Grimm explica que embora o crescimento da concentração populacional tenha acontecido em apenas 3% da superfície do planeta, o impacto, entretanto, foi global: 78% das emissões de carbono, 60% do uso residencial da água e 76% de uso de madeira florestal usada na indústria, são atribuídos às cidades (BROWN, 2001, apud GRIMM *et al.*, 2008). As demandas dos residentes urbanos dependem da produtividade e da capacidade de assimilação de ecossistemas muito distantes dos seus limites<sup>17</sup>, uma condição exacerbada pelas tendências de globalização recentes.

Os processos econômicos também conduziram para uma intensificação do consumo de produtos e para uma lógica de crescimento calcada na produção continuada, apoiada em premissas culturalmente disseminadas de descarte e de obsolescência dos produtos, que exerceram radicais transformações no ambiente natural, a princípio, à revelia da consciência da finitude e limites dos processos e serviços ecológicos da natureza.

Associar a arquitetura e urbanismo à noção de sustentabilidade é o desafio para enfrentamento dos processos urbanos contemporâneos. Afinar a relação Sociedade-Natureza passa a ser requisito de viabilidade para as espécies e para a espécie humana, em especial, que atingiu a produção de artefatos atômicos com capacidade de destruição de massa até duas vezes e meia superior à deste planeta, com a ameaça de ter sido capaz de acioná-los já demonstrada. (HERRERA, 1983).

#### 1.2.4 Urbanismo sustentável: ecologia urbana

Tomar a sustentabilidade como eixo de organização propositivo para alcançar uma nova racionalidade baseada na produtividade ecológica dos territórios, numa equação que reúne a produção de biomassa e criatividade cultural, conformando uma nova racionalidade de produção econômica, remete à multidisciplinaridade e interdisciplinaridade como forma de construção de solução e evidencia o binômio sustentabilidade/interdisciplinaridade. A biologia e a ecologia, mas também as engenharias, ambiental e de infraestrutura, e a área disciplinar de gestão estão na linha de frente para integrar às áreas disciplinares que tratam da

---

<sup>17</sup> A pegada ecológica das cidades corresponde de dez a cem vezes o seu tamanho para produzir os fluxos de energia, bens materiais e serviços não materiais como: absorção de águas descartadas, o bem estar do ser humano e a qualidade de vida (FOLKE, C. *et al.*, 1997; KAYE, P. *et al.*, 2006, apud GRIMM *et al.*, 2008).

dimensão espacial e territorial - arquitetura, urbanismo agronomia -, visando a outras práticas de produção de tecido urbano, qualificando-as (LEFF, 2004).

Polidori e Krafta, considerando o dinamismo do processo de crescimento urbano, e compreendendo compactação e fragmentação como estados construtores de sustentabilidade, integrados com o ambiente não urbanizado, e, sendo as cidades e redes de cidades, sistemas complexos com a propriedade de auto-organização, identificam algumas linhas para combater a insustentabilidade urbana que passam por alternativas de: policentralidades, interfaces e espaços abertos, cidades compactas, diversidade morfológica, e estudos na linha do urbanismo ecológico, todos fundamentados e dependentes de “melhorar o conhecimento sobre as lógicas configuracionais da dinâmica de constituição dos tecidos urbanos” e de capturar fisicamente o processo de evolução urbana (POLIDORI; KRAFTA, 2003, p. 5).

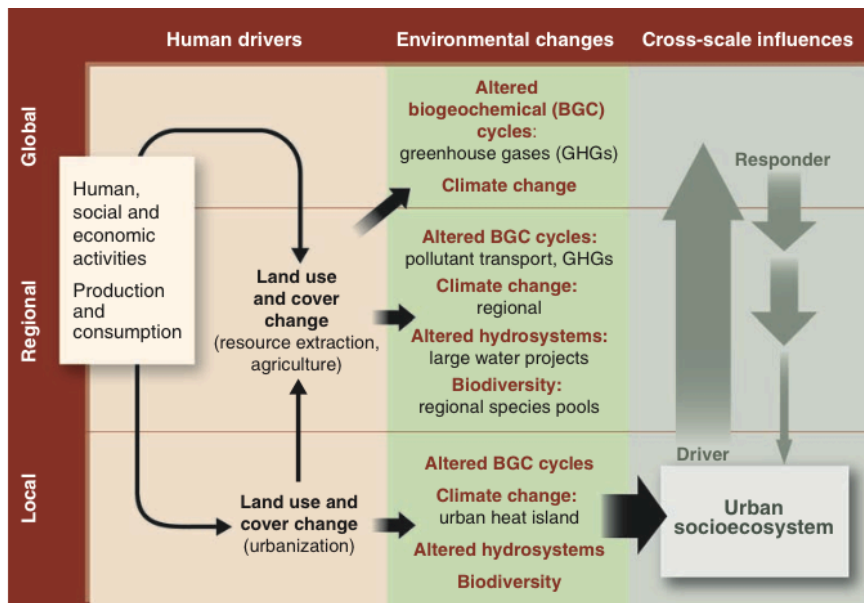
Na expectativa de que, ao cabo desta pesquisa se terá percorrido o processo de evolução da expansão metropolitana e, conhecido a “lógica configuracional dos tecidos urbanos” da expansão da RMS, segue-se pelo viés do urbanismo ecológico para capturar a possibilidade de encaminhamento de solução via planejamento sustentável. Desse modo, andentrando, desguarneckida do apoio interdisciplinar, a seara da ecologia urbana, busca-se seus princípios para compreender melhor o planejamento de referência e inspirador para a tomada desta opção: o *Masterplan de Istambul, Arnavutköy*, adiante, sinteticamente apresentado.

## Ecologia Urbana

A perspectiva de a Ecologia Urbana agregar novas possibilidades para pensar as cidades e as ocupações urbanas e seus processos, num ciclo biogeofísico dos ecossistemas em que se inserem, significa um conjunto de abordagens metodológicas específicas a serem trabalhadas simultaneamente.

A evolução conceitual da estrutura da ecologia urbana compreende as cidades como sistemas socioecológicos, heterógenos e dinâmicos, muito complexos e adaptativos, nos quais, os serviços do ecossistema conectam sociedade e ecossistemas em múltiplas escalas. Estuda as interações socioecológicas no seu interior e tem papel tanto condicionador quanto solucionador para as mudanças ambientais, conforme demonstra o esquema da Figura 3 (GRIMM *et al.*, 2008).

**Figura 3** - Estrutura do sistema socioecológico urbano, determinante e solucionador das mudanças ambientais.



Fonte: Grimm (2008).

O esquema interrelaciona as escalas das mudanças ambientais mostrando a circularidade dos efeitos que perpassam dos níveis, local e regional ao global, e, mostra a urbanização, manejada como um sistema socioecológico, como resposta possível à grande interferência que o modo concentrado de vida implica nas condições ambientais do planeta. Reconhece cinco tipos de mudança global que afetam e são afetados pelos sistemas urbanos: mudanças no uso do solo e cobertura, ciclos biogeoquímicos, clima, sistemas hidrológicos e biodiversidade.

Nos processos de dispersão urbana, os sistemas hidrológicos originais são fortemente afetados, com o agravante da tendência das ocupações se estabelecerem às margens de corpos d'água, mananciais, em unidades de conservação, devido à facilidade de suprimento e por serem áreas de ocupação restrita pela legislação urbanístico/ambiental. Alterações na rede hidrológica urbana impactam a diversidade biológica com a homogeneização das comunidades bióticas, inclusive com efeitos nos fenótipos.

A ecologia urbana aposta na reconciliação ecológica, na reconquista de habitats alterados, na recuperação da diversidade, por meio de novos arranjos espaciais e manejos, ao tempo que proporcionar benefícios econômicos. Os serviços dos ecossistemas despontam como a grande promessa e a tendência é que os ecologistas integrem equipes de planejamento urbano e regional.



A relevância da ecologia urbana está no caráter de inovação, inspirando uma renovação nas concepções de zoneamento, organização territorial e planejamento geral, a partir de uma lógica que envolve as populações como espécies, que devem harmonizar com os ciclos da natureza.

O metabolismo circular, um dos recursos metodológicos da ecologia urbana, centra no manejo dos impactos ambientais urbanos por meio da análise dos fluxos materiais - entradas e saídas -, visando à otimização dos processos. Entende a cidade como um sistema metabólico, esta uma particularidade dos sistemas socioecológicos, e apoia-se fortemente nos processos de reuso, reciclagem e reaproveitamento dos materiais e, principalmente, numa revisão dos padrões de consumo da sociedade, dependente de sensibilização e de efetiva guinada sociocultural, de alto grau de dificuldade de implementar.

No mesmo sentido de buscar solução de inovação, tomando as cidades como sistema socioecológico, chega-se à experiência de planejamento para a região metropolitana de Istambul. A proposta alimenta as expectativas de soluções baseadas nos conceitos de ecologia urbana, interdisciplinaridade, conjugados às especificidades do ambiente natural. Similaridades com a complexidade urbano-regional da RMS é possível identificar, pois, como lembra Panerai, “[...] apesar de suas diferenças e da identidade própria a cada uma delas, em todas podem ser encontrados os mesmos tipos de fenômenos urbanos”. (PANERAI, 2015, p. 3). Segue síntese do plano em três itens: problema, significado para sustentabilidade e proposta. No Anexo 07: algumas imagens e esquema funcional do *Masterplan Istambul*.

O problema: expansão urbana nos eixos de transporte e abertura de novas rodovias; habitação, projetos de grande escala e projetos de desenvolvimento industrial que pressionam os recursos naturais e ameaçam à sustentabilidade - água potável e áreas vegetadas -; floresta e zonas de aquíferos desprotegidas, mas deveriam favorecer à agricultura ecológica e ao turismo; rápido desenvolvimento de urbanização atingindo novas vilas, terras rurais e terras naturais.

O significado de sustentabilidade: proteger as bacias hidrográficas; proteger o entorno de mananciais; preservar as áreas sob pressão de urbanização, eliminando ocupações que traspassem as bacias ou que se espalhem no território tornando subutilizadas as terras agricultáveis, transformando-as em objeto privilegiado para o desenvolvimento do mercado imobiliário; conter a constante pressão do *sprawl*; restringir ocupações urbanas às cotas mais elevadas; e, livrar o centro das bacias de ocupações. A densidade urbana e os recursos de proteção são vistos como partes indissociáveis de um único sistema.

A Proposta: zonas com gradiente de proteção ambiental e canal de controle de águas superficiais; as formas das zonas são expressão específica e direta da topografia natural, do relevo; forte uso agrícola da terra, vital para conter a ocupação e preservar a bacia da especulação do mercado imobiliário; a cidade como fonte de água para agricultura e consumo; a água usada é tratada e reusada como água de irrigação, fechando o ciclo. A cidade proporciona os recursos necessários para a agricultura e então protege as bacias hidrográficas.

A cidade se beneficia do sistema com as zonas de agricultura: produção de madeira e alimentos, recreação e preservação do real valor ecológico. A densidade aumenta, a produção de água aumenta, numa relação paradoxal: desenvolvendo a cidade, uma melhor proteção da bacia é alcançada. No final, o desenvolvimento concentrado da cidade, em certas zonas, e, em outras, livre de ocupações, cria uma condição de vida específica, realmente, um ambiente. (*Masterplan Istanbul*, 2010).

A Ecologia Urbana tem papel central para encaminhar solução para a concentração das populações nas cidades e áreas urbanizadas à escala regional, e para enfrentar os desequilíbrios ambientais em escala global, disciplina que se apresenta com possibilidade de alterar favoravelmente as relações para construção de um urbano futuro sustentável.

### O urbano e o periurbano florestal – UPF (*Urban and peri-urban forestry* - UPF)

Na mesma direção o programa UPF – FAO/UN incentiva o florestamento urbano e periurbano como uma abordagem integrada, interdisciplinar, participativa e estratégica de planejamento e manejo de recursos arbóreos, nas áreas urbanas e periurbanas, para seu benefício econômico, ambiental e sociocultural.

A estratégia de planejamento com base na ecologia urbana como desenhada para Istanbul, acima descrita, cria as condições, pelo viés da ecologia urbana e do metabolismo circular, para a implantação e manejo deste e outros programas relacionados à agricultura urbana com os objetivos de maximização em termos de valores: econômico, subsistência, social, cultural, ambiental e biodiversidade.

O UPF serve a muitos propósitos e toma muitas formas: sejam a cobertura natural, florestas cultivadas, manutenção de florestas em áreas molhadas e secas, florestas e áreas arborizadas, espaços verdes e áreas de rua, assim como árvores em jardins urbanos e periurbanos, para assegurar que as cidades, árvores e florestas cresçam juntas (UN-FAO, 2010). Programa enfatizado, principalmente em países em desenvolvimento, onde a pobreza e

os problemas socioeconômicos são crescentes e se deslocam da área rural para as áreas urbanas, com evidência de insustentabilidade do crescimento da maioria das cidades, aumento da desigualdade e segregação socioespacial, ressaltados no sentido da resiliência, sustentabilidade e desenvolvimento equilibrado entre regiões urbanas.

Do enunciado do conceito de ecodesenvolvimento até o amadurecimento do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável já se foram três décadas. Ao contrário de arrefecer, submergindo às forças econômicas que ainda não se apropriaram das oportunidades nesta direção, a intensificação dos efeitos da má utilização dos recursos ambientais vêm acentuando e valorizando a sustentabilidade como o paradigma para o futuro desta espécie e para a manutenção de vida no planeta.

### 1.3 METRÓPOLE

A abordagem sobre metrópole e pós-metrópole, acompanha a narrativa de Soja, que apresenta a transição pós-metropolitana, um rico quadro referencial reunido no livro intitulado *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*<sup>18</sup> (SOJA, 2000). Uma publicação que atravessa as vertentes interpretativas sobre a evolução das cidades e da metrópole do capitalismo urbano-industrial, seu encadeamento histórico e os embates teóricos – dos marxistas aos neomarxistas. O termo pós-metrópole foi incorporado ao título da tese, apropriado como grande hipótese a ser investigada e a abordagem dos dois estágios constituem sínteses desta leitura de referência adotada, justificando a não repetição da fonte ao longo do texto.

A opção pelo texto de Soja, como referencial, decorre, sobretudo: da valorização que confere à espacialidade da vida humana, como força gerativa causal do desenvolvimento econômico, da inovação tecnológica, da criatividade cultural, equiparada aos processos sociais e históricos, via de regra, colocada à margem; pela metodologia que utiliza, desenvolvendo seu pensamento apoiado em textos de grandes teóricos, enlaçados numa narrativa abrangente, que faz desta uma obra completa sobre as cidades e a urbanização; e, pelo foco na dimensão espacial que, sem negligenciar a crítica social, favorece à compreensão das transformações urbanas.

Introduz conceitos-chave, relativos às propriedades do espaço, desencadeadores da estruturação socioespacial: *synekism*, o ímpeto de desenvolvimento que deriva de ambientes de densos assentamentos e do estímulo à aglomeração urbana; *spatial specificity of urbanism*, (especificidade espacial do urbanismo), uma das forças de desenvolvimento mais intrínsecas à urbanização; *regional nature*, a natureza regional da urbanização e do urbanismo; *city-space*, espaço-cidade, o conceito espacializado de cidade. Definições que perpassam suas análises e são cotejadas com as análises que desconsideraram a dimensão espacial, ou, a tratou secundariamente.

Organiza seu pensamento sobre a pós-metrópole em seis discursos. Os quatro primeiros reúnem dados e conceituações definidoras de um novo regime de urbanização, um modo distintivo, pós-metropolitano de desenvolvimento urbano. O quinto e sexto discursos exploram o comportamento institucional emergente, as mudanças ideológicas que estão se

---

<sup>18</sup> SOJA, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Massachusetts: Blackwell, 2000.

reorganizando, o que pode ser chamado de modo pós-metropolitano, de regulação social e espacial.

O contexto das reflexões de Soja sobre metrópole e pós-metrópole são cidades americanas, em especial Los Angeles (LA), e, com a devida distância, as interpretações e representações constituem-se em referencial conceitual para refletir sobre a Região Metropolitana de Salvador.

Passa-se, na sequência, à reflexão, ainda conceitual, mas mais aproximada do objeto de pesquisa, a realidade da RM de Salvador. Retoma-se: o texto do professor Milton Santos, *O papel metropolitano da cidade de Salvador*, 1956; as reflexões do professor Flávio Villaça, *O espaço intraurbano*, 2001; as mais atualizadas considerações do professor Queiroz Ribeiro, *Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010*, 2013; e, sobre as metrópoles brasileiras, especificamente sobre a Região Metropolitana de Salvador as ricas publicações organizadas pelos professores, Sylvio Bandeira de Melo, Inaiá Carvalho e Gilberto Corso Pereira, em 2003, 2009, 2011, 2015 e 2016.

### 1.3.1 Modernidade e Metrópole urbano-industrial capitalista

Apoiado em Berman e Kern<sup>19</sup>, situa as metrópoles urbano-industriais ao longo da história, associando-as à ideia de modernidade. Metrópoles como manifestação espacial específica que reflete o ‘espírito’ do espaço e do tempo, da época, uma condição não igualitária, que não constitui desenvolvimento homogêneo, mas que veio afetar e transformar a produção social do espaço-cidade (*cityspace*). Resposta ao que é significativamente novo, práticas que sugerem alternâncias entre desordem e crise, periodizações dos arranjos conjunturais sócio-históricos e espaço-temporais que marcaram a evolução das cidades.

Relembrando, a modernidade, com origem no Iluminismo, via colonização e expansão mercantil viria a influenciar o mundo ocidental, criando a consciência do que se configura como moderno, modernista e modernização no sistema mundial. Os movimentos modernos cresceriam seu papel no desenvolvimento urbano, colocando a ciência a serviço de melhorias sociais e do manejo das comunidades urbanas e suas áreas interioranas. A primeira crise da modernidade 1776-1848<sup>20</sup>, marca o desenvolvimento da moderna democracia liberal, sob o lema da liberdade, igualdade e fraternidade, e dos direitos universais do homem, implicando

---

<sup>19</sup>Marshall Berman (1982), Stephen Kern (1983).

<sup>20</sup> HOBBSBAWN, E. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz Terra, 2006.

diretamente em maiores direitos para a cidade, para o espaço-cidade, para a cidadania. Baseia-se no controle das cidades-estado monárquicas centrais e das colônias imperiais periféricas, quando se inaugura, a partir de 1850, uma nova fase na geo-história do espaço cidade – a terceira Revolução Urbana<sup>21</sup>, período da cidade industrial e ponto de inflexão agrário-urbano, marcado por Lefebvre, 1970.

## Características

A modernidade, com a expansão do capitalismo urbano-industrial e com a consolidação do poder do estado nacionalista, imprime ampla desconstrução/reconstituição em quase todos os campos do conhecimento e ação. Na primeira metade do século XIX, a nova ordem urbana caracterizou-se por: forte migração campo-cidade; simbiose urbanização/industrialização que define o capitalismo industrial como um modo de produção essencialmente urbano; agregação às funções de coordenação e controle da produção social da função como *locus* da produção, no centro e arredores do espaço-cidade (*cityspace*); amplificação dos desafios urbanos, habitacionais, de infraestrutura - industrial e urbana -; e, emergência do espaço da economia do urbanismo, produzindo e reproduzindo relações espaciais do capitalismo às escalas: global, nacional, regional e local, apesar de suas especificidades.

As grandes modificações na reorganização do espaço-cidade envolveram: a suburbanização da classe média; a dependência de conexões por transportes; a inversão de valor locacional entre o centro e subúrbio nas cidades de zoneamento concêntrico. Na estrutura social surgiram novas classes sociais e, com a pauperização, implicaram na formação de favelas que abrigaram a reserva de potenciais trabalhadores, e também dos excluídos, resultando na segregação espacial dispondo os pobres, nas áreas centrais, mais densa e confusa; a classe média, na quadrícula do segundo anel interior; e, a alta burguesia em zona suburbana de *commuting*, habitando propriedades rurais<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> SOJA, Edward, 2000 – considera três revoluções urbanas: a primeira, das regiões altas do Sudoeste da Ásia há mais de dez milênios, que levou, pela invenção da base urbana, à invenção da agricultura em larga escala (posição que coloca a cidade antes da agricultura e não decorrente desta); a segunda, originada nas áreas baixas aluviais do Crescente Fértil que, 5 mil anos depois, estimulou a revolução política que levou à formação da cidade-estado e impérios baseados em cidades, monarquias, organização das classes sociais e o poder social patriarcal; a terceira revolução, depois de 5 a 6 milênios, a Revolução Industrial, na Europa Ocidental, com a fundação do capitalismo urbano-industrial, até que o desenvolvimento da cidade industrial capitalista e os estudos do urbanismo desenvolvem alternativas de modernização culminando com a crise urbana dos anos 1960; após 30 anos de reestruturação urbana, a quarta revolução do urbanismo fica em aberto, desde as últimas décadas do sec. XX e virada do sec. XXI. (SOJA, 2000, p. xv).

<sup>22</sup> O autor focaliza processos nas cidades de Manchester e Chicago, emblemáticos do urbanismo industrial. As cidades europeias não deixam de valorizar a área central das cidades, assim como o esquema descrito assume outras formas em função das especificidades de cada cidade.

Este padrão organizacional configura uma força centrífuga sobre a fronteira da cidade e cria uma dinâmica de circulação moradia-trabalho, uma característica da metrópole, que tem como consequência: ampliar a jornada do trabalhador, motivar maior demanda de planejamento e de tecnologia disciplinar para assegurar as divisões sociais e espaciais entre as classes, no espaço-cidade capitalista industrial, cujo aprofundamento encontra-se nos textos de Marx e Engels (1845; 1846), Lipietz (1974), Lojicine (1977), Castells (1977), dentre outros. Um padrão replicado nas cidades urbano-industriais capitalistas, no mundo.

O espaço-cidade foi todo mercantilizado e alimentou a construção teórica da formação social e espacial da metrópole industrial capitalista, dos primeiros estágios ao processo de migração em massa para as cidades, e da crise metropolitana até o presente. A relação propriedade e rentabilidade, sensível a fatores da urbanização como custos de deslocamento, custos do padrão do tecido urbano e, a densidade, como principal diferencial, definindo um gradiente, do centro aos novos subúrbios, gera uma lógica econômica que produz e reproduz capital, incidindo em novo cálculo econômico para o espaço social da cidade e seu ambiente.

Na evolução da cidade industrial são agregados processos de descentralização seletivo, da indústria e do trabalho, para cidades satélites. No modelo de organização territorial mais recorrente – centro e zonas concêntricas -, as indústrias projetadas para fora das cidades ultrapassam as zonas concêntricas e as barreiras das classes socioeconômicas de média baixa renda e a classe de renda alta bem estabelecida nos subúrbios.

### 1.3.2 Metrópole urbano-industrial e as teorias das cidades

Serão lembradas algumas vertentes interpretativas da formação da metrópole urbano-industrial que serão retomadas nas avaliações da pertinência da hipótese pós-metropolitana para Salvador. O foco neste percurso, além de perpassar as interpretações dos principais pensadores sobre a metrópole, é também o de trilhar o tratamento dado à dimensão espacial nestas reflexões.

#### Marx e Engels

A análise da condição dos trabalhadores na indústria e na habitação iluminam as desigualdades e a configuração das classes sociais evidenciando as contradições sistêmicas do modo de produção e reprodução do capitalismo. Os escritos, 1845, embora não tratem das

cidades especificamente, focalizam as condições de desordem, agitação social e a natureza da crise econômica:

[...]. É o princípio da crise, que retoma o mesmo curso que a precedente e mais tarde é seguida por um período de prosperidade. E assim sucessivamente, prosperidade, crise, prosperidade, crise, este ciclo eterno no qual vive a indústria inglesa cumpre-se normalmente [...] (ENGELS, 1975, p. 102).

Soja destaca sobre as abordagens de Marx e Engels,

[...] [que as] especificidades espaciais do urbanismo tendem a desaparecer como uma matéria valorosa de análise séria. A geo-história torna-se apenas história, a dialética sócioespacial sucumbe diante do poder determinante da socialidade, a análise de classes perde contato com a especificidade urbana da sua origem, e, a teoria urbana torna-se um desvio no estudo do processo social, que pode ter lugar incidentalmente em cidades, mas não são intrinsecamente formatados, em nenhuma maneira, pelas cidades (SOJA, 2000, p.94).

Adiante, Harvey enuncia a lógica de destruição criativa, traduzindo o princípio das crises das cidades e dos ciclos de produção capitalista.

## A Escola de Chicago

A segunda maior referência de cidade reorganizada pelos requisitos do capitalismo urbano-industrial, na segunda metade do século XIX, Chicago, desperta a atenção de cientistas sociais, planejadores e de teóricos da sociologia urbana, como George Simmel. A cidade é convertida em pseudo-organismo sociobiológico, a sociedade de classes é naturalizada, e seus processos internos interpretados como essencialmente orgânicos. A descrição da cidade, pautada pela ecologia urbana<sup>23</sup>, emprega termos anatômicos, associação ainda encontrada na literatura urbanística atual.

Soja entende que a Escola de Chicago frustra na teorização espacial da cidade: no ecologismo simplista, na superênfase na percepção de processos naturais ou orgânicos, na despolitização da especificidade urbana (não focalizou a produção capitalista), na interpretação da superficialidade das aparências e comportamentos, na refuta à visão mais significativa das dimensões social e cultural da vida urbana.

A menção à Escola de Chicago tem o sentido de explicitar que a valorização da dimensão espacial no processo de organização do desenvolvimento, bem como a incorporação da ecologia urbana, temas relevantes dessa tese, tem nexos distintos e os conceitos são empregados e expressam abordagens bem diferentes, de modo a evitar comparações ou associações inapropriadas.

---

<sup>23</sup> Saliente-se que a ecologia urbana será retomada nesta tese numa abordagem distinta e não limitada, completamente dissociada de como foi apropriada pela Escola de Chicago.



## Os novos urbanistas

A crise da economia desenvolvimentista, anos 60/80<sup>24</sup>, nos países centrais, com a redução de excedentes, originou uma ampla reestruturação urbana impactando todas as escalas, do global ao local, marcando um novo ponto de inflexão na geo-história das cidades, caracterizado por Lefebvre, no esquema da evolução das cidades como a virada para Zona de Crítica de Transição, apresentado no Capítulo 1, Segunda Parte.

A crise expôs as fragilidades das teorias urbanísticas, que passam por várias formas de análise - carregadas de tecnologias cibernéticas – que revigoraram a ênfase no equilíbrio e no desenvolvimento progressivo. Emergiu a variante neomarxista dos estudos urbanos que liderou a construção de senso, não apenas da crise urbana, mas da verdadeira natureza da urbanização e da produção do espaço-cidade.

O foco dos neourbanistas centra na metrópole fordista keynesiana: da aglomeração da produção de massa, do consumo de massa, da filantropia do estado de bem-estar social e do poder governamental propulsor do *boom* do pós-guerra, com os efeitos espaciais de: declínio do centro urbano, suburbanização em massa baseada na ascensão da cultura do automóvel, crescente segregação e guetização. No campo político, manifesta-se na fragmentação política metropolitana, mudança nas relações de trabalho, de gestão e tecnologias disciplinares, crescimento de novos movimentos sociais com objetivo de maior justiça social na cidade.

Radicalizam na ênfase à economia política da urbanização, valorizam a abordagem mais ideológica para descrever a geografia do espaço-cidade, com destaque para a lógica do mercado de terra, reinsertando a teoria da cidade industrial capitalista nas relações sociais de classe e de poder, que sublinham o capitalismo como um modo dominante de produção. O planejamento urbano foi acusado de subserviente às necessidades do capital e do capitalismo de estado. Sem ignorar a conexão vital entre urbanização e industrialização, que entendiam estar bem compreendida no escopo interpretativo marxista.

Os campos de discórdia focavam a produção industrial, mas também, a reprodução social e espacial do espaço-cidade e a ordem urbana. Nas reformulações, uma nova dimensão se somava, o *synekism*: o estímulo à aglomeração urbana. Engels já tinha sinalizado a potência da propensão espacial e da aglomeração em estimular a consciência de classe do proletariado.

---

<sup>24</sup> Ver contexto da segunda metade do século XX no Item 1.1.3. Ressalte-se que há defasagem nas datas dessas alternâncias de crise-aceleração nos processos industriais e urbanos N/S.

Os neomarxistas Castells e Harvey, os mais proeminentes pensadores da abordagem da economia política do urbanismo, para compreender as causas e consequências da crise urbana dos anos 1960, ‘marxificam’ os estudos sobre a reestruturação urbana e introduzem a nova escola de estudos urbanos que facilitará o entendimento da origem da crise gerada nos trinta anos subsequentes. Castells concentra nos movimentos sociais organizados, em torno do consumo coletivo e da subjetividade urbana radical, enquanto Harvey revela a especificidade espacial da cidade capitalista.

### Castells, Lefebvre, a Escola de Chicago e a questão urbana

Castells começa reformulando a geo-história da terceira Revolução Urbana. Desvaloriza a “cidade” e as “formas espaciais” como objetos teóricos para análises sociológicas marxistas. Na sua visão, o capitalismo industrial (subtraído de sua intrínseca urbanidade) e a burguesia industrial (não mais enraizada no burgo) assumem o controle da produção social do espaço urbano e difundem seu feito construtivo para uma escala global, deixando a cidade como uma mera tela para as inscrições capitalistas. Mira sua crítica no poder dado à especificidade espacial do urbanismo e da espacialidade em geral no campo da sociologia urbana, surpreendendo a subordinação que impõe ao espaço no seu discurso sobre a questão urbana.

Castells coloca-se contra o ‘mito da cultura urbana’ e da ‘ideologia urbana’ e penaliza a liberal Escola de Chicago e o urbanismo radical de Lefebvre explicando a ingenuidade da visão que persistia nos seus estudos urbanos. Tudo seria explicado no campo da política econômica urbana radical, o nexos da dinâmica de relações sociais, incluindo a especificidade espacial do urbanismo. Cauteloso, critica o espacialismo urbanístico de Lefebvre, (outrora seu mentor), argumenta que, “[...] embora formas espaciais possam acentuar ou defletir alguns sistemas de comportamento, eles não têm efeito independente, conseqüentemente não existe vinculação sistemática entre diferentes contextos urbanos e modos de vida”, e conclui que a especificidade espacial do urbanismo deve permanecer à vista, mas apenas como um produto do processo social, nunca como uma variável explanatória por ela própria. (CASTELLS, 1977, p. 108).

Castells ridicularizou Lefebvre politicamente pelo pecado de se deslocar de uma análise marxista do fenômeno urbano para uma teorização da urbanização da problemática marxista. Soja afirma, exatamente, que a grande contribuição de Lefebvre aos estudos urbanos está na inversão provocativa da análise marxista: da marxificação da análise espacial para a espacialização do marxismo e, mais amplamente, para todas as ciências humanas.

Segundo Soja, Lefebvre nunca se afastaria da análise marxista do fenômeno urbano, ao contrário, equipara a ênfase no materialismo histórico e nas relações sociais à potente problemática da dimensão espacial, enlaçando o materialismo histórico e geográfico numa dialética socioespacial, na qual, processos sociais e relações conformam as especificidades do urbanismo, mas são, ao mesmo tempo, significativamente modeladas pelas especificidades espaciais.

Lefebvre defende a politização da especificidade espacial do urbanismo e da necessidade do controle social da produção do espaço-cidade. Seu trabalho<sup>25</sup> sobre o direito à cidade, a luta da produção social do espaço e a necessidade de uma revolução urbana, introduziu novas perspectivas na política e ideologia do espaço-cidade, assim como, na geohistória da modernidade e do capitalismo. Coloca claramente as fundações filosóficas para a recuperação da especificidade espacial do urbanismo, como objeto teórico, tanto quanto a crescente conscientização e o problemático contexto da progressiva ação política<sup>26</sup>.

### David Harvey: A justiça social e a cidade

Harvey publica, em 1973, *A justiça social e a cidade*, obra de ampla influência em muitas disciplinas que impactou profundamente a geografia moderna. Publicação que marca a mudança do seu alinhamento político e intelectual: de formulações liberais para formulações marxistas. Sem refutar suas formulações liberais sobre as diferenças entre as imaginações sociológicas e geográficas, coroou suas formulações liberais, abordando a interação entre o processo social e a forma espacial, concluindo que:

[...] o único quadro conceitual adequado para compreender a cidade é o que abrange e constrói sobre ambos, as imaginações sociológicas e geográficas. Nós precisamos relacionar o comportamento social à maneira pela qual a cidade assume uma certa geografia, uma certa forma espacial. Nós precisamos reconhecer que quando uma forma espacial particular é criada ela tende a institucionalizar e, em alguns aspectos, determinar o futuro desenvolvimento do processo social. Nós precisamos, acima de tudo, formular conceitos, os quais nos permitirão harmonizar e integrar estratégias para lidar com as imbricações do processo social e os elementos da forma espacial (HARVEY, 1980, p. 27).

Mais do que em suas formulações liberais, ele enraíza a origem da injustiça redistributiva na matriz social das relações de produção e, no que denomina, a específica geografia da estrutura de classes do capitalismo, evidenciando o entendimento crítico das

---

<sup>25</sup> LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*, 1970 e *A produção do espaço*, 1974.

<sup>26</sup> O trabalho de Lefebvre é impactado pela queda do movimento de Maio 68, em Paris, enfraquecendo sua força. Foi confrontado por Castells no trabalho *A questão urbana*, 1977, publicado dois anos depois da publicação de Lefebvre: *A produção do espaço*, em 1974.

especificidades espaciais da cidade capitalista, como nunca antes. Descreve a cidade capitalista como máquina geradora de desigualdades por sua própria natureza e, através disso criando no contexto urbano geografias e inter-relações de processos sociais e formas espaciais, um terreno fértil para o agravamento cumulativo de injustiças, em três dinâmicas: operações normais do mercado de terras, divisão do trabalho e financiamento por meio da mudança de valor dos direitos da propriedade privada (investimentos públicos que amplificam o valor, por exemplo), e de outras situações que surgem de convenções e competições do mercado, e de como a desenfreada economia do espaço urbano trabalha conquistando a máxima eficiência organizacional para o desenvolvimento capitalista.

Condena as intenções dos planejadores liberais, pois, sem o controle público, os planos estão suscetíveis de cooptação e, via de regra, a renovação urbana resulta em remoção/relocações de pessoas. Denuncia que a gestão do espaço público está submetida aos campos poderosos da economia e da política, modelados pelo comportamento competitivo do mercado e pela maximização do lucro.

Harvey também é crítico da “política cultural modernista radical”, quanto à atenção dada à cultura, comunidade, raça, etnia, à luta sobre o desafio do consumo, à reprodução social, e ao ambiente construído do urbanismo. Reconheceu desde o princípio a necessidade de dar atenção ao aspecto cultural, na nova política da economia urbana, e à geografia marxista desenvolvida em torno disto.

Descrevendo e parafraseando o texto em que Harvey explica sua transição de liberal para socialista, Soja o correlaciona à transição do modernismo para o pós-modernismo, e encaminha a introdução à pós-metrópole. Como os processos da formação da metrópole, nas regiões periféricas e semiperiféricas, estão fortemente atrelados, antes de adentrar o fenômeno da pós-metrópole, uma abordagem específica sobre a metrópole brasileira.

### 1.3.3 O capitalismo e a metrópole liberal-periférica

A metrópole e metropolização nos países centrais, tratada até aqui, demanda compreender a passagem da estruturação e da formação de hierarquia que coloca a metrópole brasileira como metrópole liberal-periférica, o que será possível acompanhando os argumentos de Queiroz Ribeiro, trazidos do seu texto, *Transformações da ordem urbana na*

*metrópole liberal-periférica*, 2013<sup>27</sup>, assim justificada a não repetição da fonte ao longo do texto.

### A economia-mundo e a hierarquia, periferias e semiperiferias

A economia-mundo se alarga desde quando as grandes nações europeias se lançam nas conquistas marítimas. Dois movimentos históricos são apontados na origem do capitalismo baseado na competitividade de núcleos, semiperiferias e periferias: a construção da ordem interestatal, (Estados Territoriais, e depois os Estados Nacionais) e a construção da ordem industrial. Estes dois movimentos se traduzem no internacionalismo, com caráter de nacionalismo-liberal, associado ao imperialismo, cuja proteção aos mercados nacionais, de fato, fortalece o internacionalismo. Explica Queiroz Ribeiro que a economia-mundo capitalista desencadeou duplo movimento histórico, que apresenta dois princípios organizadores da sociedade liberal<sup>28</sup>: o liberalismo econômico, do *laissez-faire* e do livre-comércio; e, o princípio de proteção social, com objetivo de preservar o homem, a natureza, e a organização produtiva da ação perversa do mercado. Princípios que têm efeito diverso nos países da periferia, resultam em desenvolvimento territorial desigual do capitalismo, impulsionado pela competição e hierarquização do poder dos Estados nacionais (RIBEIRO, 2013).

De modo mais aprofundado e apoiado no pensamento de K. Polany, situa a condição do Brasil que, embora independente desde o sec. XVIII, nunca confrontou o movimento liberal-expansionista internacional nem, tampouco, implementou um expansionismo regional, latino-americano, ou seja, acomoda-se desde a sua inserção como periferia na expansão do capitalismo.

### A metrópole liberal-periférica

Nesse contexto de formação do capitalismo internacional, as metrópoles brasileiras são conceituadas por Queiroz Ribeiro como metrópole liberal-periférica, justificado pela nova divisão mundial do trabalho, ocorrida na metade do sec. XX, quando a indústria capitalista é transferida para alguns países da periferia e surgem novos centros de acumulação e valorização do capital internacional que tornaram possível o desenvolvimento capitalista associado e periférico (de fato semiperiférico) em alguns países, entre estes o Brasil. São Paulo e outros centros metropolitanos secundários, satélites, consonantes com o modelo

<sup>27</sup> QUEIROZ RIBEIRO, L. C. *Transformações na ordem urbana da metrópole liberal-periférica: 1980/2010*. In: Rio de Janeiro. *Anais...* In: OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES. Rio de Janeiro: 4 fev. 2013.

<sup>28</sup> QUEIROZ RIBEIRO, 2013, referindo-se à interpretação de K. Polany.

centro-periferia, reproduzem, nacionalmente, o plano de relações que se estabelece entre nações (RIBEIRO, 2013).<sup>29</sup>

O caráter liberal da adjetivação da metrópole brasileira se refere ao modo de organização interna da metrópole periférica, à dinâmica econômica, social e territorial. A suposição de Queiroz Ribeiro<sup>30</sup> é de que

[...] a precariedade do habitat urbano constituído em nossas grandes cidades, suas imensas desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços coletivos, os enclaves urbanos onde moram os segmentos superiores da estrutura social, sua desmesurada expansão territorial, a *desgovernança* das ações públicas, as favelas e periferias pobres, ou seja, todos os traços marcantes das nossas grandes cidades, seja na sua dimensão ecológica-demográfica-econômica ou na dimensão das características da sociedade urbana, resultam da ação das forças liberais-internacionalizantes que dirigiram a nossa constituição como semiperiferia da expansão da economia-mundo e que bloquearam o surgimento do segundo movimento [...] na expansão do capitalismo. Ou seja, um processo de autoproteção nacional e social diante dos efeitos desarticuladores do mercado autorregulado.

Por essa razão, a nossa urbanização é produto de um *laissez-faire* cuja explicitação da sua dinâmica e de seus efeitos é fundamental para a interpretação analítica da ordem urbana que organiza a nossa metrópole. Por outro lado, esta ordem urbana tem suas características fundadas no papel exercido pela acumulação urbana na constituição, manutenção e legitimação do bloco interno de poder que conduziu e negociou a nossa inserção periférica e é associada ao desenvolvimento do capitalismo (RIBEIRO, 2013, p.10-11).

Os processos nas cidades industriais capitalistas centrais, guardadas as grandes diferenças da condição de metrópoles periféricas, no Brasil, refletem os mesmos processos caracterizados por Soja: formação de classes socioeconômicas, o exército de reserva, a migração em massa campo-cidade, suburbanização, dependência de deslocamento casa-trabalho, etc. Há que se ajustar a diferença temporal dos acontecimentos e particularidades de cada processo sócio-histórico. Ver Capítulo 1, Segunda Parte, Dinâmicas Urbanas: Marcos e Cronologia.

Queiroz Ribeiro propõe a formulação conceitual da metrópole brasileira com base “nas condições econômicas, políticas, sociais e geográficas concretas que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo periférico e associado<sup>31</sup>. Sobre metrópole e periferia, situa a metrópole brasileira na semiperiferia da economia-mundo capitalista, como centro de poder econômico e político, com papel de articulação com a economia-mundo capitalista. Entende

<sup>29</sup> São Paulo como centro nacional e primeira metrópole internacional, faz a articulação interna (centro da produção industrial brasileira) e externa (articulação com a dinâmica financeira, laços de interdependência).

O centro ampliado ou periferia dinâmica, compreende a mais forte região industrial (São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte, incluída a periferia agrícola no interior e entorno de São Paulo) e os estados do Sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); a periferia agrícola integrada, espaço da expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e as áreas do agronegócio e grandes projetos mineradores (Amazônia e parte do Nordeste); a periferia marginalizada, conformada pelos estados do Nordeste, onde situa-se a Região Metropolitana de Salvador.

<sup>30</sup> QUEIROZ RIBEIRO, 2013, reflexões referenciadas no debate construído em torno do conceito de urbanização dependente que envolveu as formulações de Manuel Castells, Anibal Quijano, Paul Singer.

<sup>31</sup> Uma concepção da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo que se distancia das concepções ortodoxas marxistas.

as metrópoles brasileiras como metrópoles mundiais periféricas, desde a origem, que apresentam

[...] dinâmicas de organização e funcionamento em dois circuitos: para fora, como satélite de uma ordem econômica hierárquica que materializa a divisão mundial do trabalho e nos liga à economia-mundo e, para dentro, como centro de poderes econômicos e políticos que domina o território interno (RIBEIRO, 2013, p. 9).

### Santos, a metrópole displicente

Aproximando as reflexões sobre metrópole com o objeto de pesquisa - a Região Metropolitana de Salvador -, Santos (1956) agrega fortes elementos para compreensão das especificidades desta metrópole, como teoria e também a situando sócio-historicamente. Apoiado em sínteses deste texto, justifica-se a não repetição da fonte ao longo do texto.

Apoiado na classificação das metrópoles, oriundas do desenvolvimento dos séculos XIX e XX, referindo-se a George<sup>32</sup>, Santos enquadra Salvador dentre aquelas "cidades de especulação comercial, criadas pelas populações imigradas durante a época colonial e comportando apenas dois setores de atividade: o primário, ou melhor, o controle do setor primário regional e o terciário" e conclui

[...]. Tais metrópoles [...] trazem, em sua fisionomia e em sua fisiologia, as marcas bem nítidas do mundo rural a que se ligam, mas, via de regra, por serem meras intermediárias do mundo capitalista e dos vorazes interesses das nações imperialistas, em muito pouco podem exercer o papel metropolitano que, por sua massa, em outras condições, seria de esperar. (SANTOS, 1956, p. 185).

O texto, escrito em pleno momento da transformação urbano-industrial da região de Salvador<sup>33</sup>, teoriza sobre o significado do polo metropolitano, sob o impacto e expectativas de que o novo momento econômico de industrialização viesse trazer alento à longa fase de estagnação que viveu o Estado, ao qual, certamente, Salvador corresponderia com novo papel de metrópole industrial-capitalista.

Santos destaca que, recorrentemente a metrópole é avaliada pelo tamanho de sua população, entretanto, ressalta o critério funcional como mais adequado e define metrópole como: cidade com múltiplas funções interdependentes, com relativa autonomia de subsistência da condição urbana e, hierarquicamente independente, situada no topo da complexidade da organização urbana, e que estabelece uma relação de avanços sobre a área

---

<sup>32</sup> Pierre George, geógrafo, define duas categorias de metrópoles oriundas do desenvolvimento dos séculos XIX e XX.

<sup>33</sup> Quando a crise da metrópole industrial capitalista já se avizinhava no primeiro mundo, a região de Salvador está nos primeiros momentos da implantação do seu parque industrial. O ajuste temporal é necessário para fazer a correspondência da periodização nos países centrais e periféricos.

que a circunda, transformando-as progressivamente em urbanas, molda as atividades do campo que passam a ser regidas pela sua demanda, determinação e suporte.

Continuando com o pensamento de Santos, este enuncia que o dinamismo da metrópole decorre de dois conjuntos de fatores, campos de força, que denominou: força de atração e força de expansão. A primeira reflete o dinamismo das funções urbanas e serviços oferecidos, polarizados, imprescindíveis ao espaço regional. A segunda refere-se ao quanto a cidade dispõe para exercer o domínio sobre o este espaço, referindo-se aos setores econômicos, ao comércio e à indústria.

Esta concepção de campos de força, que caracteriza a condição metropolitana, será fundamental para a construção dos raciocínios explicativos das atuais relações que se estabelecem entre Salvador e os municípios da região metropolitana, a ser confrontado com o prognóstico feito por Santos quando comenta o destino das metrópoles, de maneira geral, aplicável a Salvador:

[...] padecem do mal de uma excessiva centralização de recursos sociais e técnicos, em relação ao espaço a que preside[m], e não são capazes de transmiti-los ao resto do território. Em suma, são morfologicamente organismos metropolitanos em relação ao conjunto, mas são incapazes de exercer bem o seu papel, de funcionarem como metrópole, daí estarem a perder, sempre e cada vez mais, a sua área de influência (SANTOS, 1956, p.186).

A conceituação de Santos sobre a força de expansão da metrópole, exige da concentração de equipamentos e serviços do polo metropolitano a contrapartida da propagação, no território que está sob sua influência, deste valor de potência, inerente à concentração da infraestrutura e superestrutura urbana. Esta perspectiva tem um caráter mais virtuoso que a teoria do lugar central de Christaller, (1935), visto que a macrocefalia de Salvador, por esta teoria, estabelece uma tendência redundante, um ciclo de auto atração para o polo de maior peso da região metropolitana, contraditória ao conceito de força de expansão, dinamizadora do espaço metropolitano. Saliencia Santos que “[...] a excessiva centralidade é mais uma descompensação que faz minguar a força de expansão e tende a perder, ou ao menos fragilizar a sua área de influência” (SANTOS, 1956, p. 186). Acrescente-se que a virtualidade das relações comerciais, sociais e do trabalho, viabilizada com as tecnologias de informação e comunicação (TIC), assim como a amplificação da mobilidade, por aprimoramento dos meios de transporte e maior acessibilidade, colocam, em outros termos, o que se entende como limiar e alcance, conceitos basilares dessa teoria.

A ausência de visão regional, o confinamento do poder político limitado aos espaços administrativos -, associado a uma gestão territorial que não enxerga sua inserção regional,



são fatores que corroboram a exacerbada polaridade de serviços e a restrita dinamização regional. Ao cabo de sessenta anos da data do texto de Santos, constata-se o quanto de antecipatório tem seu raciocínio e o quanto a desconsideração desta importante construção conceitual enfatiza a fragmentação regional e impediu uma gestão regional dinamizadora, fortemente determinada pela inépcia planejadora e executora da governança metropolitana, uma metrópole displicente (SANTOS, 1956).

A força centrífuga/centrípeta definida por Soja, como a que empurra a fronteira da cidade e/ou atrai para o centro da cidade, se relaciona com a forma urbana, ajuda na compreensão da dinâmica de circulação moradia-trabalho que veio a ampliar a jornada do trabalhador, e se constitui em especial característica da metrópole. Especialmente, os polos industriais metropolitanos caracterizaram processos de suburbanização e de conurbação, diferentemente, dos processos da fase pós-metropolitana como será visto, na sequência.

### Santos e os Dois Circuitos

Santos teoriza sobre o espaço no terceiro mundo. Salienta que os países nesta condição se organizam em função de interesses distantes, frequentemente em escala mundial, e que as forças atuam de modo seletivo produzindo desenvolvimento desigual. Oferece a concepção dos dois circuitos formados pelos aparelhos de produção e distribuição, responsáveis pelo processo econômico e pelo processo de organização do (SANTOS, 1979).

Santos assevera que a teoria dos dois circuitos serve para compreender a cidade como uma máquina viva, para explicar as relações externas, cidade e região de influência, foco do interesse dessa pesquisa. Desse modo, e considerando que o grande diferencial dessa teoria está na carga de tecnologia dos processos produtivos, um diferencial que se intensificou desde o momento do seu enunciado até o presente, um dos argumentos fundamentais da transição pós-metropolitana, adentra-se a teorização dos dois circuitos na expectativa de ampliar a compreensão sobre o enquadramento da RM de Salvador.

Sinteticamente, cada circuito mantém com o espaço da cidade um tipo particular de relação, em duas zonas de influência, cada uma formando um subsistema urbano: o circuito superior (*firm centered economy*), equivalendo à modernização tecnológica representada pelos monopólios, com relações nacionais e internacionais<sup>34</sup> (bancos, comércio, indústria de

---

<sup>34</sup> Mesmo na elaboração de Santos, a percepção da grande transformação da TIC é apenas parcial, pois, hoje, as interações internacionais independem do porte das empresas, uma condição superada. A sociedade se libera de todo cerceamento de relações por meio da intensificação do uso de recursos tecnológicos, seja a grande empresa, a pequena ou o indivíduo, configurando uma diferença significativa das circunstâncias da idealização desta teoria no momento presente.

exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores); o circuito inferior (*bazar economy*), correspondendo às atividades de pequena dimensão, mercado, comércio não moderno e de pequena dimensão, fabricação tradicional (não capital intensivo), transportes tradicionais e serviços não modernos, representado pelos interesses de populações pobres, enraizado no local e região, mas de grande significado para apreensão da realidade urbana e como fornecedor privilegiado de emprego.

A produção dos dois circuitos corresponde a dois processos de industrialização e a dois subsistemas urbanos: tipo A, processo de industrialização moderna voltada para o interior, dependente de infraestruturas locais, oferecidas pelos Estado, que visam cooptar indústrias para elevar o PIB; tipo B, de atividades industriais voltadas para o mercado externo, captura o *overhead* (capital para reduzir os custos e apropriar as vantagens das cidades), tem localização livre na medida em que são atividades que podem criar ou fazer criar rapidamente o meio que necessitam, ambas, são categorias abertas (SANTOS, 1979).

A distribuição da indústria e do comércio avançados observam, predominantemente, uma relação diretamente proporcional na implantação: maior hierarquia da cidade, maior indústria/comércio, e, como já referido, na medida do interesse ou excepcionalidade, podem se localizar em cidades de outros níveis hierárquicos e até regiões deprimidas. Os dois circuitos se distinguem, a partir de certa dimensão, pela sua localização na cidade, dois campos urbanos evidentes. A área de influência do circuito inferior tende a aumentar do centro para a periferia, enquanto o circuito superior aumenta seu alcance à proporção que se sobe no escalão urbano. De modo curioso, a importância do circuito inferior aumenta com o tamanho da cidade com a peculiaridade de, nas cidades pequenas, substituir o papel do comércio moderno praticando preços mais altos destes produtos.

Embora Santos teorize e se refira a autores que teorizaram sobre a influência dos dois tipos de produção e sobre o reconhecimento dos dois circuitos nas cidades, conclui que o mais importante para “o planejamento é o problema prático da avaliação da força do comando real da cidade sobre o espaço regional” que corresponde à força de expansão enunciada por ele próprio (SANTOS, 1956, p. 186).

Enquanto a teoria dos dois circuitos busca compreender a dinâmica urbana e regional pela produção e distribuição, Vilaça valoriza e distingue as condições de transporte como fator decisivo na estruturação do espaço urbano.

O fenômeno urbano de formação das metrópoles brasileiras, desde sua origem até a atual posição na economia globalizada, de modo geral, as enquadra como periférica e liberal. A RM de Salvador, particularmente tida como incompleta e displicente, sintetiza de modo singular o enquadramento da metrópole nordestina.

#### 1.3.4 Metrópole: classificação dos espaços urbanos

Dois momentos marcam a história das regiões metropolitanas brasileiras. Como parte da política nacional de desenvolvimento urbano, em razão da consolidação das metrópoles como *locus* do processo industrial, as capitais de estados e municípios integrantes da mesma unidade socioeconômica passam a constituir regiões metropolitanas, em 1973. Adiante, com a promulgação da *Constituição Federal*, 1988, os Estados passam a ter a competência para institucionalizar suas unidades regionais - aglomerações urbanas e microrregiões, regiões integradas de desenvolvimento (RIDE) e instituir e alterar limites das regiões metropolitanas, já consolidadas, com os objetivos de realização de serviços de interesses comuns e para compor uma unidade de planejamento e gestão (RIBEIRO, 2009).

Sem critérios para a padronização, seja pela *Constituição Federal* ou por normas específicas que balizassem conceitualmente as categorias espaciais das regiões metropolitanas, a institucionalização de unidades regionais resultou bastante heterogênea, o que dificulta estudos comparativos e largas discrepâncias na elaboração de hierarquia dos espaços urbanos.

Villaça trata da inconveniência da definição de regiões metropolitanas por decreto, baseada na aposta que se reverta em fato geográfico, e valoriza o modo de defini-las por finalidade geográfica e estatística, como nos EUA e Europa. Isto equivale a dizer que essas resultam de relações metropolitanas quantificadas, nos fluxos de passageiros, de materiais e informação, onde as condições de transporte aparecem como fator decisivo na estruturação do espaço urbano. Neste modo, as regiões metropolitanas são reajustadas a cada 10 anos, em função dos dados estatísticos atualizados, enquanto as entidades administrativas são mantidas e preservadas na sua autonomia (VILLAÇA, 2001; e em entrevista gravada por Denise Teixeira).

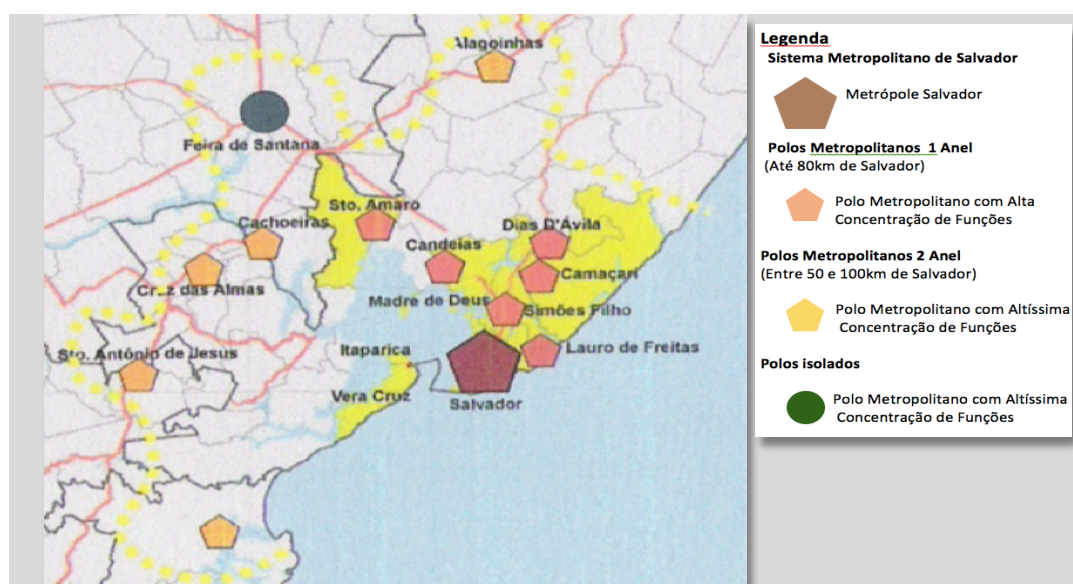
Estudos da dinâmica urbana do estado da Bahia, entre 1998-2008, apontavam 15 regiões econômicas com maior dinamismo, sendo que, há várias décadas, a RMS e o sul do

território baiano registravam taxas de crescimento de 2,1% e 2,5% aa, indicativos de imigração líquida (BAHIA. SEI, 2011).

Privilegiando o critério de concentração de funções nos centros urbanos localizados no entorno metropolitano até 100 km - área de alta densidade de polos, com multiplicidade de funções e elevada concentração populacional -, os estudos da SEI apontam como cenário-síntese para o sistema metropolitano de Salvador uma estrutura urbana policêntrica (BAHIA, *Bahia Urbana*, 2011).

Os polos de diferentes tamanhos e concentração de funções caracterizam o espaço deste sistema que extrapola os limites da Região Metropolitana. Esta configuração do sistema metropolitano de Salvador corresponde ao espaço potencial de dispersão urbana, cuja regulação e potencialidade organizativa dependem de melhor apropriação do conhecimento deste processo, de uma revisão dos instrumentos de regulação e gestão territorial e, principalmente, de uma concepção espacial propositiva para o modelo de desenvolvimento urbano desta grande área que, como diz Reis, transpasse da análise econômica à análise urbana (REIS, 2006). Na Figura 4, a representação do Sistema Metropolitano de Salvador como idealizado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia.

**Figura 4** - Sistema Metropolitano de Salvador.



**Fonte:** SEI-BAHIA. *Bahia Urbana*, 2011.

A Lei Federal 13.089, 2015, *Estatuto da Metrôpole*, define, no Artigo 2º, incisos I, V e VII, conceituações para aglomeração urbana, metrôpole e região metropolitana, categorias que passam a ser institutos jurídicos além de categorias técnicas:

Aglomeración urbana: “unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas”; Metrópole: “espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e, Região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole.

Outras definições importantes neste mesmo Art. 2º. nos incisos II, III, IV e VI são:

Função pública de interesse comum: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes; gestão plena, condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui: - formalização e delimitação mediante lei complementar estadual, estrutura de governança inter-federativa própria (nos termos do art. 8º desta Lei), plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual; governança inter-federativa, compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum; plano de desenvolvimento urbano integrado, instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana ou da aglomeração urbana.

Embora os conceitos enunciados na lei do *Estatuto da Metrópole*, estes requerem melhor especificação e maior precisão para a classificação dos espaços urbanos, requisito para estudos de hierarquização, principalmente quando se considera diversidade de critérios na definição das regiões metropolitanas instituídas depois da *Constituição Federal*, 1988, que levou à disparidade entre as regiões.

A metrópole industrial fordista marca o ápice de um longo período mantido por uma organização sistêmica que lhe garantiu relativa estabilidade, da produção e da organização socioespacial, embora as conquistas tecnológicas que neste percurso foram sendo aprimoradas, mas, sem a potência de levar à inflexão da sua trajetória. O evento da microeletrônica, entretanto, a partir das últimas décadas do século XX, e o continuado desenvolvimento, difusão e popularização do acesso aos meios tecnológicos, o encurtamento das distâncias, via maior integração proporcionada pelo desenvolvimento dos meios de transportes, associado a outras conjunções econômicas, radicalizaram um quadro que sugere uma transformação de grande magnitude em curso.

No Brasil, e outros países que se situam na periferia e semiperiferia, as condições se particularizam e reinserem as tradicionais metrópoles coloniais na economia-mundo com diferentes papéis na articulação global e articulação na rede urbana. Adentra-se a caracterização da pós-metrópole, na sequência, sem rupturas.

## 1.4 PÓS-METRÓPOLE

A abordagem sobre a pós-metrópole utiliza da mesma estratégia adotada para a teorização sobre a metrópole. Percorre-se o pensamento de Soja, condensado na obra intitulada *Postmetropolis: Critical studies of cities and regions* (2000), - tradução nossa -, cujo termo adotou-se como hipótese para o estudo dos processos contemporâneos de expansão da Região Metropolitana de Salvador, e de outros autores, aos quais Soja recorre para a caracterização do fenômeno urbano que sucede à metrópole urbano-industrial.

Soja organiza seu pensamento sobre a transição pós-metropolitana em seis discursos sobre a evolução do urbanismo industrial, em *layers*, cada um capturando diferentes facetas do espaço-cidade industrial pós-fordista, seis hipóteses sobre um processo em curso. O primeiro e o segundo discursos - Metrópole Pós-Fordista e Cosmópolis - giram em torno da tentativa de identificar, conceitualizar e explicar as forças gerais que afetam o mundo contemporâneo nas últimas três décadas do sec. XX. O terceiro e quarto discursos - Exópolis e Cidade Fractal - dão ênfase em conceituar e interpretar as consequências sociais e geográficas mais concretas deste processo de reestruturação no espaço-cidade pós-metropolitano. O quinto e sexto discursos - Cidades Fortificadas e Cidade Simulacro - focam particularidades do cotidiano na pós-metrópole, com amplo escopo interpretativo, não privilegiadas neste enquadramento teórico.

Soja esclarece que o prefixo pós aplicado à metrópole, nem representa uma ruptura completa nem oposição binária à metrópole, mas, ao contrário, uma condição posterior a um estado/estágio conhecido, que segue além, para uma ordem significativamente diferente. Considera a metrópole urbano-industrial uma expressão metafórica da modernidade, entende que a pós-metrópole corresponde a uma primeira aproximação do que será o último estágio entre modernidade e pós-modernidade, - a Zona crítica do esquema explicativo de Lefebvre - uma transição pós-metropolitana, até que se estabeleça o novo modo de organização. Explicita a associação do pós-moderno com a pós-metrópole como um pressuposto basilar como apresentado a seguir.

### 1.4.1 Pós-modernidade e Pós-metrópole

Afirma que o pós-modernismo, na passagem da sociedade industrial para um outro estágio de produção, baseado na informação, corresponde a uma revolução na sensibilidade.

Novo momento de sentir-se ser no mundo, que valoriza mais as aparências que os fundamentos, a construção de futuros alternativos, que refuta ao sentido de continuidade, memória e história, e desacredita consensos e metanarrativas.

A pós-modernidade como construção conceitual alimenta a emergência de novo padrão de organização da urbanização. Trilhando o pensamento de Soja, mas com inserções imprescindíveis sobre esta condição pós-moderna, pelo clássico de David Harvey, mas também de outros autores cujos extratos de suas narrativas, conduzidas e alinhavadas por Soja como um mosaico de pensamentos convergentes, impõe o recurso de leituras indiretas para transmitir o sentido de textos de difícil construção de paráfrases, além da própria dificuldade da sua tradução.

O texto de Chambers descreve as grandes transformações que inquietam a sociedade, a cultura e a economia da zona de transição apontando direções para uma nova história:

[...] o mundo não augura o paraíso infotécnico, mas urge novos horizontes de possibilidades. Ele produz um espaço (no sentido físico, temporal e simbólico) no qual as relações sociais prévias, a organização econômica e a experiência e o conhecimento estabelecidos são colocados em questão, crise e movimento; no qual o trabalho pode ser descontínuo; no qual a ecologia não vai ser uma preocupação periférica para a economia, mas parte do mesmo orçamento (grifo nosso); no qual o gênero do poder e de políticas não pode mais ser assumido ou ignorado; no qual a exaustão dos consensos do pós-guerra e a dureza de certos discursos ideológicos pode, paradoxalmente, encorajar a criação de conexões transversais sobre divisões políticas anteriores, como por exemplo, no caso dos direitos sexuais e liberdades; na qual as perspectivas nativas podem ser frequentemente interrompidas e forçadas a acomodar tendências transnacionais e realidades; e, na qual, o consumismo não é por produto da produção industrial, mas uma economia autogerada e um modo de vida não mais limitado à unidade familiar, mas agora, caracterizado pelos, altamente fluídos e heterogêneos canais de consumo que, de outro modo, são sintomas de importantes mudanças na própria concepção da produção e mercados. Neste desenraizamento e redirecionamento de histórias anteriores, estruturas e tradições, na sua mutação e contaminação num mundo contingente, nós podemos começar a discernir um sentido maior... [...] um novo sentido de ambos, “política” e “democracia”, se eles não vão desaparecer para sempre escondidos (*behind*) pela pobreza policiada, desemprego estrutural, supervisionamento legal e ostracismo público das minorias, governo autoritário e nos assépticos bancos de dados (*dust-free data banks*)... tem que ser descoberto e contestado no espaço do que é potencialmente e socialmente possível, e não em abstratas solicitações para uma abstrata emancipação ou apelos nostálgicos de um passado imaginário. Para fechar, só testando nossa imaginação e possibilidades deste presente – o único tempo que temos – como o pintor David Hockney recentemente colocou – que podemos ter esperança de reconstruir ambos na realização de uma “individualidade socializada” (Henri Lefebvre) e tentar adentrar uma outra história (CHAMBERS, 1990, p.47-8, apud SOJA, 2000, 153).

A cultura pós-metropolitana não tem origem específica no local ou global, mas vem construindo uma mudança radical, e, conforme Soja,

[. Impacta radicalmente] na política cultural do espaço-cidade destacando novas maneiras práticas e teóricas do significado de identidade, subjetividade, multiplicidade, integração, raça, classe, gênero, orientação sexual, idade e mais. As velhas categorias binárias como preto-branco, homem-mulher, capital-trabalho,

colonizador-colonizado, vêm sendo reconstituídas em uma maneira que ainda não conseguimos compreender. (SOJA, 2000, p.153).

Da crítica cultural e dos estudos político-econômicos da cidade surge um lastro para os discursos sobre pós-metrópole. Em sintético texto de Chambers a descrição do novo processo de urbanização:

[...]. Enquanto a cidade antiga era uma discreta unidade geográfica, econômica, política e social, facilmente identificada na separação clara do espaço rural, a metrópole ocidental contemporânea tende a desenhar esse “outro lugar” dentro de sua própria zona simbólica. O interior e o subúrbio, conectados via celular, tv e vídeo, o terminal de computador e outros braços de comunicação de massa (*mass media*) estão incrementando o ‘*dispersed loci*’ de um mundo compartilhado e modelado em comum. As cidades estão sendo progressivamente transformadas em pontos de intersecção, estações, junções e numa intensiva *network* (rede de trabalho) metropolitana cujos ritmos cultural e econômico, junto com seu sentido de centro flexibilizado, não são nem mais necessariamente derivadas da Europa ou América do Norte (CHAMBERS, 1990, p.53, apud SOJA, 2000, p.149).

Quanto à impossibilidade de demarcar os próprios limites e as implicações na identidade territorial, Soja explica de modo conciso:

[...] A reestruturação da identidade territorial no meio de mudanças de relações entre espaço, conhecimento e poder resultou numa nova política cultural na pós-metrópole, significativamente diferente da política da economia que dominou no urbanismo modernista. E, longe de colocar fim na geografia, a nova política está progressivamente vinculando-se às especificidades espaciais do urbanismo e a uma consciência estratégica sobre como o espaço atua como meio de subordinação e controle social (SOJA, 2000, p. 152).

São processos caraterísticos de transformações de desterritorialização e reterritorialização,<sup>35</sup> dentre outros desta natureza, que descrevem os efeitos da nova urbanização. Os binários implosão/explosão, dentro/fora, simultaneamente, perdem sentido na escala das cidades. Todo o espaço se torna progressivamente urbanizado e a cultura urbana, sociedades e economias, se expandem em toda região do planeta. Em outro nível, cada centro urbano, do menor ao maior, parece conter o mundo inteiro, criando o espaço-cidade culturalmente mais heterogêneo já, em tal escopo e profundidade que elevou o discurso da globalização como o mais revelador para conferir sentido ao novo processo de urbanização.

Sintetizando, o construto social, seja expressão de força dominante, como a globalização, ou não, resulta de transformações, nem sempre claras e conscientes no momento em que acontecem, mas que se revela como uma nova ordem cultural, que emana de um pensamento coletivo construído nas relações sociais, que contaminam, comportamentos, valores, estruturas de pensamento que acionam a sociedade a alinhar-se à nova ordem, nova

---

<sup>35</sup> Entendendo desterritorialização como o enfraquecimento da ligação com o lugar, comunidades e cultura, com o bairro e uso doméstico, a cidade, a metrópole, o estado-nação moderno; e, reterritorialização como a incorporação de novas formas e combinações de espacialidades e identidade territorial produzindo geografias humanas significativamente diferentes e mais complexas do que foram organizadas anteriormente (SOJA, 2000, p.151-152).



organização sistêmica, cujos desdobramentos no espaço, cidades e regiões, são acentuadamente distintos do que os precedeu.

#### 1.4.2 Primeiro Discurso: Metrópole industrial pós-fordista

No Primeiro Discurso são apresentados os conteúdos essenciais à compreensão do processo de reestruturação da metrópole industrial pós-fordista: a reorganização da indústria, a ascensão de novos setores econômicos, as questões relativas às escalas e à territorialidade deste processo. Na sequência dos conteúdos, o fechamento do primeiro discurso vai sendo conduzido para a conceituação do espaço-cidade globalizado.

#### Pós-metrópole e a flexibilização especializada

A reestruturação urbana da cidade industrial capitalista, referida inadequadamente como cidade pós-industrial<sup>36</sup> ou cidade da Era da Informação, reflete a mudança fundamental da lógica e da estrutura do capitalismo industrial, quando o fenômeno da urbanização dispersa passa a ser constatado como uma ocorrência generalizada nas cidades com inserção na economia globalizada. Muitas interpretações e conceituações do novo arranjo da organização urbana será objeto do Item 1.5 Dispersão Urbana e Tecido Urbano.

A crise do fordismo deu lugar ao florescimento de uma nova economia construída no conceito de “flexibilização” impactando: nas hierarquias do trabalhador, na reorganização dos processos de produção e nas tecnologias que permitiram o *cluster* de pequenas e médias empresas, não mais obrigadas à velha aglomeração do modelo fordista verticalizado. A inovação e as novas possibilidades de propriedade, novos espaços industriais, tem na flexibilização motivo para a expansão e multiplicação de novos tecnopolos: distritos de produtos artesanais sofisticados, estações do setor financeiro, e toda a nova estrutura de transição do fordismo para o pós-fordismo, ou regime de acumulação flexível.

A Escola da Regulação, Aglietta e Lipietz, entende que um novo regime de acumulação está se desenvolvendo no mundo de economia capitalista, em resposta à crise do fordismo e à desintegração do modo fordista de regulação. Os termos usados, para o novo contrato social entre capital, trabalho e estado, são neofordista e neotaylorista e, muitos, fora da Escola da Regulação, denominam pós-fordista. Scott e Harvey deram a denominação de regime de

---

<sup>36</sup> Já se falou da inadequação em referir à reestruturação do espaço-cidade desta fase como pós-industrial, contestado por diversos autores.

acumulação flexível, adotada neste documento, ambos com o interesse em manter laços com o marxismo, mas o termo predominante é mesmo o de pós-fordismo<sup>37</sup>, conforme Soja (2000).

A nova ordem econômica de uma sociedade pós-fordista com o declínio severo do emprego na manufatura nos países centrais e explosão das ocupações nos serviços, não significava apenas desindustrialização, mas re-industrialização por meio de uma nova forma industrial que reconstitui o fordismo por diferentes linhas, processos de re-industrialização baseado: nas novas tecnologias de informação (eletrônica moderna, computadores, robótica); na inovação organizacional das corporações; na emergência de economias transnacionais, por escopo mais que por escala; no crescimento das redes de trabalho da reestruturação industrial, de empresários e de empresas; e, no acolhimento de outras causas e consequências, local e regional, que caracterizam os sistemas de produção flexibilizada e que constituem insumos para uma nova forma de organização do espaço urbano: a cidade-espaço industrial pós-fordista.

O que foi chamado de versão do urbanismo industrial flexível foi estudado em três domínios: tecnológico, organizacional e territorial/espacial. O impacto acumulado das mudanças tecnológicas e organizacionais é vista como um padrão gerador de desenvolvimento territorial, conduzindo à reestruturação da geopolítica da economia do espaço-cidade e modelando a formação da metrópole industrial pós-fordista, a pós-metrópole.

A verdadeira natureza da reestruturação econômica pós-fordista e acumulação flexível revela-se nos impactos negativos das desigualdades sociais que parecem amplificações das desigualdades fordistas, seja pelas inovações organizacionais - produção enxuta, o *downsizing*, o *outsourcing* -, seja pelo crescimento da importância da espacialidade da produção extensiva em redes, governada por empresas centrais poderosas e suas estratégias de aliados/afiliados, no mundo, seja pela flexibilidade, busca de melhores condições e diferencial na competição global.

O capitalismo do modo de acumulação flexível, pós-fordista, inicia uma nova crise originária da expansão e difusão de práticas espaciais pós-fordistas, da era da flexibilidade e de outros novos processos de urbanização que formataram a pós-metrópole. Soja questiona se

---

<sup>37</sup> Pós-ford-ismo significando: pós, não representa uma quebra total, nem oposição, mas, um movimento que vai além do regime fordista para uma ordem significativamente diferente; ford, expressa a centralidade da produção industrial nos termos do contrato social do período do pós-guerra; ismo, denota uma maneira particular de fazer as coisas, especifica a composição de práticas econômicas idealmente tipificadas. Pós-fordismo é visto como um conceito aberto, que captura o que é temporário até que algo novo se consolide com suas qualidades distintivas inequivocamente estabelecidas, identificadas e nominadas (SOJA, 2000, p.171).

“moveu-se de uma crise gerada pela reestruturação para uma crise da reestruturação gerada” (SOJA, 2000, p. 173-175).

A nova dinâmica capitalista integra novos cientistas sociais aos geógrafos-econômicos, movendo de uma narrativa marxista/neomarxista para uma posição pós-marxista. Provoca uma inflexão que reflete a rejeição às explicações automáticas estruturalistas de todo fenômeno urbano como produto da lógica capitalista de acumulação, mantendo-se esta lógica como cenário abarcante, mas menos inflexível do que antes.

## De Regional a Regional Urbano e a Teoria da Reflexividade

Os estudos sobre o fenômeno da produção social na Terceira Itália despertam para o sentido regional na discussão do urbanismo industrial. Os termos fábrica difusa ou produção difusa referindo-se à produção fora dos grandes centros urbanos, compondo distritos industriais, realimentam o conceito de *synekism*<sup>38</sup>, pois caracterizam inovações, arranjos que surgiram, mesmo em aglomerações menores, que passaram a objeto de investigação sobre a mudança nas relações capital/trabalho/estado em tempos de flexibilidade.

Não há novidade do papel regional na economia, mas com renovada intensidade, emerge um interesse explícito em reformular e absorver o discurso do urbanismo industrial em um discurso sobre o regionalismo industrial o que leva ao tratamento da região como uma unidade fundamental de vida social, como resultado dos mais profundos processos econômicos.

Questionamentos sobre o que move pessoas e atividades a reunirem em *clusters* motivam Storper<sup>39</sup>, 1997, a elaborar sua teoria da reflexividade.

Como resposta à indagação sobre a formação e expansão da dinâmica da aglomeração industrial, complexos/distritos industriais e meio inovador, faz três abordagens: as instituições; as organizações industriais e transações; e, mudanças tecnológicas e de conhecimento. Analisando-as quanto às organizações, tecnologias e território. Toma as economias regionais como ativos relacionais e fundamenta estes ativos regionais e especificidades no que chama reflexividade, a característica central do capitalismo contemporâneo. A reflexividade opera em dois modos: o primeiro, mais limitado, corresponde à esfera tradicional das relações de mercado - rede de usuários e produtores através das quais o fluxo de informação, conhecimento, inovação e aprendizagem se desenvolve -; o segundo,

<sup>38</sup> Relembrando, termo criado por Soja para referir-se à propriedade do espaço: o ímpeto à aglomeração.

<sup>39</sup> STORPER, M. *The regional world: territorial development in a global economy*. Guilford press, 1997.

e caso mais geral, está ligado às convenções locacionais e interdependências não comercializáveis (*interdependencies untraded*), aqueles comportamentos mais suaves e mais sutis, não mapeados pelo mercado e, atmosferas que ligam os processos de aprendizado e coordenação econômico e organizacional.

Na Era do capitalismo reflexivo, organizações e indivíduos deliberam e modelam estrategicamente seus ambientes a partir de uma posição crítica sobre estes. Storper identifica uma classe reflexiva modelando conhecimento e inovação a partir das escalas global e local e, consumidores e cidadãos urbanos reflexivos engajados em consumo reflexivo.

A teoria da reflexividade traz dois progressos ao discurso do urbanismo industrial que remetem a Jane Jacobs: a desconstrução da duradora divisão conceitual entre cidade e região, e a sua reconstituição como uma nova forma combinatória, alguma variante da cidade-região, região urbana, ou mais amplamente urbanismo regional.

Storper identifica quatro progressos: primeiro, a ressurgência da economia regional, regiões urbanizadas – cidades-região, unidades fundamentais da vida social que giram em torno de multicentralidades, nódulos, urbanos aninhados em um sistema regional; segundo, a evidência do *synekism*, o estímulo da aglomeração urbana/regional, a capacidade auto-gerativa de desenvolvimento de cidades e cidades-região; o terceiro e quarto progresso só serão observados quando a produção industrial capitalizar o complexo local, cultural, em desenvolvimento e/ou as sensitividades e habilidades tecnológicas para ir além do regional, para o mercado nacional e internacional.

Resumidamente, na Teoria da Reflexividade, o discurso do urbanismo industrial e a representação da pós-metrópole corresponde a uma região urbana mundial de produção pós-fordista, flexível e reflexiva.<sup>40</sup> Salienta-se a necessidade de criar redes de trabalho industrial regional ou conselhos de negócios, de trabalho, e instituições públicas para dividir informações e aprender, uns com os outros, as estratégias de promoção eficiente e justo desenvolvimento econômico regional. A dinâmica da formação do complexo industrial e expansão representam uma saída à tradicional teoria da localização geográfica.

Eventualmente, o empuxo gravitacional empurra a economia de aglomeração para a formação de tecnopolos descentralizados, em áreas suburbanas, e o processo continua.

---

<sup>40</sup> Concepção fundamentada no contexto empírico e intelectual do sul da Califórnia. A análise da concentração industrial e dos clusters da indústria em Los Angeles, exemplo maior da pós-metrópole, mostram não existir mais uma concentração nodal identificável, mas a existência de sítios residuais dispersos, sítios-chave, que podem ser percebidos na cartografia industrial pós-fordista.

Sintetizando, Soja explica que nas últimas décadas, a globalização da produção, nas maiores regiões metropolitanas do mundo, experimentou o que pode ser uma nova dramática transformação da sociedade urbana e do espaço-cidade. Os fluxos globais do investimento de capital, a migração do trabalho, informação e inovação tecnológica estão reformatando os espaços-cidade e as relações locais de capital-trabalho, criando novos espaços industriais, trocas de identidades de classe, diferentes divisões urbanas de trabalho e o re-polarizado e re-fragmentado padrão de estratificação social. Mais uma vez, grande número de população está sendo adicionada ao tecido urbano. Nos discursos de pós-metrópole diferentes tipos de espaço-cidade estão emergindo no início do sec. XXI, e podem estar conformando a quarta revolução urbana.

Os processos de transição pós-metropolitanos, defasados temporal, quantitativa e qualitativamente, são particularizados para cada nação, região, metrópole, cidade, em função da inserção nos circuitos da globalização.

### Pós-metrópole e as teorias urbanísticas

Os conflitos teóricos, desde os neomarxistas nos anos 70, contrapõem duas visões de causalidade sobre a determinação dos processos de transformação do desenvolvimento local, urbano, regional e nacional: os que assumem o desafio teórico de que o desenvolvimento geograficamente desigual da pós-metrópole decorre, primeiramente, dos movimentos endógenos da economia capitalista, do interior do espaço-cidade e, secundariamente, a partir do exterior; e, os que apostam nos movimentos exógenos, na importância das forças macroeconômicas em comandar os trabalhos internos produzindo geografias específicas, mais focado na macroanálise de larga escala das forças estruturais, emanadas do sistema capitalista mundial. Destes, fica a suspeição sobre a importância dada aos processos macroeconômicos da globalização, visto que relativizam as dinâmicas locais, conflitos de classe, atuação das redes locais e regionais, instituições e convenções, que são forças diretivas da mudança do desenvolvimento econômico contemporâneo.

Nova epistemologia e política está sendo esboçada para fazer sentido a teoria e a prática da globalização, denominada de glocalização. Considera uma perspectiva alternativa, onde o global e o local, juntos, com as micro-macro abordagens analíticas, acima mencionadas, estão simultaneamente repensando este diferente conceito que, seletivamente, quebra a oposição original e abre outro modo de inquirir. Tem como eixo o fato de que se age e pensa localmente, mas nossas ações e pensamentos são simultaneamente urbano, regional, nacional

e global, em escopo, afetando toda a hierarquia de escalas espaciais na qual a vida se insere. Esta hierarquia de escalas é parte integrante da espacialidade humana que não é ingênua, mas produzida socialmente como uma parte vital, como descreve Lefebvre, como produção de espaços percebido, concebido e vivido.

Por meio de Swyngedouw, 1997, Soja, além do caráter de produção social do espaço, completa abordando a questão das escalas, e ressalta que tanto o local e o global e outros níveis da escala geográfica são produto de processos de mudança socioespacial. “A escala torna-se arena onde as relações socioespaciais são contestadas e compromissos são negociados e regulados” (SWYNGEDOUW, 1997, p.140, apud SOJA, 2000, p. 200).

Avançando na compreensão da tensão teórica das forças determinantes, inerentes à globalização, entende que a dialética da globalização versus localização, termina numa resolução de forças no nível meso entre o macroeconômico (*top down*) e microeconômico (*bottom up*). Especificamente, o nível meso resolve a inter-relação de conceitos, incluído a ressurgência de economia regionais e a re-teorização sobre os efeitos da localização-aglomeração-urbanização e da produção-regional-mundial como forças fundamentais para formatar o desenvolvimento territorial do capitalismo global. Como visto, Storper denomina esta resolução regional a meso-nível como capitalismo reflexivo: globalização e localização não mais uma rígida dicotomia!

Entretanto, quanto aos seus efeitos, a dicotomia se restabelece: os que vêm globalização otimistamente, como fonte de novas oportunidades para desenvolvimento, modernização e democracia; e, os que veem, principalmente, as injustiças e clivagens socioespaciais sendo intensificadas no crescimento do capitalismo global.

### Metrópole ilimitada: conceituando o espaço-cidade globalizado

Os efeitos da globalização no espaço-cidade, - o padrão de desenvolvimento urbano desigual e a especificidade espacial do urbanismo como modo de vida -, após farta literatura apresentada por Soja, serão explorados como referencial para o objetivo desta tese de compreensão da atual condição da Região Metropolitana de Salvador.

A constatação de novas dinâmicas metropolitanas e quebra das velhas fronteiras, impõe outro olhar para interpretar o espaço-cidade. A dialética global-local e a reestruturação da produção que a acompanha, a centralidade da autoridade do estado, os padrões territoriais de identidade, trouxeram uma extraordinária expansão da metrópole moderna. Termos

expansivos, como megalópoles e *megacity*, não mais se aplicam para referir aos limites da região metropolitana, globalmente reestruturada. O que foi outro lugar, passa a ser absorvido na zona simbólica desenraizada e re-enraizada no final do sec. XX.

Sem fronteiras convencionais, ficou mais difícil revelar a dinâmica interna, a produção endógena, que acontece localmente – econômica, social, cultural, política e psicológica. A metrópole ilimitada, com escopo e escala expandidos, e sua crescente globalidade, é uma característica central da transição pós-metropolitana, que pode ser traçada em quatro direções: a hipótese das *World cities*, a ascensão das cidades globais, a cidade informacional, o processo urbano-regional, e, a virada para Cosmopolis.

No primeiro discurso, Soja trata do espaço concebido da metrópole industrial pós-fordista, apoiado no pensamento de teóricos – cientistas sociais e urbanos, geógrafos, filósofos, predominantemente -, suas representações e conceituações do novo processo de urbanização e como estes ajudam a compreender a formação do espaço-cidade pós-metropolitano. Revela como a pós-metrópole se configura pela convergência da reestruturação da economia amplificada, com a expansão dos serviços, das finanças e da economia cultural – globalizada, reflexiva -, pela geopolítica da urbanização em sucessivos e inovadores processos de aglomeração, pelo surgimento da indústria pós-fordista que reflete a sua flexibilidade na espacialidade que conforma, tudo e todos, atualizados pelo salto tecnológico da comunicação e dos transportes, e, pela insurgência e inserção cultural em termos de pós-modernismo.

### 1.4.3 Segundo Discurso: Cosmopolis

Referenciado no trabalho do filósofo austríaco Toulmin (1990)<sup>41</sup>, Soja emprega o termo Cosmopolis para referir à cidade-região globalizada e culturalmente heterogênea.

Toulmin trata Cosmopolis como a inter-relação de dois tipos de ordem: uma relativa à natureza, o cosmos; e outra, relativa à sociedade, polis, assim como as práticas de organização das comunidades humanas como unidades políticas e territoriais. Desenvolve filosoficamente a relação Sociedade-Natureza, e reinsere o estudo da globalização urbana e o entendimento das pós-metrópoles globais, contemporâneas, no discurso geo-histórico de modernidade e pós-modernidade. Para ele o que vem sendo discutido sobre globalização pode ser visto como

---

<sup>41</sup> TOULMIN, Stephen. *Cosmopolis: The hidden agenda of modernity*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

um debate sucessor ao da modernidade e pós-modernidade. Cosmopolis, então, como um espaço-cidade cosmo-político, cuja principal questão urbana está centrada no significado fundamental de estar vivo num tempo e lugar particular.

A narrativa de Toulmin é inspiradora como elevação da ética da relação da espécie com a Natureza (a redundância enfatiza que não há o outro nesta relação). Aponta no discurso contemporâneo que as análises economicistas prevalecem sobre as espaciais, ou seja, Sociedade prevalece sobre a Natureza. Análises infladas, desconectadas, desavisadas ou ignorantes, e com escala de valores revirada. A sintonia entre a especificidade da espacialidade construída e os efeitos responsivos da natureza insere à narrativa da pós-metrópole o conceito de sustentabilidade, no sentido de aproximação entre Sociedade e Natureza, entre polis e meio ambiente.

Outros pensadores complementam o significado de Cosmopolis. Sandercock<sup>42</sup>, assim se expressa:

[...]. Cosmopolis é a minha utopia imaginada [...] uma cidade-região na qual existe genuína conexão, respeito e espaço para a alteridade cultural (*the cultural Other*) e a possibilidade de trabalho conjunto em assuntos de destino comum, uma re-cognição de fatos inter-relacionados (*interwined*). Eu vou colocar os princípios desta pós-moderna utopia - novos conceitos de justiça social, cidadania, comunidade e interesses comuns - e, sugiro um novo estilo de planejamento o qual pode ajudar a criar o espaço para Cosmopolis (SANDERCOCK, 1998, p.125, apud SOJA, 2000, p. 230).

Continuando, Sandercock imagina uma mudança de paradigma para a forma modernista de planejar, passando para outra mais normativa, aberta, democrática e flexível, um estilo responsivo e sensitivo para a diferença cultural, uma política da diferença construída na transição da metrópole para a Cosmopolis, que expande os horizontes políticos de planejamento progressivo, na teoria e prática.

Engin Isin centra na luta da cidadania e do direito à cidade e mergulha na genealogia da cidadania e do espaço-cidade:

[...] o período de 1921 a 1971 foi a era da metrópole [...] nos anos 90, a maioria das metrópoles americanas não mais focam exclusivamente em um centro dominante, [...] no sec. XX, a metrópole tornou-se uma região urbana policêntrica. [...] a nova forma urbana está marcada por inimaginável fragmentação, por imensa distância entre os cidadãos, literal, econômica, cultural, social e política, e, por novos problemas de planejamento. [A metáfora da Cosmopolis] marca tanto a continuidade quanto a descontinuidade da metrópole [...] também significa o caráter global da metrópole sem limites (*unbound*) [...] ainda uma polis, embora fragmentada, dispersa, e global (ISIN, 1996, 98-9 e 123, apud SOJA, 2000, p. 231).

---

<sup>42</sup> SANDERCOCK, Leonie. *Towards cosmopolis: planning for multicultural cities*, 1998.



Soja acredita que o conceito de Cosmopolis tem potencial para levar o discurso da globalização e da transição pós-metropolitana em novas direções. Não focaliza apenas nos aspectos negativos da globalização, mas também, nas novas oportunidades e desafios para repensar, de uma perspectiva espacial estabelecida, noções de cidadania e democracia, sociedade civil e esfera pública, desenvolvimento comunitário e política cultural, justiça social e ordem moral. Acrescente-se a relação com a Natureza, não mencionada neste parágrafo, mas destacada por Toulmin (1990).

Remetendo a Rocco, um colaborador da publicação de Isin, 1998,<sup>43</sup> este argumenta que o processo de globalização forma identidades e comunidades transnacionais que reclamam pelo direito de associação em rede de engajamento cívico, enraizados e derivados de práticas específicas, que não estão harmonizadas com as geografias específicas de cidades-região globalizadas, espaços da diferença, hibridade, fronteiriços, espaços *in between*, ou marginais. São reclamações inerentemente espaciais, localizadas, por melhor direito à cidade, por justiça espacial e democracia regional. Nestes espaços, radicalmente particularizados e politizados os discursos críticos somam para ajudar a compreender a experiência da pós-metrópole.

Cosmopolis refere a uma região urbana globalizada, uma cidade-região que tem explicação na globalização do capital, do trabalho e da cultura e a formação de uma hierarquia de cidades globais/mundiais, espaços heterogêneos, incomuns em termos econômicos, políticos e culturais, mas que abre espaços para outras reflexões como a relação Sociedade – Natureza, a alteridade cultural, o trabalho conjunto no interesse comum, a cidadania, o direito à cidade e novas formatações como identidades transnacionais, dentre outros, que decorrem da escala global, daí globalização surgir como termo sucedâneo ao pós-modernismo.

#### 1.4.4 Terceiro Discurso: Exópolis

Soja apresenta Exópolis, os resultados concretos do novo processo de urbanização e os efeitos da transformação na organização espacial da metrópole moderna: geográficos, no espaço-cidade pós-metropolitano, na vida cotidiana, no planejamento, no desenho do ambiente construído e no desigual padrão do crescimento e desenvolvimento econômico intra-urbano. A diversidade de termos e conceitos que surgiram para descrever a reconfiguração das especificidades espaciais da pós-metrópole, são apresentadas no Item 1.5 Dispersão urbana e Tecido urbano.

---

<sup>43</sup> ROCCO, R. *Politics in Global City: Rights, Democracy and Place*, Routledge, 1998.

Com poucas exceções, a pós-metrópole é referida com as seguintes características: alta concentração populacional e extensa área, porém indeterminada, descontínua, fragmentada, com conexão global e desconexão local, de natureza policêntrica, estrutura socioespacial diversificada, complexa.

O subúrbio no senso popular e acadêmico distinguia-se da noção de cidade, mas, algo bem distinto da noção de subúrbio, algo como uma cidade externa (*Outer city*) surge envolvendo a urbanização dos subúrbios, talvez, o pós-subúrbio ou a cidade invertida, urbanização periférica e pós-metrópole. Termos que expressam o fim da metrópole, não seu desaparecimento, mas uma distinta relação do que foi a anterior dominância social, cultural, política e econômica, uma distintiva forma organizacional do habitat humano, assim descrita por Soja:

[...]. Vendo retrospectivamente, a era da metrópole moderna, um período no qual a região metropolitana com sua distintiva e dualizada configuração de um mundo urbano monocêntrico, consolidado como habitat dominante e definido, fonte de identidade local para a maioria da população nacional, arrodado por uma periferia suburbana.

[...]. A morfologia regional do espaço-cidade era vista, mais amplamente, como o produto de interação contínua de forças, centrífuga e centrípeta, emanando de uma dominante e generativa cidade central.

O fordismo simultaneamente acentuava a centralidade com a concentração das sedes financeiras, governamentais e corporativa no centro da cidade e acelerou a descentralização, primeiro através da suburbanização da classe média, trabalhos da manufatura e a dispersão da infraestrutura de consumo de massa que era requerida para manter o modo suburbano de vida. Mas, cada grande região metropolitana experimentou significativa suburbanização com o crescimento, por anexação, devagar, com limites formais, e, a cidade central tomando-se relativamente estabilizada.

A cidade e o campo eram contrastantes [...] e particularmente a divisão em mundo urbano e suburbano foi modelado por práticas discriminatórias baseadas em classe, raça, e etnia, produzindo trabalhos normais de dualização da região metropolitana, em dois distintos sistemas: para produção e reprodução de desigualdades sociais. (SOJA, 2000, p. 239-240).

### *Outer cities*, Pós-subúrbio e o fim da era da Metrópole

Estabelece-se um vácuo e as especulações sobre o futuro da organização urbana proliferam: a descentralização da produção industrial e do emprego para novas nucleações; a força do setor imobiliário para promover dispersão, em muitas ocasiões de modo intencional; as ações oportunistas dos diversos atores sociais - comunidade, construtores, agentes de desenvolvimento privados, tanto quanto gestores públicos, para atrair residentes e investimento em infraestrutura para novas nucleações.

Salienta Soja, que estes processos de construção urbana são altamente planejados e localizados. Têm sido chamados de expansão não controlada, mas, se constitui em parte de

cuidadosa organização, desenho e planejamento do desenvolvimento urbano. Ressalta que onde o trabalho deu forma e crescimento, a demanda do trabalho foi tanta que a maioria das restrições foi desconsiderada, forma-se mescla social que difere da composição social dos subúrbios.

A desindustrialização esvaziou muitas das grandes zonas urbanas industriais e nucleações do fordismo, enquanto que a re-industrialização do pós-fordismo concentrou nos tecnopolos, distantes do antigo centro e nos novos países industrializados (*NIC - New industrialized countries*) que, na economia global, são apenas satélites, mas tornaram-se bem sustentados no consumismo e são marcos da reestruturação urbana, cidades externas (*Outer cities*), pós-fordista e pós-metropolitana.

Apenas nas últimas décadas do sec. XX, grande parte da produção e do emprego passa a estar localizada fora do interior das cidades e da conurbação, um processo que significa mais que dispersão e *sprawl*. O espaço-cidade pós-metropolitano é alargado para cobrir uma escala regional mais ampla, como nunca antes, e se conecta a uma rede de interdependências global, hierarquizada, que mistura as descrições de cidade e de região metropolitana. O subúrbio e o centro se transformam. As centralidades suburbanas/regionais crescem em densidade, se aproximando dos valores do centro, estes, tendem a se tornar menos densos. A suburbanização massiva se tornou massiva urbanização regional e, na era da pós-metrópole está progressivamente impossível sair da cidade, pois a condição urbana e o urbanismo como um modo de vida estão se tornando virtualmente ubíquos.

### *Edge cities*

As *Edge cities*, idealizadas por Garreau, representam sua visão da reestruturação da forma urbana e são aderentes à crescente natureza policêntrica do espaço-cidade pós-metropolitano. Garreau ignora os argumentos da reestruturação da indústria pós-fordista, fala de globalização apenas para referir-se à Era da Informação. Encontra nexos causais para a emergência das *Edges cities* no empoderamento da mulher, no sentido de liberação da vida no subúrbio, e também na emergência da classe média negra.

As *Edges cities* se estruturam em torno de suas mais importantes marcas: o desenvolvimento dos *shopping malls* e o centro de escritórios. Situam-se em interseções de vias expressas e, esquematicamente, estão organizadas em três diferentes formas: a faixa, o nó

e a faixa multinodal. Apresentam forte concentração de emprego, muito superior aos antigos centros urbanos.

As histórias de sucesso das *Edge cities* e a reverberação forte na mídia capturam a atenção de agentes de desenvolvimento como construtores, prefeitos, arquitetos, empreendedores tanto quanto o imaginário popular e impedem, conforme Soja, a percepção de Garreau para a transição pós-metropolitana e para a geopolítica da economia do urbanismo industrial na sua reconstituição como *Edge cities*.

Referindo ao pensamento de Thomas Bender sobre a pós-metrópole, este remete à nostalgia que advém da perda do espírito de urbanidade e da desobrigação cívica de promover a vida em comunidade. Subliminarmente, o saudosismo da cultura da cidade aflora na primeira metade do sec. XX, como se fossem máquinas de prosperidade/riqueza e incubadora de criatividade, uma visão romântica da cidade que talvez nunca tenha existido. Esta nostalgia histórica urbana suscita a formação do movimento do Novo urbanismo (*New urbanism*)<sup>44</sup>, liderado na Inglaterra pelo Príncipe Charles e Loen Krier, que idealizavam a criação de cidades do período pré-industrial na Europa pós-fordista. Manancial para oportunistas do marketing, para uma classe média combatida pela reestruturação econômica, insegura e carente de imagens alentadoras de melhores condições para a vida pós-metropolitana<sup>45</sup>.

### Exópolis como síntese

O conjunto de abordagens, discursos da reestruturação da forma urbana na transição pós-metropolitana – Metrópole transformada, *Megacities* e galáxias metropolitanas, *Outer cities*, Pós-subúrbio, *Edge cities*, Nostalgia pós-metropolitana, *New urbanism* –, o novo arranjo que se configura, Soja denominou de Exópolis.

Exo significando o que cresce fora (*outside*) da cidade, mas também sugere forças exógenas formatando o espaço-cidade na era da globalização. A nova geografia é vista como produto de ambos, um descentramento/re-centramento do urbanismo pós-metropolitano, a desterritorialização/reterritorialização, o *sprawl* continuado/intensificação da nucleação urbana, a crescente homogeneidade/heterogeneidade, a integração/desintegração socioespacial reais. A cidade virada de dentro para fora.

---

<sup>44</sup> O *New urbanism* uma reedição contemporânea do ideal *New town*, somado a nostálgicas referências aos pequenos villages do começo da América introduzidos nas cidades interna e externa de hoje. Valorizam os espaços públicos e dos caminhos de pedestres romantizados por Jane Jacobs e o suave socialismo ambiental de Ebenezer Howard.

<sup>45</sup> Exemplifica a 1000-acre Paya Vista, EUA.

O prefixo ex denota o fim, a ex-cidade, ou seja, o surgimento de cidades sem os tradicionais traços citadinos. Exópolis, como uma nova forma de espaço vivido, aberto à multiplicidade de abordagens interpretativas, onde há espaço para otimismo/pessimismo, nostalgia/exuberância, desespero/esperança no futuro, complexas ramificações utópicas/distópicas para justiça social e o desenvolvimento econômico, e, para melhorias étnicas, de classe e de gênero. De todo modo, importa deixar aberta a crítica de diferentes perspectivas de interpretação da pós-metrópole, visando às melhores práticas para ampliar as conquistas sociais e de justiça espacial.

Exópolis refere-se à reestruturação que excede o que fora cidade, a transformação responsiva a forças exógenas, que transborda para o espaço regional, que revira a metrópole de dentro para fora e de fora para dentro, e, diante do novo, que confunde pela multiplicidade de situações extremadas centralização/descentralização/re-centralização, desafiando definições convencionais do urbano - suburbano, extraurbano, não urbano e rural -, a nostalgia do espaço vivido e novas formas de espaço a vivenciar.

#### 1.4.5 Quarto Discurso - A Cidade fractal: metro-polaridades e o mosaico social

Os modelos familiares e a estratificação social da metrópole fordista são incompatíveis com a realidade pós-metropolitana, que induz uma sociabilidade, fluída, fragmentada, descentralizada e reorganizada em complexos padrões a serem desvendados. O que produz e mantém as desigualdades socioeconômicas é central para compreender a nova composição social: a nova mescla étnica, o alargamento da divisão do trabalho, a desigualdade de renda e pobreza, os sem vantagens, os ricos pretos e brancos, a subclasse urbana, o racismo (*apartheid*), as sociedades separadas, a imigração e a etnia, gênero, os imigrantes internos, novo mosaico social que Soja intitula de meta-polaridades.

Sublinhando estes temas, nos discursos acerca da pós-metrópole fica exposto que o novo processo de reestruturação urbana é intensificador de desigualdades socioeconômicas.

#### Produção de desigualdades na Pós-metrópole

A revolução urbana alcança os seis continentes habitados do planeta, reproduz situações similares: crime, tensão étnica, crise econômica, dilatação da disparidade riqueza/pobreza, enxugamento de serviços sociais e deterioração da infraestrutura, em contexto urbano

específico, marcado tanto pela globalidade, quanto pela territorialidade da ocorrência, em cidades que caracterizam o urbanismo como modo de vida, por toda parte no mundo habitado.<sup>46</sup>

Soja enfatiza que a desigualdade social é um problema moral da sociedade, cujo descaso funciona como o contra discurso que normaliza a desigualdade social e a representa como parte intrínseca de todas as sociedades capitalistas. As versões de Esquerda e Direita são unificadas quanto à natureza do capitalismo, de perpetuação, produção e reprodução de desigualdades de riqueza e poder, processos sistêmicos internos, um dos principais motores do crescimento econômico. Ou seja, a aceleração da “destruição criativa” ou reestruturação de crises-geradas, diferem apenas na velocidade do processo de mudança, pela “compressão do tempo” (expressões de Harvey, 1989), como efeito das novas tecnologias de comunicação e informação, da competição econômica intensificada associada à globalização.

Os contrastes das duas visões se explicitam: para a Direita, o fenômeno é temporário e um custo inevitável para recuperação econômica, inovação e crescimento, cuja solução continua na confiança dos ajustes promovidos pelas mãos invisíveis do livre mercado; para a Esquerda o fenômeno é nefasto, reflexo de forças profundas intrínsecas à sociedade capitalista, dividida em classes, e tem única solução na insurgência da revolução social.

Soja apresenta uma explanação sobre a intensificação da desigualdade por três pontos de vista. No primeiro: os ricos tornam-se mais ricos via tecnologias de inovação, reorganização corporativa, desregulação governamental e localização geográfica, concentrados nas cidades globais onde podem maximizar o lucro via processos de urbanização e escolhas locacionais livres e reflexivas; o massivo influxo de imigrantes pobres, concentrados nas maiores regiões pós-metropolitanas, forçam a redução dos níveis de renda para os pobres nativos, que absorvem parte dos reduzidos recursos do bem-estar social, configuram dado estatístico do empreendedorismo bem sucedido, e é vinculado à maior intensificação da imigração originada em países pobres; a classe média, proporcionalmente, dá aparência de declínio. Esta forma simplista de explicação deixa recair sobre os imigrantes todos os problemas econômicos que se está enfrentando.

---

<sup>46</sup> As grandes cidades/aglomerações – NY e LA são casos extremos de polarização de riqueza e pobreza nos países industriais avançados. O caráter racista persiste e se amplia incluindo os novos imigrantes assim como se torna uma expressão cada vez mais urbana, e cada vez mais vinculada à transição metropolitana, ou intensificada com o novo processo de urbanização.

No segundo: uma explanação urbana incisiva da geração e persistência de desigualdades na cidade capitalista é feita por Harvey. Argumenta que os trabalhos internos na cidade, sob o sistema capitalista, sempre tendem à redistribuição da receita para os ricos. As forças de mercado, as decisões públicas e o planejamento urbano criam uma geografia urbana específica, que restringe a possibilidade de alcançar maior equidade de rendimento, e, conclui que a verdadeira justiça social e territorial só pode ser alcançada pelo socialismo. Portanto, não há surpresa que, nestes últimos trinta anos, tenham surgido desigualdades com a redução da intervenção dos governos, a extensiva desregulação e privatização, e o severo enfraquecimento do *welfare state*. Para muitos outros a interpretação da ampliação do diferencial das desigualdades é das mais potentes críticas da globalização, reestruturação industrial pós-fordista e os efeitos sociais e espaciais da transição metropolitana.

Na terceira variante da interpretação, com base no pensamento de William Julius Wilson: os novos pobres são os dependentes do *welfare*, uma subclasse urbana consolidada e geograficamente concentrada, permanentemente produzida pela “destruição criativa” que normaliza a reestruturação – desindustrialização - globalização – como inevitável e eficiente. Reitera o discurso que novas tecnologias e terras mais baratas aceleram a suburbanização da indústria e do trabalho, deixando os afro-americanos nos centros desindustrializados, isolados, num processo de hiperguetização, nos países centrais. A transição para indústrias da era da informação marginaliza e isola a subclasse, sem educação e habilidades compatíveis, em enclaves de pobreza. Argumenta que racismo é menos importante que a dinâmica de classes no desenvolvimento capitalista contemporâneo, de crise-gerada, mas de reestruturação funcionalmente eficiente.

A rápida mudança social é uma reorganização da hierarquia social, um novo arranjo do mosaico social que parece mais complexo e caleidoscópico, como nunca antes. Politicamente, representa luta por maior equidade e movimentos sociais pluralistas, em muitos eixos: classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, identidade cultural, etc., portanto, não se distingue muito da Nova Sociologia Urbana desenvolvida no período do pós-guerra.

As novas designações para descrever a reestruturação social contemporânea, que caracteriza as metapolaridades são: os *yuppies*, a nova classe dominante, formada por executivos que influenciam a fisionomia da cidade e o imaginário urbano, cujo espaço preferencial é o coração da cidade; a classe média imprensada, não mostra redução importante, reflexo, certamente, da alteração na composição da economia doméstica cuja

renda é impactada negativamente pelos cortes nos itens de bem-estar social; a classe dos trabalhadores, pobres, e a subclasse dos imigrantes, verdadeiramente desvantajosos.

Os segmentos sociais nunca foram antes tão heterogêneos tão sem classe e tão politicamente imprevisíveis. Outras formas práticas de discriminação e a descoberta de limites alimentam as políticas de equidade relativas ao feminino, negros nacionalistas, etnia, *gay* e *lesbian* e outras lutas para obter oportunidades de trabalho, renda e mobilidade social.

A cidade fractal contém o mosaico social da pós-metrópole, reestruturado em novas formas de metro-polaridade, injustiça, marginalização étnica e racial, em meio à riqueza extraordinária que se desenvolveu no espaço-cidade, capturando a diversidade produzida pelo novo processo de urbanização. A cidade fractal é cenário de novas hibridações criativas e de políticas culturais que enfatizam a preservação da diferença e a promoção de identidades transversais e flexíveis; a reestruturação espacial é apresentada como facilitadora dos aprofundamentos das desigualdades, uma descrição útil da espacialidade e socialidade na pós-metrópole.

#### 1.4.6 Quinto e Sexto Discursos – O imaginário: Cidades fortificadas e Cidade simulacro

O quinto discurso aborda a cultura do medo, perigos reais e imaginários que influem na organização do espaço-cidade e desembocam em táticas de segregação social e evidências de desigualdades que formam na região um arquipélago de cárceres e ilhas fortificadas.

No sexto discurso de Soja, a questão é dirigida à intensificação do controle social e espacial, e outra reestruturação/desestruturação do mundo, da vida contemporânea, do espaço vivido. Explora as formas sutis de regulação social e espacial, que maneja a mente, manipula a consciência cívica e imagens populares do espaço-cidade e vida urbana, visando à manutenção da ordem.

Os dois discursos não integram o corpo deste documento por tratar-se de categorias de análise complementares. De outro modo, no cerne do discurso sobre a pós-metrópole, Soja aborda a sua expressão maior e mais complexa, a *Megacity region*.

#### 1.4.7 Da Cidade-região à *Megacity region*



A transição pós-metropolitana recupera o conceito de cidade-região ou urbanização regional. A região como unidade territorial da vida cotidiana na contemporaneidade. Através de Peter Hall<sup>47</sup>, aproxima-se do conceito na sua versão do sec. XXI, como uma nova configuração espacial para os próximos cinquenta anos.

Na história do conceito de cidade-região temos que: surge no trabalho clássico de Patrick Gueddes<sup>48</sup>, quando refere à conurbações, visto apenas como fenômeno físico; em 1950, o conceito é utilizado como ferramenta de análise nos EUA; em 1980, foi progressivamente aplicado na Europa; em 2000, a *Megacity region* foi reconhecida primeiro na Ásia Oriental; e, a partir de 2015, é visto como uma forma urbana emergente na Europa e nos Estados Unidos.

O novo conceito de cidade-região não é definido apenas em termos de forma física ou morfologia, nem são regiões que correspondem a bases administrativas, mas definidas pelo que Castells (1989) apontou, como “espaços de fluxos”: de pessoas, informação, bens, numa base regular de viagens e deslocamentos diários ou semanais.

## O conceito de Área Metropolitana na América

*Megacity regions* são Regiões urbanas funcionais (*Functional urban regions - FURs*), abarcam todas as áreas de regularidade diária com a cidade principal, constituindo a área metropolitana que, em 2000, foi identificada como *Core Based Statistical Area (CBSA)*, incluindo área Metropolitana e área Micropolitana (um novo conceito), consistindo de um centro de concentração populacional substancial, comunidades adjacentes com alto nível social e econômico de integração com o centro, e compreendendo um ou mais municípios (*counties*). Outros municípios são incluídos na CSBA, se eles tiverem os requerimentos especificados de *commute* para municípios centrais.

## O conceito de Área metropolitana na Europa

Em 1968, adotou-se o conceito americano de *Metropolitan area*, aplicado em *South East England (Royal commission on local government in England, 1968)*, bem adaptado em municípios similares no meio da Inglaterra, e, menos satisfatório em áreas menos densas, onde *Functional urban regions – FURs*, não são eficientes no provimento de serviços

---

<sup>47</sup> HALL, Peter. *Looking backward, looking forward: the city region of the mid-21st century*. Regional Studies, 43.6, 2009.

<sup>48</sup> GUEDES, Patrick, *Cities in evolution*. N. York: Oxford University Press, 1915.

governamentais (HALL, 1969), mas aplicado nacionalmente. Em 1980, a Europa Ocidental testou as regiões funcionais uniformes, estudos que foram sequenciados e alargados.

### *Megacity region*<sup>49</sup>: um novo conceito espacial

Foi longo o processo de desconcentração das grandes cidades, que se alongam até 150 km das concentrações locais de emprego, entremeados por campos de *commute* e servidos por veículos particulares. Diferenciadas nos detalhes espaciais de acordo com a cultura e regime de planejamento.

Na atual versão do conceito, foi primeiro aplicado na Ásia oriental, no delta do rio Pearl e Yangtzé, na China, do Corredor Tokaido (Tóquio-Osaka) no Japão e Grande Jakarta.

Conforme a configuração espacial da *Megacity region*, a forma urbana do século XXI, envolve de 20 a 50 cidades e *towns*. Fisicamente são separadas, mas funcionalmente integradas (*networked*). Agrupadas em torno de uma, ou mais, grande cidade central cuja força econômica é potencializada por meio de nova divisão do trabalho. Mantem-se como entidades separadas, nas quais a maioria dos residentes trabalha localmente, como parte de ampla região funcional, conectadas por denso fluxo de pessoas e informação, por rodovias, trens de alta velocidade, e cabos de telecomunicação. Não se trata de fenômeno exclusivo da Ásia. Americanos identificaram dez áreas megapolitanas onde residem quase 68% de toda população dos Estados Unidos; na Europa, são identificadas oito regiões com grande diversidade de formação<sup>50</sup>.

O processo de ‘concentração desconcentrada’ gera progressiva redistribuição de funções no centro das cidades, continuada concentração de funções de serviço de alta-ordem (financeira, *business services*, design, mídia, alta educação, saúde e outros); nas cidades

---

<sup>49</sup> A expressão *Megacity* relembra a Megalópole de Gottmann, 1961, *Megalopolis: The urbanized northeastern seaboard of the United States, 1961*, com distinção sutil. A *Megalopolis* do corredor Boston/Washington, um *continuum* alongamento de áreas urbanas e suburbanas, do sul de New Hampshire até o norte da Virginia e, da costa até as montanhas do Appalachian, correspondia à definição física de Gueddes, mas respondendo às críticas, Gottmann esclarece que pensou a Megalópoles como “o berço de uma nova ordem de organização de um espaço habitado” (GOTTMANN, 1961, p. 9), ou seja, uma definição funcional.

<sup>50</sup> *Megacity* Europeias: *South East England, London*, 30 a 40 centros num raio de 150 km; *Belgian Central Cities, Brussels* cidades medias com alto nível de interdependência, população de 7 milhões; *The Randstad* na Holanda, Amsterdam; *The Hague*; Rotterdam and Utrecht, e estende até as cidades Almere, Amersfoort e Breda; *RhineRuhr* uma das maiores policêntricas *Mega-City Regions*, 30 a 40 *towns* e cidades, com 10 milhões de habitantes, sem *core city*; *Rhine-Main* na Alemanha, com as cidades *core* de Frankfurt *am Main*, Wiesbaden, Mainz, e Offenbach, mas estendendo até Limburg no norte, Aschaffenburg no leste, Darmstadt no sul, e Bad Kreuznach no oeste; *A European Metropolitan Region (EMR) Northern Switzerland*, uma incipiente ‘*Mega-City Region*’ estendendo em descontínuo padrão linear de Zurich até em direção a Basel; Greater Dublin, com 50 – 60km de raio, mas particularmente ao norte ao longo do corredor Dublin – Belfast; a região de Paris, caso especial de pressões por descentralização, 1965, foram acomodadas em concentrações dentro da aglomeração, com pequeno impacto nas áreas rurais dos arredores, supera a força econômica da Paris histórica. (BECKOUCHE, 1999, HALBERT, 2002a, 2002b).

secundárias, crescem mais as funções rotineiras (pesquisa e desenvolvimento, manufatura de alta-tecnologia; atividades de nichos - cidades universitárias, outros) (LLEWELYN-DAVIES *et al.*, 1996). A maior economia de aglomeração acontece num complexo de centros com algum grau de diferenciação funcional entre eles.

A globalização e a mudança para a economia informacional valorizam as grandes cidades como centro de eficiência de trocas pessoais e são grandes *hubs*: aeroportos, estações de trens de alta velocidade e tráfego de *commute*. As desvantagens das grandes cidades são: altos custos de aluguel, congestionamento, poluição, custos de atração de pessoas de nível médio e juniores, pois tendem a migrar para corredores fora na grande cidade: aeroportos, estações suburbanas de trem, cidades no interior no segundo anel (*ring*). E, paradoxalmente, mais cidades centrais crescem na economia global desenvolvendo a *Megacity region*.

A pós-metrópole, um novo *layer* sobre a metrópole industrial fordista, caracteriza uma transição para o que se conformará quando da emergente quarta revolução industrial. Por certo, a dimensão cultural e os realinhamentos de propósitos da sociedade definirão rumos, assim como o modernismo e o pós-modernismo, foram base para a configuração da metrópole e da pós-metrópole. Será que globalização é mesmo o termo sucessor para realinhar as transformações culturais, objetivos e metas de interesses globais e locais? Que outras conotações serão agregadas ao termo globalização para compatibilizar estratégias e interesses aos valores, já pactuados por grande parte da sociedade, de sustentabilidade ambiental e de níveis de eficiência de sistemas socioecológicos que assegure a vitalidade do planeta e das espécies?

O próximo salto tecnológico parece ser o da biotecnologia que, *a priori* deve remendar o que a terceira revolução industrial comprometeu da vida da espécie. A grande transformação nos processos ecológicos tanto nas áreas urbanas quanto na própria zona rural, ampliam as fronteiras em detrimento do ambiente natural original, para suporte de uma sociedade que se concentrou, mas também, se desenvolveu técnico e culturalmente, adquirindo condições de exponencial crescimento populacional<sup>51</sup>. Os processos econômicos também conduziram para uma intensificação do consumo de produtos e para uma lógica de crescimento calcada na produção continuada, apoiada em premissas culturalmente disseminadas de descarte e de obsolescência dos produtos, que tornou radical o avanço sobre os recursos naturais do planeta, onde poucos são os espaços que restaram longe da antropização.

---

<sup>51</sup> População mundial de 3,7 bilhões (1970) a 6,85 bilhões (2010); Brasil de 96,6 milhões (1970) a 195,2 milhões (2010); RMS 1,2 milhões (1973) a 3,6 milhões (2010).

Os padrões rurais seguem se alterando com a incorporação progressiva do padrão de consumo das populações urbanas, em consequência do acultramento do espaço rural pelos padrões urbanos. Pode-se então, falar de nova nuance conceitual para os padrões urbano/rural, ou, como radicalizam alguns autores, do fim da contraposição campo/cidade.

A título de sistematização, segue Quadro 1, com um comparativo, síntese, das principais características intrínsecas que distinguem a Metrópole da Pós-metrópole, ressaltando que na especificidade de cada região algumas assertivas devem ser calibradas ou até refutadas.

**Quadro 1-** Comparativo das características da METRÓPOLE E PÓS-METRÓPOLE

METRÓPOLE	PÓS-METRÓPOLE
Características	Características
Modernismo	Pós-modernismo
Modernismo produz	Pós-modernismo reproduz
Estado nacionalista	Fragilização da soberania nacional
Capitalismo industrial, fordista, acumulação intensiva	Capitalismo industrial, pós-fordista, acumulação flexível
Controle da produção social: nacional e regional	Controle da produção social: cidades globais, nacional e local
Industrialização e urbanização concentrada	Produção baseada em tecnologia de informação e Urbanização Dispersa
Lócus da produção: indústria no interior do espaço-cidade	Lócus da produção: indústria nas <i>edge cities</i> e multicentralidades-tecnopolos
Sistema nacional de estados e cidades	Redes de aglomerações, metropolitanas ou não, diluição do espaço cidade
Topo da complexidade da organização urbana	Parte de um sistema globalmente articulado, maior complexificação
Problemas de infraestrutura urbana e indústria localizados as cidades	Infraestrutura e mão de obra em qualquer lugar do planeta
Poder governamental propulsor do boom do pós-guerra	Reordenamento função da crise de hiperacumulação e crises do petróleo
Migração interna, campo-cidade	Migração campo-cidades médias e migração internacional
Suburbanização - força centrífuga pressiona as fronteiras	Dispersão e concentração - <i>edge cities</i> , tecido urbano externo
Suburbanização em massa	Dispersão urbana no espaço peri-metropolitano
Dinâmica de circulação pendular, aumento da jornada de trabalho	Redução da dinâmica pendular, novas centralidades
Inversão de prestígio locacional, centro desvalorizado	Gentrificação nas áreas centrais
Fragmentação política da gestão metropolitana	Gestão regional em processo de formatação
Núcleo urbano dominante	Ascensão de novos núcleos, complementaridade das funções urbanas
Transformação progressiva das áreas que circundam as cidades	Expansão sobre espaço rural, dispersa

METRÓPOLE	PÓS-METRÓPOLE
Características (continuação)	Características (continuação)
Divisão do trabalho, reserva de trabalhadores e não trabalhadores	Polarização das classes trabalhadoras: altos funcionários, os de baixos salários; os excluídos, nem mais interessam como consumidores
Mercantilização do espaço em função de diferenciação da terra: densidade, distâncias, etc.	Financeirização: tudo passa a ser um ativo
Segregação social	Acentuação das desigualdades: fragmentação espacial reflete segregação social
Planejamento urbano intencional para servir aos interesses do capital	Revalorização do planejamento urbano
Declínio do centro urbano	Gentrificação das áreas centrais
Crescente segregação e guetização	Exacerbada segregação
Hierarquicamente independente, múltiplas funções independentes	Submetida a critérios para inserção na economia global
Relações de trabalho – relações de gestão	Relações de trabalho - individualismo e empreendedorismo
Filantropia fordista - keynesiana do <i>welfare state</i>	Redução do estado de bem estar social
Novos movimentos sociais demandam maior justiça social na cidade	Movimentos sociais isolados se extinguem e a formalização da plataforma direito à cidade
Crescimento da classe média	Redução da classe média, polaridades.
Integridade como espaço cultural e econômico	Aculturamento Global/local e urbano/rural
Ascensão da cultura do automóvel	Mobilidade tende a diversidade de meios: <i>commute</i>
Baseada na cultura do consumismo	Sustentabilidade, novo paradigma
Tecnologias disciplinares	Metapolaridades. Consenso valor suspeito e ultrapassado
Consumo de massa	Modo particular de experimentar e interpretar o ser no mundo, especializações fractais.
Raízes	Aparências superficiais, refuta todo sentido de memória e história
Alienação do sujeito, busca de futuros melhores, frustração, paranoia	Fragmentação do sujeito construção consciente de futuros sociais alternativos.

Fonte: Baseado no texto *Postmetropolis* (SOJA, 2000).

## 1.5 DISPERSÃO URBANA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

Na literatura internacional uma variedade de termos vem sendo veiculada para aludir a este modo de organização territorial. A diversidade contém nuances teórico-conceituais, assim como aponta uma literatura sobre o tema.

Nesse item foram reunidas as conceituações que buscam a interpretação do fenômeno da espacialidade pós-fordista. Foram levantadas as concepções alinhadas com este tema, mesmo aquelas que desfocadas da contextualização socioeconômica e ambiental contemporânea, por isso, agrupados em dois blocos: precursores e intérpretes para melhor situá-los historicamente.

### Cidade Difusa, Urbanização Dispersa

Dois conceitos para representar e adentrar a vasta formulação na tentativa de interpretação do atual modo de organização e produção do espaço. O traço de união entre estes, inquestionável, é a sinalização da ocorrência do fenômeno à escala mundo, e, que se trata de outro estágio da organização territorial das populações, no modo concentrado, mas, certamente, não mais apenas cidades.

Lembrando Panerai,

[...]. Um dos aspectos mais fascinantes do estudo das cidades é que, apesar de suas diferenças e da identidade própria a cada uma delas, em todas podem ser encontrados os mesmos tipos de fenômenos urbanos. Contradição aparente ou, antes, leitura dialética que oscila sem cessar entre o universal e o particular, a regra e a exceção, a repetição e a singularidade (PANERAI, 2014, p.53).

Quando se fala de cidade tem-se em mente o contraditório, o campo, mas quando as delimitações não se preservam tão delineadas, e quando o modo de vida urbano impregna o espaço rural - o campo-, temos o que Lefebvre aponta como sendo uma revolução urbana, de caráter urbano, uma mudança nas relações sociais e de modo de vida que não mais guarda as distinções da vida no campo e da vida urbana, (LEFEBVRE, 1970). Evidente que situações particulares podem e devem ser relativizadas.

Outros autores que têm se dedicado ao tema da nova forma de produção do espaço urbano, dentre estes Monclús, diferentemente, situa, o início da dispersão nos primórdios do sec. XIX. Entretanto, as especificidades do que ocorre, a partir das duas últimas décadas do sec. XX, com complexas transformações econômicas e sociais, com o surgimento de novas

periferias, e o papel das TIC caracteriza uma ruptura generalizada da ordem espacial urbana (MONCLÚS, 1998).

Monclús se refere à confusão conceitual e justifica as diferentes percepções em razão da escala adotada para análise do fenômeno. As conceituações vão da negação do fenômeno da dispersão, ou seja, do entendimento como mera expansão das metrópoles, ao entendimento do fenômeno como o fim da cidade e da degeneração da vida urbana.

## Os precursores

As propostas e interpretações sobre o espaço urbano disperso, manifestas antes da década de 80, relacionadas aqui como precursoras, significa que antecedem a fase do fenômeno de urbanização dispersa na escala global.

Foram precursores: A. Soria (1898) e a “Cidade linear” (convencido de que a comunicação, sobre todas as suas formas, é o futuro do mundo, concebe a urbanização sob a forma puramente linear: “[...] uma rua indefinidamente extensível de 500m de largura, coloca pela primeira vez a questão do estabelecimento humano numa escala mundial; Patrick Guedes com a “*Megacity*” (1915); Ebenezer Howard e a “*Garden city*” (1902), um modelo de cidade completa, e fundamenta um projeto de cidade global que inspirou as *New towns* inglesas (anos 60), as *Nouvelles villes* francesas (anos 70) e tantas outras inspiradas na *Garden city* cujo diagrama é, de fato, de uma mega-cidade-região policêntrica, conectada por uma via férrea intermunicipal (*light rail system*); Frank Lloyd Wright e a “*Broadacre city*” (1932), de caráter antiurbano, análogo ao de Howard, baseada na ideia de que o ruralismo representa a verdadeira democracia americana; a “Megalópoles” de Gottmann (anos 50)<sup>52</sup>; todas, premonitórias de uma nova ordem urbana, expansiva, nebulosa, policêntrica, descontínua.

Peter Hall, no seu primeiro livro de destaque - *The world cities*, 1966 - e Henri Lefebvre, no já citado *Revolução urbana*, 1970, desenvolvem interpretações sobre o fenômeno urbano focalizando toda a problemática urbanística a partir de sinalizações iniciais captadas por suas excepcionais capacidades perceptivas da grande transformação, ainda em formatação nos anos de 1960 e 70.

---

<sup>52</sup> Complementando, são experiências contemporâneas às enunciações destes conceitos, a proposta de Patrick Abercrombie para o Plano Polinuclear de Londres, 1944, com população pouco superior a Paris. Em 1956, a Holanda reconhece a existência do Randstad, sua «rimcity» composta por 12 cidades conectadas nos arredores da zona central verde com 7 milhões de habitantes. As cidades pós-industriais do Vale do Ruhr, com 60 km de extensão considerando um único sistema urbano para 5,5 milhões de habitantes. Los Angeles, que representa a federação de 43 municipalidades com 17,5 milhões de habitantes. Barcelona Metropolitana com 218 municipalidades 4,5 milhões de habitantes.



## Os intérpretes

O divisor de águas – a crise da economia ao final dos anos 70 e a nova economia global a partir dos anos 80 – deflagrador do reordenamento na produção do espaço urbano, marca, nesse texto, a separação dos precursores de concepções urbanísticas, *a fortiori* da crise, daqueles que envolvidos nos acontecimentos buscam interpretá-los.

Tomando-se a cronologia do surgimento dos termos, temos uma relação que, certamente, não esgota as reflexões e conceituações sobre a urbanização dispersa, e, para todas, não foi possível ainda depreender a explicação do significado da conceituação, entretanto, compõem uma lista a ser progressivamente preenchida.

Em verdade, dois movimentos bidirecionais são estabelecidos e compõem o mesmo fenômeno. Simplificadamente, a centralização de comando e o controle da economia global em algumas poucas cidades e a pulverização das plantas industriais dos países centrais para todo planeta, indutora de processo generalizado de dispersão urbana (SASSEN, 1991). Por este motivo, cidades mundiais/globais e urbanização difusa/dispersa são conceituações que se entende como complementares na leitura do fenômeno urbano da atualidade.

Em 1982, John Friedmann e G. Wolff publicam o artigo - A formação da cidade mundial: uma agenda para a investigação e ação -, resultado de pesquisa realizada nos anos 70, quando examinam as principais tendências que afetavam as cidades e regiões metropolitanas no mundo inteiro. Soja refere-se a Friedmann e Wolff como dos primeiros a advertir sobre a nova configuração interna e externa das cidades e seus vínculos com o processo de globalização (SOJA, 2005).

Friedman e Wolff examinam, desde a perspectiva do ativista social, os efeitos negativos das condições de vida urbana, com destaque para a polarização das cidadelas do poder financeiro e político contrapondo-se aos guetos dos pobres, assim como, observam a rede hierarquizada global de cidades e regiões metropolitanas que se formatava, alterando as relações de poder econômico e político, em escala mundial, impactando os acordos entre o Primeiro e Terceiro Mundo. São apontados como positivos: os efeitos sobre o crescimento econômico, o comércio e o consumo, e, como negativos, os efeitos sobre o bem-estar social, a igualdade e o meio ambiente. Manifestam-se sobre o tema: Webber (1968); Corboz (1983); Gottdiener (1985); Fishman (1987); e, Peter Hall (1990), que em *Disapearing city*, ressalta o movimento complementar, o da dispersão urbana, sejam cidades mundiais ou periféricas no Terceiro Mundo (HALL, P., CASTELLS, M.,1994).

Em 1989, Castells idealiza a Cidade informacional, organizada em torno do novo paradigma tecnológico da informação. A cidade como um espaço de fluxos de variada natureza, que incorpora as alterações estruturais nas relações tempo-espaço e que desencadeia mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais, marcado pela extrema velocidade e intensificação das relações potencializadas pelos novos canais de comunicação e informação (CASTELLS, 1989).

Em 1990, Indovina utiliza o termo *Città diffusa* para se referir e caracterizar a ocupação dispersa no território a partir da cidade que extravasa seus limites na direção do espaço rural, progressivamente, envolvendo as pequenas cidades e vilas situadas ao redor, articulando e sintetizando elementos físicos, culturais, sociais e econômicos, análogo à periurbanização na França ou às *Edges cities* americanas, dentre outros (INDOVINA, 1990).

Em 1991, J. Garreau concebe as *Edge cities*, caracterizadas anteriormente, Item 1.4. Têm o tamanho e as funções de uma cidade de médio porte e correspondem à terceira onda do estilo de vida norte-americano<sup>53</sup> (GARREAU, 1991).

Em 1991, Saskia Sassen ofusca o termo cidade mundial de Friedmann e Wolff quando, valorizando a polarização social e intenso crescimento econômico causado pela concentração de poder financeiro, em cada vez menor grupo de centros de comando, cunhou de cidades globais os pontos controladores espaciais da economia: Nova York, Londres e Tóquio. (SASSEN, 1991).

Sob a influência de Friedmann, da teoria dos sistemas mundiais e das hipóteses de corte sociológico do pós-fordismo, Sassen destaca o papel determinante do capital financeiro na formação tanto das conexões externas quanto da estrutura interna das principais regiões metropolitanas do mundo. Conceituação que dá ênfase à necessária concentração do comando da economia nas cidades globais e desvia a atenção do processo de reestruturação industrial e das perspectivas regionais que eram centrais no conceito de Friedmann (SOJA, 2000).

Em 1990, 1991, Emanuel e G. Dematteis definem os princípios da retícula urbana, uma forma explodida, à escala regional, dos aglomerados urbanos convencionais. Compreendem o fenômeno da urbanização dispersa, essencialmente, como uma mudança na organização territorial urbana, que

---

<sup>53</sup> J. Garreau define três ondas correspondentes ao modo de vida americano: a primeira, após a II Guerra mundial, nos subúrbios; a segunda, caracterizada pelos grandes *malls* e *shopping centers* localizados no entorno das cidades, conhecido como o fenômeno do *malling* nos anos de 1960 e 70, e as *edges cities*, a terceira onda.

[...] tende a produzir modelos de localização [...] onde as configurações espaciais são cada vez menos definidas. Trata-se de um contexto urbano à escala regional resultante de uma dilatação espacial da rede de interdependências funcionais”. (DEMATTEIS, 1988, p. 33).

Apostam numa nova fenomenologia urbana e não na sua negação. Uma forma ampliada da realidade urbana, um espaço relacional, onde se estabelecem redes de inter-relações, funcionalmente coesas e morfologicamente dispareas da cidade entendida como distinta do espaço rural e fisicamente limitada. O sistema reticular baseia-se no conceito de rede e considera o modelo hierárquico convencional. Nesse sentido, é fortemente criticado, visto que, na realidade da urbanização dispersa, novas centralidades surgem e não há condição de estabelecer uma hierarquia rígida. Em resposta aos serviços qualificados demandados pela indústria, a relação entre as diversas centralidades é de natureza complementar, não de dependência hierárquica. As centralidades tradicionais tendem a se diluir na mancha urbana e estão submetidas a progressiva instabilidade, na medida em que, novas centralidades superpõem suas áreas de influência e concorrem com graus de especialização que reforçam a complementaridade das centralidades, inclusive dos centros tradicionais, originando redes multipolares, baseadas na estabilização e no aprofundamento das especializações locais (DEMATTEIS, 1998).

Em 1992, Boeri e Lanzani denominam estrada-mercado a formação que decorre da ocupação dos eixos viários, lógica que relaciona a ocupação com o viário e não a relação entre edifícios. Centram na organização formal da urbanização linear associada à tendência de polarização e criação de novas centralidades, locais de encontro e lazer também submetidas à força da gravidade de alguns núcleos com configurações estáveis. Entendem os espaços vazios como residuais da matriz rural, componentes desta nova condição urbana, com dimensões muito superiores às de parques e de tamanho insuficiente para serem destinados a áreas agrícolas. Desse modo, ressaltam a importância da regulação do uso e ocupação do solo: infraestrutura, equipamentos e atividades, bem como da gestão dos recursos naturais, pois, os vazios tendem a ser preenchidos pela industrialização rural e pela indústria imobiliária. (BOERI; LANZANI, 1993).

Em 1992, Deyan Sudjic lança 100 Mile city uma análise das cidades mundiais de Londres, Paris, Nova York, Tóquio e Los Angeles para delinear a cidade como um campo de força não linear que se espalha por 100 milhas em cada direção, derramando-se sobre pequenas e médias cidades e sobre o que parece ser o campo aberto. Distante de qualquer

coisa existente que possa ser chamado de cidade, estruturas urbanas emergem sem conexão (SUDJIC, 1993). Uma preocupante interpretação da denominada *Megacity region*.

Em 1993, Santos enquadra a nova forma da produção do espaço urbano como uma metrópole estendida. A expansão ultrapassa o tecido da metrópole assentando-se nas áreas mais convenientes e que apresentem maiores vantagens em relação às deseconomias, que a localização na metrópole representa. Explicita que a própria metrópole fordista passou a representar entrave para alguns setores da economia. Santos focaliza a eficiência da produção como motriz do processo de extensão metropolitana e mantém o entendimento da dependência hierárquica das áreas perimetropolitanas ao centro metropolitano. (SANTOS, 1993).

Em 1994, Monte-Mór se refere à urbanização extensiva como processo deslançado pela indústria pós-fordista para se implantar com condições privilegiadas e para escapar dos entraves da cidade fordista, do custo de localização mais elevado na metrópole, do menor controle de associações e sindicatos trabalhistas situados em áreas industriais adensadas, e pelo benefício da proximidade da metrópole em função da relação espaço-temporal para acesso a serviços especializados (MONTE-MÓR, 1994).

Santos e Monte-Mór convergem na interpretação e têm praticamente as mesmas ponderações sobre a nova organização do espaço urbano. Quando Monte-Mór não utiliza metrópole na sua denominação – urbanização extensiva –, revela o entendimento de que foi ultrapassada a condição de dependência do centro metropolitano, este, ainda presente na interpretação de Santos.

Em 1994, André Corboz, lança a Ipercittá (CORBOZ, 1994) e Françoise Choay polemiza o novo arranjo de produção urbana.

Choay indaga:

[...] Não será tempo de admitir o desaparecimento da cidade tradicional e interrogar sobre aquilo que a substituiu, em poucas palavras, sobre a natureza da urbanização e sobre a não-cidade que parece ter se tornado o destino das sociedades ocidentais avançadas? (CHOAY, 1999, p. 68).

Para Choay o crescimento acontece em duas direções: de um lado, a tendência à concentração nos polos de atração – metrópoles nacionais e regionais –, mas, as atividades se deslocam para as periferias, cada vez mais irradiadas com a saturação das redes técnicas, e promovem o esvaziamento dos centros urbanos; do outro, a tendência à dispersão que opera a desconcentração linear ou pontual, enfim, a implantação difusa de habitat em zonas rurais que

recebeu o nome de reurbanização. Choay ressalta que o urbano desfaz a solidariedade de *urbs* e *civitas*, pois as relações de comunidade, de pertencimento não mais se fundam nem na proximidade nem na densidade demográfica. As coletividades passam a ser abstratas sem correspondências espaciais e são instáveis. Consta que na sociedade global pertencimento e enraizamento local perderam o nexo e requer novos parâmetros para compreender a relação espaço tempo, ubiquidade e nova temporalidade (CHOAY, 1999).

Do meado ao final dos anos 1990 as reflexões sobre o tema avançam com: Koolhaas (1994); Marcuse (1995); Barnet e sua *Fractured metropolis* (1995), e Soja (1996).

Em 1995, Asher entende a nova organização do espaço urbano como processos de urbanização “metásticos”, denominando de metápole a nova forma do espaço urbano produzido. Como Boeri e Lanzani (1992), Asher valoriza os nós viários do sistema arterial de comunicação como determinantes da formação de ilhas, áreas descontínuas que capturam intensos efeitos de urbanização. Forma-se uma cidade arquipélago cujas distinções de acessibilidade e locais qualificam diferentes centralidades propícias à mais valia de usos, os mais variados, reconfigurando o sistema de centralidades, de uma malha cada vez mais dispersa, multifocal, oposta aos fluxos radiais centro-periferia que caracterizam a metrópole convencional<sup>54</sup> (ASHER, 1995).

No intervalo de 1996 a 2003 se destacam os seguintes autores que mantem a reflexão sobre a nova condição urbana sob a economia mundializada e o contexto sociocultural na passagem do século XX/XXI: M. Solà-Morales (1996); Pavia (1996); Hall (1997); Monclús (1996 e 1998); Monclús e Dematteis (1998); Villaça (1998); Choay (1999); Dematteis (1999); Secchi (1999); Harvey (2000); Spidak (2000); Solà Morales (2001); Portas (2003).

Em 2000, Soja caracteriza a metrópole e a fase de transição para algo que difere do momento anterior, a Pós-metrópole, caracterizada por meio de seis discursos: apresentados no Capítulo 1.3 e 1.4 (SOJA, 2000).

Dedicaram-se a analisar e sistematizar os elementos e os fatores importantes, formais e socioespaciais na configuração da ‘metrópole alargada’: Ascher (1995, 2009); Batty (2005); Font e colaboradores (1999, 2004); Glaster (2001); Hays (2001); Indovina (2007); Jenks e colaboradores (2008); Mangin (2004, 2008); Oswald e Baccini (2003); Masboing (2008); de Mulder (2002); entre muitos outros.

---

<sup>54</sup> <[http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforggeo/INFORGEO\\_14\\_p043a064.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforggeo/INFORGEO_14_p043a064.pdf)>Disponível em 3/10/2013.

Em 2005, Secchi continua na explicitação da Cidade difusa referindo-se como *Megacity* do final do século e reconhecendo-a como uma Cidade fractal:

[...] da sociedade da flexibilidade, da competitividade, de uma ideologia de mercado como competição, da desigualdade como estímulo à emulação entre indivíduos, grupos sociais, cidades e territórios, de quem corre riscos e é premiado em caso de sucesso. [...] por trás estão[...] a incapacidade do *welfare state* de garantir, na prática, um desenvolvimento igualitário difuso, a crítica aos aparatos da burocracia desresponsabilizada[...] por trás está a formação de uma sociedade fractal que é representada em uma cidade igualmente fractal, onde a figura do fragmento atravessa todos os níveis e escalas (SECCHI, 2006, p.254).

Continuando, Secchi entende que as *megacities* se interligam por linhas de comunicação materiais e imateriais cada vez mais velozes e melhor infraestruturadas. São tornadas possível, mais do que causadas, pelo desenvolvimento de tecnologias da mobilidade material e imaterial e pela densidade das redes viárias, um processo fundamentalmente de acumulação de capital. Na Europa, não nascem como uma periferia mais distante de uma grande cidade, nem constituem um processo de suburbanização ou de *gated communities*. Trata-se de um processo de êxodo urbano, de natureza autônoma, coadunado com a mudança no modo de vida de parte da população rural e urbana. Diferem pela ausência de centro dominante com periferia própria, por constituir núcleos mais densos, cidades compactas de dimensão média imersos num amplo parque habitado (SECCHI, 2006).

Em 2006, Reis, define urbanização dispersa. Por tratar-se da mais expressiva análise sobre este fenômeno a nível nacional, a conceituação de Reis foi adotada como referencial, aqui apresentada como uma síntese do seu entendimento nos parágrafos que seguem, justificando não mencionar a fonte repetidas vezes.

A característica da espacialização deste fenômeno urbano se manifesta com os seguintes aspectos: esgarçamento do tecido dos principais núcleos urbanos em suas periferias; formação de constelações ou nebulosas de núcleos urbanos e bairros isolados em meio ao campo, de diferentes dimensões, integrados em uma área metropolitana ou em um conjunto de sistemas de áreas metropolitanas; mudanças no transporte diário intrametropolitano de passageiros que transformam as vias de transporte inter-regionais de tal modo que estas passam a ser grandes vias expressas inter e intrametropolitanas; difusão ampla de modos metropolitanos de vida e de consumo, também estes dispersos pela área metropolitana ou pelo sistema de áreas metropolitanas (REIS, 2006).

Destaca ainda Reis: a importância das escalas de análise para compreensão do fenômeno - as mais abrangentes, para as formas de dispersão no âmbito regional e, as mais

aproximadas, para a escala intraurbana, para o tecido urbano -; o intenso ritmo do desenvolvimento dessas novas formas de aglomeração, nos níveis regional, meso e microrregional e local, visto que desvinculado dos mecanismos de gestão e que não guardam relação com as divisões administrativas, políticas e jurisdicionais; e, a construção teórica, ainda insipiente, em descompasso com uma prática intensa e produção continuada, estabelecendo o grande desafio que se coloca para os profissionais relacionados ao urbanismo.

Entende que a dispersão urbana em áreas rurais é provocada principalmente pelos usos: residencial, de todos os extratos sociais; comércio e serviços, liderados pelos grandes complexos de usos múltiplos e *shopping centers*, ambos, prioritariamente, motivados pelo argumento da busca de segurança e maior integração com a natureza; e, industrial, implantadas ao longo das estradas, com a dispersão da oferta de trabalho, constituindo-se num forte vetor.

Reis identifica modelos teóricos de interpretação deste fenômeno da dispersão urbana, de viés social, em duas linhas de interpretação: a primeira, centrada em estudos quantitativos e demográficos que tende a valorizar as mudanças tecnológicas como fator determinante da pulverização de população e atividades sobre o território; a segunda, mais politizada, entende a dispersão urbana como efeito da nova forma de operação do capitalismo. Dentre os atores e agentes, o setor imobiliário, com a sua lógica oportunista, é alavancador deste processo. O segmento imobiliário residencial, em particular, atua fortemente na indução da dispersão com lançamentos que vão desde os novos bairros aos loteamentos clandestinos, abraçando todos os extratos sociais (REIS, 2006).

Em 2007, Spósito utiliza os termos cidade dispersa e urbanização difusa refletindo as incertezas terminológicas e, portanto, conceituais que definem o novo modo de organização espacial da atual fase de domínio capitalista generalizado (SPÓSITO, 2009).

Em 2015, surge a *Megacity region*, uma atualização dos conceitos de megalópoles de Gottmann, de *Megacity* do final do século de Secchi e de Cidade-região, majorado em escala e escopo (*Vide* item 1.5 Pós-metrópole – *Megacity region*).

A interpretação do fenômeno da dispersão urbana mobiliza estudiosos da questão urbana de múltiplas formações. Conceitos originários de contextos diferenciados e valorizando distintos aspectos: formais, de recorte social, efeitos econômicos, tecnologia, modo de vida urbano, dentre outros, que justificam a profusão e a imprecisão que se criou em

torno desse modo de produção do espaço urbano, para alguns, não mais identificado com a cidade, tal como entendida até as duas últimas décadas do final do século XX. Uma imprecisão conceitual que se traduz na não consolidação de uma terminologia unificada.

Valorizando, mais especificamente a ocorrência deste fenômeno na América Latina, através dos estudos de Borsdorf, 2003, temos um panorama da evolução dos modelos urbanos e da ocorrência da urbanização dispersa neste continente, condensado no diagrama constante da Figura 5. Percebe-se nesse diagrama que a sequência da evolução dos modelos urbanos, apesar das peculiaridades de cada nação/local, observa uma uniformização temporal e formal que sinaliza a generalização do fenômeno urbano neste continente.

### Algumas Considerações

A compreensão da reestruturação da ordem urbana contemporânea pode ser interpretada a partir da leitura da constituição do que não coincide com a cidade em termos pretéritos, sejam novos tecidos produzidos seja a reconstrução/renovação sobre a cidade consolidada.

A título de fechamento e de alinhamento das conceituações trazidas, segue-se com a síntese de Catalão, aqui endossada e outros enunciados de natureza conclusiva.

Com apoio em Gama (1992), considera que urbanização difusa diz respeito tanto à natureza social quanto espacial do processo de urbanização, portanto não se apresenta como sinônimo de urbanização dispersa, mas tem esta como uma sua característica. Complementando com Monte-Mór (1994), considera possível falar da relação cidade-urbano, cidade como forma espacial e urbano como tecido, que das cidades se estende para o campo/regiões constituindo um novo, terceiro, elemento socioespacial na organização urbano-industrial contemporânea. Com Spósito, 2007, reforça que a dispersão do tecido urbano não é apenas de caráter morfológico, mas diz respeito a novas práticas socioespaciais que seguem as transformações das cidades, um processo de difusão da vida urbana – a dispersão como ruptura da continuidade territorial que pode ser referida como cidade dispersa, uma expressão espacial da urbanização difusa.





Resumindo, urbanização difusa trata-se de um processo de disseminação do modo de vida urbano, atrelado ao modo pós-fordista de produção e acumulação, que se sobrepõe ao modo de vida citadino, cuja expressão espacial, - forma e conteúdo -, corresponde ao substantivo urbano. Para o modo precedente de produção industrial, fordista, a expressão espacial, forma-conteúdo, associada é o substantivo cidade. Portanto, cidade como a forma de



uma urbanização concentrada que mantém uma dualidade rural-urbana, caracterizada por um modo de vida citadino, e, urbano, como uma forma de urbanização difusa que corresponde a novas práticas socioespaciais globalizadas e, que, espacialmente, dilui a dicotomia rural-urbana num padrão de urbanização dispersa enquanto descontinuidade territorial. Ficando assim caracterizado dois padrões de urbanização: urbanização concentrada - a cidade -; a urbanização dispersa - o urbano; sem limites territoriais e com tecidos urbanos diversos em função de lógicas de implantação oriundas de agentes promotores da ocupação territorial com motivações distintas.

Fecha-se o item colocando um ponto de continuação para os estudos das terminologias e conceitos correlatos sobre a urbanização dispersa que, pressupõe-se, tendem a uma convergência na medida em que seja maior a compreensão do fenômeno urbano da pós-modernidade, da transição pós-metropolitana e do patamar de organização que a sociedade globalizada vai se colocar com alguma estabilidade. Entretanto, vale destacar o que Limonad (2006) refere sobre a característica da voracidade de consumo de espaço, particular a esta forma de expansão atrelada ao consumo de recursos naturais. Preocupação esta, que direciona o sentido dessa tese para a reflexão sobre como esse modo de reorganização territorial compete para a sustentabilidade, com foco nas perspectivas para o planejamento urbano nestas condições.

Figura 5 - Diagrama sinóptico do desenvolvimento urbano na América Latina.

Fase	1500-1820	1820-1920	1920-1970	1970 hasta hoy
Desarrollo urbano	Época colonial	Primera fase de urbanización	Segunda fase de urbanización	Reestructuración
Modelo urbano de la fase específica				
Principio de la estructuración espacial	Pendiente centro-perifera	Linealidad	Polarización	Fragmentación
Símbolo	Plaza	<i>Boulevard</i> (paseo, Prado, Alameda)	Barrio alto ↔ barrio marginal	Barrios cerrados, <i>malls</i> , <i>business parks</i>
Crecimiento	Crecimiento natural	Inmigración (europea)	Migración interna	Estancamiento demográfico en las metrópolis, crecimiento en ciudades de tamaño intermedio por migración
Estilos arquitectónicos	Renacimiento, barroco	Clasicismo o historicismo	Moderno	Postmoderno
Circulación	Tracción a sangre (caballo, carretas)	Ferrocarril, tranvía	Metro, buses, colectivos, suburbanos, automóvil	Autopista intraurbana, predominio de la propiedad del automóvil, tecnologías digitales que posibilitan el trabajo a distancia.
Política externa	Colonia	Panamericanismo hispano → estado nacional panamericanismo continental	Autarquismo → posición entre los mundos 1, 2 ó 3	Panamericanismo militar → neocolonialismo estadounidense
Desarrollo económico	Explotación	Economía agraria interna → economía de exportación de recursos	Desarrollo hacia adentro, industrialización para la sustitución de importaciones	Desarrollismo → dependentismo → neoliberalismo: transformación económica, globalización
Desarrollo socio-político	Sociedad colonial	Conservadurismo → liberalismo	Populismo, socialismo	Redemocratización después de gobiernos militares, orientación capitalista aun bajo gobiernos de la izquierda

Fonte: Borsdorf (2003).

## 1.6 TECIDO URBANO

Em texto prospectivo sobre as transformações da realidade urbana, com a re-estruturação da produção industrial pós-fordista, no período que Lefebvre denomina de Zona de Transição, em *A Revolução Urbana*, 1970, descreve o que seria este componente inovador da estrutura espacial e como se articularia com o preexistente.

[...] O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras “tecido urbano” não designam de maneira restrita o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à natureza, [...] Enquanto este aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrecências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole. É assim que nossa hipótese se impõe, ao mesmo tempo como ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos, e como ponto de partida de um novo estudo e de novos projetos: a urbanização completa (LEFEBVRE, 1990, p.17).

Reis, no seu texto referencial *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido*, 2006, enuncia as principais propriedades do espaço intraurbano, do tecido urbano: um espaço fundamentalmente concreto que deve ser apreendido pelas condições materiais de suas configurações, em toda a sua diversidade; tende a ser registrado por suas formas geométricas de divisão de propriedade e edificação, pela infraestrutura e pelos serviços de mercado e uso; integra os espaços já acessíveis, mas ainda não edificados; define-se também pela instância física e jurídica entre espaços públicos e privados, de uso individual ou coletivo; peças, cada vez mais autônomas, que se justapõem de forma descontínua, onde proliferam espaços intersticiais, vazios urbanos.

Reis destaca a inovação no tecido urbano quanto à forma dos empreendimentos e arranjos jurídicos e comerciais. Referindo-se a Monclús, 1998, descreve os novos empreendimentos destacando o predomínio das baixas densidades, tanto em áreas residenciais unifamiliares como em grupos de habitações coletivas, apoiadas em diversos sistemas de infraestrutura viárias e dotadas de extensos espaços livres, base do sistema de dispersão suburbana. Ressalta que este fenômeno também está associado à descentralização e ao caráter cada vez mais extensivo das novas áreas industriais, dos condomínios de escritórios, centros esportivos, centros comerciais, instalações técnicas, cada vez mais devoradoras de espaços. O

tecido urbano para Monclús constitui-se em peças autônomas justapostas de modo descontínuo com espaços intersticiais e vazios urbanos (REIS, 2006).

Da leitura de Reis acrescentam-se outros autores que agregam importantes contribuições teóricas aos aspectos intraurbanos: Portas, Secchi e os grupos do Instituto de Urbanística do UIA de Veneza e seus colaboradores da Itália e países da Europa.

Villaça, 2001, em Espaço intraurbano no Brasil, faz suas considerações, ressaltando, que

[...] os processos de estruturação interna do espaço urbano não seguem a mesma lógica, não passam pelas mesmas mediações e não podem ser abordados pelos mesmos paradigmas teóricos: a análise regional e a economia política tomam por base a esfera da produção e da circulação de mercadorias enquanto a organização do espaço intra-urbano ocorre sobretudo na esfera do consumo e do transporte de passageiros, exceção para a construção civil. O espaço intra-urbano é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho, seja enquanto consumidor, reprodução da força de trabalho (VILLAÇA, 2001, p. 43).

Numa orientação metodológica, Villaça recomenda o estudo das duas escalas do ponto de vista do espaço intra-urbano: na escala metropolitana, onde são definidos os eixos de transporte, as polarizações e os diferentes modos de apropriação do espaço pelas classes sociais; na escala do tecido, onde são definidas a propriedade ou posse do solo urbano, bem como se definem os usos e as transformações do espaço. Embora a diferenciação, ambas as escalas devem ser compreendidas na sua inter-relação como parte de um mesmo processo. Continuando, a recomenda: quanto à representação do espaço regional, que sejam utilizadas características quantificáveis como densidades, população, dados de produção, centralidades, outros; quanto à organização do espaço intraurbano, que esta deve ser caracterizada pelas condições materiais de suas configurações, em toda sua diversidade; e, quanto ao valor do espaço intraurbano, que seja imputado à relação com as edificações, a acessibilidade, as condições de uso e os espaços acessíveis, ainda não edificados, em função da potencialidade de uso, e por meio da organização dos setores, apropriados pelas classes dominantes, por onde acredita se estabeleça a dominação de classes e a segregação socioeconômica e espacial (VILLAÇA, 2001).

Enquanto Villaça focaliza o espaço intraurbano, Reis tem interesse no tecido urbano, nas formas de mobilidade e dispersão na escala do intraurbano e intrametropolitano, pois, considera o tecido urbano a instância de definição física e jurídica dos espaços públicos e privados, de uso individual e coletivo.

Panerai denomina de crescimento descontínuo o que tem sido tratado como urbanização dispersa e percebe este movimento como “uma ocupação mais aberta do território, o qual preserva rupturas naturais ou agrícolas entre as partes antigas e as novas extensões permitindo a eclosão da aglomeração”, destacando que não se trata de fenômeno novo e que o termo descontínuo é útil para explicar a constituição de cidades mais antigas, cujos processos de crescimento inicial fora em ilhas, até que se solidarizam na sua forma característica (PANERAI, 2014, p. 58).

Entende a eclosão da aglomeração por meio de linhas de crescimento, linhas de força do território geográfico, grandes traçados que organizam a aglomeração:

[...] não é apenas [para] fornecer um traçado sobre o qual irão se alinhar os elementos edificados, mas, principalmente, [de] ordenar o tecido urbano em suas laterais, de regular os crescimentos secundários e os adensamentos, em resumo de prover uma estrutura (PANERAI, 2014, p.61).

Para Panerai os tecidos urbanos têm duplo enfoque: são a substância para além do esqueleto, da estruturação, e seus elementos constitutivos configuram uma organização que solidariza os elementos. O termo sugere a possibilidade de extensão, continuidade, renovação, permanência e variação, tanto explica a constituição das cidades quanto a urbanização recente. Entende o tecido urbano como imbricação de três elementos: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações, na lógica de suas relações, e, orienta metodologicamente as leituras urbanísticas do tecido urbano por meio de análises específicas para cada um dos elementos constituintes (PANERAI, 2014).

Conforme Font, os tecidos urbanos que compõem o mosaico da ocupação urbana dispersa, se alastram no território rural reproduzindo um padrão sem diferenciações qualitativas com relação ao tecido que ocorre nas áreas mais concentradas, classificando-os como “tipos urbanoides” (FONT, 2007, p. 64).

O tecido urbano, na reorganização do território, na transição pós-metropolitana, é a curiosidade não satisfeita, pela ausência de análises específicas da sua estruturação bem como das relações que estabelece com outros componentes do sistema urbano: equipamentos urbanos, espaços abertos – vazios e de lazer -, relações de proximidade e distâncias, densidades, fracionamento do solo, dentre outros que motivam este foco da pesquisa.

## 1.7 DENSIDADE, INDICADOR ESTRATÉGICO

O conceito de urbanização dispersa traz intrínseco a ideia de densidade e sinaliza uma baixa densidade relativa, visto ser a variável chave para as reflexões acerca das configurações urbanas contemporâneas, perceptível em muitas das terminologias que cercam a interpretação dos arranjos urbanísticos: *città diffusa*, urbanização difusa, urbanização extensiva, metrópole estendida, dentre outros relacionados no Item 1.5.

Sumarizando o histórico do emprego da densidade, Haupt e Pont ressaltam que: no período do capitalismo mercantil, as densidades eram meros resultados do desenvolvimento das cidades; no período do capitalismo liberal quando o conceito foi introduzido, foi empregado para diagnóstico e comparação entre crescimento de cidades com importância pequena nos planos de expansão. Sob a gestão forte dos Estados, o emprego deste parâmetro evoluiu da regulação indireta, com definições de altura das edificações e larguras de ruas, para a prescrição de densidades idealizadas como nos movimentos da *Garden city* e dos funcionalistas, quando foi usado sistematicamente; no neoliberalismo, com o ‘estado empresarial’, as densidades são vistas como instrumentos tecnocráticos, mas, ante tantos problemas relativos à dispersão, sustentabilidade, mobilidade e econômicos, a atenção é direcionada para a necessidade de um mínimo de densidade. Entretanto, o entendimento do parâmetro densidade como mero dado quantitativo relacionou-o a propósitos estatísticos e sobressaiu a compreensão de que refletia precariamente as propriedades espaciais da área urbana (HAUP; PONT, 2009).

Amos Rapoport percebeu a possibilidade de outras relações associadas ao parâmetro densidade. Declara que este conceito de densidade é muito mais complexo, que a densidade quantitativa, tanto para seres humanos quanto animais e, portanto, um parâmetro insuficiente, pois são as relações sociais que importam. Evidencia a dimensão qualitativa deste indicador quando ao dado numérico está associado à especificação que particulariza os termos relacionados no numerador e denominador, em especial os atributos da espacialidade a que corresponde. Rapoport usa os termos densidade objetiva para referir à relação quantitativa e, densidade percebida para referir à relação numérica de dados qualificados (RAPOPORT, 1978).

Ingram refere-se à importância do parâmetro densidade e a justifica pela condição de indicador estratégico da eficiência e da sustentabilidade de modelos de desenvolvimento, e

ressalta o desafio da falta de informação sistemática sobre a aparência do desenvolvimento em diferentes densidades (INGRAM, 2007).

Campoli e MacLean corroboram o afirmado por Rapoport (1978), identificam o design como elemento de mediação entre a densidade objetiva e percebida (CAMPOLI e MACLEAN, 2007) e demonstram o que foi evidenciado por Rapoport na publicação *Visualizing Density*, 2007, utilizando metodologia baseada em aproximações sucessivas de imagens aéreas do tecido urbano, utilizado de modo similar nas leituras das densidades da expansão da Região Metropolitana de Salvador.

Haupt e Pont, em trabalho excepcional, focalizaram nos atributos da espacialidade a que corresponde o dado numérico da densidade e re inseriram a relação de densidade como dado que contém informações multivariadas sobre o espaço produzido. Revelam a relação lógica entre densidade e propriedades espaciais e não espaciais. A partir da correlação de três principais indicadores de uma dada área de planejamento - área construída, área ocupada e a malha da rede viária, lançadas sobre uma matriz espacial – a *Spacematrix* -, importantes relações do tecido urbano podem ser reveladas, expondo o “DNA de uma área”, sua impressão digital (HAUPT; PONT, 2009, p. 98). A metodologia do *Spacematrix*, favorece à comparação de densidades entre diferentes escalas de abordagem por meio do índice “Tara”, que faculta uma correlação entre vazios urbanos, e, pode-se dizer que esta metodologia reintroduz a densidade como importante ferramenta para o planejamento, e mais, valoriza o urbanismo – planejamento e projeto – colocando-o em rota de ascensão, outro patamar para este campo de estudo e sua prática. Para os autores, seu trabalho tem o alcance de “promover o estabelecimento de uma ciência da densidade” (HAUPT; PONT, 2009).

O processo de levantamento dos dados desta metodologia (HAUPT; PONT, 2009, p. 94-97) será, resumidamente, apresentado:

Adotam um conceito de densidade multivariado expresso em quatro variáveis: (A) área da gleba (lote, quadra distrito, ou qualquer outra compartimentação administrativa, de projeto, etc); (N) extensão da rede viária, diferenciando-as (pedestres, viária, bicicleta, etc); (F- *floor*) área dos pavimentos edificados, a intensidade da construção, correspondente a toda a área construída; e (B - *built*) a impressão da área construída no solo, equivalente à área de ocupação.

A definição multivariada da densidade envolve as relações destas quatro variáveis na construção de três indicadores fundamentais: (N) a densidade da rede viária; (FSI) o indicador de intensidade de construção; e, (GSI) o indicador de compactação.

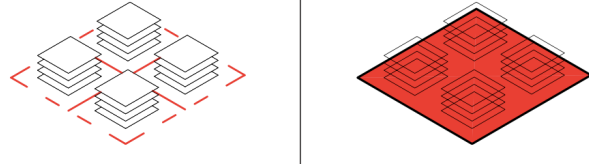
a) Densidade da rede viária (N)

$$N_f = (\sum l_i + (\sum l_e)/2) / A_f \quad (1)$$

$l_i$  = extensão da rede viária interna (m)

$l_e$  = extensão da rede viária externa (m)

$A_f$  = área do tecido (m<sup>2</sup>)



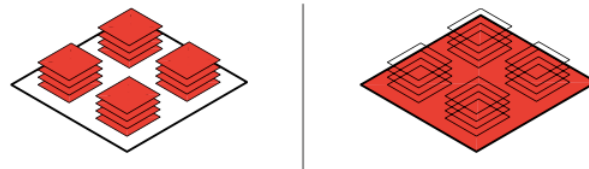
b) Intensidade de Construção (FSI)

$$FSI_x = F_x / A_x \quad (2)$$

$F_x$  = área dos pavimentos bruta (m<sup>2</sup>)

$A_x$  = área da gleba x (m<sup>2</sup>)

x = lote (l), quadra (q), tecido (f), ou bairro (b)



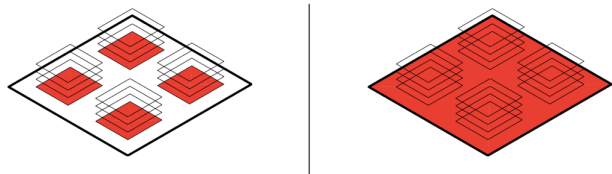
c) Indicador de Compactação (GSI)

$$GSI_x = B_x / A_x \quad (3)$$

$B_x$  = área ocupada, footprint (m<sup>2</sup>)

$A_x$  = área da gleba x (m<sup>2</sup>)

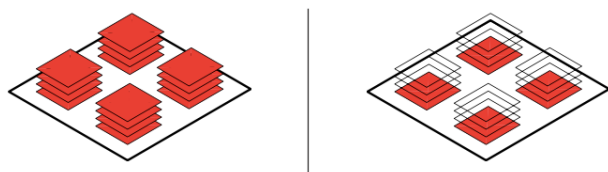
x = lote (l), quadra (q), tecido (t), or distrito (b)



Da relação entre os indicadores principais outros podem ser derivados e vão contribuir na descrição das propriedades espaciais das áreas urbanas e explorar o potencial das densidades em relação à forma urbana e seu desempenho

d) Altura, H

$$H = FSI_x / GSI_x \quad (4)$$

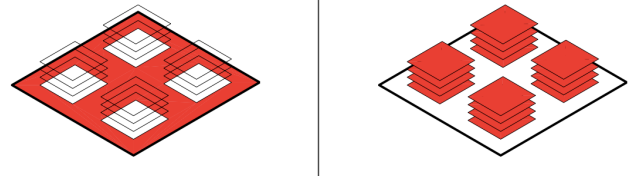




e) *Spaciousness (OSR)*

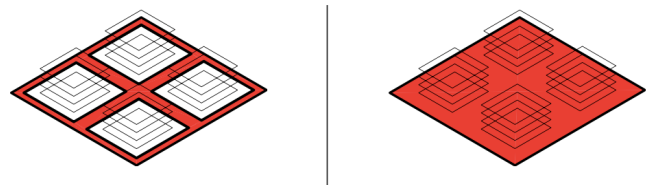
A medida de área não ocupada em relação ao total da área construída.

$$OSR = (1 - GSI_x) / FSI_x \quad (5)$$

f) *Tare (Tara)*

A característica da densidade, em diferentes níveis de escala, pode ser calculada por vários meios. Utilizou-se a fórmula que segue, visto que o indicador GSI era conhecido para as duas escalas: setor censitário e tecido urbano.

$$Tara = 1 - (GSI_x / GSI_{(x-1)}) \quad (6)$$



$x$  = área do setor censitário;

$x-1$  = área do tecido.

A condição de indicador estratégico da densidade também é justificada por traduzir quantitativamente uma ponderação sobre a intensidade de utilização e/ou preenchimento de uma superfície ou volume, por funcionar como elemento “sensor” para o sistema econômico e o ambiental, e por balizar quantitativa e qualitativamente o uso e ocupação do solo e as transformações do ambiente que lhe dá suporte, tal como enunciado por Mota (MOTA, 2001, p.17).

Numa abordagem que valoriza a sustentabilidade, a densidade ressalta como ferramenta principal para balizar padrões de sustentabilidade para a urbanização e enlaçar toda a matriz das dimensões contidas no conceito de sustentabilidade, além de oferecer ampliada potencialidade para fins analíticos e propositivos.

O estudo do tecido urbano das áreas acrescidas na RMS, a partir das duas últimas décadas do sec. XX, enfatizando a densidade, apenas prenuncia uma possibilidade de operar com a teoria da complexidade no escopo das questões urbanísticas e situa a densidade como importante ferramenta para a meta da sustentabilidade.

As densidades, no que tange às correlações com outros aspectos espaciais, sociais, e outras dimensões para as quais concorrem os atributos espaciais podem ser decodificadas a partir das relações dos dados na *Spacematrix*, metodologia que confere novo significado à densidade, de grande amplitude. Novas referências para traduzir/revelar a complexidade dos componentes e atributos urbanos.

De modo a perscrutar se existe um padrão para as densidades na escala regional, Jiao (2015) identifica para as cidades chinesas um comportamento padrão em relação aos centros urbano. A partir dos dados de densidades pesquisados em muitas cidades chinesas, desenvolveu uma fórmula que representa este comportamento à qual denominou de *Inverse S-shape Rule*. Esta metodologia é mais um recurso para avançar nas informações que podem ser desagregadas deste indicador que tem enorme potencial ainda a ser revelado.

A valorização do parâmetro densidade tem maior sentido que apenas detectar relações quantitativas, mas qualificar este parâmetro como ferramenta para a aplicabilidade do conceito de sustentabilidade, na medida em que se percebe a associação possível deste parâmetro a aspectos qualitativos: socioeconômicos, culturais, territoriais e espaciais, ambientais e ecológicos, ou seja, como elemento sensor para ajustar a urbanização integrada aos ciclos ecológicos. Desse modo, numerador e denominador desta relação podem aportar outros significados, agregar conhecimento robustecendo este parâmetro para a interpretação e análises urbanístico-ambiental.

## 1.8 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Os principais temas que compõem o sistema explicativo definem o referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa. Dois temas abrangentes, Complexidade, Organização Territorial e o *Spatial Turn*, e Sustentabilidade: o primeiro coloca a organização territorial como uma concepção chave, sistêmica, condição de alguma estabilidade de relações, portanto onde os pactos sociais e sua institucionalidade podem ser construídos, e, assume-se o espaço como condicionante e resultado, em alinhamento à concepção teórica do *Spatial turn*; o segundo, como a grande adjetivação para o desenvolvimento, é transversal a todos os temas específicos e estabelece uma diretriz provocativa para questão urbana contemporânea.

Os demais são temas centrais para testar a hipótese da existência de relações pós-metropolitanas na Região Metropolitana de Salvador. A abordagem sobre Metrópole e Pós-

metrópole, com muitas inserções dos principais teóricos sobre a questão urbana contemporânea, permitem trilhar o pensamento de Soja que valoriza a condição generativa do espaço como fator determinante, equiparado aos processos sociais e econômicos. Dispersão Urbana reúne um elenco de interpretações sobre o fenômeno contemporâneo, um esforço bibliográfico que, ao cabo, privilegia as reflexões do Prof. Nestor Goulart Reis Filho para lastrear os raciocínios sobre o tema no recorte nacional, e, *Tecido Urbano*, uma aproximação em escala do que se dispersa, novos tecidos urbanos produzidos e a tensão da transformação rural/urbano. Densidade, um indicador intrínseco para compreensão dos processos de dispersão em ambas as escalas, regional e intraurbana, e na leitura do tecido urbano, não um mero dado quantitativo, mas qualitativo, ressignificado como dado multivariado e multiescalar, uma variável-chave, que revela as tensões entre máxima utilização da terra versus a condição de sustentabilidade dos processos urbanos contemporâneos.

A atualidade dos temas, a sensação de incompletude, a inquietação por adentrar o campo de transformações sobre o qual apenas se esboçam teorizações...tanto a compreender, a articular, e a premência do tempo em retificar os rumos da trajetória de crescimento para assegurar uma perspectiva de manutenção do que é essencial - a vida da espécie e do planeta.



## **SEGUNDA PARTE**

### **DINÂMICAS URBANAS, DO GLOBAL... AO LOCAL**

*[...]. We do not know what will come next, and what the third millennium will be like, even though we can be certain that the Short Twentieth Century will have shaped it. However, there can be no serious doubt that in the late 1980s and early 1990s an era in the world history ended and a new one began (HOBSBAWN. Age of Extremes: the short twentieth century, 1914-1991, 1994).*



## **DINÂMICAS URBANAS, DO GLOBAL... AO LOCAL**

A Segunda Parte tem como objetivo analisar a influência do contexto socioeconômico, político e ambiental na formação dos processos urbanos contemporâneos, conteúdos para subsidiar a resposta à primeira questão orientativa da pesquisa. A premissa é de que o contexto se manifesta em espacializações específicas no território em resposta aos requisitos do modo de produção e de reprodução de cada época.

Considerando ser necessário sincronizar a cronologia dos períodos econômicos e seus desdobramentos nos países centrais e periféricos, o primeiro capítulo é dedicado a este objetivo de refinar e correlacionar estas temporalidades.

Na sequência, três capítulos abordam o contexto socioeconômico político e ambiental, a gestão territorial e os efeitos das ações privadas. O Capítulo 2, relativo ao desenvolvimentismo, à escala Brasil, Bahia e RMS, abrange todo o conteúdo explorado neste período: a) Contexto socioeconômico, político e ambiental das dinâmicas urbanas, contemplando, aspectos políticos e econômicos, aspectos sociais e populacionais, aspectos culturais e tecnológicos, aspectos ambientais, ecológicos e espaciais, e aspectos territoriais, quanto às densidades e tecido urbano, observando as dimensões de sustentabilidade; b) Gestão do território e as dinâmicas urbanas, abrangendo políticas governamentais, planejamento, ações efetivas de gestão do território, ações privadas, ações relativas à expansão urbana e metropolitana; e, c) Efeitos das ações privadas, contemplando os efeitos socioeconômicos, efeitos ambientais, efeitos territoriais sobre o tecido urbano e a densidade. No Capítulo 3 e 4, será focalizado o período de acumulação flexível e globalização às escalas, Brasil, Região Nordeste, Bahia, RMS, por se tratar da temporalidade do objeto da pesquisa e dado ao maior detalhamento das informações. O Capítulo 3 aborda o conteúdo do item (a) e o Capítulo 4, o conteúdo dos itens (b) e (c), mantendo a mesma estrutura do texto.

Em razão da necessidade de ampliação do campo de referências, itens específicos são agregados a este escopo básico, ou, informações necessárias preparatórias são agregadas a título de Antecedentes. Os Capítulos 5 e 6 complementam a aproximação à escala da RMS com a caracterização dos vetores metropolitanos e dos fluxos de deslocamento no espaço regional.

## 1 DINÂMICAS URBANAS: MARCOS E CRONOLOGIAS

Este Capítulo tem o objetivo de oferecer as informações necessárias para adentrar a análise das dinâmicas urbanas propriamente ditas. Preliminarmente, a título de Antecedentes, a zona de transição da metrópole industrial capitalista é correlacionada aos grandes compartimentos da história das cidades, nos países centrais e países periféricos. Desse modo, o leitor poderá fazer uma sincronização temporal refinada da cronologia dos eventos.

A abordagem não é mais aprofundada do que o necessário, preparar o acompanhamento da evolução das dinâmicas urbanas nos capítulos que seguem.

### 1.1 ANTECEDENTES

Economia e espaço, sempre imbricados, consistem em categorias mutuamente ingerentes e marcam a história das cidades pela correspondência que estabelecem entre as relações de produção e as relações sociais, com a especificidade da espacialidade que lhe é reflexiva. Mais que isso, o próprio espaço urbano constitui expressivo componente do sistema econômico, não apenas o *locus* da vida no modo urbano, mas insumo dos processos econômicos de produção, reprodução e acumulação de bens, que oscilam em momentos de prosperidade e crise, marcando ciclos que influem e/ou mesmo determinam as condições da organização socioespacial urbana.

As cidades têm níveis de desenvolvimento e de completude distintos. Os processos de expansão/retração e reestruturação refletem: os diferentes graus de desenvolvimento e participação dos setores econômicos; engajamentos espaço-temporais em fases distintas; e/ou, o desenvolvimento de atividades de outra natureza, como via de inserção na economia por meio da ressignificação de seus atributos, à exemplo do patrimônio cultural e dos recursos ambientais.

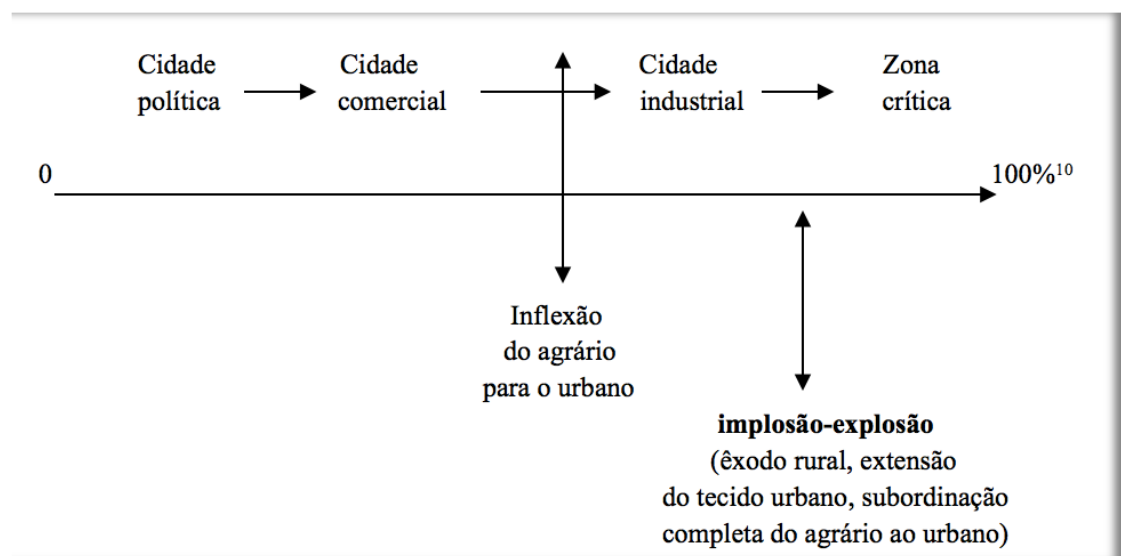
Recorrendo à interpretação de Lefebvre, a estruturação do modo de vida concentrado, nas cidades, transforma-se ao longo do tempo, num transcurso marcado por continuidades e rupturas. Como pode ser visto no esquema, Figura 6, divide a história das cidades em quatro períodos (cidade política, cidade comercial/mercantil, cidade industrial e atual zona de transição), e, dois momentos de forte inflexão: a primeira inflexão, quando se passa do modo de produção agrário para o modo de produção industrial, seguida de substancial incremento



da concentração populacional nas cidades, quando a adjetivação como metrópole industrial passa a ser aplicável; a segunda inflexão, quando as cidades transbordam seus territórios e produzem um vasto tecido urbano num outro padrão de organização territorial, ainda por ser bem compreendido, e que esta pesquisa tem como objetivo avançar no conhecimento, focalizando a Região Metropolitana de Salvador (LEFEBVRE, 1970/1999).

A representação esquemática dos marcos e das inflexões do processo de transformação do modo de organização espacial de Lefebvre é autoexplicativo. As inflexões estão localizadas: a primeira, na passagem da Cidade comercial para a Cidade industrial, e a segunda, marcada pela implosão da Cidade industrial, com o êxodo rural, “eclosão da aglomeração” e a produção de novos tecidos urbanos dispersos que adentram o espaço rural, subordinando-o física e culturalmente.

**Figura 6** - Lefebvre, eixo das continuidades e rupturas da evolução das cidades.



Fonte: LEFEBVRE (1970/1999, p. 27).

A Cidade política e a Cidade mercantil não desencadearam uma crítica da socialidade e da espacialidade, tinham as sementes da sua própria reestruturação espacial, suas estratégias de melhoramento e desenvolvimento.

A Cidade industrial, cidade do capitalismo urbano-industrial, reflete os movimentos cíclicos de fluxos de aceleração e crise, dos processos de reprodução e acumulação do capital, uma condição intrínseca deste sistema, que imprime na geo-história das cidades marcos de sua periodização, ondas, que diferem levemente entre os pensadores da problemática urbana (SOJA, 2000).

A Zona crítica do esquema de evolução das cidades de Lefebvre, corresponde à transição da cidade moderna, industrial, para a cidade contemporânea, conformada num novo ambiente econômico, com marcos claros da nova conjuntura. Com sua capacidade prospectiva, Lefebvre propaga que: “A problemática urbana, o urbanismo como ideologia e instituição, a urbanização como tendência global, são fatos mundiais. A revolução urbana é um fenômeno planetário” (LEFEBVRE, 1970/1999, p. 107).

## 1.2 A GEO-HISTÓRIA DO ESPAÇO-CIDADE CAPITALISTA EM PAÍSES CENTRAIS

Toma-se, resumidamente, a periodização da evolução da cidade industrial de Soja, que acompanha o ritmo de crescimento da economia e da cultura do desenvolvimento capitalista globalizado, e a influência da modernização e do modernismo, no intervalo do meado do sec. XVIII até o momento presente da geo-história da 3ª Revolução urbana, que atravessa o século XX. Este destaca que a economia mundial e o incremento dos ritmos macroeconômicos ampliaram, em muito, o quadro de referências para elaborações teóricas e práticas sobre o momento contemporâneo, sobre as cidades e os estados-nação, desde os últimos trinta anos do século XX, intervalo em que se localiza o interesse desta pesquisa (SOJA, 2000).

Refere-se ao pensamento de Harvey sobre o caráter da crise no capitalismo, como crises geradas para realimentar o ciclo de crescimento e acumulação, cada uma percorrendo as etapas de experimentação, redirecionamento e mudança, quando são desconstruídas práticas políticas e culturais, seletivamente, após grande período de economia estabilizada, para serem reconstruídas em novas e diferentes formas. Considera que a longa onda da periodização do capitalismo industrial, apresenta ciclos de aproximadamente cinquenta anos, que marcam as fases do desenvolvimento capitalista, da modernização e da reorganização territorial.

Referindo a outros autores, explica as periodizações: a onda do capitalismo, para alguns, inicia com a Era da Revolução (1789 a 1848), para outros, tem início coincidente com a Era do Capital (1850 até o presente), classificações de Hobsbawn (2006). Datas que, uma ou outra, marcam o início das crises geradas no curso da longa onda do capitalismo.

O primeiro ciclo vai de 1830 a 1940, com pico de crescimento da primeira fase acontecendo entre 1840 e 1870, depois seguem várias décadas de reestruturação e transição, durante as quais um novo modo de capitalismo emerge e segue até o final do século XIX. Como na cidade mercantil, a cidade clássica capitalista reestruturou-se na crise-gerada, criou

formas próprias, centralização da indústria e as grandes reestruturações do espaço-cidade do capitalismo industrial sob o manto da modernização e re-desenvolvimento.

A segunda fase tem início nas últimas décadas do século XIX, com a Era do Império, deslancha no começo do século XX e decai na crise da Grande Depressão. Particulariza-se pelas grandes corporações com novas formas organizacionais que reformataram o capitalismo como monopolista/corporativo/imperialista, tornando a forma urbana capitalista-monopolista mais complexa, sem reverter a condição do espaço-cidade observado por Engels.

Soja descreve:

[A outrora] bem definida estrutura centralizada começou a desintegra-se por meio de uma descentralização sequencial e seletiva - fábricas, residências, escritórios, depósitos, lojas de varejo, serviços públicos e outras atividades urbanas -, deformando e esticando as zonas concêntricas numa dispersão e progressivo processo de suburbanização, enquanto as zonas se tornam menos homogêneas e o espaço-cidade torna-se fragmentado, em termos de uso do solo, de padrões de governança local, classes sociais, raça e etnia (SOJA, 2000, p.114).

A nova geografia do espaço-cidade, além de melhor adequar-se à estrutura de produção e da acumulação capitalista propriamente dita, corresponde às necessidades de controlar e disciplinar a população burguesa urbana.

Nessa fase, entre 1870 e 1920, grandes cidades, como Chicago e New York, experimentaram a re-centralização. Os ocupantes da cidadela assumem o planejamento e a regulação da expansão e reestruturação do espaço-cidade e em conjunto com o governo local, fizeram arranjos de acomodação que resultaram em retorno das classes mais altas para o centro da cidade.

Na terceira fase, entre 1920 e 1940, desenvolve-se o capitalismo da produção e consumo de massa, dito fordista, do grande capital – com destaque para indústria automobilística, o sindicalismo e as grandes intervenções do governo para expansão do *welfare state* -, com o efeito espacial de suburbanização em massa.

Durante a grande depressão e II Guerra mundial, mais uma reestruturação urbana, nova crise-gerada, outra vez, com as mesmas tendências das últimas três décadas do século XIX, acrescido do efeito cumulativo. Mudanças significativas na geografia do espaço-cidade capitalista industrial foram conduzidas pela coalizão: estado, capital, trabalho. O crescimento da produção em massa, o conjunto de linhas de montagem, o surgimento da demanda de espaço para o consumismo e a suburbanização de massa levaram à dispersão do que foi uma alta concentração locacional de fábricas, de trabalhadores comuns, dentro e no entorno da área central do centro da cidade. Emerge a metrópole regional fordista, simultaneamente

urbana e suburbana. Os subúrbios, profundamente fragmentados, em municípios autônomos que ofereciam alternativas aos crescentes problemas urbanos. Em Los Angeles e Chicago o suburbanismo surgia como um novo modo de vida (SOJA, 2000).

O centro da cidade fordista oscilava entre decadência e agitação potencial, criando um espaço aberto para a competição das forças econômica e governamental buscando futuros completamente diferentes para a renovação da área central (*downtown*). Destruir/reconstruir, meios de renascimento, era tão característico da cidade fordista quanto o crescimento do subúrbio periférico.

O espaço-cidade, altamente instável e volátil, dividido em dois mundos pela suburbanização, metropolização, fragmentação política, tornou-se o centro de atenção dos sociólogos neomarxistas, geógrafos, economistas políticos e planejadores que iriam reformatar os estudos urbanos por várias décadas. Na crise dos anos de 1960/70, a partir de uma compreensão mais rigorosa dos movimentos internos, a cidade passou a ser significativamente reestruturada, transformada em algo distinto, mas que não poderia ser explicado com o mesmo sucesso que foi conquistado pela metrópole do pós-guerra.

Estas periodizações rebatem-se nos países periféricos com defasagens temporais e, principalmente, diferentes conotações dos processos, tanto diferentes nos nexos da produção e da organização do território quanto da inserção na economia e quanto na divisão internacional do trabalho, resultando em formatações particularizadas como poderá ser adiante constatado. Ver Quadro 2: Cronologia dos períodos capitalistas nos países centrais e na metrópole liberal-periférica de Salvador, onde ambas as periodizações representadas em barras permitem uma análise comparativa dos períodos da evolução da formação capitalista.

### 1.3 CRONOLOGIA DA EVOLUÇÃO DE SALVADOR: METRÓPOLE LIBERAL-PERIFÉRICA

Como o objetivo é de situar as temporalidades dos eventos em países centrais e sua ocorrência na metrópole de Salvador, toma-se como referência a periodização de Sampaio (1999). A atenção será dada à cronologia e à compartimentação dos períodos, com breve caracterização dos eventos que marcam os períodos/fases, pois às intervenções físicas, largamente exploradas por Sampaio, estão disponíveis na publicação mencionada.

Sampaio considera dois períodos: o primeiro, um longuíssimo período que vai da fundação da cidade no sec. XVI, 1549, ao meado do sec. XX, 1950, atravessa o período

colonial, o Império, a Independência, a República, perfazendo quatrocentos anos de atividade agrária baseada no escravismo até 1888, com incipiente industrialização no final do sec. XIX e início do sec. XX; e, o segundo período, de 1950 ao final do século XX, quando o estado inicia o projeto de industrialização que abarca as duas grandes fases do capitalismo: do desenvolvimentismo e de acumulação flexível e integração mundial de mercados.

O primeiro e longo período de quatrocentos anos é dividido em três fases, identificadas pelas funções desempenhadas pela cidade do Salvador. A primeira fase, de 1549 a 1800, compreende o período colonial e são relevantes as funções de Salvador como Cidade Fortaleza (1549 a 1650) e Cidade Portuária (1650 a 1800).

A transição do período colonial para a condição de soberania plena é marcada por graves crises e conflitos internos, emergências capitalistas e renovação urbana, e os interesses mercantis que reforçam o papel estruturante do porto. Entre 1800 a 1890, Salvador e Rio de Janeiro rivalizam no volume de importações/exportações. O capital internacional financia a infraestrutura urbana e de produção. Os melhoramentos urbanos deste período estabelecem marcas para a cidade do século XX.

O segundo período, de 1950 ao final do século XX, inicia com a implantação de distritos industriais da região de Salvador, ficando a capital na condição de Cidade Terciária até o final do século XX<sup>55</sup>. O Quadro 2 sintetiza e articula as fases nas duas situações: países centrais e metrópole de Salvador.

Embora a similaridade nos processos em si, que evidenciam a replicação da lógica capitalista de produção e acumulação, onde quer que seja implementada, por mais imprecisos ou questionáveis que sejam estas periodizações, há que se constatar a enorme defasagem, de um século, entre 1850 e 1950, para o início da industrialização, e de 30 anos, entre 1960 e 1990, para o que se considera o início de um segundo ciclo do capitalismo industrial, entre os países centrais e a metrópole periférica de Salvador.

---

<sup>55</sup> Embora a implantação dos distritos industriais no espaço regional, dados do Guia FIEB 2015 indicam maior número de empregos em atividades industriais na cidade de Salvador do que nos municípios metropolitanos o que sinaliza para a depuração das classificações em diferentes fontes.

**Quadro 2** - Cronologia dos períodos capitalistas nos países centrais e na metrópole liberal-periférica de Salvador.

LUGAR	AUTOR	PERÍODOS	Sec. XVI 1501 a 1600					Sec XVII 1601 a 1700					Sec. XVIII 1701 a 1800					Sec. XIX 1801 a 1900					Sec. XX 1901 a 2000					Sec. XXI 2001 a 2100											
			60	70	80	90	100	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	10	20
PAÍSES CENTRAIS	SOJA 2000	LONGA ONDA DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	1789 a sec. XXI																																				
	HOBSBAWN 2006	ERA DA REVOLUÇÃO	1789 a 1848																																				
		ERA DO CAPITAL	1850 a sec. XXI																																				
		ERA DO IMPÉRIO	1870 a 1929																																				
	SOJA 2000	1o. Ciclo do Capitalismo Industrial		1830 a 1960																																			
			Fase 1 - 1840 a 1870	1a. Fase																																			
			Fase 2 - 1870 a 1929	2a. Fase																																			
		Fase 3 - 1920 a 1960	3a. Fase																																				
	2o. Ciclo do Capitalismo Industrial - Transição		1960 a sec XXI																																				
BRASIL: SALVADOR METROPOLE PERIFÉRICA	SAMPAIO 1999	1o. Período - 1549 a 1950 - Agrário-exportador		C. Fortaleza																																			
		Período Colonial	Cidade Fortaleza - 1549 a 1650	C. Portuária																																			
			Cidade Portuária - 1650 a 1800	C. Mercantil																																			
		Soberania Plena	Cidade Mercantil - 1800 a 1890	C. Terciária																																			
		República	Cidade Terciária - 1870 a 1950	M. Ind.																																			
	2o. Período - 1950 a 2015 - Industrial		M. Atual																																				
	PEREIRA 2016	República	Metrópole Industrial - 1950 a 1990	Reconfiguração																																			
		Metrópole Atual - 2000 a 2015																																					
		Metrópole em Reconfiguração																																					

**Fonte:** Elaborado a partir dos textos de Soja (2000), Sampaio (1999) e Pereira (2016).

. Carvalho e Pereira consideram que, a partir das duas últimas décadas do século XX, os efeitos da reestruturação do sistema capitalista mundial e a integração mundial dos mercados começam a repercutir numa nova dinâmica urbana, e a reconfiguração da organização socioespacial passa a ser perceptível. O Quadro 3 apresenta amplo elenco de variáveis afetas às transformações de Salvador, influentes no transcurso da evolução da cidade, mas também influenciadas pelas transformações metropolitanas. Contempla, ainda, uma projeção da evolução da cidade para o futuro próximo, 2030 (CARVALHO; PEREIRA, 2016).

Quadro 3 - Transformações de Salvador.

Fase	1549 – 1650	1650 – 1763	1763 – 1823	1823 – 1889	1889 – 1944	1945 – 1969	1970 – 2000	2000 – 2015	2015 – 2030
<b>Descrição</b>	Metrópole Colonial	Riqueza e religião	Transferência da capital para RJ	Salvador no império	Reformas urbanas	Migrações e expansão	Metropolização	Metrópole atual	Metrópole em reconfiguração
<b>Estrutura espacial</b>	Cidade compacta	Cidade compacta	Cidade compacta	Expansão linear – BTS	Expansão linear – início ocupação orla	Centro – periferia	Centro – periferia; polarização	Centro – periferia + arquipélago; fragmentação	Centros/subcentros – periferia + enclaves; fragmentação
<b>Crescimento populacional</b>	10.000 (1640)	60.000 (1768)	115.000 (1818)	170.000 (1890)	283.000 (1920) 290.000 (1940)	417.000 (1950) 655.000 (1960)	1.007.000 (1970) 59% orla BTS e S.Ferrovários 2.262.000 (1995)	2.443.000 (2000) 2.676.000 (2010)	2.800.000 (2015); 2.930.000 (2030); tendência redução do crescimento
<b>Centralidade</b>	Mononuclear					Mononuclear, início da descentralização	Polinuclear: centro e sub-centros	Polinuclear: centro e sub-centros + dispersão metropolitana	Polinuclear: centro e sub-centros + dispersão metropolitana
<b>Agentes</b>	Estado; Igreja; senhores de engenho	Igreja; Estado; senhores de engenho; comerciantes; traficantes de escravos	Estado; Igreja; comerciantes; traficantes de escravos	Estado; Igreja; proprietários agrícolas; comerciantes; industriais; instituições civis	Estado; comerciantes; industriais; capital financeiro; transportes urbanos; investimentos imobiliários; sociedade civil	Estado; comerciantes; industriais; capital financeiro; transportes urbanos; investimentos imobiliários; sociedade civil	Estado; industriais; capital financeiro; comerciantes; investimentos imobiliários; construção civil; sociedade civil	Estado; comércio /shopping centers; construção civil; capital financeiro; sociedade civil; protagonismo do capital imobiliário	Estado; comércio /shopping centers; construção civil; capital financeiro; sociedade civil; protagonismo do capital imobiliário
<b>Circulação</b>	Tração animal				Tração animal; Bondes elétricos; trem suburbano	Bondes; ônibus; automóvel	Ônibus; automóvel; avenidas intra-urbanas	Ônibus; automóvel; autoestradas intra-urbanas	Ônibus; metrô; VLT; BRT; automóvel; autoestradas intra-urbanas e metropolitanas
<b>Desenvolvimento econômico</b>	Portuária, Política, Administrativa, Agricultura (Recôncavo)	Portuária, Política, Administrativa, Agricultura (Recôncavo)	Portuária, Agricultura (Recôncavo)	Portuária, Comércio, Agricultura	Indústria, Comércio; Serviços; Ferrovia; crise no crescimento (“o enigma baiano”)	Indústria – CHESF (1954) Petrobras (1959) CIA (1967); Serviços; UFBA; integração mercado nacional	Indústria COPEC (1978); Turismo; Serviços; Universidades	Indústria automobilística (2001) Comércio, Serviços, Imobiliário; turismo em Salvador; e no Litoral Norte	Crise política e econômica nacional (2015-2017)
<b>Modo de produção</b>	Modelo primário exportador					Fordismo/ desenvolvimentismo/ acumulação intensiva 1956/73 substituição importações	Fordismo/ desenvolvimentismo/ acumulação intensiva 1974/85 exportações diversificadas início globalização	Integração mundial mercados/ acumulação flexível/ globalização crise global 2008	Busca de integração competitiva?
<b>Moradia</b>					Alta renda - ocupação das cumeadas; baixa renda, fundos de vale, encostas	Assentamentos precários: invasões, autoconstrução; ocupação dos Subs Ferrovários; esvaziamento centro	BNH, URBIS, Cajazeira (1978); ocupação do Miolo; loteamentos clandestinos; ocupação da orla, Avenidas de vale	MCMV (2009); expansão da periferização; aceleração da verticalização das áreas centrais	MCMV; consolidação da periferização, esgotamento do centro, verticalização da orla Atlântica; suburbanização de Itaparica (Ponte)
<b>TIC</b>					Telégrafo, ligação RJ e Salvador (1873) 1ª sala cinema (1909)	Televisão (1960);	Microprocessadores (1971); internet (1979); IBM PC (1981); www (1990); internet Br (91) comercial (95); RNP (90) Google (98)	Facebook (2004); Google Earth (2005); iPhone (2007); REMESSA * (2009) manifestações jul/2013; redes sociais digitais	Expansão REMESSA em Salvador; expansão provedores privados; cobertura 4G
<b>Rede urbana</b>	Metrópole nacional		Metrópole regional				Metrópole regional		Metrópole regional
<b>Planejamento</b>	Plano Luís Dias					EPUCS	Planos CIA/COPEC PLANDURB (1979) PDDU (1985); EUST LOUOS (1984)	Estatuto da Cidade (2001); PDDU (2004); PDDU rev (2008); Estatuto da Metrópole (2015); PDDU 2015 (em elaboração)	Plano Salvador 500; Planejamento metropolitano

Fonte: Baseado em vários autores (CARVALHO, I. ; PEREIRA, G.C. 2016, p. 306-307).

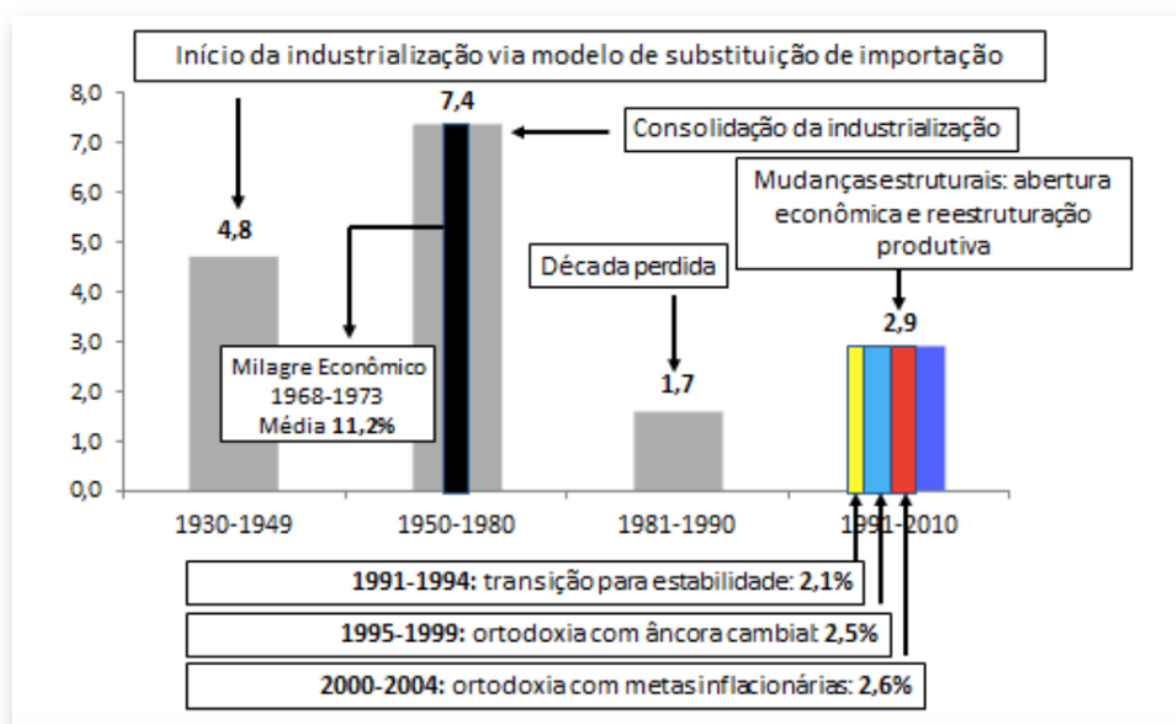
De modo mais aproximado com o recorte temporal da pesquisa, Queiroz Ribeiro interpreta as transformações da sociedade brasileira, desde os anos 1980, como consequência da crise do modelo de desenvolvimento por substituição de importações, reflexo do duplo impacto, da globalização econômica e da reestruturação produtiva capitalista. Para o decênio 1990/2000 constrói a hipótese de que as mudanças nas metrópoles decorrem de um ajuste defensivo<sup>56</sup> para ampliar a inserção da economia brasileira na economia globalizada com

<sup>56</sup> Sobre o conceito de ajuste defensivo, Queiroz Ribeiro remete à COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997. Ver também: COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João

transformações liberais, econômicas e da organização do setor público, operadas pelo Estado (RIBEIRO, 2013).

Focalizando a periodização da evolução da economia brasileira que propõe, sintetizada no Gráfico 3, além dos grandes marcos da evolução, apresenta, para as décadas 1991/2000 e 2000/2010, nuances das estratégias econômicas adotadas que são referências para a reflexão dos desdobramentos na organização socioespacial do intervalo da pesquisa.

Gráfico 3 - Periodização da evolução da economia brasileira



Fonte: Ribeiro (2013).

Para os efeitos desta pesquisa, a aproximação com a metrópole de Salvador observará o que segue na marcação das transformações econômicas e políticas: assume-se a periodização histórica elaborada por Sampaio, até o início da industrialização, na década de 1950, quando a cidade passa a desenvolver forte setor terciário, condição que tem continuidade projetada, por este autor, até o ano 2000. Destaca-se, neste período, a década perdida 1980-1990 e, com clareza, o ingresso na fase de acumulação flexível e integração mundial de mercados e globalização, que transcorre no percurso das duas décadas finais do sec. XX até o primeiro quartel do século XXI, com as subdivisões internas: 1991 a 2003, período do modelo de



desenvolvimento liberal; e 2003 a 2015, o modelo populista do lulopetismo como apresentado no Quadro 4.

A análise da pesquisa focaliza a transição do modelo do desenvolvimentismo para etapas subsequentes (1991-2015). A revisão da história e da inserção político-econômica evidenciam os *layers* que antecedem ao atual momento onde se vislumbra uma nova camada esteja sendo pautada para a evolução de Salvador. Tendo como premissa que as reestruturações socioespaciais são fortemente definidas com a participação do acúmulo da história, esta revisão, a título de Dinâmicas Urbanas, cumpre esta função.

**Quadro 4** - Cronologia da evolução de Salvador, metrópole liberal-periférica.

AUTOR	PERÍODOS	Sec. XVI 1549 a 1600		Sec. XVII 1601 a 1700		Sec. XVIII 1701 a 1800		Sec. XIX 1801 a 1900		Sec. XX 1901 a 2000										Sec. XXI 2001 a 2050						
		1a. Metade	2a. metade	1a. Metade	2a. metade	1a. metade	2a metade	1a. Metade	2a. Metade	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100	10	20	30	40	50		
		1o. Período - 1549 a 1950 - Agrário-exportador																								
Sampaio, 1999	Período Colonial	Cidade Fortaleza - 1549 a 1650	C. Fortaleza																							
		Cidade Portuária - 1650 a 1800	C. Portuária																							
	Soberania Plena	Cidade Mercantil - 1800 a 1890	C. Mercantil																							
	República	Cidade Terciária - 1870 a 1950 *	C. Terciária																							
2o. Período - 1950 a 2015 - Industrial																										
Queiroz Ribeiro, 2013 e Pereira, 2016	República - milagre brasileiro (68 a 73) e ditadura militar (64- 86)	Metrópole Industrial - 1950 a 1980 (desenvolvimentismo)	M. Industrial																							
		Metrópole Industrial - 1980 a 1990 (década perdida, crise do desenvolvimentismo)																								
	República Modelo liberal - FHC	Metrópole Industrial pós-fordista 1990 a 2003 (acumulação flexível integração mundial de mercados)																								
	República Modelo populista Lulopetismo	Metrópole 2003 a 2015 (acumulação flexível e integração mundial e globalização)																								
	Reconfiguração	Transição pós-metropolitana																					Reconfiguração			

Fonte: Baseado em diversos autores.

(\*) Sampaio, mantém Salvador como Cidade Terciária até o final do sec. XX.

## 1.4 O URBANO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Tendo o foco desta pesquisa se situado nas transformações da organização socioespacial, na zona de transição da metrópole industrial capitalista, objeto já bem delineado, e, para não perder de vista um horizonte para toda esta abordagem, de modo sumário, coloca-se o que se vislumbra hoje como a quarta revolução industrial, de modo que, a compreensão dos processos em curso e as soluções encaminhadas para a crise urbana e metropolitana não se distanciem do que se antevê como perspectiva futura, ainda que incerta.

Salientando, mais uma vez, a estreita correspondência entre as transformações da economia e modos de produção e acumulação, das tecnologias de comunicação e informação com a estrutura socioespacial, os ajustes culturais, e a relação com a natureza, temos que, a quarta revolução industrial será intensiva em tecnologia e que corresponderá a mais um salto na escala das grandes conquistas da humanidade: do fogo, à roda, ao vapor, à eletricidade, à conectividade, à inteligência artificial, com a conectividade entre máquinas executando auto-ajustes.

Quanto às cidades, Carlo Ratti (MIT, USA) é assertivo em dizer que a razão de morarmos em cidades não será diferente do que foi há dez mil anos atrás, mesmo que a humanidade tenha conquistado alta conectividade, pois, ainda são necessários espaços para morar, trabalhar, viver, estar mais perto uns dos outros. Difere, entretanto, que não será mais necessário ter muitas trocas de suprimentos para produzir coisas o que significa que podem ser localmente supridas com a tecnologia de impressão 3D e a robótica. Entende Ratti que transformar as cidades, faze-las mais eficiente, pode ser o grande impacto positivo da indústria 4.0, com muitas possibilidades tais como: ficar livre de plásticos, ter comida pela natureza, usar organismos naturais e utilizá-los em produtos, construindo apenas partes com reais propriedades materiais e usar das funcionalidades biológicas. (RATTI, 2016).

Para William McDonough (Stanford, EUA) o design é o primeiro critério, porque signo da intenção humana e toca o essencial: adicionar qualidade à quantidade. A circulação não será mais problema, mas um mundo diverso, seguro e justo, com ar puro, água, energia e solo não contaminado. Algumas das expectativas das conquistas do salto tecnológico da quarta revolução sinalizam a forte aderência ao conceito de sustentabilidade que permeia os cenários futuros, em

especial, as condições para melhor qualidade do ambiente, enfatizado por ambos os pesquisadores. Uma perspectiva presente hoje, e que a indústria da nanotecnologia e da biotecnologia vai poder efetivar (McDONOUGH, 2007).

## 1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nas dinâmicas urbanas da geo-história do espaço-cidade capitalista identificam-se diferentes cronologias das fases de desenvolvimento da indústria, da economia e da organização socioespacial, em especial se confrontada a temporalidade dos processos nos países centrais com a da metrópole periférica de Salvador. Apresentam-se defasagens que montam há um século, uma abordagem necessária para a precisão das narrativas. Como a pesquisa situa-se na zona de transição da cidade industrial fordista e reconfiguração da rede urbana global, para não perder de vista o horizonte futuro, faz-se uma referência às cidades na quarta revolução industrial.

Desse modo, com a fundamentação teórica apresentada na 1ª. Parte, e com a calibragem temporal deste Capítulo 1 - 2ª. Parte, para melhor referenciar as transformações, passa-se a adentrar as conexões das dinâmicas em aproximações sucessivas.

## **2 DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DO DESENVOLVIMENTISMO À ESCALA BRASIL, BAHIA E RMS (1956 – 1985)**

Este Capítulo responde parcialmente à primeira questão orientativa de pesquisa e aborda o contexto socioeconômico político e ambiental das dinâmicas urbanas no período do desenvolvimentismo. Desse modo, primeiro fundamenta-se o entendimento sobre o momento que antecede à zona de transição (LEFEBVRE, 1999).

Parte-se do entendimento que o conjunto das condições econômicas, políticas, sociais e geográficas concretas que dirigiram o desenvolvimento do capitalismo periférico e associado à economia-mundo, no Brasil, é central para compreender a ordem urbana da metrópole liberal-periférica (RIBEIRO 2013).

Considerou-se necessário revisitar os antecedentes do processo de formação e ocupação da Região Metropolitana em termos de fluxos econômicos, capital e produção, e de fluxos territoriais, apresentados no Item 2.1, em sequência.

### **2.1 ANTECEDENTES**

#### **Escala Brasil**

Ao longo do período agrário-exportador (1500 a 1956), a base territorial urbana esteve restrita à ocupação litorânea. Através das principais cidades se estabelecia o vínculo com a economia-mundo, este um primeiro forte traço da organização social do território. Formaram-se ilhas econômicas, padrão de ocupação territorial que se repetiu por toda a América Latina. As áreas de monocultura e de extrativismo de minérios e ferro formaram a base econômica nos séculos XVII e XVIII e viabilizaram o primeiro momento efetivo da industrialização na região Sudeste, provocaram significativos impactos ambientais, as relações mercantis se intensificaram, assim também as migrações internas no sentido NE/SE. Os excedentes possibilitaram viagens. Surge o turismo como setor econômico dependente (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 39).

A partir da década de 30, mudanças estruturais na economia, na sociedade, na urbanização, estão associadas à política de industrialização de Getúlio Vargas: perda de poder das oligarquias agrário-comerciais e formação da Região Concentrada (de investimentos) Sul/ Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul).

Em 1940, os resultados da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e as divisas da exportação/importação viabilizaram a expansão da indústria e atividades correlatas, quando se supera o gargalo da energia com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Entre 1945 e 1950, a premência de expansão de mercado e de reprodução do capital acumulado na região Sul/Sudeste, impulsiona a expansão do parque industrial integrando outras regiões do país como mercados potenciais. A hierarquia das cidades reorganizada reduz o *status* relativo das cidades litorâneas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A busca pela saída da condição de país subdesenvolvido converge para a concepção do *Plano de Metas JK* (1956). Dois terços dos recursos foram alocados no setor de energia e transportes, e definidos incentivos fiscais, financiado pelas políticas de atração de capitais, coincidente com a pauta de expansão mundial dos capitais norte-americanos, europeus e japoneses (CAPUTO; MELO, 2009). Expectativa que Oliveira desmistifica quando evidencia ser a condição do subdesenvolvimento uma “produção” da expansão do capitalismo (OLIVEIRA, 1972, p. 8).

A urbanização passa a ter papel estruturante. As taxas de urbanização de algumas cidades fortemente integradas à economia deslancham, em especial São Paulo e Rio de Janeiro, principais focos de afluência e concentração do “exército de reserva” que se associa ao papel estratégico da legislação trabalhista para propiciar impulso à acumulação, regulando o preço do trabalho (salário-mínimo), caracterizando a nova etapa da economia brasileira (OLIVEIRA, 1972, p. 12).

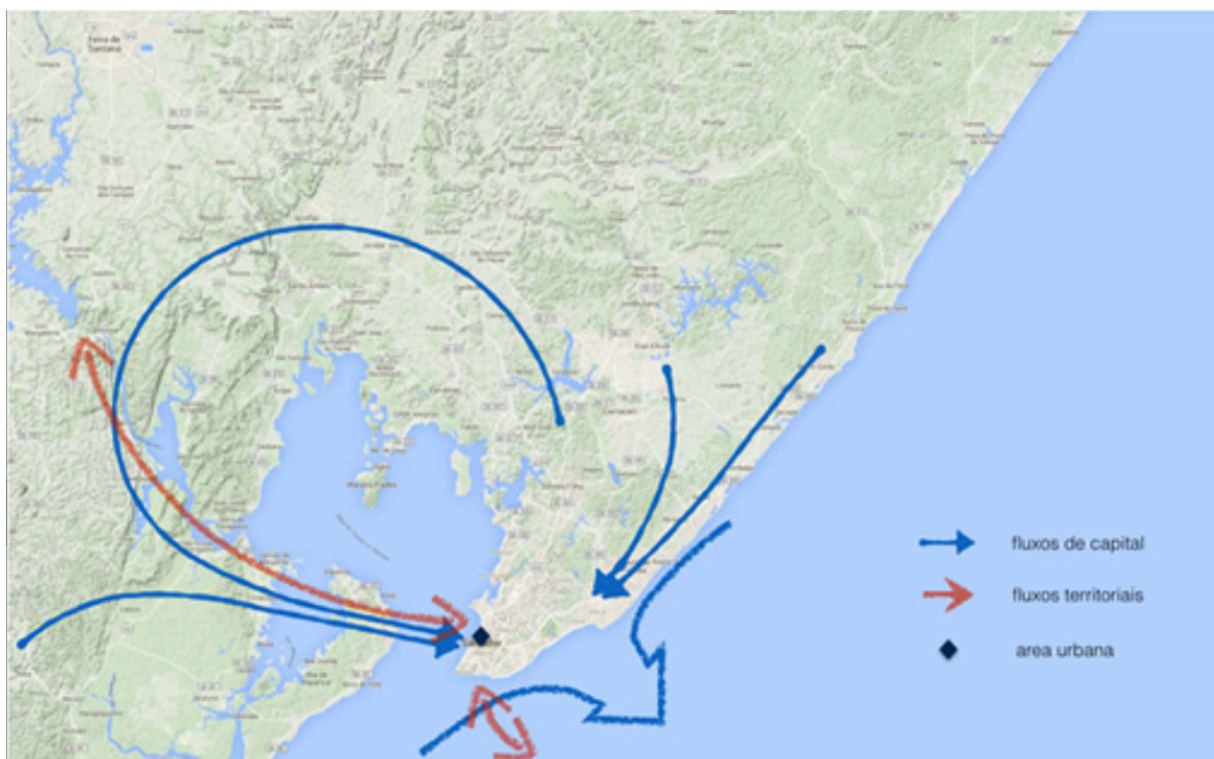
## Escala Bahia e Salvador

Salvador, fundada como cidade-metrópole, capital da Colônia do Brasil e da América portuguesa, assim permanece até 1763, quando foi reposicionada na rede de cidades como metrópole regional. Cidade litorânea, foi integrada a uma ordem econômica hierárquica: para fora, como satélite da economia-mundo, e, internamente, materializou os poderes dominantes do território (SANTOS, 1956). Os fluxos de capital, matéria prima e produção provinham do Recôncavo e do Litoral Norte (Casa Garcia D’Ávila), escoavam da Colônia para a Coroa e abasteciam a cidade do Salvador (Figura 7).

Predominaram atividades de extrativismo, produção de fumo, de cana de açúcar, agropecuária e produção de subsistência. A Coroa investia na implantação da cidade (infraestrutura urbana e portuária) e mantinha a integração do transporte marítimo comercial, meio de drenagem das riquezas, e dos resultados neste longo período. O transporte marítimo,

pela Baía de Todos os Santos e rios Paraguaçu e Jaguaripe, chegava até à cidade de Cachoeira/São Félix e Nazaré das Farinhas, no Recôncavo, a partir de onde, à tração animal, adentravam as mercadorias para o interior alcançando até o norte do estado de Minas Gerais.

**Figura 7** - Modo primário exportador: fluxos de capital e produção, área urbanizada, fluxos territoriais.



Fonte: Pereira e Santos Pereira (2016).

A cidade do Salvador cresceu no entorno do seu núcleo inicial. A população mantinha-se na produção rural, dispersa no campo. Progressivamente, algumas povoações foram elevadas a vilas e a cidades, dentre estas, algumas sedes de municípios que hoje integram a RMS: São Francisco do Conde, 1697, Itaparica, 1831, e Mata de São João, 1846. Outras cidades emancipadas neste período integram o arco de influência do Recôncavo baiano: Feira de Santana, 1873, Santo Amaro, 1837, (IBGE, [2014a]), à exceção de Alagoinhas, 1853, e Mata de São João. No conjunto, evidenciam a pertinência da interpretação de fluxos constante da Figura 7.

### Salvador: Funções e espacialidades

Enquanto vigorou o modelo primário exportador, do século XVI ao meado do século XX, a capital assumiu diversos formatos político-administrativos e desempenhou as funções principais exigidas pela inserção da sua economia, cuja correspondência na respectiva espacialidade foi caracterizada por Sampaio (1999), a seguir, resumidamente apresentada.

Como Cidade Fortaleza, (1549 a 1650), o tecido era compacto, contínuo, com única centralidade, contida em muralhas, em dois níveis – cidade alta e cidade baixa. A expansão da cidade foi concentrada nas primeiras colinas da cidade alta e na ocupação de pequena e estreita faixa entre a encosta e o mar. A periferia compunha-se de chácaras oriundas de sesmarias. Não existiam atividades econômicas intraurbanas expressivas, e a produção para exportação e a agropecuária de subsistência provinham do Recôncavo baiano.

Como Cidade Portuária (1650 a 1800), fase de ouro da Bahia colonial, o porto é o componente estruturante. A ocupação correspondia à mancha matriz, com ocupações em quadras irregulares, acompanhando os espigões da cidade alta. Ultrapassa-se a primeira linha de vale alcançando a segunda linha de colinas a partir do centro. A cidade baixa, com desenvolvimento linear em direção norte, dilata o centro, em expansão, sobre aterros e redefine o zoneamento intraurbano. A comunidade rural passa a integrar a vida urbana, aumenta a importância das ruas e o tecido urbano ganha maior complexidade.

Entre 1800 a 1890, com a independência, agrega novas funções e destaca-se como Cidade Mercantil com forte intercâmbio comercial. Foi elevada em importância, apesar da economia oscilante, que impõe: renovação urbana; ampliação da infraestrutura viária e ferroviária, na cidade e em conexões regionais; e novos equipamentos urbanos. A classe de assalariados passa a integrar à estrutura social, e, esboça-se uma classe média composta por profissionais liberais, funcionários, auxiliares. A espacialidade das classes sociais já evidencia segregação: brancos ao sul e terreiros de candomblé na periferia, ao norte. Ao final deste período, os mais abastados se deslocam do centro, cada vez mais adensado e especializado no entorno do porto, e afastam-se para as colinas da cidade alta.

Como Cidade Terciária (1870 a 1950), reflete as grandes transformações do fim do escravismo e da instauração do regime republicano. Conforma-se um momento letárgico da economia baiana: “o enigma baiano” que se reflete no empobrecimento relativo da população rural e urbana, no refluxo das indústrias emergentes, embora mantido o dinamismo econômico do porto e do setor de comércio e serviços. O capital financeiro confere dimensão econômica ao controle do solo urbano e financiamento imobiliário. Visava-se à integração ao processo de modernização e ao movimento econômico que abre o ciclo de industrialização: o Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas, 1930 (SAMPAIO, 1999). Ao final deste ciclo, a população de Salvador girava em torno de 290 mil habitantes (1940). De 1940 a 1950, salta para 417 mil, evolução populacional que reflete na organização do espaço, marcado pela segregação social e luta pelo espaço e moradia. Observe-se, no Quadro 3, Capítulo 1, desta



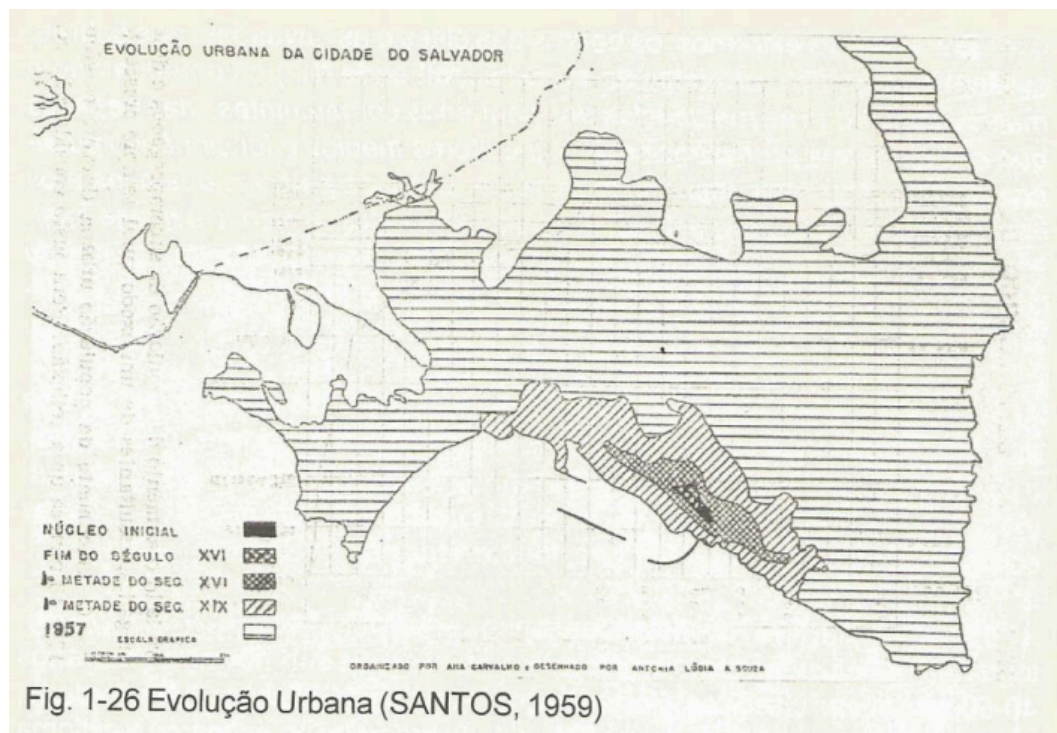
Segunda Parte, que houve aumento populacional concentrado de 70% nos cinquenta anos finais deste ciclo, 1900 e 1950.

A partir dos anos 1950, Salvador inicia mais um período de ajuste às dinâmicas econômicas e aos movimentos populacionais adequando-se às exigências da nova função prioritária. Deixa a condição de entreposto comercial de uma economia com base econômica agroexportadora e passa a se estruturar como cidade suporte à atividade industrial, expandindo as atividades terciárias.

Nos anos 1940, Salvador foi objeto da primeira experiência de planejamento urbano<sup>57</sup>, cujas propostas, principalmente do sistema viário – as avenidas de vale –, redirecionaram o crescimento da cidade e intensificaram a ocupação urbana, integrando novos espaços. Outras transformações, como as do sistema de transportes, com a substituição dos bondes pelos ônibus urbanos, impulsionaram a periferização da cidade (VASCONCELOS, 2002).

A Figura 8 mostra a evolução urbana da ocupação inicial de Salvador até 1957, quando se estrutura a região para o ciclo de produção industrial.

**Figura 8** - Evolução urbana da cidade do Salvador, inicial até 1957.



Fonte: Santos (1959, apud SAMPAIO, 1999).

<sup>57</sup> Constituiu-se o Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (EPUCS).

## 2.2 DINÂMICAS URBANAS NA PRIMEIRA E SEGUNDA FASE DO DESENVOLVIMENTISMO: (1956-1973), SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES; (1973-1985), EXPORTAÇÕES DIVERSIFICADAS

A análise abrange as duas fases deste período: a primeira, de Substituição de Importações (1956-1973), corresponde à tese de desenvolvimento das economias do Terceiro Mundo defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e consiste na diminuição das importações, substituindo-as pela produção interna que permitiria instaurar um processo de desenvolvimento duradouro, uma estratégia baseada na produção industrial, com suporte do Estado, visando à superação da dependência de capitais externos, com desenvolvimento técnico e social (CORAZZA, 2006); a segunda fase (1974-1985) marcada pelo autoritarismo, ascensão e queda do governo militar, corresponde ao período da crise do petróleo e do modelo industrial-exportador pujante, cujo objetivo de diversificação das exportações visa à manutenção das taxas de crescimento e da política territorial, com financiamento de fontes internacionais, que conduz à crise inflacionária dos anos 80 – a década perdida.

### Escala Brasil

O período é conduzido pela robusta ideologia nacional-desenvolvimentista, liberal-internacionalizante que objetivava a abertura da economia do país ao capital estrangeiro. Quando a expansão hegemônica do capital americano alcança as nações do Terceiro Mundo, muda o modo de produção e de consumo, de massa, e promove a grande reconfiguração da economia capitalista (RIBEIRO, 2013). Conforme Harvey, o fordismo<sup>58</sup> consiste

[...] num novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista, populista [...] um novo tipo de trabalhador, um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida (HARVEY, 1996, p. 121).

Cidade, referindo-se a Aglietta, destaca que a principal característica do fordismo é o regime de acumulação intensiva que sintoniza o modo de produção com o modo de consumo, tendo a produção em massa como fator de proliferação do trabalho assalariado (CIDADE, 1999).

---

<sup>58</sup> Fordismo não ficou restrito ao característico processo produtivo da indústria e confunde-se com o termo desenvolvimentismo.

O ideário do desenvolvimentismo trazia como grande mote tornar a empresa industrial unidade-chave do sistema econômico. Fundou-se numa brutal e abrupta mercantilização da força de trabalho, operada pelas violências do fim do escravismo, da migração internacional e da migração campo-cidade, sustentado na confiança da superação da pobreza, mas contabilizou alta taxa de crescimento com alta concentração de renda (RIBEIRO, 2013).

A fase de substituição de importações, uma forçosa situação em função da não disponibilidade de divisas e dos impedimentos decorrentes da II Guerra, encontra no primeiro mandato do presidente Juscelino Kubitschek, 1956 a 1961, respaldo para expansão da base industrial, amparada por política tarifária protecionista dos produtos internos fabricados e tem seguimento até quando o processo de substituição se aprofunda em 1973 (OLIVEIRA, 1972).

No Nordeste, o pós-guerra marca efetivamente o início da industrialização, e, em função dos avanços tecnológicos e dos meios de transportes, amplia-se a conectividade por meio da rede aeroviária e rodoviária com impacto na organização socioespacial, de grande magnitude, na hierarquia da rede urbana dos estados, e, especificamente, no espaço-cidade e região de Salvador.

A segunda fase, período mais característico do desenvolvimentismo, se estende de 1974 a 1985. Corresponde ao projeto nacionalista autoritário da era da ditadura militar, marcada pelo propósito de fortalecimento das exportações diversificadas.

Voltando a Oliveira, sobre o papel das cidades e a relação com a industrialização, entende que estas se constituem nas sedes da economia industrial e de serviços, mas as altíssimas taxas de urbanização alcançadas não decorrem exclusivamente em razão da indústria. Ocorrências simultâneas de aumento de taxas de urbanização, sem industrialização, conformam o binômio urbanização-marginalização (OLIVEIRA, 1972).

## Escala Bahia e Salvador

Esse período corresponde à implantação de uma política econômica em reação ao estado de inércia que viveu a Bahia por toda primeira metade do século XX. O projeto de industrialização, iniciado no meado dos anos de 1950, abarca as duas grandes fases da industrialização, com as respectivas repercussões nas dinâmicas urbanas que as particularizam.

### 2.2.1 Contexto socioeconômico, político e ambiental

A abordagem trata cronologicamente as duas fases do desenvolvimentismo, mas são diferenciadas apenas à escala Brasil.

## Aspectos políticos e econômicos

### Escala Brasil

Na crença da superação do subdesenvolvimento, o *Plano de Metas JK* (1956), ancorado no crescimento econômico e na integração nacional, viabilizados por meio da industrialização e por meio de ambicioso plano rodoviário, focalizou no reequilíbrio regional. Com este objetivo foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 1959, por meio da qual novos empreendimentos industriais, reestruturação dos já existentes, elevação da produtividade e diversificação agrícola foram promovidos nesta Região até 1990. Movimentos de concentração e desconcentração das atividades produtivas foram gerados e, basicamente, significaram a desconcentração do estado de São Paulo para outras regiões do país e para o próprio interior paulista (SOUSA; BATISTA, 2012).

Na segunda fase do desenvolvimentismo, o modelo da reestruturação econômica e o reajustamento social e político foram definidos nos *Planos Nacionais de Desenvolvimento – (PND I e II)*<sup>59</sup> décadas de 1970 e 1980. Consistiram na atração de grandes multinacionais e na contratação de inúmeros empréstimos a organismos multilaterais (FMI e outros) e bancos privados. O período, conhecido como “milagre brasileiro”, levou a importantes processos econômicos: a Revolução Verde, com a valorização da agroindústria; a Reforma de Base, com o controle da remessa de lucros das multinacionais; a Reforma Universitária; a expansão da indústria de bens de consumo; o aumento da produção de aço, ferro-gusa, laminados, cimento, petróleo. Entre os anos 60 e 80 para sustentar o crescimento industrial aumentou-se a capacidade aquisitiva da classe média alta, via financiamento do consumo, e foi estimulada a exportação de produtos manufaturados. Em 1979, pela primeira vez, as exportações de produtos industrializados e semi-industrializados superaram as exportações de bens primários (produtos da agricultura, minérios, matérias-primas, *commodities*) (SOUSA; BATISTA, 2012).

---

<sup>59</sup> *I PND* (1972/1974) e *II PND* (1975 a 1979), este o mais impactante na economia, em reação à crise do petróleo de 1973, focalizava a produção de insumos básicos e de bens de capital-alimentos e energia.

As crises do petróleo, de 1973 e 1979, e a deterioração do quadro macroeconômico reorientaram a estratégia da matriz energética nacional, optando-se por criar uma indústria do petróleo no Brasil que lhe permitisse a autonomia. Neste período, o turismo torna-se atraente e passa a importante atividade econômica pela capacidade de acionar abrangente rede de serviços especializados.

A crise de hiperacumulação nos países centrais mobiliza para o deslocamento espacial dos investimentos e das bases industriais para os países com perspectivas de continuidade dos mecanismos de reprodução do capital, dentre os quais o Brasil. Como reflexo deste cenário, estabelece-se uma nova ordem na divisão internacional do trabalho.

### Escala Bahia e Salvador

No marco dos anos 50, a economia baiana contava com as indústrias tradicionais – fumo, têxtil, bebida, produtos alimentares, entre outras (SOUSA; BATISTA, 2012). A alternativa de desenvolvimento industrial, alinhada com as políticas macroeconômicas, gerou ambiente de otimismo no pós-guerra que favoreceu a implantação da nova indústria – química, metalúrgica, metal-mecânica -, em localização priorizada pela descoberta de petróleo, a Refinaria Landulpho Alves, 1956, Madre de Deus<sup>60</sup>, no Recôncavo baiano. A renda da indústria dinamizou Salvador, estimulou empregos na proporção de 3,6 da indústria para 2,6 do setor terciário, lançando as bases da nova configuração da economia baiana, do projeto petroquímico e dos investimentos em infraestrutura (SAMPAIO, 1999).

O plano de soerguimento criou os distritos industriais, implementados entre 1967 e 1999, na Região Metropolitana de Salvador e de outras cidades<sup>61</sup> consideradas aptas, dotadas de infraestrutura (leia-se externalidades) e vocacionadas (leia-se com recursos naturais e possibilidades de ativar a agricultura e o comércio e serviços) para receber incentivos fiscais e subsídios na aposta da indústria como elemento propulsor de um processo mais amplo de desenvolvimento econômico e social (SPINOLA, 2001). O Centro Industrial de Aratu (CIA, 1966/1967), concebido para implantação de indústrias complementares à produção do Centro-Sul, foi localizado nos municípios de Candeias e Simões Filho, na RMS.

A segunda fase da industrialização, a criação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC, 1978), insere a Bahia na matriz industrial suprindo com produtos intermediários a

---

<sup>60</sup> Madre Deus, então município de Salvador, posteriormente é desmembrado, 1989, e integra a Região Metropolitana.

<sup>61</sup> Além dos distritos na RMS, foram criados o Centro Industrial do Subaé, em Feira de Santana e os de Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié.

indústria de bens finais do eixo Sul-Sudeste, o que lhe permitiu melhor estruturação econômico, social e espacial (CARVALHO *et al.*, 2011).

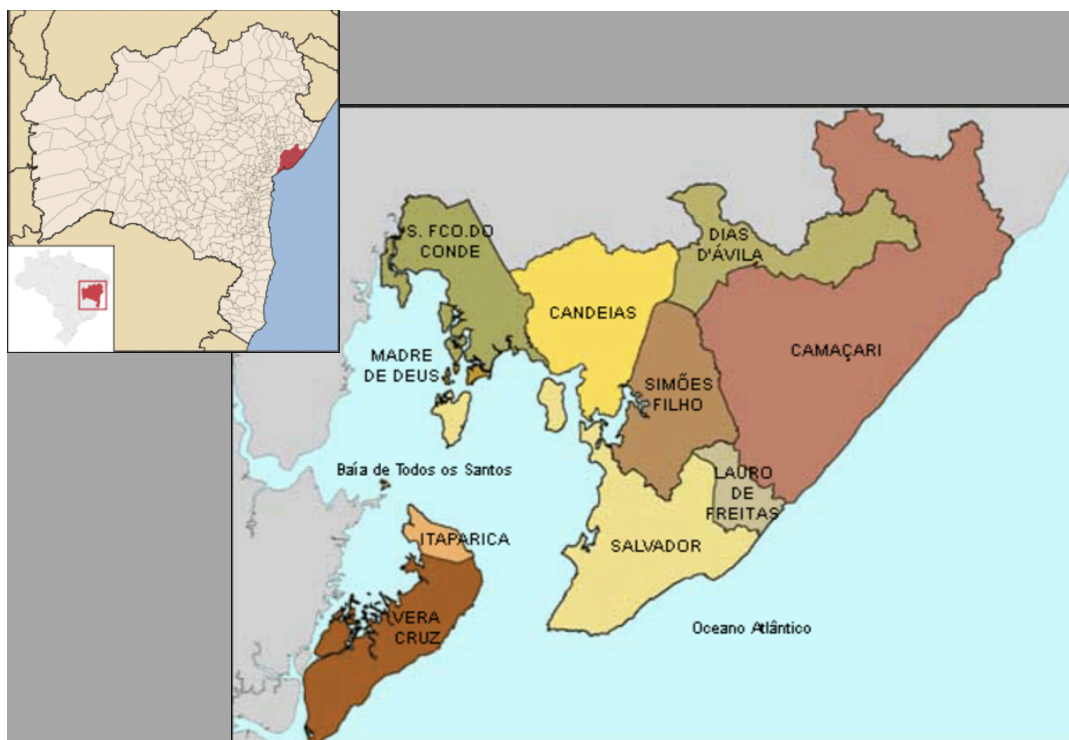
Soma-se à inserção do Estado na economia nacional a criação do Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN), onde extensas áreas de cultivo de pinus e eucalipto imprimem grande transformação nas relações socioespaciais na porção litorânea atlântica da Região Metropolitana (PRODESU, 2001). O Estado, de exportador de capitais, passa a importador.

Induzido e conduzido pela ação governamental, o Estado participou de diversas formas: como provedor da base territorial; viabilizador de meios e incentivos; partícipe na composição do capital da indústria petroquímica; provedor da ampliação da infraestrutura, em especial a viária, e no desenvolvimento territorial, organizando a cidade para suas novas funções como metrópole industrial. Dentre os investimentos em infraestrutura, a transferência da administração do governo estadual para o Centro Administrativo da Bahia (CAB), cuja localização é mais um elemento a sinalizar e a estruturar o crescimento da cidade na direção norte, centro e litoral.

## Formação da RMS

A dinamização da economia, na segunda fase do desenvolvimentismo, pressiona por uma atualização continuada na rede de circulação viária, portos e terminais marítimos e de urbanização. A diversificação do setor terciário e o suporte logístico à Petrobras, CIA e COPEC, especificamente, criaram demanda por infraestrutura urbana e hoteleira de alto padrão que deflagrou a concepção de uma política do turismo para o Estado. Enfim, verificou-se o claro aumento do grau de complexidade da cidade, com intensificação evidente das relações com o espaço urbano-regional. A RMS foi instituída em junho de 1973, através da Lei Complementar nº 14, juntamente com as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belém e Fortaleza, áreas de segurança nacional.

A Figura 9 situa a Região Metropolitana de Salvador no estado da Bahia, mostra a formação inicial da região, já demarcada a área do município de Dias D'Ávila, posteriormente desmembrado de Camaçari, 1985, e Madre de Deus, desmembrado do município de Salvador, 1989.

**Figura 9** - A Região Metropolitana de Salvador, 1973, e a situação no Estado da Bahia.

Fonte: Google.

Quando da sua criação, a RMS representava a principal região econômica e demográfica do estado da Bahia, concentrava 58,2% do Produto Interno Bruto (PIB) baiano. Salvador, capital do estado, respondia por 24% de toda a riqueza gerada no território baiano e por 50,6% da riqueza da RMS, e 84% de todo emprego na RMS (1975), onde exerce a função de polo de comércio e serviços, em especial aquelas funções mais especializadas (CONDER, PMD, 1982).

No intervalo de trinta anos, do início da implantação da indústria a meados da década de 80, Salvador, em grandes saltos, possibilitados pelos investimentos industriais e por meio de progressiva, intensa e radical transformação na base urbana: comércio e serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos (educacionais e culturais, de saúde, entretenimento e lazer, turísticos), explode até atingir a condição de metrópole moderna, embora incompleta, inacabada, displicente (SANTOS, 1956; CARVALHO; PEREIRA, 2016).

## Aspectos sociais e populacionais

### Escala Brasil

O momento inicial de crescimento econômico teve importantes consequências: irreversível desestruturação da economia agrária tradicional e da sua ordem econômica e social; deslocamentos migratórios massivos de populações rurais visando aos empregos na indústria, na construção civil, nos serviços, e condições de vida oferecida pelas cidades; acelerado processo de urbanização/metropolização com altas taxas de urbanização sem estrutura/infraestrutura urbana compatível.

Na segunda fase do desenvolvimentismo, a crise social associada à crise inflacionária, marca o mais árduo período para o país: desemprego, desvantagem nas relações trabalhistas, repressão militar radical aos sindicatos e movimentos sociais; grandes greves pela melhoria salarial, liberdade política e autonomia sindical; a classe média é pressionada a abdicar do patamar de consumo que havia alçado na fase anterior.

O rígido modelo do fordismo foi predatório e excludente. O objetivo de crescer a qualquer custo para depois considerar a distribuição da renda foi uma constante nas políticas governamentais do regime militar, determinação mantida para as décadas seguintes.

### Escala Bahia e RMS

Em, 1950, o quadro social crítico em Salvador se revela na proporção de 25% da PEA, correspondendo a empregados domésticos, subempregados e empregados nas pequenas indústrias metal-mecânicas. Os megaempreendimentos industriais, o urbano como fronteira e estado de bem-estar social,<sup>62</sup> aliado à desarticulação da atividade agropecuária, impulsiona a migração campo-cidade de populações em busca do emprego na indústria e do suporte social, idealizado no modo de vida urbano. Conforme Sampaio, o grave efeito social do período foi a formação de desemprego estrutural, pelo acúmulo de fatores: saída da força de trabalho do espaço rural para a cidade formando a reserva estratégica de mão de obra; taxas de emprego inferiores à taxa de crescimento da população; aumento da PEA, maior que taxa de crescimento vegetativo; e, o aumento da expectativa do tempo de vida. Com investimentos centrados no setor produtivo e demandas sociais não atendidas, as tensões sociais são elevadas a níveis críticos (SAMPAIO, 1999).

---

<sup>62</sup> Conceituação de QUEIROZ RIBEIRO, 2013.



A mão de obra especializada requerida para os grandes empreendimentos induz à emigração de profissionais do Centro-Sul. O alto padrão de remuneração desse público se constitui em fator de dinamização do setor de serviços de Salvador, inclusive entretenimento e lazer, e, do setor imobiliário, com o conseqüente aumento das práticas cotidianas de viagens pendulares, casa-trabalho, a distâncias aproximadas de 20/25 km.

Dados do crescimento regional mostram que, nesse período, Salvador cresceu: entre 1960 e 1970 a taxa 4,7% a.a.; e, entre 1970 e 1980 a taxa de 4,0% a.a. Esse ritmo se mantém até os anos 90 sem abalar a superioridade inquestionável de Salvador, que reunia mais de 83% do contingente populacional. Nos municípios da RMS, as taxas não são homogêneas ou aproximadas. Camaçari e Lauro de Freitas apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional 10,4% e 13,4% ao ano, entre 1970 e 1980, respectivamente. Entretanto, representam inserções econômicas em diferentes segmentos, os mais expressivos na região metropolitana: indústria, turismo e turismo/imobiliário, respectivamente. Camaçari concentra o maior investimento, o COPEC, com trabalhadores residentes, predominantemente, em Salvador, dinamiza e promove o crescimento da cidade, estruturado na prestação de serviços e comércio básico, na infraestrutura urbana, e no próprio crescimento vegetativo e de migração pontual. Lauro de Freitas, com sede litorânea e o interesse que desperta para o turismo e lazer, na proximidade de Salvador e do aeroporto internacional LEM (então Aeroporto 2 de Julho), do CIA e do COPEC. Este município firma estratégia industrial local de produção não poluente, estratégia tarifária para atração de empresas para seu território, qualificando-se como espaço preferencial da expansão das classes média e alta (CARVALHO *et al.*, 2011). Concentra mais de 50% da sua população no bairro de Itinga (PDDU, Lauro de Freitas, 2008), sugestivo de acolhimento das pressões do transbordamento da população de baixa renda de Salvador. Acrescente-se que, na situação locacional de passagem de todo o movimento para as localidades do Litoral Norte, este município atraiu grandes estruturas comerciais: lojas de matérias de construção, grandes redes de supermercados, serviços de saúde e outros, compondo um forte apoio comercial regional, ampliando a atratividade para o setor imobiliário e comércio e serviços de menor porte. A produção do setor imobiliário foi expressiva com implantação de empreendimentos de grande porte, como exemplifica o Loteamento Vilas do Atlântico, nos anos de 1970.

A implantação do projeto de florestas homogêneas, Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN), em área do município de Mata de São João, e acima, aponta as primeiras modificações dos dados demográficos com o crescimento da população urbana, explicado

pela extensa propriedade que altera o modo tradicional de ocupação da população, ainda num padrão de baixo impacto (PRODESU, 2001).

A ascensão econômica baseou-se nas conquistas tecnológicas consolidadas e em continuado desenvolvimento: veículos motorizados, meios de comunicação e veiculação de dados, etc. O surgimento e ampliação de atividades-suporte intensificam as transações comerciais, conferem maior mobilidade, ampliam as interações sociais, propulsores do crescimento econômico em outro patamar: bancos, seguros, hotéis, aeroportos, novos papéis e funções para o Estado e trabalhadores, novas oportunidades e dimensão para as atividades terciárias, serviços e o setor turismo, progressivamente independente.

## Aspectos culturais e tecnológicos

### Escala Brasil

O desenvolvimentismo está associado à ideia do novo: o homem moderno, com pensamentos e ações que refletem o ‘espírito’ da época. A modernidade difundida pela ampliação do alcance dos meios de comunicação e entretenimento (televisão) alimenta a transformação cultural e dissemina valores e linguagens da modernidade na sociedade brasileira. O desenvolvimento na eletrônica e microeletrônica – microprocessadores (1971), internet (1979), PC IBM (1981) desenvolvidos nesse período, não estavam acessíveis à população, mas prenunciavam grandes mudanças futuras, pois influentes na alteração do modo de produção, na geopolítica do capitalismo, na comunicação e informação em tempo real - integram o rol de transformações que viriam a configurar novo modo de produção e reprodução do capital, instrumentalizando a sociedade para a entrada na pós-modernidade, adiante caracterizado, Capítulo 4, tratado largamente na Primeira Parte, Item 1.4 Pós-metrópole.

As conquistas tecnológicas estão representadas: na intensificação do uso do veículo motorizado; na melhoria do desempenho dos equipamentos de transporte de passageiros e carga, na conectividade ampliada e na integração regional; no incremento nos sistemas de produção de aço, produtos petroquímicos, eletrodomésticos e sistemas de construção.

## Escala Bahia e Salvador

No desenvolvimentismo, os transportes evoluem radicalmente (dos bondes aos trólebus) e a utilização dos veículos particulares é incrementada. O desenvolvimento urbano influi em comportamentos e condiciona novas práticas sociais – *shopping centers* e grandes supermercados -, renovam a rotina das famílias tanto relativamente ao lazer como à impressionante liberalidade que proporcionam das atividades domésticas, além do acesso a representações comerciais de vestuário e calçados, até então acessíveis apenas na região Sul/Sudeste.

## Aspectos ambientais e espaciais

### Escala Brasil

Tomando o argumento de Antrop, a acessibilidade (*accessibility*), a urbanização e a globalização são as três variáveis que alteram a paisagem (ANTROP, 2005). Na RMS as três variáveis concorrem simultaneamente: a acessibilidade, projeto de integração nacional, se rebate no estado e na região, estruturada com a malha metropolitana, rodoviária e ferroviária, e, malha viária urbana, ajustada à demanda do projeto de industrialização; a globalização, correspondendo à entrada de capital da economia-mundo financia o grande projeto de industrialização; e, a urbanização, binômio com a industrialização, além de responder com as externalidades para o setor industrial, tem a propriedade de retroalimentar-se, funciona como fomento aos setores imobiliário e de comércio e serviços. Portanto, os investimentos, o crescimento da economia, da cidade, da concentração populacional, e o conseqüente aumento em área de retaguarda para suprimento e para fazer a economia “girar” à razão de crescimento do PIB de 11,1%, tem a sua correspondência proporcional na alteração do meio ambiente. Neste período, a constatação da finitude dos recursos naturais e do alto nível de comprometimento ambiental suscita a organização dos movimentos ambientalistas e a elaboração dos principais textos da legislação ambiental em reação à extremada intervenção no meio ambiente, nesse modo de produção de acumulação intensiva de capital.

Na segunda fase, de exportações diversificadas, a paisagem e os ecossistemas foram fortemente danificados e ameaçados: em áreas de crescimento intensificado das cidades médias; na expansão e adensamento das grandes cidades; no espaço do ambiente rural e nas áreas de expansão, principalmente litorânea.

A Revolução Verde operando com mecanização pesada, agrotóxicos e tecnologia química e biológica, é vetor de grande degradação ambiental inclusive com supressão de cultivos tradicionais de milho, feijão e mandioca. A descentralização geográfica dos polos de crescimento amplia os focos de propagação de danos ambientais, em muitas áreas irreversíveis e de larga escala.

A expansão da ocupação urbana nas periferias das grandes cidades e o adensamento no seu interior concorrem para a defasagem dos sistemas de infraestrutura urbana, com consequências diretas na redução da qualidade do ambiente natural e construído, e outras implicações para além das funcionalidades ecológicas: redução/eliminação de cobertura vegetal, elementos que concorrem para identidade e legibilidade das cidades, além das funções específicas quanto ao clima e microclima.

O grande feito econômico do período traz esse saldo de forte degradação ambiental e o aprofundamento das desigualdades sociais, também em decorrência das altas taxas de urbanização.

## Escala Bahia e Salvador

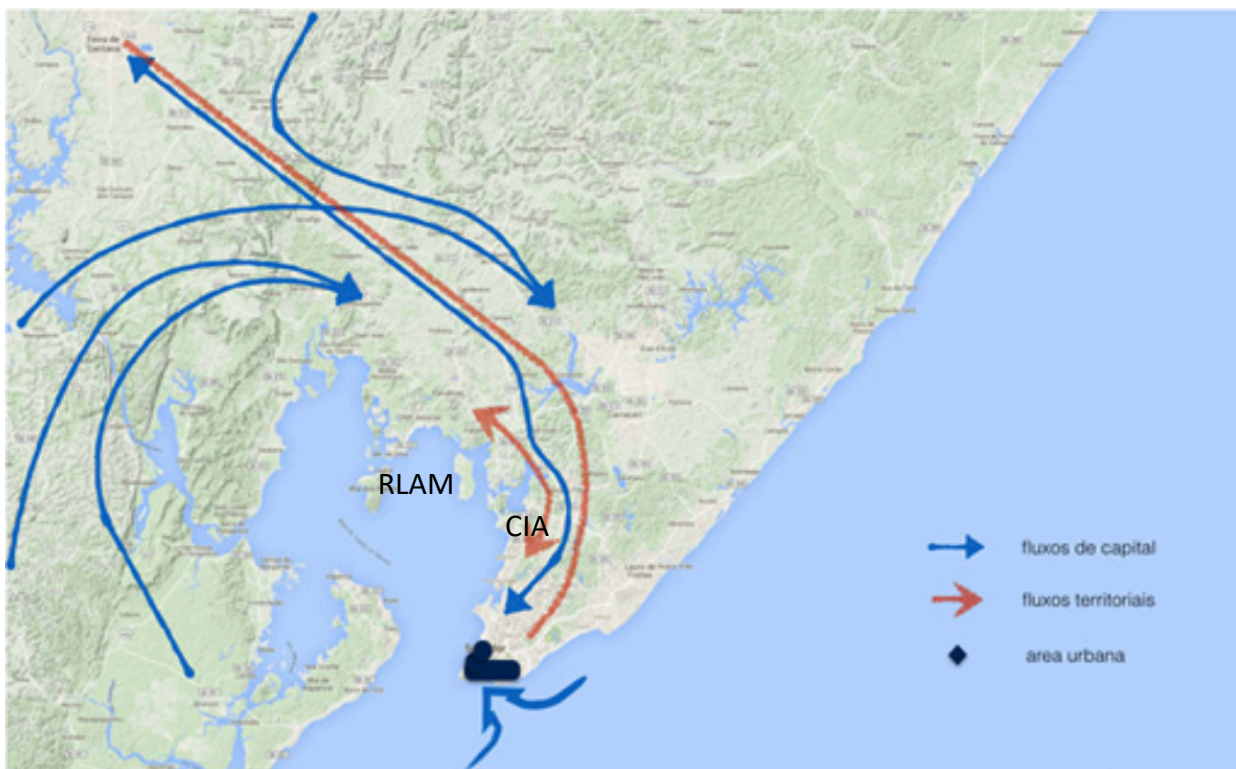
No estado da Bahia, os elementos da acessibilidade e de abertura de novos espaços, progressivamente são alterados, acompanhando a política industrializante e de integração regional estabelecida no início do desenvolvimentismo. A Figura 10 representa, esquematicamente, a alteração dos fluxos territoriais na primeira fase industrial e integração nacional: fluxos de capital e produção, e área urbanizada.

A infraestrutura rodoviária inverte o sentido do fluxo do capital e da produção para a cidade do Salvador: antes provenientes do Recôncavo, via marítima, reorientados para o sentido do novo acesso rodoviário, BR 324. O fluxo de capital externo corresponde à representatividade da participação na atividade industrial, que se instala nas décadas de 1960 e 1970 no Centro Industrial de Aratu - CIA, na primeira fase da industrialização da Bahia. (PEREIRA; SANTOS PEREIRA, 2016).

Nesse período predomina a forma de expansão, por concentração, em Salvador. Na porção litorânea norte da RMS, a abertura de espaço para a urbanização decorre da própria dinâmica da industrialização: o incremento de expressivo contingente de profissionais de alto poder aquisitivo e qualificação técnica que emigraram em função das oportunidades de emprego nos megaempreendimentos - Petrobras, CIA e COPEC -. Estes, geraram demanda

por moradia, uma externalidade previsível, que o mercado imobiliário soube explorar e potencializar, oportunidade apropriada também por outros setores como o turismo.

**Figura 10** - Primeira fase industrial e integração nacional: fluxos de capital e produção, área urbanizada.



Fonte: Pereira e Santos Pereira (2016).

Nesse sentido, o provimento de acessibilidade, com a expansão da infraestrutura viária, iniciado em meados da década de 1970, com a construção da ponte sobre o rio Pojuca (1980) e da BA-099, Linha Verde (1993), esta já no início do período de acumulação flexível e globalização da economia, foi fundamental para estender o espaço de incorporação imobiliária ao litoral Norte, nas orlas dos municípios de Camaçari e Mata de São João, com as consequências ambientais inerentes a concepções viárias que mais expressaram o domínio da técnica sobre a natureza que a compatibilização com as fisionomias da geomorfologia. Destaque-se que, nesse mesmo compartimento litorâneo da RMS, no setor agrícola, o Distrito Florestal, com a plantação de pinus e eucalipto, fortemente, alterou grandes extensões da paisagem natural com a artificialidade da floresta de monocultura e desestruturou grande parte das relações sociais e de produção tradicionais nessa extensa área (PRODESU, 2001).

Nos demais compartimentos da RMS, as ocupações das classes médias e baixa renda, em função do alto custo da terra urbana, acessibilidade e vínculos territoriais, tendem a se concentrar em áreas cada vez mais adensadas, seja via substituição do tecido urbano seja por

novas incorporações de espaço urbanizado nos subúrbios, áreas contíguas à cidade consolidada.

Os efeitos ambientais refletem na qualidade do ambiente urbano: progressiva redução da cobertura vegetal; insuficiência de saneamento ambiental e conseqüente poluição de corpos d'água; supressão de componentes do sistema natural de drenagem - talvegues e córregos – do que resulta alagamentos frequentes, ocupação em áreas protegidas e crescimento das taxas de urbanização nas cidades, sedes dos municípios que receberam investimentos industriais: Simões Filho, Candeias, Camaçari e Dias D'Ávila, principalmente. São Francisco do Conde, devido aos *royalties* do petróleo é um caso à parte, pois os recursos não convergem para uma melhoria do padrão urbanístico da cidade nem motivam iniciativas de desenvolvimento econômico e social, apesar dos grandes recursos que dispõe, são encontrados os mesmos efeitos ambientais identificados na RMS (PMD, 1982).

### Aspectos territoriais: tecido e densidade

A concentração de meios de hospedagem, nas áreas urbanas, configura especializações territoriais com efeitos no uso do solo nas imediações. A periferização das classes de renda mais baixas, e sem renda, tenciona os limites municipais e avança sobre o território metropolitano, municípios vizinhos e, fortemente, influem na conurbação destes com Salvador, haja vista as grandes concentrações populares: o *continuum* de São Cristóvão (Salvador) e Itinga, (Lauro de Freitas); Portão (Lauro de Freitas) e Abrantes (Camaçari); e, em torno das nucleações urbanas. Outras classes econômicas se inserem na dinâmica de expansão urbana que, em franco impulso, avançam sobre o território metropolitano.

### Escala Bahia e Salvador

Com a implantação dos distritos industriais, Figura 11, dá-se início a fluxos pendulares diários, centro-periferia. Instaura-se processo de reorganização no espaço urbano-metropolitano, cuja alteração na condição administrativa das cidades expõe a profundidade desse processo de industrialização na transformação da estrutura socioespacial regional. Foram emancipadas neste período: Lauro de Freitas, 1962; Simões Filho, 1961; Candeias, 1958; Camaçari, 1920 cuja área desmembrada em 1985 forma o município de Dias D'Ávila; Mata de São João, 1962; Vera Cruz, 1962; Itaparica, 1962; Madre de Deus, a última a ser emancipada, em 1989 (IBGE, 2014; PEREIRA; SANTOS PEREIRA, 2016).

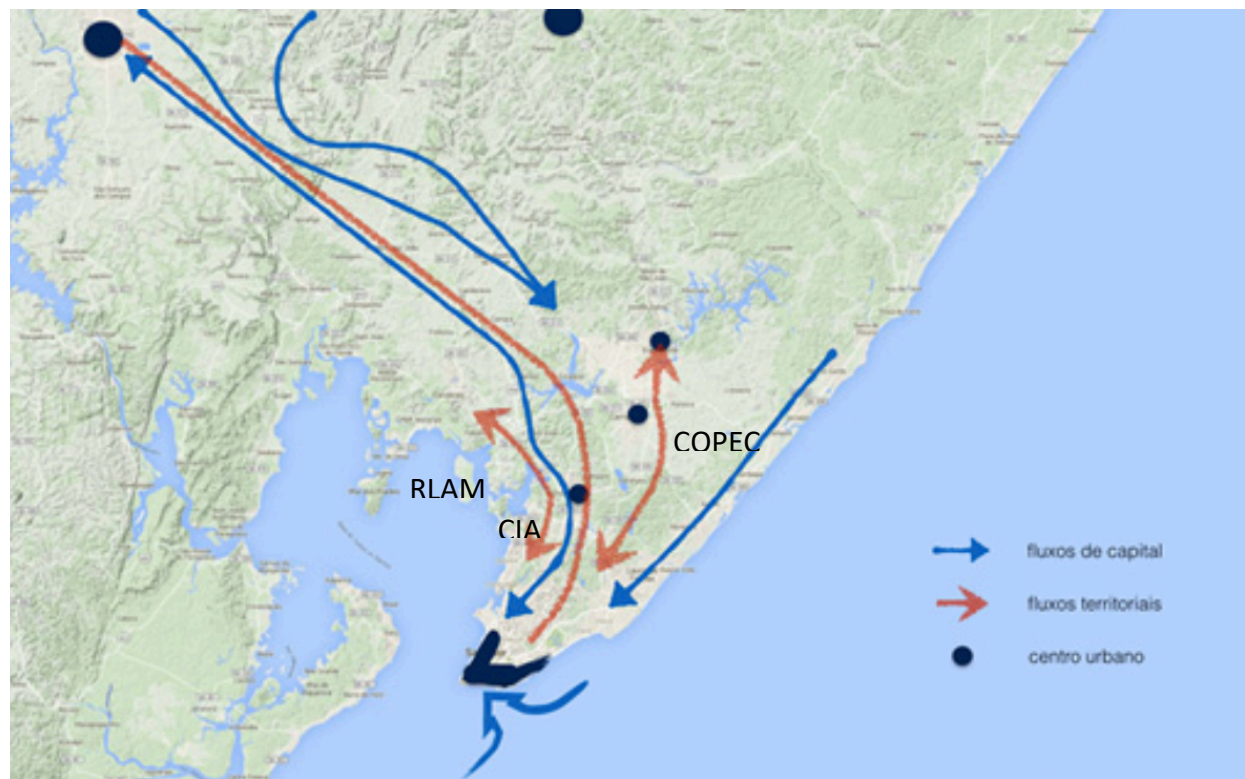
Na primeira fase de industrialização, Salvador cresceu despreparada para acolher rápida e intensiva migração, cujas transformações alteraram a cidade compacta, de tecido contínuo, expandindo o tecido urbano com ocupações de maior densidade. A migração massiva é robustecida pelo baixo aproveitamento de mão de obra no agronegócio. As sedes dos municípios da Região Metropolitana não conseguem fixar a população ante à discrepante oferta de infraestrutura urbana e de equipamentos na capital, de certo modo, frustrando a estratégia contida na concepção do projeto industrial de “descentralização concentrada”, de desenvolvimento dos municípios da região (SANTOS PEREIRA, 2016).

Novo padrão de descentralização urbano regional é efetivado, em resposta às ocupações clandestinas, com larga produção de conjuntos habitacionais na periferia<sup>63</sup>, de grande influência no direcionamento da expansão da cidade, sentido Norte, e, também, para os Subúrbios Ferroviários. A estratégia locacional de produção habitacional amplia o espaço da especulação imobiliária e nivela a paisagem pela padronização e monotonia de tipologias densas e sem identidade, uma forma de segregação socioespacial.

Reforça este direcionamento a descentralização concomitante das atividades terciárias (Iguatemi e as funções administrativas do Estado - CAB). A Figura 11 atualiza a representação dos fluxos e da expansão metropolitana.

---

<sup>63</sup> Nos anos 70, no auge desse processo, as ocupações já se aproximavam da área conhecida como “miolo” de Salvador: Cajazeiras e Narandiba. Foram implantados, grandes conjuntos habitacionais, típicos do que produziu o Sistema Financeiro da Habitação – SFH (URBIS, INOCOOP, BNH).

**Figura 11** - Segunda fase industrial, turismo e cidade terciária: fluxos de capital e produção, área urbanizada.

Fonte: Pereira e Santos Pereira (2016).

As instalações da segunda fase do projeto de industrialização reafirmam a direção norte da expansão metropolitana com a implantação do COPEC em Camaçari. Salvador, cidade terciária<sup>64</sup>, fortalece a condição de polo de comércio e serviços diversos; majorada em população e em área urbanizada, é tencionada na infraestrutura, tem a mobilidade comprometida e expande velozmente os assentamentos precários da área habitacional informal. Estabelece-se uma crise habitacional conjugada a danos ambientais. Em 1970, ultrapassa um milhão de habitantes, com 59% da população residindo nas proximidades da orla e nos Subúrbios Ferroviários, este, o local de expansão da moradia dos setores populares. Em termos espaciais, a década de 1970 é um marco da metropolização de Salvador, com um processo de industrialização na periferia. A acessibilidade, mantidos e ampliados os fluxos pendulares, é promovida com a construção da conexão Salvador/Lauro de Freitas/Camaçari, via litorânea, BA-099, conhecida como Estrada do Coco (1975). Ampliou-se a intensidade da ocupação na costa atlântica ao final do período, para além dos limites com o município de Camaçari, um novo espaço para a expansão das ocupações urbanas, a incrementar a economia da região.

<sup>64</sup> Como caracteriza SAMPAIO, 1999.



## Tecido

Até o final do desenvolvimentismo fica claro a especialização que se forma no território da RMS. A porção litorânea, até aqui capitaneada por Lauro de Freitas, forte no desenvolvimento do turismo e no provimento de residência multivariada em termos de representação das classes sociais, na forma de loteamentos com lotes médios de padrões diversos: de 360 m<sup>2</sup> a 600 m<sup>2</sup>, em Ipitanga e Vilas do Atlântico; de 5.000 m<sup>2</sup>, em loteamentos para a classe de renda alta, no Encontro das Águas, Busca Vida, Interlagos; de 1000 a 2500 m<sup>2</sup>, em loteamentos de classe média alta, nos condomínios Beira Rio, Rio Joanes, etc.;, ocupação tipo ZEIS, em Itinga e Portão, com morfologia típica das ocupações precárias; áreas de tecido urbano consolidado, nos centros das cidades; os distritos industriais, na porção central e bordo da BTS onde localizam-se COPEC e CIA, respectivamente; e, a urbanização segue concentrada, parte nas sedes municipais, mas expressivamente magnetizadas pela capital.

Outros bolsões de áreas precárias são: São Gonçalo do Retiro, Pau da Lima, Sete de Abril, Estrada Velha do Aeroporto, São Cristóvão e outros. Os bairros de classe média seguem adensando como Brotas, Cabula, Pernambués, e novos bairros se desenvolvem com impulso no sentido da Pituba, Imbui, Itagira, Patamares, nas imediações CAB, “pontas de lança” para uma expansão na direção norte, resumidamente.

## Densidade

Conforme Almeida, na segunda metade do sec. XX, a Bahia se manteve como um dos estados com menor grau de urbanização, com 49,25% da população, enquanto o Brasil já computava 67,57% da população vivendo nas cidades em 1980. Esta condição sinalizava a inexistência de rede estadual de cidades de tamanho médio, refletindo o atraso da urbanização no interior, embora que, isto não impediu o processo de metropolização. A região metropolitana cresceu a taxas de 3 a 5% na segunda metade do sec. XX, até o início dos anos 90 (ALMEIDA, 2008).

### 2.2.2 Gestão do território e as dinâmicas urbanas

Os grandes feitos econômicos do desenvolvimentismo tanto foram resultado de planejamento e ações efetivas de gestão quanto demandaram gestão para os desdobramentos do franco processo encadeado pelo binômio industrialização-urbanização. O planejamento

estratégico nacional e as políticas setoriais direcionaram a gestão e as dinâmicas urbanas que se instauraram, realçando a urgência de controle do uso e ocupação do solo, e de proteção ambiental, cujo porte das transformações fez prevalecer o *laissez faire* no processo expansão.

## Políticas governamentais: Planejamento e Gestão

### Escala Brasil

A superação do passado agrícola tradicional, com metas de saltar “cinquenta anos em cinco” (*Plano de Metas*, JK, 1956) e o ingresso na modernidade tornava sedutor o ambiente urbano, que de imediato é percebido como fronteira do desenvolvimento. Com o planejamento, antecipavam-se possibilidades futuras de obras e de parcerias com o capital externo, e o desenvolvimento econômico, assim, despontaria inquestionável.

Com a centralização governamental do período militar, adotou-se uma estratégia de planejamento global com grande participação do capital estrangeiro. A ideologia de segurança fortemente influenciou na estratégia de reconhecimento das Regiões Metropolitanas instituídas neste período. O planejamento enfatizava investimentos em setores estratégicos - siderurgia, energia, mineração, extensão da malha rodoviária -, meios para a industrialização, a integração do território nacional e condições para implantação de projetos de grande porte: expansão e mecanização da agricultura; grandes projetos de infraestrutura; processos de migração da população para novas fronteiras agrícolas e a criação de mecanismos de atração de investimentos. O crescimento da economia, no desenvolvimentismo, foi coincidente e corresponde à fase de acumulação intensiva na escala global (JATOBÁ, 2006).

Diante dos dois processos de alta envergadura: a industrialização e a urbanização, o planejamento territorial é valorizado e se consolida como instrumento de gestão do uso e ocupação do solo em várias escalas. Conforme Cidade,

[...] O planejamento urbano, na fase fordista, privilegiou o zoneamento com separação de funções, a substituição da paisagem natural por uma paisagem construída e a forçosa adequação das necessidades humanas a essa racionalidade, que se apoiava na autoridade da ciência e da técnica (CIDADE, 1999, p.7).

Os planos de desenvolvimento regional se multiplicaram, incorporaram novas variáveis relativas ao meio ambiente, uma preocupação que começa a emergir da constatação de poluição, desmatamentos, e dos efeitos de uma economia em intensivo ritmo de crescimento.

Em tempos de “Brasil Grande”, impõe-se a revisão da matriz energética, para atendimento aos polos de crescimento, definidos para compor a drástica redução de investimentos públicos<sup>65</sup>. Grandes investimentos, tão necessários para a indústria e o capital, e grandes campanhas ufanistas enaltecendo o esporte, promoveram a imagem da nação, ofuscando a grave situação de endividamento do país. As taxas de urbanização são incrementadas, tanto contabilizando o crescimento vegetativo das populações, quanto o progressivo fluxo migratório.

Em 1963, acontece o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, promovido pelo Ministério Trabalho e Previdência Social, para responder à constatação da crise urbana prenunciada, processo estancado em 1964. Entre 1964-1985, em pleno período autoritário, a modernização da legislação urbanística, introduziu alguns mecanismos institucionais de controle do mercado imobiliário, especificamente em 1971, em pleno momento do “milagre econômico” e crescimento explosivo das cidades, o ato institucional atualiza a legislação urbanística, como parte da estratégia de instrumentalização das administrações metropolitanas. Nos anos 70, foram criadas a Lei de Parcelamento do Solo Urbano Lei 6766/79 e a Lei de Zoneamento Industrial, Lei 1817/78. O Projeto de Lei 775/83, que tratava do desenvolvimento urbano, encontrou resistência e teve dificuldade de aprovação em razão dos instrumentos urbanísticos para o controle da especulação imobiliária. Leis editadas nessa década abriram espaço para uma atualização da legislação urbanística, que não enfrentou a questão da regulação social e da habitação popular e social (QUINTO JR, 2003).

Com os objetivos de equilíbrio inter-regional e de domínio sobre o território nacional, duas importantes decisões de governo marcaram fortemente a história do urbanismo nacional: a criação da SUDENE e a construção de Brasília.

A política de caráter regional atraiu empresas promovendo a expansão de áreas/regiões periféricas com os polos de crescimento. Interligados aos circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e mercantis, estes não resultaram em desenvolvimento homogêneo, visto que as diferenças regionais imprimiram ritmos diferenciados de acumulação da riqueza e da geração de renda. Os polos de crescimento redirecionam os fluxos migratórios parcialmente, convergindo-os para as cidades médias, com forte significado na promoção do desenvolvimento de muitas destas cidades, inclusive fora da área de influência das regiões

---

<sup>65</sup> Os grandes feitos no setor de energia foram: as Hidroelétricas de Itaipu e Tucuruí, o *Programa Nuclear* e o *Programa Pró-Álcool*.

metropolitanas. Brasília atraiu população para o Centro-Oeste e exemplifica o caso de motivação singular por força da centralidade do poder (JATOBÁ, 2006).

Em paralelo, outros processos concorrem para o rompimento do padrão da rede de cidades nacional: o movimento migratório nacional; o fenômeno da periferação das metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas; a peculiar expansão das fronteiras agrícolas e fronteiras da extração de recursos minerais; e, as melhorias nas redes de infraestrutura urbana, além da própria dinâmica urbana do setor imobiliário (JATOBÁ, 2006). Entretanto, instrumentos mais contundentes para enfrentamento da crise urbana ficam transferidos para o período seguinte, após a retomada do poder político pela sociedade civil.

## Escala Bahia e RMS

Com o objetivo de conceber programas e projetos compatibilizados com o desempenho da economia, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Bahia (CONDEB) e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), 1955, quando elaborado o *Plano de Desenvolvimento da Bahia – PLANDEB* -, concluído em 1959 (SPINOLA, 2003).

O primeiro *Plano Diretor do CIA*, 1966, concebido como um complexo distrito industrial integrado, para unidades de todos os ramos, cuja localização foi justificada no distanciamento do potencial poluidor, situa-o na periferia de Salvador, estabelecendo uma primeira indicação para o posterior zoneamento da RMS. O apoio residencial, pensado no interior do próprio complexo, limitou-se a dois conjuntos habitacionais. Simões Filho foi ignorado como uma possibilidade de apoio, favorecendo desde então às distorções urbanas de Salvador, que concentrou de 90 a 99% de todo emprego em serviços, educação, saúde, setor público, serviços domiciliares, empregos de outros setores e 40% do emprego industrial (Plano Valéria, 1983; CONDER, PMD, 1982).

O segundo *Plano Diretor do CIA*, 1980, revisa e atualiza as diretrizes originais, considera a nova circunstância metropolitana, e visa ao ajuste das distorções, após uma década de experiência dos distritos industriais. As estratégias contemplaram: primeira, otimizar a infraestrutura e equipamentos implantados com ocupação mais intensiva; potencializar a absorção das unidades de química de b do setor metal-mecânico e a indústria de equipamentos *off-shore*; segunda, o desenvolvimento urbano-social com a reconceituação do CIA como complexo urbano-industrial, valorização de Simões Filho, Candeias e Subúrbios Ferroviários como apoio-urbano, visando à minimização dos sistemas de

transportes, ao favorecimento do ordenamento do uso do solo com um modelo de desenvolvimento espacial para a RMS; e, à redefinição dos seus limites liberando áreas para o município de Salvador, inclusive Valéria<sup>66</sup> (*Plano Diretor do CIA*, 1980).

O *Plano Diretor do COPEC* enfatizou a importância de Camaçari e Dias D'Ávila como núcleos urbanos mais próximos, determinou a elaboração dos planos diretores destes municípios - Planos Pilotos - e os Relatórios Preliminares sobre Candeias, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho, Itaparica e Vera Cruz (SAMPAIO, 1999). Política acertada que não chegou a ser implementada. Em 1983, apenas 5% dos empregados no COPEC residiam nas suas proximidades.

Com o decorrer do tempo, novos assentamentos de uso industrial surgiram na área urbana de Salvador, no Retiro e na BR 324, em Valéria. A crise dos serviços urbanos que se instala, dado à localização da indústria fora do território de Salvador, força uma política de atração de indústrias visando incrementar o recolhimento de impostos, ICM, e, assim, encontrar meios para enfrentar as pressões sobre a cidade. Esta política não é bem-sucedida dado ao elevado custo de terras no município, inconveniência de poluição, e à própria escassez de terrenos, mas conduziu à criação de um Distrito Industrial Urbano em Salvador, DINURB, 1983 (*Plano Valéria*, 1983).

O *Plano do DINURB*, após a revisão do *Plano Diretor do CIA*, disciplina as atividades industriais contemplando: a análise dos aspectos da urbanização, da proteção ambiental e da relação com as ocupações vizinhas e com indústrias não poluentes; concilia com áreas para investimento em habitação, nas imediações do CIA, e áreas de influência do corredor de tráfego BR-324 e do Trem Metropolitano.

Conforme registros da Bahiaturisa, a política de Estado para o desenvolvimento do turismo, a partir de 1971, impulsiona a atividade, que ainda não existia formatada no restante do país. Foram criados, na estrutura da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio: o Conselho Estadual de Turismo e a Coordenação de Fomento ao Turismo que, em conjunto com a Bahiaturisa - órgão executor da política -, coordenaram as ações deste setor. A estratégia turística potencializa os investimentos em infraestrutura hoteleira e de serviços necessária para o setor industrial. O turismo tornou-se nova prioridade de governo, e, progressivamente, importante fato econômico (BAHIATURSA, 1998).

---

<sup>66</sup> O Decreto no. 27.320/1980 redefine os limites da área do setor sul do CIA.

O Conselho de Fomento ao Turismo, 1970, elabora o *Plano de Turismo do Recôncavo*, estabelecendo rumos para a atividade: direcionada ao mercado interno; preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural; e, qualificação do produto turístico por meio de programas de treinamento e formação de recursos humanos, do setor de serviços e equipamentos turísticos. Como parte desta política de desenvolvimento do turismo, foi implantado o Centro de Convenções da Bahia, 1977, equipamento estratégico devido à sazonalidade da atividade, e fortalecidas as articulações para captura de voos internacionais para Salvador, 1979. Ações e gestões que impulsionam o turismo e projetam a Bahia, nacional e internacionalmente, ampliando o desempenho como destino receptor (BAHIATURSA, 1998).

A intensificação dos processos de urbanização, as crises que se formatam em variados setores, em especial na habitação e ambiental, evidencia a defasagem da legislação e dos instrumentos de gestão urbanísticos e ambientais com relação às demandas regionais.

O *Plano Metropolitano de Desenvolvimento da RMS*, 1982, resultado de estudo aprofundado das condições existentes, referências históricas, condicionantes à época, traçou os objetivos estratégicos e as diretrizes para o desenvolvimento regional. Alguns conceitos e estratégias do PMD são considerados relevantes e ainda pertinentes para atualização do planejamento regional (PMD-CONDER, 1982).

Destaque para a ênfase dada ao aproveitamento das potencialidades regionais rurais, conferindo-lhes uso funcional não mais vazios à espera da urbanização. O PMD reconhece que a RMS contém um componente rural permanente e vislumbra: a “proliferação de atividades rurais não capitalistas, intensivas, vinculadas com o florescimento de uma significativa rede de cidades” (PMD, 1982, p.234); novas interpretações para as áreas rurais no contexto metropolitano, ruralidade metropolitana e interpenetração entre formas econômicas rurais e urbanas; inevitável identificação de zonas com características rurais permanentes e outras que poderão desempenhar funções rurais de modo transitório; a relação das áreas de preservação dos mananciais (60% da área continental) da RMS com o uso agrícola compatibilizado com as áreas de proteção de mananciais; identifica quatro porções territoriais rurais – parte da área rural de São Francisco do Conde, área rural da ilha de Itaparica, pequena parcela em Camaçari (jusante da barragem de Santa Helena) e área contígua ao município de Lauro de Freitas.

As demandas por infraestrutura urbana e viária, em especial, motiva o estado à contratação do *Estudo de Uso do Solo e de Transporte - EUST* (1975/1976) e traça diretrizes

macroespaciais abarcando as questões dos transportes coletivos, de circulação e do estabelecimento de subcentros para a consolidação da recém-criada Região Metropolitana de Salvador – RMS, 1973.

Na esfera municipal, repercutem as propostas do sistema viário, concebidas pelo Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (EPUCS, 1943), implementado apenas o sistema viário, concebido para a porção sul, nos anos 70: grandes avenidas que articulavam à porção norte de Salvador, modelo que se apresentou como fundamental para a cidade responder às externalidades que o vultoso projeto industrial requeria, mas em contrapartida criou condições para ocupação das encostas dos vales que antes compunham um sistema aberto de áreas verdes e garantiam um padrão de qualidade urbano-ambiental privilegiado. O *Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador - EPUCS*, elaborado como um planejamento compreensivo, atento ao elenco de questões sociais e técnicas envolvidas, ficou como legado para a história do planejamento municipal.

O planejamento urbano da capital é retomado nos anos 70 com a criação do Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN)<sup>67</sup> que elabora o *Código de Urbanismo e Obras do Município de Salvador*<sup>68</sup>. Sob a pressão da urbanização não controlada e incremento da dinâmica econômica decorrente da industrialização, o OCEPLAN adequa a legislação municipal à Lei de Parcelamento Federal 6766/79 e foi acionado para elaboração do *Plano de Desenvolvimento Urbano - PLANDURB*. Este Plano estabeleceu as diretrizes espaciais, no nível intraurbano<sup>69</sup>, institucionalizado na Lei nº 3.525/85 no formato de *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU* (SAMPAIO, 1999).

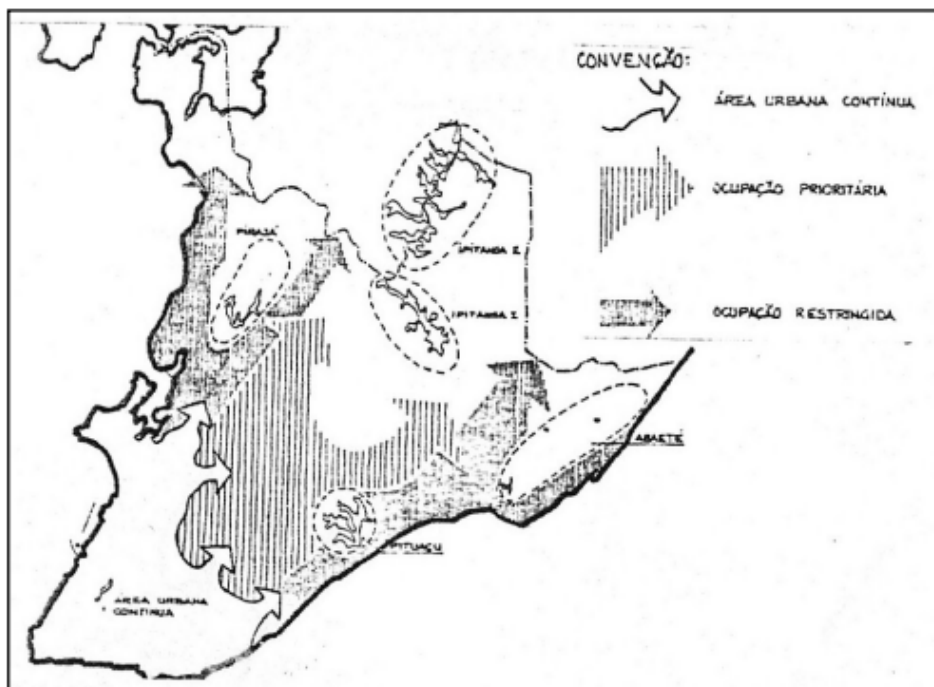
Na Figura 12, os vetores de expansão urbana definidos pelo PLANDURB, apontam suas setas a norte, tanto para a ocupação prioritária, quanto para a ocupação restringida e esbarram na delimitação institucional do município.

---

<sup>67</sup> OCEPLAN, PMS: *Lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo de Salvador, 1975/1978 e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador, 1979.*

<sup>68</sup> Lei Municipal no. 2.403 de 23/08/1972

<sup>69</sup> O *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU* foi institucionalizado na Lei nº 3.525/85.

**Figura 12** - Vetores de expansão urbana definidos pelo PLANDURB.

Fonte: Sampaio (1999).

A concorrência dos três fatores, fortemente desestruturadores do ordenamento territorial na RMS, caracterizados anteriormente, - a acessibilidade, a urbanização e a globalização -, eleva a gravidade da vacância do planejamento regional e da gestão metropolitana, desde 1999, quando a CONDER (o órgão metropolitano) perde as atribuições de órgão de planejamento e gestão metropolitana do Estado. O comprometimento do potencial dos territórios, por falta de planejamento sistêmico, continua sendo um dos grandes preços que a sociedade paga pela desarticulação dos investimentos num dos territórios turísticos mais atraentes do estado.

O poder público, para o controle dos processos urbanos, em todos os municípios metropolitanos, encontrava-se: despreparado, desequipado, dependente. A administração pública cresceu em importância e, com a arrecadação majorada, melhorias administrativas foram possíveis.

A *Lei de Meio Ambiente do Estado da Bahia*, pioneira, foi sancionada em 1980, mas, o grande avanço sobre os recursos naturais, observado nesse período, evidencia a carência de regulamentações e de fortalecimento da política ambiental em sintonia com as políticas dos setores mais sensíveis ao dano ambiental: políticas setoriais de saneamento ambiental, de recursos hídricos, principalmente, que vão alcançar maturidade após a promulgação da *Constituição Federal* de 1988, no período seguinte, de acumulação flexível e globalização.



## Ações privadas

### Escala RMS

O lançamento do CIA atraiu grande número de projetos industriais, mais de cem, foram aprovados pela SUDENE. Em dezembro de 1969, trinta e sete indústrias estavam em funcionamento, trinta e três com carta de opção para se instalar. Desse total, 76% eram oriundas dos EUA (GUERRA e TEIXEIRA, 2000).

O comércio e serviços foram estimulados: surgimento de novas atividades e a ampliação e aprimoramento de outras; os supermercados e *shopping centers* elevam a dimensão do mercado varejista; serviços de consumo coletivo, educação e saúde, não satisfatórios, ganham algum incremento; maior estruturação do setor para oferecer serviços mais especializados, consultorias em engenharia, transporte, comunicação, gestão, outros. Verifica-se um desenvolvimento muito superior relativamente ao que se dispunha.

A modernização do setor terciário responde, principalmente, às exigências da classe média, de perfil mais urbano que às famílias tradicionais que migraram do Recôncavo. A modernidade, o ‘espírito da época’, incrementa a demanda de serviços atualizados, estimula o desenvolvimento empresarial e organizacional. O setor terciário, desenvolvido, acolhe os que estão fora do mercado engajando-os na informalidade. As atividades terciárias acompanham a dinâmica urbana de expansão da cidade.

Entre 1971 e 1975, o parque hoteleiro de Salvador foi ampliado em 2.000 leitos de categoria 5 estrelas. A política de expansão da oferta turística adentra o interior do Estado em cidades estratégicas para o turismo: Itaparica, Porto Seguro, Cachoeira, Barreiras, Juazeiro, entre outras, incrementando o desenvolvimento local. A atividade turística ganha maior destaque no Litoral Norte quando da implantação do Resort Praia do Forte, 1982. O sucesso operacional deste empreendimento sinalizou para a viabilidade do território turístico objetivando o mercado externo e inspirou concepções futuras de empreendimentos para a região e para o planejamento regional.

O setor imobiliário conduziu algumas iniciativas empresariais de parcelamento, na expectativa de que essa região viesse a se transformar rapidamente em decorrência dos grandes empreendimentos industriais do início do desenvolvimentismo. Alguns parcelamentos foram licenciados e parte destes chegou a ser parcialmente implantada, porém não ocupados (*Plano de manejo, APA Litoral Norte, 1995, Estudos do parcelamento do Solo*).

A partir do segundo *Plano Diretor do CIA*, 1980, reduz-se o número de indústrias. Enquanto o COPEC crescia em inversões de investimentos maciços, o CIA se mantinha num fluxo de saída de indústrias e de empresas de sua área de influência, o que se manteve nas décadas seguintes.

### Ações relativas à expansão urbana e metropolitana: tecido urbano e densidades

A concepção modernista de cidade, a atualização na tecnologia dos ascensores e a construtiva, a dinamização da economia, a cidade concentrada - contida nos bairros nos arredores do centro até as intervenções viárias, as avenidas de vale dos anos 70 -, foram determinantes para o processo de substituição do tecido urbano com densificação do espaço urbano. A troca de tipologia das edificações, verticalizadas, incrementa a densidade populacional e de habitação de toda a área central, muda a fisionomia do frontispício de Salvador. Os bairros passam por processo similar de progressiva densificação quando a comercialização de chácaras urbanas, ainda existentes, foram destinadas à construção habitacional verticalizada, em Nazaré, em Brotas, no Cabula, no Rio Vermelho, na Barra, dentre outros. Como já caracterizado, as demais sedes municipais não atraem nenhum, ou pouco, dinamismo ao mercado imobiliário, mantendo-se nesse período sem expressão quanto a processos de densificação do tecido urbano, além da expansão contígua a áreas urbanas consolidadas.

O tecido urbano se multiplica pela influência de tantos condicionantes identificados. A relevância do setor imobiliário na produção da cidade coloca-o sob o foco da responsabilidade socioambiental, seja a produção de tecido inaugural, formal ou informal, primeiras ou segundas residências, ou seja, os processos capitalistas de destruição/recriação, que compromete este setor em razão da transformação urbana de grandes proporções.

Outras considerações sobre as ações privadas constam do Capítulo 3, Terceira Parte, quando se analisa a influência dos principais setores econômicos na produção dos tecidos urbanos acrescidos nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, na RMS.

### 2.2.3 Efeitos das ações privadas

#### Efeitos socioeconômicos

A implantação da Petrobras e das indústrias vinculadas na região, 1954, apesar do peso específico deste investimento, não resultou em impulso significativo para a diversificação do crescimento econômico regional.

No Litoral Norte, os resultados econômicos foram tão pouco expressivos quanto foi a participação deste espaço no desenvolvimentismo. O projeto de silvicultura apoiou-se na acessibilidade oferecida pelas rodovias BR 101 e BA 093 (Cartograma 31), mas muito pouco foi capturado pela economia das áreas litorâneas dos municípios. A falta de infraestrutura urbana não favoreceu ao desenvolvimento do setor imobiliário, neste período.

São efeitos econômicos do processo de industrialização do CIA e COPEC: o impulso ao setor terciário, o comércio, o setor bancário e financeiro, seguros; a expansão dos serviços, com viabilidade para o surgimento de atividades de segurança, manutenção e limpeza, serviços de transportes urbanos, metropolitanos e privados, especiais para o trânsito pendular dos trabalhadores da indústria, principalmente; a assistência à saúde. Grande transformação nos hábitos pela oferta de alimentação em outros moldes: redes nacionais e internacionais de alimentação rápida, novas formas de comercialização de alimento para suprimento de refeições diretamente ao consumidor promoveram enorme transformação no cotidiano dos residentes das grandes cidades.

#### Efeitos ambientais e espaciais

As transformações que decorrem dos grandes projetos e grandes programas das políticas de desenvolvimento nacional e estadual imprimem novas dinâmicas no espaço rural e urbano, que não são inócuas do ponto de vista do ambiente natural, e constituem forte determinante nas transformações da organização territorial.

A industrialização, a princípio concentrada no bordo da Baía de Todos os Santos (BTS), com a Refinaria e o CIA, comprometeu a paisagem de um dos cenários mais singulares do estado, roubando da cidade, que já começava a ser entendida com o futuro ligado ao turismo, um de seus espaços mais privilegiados. Embora que os estudos de implantação do CIA

considerem os efeitos ambientais com relação à cidade de Salvador, na condição de Centro Industrial, de fato concentra focos de emissões de poluentes e de resíduos industriais e não há como distancia-lo dos riscos inerentes à atividade.

A decisão locacional do COPEC, 1978, na porção central da RMS, envolveu critérios questionáveis, haja vista a disponibilidade de área no CIA – Norte, já prevista para esta finalidade, ao cabo justificada pelo argumento da autonomia com relação ao controle do CIA. Decisão que agregou custos adicionais e significou maior área de interferências ambientais, dispersão de fontes de emissão de poluição e de resíduos industriais, com o especial agravante da implantação sobre privilegiada reserva de água em subsolo – o aquífero São Sebastião -, que à luz da carência progressiva de água disponível no planeta parece um absoluto *nonsense*. (SPINOLA, 2001). Os impactos ambientais provenientes do COPEC foram, até certo ponto, minimizados pela convergência dos efluentes deste Complexo à Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (CETREL), lançados ao mar por emissário, sem registro de efeitos ambientais que alcance as áreas acima do Rio Pojuca.

Neste período, dois grandes impactos ambientais marcaram definitivamente o Litoral Norte e, por pouco, não o inviabilizou para as atividades de turismo e lazer: a implantação da Tibrás, 1971, atual Millennium Chemicals/Cristal, situada no litoral de Camaçari, no acesso ao espaço turístico do Litoral Norte, BA-099, de convivência obrigatória, comprometeu a paisagem e contaminou áreas de praia e o subsolo das imediações; e, o projeto de silvicultura, do DFLN, que transformou a paisagem, alterou o sistema natural de drenagem, impactou fluxos hidrológicos, assoreou áreas úmidas, alterou o habitat da fauna, arrasou a flora na área do empreendimento e gerou impactos sociais significativos, impondo deslocamento de população nativa que perde a possibilidade de exercer práticas sociais originais. A desestruturação social caracterizou-se como o primeiro grande impacto no ordenamento socioeconômico da região, com efeitos territoriais diretos, além dos transtornos sociais (PRODESU, 2001).

A dinâmica urbana decorrente da proximidade da concentração industrial, dada a forte concentração de serviços, equipamentos e infraestrutura em Salvador, postergou o uso de terras acima do litoral de Camaçari.

Salvador, em função de a área industrial ter acesso a partir do interior da sua área continental, muda o sentido espacial do seu desenvolvimento para a direção norte. Corroboram a execução das avenidas de vale, que articulam à dinâmica de construções da região ao norte do vale do Camurugipe: Estação Rodoviária, novos loteamentos - Itagira,

Caminho das Árvores -, *shopping centers*, e, para onde centros empresariais estão sendo deslocados, configurando uma outra centralidade metropolitana. A vigorosa e rápida consolidação desta centralidade é resultante, exatamente, da posição estratégica de confluência dos dois eixos de saída da cidade para a região metropolitana propriamente dita, via BR 324 e Av. Luís Vianna Filho (Av. Paralela), alternativa à Av. Otávio Mangabeira (orla), adiante Estrada do Coco (1975) / Linha Verde (1993). A urbanização se expande pelo litoral, desde a orla de Salvador, seguindo na orla de Lauro de Freitas, e, num padrão mais rarefeito pelo litoral de Camaçari.

A execução da ponte sobre o rio Pojuca (1980) integra Salvador e a porção litorânea norte aos municípios do Recôncavo Norte, transformado em território de segunda residência e de turismo regional, com incremento no uso e ocupação do Litoral Norte.

Da urbanização que surge concomitante com a industrialização e o turismo, os efeitos ambientais são conhecidos: remoção de cobertura vegetal de extensas áreas; incapacidade de gestão completa dos resíduos de construção civil e dos resíduos sólidos domésticos; precariedade, insuficiência ou inexistência de rede de esgotamento sanitário; contaminação de corpos hídricos; afugentamento de fauna e comprometimento de recursos da fauna migrante; deslocamento de populações tradicionais, registrado nos *Estudos de Impacto Ambiental - EIA* dos empreendimentos hoteleiros, no *Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE da APA Litoral Norte*, PRODESU, 2001, dentre outros.

### Efeitos territoriais: tecido urbano e densidade

A estratégia de descentralização da indústria foi uma primeira definição a favorecer a dispersão urbana. Ainda sem o sentido que este conceito adquire ao final do sec. XX, mas como um indutor, um condicionante da estrutura socioespacial precedente, permitia vislumbrar o desenvolvimento urbano dos municípios situados no espaço regional de Salvador, num raciocínio precocemente metropolitano, confirmado com a constituição da Região Metropolitana de Salvador, 1973.

Grandes parcelamentos foram executados no interior do município de Salvador, no desenvolvimentismo. O tecido produzido neste período cristaliza-se nos loteamentos que seguem a faixa litorânea e bairros como Brotas, Federação, Candeal, Pituba, Imbuí. Alguns empreendimentos são de tal porte que caracterizam novos bairros, como os loteamentos

Caminho das Árvores e Itaipara, representando o segmento social de classes de renda média alta e alta. Ou, como os bairros que tiveram origem na produção habitacional para classes econômicas de mais baixa renda, os grandes conjuntos habitacionais como Cajazeiras, Narandiba, Novo Horizonte, dentre outros. A produção informal expande tão expressivamente quanto foram os loteamentos formais produzidos, e, na escassez de espaço na cidade concentram progressivamente mais população, e, fortemente, localizam-se nos Subúrbios Ferroviários e “Miolo”.

Neste período, não foram frequentes loteamentos que mesclassem tipologias habitacionais, residenciais uni e pluridomiciliares, mas no sentido da densificação e de compatibilização com a tipologia habitacional pluridomiciliar, recorreu-se a processos de reloteamentos por remembramentos para adequá-los ao uso habitacional pluridomiciliar. Exemplifica o Loteamento São Vicente, renomeado com Recanto Residencial com lotes residuais reagrupados para compatibilizá-los às dimensões de edificações pluridomiciliares. Foram exceções os loteamentos com usos mistos, uni e pluridomiciliares, como o Loteamento Itaipara, em razão da extensa área que abrangia e da relação com o sistema viário urbano, vias arteriais.

A tipologia predominante, da produção imobiliária de renda média baixa e baixa, foi o padrão pluridomiciliar, sem elevador, aproveitando os desníveis dos terrenos em encostas com pavimentos superiores e em subsolo. A produção de habitação popular em unidades unidomiciliares foi paulatinamente se localizando cada vez mais distante da área urbana consolidada.

Impulsionado pela indústria imobiliária, principalmente as zonas costeiras são impactadas pelo surto econômico dessa fase, difundindo o turismo como prática regional e nacional. A produção de residências de veraneio desde esta fase constitui-se em embrião para futuros adensamentos perimetropolitanos, um processo demonstrado no modelo de Ludgren, 1974, adaptado por Silva, Silva e Carvalho, de progressiva cooptação de áreas urbanas para as cidades (SILVA; SILVA; CARVALHO, 2009).

## Densidade

Até as transformações do período do desenvolvimentismo as densidades das ocupações urbanas, expressas na paisagem, eram percebidas como razoavelmente estáveis, ou seja, o

ritmo da substituição do tecido era lento. Configuravam uma paisagem de boa legibilidade<sup>70</sup>, elementos diversificados, construídos e naturais, concorrendo para a conformação da identidade, dos bairros, da cidade, oferecendo elementos substantivos para a base do desenvolvimento social, embora que o provimento ocorreu de modo espacialmente desigual e não homogêneo.

Dos estudos de densidade do PLANDURB, 1979, pode-se perceber o quanto este parâmetro escapa ao domínio do corpo técnico, planejadores, arquitetos, urbanistas, enquanto correlação com a forma urbana. Densidades numericamente equivalentes com expressões espaciais, paisagísticas distintas surpreendem quando aquilatadas (bairro da Pituba e Liberdade), apesar de diferenças de classe de renda e de forma de produção, formal, informal. A densidade populacional média na capital (área continental) correspondia a 4.798 hab/km<sup>2</sup>.

Com a migração rural-urbana, os primeiros espaços a serem ocupados por populações de baixa renda foram os Subúrbios Ferroviários, que se conformaram como espaços intensamente adensados, e se mantêm como vetor de crescimento urbano, por adensamento e progressiva verticalização, limitados pelos condicionantes da tipologia construtiva das ocupações de caráter precário.

A partir da década de 70, as densidades urbanas são significativamente majoradas, dado à maior representação de usos residenciais pluridomiciliares que unidomiciliares na produção habitacional e de novas tipologias de edifícios comerciais que correspondem à dinamização do comércio e serviços da capital, impondo grande transformação na paisagem urbana, inclusive nos seus marcos visuais principais à exemplo do frontispício da cidade do Salvador.

## 2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O desenvolvimentismo, 1956 a 1985, do *Plano de Metas* do governo JK passa pelo ‘milagre brasileiro’ e segue até a reconquista do regime democrático. A integração nacional e o plano de desenvolvimento da indústria geram grande crescimento econômico e a nação acede ao rol dos países em desenvolvimento. A desigualdade entre regiões e o peso do desenvolvimento industrial desencadeiam migrações inter-regionais e intrarregionais. As cidades brasileiras concentram as indústrias e apresentam um quadro de acelerado crescimento populacional que as transforma radicalmente. As cidades ficam com o ônus de

---

<sup>70</sup> Legibilidade nos termos do conceito, empregado por Kevin Lynch, 1982.

não corresponder em infraestrutura urbana, habitação e demais serviços públicos, produzindo baixa qualidade urbano-ambiental, ocupações precárias nas periferias, forte segregação sócio-espacial, também decorrente da não absorção de grande parte dos migrantes no emprego industrial. Grandes projetos, danos ambientais urbanos e no espaço rural, a natureza como provedora de matérias-primas e modelada sem consciência ecológica e da finitude dos recursos naturais. O Nordeste tende a grande centro de serviços, encontra no turismo uma alternativa econômica regional. Ao cabo do período, o agravamento de desigualdades sociais e regionais, as degradações ambientais extensivas e a agigantada periferia.

Na Bahia e RMS o período inicia com o plano de soerguimento da inércia econômica que perdurou por toda primeira metade do sec. XX: o projeto de industrialização e de integração interregional rodoviária. Criados os distritos industriais (CIA e COPEC), massiva migração, fluxos pendulares centro-periferia e incremento populacional instaura um processo crescente de complexificação da urbanização com importantes efeitos na estrutura socioespacial. Com evidentes relações com o espaço urbano-regional, a Região Metropolitana de Salvador foi instituída. A dinamização da economia reflete-se nas grandes estruturas, comerciais e de serviços. A produção do setor imobiliário, expressiva, capta a demanda dos profissionais que emigraram, de alto poder aquisitivo, para as oportunidades de trabalho na indústria. Conquistas tecnológicas foram consolidadas e propulsionam o crescimento em outro patamar. O turismo tem prioridade no planejamento estadual, fator de incremento da produção de segundas residências e crescimento urbano nas áreas litorâneas.



### **3 DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E GLOBALIZAÇÃO À ESCALA BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E RMS (1986 – 2015):**

#### **CONTEXTO SOCIOECONÔMICO POLÍTICO E AMBIENTAL**

Neste capítulo são agregadas informações para resposta à primeira questão orientativa da pesquisa. Focaliza o período de acumulação flexível e globalização da economia às escalas, Brasil, Região Nordeste, Bahia e RMS. Dado ao maior detalhamento das informações, por tratar-se da temporalidade do objeto da pesquisa, restringe-se aos conteúdos ao item (a) da estrutura do texto, como explicado na abertura desta Segunda Parte, contemplando: os aspectos políticos e econômicos, aspectos sociais e populacionais, aspectos culturais e tecnológicos, aspectos ambientais, ecológicos e espaciais, e aspectos territoriais. No Capítulo seguinte serão abordados os demais itens da estrutura do texto, (b) e (c), fechando a análise do contexto no período de acumulação flexível e globalização da economia.

#### **3.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO POLÍTICO E AMBIENTAL**

O esgotamento do sistema fordista, o fim da bipolarização ideológica, o novo modelo, caracterizado pelo regime de acumulação flexível e integração mundial de mercados, pautam a economia numa escala global significando: interdependência global das relações de produção e de comercialização; ênfase na pesquisa tecnológica com destaque para os campos da agricultura, biocombustíveis, medicina e computação; valorização ambiental - os efeitos passam a ser percebidos como gerais para o planeta; e, as iniciativas de pacto de desarmamento nuclear. Neste período, são fortalecidas as concepções neoliberais de redução do Estado e valoriza-se maior eficiência nas vantagens comparativas.

A expansão do capitalismo retoma o “movimento liberal-internacionalizante”, posição que parece diametral à autoproteção nacional do desenvolvimentismo. Para Queiroz Ribeiro, uma contradição que corresponde

[â] nova rodada de mercantilização da sociedade [...] no qual o Estado deve atender às demandas e constrangimentos colocados pelo movimento liberal-internacionalizante e, simultaneamente, às necessidades pragmáticas de governabilidade e de reprodução política de um novo neoliberalismo que deve ser pensado como diferenciado, heterogêneo e mesmo contraditório, portanto como transição ao invés de uma ruptura histórica (RIBEIRO, 2013, p. 28). (grifo nosso).

Nesse sentido, formula-se um novo pacto entre poder e economia-mundo, decorrente das grandes transformações na era da globalização do capital e do trabalho, do avanço nas tecnologias, do redesenho de instituições.

Importante registrar uma variação sutil nos termos empregados até aqui e que passam a ser substituídos para denotar mudanças essenciais. Até então as dinâmicas urbanas estavam contidas no espaço-cidade e falar de urbanização estava implícita a referência às cidades. Neste período, passa-se a referir às dinâmicas urbanas tanto no interior das cidades quanto no espaço mais abrangente, que as transcende, urbanizações no território perimetropolitano, tecidos urbanos entre espaços regionais vazios, referidos como urbanização, ou adjetivada como urbanização dispersa, quando relativo ao novo processo de produção de tecidos urbanos esparsos.

Utilizou-se o termo economia-mundo para referir às relações à escala internacional e global, antes dos recursos tecnológicos de comunicação e integração de dados em tempo real, e integração em espaços virtuais. Passa-se, então, a referir à economia globalizada ou simplesmente globalização.

Utiliza-se o termo sustentabilidade, mais abrangente, e inclui a dimensão ambiental e demais dimensões arroladas neste conceito (SACHS, 2002). Reforça esta opção: a legislação ambiental brasileira datar dos anos 80; dos movimentos ambientalistas serem intensificados neste período; e, ainda, fundamentalmente, é quando os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são confirmados na CNUMAD Rio-92, e passam a ser largamente utilizados e absorvidos progressivamente na academia (BURSZTYN, 2004), além de outras apropriações pela sociedade.

Na condição de década perdida, anos 80, os reflexos da mudança do modelo de desenvolvimento, observados na organização do território, desloca-se para o início dos anos 90. A mais recente crise econômica mundial, 2008, provoca uma inflexão nos rumos da economia, e marca uma subdivisão na compartimentação do período de acumulação flexível e globalização que mereceu considerações especiais sobre as alterações em decorrência das novas circunstâncias que se firmaram.

## Aspectos políticos e econômicos

### Escala Brasil e Região Nordeste

Com base na leitura de autores diversos (SANTOS; SILVEIRA, 2001; JATOBÁ, 2006; CAVALCANTE, 2008; CAPUTO; MELO, 2009; DE MATTOS, 2010; RIBEIRO 2013 e outros) recompõe-se os eventos e transformações que particularizam este período. A sociedade brasileira conquista a democracia (1985), inaugura novo ciclo comprometido com a redução de desigualdades para o desenvolvimento nacional. Hiperinflação e os altos compromissos da dívida externa, contraída no desenvolvimentismo, segue por uma estratégia de “ajuste estrutural” marcando o início desse ciclo com os Planos de Estabilização. No Nordeste, diante da quebra de expectativa do alcance da estabilidade da moeda, refluíram os investimentos em todos os segmentos da economia.

A grande inflexão do período significou: abertura da economia; processos de privatizações (fusões e aquisições); absorção de novas tecnologias; reestruturação produtiva (*downsizing*, reengenharia, terceirização, outros). Alternativas que levaram ao agravamento do quadro social: redução dos empregos e exigência de maior qualificação. O mercado acede, dita as regras da economia e impõe o modo de vida pautado na homogeneização global onde o local é apenas o contraponto.

Fatores externos desaceleraram a expansão industrial: a crise do petróleo (1989) e a alta internacional dos juros. O *Plano Real*, 1994, imprimiu seus efeitos positivos de estabilização da inflação e abertura econômica, repercutindo em mudanças estruturais: o incremento das articulações com a economia-mundo; as metrópoles e cidades brasileiras passam a ser regidas pelo processo de globalização; e, a reestruturação produtiva passa ser uma condição de sobrevivência para a indústria nacional.

As nações periféricas, dentre estas o Brasil, são alvo da crise de hiperacumulação internacional que encontra solução no deslocamento geográfico das bases industriais e na identificação de oportunidades em mercados promissores. A rivalidade espacial entre corporações se estabelece visando às vantagens comparativas locais, e se distribuem em territórios diferenciados, os tecnopolos – polos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia - . Em sentido inverso, as cidades e regiões capacitam-se, a partir de condições próprias, articulando-se ao sistema de integração competitiva (CIDADE, 1999). Movimento

bidirecional de interesses se estabelece acirrando avaliações e disputas de vantagens comparativas.

A maior inserção e integração do país ao mercado mundial fica limitada ao panorama de tensões internas na virada do século XX / XXI: a transição democrática – a Nova República; o pluripartidarismo; a Constituição de 88; as crises econômicas que favorecem à organização de movimentos sociais.

O ideário neoliberal legitima os mecanismos para a inserção competitiva ao mercado global via desregulamentação da economia: integração mundial dos mercados, moeda e crédito; deslocamento do capital no tempo e no espaço, com acentuada vulnerabilidade e volatilidade do capital; fragilização do poder dos estados-nação com a perda do controle do sistema financeiro. Outros mecanismos são as medidas de flexibilização: extensas jornadas de trabalho, redução dos salários reais, migração para regiões de baixos salários, mudanças organizativas e tecnológicas. Complementa o ideário neoliberal a redução do Estado, menor participação nas atividades econômicas e quebra do monopólio estatal: nas telecomunicações, energia, siderurgia, mineração. Viabiliza-se a entrada e o estabelecimento do capital internacional com o fim da discriminação constitucional das empresas de capital estrangeiro (Neoliberalismo, Portal Pesquisas Temáticas). Na política, onda conservadora dá uma guinada à direita. Em outros campos, pode-se observar: o revigoramento do trabalho informal, doméstico e familiar; as transações empresariais que ampliam as oportunidades de formação de monopólios, de diversificação e de mobilidade de empresas. Os países desenvolvidos passam a ser os maiores importadores, de credores passam a devedores na relação comercial.

Na Região Nordeste, alguma convergência regional existiu entre os estados para captação de recursos junto ao governo federal e agências multilaterais<sup>71</sup>. Entretanto, coexistem as decisões locais que oscilam no leilão de vantagens - de incentivos fiscais à oferta de infraestrutura, capital de giro e outras benesses - bem caracterizado nas disputas pela indústria automobilística (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A partir de 2005, o Brasil retomou o crescimento articulado: às exportações para a China, às políticas de crescimento do emprego e renda, e à expansão do crédito e do mercado interno, com a incorporação ao mercado de bens duráveis de amplas camadas populares, tradicionalmente excluídas. São Paulo sofre relativa perda das oportunidades de produção

---

<sup>71</sup> Exemplifica o *Programa de desenvolvimento do turismo do Nordeste - PRODETUR NE I e II*. O Programa atua especializando territórios para o turismo. Financiou infraestrutura, projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

industrial, mas mantém o crescente papel de maior centro financeiro e de serviços qualificados nacional, com questionado enquadramento como “cidade global”.<sup>72</sup> Na Região Nordeste, apenas Pernambuco recebe grandes investimentos.

A crise mundial de 2008 impacta a economia mais fortemente a partir de 2010 e o cenário político se agrava levando ao *impeachment* do presidente da república em 2015. Diante de crises sucessivas que se aprofundam, das evidências de corrupção sistêmica, a crise de credibilidade se instala com o influxo de investimentos e a economia entra em recessão.

### Escala Bahia e RMS

A Bahia inicia o ciclo sem alinhamento político entre as esferas nacional e estadual, com consequências objetivas sobre os fluxos de recursos, direcionamento de oportunidades, entraves nas relações políticas, e grande desarticulação político-empresarial-institucional que repercute nas cadeias produtivas de muitos setores.

A Tabela 1 apresenta o panorama da atividade produtiva no estado da Bahia ao final do sec. XX e destaca a infraestrutura viária rodoviária e portos. Observa-se que o peso do eixo Metropolitano, se somado às atividades do eixo Grande Recôncavo, cuja produção escoia pelo porto de Salvador, compreende uma concentração da atividade produtiva de 73% e concentração populacional de 38%.

---

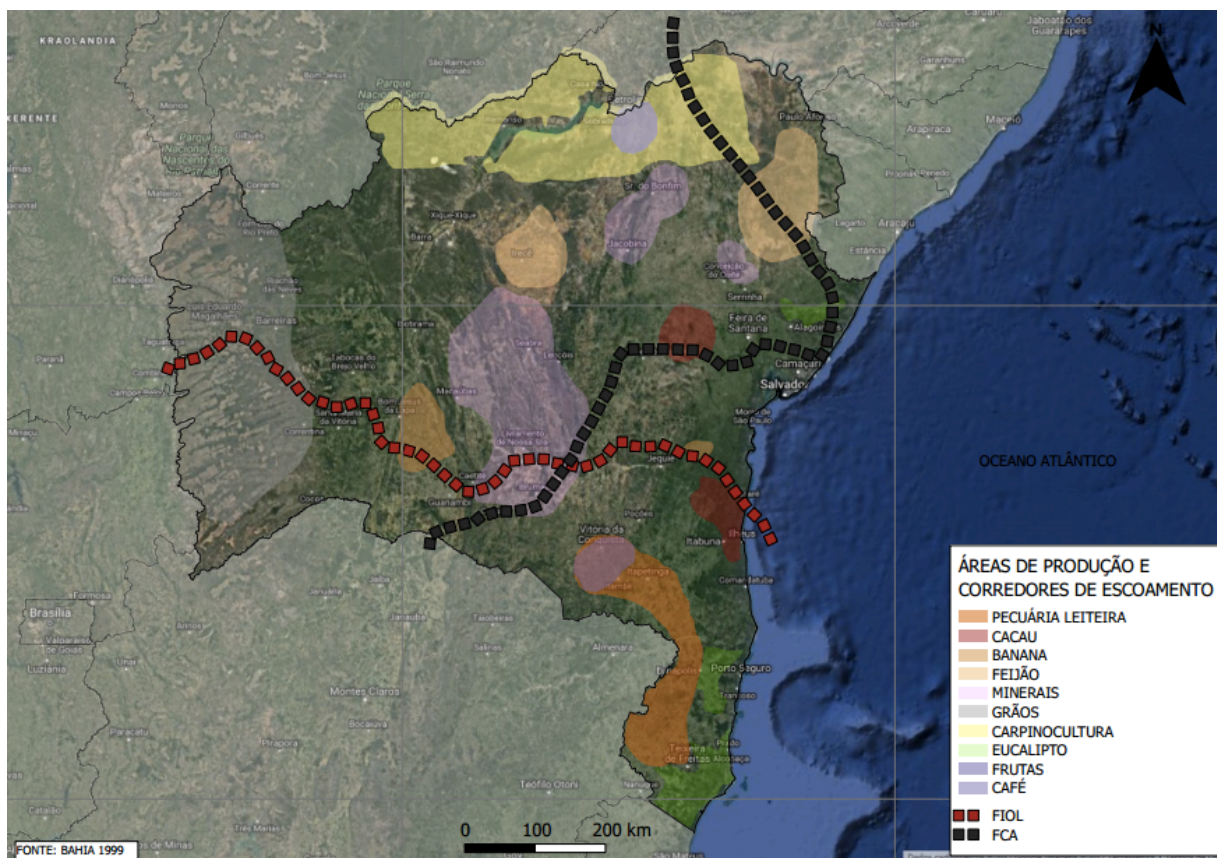
<sup>72</sup> Ver tese de Doutorado: FERREIRA, J. S. W. *São Paulo: O mito da cidade global*. USP, 2003.

**Tabela 1** - Eixos de desenvolvimento, características e corredores de escoamento.

Eixo de desenvolvimento	População (% do Estado)	Renda (% do Estado)	Principais atividades econômicas	Principais corredores de escoamento da produção
São Francisco	12,0%	6,0%	Produção de frutas e grãos, principalmente soja, milho e feijão.	BR-242 e BR-349.
Chapada	13,0%	2,6%	Turismo, cafeicultura e horticultura irrigada (em menor escala a cunicultura, a apicultura, a floricultura, a fruticultura irrigada, agropecuária, extração de ouro e pedras semipreciosas).	BR-242 e BA-052.
Extremo Sul	5,0%	4,0%	Papel e celulose, agropecuária e policultura (mamão, café, coco, abacaxi, melancia e mandioca).	BR-101
Mata Atlântica	9,5%	7,0%	Cacau e pecuária bovina. Outras atividades agrícolas (cravo-da-índia, guaraná etc), turismo, o Pólo de Informática de Ilhéus, indústrias de vestuário, tecidos, calçados e derivados do cacau, além do ecoturismo.	BR-101 e Porto de Malhado (Ilhéus).
Metropolitano	21,5%	63,0%	Indústria química, metalúrgica, siderúrgica, de plásticos, bebidas, fertilizantes. Prevista a implantação de unidade industrial da Ford. Turismo e indústria cultural.	BR-324 e Portos de Aratu e Salvador.
Grande Recôncavo	16,6%	9,8%	Setor agrícola: laranja e fumo; indústrias de calçados e bebidas estão sendo atraídas para alguns de seus municípios.	Entroncamento Rodoviário do Nordeste (BA-052, BR-242, BR-116 e BR-324), além dos Portos de Aratu e Salvador.
Planalto	13,4%	5,0%	Cafeicultura, pecuária, cacau e algodão. Implantação recente da indústria de calçados nos municípios de Itapetinga e Jequié.	BR-116.
Nordeste	9,0%	2,6%	Pecuária bovina e caprina. Produção de grãos (feijão, milho, arroz, amendoim e algodão).	BR-101 e BR-242.

**Fonte:** Bahia, 1999, apud CAVALCANTE, 2008.

Espacializando os dados desta tabela, Figura 13, maior clareza é possível para assimilar, no espaço geográfico do Estado, as relações com as macroconexões logísticas. Fluxos de trocas diversas com Salvador e Região Metropolitana - de suprimento, de mercadorias - transitam pela BR 324 e acessam os portos de Aratu e Salvador.

**Figura 13 - Eixos de desenvolvimento e corredores de escoamento.**

Fonte: SEI/ SEPLAN; LCAD.

## A Indústria

Ante à crise financeira e fiscal e à abertura à concorrência internacional, as medidas de proteção ao setor industrial foram: a redução de custos e a receptividade às concepções pós-fordistas que levariam à reestruturação produtiva do setor. Castells (1996) enuncia esta reorganização como uma transição do industrialismo para informacionalismo, tendo como efeito, fortíssima baixa no número de empregos e elevação significativa da produção<sup>73</sup>. A revisão organizacional e informacional contaminou todos os segmentos empresariais.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos acirra a competição fiscal entre as unidades da federação, exposta na mídia, exemplificada nas disputas da indústria automotiva. O principal argumento, na Bahia, para captura de investimentos, estava na necessidade de diversificação da matriz industrial com a produção de bens finais e na interiorização do desenvolvimento com a desconcentração espacial da atividade econômica no estado<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> O COPEC, de 24 mil, em 1980, cai para menos de 10 mil empregados, em 1990 (SEI, 2011).

<sup>74</sup> Os movimentos observados entre 1950 e 1980 teriam convertido a Bahia em um estado produtor de bens intermediários,

A concentração da industrialização na RMS encadeou mais concentração, de outros segmentos da atividade econômica, e o planejamento é instado a incorporar e valorizar na metodologia a dimensão espacial, a rede de cidades, e a composição setorial, esta, uma defesa de Porto e Uderman (PORTO; UDERMAN, 2002).

O principal diferencial que o estado ofereceu para atração de investimentos na década foi o *Programa de Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA*, 1991, financiando até 75% do ICMS, enquadrado na estratégia de incentivo à produção de bens finais com potencial de integração a montante com a indústria de bens intermediários já instalada no estado. Foi utilizado nos *Programas de Incentivo à Transformação Plástica - BAHIAPLAST*, no *Programa Estadual de Desenvolvimento da Mineração, da Metalurgia e da Transformação do Cobre - PROCOBRE*, nas indústrias de calçados, no Polo de Informática de Ilhéus e, principalmente, no Complexo Industrial Ford Nordeste (CIFN) (CAVALCANTE, 2008).

A despeito da necessidade de diversificação da composição do setor industrial, a participação dos setores petroquímico e metalúrgico, juntos, representou mais de 70% da produção industrial, em 1999. A Monsanto, outro gigante da área petroquímica se implantou no polo. O desafio é grande quando a disparidade do investimento na petroquímica é quatro vezes superior, por exemplo, ao promissor setor automotivo. De todo modo, registra-se a vinda de indústrias de componentes para produção de energia eólica e de equipamentos eletroeletrônicos, investimentos de bem menor monta. (BAHIA NEGÓCIOS, 2008 a 2013).

Outros setores presentes na composição da indústria na Bahia são: o setor de papel e papelão, pela presença do DFLN, cuja unidade de produção de celulose não foi possível instalar na RMS; o setor têxtil, cujos efeitos da abertura comercial e da exposição à concorrência internacional reduziram a 10% da representação no valor agregado bruto; o setor de calçados, com apoio de benefícios e infraestrutura, atraiu mais de quarenta empresas, localizadas no interior, que, dispersas no território, não foram capazes de dinamizar o desenvolvimento nas regiões onde se instalaram. A desindustrialização, entretanto, mostra-se apenas como relativa, a ocupação industrial cresce, mas avança menos que nos serviços (CARVALHO *et al.*, 2011).

O exposto reforça a crítica de Spínola quando afirma que a estratégia de localização industrial do estado foi a de fomentar a industrialização, atraindo qualquer unidade industrial, sem requisito, seja de linha de produção, de tecnologia, de capital ou de mão-de-obra



empregada. Resulta que o Polo perdeu sua característica de complexo, agora um centro industrial que reúne três complexos: o petroquímico, o metalúrgico do cobre e o automobilístico. (SPINOLA, 2001).

Continuando, Spínola ressalta o cuidado a ser conferido a generalizações sobre a crise do fordismo, neste novo período. Considera que nem todas as empresas, mesmo as internacionais que deslocaram suas plantas para os países periféricos, necessariamente, passaram pela reprogramação em termos de revisão dos processos de produção e organizacionais (SPINOLA, 2001).

## O Setor de Serviços

Os serviços avançados<sup>75</sup> requeridos pela reestruturação produtiva e a quebra da verticalidade da produção industrial implicaram na articulação de múltiplas empresas fornecedoras, integrantes do fluxo de produção, no sentido de maior especialização e provimento de material *just in time*. Diferencial de competitividade de alto valor agregado de informação, conhecimento e tecnologia de ponta, processo de sofisticação operacional e organizacional com racionalização de custos, redução de estoques e distribuição da produção com forte apoio de serviços terceirizados.

Os serviços de apoio à inserção global caracterizam outro nicho em incorporação na RMS. Caracterizados largamente por Sassen (1991), por De Mattos (2008), crescem em função da necessária padronização de diversas plataformas: financeira e bancária; de comunicação; de serviços técnico-profissionais; de consultorias; de serviços de gestão de coordenação e controle de processos e negócios; de serviços relacionados à comercialização e distribuição de produtos; de formação educacional (SASSEN, 1991, 1998, 2013; DE MATTOS, 2008, 2010). Na condição de metrópole periférica, este nicho tem vulto, funções e escalas completamente distintas das cidades globais. A terceirização foi a forma de flexibilização prevalecente nos novos arranjos e reestruturações organizacionais, com grande diversidade de formatos e escalas. Novos formatos organizacionais, os requerimentos da

---

<sup>75</sup> Serviços avançados são aqueles intensivos em conhecimento e informação, no conjunto de serviços prestados às empresas, nos serviços distributivos e nos sociais e pessoais: nas atividades de informática, consultoria, desenvolvimento de programas, processamento de dados, bancos de dados, manutenção e reparos de máquinas de informática; telecomunicações; serviços de contabilidade, consultoria jurídica, auditoria, pesquisas, gestão de participação acionária, assessoria empresariais, serviços de arquitetura e engenharia, ensaios, publicidade; atividades financeiras; serviços de distribuição associado a logística transporte, armazenagem, distribuição), muito valorizados no processo de flexibilização produtiva pela possibilidade de racionalização da produção com fornecimentos sincronizados com os fluxos de produção (SEI, 2012).

indústria, modificações de hábitos de consumo, requisitos das classes alta e média rendas, reforçam a modernização e inovação no terciário, inflam os serviços, com grande grifo tecnológico.

A segmentação do mercado de trabalho e a acentuação das polaridades das categorias superiores e inferiores na hierarquia social, com concentração de renda e estrangulamento da classe média, reforçam a concepção de Santos dos Dois Circuitos (SANTOS, 1979), e refletem na espacialidade, gerando correspondente dualidade da estrutura urbana. (CARVALHO; PEREIRA, 2014).

Embora a dimensão que o setor de serviços vem ganhando, ainda não se tem clareza sobre sua quantificação e categorização. Um primeiro ensaio de classificação são os Serviços Intensivos em Conhecimento – SIC, de duas categorias: os tecnológicos (T-Kibs), e os profissionais (P-Kibs). (CAVALCANTE, 2008).

Quanto à centralidade dos fluxos regionais, a predominante convergência para a capital deve ser apreciada cautelosamente. Os dados demográficos, as informações sobre mobilidade, nova participação dos municípios na economia regional e investimentos havidos neste período na RMS – principalmente na indústria e turismo -, vêm formando outras bases urbanas de serviços básicos que repercutem no direcionamento dos fluxos regionais para Salvador. O termo centralidade não significa que toda a área continental do município de Salvador contenha serviços que atraiam os tais fluxos regionais. A análise dos fluxos e das centralidades existentes, em transformação e novas, será objeto de abordagem sobre mobilidade na RMS, no Capítulo 6 desta Segunda Parte.

## Turismo

Como uma das atividades econômicas prioritárias, toda a estrutura de governo foi envolvida na implementação da política de desenvolvimento do turismo, consolidada no Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Bahia, PRODETUR-BA. A estratégia redesenha a geografia turística do estado, novas zonas turísticas privilegiadas para o ecoturismo são priorizadas, dentre estas, a zona da Costa dos Coqueiros, que abrange os municípios litorâneos a norte de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João integrantes da RMS.

Os investimentos contemplam<sup>76</sup>: duplicação da estrada do Coco e concessão para gestão privada; a construção da Linha Verde; obras de infraestrutura, viárias, urbanização, saneamento; investimentos em bens culturais - reforma de teatros, reconstrução do Centro Histórico de Salvador; e, capacitação profissional e empresarial. Outros investimentos definidos por critérios turísticos, mas de efeito maior que exclusivamente para este setor, foram: a requalificação e modernização do aeroporto LEM, execução de grande programa de esgotamento sanitário, Baía Azul, acoplado ao programa de despoluição da BTS, visando à recuperação da condição de balneabilidade das praias; e, investimentos no patrimônio cultural e do centro Histórico de Salvador (ESTRATÉGIA Turística da Bahia, 2003-2012).

No setor turismo é exemplar da reação internacional à crise de hiperacumulação e a busca de oportunidades de reprodução do capital internacional. Uma estreita parceria se estabelece entre Estado e corporações internacionais atingindo o objetivo de ambos: inserção da economia do turismo no circuito global e o aporte do capital internacional aquisição de extensas áreas litorâneas e implantação de empreendimentos. Além do diferencial do patrimônio ambiental e cultural são ingredientes facilitadores: os baixos custos de construção, relativamente ao mercado internacional, incentivos fiscais e governamentais em energia elétrica e ICMS, completando o rol de vantagens comparativas para atração de investidores.

A atividade turística é exigente em qualificação urbana, - serviços, infraestrutura e equipamentos -, modernização dos sistemas de comunicação e transportes – oferta e qualidade, sendo o programa de capacitação de fornecedores, empresários e prestadores de serviços, central para este setor, em especial, os serviços de receptivos.

Da cadeia de serviços atrelados ao turismo, a inserção metropolitana na economia global reflete-se: na intensificação do turismo receptivo relacionado ao turismo de cruzeiros, quase quadruplicado o número de turistas com ingresso pelo porto de Salvador (CODEBA, 2010 apud SEI, 2011); no incremento do fluxo aéreo internacional com o aumento de aeronaves internacionais até 2008, em decréscimo desde 2009, provável reflexo da crise internacional de 2008.

---

<sup>76</sup> Nem todos os investimentos relacionados foram financiados pelo PRODETUR-NE.

## Comércio Internacional

Nos primeiros anos do sec. XXI até a crise mundial de 2008 registra-se majoração do percentual do comércio exterior, acima da média do crescimento nacional<sup>77</sup>. No geral, o aumento é atribuído à reestruturação produtiva do parque industrial, ao avanço do agronegócio, e aos novos investimentos industriais (automotivo), e do próprio crescimento da economia nacional e baiana, cuja dimensão da participação da RMS é expressa na representatividade dos municípios metropolitanos que mais exportavam no Brasil, em 2008: Camaçari, São Francisco do Conde e Dias D'Ávila. Depois da crise de 2008, registra-se decréscimo na corrente de comércio, justificada também pela insuficiência portuária, visto ser o modal marítimo o mais expressivo para o comércio internacional (CARVALHO et al., 2011). O dinamismo agregado ao comércio internacional impacta fortemente a metrópole, exigente em: qualificação profissional com geração de empregos especializados; estímulo ao setor de serviços com destaque para as atividades de logística que impactam a infraestrutura urbana; o fluxo de veículos pesados que repercute na mobilidade urbana; a ampliação da retro área e conexão direta ao porto, que justifica a realização da via expressa exclusiva, atravessando Salvador.

## Setor imobiliário

O *boom* imobiliário, 2005, simultâneo em outras metrópoles brasileiras, encontra pertinência nos argumentos gerais: a retomada do crescimento da economia brasileira; a ampliação da renda e do emprego; a redução das taxas de juros e das facilidades de financiamento; parcerias dos agentes locais com grandes empresas do mercado internacional, nacional do eixo Sul-Sudeste, e também da Região Nordeste.

## Agronegócio

O setor do agronegócio tem baixa representatividade econômica na RMS. De fato esta região, dentre as demais regiões metropolitanas do Nordeste, é a que apresenta menor quociente de localização de atividades agrícolas (CARVALHO, I. et al., 2001). Entretanto, tem a peculiaridade de escoar grande parte da produção pelo porto de Salvador, e, para complementar a caracterização da inserção do estado na economia globalizada, registre-se que não é pouco expressivo o crescimento acumulado do agronegócio no Estado, 112,5% no intervalo de 2003-2009 (SEI, 2011) com destaque para os polos: de fruticultura em Juazeiro;

---

<sup>77</sup> O desempenho da corrente de comércio internacional teve o seguinte comportamento: em 1996, quando da abertura da economia brasileira (10,25%); em 2003 (14,73%); e 2006 (15,27%); e, decréscimo em 2008 (13,32%), creditado à crise internacional. (CARVALHO et al., 2011).

papel e celulose, em Eunápolis e Teixeira de Freitas; soja e algodão, no cerrado, no Oeste do Estado.

Em síntese, a economia baiana apresenta alto grau de concentração econômica, setorial e espacial, claramente na RMS, que participa com aproximadamente 43% do PIB do Estado, sendo que Salvador responde por aproximadamente 55% do PIB metropolitano, 2012<sup>78</sup>.

O desenvolvimento econômico nesse período, especialmente entre 1991 e 2010, recorte temporal da pesquisa, justificou o aprofundamento do conhecimento sobre os principais setores representados na RMS: a indústria, o turismo e o mercado imobiliário. Visando identificar maior correlação espacial entre as áreas urbanizadas acrescidas na região com o desenvolvimento destes setores econômicos, análise mais aprofundada mereceu um capítulo específico, o Capítulo 3, Terceira Parte.

## Aspectos sociais e populacionais

### Escala Brasil e Região Nordeste

No Brasil, anos de 1990, a regressão no fluxo migratório rural-urbano implica no fortalecimento dos movimentos sociais que visam à retenção de maior contingente nas áreas rurais. A afluência de população é direcionada para empreendimentos de caráter pontual. As pressões de migração rural-urbana, a partir de 2003, com as políticas de distribuição de renda, Bolsa Família, são aliviadas, mas, fortalecem a disputa pela terra rural por meio de movimentos sindicais. O fenômeno que passa a ser observado nas áreas urbanas é a migração interna nas cidades no sentido centro - periferia, com precarização das moradias e rotinas mais independentes das sedes regionais.

O país está dividido: direita/esquerda, liberais/desenvolvimentistas e mergulhou em uma crise política de legitimidade com os graves ingredientes: corrupção sistêmica, operação Lava Jato; e, o medo que perpassa os partidos políticos. Reformas importantes como a tributária que elimine a guerra fiscal entre os Estados e que torne mais progressivos os impostos são urgentes no país.

Segundo Bresser-Pereira a sociedade brasileira é vítima da alta preferência pelo consumo imediato, pela perda da ideia de nação e está emperrada na solução da prioridade

---

<sup>78</sup> PIB do Estado da Bahia 167.727,38 milhões; PIB da RMS 72.929,82 milhões; PIB de Salvador 39.866,17 milhões, 2012 (IBGE; EMBRAPA; PNUD; SEI apud SEDUR, 2015).

nacional, a diminuição das desigualdades. Nos mais importantes centros urbanos nacionais a mescla social – reduzida classe de alta renda, classe média alargada e as classes de baixa renda -, convive, mas, mantém crescentes mecanismos de segregação espacial, com fragmentação urbana e em tecidos contínuos (BRESSER-PEREIRA, 2016).

No Nordeste, a baixa atividade relativa da econômica regional, configura um quadro social de populações tradicionais que mantém atividades extrativistas de baixo impacto e DE reduzida dinâmica. A aproximação do capital internacional que constituiria em oportunidade se tornou ameaça para estas populações, principalmente no litoral, vulneráveis às pressões econômicas e sem perspectivas de inserção na nova dinâmica que se implanta sobre o território.

## Escala Bahia e RMS

A dinâmica da economia regional mantém o processo de migrações, com esvaziamento progressivo do campo, agora predominantemente internas, de ritmo menor, e transbordam do território de Salvador para outros municípios, visto que, na capital, as áreas urbanizadas já atingiram 100% do território municipal desde o Censo de 1991<sup>79</sup> (IBGE, 1991). A população na região metropolitana nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010 evoluiu conforme demonstra Tabela 2.

---

<sup>79</sup> Observe-se que isto não traduz os vazios especulativos existentes no interior do espaço do município.

**Tabela 2** - Evolução da população total, urbana e rural, Bahia, RMS e municípios metropolitanos – 1991/2000 e 2000/2010.

Bahia/Região Metropolitana/Municípios	População Residente									Grau de Urbanização %		
	1991			2000			2010			1991	2000	2010
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural			
BAHIA	11.867.344	70.515.955	4.851.389	13.085.769	8.769.524	4.316.245	14.016.906	10.103.022	3.913.884	59,1	67,0	72,1
RMS	2.586.366	2.489.799	76.567	3.120.303	3.030.492	89.811	3.573.973	3.506.152	67.801	96,27	97,12	98,10
Salvador	2.075.273	2.073.510	1.763	2.443.107	2.422.102	1.005	2.675.656	2.674.923	733	100	100	100
Camaçari	113.639	108.232	5.407	161.727	154.402	7.325	242.970	231.973	10.997	95,2	95,5	95,5
Candeias	67.941	61.438	6.503	76.783	69.127	7.656	83.158	75.994	7.164	90,4	90,0	91,4
Dias D'Ávila	31.260	29.478	1.782	45.333	42.673	2.660	66.440	62.473	3.967	94,3	94,1	94,0
Itaparica	15.055	15.055	0	18.945	18.945	0	20.725	20.725	0	100,0	100,0	100,0
Lauro de Freitas	69.270	44.374	4.896	113.543	108.595	4.948	163.449	163.449	0	64,1	95,6	100,0
Madre de Deus	9.183	8.792	391	12.036	11.599	437	17.376	16.854	522	95,7	96,4	97,0
Mata de São João	30.535	24.143	6.392	32.568	24.969	7.599	40.183	29.825	10.358	79,1	76,7	74,2
Pojuca	22.485	18.510	3.975	26.203	21.884	4.319	33.066	28.378	4.668	82,3	83,5	85,8
Sao Francisco do Conde	20.238	15.734	4.504	26.282	21.870	4.412	33.183	27.391	5.792	77,7	83,2	82,5
São Sebastião do Passé	36.825	25.806	11.019	39.960	29.549	10.411	42.153	33.112	9.041	70,1	73,9	78,6
Simões Filho	72.526	44.419	28.107	94.066	76.905	17.161	118.047	105.811	12.236	61,2	81,8	89,6
Vera Cruz	22.136	20.308	1.828	29.750	27.872	1.878	37.567	35.244	2.323	91,7	93,7	93,8

Fonte: Baseado em IBGE, *Censos demográficos* (1991, 2000, 2010, apud SEI).

O grau de urbanização do estado da Bahia cresce, em média, 10% por década, enquanto Salvador, desde a década de 1991, apresenta 100% de grau de urbanização. Interpretando, temos que o crescimento populacional havido nestas décadas significa incremento da densidade de 23%, ou seja, incremento de 601.413 mil pessoas (diferença entre a população em 2010 e 1991) elevando a densidade de 6.624 hab/km<sup>2</sup> (66,24 hab/ha) (1991) para 8.546,32 hab/km<sup>2</sup> (85,46 hab/ha) (2010), incremento de 1.921 hab/km<sup>2</sup> (19,21 hab/ha) nestas duas décadas<sup>80</sup>.

As migrações no interior da RMS, segundo apontam as diferentes hipóteses que tentam explicar a ocorrência da urbanização dispersa, podem estar relacionadas a fatores diversos: motivações pessoais ou competitivas; enfraquecimento da determinação locacional em função exclusivamente do critério de proximidade de apoio urbano devido à possibilidade de integração via tecnologias digitais; maior acessibilidade relativa com a ampliação da infraestrutura viária e acesso a variados meios de transportes; mudanças culturais, com a disseminação dos movimentos ambientalistas difundindo o ideário de vida com melhor qualidade e mais próximo da natureza, iniciado nos anos 80, mas que perdura neste início de sec. XXI. Entretanto, a sondagem feita nas entrevistas com residentes nas áreas urbanizadas acrescidas sinalizam fortemente a motivação de reaproximação com a família, com acentuada referência à importância dos avós<sup>81</sup>.

Observando o crescimento populacional dos demais municípios da RMS, registra-se que dos treze municípios, apenas quatro tem grau de urbanização abaixo de 90% (Simões Filho, por aproximação) e estes quatro com taxas acima de 73%, que significa uma forte concentração nas áreas urbanas desses municípios, podendo-se inferir baixíssima atividade rural, ou inexistente, e que, a população, crescente, tem se engajado em serviços na indústria, na base urbana de comércio e serviços ou no turismo, e deve também refletir o alto índice de desemprego. Os municípios de Salvador, Itaparica e Lauro de Freitas já alcançaram a taxa de 100% de área urbanizada, segundo critérios do IBGE, os dois primeiros desde a década de 1991.

No Gráfico 4, percebe-se, no comparativo dos números da população do estado da Bahia, da RMS e de Salvador, o aumento da proporção da participação da RMS, incluído Salvador.

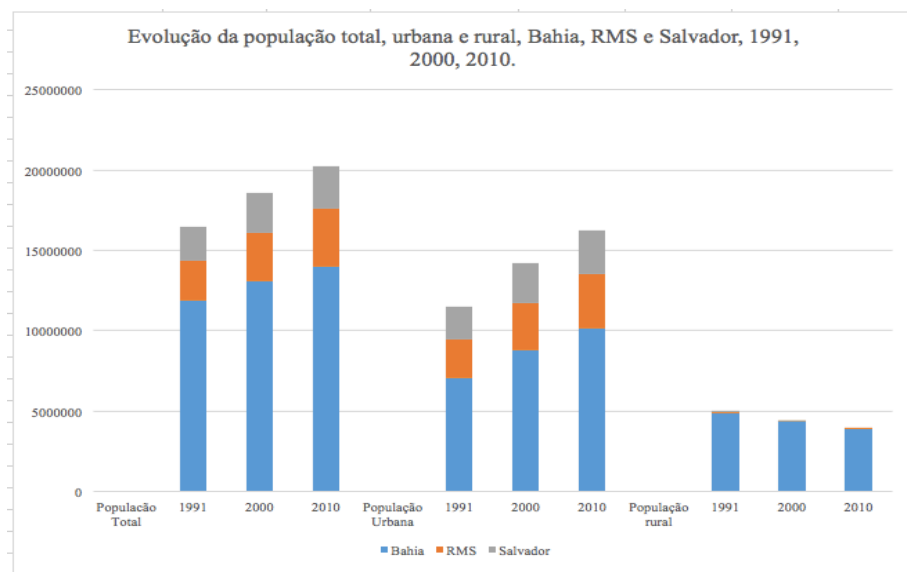
---

<sup>80</sup> Área de Salvador considerada de 313 km<sup>2</sup>.

<sup>81</sup> A sondagem realizada sugere uma pesquisa específica sobre motivações da ocupação dispersa na RMS.



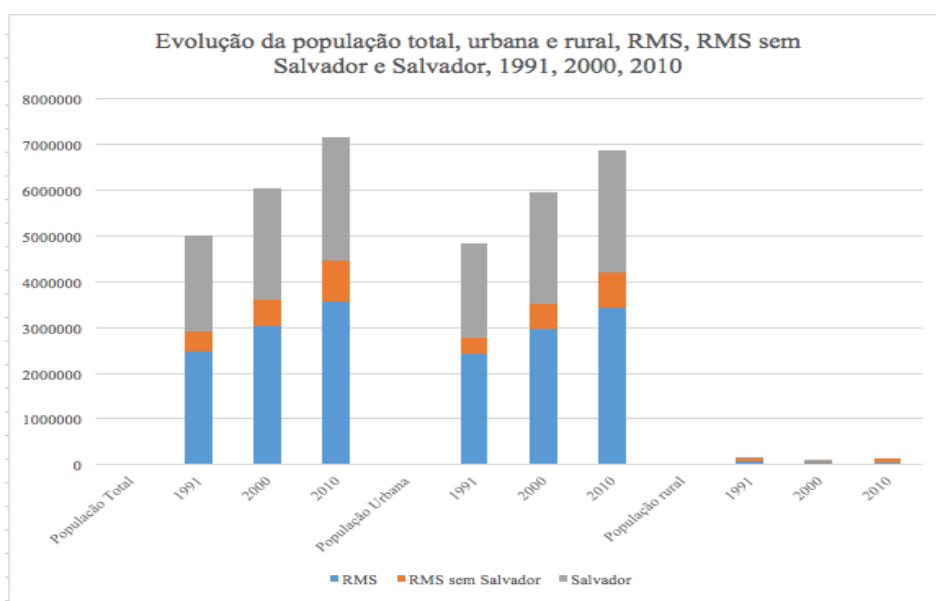
**Gráfico 4** - Evolução da população total, urbana e rural, Bahia, RMS e Salvador, 1991, 2000, 2010.



**Fonte:** Baseado em IBGE. *Censos demográficos* (1991, 2000, 2010, apud SEI).

No Gráfico 5, são comparados os números da população da RMS, da RMS sem Salvador e Salvador separadamente, evidenciando que o crescimento da participação da população da RMS no estado reflete, principalmente, o aumento da concentração populacional no conjunto dos municípios da RMS, tendo Salvador mantido o mesmo patamar a partir dos anos 2000.

**Gráfico 5** - Evolução da população total, urbana e rural, Salvador, RMS, e RMS sem Salvador, 1991, 2000, 2010.



**Fonte:** Baseado em IBGE. *Censos demográficos* (1991, 2000, 2010, apud SEI).

A análise da naturalidade dos residentes nos municípios mostra com clareza a migração interna. Na Tabela 3: Evolução da relação população Não Natural sobre a População Residente, na RMS, registra-se que a população Não Natural corresponde, em média, a 34% da população dos municípios. Quando se exclui Salvador, para o conjunto dos municípios metropolitanos, o percentual de população Não Natural, na última década, passa a 52,12%. Significa que mais da metade da população dos municípios da RMS, em média, é natural de outro município, enquanto Salvador apresenta decréscimo da população Não Natural de 4%. Os municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Simões Filho, todos, têm população Não Natural superior a 50%, todos com curva ascendente nas últimas décadas.

**Tabela 3** - Evolução da população Não Natural e população residente, Bahia, RMS e municípios, 1991, 2000, 2010.

Bahia/Região Metropolitana/Municípios	População Residente (%)		
	População NÃO Natural 1991	População NÃO Natural 2000	População NÃO Natural 2010
BAHIA			28,78
RMS	33,42	42,11	33,84
RMS sem Salvador	42,54	44,18	52,12
Salvador	31,17	31,17	27,70
Camaçari	53,76	50,15	58,08
Candeias	29,38	32,17	36,95
Dias D'Ávila	63,35	62,59	70,24
Itaparica	27,84	31,03	37,44
Lauro de Freitas	60,13	61,73	65,22
Madre de Deus	30,61	28,93	51,16
Mata de São João	25,22	24,86	38,94
Pojuca	30,51	25,20	28,99
Sao Francisco do Conde	18,11	23,45	32,79
São Sebastião do Passé	16,71	20,24	23,99
Simões Filho	52,20	48,93	53,88
Vera Cruz	25,62	35,53	44,32

Fonte: Baseado em IBGE. *Censos demográficos* (1991, 2000, 2010, apud SEI).

Diante da integração de mercados mundial, indaga-se sobre a participação dos estrangeiros na dinâmica populacional na RMS. A partir das duas últimas décadas do sec. XX, diversos fatores favorecem: a integração dos mercados mundiais; o significativo fluxo do investimento estrangeiro direto incorporado ao projeto industrial (ainda que pequena diversificação do setor) e ao setor turismo na orla norte da Região Metropolitana, portanto,

previsível que a condução dos negócios, representações empresariais tenham que se integrar à localidade residindo na região. Na composição da população, como consta na Tabela 4, pode-se observar que os números absolutos não parecem expressivos, mas a evolução destes mostra crescimento, no Estado, de população estrangeira de 37%, entre 1991/2010, deste percentual, 61% concentra-se na RMS. A situação demonstrada na RMS caracteriza perda de 16% da população estrangeira que Salvador detinha em 1991 e crescimento de 919 % da população estrangeira, considerando o conjunto dos municípios da RMS. Crescimento em Lauro de Freitas, 900%, Camaçari, 500%, Simões Filho, assim como Salvador, decresce o percentual de população estrangeira, mantendo-se em 50%.

**Tabela 4** - População residentes por nacionalidade, Bahia, RMS e municípios, 1991, 2000, 2010.

Bahia/Região Metropolitana/Municípios	População Residente de origem estrangeira, 1991		População Residente de origem estrangeira, 2000		População Residente de origem estrangeira, 2010	
	Por naturalização	Estrangeira	Por naturalização	Estrangeira	Por naturalização	Estrangeira
BAHIA	2.064	7.345	2.064	8.246	3.173	10.045
RMS	1.376	5.392	1.405	5.546	1.779	6.094
RMS sem Salvador	67	188	163	712	335	1.728
Salvador	1309	5.204	1.242	4.834	1.444	4.366
Camaçari	0	70	81	112	111	370
Candeias	0	0	10	0	0	0
Dias D'Ávila	0	0	8	68	22	59
Itaparica	0	0	0	22	0	40
Lauro de Freitas	67	118	54	293	174	939
Madre de Deus	0	0	0	0	0	0
Mata de São João	0	0	0	65	0	166
Pojuca	0	0	0	0	0	0
Sao Francisco do Conde	0	0	0	9	0	0
São Sebastião do Passé	0	0	0	0	13	0
Simões Filho	0	0	10	101	0	52
Vera Cruz	0	0	0	42	15	102

**Fonte:** Baseado em IBGE, *Censos demográficos* (1991, 2000, 2010, apud SEI).

Fora das sedes municipais, a população migrante tende a se envolver com as tradicionais atividades de subsistência, agropecuárias e extrativismo, que coexistem com as novas atividades relacionadas ao turismo, comércio e serviços e a indústria. Sobre a absorção da mão-de-obra da população local, pode-se ponderar que, para os nativos, que buscam atividades ligadas ao turismo, a sazonalidade e o fraco aproveitamento da mão-de-obra nos grandes empreendimentos justificam a permanência nas atividades da pequena produção familiar: da pesca, da mariscagem e das atividades artesanais, como uma complementação necessária. A indústria, ainda mais exigente na qualificação da mão de obra, reforça a realidade da coexistência de múltiplas atividades, modernas e tradicionais no território metropolitano. O sistema econômico é excludente e não há concepções de programas ou

projetos que lancem novas perspectivas de transformação do quadro socioeconômico, com maior sustentabilidade, e que integre melhor e maior contingente da população ao ambiente capitalista de produção.

Na metrópole periférica, as atividades diferenciadas que rivalizam com os serviços mais qualificados internacionais, de padrão global, como consultorias, não chegam a conformar uma camada distinta em hábitos e demanda de serviços. Não têm o vigor e o porte para refletir numa nova economia que fosse dinamizadora de atividades diferenciadas e que implicasse em reversão das altas taxas de desemprego e da não empregabilidade estrutural. Uma constatação também da SEI:

[...]. Se, por um lado, o desenvolvimento da competitividade das áreas metropolitanas é percebido como uma alavanca para a integração dos países na economia mundial, por outro, estes territórios concentram problemas ambientais e sociais que se expressam através de altas taxas de desemprego, déficit habitacional, trânsito e mobilidade, pressão sobre os recursos naturais, diversos serviços públicos, entre outros (SEI, 2011, p. 18).

A impossibilidade de acesso à educação e saúde de qualidade, como condições mínimas, retira expressivo contingente da população em idade ativa que encontra meio de renda em atividades informais, pequenos negócios. Neste quadro, a globalização intensifica o *apartheid* social, com a particularidade de na Bahia compor com a questão racial, e coloca em posição cada vez mais extremadas as diferenças, resultando em segregação social e segregação espacial, de tal modo expressiva, que conforma territórios da exclusão.

Num cenário global, a idealização da cidadania global, a modificação do significado de identidade, no sentido de uma cidadania transnacional, só será cogitável para o seletivo extrato que já está aculturado às linguagens, aos códigos sociais e detém informação e meios que os facultam o ingresso numa “casta” supranacional. Na contraposição, emerge a condição do dessemelhante, aos quais não importa a exclusão ou a fome. Relembrando Buarque, a globalização e a modificação do significado da representação e da identidade na perspectiva da cidadania transnacional, só será viabilizada quando o circuito global abarcar tanto as oportunidades da acumulação capitalista quanto uma divisão internacional do trabalho equilibrada - ônus e bônus -, quando tanto as mazelas globais - a fome, a destruição, todos os desequilíbrios internacionais e os danos da volatilidade do capital internacional especulativo -, quanto o patrimônio ambiental e cultural forem igualmente compartilhados (BUARQUE, 2007).

Nas escalas supranacionais, supra estaduais e supra municipais, as dificuldades de visão compartilhada e de comprometimento de responsabilidades e benefícios levaram à adoção da unidade de planejamento como territórios de identidade, mas a prática do pertencimento será uma conquista a ser alcançada. A cidadania local e regional carece das oportunidades de equalizar o mesmo *apartheid* encontrado em escala mundial.

## Aspectos culturais e tecnológicos

### Escala Brasil e Região Nordeste

Relembrando Harvey, amplas mudanças culturais e sociais, ditas pós-modernas são absorvidas e configura-se um sistema de valores e conceitos que têm a dimensão de uma nova ordem, calcada na flexibilização dos processos e apoiada na inovação comercial, tecnológica e organizacional que se reflete: na valorização do empreendedorismo e do individualismo, na competição entre trabalhadores e na redução do sindicalismo e do coletivismo. O modelo capitalista internacional se impõe ao setor público e invade outras áreas: a mídia, o ensino, a vida religiosa, a profissionalização, as relações de trabalho e cria as condições para intensificação de outras atividades, como é o caso do turismo. A flexibilização acentua a qualidade do novo, do efêmero, a diversificação e o ecletismo. A insegurança econômica acende valores estáveis, da autoridade, da família, da religião, do Estado. O processo inflacionário leva à ampliação da pobreza. Verifica-se extraordinário aumento de produtividade, e o aumento dos índices de desemprego, devido ao estágio tecnológico poupador de mão de obra (HARVEY, 1989).

Na primeira década desse período, a disseminação dos aparelhos de telefonia móvel, o emprego extensivo dos computadores pessoais, a utilização da internet, impensáveis aplicativos, transformam as práticas, a socialidade, e todos os serviços introduzem as tecnologias digitais, diversificam-se as modalidades de prestação de serviços e, a virtualidade das relações se amplia. Entre 2000 e 2010, é exponencial a expansão dos meios e tecnologias digitais: 1999, a difusão das redes sociais, *MSG*; 2004-2014, *Orkut*; 2004, *Facebook*; 2005, a plataforma *Google Earth*; 2007, o *smartphone*, ápice com o *iPhone*; 2009, o compartilhamento de dados, cartografia e imagens são disponibilizados por meio da rede REMESSA; jun./2013, a maior demonstração do potencial de mobilização das redes sociais digitais, a maior manifestação de organização nacional; a expansão da rede REMESSA, em

Salvador, e de provedores privados; a difusão da telefonia móvel; a cobertura 4G; e, a rede *wifi* cada vez mais amplificada (PEREIRA; SANTOS PEREIRA, 2016).

A tensão cultural, ante a globalização, se coloca no binômio homogeneização e heterogeneização. Neste embate do acultramento e resistência à globalização está a possibilidade de compreender a nova economia cultural e a nova política cultural de representação e identidade: a dinâmica entre desterritorialização e de reterritorialização. A tensão não se resume a esta dualidade: novos modos de interação e troca; elementos híbridos; a questão da identidade e a integração a diferentes “tribos” nas redes de socialidade virtual; as escalas que se entrelaçam, o global e o local; a televisão captada por satélite leva informações com muito maior qualidade e transforma o campo, não mais à margem das atualidades – jogos, shows, conhecimento, moda, culinária, etc. -, principal vetor do processo de aculturação das populações residentes nestes ambientes.

A globalização como um termo sucessor para o pós-modernismo evidencia a complexidade do ambiente cultural de uma pós-modernidade que começa a se permitir definir. A relação de poder do que é centro e do que é periferia cria fluxo contínuo de assimilação e subversão de códigos e linguagens numa modelagem cultural que indica uma área nebulosa de desestabilização da relação hierárquica.

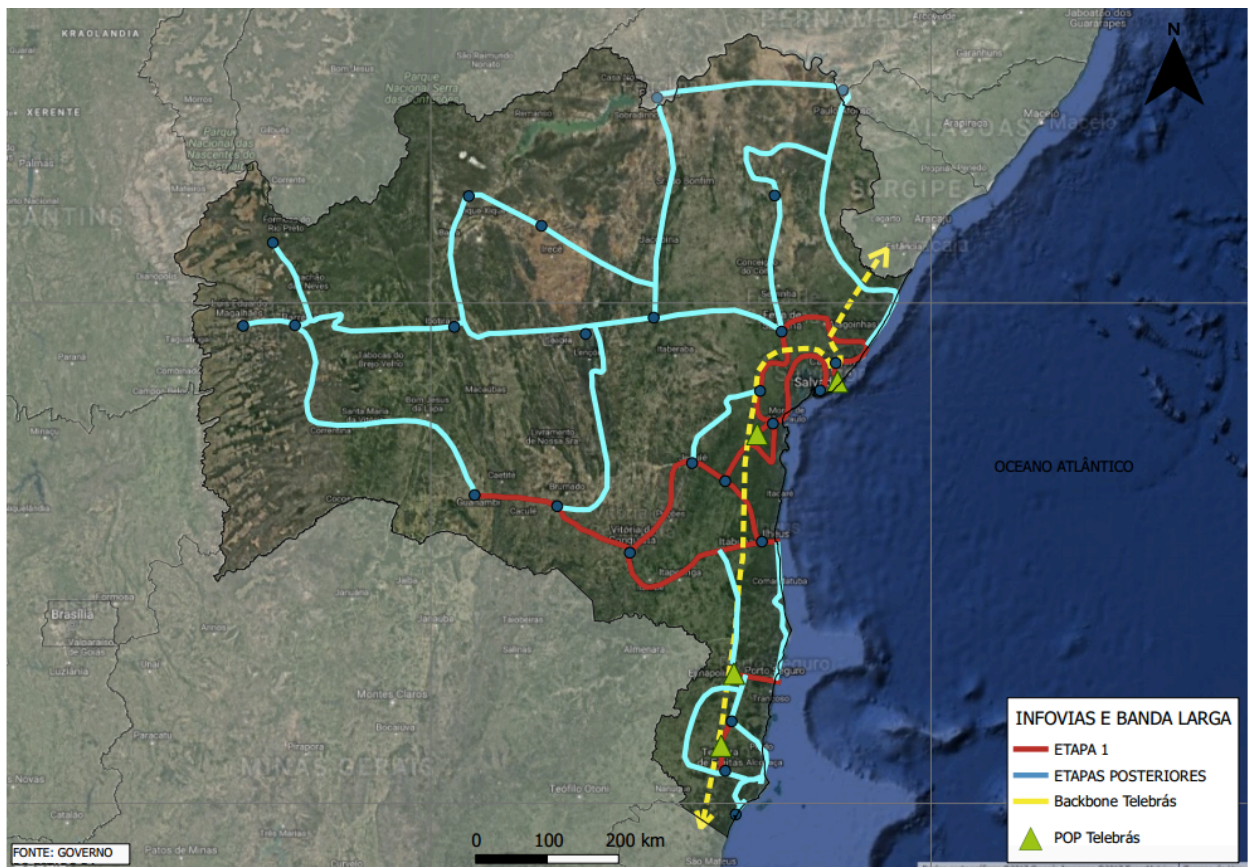
É inerente ao processo capitalista a desconstrução/reconstituição alimentando oportunidades de reprodução do capital, mas, o processo em curso se mostra maior que os ciclos do capital. Vem sendo interpretado como a prenunciada transição para a quarta revolução urbana, pautada na integração de urbanismo e tecnologia, ou como questiona De Mattos, se a cristalização espacial deste futuro será a da urbanização generalizada (DE MATTOS, 2010).

## Bahia e RMS

Os meios de eletrônicos promovem uma radical mudança nos serviços de apoio às transações comerciais e financeiras: caixas eletrônicos, os cartões de crédito, o sistema de débito automático, procedimentos, todos, que passam a ser facilitados para negócios de qualquer natureza. A Figura 14 mostra a prioridade para as áreas de interiorização de infovias no Estado que corresponde à uma demarcação possível da Macrorregião Metropolitana de Salvador, e, à aglomeração das cidades Itabuna e Ilhéus.

Porto e Carvalho destacam a elevação do *quantum* de fluxos mundializados na RMS atrelados à amplificação das atividades turísticas, ao consumo uniformizado de alimentos, vestuário e comportamentos, e ao modo concentrado dos centros de serviços e industriais. (PORTO; CARVALHO, 2001).

**Figura 14** - Infovias, interiorização e banda larga no estado da Bahia.



Os transportes, com a facilidade de aquisição de veículos, a mudança na estratégia de comercialização das passagens aéreas, ampliando largamente os segmentos sociais usuários, e os ônibus e veículos de carga, com tecnologia embarcada, ganham em desempenho, segurança, conforto e comunicação. As tecnologias digitais na comunicação reduzem, em grande parte, os deslocamentos intraurbanos, com as correspondências *on-line*, videoconferências e outros meios de comunicação corporativa, como a intranet, e a viabilidade do ensino à distância - EAD.

## Aspectos ambientais e espaciais

### Escala Brasil e Região Nordeste

As consequências ambientais dos grandes projetos do desenvolvimentismo, nas áreas urbanas e rurais, criaram atmosfera propícia para a disseminação dos movimentos ambientalistas, elaboração de legislação mais depurada, criminalização do dano ambiental.

A Região Nordeste, por tratar-se de território mais aproximado do continente europeu, pelo estado de preservação do patrimônio ambiental e paisagístico, com grandes áreas de baixíssima interferência, e pelo patrimônio cultural e arquitetônico-urbanístico que reúne, torna-se cobiçada como locus para o desenvolvimento das atividades turísticas de alto padrão. Espaço de concretização do investimento estrangeiro direto proveniente da crise de hiperacumulação do capital, neste período de acumulação flexível e globalização da economia, se constitui em cenário com alto potencial de degradação ambiental, a exigir instrumentos de gestão e controle ambiental.

### Escala Bahia e RMS

O estado da Bahia estrutura os investimentos associados a medidas de preservação do patrimônio urbanístico-ambiental, em especial a definição de Unidade de Conservação tipo Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que proporcionaram algum amortecimento no avanço da dinâmica econômica globalizada sobre o território, em especial no setor turismo. Com as medidas regulatórias tomadas, o campo da disputa se estabeleceu na ação vigilante de controle e denúncias de irregularidades e escapes à legislação urbanística e ambiental. Outras consequências da acessibilidade promovida com a implantação da rodovia, BA-099 - Linha Verde, e a promoção do planejamento turístico foram: a alteração radical do valor da terra, intensificação do parcelamento do solo com forte pressão sobre os recursos naturais e ambientes estuarinos.

Pode-se falar na crescente conscientização sobre o valor ecológico dos recursos naturais e de atuação dos movimentos ambientalistas engajados nos objetivos da *Agenda 21*. Entretanto, o quadro de comprometimento ambiental, em especial quando focalizada a expansão urbana, persiste.

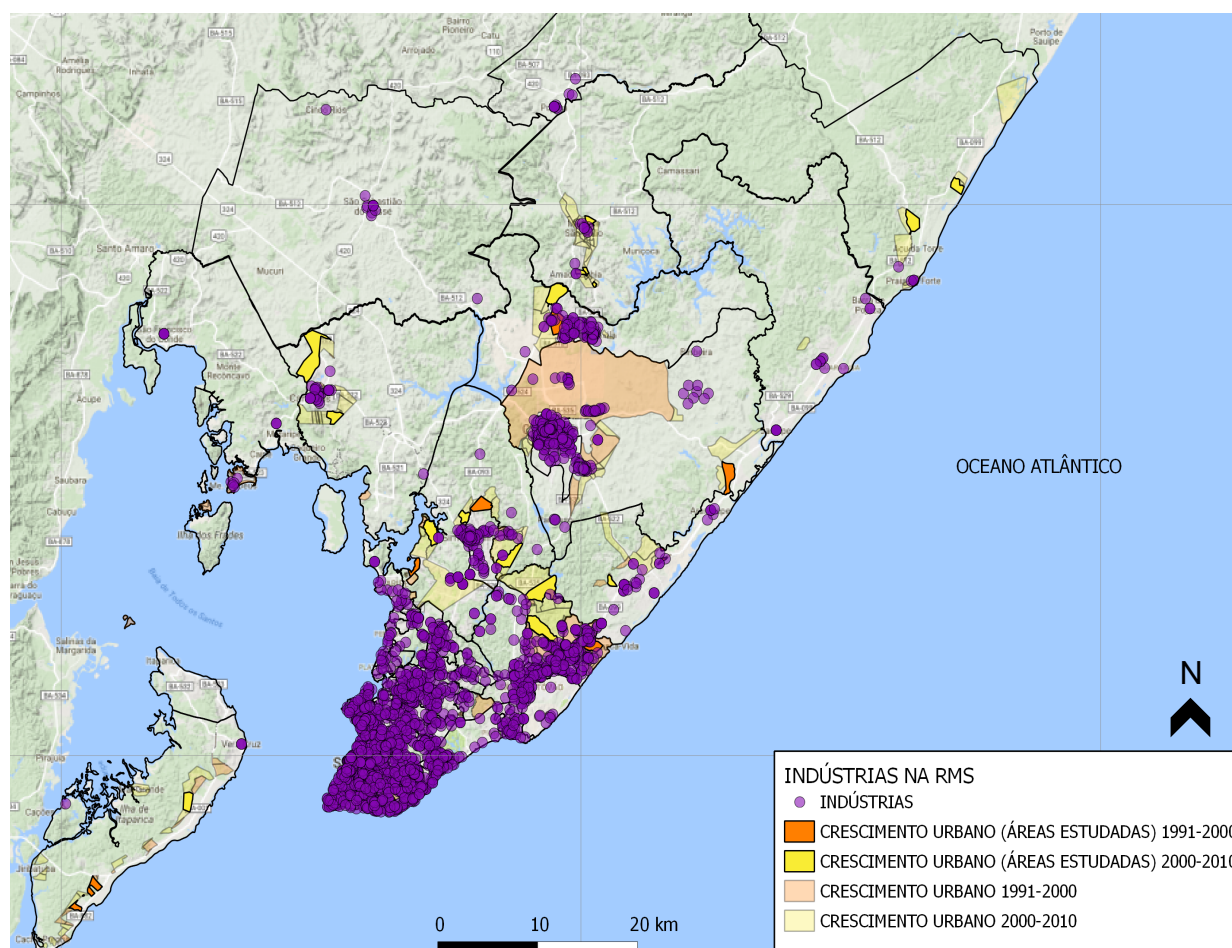
Na indústria, de um lado, os grandes danos potenciais dos distritos industriais haviam sido colocados no desenvolvimentismo. De outro, a política de industrialização que favoreceu



à concentração de 58,01% das empresas na RMS, 1995, também, registrava que 65,26% das indústrias baianas estavam localizadas fora dos distritos industriais (SPINOLA, 2001). Dado ao fraco desempenho da economia nacional, a perspectiva é da manutenção da atual dispersão da indústria no território da região metropolitana, mantendo-se o alto potencial de comprometimento ambiental sistêmico no território regional.

Com o georreferenciamento da indústria na RMS, Cartograma 1, pode-se ter noção clara da amplitude da área que está potencialmente sujeita a poluição industrial, com o agravante de grande quantidade situar-se em localização intraurbana, em Salvador.

**Cartograma 1-** Especialização da Indústria na RMS, 2015.



Fonte: Guia FIEB, 2015; LCAD; Elaboração própria.

Os grandes empreendimentos, industriais ou turísticos, são bastante regulados por órgãos governamentais, por agências internacionais, por agências de financiamento, e têm grande visibilidade, facultando à sociedade a vigilância dos efeitos ambientais. O dano disperso dos pequenos e médios empreendimentos não submetidos a monitoramento rigoroso

é igualmente significativo na avaliação ambiental, pois conformam efetiva ameaça, cuja ação de controle, ou mitigação, ou reversão do dano, requer um esforço extraordinário.

A urbanização, incluído o setor serviços, nas duas vertentes, - concentração e dispersão -, sinteticamente, concorre: na forma concentrada, agravando a qualidade ambiental urbana; e, na urbanização dispersa, tem expressão no somatório das ocorrências, fragmenta o território formando um mosaico de áreas ocupadas em meio a grandes vazios, avança sobre o espaço rural, gera fragmentos de cobertura vegetal, intercepta canais de drenagem natural, dispersa expurgos: resíduos sólidos e efluentes líquidos. As Figuras 15 e 16 exemplificam a ocorrência de áreas urbanas dispersas.

**Figura 15** - Vista área urbanizada, Camaçari, Setor Censitário AU 290570105000130.



Fonte: IBGE e Google.

**Figura 16** - Vista área urbanizada, Camaçari, Setor Censitário AU 290570110000123.



Fonte: IBGE e Google.

As áreas exemplificam a ocupação nos setores censitários considerados como Áreas Urbanizadas (AU-SC) nos *Censos Demográficos* de 2000 e 2010, Figuras 15 e 16, respectivamente. Observa-se a progressiva e radical mudança na paisagem. Antes, a clareza da distinção campo-cidade, e no atual modo da expansão urbana, a contraposição rural/urbano, construído/natural, é percebida como um *continuum*, uma nebulosa de espaços ocupados no meio de vazios, e a correspondente perda de cobertura vegetal transformando o ambiente neste híbrido natural/construído.

## Aspectos territoriais: tecido e densidade

A nova morfologia urbana como contínuos processos de peri-urbanização, policentralidade, como confluência de diferentes tipos de fluxos que se materializam em determinados locais (aureolas) e constituem novas centralidades, é objeto de reflexão de muitos pensadores: Indovina (1990); Soja (2000); Reis (2006); Secchi (2007), dentre outros, ver Item 1.1.5 Urbanização Dispersa, Primeira Parte. A espacialidade metropolitana, entretanto, modela-se a partir dos condicionantes espaciais e das cristalizações das marcas territoriais das estruturas testemunho dos movimentos da economia e suas conexões históricas, desenhada nas relações da cidade do Salvador com sua região de influência, condicionando as relações territoriais hoje, como também entende Preteceille (2003).

Os setores econômicos principais têm seu papel na especialização do espaço regional. O espaço da grande indústria é institucionalizado por meio de decreto, desde o desenvolvimentismo, tem limites claros, mantém-se na mesma localização na 2ª geração petroquímica e indústria automobilística. Implantadas segundo o padrão pós-fordista, demanda infraestrutura compatível à atualização tecnológica, e imprime o ônus da urbanização que desorganiza/reorganiza a cidade em outro patamar de complexidade. A indústria localizada fora dos distritos industriais, no Estado, merece depuração com relação à sua espacialidade, numa escala adequada estadual/municipal. Registre-se no Cartograma 1 a surpreendente concentração de indústrias no município de Salvador, em quase todo espaço do município que deve representar atividades industriais de pequeno porte: panificação, oficinas mecânicas, confecções e outros.

O território do turismo e do setor imobiliário na RMS é estruturado pela nova infraestrutura de acessibilidade a BA-009 - Linha Verde. O turismo se associa a uma específica condição urbanístico-paisagístico-ambiental, portanto, mais enraizado que a indústria, exige infraestrutura e garantias ambientais. A dinâmica regional abre novas oportunidades para o crescimento urbano, incrementado por avenidas intraurbanas e ou requalificações/duplicações. Alguns trechos de rodovias passam a ser vias intraurbanas: BR-324 a partir do Retiro, em Salvador, a BA-099 em Lauro de Freitas, e muitas outras situações onde a urbanização adentra o espaço, antes tido como rural, de conexão intermunicipal.

Embora a tendência ao espraiamento da urbanização, em fragmentos urbanos, o policentrismo que é característico desse modo de organização territorial, no caso da RMS,

significa uma novação na integração funcional das sedes municipais. Antes, apenas sedes político-administrativas, sem infraestrutura e equipamentos que possibilitassem o suporte urbano. Hoje, o caráter do novo está na transformação da base urbana que formaram com concentração de serviços educacionais, de saúde, de educação superior, que lhes confere efetivo status de centralidades integrantes a um sistema urbano regional.

Porto e Carvalho referem à distinção da capacidade das regiões de São Paulo e Salvador para atração de corporações internacionais e a conseqüente distância entre as características do fenômeno da urbanização dispersa, respectivas. Entretanto, este processo de menor expressão em Salvador, seja, de modo similar, indutor de espaços comerciais e serviços que tendem a constituir polaridades no espaço metropolitano para atender a segmentos capitalistas mundiais (PORTO; CARVALHO, 2001).

A transformação do referencial de orientabilidade<sup>82</sup> em que se constituía a rede de vilas e localidades, ao longo da Linha Verde, no trecho do Centro turístico Forte-Sauipe, foi significativa, com relativa perda de importância da rede de localidades preexistente. Detectada por meio da técnica dos mapas mentais, verificou-se a substituição da toponímia das localidades tradicionais pela referência aos cruzamentos da Linha Verde que marcam os acessos aos megaempreendimentos turísticos (SANTOS PEREIRA, 2008).

A segregação tem uma ocorrência geográfica particular em Salvador (CARVALHO; PEREIRA, 2014), que se transpõe para o espaço regional. O turismo fortemente contribuiu com a implantação de *resorts* direcionados para o público internacional e para alta classe de renda, ocupando grandes extensões ao longo na orla atlântica. Do mesmo modo, o traçado da BA-099 concorre para o padrão geográfico da segregação. A rodovia, como implantada, restringe o espaço entre esta e o mar, reduz a área de ocupação preferencial de ocupação, e, dado à condição geoambiental - formações longilíneas paralelas ao mar e à rodovia -, perde-se a possibilidade de outros arranjos urbanísticos e outras funções de apoio urbano, complementares, na margem leste da rodovia. Como exposto, a rodovia configurou-se como elemento demarcador de duas áreas contíguas, mas com enorme distinção no valor da terra e conseqüente espacialidade das classes socioeconômicas que chegam para ocupar este compartimento da RMS. Fica caracterizada a reprodução do modelo da orla desde Salvador, com a concentração das classes alta e média alta renda ao longo do litoral e das ocupações de mais baixa renda na margem interiorana da rodovia, adentrando em direção às vilas mais distantes do litoral. Ressalte-se que este modo de ocupação/segregação se reproduz em todo o

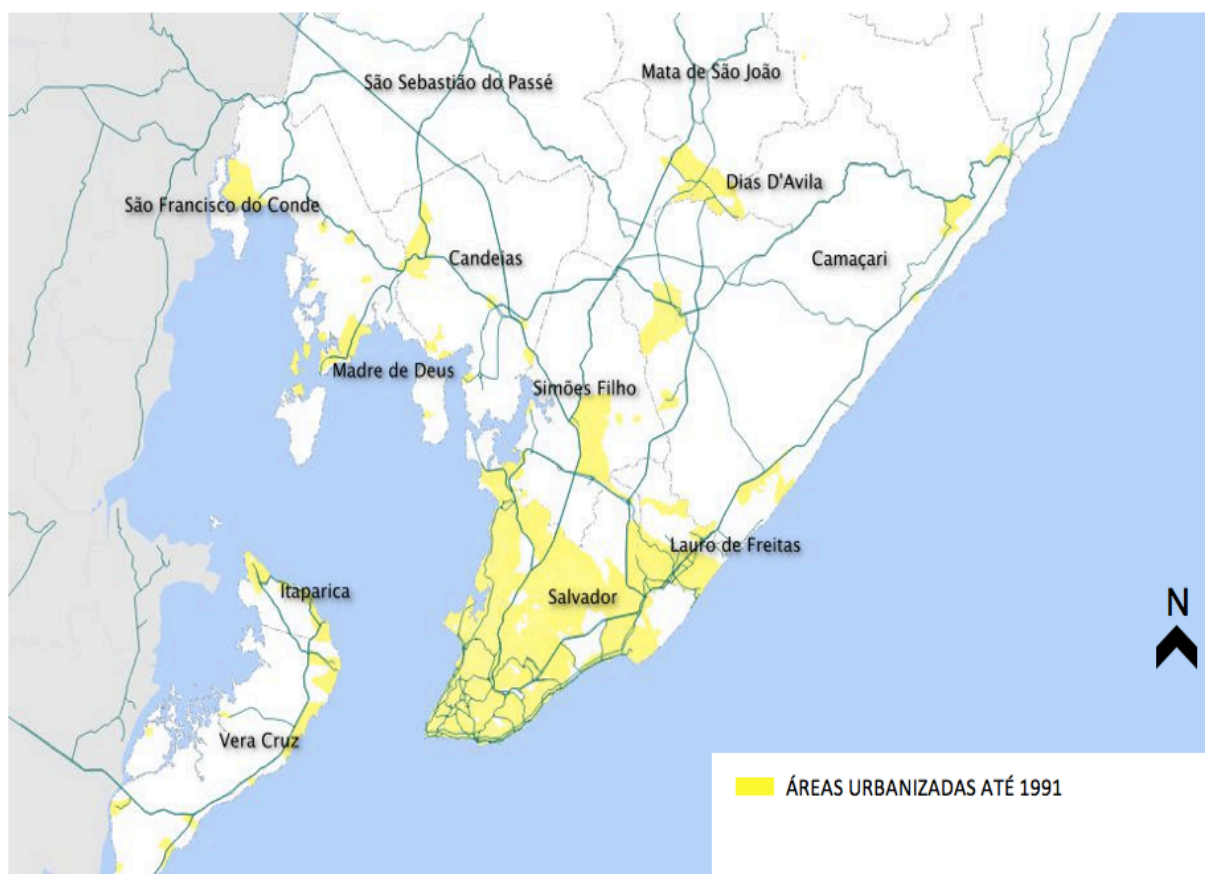
---

<sup>82</sup> Referência ao conceito de orientabilidade em Kohlrdsdorf (1980).

litoral da Região Nordeste, interpretado por alguns autores como um processo de metropolização litorânea (SILVA; SILVA; CARVALHO, 2008).

O crescimento urbano pesquisado nas duas décadas, 1991/2000 e 2000/2010, a partir dos dados do IBGE, constata a ocorrência de novas áreas urbanizadas acrescidas na RMS, de modo pulverizado, no espaço regional, como registram os Cartogramas 2, 3 e 4.

**Cartograma 2** - Áreas urbanizadas até 1991.

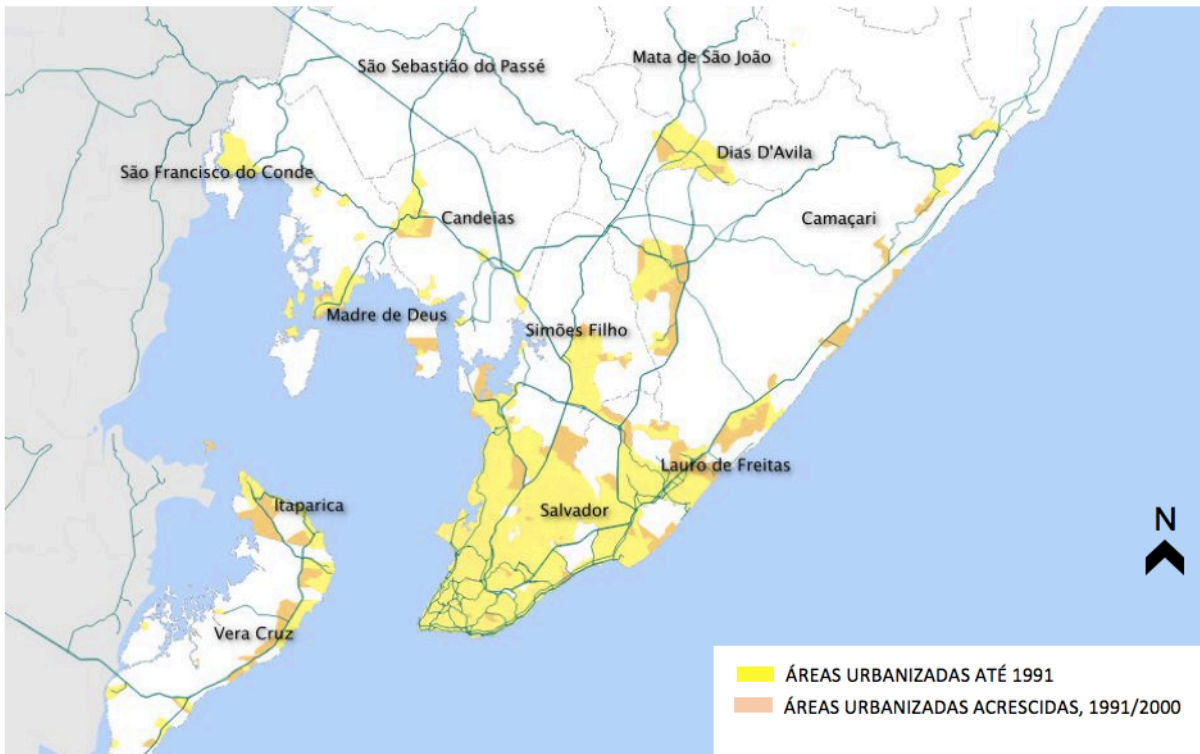


Fonte: IBGE 1991, Elaboração LCAD.

No Cartograma 2, as manchas das áreas urbanizadas até 1991 são referência para o georreferenciamento das áreas que foram sendo incorporadas nas décadas seguintes e permite uma apreciação da expansão metropolitana no período de acumulação flexível e globalização da economia, por década, conforme representação nos Cartogramas 3 e 4.

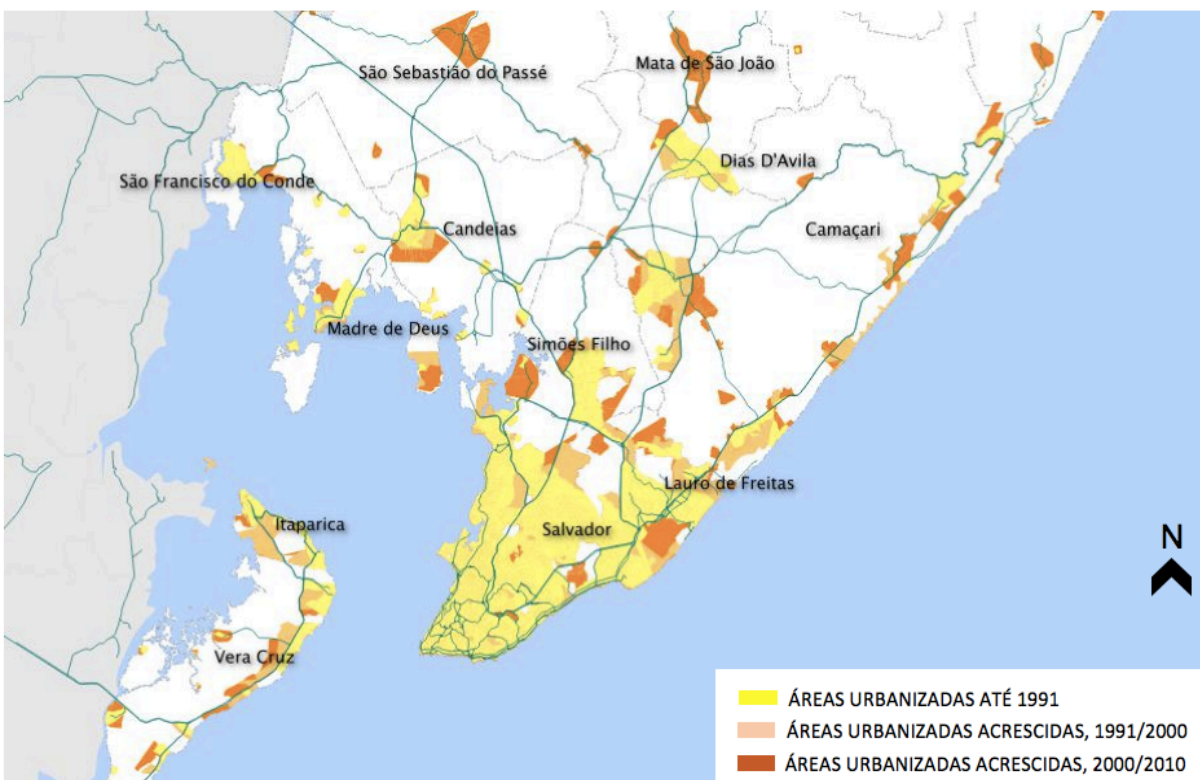
Entre 1991/2000, verifica-se crescimento na Ilha de Itaparica, nos dois municípios. Forte crescimento em Lauro de Freitas, Camaçari, ocorrência de menor porte em Simões Filho e Candeias, crescimento em Madre de Deus e no contorno da baía de Aratu.

**Cartograma 3 - Áreas urbanizadas acrescidas, 1991/2000.**



Fonte: IBGE, 2000, Elaboração LCAD.

**Cartograma 4 - Áreas urbanizadas acrescidas, 2000/2010.**



Fonte: IBGE, 2010, Elaboração LCAD.

Na década, 2000/2010, persiste o crescimento na Ilha de Itaparica, município de Vera Cruz; cresce a expansão da área urbanizada de Lauro de Freitas em conurbação com áreas urbanizadas acrescidas em Simões Filho; Simões Filho expande na própria sede e na direção de Lauro de Freitas e Salvador; Camaçari mostra ocupações novas na sede, ao longo do litoral e na conexão litoral-sede do município; crescimento expressivo em Candeias e Dias D'Ávila; áreas no litoral de Mata de São João dão sequência à ocupação litorânea de Camaçari.

Percebe-se a capacidade estruturadora dos eixos viários na formação dos vetores de expansão metropolitanos: Litoral Norte, Centro Norte, Intermetropolitano, Subúrbio e Sul, cuja caracterização é objeto do Capítulo 5 desta Segunda Parte.

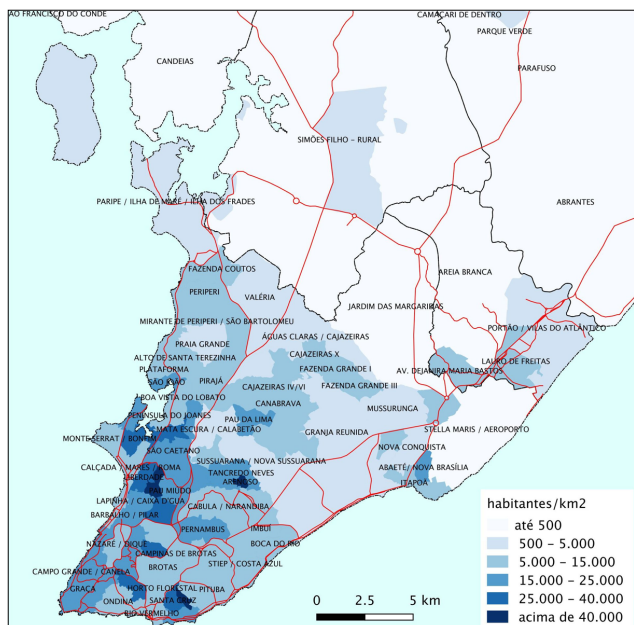
## Tecido

O tecido urbano dos fragmentos de áreas urbanizadas acrescidas nas duas décadas 1991/2000 e 2000/2010 é uma incógnita e foco de investigação dessa pesquisa, assim como a influência dos setores econômicos na produção dos novos tecidos urbanos, constantes dos Capítulos 2 e 3 da Terceira Parte.

## Densidades

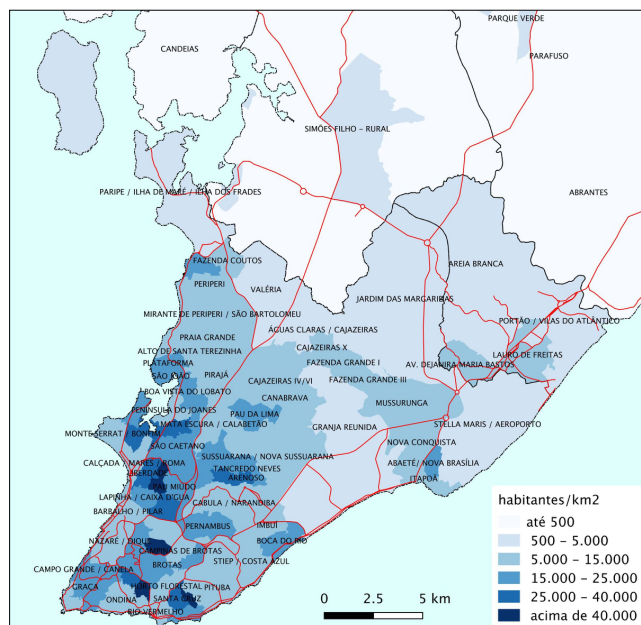
As densidades evoluíram conforme registram os Cartogramas 5, 6 e 7. Observa-se variações pontuais em Salvador, e o Núcleo Metropolitano apresenta importante adensamento na década de 2000 quando, em extensa área, envolvendo o município de Lauro de Freitas e Camaçari, essas densidades saltam da faixa de 500 para 5000 hab/km<sup>2</sup>.

**Cartograma 5 - Densidade demográfica, 1991.**



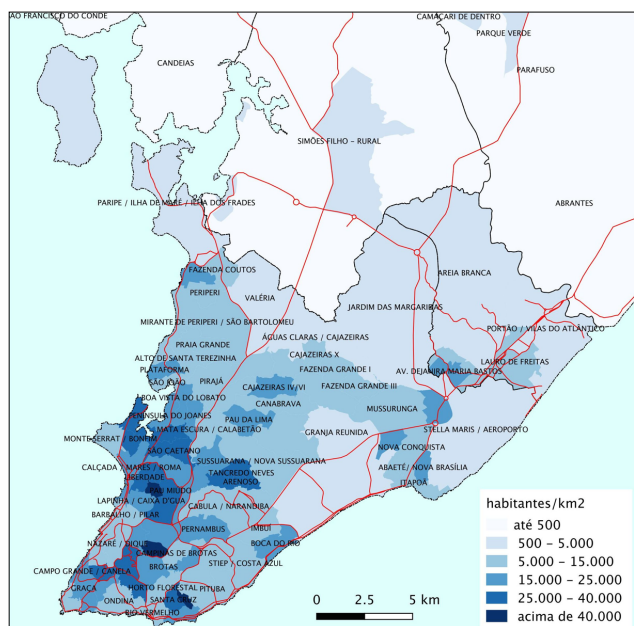
Fonte: Carvalho, Pereira e Silva (2016).

**Cartograma 6 - Densidade Demográfica, 2000.**



Fonte: Carvalho, Pereira e Silva (2016).

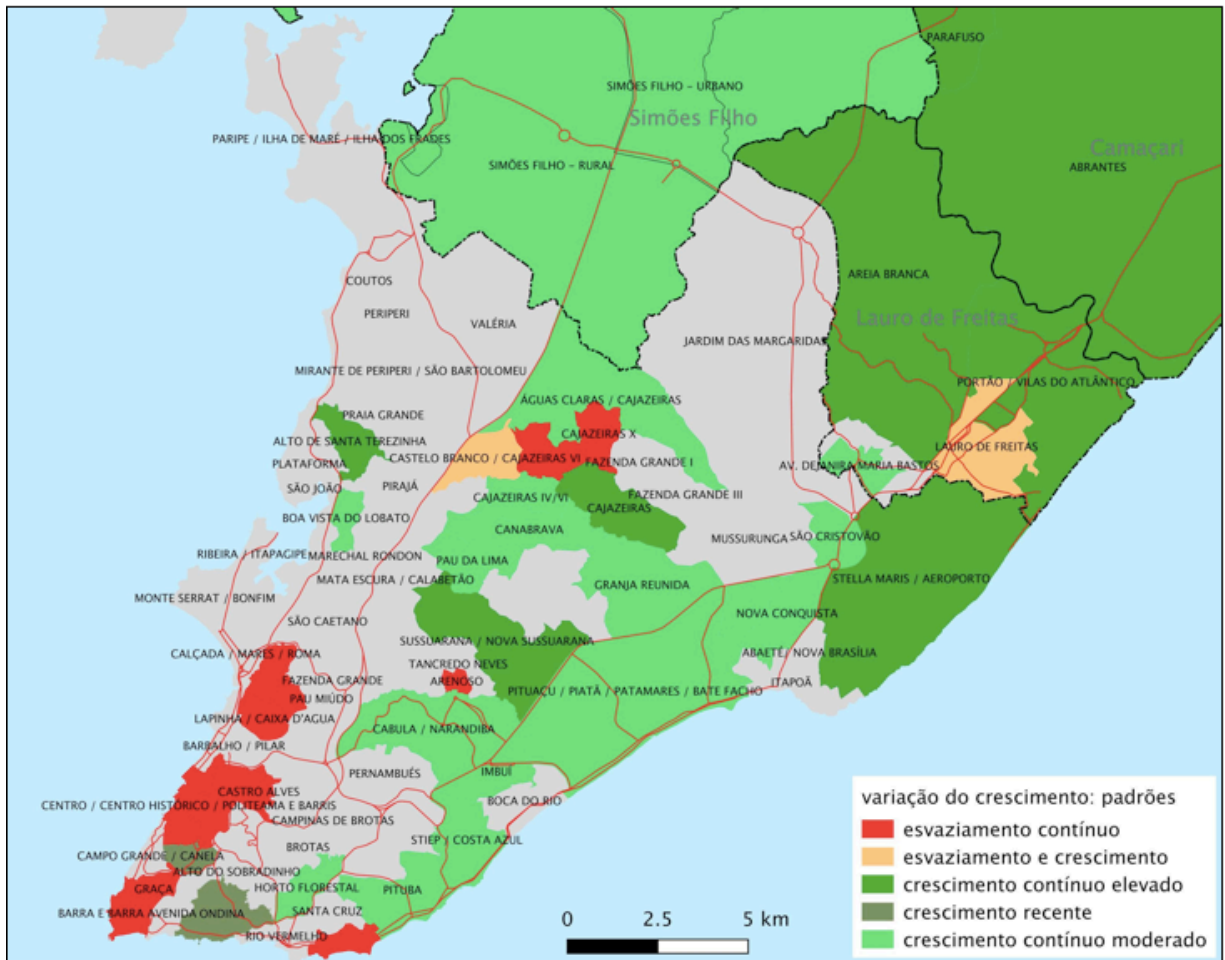
**Cartograma 7 - Densidade Demográfica, 2010.**



Fonte: Carvalho, Pereira e Silva (2016).

O estudo dos padrões de crescimento da população do Núcleo Metropolitano, Cartograma 8, confirma o continuado crescimento populacional, elevado nos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari. Destaque-se o crescimento contínuo moderado também registrado no município de Simões Filho.

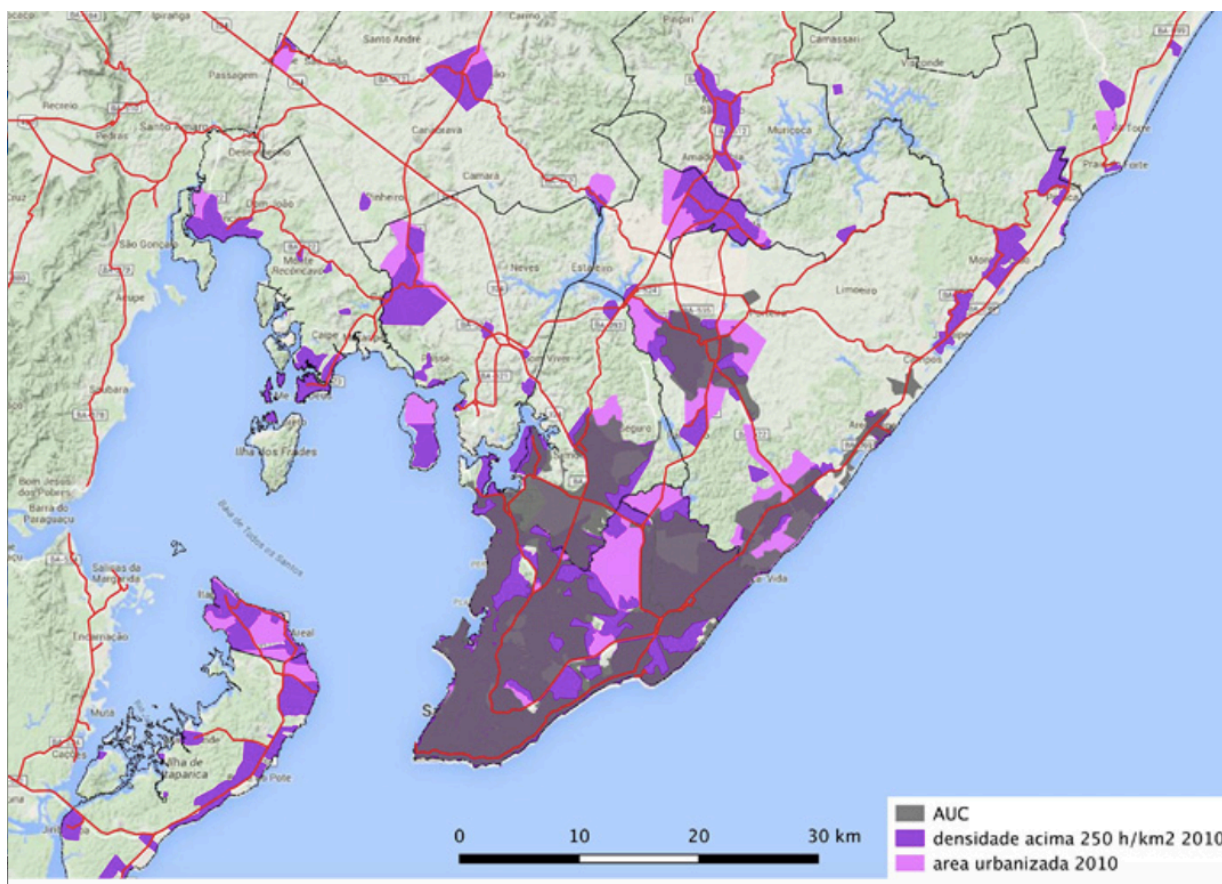


**Cartograma 8** - Padrões de crescimento espacial da população em Salvador, 1991/2010.

Fonte: Carvalho, Pereira e Silva (2016).

Salvador mostra um quadro de estagnação do crescimento na maior parte do seu território, com predominante esvaziamento dos bairros mais antigos da cidade e área central. Em quatro áreas apresenta crescimento contínuo elevado: Sussuarana e Cajazeiras, no miolo de Salvador; Alto de Santa Terezinha, nos Subúrbios Ferroviários; e, Stela Maris, este, somando à mancha de crescimento de Lauro de Freitas.

Antecipando a imagem da urbanização regional, dispersa, como se apresenta até o Censo de 2010, o Cartograma 9 mostra a extensão da Área Urbana Contínua (AUC) do Núcleo Metropolitano, correspondente à totalidade do espaço municipal continental de Salvador mais o espaço municipal de Lauro de Freitas e parte de Simões Filho, e, as áreas urbanizadas acrescidas até 2010, destacadas as áreas com densidade superior a 250 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

**Cartograma 9** - Densidade metropolitana, 2010.

Fonte: IBGE (2010); Pereira e Santos Pereira (2016).

A densidade constitui-se no principal diferencial do gradiente do espaço social da cidade e seu ambiente. Do centro aos subúrbios e às áreas de fronteira da urbanização, a densidade constitui-se em principal indicador da lógica econômica que produz e reproduz capital. Todo o espaço-cidade mercantilizado relaciona a propriedade com o valor do solo urbano, altamente sensível a fatores da urbanização: facilidade e custos de deslocamento; infraestrutura urbana; padrão urbanístico do tecido urbano. A mercantilização do espaço-cidade alimenta a construção teórica para compreensão da formação social e espacial da metrópole industrial capitalista, desde os primeiros estágios ao processo de migração em massa para as cidades, da crise metropolitana e da sua contextualização urbana, até o presente.

## A crise de 2008, marco de inflexão no desenvolvimento nacional e regional

O crescimento extraordinário do Brasil, entre 1930 e 1980, a 4% ao ano, *per capita*, baseado no projeto nacional de industrialização, perdeu o rumo, mas constitui referência de propulsão econômica a se mirar, e, mesmo os desequilíbrios sociais e ambientais que gerou, são pontos de partida a inspirar novas perspectivas e a evitar repetição de graves equívocos.

Para Bresser-Pereira a história recente do Brasil é uma história de dois grandes fracassos econômicos: o fracasso liberal de 1990-2002, que “decorreu de uma política de liberalização e privatização indiscriminada” e o fracasso (neo) desenvolvimentista de 2003-2014, “[...] com o populismo cambial, taxas de câmbio supervalorizadas no longo prazo que aumentaram artificialmente os rendimentos e o consumo de todos e inviabilizaram o investimento privado na indústria” (BRESSER-PEREIRA, 2016, pag. s/n).

Quanto à segunda metade da última década (2005), explica que o Brasil viveu a euforia do *boom* das *commodities*, que encantava as elites internacionais, mas ignorou o ritmo da desindustrialização e envaideceu-se por integrar os BRICS (países emergentes, Brasil, Rússia, China e África do Sul). A crise de 2008 exigiu proposta para seu enfrentamento e constata Bresser-Pereira, que “[...] é impressionante a incapacidade de nossas elites econômicas, políticas, intelectuais e associativas de fazerem o diagnóstico da economia brasileira e apresentarem um caminho para que o país volte a crescer” (BRESSER-PEREIRA, 2016, s/n).

Para sair da recessão, conforme Bresser-Pereira, além do ajuste fiscal que o governo está promovendo deve iniciar o mais rápido possível um plano de investimento próprio na infraestrutura, além do realizado por meio de concessões, e a criação de linhas de crédito para as empresas industriais competitivas ou potencialmente competitivas. A competitividade está vinculada à desvalorização cambial, se houver garantia de que o real não voltará a se apreciar, as indústrias investirão. Estas ideias, baseadas no novo desenvolvimentismo, defendem a responsabilidade fiscal, cambial e a política cambial coerente, que rejeita tanto um "capitalismo sem lucro", como defende boa parte da esquerda, quanto uma "desigualdade necessária", como quer a direita. O grande acordo nacional, necessário, vai exigir uma política econômica que associe desenvolvimento econômico com redução das desigualdades e integração na economia mundial, mas de forma competitiva, não subordinada. Após 35 anos de semiestagnação (1980 a 2015) o problema brasileiro é mais grave. Primeiro, o país perdeu

o rumo e passou a crescer apenas 1% ao ano; e, desde 2015, está em profunda recessão e deverá causar uma queda de 11% do PIB *per capita* até 2017 (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Ressalta do exposto que o projeto de saída da recessão, mais uma vez, recai na expectativa de recomposição da competitividade da indústria, que revela uma estreita ligação, relação biunívoca entre o crescimento da indústria e o crescimento econômico, seja no desenvolvimentismo, seja no atual regime de acumulação flexível e economia globalizada, seja, agora, quando se trilha a reversão<sup>83</sup> do processo de recessão via o novo desenvolvimentismo.

### 3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O contexto no período de acumulação flexível e globalização da economia reflete o desenvolvimento tecnológico das TIC, o ideário neoliberal e a mudança cultural pós-moderna. No Brasil a estabilização da economia cria condições de integração do país ao movimento internacional de dispersão da indústria e do capital internacional dos países centrais para os países periféricos. Em sentido contrário, internamente, cidades e regiões rivalizam buscando integração ao circuito da economia global. A indústria se reestrutura e repercute fortemente nos serviços que, cada vez mais, incorporam tecnologia em qualquer nível de especialização. A relativa liberação dos vínculos territoriais sinaliza importante reorganização socioespacial: concentração e dispersão urbana, simultaneamente. O território apresenta fragmentação e descontinuidade da expansão urbana, dilui-se a contraposição campo/cidade. A acentuada polarização das classes socioeconômicas e crescentes danos ambientais conferem premência ao desenvolvimento sustentável.

Na Bahia, a concentração econômica na RMS se avoluma com concomitante desenvolvimento da base urbana/regional formando uma espacialidade regional em transfiguração: fortalecimento das centralidades regionais e crescimento no modo disperso, pulverizado, de novas áreas urbanizadas acrescidas.

---

<sup>83</sup> No Nordeste o refluxo do capital internacional tanto na indústria quanto no turismo foi expressivo.

## **4 DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E GLOBALIZAÇÃO À ESCALA BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E RMS (1986 – 2015):**

### **GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS DAS AÇÕES PRIVADAS**

Após a leitura dos aspectos políticos e econômicos, sociais e populacionais, ambientais e espaciais, e territoriais, concluído no Capítulo 3, este Capítulo dá seguimento às análises das influências do contexto sobre as dinâmicas urbanas na RMS, no período de acumulação flexível e globalização da economia quanto aos componentes e estratégias da gestão do território e das ações privadas e seus efeitos.

#### **4.1 GESTÃO DO TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS URBANAS**

Ante o contexto macroeconômico de globalização da economia se estabelece a concorrência de muitos interesses no território nacional, externos e entre regiões. Nunca se tornou tão complexo o controle e a gestão, qualquer que seja a esfera ou os atores, governos, organizações não governamentais, outros setores sociedade civil. Tensões que fissuram pactos políticos, econômicos e sociais precedentes, desestabilizam relações em todos os níveis, e arranham soberania nacional.

**Políticas governamentais: planejamento e gestão**

**Escala Brasil e Região Nordeste**

O equilíbrio econômico-financeiro é alcançado após seguidos planos econômicos, com o *Plano Real*, 1994, e consequente valorização da moeda frente ao dólar.

A estratégia da *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, governo FHC, 1994, centra no desenvolvimento integrado e sustentável de Macro e Mesorregiões, com base na valorização de recursos locais, superação das desigualdades regionais, ativação de potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, e melhoria da distribuição das atividades produtivas no território. Dessa política, programa Avança Brasil, construída com a participação das forças sociais, dos entes federados e do setor produtivo, sob a direção de um referencial nacional comum, resultam: os *Planos da Amazônia Sustentável – PAS*; o *Plano de*

*Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - PNDE*, dentre outros. A nova geografia econômica e social proposta valorizava a dimensão regional do desenvolvimento visando potencializar tanto o investimento público e privado quanto a aceleração do desenvolvimento nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Este programa, além dos aspectos econômicos, visava aos aspectos sociais e tecnológicos.

A ênfase dada à sustentabilidade é perceptível na conceituação de programas e planos. Entretanto, a relação imbricada entre economia e território esbarra na lógica de investimento da nova liderança, a corporação multinacional.

Nesse período, constrói-se, global e nacionalmente, o novo paradigma da sustentabilidade com o objetivo de assegurar que valores sociais, culturais e ambientais perdurassem para as futuras gerações e compusessem com o desenvolvimento econômico, adjetivando-o como desenvolvimento sustentável. A difusão e a assimilação pela sociedade facilitam a aderência e a incorporação deste conceito às formulações de diversas políticas públicas, principalmente àquelas afetas às questões territoriais: política de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, etc. O foco na sustentabilidade valoriza os instrumentos de gestão e o ordenamento jurídico ambiental que, aliado ao ordenamento jurídico urbanístico, incrementa os recursos para a gestão territorial. Obviamente, significa melhor instrumentalização da lógica gerencial em defesa dos interesses coletivos no embate com a lógica da maximização dos lucros, quando estas não estão incestuosamente alinhadas.

A Legislação Ambiental, instituída e disponível antes da promulgação da *Constituição Federal* de 1988, limitava-se à: Lei No. 4771/1965, *Código Florestal*; Lei No. 5197/1967, *Lei da Fauna*; e, Lei No. 6.938/1981, que institui a *Política Nacional do Meio Ambiente*. A *Constituição Federal* de 1988 avança quando no Título VII – Da Ordem Social, Capítulo VI - DO MEIO AMBIENTE, estabelece,

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF, 1988).

Atribuindo direitos e deveres ao poder público e à coletividade, compartilha as responsabilidades sobre o meio ambiente estabelecendo, no Art. 18 da CF/88, a divisão de competências entre os entes federados, seguindo o princípio da predominância do interesse.

Desde a Lei 6.938, 1981, o *Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA* foi instituído. Consiste de um conjunto articulado de órgãos e entidades, da União, dos Estados,

do Distrito Federal e dos municípios, normas e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio-ambiente, tendo em vista o uso racional dos recursos, a proteção e conservação da qualidade ambiental, contando com estrutura similar nas três esferas.

Dentre os instrumentos de gestão ambiental, destacam-se: Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE, Plano Diretor Municipal, Plano de Bacia Hidrográfica, Plano Ambiental Municipal, Agenda 21 Local, Plano de Gestão Integrada da Orla. Os planos setoriais ligados à qualidade de vida no processo de urbanização: saneamento, moradia, transportes, etc., constituem instrumentos do planejamento ambiental.

Das políticas federais, o *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC - GERCO*, 1988<sup>84</sup>, visou e visa o planejamento integrado, utilização e/ou preservação dos recursos ambientais das zonas costeiras, (ambientes de transição terrestres/marinhos e área de patrimônio nacional), e o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos com tendência permanente ao adensamento. O gerenciamento deste amplo universo, a partir de um modelo cooperativo entre os diversos níveis do governo e a sociedade, foi o principal instrumento de gestão urbano-ambiental das zonas litorâneas, complementar ao que estabelece a *Política Nacional de Meio Ambiente*, Lei 6.938/81: os *Planos Estadual e Municipal de Gerenciamento Costeiro - PEGC e PMGC*, o *Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro* e o *Plano de gestão do gerenciamento costeiro*, além de outros complementares e de suporte ao planejamento<sup>85</sup> (BRASIL. Ministério do Meio-Ambiente).

No urbanismo, a ênfase da plataforma ambiental traduz-se nos objetivos de cidades mais justas e sustentáveis e na construção sustentável. Esta, a atividade que mais consome recursos naturais, utiliza energia intensiva e mais gera de resíduos (maior que 50% do total) sólidos, líquidos e gasosos, responsável por grandes impactos ambientais.

Com um século de atraso, se comparado às experiências europeias com relação ao uso de instrumentos urbanísticos para regular socialmente o mercado imobiliário e fazer políticas de compensação social através da política urbana, a Lei Federal 10.257/2001, Estatuto da Cidade, é sancionada agregando novos conceitos na perspectiva da cidade como um bem coletivo: função social da cidade,<sup>86</sup> função social do cidadão<sup>87</sup> e a função social da

---

<sup>84</sup> *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro*, Lei 7.661, de 16/05/88..

<sup>85</sup> Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/pngc2.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/pngc2.pdf)>. Acesso em: 29/11/2016.

<sup>86</sup> “A função social da cidade deve atender os interesses da população de ter um meio ambiente sadio e condições dignas de vida, portanto não há como dividir essas funções entre pessoas e grupos pré-estabelecidos, sendo o seu objeto indivisível”. Nelson Saule Junior (in *Novas Perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro*, Sergio Fabris, 1977, p.61).

<sup>87</sup> A função social do cidadão - a obrigação do cidadão de zelar pelo imóvel urbano que ele está ocupando.

propriedade<sup>88</sup>. Esta Lei, aderente ao conceito de sustentabilidade, adjetiva as cidades e aproxima as questões urbanísticas e ambientais quando o Estatuto conceitua cidades sustentáveis:

[...] Cidades democraticamente planejadas e socialmente mais justas, colocam-se em associação direta com um desenvolvimento urbano que gera menos efeitos perversos sobre os recursos ambientais. Em essência, instrumentos urbanísticos, que contribuem para a construção de um ambiente mais sustentável: o direito à solo urbano, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte e serviços públicos, trabalho e lazer (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).

O Estatuto estabelece os instrumentos da Política Urbana e, quanto aos termos da Gestão Democrática, tem o objetivo de dar à toda população, de cada cidade, a oportunidade de participar da gestão de seus negócios por meio dos Conselhos das Cidades, nas esferas federal, estadual e municipal. Estes conselhos, têm a competência para formular as diretrizes gerais da política estadual/municipal de desenvolvimento urbano e monitorar a sua execução, garantindo participação e controle social: do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e do Orçamento Anual.

A constituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU, Projeto de Lei Complementar, 2007, está pendente de aprovação. A proposta de composição do SNDU envolve definição de amplo espectro de representações nas três esferas e enfatiza o caráter coletivo e participativo da gestão urbana. Do conjunto de textos legais relativos à gestão urbana, a cronologia das datas de promulgação das Leis é ilustrativa sobre as preocupações concernentes a cada período: desenvolvimentismo e acumulação flexível e globalização da economia.

Em 2015 é sancionada a Lei 13.089 de 12/01/2015, *Estatuto da Metrópole*, com o objetivo de

[...] execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano (ESTATUTO DA METRÓPOLE, 2015).

Quanto aos programas nacionais para desenvolvimento de atividades setoriais, no período, duas políticas específicas: a primeira, 1994, via *Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR–NE*, financiado pelo BID, visa criar tanto condições

---

<sup>88</sup> A função social da propriedade - “Desse modo, o direito de propriedade, outrora absoluto, está sujeito, em nossos dias, a numerosas restrições, fundamentadas no interesse público e também no próprio interesse privado, de tal sorte que o traço nitidamente individualista, de que se revestia, cedeu lugar a concepção bastante diversa, de conteúdo social, mas do âmbito do direito público”. José Cretella Jr. (in Comentários à Constituição de 1988, VIII/3.967, 2. Ed. Forense Universitária).



favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística quanto da qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas, posteriormente, este programa foi ampliado, agregando a Região Sul; entre 2003-2007, o *Plano Nacional de Turismo* visa ao aumento do fluxo de turistas estrangeiros no país e focaliza a qualificação profissional, os roteiros integrados nacionais, promoção e apoio à comercialização dos produtos turísticos e programas nacionais de financiamento da atividade. O plano de abertura ao capital internacional reativa relativamente este setor e, claramente, o Nordeste passa a ser foco de interesse do capital internacional.

### Escala Bahia e RMS

A Região Metropolitana de Salvador é ampliada com a incorporação de mais cinco municípios: dois por subdivisão administrativa de Camaçari e de Salvador, quando foram criados os municípios de Dias D'Ávila e de Madre de Deus, respectivamente. Facultado poder ao Estado, na *Constituição Federal* de 1988, foram incorporados, em 2008, os municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João, e, em 2009, Pojuca, totalizando 13 municípios na atual configuração, perfazendo área de 4.375 km<sup>2</sup> e com população de 3,6 milhões de habitantes, 2010.

Perdeu-se a entidade de caráter metropolitano e, sem abrigo institucional, a gestão metropolitana não aconteceu. O planejamento metropolitano ficou estagnado na concepção do PMD (CONDER, 1982). Destituída da função de autoridade para a gestão metropolitana, a CONDER executou as principais obras realizadas na década de 1990<sup>89</sup> e, com a Lei nº 11.361 de 2009, passa a ter novas funções como executora de obras do Estado. As atribuições de planejamento são deslocadas para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, Secretaria de Estado, à qual está hierarquicamente subordinada. Desmonta-se o que restava da equipe de planejamento metropolitano.

Em 2007, novo grupo político assumiu o governo do Estado. O planejamento estratégico mira o desenvolvimento equilibrado das regiões do estado baiano, definem-se políticas que articulam maior captação de investimento estrangeiro direto para: fomento ao comércio; atração de indústrias; beneficiamento das cadeias produtivas; fomento à produção de energia limpa - solar fotovoltaica e eólica; e, de projetos e obras estruturantes, como a

---

<sup>89</sup>Foram obras executadas pela CONDER: Centro Histórico de Salvador, Parques metropolitanos de Abaeté e Pituçu, Requalificação de favelas, Novos Alagados, Parque Costa Azul, programa de saneamento ambiental Baía Azul, ampliação do Aeroporto Internacional 2 de Julho, dentre muitos outros. Em 1998 a Companhia incorpora a Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A – URBIS, responsável pelos conjuntos habitacionais e expansão urbana na Bahia

Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Porto Sul, Hidrovia do São Francisco, e o Sistema Viário Oeste (SVO) e o trem metropolitano, os dois últimos com forte poder de reorganização do território metropolitano.

O Sistema Viário Oeste - SVO, planejado, integrará Salvador à ilha de Itaparica, via ponte sobre a Baía de Todos os Santos. Este sistema sinaliza alto potencial de impacto na estrutura urbana e na paisagem de Salvador, na Região Metropolitana, e no Recôncavo baiano. No sentido oeste, conecta a BR-242 a Salvador, uma alternativa de acesso ao espaço da península. O trem regional, será integrado ao metrô (linhas 1 e 2), ao trem do subúrbio (VLT, em projeto), e à Macrorregião Metropolitana (Conceição de Feira (Feira de Santana) /Salvador/Alagoinhas) utilizando-se da malha ferroviária - Ferrovia Centro Atlântica (FCA), hoje destinada ao transporte de cargas, que passará ao transporte de passageiros.

Essa gestão inova quando estabelece uma política territorial com a divisão do estado em vinte e sete territórios de identidade, estabelecendo-o como nova unidade de planejamento, das políticas públicas da Bahia,

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2007).

Ou seja, um conceito de região associado ao de pertencimento, entendido como uma coletividade, que compartilha símbolos, está vinculada àquele espaço geográfico. Neste sentido, a RMS integra com todos os seus 13 municípios o território de identidade Metropolitano de Salvador.

Correlacionando-se o conceito de território de identidade com o conceito de Castells sobre os “espaços *in between*”, valoriza-se como a mais interessante expressão da globalização e da reestruturação da economia pós-fordista, o nível supranacional, regionalismos supra-estados, que emergem da identidade territorial, da autoridade política e da organização do mercado (CASTELLS, 1994).

Em escala supramunicipal, a própria Região Metropolitana, confirmada na proposta dos Territórios de Identidade, definidos pelo critério de pertencimento, atualiza o conceito de Região Metropolitana. Villaça entra nessa discussão quando refuta a utilização da região por decreto, “como se fossem virar fatos geográficos” (VILLAÇA, 2001). Resta apurar se, no caso, a região definida por decreto manteve-se como território de identidade por

conveniência, pois outra leitura, supramunicipal à escala regional, é possível: a Macrorregião Metropolitana com variadas propostas de delimitação, ainda sem um critério firme que a defina.

Para Soja, a ressurgência de regionalismos subnacionais, supra municipais, pode ser melhor descrita como estados cidade-região ou pós-metrópole, uma incipiente forma de região-estado (SOJA, 2000). A Região Metropolitana tem essa representação, em termos econômicos como motor da economia do estado da Bahia, tem papel significativo na economia nacional, e na inserção nacional na economia global.

Na realidade brasileira, a gestão destas regiões pós-metropolitanas assume funções e representação coletiva dos entes federativos que as compõem, seja por meio dos consórcios municipais motivados por interesses setoriais e parciais, seja pela autoridade conferida pela Lei 13.089/2015, *Estatuto da Metrópole*. Ante as conexões diretas possíveis, a configuração de *by pass* na hierarquia da interlocução tende a refletir o que tem sido referido como fragilidade da soberania nacional, como efeito político institucional da globalização.

O *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS* desta região/ território de identidade, ou se superpõe ao que determina o *Estatuto da Metrópole*, ou serão documentos, na melhor hipótese, complementares. O *PTDS Metropolitano*<sup>90</sup> foi elaborado, 2010, e oferece um panorama geral da região em termos de demandas da população, concentrado no seguinte eixo de requerimentos: agricultura familiar; estruturação e fortalecimento da agricultura urbana e periurbana do território; reconhecimento da existência de agricultura no Território Metropolitano com papel fundamental para a produção de alimentos para suprimento da população em situação de miséria no território; infraestrutura para a zona rural; incentivar a agricultura agroecológica e seus subprodutos como a única agricultura capaz de recuperar a qualidade do seus produtos e de vida do agricultor familiar; superar a carência de água potável e contaminação da água de subsolo (PTDS Metropolitano de Salvador, 2010).

A política de desenvolvimento do turismo da Bahia definiu pela criação de Áreas de Proteção Ambiental – APA, em todas as zonas turísticas, e desenvolveu os Planos de Referência Urbanístico Ambiental (PRUA), para as áreas urbanas consolidadas nestas APAs, visando ao amortecimento da dinamização do território que, na sequência, receberia investimentos em infraestrutura definidos no *Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Bahia - PRODETUR-BA* e o correspondente *PRODETUR-NE*, programa de

---

<sup>90</sup> Disponível em: < [http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICAÇÕES\\_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/PTDS-Metropolitano-de-Salvador.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICAÇÕES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/PTDS-Metropolitano-de-Salvador.pdf) > Acesso em: 29/11/2016.

financiamento internacional da atividade, nas suas duas etapas. Cria-se a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia para execução da política de desenvolvimento do turismo.

A gestão ambiental centrou na elaboração dos Planos de Manejo das unidades de conservação estaduais<sup>91</sup>. No Capítulo 1, Terceira Parte, Quadro Ambiental da RMS o Cartograma 31: Unidades de Conservação na RMS espacializa as Unidades de Conservação, categorizadas em função da esfera governamental que as decretou: federal, estadual e municipal.

Quanto à integração da sociedade civil na gestão urbana, ambiental e do turismo, a participação da comunidade no processo decisório é fraca, mas com a criação das estruturas de controle social, há intensificação progressiva de práticas participativas formais, sejam: os Conselhos da Cidade e instâncias superiores estadual e federal; sejam os Conselhos de Meio-Ambiente e Conselho Gestor das APA, e Conselhos Gestores das Bacias Hidrográficas; sejam os Conselhos Municipais de Turismo e os Fóruns e Câmaras Estaduais de turismo, todas instâncias participativas que carecem de ser fortalecidas.

As políticas públicas estaduais de desenvolvimento urbano, refletindo o que estabeleceu a *Constituição Federal* de 1988, incentivaram e contrataram financiamento junto ao BNB/BIRD, programa PRODUR, gerenciado pela CAR/SEPLAN para elaboração dos planos diretores municipais, obrigatoriedade colocada para aqueles municípios com população maior que 20 mil habitantes. Posteriormente à Lei 10.527/2001, *Estatuto da Cidade*, o suporte foi estendido financiando a adequação dos planos, ajustando-os à abrangência municipal.

Observa-se que os municípios litorâneos, com sedes no interior, ante a progressiva e intensiva ocupação das orlas marítimas, utilizaram do recurso de criação de Distritos Turísticos Urbanos (Mata de São João e Camaçari). Dessa forma, estabelecem dupla instância de proteção, estadual e municipal, com conseqüente mudança tarifária - de imposto territorial rural, ITR, para imposto predial e territorial urbano, IPTU -, além de trazer a responsabilidade do licenciamento dos empreendimentos para a esfera municipal, equilibrando a ingerência do estado sobre as unidades de conservação situadas na orla destes municípios.

As ocupações precárias seguem progressivamente ocupando o espaço ao longo do litoral: em Abrantes, Arembepe, e em outras áreas, inclusive nas proximidades dos resorts, em

---

<sup>91</sup> Dentre as unidades situadas na RMS, excluídas as de Salvador, foram objeto de elaboração de Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico e Econômico as APAs: APA do Litoral Norte, Plataforma Continental do Litoral Norte, do Joanes Ipitanga, do Rio Capivara, das Lagoas de Guarajuba, das Lagoas e Dunas do Abaeté, da Bahia de Todos os Santos, e unidade municipal, Parque Natural Municipal da Restinga da Praia do Forte.

Mata de São João. Têm origem na desestruturação das atividades tradicionais, na descontinuidade da contratação de mão de obra, que permanece na região na expectativa de nova oportunidade de trabalho e passam a ocupar espaços residuais nas áreas de preservação permanente e rigorosa, comprometendo recursos ambientais com desmatamento e poluição dos corpos d'água, disposição de resíduos a céu aberto, dentre outros. As sedes municipais apresentam expansão urbana no seu entorno e nas áreas urbanizadas dispersas, como já comentado.

## 4.2 GESTÃO DO TERRITÓRIO E OS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS

Buscando avaliar a efetividade dos instrumentos da política urbana no território metropolitano, fez-se um exercício específico correlacionando as áreas urbanas acrescidas nas últimas décadas com o macrozoneamento e zoneamento dos Planos Diretores dos municípios metropolitanos. Procedeu-se da seguinte forma: sobre a base cartográfica *Google Physical* as zonas dos PDDU foram georreferenciadas, no programa QGis, e gerado um mapa com a compatibilização de zonas similares, composto por cinco zonas: rural, industrial, urbana, expansão controlada, zona de transição, e zona urbana de Salvador, cuja memória da correlação consta do Apêndice 01: Memória da Compatibilização das zonas dos PDDU dos Municípios Metropolitanos; as áreas urbanizadas acrescidas foram analisadas na inserção dos respectivos PDDU, Tabela 5. Observa-se que a maioria das áreas está situada em Zonas de interesse ambiental, em zona rural, zona de ocupação restringida no zoneamento regional (destacadas em amarelo e negrito na Tabela 5). Outras, propriamente localizadas, compatíveis com as zonas em que se localizam, encontram-se em zonas urbanas consolidadas e áreas de expansão.

Com base nessa compatibilização foram elaborados: o Cartograma 10, que sobrepõe os polígonos das áreas urbanizadas levantadas nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010 ao zoneamento regional compatibilizado; e, o Cartograma 11, que sobrepõe a geolocalização dos pontos das concentrações populacionais, cada ponto correspondendo a 500 habitantes. Nestes cartogramas, em cinza, os municípios cujo PDDU encontrava-se em elaboração ou cujas informações eram imprecisas (Dias D'Ávila e Pojuca).

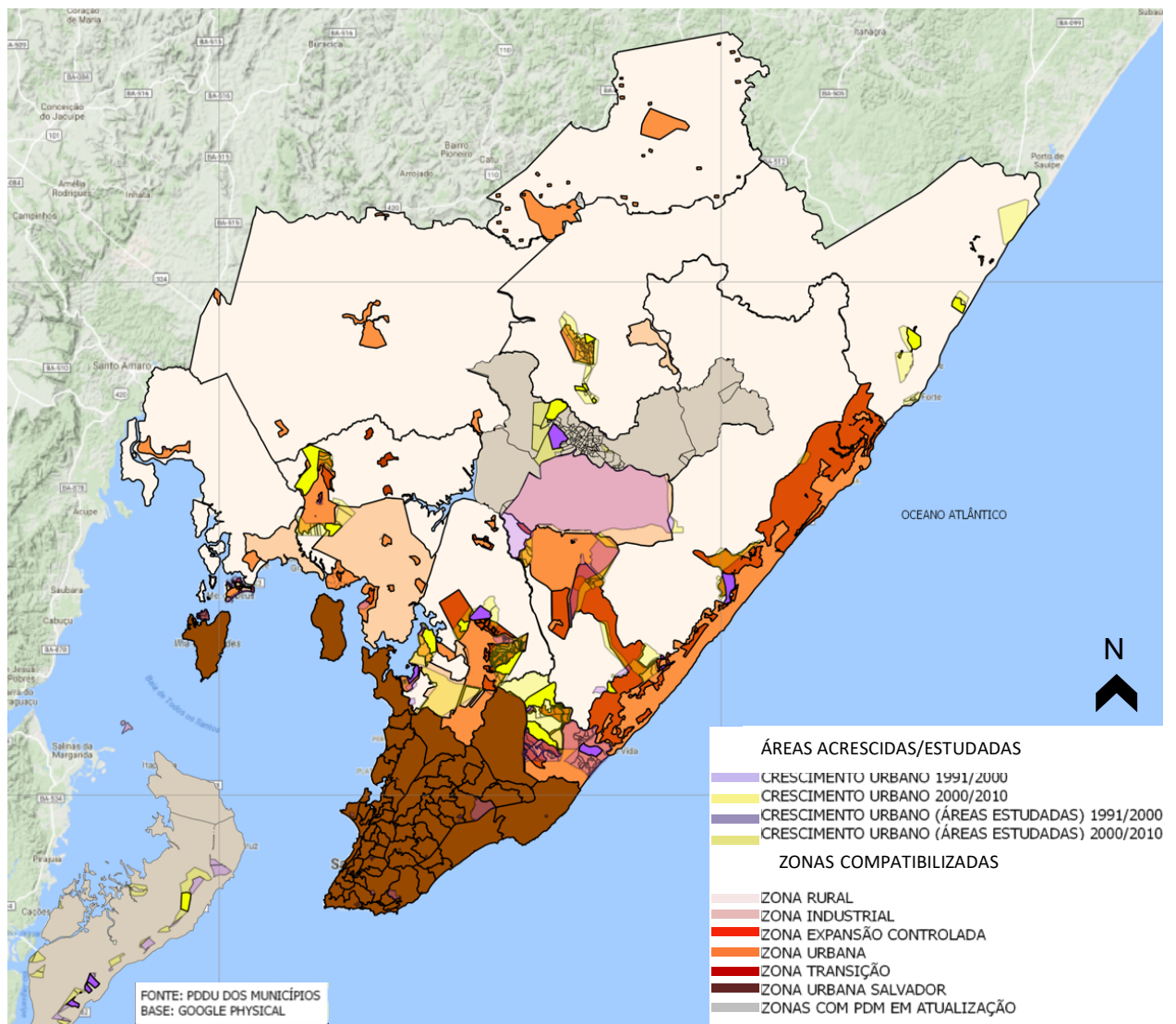
**Tabela 5** - Enquadramento das AU-SC no Zoneamento dos PDDU dos municípios metropolitanos.

Ano	Município	Código da área	Classificação AU Macro-zoneamento	Classificação AU no Zoneamento
2000/2010	Camaçari	AU 290570110000123	Zona Urbana AB-ZU.2 Catu de Abrantes	ZEC 5
1991/2000	Camaçari	AU 290570110000026	Zona Urbana AB-ZU.4 Areias	ZOCOM 3 / Fora do zoneamento
1991/2000	Camaçari	AU 290570110000130	Zona Urbana CA-ZU.2 Capivara / <b>Zona Rural CA-ZR 4 Coqueiros de</b>	ZOCOM 4 / ZEC 3 / Fora do Zoneamento
1991/2000	Camaçari	AU 290570105000106	Zona Urbana CA-ZU.1 Camaçari -Sede	ZOCOM 8 /ZEC2
1991/2000	Simões Filho	AU 293070905000059	Macro-zona urbana	<b>ZPA /ZCU/ZEIS</b>
1991/2000	Simões Filho	AU 293070905000013	Macro-zona urbana / Macro-zona de desenvolvimento Agro-Flores	ZOC/ <b>ZPA/ ZOR</b>
2000/2010	Simões Filho	AU 293070905000097	Macro-zona urbana / Macro-zona	<b>ZPA/ZOR /ZCS-3/ZEIS/ZCU</b>
2000/2010	Simões Filho	AU 293070905000086	Macro-zona urbana	ZOR
2000/2010	Simões Filho	AU 293070905000082		
2000/2010	Candeias	AU 290650105000065	MZU 1 - macrozona urbana 1 / <b>macrozona rural norte</b>	<b>ZIU1 / ZIA1 /ZPR6/ZEU2/ZEU3/ZEU5/CSR1</b>
2000/2010	Candeias	AU 290650105000048	MZUE CIA NORTE - macrozona de uso especial / MZU 1 - macrozona	<b>ZEIS4 / ZIA2/ZEIA1/ZEIN1</b>
2000/2010	Mata de São João	AU 292100505000010	Zona Urbana e <b>Rural (parte a parte)</b>	Parte da Zona urbana 1970
2000/2010	Mata de São João	AU 292100510000002	Zona Rural	ZEP I/ ZUP/ ZEP II/ <b>ZAG I</b> (mapa 1) ZEP I/ ZPR (mapa 2) ZEP I/ ZEP II/
2000/2010	Mata de São João	AU 292100510000008	Zona Rural	ZEP I/ ZEP II/ ZOC (mapa 1) ZEP II/ ZEP III/ ZT / ZCS (mapa 2) ZEP I/ ZEP II/ ZCS/ ZORE/ ZME/ ZT/ ZPV
1991/2000	Lauro de Freitas	MUN 1920 CÓD SETOR 57	Perímetro urbano	ZUR 1/ ZT 1/ CCS (mapa 1)
2000/2010	Lauro de Freitas	AU 291920705000152	Zona Rural	<b>ZPM (mapa 1)</b>
2000/2010	Lauro de Freitas	AU 291920705000148	Perímetro urbano	ZUR 3 (mapa 1)

**Fonte:** PDDU dos municípios; LCAD; Elaboração própria.

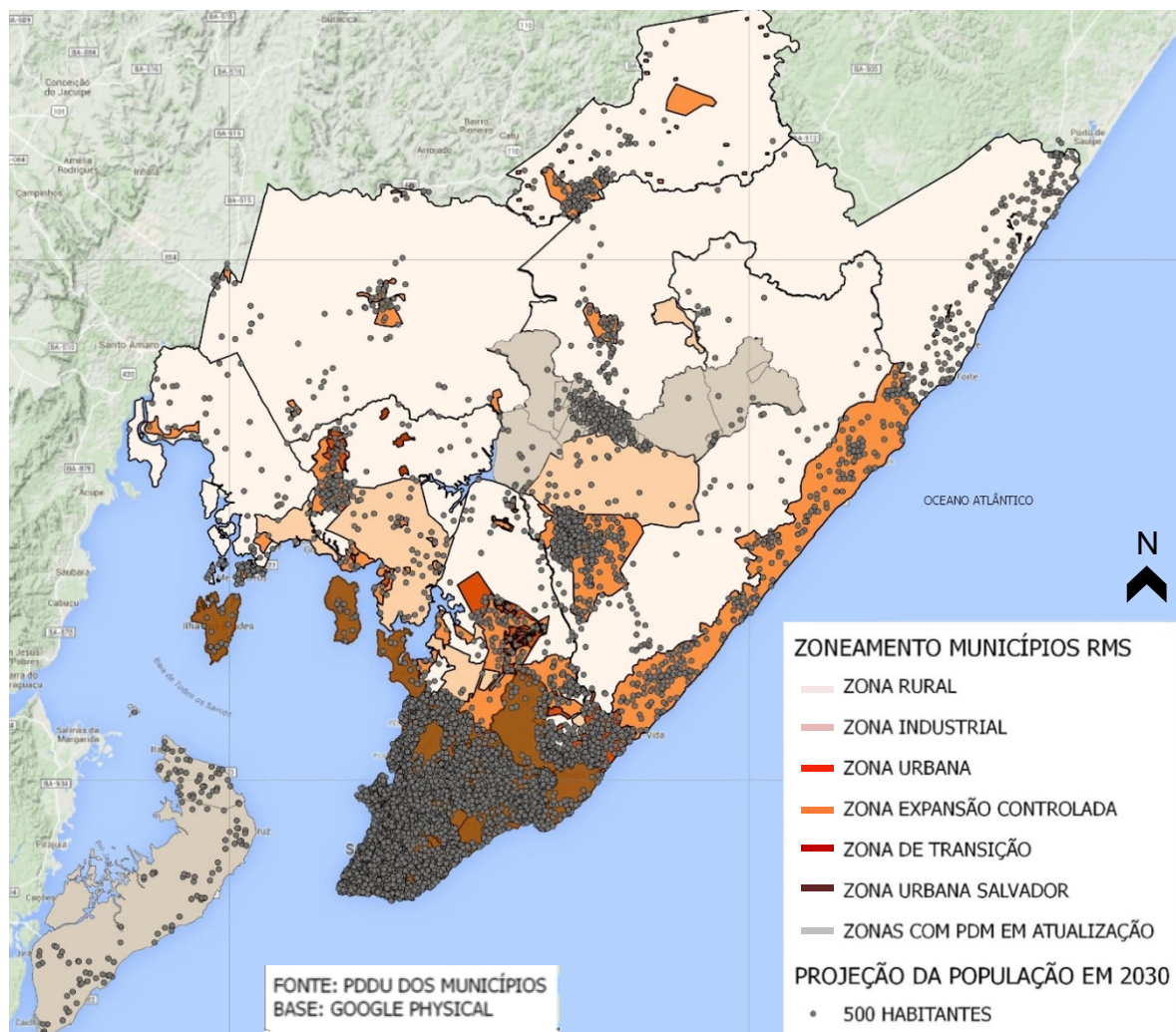
**Legenda:** Zonas PDDU municípios da RMS.

SIMÕES FILHO	MATA DE SÃO JOÃO
ZPA = ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	Mapa 1 - zoneamento prefeitura cartograma
ZCU = ZONA DE CONSOLIDAÇÃO URBANA	ZEP I - Zona de Expansão Prioritária I
ZEIS = ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL	ZEP II - Zona de Expansão Prioritária II
ZOC = ZONA DE CONSOLIDAÇÃO URBANA	ZUP - Zona de urbanização prioritária
ZOR = ZONA DE OCUPAÇÃO RESTRINGIDA	ZAG I - Zona de agricultura I
ZCS-3 = ZONA DE COMÉRCIO E SERVIÇO DE CENTROS LOCAIS	ZOC - Zona de ocupação controlada
<b>CANDEIAS</b>	Mapa 2 - Mapa de zoneamento Litoral Norte
ZIU - Zona predominantemente industrial urbana	ZEP I - Zona de expansão I
ZIA - Zona de interesse ambiental	ZEP II - Zona de expansão II
ZPR - Zona predominantemente residencial	ZEP III - Zona de expansão III
ZEU - Zona de expansão urbana	ZPR - Zona de proteção rigorosa
CSR - Corredor de serviços e apoio rodviário	ZT - Zona turística
ZEIS - Zona especial de interesse social	ZCS - Zona de comércio e serviços
ZEIA - Zona especial de interesse ambiental	
ZEIN - Zonas especiais industriais	Mapa 3 - Mapa de zoneamento ecológico econômico
	ZEP I - Zona de expansão I
<b>LAURO DE FREITAS</b>	
Mapa 1 - Zoneamento territorial	ZEP II - Zona de expansão II
ZUR 1 - Zona de uso residencial / sede	ZAG - Zona de agricultura
ZUR 3 - Zona de uso residencial / de expansão urbana sustentável	ZCS - Zona de comércio e serviços
ZT 1 - Zona de uso turístico 1	ZORE - Zona de ocupação rarefeita especial
CCS - Corredor de comércio e serviços	ZME - Zona de manejo especial
ZPM - Zona rural	ZT - Zona turística
	ZPV - Zona de proteção visual
<b>CAMAÇARI</b>	
ZOCOM = ZONA DE EXPANSÃO CONSOLIDADA	
ZEC = ZONA DE EXPANSÃO CONTROLADA	

**Cartograma 10** - Zoneamento regional e áreas urbanas acrescidas 1991/2010.

Fonte: PDDU municípios da RMS; LCAD; Elaboração própria.

No Cartograma 10, pode-se notar tanto as áreas urbanizadas localizadas em zona rural quanto perceber que o próprio zoneamento dos municípios, Simões Filho e Candeias, principalmente, delimitaram áreas urbanizadas dispersas nos seus zoneamentos. Isto significa que o zoneamento é apenas o resultado da constatação das ocupações existentes que não podem ser negadas, mas não representa um zoneamento propositivo, pois não se percebe nenhuma lógica organizativa para a distribuição das pequenas manchas urbanas dispersas em zona rural.

**Cartograma 11** - Zoneamento regional e pontos de concentração populacional 2010.

Fonte: PDDU municípios; LCAD; Elaboração própria.

No Cartograma 11, pode-se perceber que a concentração populacional nas zonas urbanas é evidente, correspondendo aos vetores metropolitanos: no vetor Litoral Norte em distribuição homogênea ao longo da faixa litorânea e insinuando as conexões de Camaçari com a orla; na ligação de Simões Filho (Centro Norte) com Lauro de Freitas; no vetor Centro Norte, a sequência das concentrações urbanas marcam esta direção; no vetor Intermetropolitano, o desvio para Candeias também se mostra com clareza, porém num padrão de localização mais difuso. Neste cartograma, fica também explícita uma distribuição de população localizada em espaços da zona rural e zona industrial. Nas direções destes três vetores as ocupações seguem até os limites da região metropolitana.

No vetor Sul, não foi possível a análise dos PDDU dos municípios, então inconclusos. Entretanto, conhecendo os processos urbanos deste território, destaca-se o crescimento da



ocupação que se aproxima do interior da ilha visto que, historicamente, é predominante a ocupação na costa Leste, rarefeita, como registrado no cartograma.

A elaboração de um Zoneamento Regional deverá surgir da obrigatoriedade do Estado de elaboração do *Plano Urbanístico Integrado - PUI*, conforme estabelece o *Estatuto da Metrópole*, com mobilização já iniciada. O significado das metrópoles para a integração das nações à economia globalizada é crescente e a complexidade das relações metropolitanas exige a construção de uma visão coletiva de futuro, que suplante as limitações do modelo administrativo municipal e supere as dificuldades de alinhamento em torno de objetivos de interesse do coletivo regional, com soluções integradas para um sistema urbano fragmentado que não compreende a lógica da sua própria expansão.

## Ações Privadas

### Escala RMS

A nova onda liberal internacionalizante reorganiza o sistema de poder em termos da relação capital-trabalho, do sistema de valores ditado pelo poder da mídia, e da socialidade virtual. O Estado busca compreender seu papel nas novas regras do jogo e alinha-se aos princípios básicos de redução da participação estatal, dentre outros propósitos para atração de investimentos.

Os processos de privatização das empresas públicas, em setores estratégicos, atraíram capital internacional, consorciado ou isolado, e foram passadas às corporações internacionais com formatos de gestão diversificados: energia (COELBA), telefonia (TELEBAHIA), aço (USIBA). Outros processos envolvendo grandes corporações nacionais e internacionais foram: a incorporação do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, pelo Bradesco, e do Banco Econômico adquirido sucessivamente pelo, Excel, BBV e Bradesco. Se estes processos elevam a capacidade operacional, comercial e competitividade, por certo concentram incomensuravelmente o capital financeiro e produtivo e colocam grande parte dos serviços numa plataforma global, operados na região por empresas não necessariamente baianas. Localmente, as corporações não se limitam ao empreendimento inicial e prospectam novas oportunidades de investimento.

Os principais agentes privados da transformação urbana são: os industriais, comerciantes, agentes capitalistas estrangeiros, investidores e incorporadores imobiliários,

empresários da construção civil, a sociedade civil. Ao final do primeiro quartel do século XXI, constata-se o grande crescimento do investimento privado ao longo deste período, concentrado no espaço metropolitano. Percebe-se uma clara mudança no padrão da concorrência da estrutura produtiva da RMS. Distante do protecionismo cepalino, os setores, industrial, turismo, imobiliário, comercial, educacional, são capturados pelo capital internacional.

Em todos os setores da economia a concorrência entre cidades e Estados para captação das oportunidades é acirrada, principalmente unidades industriais, como exemplifica a disputa pela instalação do Complexo Ford, em Camaçari.

Genericamente, neste período, de 1985 a 2015, o crescimento e a diversificação da indústria convergem para implantação dos empreendimentos nos territórios industriais já predefinidos, no Centro Industrial de Camaçari. As indústrias localizadas fora dos distritos industriais, passam por licenciamento da atividade no âmbito dos *Planos Diretores Municipal* e de licenciamento ambiental - *Estudos de Impacto Ambiental*, onde o embate entre planejamento e flexibilização se estabelece para captura de investimentos.

As estratégias do modo de produção pós-fordista, repercutiram na RMS. Na indústria, grupos internacionais e nacionais participam da reestruturação via processos de aquisições e fusões: na petroquímica, a integração da 1ª e 2ª geração justifica a aquisição do controle acionário da Norquisa<sup>92</sup> e fusões de várias indústrias do COPEC lideradas pela Braskem, contudo sem impregnar a economia “à jusante”; na transformação plástica, mesmo este importante segmento foi pouco representativo no PIB do estado (CAVALCANTE, 2008); no setor metal-mecânico, exemplifica a formação de um dos maiores grupos siderúrgicos da América Latina, com a incorporação da USIBA pela GERDAL. Alguma diversificação do setor industrial é obtida com a introdução da produção de componentes para a energia eólica, da indústria automobilística, da produção de eletrodomésticos e componentes-eletrônicos, dentre outros segmentos: siderúrgica, bebidas, fertilizantes, turismo e a indústria cultural.

O Complexo Industrial Ford Nordeste (*Projeto Amazon*), 2002, inaugura novo padrão de organização produtiva, adota procedimentos impensáveis no modo fordista de produção, os consórcios modulares: a operação em escala mundial; elimina a competição entre fornecedores - os sistemistas, que acompanha a unidade industrial -; escala reduzida; novos

---

<sup>92</sup> Aquisição do Consórcio Odebrecht-Mariani na década de 1990.

critérios locacionais de implantação<sup>93</sup>. O centro de design, atividade intensiva em informação típica de cidades de comando e controle, destoa localizar-se em metrópole periférica.

O setor de Comércio e Serviços é quase totalmente organizado nas grandes estruturas - *shopping centers*, supermercados, cadeias de alimentos do varejo, etc. -, muitos desses passam por seguidos processos de reestruturação em razão de fusões e aquisições. Transformam-se e forçam a população a se adaptar às suas culturas empresariais. Seguem expandindo na mesma direção da expansão metropolitana, em direção ao norte. As grandes corporações do comércio limitam drasticamente a atividade de pequenos e médios empresários que conseguem sobreviver em áreas de ocupação de baixa renda, em função de possibilidades de retalhamento de mercadoria e de formas de pagamento flexibilizadas às condições de aquisição desse segmento populacional. O setor de serviços indica crescimento do emprego e do número de estabelecimentos do setor.

No setor turismo, fica difícil discernir até onde a chegada de investidores estrangeiros resulta de uma estratégia do Estado, ou, se é o Estado que responde ao movimento das corporações, estabelecendo uma parceria nesse deslocamento em busca de oportunidades, transformando os territórios turísticos em lócus para reprodução do capital internacional. De fato, desde o início dos anos 90, o setor vem polarizando iniciativas empresariais de porte, predominando o capital oriundo de Portugal e Espanha como uma nova onda de colonização, agora dos remanescentes do litoral nordestino. O que se planejou originalmente, como complexos ecoturísticos, se efetivou como megaempreendimentos que integram cadeias globais, se alinham às linguagens e códigos próprios das corporações, replicam padrões encontrados em outros lugares, afinados com as regras da concorrência global, sendo a plataforma dos investidores e de comercialização também globais.

Dados do setor turismo, 1993 e 1998, apontam crescimento dos meios de hospedagem na região, de 2,6 vezes, caracterizando uma etapa de transformações no Litoral Norte (PRODESU, 2001, p.13). Na RMS, registra-se a aquisição de glebas por empresas internacionais, europeias, consolidando o Centro Turístico Forte-Sauipe e adentrando o município de Entre Rios com empreendimentos turístico-imobiliários: Reserva Imbassaí, Oríssio, Trussard e outros. Via de regra, estes têm concepção modular, alguns empreendimentos têm etapas implantadas, outros já se encontram totalmente concluídos. A

---

<sup>93</sup> Em 1970 as montadoras concentravam-se em São Paulo, e pequena desconcentração para Minas Gerais (Fiat) e Paraná (Volvo). Em 1990, no padrão de produção enxuta, acontece desconcentração regional pela influência do Mercosul. Quanto à Ford o reflexo da crise do Mercosul, 1999, é a justificativa da desconcentração da indústria automobilística.

quantificação dos dados do turismo encontra-se no Capítulo 3, Terceira Parte, onde, com mais detalhes, a participação dos setores econômicos na formação do tecido urbano é explorada.

O componente imobiliário dos empreendimentos turísticos conforma um *mix* com as unidades habitacionais hoteleiras e induzem maior produção imobiliária no entorno destes empreendimentos. Dependentes da base urbana para lazer incrementam a concentração do entretenimento e a diversidade da experiência turística nas vilas e localidades, que realimentam as iniciativas imobiliárias, parcelamentos, ampliando o número de segundas residências que, aos poucos, vão sendo incorporadas num modelo de expansão litorânea como explicado Silva, Silva, Carvalho (SILVA; SILVA; CARVALHO, 2012).

No setor imobiliário urbano, a grande transformação dos novos produtos colocados no mercado é evidenciada na escala dos empreendimentos: pavimentos tipo com áreas majoradas; complexos arquitetônicos com múltiplas torres, com usos e tipologias habitacionais diversificadas. Os megaempreendimentos quase excluíram do mercado aqueles empresários com menor capacidade financeira/empresarial/organizacional. O protagonismo do mercado imobiliário entre 2006 e 2012 é inusitado, assim como, o efeito deste processo na concentração cada vez maior do grande capital nacional e internacional. Dados da evolução do mercado imobiliário no Capítulo 3, Terceira Parte.

Após a crise internacional de 2008, acompanhando as informações que circulam em imprensa especializada (jornal *Bahia Negócios*), há registros de refluxo de muitas atividades industriais e turísticas, e, a economia em estagnação, praticamente congela os negócios imobiliários.

### Ações relativas à expansão urbana e metropolitana: tecido urbano e densidades

As dinâmicas urbanas na cidade formal, por meio de mecanismos de solo criado, seguem adensando áreas, sobrecarregando a infraestrutura urbana instalada e concorrendo para o comprometimento dos sistemas urbanos, atingindo os níveis da chamada crise urbana cuja expressão mais evidente está na crise da mobilidade, na alta segregação/exclusão social e nos aprofundados danos ambientais.

As ocupações precárias passam pelo mesmo processo de adensamento de áreas, na maior proximidade possível da cidade formal, por verticalização, cujo risco de desastre constitui evidente ameaça.

Em sentido contrário as cidades seguem transbordando para além do seu perímetro. O modo disperso que se registra a partir das últimas décadas do século XX surpreende pelo inusitado da pulverização de áreas urbanizadas no espaço regional, um formato novo que se manifesta em outras regiões metropolitanas, já reconhecido como uma tendência nos diversos países e continentes, que suscita especulações sobre uma nova ordem urbana (MARCUSE; VAN KEMPEN, 2000). E, lembrando, mais uma vez, o que diz Panerai, apesar das especificidades de cada cidade, em todas podem ser encontrados os mesmos fenômenos urbanos, “[...] aparente contradição que oscila entre o universal e o particular, a regra e a exceção, a repetição e a singularidade” (PANERAI, 2015, p. 53).

Os investimentos na rede rodoviária ampliam a acessibilidade ao território metropolitano e abrem-se espaços para a urbanização. Nesse período, a ocupação dos loteamentos que haviam sido implantados nas décadas de 1970 e 1980 é intensificada e novos empreendimentos deram seguimento à expansão metropolitana em ritmo crescente até o ano 2006, quando o setor entra em franco declínio, atinge o nível mais baixo de produção em 2012.

### 4.3 EFEITOS DAS AÇÕES PRIVADAS NA RMS

A forte atividade empresarial na RMS, a entrada de capital estrangeiro de corporações internacionais, a incorporação e diversificação dos serviços, em todos os segmentos, promovem a grande transformação metropolitana que se busca focalizar, especificamente seus efeitos na reestruturação socioespacial e reorganização do território.

#### Efeitos socioeconômicos

As mudanças estruturais no cenário econômico impactaram positivamente na estrutura econômica do estado dinamizando o parque industrial na RMS, onde se concentra boa parte da indústria. Salvador e sua região, com a expansão que se verifica, não apenas na produção, mas nos avanços de relações nacionais e internacionais, se estabilizam como importante metrópole nacional. Concentram os mais especializados serviços e mantêm a histórica discrepância na rede de cidades intrametropolitana. Esta polarização discrepante, mais que distingui-la pela importância externa, revela a incapacidade da sede metropolitana em assumir a verdadeira liderança de uma capital regional, pois não demonstra ter força de expansão, de

dinamização do território que influencia, e remete ao conceito de força de expansão de Santos (SANTOS, 1956), ao menos, era esta a expectativa do desenvolvimentismo, frustrada por uma macrocefalia não dinamizadora.

Se existe aumento da polaridade dos serviços em Salvador, não se pode negar que houve uma relativa descentralização que decorre das migrações internas da população para as demais cidades da metrópole, que vêm assumindo progressivamente efetivo papel de centralidades, novas na sua funcionalidade e relações regionais.

As redes bancárias, sem capital local, são representações das redes nacionais e internacionais e estão dispersas no território em função dos segmentos em que atuam. Especificamente esta é uma atividade que largamente se desconecta da base territorial com tendência a maximizar as transações por meio eletrônico.

A afirmativa de que a alteração na estrutura produtiva não foi expressiva em termos de impacto na ampliação da estrutura socioeconômica e urbana, deve apoiar-se nos indicadores do mercado de trabalho: o emprego na indústria de transformação manteve-se no mesmo patamar; idem para os serviços de educação e saúde; redução dos empregos formais nas atividades financeiras, associada à automação/informatização e às fusões e aquisições. Os dados disponibilizados contabilizam significativo aumento no número de novas empresas e no estoque de trabalho a favor dos segmentos de construção civil, atividades imobiliárias, alojamento, alimentação, comércio e serviços pessoais (CARVALHO *et al.*, 2012).

Vale destacar que a globalização é um processo não restrito a transformações da atividade produtiva e relações comerciais, mas, um processo de acultramento a novos referenciais: valores, comportamentos, posturas que influem nas decisões sobre o modo de organização sócioespacial. Para Ojima a mudança cultural e de valores da sociedade pós-moderna, determinam o modo disperso da urbanização:

[...] Quando o ambiente e a natureza passam a ser valores relevantes para quem possui condição econômica surge a contradição nos estilos de vida: passamos a viver nas cidades e queremos voltar a viver perto da natureza. Segundo Dagger (2003) a dispersão urbana é resultado das escolhas individuais e se a demanda é por viver em áreas relativamente mais próximas aos centros com proximidade a valores relacionados ao meio ambiente, é natural que a urbanização o seja mais dispersa, mesmo que coletivamente esse padrão traga efeitos negativos (OJIMA, 2008, p.4) (grifo nosso).

O argumento do autor parece simplista, pois minimiza a força das determinações econômicas, preferindo aqui colocá-lo como um fator adicional a condicionar a urbanização dispersa. Conforme pensamento do corpo técnico da SEI (2012), os seis principais aspectos

econômicos que influenciaram e promoveram as mudanças dos espaços que reforçam a maior articulação da RMS e da metrópole baiana com os fluxos econômicos mundiais, intensificados com abertura comercial e a globalização e após o *Plano Real*, foram:

[...] os impactos econômicos da reestruturação produtiva sobre os serviços e a circulação de mercadorias no espaço metropolitano; o fortalecimento do agronegócio com impacto na circulação de mercadorias pelos portos e aeroporto da metrópole; o crescimento do turismo impacta na ampliação do sistema viário, na qualificação dos serviços de hospedagem e comércio de apoio ao turismo; os novos investimentos industriais projeto Amazon da Ford e seu centro de design; e, crescimento do fluxo de comércio exterior pelo crescimento da economia global, em especial o chinês (SEI, 2012, p. 7).

O efeito espacial dos processos de fusão e incorporação foi a transferência dos centros decisórios de empresas, originalmente baianas, para o sul-sudeste, principalmente São Paulo, o que explica que decisões do COPEC, hoje, sejam formuladas fora da Bahia e do Brasil.

O setor turismo estabelece o vetor Litoral Norte de investimentos, típico da urbanização dispersa baseada num eixo de coalescências urbanas que se ajusta às concepções teóricas de dispersão que assume uma forma linear, melhor descrita pelo conceito de estrada – mercado de Boeri e Lanzani (1993). O *Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR-NE* impactou fortemente na produção tanto de ocupações de alta e média renda quanto de ocupações precárias, estas, formadas principalmente pela mão de obra remanescente da construção de empreendimentos, que se mantêm no entorno, na expectativa de novas contratações. O fenômeno da metropolização costeira em grandes trechos do litoral da região nordeste é abordado por vários autores (SILVA; SILVA; CARVALHO, 2008; SANTOS PEREIRA, 2008).

A caracterização da urbanização dispersa na metrópole será abordada a partir do reconhecimento das áreas urbanizadas acrescidas nas últimas décadas e será trata no Capítulo 4, Terceira Parte.

## Efeitos espaciais e ambientais

A mudança de paradigma, de desenvolvimento econômico para desenvolvimento sustentável, depende da superação da lógica utilitarista dos recursos naturais. A política ambiental é fortalecida e o aparato institucional ambiental se consolida após a Conferência Rio 92. O aprimoramento das legislações ambientais, com destaque para a *Lei de Crimes*

*Ambientais*, Lei nº 9.605/1998, favorece à assimilação da responsabilização ambiental no âmbito institucional e privado.

A consciência ecológica é um processo progressivo a ser conquistado, com forte contribuição da atuação de ONGs, mas não significa o fim da ocorrência de más práticas ambientais ou o fim das discrepâncias entre os discursos e as práticas. Na RMS, a persistência de ameaças ao padrão de sustentabilidade configura o principal desafio a ser enfrentado num território onde uma das principais atividades econômicas em desenvolvimento é consumidora de espaço - o turismo - e está sob a mira de grupos originários de países que já foram ambientalmente arrasados.

Registra-se a criação de espaços protegidos - APA, Reservas Ecológicas, RPPN, dentre outros tipos de proteção -, o amadurecimento na elaboração de planos de manejo, principalmente nas UC decretadas pelo setor turismo, mas, com grandes dificuldades para implementação de uma gestão eficaz.

A expansão urbana constitui forte pressão sobre o ambiente natural, em especial o alastramento das ocupações no território - a urbanização dispersa -, e mais, as ocupações precárias, que via de regra se instalam em espaços residuais, áreas de risco para as populações e para o ambiente natural.

Quanto aos efeitos ambientais, relembro Antrop, a acessibilidade, a urbanização e a globalização concorrem, os três, na RMS (ANTROP, 2005). No quesito acessibilidade, a ampliação do sistema viário, construção da Linha Verde, e, a abertura de espaços rurais para o turismo associado a empreendimento imobiliário, alteram significativamente o uso, a escala e a morfologia da ocupação, seja esta formal ou informal. O traçado da Linha Verde, BA-099, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da qualificação dos ambientes e da alavancagem que poderia imprimir ao desenvolvimento do turismo é um grande desastre.

Conforme Santos Pereira (2008),

[...] Exigiu grandes cortes do relevo com alto grau de dificuldade de remediação, e com inserção geomorfológica de alto impacto, cujo equívoco fica evidenciado quando se analisa o modelo geo-ambiental sistêmico do litoral Norte. Percebe-se a situação a cavaleiro que ficaria o observador situado a cotas médias, aproximadamente de 40 m, com relação ao ambiente costeiro, cujas altitudes decrescentes permitiriam usufruir da condição de domínio visual sobre toda a área, como uma extensa arena linear a observar o mar e a faixa litorânea, tal como ocorre no trecho do município de Camaçari que o antecede. Nas condições da implantação dessa rodovia, entretanto, os registros fotográficos comprovam, em poucos trechos, esta situação de visuais de amplitude ocorre. Além do aspecto paisagístico que significa uma perda estratégica grave, as marcas deixadas no ambiente tornam



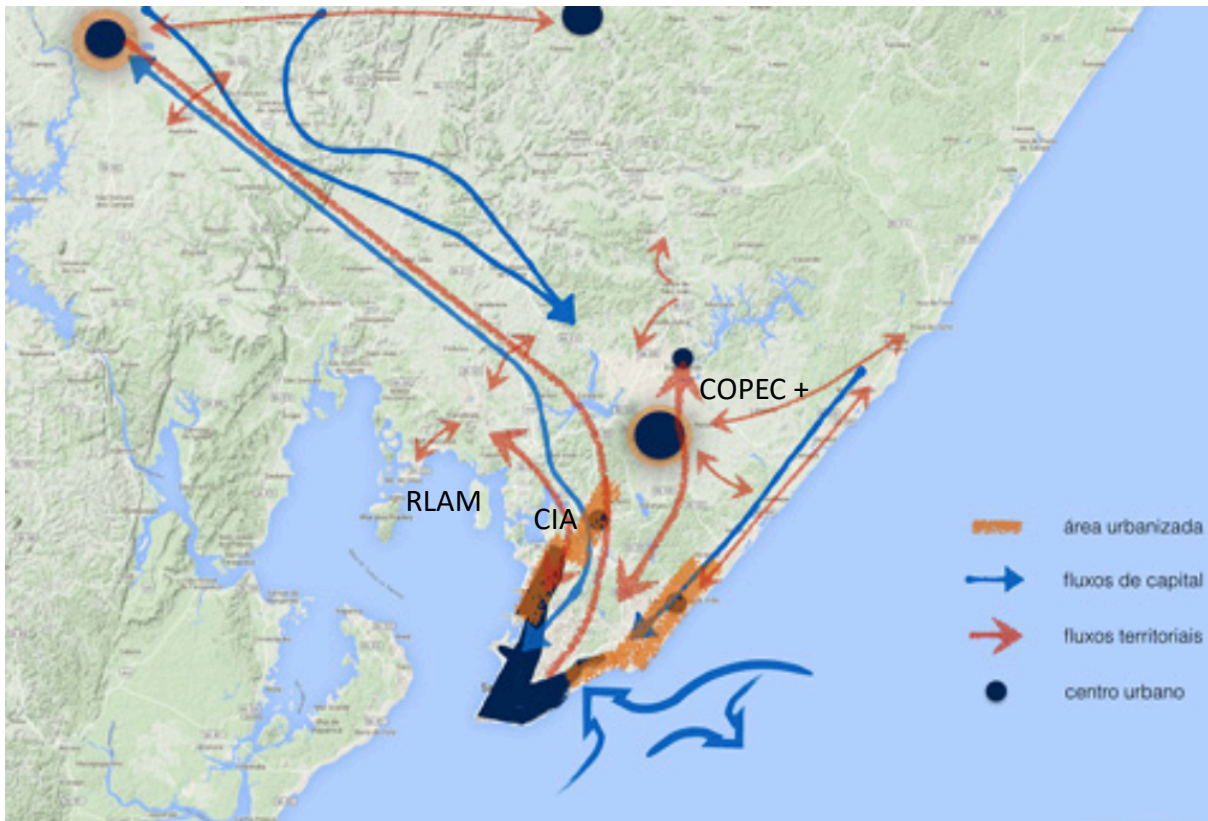
imprópria a sua denominação, pois que a implantação não prioriza critérios ambientais, em especial os paisagísticos (SANTOS PEREIRA, 2008, p. 158).

## Efeitos Territoriais

Os fluxos territoriais de capital e da produção se organizam conforme a Figura 17, relativamente à terceira fase industrial, turismo e cidade terciária. Percebe-se o crescimento de relações intrametropolitanas, relações do litoral com as sedes interioranas mais irrigadas, conexões transversais entre cidades cruzando a BR-324. O litoral norte é reinserido na economia, agora capitaneado pelo turismo internacional, marca a intensidade da sua dinamização no território. As áreas urbanizadas dos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari, além de suas sedes, evoluem com a infraestrutura urbana e compartilham com Salvador a condição de centralidades, melhor estruturadas, quando se passa a observar fluxo entre cidades da região, reduzindo, em alguns aspectos, a exclusividade de suprimento regional da cidade do Salvador (*Pesquisa de Mobilidade*, SEINFRA, 2012). A urbanização extensiva, de Lauro de Freitas e Simões Filho, alcança Salvador. As sedes de Camaçari e Dias D'Ávila e o Polo Industrial de Camaçari formam um complexo urbanizado que se estende paulatinamente na direção do litoral e na direção da sede de Mata de São João. Fluxos no sentido norte, pelo litoral, pelo eixo central, até Alagoinhas, e na direção noroeste, até Feira de Santana, se intensificam, caracterizando três vetores de expansão metropolitanos (PEREIRA; SANTOS PEREIRA, 2016). Conexões Feira de Santana e Alagoinhas são estreitadas e insinuam um novo vetor de expansão.

A crise internacional de 2008 e o refluxo de intenções de projetos industriais e turísticos mantêm baixas taxas de crescimento, relativamente aos anos iniciais deste período, com expansão da periferia e adensamento de algumas áreas informais: os Subúrbios Ferroviários, Simões Filho e Lauro de Freitas.

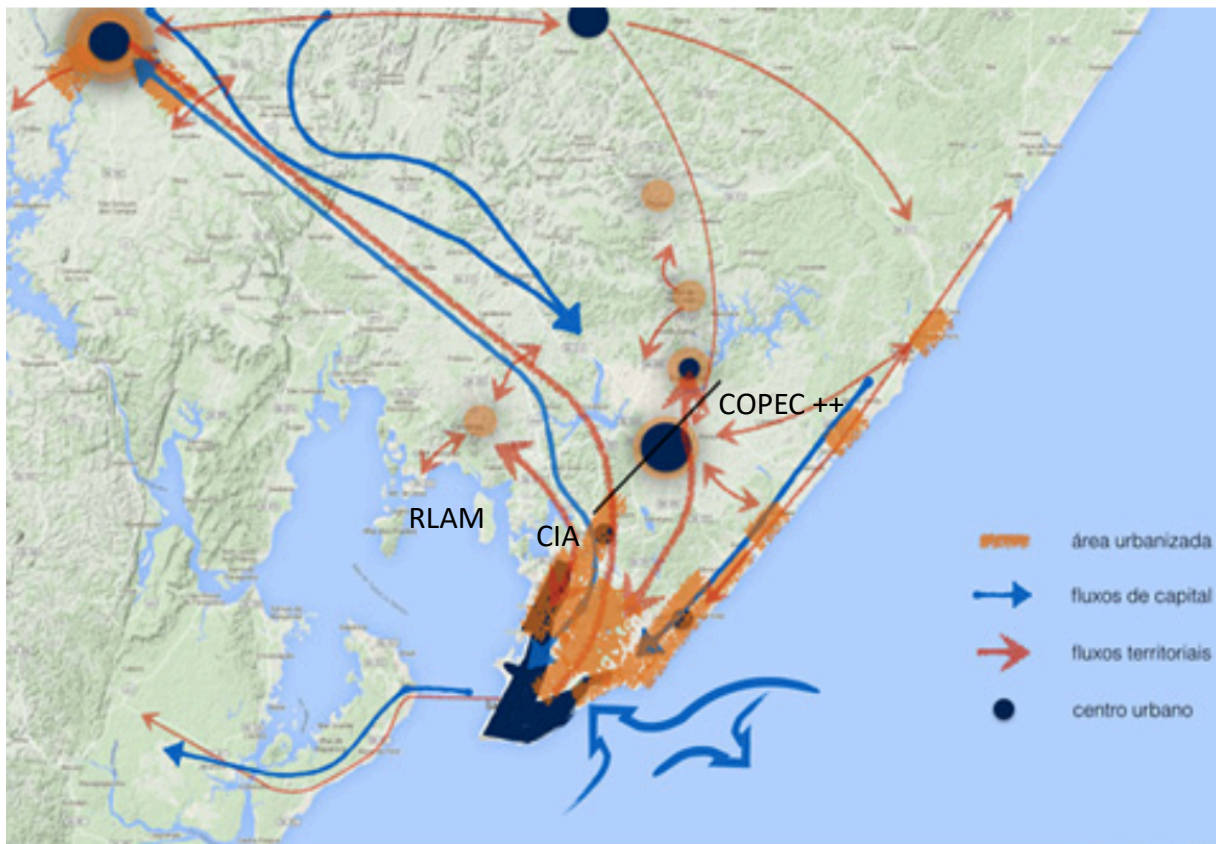
**Figura 17** - Terceira fase industrial, turismo e cidade terciária: fluxos de capital e produção, área urbanizada, fluxos territoriais.



Fonte: Pereira e Santos Pereira (2016).

Na Figura 18, o esquema ressalta a expansão metropolitana, com crescimento populacional das sedes municipais expansão das ocupações litorâneas, intensificação das conexões interioranas de Camaçari, Dias D'Ávila com o litoral, ampliação do vetor litoral com maior intensidade para além da foz do rio Pojuca com novos empreendimentos turísticos/imobiliários.

As áreas urbanizadas, dispersas na região, consolidam-se e ampliam-se, formando um arquipélago de ocupações urbanas ancoradas nas centralidades metropolitanas, paulatinamente melhor infraestruturadas e equipadas. Este processo, refreado pela crise na economia internacional, teria se alastrado, não fora a retração na economia a partir de 2010.

**Figura 18** - Produção pós-crise mundial 2008: fluxos de capital e produção, área urbanizada, fluxos territoriais.

Fonte: Pereira e Santos Pereira, 2016.

A evolução das áreas urbanizadas nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010, georreferenciadas nos Cartogramas 2, 3 e 4, indica a urbanização dispersa como uma tendência reforçada pela indução de projetos viários e habitacionais, com localização periférica, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV). A aderência das manchas das áreas urbanizadas aos eixos viários sinaliza os vetores da expansão urbana metropolitana, objeto de análise e caracterização no Capítulo 5, em sequência.

### Efeitos territoriais: tecido urbano e densidades

Quando os grandes processos econômicos globalizados alcançam o Nordeste do Brasil, sítios ditos “intocados” são valorizados como bem econômico, e justificam o interesse do capital nacional e internacional pelas oportunidades de investimentos em turismo. Como afirma Cruz, nesse período “a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais a sua incontestável capacidade de organizar

territórios” (CRUZ, 2001, p. 8). Outros setores econômicos, a indústria, os serviços, ajustam-se às variações da economia globalizada.

A aquisição de grandes glebas por grupos estrangeiros no litoral brasileiro, em regiões próximas a centros urbanos com infraestrutura aeroviária, e também em áreas mais isoladas, caracteriza um movimento de privatização do acesso a grandes extensões de praia. Novos territórios turísticos são criados, extensivamente ocupados por empreendimentos turísticos fechados, tipo resorts, formam enclaves de baixa densidade e pequena troca social e comercial com o ambiente em que se inserem e não caracterizam centralidades. Modelo bastante distinto dos tradicionais centros de turismo de veraneio ancorados em cidades ou localidades urbanas.

No processo de ocupação predomina a conversão de propriedades rurais em tecidos urbanos, baseado em alguns parâmetros definidos nos Planos de manejo das unidades de conservação, mas à revelia de disposições mais adequadas à escala do tecido urbano e do edifício.

O paradigma do desenvolvimento sustentável traz a possibilidade de mediação entre o utilitarismo e o preservacionismo. Na prática, o que se verifica é uma ocupação que compromete o quadro ambiental com adensamento populacional, com a intensificação do uso do solo, sem contrapartida para a sociedade e em especial para a comunidade do entorno, que vivencia a restrição da acessibilidade, interdição de acessos e consequente privação do direito à paisagem.

A expansão das ocupações urbanas associadas ao setor turismo observa um padrão diferente dos processos de conurbação que caracterizou o crescimento das cidades no desenvolvimentismo. Os novos tecidos são produzidos de forma esparsa, guardam autonomia e se mostram desvinculados, dispersos, segundo uma lógica que instiga à pesquisa. Mecanismos participativos da sociedade no planejamento regional ou de localidades tendem a favorecer a valores urbano-ambientais e socioculturais que se encontram reféns do potencial transformador desse processo de incorporação de territórios para reprodução do capital, na atual fase de integração mundial de mercados.

O modelo de Lundgren (1974), de evolução da expansão urbana em áreas litorâneas, mostra a transformação das ocupações de segunda residência para primeira residência, cuja tipologia das habitações já corresponde a um padrão tipicamente intraurbano. A Figura 19 mostra o esquema deste modelo, adaptado por Silva, Silva e Carvalho, 2012, para a região de

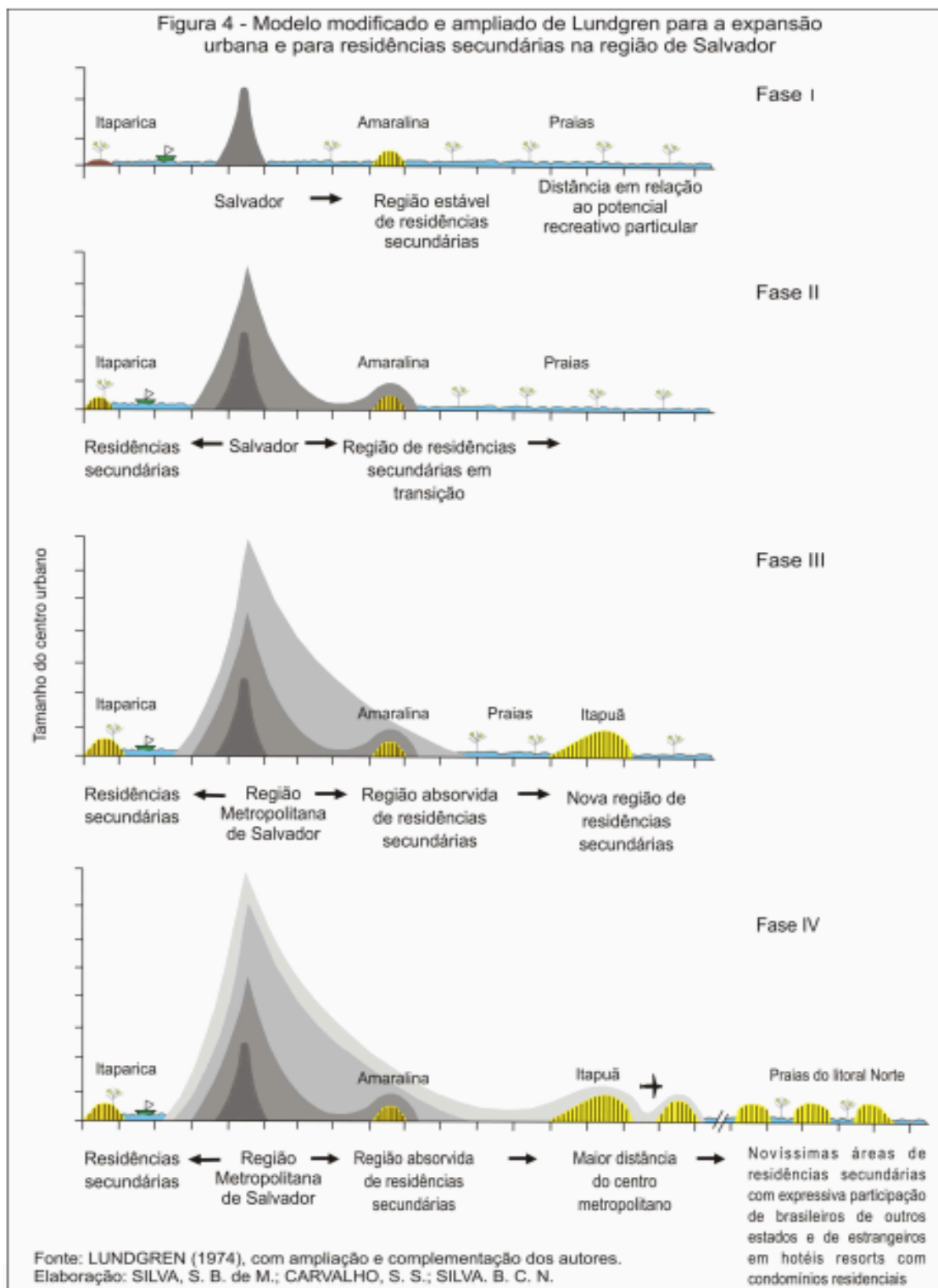
Salvador. Esquematiza em quatro fases a evolução da expansão urbana e a incorporação de segunda residência ao tecido da cidade e região.

A ilustração do processo de urbanização e a transformação das segundas residências, são aplicáveis à progressiva ocupação da faixa litorânea, especificamente no Litoral Norte. Entretanto, a maior autonomia conferida pelas TIC, assim como outros fatores determinantes da urbanização dispersa, como visto, tendem à produção de tecidos dispersos no espaço regional que contradiz a lógica das ondas sucessivas do crescimento urbano (Ver Índice de pulverização)

Na faixa litorânea, as ondas de densificação e a alteração do padrão residencial são claramente exemplificadas na mudança de tipologia unidomiciliar dos loteamentos Buraquinho (lotes médios de 5.000), Miragem, e outros entre Buraquinho e Vilas do Atlântico, com a implantação *villages*, numa primeira onda, e, com a verticalização facultada por lei municipal, dois processos diferentes de densificação. Outra forma recorrente de adensamento ocorre por subdivisão da gleba ou lote, realizado quando da criação do condomínio Porto Busca-Vida, exigindo uma engenharia de direito imobiliário complexa para viabilizar a inserção de condomínio no interior de loteamento preexistente, ou, como no caso do re-parcelamento, 2001, das glebas 23, 24 e 25, do loteamento Busca Vida, dando origem a lotes de mil metros quadrados, transformando chácaras em lotes.

O turismo de porte, resorts de bandeiras internacionais, adotam densidades hoteleiras tidas como baixíssimas (10 leitos/ha). No entanto, a expressão espacial da densidade populacional hoteleira não corresponde aos volumes construídos de ambientes urbanos, têm uma expressão volumétrica muito superior. A densidade populacional não guarda a mesma proporção da densidade construtiva/volumétrica para usos urbano e turístico. Os volumes construídos se inserem na paisagem rompendo a expectativa do cenário “ecoturístico” idealizado para o Litoral Norte (SANTOS PEREIRA, 2008). Implicações ambientais e urbanísticas muito singulares decorrem das formas condominiais inusitadas dos empreendimentos hoteleiros, pois a mudança do padrão do uso do solo – rural/turístico hoteleiro -, pois descompromissados do atendimento aos requisitos da *Lei de Parcelamento*, Lei 6766/79, intensificam e transformam o uso do solo sem a correspondente dotação de áreas para atividades educacionais, comércio e serviços, áreas verdes e áreas urbanizadas que esta Lei exigiria.

**Figura 19** - Modelo de Lundgren modificado e ampliado para a expansão urbana e para residências secundárias na região de Salvador.



Fonte: Silva, Silva e Carvalho (2012).

#### 4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Dando continuidade ao conteúdo do Capítulo 3, que abordou a influência nas dinâmicas urbanas no período de acumulação flexível e globalização quanto ao contexto socioeconômico e ambiental, neste Capítulo 4 foram analisados os processos de gestão à escala Brasil, Região Nordeste, Bahia e RMS, planos e programas, a organização da sociedade para representação e participação nos conselhos e fóruns, a legislação urbanística e ambiental e os instrumentos regulatórios disponíveis e sua eficácia. Os mecanismos de gestão foram analisados quanto à repercussão nas transformações urbanas metropolitanas, bem como foram avaliados os efeitos das ações privadas especialmente focalizando a escala do objeto de pesquisa, a RMS.

O crescimento da região não acontece sem ônus para o meio ambiente. No período de acumulação flexível a consciência e a reação estruturada com base no conceito de sustentabilidade produzem seus efeitos com uma legislação encorpada e, ao menos nos empreendimentos do setor turismo, não de modo uniforme, foi motivo de revisões de projetos e medidas compensatórias.

Os dados e informações constantes deste Capítulo somam-se às do Capítulo 2 completando os elementos para a resposta à primeira questão orientativa sobre a influência do contexto sócio econômico, político e ambiental nas dinâmicas urbanas contemporâneas, especificamente, na urbanização dispersa na RMS.

No Capítulo 5, passa-se à caracterização da espacialidade metropolitana resultante das transformações havidas no período de acumulação flexível e globalização, no intervalo das décadas 1991/2000 e 2000/2010.

## 5 A ESPACIALIDADE METROPOLITANA

A expansão metropolitana, como visto nos Capítulos anteriores sobre as dinâmicas urbanas, no desenvolvimentismo e no período de acumulação flexível e globalização da economia, acontece por concorrência de fatores que não tocam o território de modo uniforme. Ao contrário, os territórios vão sendo especializados também em função de convergências - atividades econômicas similares, complementares e novas, infraestruturas, empreendimentos, características paisagísticas e ambientais, etc. -, compondo um perfil de atributos que favorece às escolhas locacionais, e estas, retroalimentam vantagens que são também indutoras de mais e mais convergências e resultam numa espacialidade específica. Por isso, os processos históricos são tão valorizados nesse texto, como uma matriz cumulativa de elementos fixados ao longo do tempo, até o presente das ocupações urbanas, que em recortes temporais específicos, revelam por onde as coalescências se formam definindo os vetores de expansão e/ou novas formas organizativas da urbanização.

O processo de expansão urbana em Salvador, alinhado com os processos socioeconômicos, ocorre pelo adensamento das áreas centrais, movimento de concentração, e pela expansão para áreas periféricas em relação ao Núcleo Metropolitano,<sup>94</sup> um movimento de expansão centrífuga em direção norte e oeste, esta uma condição geográfica impositiva.

Ainda que para alguns autores, nos processos de fragmentação e dispersão urbanos perca-se a lógica da localização da ocorrência das manchas urbanas<sup>95</sup>, valoriza-se a leitura de marcas territoriais, que por suas características funcionam como elementos de atração das ocupações, apesar de fragmentadas e dispersas, estabelecendo-lhes uma direção, como são os eixos viários, portanto, mantem-se o conceito de vetor de crescimento, claramente perceptível na disposição dos fragmentos.

A princípio, este Capítulo trata da pesquisa realizada junto ao IBGE, 1991/2000/2010, para levantamento das áreas urbanizadas acrescidas nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, e do recorte definido para os estudos. Em seguida, aborda a caracterização dos vetores metropolitanos compreendendo a distribuição destas áreas em cada vetor.

---

<sup>94</sup> Núcleo Metropolitano, como denominada a conurbação Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho, por CARVALHO, I. e PEREIRA, G. C., 2014.

<sup>95</sup> OJIMA, 2007, em estudo sobre dispersão urbana em 37 aglomerações não se refere a vetores de crescimento, mas busca relações geométricas para interpretar a disposição das manchas urbanas.



## 5.1 ÁREAS URBANIZADAS ACRESCIDAS NA RMS, 1991/2000 E 2000/2010

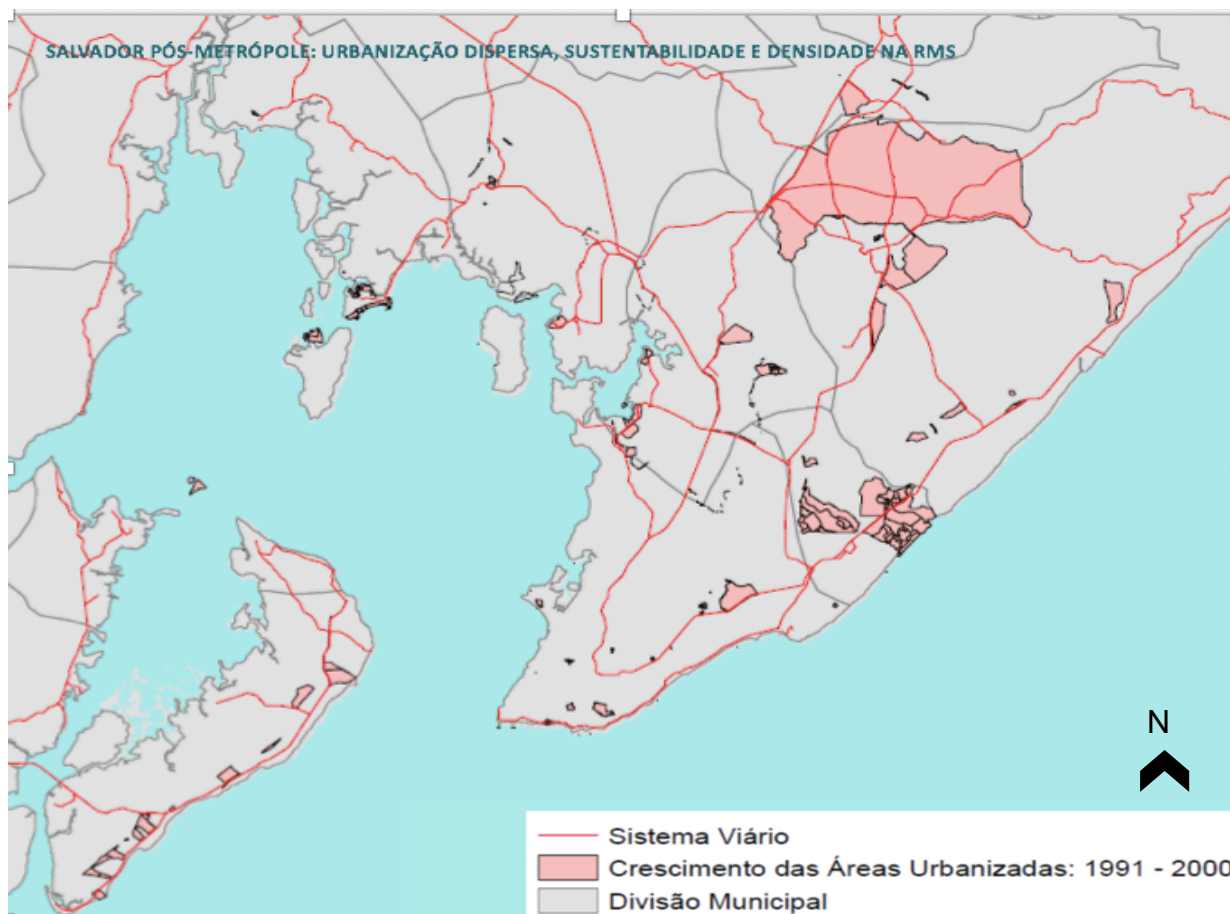
O *Censo Demográfico* subdivide as áreas urbanas e rurais em oito categorias<sup>96</sup> e destas, para fins analíticos da urbanização ocorrida a partir das décadas de 1991/2000 e de 2000/2010 foram consideradas as subcategorias de área urbanizada de vila ou cidade e área urbana isolada, identificadas neste trabalho como Áreas Urbanizadas Acrescidas - AU-SC.

Estabeleceu-se o recorte de interesse da pesquisa nas áreas que apresentam um mínimo de estrutura urbana, com densidades superiores a 250 hab/km<sup>2</sup> (2,5 hab/ha), Apêndice 02: Relação das áreas urbanizadas acrescidas nas décadas 1991/2000 e 2000/2010 na RMS. Os Cartogramas 12 e 13: Áreas Urbanizadas Acrescidas 1991/2000 e Áreas Urbanizadas Acrescidas 2000/2010 espacializam a ocorrência destas áreas, e mostram um crescimento pulverizado, a investigar, como um dos processos das dinâmicas urbanas que se verifica na RMS.

Analisando, a expansão, entre 1991/2000, verifica-se forte crescimento das áreas urbanizadas em Camaçari e Lauro de Freitas, ocorrência de menor porte em Simões Filho e Dias D'Ávila. Na ilha de Itaparica, tem expressivo crescimento no município de Vera Cruz. Salvador ocupa pequenas novas áreas. A área total urbanizada acrescida na RMS nesta década totalizou 152,32 km<sup>2</sup>.

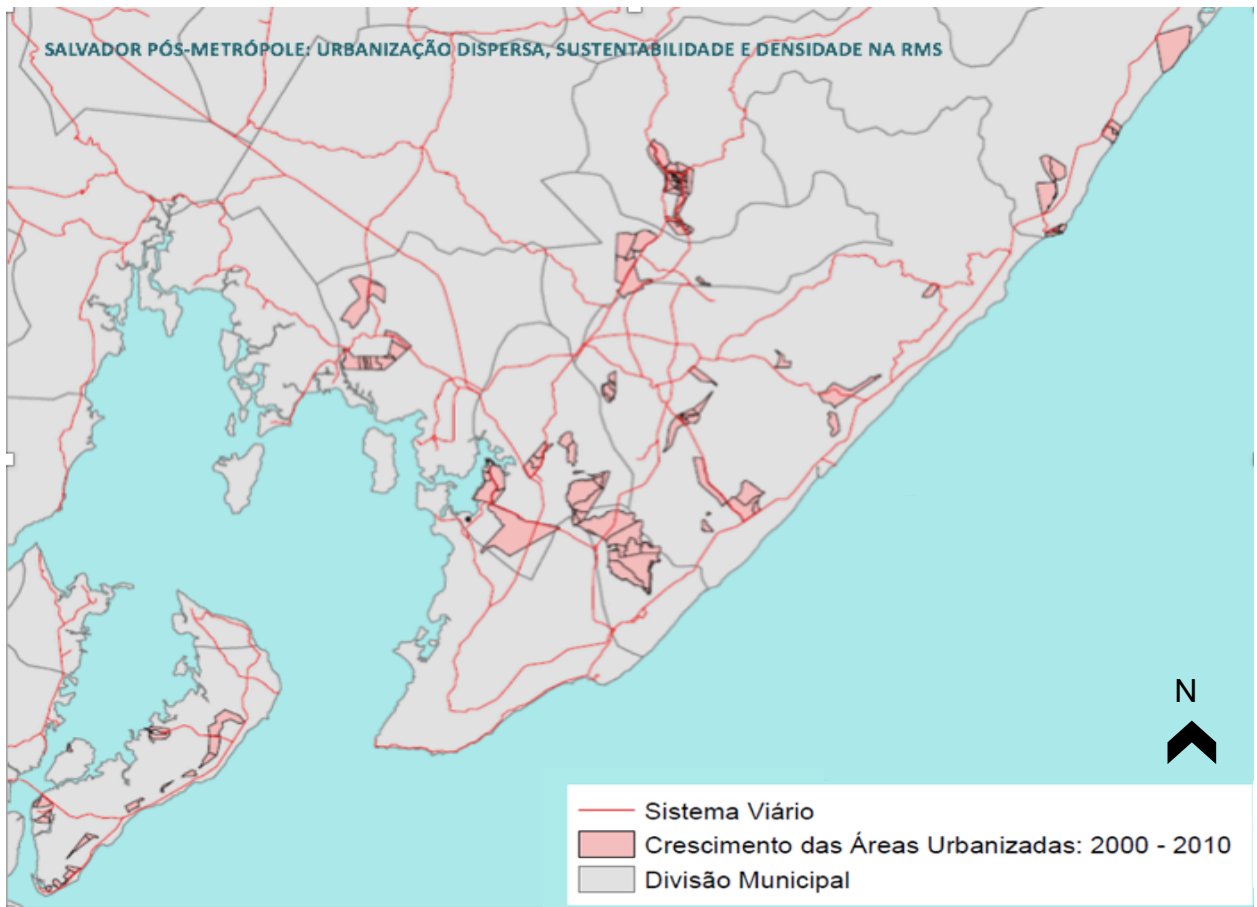
---

<sup>96</sup> Categorias: 1. Área urbanizada de vila ou cidade; 2. Área não urbanizada de vila ou cidade; 3. Área urbana isolada; 4. Rural – extensão urbana; 5. Rural – povoado; 6. Rural – núcleo; 7. Rural – outros aglomerados; 8. Rural – exclusive os aglomerados rurais.

**Cartograma 12** - Áreas urbanizadas acrescidas, 1991/2000.

Fonte: IBGE, 2000; LCAD; Elaboração própria.

Na década, 2000/2010, persiste o crescimento na Ilha de Itaparica, no município de Vera Cruz. Cresce a expansão da área urbanizada de Lauro de Freitas, em conurbação com áreas urbanizadas acrescidas em Simões Filho. Este expande fortemente a área de urbanização, não apenas na direção de Lauro de Freitas, mas, na vizinhança de Salvador e também nas áreas na expansão da sede municipal. No município de Camaçari, há ocorrência de ocupações urbanas ao longo do litoral, na conexão litoral com a sede do município, e apresenta expansão da sede municipal e outros fragmentos. Candeias e Dias D'Ávila apontam crescimento expressivo. Em Mata de São João novas áreas dão sequência à ocupação litorânea e incrementam a ocupação no litoral de Camaçari. A área total urbanizada acrescida nesta década foi de 151,56 km<sup>2</sup>.

**Cartograma 13** - Áreas urbanizadas acrescidas, 2000/2010.

Fonte: IBGE, 2010; LCAD; Elaboração própria.

A Tabela 6 agrupa, por município, a expansão metropolitana neste período, cuja leitura permite outras inferências quanto ao desdobramento de processos econômicos, crescimento relativo dos municípios, das infraestruturas que se instalaram, dentre outros.

A dinâmica da indústria – efetiva e idealizada -, o segmento de segunda residência associado ao turismo, o crescimento da base econômica e populacional de Salvador, são fatores gerais que respondem pela expansão metropolitana. Destaque-se que, visto a capital já apresentar 100% de grau de urbanização (IBGE, 1991), com conseqüente valorização do solo urbano, a questão habitacional emerge como importante fator condicionante da expansão, pela pressão que exerce sobre os territórios limítrofes ao município de Salvador: Itinga, em Lauro de Freitas, e nos Subúrbios Ferroviários, em Salvador e Simões Filho.

Na década 2000/2010, verifica-se melhor distribuição do crescimento entre municípios. Destaque para Lauro de Freitas com forte participação nas duas décadas, e ao cabo, o município foi praticamente tomado pela urbanização.

**Tabela 6** - Áreas urbanizadas acrescidas na RMS, densidade maior que 250 hab/km<sup>2</sup>, 1991/2000 e 2000/2010.

Municípios	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 1991/2000	%	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 2000/2010	%
Salvador	5,33	3,50	0,11	0,07
Candeias	0,97	0,64	15,35	10,13
Camaçari	<b>107,42</b>	70,52	24,42	16,11
Dias d'Ávila	2,81	1,84	12,12	8,00
Itaparica	0,51	0,33	0,00	
Lauro de Freitas	<b>21,98</b>	14,43	24,58	16,22
Madre de Deus	1,36	0,89	0,00	
Mata de São João *	NA		<b>29,80</b>	19,66
Pojuca * **	NA		NA	
São Francisco do Conde	0,073	0,05	0,00	
São Sebastião do Passé *	NA		NA	
Simões Filho	4,95	3,25	<b>33,41</b>	22,04
Vera Cruz	6,92	4,54	11,77	7,77
Total	152,323	100,00	151,56	100,00

Fonte: IBGE; Elaboração própria.

Legenda: (\*) Não integrava a RMS no período; (\*\*) Não calculado; (NA) Não Aplicável.

Surpreende que, embora as diferenças numéricas e de geolocalização do crescimento, por município, a RMS tenha expandido quase a mesma área nas duas décadas consecutivas. Pode-se inferir a manutenção linear das variáveis socioeconômicas no período do modo de acumulação flexível e globalização no recorte temporal da pesquisa.

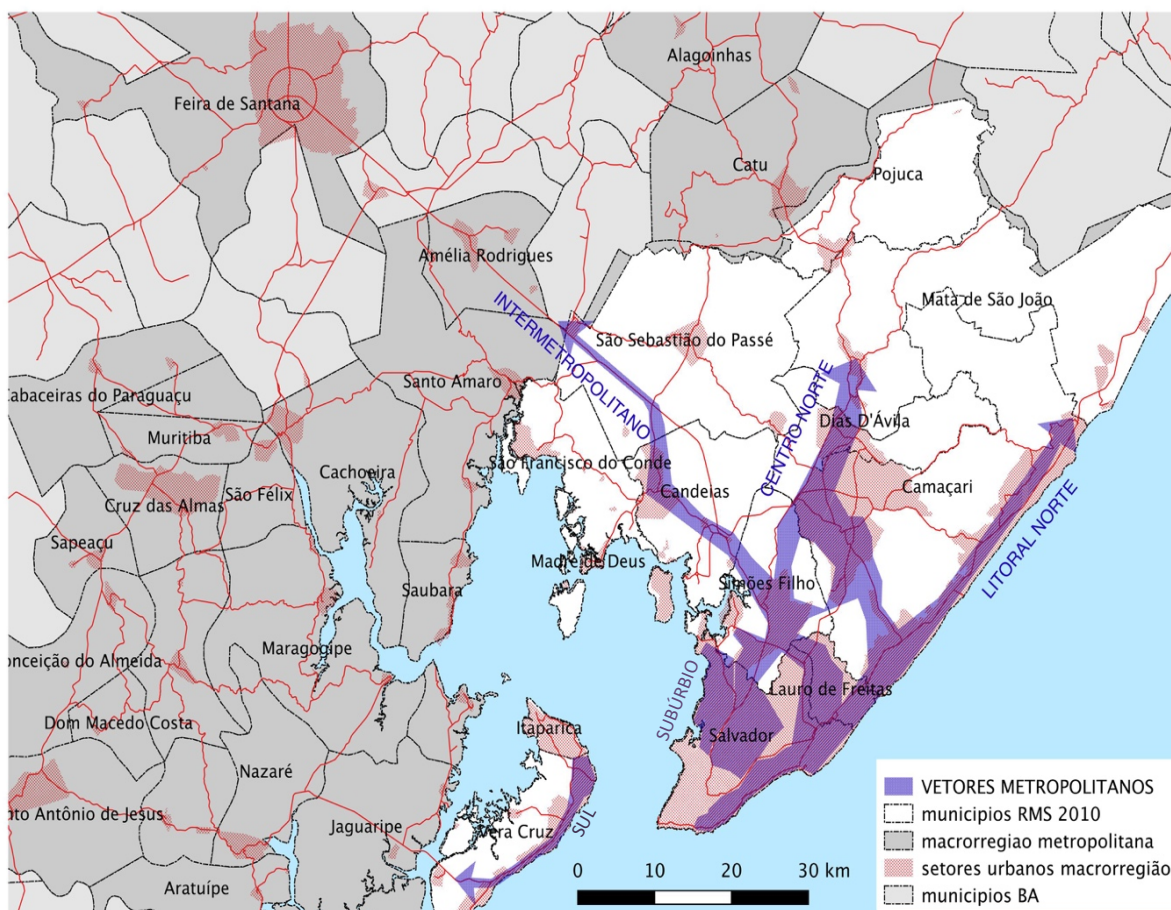
Considerando que estes setores censitários passaram a urbano e não estão plenamente urbanizados, penetrar nestas áreas, numa escala mais aproximada, visando o conhecimento mais acurado da expansão metropolitana, o tecido urbano produzido e suas peculiaridades configura o desafio desta pesquisa, campo apontado na literatura como uma carência, pois as reflexões se restringem à escala regional do fenômeno da urbanização dispersa (REIS, 2006).

## 5.2 VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANOS

Como já visto, a espacialidade é reflexiva da convergência de muitos fatores e conformam cinco vetores de expansão: quatro à escala metropolitana, Vetor Litoral Norte, Vetor Centro Norte, Vetor Intermetropolitano e Vetor Sul, este na hipótese de concretização da ponte Salvador - Itaparica; e, à escala intermunicipal, o Vetor Subúrbio. O Cartograma 14

mostra a configuração espacial dos vetores de expansão na escala da Macrorregião Metropolitana<sup>97</sup>.

**Cartograma 14** - Vetores de expansão, Macrorregião Metropolitana de Salvador.



**Fonte:** Pereira e Santos Pereira, 2016.

Percorrendo a caracterização dos vetores metropolitanos, forma-se um panorama da Região Metropolitana vinculado à sua espacialidade. Utiliza-se de texto publicado, parcialmente, no livro *Transformações metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina, Salvador* (EDUFBA, 2016), elaborado em coautoria com o professor orientador desta tese, sobre cada um dos vetores metropolitanos.

### Vetor Litoral Norte

Corresponde à seguinte sequência de municípios: Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, até a divisa dos estados da Bahia com Sergipe, estruturado no eixo viário da BA-099, envolvendo diretamente as seguintes

<sup>97</sup> Macrorregião metropolitana, como denominada a conurbação Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho (CARVALHO; PEREIRA, 2014).

idades/localidades: Lauro de Freitas (sede), Portão, Abrantes, Jauá, Arembepe, Jacuipe, Guarajuba, Itacimirim, Praia do Forte, Imbassaí, Porto Sauipe, estes, correspondendo à etapa de metropolização da orla, já consolidada. Na sequência, Subaúma, Palame/Baixios, Barra do Itariri, Conde/Sítio do Conde, Abadia/Jandaíra, que correspondem às localidades subsequentes no sentido norte, potenciais para reprodução do padrão de organização sócio-espacial verificado no trecho mais dinâmico deste vetor.

### Processos de ocupação no Vetor Litoral Norte

A ocupação do Litoral Norte, sec. XVI, é coincidente com o início da colonização do Brasil. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila desempenhou funções de proteção e defesa, desenvolveu a atividade agropecuária extensiva e uma economia de subsistência cuja produção abasteceu de modo de complementar o Recôncavo baiano e a cidade do Salvador. A retração da economia açucareira, sec. XVII impactou nas atividades produtivas deste litoral, levando à estagnação, quando a plantação de coco-da-baía foi introduzida e quando foram intensificadas as atividades extrativas e agroexportadora, chegando ao século XX com a predominância das atividades agropecuárias e extrativas. A descoberta do petróleo na década de 50 produz efeitos de dinamização em toda a região até 1970, quando experimenta a primeira crise da atividade petrolífera. A celulose e o carvão vegetal passam a ser promissora alternativa para a economia regional, dado ao preço favorável da celulose no mercado internacional, levando à criação do Distrito Florestal do Litoral Norte, 763 mil ha, envolvendo vários municípios (MATTEDI, 1999).

A partir da década de 1970, o turismo, como espaço de segunda residência, e a celulose foram atividades que renovaram as perspectivas de desenvolvimento regional. Conflitos de compatibilidade, problemas sociais e mudança no cenário econômico inviabilizam a implantação das indústrias de celulose. O turismo passa a ser alternativa de desenvolvimento econômico regional, mas cuja estruturação efetiva acontecerá partir dos anos 90.

A segunda fase de industrialização, com a implantação do COPEC, 1974, sinaliza grande número de novos postos de trabalho, perspectiva suficiente para gerar elevado dinamismo à região. Com a construção da Estrada do Coco – BA 099, 1975, o setor imobiliário mobiliza-se para responder à demanda por habitação, desencadeando uma onda de empreendimentos, tipo loteamentos, que não resultou em ocupação efetiva devido à já referida ausência de equipamentos urbanos, ao relativo isolamento da área, à ausência das demais condições de infraestrutura urbana, além de limitado comércio e serviços, ficando

restrita a expansão ao município de Lauro de Freitas. Desde então, o padrão de fracionamento do solo de grandes áreas juntamente com o projeto de silvicultura promoveram a grande alteração na paisagem natural deste vetor.

A atração do capital internacional, alvo do *Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia*, condicionou grandes mudanças na infraestrutura, especialização dos serviços de apoio ao turismo e acessibilidade regional, ampliando o espaço de interesse turístico e imobiliário, projetando-o até o município de Entre Rios, limite norte do Complexo Forte-Sauipe. Foram realizadas: a ponte sobre o Rio Pojuca (iniciada nos meados da década de 70), a implantação da Linha Verde (continuação da BA-099 até Sergipe), concluída em 1993, completando o suporte viário que estrutura o Vetor Litoral Norte de desenvolvimento.

Inicia-se um processo importante de redefinição socioespacial conduzido pelos setores turismo e imobiliário, deflagrando uma rápida alteração do uso e ocupação do solo com impacto nas tradicionais formas de produção e subsistência da população local.

Como afirma Mattedi,

[...] o avanço dessas atividades (silvicultura e turismo), no entanto, vem seguramente impactando a base sobre a qual se assentava a economia local, provocando alguns efeitos positivos, simultaneamente, a muitos efeitos negativos. Isso é percebido pela população residente que aceita o "progresso" sem deixar de identificar os problemas dele decorrentes, entre eles conflitos (MATTEDI, 1999, não publicado).

## Expansão das Áreas Urbanas

A redefinição socioespacial no vetor Litoral Norte reflete uma dinamização turístico-imobiliária que se estende por toda a orla, desde Salvador até o limite sul do município de Entre Rios, com variações que particularizam o padrão socioeconômico e tipológico das ocupações em alguns trechos. As ocupações de Abrantes (Camaçari) e trecho do Complexo Sauipe (Mata de São João) exemplificam padrões socioeconômicos extremos: o primeiro, uma ocupação que tem origem em parcelamentos clandestinos e o segundo, que traduz o padrão do empreendimento planejado, sintonizado com o anseio do capital internacional que passa a investir maciçamente na região desde o início dos anos 90.

Os municípios do Litoral Norte têm a peculiaridade das sedes municipais estarem localizadas nas áreas interioranas. As áreas litorâneas, à medida da transformação do uso e ocupação do solo foram decretadas como distritos turísticos urbanos, caso de Camaçari e Mata de São João. Exatamente por esta peculiaridade, os grandes números do crescimento das

áreas urbanizadas e rural dos municípios não traduzem o que é perceptível com a geolocalização das manchas das ocupações litorâneas e dos fluxos de transporte coletivo e de veículos de passeio, que se deslocam pela BA-099.

A Tabela 7 mostra o grande salto no crescimento da urbanização no Vetor Litoral Norte, conforme dados constantes dos setores censitários.

**Tabela 7** - Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Litoral Norte, 1991/2000 e 2000/2010.

Municípios	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 1991/2000	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 2000/2010
Lauro de Freitas	21,98	24,58
Camaçari - Litoral N	3,41	16,21
Dias D'Ávila	2,81	12,12
Mata de São João - Litoral N *	1,36	NA
Total	25,39	58,06

**Fonte:** IBGE; Elaboração própria.

Legenda: (\*) Não integrava a RMS no período. (NA) Não aplicável.

Pode-se atribuir este crescimento ao capital físico implantado nestas décadas, puxado tanto por mudanças culturais que passam a valorizar a moradia com mais qualidade, maior proximidade à natureza, e que encontra ressonância tanto no apelo paisagístico-ambiental deste litoral quanto na tendência de aproximar a residência do emprego<sup>98</sup>, o que a proximidade do Centro Industrial de Camaçari, a dinamização da construção civil e o desenvolvimento do setor turismo proporcionam.

No município de Lauro de Freitas pode-se destacar como fatores que fortalecem a sua atratividade: a proximidade de Salvador, espaço já conurbado; a política tributária resultando na convergência de empresas sediadas neste município; a política industrial definida para implantação de indústria de fármacos e outros não poluentes (PDM Lauro de Freitas, 2008); mas, principalmente, a crescente estruturação da vida urbana no município de Lauro de Freitas que passa a se constituir numa centralidade metropolitana consolidada, com larga autonomia da capital. Conferem viabilidade à vida cotidiana neste município e apoio para os demais do entorno o forte desenvolvimento do setor terciário, a implantação equipamentos urbanos de saúde, de educação média e superior, dentre outros equipamentos urbanos.

<sup>98</sup> Relembrando, os argumentos da proximidade emprego-residência não encontra apoio em Villaça, justificando cautela e atualização desta condição em função da difusão da TIC, principalmente.



O fortalecimento do setor terciário correspondeu com empreendimentos multifuncionais, mistos, compostos de centros comerciais e escritórios, *shopping centers*, hotéis, conformando nas imediações do aeroporto uma estrutura comercial e de serviços compatível com o conceito de aeropolis – cidades que se organizam no entorno de aeroportos -, dinamizando o interstício entre áreas urbanizadas de Salvador e Lauro de Freitas, consolidando um processo de conurbação destes municípios. Destacam-se ainda, com relação ao setor terciário, as grandes lojas ligadas ao setor da construção civil, que respondem à demanda da acelerada urbanização, com um comércio de porte e dinâmica de alcance regional.

Camaçari, em função da própria conformação do meio físico da sua zona litorânea, com dunas internas e alagadiços, característicos da geologia ambiental do litoral, apresenta muitas restrições às ocupações urbanas. Entretanto, em grande extensão, as dunas de Abrantes foram ocupadas por atividade imobiliária informal e clandestina. Processos mais recentes, mais interioranos, tendem a acolher a demanda da pressão urbana sobre este município, dando sequência à ocupação já verificada em Lauro de Freitas, configurando o novo território a deslanchar, expectativa já representada na legislação municipal que define extensas zonas de expansão urbana na margem oeste da BA-099 (PDM Camaçari, 2007).

O município de Mata de São João apresenta na década 2000/2010 forte crescimento de áreas urbanizadas no litoral. Neste, as ocupações representam a continuidade da expansão alavancada pelo turismo e interesse imobiliário, tanto quanto os efeitos decorrentes de desdobramentos da ocupação formal: ocupações precárias construídas por população remanescente das atividades de construção civil, muitas em áreas de risco ambiental, comprometendo as populações e os recursos naturais e paisagísticos.

Estimulado por políticas públicas continuadas de turismo, este vetor Litoral Norte esteve em ascensão até meado dos anos 2000 quando, também por efeito de reorientação das políticas públicas, passou-se a privilegiar o espaço turístico do entorno da Baía de Todos os Santos – BTS, e, coincidente com a crise internacional de 2008, veio a ter reduzido o ritmo de crescimento e desenvolvimento da urbanização, que deverá ser detectada no próximo *Censo Demográfico*.

A monta dos investimentos em empreendimentos e infraestrutura realizados estabelece a irreversibilidade deste processo, desde que assegurada a maior atratividade deste vetor, o meio ambiente e o componente paisagístico deste litoral. Este diferencial justifica, hoje, o forte uso e ocupação como primeira residência, também para profissionais com atividades em

serviços especializados, na área petroquímica, e na indústria automobilística (terceira fase de industrialização) e explica os novos grandes empreendimentos, à exemplo do Alphaville Litoral Norte 2 e 3. Simultaneamente, confirma o uso como espaço de segunda residência e como espaço especulativo para acesso a emprego e renda no turismo, atividades de apoio, que alimente concentrações habitacionais de baixa renda, predominantemente.

## Vetor Centro Norte

O alinhamento de importantes sedes municipais e a polarização de estruturas industriais - Refinaria Landulpho Alves, o Centro Industrial de Aratu - CIA e o Polo Industrial de Camaçari - são os principais componentes que definem o eixo do sentido Centro Norte como vetor de expansão metropolitano em direção à cidade de Alagoinhas.

Corresponde à seguinte sequência de municípios: Salvador, Simões Filho/Lauro de Freitas, Candeias/Madre de Deus, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca, Catu e Alagoinhas, estruturado no eixo viário da BA-093. Conecta-se à Salvador via Simões Filho (BR 324) ou Lauro de Freitas (Via Parafuso), e à Candeias via BA 522 e BA 524. Envolve diretamente as seguintes cidades, Simões Filho, Candeias-Mataripe, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca, incluídas na definição legal da RMS, e, Catu e Alagoinhas fora dos limites formais metropolitanos, este último, forte centro polarizador de outras tantas destinações.

## Processos de ocupação no Vetor Centro Norte

Nas áreas dos municípios envolvidos neste vetor se desenvolveu a agricultura de subsistência e a agropecuária extensiva, de corte e leiteira, por longo período. As áreas não integradas ao desenvolvimento do setor industrial foram mantidas nesta condição de produção até hoje. A lavoura alimentar, exceto a mandioca e algumas frutas, tem pequena produção relativamente à demanda regional, sobretudo de alimentos básicos, padrão geral para a RMS, dependente da produção de outras regiões e de estados vizinhos (PMD - CONDER, 1982).

O vetor de expansão urbana Centro Norte se constitui a partir do grande projeto de industrialização do estado da Bahia, um salto com relação às indústrias remanescentes do século passado, no Recôncavo, e outras unidades de produção quase artesanais. Na RMS, até meados da década de 60, o setor industrial limitava-se às unidades da PETROBRAS, em especial a Refinaria Landulpho Alves, em Madre de Deus, 1949, e em 1950, pelas estruturas

do início da exploração do petróleo nos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Itanagra, Pojuca e Cardeal da Silva que tiveram efeito de dinamização sobre toda a região.

A criação do Centro Industrial de Aratu - CIA, 1966, implantado nos municípios de Candeias (CIA Norte) e Simões Filho (CIA Sul) pelas vantagens locacionais, proximidade da matéria prima e infraestrutura, estabelece em definitivo um dinamismo que implica no surgimento de empresas com ênfase nos gêneros químico, minerais não metálicos e metalúrgicos, e de infraestrutura urbano-social, de crescimento continuado, como se verifica na análise histórica da evolução da mancha urbana da RMS. (PMD - CONDER, 1982).

O setor secundário concentra neste mesmo vetor as instalações da indústria petroquímica, COPEC, 1974, a norte de Simões Filho, entre as cidades de Camaçari e Dias d'Ávila, em observância à concepção estratégica do planejamento industrial regional de “descentralização concentrada”, representando a segunda fase industrial do estado da Bahia.

CIA e COPEC, conectados pelo eixo da BA-093, estruturam o vetor Centro Norte de desenvolvimento gerando grande atratividade para o emprego, para fornecedores, para alocação de infraestrutura, serviços e facilidades de apoio urbano-industrial para o qual as cidades da região tinham funções especificadas.

Considerando que as funções habitacionais, de apoio às indústrias e do setor terciário, idealizadas para os municípios integrantes da RMS, foram a princípio, sobrepujadas pela dominância de Salvador quanto à escala e monta dos equipamentos urbanos, do comércio, dos serviços públicos e da representatividade administrativa, prioritariamente, toda oferta habitacional veio a ser organizada concentradamente na capital. Esta condição gerou deslocamentos pendulares residência-emprego, típico de relações centro-periferia que tipificou as regiões metropolitanas brasileiras até o final do século XX. Relações que persistem, até os dias atuais, mas em processo de transformação. Mesmo os municípios de Itaparica e Vera Cruz estabeleceram relações pendulares com a capital, com motivações não atreladas ao emprego industrial.

A terceira fase industrial contempla recente expansão e diversificação da indústria. Agrega a indústria automobilística e indústrias sistemistas, o Polo Acrílico, além de integrar as unidades de segunda geração da petroquímica, vindo a constituir o Centro Industrial de Camaçari, mais que dobrando a área do COPEC. Forma-se uma concentração espacial ímpar de investimentos de grande vulto, de força econômica representada pelos grupos empresariais aí instalados e de concentração do emprego.

Camaçari, na última década, passa a assumir as funções de centralidade metropolitana inquestionável. A estrutura urbana é recondicionada, e com o agravante do esgotamento de terras no município de Lauro de Freitas, constitui-se em nova fronteira da atividade imobiliária, na sede e no Distrito Urbano da Orla com muitos lançamentos imobiliários, empreendimentos de grande porte em execução, e realizações de bairros inteiros, com pluralidade funcional, à exemplo dos empreendimentos: Alphaville Norte 3, Reserva Camassarys, Viva Nova Camaçari, os de maior porte.

O setor turismo e segunda residência, neste vetor, teve lugar na cidade de Dias D'Ávila como estação hidromineral de trajetória limitada, finda com a implantação do COPEC, quando as atividades industriais suplantam e mesmo comprometem destinações de lazer e turismo tão imbricadas com o complexo industrial.

O vetor Centro Norte ultrapassa os limites metropolitanos formais. Catu e Alagoinhas integram este vetor como espaço de transição entre o grande Centro Industrial de Camaçari e a aglomeração regional que representa a cidade de Alagoinhas e a concentração de indústria na área de bebidas, as cervejarias.

## Expansão das Áreas Urbanas

Num raciocínio simplista e especulativo, mas pragmático, os processos imobiliários detectados no vetor Centro Norte são representativos da conveniência de organização da vida na proximidade do emprego<sup>99</sup>, diferentemente de outras áreas que respondem a demandas por vivência em ambientes de maior proximidade com a natureza, este, um dos argumentos que justificam a dispersão das ocupações urbanas metropolitanas na direção Litoral Norte, por exemplo (OJIMA, 2008).

As áreas urbanizadas acrescidas nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, registradas nos respectivos censos do IBGE, apontam crescimento como indicado na Tabela 9: Áreas Urbanizadas acrescidas nos municípios do Vetor Centro Norte nos censos IBGE 1991/2000 e 2000/2010.

---

<sup>99</sup> Suposição já referida que contraria argumentação de VILLAÇA, 2001.

**Tabela 8** - Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Centro Norte, 1991/2000 e 2000/2010.

Municípios	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 1991/2000	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 2000/2010
Candeias	0,97	15,35
Camaçari Sede	104	8,21
Dias D'Ávila	2,81	12,12
Madre de Deus **	1,36	NA
Mata de São João - Sede **	NA	12,52
Simões Filho	4,95	33,41
<b>Total</b>	<b>114,09</b>	<b>81,61</b>

Fonte: IBGE.

(\*\*) Não apresentou crescimento no período.

(NA) Não aplicável.

O acentuado crescimento urbano da cidade de Camaçari, 1991/2000 e a pequena alteração na década seguinte surpreendem, visto que a indústria automotiva ocorre neste segundo momento. Dias D'Ávila, Candeias e Mata de São João (sede) cresceram de modo equivalente, em monta superior ao que cresceu a sede de Camaçari nesta década 2000/2010. Simões Filho cresce inversamente proporcional a Camaçari, maior crescimento na última década, 2000/2010. Percebe-se dos números, ainda, que Candeias, Dias D'Ávila e Simões Filho deslançaram suas áreas urbanizadas na década de 2000/2010.

Em síntese, e de modo geral, as sedes dos municípios da RMS na década 1991/2000 tiveram crescimento menos expressivo, enquanto que Camaçari explodiu. Na década 2000/2010 ocorre o inverso, as sedes municipais crescem moderadamente enquanto Camaçari (Sede) mantém-se com menor crescimento que as demais cidades sede deste vetor Centro Norte.

### Vetor Intermetropolitano

As duas maiores cidades do estado da Bahia e sedes de duas regiões metropolitanas, Salvador e Feira de Santana, situadas a pouco mais de 100 km de distância, estabelecem um vetor de conexões e interesses, robustecido por Salvador sediar o governo Estado, e por Feira de Santana constituir-se em elo para conexões com cidades interioranas e outras regiões do Estado. Particulariza a intensidade de fluxos, as maiores concentrações industriais do estado se localizarem nos extremos deste vetor, estruturado no eixo viário da BR 324, permeando os

municípios: Salvador, Simões Filho, Candeias, São Sebastião do Passé, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe e Feira de Santana, os cinco primeiros, inseridos nos limites da RMS, os demais integrados ao espaço metropolitano de Feira de Santana.

Dado que, em sentido transversal, outras cidades e localidades se desenvolvem tendo o vetor Intermetropolitano como conector estruturante, a BR 324 é marcada pela sequência de trechos: Salvador, Simões Filho, Entroncamento Candeias/Mataripe/Madre de Deus/São Francisco do Conde, Entroncamento São Sebastião do Passé, Entroncamento Santo Amaro, Entroncamento BR 101, Amélia Rodrigues, Feira de Santana.

### Processo de ocupação do vetor Intermetropolitano

No âmbito da política de interligação de espaços nacionais e integração de centros produtivos, a construção da BR-116 e BR 324, representativas do grande projeto nacional rodoviário da década de 1950, impactam fortemente na organização espacial, ampliando a conexão entre as cidades do interior, a capital e a região, transformando ou amplificando funções urbanas.

Quando elevada à categoria de cidade, Feira de Santana já trazia a condição privilegiada para o comércio explícita na sua denominação: Cidade Comercial de Feira de Santana. De ponto obrigatório de tropas passa a entroncamento privilegiado de rodovias nacionais e de rota de interligação entre regiões estaduais, condição que fez vicejar prosperidade econômica e fortes laços regionais, vindo a ser definida como Região Metropolitana, em julho /2011, a segunda do estado da Bahia.

Salvador através de Feira de Santana atrai as populações interioranas em busca dos serviços, do comércio especializado, da educação, da saúde especializada, grandes eventos, lazer litorâneo, conectividade nacional e internacional, e para as relações administrativas e políticas que são encontradas na capital. A BR 324 tem a peculiaridade de irradiar acessibilidade para outras cidades sede de municípios da RMS e municípios vinculados à aglomeração de Feira de Santana. Identifica-se fluxos transversais a este eixo viário entre São Sebastião do Passé e Candeias, as ligações entre Conceição de Jacuípe, Amélia Rodrigues e Santo Amaro, Candeias e Camaçari, dentre outras.

No sentido Feira de Santana/Salvador desenvolve-se um dos núcleos industriais do Centro Industrial do Subaé (CIS), 1970, com renovado e diversificado parque industrial contando com plantas de grandes empresas multinacionais como Pepsico, Nestlé, para

exemplificar, além das grandes estruturas das empresas de logística. A perspectiva do CIS é de ampliação e diversificação com estudos de análises locais para a ampliação em curso. Outras indústrias, em movimento isolado<sup>100</sup>, buscam no vetor da BR 324 a visibilidade e a vantagem locacional para desenvolvimento dos negócios, justificando a criação do Centro Industrial de Amélia Rodrigues. Trata-se, sem dúvidas, de um eixo de crescimento industrial com polaridades que se aproximam de parte a parte.

O apoio urbano-social ao Centro Industrial do Subaé estimula o desenvolvimento e crescimento de Feira de Santana e de outras cidades que compõem esta região metropolitana cujas áreas de expansão, descoladas da centralidade urbana, já alcançam os espaços ao longo da BR 324 e da BR 116 (Alphaville), processo de dispersão urbana. Nas imediações do CIA, em Simões Filho, condição similar de parcelamento no modo disperso é um fenômeno também observado.

Vale ressaltar que o crescimento das duas ocupações urbanas, entretanto, não se traduz numa ocupação linear ao longo do eixo viário. Particularidades na distribuição espacial, como situação fundiária, entre outros fatores, supõe-se que deva concorrer para o desenvolvimento de relações transversais ao eixo da BR 324, observada entre Candeias e Camaçari, entre Santo Amaro e Conceição do Jacuípe e outras que se relacionam com Amélia Rodrigues, por exemplo. Para as relações transversais fatores históricos e outros como a conectividade e a disponibilidade de transporte são determinantes no desenvolvimento urbano de algumas cidades/localidades.

A manutenção de importantes vínculos entre Salvador e Feira de Santana revela uma forte subordinação na hierarquia urbana desta cidade com relação a Salvador, que desponta nos diferenciais valorizados pelo CIS quando destaca dentre os atrativos para a implantação da indústria, além da especial localização no entroncamento de importantes eixos rodoviários nacionais, que este Centro Industrial: dista 108 km em pista dupla da cidade de Salvador; 110 km do Porto de Salvador; 100 km do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães; 100km do Centro Industrial de Aratu de Salvador; 80 km do Porto de Aratu e 70 km do Complexo Petroquímico de Camaçari. A clara ênfase dada à complementaridade da infraestrutura urbana que Salvador oferece, ratifica o potencial de expansão urbana inerente ao vetor de forte atratividade bidirecional, até que a região metropolitana de Feira de Santana ganhe, além do status, a infraestrutura compatível.

---

<sup>100</sup> Em 1995, 65,26% das indústrias baianas estavam localizadas fora dos distritos industriais (SPINOLA, 2001).

## Áreas de Expansão Urbana

As áreas urbanizadas acrescidas nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, registradas nos respectivos censos do IBGE, no vetor Intermetropolitano, nos limites da RMS, apontam crescimento de 7,35 km<sup>2</sup> e 48,76 km<sup>2</sup> como indicado na Tabela 9, abaixo.

**Tabela 9** - Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Intermetropolitano, 1991/2000 e 2000/2010.

Municípios	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 1991/2000	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 2000/2010
Simões Filho	4,95	33,41
Candeias	0,97	15,35
Madre de Deus **	1,36	NA
São Francisco do Conde **	0,073	NA
Total	7,35	48,76

Fonte: IBGE.

Legenda: (\*\*) Não apresentou crescimento no período. (NA) Não aplicável.

O município de Simões Filho concorre para os dois vetores, Centro Norte e Intermetropolitano, devido à localização em que se encontra, incrustado na BR 324, quando esta faz uma inflexão a noroeste e segue em longa reta até Feira de Santana, assim como, está situado na proximidade do entroncamento da BR 324 com a BA-093, eixo estruturante do vetor Centro Norte.

A proximidade de Simões Filho, a similaridade de função como apoio habitacional, e o fluxo Salvador/Candeias e Candeias/Camaçari, relaciona Candeias tanto ao vetor Centro Norte quanto ao vetor Intermetropolitano. Os dados dos fluxos do transporte coletivo explicitam estas relações, adiante quantificado.

Na década 2000/2010 a maior expansão urbana ocorre nas duas cidades: Simões Filho (33,41 km<sup>2</sup>) com crescimento mais expressivo do que o Candeias (15,35 km<sup>2</sup>). Entretanto, não há um fator de destaque para justificar estes dois municípios terem agregado mais área urbanizada do que Camaçari, que recebeu a indústria automotiva nesta década.

Madre de Deus e São Francisco do Conde ficam mais distanciadas do eixo da BR 324, embora em termos de deslocamento a conexão com Salvador seja expressiva. Não há registro de crescimento significativo das áreas urbanas nas décadas referidas.



São Sebastião do Passé, município com funções metropolitanas de provimento de alimentos, participa com as atividades agropecuárias e concorre para compor o grande espaço rural que predomina nesse vetor, entre as duas grandes concentrações urbanas: Salvador e Feira de Santana.

## Vetor Subúrbio

De caráter intermunicipal, este vetor é peculiar aos municípios de Salvador e Simões Filho. Compreende a área a noroeste de Salvador, entre a BR 324 e o bordo da Baía de Todos os Santos e da Baía de Aratu. Abrange os bairros desde Plataforma até São Tomé de Paripe,<sup>101</sup> inclusive a Base Naval, Marechal Rondon, São Caetano, Pirajá, Valéria, em Salvador, e adentra o município de Simões Filho numa mancha urbanizada contínua até o entroncamento da BR 324 com a BA 526.

Dois eixos estruturam este vetor: o ferroviário/rodoviário, composto pela via férrea e a Av. Suburbana (Av. Afrânio Peixoto), vias com traçados em paralelo, muito próximas em quase toda a extensão, e se desenvolvem próximo à linha do mar, através das quais pode-se acessar as diversas comunidades dos Subúrbios; e, o eixo rodoviário da BR 324, segmentando estratos de renda e delimitando os Subúrbios, um espaço autônomo no desempenho de funções urbanas que se expande tanto em superfície quanto por adensamento populacional e de construções.

## Processo de ocupação do vetor Subúrbio

A ocupação da Península inicia no século XVII com a ocupação da base da escarpa e, na sequência, com a ocupação da planície de Itapagipe, dinamizada desde a inauguração do primeiro trecho ferroviário, Calçada-Paripe, século XIX, 1869, quando surgiram as ocupações do Uruguai, Mares, Penha e Plataforma. Nos anos 40, como ponto nodal da ferrovia e do porto desenvolveu-se concentração de indústria, comércio atacadista e prosperou acelerado processo de ocupação da Península, nas áreas de manguezais, em palafitas, vindo a se constituir nos Alagados, cujas intervenções de melhoria produziram aterros sucessivos sobre a enseada dos Tainheiros que alcançaram Lobato, ponta de São João e Enseada do Cabrito.

---

<sup>101</sup> Bairros dos Subúrbios Ferroviários, em Salvador: Plataforma, Itacaranha, Alto da Terezinha, Escada, Periperi, Praia Grande, Coutos, Fazenda Coutos e São Tomé de Paripe.

Na década de 1960, com a construção da BR-324, registram-se importantes transformações como: a alteração da saída de Salvador, da Calçada-Largo do Tanque para o Retiro, o que concorre para a perda de funções urbanas e atividades econômicas; e, verifica-se forte expansão dos Subúrbios Ferroviários tanto sobre aterros quanto por avanços no sentido da cumeada/encosta, associada à implantação do CIA, 1967, quando migrações campo-cidade se avolumam e se registra grande crescimento populacional em Salvador.

Espaço desassistido pelo poder público foi ocupado por padrão habitacional precário, com carência de infraestrutura e de serviços urbanos. Paradoxalmente, esta condição de precariedade e o conseqüente baixo custo de residir no Subúrbio tem confirmado esta área como de expansão urbana para populações de baixa renda (FMLF, 1999).

Constata-se crescente e intensa expansão urbana tanto no sentido de avanço no território quanto na densificação desta zona urbana que reúne 25% da população da cidade do Salvador, aproximadamente, e já se encontra conurbada ao tecido urbano do município de Simões Filho. Refletindo o reconhecimento da precariedade urbana e a tendência à densificação da área, bem como o potencial da especial condição paisagística, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, (PDDU 2008), define para os Subúrbios grandes Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, sequenciadas, e, modernização da infraestrutura visando à implantação de vias turísticas que assegurem acesso à Baía de Todos os Santos e interliguem a Península de Itapagipe ao Centro e à região dos Subúrbios Ferroviários. (PDDU, 2008, Art.14, III). O PDDU, ainda, mapeia duas zonas industriais – na entrada da Baía de Aratu, a área da antiga fábrica de cimento Aratu, desativada, e a grande zona industrial que se desenvolve ao longo da BR 324.

A pesquisa O/D, SEINFRA 2012, comentada adiante neste capítulo, constata, nos Subúrbios, deslocamentos internos que denotam bastante autonomia, típicos de centralidades, cuja zona industrial, lindeira à BR 324, tem seu papel evidenciado na absorção de trabalhadores residentes nas imediações, justificando em parte o padrão de deslocamentos registrados nessa pesquisa.

## Áreas de Expansão Urbana

As áreas urbanizadas acrescidas nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, registradas nos respectivos censos do IBGE, no vetor Subúrbios, apontam crescimento de 5,32 km<sup>2</sup> e 18,9 km<sup>2</sup> como indicado na Tabela 10: Áreas Urbanizadas acrescidas nos municípios do Vetor Subúrbio nos censos IBGE 1991/2000 e 2000/2010.

**Tabela 10** - Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Subúrbio, 1991/2000 e 2000/2010.

Municípios	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 1991/2000	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 2000/2010
Salvador **	0,41	NA
Simões Filho	4,91	18,9
Total	5,32	18,9

Fonte: IBGE.

Legenda: (\*\*) Não apresentou crescimento no período. (NA) Não aplicável.

Os valores apurados de áreas urbanas acrescidas na década 2000/2010 mostram crescimento 3,55 vezes maior neste período, concentradamente no município de Simões Filho. A não representatividade de Salvador na década 2000/2010, significa que já não havia área rural no município a ser agregada como área urbanizada, mas o vetor Subúrbio tem a peculiaridade de crescimento por adensamento de construções e verticalização das edificações, um processo incremental de habitações.

## Vetor Sul

O vetor Sul configura-se ainda como uma hipótese a considerar diante do planejamento e desenvolvimento do projeto da ponte Salvador/Itaparica pelo governo do estado da Bahia. Consiste de sistema logístico rodoviário, integrado a um plano de desenvolvimento socioeconômico de caráter regional envolvendo os municípios da Região Metropolitana de Salvador e de seu entorno.

Esse projeto quando executado terá a potência para redefinir a própria Região Metropolitana de Salvador, com a incorporação, ao menos, de alguns dos municípios situados na sua área de influência direta, além de impactar toda a região do Baixo Sul do estado da Bahia.

Na ilha de Itaparica, a realização dessa obra reestruturará o padrão de uso e ocupação do solo dos municípios de Vera Cruz e de Itaparica, reconfigurando-o como um novo espaço de expansão, para forte apropriação do setor imobiliário, considerando a imediação do Centro Antigo de Salvador. Internamente, criará novas relações socioespaciais, em particular, com a contracosta da ilha e o Baixo Sul, expondo territórios preservados da dinâmica econômica, abrindo um novo espaço especialmente atraente para a expansão imobiliária e o turismo.

O eixo estruturante do vetor Sul, no percurso através da Ilha de Itaparica, a confirmar, estabelecerá novas relações espaciais, fragmentações, segregação e outras situações que uma transformação radical acarreta no uso, ocupação e percepção deste território. Se ratificadas as informações veiculadas em seminários, o eixo viário de suporte a este vetor Sul tende a ser um ramo da BA 001, paralelo a esta, a ser definida como avenida urbana estruturante, requalificada a partir da ponte do Funil até os entroncamentos com as rodovias BR 101, 116 e 242 quando adentra o Baixo Sul.

Na atual configuração, o crescimento das áreas de expansão na ilha de Itaparica, IBGE 1991/2000 e 2000/2010, refletem a consolidação continuada da ocupação da orla leste, conforme como indicado na Tabela 11.

**Tabela 11** - Áreas urbanizadas acrescidas nos municípios do vetor Sul, 1991/2000 e 2000/2010.

Municípios	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 1991/2000	Áreas Urbanizadas (km <sup>2</sup> ) 2000/2010
Itaparica **	0,51	NA
Vera Cruz	6,92	11,77
Total	7,43	11,77

**Fonte:** IBGE; Elaboração própria.

(\*\*) Não apresentou crescimento no período.

(NA) Não aplicável.

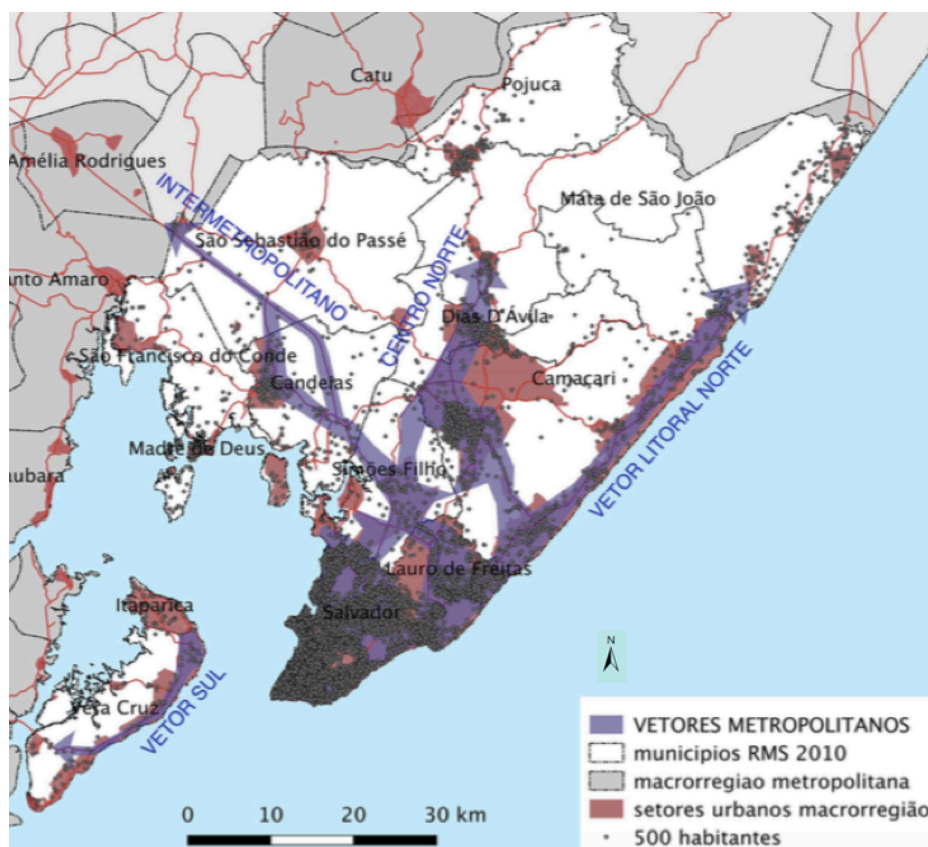
Pode-se observar que a expansão urbana na Ilha de Itaparica nas duas décadas em destaque ocorre fortemente no município de Vera Cruz. Para a cidade de Itaparica os números sinalizam uma estabilidade na dinâmica urbana refletida no indicador de acréscimo de área urbanizada.

A verificação da leitura urbanística dos vetores que se conformaram na RMS e as alterações que decorrem da conjuntura econômica e seus desdobramentos territoriais, nas últimas décadas, pode ser confrontada, com recursos do Sistema de Georreferenciamento, com a geolocalização das concentrações populacionais do *Censo Demográfico*, IBGE 2010. Para grupos de 500 habitantes de cada setor censitário, representado por pontos, distribuídos randomicamente na área do setor censitário, obteve-se a disposição constante no Cartograma 15.

Detecta-se no Cartograma 15 o acerto do traçado dos vetores comparativamente à ocorrência de concentrações populacionais: no vetor Intermetropolitano, a BR 324 se constitui

em eixo estruturante deste vetor de expansão de Salvador até a entrada de Candeias, quando a concentração populacional direciona-se para esta cidade e segue para Madre de Deus, a partir de onde a BR 324 tem função de canal de tráfego até a cidade de Feira de Santana; o vetor Centro Norte particulariza-se pela sequência de cidades, bifurcando-se a partir de Camaçari, na direção de Salvador, cuja distribuição da concentração populacional indica a Via Parafuso como o eixo de desenvolvimento urbano desta cidade, onde grandes empreendimentos mistos – habitacional, comercial, lazer – estão em implantação; diferentemente, o vetor Litoral Norte, apresenta a distribuição da concentração populacional num *continuum* ao longo da orla atlântica; no vetor Sul, baixas concentrações populacionais ficam evidentes.

**Cartograma 15** - Vetores metropolitanos e distribuição espacial das concentrações populacionais.



Fonte: IBGE, 2010. Pereira e Santos Pereira, 2016.

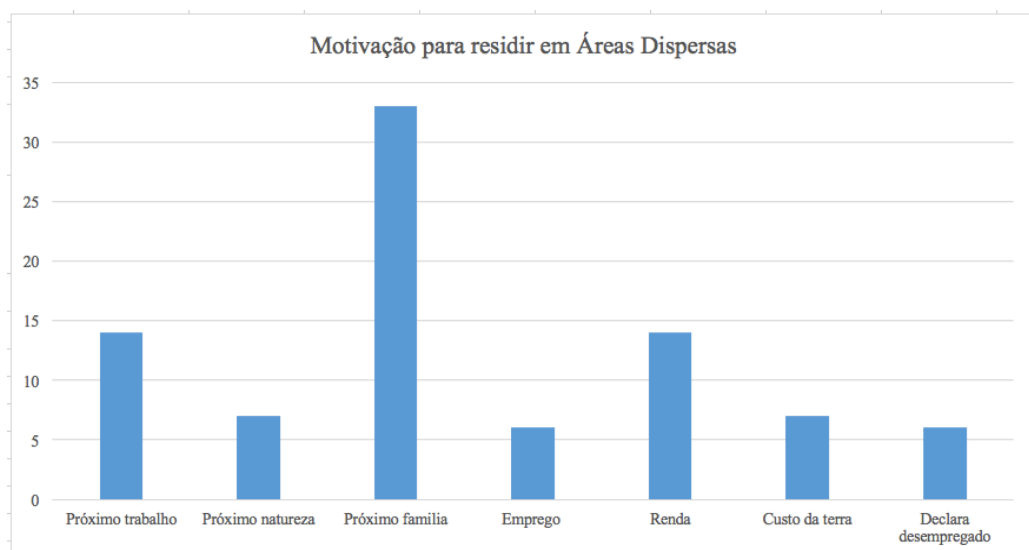
Pode-se ainda perceber que, diferentemente do vetor Litoral Norte, que apresenta um *continuum* linear da distribuição populacional, o padrão de distribuição da concentração populacional na porção central da região e porção litorânea da Baía de Todos os Santos é de pulverização.

A pesquisa das áreas urbanizadas na virada do século XX/XXI aponta um salto escalar da urbanização: quanto ao padrão do deslocamento, no desenvolvimentismo, de

aproximadamente 25 km, passa para mais de 100 km, no atual momento (ver Capítulo 6); quanto à distribuição das ocupações urbanas, pela descontinuidade do tecido urbano produzido.

Em entrevistas realizadas nas áreas urbanizadas da RMS, duas em cada área estudada, foi identificada a seguinte predominância de motivação para a mobilização da população para ocupações dispersas. O Gráfico 6 revela a acentuada motivação justificada pela proximidade à família, com a particularidade de forte referência aos avós e bisavós. Desse modo, aflora a relação de pertencimento, e, também, remete ao significado do suporte econômico familiar das aposentadorias rurais.

**Gráfico 6** - Motivação para residir em áreas urbanas dispersas, RMS.



**Fonte:** Elaboração própria.

A proximidade do trabalho e a oportunidade de renda, motivações que concorrem igualmente, a primeira, representa uma oferta efetiva de trabalho na RMS, e, a segunda, relativa aos que são autônomos e prestadores eventuais de serviços, que não se declaram desempregados, sinaliza para um dinamismo que justifica a migração.

Buscou-se compreender mais sobre a integração com Salvador e as demais cidades em termos de disponibilidade de transportes: para Salvador, 59% dos entrevistados acham difícil e 44% consideram de fácil conexão; para as demais cidades, 62% acham difícil e 38% consideram de fácil conexão. No descritivo, sobre a acessibilidade aos meios de transportes, ressaltam as caminhadas em média de 5 km para acessar algum ponto de ônibus e os transportes tipo vans e moto taxi como fundamentais para integra-los ao sistema de transporte público.

### 5.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Os processos socioeconômicos políticos e ambientais, avaliados nos Capítulos 2, 3 e 4, refletem-se na espacialidade metropolitana influenciando nos processos atuais de expansão, da RMS. Os levantamentos iniciais da pesquisa que detectam o crescimento de áreas urbanizadas no período 1991/2000 e 2000/2010 são apresentados e integrados à caracterização dos vetores de crescimento identificados na RMS. Entrevistas sobre a motivação de mobilização para áreas dispersas sinalizam os principais fatores que influem na decisão do movimento centrífugo.

O reconhecimento dos vetores instiga a pesquisa sobre os fluxos de passageiros e veículos transitando pelos vetores metropolitanos, objeto do Capítulo seguinte.

## 6 CIRCULAÇÃO E FLUXOS METROPOLITANOS

Identificados e caracterizados os vetores metropolitanos focaliza-se neste Capítulo 6, da Segunda Parte, a mobilidade, componente do sistema urbano, forte condicionador da ocupação do espaço. O conhecimento dos fluxos de deslocamento de passageiros e veículos constitui informação essencial para complementar a caracterização dos vetores, mais uma pesquisa necessária para integrar o escopo de informações que subsidiam a análise da organização socioespacial da expansão metropolitana contemporânea, preponderantemente regida pelo modelo rodoviarista.

Outras leituras de dados disponíveis foram agregadas, complementando a abordagem sobre mobilidade. O fechamento do Capítulo retoma modelos teóricos de regiões metropolitanas baseado na interpretação dos fluxos de deslocamento e organização das redes urbanas metropolitanas.

### 6.1 ALGUNS ASPECTOS DA MOBILIDADE NA RMS

A acessibilidade, ou seja, uma rede viária multidirecionada, articulada com as centralidades, e a oferta de serviços de transportes consiste em condição adequada para a circulação de passageiros, a ser otimizada com o planejamento do uso e ocupação do solo no sentido de reduzir percursos e acessar a mescla de funções urbanas.

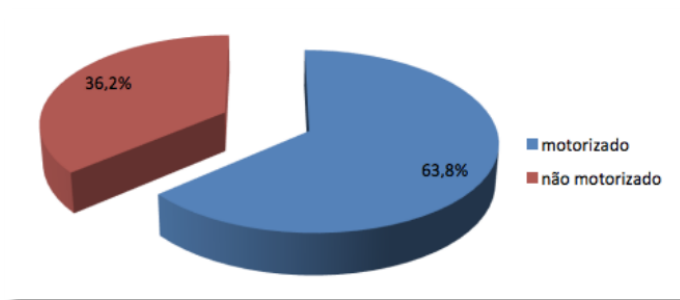
A RMS tem a peculiaridade da localização da principal sede urbana localizar-se na ponta da península e o sistema viário, altamente convergente, promover um gargalo de viagens de todos os modais, concentradas no tempo e no espaço, um padrão não sustentável: deseconomias, de combustível e tempo, e contaminação por poluentes atmosféricos. No *core* da cidade, o centro Iguatemi/Tancredo Neves /Camaragibe/Retiro, se originam os eixos de três dos vetores de expansão metropolitanos: a BR 324, que na altura de Simões Filho bifurcando dando início aos vetores Intermetropolitano e Centro Norte; e a Av. Luís Viana Filho (Av. Paralela), com seguimento na estrada do Coco, BA 099, eixo do vetor Litoral Norte.

*Pesquisa de mobilidade da RMS* realizada pela SEINFRA, 2012, à escala metropolitana, registra a divisão modal na RMS sendo, 36,2 % (2.151.967) das viagens realizadas no modal não motorizado – NM, e 63,8% (3.785.653) nos modais motorizados, abrangendo o transporte individual - TI e o transporte coletivo - TC, totalizando 5.937.620 viagens na RMS, Gráfico 7.



Números compatíveis, portanto, com o parâmetro nacional para cidades acima de um milhão de habitantes. 35,8%, não motorizados, 64,2%, transportes motorizados, (ANTP, 2013/2015). A subdivisão dos modais motorizados ocorre na proporção: transporte coletivo com 64,9% (2.455.060 viagens) e o transporte individual e outros com 35,1% (1.330.593 viagens), perfazendo 63,8% (3.788.201 viagens). (SEINFRA, 2012).

**Gráfico 7** - Divisão modal, viagens/dia na Região Metropolitana de Salvador.

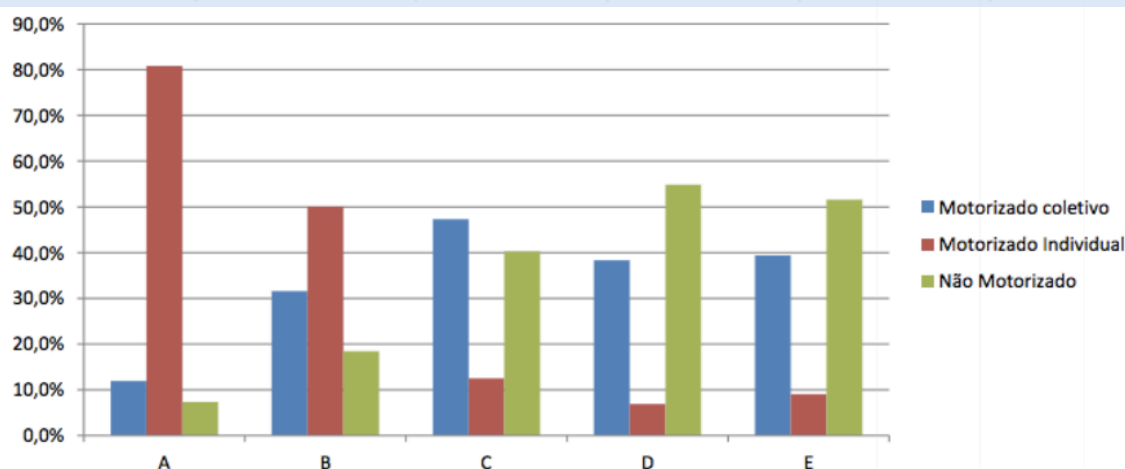


Fonte: Pesquisa origem/destino (SEINFRA, 2012).

No universo da RMS, quando correlacionados os modos motorizados (coletivo e individual) e os não motorizados às classes econômicas, esta pesquisa detecta que as classes D e E, mas também a classe C, se descolocam, fortemente, a pé e por bicicleta, conforme Gráfico 8.

**Gráfico 8** - Distribuição modal por classe econômica.

Classe	Tipo	A	B	C	D
Motorizado	coletivo	11,9%	31,6%	47,3%	38,3%
	Individual	80,8%	50,0%	12,5%	6,9%
Não Motorizado		7,3%	18,4%	40,2%	54,8%
<b>Total geral</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>



Fonte: Pesquisa origem/destino (SEINFRA, 2012).

Conforme este gráfico o contingente de usuários dos transportes coletivos na RMS corresponde à soma de 31,6% da classe de renda B, 47,3% do contingente na classe de renda C e 38,3% do contingente da classe de renda D.

Buscando a caracterização dos vetores de expansão metropolitana e considerando a ênfase que se confere à alta acessibilidade - sistema viário e de transportes – como componentes que concorrem para viabilizar a dispersão no território, vale salientar que Secchi, quando se refere à cidade difusa, destaca os sistemas de transportes como viabilizadores do processo de dispersão urbana, mas não como determinante na estruturação da reorganização espacial, diferentemente do sistema viário, que se constitui numa das forças de transformação da organização territorial.

Com o objetivo de reunir informações sobre os vetores metropolitanos foi realizada pesquisa sobre os transportes coletivos públicos e os fluxos de veículos privados, a aquilatar o volume dos deslocamentos, compreender uma hierarquia em função do volume de viagens nestes eixos, dados que constituem em informação estratégica para ajuste de políticas públicas do setor.

## 6.2 FLUXO DE PASSAGEIROS E VEÍCULOS NA RMS

A pesquisa sobre os fluxos de passageiros na RMS e a elaboração dos respectivos cartogramas observou os seguintes passos metodológicos: identificação dos vetores metropolitanos e dos eixos sobre os quais se estruturam; identificação de todas as linhas municipais e intermunicipais que passam por cada um dos vetores, informações coletadas no site da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações (AGERBA), em agosto de 2015<sup>102</sup>; mapeamento no programa *Quantum Gis* das linhas de ônibus, a partir dos dados da AGERBA e imagens do Google Earth; criação de uma malha de trechos com identificação da quantidade de linhas de ônibus e sua frequência, o que permitiu o cálculo estimado da quantidade de passageiros nos dias úteis e fins de semana para cada trecho; e confecção de cartogramas temáticos.

O fluxo de passageiros em transporte individual foi levantado junto às empresas concessionadas para gestão das rodovias: Concessionária Litoral Norte, Concessionária Via

---

<sup>102</sup> Os dados contemplam a origem, a chegada e os pontos principais das linhas de ônibus, além da sua frequência, datas de registro – início de operação, de 1994 a 2015 e classificação do tipo de sistema que integra, metropolitano semiurbano, rodoviário ou estrutural.

Bahia e Concessionária Bahia Norte. Saliente-se que não foi possível a atualização do fluxo de veículos do vetor Litoral Norte.

### Passageiros em Trânsito Vetor Litoral Norte

O levantamento do fluxo de deslocamento de pessoas, em transporte coletivo e veículos de passeio registra que a frequência de transporte coletivo, metropolitano e intermunicipal, neste vetor, em único sentido, tomando-se o trecho mais carregado, a partir de Lauro de Freitas, – Lauro de Freitas /Abrantes – corresponde a 255 linhas/dia útil, equivalente a 16.830 passageiros/dia (66pax/veículo), sendo a frequência em dias de fim de semana, neste trecho, de 64 linhas/dia fim de semana (fds). A partir de Porto Sauipe não se registra intensidade de dinâmica metropolitana, caindo a frequência para 16 linhas/dia útil e 6,4 linhas/dia fds. A variação da oferta de linhas no fim de semana é expressiva, 75% menor no trecho mais carregado e 60% menor a partir de Porto Sauipe, levando à compreensão de que o movimento está mais relacionado ao trabalho que ao lazer nos fins de semana<sup>103</sup>.

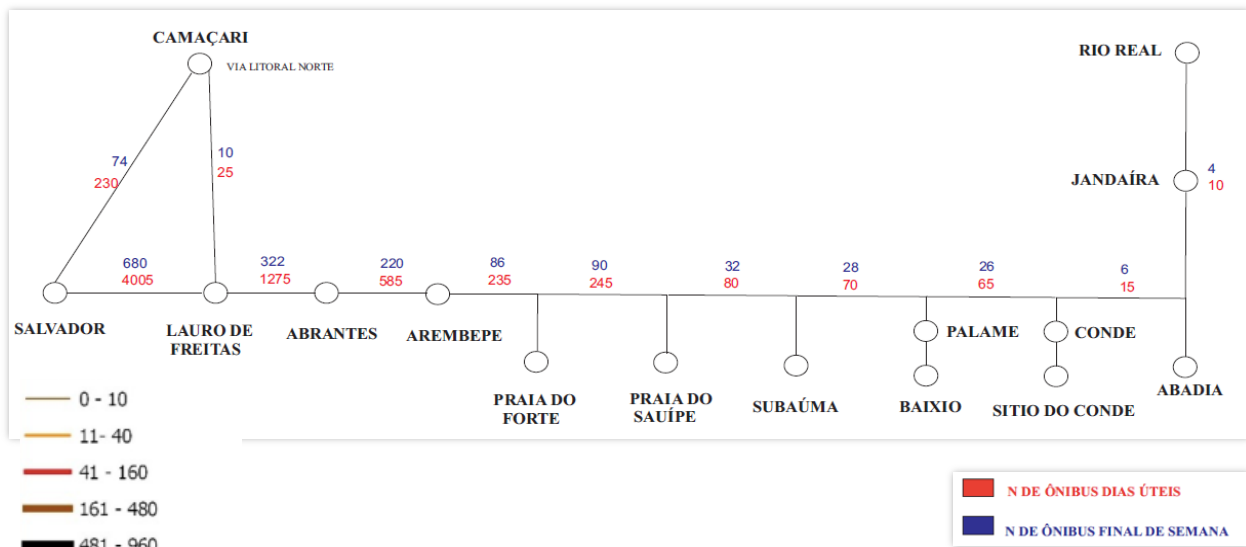
Dada a indisponibilidade de dados da Concessionária Litoral Norte para fluxos de veículos de passeio atualizados, apenas os dados do transporte coletivo podem ser comparados entre os vetores metropolitanos. Entretanto, tomando-se os dados de 2009, defasado com relação aos dados obtidos para os demais vetores, foi registrado, na praça de pedágio da Linha Verde, 354 veículos em dia de final de semana e 258 veículos em dia útil, respectivamente 708 pessoas e 516 pessoas (2pax/veículo) transitando neste vetor. (SILVA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Nas duas últimas décadas, as manchas das áreas urbanizadas acrescidas e os números da oferta de transporte coletivo marcam o trecho de maior dinâmica urbana da área litorânea dos municípios do vetor Litoral Norte, limitado à localidade de Porto Sauipe, no extremo sul de Entre Rios. Novos e grandes empreendimentos turístico-imobiliários, em especial o empreendimento na localidade de Baixios, vão repercutir atraindo mais população e mais investimentos em urbanização. A tendência aponta o prosseguimento do adensamento e consolidação da ocupação litorânea, com a replicação dos arranjos espaciais registrados nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010, para a expansão deste vetor.

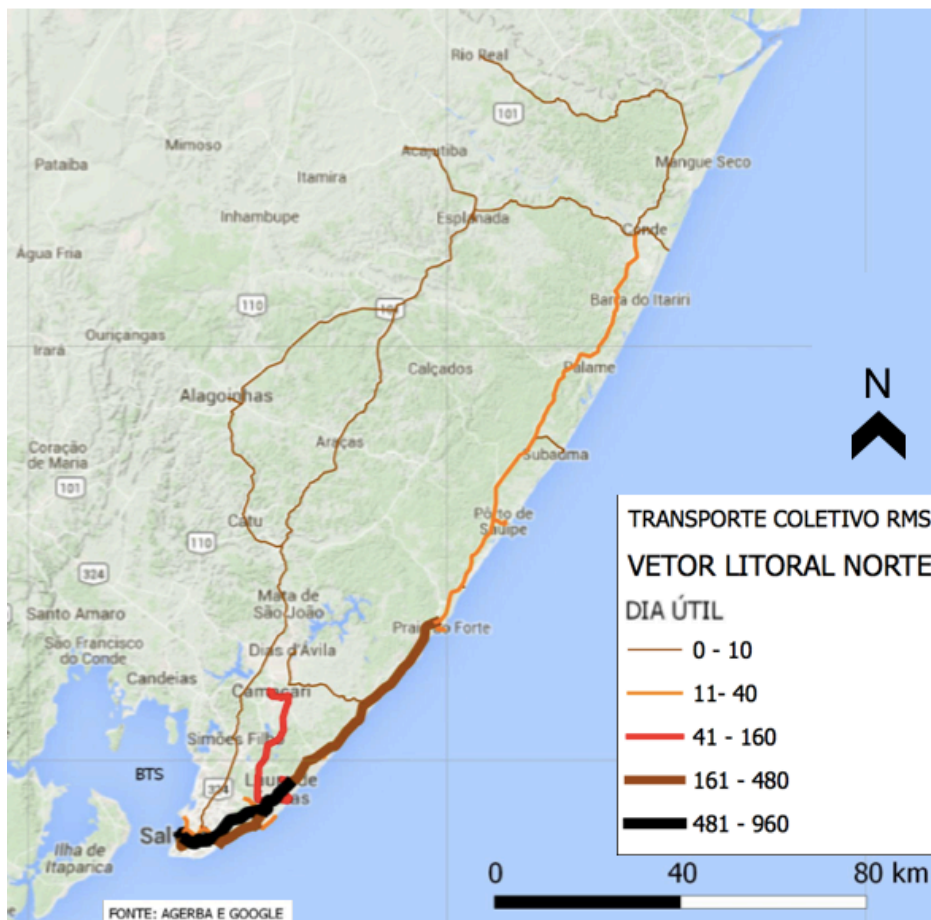
---

<sup>103</sup> Pesquisa LCAD, dados da AGERBA, 2015.

**Figura 20** - Esquema trajeto pesquisa transportes, vetor Litoral Norte.

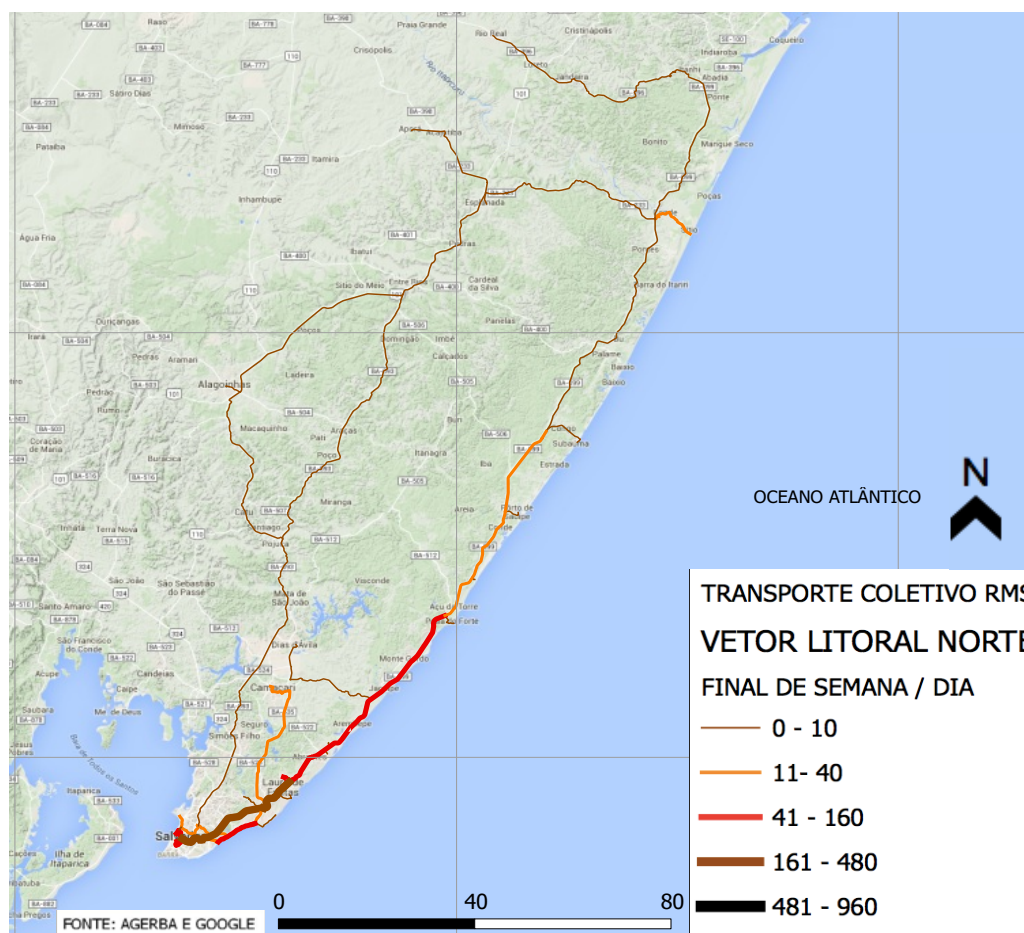


**Cartograma 16** - Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Litoral Norte, Dia Útil.



Fonte: AGERBA, Agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

**Cartograma 17** - Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Litoral Norte, Fim de Semana.



Fonte: AGERBA, Agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

### Passageiros em trânsito vetor Centro Norte

Considerando apenas o indicador expansão urbana, pode-se inferir, com relação aos fluxos dos deslocamentos na RMS, que há maior diversidade direcional, fortemente para Camaçari, consolidada desde a década 1991/2000, e uma difusão de deslocamentos para as demais sedes, que vêm se expandindo em maior proporção, como detectado. Outros indicadores, como os registrados na *Pesquisa de Mobilidade da RMS, O/D, SEINFRA 2012*, apontam tanto para a diversificação da direção dos fluxos, quanto para movimentos internos em Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho/Subúrbio, caracterizando comportamentos urbanos que indicam novas centralidades metropolitanas, e a consequente alteração do perfil dos fluxos pendulares, centro-periferia, capitaneado historicamente por Salvador.

Levantamento do tráfego de veículos de passeio médio/dia medido em agosto/ 2015, nas duas praças de pedágio existentes na BA 093, acusa o movimento de veículos de passeio, em único sentido, variando de 3.608 veículos, na praça mais próxima de Salvador (Simões Filho),

a 2.257 veículos de passeio na praça próxima a Mata de São João, que corresponde 7.216 pessoas (2 pax/veículo), no trecho mais carregado. As motos concorrem com 560 passageiros (1 pax/veículo)<sup>104</sup>.

O tráfego de veículos de passeio médio/dia nas duas praças de pedágio existentes na BA 526, CIA-Aeroporto e BA 535 - Via Parafuso, medido em agosto/2015, acusam o tráfego de veículos de passeio, em único sentido, variando de 10.319 veículos a 9.401 veículos de passeio, respectivamente, que corresponde a 20.638 pessoas, (2 pax/veículo), no trecho mais carregado. As motos concorrem com 973 passageiros (1 pax/veículo)<sup>105</sup>.

A frequência de transporte coletivo, metropolitano e intermunicipal, em um único sentido, no trecho mais carregado – Salvador/Camaçari e Salvador/Camaçari via Simões Filho - de 492 linhas/dia útil, corresponde a 32.472 passageiros/dia (66 pax/veículo). No trecho final, entre Catu e Alagoinhas, registram-se 49 linhas/dia útil. A variação da oferta de linhas no fim de semana é 33% menor no trecho mais carregado e 62% menor no trecho Catu /Alagoinhas.

Compondo os dados do vetor Centro Norte - fluxo da BA 093 e fluxo da Via Parafuso – temos que circulam 61.859 pessoas, adotando-se os valores dos trechos mais carregados, em sentido único, conforme dados apresentados.

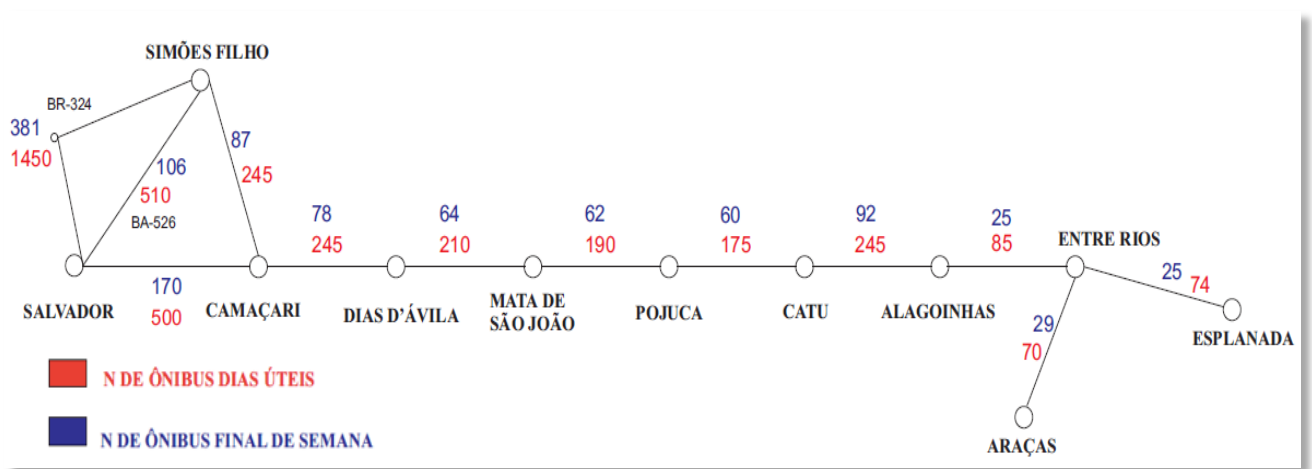
Considerando-se que as empresas do Centro Industrial de Camaçari mantém transporte fretado para funcionários que se deslocam de Salvador, em movimento diário, pendular, e que persiste a insuficiência de linhas de transporte coletivo, supõe-se que haja demanda reprimida, um fator restritivo ao crescimento urbano, que esbarra nos níveis de lucratividade exigido pelos concessionários de transporte público. O elemento conformador deste vetor é, portanto: a sequência de cidades acessíveis pela BA-093, Simões Filho, Camaçari e Dias d'Ávila, Mata de São João, Pojuca Catu e Alagoinhas e a derivação para Candeias e Madre de Deus; a sequência de áreas que concentram investimentos industriais de grande monta (Madre de Deus, Candeias, Simões Filho e Camaçari); e, a consequente concentração do emprego, que aliado à nova condição urbana de Camaçari, em especial, e das demais cidades que começam a apresentar capacidade de alavancar processos de expansão neste eixo.

---

<sup>104</sup> Pesquisa LCAD, dados estatísticos da Concessionária Bahia Norte relativos ao mês de agosto/2015.

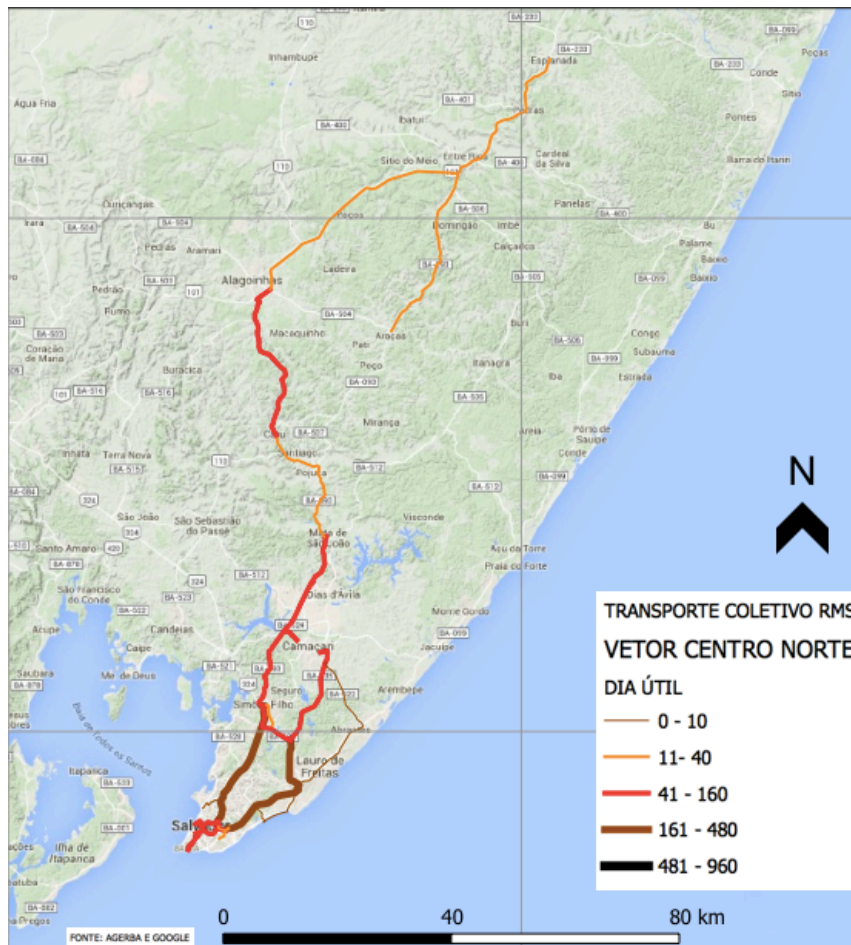
<sup>105</sup> Pesquisa LCAD, dados estatísticos da Concessionária Bahia Norte relativos ao mês de agosto/2015.

**Figura 21** - Esquema trajeto pesquisa transportes vetor Centro Norte.



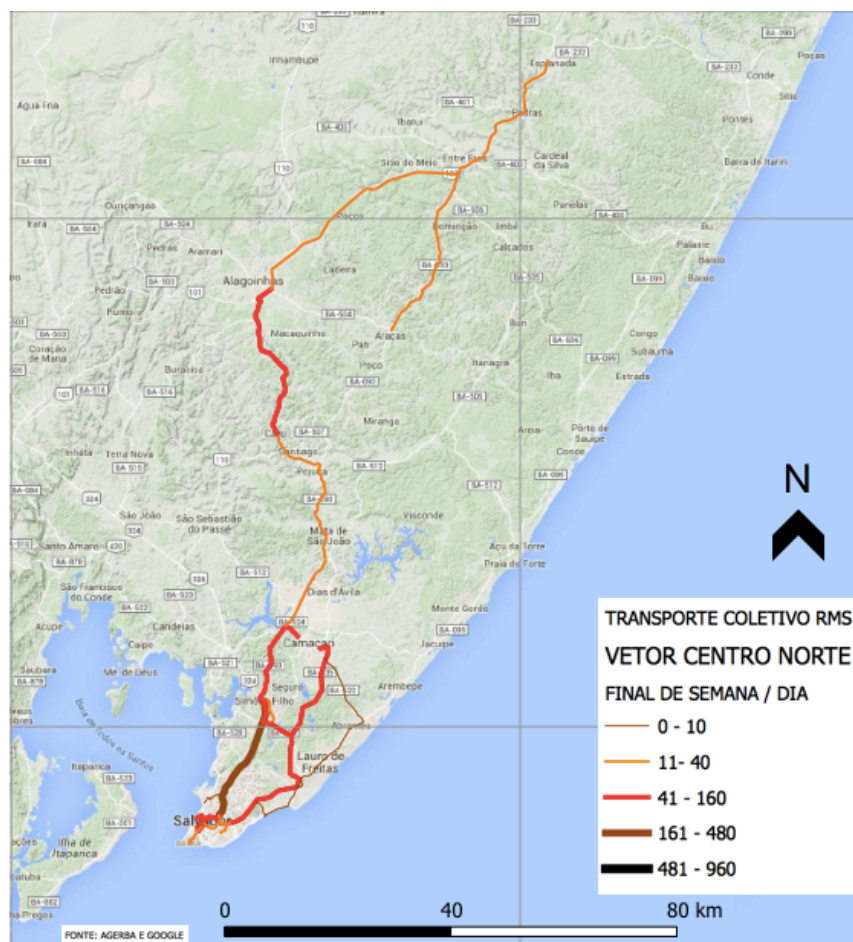
Fonte: AGERBA; LCAD; Elaboração própria.

**Cartograma 18** - Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Centro Norte, Dia Útil.



Fonte: AGERBA, agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

**Cartograma 19** - Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Centro Norte, Fim de Semana.



Fonte: AGERBA, Agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

### Passageiros em trânsito vetor Intermetropolitano

O vetor Intermetropolitano registra oferta de transporte coletivo, metropolitano e intermunicipal, em único sentido, de 822 linhas/dia útil correspondendo a 54.252 passageiros/dia (66 pax/veículo), no trecho mais carregado entre Salvador e Simões Filho. No trecho final entre o Entroncamento da BR 101 e a cidade de Feira de Santana a frequência é de 206 linhas de ônibus/dia útil, correspondendo a 13.530 passageiros (66 pax/veículo) chegando em Feira de Santana/dia. A variação da oferta dia útil e dia de fim de semana não é expressiva, 16,8% menor entre Salvador e Simões Filho e 6,3% menor entre o Entroncamento BR 101 e Feira de Santana.

O tráfego de veículos de passeio médio/dia na praça de pedágio Km 597 da BR 324 (próximo a Salvador) é de 32.743 veículos/dia, correspondente a 65.486 passageiros (2 pax/veículo). As motos concorrem com 890 passageiros (1 pax/veículo). O número total de



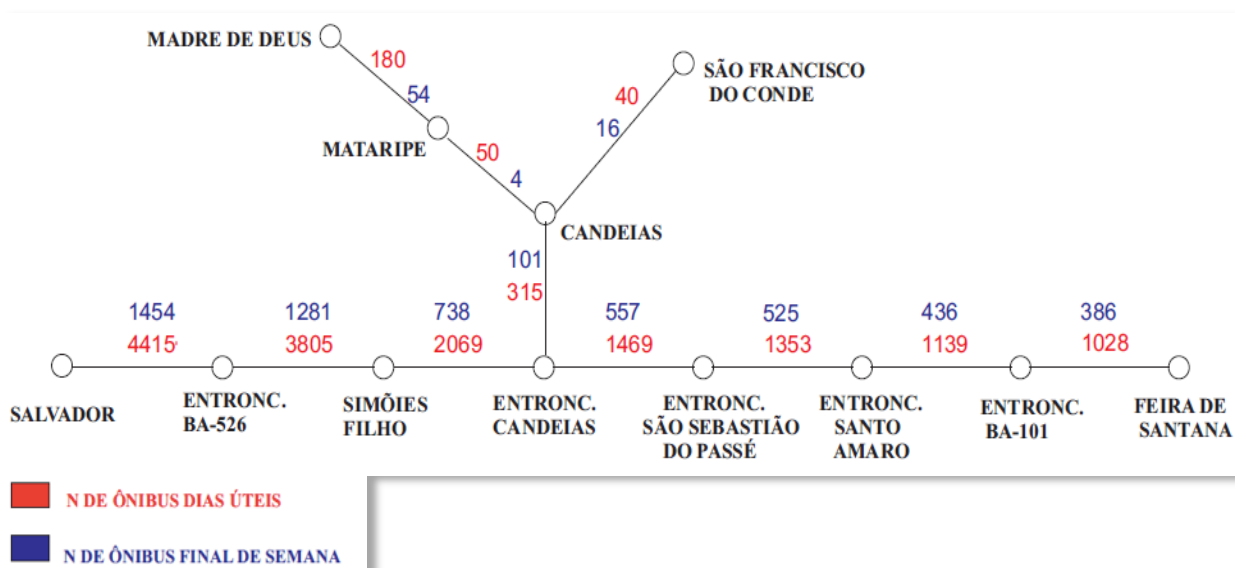
pessoas circulando neste trecho mais carregado corresponde a 120.628 pessoas conforme dados apresentados.

O tráfego de veículos de passeio médio/dia na praça de pedágio Km 551 (próximo a Feira de Santana) da BR 324 é de 20.272 veículos que corresponde a 40.544 passageiros (2pax/veículo). As motos concorrem com 488 passageiros (1pax/veículo).<sup>106</sup> O número total de pessoas circulando neste trecho menos carregado corresponde a 54.532 pessoas conforme dados apresentados.

Pode-se observar, portanto, que há um decréscimo do fluxo à medida que se aproxima de Feira de Santana registrado no cômputo das linhas de ônibus, no tráfego de veículos de passeio e motos. Fluxo este que deve derivar para cidades e localidades acessíveis através desse eixo rodoviário.

Considerando-se o histórico trânsito entre Salvador e Feira de Santana em função de fortes elementos de atração, centralização de emprego e parque industrial, em ambas as concentrações metropolitanas, pode-se inferir que para algumas atividades o movimento pendular de deslocamento tende a reduzir, menos para aquelas atividades cuja dependência da infraestrutura instalada em Salvador é determinante.

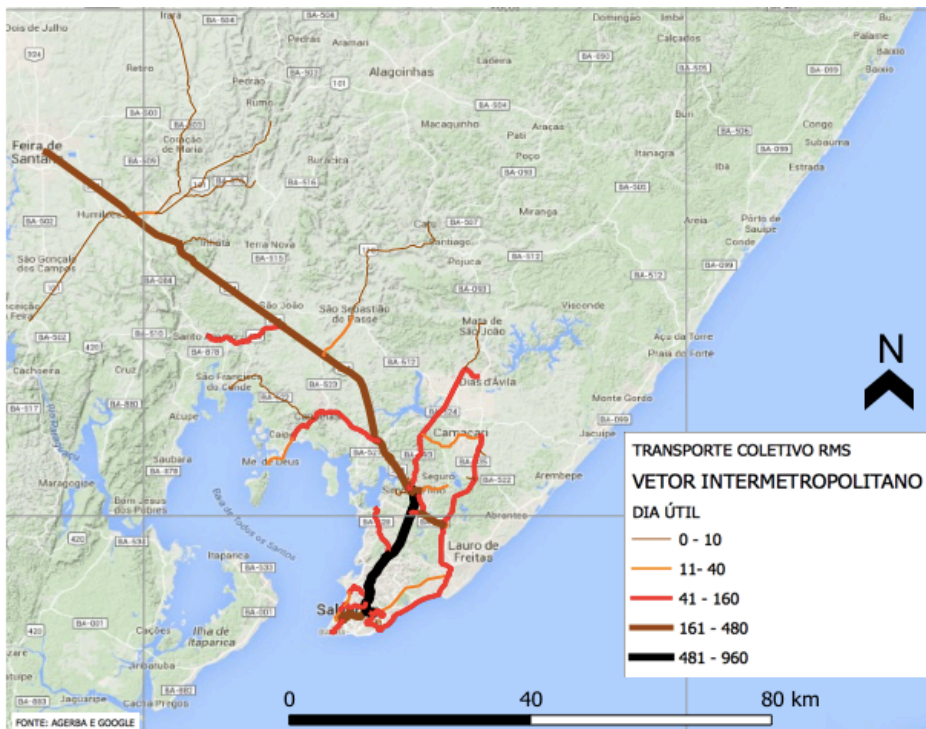
**Figura 22** - Esquema trajeto pesquisa transportes, vetor Intermetropolitano.



Fonte: AGERBA, Agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

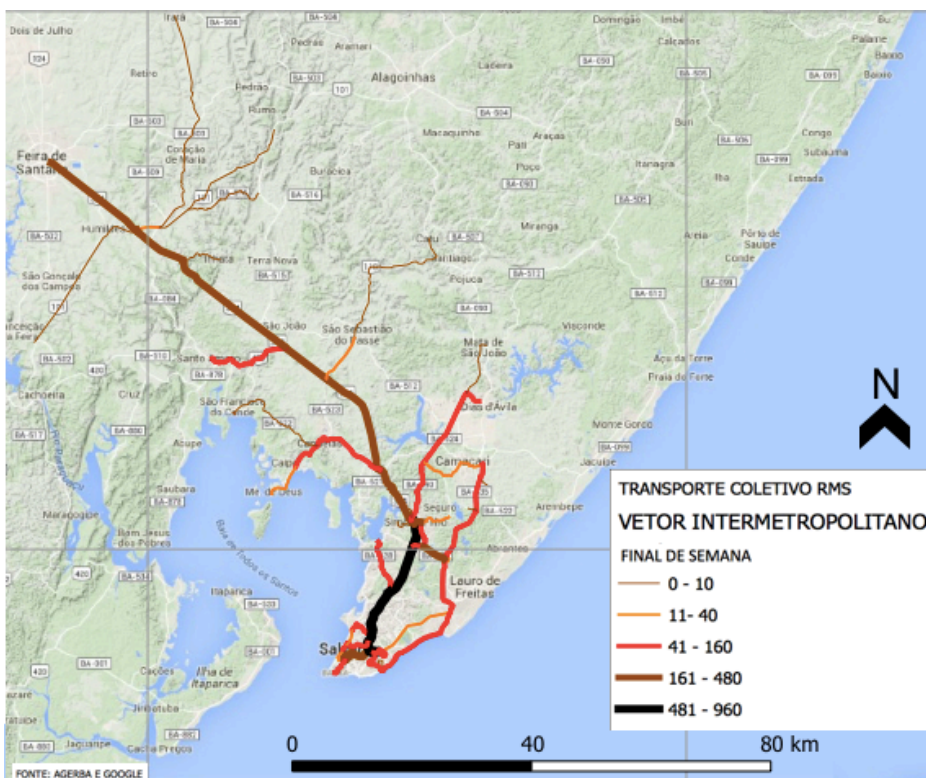
<sup>106</sup> Pesquisa LCAD, dados da AGERBA, 2015.

**Cartograma 20** - Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Intermetropolitano, Dia Útil.



Fonte: AGERBA, Agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

**Cartograma 21** - Fluxo de passageiros em transportes coletivos públicos na RMS, 2015, vetor Intermetropolitano, Fim de Semana.



Fonte: AGERBA, Agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

## Passageiros em trânsito vetor Subúrbio

O vetor Subúrbio registra oferta de transporte coletivo: municipal, intermunicipal e metropolitano, com acesso pela BR 324; por ônibus municipal, pela Av. Suburbana; e por meio ferroviário, a partir da Estação Calçada. Apesar de se tratar de área bastante capilarizada pelo sistema de transportes, embora subdimensionado e apoiado num sistema viário sobrecarregado, registra-se a ocorrência de engarrafamentos recorrentes e gargalos que complicam a fluidez do tráfego e o cotidiano da população.

A capilaridade referida em números corresponde a uma frequência diária, em único sentido, entre Salvador e entroncamento da BA 526 de 883 ônibus, trecho mais carregado nesta rodovia até Simões Filho, 290 ônibus pela BR 324, 102 ônibus pela BA 256, totalizando 1.275 ônibus/dia e 84.150 passageiros (66 pax/veículo).

Considerando-se que concentra população de baixa renda, totalmente dependente dos meios coletivos de transporte para deslocamentos diários, seria caótico o acesso, caso não fossem disponibilizadas linhas para suprir o movimento de ida e retorno ao trabalho de cerca de 25% da população da cidade. As pesquisas de O/D, SEINFRA 2012 demonstram a existência de deslocamentos internos intensos que tanto representam que esta população trabalha e reside em grande parte no território dos Subúrbios quanto significa confinamento daqueles que situados em classes de renda baixíssima não acessam a cidade por falta absoluta de recursos para custear os meios de transporte.

A tendência do vetor é de densificação dado à grande permeabilidade do Subúrbio em direção à cidade do Salvador para o emprego no desenvolvido setor terciário, assim como em direção ao vetor Centro Norte, via Simões Filho, onde concentradamente encontram-se as oportunidades na indústria e, a partir de onde se alcança o Litoral Norte do Estado, via Camaçari, com atividade de turismo e serviços passível de alguma empregabilidade.

Destaca-se nesta pesquisa a expressão do volume de passageiros em circulação no vetor Centro Norte, superior ao vetor Litoral Norte, em trânsito nos transportes coletivos: dois terços pela Via Parafuso, o viário mais carregado em direção norte neste vetor. Comparando os deslocamentos no vetor Centro Norte, do trânsito em transporte coletivo público e transporte individual os números são muito próximos: 27.216 pax/ TC e 32.472 pax/ TI, excluídas as motos. Ou seja, se considerado os transportes coletivos fretados estes valores são muito próximos.

No vetor Intermetropolitano o volume em trânsito de 120.000 pax/sentido, se aproxima dos parâmetros para indicação de sistema de transporte de massa. Segue a Tabela 12 com a síntese dos valores mais expressivos por vetor.

**Tabela 12** - Passageiros em trânsito nos vetores Metropolitanos, valores mais expressivos (ago. 2015).

Vetores Metropolitanos	Total Passageiros transporte coletivo trecho mais carregado, Dia Útil, em único sentido	Passageiros Transporte Individual, Dia Útil, em único sentido	Passageiros Motos , Dia Útil, em único sentido	Total Passageiros em transito no Vetor, Dia Útil, em unico sentido
Vetor Litoral Norte (BA 099)	16.830	700 (*)		17.530
Vetor Centro Norte (Somatório BA 093 e Via Parafuso)	(7.216 + 20.638)	32.472	(560+973)	61.859
Vetor Intermetropolitano (Km 597)	54.252	65.486	890	120.628
Vetor Suburbio				
(*) Dado de 2009, Concessionaria não disponibilizou dados atuais.				

**Fonte:** AGERBA, Agosto 2015; LCAD; Elaboração própria.

Considerando que a infraestrutura viária não é multivariada, como desejável, e que as conexões fora dos principais vetores e conexões transversais entre localidades, não comparecem nos estudos, exceto o vetor Intermetropolitano que mostra um sistema de transportes com alguma capilaridade transversal, pode-se inferir que, apesar das limitações dos sistemas de transportes, a expansão fragmentada ganhou significado como padrão de ocupação metropolitana, e que a insuficiência dos sistemas de transportes não chegou a inviabilizá-la, mas refreou a dinâmica, lembrando o pensamento de Secchi (2006).

De modo geral, com a predominância dos sistemas transporte rodoviário, e sabendo que só operam com garantia das margens de lucro pretendidas, é certo que a dinâmica urbana metropolitana ainda é contida pela restrita oferta de transportes, apesar das melhorias continuadas no sistema viário existente, com duplicações e concessão de administração na perspectiva de manutenção continuada.

As políticas de transportes recentes estão expressas nos documentos *Projeto da Rede Integrada de Transportes de Salvador - RIT* e *Programa de Intervenções Viárias - PROVIA*, referenciados no Plano Diretor 2008, entretanto, descolados de um Plano de Mobilidade de abrangência metropolitana.

### 6.3 INCREMENTO DA FROTA E OUTRAS LEITURAS

Complementarmente, outros dados contribuem na análise sobre a circulação metropolitana. Considerando que os municípios metropolitanos incrementaram a frota de

veículos mais do que foi o incremento da frota de Salvador (Lauro de Freitas, 2,86 vezes, Simões Filho, 3,2 vezes, e Camaçari 4,01 vezes), e, que, do mesmo modo, o crescimento populacional destes municípios é maior que o de Salvador, estes dados configuram maior capacidade relativa de aquisição de veículos, portanto de elevação do nível econômico com relação a Salvador, e sinaliza, nesse sentido, o deslocamento da economia para norte da região.

Os dados do incremento da frota expressos em veículos por habitante evoluíram e projetam-se para o futuro conforme Tabela 13. Todos crescendo a taxas largamente superiores a Salvador.

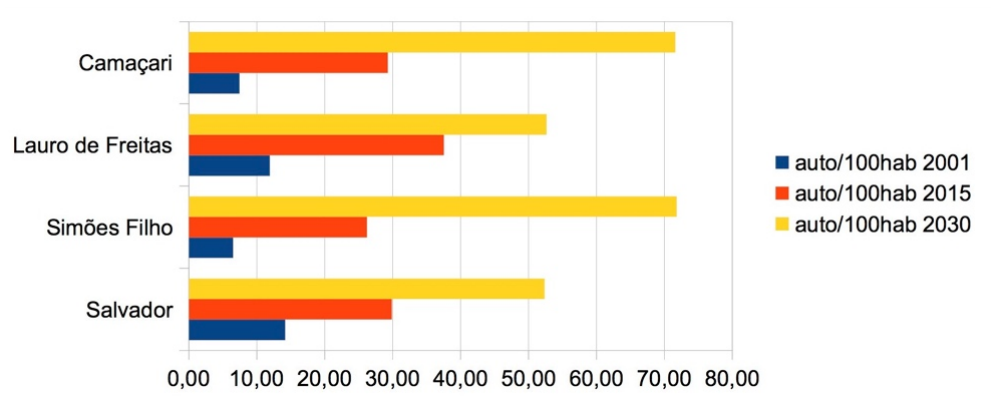
**Tabela 13** - Crescimento da motorização da população, 2016.

Municípios	veículo/ 100hab 2001	veículo/ 100hab 2015	veículo/ 100hab 2030
Salvador	14,18	29,87	52,37
Simões Filho	6,50	26,20	71,82
Lauro de Freitas	11,93	37,52	52,65
Camaçari	7,45	29,30	71,62

Fonte: DENATRAN e Delgado, 2016.

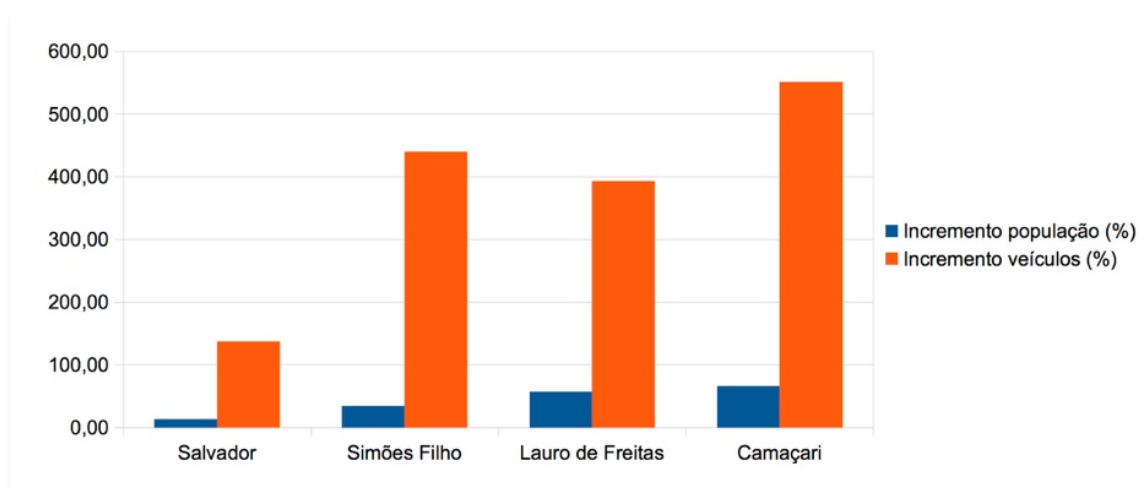
Estas tendências identificadas por Delgado (2016), do ponto de vista da mobilidade são preocupantes, pois refletem a baixa eficiência e a falta de integração metropolitana dos meios de transportes coletivos bem como a falta de resposta vigorosa às políticas de incentivo ao uso do automóvel. A previsão é de sobrecarga do viário existente enquanto as propostas de Trem Metropolitano e outras não saem do papel. Estes dados mostram também um empobrecimento relativo da população de Salvador e a crescente pujança se concentrando a norte, não apenas restrita ao incremento da indústria automotiva, visto já se ter clara noção de que esta não transferiu para população a dinamização esperada (FRANCO, 2008). Sinaliza que há crescimento da base urbana ofertada pelas cidades metropolitanas em suas novas inserções e funcionalidades.

A evolução do número de veículos em Salvador e principais municípios da RMS estão expressos nos Gráfico 9, cujas projeções para Camaçari e Simões Filho, superiores a Salvador, seguem a tendência identificada das demais avaliações para o elevado ritmo de transformação da metrópole.

**Gráfico 9** - Evolução dos índices de veículos por 100 habitantes, 2001, 2015, 2030.

Fonte: DENATRAN e Delgado, 2014.

Mais dramático é o Gráfico 10, Incremento percentual da população e da frota de veículos em Salvador, Simões Filho, Lauro de Freitas e Camaçari, 2001-2014. Parece evidente que mais que a carência de um sistema de acessibilidade viário e transportes o que se constata é uma dinâmica econômica mais pujante que Salvador. Os dados de população em 2015 e 2030 são projetados por Fernandes e Santana Filho (2015) e constata-se o discrepante incremento da relação de veículos/hab com relação ao crescimento populacional.

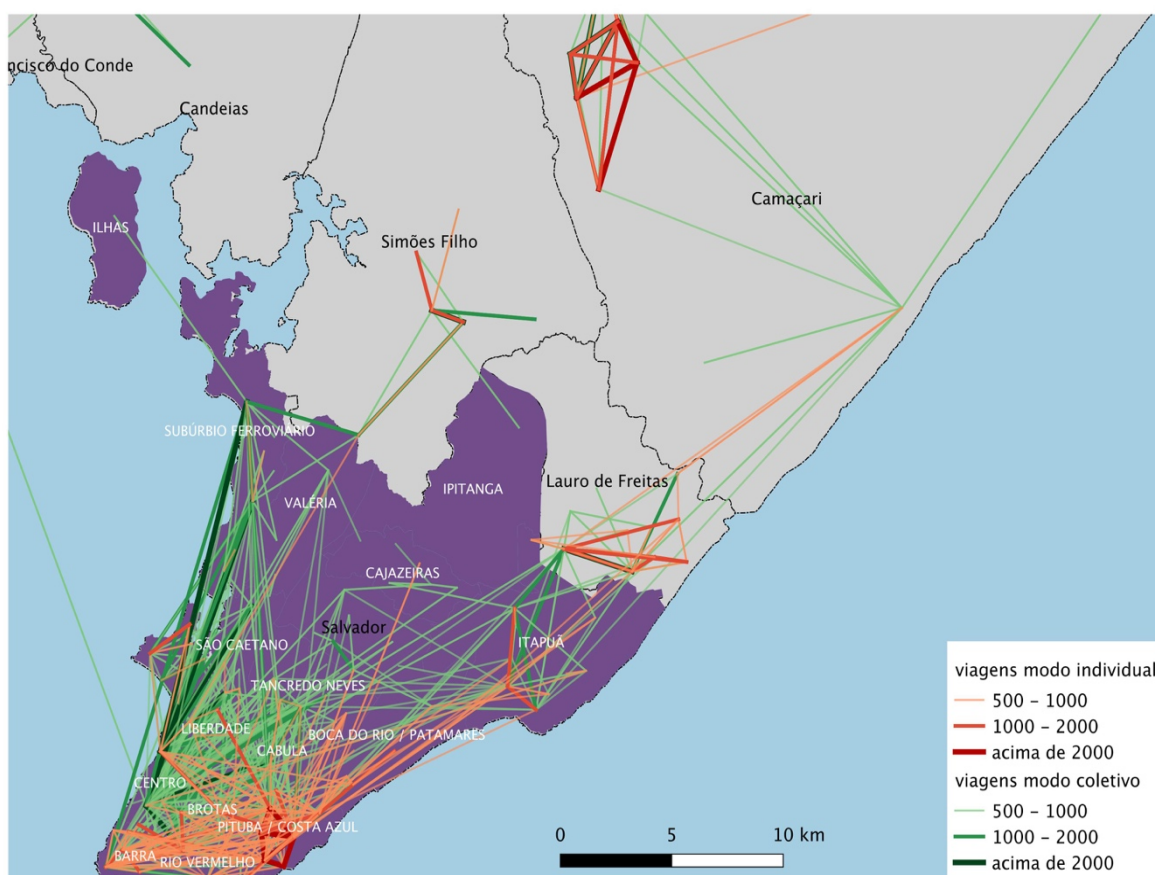
**Gráfico 10** - Incremento percentual da população e da frota de veículos, 2001-2014.

Fonte: DENATRAN e Delgado, 2014.

A *Pesquisa de Mobilidade da RMS*, O/D, SEINFRA, oferece outra leitura da organização socioespacial metropolitana e supre a falta de indicadores, ou composição de indicadores estratégicos que agreguem conhecimento específico, pois que de modo desagregado, não se constitui em informação aplicável.

Em especial, a leitura dos fluxos de viagens no modo individual e coletivo, mapeados por Pereira (2016), revela relações espaciais e suscita muitos questionamentos. No Cartograma 22, Fluxos diários intrametropolitanos - modos individual e coletivo, as relações espaciais indicativas de interação entre zonas urbanas são evidenciadas.

**Cartograma 22** - Fluxos diários intrametropolitanos, modos individual e coletivo.



Fonte: Carvalho, Pereira e Silva (2016).

No modo coletivo, percebe-se intensa utilização, quase exclusividade, deste modal nas áreas do bordo da BTS com os fluxos mais intensos Centro/Península de Itapagipe / Subúrbios Ferroviários formando uma zona de intensos fluxos concentrados. Dos Subúrbios, muitas conexões com a Pituba. Estão bem demarcados os corredores de transportes coletivos internos a Salvador: a Av. Paralela e a sequencia no Litoral Norte e conexões com Camaçari; fluxos pela BR 324 para Simões Filho. A estranheza sobre o modal coletivo está na ausência dos deslocamentos para Feira de Santana, BR 324, para Camaçari, BA 093 e Via Parafuso, como detectado no estudo das linhas de transporte coletivo com 822 linhas passando por Simões Filho com destino a Feira de Santana e 492 linhas com destino Camaçari (CARVALHO; PEREIRA, 2016).

O modo individual, concentrado no bordo atlântico reflete a segregação de classes de renda extremada e baixíssima relação com os Subúrbios. Os fluxos deste modal, mais que as conexões espaciais revelam centralidades: espaços cujos deslocamentos são concentrados e geram viagens origem/destino para uma mesma localidade. Em Salvador, a península de Itapagipe, a Pituba e Itapuã apresentam fluxos internos. Da Barra à Pituba, fluxos cruzados de grande intensidade conformam uma grande concentração, mas não exatamente uma centralidade. Na região metropolitana, ficam evidenciadas as centralidades efetivas de Lauro de Freitas e Camaçari, mas também Simões Filho, com destacada autonomia de Camaçari e Lauro de Freitas.

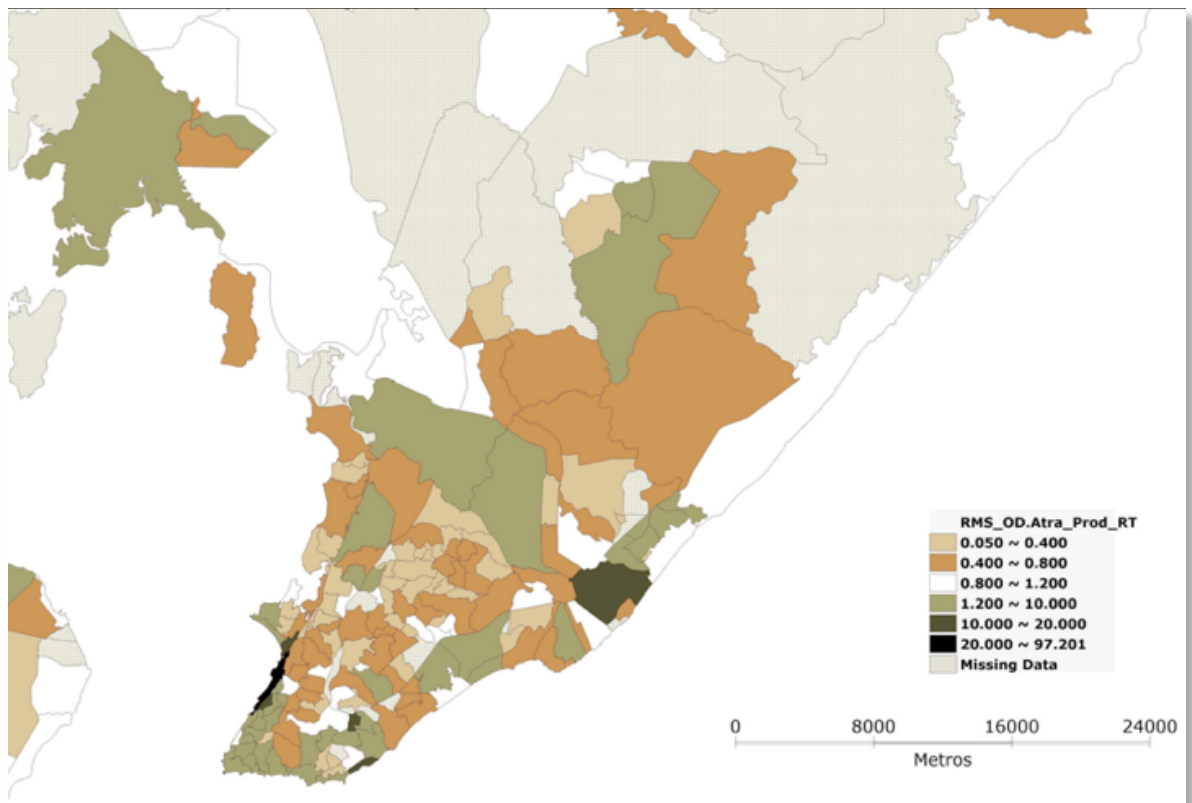
Os fluxos grafados também mostram acentuadas relações O/D, internas no município de Salvador, e já não mostra conexões intensivas de Salvador para Camaçari, Simões Filho ou Candeias, muito embora, os dados da mesma pesquisa indiquem que a cidade do Salvador atrai 75,42% das viagens residência-trabalho da RMS.

No Cartograma 23 consta outra informação importante, mostra que, ao menos tendencialmente, os empregos fortemente se deslocam para norte no mesmo sentido que a urbanização. Lauro de Freitas representa a maior área e a maior intensidade de atração e produção de viagens por emprego, e, comparado em termos de expressão espacial, as manchas do extremo norte de Salvador, de Camaçari e a grande área que a circunda, aliado aos fluxos direcionados para localidade no Litoral, para Dias D'Ávila e os concentrados fluxos na centralidade de Camaçari, mostram uma nova realidade na metrópole, ou, ao menos, deixam a suspeição de estes dados carecerem de maior precisão.

Ressalvada a diferença de escala dos Cartogramas 23 e 24, e, comparando-as, podemos discriminar melhor quais zonas são produtoras de viagens de empregos. Toda a área do extremo litoral norte de Salvador e Lauro de Freitas, marcada em preto no Cartograma 23, é alta produtora de viagens e menos atratora. De outro modo, são atradoras de viagens de emprego: as centralidades de Salvador - Centro Antigo, Pituba e Brotas -; Simões Filho e Subúrbios Ferroviários. Área não manchada na Cartograma 23, correspondente a Itinga, é atratora de viagens. Pode-se dizer que as manchas acima do limite norte são todas atradoras de viagens por emprego, exceto a mancha preta, produtora de viagem. Em outras palavras a concentração do emprego é crescente a norte não apenas concentradamente no CIA e Centro Industrial de Camaçari, mas disperso em ampla área tão extensa quanto a península de Salvador, o que abala a condição de macrocefalia da capital.

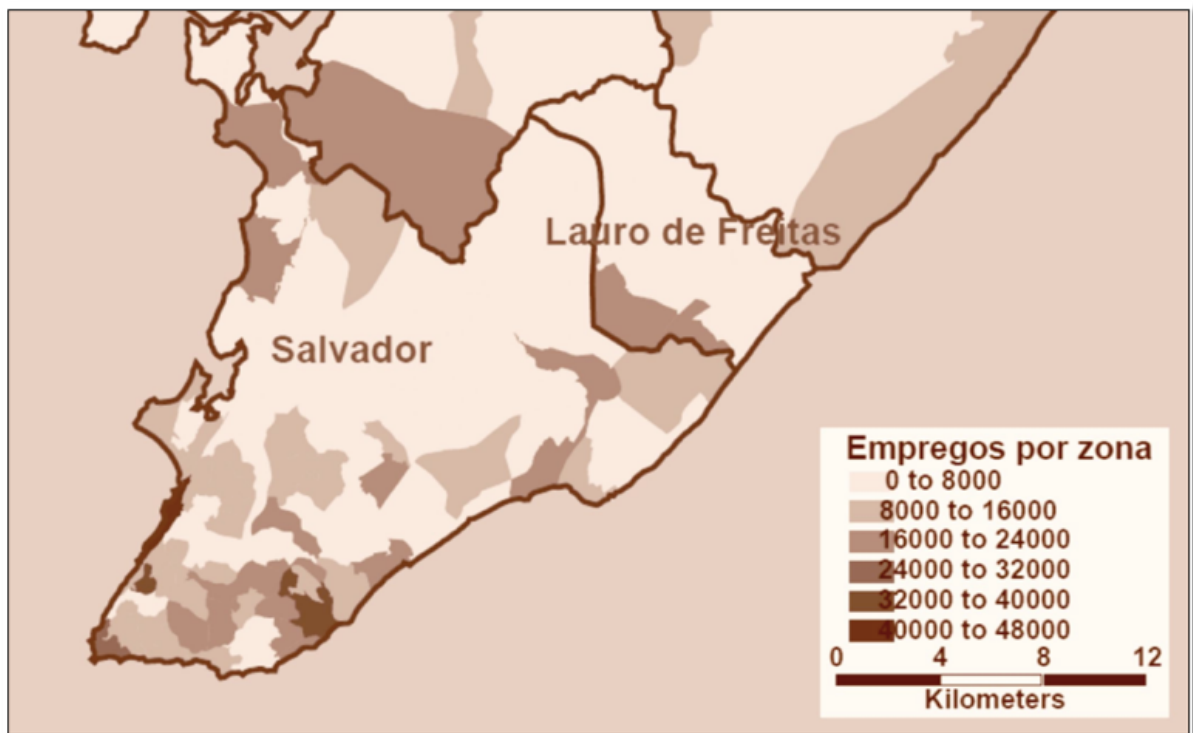


**Cartograma 23** - Relação entre atração e produção de viagens por motivo de trabalho na RMS, 2012



Fonte: Pesquisa de Mobilidade da RMS, O/D, 2012, SEINFRA (2012) e Delgado (2016).

**Cartograma 24** – Empregos por zona de tráfego, RMS.



Fonte: Pesquisa de Mobilidade da RMS, O/D, 2012, SEINFRA (2012) e Delgado (2016).

Outros indicadores, apresentados no Capítulo 4, Segunda Parte, trazidos para complementar este raciocínio, chegam a caracterizar a tendência da redução deste fluxo casa-trabalho ou centro-periferia. Considerando que a população dos municípios metropolitanos cresce a taxas de 36,76%, 2000/2010, com altas taxas de urbanização, muito superiores ao crescimento da população de Salvador de 9,5%, 2000/2010, e, ainda, a grande participação de população não natural nestes municípios, parcelas de mais de 50%, são indicativos de fortes migrações internas (SEI, 2012). Outra referência que sinaliza para o fortalecimento das centralidades metropolitanas e para o deslocamento do interesse em residir na proximidade do trabalho são os megaempreendimentos, lançamentos recentes para as classes média e média alta: *Vivea Nova Camaçari, Reserva Camassarys, Alphaville I, II e III*. O espaço regional, nas imediações das cidades metropolitanas tem atraído também os empreendimentos habitacionais para baixa renda com empreendimentos do *Programa Minha Casa Minha Vida: Duo*, entre outros.

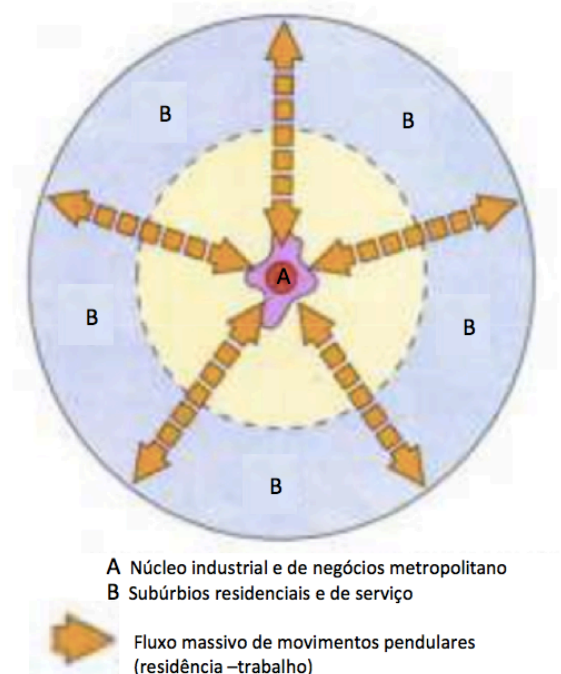
No conjunto, estas informações, aliadas ao quadro de dispersão das ocupações, mostram com alguma segurança que os fluxos centro-periferia já se encontram em tendência de decréscimo, e, que é urgente pensar o espaço metropolitano superando o mantra da macrocefalia. Verdadeira em alguns quesitos, mas que muda de significado, em forte ritmo, e seria ainda mais expressivo não fora a crise de 2008. O refluxo observado nas atividades industriais, com quebra de expectativas de varias empresas, como a grande JAC Motors, e, no turismo, projetos que patinam e já computam longos anos de espera para o início de obras.

## 6.4 OS FLUXOS E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Relacionando a RMS, no desenvolvimentismo, com o modelo de organização territorial de Raw, 2001, Figura 23, Modelo Monocêntrico Metropolitano, observa-se uma condição comparável à do arranjo organizacional metropolitano de Salvador durante os anos de 1970 e 1980 do século XX. E, relacionando-a com a Figura 24, Modelo Policêntrico, observa-se a correspondência com a organização socioespacial do atual período de acumulação flexível e globalização.

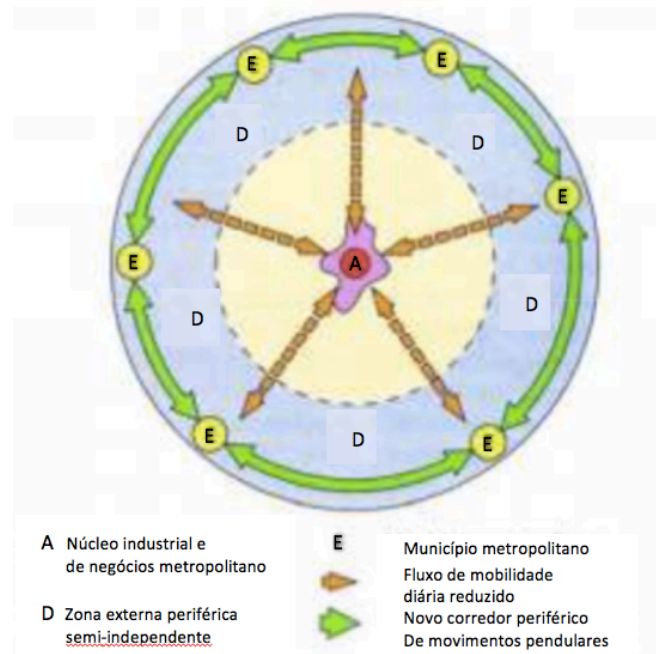
O Modelo Monocêntrico Metropolitano de Raw, Figura 23, mostra uma concentração de atividades industriais, e de negócios polarizados em única centralidade metropolitana, e subúrbios com concentrações residenciais e de serviços, e fluxos massivos de movimentos pendulares residência-trabalho.

Figura 23 - Modelo monocêntrico metropolitano.



Fonte: RAW, 2001.

Figura 24 - Modelo policêntrico metropolitano.



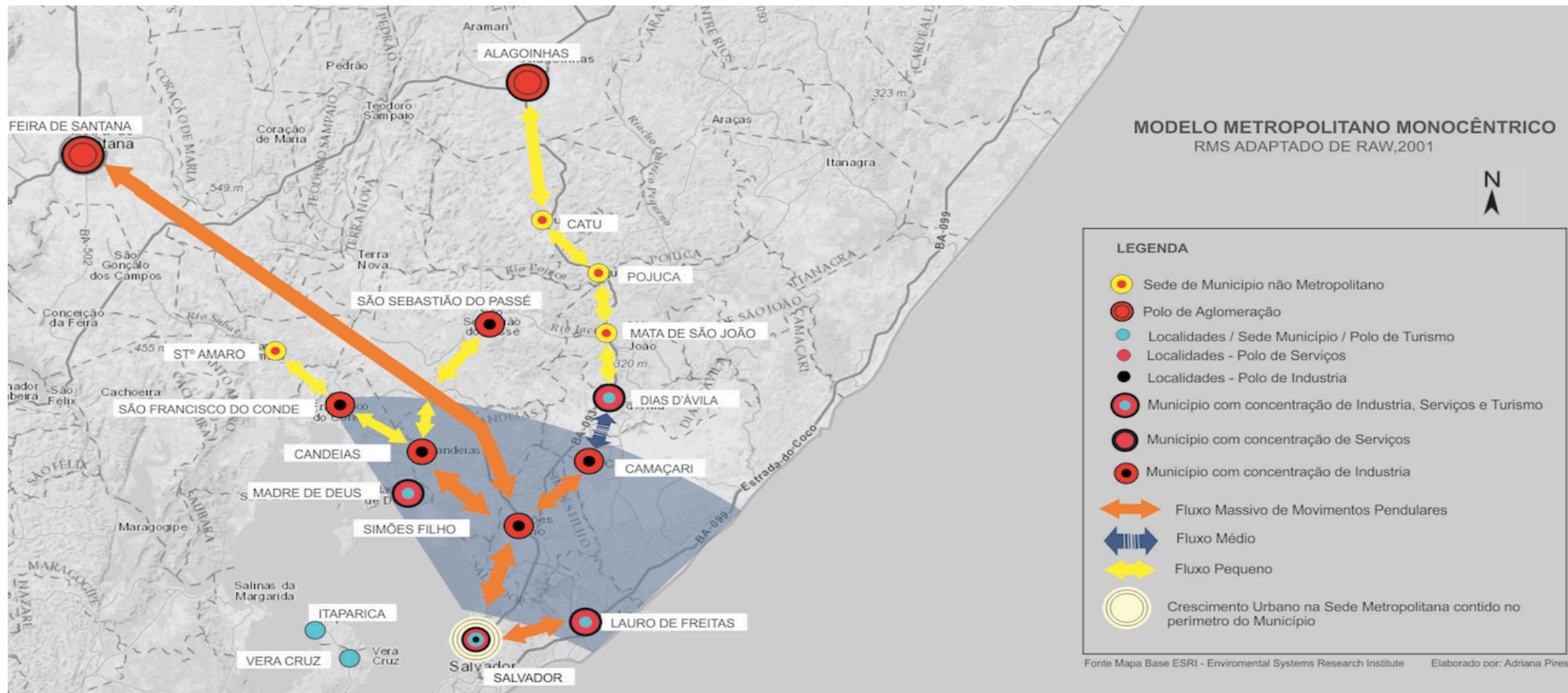
Fonte: RAW, 2001.

Na RMS, Salvador se situava, efetivamente, como centralidade metropolitana, única, dado à discrepância dos indicadores urbanísticos em relação aos demais municípios. As sedes dos municípios metropolitanos não exerciam sequer o papel de apoio urbano minimamente qualificado, impondo fortes fluxos regionais, quase que totalmente de natureza pendular, casa-trabalho/centro-periferia, com raio de alcance de 20 a 25 km do centro metropolitano.

A Figura 25 apresenta uma leitura do Modelo Monocêntrico Metropolitano adaptado à RMS, onde o campo cinza mostra o alcance dos deslocamentos centro-periferia, e também registrados: a intensidade de fluxos, a hierarquia da rede urbana e suas funções.

O Modelo Policêntrico de Raw, Figura 24, esquematiza uma forte centralidade metropolitana, indústria e negócios, uma zona externa, periférica, com autonomia relativa e novas centralidades. O fluxo de mobilidade diária pendular é reduzido e novo corredor periférico de movimentos pendulares se configura, articulando outras novas centralidades.

Figura 25 - Leitura da RMS com base no Modelo Monocêntrico Metropolitano.



Fonte: Elaboração própria; Representação Adriana Pires.

As considerações anteriores sobre o desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, relativas aos dados de crescimento populacional, de participação dos municípios no PIB estadual, de migrações internas, de imigrações do exterior, o mapeamento dos fragmentos de urbanização dispersa e as constatações em visita de campo, indicam, fortemente, que o arranjo da organização do território metropolitano atual está mais coerente quando relacionado ao Modelo Policêntrico Metropolitano de Raw (2001).

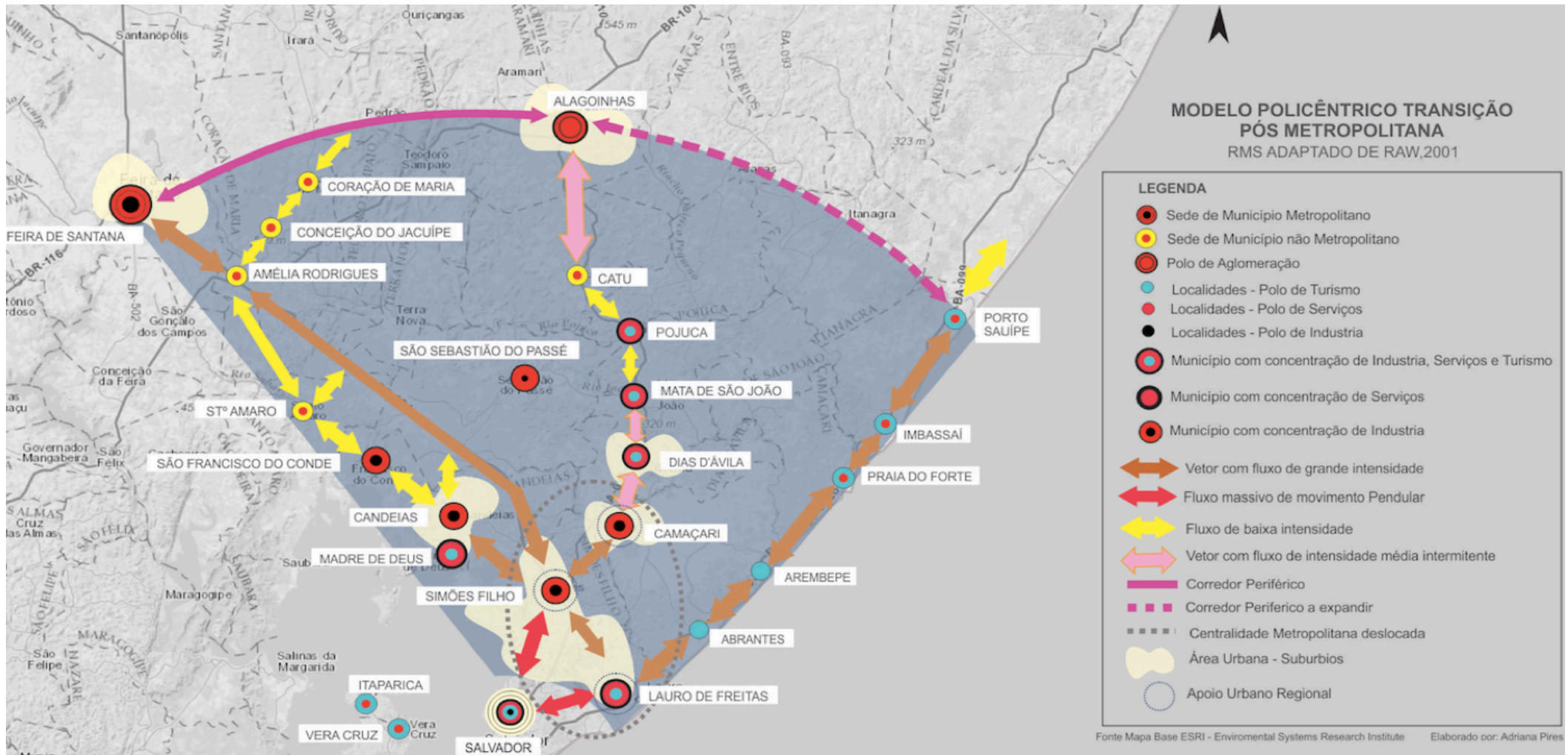
A Figura 26 apresenta uma leitura do Modelo Metropolitano Policêntrico, adaptado à RMS, onde o campo em cinza mostra o alcance dos deslocamentos diários que se sobrepõem aos deslocamentos centro-periferia do desenvolvimentismo e destacam: alteração na intensidade dos fluxos, novas funções e posições na rede urbana, novas localidades e eixos de deslocamento.

Mantem-se a forte centralidade metropolitana de Salvador como polarização de empregos, comércio e serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos compatíveis com uma cidade de 2,7 milhões de habitantes, entretanto, sob as condições e parâmetros observados, uma nova condição vai se evidenciando: sedes municipais que passam a exercer efetivas funções urbanas e se constituem em apoios urbanos regionais, interagem entre si de modo complementar, portanto, impactando no fluxo pendular na medida em que as funções da base urbana passam a ser distribuídas no território metropolitano.

## 6.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Complementando os estudos à escala metropolitana, dado à relevante capacidade organizativa dos componentes do sistema de mobilidade, o Capítulo trata: da participação dos diferentes modais na mobilidade metropolitana e do alcance ampliado dos fluxos regionais; dos resultados de pesquisa específica sobre os fluxos de passageiros e veículos caracterizando a intensidade dos deslocamentos nos principais eixos que estruturam os vetores metropolitanos; dos dados sobre o incremento da frota e outros da Pesquisa de Mobilidade da SEINFRA, 2012, com especial contribuição quanto à quantificação das viagens O/D, que sinalizam que as sedes dos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho passam a atuar como efetivas centralidades regionais; e, finaliza com os modelos teóricos que interpretam as regiões metropolitanas relacionando os fluxos com a rede de cidades e suas relações intrarregionais, fechando esta Segunda Parte.

Figura 26 - Leitura da RMS com base no Modelo Policêntrico Metropolitano.



Fonte: Elaboração própria; Representação Adriana Pires.

**TERCEIRA PARTE**  
**TECIDO URBANO NA EXPANSÃO METROPOLITANA**  
**1991/2000 e 2000/2010**

[...] Um dos aspectos mais fascinantes do estudo das cidades é que, apesar de suas diferenças e da identidade própria a cada uma delas, em todas podem ser encontrados os mesmos tipos de fenômenos urbanos. Contradição aparente ou, antes, leitura dialética que oscila sem cessar entre o universal e o particular, a regra e a exceção, a repetição e a singularidade (PANERAI, 2014, p. 53).





## **TECIDO URBANO NA EXPANSÃO METROPOLITANA 1991/2000 e 2000/2010**

Na Terceira Parte, muda-se a escala da pesquisa. Investiga-se a manifestação do processo de urbanização dispersa, na produção de tecido urbano na Região Metropolitana de Salvador. Identificados os vetores de expansão metropolitanos e dispondo do levantamento e do georreferenciamento das áreas urbanizadas acrescidas nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010, o objetivo é conhecer o tecido urbano produzido nas manchas das áreas urbanizadas recentes.

Antes de adentrar o estudo do tecido propriamente dito, considerou-se necessário fazer uma caracterização do quadro ambiental à escala da RMS e dos vetores metropolitanos, apenas o suficiente para apoiar a análise ambiental das áreas urbanizadas acrescidas que serão abordadas no Capítulo 3, desta Terceira Parte, complementar à análise ambiental metropolitana. Ratifica a necessidade da caracterização ambiental a proposta de pensar a expansão metropolitana em suas tangências com o conceito de sustentabilidade.

O primeiro Capítulo, em resposta à segunda questão de pesquisa, caracteriza as áreas urbanas acrescidas na RMS, décadas 1991/2000 e 2000/2010, por meio de análises qualitativas, quantitativas, socioeconômicas, e em termos de parâmetros urbanísticos, integração regional, densidades, e, por fim, uma classificação e categorização do tecido, possível.

No segundo Capítulo, faz-se um balanço das informações sobre os setores econômicos e a sua participação na formação do tecido urbano: a indústria, o turismo e o setor imobiliário.

No terceiro Capítulo, com base nos elementos do Quadro Ambiental e de toda discussão já feita sobre as demais condições da expansão metropolitana, faz-se uma reflexão na perspectiva da sustentabilidade: o que este conceito significa para o desenvolvimento futuro da região metropolitana e de como a urbanização dispersa pode se inserir num ciclo virtuoso para o desenvolvimento urbano sustentável, em resposta à terceira questão orientativa de pesquisa.

### **1 ANTECEDENTES: QUADRO AMBIENTAL DA RMS**

Sendo o “ambiente o espaço do enfrentamento do desafio do desenvolvimento sustentável” (BURSZTYN, 2004, p.68) e com objetivos de evidenciar os impactos e conflitos

ambientais das ocupações no território da RMS, subsidiar a leitura ambiental das áreas urbanizadas acrescidas, e de compreender quais as perspectivas para um desenvolvimento regional sustentável, considerando o modo da expansão urbana dispersa, buscou-se as informações ambientais disponíveis, aquelas mais importantes para uma caracterização do quadro ambiental, com a limitada pretensão, a não ser a de apoiar reflexões urbanísticas a escala regional.

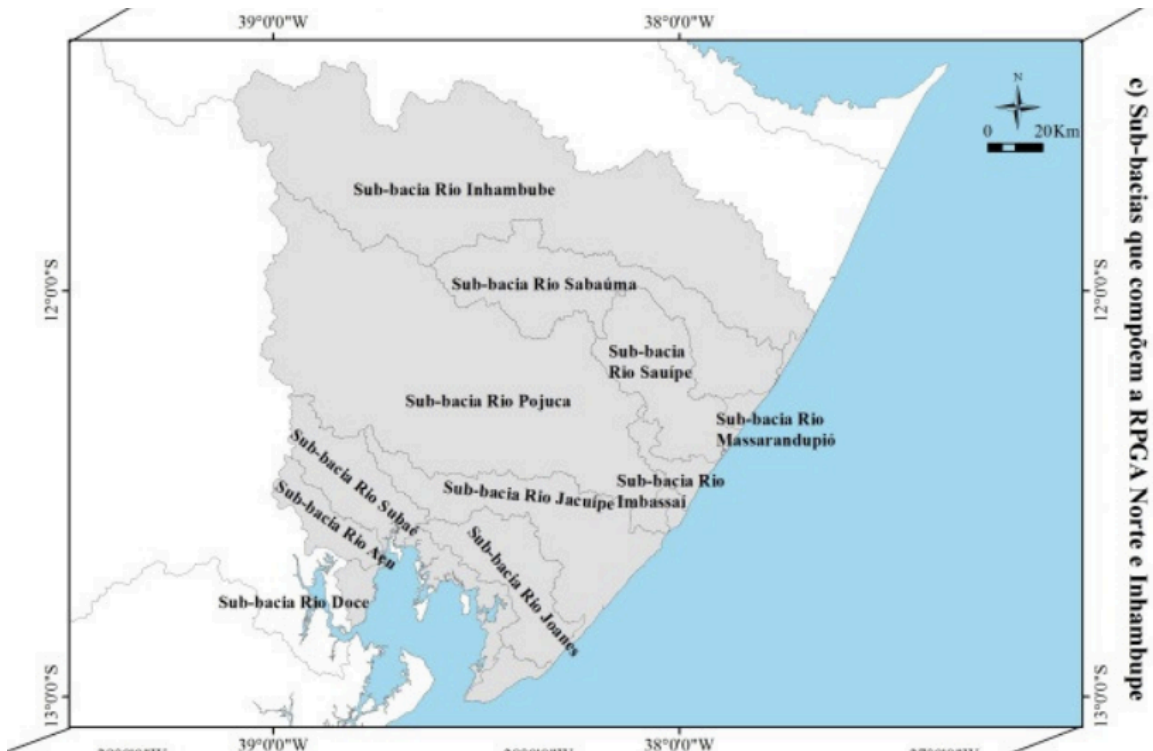
## 1. 1 AMBIENTE NATURAL

A região metropolitana de Salvador na sua atual conformação tem área de 4.300 km<sup>2</sup>, sendo 1.300 km<sup>2</sup> de plano d'água, com duas representações geomorfológicas: continental e insular que conforma excepcional conjunto paisagístico: baías, ilhas, península, litoral atlântico.

As transformações já produzidas são do mais alto impacto, poucos espaços conservam boa qualidade ambiental e o grau de vulnerabilidade das áreas residuais é elevado. O primeiro quesito de uma estratégia ambiental é assegurar a preservação e conservação dos ambientes menos transformados, entretanto, a alteração do quadro de degradação depende do planejamento regional assumir a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, com ênfase na dimensão social, para conceber outro padrão para o uso e ocupação do solo e incorporar inovação e tecnologia nas proposições urbanísticas.

A abordagem do quadro ambiental da região metropolitana adota a bacia hidrográfica, relevante pela importância do tema “água”, cuja gestão ambiental sustentável foi institucionalizada desde a Lei nº 9.433/97, quando estabelecida como unidade territorial de planejamento e gestão e criados os Comitês de Bacias.

A bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, onde se insere a RMS, abarca quase toda a área nordeste do estado da Bahia e corresponde à junção de duas áreas de tipos climáticos e perfil econômico distintos: os municípios da Região Metropolitana de Salvador e do semiárido baiano. Os principais rios que compõem essa bacia são: Subáuma, Catu, Sauípe, Pojuca, Jacuípe, Joanes, Subaé, Açu, os rios secundários da Baía de Todos os Santos e o rio Inhambupe, dentre estes, os principais rios metropolitanos: o Subaé, Joanes, Jacuípe, Pojuca e Sauípe.

**Cartograma 25** - Bacias do Recôncavo Norte e Inhambuê, onde se situa a RMS.

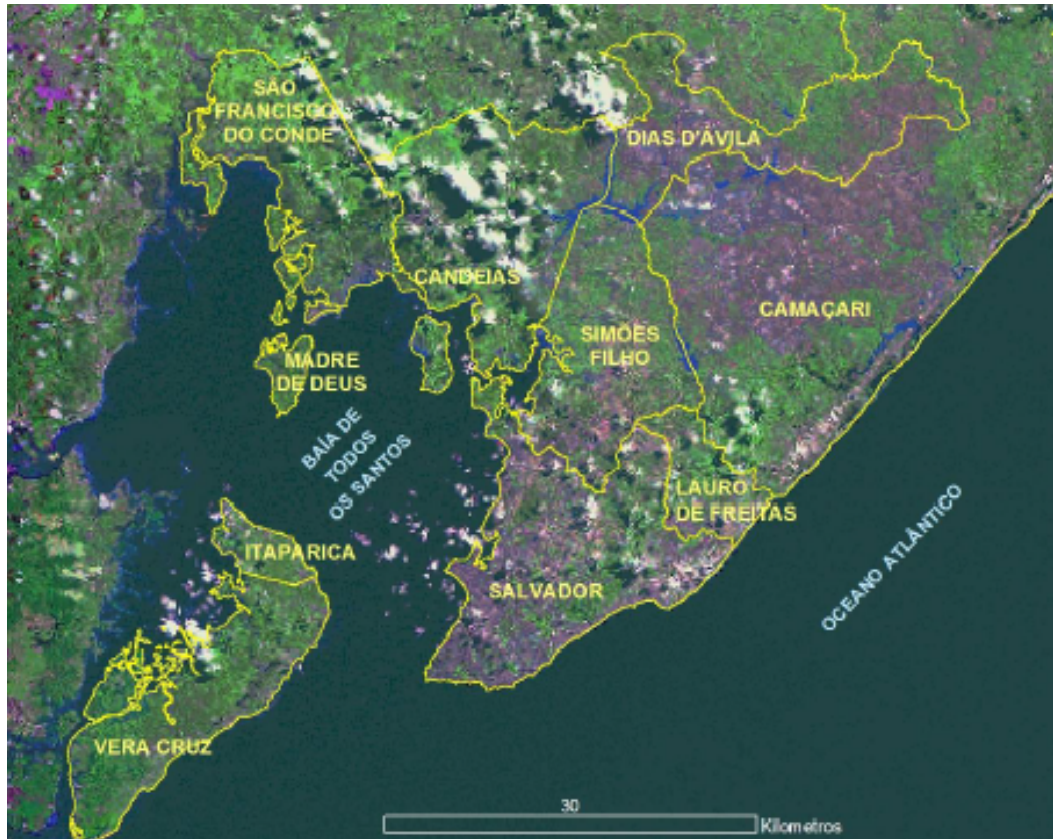
Fonte: Ministério do Meio-Ambiente, INEMA, SEI, IBGE (1991/2000 e 2010), *Google Physical*, Catálogo de Imagens SRTMDA EMBRAPA, Plano Diretor do CIA.

As sub-bacias formadas por estes rios são: sub-bacia do Rio Sauipe, do rio Massarandupió, do rio Imbassai, do rio Jacuípe, do rio Joanes e do rio Subaé, todas fora do território do município de Salvador. As sub-bacias situadas no município de Salvador são as do Ipitanga, Jaguaripe, Pituaçu, Camarugipe, Pituba, Lucaia, Barra, Cidade Baixa, Subúrbio e sub-bacia do Cobre, estudadas em outros documentos de referência, à exemplo do Caminho das Águas, e não serão objeto de interesse pelo argumento já enunciado de que no território de Salvador, não se registra processo de urbanização dispersa, foco desta pesquisa.

As bacias hidrográficas como unidades de planejamento privilegiadas devem ser objeto de caracterização ambiental para fins de planejamento quanto: à localização, à condição geomorfológica, aos conflitos ambientais, aos aspectos socioespaciais, e às tendências de uso e ocupação. As cartas temáticas reunidas: hidrografia e hipsometria, sub-bacias hidrográficas, solos, cobertura vegetal e de unidades de conservação, tem a utilidade de ajudar à caracterização das bacias. Sobre estas cartas temáticas foram lançadas as manchas das áreas urbanizadas acrescidas entre 1991/2000 e 2000/2010 para melhor relaciona-las aos fragmentos urbanos. Na Figura 27 pode-se perceber, pela distinção de coloração, uma grande área urbanizada mais próxima do litoral, espaços claramente correspondentes às áreas rurais,

interioranas, e, com menor clareza, manchas que, pela coloração, deixam dúvidas a qual dos dois compartimentos pertencem – urbano ou rural.

**Figura 27** - Panorama geral da RMS, imagem aérea, 2015.



Fonte: Google Earth, 2015.

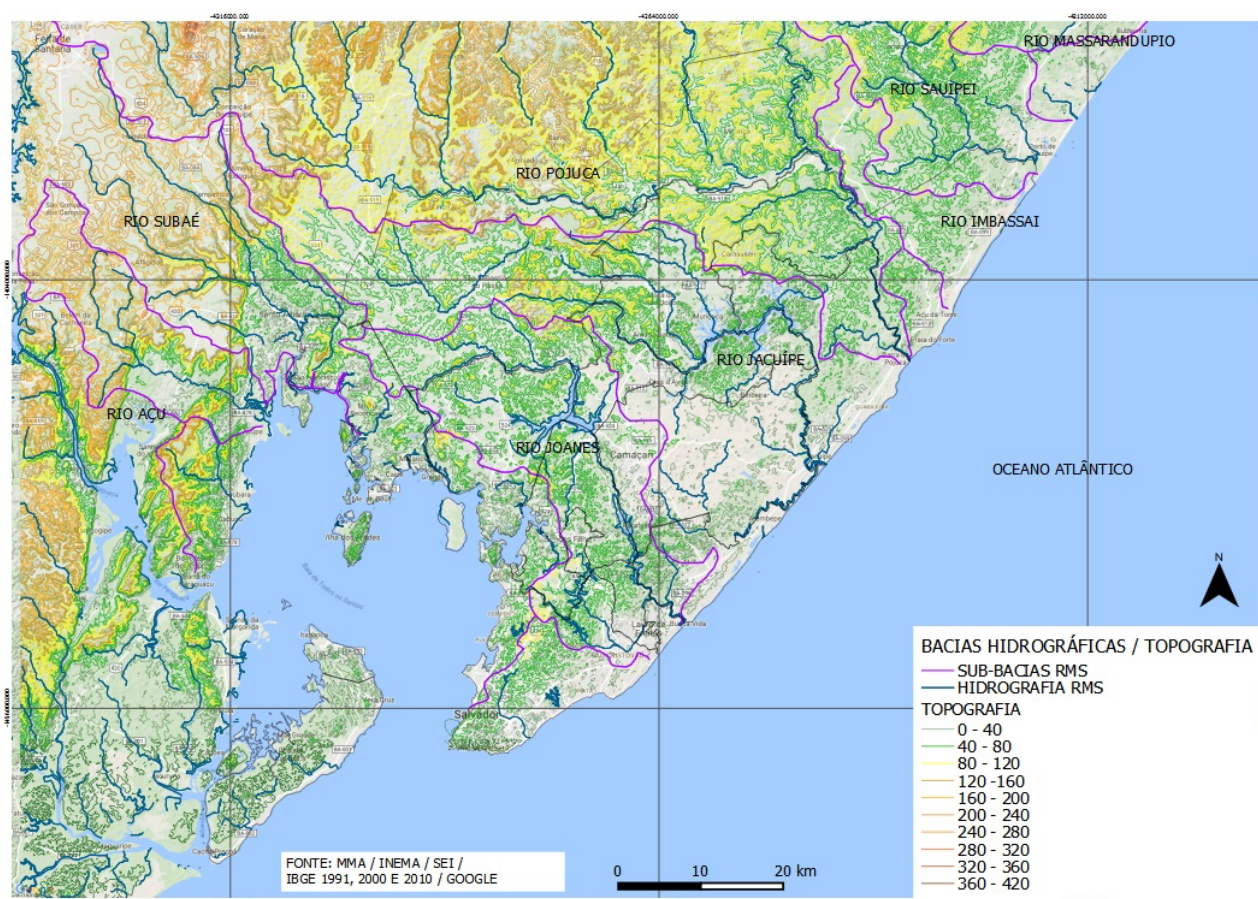
A expansão metropolitana coloca enorme pressão sobre os recursos como água potável, áreas vegetadas, e o ambiente segue em permanente processo de transformação. Com a caracterização ambiental das bacias hidrográficas pode-se interpretar a estrutura do ambiente natural, e, como unidade privilegiada para o planejamento, discutir o significado de sustentabilidade para o território metropolitano, embora reconhecendo a limitação de uma análise que carece de interlocução complementar com outras disciplinas.

Saliente-se o esforço de reunir as cartas ambientais temáticas da RMS visto que não existem disponíveis. Foram recolhidas com a colaboração de técnicos em instituições federais (ANA), ONG, literatura de Internet, produzidas em bases diversas. Na organização dos Cartogramas foi necessária a superposição de informações de diferentes bases e escalas distintas, de modo que, ficaram evidentes as imperfeições nos cartograma temáticos, mesmo para a escala de impressão deste documento. Os cartogramas temáticos foram satisfatórios para o propósito de reconhecimento e para suporte a um pensamento analítico e propositivo.

Diante da obrigatoriedade de fazer um *Plano Urbanístico Integrado* para a RMS, determinado pelo *Estatuto da Metrópole*, esta carência deverá vir a ser suprida pelo Estado. Foi possível organizar as informações geoambientais nos seguintes cartogramas: hidrografia e hipsometria, hidrogeologia, solos, ecossistemas e cobertura vegetal e unidades de conservação no território da RMS.

Percebe-se na península em se que constitui o município de Salvador, seguindo em direção norte, em faixa alargada, as áreas que apresentam cotas mais baixas. Uma extensa e larga superfície em suave declive, em direção O/L preponderantemente, vertendo para a orla Atlântica onde desaguam as principais bacias hidrográficas metropolitanas. As cotas mais elevadas nessas áreas, alcançam altitudes de 80 a 120m. O rio Pojuca é uma expressiva linha que coloca um limite a norte da metrópole, não houvesse sido a região definida em termos de delimitação dos entes federativos que a compõe.

**Cartograma 26** - Hidrografia e hipsometria na Região Metropolitana de Salvador.



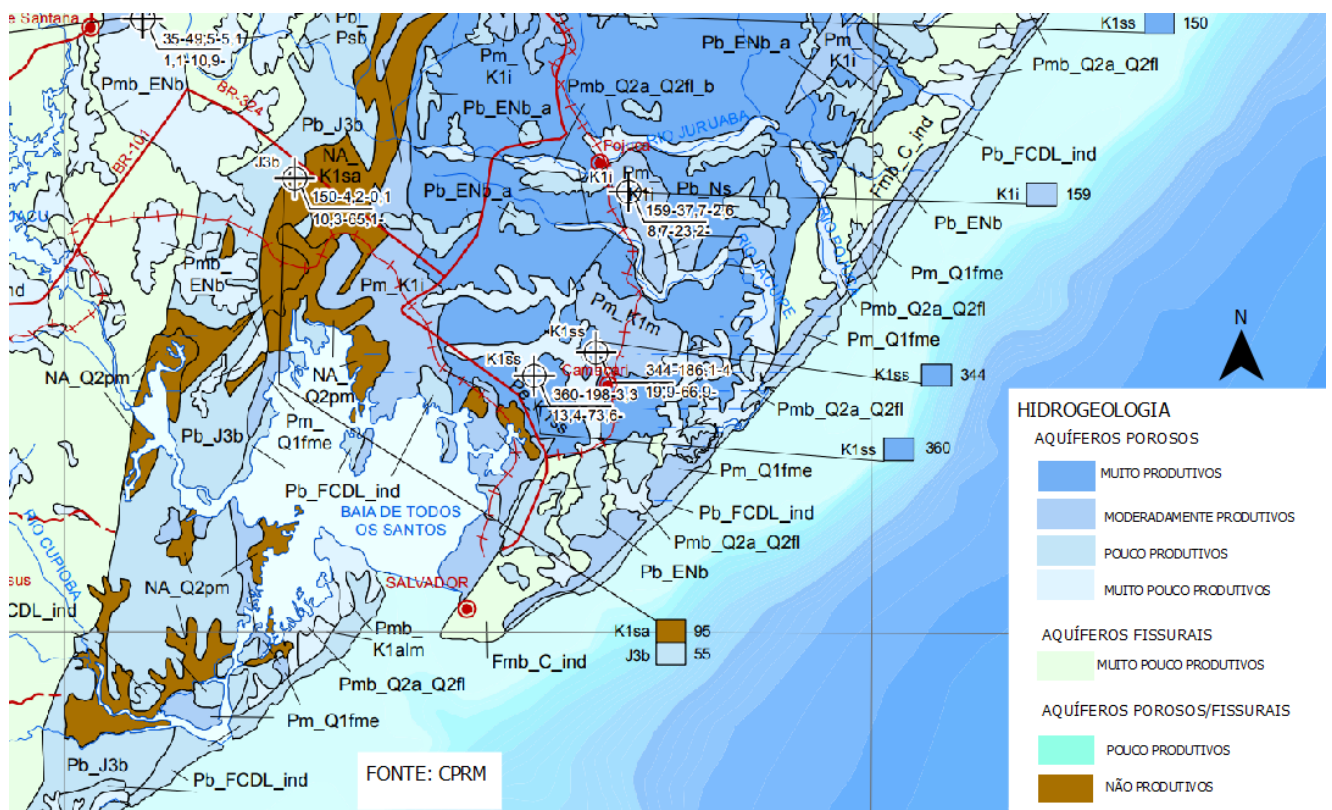
**Fonte:** Ministério do Meio-Ambiente; *Google Physical*; INEMA; SEI, LCAD.

Os recursos hidrogeológicos na RMS são generosos, dispendo de grande reserva de água subterrânea, o aquífero de São Sebastião. A percepção da finitude dos recursos naturais e

o enunciado do conceito de sustentabilidade (SACHS, 1992), lamentavelmente não alcançou os agentes públicos que decidiram, nos anos 70, pela implantação do Polo Petroquímico de Camaçari sobre a maior reserva de água, localizando indústria altamente poluente sobre este importante recurso natural do Estado. Desse modo, a RMS é predominantemente abastecida pela reserva do rio Paraguaçu, externa à região, e com recursos do complexo Joanes-Ipitanga, este no interior da RMS, respondendo por 40% do abastecimento metropolitano.

A condição do recurso hidrogeológico analisado por Oliveira *et al.*, (2007), entretanto, mostra um boa condição da água subterrânea, conforme padrão do Índice Nacional de Qualidade de Águas Subterrâneas e justifica em função da alta pluviosidade na faixa litorânea, com renovação constante do recurso no sub-domínio da Bacia do Recôncavo e das bacias sedimentares.

**Cartograma 27-** Hidrogeologia da Região Metropolitana de Salvador.

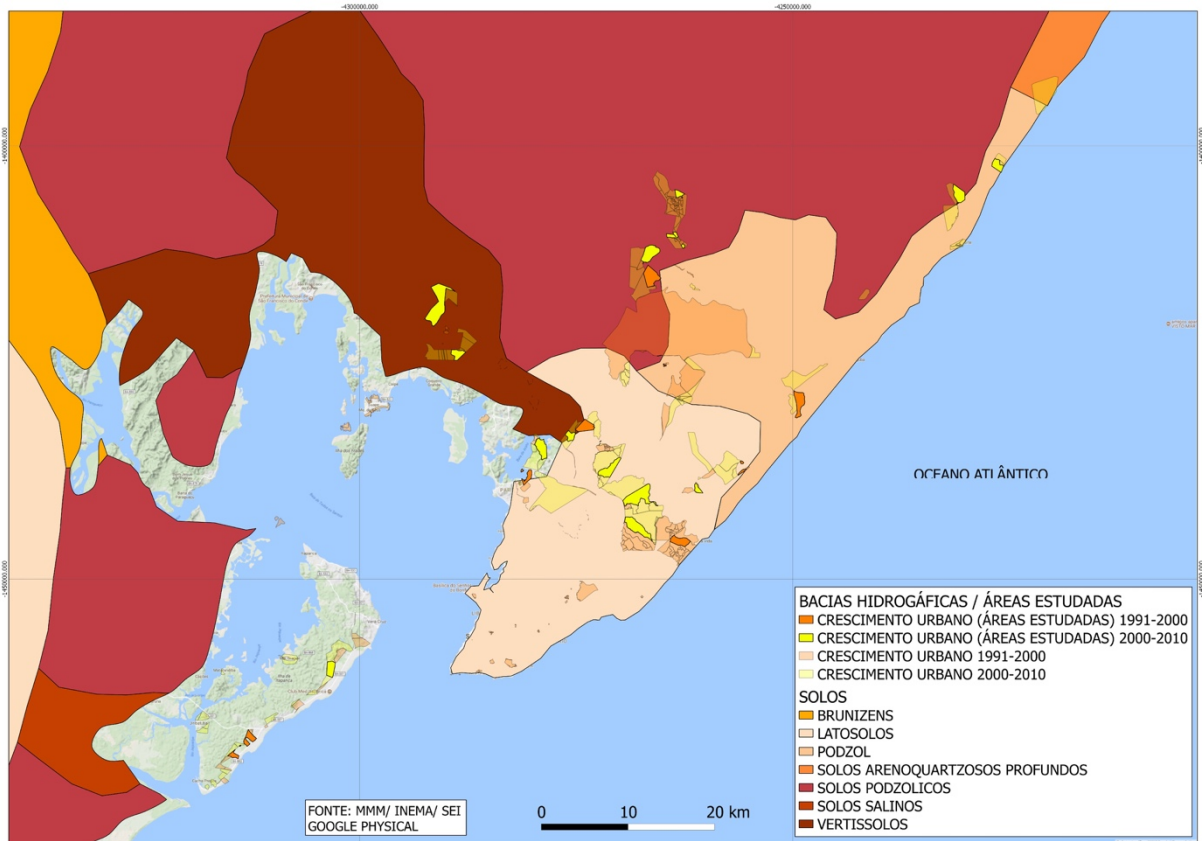


**Fonte:** Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais.

Quanto aos solos, o *Plano Metropolitano de Desenvolvimento*, CONDER 1982, indicava quatro porções territoriais na RMS com potencial para a agricultura urbana: parte da área rural de São Francisco do Conde, área rural da Ilha de Itaparica, pequena parcela de área rural de Camaçari – jusante da barragem de Santa Helena e área rural de Camaçari, contigua a Lauro de Freitas. Esta análise reflete apenas o potencial do elemento solo específico, bruto.

Compreender os sistemas urbanos como sistemas socioecológicos cria possibilidades de inovação para potencializar as condições de fertilidade e da produção agrícola urbana/metropolitana.

**Cartograma 28** - Solos da Região Metropolitana de Salvador e áreas urbanas acrescidas na RMS, 1991/2010.

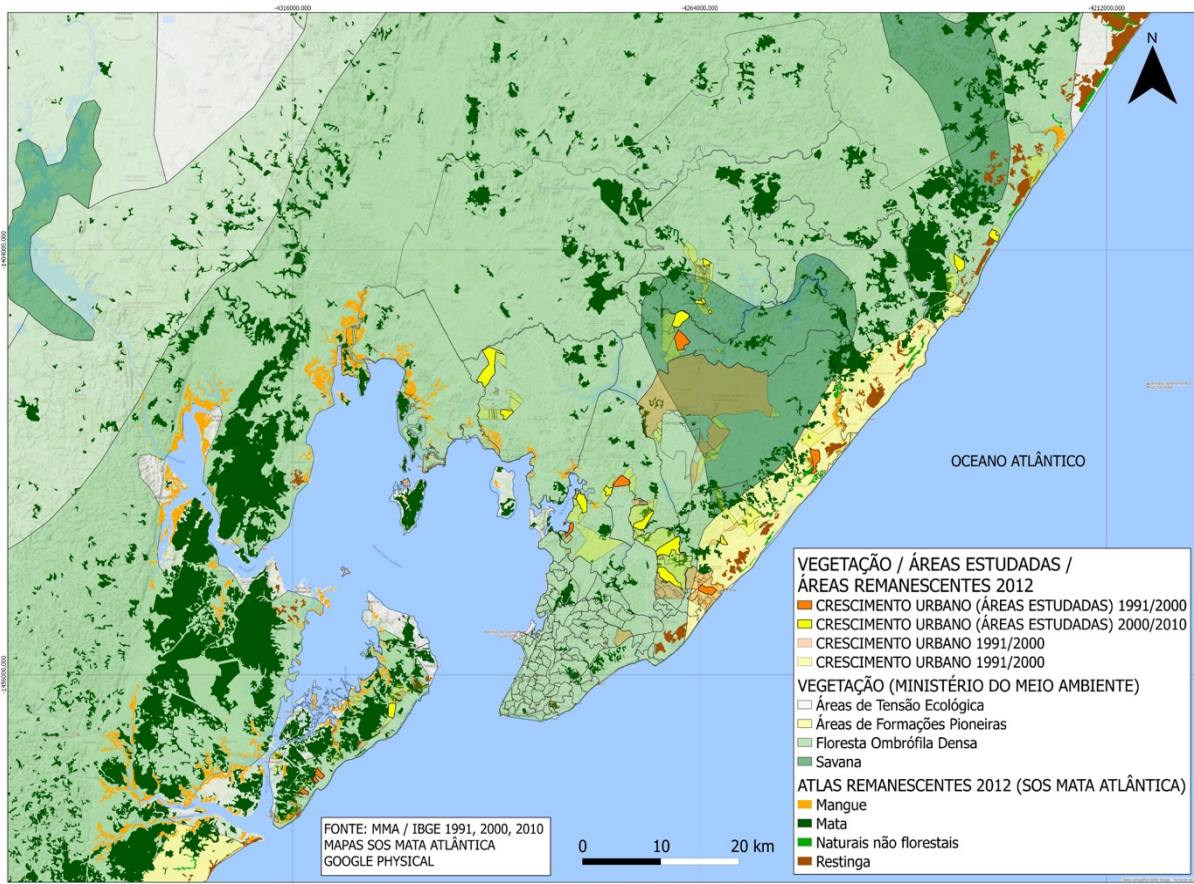


**Fonte:** Ministério do Meio-Ambiente, INEMA, SEI, IBGE 1991/2000 e 2010, *Google Physical*, Catálogo de Imagens SRTMDA EMBRAPA, Plano Diretor do CIA.

O Cartograma 29 reúne informações da cobertura vegetal proveniente de diversas fontes. Ressalta a grande mancha verde da Floresta Ombrófila Densa e a discrepante relação com os fragmentos residuais deste compartimento, mapeados pela ONG SOS Mata Atlântica.

Por meio da análise das áreas urbanizadas estudadas, o conjunto de imagens permitiu uma sucinta avaliação ambiental onde foi possível, de modo mais aproximado, identificar danos ambientais que são encontrados na maioria das áreas e dão um panorama do estado de degradação da cobertura vegetal nas áreas. Padrão que, tendencialmente, deverá se reproduzir na expansão metropolitana se não houver oportunidade para revisão, redirecionamento das políticas públicas de ordenamento e controle do uso do solo.

Adiante, no Capítulo 4, Terceira Parte, serão apresentadas as imagens e as análises ambientais de cada área estudada.

**Cartograma 29** - Cobertura vegetal da Região Metropolitana de Salvador

**Fonte:** Ministério do Meio-Ambiente, INEMA, SEI, IBGE 1991/2000 e 2010, *Google Physical*, Catálogo de Imagens SRTMDA EMBRAPA, Plano Diretor do CIA.

O território metropolitano apresenta singularidades que justificaram a definição de Unidades de Conservação – UC, nas diversas esferas: federal, estadual e municipal. O Cartograma das UC na região metropolitana foi, por solicitação, produzido pela SEMA em 2016. Neste, constam uma UC por decreto federal<sup>1</sup>, nove UC por decreto estadual<sup>2</sup>, e uma UC por decreto municipal<sup>3</sup>.

Hierarquizando a pressão urbana sobre as unidades de conservação o maior risco ambiental recai sobre a APA do Joanes/Ipitanga pela proximidade das áreas de expansão metropolitana sobre estes recursos ambientais, atravessado por três dos vetores de expansão metropolitanos: Vetor Litoral Norte, Vetor Centro Norte e Vetor Intermunicipal. A segunda maior pressão urbana está no Vetor Litoral Norte, envolvendo toda a restinga neste

<sup>1</sup> UC por decreto federal: Reserva extrativista Marinha da Baía de Iguape.

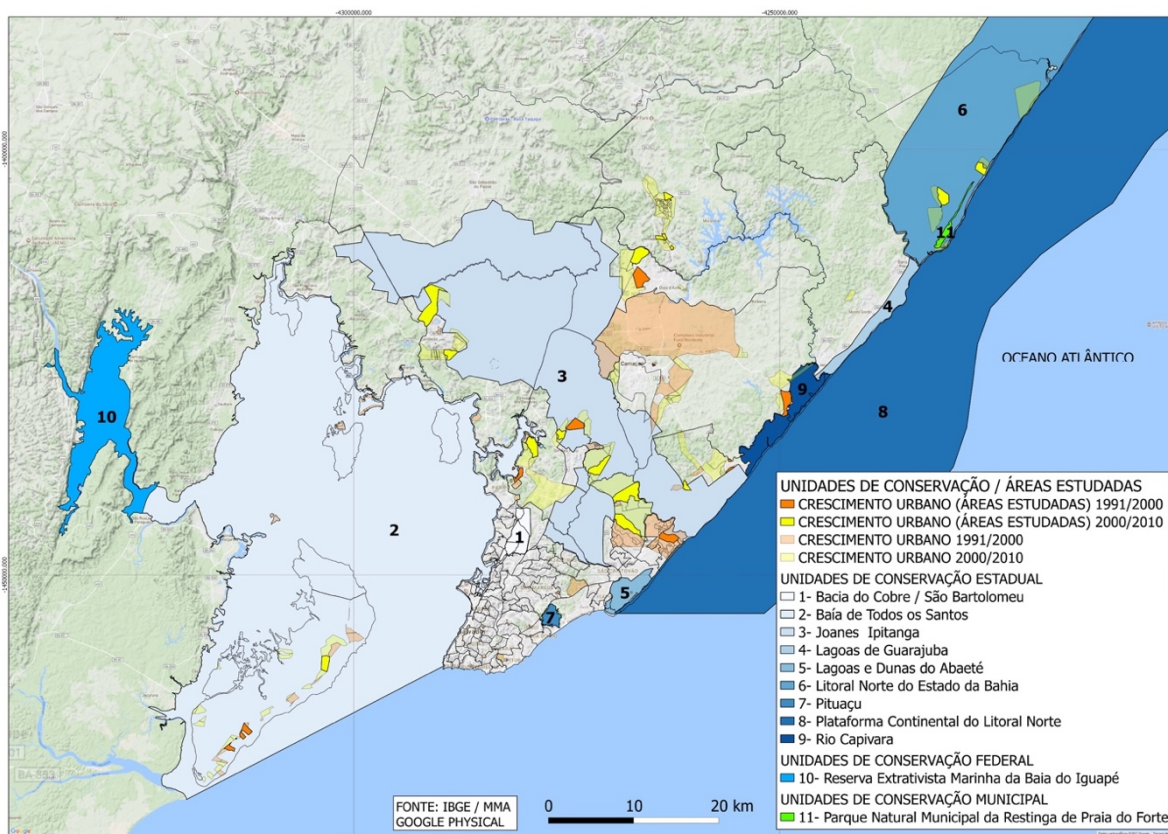
<sup>2</sup> UC por decreto estadual: Bacia do Cobre / Parque São Bartolomeu, Baía de Todos os Santos, Joanes – Ipitanga, Lagoas de Guarajuba, Lagoas e Dunas do Abaeté, Litoral Norte do Estado da Bahia, Pituçu, Plataforma Continental do Litoral Norte e Rio Capivara.

<sup>3</sup> UC por decreto municipal: Parque Natural Municipal da Restinga da Praia do Forte.



litoral. A Baía de Todos os Santos está sob a tensão da execução da ponte Salvador-Itaparica, que apresenta um cenário de potencial de significativas e radicais transformações em vista.

**Cartograma 30** - Unidades de Conservação na RMS, federal, estadual e municipal.  
Áreas urbanizadas acrescidas na RMS, 1991/2010.



Fonte: SEMA, 2016.

## 1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

O interesse na bacia hidrográfica como unidade de planejamento, está na importância que este compartimento tem para o suporte a uma discussão propositiva que se pretende fazer sobre a espacialidade metropolitana, no Capítulo 4, Terceira Parte. Embora a justificativa de não abordar as sub-bacias no território de Salvador, a sub-bacia do Ipitanga é exceção, por que, situada em espaço limítrofe do território soteropolitano, exemplifica a leitura preliminar necessária à demais bacias: do rio Sauipe, do rio Massarandupió, do rio Imbassaí, do rio Jacuípe, do rio Joanes, do rio Subaé.

## Bacia do Ipitanga (adaptado de LYRIO, 2015)

A bacia do Ipitanga localiza-se ao longo do limite norte do município de Salvador, limítrofe com os municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho, a mais detalhada pela proximidade das pressões urbanas e por dispor de muitos trabalhos de análise, dentre estes do geólogo Lyrio, transcrito aqui, resumidamente.

A área apresenta baixas densidades demográficas com grandes vazios urbanos compatíveis com uma área de proteção de manancial das represas do Ipitanga I e II, que integram o sistema de abastecimento da cidade<sup>4</sup>. A pressão da urbanização tenciona na direção sul/norte, com usos e padrões urbanísticos diversificados, contida pela escassez de infraestrutura de transportes e distancia de centralidades para provimento de renda de populações de baixa renda. O tecido mais denso se concentra na parte baixa, entre a praia e as dunas, pressionando estes ecossistemas: o condomínio do Petromar, Alamedas da Praia, além dos condomínios e *villages* em Stella Maris. Na porção média da bacia (represa do Joanes I), dois setores distintos: o norte, com fraca urbanização; e o setor sul, mais urbanizado, ocupado por conjuntos habitacionais implantados ocupando o topo dos morros e conservando as encostas, não invadidas pelas dificuldades de sobrevivência à distância de oportunidades de trabalho. Na parte alta, prevalecem os usos rurais, atividades de mineração e o Aterro Metropolitano, com esparsa e pequena urbanização.

O conflito mais expressivo está na preservação dos mananciais que abastecem o município com qualidade da água. Outras possibilidades de abastecimento também se encontram a norte na direção da expansão da urbanização.

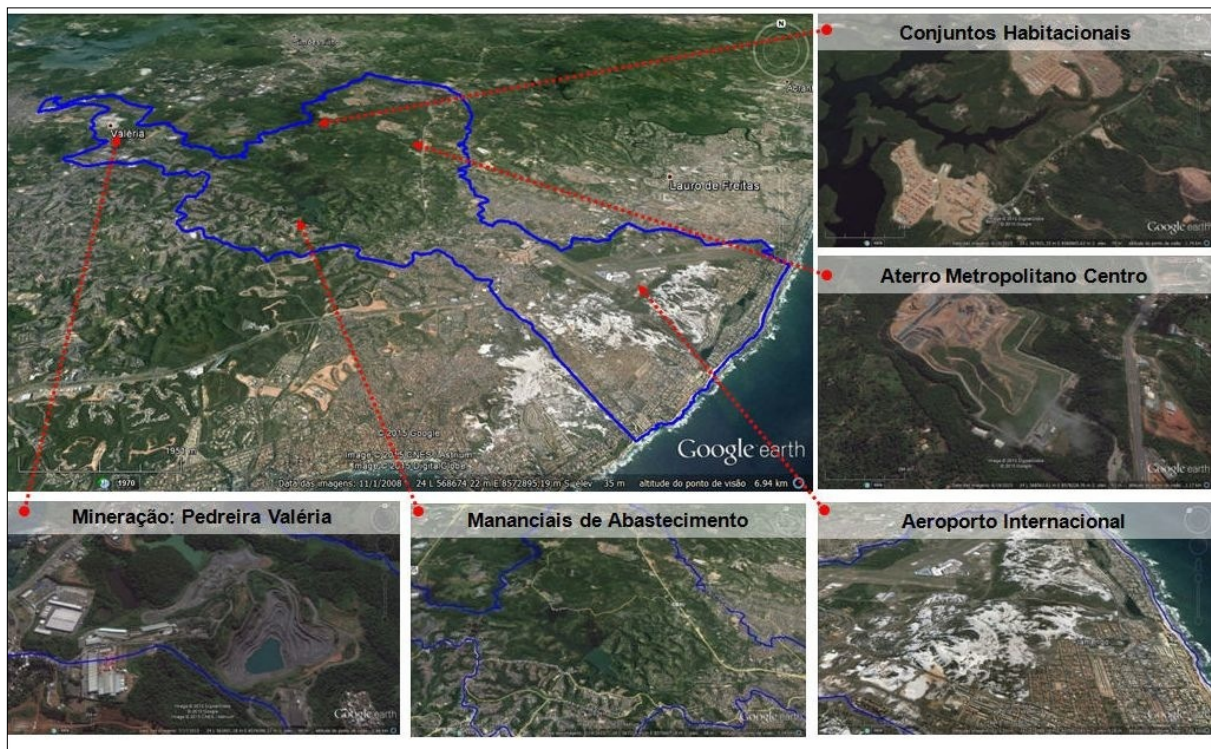
Pressões urbanas sobre o sistema de dunas de Abaeté e uma possível terceira pista do Aeroporto sobre estas dunas são problemas a serem considerados nesta bacia. Na Figura 28 é possível observar o acima comentado.

Todas as bacias que estão sob pressão da expansão metropolitana encontram-se fora do município de Salvador, à exceção de parte da bacia do Ipitanga que forma o complexo da APA do Joanes-Ipitanga.

---

<sup>4</sup> O sistema Joanes / Santa Helena – Ipitanga, é responsável pelo fornecimento 8,8 m<sup>3</sup>/s de água para o abastecimento da cidade, o que corresponde a mais de 50% do manancial de Pedra do Cavalo (7,0 m<sup>3</sup>/s), a outra fonte de abastecimento.

Figura 28 - Bacia do rio Ipitanga.



Fonte: Adaptado de Lyrio (2015).

### 1.3 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DOS VETORES METROPOLITANOS

A caracterização ambiental dos vetores metropolitanos resume-se a uma leitura transversal dos ambientes.

#### Breve Caracterização dos aspectos ambientais do vetor Litoral Norte

A longa extensão do Litoral Norte é formada por sistema geomorfológico de alta regularidade, com relevo de suave declive, que pode ser representado numa única secção transversal, padrão, constituído por: Formação Barreiras, as maiores altitudes em torno de 100m, correspondendo a tabuleiros costeiros situados nas áreas mais interioranas; leques aluviais, distribuídos nos sopés dos tabuleiros, em cotas de 15 a 20m, regulam o fluxo hídrico subterrâneo; embasamento cristalino, distribuído ao longo dos vales dos rios com maior afloramento nas imediações de Imbassaí; a Formação Dunas, internas e externas, distribuem-se ao longo da costa, recobrendo alguns locais da Formação Barreiras, regulando os cursos d'água e formando lagoas de represamento, respectivamente; os Cordões Duna, acompanham

a linha de praia com cotas médias de 10m; os Terraços Marinhos Baixos, cota de 5m, e os Altos, cotas de 5m a 8m, são formas tabulares alongadas, acumuladores de água subterrânea; as Terras Úmidas, correspondem à planície de inundação dos rios e áreas úmidas associadas, localizadas entre os terraços marinhos; e, a Praia, depósitos arenosos alongados submetidos aos processos marinhos, amortecido pelos corpos rochosos dos bancos de arenito (PRODESU, 2001).

A paisagem natural composta por unidades do sistema geo-ambiental é caracterizada pelos Ecossistemas Terrestres e Aquáticos. Os domínios do ecossistema terrestre ai representados são: Floresta Ombrófila; Floresta de Transição Restinga Encosta; Restingas Associadas a Ambientes Eólicos; Áreas Modificadas pela ação humana; Restingas Associadas a Terraços Marinhos Arenosos e Praias. O Ecossistema de Água Doce e Salobra e os Ecossistemas Marinhos são os domínios do Ecossistema Aquático ai representado.

A paisagem cultural conforma-se com a ocupação do litoral a partir do sec. XVI, iniciada com a atividade agropecuária e a atividade agroexportadora, ao longo do tempo incorpora o extenso cultivo de coco-da-baía e outros elementos: estruturas de travessia de rios - atracadouro do rio Joanes - e edificações como a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, as povoações, vilas de pescadores, patrimônio considerado como muito vulnerável. (PRODESU, 2001). Incorpora grande transformação com intensa ação antrópica decorrente do projeto de silvicultura e da integração do espaço com implantação de infraestrutura viária que origina forte processo de urbanização e a consequente transformação que lhe é característica, a partir da década de 1970 e segue em continuado processo de intensificação.

### Breve caracterização dos aspectos ambientais do vetor Centro Norte

Adentrando as terras a norte, o relevo se apresenta com altitude uniforme, suave e ondulado como ocorrência de morretes. São terrenos da Formação São Sebastião, solos normalmente compactos onde se situa o melhor aquífero da bacia sedimentar da região, ocupando grande parte do município de Camaçari, e onde se desenvolvem as principais bacias hidrográficas da Região Metropolitana, sobre os arenitos desta formação: 80% da bacia do Rio Joanes e 90% da bacia do rio Jacuípe. As cidades de Camaçari, Dias D'Ávila e o Polo Petroquímico estão situados em vastas áreas planas de arenitos grosseiros da Formação Marizal, principal fonte de recarga do aquífero, inclusive feita nos altos topográficos que circundam a área. Com leve declínio para leste, destaca-se a planície semidesértica de

Camaçari e seu sistema de brejos (PMD, CONDER 1982). A rede de drenagem faz parte do sistema hidrográfico composto por rios de dimensões pequenas, afluentes dos rios Joanes e Capivara Grande, que correm na direção Sul, e rio Jacuípe, cujas águas escoam para NE, rios das duas principais bacias.

Em direção às cidades de Candeias e Mataripe, uma derivação do vetor Centro Norte, predomina a Formação do Grupo Ilhas em direção da Baía de Todos os Santos (GEOLOGIA E GEOTECNICA - CIA, 1980).

O Zoneamento geoambiental permite uma visão integrada dos elementos naturais presentes no vetor Centro Norte e constam os domínios: Pediplanos, Domínio das Áreas Úmidas, Domínio de Relevo Ondulado, Áreas de Preservação (FONSECA, 2004).

O domínio Pediplanos se estende por ampla área, caracteriza-se por superfícies de baixo relevo, de erosão e/ou sedimentação decorrentes de aplainamentos e interrompidos por elevações residuais (morros testemunhos) e áreas planas com feições variadas: de Cerrado com vegetação de arbustos baixos a médios, agrupados ou isolados, espalhados sobre um tapete herbáceo-graminoso contínuo, solos drenados de modo difuso e com a presença do nível d'água próximo à superfície; Pediplanos com floresta ombrófila densa e densa degradada, no estado atual correspondem a matas secundárias, restando apenas alguns exemplares dispersos, substituída, principalmente por pinheiros, eucaliptos e árvores frutíferas; e, Pediplanos com solo exposto.

As ocupações urbanas precárias predominam a norte do município de Salvador e recobrem por vastas áreas as ondulações do relevo caracterizando a paisagem cultural das áreas de contato da conurbação dos municípios de Salvador e Simões Filho. Contrastam com este cenário as grandes edificações industriais e edificações de apoio industrial de Porto Seco Pirajá e outras estruturas de grande porte construídas ao longo da BR-324. Adiante, na BA-093 impressiona o trecho da paisagem marcada pela presença das indústrias do Polo Petroquímico, o mais marcante componente paisagístico, diferencial na construção da imagem e identidade do vetor Centro Norte. Outras conformações da paisagem cultural são as nucleações urbanas e as cidades propriamente ditas, caracterizadas por tipologia de padrão normal, prevalecendo unidades térreas e de dois pavimentos, associadas a habitações precárias. As construções mais recentes que resultam de atividade imobiliária planejada, em Camaçari e Dias D'Ávila, são bastante distintas das ocupações tradicionais verificadas nestas cidades, apontando produção urbana para extratos sociais diversos.

## Breve caracterização dos aspectos ambientais do vetor Intermetropolitano

No espaço entre Salvador e Feira de Santana predomina a Formação São Sebastião com ocorrências esparsas da Formação Barreiras. O ambiente natural neste percurso se apresenta completamente antropizado por atividade agropecuária com destaque para canaviais, pastagens e por ocupações urbanas. A cobertura vegetal de maior porte comparece com pequenas áreas residuais de mata Atlântica e mata secundária.

Seguindo em direção noroeste, o vetor Intermetropolitano conecta o litoral úmido com a zona intermediária, o agreste, faixa estreita, que antecede o semiárido do estado da Bahia, sendo a região de Feira de Santana um dos principais polos deste compartimento ambiental. Nesta extremidade do vetor os solos são profundos com relevo variado, associado a solos rasos e solos férteis. Na cobertura vegetal, submetida a regime de secas, predominam de espécies decíduais.

O sistema hidrológico encontra-se em estado de degradação e desgaste, nas imediações de Feira de Santana e de Simões Filho, devido à expansão das ocupações urbanas, com ocorrência de aterramento de lagoas para utilização imobiliária e desrespeito à legislação quanto à preservação das matas ciliares dentre outros conflitos ambientais.

Neste vetor, tradicionalmente se observa a cultura de cana de açúcar e a atividade agropecuária como principais atividades rurais. Concentrações industriais, do CIA, em Simões Filho e Candeias, e do CIS em Feira de Santana, marcam a paisagem com grandes estruturas industriais, quando se percebe a renovação e ampliação das plantas do CIS.

Características urbanas são claramente identificadas nas paisagens da BR 324, na altura do município de Simões Filho, em Amélia Rodrigues, cidades que têm distritos que traspassam a rodovia. Observam-se novos processos de ocupação residencial, lindeiros à BR 324, caracterizando o interesse do mercado imobiliário pelos espaços ao longo deste vetor de expansão, mais precisamente, dois empreendimentos recém lançados: um, nas imediações da praça de pedágio de Simões Filho, e outro, na altura da cidade de Amélia Rodrigues, expõem suas portarias, visíveis a partir da estrada.

## Breve caracterização dos aspectos ambientais do vetor Subúrbio

Com base em estudo da FMLF (1999) pode-se caracterizar o ambiente dos Subúrbios Ferroviários. Correspondem a faixa alongada que acompanha a extensão da falha geológica de Salvador, a partir da Calçada até o município de Simões Filho. Nas cotas elevadas da falha apresenta características geológicas da Formação Barreiras coberta por solo argiloso, poroso, instável que se desagregam na presença de água. No vale e sopé da escarpa constata-se a Formação Grupo Ilhas com solos predominantemente arenosos.

A geomorfologia se apresenta na forma da escarpa da grande falha de Salvador, com cotas que variam de 5m a 80m. Áreas aplainadas no topo e áreas planas e aterradas, agregadas no mesmo compartimento, correspondem ao espaço central da península e aos aterros das enseadas, e outros decorrentes de implantações do sistema viário.

A falha geológica caracteriza-se pela instabilidade e alto risco geotécnico. Quanto à drenagem natural define duas vertentes: para a Baía de Todos os Santos e para a Orla Atlântica. Outros riscos estão relacionados às cavas das pedreiras existentes no subúrbio, à escarpa íngreme e às canalizações e fluxos de águas pluviais. Em especial, existe grande comprometimento da drenagem nos períodos chuvosos quando o lençol freático aflora repercutindo na economia e no cotidiano dos Subúrbios.

Grande degradação do ambiente natural nos Subúrbios pode ser relacionada: ao alto grau de poluição originário de esgotos domésticos e industriais que impactam a BTS; à destruição sistemática de cobertura vegetal incrementando os riscos de instabilidade da encosta e comprometendo a paisagem; à redução e eliminação de áreas de manguezais; à ocupação do bordo litorâneo, construção desordenada da encosta com sobrecarga das condições geotécnicas; e, ao lançamento de efluentes e lixo bloqueando talwegues inapropriadamente.

O ambiente natural é altamente transformado por pressões urbanas, com forte interferência no sistema hidrográfico, modificado por sucessivos aterros, escavações, cortes e ocupação habitacional descontrolada, com muitas áreas em permanente condição de risco ambiental.

## 1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, introdutório da Terceira Parte, considerou-se necessário: caracterizar o Quadro Ambiental da RMS, por meio de cartogramas temáticos e descrição dos compartimentos ambientais que os vetores metropolitanos atravessam; e, relacionar a base ambiental com a urbanização e as ações antrópicas que têm marcado o território com suas inscrições, largamente dissociadas de um pensamento que eleve a espacialidade como fator determinante. O espaço como elemento modelador do uso e ocupação do espaço regional traz a perspectiva valorização do conceito de sustentabilidade no pensamento sobre o desenvolvimento urbano/regional.

No Capítulo seguinte, os estudos do tecido urbano, dos padrões urbanísticos praticados nos fragmentos urbanos que se espalham pelo território metropolitano, subsidiarão as reflexões sobre o tema urbanização dispersa e sustentabilidade, que serão retomadas, no sentido do permanente desafio prospectivo que permeia a atividade do arquiteto urbanista.



## **2 ÁREAS URBANAS ACRESCIDAS NA RMS NA DÉCADAS 1991/2000 E 2000/2010**

Apresentada a espacialidade que se configurou na Região Metropolitana de Salvador: Vetores e Área Urbanizadas acrescidas (com as ressalvas sobre a relação urbanização dispersa e vetores) na expansão metropolitana nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, Capítulo 4 da Segunda Parte, passa-se ao reconhecimento do tecido urbano produzido, focalizando as características urbanísticas, o padrão da organização territorial, a responsividade aos requisitos de sustentabilidade e as densidades que representam as áreas acrescidas, parte do objeto desta pesquisa.

### **2.1 LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS**

Conhecidas e georreferenciadas as Áreas Urbanizadas acrescidas (AU-SC) e identificados os vetores de expansão, as áreas representativas da expansão de cada vetor foram escolhidas conforme o critério: áreas situadas em ambas as margens dos eixos estruturantes dos vetores, pois que são eixos, muitas vezes, de segregação social, de diferente valor do solo e de tipos de uso. Foram escolhidas vinte e uma áreas para estudo do tecido urbano, sendo oito áreas acrescidas na década de 1991/2000 e treze áreas na década de 2000/2010, como observado no Cartograma 32: Áreas Urbanizadas décadas 1991/2000 e 2000/2010, destacadas as áreas de estudo do tecido urbano.

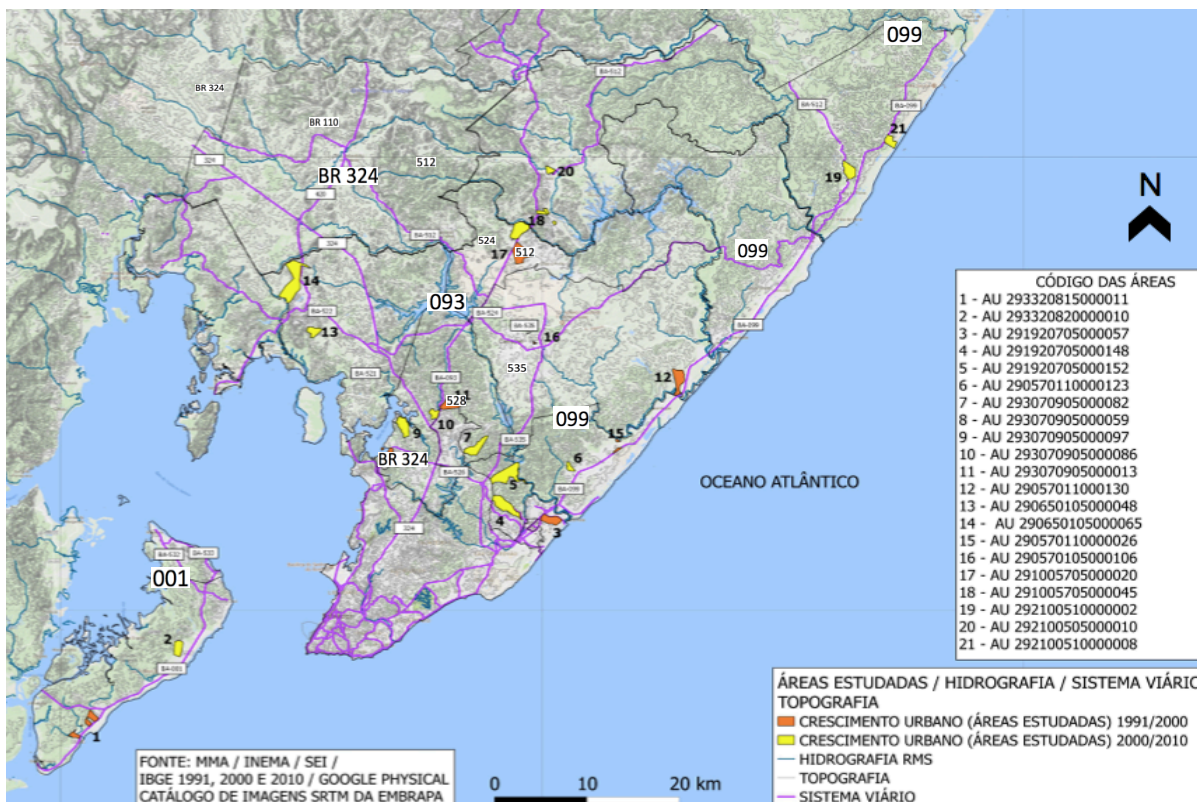
A metodologia de levantamentos e análise será apresentada tomando-se os dados de uma área urbanizada acrescida (AU-SC), a título de exemplificação dos procedimentos realizados para cada uma das vinte e uma áreas. Na sequência, os dados serão analisados, integrados, permitindo algumas generalizações sobre o processo de expansão metropolitano.

Conforme registrado na legenda do Cartograma 31, as áreas destacadas na cor laranja foram acrescidas na década de 1991/2000, e as áreas destacadas na cor amarelo foram acrescidas na década de 2000/2010. Dentre estas, as de coloração mais viva foram as selecionadas para estudo mais aprofundado.

As áreas estudadas, da primeira década, localizam-se no eixo viário BA-093, Vetor Centro Norte, nas imediações de Simões Filho-sede, e neste mesmo eixo viário, próxima a Dias D'Ávila e área conurbada de Lauro de Freitas. Na década seguinte, 2000/2010, a distribuição espacial das áreas estudadas contempla os quatro vetores de expansão: localizam-

se no eixo viário BA-093 - Vetor Centro Norte, em menor proporção; nos municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho dispostas como que formando uma segunda ordem de anel metropolitano; no eixo do vetor Litoral Norte, no município de Mata de São João; no vetor Intermetropolitano entrando para o município de Candeias; e na ilha de Itaparica, município de Vera Cruz.

**Cartograma 31-** Áreas urbanizadas décadas 1991/2000 e 2000/2010, destacadas as áreas de estudo do tecido urbano.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

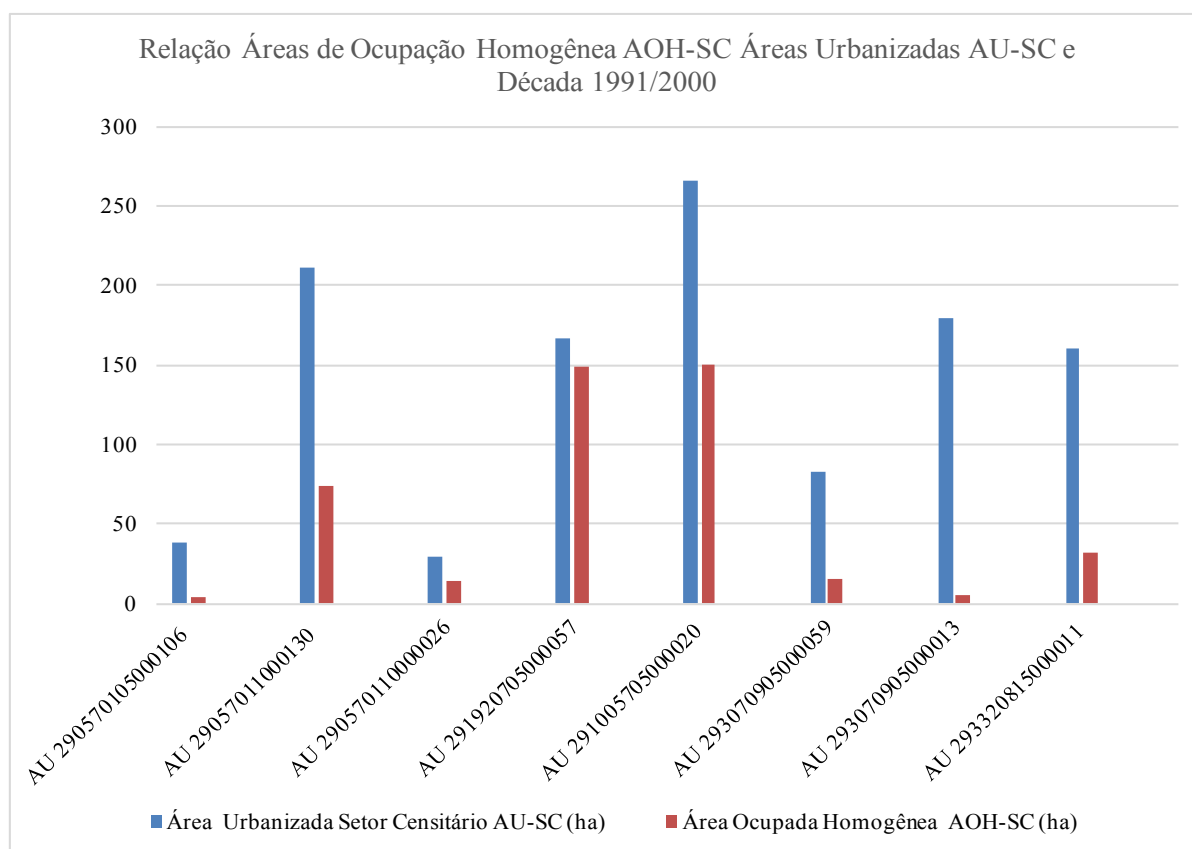
### 2.1.1 Procedimentos de levantamento e sistematização: exemplificação

As imagens de satélite correspondentes às poligonais das áreas selecionadas foram capturadas no aplicativo do *Google Earth*. Feita a primeira leitura da imagem, percebeu-se que estas poligonais contêm urbanizações, mas ainda se apresentam como ocupações em meio a grandes vazios. Como o foco estava em caracterizar o tecido urbano, o que pareceu a princípio ser frustrante, na verdade constituía-se na constatação da realidade da urbanização dispersa, que se estava buscando caracterizar, e revelou-se num primeiro indicador de dispersão: a proporção de vazios entre a Área Urbanizada do Setor Censitário (AU-SC),

segundo critérios do IBGE<sup>5</sup>, e a área efetivamente ocupada dos setores censitários, referida como Área de Ocupação Homogênea do Setor Censitário (AOH-SC), relação representada nos Gráficos 11 e 12.

Para a década 1991/2000, a proporção da Área de Ocupação em relação à Área do Setor Censitário corresponde: na média a 35% e na mediana de 27,11 %. Analisado de *per si*, cada área, as relações são bastante distintas. O caso em que Área de Ocupação Homogênea AOH-SC e Área urbanizada acrescida AU-SC quase se equivalem corresponde a Setor Censitário em Lauro de Freiras AU 201020705000057.

**Gráfico 11** - Relação Áreas de Ocupação Homogênea - Setor Censitário AOH-SC e Áreas Urbanizadas – Setor Censitário AU-SC, 1991/2000.

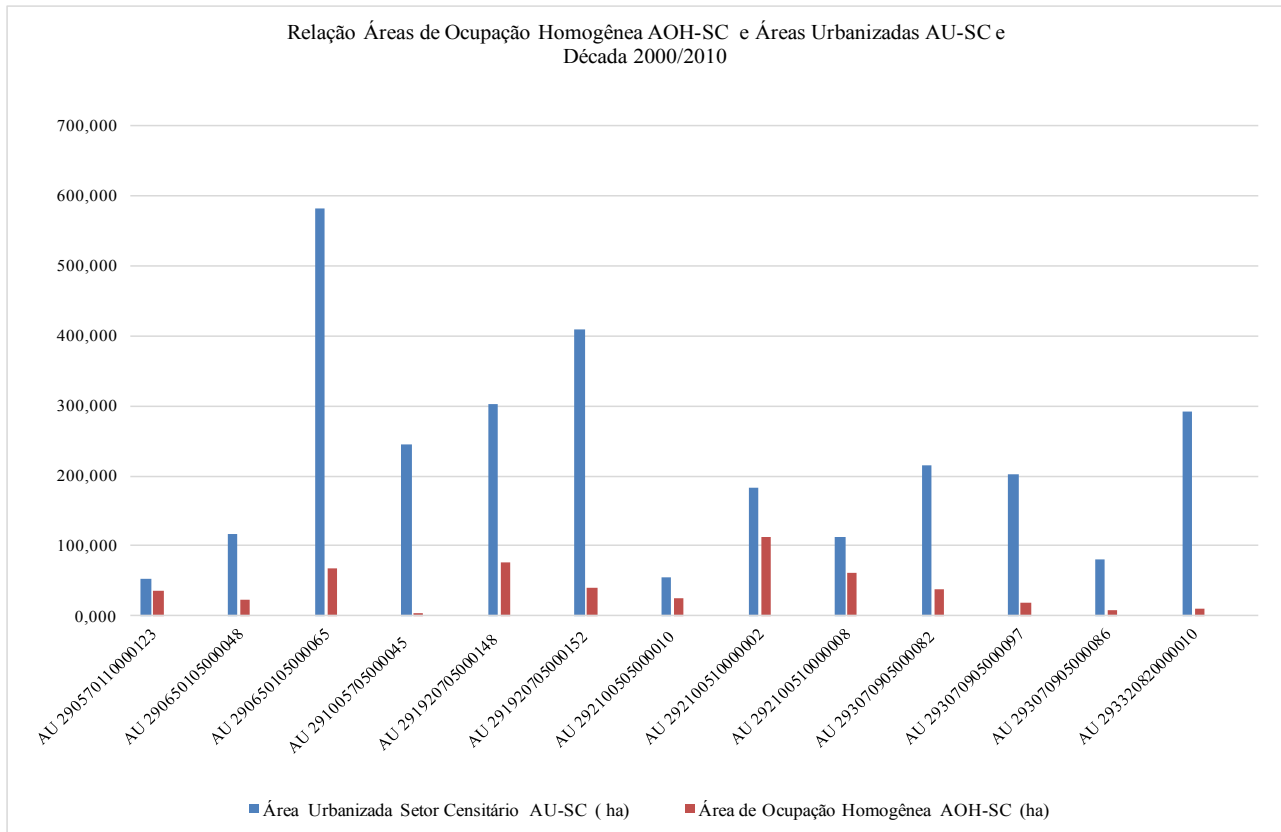


**Fonte:** IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Para a década 2000/2010, a proporção da Área de Ocupação Homogênea (AOH-SC) em relação à Área urbanizada acrescida do Setor Censitário AU-SC corresponde: na média a 26,43% e na mediana de 17,86%. Análido de *per si*, as relações entre AOH-SC e AU-SC são ainda mais discrepantes, mais acentuado no Setor Censitário AU 290650105000065, em Simões Filho, Gráfico 12.

<sup>5</sup> Critério explicado em Capítulo 5, Segunda Parte, Item 5.1.

**Gráfico 12** - Relação Áreas de Ocupação Homogênea- Setor Censitário AOH-SC e Áreas Urbanizadas – Setor Censitário AU-SC, 2000/2010.



Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Procedeu-se à análise e interpretação das situações urbanísticas, socioeconômicas e ambientais de cada área eleita para o estudo, do que resultou um conjunto de dados, sistematizados e organizados em planilhas do *software* Excel, constantes do Apêndice 3: Dados das áreas urbanizadas estudadas 1991/2000 e 2000/2010, compreendendo: a) Dados qualitativos da poligonal, extraídos de leitura de imagens dos setores censitários onde foram delimitadas e quantificadas as Áreas de Ocupação Homogênea do Setor Censitário – AOH-SC para estudo dos parâmetros gerais, bem como foram base para análise ambiental do setor; b) Dados qualitativos, em diversas escalas, obtidos da análise de imagens do ambiente de cada poligonal, produzido no QGIS, utilizando imagem Google como fundo, em aproximações distintas – o Entorno, a Vizinhança, o Detalhe e imagens denominadas de Apropriação, datadas, com o objetivo de detectar a evolução da ocupação, em intervalos de tempo, em função das disponibilidades das fotos no *Google Earth*, metodologia similar à utilizada por Campoli e MacLean (2007); c) Imagens das AU-SC obtidas no *software Street View* organizadas também em planilha; d) Dados socioeconômicos obtidos no Arquivo Renda dos Domicílios (planilha Domicílio Renda\_BA.xls) do IBGE para as décadas objeto de estudo; e)

Dados Quantitativos relativos à integração urbana, padrão urbanístico, infraestrutura urbana, f) Dados Quantitativos relativos ao parâmetro densidade do setor censitário e do tecido urbano, AU-SC, AOH-SC e à área do Detalhe, aplicada a metodologia de cálculo da *Spacematrix* de Haupt e Pont (2009), para caracterização dos tipos e leitura articulada da densidade com a forma do tecido urbano; g) Leitura esquemática dos dados disponíveis da estrutura urbana.

Com base em Jiao (2015), dispondo da área e da densidade populacional do setor censitário e, aplicando as relações encontradas AOH-SC/AU-SC, pode-se inferir a Área de Ocupação Homogênea para todos os setores censitários levantados e inferir a respectiva densidade. Desse modo, estes dados foram analisados quanto à distribuição espacial em duas situações: *buffers* de 5km a partir da centralidade do Iguatemi e *buffers* de 3km a partir da orla atlântica na direção para o interior.

O processo metodológico de levantamento, análise e tratamento de dados do tecido urbano, será apresentado e comentado através dos dados de uma área específica, AU 29057011000130<sup>6</sup>, como exemplificação. Desse modo, para as demais, já orientado, o leitor poderá percorrer as planilhas, constantes do Apêndice 03, e adentrar na abordagem geral, por década, tomando-se as reflexões conclusivas com a compressão plena destes procedimentos e de como convergiram para alcance dos resultados.

a) Dados qualitativos da poligonal.

Com base nas imagens das áreas urbanizadas, assim como feito para a área AU-SC 29057011000130, foi delimitada a Área de Ocupação Homogênea - AOH-SC e, nesta, escolhida uma fração representativa do tecido urbano, para os estudos dos parâmetros urbanísticos, inserção no ambiente natural, conforme exemplificam as Figuras 29, 30 e 31.

---

<sup>6</sup> Número de identificação do setor censitário.

**Figura 29** - Delimitação da Poligonal, Setor Censitário.  
- AU 29057011000130, 1991/2000.



Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

**Figura 30** - Mancha da Área de Ocupação Homogênea.  
- AOH-SC, 1991/2000.



Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Na Figura 29, a linha vermelha corresponde ao setor censitário que passou a ser incorporado à área urbanizada metropolitana, Censo 1991/2000, com área de 212 ha. A mancha laranja corresponde ao que se denominou de Área de Ocupação Homogênea – AOH-SC, com 74 ha, área que apresenta ocupação mais uniforme no interior da poligonal. As AU-SC e AOH-SC foram estudadas quanto à socioeconomia, infraestrutura urbana, características disponíveis no censo IBGE, 2000 e 2010, dados aplicáveis à Área de Ocupação Homogênea – AOH-SC, visto que o restante do território está claramente e predominantemente desabitado. Quanto à integração urbana, os dados foram apropriados das imagens e entrevistas.

A Figura 31 mostra o detalhe da fração de tecido representativa do padrão da ocupação com área de 3,44 ha, demarcada pela linha amarela, área para estudo dos parâmetros urbanísticos.

**Figura 31-** Detalhe, fração do tecido urbano para estudo.

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

A relação entre Áreas de Ocupação Homogênea – AOH-SC e Áreas Urbanizadas – AU-SC permite um primeiro panorama das relações de ocupação no setor censitário. No caso do setor tomado como exemplo, verifica-se que a 34,83% da área é efetivamente ocupada sendo 65,17% de vazios. A relação entre áreas dos demais setores consta dos Gráficos 11 e 12 acima.

b) Dados Qualitativos, em diversas escalas.

A análise qualitativa urbanística e ambiental decorre de leituras de imagens aéreas das poligonais em diversas escalas, capturadas três perspectivas, com pequena inclinação, deixando-as tridimensionais: o Entorno, a Vizinhança e o Detalhe da urbanização, uma fração do tecido urbano. A evolução da ocupação, foi captada, por meio de imagens sequenciadas ortogonais, à mesma altura de tomada, denominadas de Apropriação, correspondendo a registros em datas variadas, em função da disponibilidade de imagem.

As imagens aéreas foram base para a análise ambiental do compartimento em que estas estão inseridas, focalizando o estado de conservação, as transformações e possibilidade de recuperação ambiental.

As leituras qualitativas abordam de modo descritivo os quesitos, mas os sistematiza de modo a construir indicadores das situações que as análises revelaram. Traduzem a interpretação do autor que contou com consultoria especializada para a análise ambiental do Eng. Agrônomo Danilo Antônio Viana Lima. Na sequência, são apresentados os elementos da área AU 29057011000130, tomada para exemplificação das análises e tratamento dos dados.

Área situada no Litoral Norte, integra a Unidade de Conservação APA do rio Capivara, localiza-se na margem interna da rodovia BA-099. Complementando as imagens para a análise qualitativa, foram extraídas imagens conforme constante nas Figuras 32, 33, 34 e 35, adiante comentadas.

**Figura 32** - Imagem do Entorno, Área Urbanizada - AU 29057011000130, 1991/2000.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

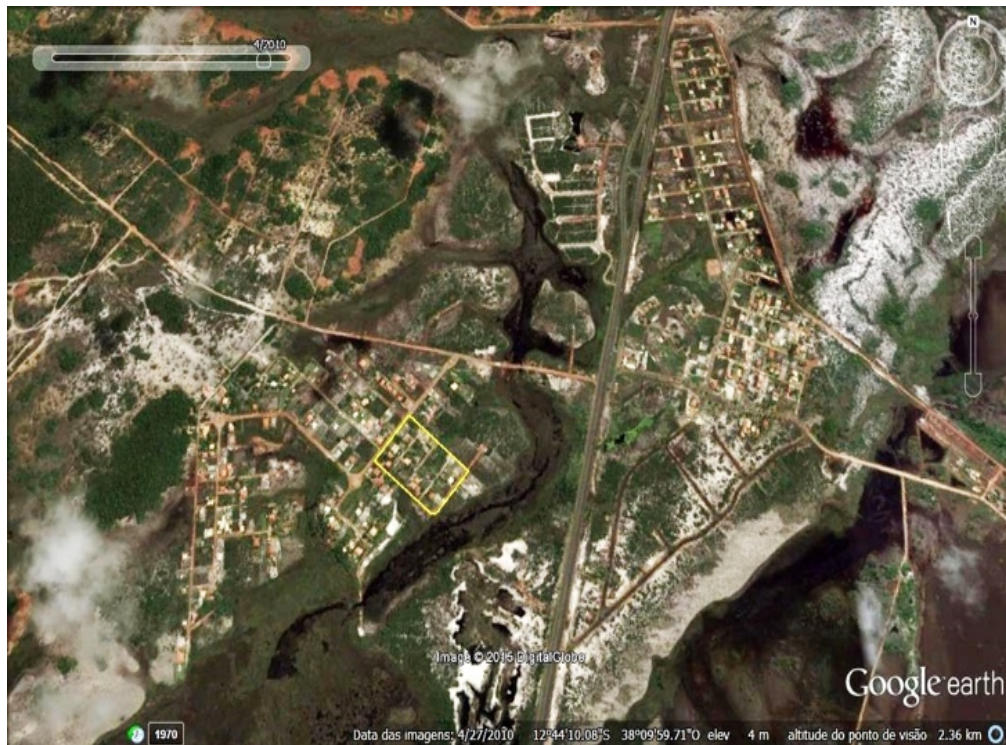
Na imagem do entorno, percebe-se que a área está situada à margem do rio, sem ocupação na vizinhança imediata, mas com sinalização de que o processo de ocupação terá continuidade, perceptível pelos indícios de interligação de áreas sobre o rio e áreas alagadiças.

Na imagem da vizinhança, Figura 33, pode-se ler um mesmo padrão de ocupação urbana em toda a área capturada, com outros loteamentos, já implantados e em vias de implantação. Verifica-se ocupação mais extensa na margem direita da rodovia, limitada por áreas inundáveis, onde se percebe a travessia tanto no sentido da orla sobre áreas alagadiças, quanto sobre alagadiços e lagoas na margem interna, ambos, com risco de interceptação dos



cursos d'água. Esta uma situação padrão da formação geoambiental do Litoral Norte que apresenta pequena variação ao longo de todo litoral.

**Figura 33** - Imagem da Vizinhança, Área Urbanizada - AU 29057011000130, 1991/2000.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

Na imagem do Detalhe, Figura 34, é possível visualizar melhor o padrão da ocupação. As medições dos lotes e dos parâmetros urbanísticos são obtidas da imagem ortogonal, Figura 35.

**Figura 34** - Imagem do Detalhe, Área Urbanizada  
AU 29057011000130, 1991/2000.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

**Figura 35** - Imagem ortogonal do tecido estudado.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

A extração de dados das imagens foi obtida tomando-se a média da área de três lotes e a média dos respectivos parâmetros, gerando área e parâmetros referenciais da ocupação: Índices de Utilização (IU), de Ocupação (IO) e de Permeabilidade (IP). Por meio de imagens do *Street View*, inferiu-se o gabarito, em termos de proporção de imóveis, com um ou mais pavimentos. Das vinte e uma áreas estudadas, em apenas duas não foi possível obter imagens do *Street View*. A área exemplo é um destes casos, situação em que se adotou o gabarito de dois pavimentos. A contagem de lotes ocupados e não ocupados permite diversas apropriações como área comercializável residual, entre outros, constantes nas tabelas.

Dando sequência à exemplificação dos dados obtidos para as AU-SC, na Tabela 14 - Exemplo, constam os Parâmetros Gerais e Urbanísticos: área do tecido, fração destacada para análise, de 3,442 ha, composta por 38 lotes, 29 ocupados e 9 livres, e área referencial de 480 m<sup>2</sup>, que perfaz 18.240 m<sup>2</sup> de área comercializável total. O lote referencial apresenta os seguintes parâmetros urbanísticos: 0,68 (IU), 0,34 (IO), 0,66 (IP), e a densidade de habitação potencial do tecido de 11,04 UH/ha (quando totalmente ocupado). A taxa de ocupação dos imóveis (IBGE) permite apropriar a densidade populacional do tecido, no caso de 122 hab/ha.

**Tabela 14** - Exemplo: Parâmetros Gerais e Urbanísticos, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).

Identificação da AU-SC	Município	Área Tecido (bruta) (ha)	Parâmetros Urbanísticos															
			Lotes													Densidade		
			Lotes Ocupados (un)	Área Lote Referencial (m <sup>2</sup> )	Área Total Lotes Ocupados (m <sup>2</sup> )	Lotes vazios (un)	Área total lotes vazios (un)	Área comercializ. total (m <sup>2</sup> )	Área de Construção referencial (m <sup>2</sup> )	IU	Área de Ocupação referencial (m <sup>2</sup> )	IO	Área Permeável referencial (m <sup>2</sup> )	IP	Gabarito (pavtos.) H=3,20m	Taxa de Ocupação do Imóvel	Densidade de habitação Tecido (Potencial) (UH/ha)	Densidade populacional do Tecido (hab/ha)
AU 29057011000130	Camaçari	3,442	29	480	13920	9	4320	18240	325	0,68	162	0,34	318	0,66	2	3,20	11,04	122

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Os dados qualitativos, que relacionam as AU-SC com outros elementos/componentes urbanísticos, constam da Tabela 15 - Exemplo.

**Tabela 15** - Exemplo: Integração Urbana, Tipologia Urbanística e habitacional, Sistema viário, Espaço público, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).

Identificação da AU-SC	Município	Integração Urbana					Tipologia urbanística e habitacional						Sistema viário			Espaço público			
		Distancia centralidades (km)		Fragmentação			Ocupação formal		Ocupação informal		Tipologia habitacional predominante		Dimensão	Infraestrutura		Lazer			
		Centro do Bairro	Centro da Cidade	Fronteira do tecido urbano	Ocupação longo de conector	Area isolada	Condominio fechado	Ocupação formal regular	Traçado regular	Ocupação precária	Uni-domiciliar (%)	Outro (%)	Largura (m)	Calçadas ou meio fio	Drenagem	Pavimentação	Distância Praça (m)	Distância Esporte (m)	Distância Praia (km)
AU 29057011000130	Camaçari	5,20	22,90	0	0	1	1	0	0	0	88,00	22,00	8,00	0	0	sem pavimento	0	0	1,70

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Os dados trazem informações de quatro categorias: integração urbana, destaca a distância às centralidades - o centro do bairro e centro da cidade mais próxima -, e, o modo de inserção no espaço regional, se situado na fronteira do tecido urbano, ao longo de conectores do sistema viário, entre zonas urbanas de maior porte, ou, se áreas isoladas; a tipologia urbanística, explicita quanto à forma de produção do tecido, formal –

condomínio fechado (enclave) ou de traçado regular aberto – e, informal – de traçado regular/irregular e precário; o tipo habitacional, considera duas categorias – uni-domiciliares e outro -, este, compreendendo todas as demais tipologias, justificado pela larga dominância do padrão uni-domiciliar; sistema viário, registra-se a largura da via mais larga e demais componentes da infraestrutura viária – calçada ou meio-fio, drenagem e pavimentação; espaço público e lazer, apenas acusa a existência e distância de praça, equipamento esportivo e praia.

c) Imagens das AU-SC obtidas no *software Street View*. Três imagens de cada AU-SC foram utilizadas para reconhecimento do padrão urbanístico e construtivo e serviram como informação para adotar uma referência quanto ao gabarito das edificações, assim como foi essencial para extrair outras informações urbanísticas: calçadas, pavimentação, etc. As imagens foram organizadas e integram o Apêndice 03: Dados das áreas urbanizadas estudadas 1991/2000 e 2000/2010, mas, duas das áreas não dispõem destes registros.

d) Dados socioeconômicos. Os dados foram extraídos do Arquivo Renda dos Domicílios (planilha Domicílio Renda\_BA.xls) do IBGE para as décadas objeto de estudo, sistematizados na Tabela 16 - Exemplo.

**Tabela 16** – Exemplo: Dados socioeconômicos - População, Responsável, Faixa Etária e Renda, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130)

Identificação da AU-SC	Município	Gênero				Faixa etária								Renda				
		População		Responsável		Homem				Mulher				Responsavel domicilio particular permanente até Sem Rendimento	Responsavel domicilio particular permanente até 1 SM	Responsavel domicilio particular permanente de 1 a 3 SM	Responsavel domicilio particular permanente de 3 a 5 SM	Responsavel domicilio particular permanente maior 5 SM
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	0-14	15-24	25-64	65 >	0-14	15-24	25-64	65 >					
AU 29057011000130	Camaçari	410	354	211	27	137	93	169	11	148	71	129	6	36	126	49	6	19

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

As principais características socioeconômicas da área em destaque são: quanto ao gênero, apresenta predominância do sexo masculino, 54%, e esmagadora maioria do sexo masculino como responsável pela família, 87%; quanto à faixa etária, predominam homens entre 25-40, representando com 40% da população masculina, dentre as faixas do sexo feminino predominam crianças de 0-14 anos, 42%; quanto à renda, a faixa de renda até 1 salário mínimo comparece com 53% dos entrevistados.

e) Dados relativos à tipologia habitacional e infraestrutura urbana, parâmetros relativos à AU-SC, AOH-SC e à área do Detalhe de cada ocupação. A Tabela 17 - Exemplo acrescenta dados sobre a condição urbanística que rebate, simultaneamente, o padrão socioeconômico no padrão urbanístico e habitacional.

**Tabela 17** – Exemplo: Domicílios, Tipologia habitacional, Infraestrutura, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).

Identificação da AU-SC	Município	Domicílios particulares e coletivos	Taxa de ocupação do Imóvel	Tipologia habitacional dos domicílios particulares			Situação fundiária		Infraestrutura								
				Casa	Apto	Comodo	Particular Permanete próprio	Particular permanente alugado ou cedido	Abastecimento de Água		Esgotamento				Coleta de lixo		Energia Elétrica
									Rede geral	Poço, cisterna	Banheiro ou sanitário	Sem banheiro ou sanitário	Rede ou Fossa Septica	Solução precária	Lixo coletado	Outros destinos	
AU 2905701100013	Camaçari	238	3,20	209	0	29	119	208	57	181	155	83	147	4	78	54	SI

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Os domicílios são predominantemente do tipo casa, 100%, particulares, expressivamente utilizados como aluguel ou cedido, uma característica que, considerando a localização praiana, pode significar tanto o uso como segunda residência ou locação para veraneio. Dispõem: 76%, de abastecimento de água por poço ou cisterna, e, 65% de banheiro/sanitário. No esgotamento predomina o sistema de rede ou fossa séptica. O lixo é coletado em 33% das unidades, sugestivo de descarte inadequado para a maior parte dos domicílios.

f) Dados quantitativos relativos à densidade.

As relações de proporção de áreas e de densidades populacionais e habitacionais foram necessárias para caracterizar as AU-SC, Tabelas 18 e 19 - Exemplo.

**Tabela 18** - Exemplo: Proporções e Densidades Líquidas e Brutas, Populacionais e Domiciliares, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).

Identificação da AU-SC	Município	População AU-SC	Área Urbanizada AU-SC (ha)	Área Ocupada Homogênea AOH-SC (ha)	AOH-SC/AU-SC (%)	Densidade Populacional Bruta AU-SC (hab/ha)	Densidade Populacional Líquida AOH-SC (hab/ha)	Domicílios particulares e coletivos	Densidade Domicílios Bruta AU-SC (dom/ha)	Densidade Domicílios Líquida AOH-SC (dom/ha)
AU 29057011000130	Camaçari	764	211,80	73,50	34,7	3,61	10,39	238	1,12	3,24

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Os dados registrados da Área Urbanizada do setor censitário (AU-SC), da Área de Ocupação Homogênea do setor censitário (AOH-SC), e mais, os dados populacionais, permitem o cálculo de densidades populacionais, bruta e líquida da urbanização, respectivamente, 3,61 hab/ha e 10,39 hab/ha. Tomando os dados dos domicílios, pode-se calcular a densidade de domicílios, bruta e líquida, respectivamente 1,12 dom/ha e 3,24 dom/ha.

A Tabela 19 registra dados obtidos das imagens tomadas em diferentes datas. Com a contabilidade dos imóveis existentes em cada momento, pode-se então caracterizar um ritmo para a urbanização, no caso deste exemplo de 1,92 UH/ano.

Com base nos quantitativos do Detalhe foram calculadas as densidades de habitação bruta atual e do tecido, valor 9,8 vezes superior à densidade de domicílios bruta computada do setor censitário. Saliente-se que a discrepância pode ser ainda maior visto que a apropriação considera 1 domicílio/lote, neste exemplo, por tratar-se de condomínio e de padrão formal, cuja diferença fica neutralizada, mas se constitui em uma limitação dos procedimentos metodológicos com base nas tradicionais formas de leituras urbanísticas.

**Tabela 19** – Exemplo: Velocidade de produção do tecido urbano, Índice de Vazios e Densidade do Detalhe do tecido, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).

Identificação da AU-SC	Município	Velocidade da produção de tecido urbano, Índice de Vazios						Densidade habitacional do Detalhe do tecido urbano	
		Ano das imagens	Área do Tecido (ha)	Quant. UH nas imagens (UH)	Quant. Lotes Vazios	Índice de Lotes vazios (%)	Velocidade de Ocupação Produção (UH/ano)	Densidade de habitação atual bruta (UH/ha)	Densidade de habitação do tecido bruta (UH/ha)
AU 29057011000130	Camaçari	2002		4					
		2015	3,442	29	9	23,68	1,92	8,43	11,04

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Considerando que a ocupação plena da fração do tecido emerge como dado limite, a referencia à densidade do tecido é muito significativa e está diretamente relacionada à forma urbana, uma associação possível por meio da metodologia do Spacematrix (HAUPT; PONT, 2009).

## Spacematrix

Relembrando, a metodologia adota o conceito de densidade multivariado expresso em quatro variáveis: (A) área da gleba (lote, quadra distrito, ou qualquer outra compartimentação administrativa, de projeto, etc); (N) extensão da rede viária, diferenciando-as (pedestres, viária, bicicleta, etc.); (F-*floor*) área dos pavimentos edificadas, a intensidade da construção, correspondente a toda a área construída, equivalente à de

construção do tecido; e (G - *ground*) a impressão da área construída no solo, equivalente à área de ocupação do tecido urbano. Para construção de três indicadores principais (N, densidade da rede viária; FSI, intensidade de construção; GSI, indicador de compactação) e outros indicadores derivados (H, Altura; OSR, *Spaciousness*; e TARA, indicador de vazios).

A Tabela 20 Exemplo apresenta os Parâmetros principais e derivados, calculados com base na Spacematrix. Desta metodologia ainda podem ser apropriados aspectos qualitativos de situações tipo, expondo o “DNA espacial da área”. (HAUPT; PONT, 2009, p. 98).

**Tabela 20** – Exemplo: Spacematrix - Parâmetros principais e derivados do tecido urbano, 1991/2000 (Recorte AU 29057011000130).

Identificação da AU-SC	Município	Parâmetros Gerais e Urbanísticos - Spacematrix (HAUPT;PONT, 2009)													
		Escala Setor Censitário				Escala Tecido - Densidade e Forma Urbana									
		Área Urbanizada do Setor Censitário AU-SC (ha)	Área Ocupação Homogênea a Setor censitário AOH-SC (ha)	A. Ocupação Homogênea-SC AOH-SC / A. Urbanizada SC AU-SC (%)	GSI-SC A. Ocupada-SC/AU-SC (%)	Area Tecido (bruta) m2	Área Tecido (liquida ) m2	FSI A. const. total/A. tecido (bruta) (m2/m2)	GSI A.ocupada total/A. tecido (bruta) (m2/m2)	OSR Spaciouness (1- GSI)/FSI	N Extensão da malha viária/A. tecido bruta m/m2	Altura (relação de A.construção / A. ocupada)	Área da malha viária m2	TARA do tecido A. das vias/A.tecido bruta (%)	TARA 1-(GSI-SC / GSI-tecido) (%)
AU 29057011000130	Camaçari	211,000	73,500	34,83	34,83	34420	29091	0,57	0,29	1,25	0,02	2,00	5329	15,48	-21,87

**Fonte:** IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Conhecido os dois indicadores: no nível do setor censitário, GSI (Área de Ocupação /Área do setor); e, no nível do tecido, GSI (Área ocupação/ Área do tecido), pode-se então correlacionar a espacialidade das duas densidades.

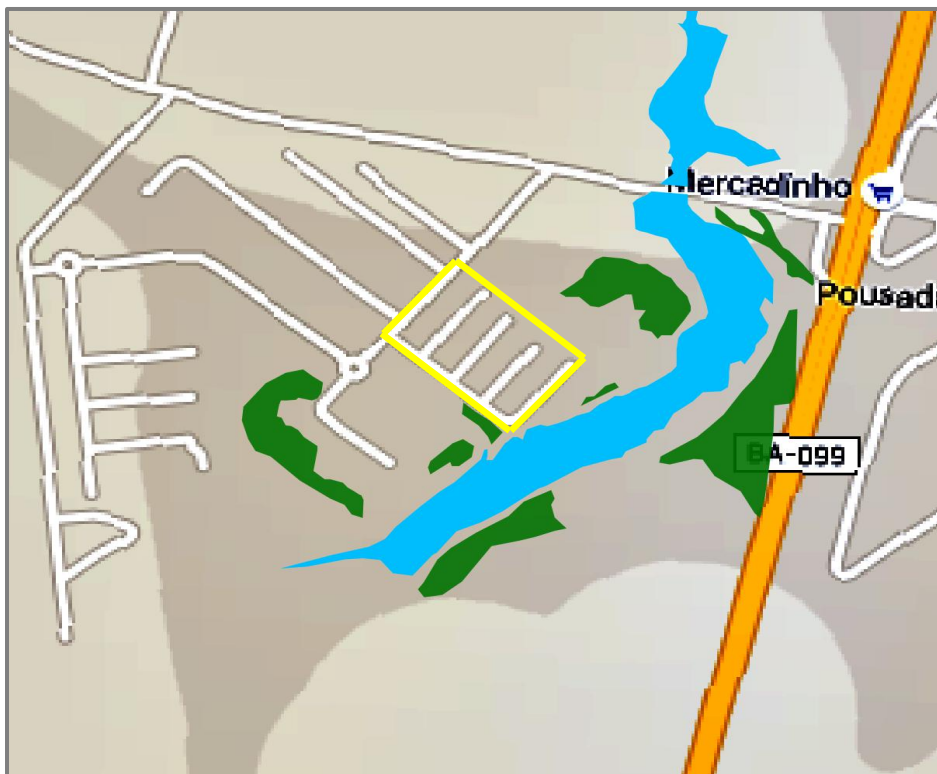


f) Leitura esquemática da estrutura urbana.

A estrutura é evidenciada utilizando o programa QGIS e imagem Google como fundo. Na Figura 36, ressaem os eixos que articulam vias em *cul de sac*. Neste sistema, a privacidade é privilegiada, o acesso aos lotes fica restrito aos residentes, não facilita atravessamentos, de modo que, também impõe percursos maiores de circulação e menor interação entre residentes.

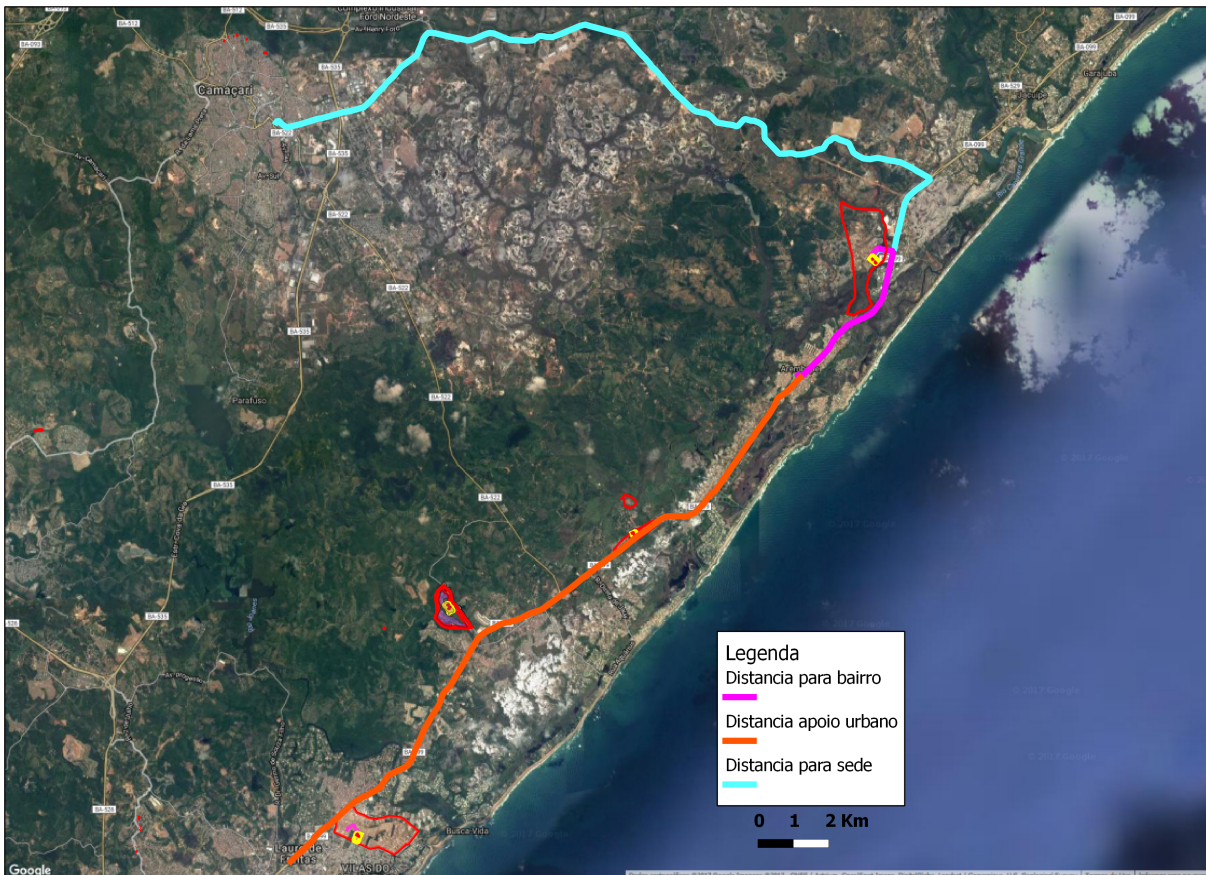
São evidenciadas, as relações do espaço urbanizado, áreas remanescentes, estrutura viária revelando o modo de organização do espaço e demais elementos que se distinguem no meio ambiente: sistema hidrológico e os compartimentos ambientais integrantes do sistema de restingas.

**Figura 36** - Estrutura urbana (Recorte AU 29057011000130)



Fonte: Google Maps; LCAD; Elaboração própria.

As áreas estudadas foram analisadas com relação à centralidade de apoio urbano e sede de município, e gerados cartogramas e tabela com as respectivas distâncias. O Cartograma 32, exemplifica a localização das áreas estudadas.

**Cartograma 32** - Localização e distância ao apoio urbano.

Fonte: *Google Maps*; LCAD.

Cada uma das AU-SC foi objeto de análise ambiental especializada, a partir da leitura das imagens dos setores censitários. Disto resultou uma apreciação dos danos ambientais perceptíveis, que integram as planilhas dos levantamentos de cada área estudada, texto constante das respectivas planilhas do Apêndice 03, e do Capítulo 5 da Terceira Parte.

A partir da imagem do entorno da AU 29057011000130, pode-se fazer uma leitura ambiental, onde se percebe o compartimento geoambiental em que se insere a poligonal - a restinga -, com dunas e campos de dunas, muito sensíveis, com presença de rio perene, áreas úmidas com canais e avanços em áreas espalhadas, lagoas intermitentes, de porte, com significado para aves migratórias e oceânicas, com evidências de vegetação tipo junco que favorece a procriação de aves e anfíbios, e caracteriza ambiente de espécies endêmicas (lagartinho). Área de recarga de aquífero, por drenagem subterrânea.

Identifica-se ocupação formal tipo condomínio fechado, irregular por não observar área de preservação permanente (APP), e graves problemas ambientais, com consequente passivo ambiental, representado por: aterro de mangue, de áreas úmidas e lagoas, aterro e ocupação de duna com estrada de acesso, com prejuízo aos fluxos do estuário e mangue, que devem chegar

até a área da ocupação. Novas intervenções em execução, loteamentos, cascalheiras para retirada de material (*latossolo*) utilizado no aterramento de dunas, abertura de vias sobre dunas e restinga. Em mais de um ponto, observa-se construção de passagens em áreas úmidas que vão interromper o fluxo da água e onde certamente deverão ser lançados efluentes domésticos. Área com muitos passivos ambientais, com o agravante de localizar-se em APA e evidenciar que o loteamento não observa Áreas de Preservação Permanente (APP).

## 2.2 INTEGRAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO, DADOS TOTALIZADOS POR DÉCADA.

Do conjunto dos levantamentos e planilhas, relativo às 21 áreas estudadas, que compõem o Apêndice 3, as relações urbanísticas, que puderam ser apreendidas, foram reunidas em tabelas, dados sistematizados que serão comentados nas análises que seguem. Saliente-se que a conjunção de dados por década foi um procedimento metodológico adotado, à princípio sugestivo de situações diferenciadas e que veio a se confirmar como poderá ser constatado.

Iniciando com os Parâmetros Gerais e Urbanísticos, para o conjunto das Áreas, por década, temos as Tabelas que seguem:

**Tabela 21-** Parâmetros Gerais e Urbanísticos relativos ao Lote, 1991/2000.

Identificação da AU-SC	Município	Área Tecido (bruta) (ha)	Parâmetros Urbanísticos															
			Lotes													Densidade		
			Lotes Ocupados (un)	Área Lote Referencial (m2)	Área Total Lotes Ocupados (m2)	Lotes vazios (un)	Área total lotes vazios (un)	Área comercializ. total (m2)	Área de Construção referencial (m2)	IU	Área de Ocupação referencial (m2)	IO	Área Permeável referencial (m2)	IP	Gabarito (pavtos.) H=3,20m	Taxa de Ocupação do Imóvel	Densidade de habitação Tecido (Potencial) (UH/ha)	Densidade populacional do Tecido (hab/ha)
AU 290570105000106	Camaçari	1,230	74	134	9916	16	2144	12060	154	1,15	91	0,68	44	0,32	1,5	3,30	73,17	297
AU 29057011000130	Camaçari	3,442	29	480	13920	9	4320	18240	325	0,68	162	0,34	318	0,66	2	3,20	11,04	122
AU 290570110000026	Camaçari	2,500	48	354	16992	10	3540	20532	293	0,83	146	0,41	208	0,59	2	4,40	23,20	255
AU 291920705000057	Lauro de Freitas	3,670	63	408	25704	1	408	26112	505	1,24	252	0,62	156	0,38	2	3,50	17,44	224
AU 291005705000020	Dias D'Ávila	3,110	97	283	27451	5	1415	28866	123	0,43	123	0,43	160	0,57	1	4,00	32,80	408
AU 293070905000059	Simões Filho	2,264	63	182	11466	5	910	12376	121	0,66	121	0,66	61	0,34	1	4,00	30,04	272
AU 293070905000013	Simões Filho	1,495	17	230	3904,39	12	2756,04	6660,43	74	0,32	74	0,32	156	0,68	1	2,73	19,40	79
AU 293320815000011	Vera Cruz	2,770	54	359	19403,82	6	2155,98	21559,8	113	0,31	113	0,31	246	0,69	1	3,90	21,66	234
MÉDIA			56	304	16095	8	2206	18301	213	0,56	135	0,39	169	0,53	1,44	3,6	28,59	236
MEDIANA			56	319	16513	8	2456	20749	138	0,66	122	0,41	158	0,57		4	22	245

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 22 - Parâmetros Gerais e Urbanísticos relativos ao Lote, 2000/2010.

Identificação da AU-SC	Município	Área Tecido (bruta) (ha)	Parâmetros Urbanísticos															
			Lotes														Densidade	
			Lotes Ocupados (un)	Área Lote Referencial (m2)	Área Total Lotes Ocupados (m2)	Lotes vazios (un)	Área total lotes vazios (un)	Área comercializ. total (m2)	Área de Construção (m2)	IU	Área de Ocupação referencial (m2)	IO	Área Permeável referencial (m2)	IP	Gabarito (pavtos.) H=3,20m	Taxa de Ocupação do Imóvel	Densidade de habitação Tecido (Potencial) (UH/ha)	Densidade populacional do Tecido (hab/ha)
AU 290570110000123	Camaçari	3,950	15	398	5975	52	20713	26688	988	2,48	329	0,83	69,00	0,17	3,0	4,20	17	281
AU 290650105000048	Candeias	2,069	51	161	8194	46	7391	15585	176	1,10	118	0,73	43,17	0,27	1,5	4,25	47	412
AU 290650105000065	Candeias	2,776	19	472	8968	33	15576	24544	157	0,33	104	0,22	367,67	0,78	1,5	4,19	19	218
AU 291005705000045	Dias D'Ávila	2,620	112	117	13141	5	587	13728	58	0,49	58	0,49	59,33	0,51	1,0	3,30	45	386
AU 291920705000148	Lauro de Freitas	1,042	48	116	5568	2	232	5800	65,8	0,57	65,8	0,57	50,20	0,43	1,0	3,30	48	165
AU 291920705000152	Lauro de Freitas	1,360	50	167	8327	10	1665	9992	68,41	0,41	68,41	0,41	98,13	0,59	1,0	3,50	44	210
AU 292100505000010	Mata de São João	1,295	28	219	6142	5	1097	7239	169	0,77	113	0,51	106,78	0,23	1,0	3,40	25	112
AU 292100510000002	Mata de São João	3,300	60	291	17440	34	9883	27323	150	0,51	114	0,39	176,67	0,61	1,3	3,40	28	320
AU 292100510000008	Mata de São João	6,600	7	4418	30926	8	35344	66270	2151	0,49	1076	0,24	2604,00	0,76	2,0	2,90	2	44
AU 293070905000082	Simões Filho	1,570	54	247	13356	6	1484	14840	133,79	0,54	89,19	0,36	158,14	0,64	1,5	3,60	38	216
AU 293070905000097	Simões Filho	1,735	22	181	3975	9	1626	5602	83	0,46	83	0,46	97,70	0,54	1,0	3,25	18	101
AU 293070905000086	Simões Filho	1,193	25	52	1308	2	105	1413	47,67	0,91	47,67	0,91	4,66	0,09	1,0	1,33	23	36
AU 293320820000010	Vera Cruz	2,014	40	421	16840	34	14314	31154	102	0,24	102	0,24	173,00	0,46	1,0	3,39	37	251
MÉDIA		2,425	41	558	10782	19	8463	19244	335	0,72	182	0,49	308	0,47	1,4	3,39	30	212
MEDIANA		2,014	40	219	8327	10	1665	14840	134	0,51	102,00	0,46	106,78	0,51	1,00	3,40	28	216

Fonte: Elaboração própria.

OBS: Foi considerado 01 UH/Lote.

Os valores encontrados, das categorias apropriadas em cada área, foram agrupados na construção das médias e medianas. Parênteses para uma constatação de Haupt e Pont: “Trabalhar com densidades significa aceitar a arrogância da média – por causa de suas vantagens produtivas – mas, ao mesmo tempo elaborando (mais ou menos) sobre as diversas características dos componentes que constitui esta média” (HAUPT; PONT, 2009, p. 90).

Considerando as décadas, as médias e medianas apontam configurações espaciais das ocupações nas fronteiras da expansão metropolitana bastante distintas. No período 1999/2000, as médias e medianas estão mais próximas o que permite inferir que há maior uniformidade de dados nesta planilha que na correspondente à década 2000/2010.

A área do lote referencial também é item que apresenta grandes distorções, pois se apresentam deste o tamanho de glebas até lotes de habitação popular. Pode-se, entretanto, categorizá-los, o que apresenta a gradação constante da Tabela 23. Na década de 1991/2000 predominam lotes com área entre 180 a 360 m<sup>2</sup>, enquanto na década seguinte predominam áreas menores, até 180 m<sup>2</sup>.

**Tabela 23** - Lotes na expansão metropolitana.

Tamanho do lote (m <sup>2</sup> )	1990/2000	2000/2010
0 a 180	90	351
180 a 360	317	218
360 a 720	102	193
> 720	0	0
> 1500	0	0
> 4000	0	15
	509	777

Fonte: Elaboração própria.

Comparativamente, os dados dos dois períodos sinalizam: quanto ao tamanho dos lotes, eliminando os dados extremos, que o fracionamento da década 1991/2000 é maior em torno de 100m<sup>2</sup>, tanto na média quanto na mediana; quanto ao percentual de lotes vazios, diferem de 12,5% para 32%, na última década, mas, apesar da diferença, pode-se falar em baixa intensidade de ocupação, em ambos os casos, apesar de diferirem por faixa de renda; quanto ao gabarito, para as áreas que predominam renda de até 3 SM, e número de pavimentos igual ou superior a 1,5, considerou-se como duas unidades habitacionais para efeito do cálculo das densidades habitacionais, justificado, pois via de regra ocorrem desdobramentos familiares num mesmo imóvel.

O comparativo dos índices urbanísticos das ocupações de 1990/2000 e 2000/2010, mostram ocupação parcial das áreas dos lotes, gabarito variando entre 1 e 3 pavimentos, com predominância de unidades habitacionais térreas. Os índices são similares nas duas décadas, e equivalentes às ocupações urbanas de padrão formal. Como se trata, na maioria, de ocupações de baixa e baixíssima renda, este padrão se apresenta como de melhor qualidade relativamente às concentrações habitacionais de interesse social nas cidades. Destaque-se que ocupações em Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas e Simões Filho, apresentam IO superiores a 60% chegando até 91%.

**Tabela 24** - Comparativo Médias e Medianas dos Parâmetros Urbanísticos, 1990/2000 e 2000/2010.

Identificação da AU-SC		Área de Construção referencial (m <sup>2</sup> )	IU	Área de Ocupação referencial (m <sup>2</sup> )	IO	Área Permeável referencial (m <sup>2</sup> )	IP	Gabarito (pavtos.) H=3,20m
1990-2000	MÉDIA	213	0,56	135	0,39	169	0,53	1,44
	MEDIANA	138	0,66	122	0,41	158	0,57	1,25
2000-2010	MÉDIA	335	0,72	182	0,49	308	0,47	1,4
	MEDIANA	134	0,51	102,00	0,46	106,78	0,51	1,00

Fonte: Elaboração própria.

Valorizando o parâmetro densidade como referencial para balizar a produção imobiliária urbana de *per si*, mas também, como parâmetro que reflete a inserção espacial desta produção, as relações com o território e toda a qualificação que este parâmetro encerra, muito pouco apropriada como conhecimento urbanístico, foi elaborada uma síntese das imagens das áreas, correlacionando-as às densidades a que correspondem.

Sistematizado deste modo, pode-se dar início ao acultramento técnico sobre correspondências entre dados quantitativos e os atributos inerentes a cada situação - cobertura vegetal, topografia, elementos socioculturais, edificações -, enfim, em termos de espacialidade/paisagem, referenciais para os distintos padrões de sustentabilidade. O conjunto das informações desta pesquisa permite esta apropriação das áreas estudadas, reunidas no Apêndice 03, onde estão relacionadas as imagens que expressam as densidades quantificadas para cada década estudada, material que permite a correlação visual entre o parâmetro densidade na emergência da sua expressão na paisagem, uma dificuldade para a maioria dos arquitetos e urbanistas.

### 2.2.1 Análise Qualitativa

A identificação e mesmo a quantificação de atributos urbanísticos estão aqui agrupados como conjunto de componentes que qualificam o sistema urbano, apesar de que, o registro se utilize da quantificação ou do dimensionamento.

#### Integração urbana, Tipologia urbanística e habitacional, Sistema viário, Espaço público

Os quesitos Integração urbana, Tipologia urbanística e habitacional, Sistema viário e Espaço público foram relacionados na perspectiva de capturar de que modo estão articuladas as áreas acrescidas com a urbanização preexistente e quais as relações espaciais que as caracterizam. O conjunto de informações e de análises urbanísticas que contemplam as características deste item, adiante comentadas, foram agrupados por década, reunidas em tabelas específicas, Tabelas 25 e 26.

#### Integração urbana: centralidades e fragmentação

O tecido agregado foi analisado: quanto às centralidades, distâncias ao bairro e ao apoio urbano, localidade e/ou sede do município/cidade; e, a quanto à fragmentação, analisou-se a inserção na malha urbana. Comparando os dados, quanto à proximidade de apoio urbano pode-se dizer que para as áreas acrescidas da década 2000/2010, estas estão situadas a menores distâncias tanto do centro de bairro quanto do centro de cidades.

Quanto à articulação com outras ocupações urbanas, o padrão de fragmentação e forma de inserção no tecido preexistente foram enquadradas em três categorias: fronteira do tecido urbano, áreas que dão continuidade ao tecido existente por extensão de sistema viário, prolongamento de ruas e quadras; ocupação ao longo de conector, alinhadas a estradas, entre áreas urbanas de maior dimensão; e, área isolada, aquelas que conectam-se ao viário em apenas um ponto e desenvolvem tecido contornados por vazios, sem conexão outra senão o ponto de acesso, identificadas como característica de urbanizações precárias e ocupações bem estruturadas, como o caso de loteamentos fechados.



**Tabela 25** - Integração urbana, Tipologia urbanística e habitacional, Sistema viário, Espaço público, 1991/2000.

Identificação da AU-SC	Município	Integração Urbana					Tipologia urbanística e habitacional						Sistema viário			Espaço público			
		Distância centralidades (km)		Fragmentação			Ocupação formal		Ocupação informal		Tipologia habitacional predominante		Dimensão	Infraestrutura		Lazer			
		Centro do Bairro	Centro da Cidade	Fronteira do tecido urbano	Ocupação longo de conector	Area isolada	Cond. fechado	Ocupação formal regular	Traçado regular	Ocupação precária	Uni-domiciliar (%)	Outro (%)	Largura (m)	Calçadas ou meio fio	Drenagem	Pavimento	Distância Praça (m)	Distância Esporte (m)	Distância Praia (km)
AU 290570105000106	Camaçari	0,00	3,40	1	0	0	0	1	0	0	98,00	2,00	6,00	1	1	asfalto	50	50	21,00
AU 29057011000130	Camaçari	5,20	22,90	0	0	1	1	0	0	0	88,00	22,00	8,00	0	0	sem pavimento	0	0	1,70
AU 290570110000026	Camaçari	28,00	5,00	0	1	0	0	1	0	0	95,00	5,00	10,00	1	1	asfalto e paralelo	1610	460	8,40
AU 291005705000020	Dias D'Ávila	0,00	5,40	1	0	0	0	1	0	0	96,50	3,50	7,00	1	1	paralelo	450	450	36,00
AU 291920705000057	Lauro de Freitas	0,50	22,90	1	0	0	1	0	0	0	99,00	1,00	12,00	1	1	asfalto	?	?	2,40
AU 293070905000059	Simões Filho	9,20	10,70	0	1	0	0	0	0	1	99,50	0,50	7,50	1	0	sem pavimento	0	100	no manguezal
AU 293070905000013	Simões Filho	5,20	22,90	1	0	0	0	0	0	1	97,00	3,00	6,20	1	1	sem pavimento	0	0	16,00
AU 293320815000011	Vera Cruz	0,17	11,90	1	0	0	0	1	0	0	94,00	6,00	7,00	0	0	sem pavimento	0	0	1,20
MÉDIAS		6,03	13								95,88	5,38	7,96						
MEDIANA		2,75	11								96,75	3	7,25						
PERCENTUAL				62,50	25,00	12,5	25,0	50,00	0	25				75	62,50				

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

**Tabela 26 - Integração urbana, Tipologia urbanística e habitacional, Sistema viário, Espaço público, 2000/2010.**

Identificação da AU-SC	Município	Integração Urbana					Tipologia urbanística e habitacional						Sistema viário				Espaço público		
		Distancia centralidades (km)		Fragmentação			Ocupação formal		Ocupação informal		Tipologia habitacional predominante		Dimensão	Infraestrutura			Lazer		
		Centro do Bairro	Centro da Cidade	Fronteira do tecido urbano	Ocupação longo de conector	Area isolada	Cond. fechado	Ocupação formal regular	Traçado regular	Ocupação precária	Uni-domiciliar (%)	Outro (%)		Largura (m)	Calçadas ou meio fio	Drenagem	Pavimento	Distância Praça (m)	Distância Esporte (m)
AU 290570110000123	Camaçari	3,60	24,30	1	0	0	1	0	0	0	83,00	17,00	9,00	1	1	asfalto	0,00	0,00	8,50
AU 290650105000048	Candeias	3,10	0,55	1	0	0	0	0	1	0	64,00	36,00	7,40	0	0	asfalto parcial e s/pavimento	0,00	0,00	9,00
AU 290650105000065	Candeias	3,00	5,10	0	0	1	0	1	0	0	100,00	0,00	7,50	1	1	pavimento c/ caimento	0,00	200,00	16,00
AU 291005705000045	Dias D'Ávila	1,00	6,00	1	0	0	0	0	1	0	100,00	0,00	6,00	0	1	paralelo	1500,00	1500,00	33,00
AU 291920705000148	Lauro de Freitas	1,30	2,00	0	0	1	0	0	1	0	100,00	0,00	5,60	0	0	sem pavimento	0,00	0,00	6,10
AU 291920705000152	Lauro de Freitas	1,00	15,00	0	0	1	0	0	0	1	99,80	0,20	7,00	0	0	sem pavimento	0,00	0,00	14,70
AU 292100505000010	Mata de São João	0,90	0,90	1	0	0	0	1	0	0	100,00	0,00	7,70	1	1	asfalto	350,00	450,00	45,00
AU 292100510000002	Mata de São João	4,00	59,50	1	0	0	0	0	1	0	100,00	0,00	7,50	0	0	asfalto parcial e paralelo	0,50	0,00	5,40
AU 292100510000008	Mata de São João	0,00	67,30	1	0	0	0	1	0	0	95,90	4,00	6,50	1	0	paralelo e sem pavimento	0,00	0,00	1,00
AU 293070905000082	Simões Filho	1,30	5,50	0	0	1	0	0	1	0	100,00	0,00	6,50	1	1	paralelo	150,00	0,00	21,00
AU 293070905000097	Simões Filho	3,20	7,20	0	1	0	0	0	1	0	94,00	6,00	7,50	0	0	asfalto	0,00	1,10	4,80
AU 293070905000086	Simões Filho	1,00	2,20	0	0	1	0	0	0	1	100,00	0,00	5,20	0	0	sem pav.	0,00	0,00	20,40
AU 293320820000010	Vera Cruz	1,60	11,10	0	1	0	0	0	1	0	99,00	1,00	7,10	0	0	sem pav.	0,00	0,00	2,10
MÉDIAS		1,92	15,90								95,05	4,94	6,96						
MEDIANA		1,3	6								100	0	7,1						
PERCENTUAL				46	15	38	8	23	54	15				38	38				

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Áreas de expansão na fronteira do tecido urbano são exemplificadas nas Figuras 37 e 38.

**Figura 37** – AU 290570105000106, Camaçari.



Fonte: IBGE ; Google Earth.

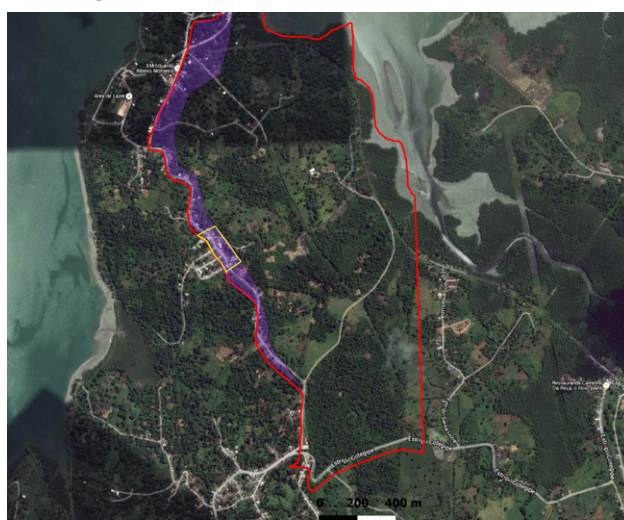
**Figura 38** - AU 291005705000020, Dias D'Ávila.



Fonte: IBGE; Google Earth.

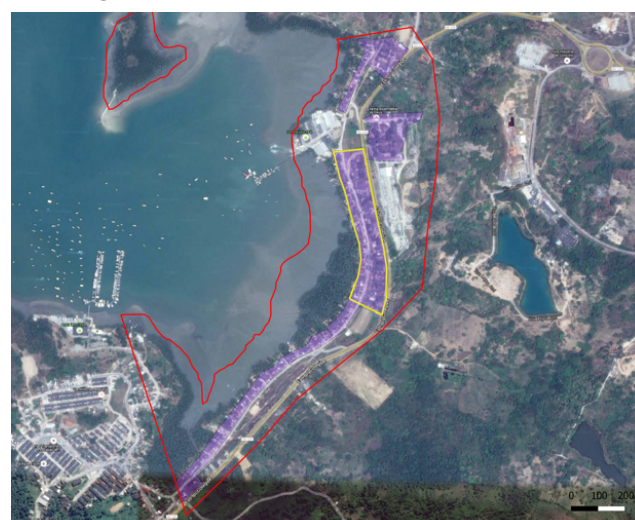
As áreas AU 293070905000097 e AU 293070905000059 exemplificam ocupação ao longo de conector, Figuras 39 e 40.

**Figura 39** - AU 293070905000097, Simões Filho.



Fonte: IBGE; Google Earth.

**Figura 40:** AU 293070905000059, Simões Filho.



Fonte: IBGE; Google Earth.

As Figuras 40 e 41 exemplificam tecidos isolados de padrão socioeconômico distintos: classe média alta e classe baixa.

**Figura 41** - AU 290570110000123, Camaçari, litoral.**Figura 42** - AU 290650105000065, Candeias, interior.

Fonte: IBGE; Google Earth; Elaboração própria.



Fonte: IBGE; Google Earth; Elaboração própria.

### Tipologia urbanística e habitacional

Buscou-se detectar como se caracterizava o tecido quanto à condição de produção: formal, se tinha características de enclave tipo condomínio fechado ou apenas tratava-se de uma ocupação de traçado regular, articulada com a malha urbana; e, informal, se pela diversidade do padrão do fracionamento do solo, havia regularidade no traçado urbano, ou se se caracterizava pela ausência de regularidade, típico de ocupações precárias. Todos estes elementos são perceptíveis nas imagens aéreas e também confirmados por medições de três lotes referenciais.

A tipologia habitacional, disponibilizada pelo cadastro dos *Censos Demográficos* do IBGE, considera os seguintes tipos: casa, apartamento e cômodo, estes dois últimos, para fins deste estudo, foram aqui agrupados na categoria outros.

### Sistema viário

A integração urbana, relacionada à condição do acesso e articulação com outros espaços, foi avaliado em termos de características do sistema viário, dimensão e infraestrutura viária. Com imagens do *Street View*, pode-se chegar aos parâmetros do sistema viário: largura da via da com 7,5m (moda) e sem os componentes - calçada ou meio-fio. A drenagem ocorre em 38% dos casos e não ter pavimentação é predominante.

## Espaço Público

A disponibilidade de espaços públicos distingue e constitui-se em referencial de qualidade para as urbanizações. Valorizou-se, principalmente a possibilidade de atividades complementares à vida urbana com um mínimo de estrutura para o encontro, a interação social, liderado pelas atividades de lazer. Foi sinalizada a existência de praças, quadra de esporte ou campo de futebol, independente dos sinais de qualidade e de infraestrutura destes equipamentos urbanos, e, a proximidade com a praia, uma das possibilidades de lazer mais democrática.

### 2.2.2 Análise Quantitativa

Os dados quantitativos, reunidos por década, foram disponibilizados pelo IBGE nos censos de 2000 e 2010. Outros dados populacionais, de infraestrutura e urbanísticos foram produzidos compondo leituras de imagens do *Google Maps* e dados de IBGE, referidos.

## Dados socioeconômicos

Considerando que a área ocupada AOH-SC das AU-SC foram mapeadas, os dados socioeconômicos do setor censitário espacialmente recaem sobre as áreas AOH-SC, permitindo que correlações dos dados com a espacialidade sejam melhor precisadas.

O perfil dos residentes das áreas Urbanizadas, 1991/2000, selecionadas para o estudo do tecido urbano metropolitano, registrado na Tabela 27, mostra a composição equilibrada de homens e mulheres com aproximadamente 50% para cada gênero, e que partilham a responsabilidade pelo domicílio na seguinte forma: 73,90% e 26,10%, homens e mulheres respectivamente. A proporção do rendimento dos responsáveis, está assim distribuída: 60,06% com rendimentos até 3 SM (30,48%, entre 1 a 3 SM e 29,58%, até 1 SM); e, na faixa acima, 7,37% tem renda de 3 a 5 SM, enquanto 12,59% tem renda acima de 5 SM. A população na faixa etária da PEA corresponde a 62,18% de homens e 58,68% de mulheres. É expressivo o número de jovens, 35% dos homens e mulheres.

**Tabela 27 - Áreas urbanizadas RMS, IBGE 1991/2000: Dados socioeconômicos.**

Identificação da AU-SC	Município	Gênero				Faixa etária								Renda				
		População		Responsável		Homem				Mulher				Responsavel domicilio particular permanente até Sem Rendimento	Responsavel domicilio particular permanente até 1 SM	Responsavel domicilio particular permanente de 1 a 3 SM	Responsavel domicilio particular permanente de 3 a 5 SM	Responsavel domicilio particular permanente maior 5 SM
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	0-14	15-24	25-64	65 >	0-14	15-24	25-64	65 >					
AU 290570105000106	Camaçari	287	370	140	62	99	34	154	0	139	47	175	9	16	28	87	47	24
AU 29057011000130	Camaçari	410	354	211	27	137	93	169	11	148	71	129	6	36	126	49	6	19
AU 290570110000026	Camaçari	663	671	207	91	205	184	249	25	214	16	249	32	58	102	85	24	29
AU 291005705000020	Dias D'Ávila	2263	2181	815	271	877	507	821	58	848	462	814	57	229	321	405	91	40
AU 291920705000057	Lauro de Freitas	586	598	256	78	174	98	294	20	159	111	307	21	11	24	28	18	246
AU 293070905000059	Simões Filho	827	800	270	132	264	215	317	31	233	221	309	37	91	142	140	21	8
AU 293070905000013	Simões Filho	565	544	201	72	207	128	215	15	198	123	208	15	111	82	71	6	3
AU 293320815000011	Vera Cruz	298	295	106	46	98	70	120	10	113	55	115	12	35	58	45	7	7
TOTAIS		5899	5813	2206	779	2061	1329	2339	170	2052	1106	2306	189	587	883	910	220	376
%		50,40	49,60	73,90	26,10	34,93	22,53	39,65	2,88	35,30	19,02	39,66	3,25	19,66	29,58	30,48	7,37	12,59

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

A Tabela 28 mostra o perfil da população das áreas Urbanizadas selecionadas para o estudo, 2000/2010. Entre estas concorrem fortemente os municípios de Mata de São João e Simões Filho, e, de modo secundário, Candeias, seguido de Dias D'Ávila, Camaçari e Vera Cruz. A composição de gênero se mostra equilibrada, aproximadamente 50% para cada gênero, assim como, a representação dos gêneros dentre os responsáveis pelos domicílios, 54,52% e 45,48%, homens e mulheres, respectivamente.

**Tabela 28 - Áreas urbanizadas RMS, IBGE 2000/2010: Dados socioeconômicos.**

Identificação da AU-SC	Município	População		Responsável		Faixa etária								Renda				
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem				Mulher				Resonsavel domicilio particular permanente até Sem Rendimento	Resonsavel domicilio particular permanente até 1 SM	Resonsavel domicilio particular permanente de 1 a 3 SM	Resonsavel domicilio particular permanente de 3 a 5 SM	Resonsavel domicilio particular permanente maior 5 SM
						0-14	15-24	25-64	65 >	0-14	15-24	25-64	65 >					
AU 290570110000123	Camaçari	13	12	5,0	1,0	6	2	5	0	5	1	5	1	0	4	1	1	0
AU 290650105000048	Candeias	711	712	230,0	195,0	228	117	347	19	204	118	366	24	46	308	65	6	2
AU 290650105000065	Candeias	736	734	253,0	166,0	226	132	352	26	214	122	365	33	85	280	51	4	1
AU 291005705000045	Dias D'Ávila	667	638	138,0	262,0	237	108	299	23	184	126	297	31	64	296	37	2	1
AU 291920705000148	Lauro de Freitas	304	263	95,0	78,0	103	54	132	15	92	43	123	5	13	146	10	3	1
AU 291920705000152	Lauro de Freitas	718	757	188,0	238,0	219	126	351	22	237	140	339	41	68	324	32	2	0
AU 292100505000010	Mata de São João	492	515	179,0	113,0	135	74	253	30	117	90	278	30	17	172	86	11	6
AU 292100510000002	Mata de São João	755	773	225,0	193,0	225	160	345	25	218	167	355	33	54	301	83	6	4
AU 292100510000008	Mata de São João	93	124	35,0	37,0	22	13	53	5	34	25	59	65 >	17	41	9	1	4
AU 293070905000082	Simões Filho	506	545	185,0	105,0	112	110	267	17	162	110	249	24	26	229	32	2	2
AU 293070905000097	Simoões Filho	372	346	138,0	79,0	103	73	177	19	98	57	165	26	17	181	18	1	2
AU 293070905000086	Simoões Filho	256	228	87,0	46,0	91	50	107	8	75	39	93	21	5	113	12	1	2
AU 293320820000010	Vera Cruz	565	558	210,0	129,0	161	114	272	18	164	110	259	25	16	277	46	4	0
TOTAIS		6188	6205	1968,0	1642,0	1868	1133	2960	227	1804	1148	2953	294	428	2672	482	44	25
%		49,93	50,07	54,52	45,48	30,19	18,31	47,83	3,67	29,11	18,51	47,64	4,74	11,72	73,19	13,20	1,21	0,68

Fonte: IBGE; LCAD.; Elaboração própria.

Os rendimentos por domicílio correspondem: a faixa até 3 SM corresponde a 86,39%, sendo (73,19%, rendimentos de até 1 SM e 13,20%, entre 1 a 3 SM); e, na faixa acima, 1,79%, tem rendimento entre 3 SM e 5 SM; Sem Rendimentos são 12% dos domicílios. A população na faixa etária da PEA corresponde a 66,14% e 66,15%, para homens e mulheres respectivamente. É expressivo o número de jovens: 30,19% entre homens e 29,11% entre mulheres.

Comparando os dados das áreas acrescidas nas décadas de 1991/2000 com as áreas acrescidas de 2000/2010 observa-se o aumento da média da proporção de mulheres responsável pelo domicílio: de 73,33% homens e 26,67% mulheres para 42,61% homens e 49,15% mulheres, de fato uma inversão, embora a moda ainda se mantenha com a predominância masculina de 56,5% e 43,5%.

A composição da proporção das faixas etárias tanto do gênero masculino quanto do gênero feminino, em ambas as décadas, está muito próxima. Destaque para o município de Dias D'Ávila que a faixa de jovens de 0-14 anos tanto para o sexo feminino como masculino situa-se em 39% na década de 1991/2000, e, Camaçari com jovens nesta faixa, ambos os gêneros acima de 40%.

A queda de 55% na média dos domicílios Sem Rendimento, significa que acedem ao patamar de rendimento de até 1 SM, e como consequência as faixas de rendimentos superiores caem drasticamente.



## Tipologia habitacional e infraestrutura

Os dados tabelados permitem a caracterização dos padrões de tipologia habitacional e de infraestrutura. Mais uma vez o agrupamento por década tem o sentido de buscar peculiaridades que as diferenciam.

**Tabela 29** - Áreas urbanizadas RMS, IBGE 1991/2000, Domicílios, Tipologia Habitacional, Infraestrutura.

Identificação da AU-SC	Município	Domicílios particulares e coletivos	Taxa de ocupação do Imóvel	Tipologia habitacional dos domicílios particulares			Situação fundiária		Infraestrutura								
									Abastecimento de Água		Esgotamento				Coleta de lixo		Energia Elétrica
				Casa	Apto	Comodo	Particular Permanente próprio	Particular permanente alugado ou cedido	Rede geral	Poço, cisterna	Banheiro ou sanitário	Sem banheiro ou sanitário	Rede ou Fossa Septica	Solução precária	Lixo coletado	Outros destinos	
AU 29057011000130	Camaçari	238	3,20	209	0	29	119	208	57	181	155	83	147	4	78	54	SI
AU 290570110000026	Camaçari	301	4,40	287	2	9	224	74	264	34	271	27	3	263	278	14	SI
AU 291005705000020	Dias D'Ávila	1124	4,00	1085	0	1	987	99	955	158	771	315	551	194	809	88	SI
AU 291920705000057	Lauro de Freitas	334	3,50	330	0	4	240	94	307	27	332	2	321	11	324	1	SI
AU 293320815000011	Camaçari	153	3,90	143	1	8	138	14	107	45	143	9	70	71	84	41	SI
AU 293070905000059	Simões Filho	402	4,05	400	1	1	400	62	369	33	341	61	24	37	80	117	SI
AU 293070905000013	Simões Filho	276	2,73	265	8	0	220	53	166	107	210	63	107	96	47	99	SI
TOTALIS		3030	3,87	2917	12	56	2519	615	2426	596	2424	561	1417	683	1902	414	
%				96,27	0,40	1,85	80,38	19,62	80,28	19,72	81,21	18,79	67,48	32,52	82,12	17,88	

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Predomina a tipologia uni-domiciliar tipo casa, 96%, e imóveis próprios. Os componentes das redes de infraestrutura urbana cobrem mais de 80% dos imóveis com abastecimento água, esgotamento sanitário e coleta parcial de lixo. Não há informação específica sobre a destinação final do lixo.

A área de Lauro de Freitas percebe-se ser totalmente integrada ao tecido urbano consolidado com 100% de conexão às redes de infraestrutura. As áreas situadas em Camaçari têm perfil distinto: apresentam inconsistência nos dados da situação fundiária, e deixam claro o uso como segunda residência em regime de aluguel. A taxa de ocupação dos imóveis é alta e predomina a tipologia unidomiciliar, exceto na área localizada nas imediações de Simões Filho, que tem baixa taxa de ocupação dos imóveis, 2,73 hab/UH.

Adiante a Tabela 30: Áreas Urbanizadas RMS, IBGE 2000/2010, Domicílios, Tipologia Habitacional, Infraestrutura, que corresponde ao acréscimo havido de áreas urbanizadas na década, reúne os dados da tipologia habitacional e da infraestrutura obtidos do Censo IBGE 2010.

**Tabela 30** - Áreas urbanizadas RMS, IBGE 2000/2010, Domicílios, Tipologia Habitacional, Infraestrutura.

Identificação da AU	Município	Domicílios particulares e coletivos	Taxa de ocupação do Imóvel	Tipologia habitacional dos domicílios particulares			Situação fundiária		Infraestrutura								
									Água		Esgotamento			Coleta de lixo		Energia Elétrica	
				Casa	Apto	Comodo	Particular Permanente próprio	Particular permanente alugado ou cedido	Rede geral	Poço cisterna	Banheiro ou sanitário	Sem banheiro ou sanitário	Fossa Septica	Solução precária	Lixo coletado		Outros destinos
AU 290570110000123	Camaçari	6	4,20	5	1	0	1	5	4	2	6	0	2	4	3	3	6
AU 290650105000048	Candeias	427	4,25	272	151	0	364	61	406	19	417	8	249	18	402	23	422
AU 290650105000065	Candeias	421	4,19	419	0	0	359	60	406	3	413	3	243	145	391	28	399
AU 291005705000045	Dias D'Ávila	400	3,30	400	0	0	310	90	324	76	396	4	326	9	246	154	SI
AU 291920705000148	Lauro de Freitas	173	3,30	173	0	0	140	33	107	66	133	40	0	127	136	37	168
AU 291920705000152	Lauro de Freitas	426	3,50	426	0	0	371	55	420	6	408	18	9	385	396	30,0	SI
AU 292100505000010	Mata de São João	296	3,40	296	0	0	248	44	290	2	289	3	194	5	290	2,0	290
AU 292100510000002	Mata de São João	448	3,40	448	0	0	389	59	412	36	444	4	6	438	421	27	SI
AU 292100510000008	Mata de São João	73	2,90	70	0	0	56	16	66	6	72	0	10	62	72	0	72
AU 293070905000082	Simões Filho	290	3,60	290	0	0	273	17	247	43	287	3	266	3	208	82	269
AU 293070905000097	Simoes Filho	225	3,25	203	13	0	194	23	202	15	214	3	21	193	152	65	216
AU 293070905000086	Simoes Filho	134	1,33	133	0	0	115	18	123	10	126	17	27	89	50	83	SI
AU 293320820000010	Vera Cruz	343	3,39	339	0	0	293	46	290	49	315	24	8	307	152	65	329
TOTAIS		3662	3,38	3474	165	0	3113	527	3297	333	3520	127	1361	1785	2919	599	
%				95,47	4,53	0,00	85,52	14,48	90,83	9,17	96,52	3,48	43,26	56,74	82,97	17,03	

Fonte: IBGE; LCAD; Elaboração própria.

Os dados da infraestrutura urbana registrados para as AU-SC acrescidas neste período mostram a cobertura da rede de abastecimento de água e coleta de lixo entre 80% e 90%, entretanto a infraestrutura de esgotamento sanitário atende percentual inferior a 50% dos domicílios permanentes.

Há predominância quase absoluta da tipologia habitacional tipo casa, destoa área em Candeias com proporção de 35,7% de apartamentos. Considerando a situação fundiária, não há uma normalidade quanto aos percentuais de domicílios permanentes e alugados ou cedidos, e certamente refletem a localização, mais praiana ou interiorana. A cobertura das redes de infraestrutura gira em torno de 80 a 90% dos domicílios, exceção para duas áreas específicas em Camaçari e Lauro de Freitas com baixo índice de cobertura da rede de abastecimento de água. Quanto à coleta de lixo, as áreas de Simões Filho apresentam os mais baixos percentuais de oferta deste serviço.

Inserindo estes dados numa leitura regional e comparativa com relação às décadas estudadas, registra-se que as áreas de Lauro de Freitas da década 1991/2000, que se percebia como totalmente integrada ao tecido urbano e com altos percentuais dos itens de infraestrutura contemplados, na década de 2000/2010, diferentemente, este município apresenta os mais baixos níveis de infraestrutura em esgotamento sanitário e imóveis sem banheiros, assim como apresenta baixo percentual de abastecimento de água. Confirmando o dado socioeconômico de rendimentos médios da categoria até 1 SM de 24,5% na década de 1991/2000 (especificamente, Lauro de Freitas 7% e Simões Filho 33%) e de 64,8% na década de 2000/2010, (sendo Lauro de Freitas 78% e Simões Filho 81%). Uma primeira inferência que pode ser feita quanto ao transbordamento de Salvador, que impulsiona para Lauro de Freitas as habitações de baixa renda que extravasam seu território.

Continuando com a comparação entre as décadas, as médias nos quesitos de infraestrutura são piores para as áreas acrescidas na década de 2000/2010, exceto para água, que apresenta crescimento na média da proporção de imóveis com abastecimento por rede de distribuição, e coleta de lixo, que se mantem com percentuais muito próximos nos dois períodos.

A alternância na oferta de infraestrutura reflete tanto o padrão urbanístico e socioeconômico das ocupações quanto o padrão de manejo dos recursos naturais, seja na disposição final de efluentes, seja no descarte de lixo, ou mesmo coleta, sem dados quanto à disposição final.

## Parâmetros Urbanísticos: Densidade Indicador estratégico

Dentre os parâmetros urbanísticos, as densidades foram tomadas como indicador estratégico para a leitura da expansão metropolitana. A aplicação do parâmetro para fins de caracterização do tecido urbano produzido encontra, finalmente, resposta na metodologia do *Spacematrix*, (HAUPT; PONT, 2009), já apresentada no Item 5, Primeira Parte, aplicada às áreas de estudo.

Ojima, destaca que tem se verificado o “descompasso entre o crescimento da população urbana e a expansão das áreas urbanas, [...] cujo crescimento excede em pelo menos duas vezes aquele verificado para a população” (OJIMA, 2007, p.282), referindo-se a dados da pesquisa publicada pelo Sierra Club<sup>7</sup>, 2003.

Os levantamentos de dados e as inferências sobre este parâmetro serão adiante apresentados. Percorreu-se os tradicionais métodos de apropriação deste parâmetro e então os dados foram organizados conforme orienta a metodologia da *Spacematrix*.

### Densidades

Tendo em vista que a densidade populacional média considera inclusive o território não dedicado às ocupações urbanas, o que leva a grandes distorções e fragiliza a aplicação deste parâmetro, optou-se por estudar as densidades a partir da delimitação das Áreas de Ocupação Homogêneas – AOH-SC, utilizando-se da leitura de imagens aéreas. Outros tipos de densidade foram também apropriados como as densidades domiciliares e as densidades habitacionais, estas assim denominadas para diferenciar a fonte dos dados e escala de aproximação do território – as densidades domiciliares, apropriadas do IBGE, relativas às áreas AU-SC e AOH-SC, e, as densidades de habitação, apropriadas das imagens à escala do tecido urbano.

Segue-se com as análises dos levantamentos e parâmetros das Áreas urbanizadas acrescidas, 1991/2000, e na sequência, aquelas acrescidas na década de 2000/2010.

---

<sup>7</sup> Sierra Club – Organização não governamental, ambiental nos Estados Unidos.

## Áreas Urbanizadas acrescidas na década 1991/2000

A Tabela 31 apresenta as densidades passíveis de serem apropriadas à escala do setor censitário.

**Tabela 31** - Áreas Urbanizadas RMS, IBGE 1991/2000: Densidades Populacionais e de Domicílios.

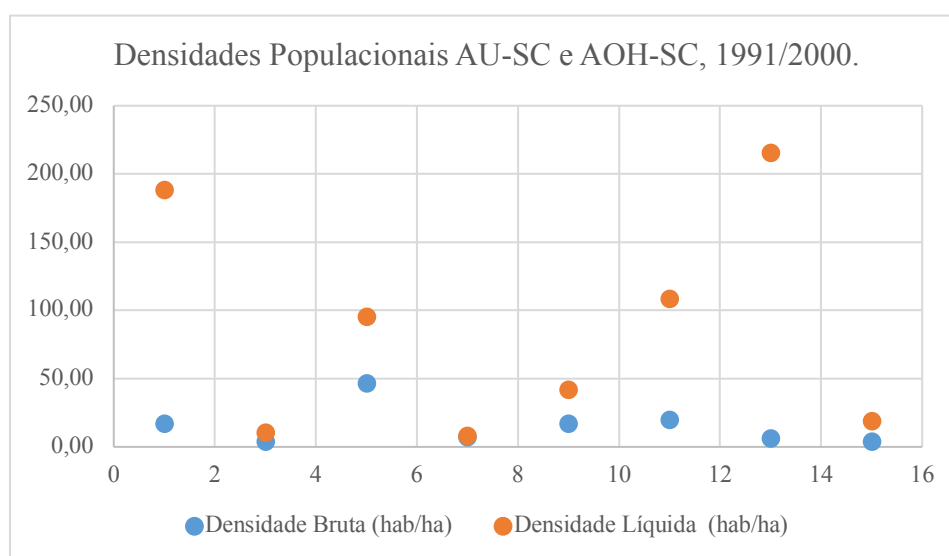
Identificação da AU-SC	Município	População AU-SC (hab)	Área Urbanizada AU-SC (ha)	Área Ocupada Homogênea AOH-SC (ha)	AOH-SC/AU-SC (%)	Densidade Populacional Bruta AU-SC (hab/ha)	Densidade Populacional Líquida AOH-SC (hab/ha)	Domicílios particulares e coletivos	Densidade Domicílios Bruta AU-SC (dom/ha)	Densidade Domicílios Líquida AOH-SC (dom/ha)
AU 29057010500010	Camaçari	657	38,50	3,49	9,1	17,06	188,25	202	5,25	57,88
AU 29057011000130	Camaçari	764	211,80	73,50	34,7	3,61	10,39	238	1,12	3,24
AU 29057011000002	Camaçari	1334	28,70	14,00	48,8	46,48	95,29	301	10,49	21,50
AU 29192070500005	Lauro de Freitas	1184	166,30	149,00	89,6	7,12	7,95	334	2,01	2,24
AU 29100570500002	Dias D'Ávila	4444	265,40	150,70	56,8	16,74	29,49	153	0,58	1,02
AU 29307090500005	Simões Filho	1627	82,14	15,00	18,3	19,81	108,47	402	4,89	26,80
AU 29307090500001	Simões Filho	1109	178,80	5,15	2,9	6,20	215,34	276	1,54	53,59
AU 29332081500001	Vera Cruz	593	160,90	31,50	19,6	3,69	18,83	1124	6,99	35,68
TOTALS		11712	1132,54	442,34	39,06			3030,00		
MÉDIAS						15,09	84,25		4,11	25,24
MEDIANA					27,14	11,93	62,38		3,45	24,15

Fonte: IBGE; Elaboração própria.

Densidades populacionais e de domicílios, 1991/2000.

Foram levantadas as Densidades Populacionais: brutas, relacionam a população do setor censitário com a respectiva área da poligonal; líquidas, relacionam a população do setor censitário com a Área de Ocupação Homogênea (hab/ha), área efetivamente ocupada do setor censitário, ou seja, excluídos os espaços vazios, representadas no Gráfico 13. Calculadas a média e a mediana dos dados apurados, toma-se o valor das medianas como densidades referenciais: Densidade Populacional Referencial Bruta de 11,93 hab/ha e Densidade Populacional Referencial Líquida de 62,38 hab/ha para o conjunto das Áreas Urbanizadas acrescidas, estudadas, na década de 1991/2000.

**Gráfico 13** - Densidades Populacionais Bruta e Líquida, AU e AUH, 1991/2000.



Fonte: IBGE; Elaboração própria.

Seguem tabelas com os dados demográficos e urbanos da RMS, Salvador e do conjunto dos municípios metropolitanos, agrupados para confrontar os processos de Salvador e do conjunto dos municípios. Na Tabela 32, registra-se os dados referenciais de 1991 para o cálculo das taxas de crescimento por década, neste caso, 1991/2000. Nesta, constam parâmetros demográficos e urbanos a partir dos quais pode-se ler a evolução da população dos municípios, das áreas e das populações urbanas, respectivas densidades, e taxas de crescimento, por década, 1991/2000, para efeito de comparação com os dados correlatos levantados nas áreas acrescidas.

**Tabela 32** - Parâmetros demográficos e urbanos: RMS, Salvador e municípios metropolitanos, conjunto dos demais municípios, 1991.

Código do município	Nome do município	População total	População urbana	Densidade demográfica	Densidade demográfica	Área total continental (km <sup>2</sup> )	Área urbana	
				município (hab/km <sup>2</sup> )	a urbana (hab/km <sup>2</sup> )		km <sup>2</sup>	%
570	Camaçari	113.639	111.026	145	534,41	782,83	207,76	26,54
650	Candeias	67.942	61.438	276	1.735,29	246,50	35,41	14,36
1005	Dias D'Ávila	31.259	30.401	170	1.548,81	184,35	19,63	10,65
1610	Itaparica	15.055	15.055	548	548,27	27,46	27,46	100,00
1920	Lauro de Freitas	69.270	55.962	1.183	3.203,59	58,54	17,47	29,84
1992	Madre de Deus	9.184	8.792	2.340	3.688,96	3,92	2,38	60,74
2920	São Fco. Conde	20.239	15.734	104	392,99	194,57	40,04	20,58
3070	Simões Filho	72.526	62.384	376	1.975,33	193,02	31,58	16,36
3320	Vera Cruz	22.136	20.308	118	443,95	187,95	45,74	24,34
	Demais município	421.250	381.100	224	985,47	1879,15	427,46	22,75
2740	Salvador	2.075.273	2.073.510	6.726	7.097,15	308,54	292,16	94,69
	RMS	2.496.523	2.454.610	1.141	3.410,97	2187,70	719,62	32,89

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico* de 1991. Adaptado por CONDER; LCAD.

**Tabela 33** - Parâmetros demográficos e Urbanos: RMS, Salvador e municípios metropolitanos, conjunto dos demais municípios, e taxas de crescimento, 1991/2000.

Código do município	Nome do município	População total	População urbana	Densidade demográfica	Densidade demográfica	Área total continental (km <sup>2</sup> )	Área urbana		Taxa de crescimento da população urbana	Taxa de crescimento da área urbana	Taxa de crescimento Densidade Demográfica urbana	Taxa de crescimento Densidade Demográfica município
				município (hab/km <sup>2</sup> )	a urbana (hab/km <sup>2</sup> )		km <sup>2</sup>	%				
570	Camaçari	161.727	154.402	207	541,35	782,83	285,22	36,43	1,39	1,37	1,01	1,42
650	Candeias	76.783	69.127	311	3.772,57	246,51	18,32	7,43	1,13	0,52	2,17	1,13
1005	Dias D'Ávila	45.333	42.673	246	2.064,93	184,51	20,67	11,20	1,40	1,05	1,33	1,45
1610	Itaparica	18.945	18.945	677	677,21	27,97	27,97	100,00	1,26	1,02	1,24	1,24
1920	Lauro de Freitas	113.543	108.385	1.940	3.237,92	58,52	33,47	57,20	1,94	1,92	1,01	1,64
1992	Madre de Deus	12.036	11.599	2.498	3.368,07	4,82	3,44	71,47	1,32	1,44	0,91	1,07
2920	São Francisco do C	26.282	21.870	137	580,93	191,90	37,65	19,62	1,39	0,94	1,48	1,32
3070	Simões Filho	94.066	76.905	488	3.465,52	192,76	22,19	11,51	1,23	0,70	1,75	1,30
3320	Vera Cruz	29.750	27.872	158	586,26	187,95	47,54	25,29	1,37	1,04	1,32	1,34
	Demais município	578.465	531.778	308	1.071,10	1877,77	496,48	26,44	1,40	1,16	1,09	1,37
2740	Salvador	2.443.107	2.442.102	7.911	8.329,92	308,84	293,17	94,93	1,18	1,00	1,17	1,18
	RMS	3.021.572	2.973.880	1.382	3.766,07	2186,61	789,65	36,11	1,21	1,10	1,10	1,21

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico* de 2000. Adaptado por CONDER; LCAD.

Comparando as densidades populacionais referenciais bruta e líquida do conjunto das áreas estudadas, na década de 1991/2000, de 11,93 hab/ha (1.193 hab/km<sup>2</sup>) e 62,38 hab/ha (6.238 hab/km<sup>2</sup>) respectivamente, com a densidade urbana da Tabela 33 acima, temos que a densidade bruta não está distante da densidade demográfica urbana do conjunto dos municípios (1.071,10 hab/km<sup>2</sup> ou 10,71 hab/ha) e que a densidade líquida (densidade da AOH-SC, 6.238 hab/km<sup>2</sup>) em relação à de Salvador (8.329,92 hab/km<sup>2</sup>), embora sejam cálculos distintos, mas serve para mostrar que se trata de uma densidade alta e confirma a suposição de que padrões citadinos são produzidos nas áreas urbanas dispersas.



O número de domicílios, IBGE, 1991/2000, registrado na Tabela 31, permitiu o cálculo das densidades de domicílios, bruta (AU-SC) e líquida (AOH-SC), 3,45 dom/ha de 24,15 dom/ha, respectivamente.

#### Densidade de habitação e Velocidade de produção habitacional

O cálculo das densidades de habitação foi apropriado da fração de tecido urbano estudada por meio da contagem dos imóveis existentes nas imagens disponíveis no *Google Maps* (a mais antiga e a mais recente), contagem dos lotes vazios. Pode-se, então, calcular: a densidade de habitação relativa à ocupação atual, 18,18 hab/ha (1818 hab/km<sup>2</sup>). A densidade de habitação do tecido total/potencial de 24,60 hab/ha (2.460 hab/km<sup>2</sup>) decorre da contagem do total das parcelas do tecido. Com base nas imagens em diferentes datas esta contagem possibilitou a construção do Índice de Velocidade da Ocupação. Dados estes registrados na Tabela 34, adiante.

**Tabela 34** - Áreas urbanizadas acrescidas, 1991/2000: Densidade de habitação e Velocidade de produção habitacional.

Identificação da AU-SC	Município	Velocidade da produção de tecido urbano, Índice de Vazios						
		Ano das imagens	Área do Tecido (ha)	Imagens (UH/ano)	Quant. Lotes Vazios	Índice de Lotes vazios (%)	Velocidade de Ocupação Produção (UH/ano)	Densidade de habitação do tecido bruta (UH/ha)
AU 290570105000106	Camaçari	2000		62				
		2015	1,2300	74	16	17,78	0,80	73,17
AU 29057011000130	Camaçari	2002		4				
		2015	3,442	29	9	23,68	1,92	11,04
AU 290570110000026	Camaçari	2002		42				
		2015	2,5	48	10	17,24	0,46	23,20
AU 291920705000057	Lauro de Freitas	2002		0				
		2014	3,67	63	1	1,56	5,25	17,44
AU 291005705000020	Dias D'Ávila	2009		86				
		2015	3,11	97	5	4,90	1,83	32,80
AU 293070905000059	Simões Filho	2007		6				
		2015	2,264	63	5	7,35	7,13	30,04
AU 293070905000013	Simões Filho	2007		15				
		2015	1,495	17	12	41,38	0,25	19,40
AU 293320815000011	Vera Cruz	2003		0				
		2015	2,77	25	47	65,28	2,08	25,99
TOTAIS				416,00	105,00			
MÉDIAS						22,40	2,47	29,13
MEDIANA						17,51	1,88	24,60

Fonte: *Google Maps*; Elaboração própria.

## Áreas Urbanizadas acrescidas na década 2000/2010

Desenvolvendo o mesmo raciocínio para as áreas acrescidas da década de 2000/2010 foi elaborada a Tabela 35 e analisadas as relações possíveis.

**Tabela 35** - Áreas RMS, IBGE 2000/2010: Densidades Populacionais e de Domicílios.

Identificação da AU-SC	Município	População AU-SC	Área Urbanizada AU-SC (ha)	Área de Ocupação Homogênea Setor Censitário AOH-SC (ha)	AOH-SC/AU-SC (%)	Densidade Populacional Bruta AU-SC (hab/ha)	Densidade Populacional Líquida AOH-SC (hab/ha)	Domicílios particulares e coletivos (un)	Densidade Domicílios Bruta AU-SC (dom/ha)	Densidade Domicílios Líquida AOH-SC (dom/ha)
AU 290570110000123	Camaçari	25	52,10	37,10	71,2	0,48	0,67	6	0,12	0
AU 290650105000048	Candeias	1403	116,07	22,51	19,4	12,09	62,33	427	3,68	19
AU 290650105000065	Candeias	1470	580,53	68,83	11,9	2,53	21,36	421	0,73	6
AU 291005705000045	Dias D'Ávila	1305	248,20	3,49	1,4	5,26	373,93	400	1,61	115
AU 291920705000148	Lauro de Freitas	567	302,30	77,07	25,5	1,88	7,36	173	0,57	2
AU 291920705000152	Lauro de Freitas	1475	408,00	39,50	9,7	3,62	37,34	426	1,04	11
AU 292100505000010	Mata de São João	1007	55,10	24,70	44,8	18,28	40,77	296	5,37	12
AU 292100510000002	Mata de São João	1514	182,40	113,80	62,4	8,30	13,30	448	2,46	4
AU 292100510000008	Mata de São João	214	113,8	62,70	55,1	1,88	3,41	73	0,64	1
AU 293070905000082	Simões Filho	1057	214,2	38,30	17,9	4,93	27,60	290	1,35	8
AU 293070905000097	Simões Filho	718	201,83	19,60	9,7	3,56	36,63	225	1,11	11
AU 293070905000086	Simões Filho	484	81,54	9,18	11,3	5,94	52,72	134	1,64	15
AU 293320820000010	Vera Cruz	1118	292,17	9,80	3,4	3,83	114,08	343	1,17	35
TOTAIS		12357	2848,24	526,58	18,49			3662		
MÉDIAS						5,58	60,88		1,65	18,36
MEDIANAS					17,88	3,83	36,63		1,17	10,78

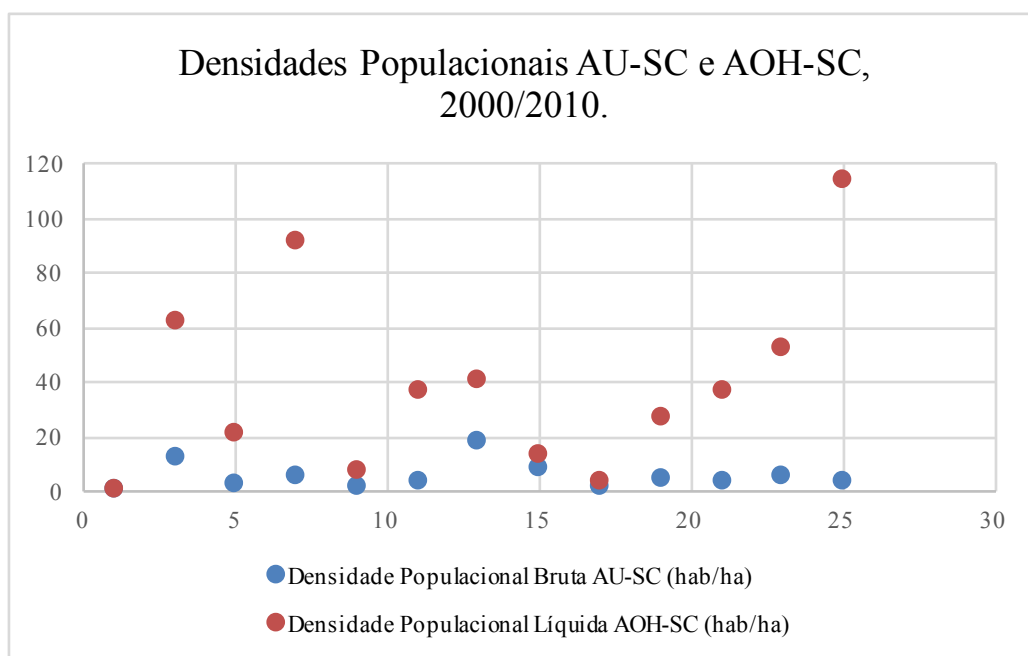
Fonte: IBGE; Elaboração própria.

### Densidades Populacionais 2000/2010

A Tabela acima apresenta as densidades apropriadas dos dados do IBGE para o setor censitário AU-SC (densidades brutas) e para a Área de Ocupação Homogênea AOH-SC (densidades líquidas), área de ocupação efetiva do setor censitário.

Calculadas as densidades brutas e líquidas de cada área estudada, representadas no Gráfico 14, obteve-se a média destes valores e a mediana. Tomando o valor das medianas como densidades referenciais: Densidade Populacional Referencial Bruta de 3,83 hab/ha e Densidade Populacional Referencial Líquida de 36,63 hab/ha para o conjunto das Áreas Urbanizadas acrescidas, estudadas, na década de 2000/2010.

**Gráfico 14** - Densidades Populacionais Bruta e Líquida, AU-SC e AOH-SC, 2000/2010.



**Fonte:** Elaboração própria.

No Gráfico 14 ficam evidentes que as densidades brutas se apresentam com significativa diferença, e em quatro destas áreas as densidades brutas e líquidas se aproximam bastante, acusando que as áreas AU-SC e AOH-SC não apresentam discrepância.

Segue a Tabela 36 onde constam os parâmetros demográficos e urbanos, correspondentes à década, 2000/2010, a partir dos quais pode-se ler a evolução da população dos municípios, das áreas e das populações urbanas, respectivas densidades e taxas de crescimento, para efeito de comparação com os dados correlatos levantados nas áreas urbanas acrescidas estudadas.

**Tabela 36** - Parâmetros demográficos e urbanos: RMS, Salvador e municípios metropolitanos, conjunto dos demais municípios, e taxas de crescimento, 2000/2010.

Código do município	Nome do município	População total	População urbana	Densidade demográfica município (hab/km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica urbana (hab/km <sup>2</sup> )	Área total continental (km <sup>2</sup> )	Área urbana		Taxa de crescimento da população urbana	Taxa de crescimento da área urbana	Taxa de crescimento Densidade Demográfica urbana	Taxa de crescimento Densidade Demográfica município
							km <sup>2</sup>	%				
570	Camaçari	245.922	231.973	314	776,61	784,18	298,70	38,09	1,50	1,05	1,43	1,52
650	Candeias	83.158	75.994	338	2.264,55	246,20	33,56	13,63	1,10	1,83	0,60	1,08
1005	Dias D'Ávila	66.440	62.473	361	1.933,92	184,11	32,30	17,55	1,46	1,56	0,94	1,47
1610	Itaparica	20.725	20.725	812	814,45	25,51	25,45	99,75	1,09	0,91	1,20	1,20
1920	Lauro de Freitas	168.703	163.449	2.909	2.818,71	57,99	57,99	100,00	1,51	1,73	0,87	1,50
1992	Madre de Deus	17.376	16.854	3.613	4.906,88	4,81	3,43	71,42	1,45	1,00	1,46	1,45
2100	Mata de São João	40.183	29.825	63	1.001,14	632,83	29,79	4,71	1,36	0,79	1,72	0,46
2520	Pojuca	33.066	28.378	114	2.237,29	289,93	12,68	4,37	0,37	0,57	0,65	0,23
2920	São Francisco do C	33.183	27.391	177	1.870,21	187,95	14,65	7,79	0,98	0,31	3,19	1,12
2950	São Sebastião do I	42.153	33.112	78	1.300,30	537,93	25,46	4,73	0,06	0,05	1,21	0,25
3070	Simões Filho	118.047	105.811	608	1.948,57	194,04	54,30	27,98	0,04	0,19	0,23	0,08
3320	Vera Cruz	37.567	35.244	211	622,09	177,70	56,65	31,88	0,01	0,07	0,17	0,15
	Demais município	906.523	831.229	273	1.288,78	3323,18	644,97	19,41	1,56	1,30	1,20	0,89
2740	Salvador	2.678.113	2.674.923	8.823	9.227,56	303,53	289,88	95,50	1,10	0,99	1,11	1,12
	RMS	3.584.636	3.506.152	988	3.750,47	3626,71	934,86	25,78	1,18	1,18	1,00	0,72

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010. Adaptado por CONDER; LCAD.

Comparando as densidades populacionais referenciais bruta e líquida do conjunto das áreas estudadas, década 2000/2010, de 3,83 hab/ha (382,65 hab/km<sup>2</sup>) e 36,63 hab/ha (3.663 hab/km<sup>2</sup>) respectivamente, com a densidade urbana da Tabela 36 acima, temos que a densidade referencial bruta (densidade do polígono do censo demográfico) não é compatível com a densidade urbana do conjunto dos municípios (1.288,78 hab/km<sup>2</sup>) evidenciando o que já se revelava na proporção da área urbanizada homogênea em relação às áreas acrescidas nesta década, 18%. A densidade populacional referencial líquida (densidade da AOH-SC) equivale a 40% da densidade urbana de Salvador, mas muito próxima do valor da densidade do conjunto das áreas urbanas da RMS.

Concluindo, nesta década, não só as áreas efetivamente ocupadas dos polígonos dos setores censitários acrescidos no *Censo Demográfico* IBGE 2010 são proporcionalmente menores que as da década anterior, como o padrão da ocupação é menos denso. Apresenta padrão mais compatível com a expressão da densidade das ocupações urbanas da RMS, enquanto as densidades urbanas das áreas das décadas anterior, 1991/2000, estão mais próximas do padrão citadino da capital.

O número de domicílios constante do censo do IBGE 2000/2010, registrado na Tabela 35 deu origem aos cálculos das densidades de domicílios bruta (AU-SC) e líquida (AOH-SC), 1,17 dom/ha e 10,78 dom/ha, respectivamente, tomada a mediana como referencial.

## Densidades de habitação e velocidade de produção do tecido

As densidades habitacionais se distinguem das densidades domiciliares em razão da origem da fonte de informação e da escala de aproximação. Os dados foram apropriados da fração de tecido urbano estudado, contados os imóveis existentes e o parcelamento com base nas imagens disponíveis no *Google Maps* (a mais antiga e a mais recente), contados os lotes vazios. Desse modo, além da densidade de habitação, atual e potencial do tecido, foi possível construir um Índice de Velocidade da Ocupação em termos de produção habitacional. Pode-se, então, calcular: a densidade de habitação relativa à ocupação atual, 18,18 hab/ha (1818 hab/km<sup>2</sup>). A densidade de habitação do tecido total/potencial de 24,60 hab/ha (2.460 hab/km<sup>2</sup>) decorre da contagem do total das parcelas do tecido. Com base nas imagens em diferentes datas esta contagem possibilitou a construção do Índice de Velocidade da Ocupação. Dados estes registrados na Tabela 37, adiante.

**Tabela 37** - Áreas urbanizadas acrescidas, 2000/2010: Densidade de habitação e Velocidade de produção habitacional.

Identificação da AU-SC	Município	Velocidade da produção de tecido urbano						
		Ano das imagens	Área do Tecido (ha)	Quant. UH nas imagens (UH)	Quant. Lotes Vazios	Índice de Lotes vazios (%)	Velocidade de Produção (UH/ano)	Densidade de habitação tecido (UH/ha)
290570110000123	Camaçari	2002		0				
		2014	3,95	15	52	77,61	1,25	16,96
290650105000048	Candeias	2010		39				
		2014	2,069	51	46	47,42	3,00	46,88
290650105000065	Candeias	2006		11				
		2014	2,776	19	33	63,46	1	18,73
291005705000045	Dias D'Ávila	2009		100				
		2015	2,62	112	5	4,27	2,00	44,66
291920705000148	Lauro de Freitas	2008		46				
		2015	1,04200	48	2	4,00	0,29	47,98
291920705000152	Lauro de Freitas	2003		0				
		2015	1,36	50	10	16,67	4,17	44,12
292100505000010	Mata de São João	2003		30				
		2015	1,2950	28	5	15,15	-0,17	25,48
292100510000002	Mata de São João	2005		15				
		2013	3,3	60	5	7,69	5,63	19,70
292100510000008	Mata de São João	2005		7				
		2015	6,60000	7	8	53,33	0	2,27
293070905000082	Simões Filho	2003		50				
		2015	1,5700	54	6	10,00	0,33	38,22
293070905000097	Simões Filho	2005		6				
		2014	1,735	22	9	29,03	1,78	17,87
293070905000086	Simões Filho	2005		24				
		2014	1,193	25	2	7,41	0,11	22,63
293320820000010	Vera Cruz	2008		21				
		2015	2,014	40	34	45,95	2,71	36,74
TOTAIS				531	217			
MÉDIAS						29,38	1,70	29,40
MEDIANAS						16,66	1,92	25,48

Fonte: *Google Maps*; Elaboração própria.

## Comparativo áreas acrescidas 1991/2000 e 2000/2010

Comparando o conjunto dos dados das Áreas estudadas em cada década, 1991/2000 e 2000/2010, obteve-se conforme relação dos principais indicadores, um comparativo das

proporções, densidades populacionais, domiciliares e de habitação, e parâmetros que decorrem destes indicadores como o Índice de Velocidade de produção habitacional.

**Tabela 38** - Comparativo das Áreas Acrescidas, décadas 1991/2000 e 2000/2010, medianas.

Indicadores	1991/2000	2000/2010
Proporção AOH-SC/AU-SC (%)	27,14	17,88
Densidade Populacional Bruta AU-SC (hab/ha)	11,93	3,83
Densidade Populacional Líquida AOH-SC (hab/ha)	62,38	36,63
Densidade Domicílios Bruta AU-SC (dom/ha)	3,45	1,17
Densidade Domicílios Líquida AOH-SC (dom/ha)	24,15	10,78
Densidade habitacional potencial Tecido (UH/ha)	25	25
Índice de Velocidade de Produção Habitacional (UH/ano)	1,88	1,92
Índice de Lotes vazios - Tecido (%)	17,51	16,66

**Fonte:** Elaboração própria.

Tomados os valores das planilhas, por década, e comparando os indicadores, temos que: a proporção das AOH-SC/AU-SC reduziu de 27% para 18%, ou seja, mais vazios nos setores censitários da década 2000/2010; tanto as densidades populacionais brutas quanto líquidas apresentam redução na década de 2000/2010; a redução se repete, também para densidade de domicílios, 3 vezes superior em 1991/2000 com relação à AU-SC, e 2,2 vezes superior com relação à AOH-SC; na escala do tecido urbano, as densidades de habitação mostram equidade do padrão dos tecidos produzidos em ambas as décadas. Os dados permitem a inferência com relação à velocidade de produção habitacional e com relação ao índice de vazios do tecido que se apresentam equivalentes.

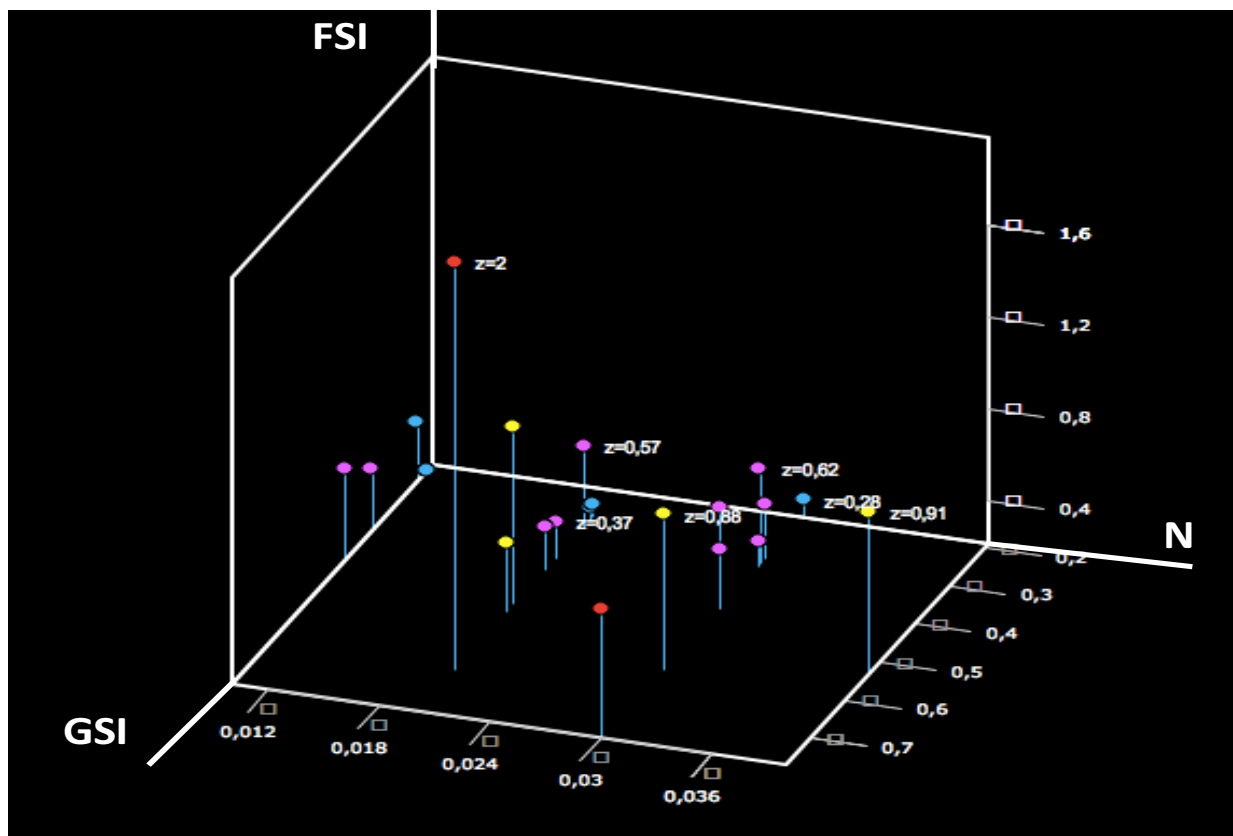
### 2.2.3 Tipologia do tecido urbano, *Spacematrix*

Após os levantamentos, percebeu-se a necessidade de uma metodologia que possibilitasse a leitura de alguma uniformização das características dos tecidos estudados. A metodologia do *Spacematrix* oferece essa possibilidade. Além dos parâmetros relativos aos

lotes, foi necessário complementar os levantamentos segundo critérios dessa metodologia, que, essencialmente, quantifica os parâmetros do tecido, mas se utiliza dos parâmetros urbanísticos do lote, índices de Utilização e de Ocupação referencial, para subsidiar os cálculos dos indicadores principais da *Spacematrix*, FSI, GSI e N, assim como os indicadores derivados, OSR, H e TARA, explicitados no Item 1.6 da Primeira Parte.

Haupt e Pont, 2009, reúnem os três indicadores principais em um único Gráfico, tridimensional, Gráfico 15, que expõe a lógica da concepção metodológica. Entretanto, serão privilegiados, para as análises, as projeções sobre os planos. Os dados customizados à esta metodologia foram reunidos na Tabela 39, síntese, e já incorpora a diferenciação de tipologias, marcadas em cores distintas na coluna de identificação das áreas, AU-SC.

**Gráfico 15** - Tridimensional, relaciona FSI (A. Construção), GSI (A. Ocupação) e N (A. da rede viária).



Fonte: *Spacematrix*; Colaboração Gabriel S. Magalhães.

No Gráfico 15, pode-se perceber o salto na apropriação da conexão densidade e forma urbana que a metodologia do *Spacematrix* possibilita. Destaque-se que apropriações de performances qualitativas do ambiente urbano, podem ser decodificadas segundo a mesma metodologia, muitas possibilidades a explorar em outros estudos urbanísticos.

Tabela 39 - Spacematrix, indicadores principais e derivados.

Área Urbanizada AU-SC	Município	Densidade Populacional AU-SC (hab/ha)	Densidade Populacional AOH-SC (hab/ha)	Densidade de Habitação do Tecido Urbano (UH/ha)	Área Tecido bruta (m <sup>2</sup> )	Área Tecido líquida (m <sup>2</sup> )	FSI Eixo Z (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )	GSI Eixo X (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )	OSR (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )	N Eixo Y (m/m <sup>2</sup> )	H Altura (pavimento)	Área das vias (m <sup>2</sup> )	GSI-SC (%)	TARA tecido A vias/Área da gleba (%)	TARA SC / TARA tecido TARA=1-(GSI-SC/GSI-t) (*)	PIL Terra privada (1-TARA) (%) (**)
AU 290570105000106	Camaçari	17,06	18,82	73,17	12300	9668	0,91	0,53	0,52	0,04	2	2632	9,00	21,40	82,97	17,00
AU 290570110000130	Camaçari	3,62	10,39	11,04	34420	29091	0,57	0,29	1,25	0,02	2	5329	35,00	15,48	(-) 21,87	120,69
AU 290570110000026	Camaçari	46,48	95,28	23,20	25000	18869	0,62	0,31	1,10	0,03	2	6131	49,00	24,52	(-) 56,35	158,06
AU 290570110000123	Camaçari	0,48	0,67	16,96	39500	31492	1,98	0,66	0,17	0,02	3	8008	71,00	20,27	(-) 8,03	107,58
AU 290650105000048	Candeias	12,09	62,31	46,88	20690	16562	0,88	0,59	0,47	0,03	2	4128	19,00	19,95	66,87	32,20
AU 290650105000065	Candeias	2,53	21,36	18,73	27760	23553	0,28	0,19	2,89	0,03	2	4207	12,00	15,15	36,78	63,16
AU 291005705000020	Dias D'Ávila	16,74	29,48	32,80	31100	26134	0,37	0,37	1,74	0,02	1	4967	57,00	15,97	(-) 55,48	154,05
AU 291005705000045	Dias D'Ávila	5,33	91,25	44,66	26200	23151	0,43	0,43	1,30	0,03	1	3049	6,00	11,64	86,55	13,95
AU 291920705000057	L. de Freitas	7,12	7,92	17,44	36700	29168	0,98	0,49	0,52	0,02	2	7532	90,00	20,52	(-) 82,77	183,67
AU 291920705000152	L. de Freitas	3,62	37,34	44,12	13600	10633	0,32	0,32	2,12	0,03	1	2967	10,00	21,82	(-) 69,85	31,25
AU 291920705000148	L. de Freitas	1,88	7,35	47,98	10420	9352	0,51	0,51	0,96	0,02	1	1068	25,00	10,25	50,06	49,02
AU 292100510000002	Mata S. João	8,30	10,39	19,70	33000	30158	0,47	0,36	1,36	0,01	1	2842	62,00	8,61	(-) 74,07	172,22
AU 292100510000008	Mata S. João	1,88	3,41	2,27	66000	62293	0,46	0,23	1,68	0,01	2	3707	55,00	5,62	(-) 139,81	239,13
AU 292100505000010	Mata S. João	18,28	40,76	25,48	12950	10959	0,65	0,43	0,87	0,02	2	1991	45,00	15,37	(-) 3,87	104,65
AU 293070905000059	Simões Filho	19,81	108,46	30,04	22640	20515	0,6	0,44	0,93	0,01	1	2125	18,00	9,39	58,71	40,91
AU 293070905000013	Simões Filho	6,20	215,33	19,40	14950	12658	0,27	0,27	2,67	0,02	1	2292	3,00	15,33	89,44	11,11
AU 293070905000097	Simões Filho	3,56	36,63	17,87	17350	15251	0,4	0,40	1,48	0,02	1	2099	10,00	12,10	75,95	25,00
AU 293070905000086	Simões Filho	5,94	5,94	22,63	11930	10970	0,77	0,77	0,29	0,03	1	1780	11,00	14,92	114,52	14,29
AU 293070905000082	Simões Filho	4,93	27,59	38,22	15700	12857	0,44	0,30	1,59	0,03	2	2843	18,00	18,11	39,52	60,00
AU 293320820000010	Vera Cruz	3,83	11,41	36,74	20140	17752	0,21	0,21	3,65	0,01	1	2388	3,00	11,86	84,39	14,29
AU 293320815000011	Vera Cruz	3,69	18,82	25,99	27700	22868	0,26	0,26	2,84	0,02	1	4832	20,00	17,44	23,14	76,92

Fonte: Elaboração própria.

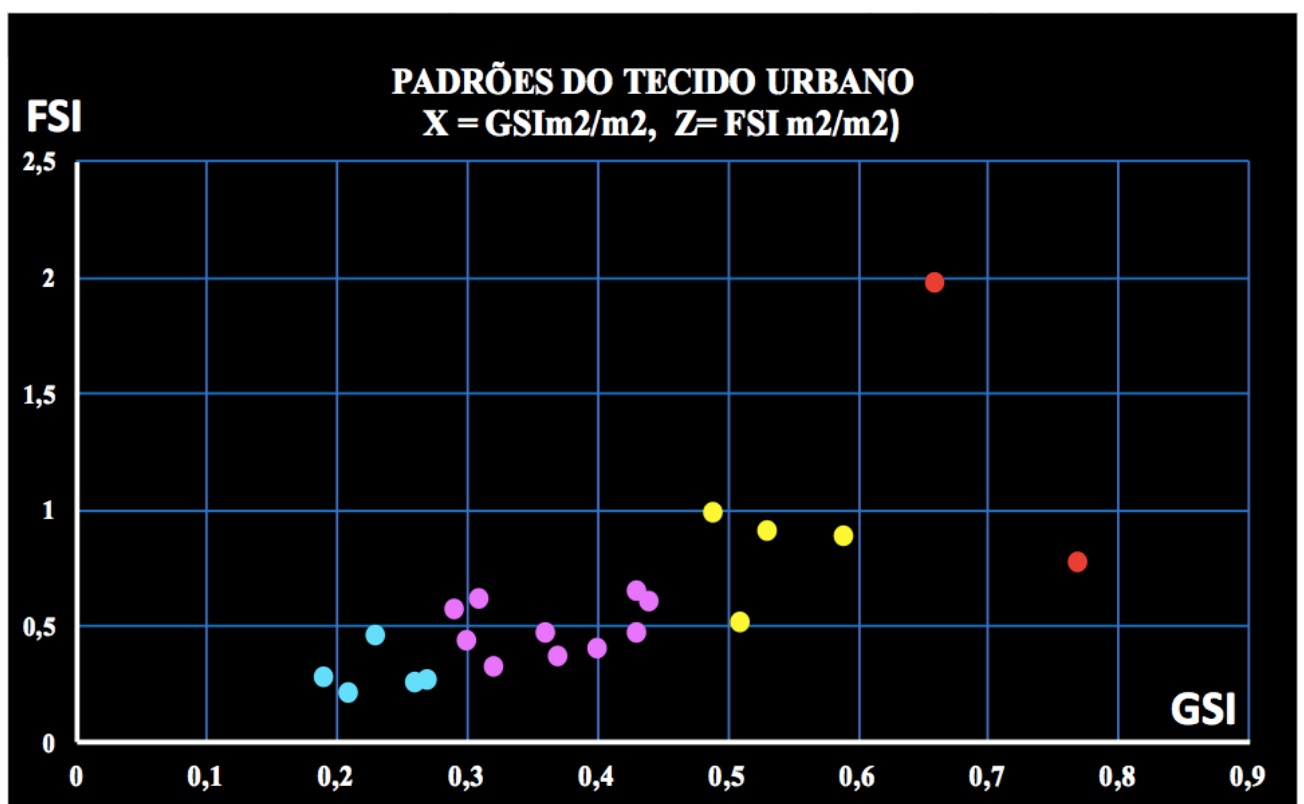
Legenda: (\*) TARA obtida da relação entre indicador de ocupação do Setor censitário e do tecido urbano = 1 - (GSI do SC/ GSI tecido).

(\*\*) PIL (Parcela de terra privativa para o mesmo padrão de tecido do setor censitário) = 1- TARA.



Efetivamente, visualizar os tecidos de características formais similares é uma apropriação difícil, pois depende da articulação de diversos indicadores. No Gráfico 16, o conjunto de pontos que representa as projeções dos indicadores GSI e FSI das Áreas urbanizadas AU-SC, respectivamente os eixos X (GSI) e Z (FSI) do Gráfico tridimensional, numa leitura superficial pode ser lido como única tipologia e dois pontos fora do padrão. Entretanto, de modo mais apurado, considerou-se que existem três tipos de tecido neste conjunto de pontos, adiante caracterizados, e dois pontos que não configuram tipo.

Gráfico 16 - Padrões do tecido urbano, X= GSI, Z=FSI.



Fonte: Elaboração própria.

Os parâmetros da *Spacematrix*, passam a ser organizados por tipo do tecido urbano, de modo a se obter os referenciais que os caracteriza em termos de intervalo de variação do indicador e média. Na sequência, os tipos 01 a 03 e os dois pontos que não constituem tipo serão correlacionados às respectivas densidades de habitação potencial do tecido, calculada para as áreas urbanizadas de estudo, acrescidas nas décadas entre 1991/2000/2010 na RMS.

**Tabela 40** - Indicadores *Spacematrix* agregados por tipo do tecido urbano.

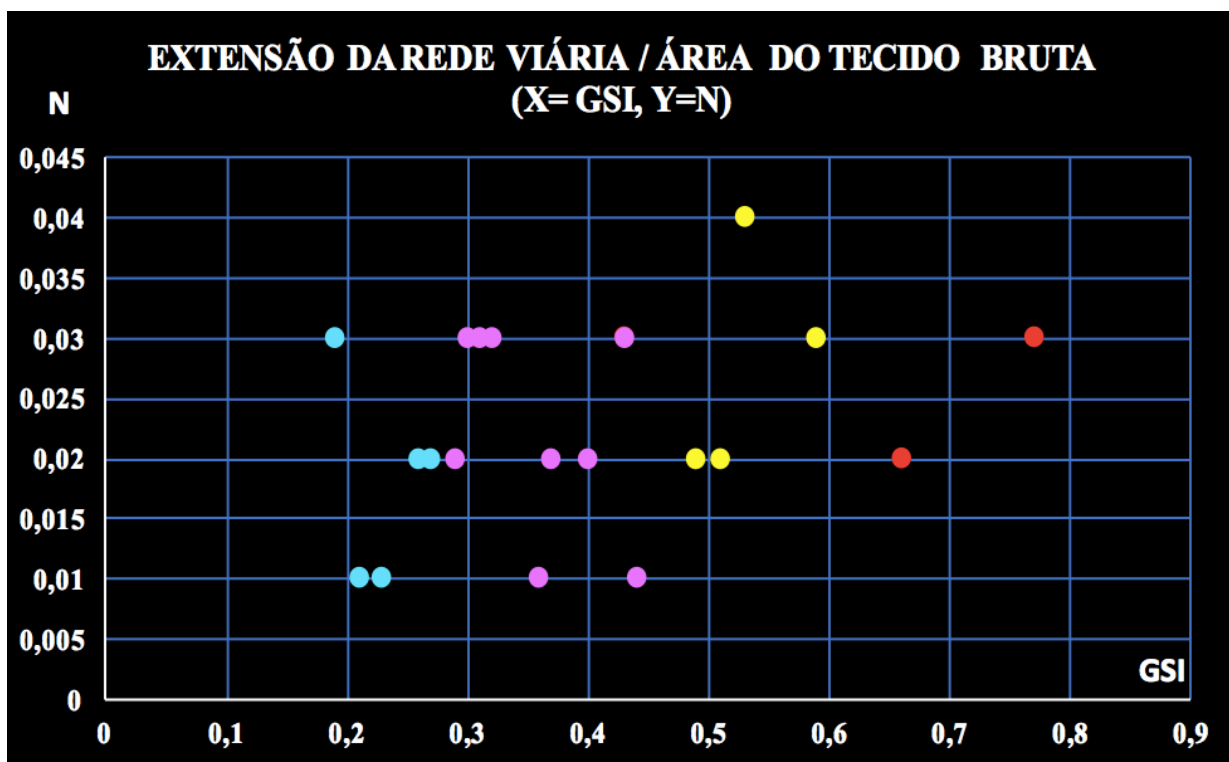
TIPO 01	FSI	GSI	N	OSR	H	DENS. HAB.
AU 292100510000008	0,46	0,23	0,01	1,68	2	2
AU 290650105000065	0,28	0,19	0,03	2,89	2	19
AU 293320820000010	0,21	0,21	0,01	3,65	1	37
AU 293320815000011	0,26	0,26	0,02	2,84	1	26
AU 293070905000013	0,27	0,27	0,02	2,67	2	19
Intervalo	0,21-0,46	0,19-0,27	0,01 -0,03	1,68-3,65	1-2	2-37
Média	0,296	0,232	0,018	2,746	1,6	20,63
TIPO 02	FSI	GSI	N	OSR	H	DENS. HAB.
AU 290570110000130	0,57	0,29	0,02	1,25	2	11
AU 290570110000026	0,62	0,31	0,03	1,10	2	23
AU 293070905000082	0,44	0,30	0,03	1,59	2	38
AU 291920705000152	0,32	0,32	0,03	2,12	1	44
AU 292100510000002	0,47	0,36	0,01	1,36	1	20
AU 291005705000020	0,37	0,37	0,02	1,74	1	33
AU 293070905000097	0,40	0,40	0,02	1,48	1	18
AU 291005705000045	0,43	0,43	0,03	1,30	1	45
AU 293070905000059	0,60	0,44	0,01	0,93	1	30
AU 292100505000010	0,65	0,43	0,02	0,87	2	25
Intervalo	0,32 -0,65	0,29-0,44	0,01-0,03	0,87-2,12	1-2	11-04
Média	0,487	0,365	0,022	1,374	1,4	28,71
TIPO 03	FSI	GSI	N	OSR	H	DENS. HAB.
AU 291920705000057	0,98	0,49	0,02	0,52	2,00	17
AU 290570105000106	0,91	0,53	0,04	0,52	2,00	73
AU 291920705000148	0,51	0,51	0,02	0,96	1,00	48
AU 290650105000048	0,88	0,59	0,03	0,47	2,00	47
Intervalo	0,51-0,98	0,49-0,59	0,02-0,04	0,04-0,96	1-2	17-73
Média	0,82	0,53	0,0275	0,6175	1,75	46,37
PONTOS ATÍPICOS	FSI	GSI	N	OSR	H	DENS. HAB.
AU 290570110000123	1,98	0,66	0,02	0,17	3,00	17
AU 293070905000086	0,77	0,77	0,03	0,29	1,00	23
Intervalo	0,77-1,98	0,66-0,77	0,02-0,03	0,17-0,29	1-2	17-23
Média	1,375	0,715	0,025	0,23	2	19,80

Fonte: Elaboração própria.

Alguns sombreamentos podem ser vistos nos intervalos dos indicadores FSI e OSR, mas as médias mostram clareza dos indicadores dos tipos. O sombreamento reflete a proximidade entre tipos, mas a coerência na classificação surpreende pela precisão do método.

O Gráfico 17, registra no plano (X, Y) do Gráfico tridimensional, os indicadores (GSI x N), respectivamente, e mostra acentuada regularidade do indicador (N), com valores restritos ao intervalo de 0,01 a 0,04. A coloração dos marcadores facilita a visualização dos pontos que correspondem aos valores de N. Como N relaciona a extensão da rede viária com a área bruta do tecido, maior o valor de N, maior a rede viária. Neste caso, não significam mais que a uniformidade da rede viária para todos os tipos.

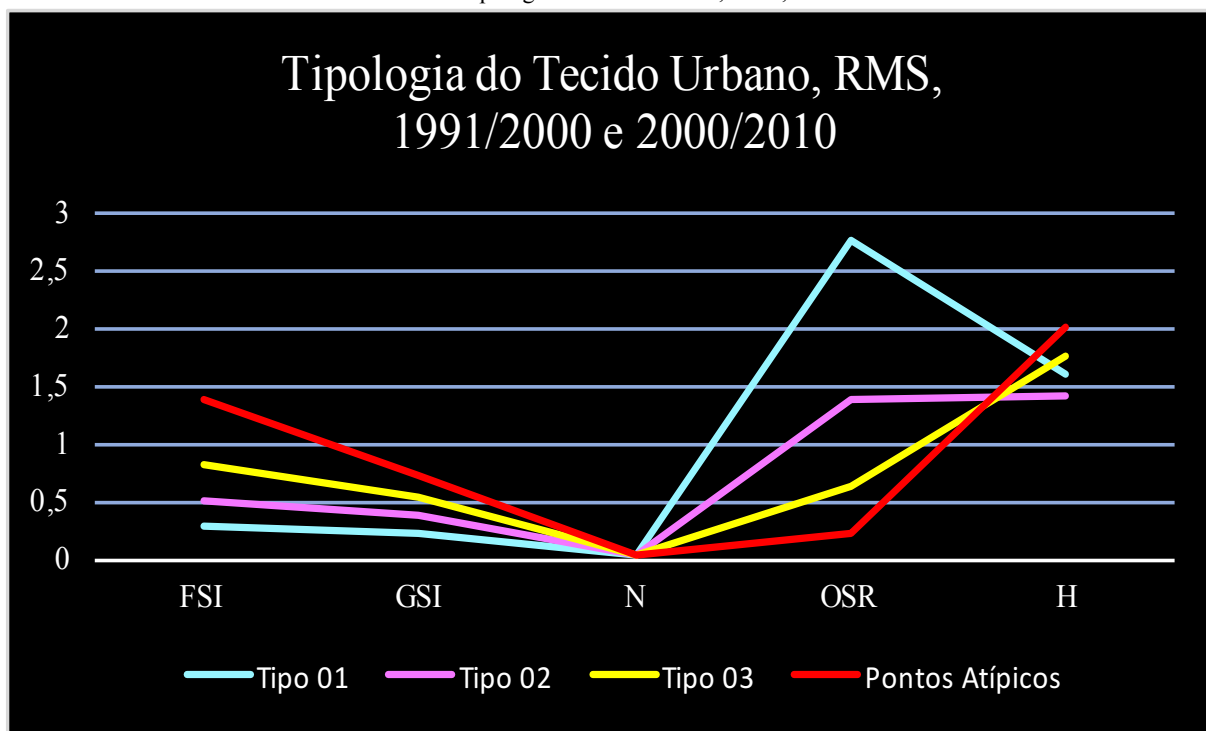
Gráfico 17 - Relação da rede viária com a área do tecido urbano, X= GSI, Y=N.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados da Tabela 40 estão representados no Gráfico 18 - Tipologia do tecido urbano, 1991/2000, RMS.

Gráfico 18 - Tipologia do tecido urbano, RMS, 1991/2010.

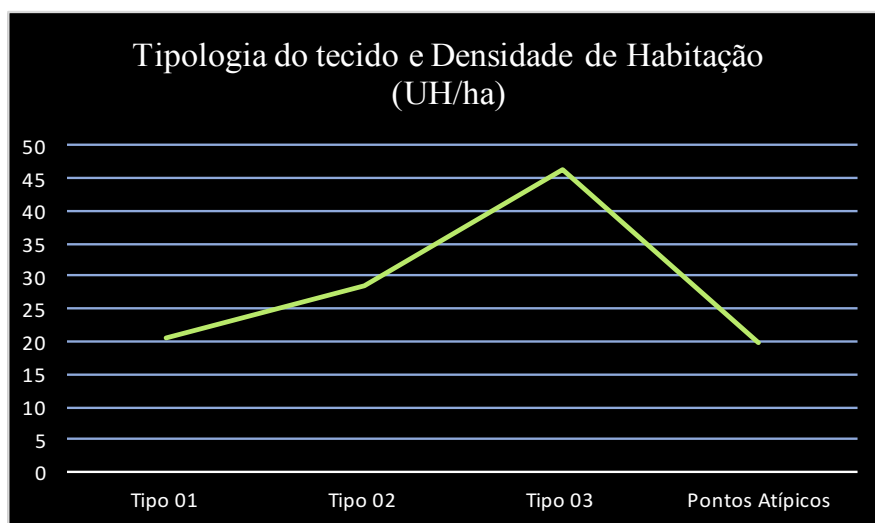


Fonte: Elaboração própria.

O índice *Spaciousness* do indicador OSR é inversamente proporcional aos indicadores de construção (FSI) e de ocupação (GSI) do tecido. A extensão das redes viárias, externa e interna, com pequena variação, no Gráfico 18, se apresenta como um ponto de convergência de todas as tipologias e a Altura é variada e independe dos tipos neste caso.

No Gráfico 19, o comportamento da densidade de habitação média, se apresenta como crescente do Tipo 01 a 03, e a inflexão marcando densidades menores quando relacionada aos dois casos atípicos que coincidentemente apresentam densidades de habitação similares.

**Gráfico 19** - Tipologia do tecido urbano RMS e densidade de habitação.



Fonte: Elaboração própria.

Visualmente os tipos identificados correspondem às Figura 43, 44 e 45, respectivamente Tipo 01, Tipo 02 e Tipo 03 e, calculada a média dos parâmetros de cada Tipo, estes podem ser assim caracterizados:

Tipo 01: predominam setores censitários acrescidos na década de 2000/2010, 60%; a densidade populacional média na escala do polígono de estudo é de 165 hab/ha; a relação da Área de Ocupação Homogênea (AOH-SC) e Área Urbanizada do polígono do Setor Censitário (AU-SC) é de 18,6%; área média do lote referencial de 370,50 m<sup>2</sup>; IU médio de 0,34; IO médio de 0,27; IP médio de 0,67; gabarito médio de 1,3; taxa de ocupação média dos imóveis de 3,42 hab/uh; tipologia urbanística predominante é formal, 80%; rendimento médio por faixa de rendimento: 21% Sem Rendimento; 58,5% até 1 SM; 17,6% de 1 a 3 SM; 1,7% de 3 a 5 SM; e 1,2% acima de 5 SM.

Tipo 02: predominam setores censitários acrescidos na década de 2000/2010, 60%; a densidade populacional média na escala do polígono de estudo é de 240 hab/ha; a relação da

Área de Ocupação Homogênea (AOH-SC) e Área Urbanizada do polígono do Setor Censitário (AU-SC) é de 30,45%; área média do lote referencial de 252,10 m<sup>2</sup>; IU médio de 0,58; IO médio de 0,45; IP médio de 0,53; gabarito médio de 1,3; taxa de ocupação média dos imóveis de 3,6 hab/uh; tipologia urbanística predominante é informal, 60%, deste 20% de ocupações precárias, e, 10% da ocupação formal é de condomínios fechados; rendimento médio por faixa de rendimento: 16,2% Sem Rendimento; 53,5% até 1 SM; 23,6% de 1 a 3 SM; 4,0% de 3 a 5 SM; e 2,7% acima de 5 SM.

Tipo 03: os setores censitários acrescidos nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010 concorrem igualmente na composição deste tipo; a densidade populacional média na escala do polígono de estudo é de 274,50 hab/ha; a relação da Área de Ocupação Homogênea (AOH-SC) e Área Urbanizada do polígono do Setor Censitário (AU-SC) é de 35,9%; área média do lote referencial de 204,75 m<sup>2</sup>; IU médio de 1,0; IO médio de 0,65; IP médio de 0,35; gabarito médio de 1,5; taxa de ocupação média dos imóveis de 3,6 hab/uh; tipologia urbanística formal e informal concorrem igualmente com 50% cada, mas, 50% da ocupação formal é de condomínios fechados e não há ocorrência de ocupações precárias; o rendimento médio por faixa de rendimento corresponde a 7,62% Sem Rendimento; 44,82% até 1 SM; 16,83% de 1 a 3 SM; 6,55% de 3 a 5 SM; e 24,18% acima de 5 SM.

**Figura 43** - Tecido urbano, Tipo 01, densidade de habitação 20 UH/ha.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

**Figura 44** - Tecido urbano, Tipo 02, densidade de habitação 29 UH/ha.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

**Figura 45** - Tecido urbano, Tipo 03, densidade de habitação 46 UH/ha.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

Na Figura 46 um dos pontos atípicos, correspondente ao Loteamento Alphaville.

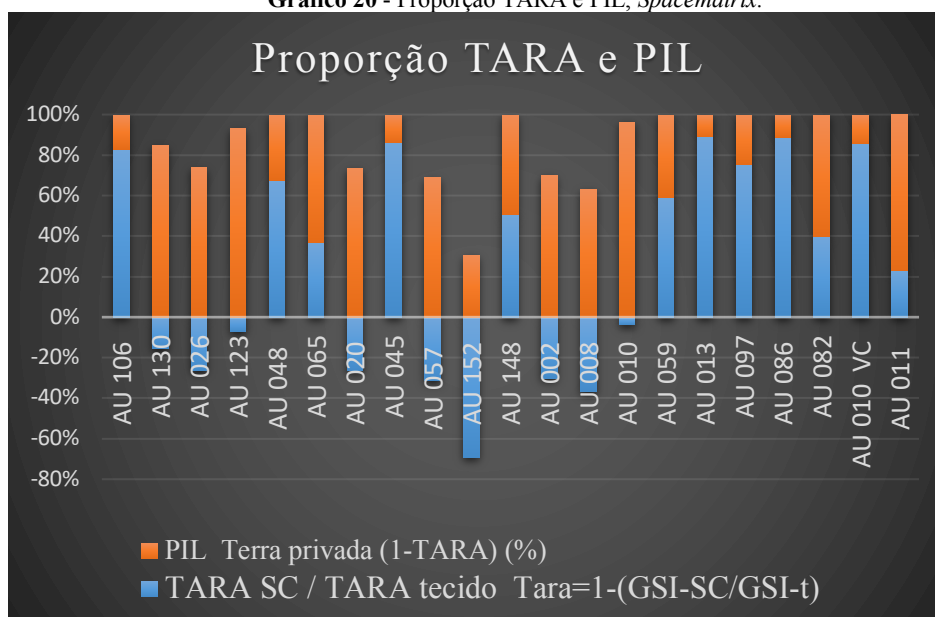
**Figura 46** - Tecido urbano atípico, densidade de habitação, Camaçari, 17 UH/ha.



Fonte: LCAD; Elaboração própria.

A metodologia do *Spacematrix* introduz o indicador TARA, “[...] uma importante expressão da densidade e suas características em diferentes escalas” (HAUPT; PONT, 2009, p. 96). TARA pode ser calculada relacionando algumas variáveis: área das duas escalas comparadas; relação entre indicadores de ocupação (GSI) nas duas escalas; indicador de intensidade de construção (FSI), nas duas escalas. Calculando TARA com base na relação conhecida dos indicadores de ocupação do Setor Censitário (GSI-SC) e do indicador de ocupação do tecido, pode-se chegar a apropriação de TARA, Gráfico 20.

**Gráfico 20** - Proporção TARA e PIL, *Spacematrix*.



Fonte: Elaboração própria.

O parâmetro TARA expressa um índice de vazios, mais um indicador de dispersão urbana, cuja expressão complementar (1-TARA) corresponde à parcela de área privativa (*privately issued land*), para um mesmo padrão de tecido urbano. Relacionar densidade e forma do tecido urbano mostra-se como vantagem metodológica, um incremento significativo no instrumental para decodificação dos arranjos espaciais e correlacioná-los às densidades.

## 2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O Capítulo, em resposta à segunda questão orientativa da pesquisa, caracteriza o tecido resultante da expansão urbana e constrói indicadores. Os levantamentos, a metodologia e a sistematização dos dados da pesquisa sobre as vinte e uma áreas urbanizadas acrescidas na RMS, décadas 1991/2000 e 2000/2010, são apresentados por meio da exemplificação de uma área específica. Os levantamentos compreendem análises quantitativas e qualitativas: a) Dados qualitativos da poligonal do setor censitário AU-SC, onde foram delimitadas e quantificadas as Áreas de Ocupação Homogênea do Setor Censitário (AOH-SC), base para estudo dos parâmetros gerais, e análise ambiental; b) Dados qualitativos, em diversas escalas, - o Entorno, a Vizinhança, Detalhe e Apropriação; c) Imagens das AU-SC obtidas no *software Street View* organizadas também em planilha; d) Dados socioeconômicos; e) Dados Quantitativos relativos à integração urbana, padrão urbanístico, infraestrutura urbana, f) Dados Quantitativos relativos ao parâmetro densidade do setor censitário e do tecido urbano, para caracterização das tipologias e leitura articulada da densidade com a forma do tecido urbano; g) Leitura esquemática dos dados disponíveis da estrutura urbana.

Os dados de todas as áreas, reunidos por década, são tratados e permitiram análises comparativas entre as ocorrências nos dois períodos. Os resultados obtidos cobrem as expectativas de apreensão da urbanização produzida na temporalidade da pesquisa. Três tipos de tecido urbano foram detectados sendo que apenas dois, dentre as vinte e uma áreas estudadas, se apresentam como atípicos. Desse modo, demonstram-se acertadas as metodologias de análise aplicadas visto que possibilitam a detecção das variações tipológicas, mesmo neste caso quando as amostras são representativas de estreita variação de perfil populacional.

No próximo Capítulo, busca-se nos processos de renovação dos setores econômicos as conexões com a produção de áreas urbanizadas dispersas na RMS.



### 3 SETORES ECONÔMICOS E A FORMAÇÃO DO TECIDO URBANO

Como Reis enfatiza, carecem de estudos as particularidades da produção do tecido urbano nas regiões metropolitanas (REIS, 2006). A maneira específica do crescimento da indústria, na virada do século XXI, as condições do mercado imobiliário e da mobilidade, as mudanças na vida cotidiana, são alguns dos aspectos envolvidos no desenvolvimento das cidades-região, já amplamente tratados na Primeira e Segunda Partes desse texto.

Nesse estudo se valoriza o aprofundamento das relações entre os setores econômicos, principalmente daqueles que estão na liderança dos processos de transformação urbana, com demanda de novos espaços e infraestruturas: a indústria, o turismo e lazer, e, por decorrência da dinamização destas atividades, o mercado imobiliário, que em última instância concretiza a produção do tecido urbano formal.

Especial ênfase será dada à indústria, porque sendo fator determinante, exclusivo ou não, o desenvolvimento deste setor marca a periodização de transformações urbanas. No desenvolvimentismo é referido como o elemento condicionador da metropolização das cidades brasileiras. No atual período de acumulação flexível e globalização, mais uma vez, encontra-se no elenco de fatores influentes nas grandes transformações da organização territorial. Dentre outros, marcado pela propagação (*widespread*) das corporações e por transformações na estrutura produtiva industrial que se desdobra em cadeia de empresas terceirizadas (movidas ou sistemistas), ampliando, de modo fracionado, em estruturas empresariais menores, mas, ao mesmo tempo, multiplicada em termos de estruturas técnicas e tecnológicas, administrativas e serviços, aumentando a demanda do suporte urbano.

O turismo como forte segmento do setor terciário e, dada à expressão do esforço empreendido para estruturá-lo, também devido à peculiaridade de ser consumidor de espaço e estruturador da organização territorial, é apreciado na relação que desenvolve com o território metropolitano.

O terceiro segmento, o mercado imobiliário, estreitamente ligado à indústria da construção civil, ativa suas estruturas para capturar os resultados da dinamização da economia em novas bases, adequando a produção do tecido urbano formal aos novos nexos da acumulação flexível e globalização.

### 3.1 INDÚSTRIA NA EXPANSÃO METROPOLITANA E O TECIDO URBANO

No desenvolvimentismo foram implantados os três grandes marcos da indústria: 1954, início da construção da Refinaria Landulpho Alves (13.000 empregos); 1967, criado o Centro Industrial de Aratu – CIA; 1974, criado o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC. Na expansão metropolitana do período de acumulação flexível e globalização, os efeitos multiplicadores desta estrutura industrial implantada explicam: o ritmo de urbanização e avanço da terceirização na RMS, novos investimentos industriais viabilizados com transferências federais, investimentos estatais e privados em outras áreas da economia, dinâmicas próprias da pequena indústria urbana e de outras áreas da economia, com expansão de serviços pessoais que impulsionam o varejo, com os *shopping centers* (CARVALHO; PEREIRA, 2006).

Outras unidades de produção industrial, fora dos distritos industriais em expressivo volume - em 1995, a concentração das atividades industriais na RMS correspondia a 58,01% das empresas, ao tempo que 65,26 % das indústrias do Estado estavam localizadas fora dos distritos industriais (SPINOLA, 2001) – instigam sobre a espacialidade da indústria na Região Metropolitana de Salvador e, conseqüentemente, realçam ponderações sobre o quanto a indústria tem conduzido o *sprawl* urbano. A informalidade no uso e ocupação do solo, negligenciado pelos governos, a falha na formulação de uma política urbana e da regulação são outros aspectos que se levanta sobre a dispersão da indústria (MANCINI, 2008).

Num balanço que reflete o quadro econômico do Estado ao final do sec. XX, Spínola afirma que,

[...] a cidade do Salvador, capital do Estado, a sua Região Metropolitana - RMS e os cinco maiores municípios do interior, representados por Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié, no conjunto, respondiam, em 1997, por 71,12% do Produto Interno Bruto e 30% da população estadual, e abrigavam os principais distritos industriais da Bahia” (SPINOLA, 2001, p. 28).

Então, ao final do século XX, a concentração da produção da riqueza era expressiva, e a RMS isoladamente respondia por 79,77 % do recolhimento do ICMS o que permitia uma interpretação sobre a posição da Bahia, em 1997, como a sexta economia do Brasil, ou seja, com majoritária contribuição da RMS. Não obstante, o Estado detinha os piores indicadores sociais dos mais elevados índices de indigência e pobreza do país, segundo estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA<sup>8</sup>.

No período pós-fordista com a ampliação do setor industrial na RMS: 2001, o COPEC incorpora uma unidade de metalurgia do cobre e indústrias complementares; no mesmo ano, foi instalado o parque automobilístico (*Projeto Amazon* da FORD), e o Complexo passa a ser identificado como Centro Industrial de Camaçari, integrando três complexos: o petroquímico, o metalúrgico do cobre e o automobilístico (SPINOLA, 2001).

A fase do desenvolvimentismo deslanchou com os 13.000 empregos da Refinaria. A fase de acumulação flexível e globalização da economia é marcada pelo aporte de 8.000 novos empregos do complexo Ford que representa a reorganização produtiva do setor secundário, nos moldes de consórcio modular, gerando a expectativa de que tivesse efeitos dinamizadores à escala regional como indústria estratégica e motriz. Para Franco, apesar dos espaços periféricos passarem a ser alcançáveis e estratégicos, a indústria reestruturada pode não corresponder ao “enraizamento do investimento”, pois que a produção enxuta não resulta em benefícios diretos com o incremento de atividades e empregos, melhor renda e redução da segregação (FRANCO, 2013, p.17).

À luz da teoria de Perroux (complexos industriais), 1967, e de Hirschman (efeitos a montante e jusante da indústria), 1958, um complexo industrial deveria demandar produtos e serviços das empresas localizadas ao seu redor. Esta condição, entretanto, é de difícil controle numa economia aberta, de modo que, a dinamização preconizada no novo modelo organizacional da indústria resultou limitado. (SPÍNOLA e LIMA, 2007). Quanto à repercussão na dinâmica urbana, esta pode-se dizer expressiva: entre 2000/2010, a taxa de crescimento populacional dos municípios metropolitanos foi de 36,7% (desconsiderada a população dos municípios novos agregados à RMS neste intervalo), enquanto que Salvador cresceu a taxa de 9,6%. Destes números, percebe-se que a tendência à dispersão é superior à de concentração, ao menos, com relação à concentração na sede metropolitana.

---

<sup>8</sup> Segundo IPEA, no período de 1996/1997, 80,45% da população do estado situava-se abaixo da linha de pobreza e 60,24% abaixo da linha de indigência.

Outro dado, relativo à indústria automobilística, de significado em termos de efeito potencializador do desenvolvimento urbano, está na proporção de um emprego direto para dez empregos indiretos que se traduz num incremento de 80.000 empregos totais. Enquanto que, dados gerais, para o Complexo Industrial, a proporção é de um emprego direto para três indiretos. Agregue-se a isto a política de contratação da indústria automobilística de fazer 90% das contratações junto à população da própria região, especialmente, de Camaçari e Dias D'Ávila, municípios vizinhos à fábrica<sup>9</sup>.

O grande aporte na indústria supõe-se esteja relacionado ao crescimento do número de empresas instaladas em Camaçari que salta de 2.565 empresas para 4.877 empresas, depois de 2013, quase que dobrando as atividades empresariais. Dinamização que reflete na participação no PIB baiano e no direcionamento do mercado imobiliário, adiante tratado.

Os números mostram alguma sincronicidade entre a expansão regional da indústria e o incremento dos indicadores populacionais e de desenvolvimento urbano. Difícil, entretanto, é a síntese do conjunto de sinalizações que evidenciam estas vinculações até caracterizar uma correlação. A simbiose, indústria e infraestrutura urbana, que teoricamente implicaria em mútuo benefício, dilui-se quando se considera os resultados: favorecimento à indústria que integrada ao núcleo urbano minimiza os custos de implantação, otimizando a relação trabalho/transporte/moradia, entretanto não há correspondente desenvolvimento urbano no quesito socioeconômico, que segue com grande defasagem do crescimento industrial.

## A espacialidade da indústria e do crescimento urbano

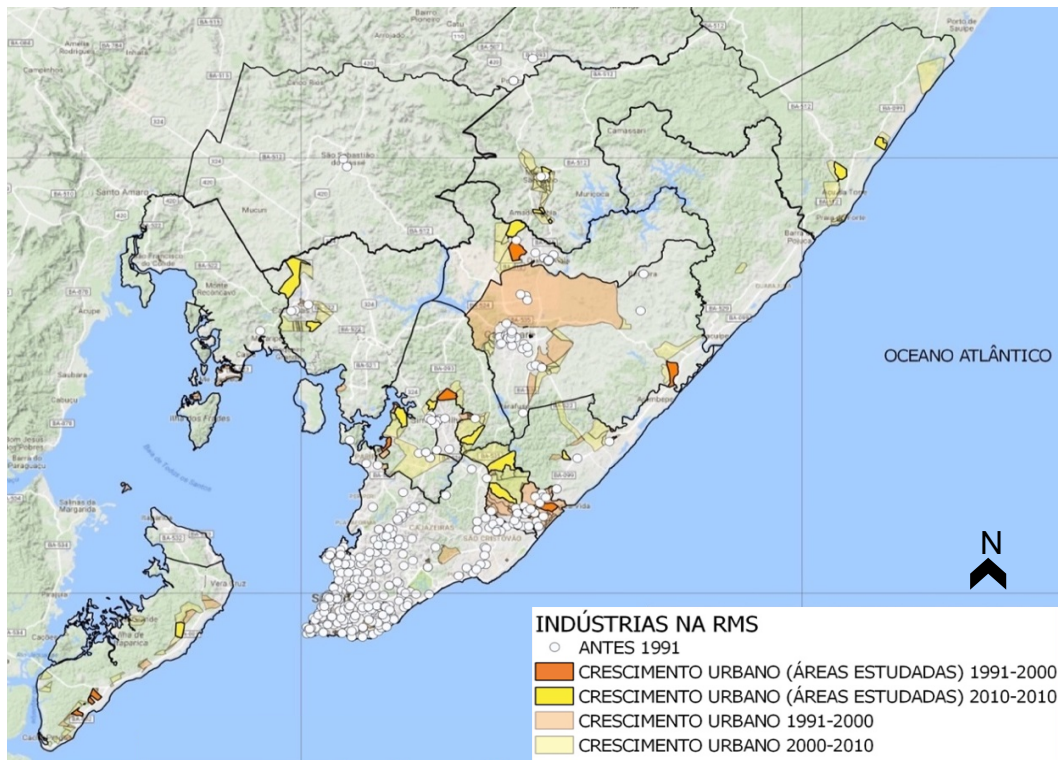
Tendo sido levantadas as áreas urbanas acrescidas na RMS nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, apresentadas no Capítulo 4, Segunda Parte, cogita-se com a geolocalização da indústria na RMS identificar algum atrelamento locacional para a expansão do tecido urbano. Explorou-se os dados sobre a indústria constantes do Guia FIEB (2015): data de implantação, segmentos da atividade industrial, relações internacionais (importadora, exportadora ou ambos), postos de trabalho/emprego e faturamento. Dados que confrontados com a geolocalização das áreas urbanizadas acrescidas, é material para muitas inferências sobre o setor secundário e a expansão metropolitana.

O primeiro resultado consta do Cartograma 33 com a marcação das indústrias na RMS, existentes até 1991, a delimitação dos municípios e as manchas das áreas acrescidas identificadas por década com destaque para as que foram objeto de estudo mais detalhado.

---

<sup>9</sup> Dado do site da Ford: <<http://www.ford.com.br/ford/sobre-a-ford/fabricas-no-brasil/camacari>>

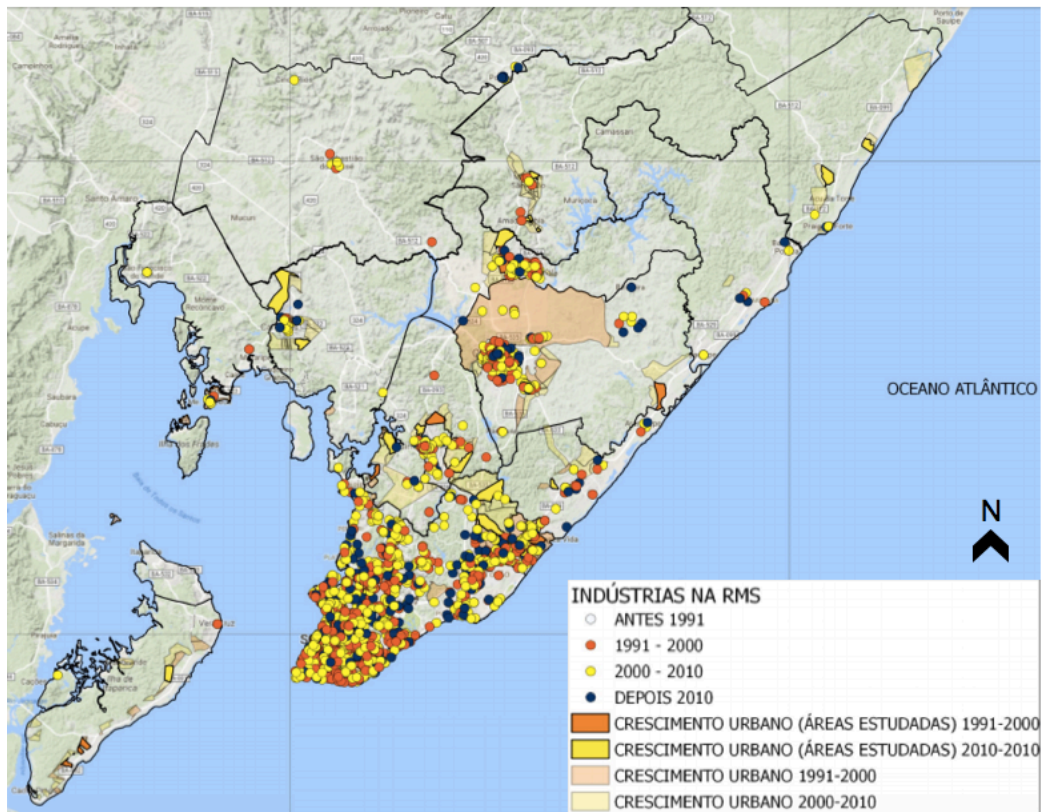
**Cartograma 33** - Indústria na RMS, implantadas antes de 1991, e áreas de crescimento urbano.



Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD.

Na sequência, foi georeferenciada a evolução da indústria, marcada por década.

**Cartograma 34** - Indústria na RMS, implantada antes 1991 e por década, 1991/2000 e 2000/2010, e depois de 2010.



Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD.

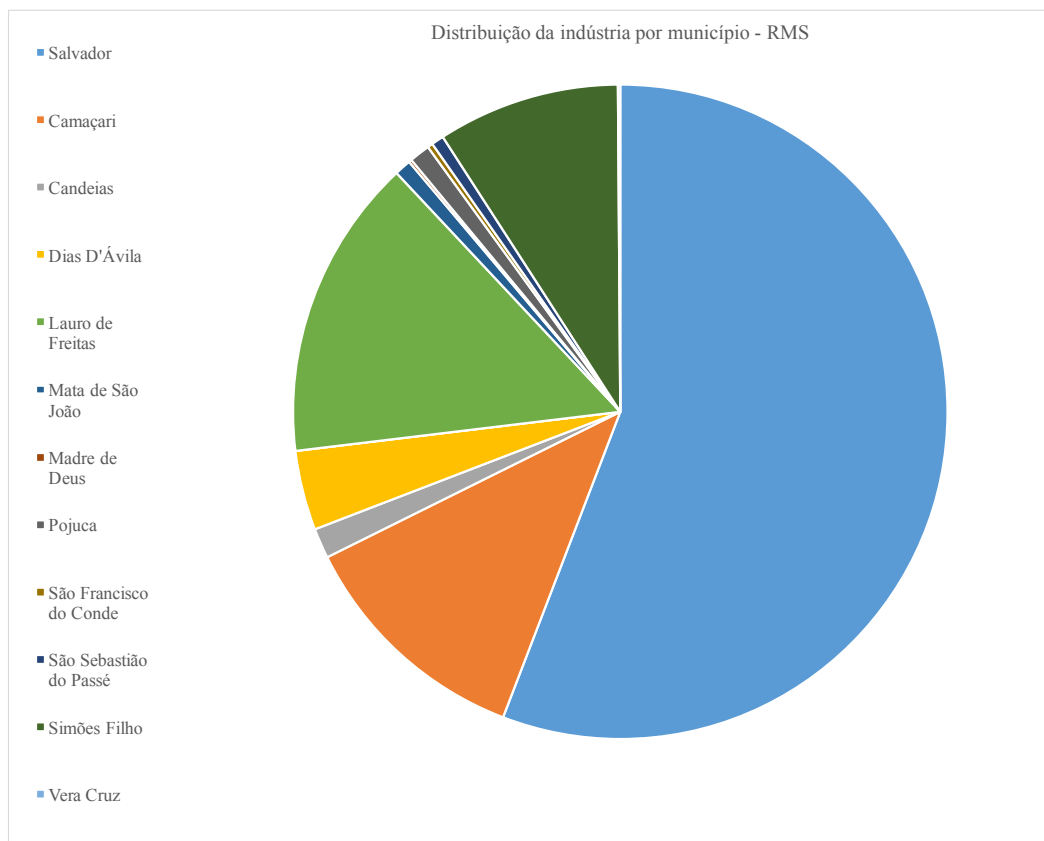
A primeira leitura dos dois mapas mostra o crescimento industrial nas décadas 1991/2000 e 2000/2010 em volume tal que é praticamente encoberta toda a indústria instalada até 1991. Surpreende a concentração de indústrias em Salvador e percebe-se que todos os municípios, exceto Itaparica, têm registro de indústrias. Os grupos de concentrações industriais fortemente correspondem aos distritos industriais, cujos apoios urbanos são as sedes municipais alinhadas nos vetores de expansão Centro Norte, Intermetropolitano e Litoral Norte. Neste, alavancado pela política industrial de Lauro de Freitas e estende-se pelo litoral do município de Camaçari, num mesmo padrão de distribuição espacial que as ocupações urbanas incrementadas neste vetor entre 1991/2000. O crescimento urbano de Itaparica e da porção do Litoral Norte no município de Mata de São João, claramente, em termos espaciais, não sugere relação com a espacialização de empreendimentos industriais. Quantitativamente os municípios estão contemplados conforme dados constantes da Tabela 41.

**Tabela 41-** Indústria na RMS, 2015: Distribuição por município.

Município	Indústrias no Município	%
RMS	3430	100
RMS/municípios	1515	44,17
Salvador	1915	55,83
Camaçari	406	11,84
Candeias	51	1,49
Dias D'Ávila	135	3,94
Itaparica	0	0,00
Lauro de Freitas	512	14,93
Mata de São João	28	0,82
Madre de Deus	5	0,15
Pojuca	35	0,15
São Francisco do Conde	9	0,26
São Sebastião do Passé	21	0,61
Simões Filho	309	9,01
Vera Cruz	4	0,12

**Fonte:** Guia FIEB (2015); LCAD; Elaboração própria.

No Gráfico 21, representações dos números constantes da Tabela 41, acima, facilitam: a leitura da distribuição da indústria na RMS; a relação da indústria em Salvador com o conjunto dos demais municípios; e também, a participação, por município, em termos quantitativos. À parte Salvador, ressaltam Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho e Dias D'Ávila, sendo Lauro de Freitas o de maior expressão quantitativa.

**Gráfico 21-** Indústrias na RMS, distribuição por município, 2015.

**Fonte:** Guia FIEB (2015); Elaboração própria.

### CNAE e Emprego

Participam na composição das indústrias da RMS as categorias relacionadas na Tabela 42 – Indústrias na RMS, Categorização por CNAE, empregos. As categorias de atividade industrial que mais concorrem com a oferta de empregos são, de modo decrescente: as indústrias da categoria F1/F2/F3, 42,09%, relacionadas à construção civil; as indústrias categorizadas como C19/C20/C21/C22, 11,50%, relacionadas à derivados de petróleo, indústria química, farmacêutica, borracha, plásticos; em terceiro, as atividades D35/D36/E38/E39, 8,52%, relacionadas às atividades de infraestrutura urbana de energia, água, gás, esgoto e resíduos sólidos; em quarto, as atividades categorizadas como C10/C11, 7,93%, da indústria de alimentos e bebidas.

**Tabela 42** - Indústria na RMS, categorização por CNAE, empregos.

CNAE (SEÇÃO) / RMS	Empregos diretos	Empregos diretos %	Empregos indiretos (x 3,6)
B - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	3157	1,67	11365,2
C10/C11 - ALIMENTOS E BEBIDAS	15012	7,93	54043,2
C12/C13/C14/C15 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FIMO, TÊXTEIS, VESTUÁRIO E COURO	7062	3,73	25423,2
C16/C17/C18 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA, CELULOSE, PAPEL, PRODUTOS DE PAPEL, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	6328	3,34	22780,8
C19/C20/C21/C22 - FABRICAÇÃO DE COQUE, PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS, PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	21766	11,50	78357,6
C23- FABRICAÇÃO DE MATERIAIS NÃO METÁLICOS	6484	3,43	23342,4
C24/C25 - METALURGIA E PRODUTOS DE METAL	10214	5,40	36770,4
C26/C27/C28/C29/C30 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICO E ÓPTICOS, FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUE E CARROCEIRAS, FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES	11961	6,32	43059,6
C31 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	2870	1,52	10332
C32/C33 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS, MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6590	3,48	23724
D35/ D36/E37/E38/E39 - ELETRICIDADE, GÁS, ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS	17648	9,33	63532,8
F41/F42/F43 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO	79651	42,09	286743,6
G45 - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	306	0,16	1101,6
M71 -	184	0,10	662,4
<b>TOTAL</b>	<b>189233</b>		<b>680576,4</b>

Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD; Elaboração própria.

A composição das atividades industriais desenvolvidas em Salvador está listada na Tabela 43 - Indústria em Salvador, Categorização por CNAE, empregos. Segundo esta classificação, em Salvador, predominam atividades de Construção Civil, 52%, atividades relacionadas à Energia, Gás, Água, Esgoto e Resíduos Sólidos, 15,03 %, e Alimentos e Bebidas, 8,95 %. Observa-se que Salvador detém, relativamente ao conjunto dos demais municípios da RMS, o maior número de empregos da indústria, com 101.896 empregos diretos.



**Tabela 43** - Indústria em Salvador, categorização por CNAE, empregos.

CNAE (SEÇÃO) / SALVADOR	Empregos diretos	Empregos diretos %	Empregos indiretos na indústria (x 3,6)
B - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1823	1,79	6562,8
C10/C11 - ALIMENTOS E BEBIDAS	9122	8,95	32839,2
C12/C13/C14/C15 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FIMO, TÊXTEIS, VESTUÁRIO E COURO	4457	4,37	16045,2
C16/C17/C18 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA, CELULOSE, PAPEL, PRODUTOS DE PAPEL, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	3545	3,48	12762
C19/C20/C21/C22 - FABRICAÇÃO DE COQUE, PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS, PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	3320	3,26	11952
C23- FABRICAÇÃO DE MATERIAIS NÃO METÁLICOS	1661	1,63	5979,6
C24/C25 - METALURGIA E PRODUTOS DE METAL	3989	3,91	14360,4
C26/C27/C28/C29/C30 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICO E ÓPTICOS, FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUE E CARROCERIAS, FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES	710	0,70	2556
C31 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	1781	1,75	6411,6
C32/C33 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS, MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2762	2,71	9943,2
D35/D36/E37/E38/E39 - ELETRICIDADE, GÁS, ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SOLIDOS	15315	15,03	55134
F41/F42/F43 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO	52937	51,95	190573,2
G45 - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	306	0,30	1101,6
M71 -	168	0,16	604,8
<b>TOTAL</b>	<b>101896</b>		<b>365119,2</b>

Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD; Elaboração própria.

Extraindo, por subtração, a composição das atividades industriais e emprego nos demais municípios metropolitanos, conforme Tabela 44, temos: primeiro, como destaque, as atividades F41/F42/F43, relacionadas à construção civil, em menor proporção que em Salvador, 30,59%; segundo, ressaltam as atividades C19/C20/C21/C22, relacionadas à petroquímica e derivados, 20,12%; e, aparecem, em terceira posição, as atividades C26/C27/C28/C29/C30, 12,88%, relacionadas às industriais de equipamentos de informática e veículos automotores.

**Tabela 44** - Indústria nos demais municípios da RMS, Categorização por CNAE, empregos.

CNAE (SEÇÃO) /DEMAIS MUNICÍPIOS RMS	Empregos diretos	Empregos diretos %	Empregos indiretos (x 3,6)
B - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1334	1,53	4802,4
C10/C11 - ALIMENTOS E BEBIDAS	5890	6,74	21204
C12/C13/C14/C15 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FIMO, TÊXTEIS, VESTUÁRIO E COURO	2605	2,98	9378
C16/C17/C18 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA, CELULOSE, PAPEL, PRODUTOS DE PAPEL, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	2783	3,19	10018,8
C19/C20/C21/C22 - FABRICAÇÃO DE COQUE, PRODUTOS DERIVADOS DE PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS, PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	18446	21,12	66405,6
C23- FABRICAÇÃO DE MATERIAIS NÃO METÁLICOS	4823	5,52	17362,8
C24/C25 - METALURGIA E PRODUTOS DE METAL	6225	7,13	22410
C26/C27/C28/C29/C30 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICO E ÓPTICOS, FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUE E CARROCERIAS, FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES	11251	12,88	40503,6
C31 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	1089	1,25	3920,4
C32/C33 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS, MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3828	4,38	13780,8
D35/ D36/E37/E38/E39 - ELETRICIDADE, GÁS, ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS SOLIDOS	2333	2,67	8398,8
F41/F42/F43 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO	26714	30,59	96170,4
G45 - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0,00	0
M71 -	16	0,02	57,6
<b>TOTAL</b>	<b>87337</b>		<b>314413,2</b>

**Fonte:** Guia FIEB (2015); LCAD; Elaboração própria.

As indústrias de maior faturamento, conforme Tabela 45 - Correlação CNAE e faturamento na indústria, entretanto, são indústrias das atividades categorizadas como C19/20/21/C23/C24, relacionadas à petroquímica e derivados e à indústria metalúrgica e não metalúrgica, situadas fora de Salvador. Em Salvador, as indústrias de maior porte, em termos de empregos, são das atividades C33/C35/E26/B06, relacionadas à construção civil e a componentes da infraestrutura urbana.

**Tabela 45** - Correlação CNAE e faturamento na indústria.

FATURAMENTO	CNAE	CNAE_DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO
1.000.000,00 a 9.999.999,999,00	C2021500	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	Camacari
	C2031200	Fabricação de resinas termoplásticas	Camacari
	C3314710	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	Salvador
	D3514000	Distribuição de energia elétrica	Salvador
	D3520401	Produção de gás; processamento de gás natural	Salvador
	F4212000	Construção de obras-de-arte especiais	Salvador
	C2029100	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	Candeias
	E3600601	Captação, tratamento e distribuição de água	Salvador
	C2330303	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	Simoes Filho
	C2910701	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	Camacari
	C2029100	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	Camacari
	C2449199	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	Dias D Avila
	C1921700	Fabricação de produtos do refino de petróleo	Sao Francisco do Conde
	B0600001	Extração de petróleo e gás natural	Salvador

Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD; Elaboração própria.

## Emprego

O total de empregos da indústria na RMS é de aproximadamente 190.000 empregos diretos, como antecipado nas tabelas acima (Guia FIEB, 2015). A distribuição do emprego industrial, por município, conforme representado no Gráfico 21, em teoria, exerce atração sobre população e oportunidades de negócios para os municípios, um dos fatores que concorre na decisão do local de moradia.

A Tabela 46 - Emprego na Indústria: Total, e Indústria com relação internacional, permite arrolar o quanto de emprego ofertam as indústrias com conexão internacional. Outras apropriações possíveis, e de interesse para compreender as alterações do setor industrial, no intervalo de estudo da pesquisa, são: entre 1991/2000, o total de empregos agregados em Salvador foi de 28.379 novos empregos; e, entre 2000/2010, foram agregados 31.991

empregos na indústria; nos demais municípios, conjuntamente, entre 1991/2000, foram incrementados 21.209 empregos e, entre 2000/2010, incrementados 46.744 empregos.

Note-se que o emprego agregado à indústria na última década, tanto o emprego total quanto o emprego por indústria com relação internacional, já sinaliza maior oferta no conjunto dos municípios metropolitanos que no município de Salvador, embora Salvador se mantenha na liderança da oferta do emprego industrial até 2015.

A indústria automobilística, organizada como conjunto modular, tanto recruta profissionais de maior qualificação, em especial por ter em Camaçari o seu centro de design, quanto eleva a relação de empregos indiretos de 1/3,6 para 1/10, como consta no material institucional da empresa.

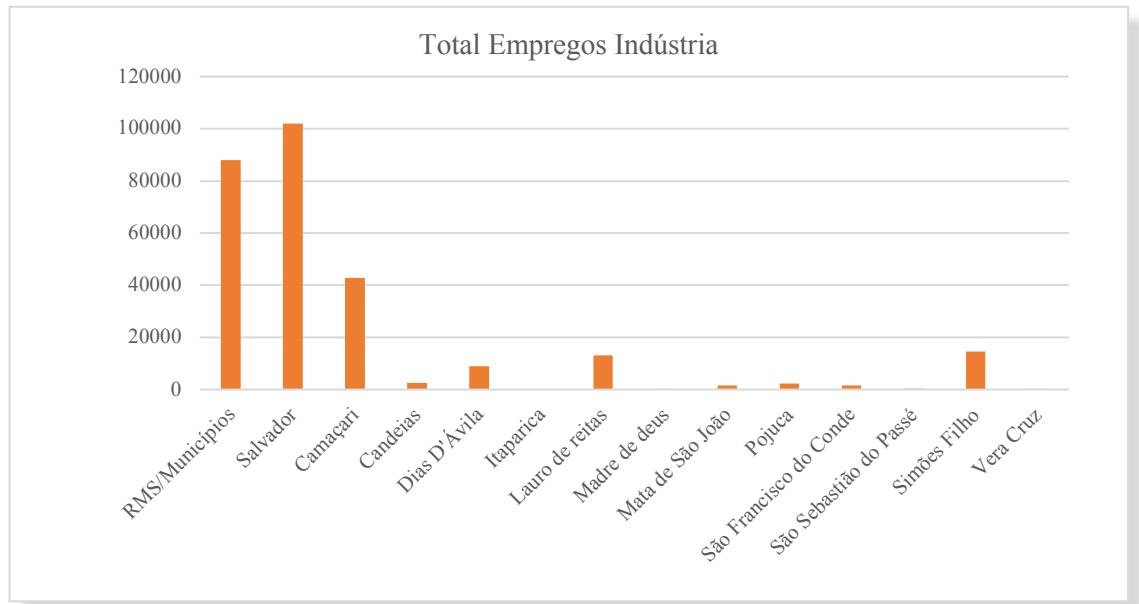
O incremento do emprego da indústria com relação internacional – importação exportação – em números absolutos é pequeno, mas relativos, sinalizam forte mudança. Comparando o incremento do emprego na indústria com relação internacional quanto à sua concentração, temos que: o incremento nos municípios metropolitanos, na década de 1991/2000 foi de 67,2%, enquanto que em Salvador correspondeu a 32,80%; na década de 2000/2010 foi de 76,7%, e em Salvador correspondeu a 23,30%.

**Tabela 46** - Emprego na Indústria: Total e Indústrias com relação internacional.

RMS/Municípios	Total Empregos Indústria 2015	Total emprego IMP/EXP 2015	Total emprego agregado 1991/2000	Total emprego agregado 1991/2000 IMP/EXP	Total emprego agregado 2000/2010	Total emprego agregado 2000/2010 IMP/EXP
RMS/Municípios	88038	202	21209	39	46744	122
Salvador	101912	100	28379	19	31991	37
Camaçari	42869	77	8358	12	26408	41
Candeias	2567	17	389	5	1227	6
Dias D'Ávila	8940	13	2220	2	3008	9
Itaparica						
Lauro de Freitas	12982	31	4097	6	7162	18
Madre de Deus	146	1	95	1	50	0
Mata de São João	1584	2	520	1	1252	2
Pojuca	2370	1	380	0	534	0
São Francisco do Conde	1648	2	118	1	421	1
São Sebastião do Passé	296	3	72	0	200	3
Simões Filho	14578	55	4945	11	6424	42
Vera Cruz	58	0	15	0	58	0

Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD.

A expressão gráfica do emprego na indústria, Gráfico 22, mostra a tendência ao crescimento da oferta nos demais municípios, aproximando-se do montante da oferta do emprego industrial em Salvador. A taxa do incremento do emprego, na última década, em Salvador, foi de 1,12, enquanto que para os demais municípios foi de 2,20.

**Gráfico 22** - Distribuição do emprego na indústria por município e RMS sem Salvador.

**Fonte:** Guia FIEB (2015); LCAD; Elaboração própria.

Com base nos dados do Guia FIEB (2015), pode-se georreferenciar a distribuição das indústrias em função da geração de empregos, constante do Cartograma 35.

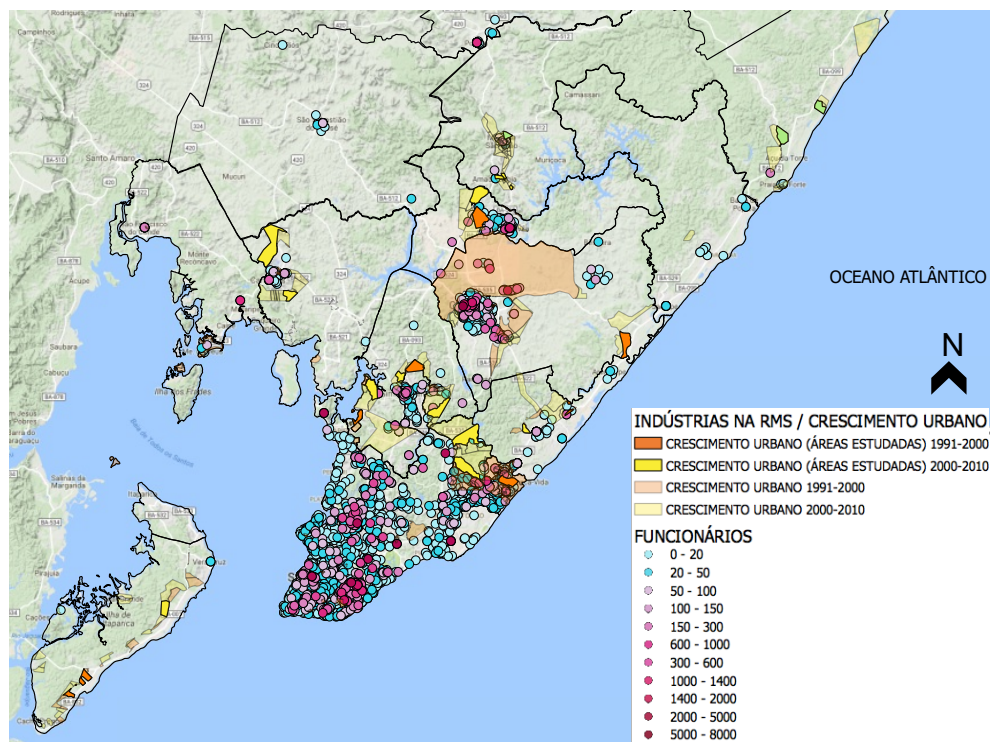
Identifica-se duas concentrações de indústrias com grande quantidade de empregos em Salvador: uma na região do Iguatemi, que sugere sejam indústrias relacionadas às atividades da construção civil; e outra, no que corresponde à concentração de Porto Seco Pirajá e área industrial ao longo da BR-324. Em Salvador, há a possibilidade de que tenham sido registradas indústrias nos endereços das sedes administrativas para justificar indústrias com grande oferta de empregos na área central.

Analisando os demais municípios da RMS, embora com registro de indústrias com baixo número de funcionários e a distribuição da indústria seja mais esparsa, mostra forte presença de indústrias situadas nas faixas mais elevadas de número de funcionários.

### Comércio Internacional

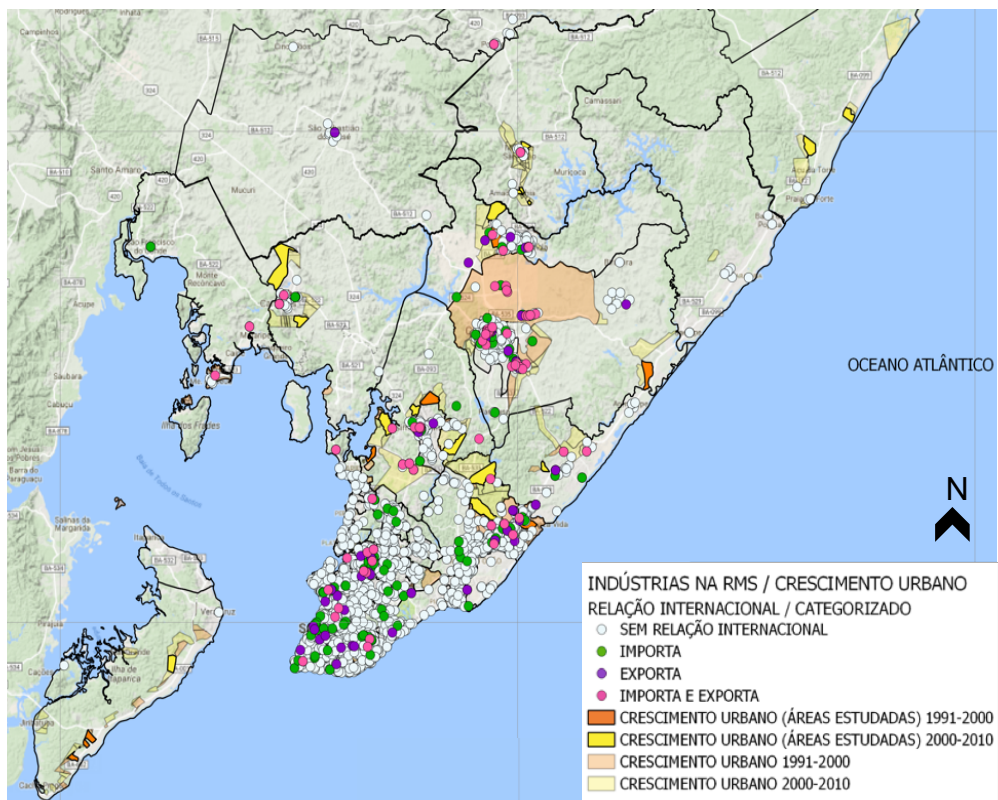
Considerando a distribuição de indústrias que mantém relação internacional importação e/ou exportação – verifica-se concentração nos municípios de Salvador, Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, e Candeias. O Cartograma 36, localiza as indústrias sem e com relação internacional – exportação e/ou importação.

**Cartograma 35 - Indústria na RMS, Distribuição do emprego da indústria por município.**



Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD.

**Cartograma 36 - Indústria na RMS, com e sem Relação Internacional.**



Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD.

## A indústria e a produção do tecido urbano

A espacialidade da indústria e das manchas urbanas acrescidas não é uma correlação que se possa apropriar apenas em termos de geolocalização. Outros fatores, diversos, concorrem nas decisões locais, mas, considerando que estão disponíveis os dados: crescimento da população dos municípios, da população urbana, da área urbana, além do crescimento da indústria, este é um comparativo possível, e esta correlação pode ser útil, junto a outros dados. Noção mais segura sobre a motivação do crescimento e da espacialização populacional, onde certamente a indústria tem seu peso pode ser formada.

### Comparativo do crescimento da indústria e crescimento das populações e áreas urbanas, por município.

As Tabelas 47 e 48 possibilitam, o comparativo entre o crescimento populacional, o crescimento de áreas urbanizadas e o crescimento da indústria nas décadas 1991/2000 e 2000/2010, números relacionados especulando um possível sincronismo entre estes dados.

**Tabela 47** - Crescimento da Indústria, da População e das Áreas urbanas, por município, 1991/2000.

Nome do município	População urbana 2000	Área urbana 2000 (km <sup>2</sup> )	Empregos na Indústria 2000	Empregos ind. Agregados 1991-2000	Taxa crescimento população urbana 2000/1991	Taxa crescimento da área urbana 2000/1991	Taxa de crescimento indústria 1991 2000 (empregos)
Camaçari	154.402	285,22	16461	8358	1,39	1,37	2,03
Candeias	69.127	18,32	1340	389	1,13	0,52	1,41
Dias D'Ávila	42.673	20,67	5932	2220	1,40	1,05	1,60
Itaparica	18.945	27,97	0,00	0	1,26	1,02	0,00
Lauro de Freitas	108.385	33,47	5820	4097	1,94	1,92	3,38
Madre de Deus	11.599	3,44	96	95	1,32	1,44	96,00
São Francisco do Conde	21.870	37,65	1227	118	1,39	0,94	1,11
Simões Filho	76.905	22,19	8154	4945	1,23	0,70	2,54
Vera Cruz	27.872	47,54	0	15	1,37	1,04	0,00
Demais municípios	531.778	496,48	39030	20237	1,40	1,16	2,08
Salvador	2.442.102	293,17	69921	28379	1,18	1,00	1,68
RMS	2.973.880	789,65	108951	48616	1,21	1,10	

Fonte: IBGE; Guia FIEB (2015); CONDER.

Para o propósito de fazer alguma inferência entre o crescimento da indústria e o crescimento de áreas urbanizadas na metrópole, ainda que não se confirme a implicação locacional, temos que na década de 1991/2000 foram gerados 49.588 empregos na indústria sendo 57,2% em Salvador, e dentre os municípios Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas

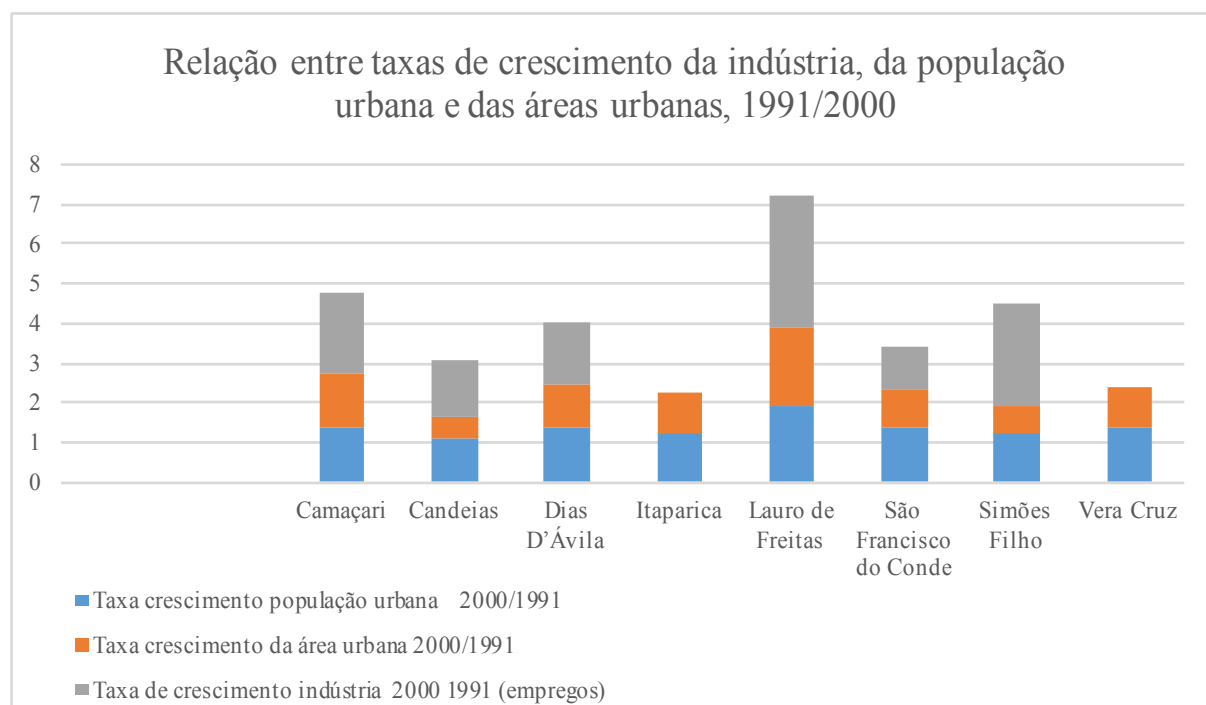
concentraram as ofertas de novos empregos. A relação entre as taxas de crescimento das três variáveis está expressa nos Gráficos 23 e 24.

**Tabela 48** - Crescimento da Indústria, da População e das Áreas urbanas por município, 2000/2010.

Nome do município	População urbana 2010	Área urbana 2010 (km <sup>2</sup> )	Empregos na Indústria 2010	Empregos ind. Agregados 2000- 2010	Taxa crescimento população urbana 2010/2000	Tava crescimento da área urbana 2010/2000	Crescimento indústria 2010/2000 (empregos)
Camaçari	231.973	298,70	42869	39478	1,50	1,05	2,60
Candeias	75.994	33,56	2567	2222	1,10	1,83	1,92
Dias D'Ávila	62.473	32,30	8940	8720	1,46	1,56	1,51
Itaparica	20.725	25,45	0,00	0,00	1,09	0,91	0,00
Lauro de Freitas	163.449	57,99	12982	12077	1,51	1,73	2,23
Madre de Deus	16.854	3,43	146	145	1,45	1,00	1,52
São Francisco do Conde	27.391	14,65	1648	1648	0,98	0,31	1,34
Simões Filho	105.811	54,30	14578	13874	0,04	0,19	1,79
Vera Cruz	35.244	56,65	58	58	0,01	0,07	0,00
Demais municípios	739.914	577,03	83788	78222	1,56	1,30	2,15
Salvador	2.674.923	289,88	101912	98320	1,10	0,99	1,46
RMS	3.414.837	866,92	185700	176542	1,18	1,18	3,63

Fonte: IBGE; Guia FIEB (2015); CONDER.

**Gráfico 23** - Relação entre taxas de crescimento da indústria (empregos), população urbana e áreas urbanas, 1991/2000.

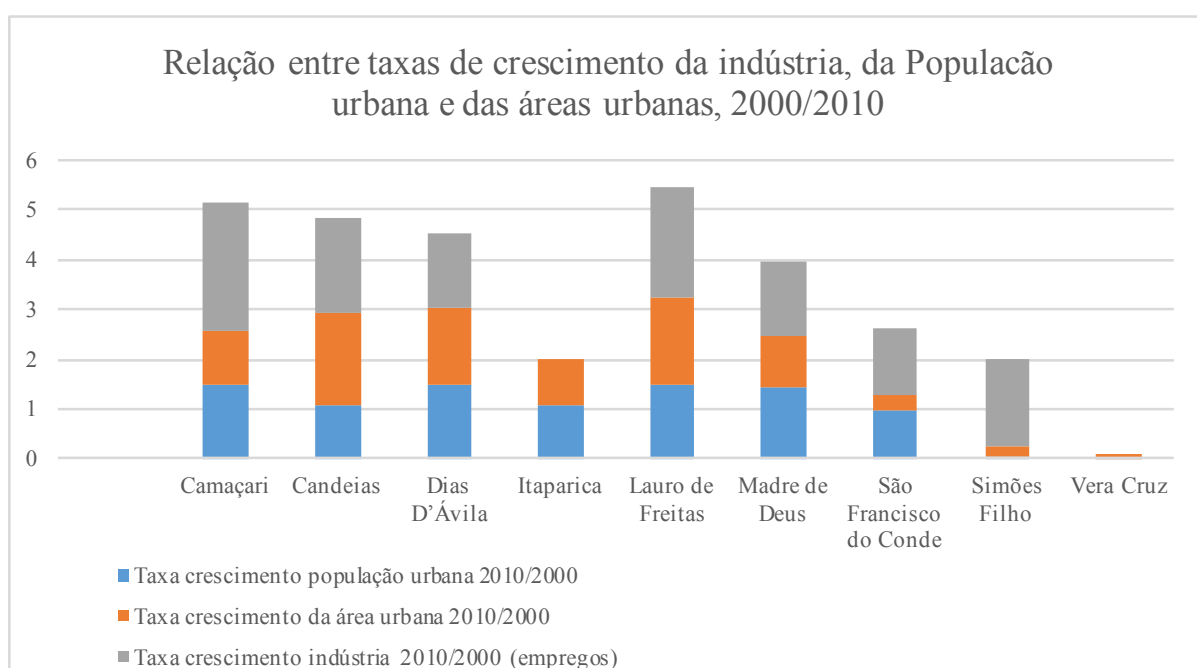


Fonte: Guia FIEB (2015); Elaboração própria.



Analisando o comportamento das taxas, estas não se apresentam com evolução paritária. A constatação dos reflexos da geração de empregos, além de demandar tempo para que os movimentos no espaço urbano e regional os repercutam, outras situações mascaram e mesmo tornam inócua a busca da identificação dos efeitos da ampliação da empregabilidade num intervalo de duas décadas.

**Gráfico 24** - Relação entre taxas de crescimento da indústria (empregos), população urbana e áreas urbanas, 2000/2010.

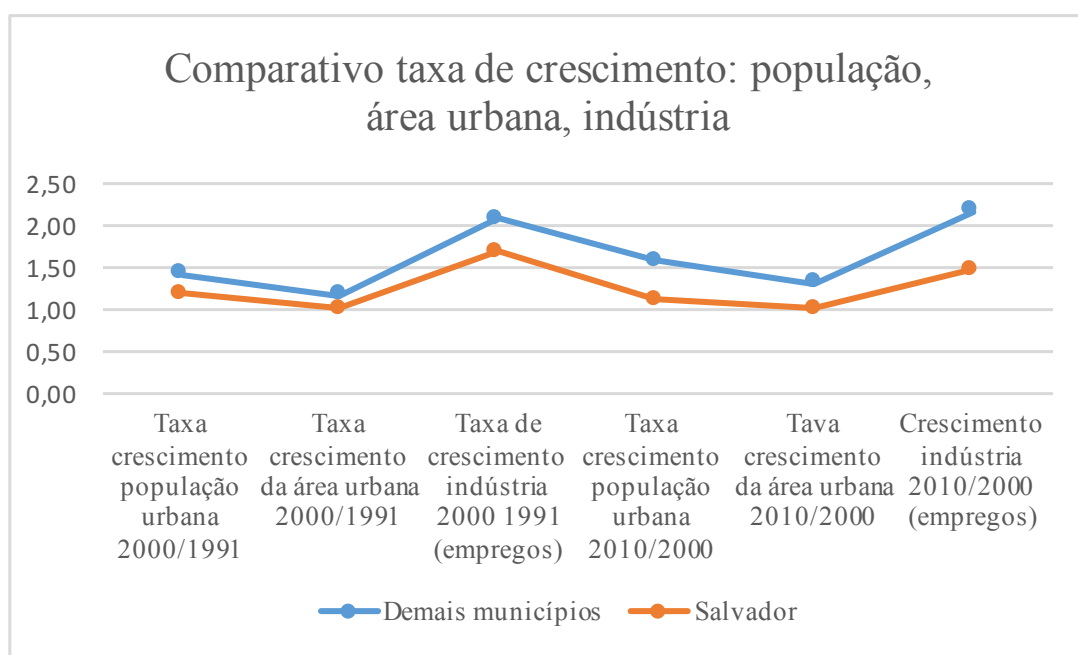


Fonte: Guia FIEB (2015).

Como visto, os polígonos das áreas urbanizadas acrescidas, IBGE (2000/2010) comportam o acréscimo de população sem que necessariamente reflitam em adicional de área urbana. Com dados do crescimento de população, um dado mais claro, pode-se perceber taxas de crescimento da indústria superiores que as taxas de crescimento populacional e correlaciona-las. Interpretando e considerando o crescimento vegetativo como neutro entre as duas décadas, os dados podem significar uma atratividade relativa, mobilização de contingente em razão inferior à geração de emprego na indústria, expressando que a mobilização acontece, mas em proporções diferentes. Especialmente, há deslocamento correspondente de parcela da população.

Quando são analisadas as taxas de crescimento destas variáveis, relacionando Salvador com o conjunto dos demais municípios, Gráfico 25, temos que o ritmo de crescimento é superior no espaço regional que na capital, crescente e acentuado na última década.

**Gráfico 25** – Comparativo das taxas de crescimento: da população, da área urbana, indústria.



Fonte: Guia FIEB (2015); LCAD; Elaboração própria.

As inferências possíveis a partir desses dados permitem afirmar que a população se deslocou em períodos correspondentes aos marcos da transformação da indústria. O ambiente de dinamização da economia acaba por influir na atração de população e se reflete também no incremento da infraestrutura urbana, apesar de que, a absorção desta população, por muitos estudos, não corresponde em empregabilidade e tampouco há impregnação direta e proporcional do investimento da indústria nos territórios em que se implantam.

As manchas das áreas urbanas acrescidas foram analisadas em relação à geolocalização da indústria na RMS e em relação a outras particularidades do setor, levantadas no Guia FIEB(2015): empregos diretos e indiretos, faturamento, relação internacional, e classificação no CNAE. Embora não seja possível estabelecer a implicação, os dados apontam sincronismo com as fases do crescimento do setor industrial ou da reprogramação da indústria, agora sob uma economia globalizada.

O salto tecnológico que recondiciona a indústria também oferece esta oportunidade de desterritorialização a outras empresas e às pessoas. Menos determinadas por fatores

geográficos, orientam-se ao sabor das próprias escolhas, mas na RMS, na última década, tanto o crescimento populacional e o incremento do emprego da indústria se localizou no conjunto dos demais municípios, preferencialmente, mais que em Salvador.

Dentre os setores econômicos, não restam dúvidas sobre a relevância da transformação da indústria como marcador de periodizações das dinâmicas urbanas. Historicamente, a indústria é fator determinante da economia, e, por decorrência, os demais setores econômicos são impactados por suas demandas. A desestruturação/reestruturação que provoca resvala nas cidades e nos processos urbanos recentes de urbanização dispersa.

Que a urbanização dispersa tem na liberação da localização da indústria um forte fator condicionante, não pairam dúvidas, esteja a indústria impactando diretamente a região onde instalada, ou outras regiões que lhe seja supridora de componentes e conhecimento.

### 3.2 TURISMO TERRITÓRIO E O TECIDO URBANO METROPOLITANO

Os três espaços turísticos sob dinâmica imobiliária na RMS são: a própria sede metropolitana, fortemente relacionada ao turismo cultural e de eventos; a ocupação tradicional das ilhas, principalmente Itaparica, voltada para o turismo de segunda residência e veraneio; e a porção litorânea norte, um espaço integrado e conquistado para o turismo no período do recorte temporal deste trabalho.

A cidade do Salvador, pelo conjunto de patrimônio arquitetônico e artístico que reúne, e da condição de primeira capital do Brasil e de quarta metrópole brasileira<sup>10</sup>, tem funções turísticas estruturadas e institucionalizadas desde os anos 60, e compõe com os demais espaços turísticos o produto turístico Bahia, desde quando o setor turismo ganhou destaque como importante setor econômico.

Dentre as ilhas, a de Itaparica tem continuado processo de ocupação, orientado por parcelamento original, fracionado em estreitas glebas que se dispõem transversalmente ao eixo da BA-001, que atravessa a ilha no sentido longitudinal, N/S, estrutura territorial sobre a qual subdivisões secundárias ocorrem no modo regular ou espontâneo. Embora a Ilha de Itaparica seja vista pela grande maioria da população como espaço de veraneio, o crescimento que se observa não tem exclusividade deste uso, mas sim, uma ocupação urbana de baixa

---

<sup>10</sup> Posição de classificação recente das metrópoles brasileiras.

renda que extravasa da cidade de Salvador na direção Sul, mantendo-se na proximidade do centro da capital, acessível pelos serviços de transporte marítimos.

A porção litorânea norte metropolitana, entre 1991/2010, foi o espaço privilegiado na política de desenvolvimento do turismo, alvo de planejamento que se refletiu em investimentos para ordenar o território, preparando-o para os empreendimentos turísticos de padrão internacional, de acordo com a lógica de integração de mercados. Foram realizadas obras de infraestrutura viária, saneamento, urbanização, ações de capacitação e esforço mercadológico.

### A estratégia turística e o tecido urbano produzido no Litoral Norte

Seguindo o modelo rodoviarista, que historicamente prevaleceu na organização territorial de toda a RMS, sobre um território de relações rurais, pequenas localidades esparsas e ocupações rarefeitas: pequenas vilas de pescadores na orla e pequenos agrupamentos residenciais ligados à atividade rural nos espaços interioranos, a realização da rodovia BA – 099, Linha Verde, no início dos anos 90, constitui-se no elemento re-estruturador da ocupação do território metropolitano na porção litorânea norte.

Desde Salvador, a segmentação territorial que o eixo viário promove, ao longo de todo litoral da RMS, é divisor também para a funcionalização do espaço, ocupação do solo, valoração da terra, orientando apropriações distintas, pela população, pelos setores econômicos, em especial pelo turismo, e, em decorrência, pelo mercado imobiliário, sendo tributário de investimentos em gradações também distintas.

No planejamento do território turístico tomou-se como referência o modelo exitoso, implantado nos anos 80, pelo então equipamento de referência, o Eco Resort Praia do Forte. Esta tipologia associa o núcleo hoteleiro com unidades residenciais-hoteleiras, na proporção de uma unidade habitacional hoteleira para duas unidades habitacionais para o mercado imobiliário, composição que responde ao equilíbrio econômico financeiro do investimento. Implantados como enclaves territoriais, espaços de exclusividade dos usuários dos meios de hospedagem, restringe a acessibilidade à orla, à cada 4 km, desse modo resguardando para uso próprio a faixa de zona marítima impondo isolamento pela distância entre acessos públicos à praia (PRODETUR – BA, 1992).

Neste modelo, adotado como padrão de parcelamento hoteleiro ao qual se atribui o enquadramento de baixa e baixíssima densidade (10 leitos/ha), o apoio habitacional para prestadores de serviços ocorreria com a expansão de vilas interioranas, e o apoio urbano e turístico, nas vilas situadas na fração litorânea do território, onde se daria o *mix* de hotelaria de classificação diversificada, bares, restaurantes que reforçariam as vilas, em dinamização e animação, transformando seu caráter de vila de pescadores para o de vila turística. Este padrão de ocupação foi transposto para os instrumentos de controle de uso do solo: *Plano de Manejo APA Litoral Norte e Plano Diretor de Mata de São João*.

A sazonalidade característica deste setor, o crescimento paulatino para consolidação do destino turístico, a inserção de pequeno contingente da população local, em função da baixa qualificação de uma população rural para se engajar em serviços exigentes em capacitação, são fatores que definem a manutenção de pluriatividade na região: as tradicionais ocupações, pesca, mariscagem, atividades de artesanato e o emprego eventual nos serviços de hotelaria e atividades empresariais associadas.

A dinamização dos investimentos na região significou que, entre 1993-1998, os meios de hospedagem cresceram 2,6 vezes, caracterizando uma primeira etapa de transformações no Litoral Norte (PRODESU, 2001). Num segundo momento, marcado pelo investimento estrangeiro, com aquisição de glebas por empresas europeias - espanhóis e portugueses -, principalmente, o processo de transformação é acelerado, consolidando e ampliando o espaço para além dos limites metropolitanos, adentrando o município de Entre Rios. Neste segundo período foram registradas entre intenções de projeto e planejamento 19.400 unidades habitacionais hoteleiras, conforme dados da SUINVEST/SETUR, 2007, todos com previsão de inauguração entre 2008 e 2012, Anexo 1.

Comparando as informações do planejado, 2007, com o realizado entre 2007 e 2016, dados da SUINVEST/SETUR, Anexo 2, temos que, das 19.400 unidades habitacionais hoteleiras planejadas para o litoral norte apenas 890 foram realizadas. Somadas as unidades realizadas (não registradas na Planilha do Anexo 1), o total de unidades implantadas no litoral norte perfaz 1.065 UHH. Em paralelo ao processo de reversão do destino turístico Litoral Norte, inversamente, Salvador cresceu sua oferta hoteleira em 3.429 UHH, dados entre 2007 e 2016, Anexo 2.

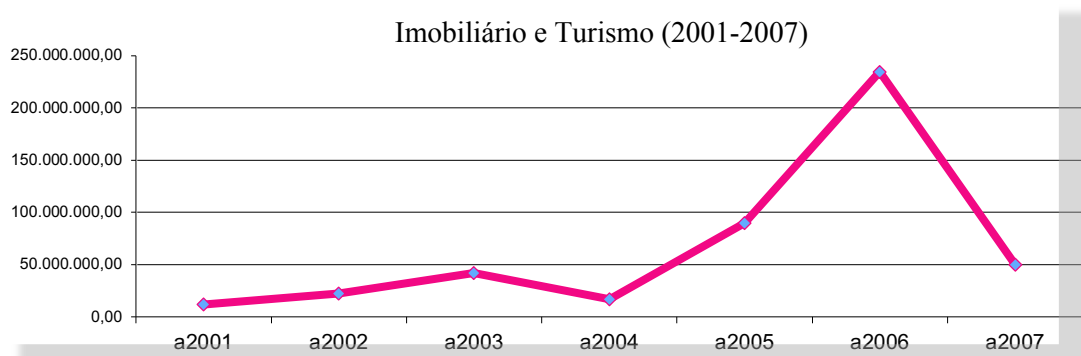
Os dados da Tabela Evolução da Oferta Hoteleira na Costa dos Coqueiros (Planilha SETUR, Anexo 3, mostra dados da evolução desagregados em quantidade de meios de

hospedagem, de UHH e de leitos por município. Embora esta Tabela contenha dados de toda a Costa dos Coqueiros, dela pode-se extrair, dentre outros, que a evolução dos leitos do Litoral Norte no período de 2001 a 2006 cresceu 54,5%, totalizando 12.998 leitos, e que, do total de leitos do LN, 63,7% estão em Mata de São João, 16,8% em Entre Rios, 12,5% em Conde, 4% em Jandaíra, 3% em Esplanada.

A efetividade das projeções mostra enorme distância entre a mobilização e a concretização do empreendimento, como demonstrado na Planilha SETUR: Empreendimentos inaugurados entre 2007 a 2016, para a RMS, Anexo 2, uma frustração de expectativa que corresponde à frustração também de empregos diretos e indiretos.

O pico do investimento estrangeiro em turismo em 2006, Gráfico 26, marca também o início de uma trajetória descendente que tende, no atual cenário, a manter-se no mais baixo nível, como evidencia a inexistência de unidades habitacionais hoteleiras produzidas pelo capital estrangeiro, conforme registro nos anexos mencionados, entre 2007 e 2016, dando exata noção da reversão de expectativas do setor.

**Gráfico 26** - Investimento Estrangeiro, Setores Imobiliário e Turismo.



**Fonte:** Banco Central; Observatório das Metrôpoles RN.

A crise internacional de 2008 marca a redução expressiva do ritmo do investimento, especialmente com refluxo de expectativa de investimentos em capital estrangeiro. No período de 2007 a 2010, na RMS foram inauguradas 879 UH hoteleiras, de capital nacional, no montante de US\$ 45,00 milhões e 1.292 UH hoteleiras, de capital estrangeiro, no montante de US\$ 194,00 milhões (SUINVEST/SETUR, 2010), Anexo 4. Isto significa uma participação 4,3 vezes superior do capital estrangeiro no período. Considerando o elemento surpresa da crise internacional, certamente estão contabilizados os empreendimentos que estavam em curso de execução de obras com conclusão para 2010. Saliente-se que, do total das unidades produzidas entre 2007 e 2010, 57,57% estão situadas em municípios da RMS, e, 42,4 % em Salvador.

No período de 2011 a 2016, na RMS foram inauguradas 2.863 UH hoteleiras, produzidas com capital nacional, no montante US\$ 331,31 milhões, e nenhum empreendimento estrangeiro foi inaugurado neste intervalo. Entre 2011 a 2016, 87% das UHH inauguradas estão em Salvador e 13% nos demais municípios da RMS, concentradamente em Lauro de Freitas, caracterizando uma situação inversa com relação ao período 2007/2010.

As expectativas de empregabilidade mobilizaram população que, parcialmente integrada, fixou-se na região, sem inserção no mercado de trabalho, gerando ocupações não controladas, que se inserem com lógica diversa do desenvolvimento do território planejado. Via de regra, pressionando mananciais e áreas de preservação, e, passam a constituir mais um fator a ameaçar a integralidade do ambiente, inclusive paisagística.

Neste último período do turismo no Litoral Norte, a geração de empregos diretos oriundos de empreendimentos hoteleiros inaugurados, entre 2007 e 2016, foi de 4.004 para toda a RMS, sendo que Salvador gerou 2.104 desse total, ou seja 52,54% dos empregos diretos, conforme dados SETUR - Bahia – Investimentos Privados inaugurados 2007-2016, Anexo 2. Estes dados confirmam a mudança de cenário do setor nessa região, que ainda repercute como atividade atratora e estruturadora do território, mas cuja empregabilidade, além de muito seletiva, tem menor expressão que os empregos diretos produzidos para os meios de hospedagem de Salvador, não se constituindo em efetivo fator de descompensação de oportunidades em relação à capital.

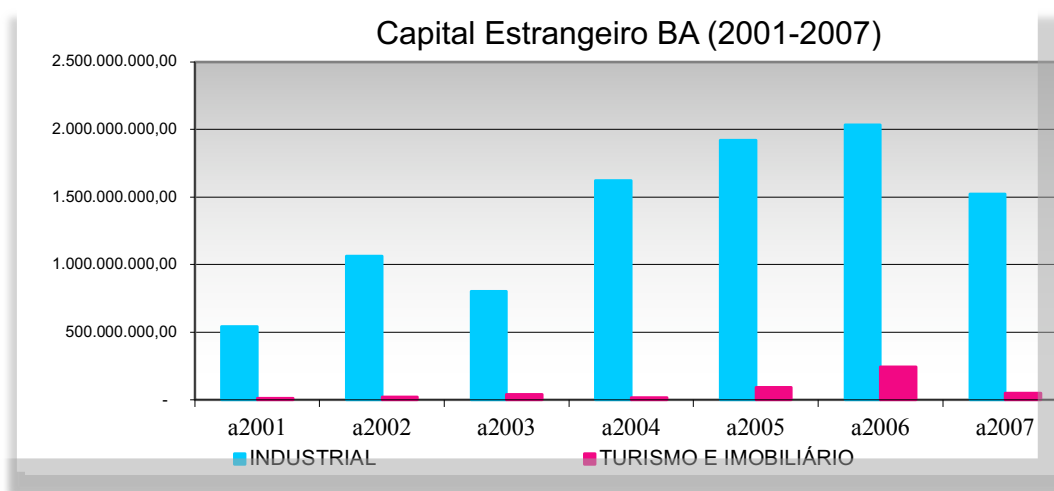
O ano de 2007 também marca a mudança na gestão estadual que realinha a estratégia turística, desloca o foco para a Baía de Todos os Santos, e conclui por privilegiar a infraestrutura náutica e a integração da capital com a ilha de Itaparica e região do Baixo Sul do estado com a ponte Salvador-Itaparica, projeto que consumiu os esforços da gestão estadual, deixando como secundário o espaço turístico do Litoral Norte.

Grandes desdobramentos do setor turismo estão no que este desencadeia em termos de dinâmica imobiliária. As áreas de segunda residência progressivamente se transformam e passam a integrar o tecido urbano das cidades, como visto no Capítulo 4, Segunda Parte.

Comparando a presença do capital estrangeiro nos setores industrial e turismo associado ao imobiliário, Gráfico 27, vemos a preponderância do capital industrial com relação ao alocado no turismo e imobiliário, no ano de pico US\$ 2,03 bilhões investidos na indústria e

US\$ 243 milhões investidos no setor turismo/imobiliário, aprox. 10% do investimento na indústria.

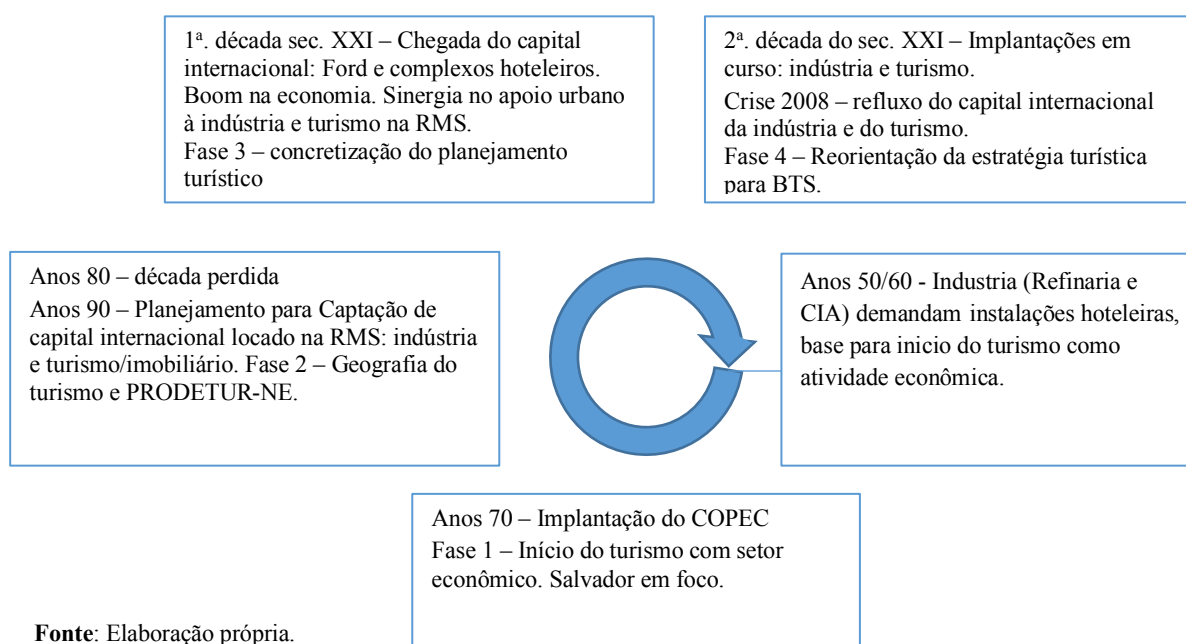
**Gráfico 27** - Investimento em turismo, Capital estrangeiro, 2001/2007.



Fonte: Banco Central; Observatório das Metrôpoles RN.

A conectividade entre estes setores, que parecem bastante distintos, e o são na especificidade da sua produção, para o urbano, entretanto apresentam implicações diretas. No exemplo de Salvador esta é uma das percepções possível da complexidade da natureza do urbano, da interconectividade das decisões setoriais, como esquematizado na Figura 47, adiante.

**Figura 47** - Esquema circular, conectividade intersetorial.



Fonte: Elaboração própria.



O apoio urbano necessário à indústria, na década de 60 e 70, viabilizou a infraestrutura hoteleira de suporte à atividade turística em Salvador, com a construção de hotelaria cinco estrelas (classificação EMBRATUR) e direcionou o parcelamento de grandes glebas na porção litorânea norte, de caráter especulativo, não ocupadas devido à discrepante carência de outros componentes da infraestrutura urbana. Nos anos 80 e 90, estreitamente conectado aos investimentos industriais da 2ª fase da indústria (COPEC) e à indiscutível premência de provimento de apoio urbano com outra qualificação, desencadeou expansão metropolitana com espaços urbanos conurbados que absorvem o quanto extravasa da cidade de Salvador.

A fase de aporte de capital estrangeiro, tanto correspondente à 3ª. fase da indústria (reorganização produtiva e globalização) quanto ao forte aporte internacional em turismo, bem como o crescimento dos serviços, com destaque para a expansão dos serviços de apoio em tecnologia e a realidade da disponibilidade das TIC, demandam forte incremento em infraestrutura e consequente intensificação da dinâmica urbana e imobiliária: seja o progressivo mercado de segunda residência, seja a reestruturação espacial da região metropolitana, no modo disperso, com as especificidades tratadas ao longo de todo esse texto, à qual pode-se também atribuir responsabilidade à crise de mobilidade que se instala.

### 3.3 OS DESDOBRAMENTOS NO SETOR IMOBILIÁRIO E O TECIDO URBANO

O provimento de moradia, como desdobramento das atividades econômicas que alavancam a economia da RMS - indústria, turismo e lazer -, e estruturas para o setor terciário, não desconsidera as relações inovadoras que decorrem do atual modo do exercício das funções mercadológicas e comerciais, que ampliam a demanda para implantação de atividades relacionadas a serviços financeiros, consultorias, assessorias, consultorias, informática.

Mantendo o raciocínio da vinculação da produção do tecido urbano como resposta às demandas das atividades econômicas âncoras, segue-se buscando a correspondência da periodização do desenvolvimento do setor industrial com a produção do tecido urbano na RMS, tendo em conta o discrepante montante de investimentos deste setor com relação aos demais. Ressalte-se que isto não significa ignorar, por outros estudos (FRANCO, 2013), que os movimentos populacionais de deslocamento para as capitais, no desenvolvimentismo, assim como o incremento de dinâmica populacional com a redistribuição produtiva da

indústria, no período de acumulação flexível, não foram determinantes exclusivos das transformações urbanas. Outros fatores são relacionados, com destaque para os fatores culturais, bem destacado por Ojima, já referido, como fortemente influente na reorganização territorial. Justificada a periodização, ressalta-se que os dados sobre a produção de tecido urbano na RMS não têm a pretensão de ser uma pesquisa paralela à produção do tecido metropolitano acrescido entre 1991/2010, mas uma reconstituição baseada em memórias e documentos – projeto de loteamentos - que ganham sentido quando historicamente situados e que são complementares aos levantamentos desta pesquisa, ilustrando o processo de expansão metropolitano, em termos do fracionamento do solo urbano.

A ampliação do tecido urbano na primeira fase da indústria (Refinaria e CIA) corresponde a avanços da ocupação no litoral da cidade do Salvador como: o parcelamento típico realizado na orla de Salvador (Amaralina) para ocupações unidomiliares da classe de renda média/alta; loteamentos, em larga escala, implantados nos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari e Dias D'Ávila, na expectativa dos reflexos urbanos da indústria, que não vingaram. Em Lauro de Freitas, o Loteamento Buraquinho foi uma das poucas experiências que se efetivou neste período, muitos proprietários, décadas depois não mais recuperaram os lotes adquiridos, desapropriados por editais, ausência de pagamentos de impostos, impossibilidade de localizar áreas que foram apropriadas à revelia dos proprietários originais, dentre outras situações.

As unidades habitacionais pluridomiliares foram erguidas em áreas do tecido urbano consolidado, utilizando-se de lotes ou conjunto de lotes, edifícios únicos, isolados, com ocorrência nos tradicionais bairros da cidade: Nazaré, Brotas, Saúde, Graça, Barra e bairros do centro e entorno do centro da cidade. Grupos de edifícios são característicos das iniciativas governamentais e dos programas de habitação popular, financiados pelo SFH, predominando edifícios de quatro pavimentos – os conjuntos habitacionais. Das primeiras, senão a primeira experiência de conjunto habitacional popular em edifícios com muitos pavimentos e elevadores foi o Conjunto Júlio Cesar, na Pituba. São parcelamentos dos anos setenta: o Parque Nossa Senhora da Luz<sup>11</sup>, Loteamento Ampliação Cidade da Luz, Loteamento Stela Maris.

Correspondendo à segunda fase da indústria (COPEC), verificam-se parcelamentos de grandes glebas em Salvador, os principais: nas fronteiras da cidade, no Horto Florestal, em

---

<sup>11</sup> O parcelamento foi aprovado em 1932, mas apenas na década de 70 foi concluído o asfaltamento das ruas deste loteamento.

Brotas, na Vila Laura, e outros; lançando-se mais a norte, os loteamentos Caminho das Árvores, Itaygara, Vela Branca, todos nas imediações da Pituba, caracterizando a direção norte, litorânea, como espaço de expansão; seguindo a norte, mas distanciando-se da área urbana consolidada, mais parcelamentos habitacionais proliferaram no Cabula, Imbui, Itapoã, e, para além do município de Salvador, as grandes iniciativas em Lauro de Freitas, o Loteamento Vilas do Atlântico, Beira Rio, Encontro das Águas, Miragem, outros.

No setor industrial, o loteamento Porto Seco Pirajá com glebas em torno de 20mil m<sup>2</sup> reforça a área industrial ao longo da BR 324, vizinha aos Subúrbios Ferroviários, cujo efeito em desdobramentos urbanos repercutiram principalmente neste vetor de expansão urbana com o adensamento da ocupação nessa área. Os subúrbios também concentram grande parcela da população excluída dos processos econômicos urbanos.

## O setor imobiliário e a dispersão urbana

A dinamização do setor imobiliário, na primeira década do século XXI, é frequentemente atribuída à ampliação da renda e ascensão econômica de uma parcela da população antes impossibilitada para contratação de financiamento habitacional. Isoladamente, não é um argumento que dê consistência à justificativa do crescimento do setor. Outros fatores podem ter concorrido: parcerias dos agentes locais com grandes empresas do mercado internacional, nacional do eixo sul-sudeste, e também da região nordeste; transferência de investidores em imóveis do sul-sudeste para a praça de Salvador onde os custos de produção corresponderam por algum tempo à metade do valor dos custos de produção naquela região; expansão da indústria com produção reorganizada; forte aporte de capital internacional na indústria e no turismo alimentando a relação oportunista do setor. Como o *boom* imobiliário, também acontece simultaneamente em outras metrópoles brasileiras, argumentos mais gerais têm sua pertinência: a retomada do crescimento da economia brasileira, a ampliação da renda e do emprego (não para a classe de renda consumidora de produtos imobiliários como os produzidos em Salvador), a redução das taxas de juros e das facilidades de financiamento.

Os Gráficos 28 e 29, elaborados com base na Tabela ADEMI: Evolução do mercado imobiliário, 1993/2015, Lançamentos e Vendas, Anexo 5, evidenciam, no desempenho do mercado imobiliário, as variações do contexto socioeconômico: nos imóveis residenciais, dois pontos na curva que indicam inflexão do comportamento em 1994 e em 2008; nos segmento

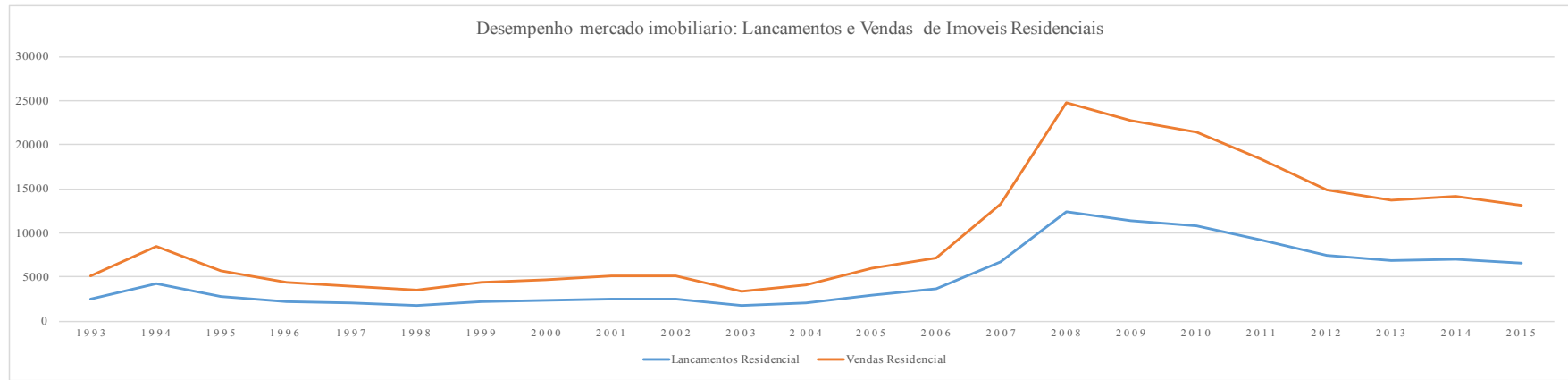
de imóveis comerciais, o mercado demonstra ter maior sensibilidade para as alterações conjunturais, onde além da inflexão no ano de 1994, mostra um período de oscilação ente 1997 e 1999, seguido de declínio com ponto inferior entre 2003 e 2005, quando volta a ascender com máxima em 2008, seguido de queda abrupta, outro pico em 2010 e declínio até o mais baixo nível a partir de 2014.

Pode-se ainda destacar: os lançamentos imobiliários alcançam o máximo do *boom* exatamente no ano da crise internacional, em 2008, mas, apenas em 2012 a queda nos lançamentos é vertiginosa, alcançado o patamar mínimo em 2013, para os imóveis residenciais; para os empreendimentos comerciais, repete-se exatamente os mesmos marcos de alta e de queda de lançamentos; as vendas residenciais ainda perduram até 2011 e apresentam quase estagnação em 2013; as vendas dos empreendimentos comerciais chegam ao menor patamar em 2015. Pode-se, por estes dados, afirmar que os anos 2013 e 2015 corresponderam ao período de maior impacto da crise no mercado imobiliário.

O setor imobiliário com longo desempenho predominante na praça de Salvador, amplia seu campo de interesse e, percebendo a tendência, inclui outros territórios como campos de interesse: a RMS, Feira de Santana, Alagoinhas e outros. Em planilha do ano 2009, registra-se interesse no município de Lauro de Freitas, com lançamento de 902 UH sendo 480 unidades de um quarto; em Camaçari, com 65 unidades de 2 e 3 quartos; e no município de Feira de Santana, com 1117 unidades, preponderando unidades de 3 quartos, Anexo 6: Planilha ADEMI, 2009.

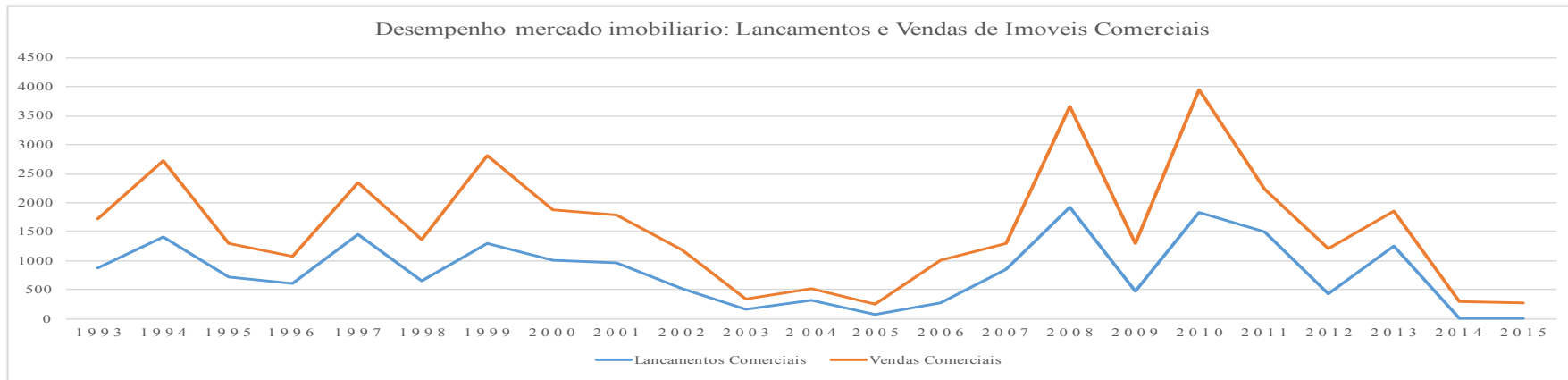
Os loteamentos Terras Alphaville I, II e III, destinados às classes média alta e alta, um deles localizado na área de expansão da cidade de Camaçari, exemplificam a transformação do velho argumento de que apenas os pobres buscavam residir fora da capital. As ocupações litorâneas, tenham sido originadas como segunda residência ou não, hoje, parte delas já foi incorporada ao tecido urbano consolidado, e muitas, com padrão de alta e altíssima renda são ocupações dispersas no espaço metropolitano.

**Gráfico 28** - Desempenho do mercado imobiliário: Imóveis Residenciais, 1993 a 2015.



Fonte: ADEMI.

**Gráfico 29** - Desempenho do mercado imobiliário: Imóveis Comerciais, 1993 a 2015.



Fonte: ADEMI.

Dois grandes projetos de urbanização foram idealizados como bairros novos para a cidade de Camaçari. O empreendimento *Vivea Nova Camaçari*, “[...] primeiro bairro inteligente da cidade, um lugar para morar, trabalhar, se divertir e viver”, conforme consta no material promocional. A expectativa do empreendimento é antecipada na Figura 48. Oferece um *mix* de habitações pluridomiciliares, lotes para residências unidomiciliares, centro comercial e empresarial e outras amenidades. Em recente lançamento, lotes residenciais com 275 m<sup>2</sup> foram colocados no mercado ao custo de 300,00/m<sup>2</sup>, dez/2016.

**Figura 48** - Imagens do material promocional, *Vivea Nova Camaçari*.



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=h0f4gnUjiXY>>. (Acesso em: 16 jun. 2017).

Outro exemplo do fortalecimento das centralidades metropolitanas é o empreendimento *Reserva Camassarys*, cujo material promocional elenca a contemporaneidade da concepção urbanística, a proximidade do centro da cidade, compromissos ambientais, fomento ao associativismo, dentre outras iniciativas de diferenciação para caracterizar este novo modelo de empreendimento. Alguns dos componentes estruturantes já se encontram em

funcionamento como o *shopping center*, âncora do projeto de bairro. A Figura 49 dá no o das expectativas empresariais e do crescimento pujante da cidade.

**Figura 49** - Imagens do material promocional, *Reserva Camassarys*.



**Fonte:** <<https://www.youtube.com/watch?v=VwUzrmhguJ0>>. (Acesso em: 16 mar. 2017)..

Estas evidências, da consolida o das sedes metropolitanas como centros de serviços efetivos, favorecem   produ o de tecido esparsos, cada vez mais distanciados da sede metropolitana, com maior independência, salvo para ocorrência de demandas não rotineiras, serviços de ponta, que se justifica localizar nas grandes concentra es.

Nessa categoria de sedes melhor equipadas, destacadamente, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho, conformam uma nuclea o avançada a norte, deslocando o v rtice da península, como uma nova centralidade metropolitana. Não apenas uma constata o geográfica, mas a constata o da inviabilidade de penetra o na cidade de Salvador, seja pela Av. Luís Viana Filho (Paralela), seja pela BR-324. A cidade com a altíssima densidade que alcançou, de aproximadamente 9.200 hab/km<sup>2</sup>, relacionada como das primeiras cidades do planeta com maior densidade urbana, refuta, com a crise de mobilidade, o deslocamento para seu interior, empuxando atividades para o espaço metropolitano.

A convergência da amplia o continuada do emprego, a relativa redu o do valor da terra e dos custos de produ o habitacional, a consolida o do apoio urbano com serviços

cada vez mais completos, as oportunidades de vivenciar ambientes mais naturais e a liberalidade do território que as TIC oferecem, completa o elenco de fatores que vem rebocando a produção de novos tecidos urbanos para o território metropolitano. A capital fica a desejar na capacidade de dinamização regional – produções espontâneas ou empresariais -, apesar da grande polaridade que exerce como mercado e como concentração de serviços.

Outro claro processo do setor imobiliário tem a utilidade de demonstrar que, na atual fase, ingressou-se em nova onda da produção imobiliária na RMS. Os loteamentos mencionados, implantados nos anos 60/70/80 tinham características de lotes – chácaras, com áreas entre 2 mil a 8 mil m<sup>2</sup>. Esta característica permite algumas interpretações, mas, principalmente, que a motivação para aquisição e uso era o lazer, a natureza, refletindo um outro ideário de vida em oposição ao ritmo do cotidiano urbano, uma mudança cultural.

Com o espaço metropolitano já conquistado pelos processos econômicos recentes, os parcelamentos atuais, mesmo aqueles localizados de modo disperso, refletem o padrão de moradia citadino, lotes menores, e morar nos espaços peri-metropolitanos não mais só significa a busca do espaço idealizado da vida alternativa. Como resultado se observa a prática recente dos projetos de re-loteamento: seja na forma de *villages* em lotes-chácaras que proliferam na RMS; re-parcelamento com subdivisão em lotes menores, como o executado e implantado no loteamento Busca Vida; outros formatos de compartilhamento do solo de complexa engenharia do direito imobiliário, como os aplicados no Condomínio Porto Busca-Vida e glebas de resorts residencial-hoteleiros; ou ocupações pluridomiciliares, iniciativas imobiliárias ou programas habitacionais populares patrocinados pelo governo: *Minha Casa, Minha Vida*, situado no Loteamento Picaúia, Lauro de Freitas.

Na evolução da forma de parcelamento e comercialização do solo, percebe-se práticas que somam a tantos indicadores relacionados nas análises desse texto sinalizando o avanço de padrões citadinos sobre formas anteriores da ocupação do espaço metropolitano, urbano e rural. São sinalizações importantes de que não apenas a produção de tecido da classe de renda baixa e média baixa perdura como padrão das ocupações na área metropolitana.

Assim como no desenvolvimentismo os Loteamentos Itaigara, Caminho das Árvores e Villas do Atlântico foram marcantes do crescimento urbano de Salvador e Lauro de Freitas, os Loteamentos Terras Alphaville I, II e III e os projetos concebidos bairros novos marcam a mudança de foco do modo da ocupação do espaço metropolitano.



### 3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Busca-se preencher a carência de estudos sobre a produção do tecido urbano metropolitano, analisando as possíveis aproximações/correlações entre os processos de renovação dos setores econômicos que ancoram o processo da expansão pós-metropolitana na virada do século XXI: a indústria, o turismo e lazer, e os efeitos na produção do mercado imobiliário.

Enfatizando o setor industrial como maior marcador das transformações urbanas, no período de acumulação e no atual período de acumulação flexível, analisa-se em termos de desdobramentos espaciais e populacionais, emprego, relações com o comércio internacional, como dinamizador da economia, buscando a sincronicidade da expansão da indústria com os indicadores demográficos, de crescimento de áreas urbanas, transformações e efeitos territoriais, enfim, a simbiose da indústria e do urbano.

O turismo e lazer são analisados em termos da potência das transformações conduzidas pelo setor, as contradições como estruturador de território e indutor de processos ambientais degenerativos, a trajetória e os efeitos espaciais.

O mercado imobiliário, visto como atividade que captura os resultados da economia em dois sentidos: do provimento e concretização do apoio urbano habitacional, comercial e empresarial, respondendo à demanda da economia da indústria e do turismo; e, da patrimonialização dos resultados da economia no circuito de autoalimentação.

No próximo Capítulo, retoma-se as áreas urbanas acrescidas numa análise mais geral sobre a urbanização dispersa.

## 4 URBANIZAÇÃO DISPERSA NA RMS

Este Capítulo, apresenta uma análise necessária à compreensão do modo de urbanização dispersa na expansão metropolitana da RMS. Explora a relação entre dados já apresentados para fazer comparativos, cruzamentos, e organizá-los de modo variado buscando detectar outras conexões possíveis que expressem melhor o fenômeno urbanização dispersa, também prospectando algum prognóstico sobre a RMS.

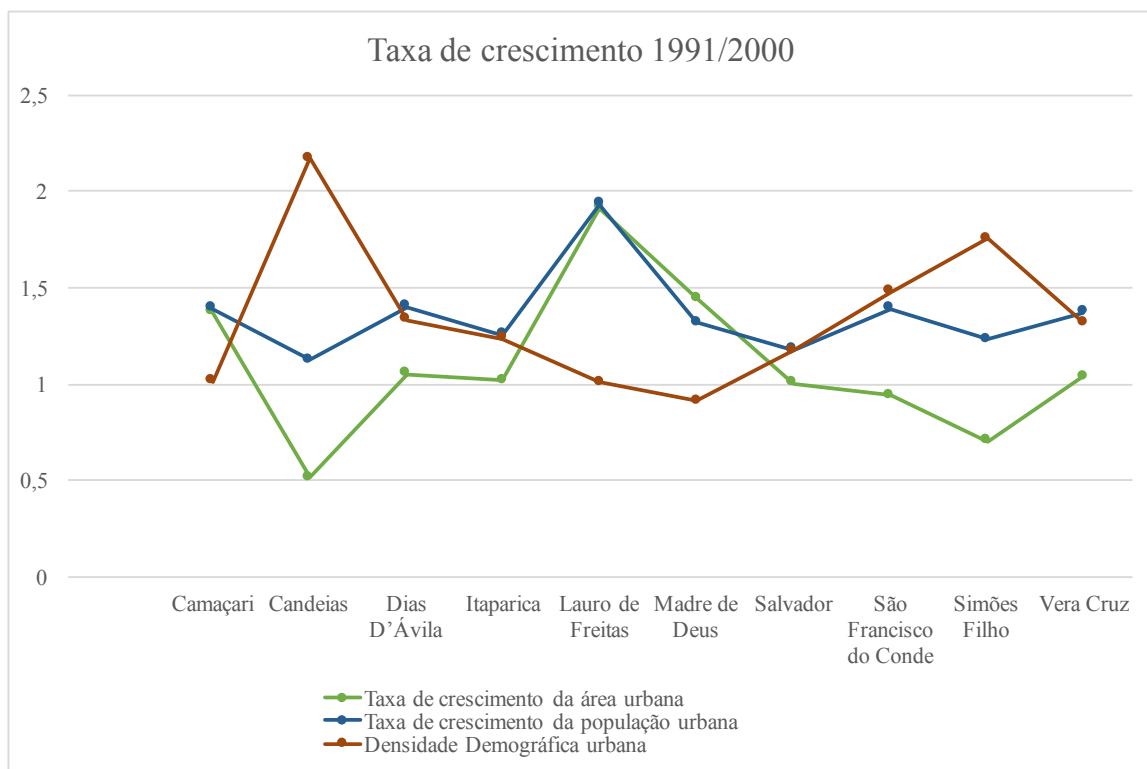
### 4.1 ÁREAS URBANIZADAS E A URBANIZAÇÃO DISPERSA

O descompasso entre o crescimento da população urbana e o crescimento das áreas urbanas, configura-se na maior evidência da mudança do padrão de expansão e o mais abrangente referencial da urbanização dispersa. Utilizando a evolução dos dados das Tabelas 32, 33 e 35 e representando graficamente as taxas de crescimento da população urbana, das áreas urbanas e das densidades urbanas podemos então constatar o comportamento destas taxas, e por meio destas, verificar a expressão da urbanização dispersa na RMS.

Os Gráficos 30 e 31 representam a evolução das taxas de crescimento dos municípios metropolitanos entre 1991/2000 e 2000/2010: taxas de crescimento da área urbana, da população urbana e da densidade urbana permitindo melhor visualização do comportamento da urbanização dispersa nas duas décadas.

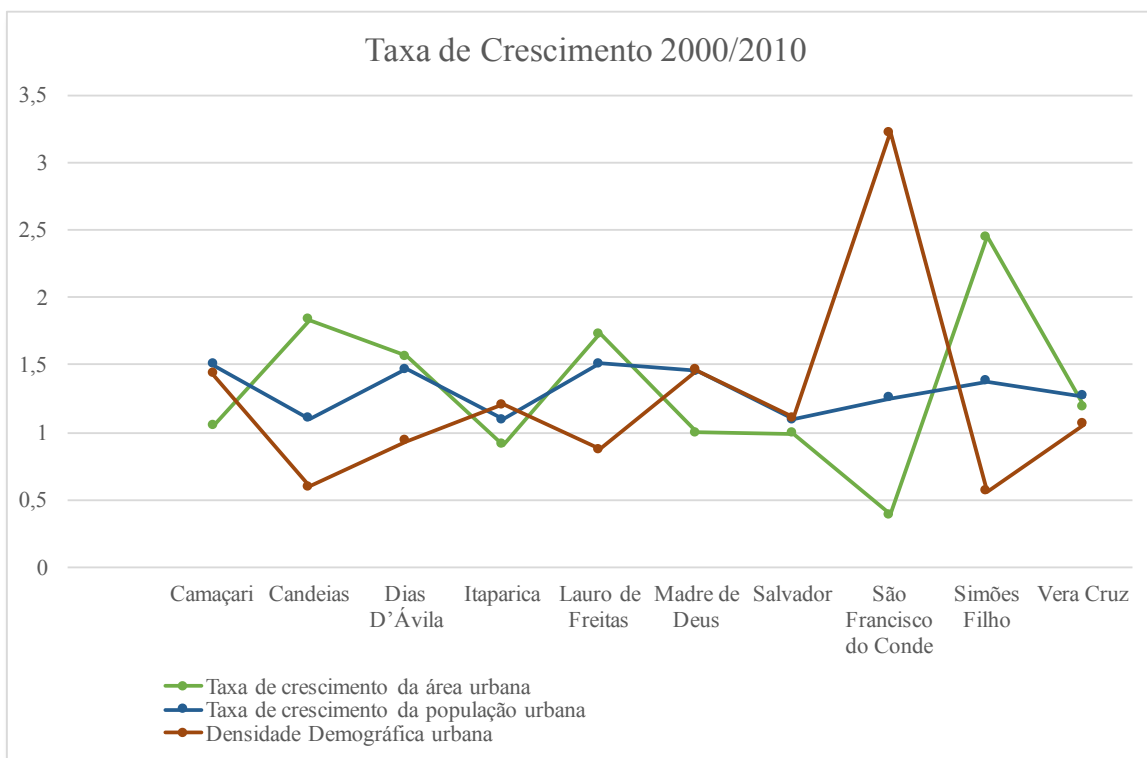
A premissa da urbanização dispersa, de taxas de crescimento das áreas urbanas superiores às taxas de crescimento da população, na década 1991/2000, fica comprovado para Camaçari, Lauro de Freitas e Madre de Deus. De igual modo, também fica fácil a visualização da densificação urbana de Candeias e Simões Filho refletindo a diferença do quantitativo de áreas e de população urbanas nos dois municípios.

**Gráfico 30** - Taxas de Crescimento Municípios:  rea Urbana, Popula o e Densidade Urbana, 1991/2000.



Fonte: IBGE; CONDER; Elabora o própria.

**Gráfico 31**- Taxas de Crescimento Municípios:  rea Urbana, Popula o e Densidade Urbana, 2000/2010.



Fonte: IBGE, CONDER, Elabora o própria.

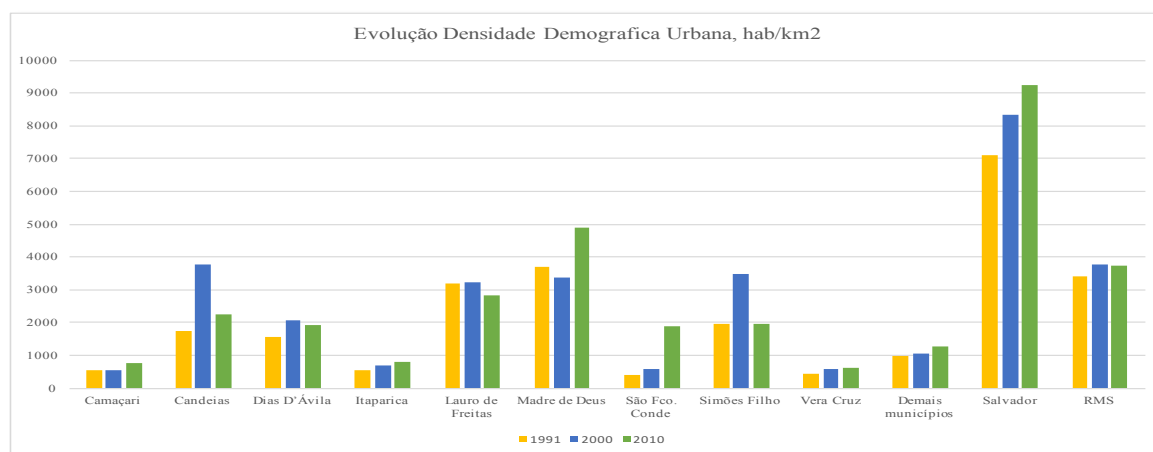
Na última década, Camaçari, São Francisco do Conde e de Madre de Deus det m as mais altas taxas de densifica o urbana. Candeias, Dias D' vila, Lauro de Freitas e Simões Filho estão representando a característica da urbaniza o dispersa, taxa de crescimento da área urbana maior que a taxa de crescimento populacional. Muitas outras rela es podem ser apropriadas com a composi o dos dados como apresentado, especificamente para fins deste estudo de processos de urbaniza o dispersa.

Sobre Salvador, dois registros são importantes: as diferenças no cáculo da densidade de Salvador, encontradas na literatura, que decorrem da contabiliza o, ou não, de parte do espelho d'água da Baia de Todos os Santos, envolvido na poligonal do município; segundo, a área continental do município já   considerada totalmente urbana, desde 1991.

Estes itens, aliado   grande atra o regional que Salvador exerceu, concentrando popula o desde os primeiros movimentos de migra o campo/cidade, mas, sem "força de expansão" para dinamizar o espaço regional, justifica a alta densidade urbana, 9.227 hab/km<sup>2</sup>, que a situa numa das primeiras posi es no *ranking* mundial. Nos Gráficos 30 e 31, acima, pode-se observar a taxa de crescimento da área urbana estacionada e pequena expressão da taxa de crescimento da popula o urbana, conseqentemente, da densidade urbana.

A evolu o das densidades demográficas urbanas mostra, Gráfico 32, o quanto são oscilantes, pois refletem a incorpora o de áreas urbanas nos *Censos demográficos*, defini o por decreto de distritos urbanos (Camaçari e Mata de S. João) e a migra o, interna. Representam duas grandezas variáveis e a utiliza o da representa o gráfica não tem outro sentido senão evidenciar a transforma o cambiante em cada momento.

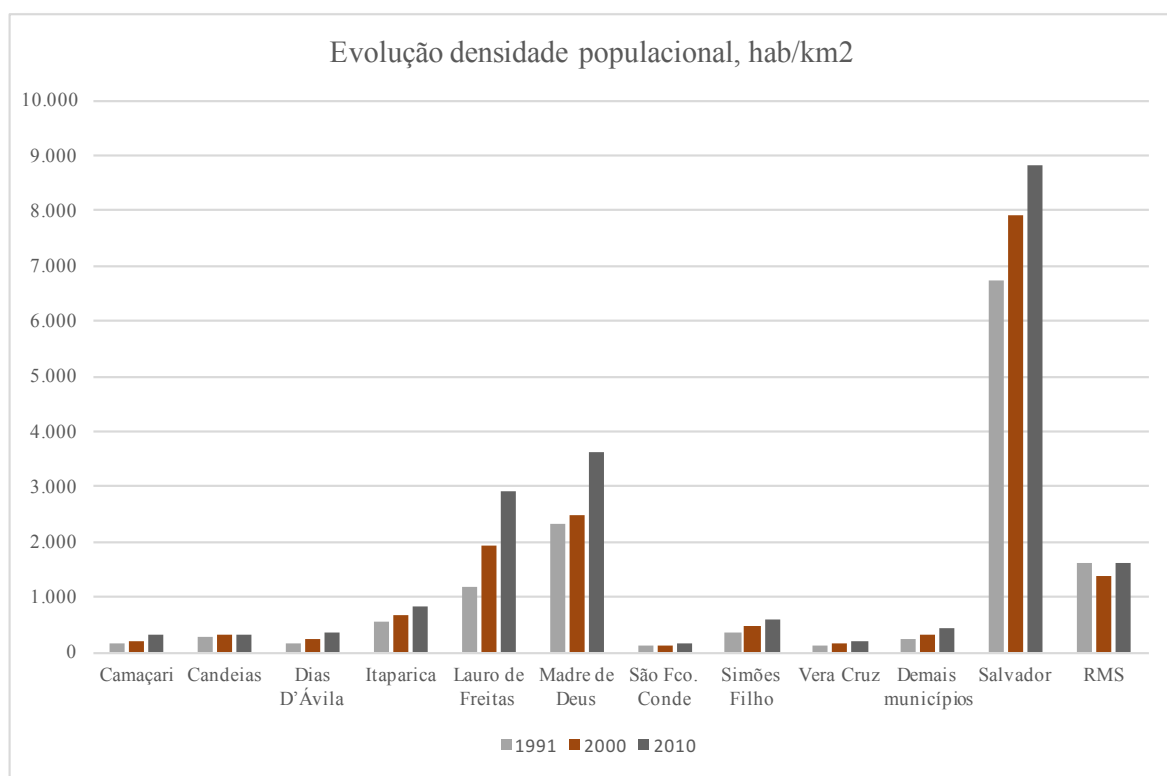
**Gráfico 32** - Evolu o das densidades demográficas urbanas, 1991, 2000, 2010.



**Fonte:** IBGE; CONDER; Elabora o própria.

A densidade populacional, Gráfico 33, tende a caracterizar um comportamento regular, tendencial, visto que apenas uma variável muda de grandeza, salvo eventos que possam mudar o curso da trajetória. Os dados destes gráficos não são comparáveis.

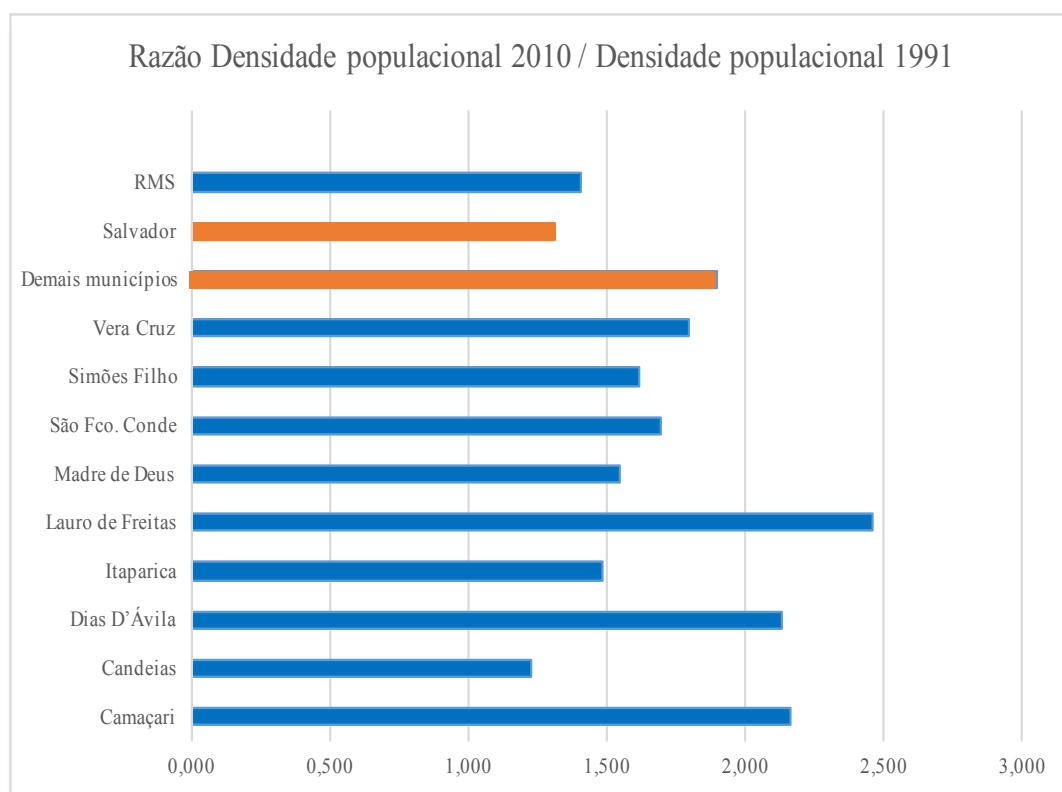
**Gráfico 33** - Evolução da densidade populacional, RMS, Salvador e Municípios, 1991, 2000, 2010.



**Fonte:** IBGE; CONDER; Elaboração própria.

Analisando outro aspecto sobre o aumento das densidades, através do cálculo da taxa de crescimento das densidades populacionais, razão entre as densidades de 2010 e de 1991, no intervalo do estudo, resulta num indicador de evolução das densidades, cujas grandezas corroboram a tendência de crescimento regional, externo a Salvador, como já sinalizam vários outros indicadores, Gráfico 34.

As barras em laranja destacam as taxas de crescimento das densidades populacionais: 1,3 a de Salvador, enquanto as taxas de crescimento da densidade dos demais municípios, no conjunto, é de 1,9. Isoladamente, todos os municípios apresentam taxa de crescimento populacional superior à de Salvador, apenas o município de Candeias apresenta taxa de crescimento inferior. Lauro de Freitas é o município metropolitano que apresenta a maior evolução da densidade demográfica. Os municípios incorporados à região metropolitana na última década foram desconsiderados.

**Gráfico 34** - Razão das densidades populacionais 2010/1991: Indicador de evolução.

**Fonte:** Elaboração própria.

Os estudos desenvolvidos por Angel, Sheppard e Civco (2005)<sup>12</sup> acusam a tendência das densidades serem maiores nos países em desenvolvimento que nos países desenvolvidos, mas, em ambos os grupos, o comportamento tendencial das densidades, ao longo do tempo, tem sido de redução. Em Salvador, os registros ainda não acusam a tendência de redução das densidades, mas, como está claro que o crescimento regional segue a taxas mais elevadas que o da capital, e, considerando, que esta tende à manutenção dos seus indicadores, isto compõe um cenário tendencial, de que, em futuro breve, a participação desequilibrada, a maior, de Salvador, tenda a influenciar menos no rateio da densidade metropolitana e os acréscimos representarão efetivamente crescimento no espaço dos demais municípios da região. A expansão metropolitana no modo disperso indica que mais áreas urbanas serão acrescidas, mas, como visto, com ocupações medianas efetivas na faixa entre 27% (1991/2000) e 18% (2000/2010), e, neste compasso, a tendência de redução da densidade regional é previsível.

<sup>12</sup> Angel, Sheppard e Civco pesquisaram aproximadamente quatro mil cidades com mais de 100 mil habitantes ao redor do globo.

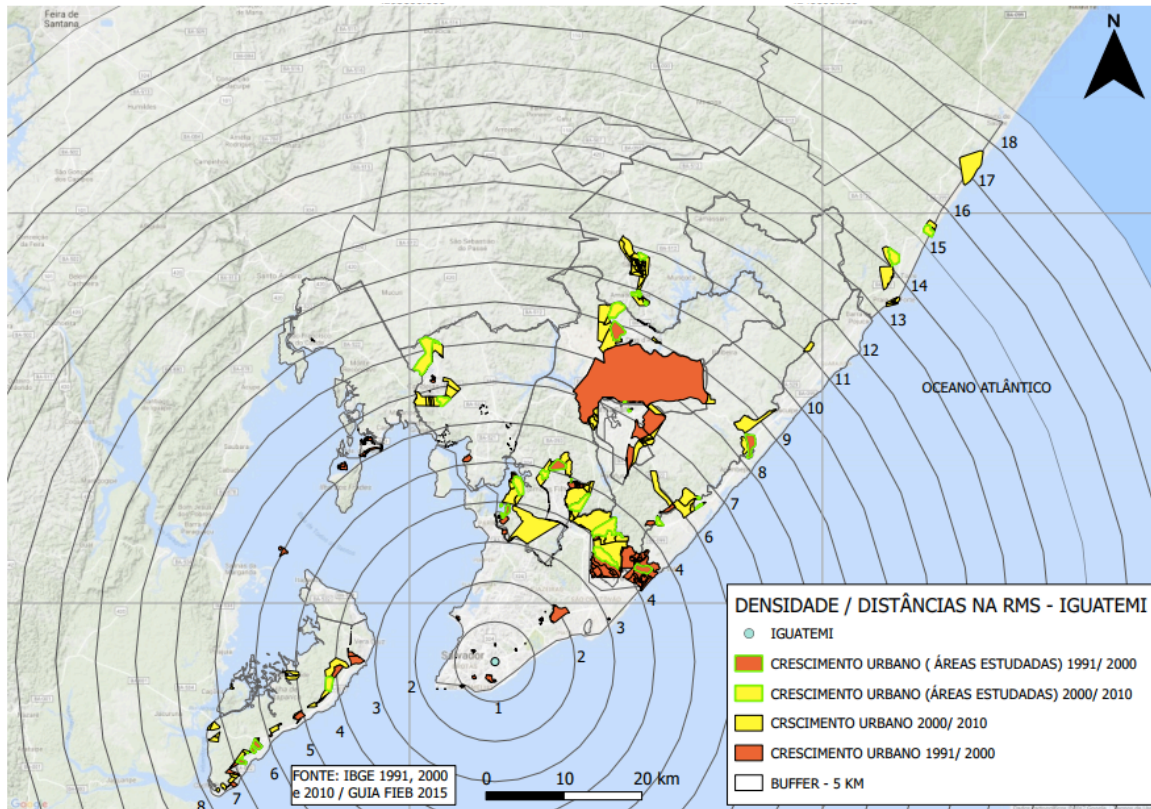
#### 4.1.1 Distribuição por *buffer*, metodologia de JIAO (2015)

A espacialização dos dados do crescimento urbano metropolitano suscitou interesse na metodologia de Jiao (2015), mesmo sem dados suficientes para testar a regra que este detectou do comportamento das densidades para cidades chinesas *S Curve Rule*. O procedimento de verificação via apropriação do crescimento no espaço, apurado por *buffer*, entretanto, mostrou uma possibilidade de outra leitura da expansão metropolitana, mais visual, portanto de imediata apreensão.

As sequências de *buffer* foram definidas sobre o espaço metropolitano: a primeira, *buffers* circulares a partir da centralidade do Iguatemi a cada 5km de raio; e, a segunda, tomada em linhas paralelas ao litoral atlântico, em *buffers* a cada 3 km. No Apêndice 1, aos dados iniciais de identificação de áreas dos setores censitários acrescidos, por década, foram agregados os dados de população respectivos, obtendo-se as densidades brutas de cada setor censitário agregado. E, tendo sido apropriado o percentual de 27% de Área de Ocupação Homogênea dos setores censitários (AOH-SC) agregados na década 1991/2000, e, de 18% correspondente à década de 2000/2010, pode-se inferir as densidades líquidas a partir das AOU-SC. Mesmo procedimento foi feito para os dados de ambas as décadas, 1991/2000 e 2000/2010. Considerando que os setores acrescidos por década estavam georeferenciados, foi possível calcular a ocorrência de crescimento urbano por *buffer* nas duas situações: centralidade Iguatemi e Orla, e, então, elaborar os gráficos das áreas e densidades brutas e líquidas do setores.

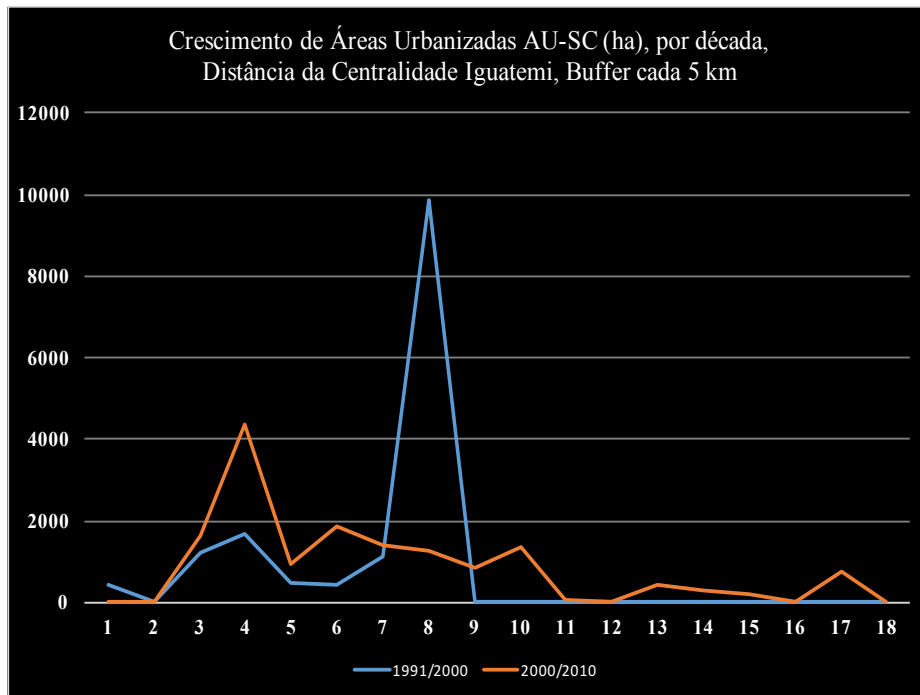
Os Cartogramas 37 e 38 mostram os buffers definidos para orientar a leitura do crescimento das áreas urbanizadas e das densidades, conforme Gráficos 35 e 36, 37, 38, 39 e 40.

**Cartograma 37** - RMS, buffers da centralidade Iguatemi, cada 5 km.



Fonte: LCAD; Elabora o própria.

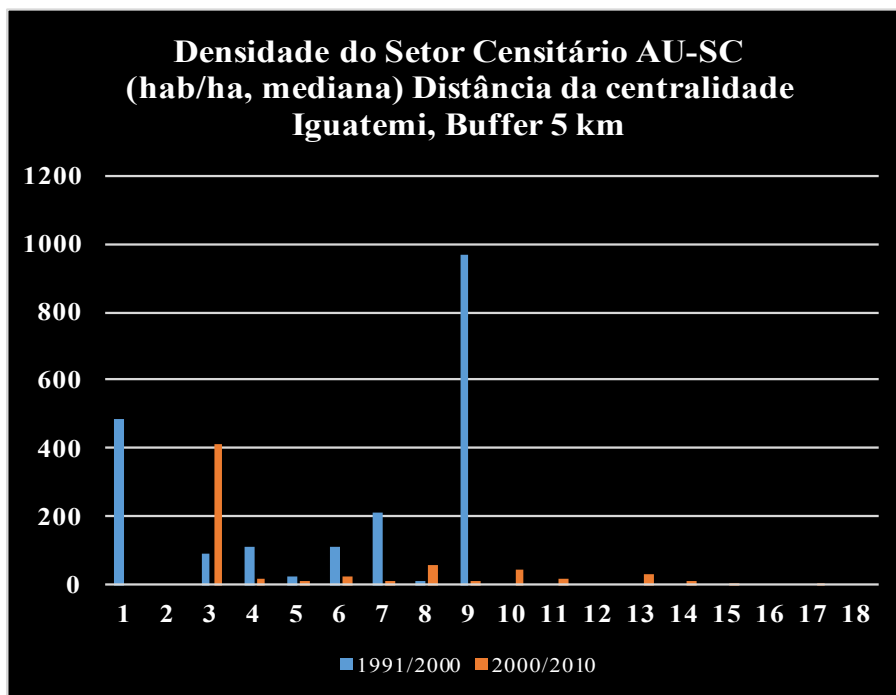
**Gráfico 35** - áreas urbanizadas AU-SC (ha), buffers da centralidade Iguatemi, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: Elabora o própria.



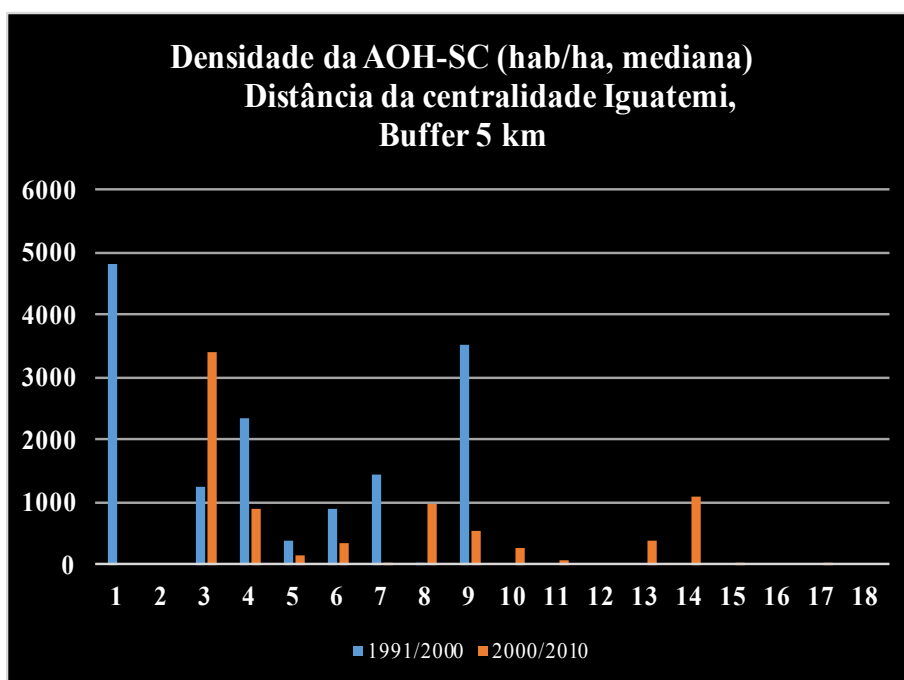
**Gráfico 36** - Densidade populacional bruta, AU-SC (hab/ha), buffers da centralidade Iguatemi, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: Elaboração própria.

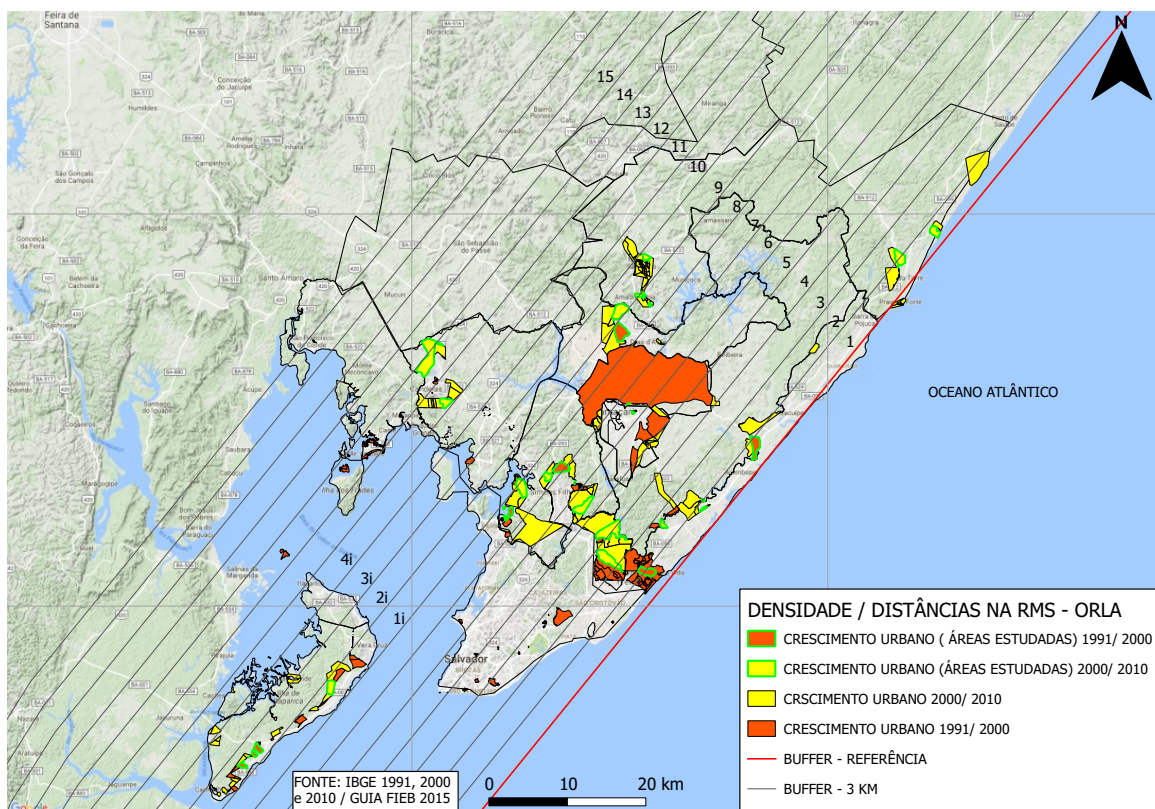
Relembrando, as densidades populacionais brutas correspondem às densidades das Áreas urbanizadas dos Setores censitários AU-SC e as densidades líquidas correspondem às Áreas de Ocupação Homogênea do Setor Censitário AOH-SC.

**Gráfico 37** - Densidade populacional líquida, AOH-SC (hab/ha), buffers da centralidade Iguatemi, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

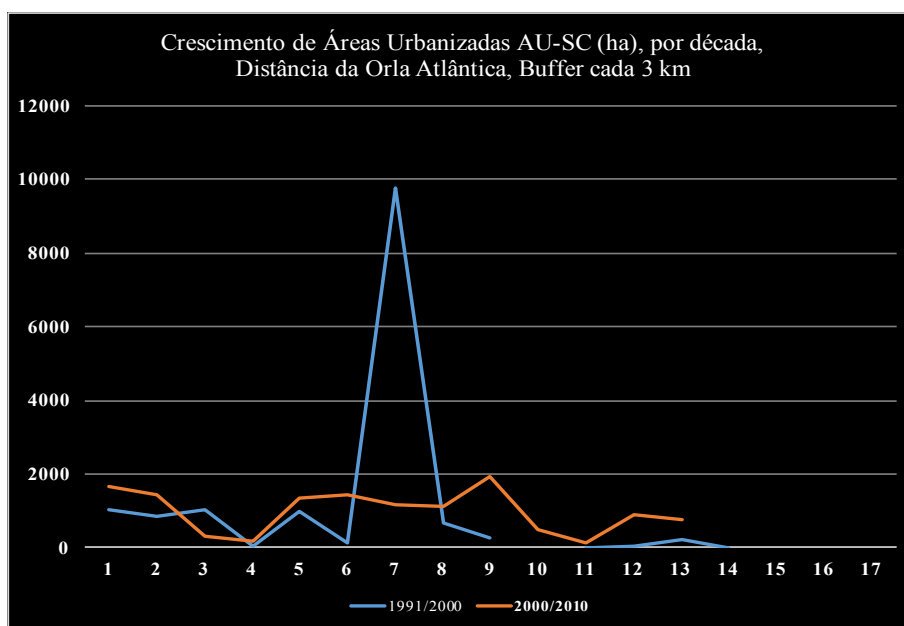
**Cartograma 38 - RMS, buffers da Orla Atlântica, cada 3 km.**



Fonte: LCAD; Elabora o própria.

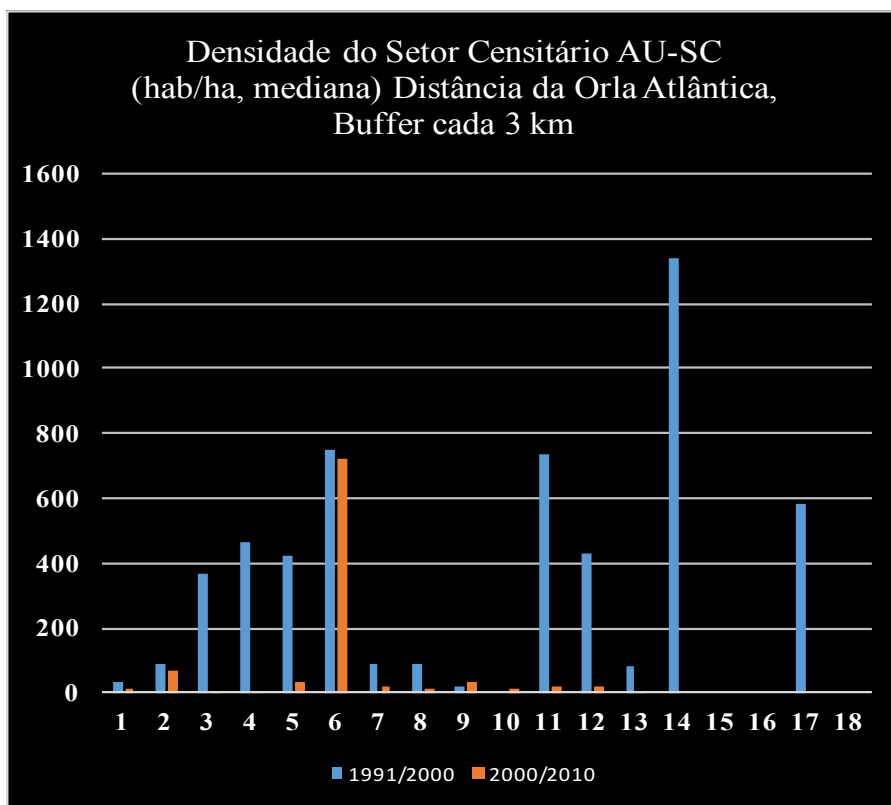
No *buffer 7*, concentra-se o crescimento de áreas urbanizadas na década 1991/2000 (Camaçari e Simões Filho), enquanto que, na década seguinte, a expansão maior registra-se no *buffer 9* (Mata de S. João, Dias D'  vila e Candeias).

**Gráfico 38 - áreas urbanizadas AU-SC (ha), buffers da Orla Atlântica, 1991/2000 e 2000/2010.**



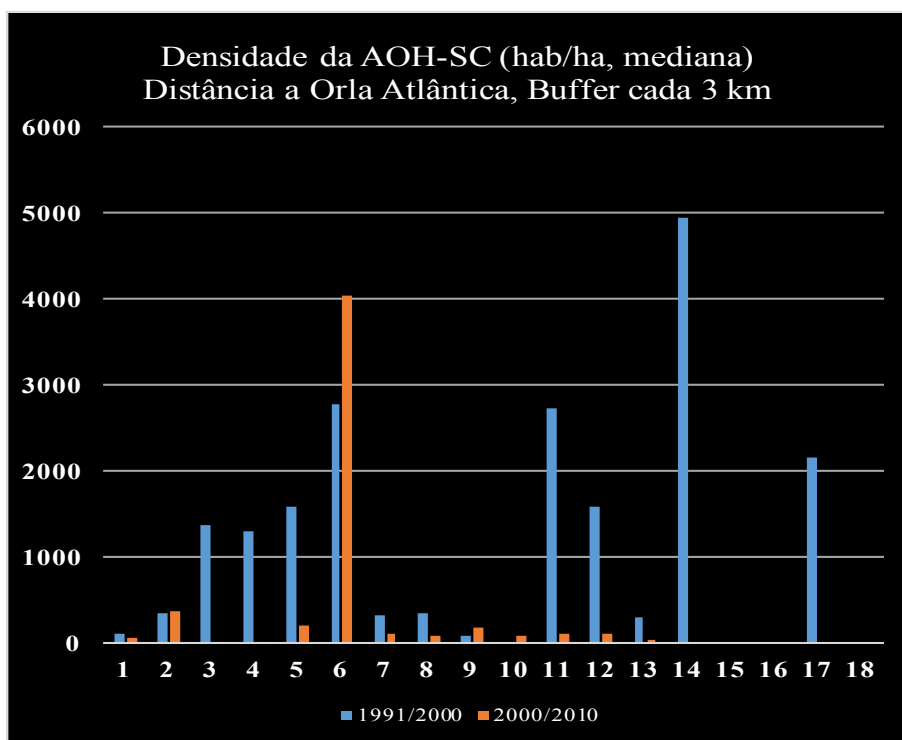
Fonte: Elabora o própria.

**Gráfico 39** - Densidade populacional bruta, AU-SC (hab/ha), *buffers* da Orla Atlântica, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 40** - Densidade populacional líquida, AOH-SC (hab/ha), *Buffers* da Orla Atlântica, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto às densidades, o *buffer* 6 mostra que a diferença da Área urbanizada do setor censitário (AU-SC) para a Área de Ocupação Homogênea (AOH-SC) é pequena, e correspondem aos setores situados na proximidade das sedes de Camaçari e Simões Filho. Diferentemente de outros setores que sequer é possível leitura das Áreas de Ocupação Homogênea AOH-SC nesse Gráfico.

Outras, muitas, inferências podem ser feitas a partir dessa organização dos dados, a ser explorado no momento de elaboração do planejamento regional.

## 4.2 INDICADORES DEMOGRÁFICOS E URBANOS: RMS, SALVADOR E DEMAIS MUNICÍPIOS

Valoriza-se o comparativo da relação de Salvador com os demais municípios da RMS, visto que as áreas dispersas significam incremento fora de Salvador, cujo futuro estará atrelado aos demais municípios da região, e mesmo a municípios para além do espaço metropolitano, a Grande Região Metropolitana (PEREIRA, SILVA E CARVALHO, 2015).

Comparando a evolução da população da RMS com a população de Salvador e dos demais municípios metropolitanos, temos o que segue na Tabela 49, abaixo.

**Tabela 49** - Indicadores demográficos e urbanos: RMS, Salvador e demais municípios

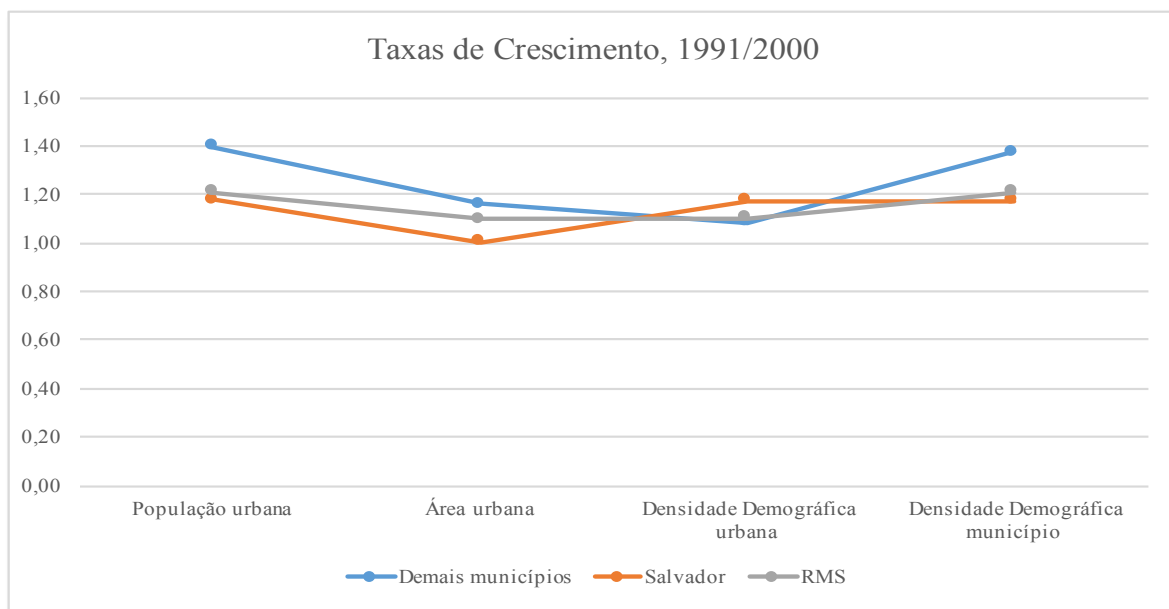
Período	Categorias	População total	População urbana	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica urbana (hab/km <sup>2</sup> )	Área total continental (km <sup>2</sup> )	Área urbana		Taxa de crescimento o da população urbana	Taxa de crescimento da área urbana	Taxa de crescimento Densidade Demográfica urbana	Taxa de crescimento Densidade Demográfica município
							(km <sup>2</sup> )	%				
1991/2000	Demais municípios	578.465	531.778	308,06	1.071,09	1.877,77	496,47	26,44	1,39	1,16	1,09	1,37
	Salvador	2.443.107	2.442.102	7.910,60	8.329,91	308,84	293,17	94,92	1,18	1,00	1,17	1,18
	RMS	3.021.572	2.973.880	131,85	3.766,06	2.186,61	789,65	36,11	1,21	1,10	1,04	1,21
2000/2010	Demais municípios	906.523	831.229	272,79	1.288,78	3.323,17	644,97	19,40	1,56	1,30	1,20	0,89
	Salvador	2.678.113	2.674.923	8.823,16	9.227,56	303,53	289,88	95,50	1,10	0,99	1,11	1,12
	RMS	3.584.636	3.506.152	988,39	3.750,47	3.626,71	934,85	25,77	1,18	1,18	1,00	0,72

**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico de 2010. Adaptado por CONDER; LCAD; Elaboração própria.

Obs.: Dados de 2010 incluem os novos municípios agregados à RMS em 2010.

Os Gráficos 41 e 42 relacionam as taxas de crescimento da população urbana, a área urbana e as densidades demográficas urbana e municipal, nas décadas 1991/2000 e 2000/2010.

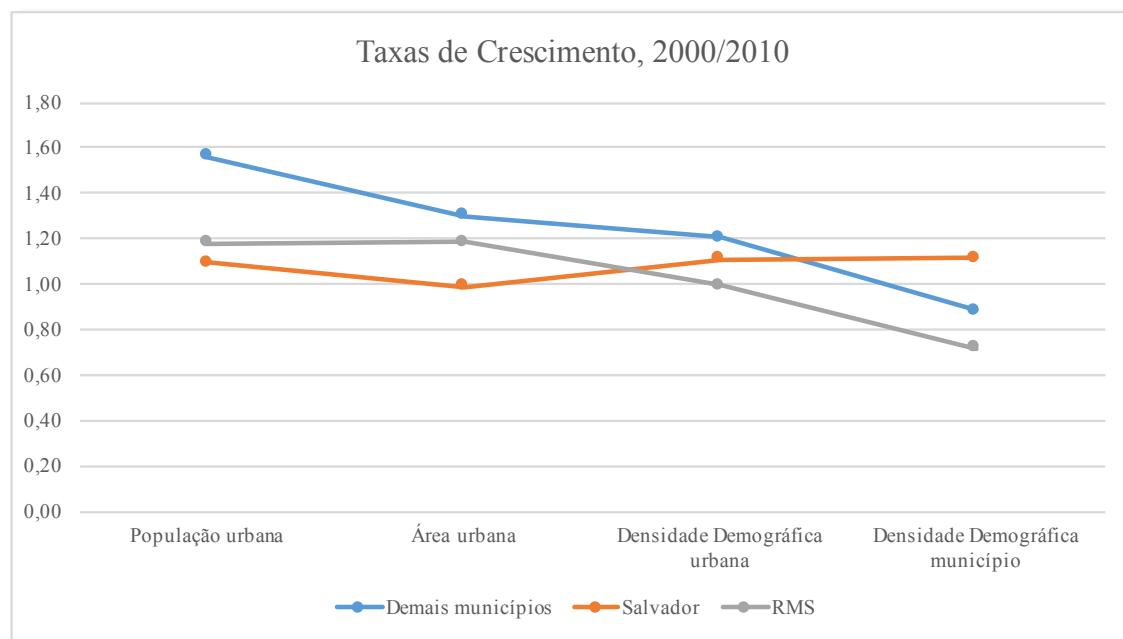
**Gráfico 41** - Taxas de crescimento RMS, Salvador e demais municípios: popula o urbana, área urbana, densidade urbana, 1991/2000.



Fonte: IBGE; CONDER; Elabora o própria.

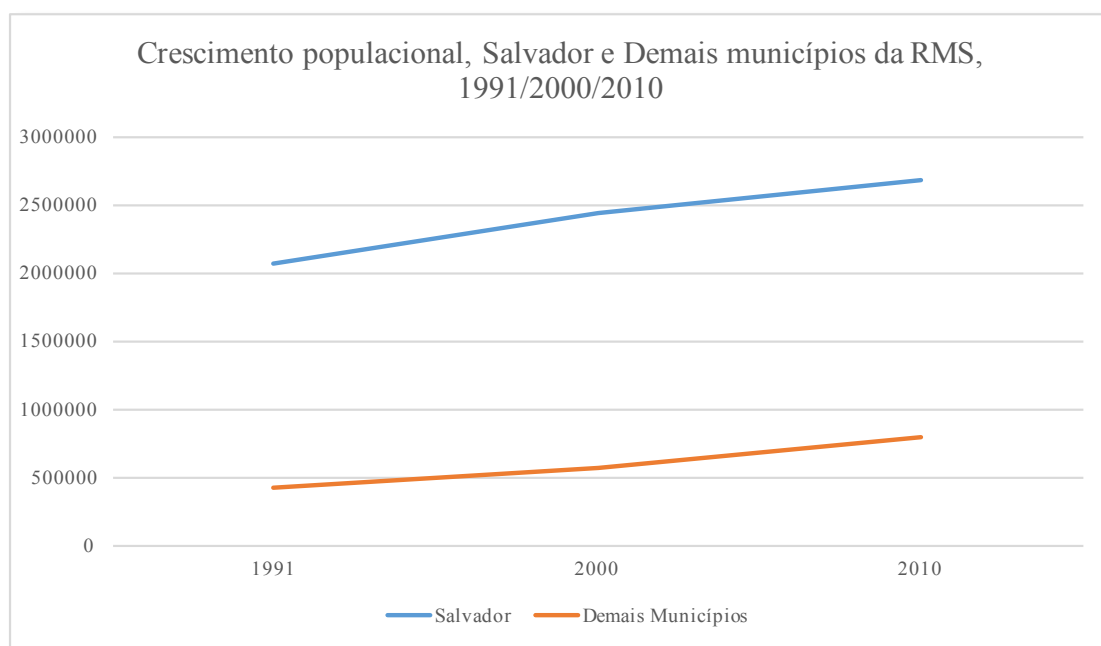
Comparando Salvador e o conjunto dos demais municípios da RMS, as taxas de crescimento da popula o urbana, das áreas urbanas e da densidade demográfica dos municípios crescem a taxas superiores que as de Salvador, cuja taxa de crescimento da densidade demográfica urbana ultrapassa a dos demais municípios.

Na década seguinte 2000/2010, já se observa altera o do quadro das taxas de crescimento. As taxas de crescimento da popula o urbana, da área urbana e da densidade demográfica urbana dos demais municípios são superiores que as de Salvador, com destaque para a distância das taxas de crescimento da popula o urbana e da área urbana. Salvador destaca-se na densidade demográfica urbana do município, reflexo da incorpora o   RMS de novos municípios de baixa densidade relativa.

**Gráfico 42** - Taxas de crescimento RMS, Salvador e demais municípios: popula o urbana, área urbana, densidade urbana, 2000/2010.

**Fonte:** IBGE; CONDER; Elabora o própria.

Analisando o comportamento apenas do crescimento populacional, ainda de modo comparativo, Salvador em rela o ao conjunto dos demais municípios, Gráfico 43, temos que Salvador apresenta tendência de crescimento mais forte que os demais municípios na década 1991/2000. Em 2000, um ponto de inflexão em ambas as linhas o crescimento populacional mostra Salvador com uma varia o decrescente e os demais municípios metropolitanos, ao contrário, com uma inflexão ascendente. Para esse comparativo desprezou-se a popula o dos novos municípios incorporados   RMS.

**Gráfico 43** - Crescimento populacional, Salvador e demais municípios da RMS, 1991, 2000, 2010

**Fonte:** IBGE; CONDER; Elaboração própria.

Obs.: Não agrega dados dos municípios incorporados à RMS em 2010.

Na última década, 2000/2010, a taxa de crescimento populacional da cidade do Salvador foi de 9,6 %, enquanto para o conjunto dos demais municípios de 36,7%, sem os três últimos municípios agregados, e, de 56,7 % se considerada a conformação atual, não utilizada neste cálculo. Projetado o crescimento populacional com as taxas de crescimento da década de 2000/2010, a população do conjunto dos municípios se aproxima da equalização com a população de Salvador em torno 2060, conforme Tabela 50.

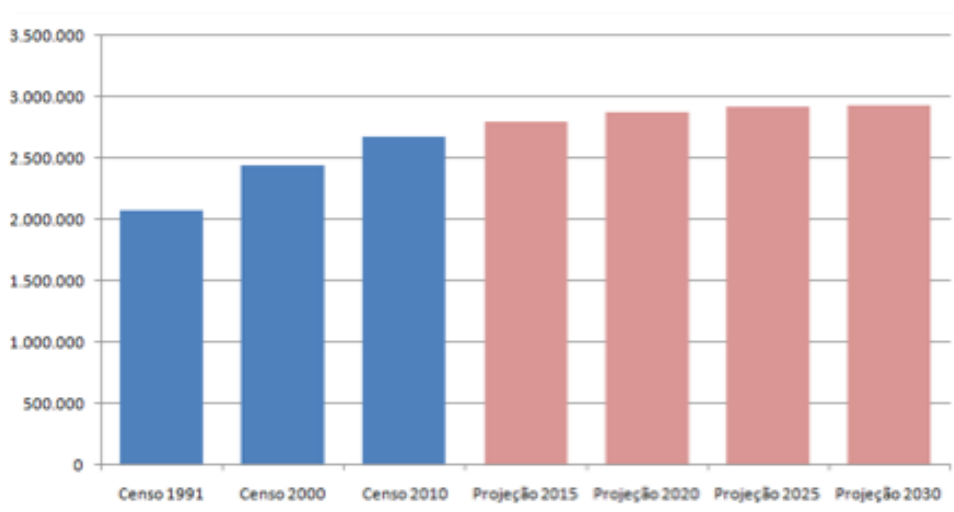
**Tabela 50** - Crescimento Populacional municípios RMS: dados e projeções.

	Ano	População de Salvador	População dos demais municípios RMS
Dados	1991	2.075.273	421.250
	2000	2.443.107	578.465
	2010	2.678.113	791.121
Projeções	2020	2.935.725	1.081.954
	2030	3.218.116	1.479.703
	2040	3.527.671	2.023.673
	2050	3.867.003	2.767.618
	2060	4.238.976	3.785.054
	2070	4.646.729	5.176.520
	2080	5.095.705	9.079.518

**Fonte:** IBGE; Elaboração própria.

Como outros fatores concorrem na definição das projeções, que não a simples progressão geométrica, como mostra o Gráfico 44, observa-se que a projeção para 2030 da população de Salvador não atinge os três milhões de habitantes (CARVALHO; PEREIRA, 2015). Desse modo, o intervalo para equalização das populações poderá ser ainda menor, com probabilidade de que ocorra em até 30 anos. Um cenário alarmante se pensado como horizonte de planejamento. Para o futuro de Salvador, fica a possibilidade de que, com a estagnação e até provável involução, melhor qualificação para o ambiente urbano da capital possa ser pretendido.

**Gráfico 44** - Projeção crescimento de Salvador, 2030.



**Fonte:** CARVALHO; PEREIRA (2015).

Richardson, um dos primeiros a defender a reversão da polarização, entende que a partir de um certo tamanho da população a tendência é de diminuição dos benefícios marginais da escala urbana e define uma sequência para as transformações estruturais: primeira fase, de concentração econômica, e relações centro-periferia; em seguida, transformações estruturais aconteceriam nas áreas centrais e os núcleos do entorno apresentariam crescimento mais acelerado que o centro; a terceira fase, corresponderia ao início da reversão da polarização quando haveria uma dispersão ampliada; e, em seguimento, os centros secundários são atingidos pela dispersão; ao cabo, a área central começa a perder população (RICHARDSON, 2004).

A RMS inicia a fase que corresponde ao crescimento dos núcleos adjacentes mais acelerado que o centro, e, nesse sentido, o crescimento de oportunidades de serviços fora da sede metropolitana reorienta a localização da moradia. De outro modo, como visto, o crescimento no modo disperso abarca populações de baixíssima renda vinculando-o ao



fenômeno da exclusão territorial, cuja opção para assentamentos distantes dos núcleos urbanos, não é escolha, mas compulsório. Embora as nuances e especificidades do fenômeno, em função das cidades secundárias passarem a apresentar vantagens comparativas, tanto os fluxos de capital quanto os de trabalho convergem para estas cidades que passam a registrar crescimento econômico e demográfico, a taxas superiores à sede metropolitana.

A impossibilidade de raciocinar estratégias para Salvador fora do contexto metropolitano remete ao pensamento de Villaça sobre a formatação de uma região por decreto. As relações na grande região metropolitana favorecem à maior dispersão do crescimento e reforça a tese da estagnação e mesmo involução de Salvador. Espacialmente, e considerando esta grande região metropolitana, a tendência é de “puxar para cima” a inflexão do crescimento da ocupação da península para onde apontam os vetores metropolitanos. No Capítulo 4, Terceira Parte, retoma-se a questão da convergência dos vetores na península e a espacialidade metropolitana.

### 4.3 DIMENSÕES FORMAIS DA URBANIZAÇÃO DISPERSA

Instiga à compreensão o padrão de distribuição espacial da população nas aglomerações, visto a continuidade da mancha urbana não ser mais uma exigência para integração dos contextos urbanos às rotinas cotidianas (OJIMA, 2007). Desta constatação, Ojima desenvolve metodologia para interpretação da espacialidade da urbanização, que leva à construção de outro indicador para urbanização dispersa, resultante das distâncias e das formas que os espaços urbanizados possuem e estabelecem entre si. Propõe o estudo, além das densidades, da fragmentação, orientação e centralidade, quatro relações formais complementares para caracterizar a distribuição espacial do fenômeno da dispersão urbana.

Visto que, sob a ótica da sustentabilidade, também há grande significado na configuração da dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais, em função do comprometimento de usos do solo, a conveniência dos estudos destas relações espaciais tanto evidencia o significado do planejamento quanto da possibilidade de efetiva gestão intraurbana e metropolitana. A urbanização, em saltos (*leapfrog*), restringe usos agrícolas das áreas periféricas, ou ainda, demanda a expansão da rede de infraestrutura de serviços – como abastecimento de água e esgoto – para além da racionalidade técnica (OJIMA, 2007).

Ainda que as variáveis privilegiadas nesta pesquisa para melhor compreensão do fenômeno da urbanização dispersa sejam as relações com a sustentabilidade e a densidade, considerando que parte dos levantamentos da metodologia de estudo da fragmentação já foi realizada, segue-se com a caracterização das dimensões formais da urbanização dispersa, focalizando no padrão de fragmentação e de centralidade, com os ajustes e adaptações necessários.

Tendo em vista o cálculo do Índice de Dispersão para a RMS, 2000, realizado por Ojima, utiliza-se da metodologia proposta por este autor para uma experimentação restrita às áreas urbanas acrescidas nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010. Investiga-se o padrão da fragmentação, não da região metropolitana como um todo, mas o padrão de fragmentação e de dispersão do crescimento das áreas urbanas entre 1991/2000 e 2000/2010 na relação que estabelecem entre si.<sup>13</sup> Para o caminho agora adotado, de compreensão do padrão da espacialidade das manchas das áreas acrescidas, percorre-se a metodologia, que ganha/perde alguns significados pois, não se está a considerar as ocupações preexistentes, mas o padrão da espacialidade da ocorrência de novas áreas urbanizadas. Talvez, o conceito devesse receber nova denominação pois se trata de um outro aspecto da fragmentação, o padrão de pulverização das manchas do crescimento urbano.

A primeira distinção entre metodologias decorre da aproximação com os setores censitários e do interesse em descer ao nível do tecido urbano. Constatou-se que a ocupação desses setores apresenta a seguinte relação: para os setores acrescidos na década de 1991/2000, a mediana de ocupação do setor é de 27% sendo 73% vazios; e, para as áreas acrescidas na década de 2000/2010, a relação média de ocupação do setor censitário é de 18% e 82% os vazios. Esta apropriação já sugere uma depuração no cômputo das distâncias entre Áreas Urbanizadas – AU-SC acrescidas. Nesse sentido, para os cálculos adotam-se as distâncias dos centroides das figuras das áreas efetivamente ocupadas dos setores censitários denominadas de Áreas de Ocupação Homogênea (AOH-SC).

Mapeada a rede de AOH-SC e mensuradas as distâncias entre estas, observou-se que para a escala de impressão adotada, não havia possibilidade de leitura das distâncias de alguns conjuntos de AOH-SC, pois formavam grumos de pontos ilegíveis. Duas opções de análise

---

<sup>13</sup> Ojima realiza pesquisa sobre a urbanização dispersa para 37 aglomerações, inclusive para a RMS, propõe metodologia para construção de um indicador de fragmentação dos espaços urbanos, observando: o agrupamento os setores censitários que têm tangência entre si tratando-os como uma área urbanizada contínua e outros setores censitários não conurbados, identificando distâncias e estabelecendo um Índice de Vizinhaça Próxima. A partir deste constrói um Índice de fragmentação. OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem sócio-espacial em aglomerações urbanas brasileiras. *R. Bras. Est. Pop.* São Paulo, 2007).

foram consideradas: a primeira, definir que para áreas com distâncias que não dessem possibilidade de leitura, seria definida uma poligonal envolvente, agrupando os centroides destas AOH-SC, definindo-se um único centroide, o da figura, para o conjunto das áreas; a segunda, visando manter a maior precisão, manter o centroide de cada AOH, mesmo para aqueles que não se tem boa leitura, e, numa escala de representação adequada, mais aproximada, utilizando-se do zoom, utilizar duas escalas de leitura.

Os traços de conexão dos centroides confirmam os vetores metropolitanos identificados e caracterizados, mesmo numa ampla malha de dispersão, como perceptível no Cartograma 40 e foi possível o cálculo do Índice de Pulverização do crescimento urbano na RMS. Com o mapeamento das áreas e por meio de ferramenta do QGIS, os pontos de maior proximidade foram conectados e calculadas as distâncias.

#### 4.3.1 Índice de Pulverização do Crescimento

Na apropriação das relações metropolitanas remete-se ao conceito de Pulverização das áreas de crescimento, com a conotação de relação de proximidade, mas sem o caráter de vizinhança, pois que não se está analisando a proximidade com ocupações preexistentes, mas as distâncias entre ocorrências de novas ocupações urbanas entre si.

O grau de dispersão do crescimento urbano, corresponde à razão da média das distâncias de cada um dos centroides aos vizinhos mais próximos, de onde se apura a média das distâncias de cada ponto ( $D_1 \dots D_n$ ). Com este conjunto de dados obtém-se a média geral dos valores apurados  $D_1$  a  $D_n$  resultando num indicador, Índice de Pulverização do crescimento<sup>14</sup> das áreas urbanizadas acrescidas na RMS.

O Índice de Pulverização - IP, das áreas de crescimento urbano em ambas as décadas foi calculado da seguinte forma:

$$IP = \frac{D_1}{D_2} = \frac{609,32 \text{ km}}{4,66 \text{ km}} = 130,75, \text{ onde,} \quad (7)$$

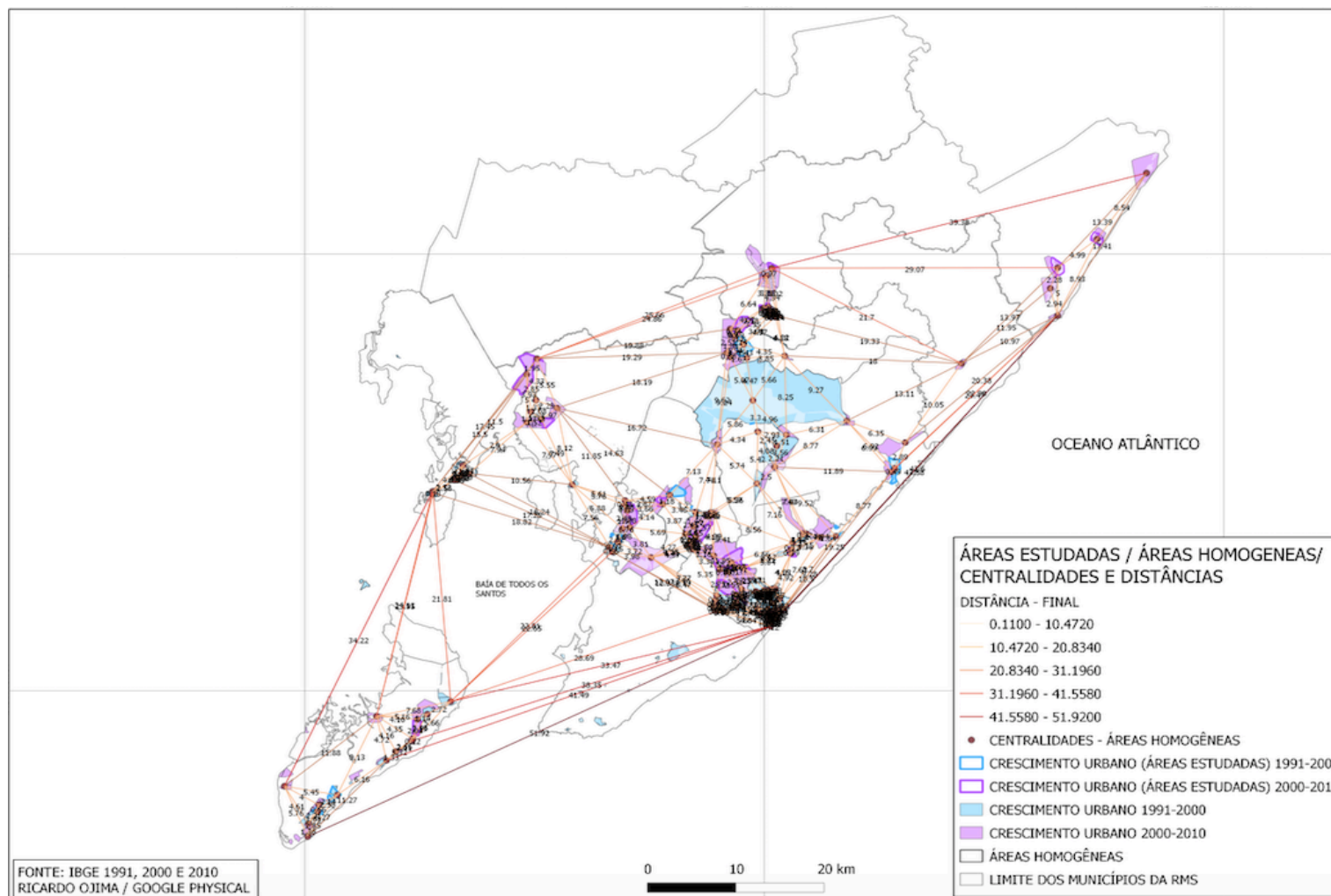
$D_1$  = Somatório das médias das distâncias de cada centroide aos vizinhos mais próximos

$D_2$  = Média geral das distâncias dos centroides.

<sup>14</sup> Esclarecendo, a experiência de Ojima considera os centroides das áreas urbanas existentes mais áreas acrescidas, áreas isoladas e áreas rurais /urbanas, enquanto que, neste caso, considera-se a distribuição das áreas urbanas acrescidas (expansão de tecido urbano ou áreas isoladas) na aglomeração. Embora constitua-se num índice de dispersão, para diferenciá-los prefere-se a denominação de Índice de Pulverização das áreas acrescidas.

Prosseguindo com as relações possíveis que os cálculos permitem, pode-se traçar uma escala de proximidade como se apresenta na Tabela 51: Distâncias entre áreas acrescidas, RMS, 1991/2000 e 2000/2010, identificadas no Cartograma 39: Distâncias entre Áreas de Ocupação Homogêneas acrescidas na RMS, 1991/2000 e 2000/2010.

**Cartograma 39** - Distâncias entre Áreas de Ocupação Homogêneas acrescidas na RMS, 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010); Ojima (2007); Google; LCAD.



**Tabela 51** - Distâncias entre Áreas de Ocupação Homogêneas - SC, RMS, 1991/2000 e 2000/2010.

Distância km	Segmentos	%
<1	28	14
1 a 5	63	31,3
5 a 10	35	17,4
10 a 15	7	3,4
15 a 20	3	1,5
> 20	2	1

Fonte: Elaboração própria e 2000/2010.

A concentração de novas áreas acrescidas, quando não associadas às sedes municipais podem também sinalizar centralidades/polaridades metropolitanas em formação, embora que, conhecendo as condições socioeconômicas e a predominância da precariedade das ocupações, parece ser esta inferência uma precipitação.

#### 4.3.2 Centralidades e Polaridades

Com base nas áreas urbanas acrescidas AU-SC, estudadas, foram quantificadas as distâncias destas com relação às centralidades de bairros e sede de municípios. Neste caso uma relação que considera as vinte e uma áreas estudadas, Tabela 52.

**Tabela 52** - Distâncias das AU às centralidades: Bairro, Sede Município.

Áreas acrescidas	Município	Centro do Bairro (km)	Centro da Cidade (km)
AU 290570105000106	Camaçari	0,00	3,40
AU 290570110000130	Camaçari	5,20	22,90
AU 290570110000026	Camaçari	0,00	28,00
AU 290570110000123	Camaçari	0,00	7,90
AU 290650105000048	Candeias	0,55	3,10
AU 290650105000065	Candeias	2,00	3,10
AU 291005705000020	Dias D'Ávila	0,00	5,40
AU 291005705000045	Dias D'Ávila	0,00	6,00
AU 291920705000057	Lauro de Freitas	0,50	6,50
AU 291920705000148	Lauro de Freitas	0,75	3,40
AU 291920705000152	Lauro de Freitas	1,00	15,00
AU 292100510000002	Mata de São João	4,00	59,50
AU 292100510000008	Mata de São João	0,00	67,30
AU 293320820000010	Mata de São João	0,90	0,90
AU 293070905000013	Simões Filho	1,00	3,10
AU 293070905000059	Simões Filho	0,00	10,70
AU 293070905000082	Simões Filho	1,30	5,50
AU 293070905000097	Simões Filho	0,00	7,20
AU 293070905000086	Simões Filho	1,00	2,20
AU 293320820000010	Vera Cruz	2,60	10,10
AU 293320815000011	Vera Cruz	0,17	11,99

Fonte: LCAD.

A importância da questão espacial, mais do que formal, na urbanização dispersa, é central. Visto que não ocorre de modo randômico no território, as relações de distância, (base dos indicadores de dispersão) só encontram efetivo sentido e importância quando se relaciona com a base territorial em que estas ocupações se inserem. De posse do conhecimento sobre em que espaço as novas ocupações dispersas estão implantadas, é possível avaliar o impacto no meio ambiente e como restringem ou constroem o desenvolvimento de outros usos, análise privilegiada nesse estudo, Capítulo 1 desta Terceira Parte.

Não sendo aleatória a localização das áreas urbanizadas, outras relações como a força de atração/expansão, já enunciada por Santos, exercida pela grande cidade, sede metropolitana, se apresenta como uma dentre outras possibilidades de perscrutar relações. Especulativamente, se poderia interpretar as concentrações crescentes em termos das relações com o desenvolvimento dos setores econômicos: indústria, terciário e mercado imobiliário, os mais influentes na organização pós-metropolitana, objeto de considerações no Capítulo 3.0 desta Terceira Parte.

#### 4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este Capítulo relaciona dados das áreas urbanizadas, obtidos do IBGE e apropriados dos estudos realizados, para organizá-los em categorias mais gerais, de modo a elaborar referências diversas da urbanização dispersa à escala regional: correlação das taxas de crescimento da área, da população e da densidade urbanas; comparativo da variação das taxas de crescimento das densidades populacionais no início e no fim do período de pesquisa; definição *buffers*, facilitando a visualização da expansão metropolitana, áreas e densidades; comparativo dos dados de população, área e densidade entre a RMS, Salvador e conjunto dos demais municípios, revelando tendências para o crescimento metropolitano; exercício de projeções sobre o crescimento populacional que apontou a equalização de população entre Salvador e o restante da região em 30/40 anos; quantificação das distâncias entre áreas acrescidas das quais resultou o índice de pulverização; e, por último considerações sobre o apoio urbano e as áreas urbanizadas acrescidas.

Em seguimento a urbanização dispersa é tratada na perspectiva da sustentabilidade e apresenta-se uma leitura propositiva para o planejamento regional sustentável.



## 5 EXPANSÃO E SUSTENTABILIDADE - A VIRADA ESPACIAL

A espacialidade da urbanização está diretamente associada e afeta à questão ambiental. No modo disperso, a fragmentação, ocupações urbanas alternadas com espaços vazios, compromete a integralidade do ambiente, altera referenciais paisagísticos e restringe a utilização do uso potencial dos recursos naturais, os usos agrícolas e mesmo o desenvolvimento de outras atividades urbanas. Na melhor relação sociedade-natureza, na relação entre sustentabilidade e o urbano está o desafio propositivo deste trabalho.

### 5.1 SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO METROPOLITANO

O fenômeno urbano da virada do sec. XXI se apresenta com tendências opostas, tanto de adensamento das populações nas cidades, quanto da dispersão dos tecidos urbanos, um modo disperso de organização do território. A cidade compacta prenuncia maior racionalidade no uso dos recursos naturais com densificação de áreas centrais e concentrações populares com forte verticalização<sup>15</sup>. Na urbanização dispersa predomina a expansão horizontal nos espaços peri-metropolitanos, com uma produção formal, tipo condomínios verticais e horizontais, abertos ou fechados, e áreas de ocupações espontâneas, informais, com ocorrência de parcelamentos clandestinos. Os evidentes comprometimentos ambientais deste modo disperso - avanços sobre o espaço rural, fracionamento da cobertura vegetal, rotinas de deslocamentos diários de alto consumo de combustível, demandas onerosas por infraestrutura urbana, dirigem o foco para melhor compreender as possibilidades de gestão territorial urbanístico-ambiental e para a estrutura socioespacial contemporânea com o olhar propositivo na expectativa da sustentabilidade.

O grande diferencial dos processos urbanos no modo disperso, em especial para as cidades de países periféricos, está na vinculação com a nova lógica de ocupação do território, induzida pelo capital internacional, seja industrial ou de outra natureza. As cidades que se mobilizam para imprimir maior dinamização econômica, via inserção nos circuitos globais da

---

<sup>15</sup> Na Inglaterra, grupo de técnicos (Urban Task Force) coordenados pelo arquiteto Richard Rogers apontam a cidade compacta como solução urbanística por eles identificada como "sustentável", 1998. Publicações do grupo Urban Task Force como o livro *Cities for a Small Planet*, de 1998, e *Cities for a Small Country*, de 2000, onde Rogers desenvolveu os princípios de sustentabilidade urbana apoiados no paradigma da cidade compacta. Outros grupos fazem a mesma defesa da cidade compacta como mais adequada à redução do consumo dos recursos naturais (JENKS, M. e BURGESS, R. 2000; RUEDA, S., 2004).

economia, participam das disputas entre locais, oferecem maiores vantagens comparativas e especializam seus territórios, adequando-os às condições requeridas para a implantação de empreendimentos visando à captura e às condições de reprodução do capital internacional.

Regidas por interesses do circuito internacional, as corporações passam a operar como agentes re-estruturadores do território: impactam os espaços urbanos dos municípios e regiões, com variadas sinalizações. A especialização do território para o desenvolvimento das atividades das corporações, não raro, gera de novas centralidades, à revelia de um planejamento urbanístico-ambiental que o tenha antecedido, ou tenha sido recém alterado para comportar os requisitos das novas iniciativas empresariais.

Nestas condições, as ocupações urbanas passam a ocorrer de modo esparso, adentrando a área rural, deixando grandes espaços vazios, processos urbanos que tem se verificado à escala planetária. Teóricos do urbanismo já especulam o surgimento de uma nova ordem espacial mundial (MARCUSE e VAN KEMPEN, 2000), ou antecipam o fim das cidades (CHOAY, 1992). De fato, há indicativos de um novo modo de ordenamento territorial, ainda por ser bem compreendido, relativo a esta fase de transição da metrópole industrial capitalista (LEFEBVRE, 1970), para uma outra configuração que decorre da reestruturação do modo de produção capitalista, compreendida por Soja como uma transição pós-metropolitana (SOJA, 2000) e que aqui procura-se ampliar a compreensão.

## 5.2 SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO E PRODUÇÃO URBANA

Soluções para a sustentabilidade no ambiente urbano, metropolitano e regional, vêm sendo gestadas e pode-se dizer já incorporadas ao planejamento urbano-ambiental enquanto item de relatórios de diagnóstico, mas ainda pouco efetivamente assimilado para a inovação no planejamento visando ao que Leff defende: o aprendizado de convivência com o território, uma nova racionalidade baseada na produtividade ecológica dos territórios, uma nova racionalidade de produção econômica (LEFF, 2004).

O grande dano ambiental que representam as ocupações urbanas dispostas segundo a lógica rodoviarista, a insustentabilidade da forma que as cidades crescem e que o tecido urbano se expande, tanto significam equívocos macro estratégicos locacionais com relação às infraestruturas urbanas, aos fluxos de materiais e pessoas, quanto com relação ao meio ambiente que, ao cabo, recebe os impactos das alterações ecológicas, agregada por resíduos e

expurgos de um sistema urbano não circular, que tende à danos irreversíveis à escala local e até planetária.

Experiências que testemunham a crescente possibilidade de um novo olhar para o planejamento urbano, o olhar sob novas lentes, lentes da sustentabilidade, enxergam a sociedade e as cidades, os construtos sociais mais contundentes da história da humanidade, como um sistema sócio-ecológico, onde a inter-relação sociedade–natureza rebate-se no conceito de ecologia urbana, por onde uma nova lógica de organização espacial e territorial pode ascender.

Exemplificam este novo olhar sobre o território as experiências: de Nova York, que reverte a decisão de ampliação da rede de captação de água mediante a recuperação das condições dos ambientes no entorno dos mananciais de captura de água, revigorando os ecossistemas a estes associados; as inúmeras experiências de projeto de zonas residenciais, de centros empresariais como os que singularizam a obra do arquiteto Norman Foster, ou, como o emblemático estudo para a região metropolitana de Istambul, que são representativos de possibilidades criativas, combinando a interdisciplinaridade com as particularidades do ambiente para produção de conhecimento integrado e de inovação propositiva para o planejamento e desenho, urbano e regional.

A inserção desta espécie, dominante, como integrante de um sistema ecológico do planeta, apesar das modificações extraordinárias que já produziu, que marcam o Antropoceno, exige desta mesma sociedade esforço de igual intensidade para reversão ou melhoria de procedimentos, técnicas e tecnologias, para assegurar soluções ambientalmente sustentáveis e edificantes. O foco do planejamento deve mirar o desempenho ambiental de modo abrangente: análises estratégicas em sintonia com os processos ecológicos do território; unidades de planejamento ambientalmente funcionais (bacias hidrográficas); processos de depuração dos expurgos das ocupações urbanas; priorização do elenco de procedimentos das técnicas de produção mais limpa, enfim, novos arranjos espaciais que minimizem as iniquidades regionais e que transformem o tradicional modo de ocupação do território, bem como possam apresentar resposta à tendência de produção de tecidos dispersos da urbanização regional contemporânea.

**Processos urbanos contemporâneos na Região Metropolitana de Salvador**

Na RMS os municípios são impactados por este modo de ocupação, sinalizando a tendência para grandes mudanças na relação com a capital regional, que se expressa na projeção de equalização de população, do conjunto de municípios metropolitanos e da capital, num horizonte de aproximadamente 30 anos<sup>16</sup>, se mantidas as taxas de crescimento da última década.

Estudo específico da RMS, metrópole periférica, com 3,6 milhões de habitantes, com sede na terceira maior cidade do país com 2,7 milhões de habitantes, (IBGE, 2010), mostra a ocorrência de ocupações urbanas, como acima descrito, tecidos esparsos compondo manchas fragmentadas, embora que, esta região esteja sob os efeitos das circunstâncias econômicas decorrentes da crise de 2008, e, tampouco a cidade possa ser enquadrada como uma *megacity*.

Para considerações sobre os processos urbanos em curso alguns levantamentos e análise de dados de pesquisas disponíveis foram fundamentais para ter a condição de fazer as inferências, adiante apresentadas como resultado destes estudos: o levantamento das áreas urbanizadas acrescidas nos censos demográficos do IBGE nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010, Cartogramas 04 e 05, que permitiu reflexões à escala metropolitana e intraurbana, explorar os raciocínios sobre a geolocalização e interpretá-las no contexto da conjuntura socioeconômica e ambiental; o levantamento dos fluxos de transporte coletivo nos vetores metropolitanos; o mapeamento da geolocalização da indústria e dos polos de empregos da indústria e do turismo; e, a pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador, realizada em 2012, cujos dados de Origem/Destino facultaram interpretações muito significativas das mudanças da estrutura socioespacial metropolitana como visto no Capítulo 6, Segunda Parte.

Como informação preliminar, remete-se à condição histórica da organização do território, no período da metrópole fordista, 1960 a 1985<sup>17</sup>, quando, com forte desequilíbrio entre a oferta de equipamentos e serviços urbanos e a localização do emprego industrial, concentrou a habitação distanciada do trabalho, na fronteira da aglomeração urbana, e estabeleceu um padrão de deslocamentos pendulares casa-trabalho intensivo, ainda hoje refletido na discrepante concentração populacional da sede metropolitana com relação ao total da população dos demais municípios, que correspondem a apenas 25% do total da região. De fato, os deslocamentos pendulares marcam o fenômeno metropolitano da urbanização fordista em muitas regiões, com maior ou menor polarização da cidade sede. Na RMS, apesar de que a

---

<sup>16</sup> Hoje a população total dos municípios metropolitanos corresponde a aproximadamente a 25% da população da capital.

<sup>17</sup> Ver compatibilização da cronologia, Capítulo 2.

concepção da estratégia do projeto industrial, 1950, já contemplasse para as cidades sedes dos municípios, onde foram implantadas as indústrias, a função de suporte urbano, esta estratégia não se confirmou (SAMPAIO, 1999). A também discrepante oferta de infraestrutura e equipamentos urbanos reforçou a polaridade da capital e inviabilizou o crescimento regional, uma constatação que remete aos conceitos de força de atração e de expansão metropolitanas que devem caracterizar uma metrópole. Para Santos a força de atração da RMS é inquestionável, mas se trata de uma metrópole incompleta quanto à força de expansão como uma das capacidades que a metrópole deve ter: a de dinamizar a região sob sua influência (SANTOS, 1956).

Esta limitação tende a se alterar com a reestruturação da organização produtiva e socioespacial, neste novo ciclo sob o modo de produção e acumulação flexível. A partir de 1990, quando alguns fatores determinantes das mudanças na organização territorial já estavam postos – desenvolvimento das TIC e a difusão da internet, a flexibilização neoliberal, outros desenvolvimentos tecnológicos, colocaram a partir desta década a possibilidade de um novo ciclo de transformações local<sup>18</sup>.

A indústria e o turismo, este como atividade que representa o setor terciário, são as duas maiores forças econômicas com potência de reestruturação da organização socioespacial regional. Promoveram a especialização do território segundo requisitos próprios: a indústria, porque totalmente dependente das externalidades urbanas, induz a produção de tecido tanto no litoral quanto na área mais interiorana da região metropolitana, e, o setor turismo, fortemente alocado no litoral, estrutura territórios dispersos que alcançam distâncias maiores que 100 km da sede regional. Ambos os setores exercem uma atração idealizada pela empregabilidade que, não preenchida, dispersa também ocupações espontâneas que se implantam em áreas de risco e de preservação ambiental, demonstrando a ausência e/ou fragilidade da gestão do território, de políticas públicas, de planejamento sustentável.

Nos dados de O/D da *Pesquisa de Mobilidade da RMS*, SEINFRA 2012<sup>19</sup> pode-se observar alterações nas relações de dependência e complementaridade na rede de cidades da RMS, com registros de movimentos em torno de centralidades, ou seja, a conformação de uma rede de cidades com desempenho mais efetivo das suas funções urbanas que certamente impactam o padrão dos deslocamentos pendulares.

---

<sup>18</sup> Ressalve-se que se não fora a década perdida, dos anos 80, a sinalização de transformações típicas de um novo padrão de organização do território já teria sido registrada desde então.

<sup>19</sup> Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de Salvador, realizada pela SEINFRA, 2012.

No espaço regional, pode-se claramente reconhecer alguns processos urbanos contemporâneos específicos, mas também específicos do ponto de vista do acúmulo da história da formação deste espaço regional. Dois destes processos estão fortemente associados à conjuntura da economia globalizada, à liberalidade relativa do vínculo com o território e à reestruturação do modo de produção e acumulação capitalista, capturados na metrópole. O primeiro, decorre da dinamização relativa, ampliação e diversificação do parque industrial<sup>20</sup>, e o segundo, resulta do capital internacional alocado no setor turismo.

### 5.3 ÁREAS DE EXPANSÃO METROPOLITANAS E A SUSTENTABILIDADE

A cidade do Salvador, esgotado o espaço a urbanizar, concentra população e também exporta população, principalmente, pressionando a ocupação de territórios limítrofes: municípios de Simões Filho, Lauro de Freitas e ilha de Itaparica. De outro modo, e em sentido contrário, estes municípios refletem a dinamização das suas economias com inserções distintas: ou atraindo população predominantemente de baixa e média renda que se localiza nas imediações onde prevalecem atividades industriais, no caso de município interiorano (Simões Filho); ora acolhendo populações de classes de renda médias e superiores onde concentra atividades industriais não poluentes e atividades relacionadas ao segmento turístico, no município litorâneo (Lauro de Freitas), que reforça atração e fixação de população por meio de mecanismos tributários. Ambos os municípios conformam um vetor de pressão de mão dupla com a sede metropolitana, consolidam um processo de conurbação híbrido, de expansão da capital e reflexivo da dinamização econômica destes municípios. A ilha de Itaparica acolhe a expansão sul, população de baixa renda e, diferentemente, não se enquadra em fase de crescimento econômico.

A geolocalização das áreas acrescidas nas últimas décadas na RMS permite algumas diferentes interpretações. Considerando a abordagem proposta sobre a sustentabilidade e formas de inovação da organização territorial, visa-se a uma estratégia virtuosa de desenvolvimento para a urbanização regional dispersa, potencializando a utilização dos recursos naturais, valorizando-os como os definidores da estratégia de uso e ocupação do solo baseada nos conceitos da ecologia urbana, na interdisciplinaridade e nas especificidades do ambiente natural. Proposição para reverter o que se colocou historicamente como alavanca

---

<sup>20</sup> Em especial pela indústria automotiva, pela indústria química e petroquímica e pela indústria de equipamentos para produção de energia eólica.

para ocupações urbanas, lindeiras aos eixos de deslocamento de veículos particulares e de transportes coletivos, conformando vetores de expansão, dado à inegável capacidade de estruturação territorial dos sistemas viário e de transportes. A nova relação rural/urbana característica do que Marcuse e Van Kempen, (2000) chamaram de nova ordem urbana, gera condições para outras formas possíveis de inscrições do capitalismo, sustentáveis, com grifo na inclusão social nas paisagens do espaço-território regional.

As áreas urbanas acrescidas a partir das duas últimas décadas do sec. XX, 1991/2000 e 2000/2010, Cartogramas 02, 03 e 04, Capítulo 5, Segunda Parte, mostram claramente a representação da dispersão. Quando analisadas em escala mais aproximada, a dispersão é majorada, visto que, a ocupação efetiva do polígono das áreas urbanizadas acrescidas corresponde a 18%, 1991/2000, e 27%, 2000/2010, como ilustrado nas Figuras 50, 51, 52, e apresentam as seguintes densidades brutas e líquidas, Tabela 53, indicando condições distintas dos processos de expansão em cada período.

**Tabela 53** - Densidades Populacionais e domiciliares, brutas e líquidas (mediana), por década.

Década	Densidade populacional bruta AU-SC (hab/ha)	Densidade populacional líquida AOH-SC (hab/ha)	Densidade de domicílios bruta AU-SC (dom/ha)	Densidade de domicílios líquida, AOH-SC (dom/ha)
1991/2000	11,93	68,41	3,45	24,15
2000/2010	3,83	36,63	1,17	10,78

**Fonte:** Elaboração própria

As densidades dos polígonos das áreas acrescidas, densidades brutas, se apresentam como relativamente baixas, mas tomadas como densidades líquidas, ou, seja considerado apenas as áreas efetivamente ocupadas, são densidades comparáveis a áreas urbanas de ocupação convencional, densidades de padrão citadino.

As áreas acrescidas, no conjunto, se estabelecem em três situações: na fronteira do tecido urbano, lindeiras ou na proximidade (caso das áreas isoladas) dos eixos de deslocamento de veículos particulares e de transportes coletivos, conformando vetores de expansão, dado inegável capacidade de estruturação territorial dos sistemas viários e de transportes.

Cada uma das vinte e uma áreas foi analisada quanto à condição do ambiente. As imagens das áreas foram organizadas por vetor, de modo a facilitar o acompanhamento da

avaliação ambiental, para o qual contou-se com a colaboração do Eng. Agrônomo Danilo Antônio Viana Lima. Sinteticamente, a condição ambiental nos vetores foi descrita, e permite uma noção das pressões às quais o ambiente está submetido nas atuais condições da expansão metropolitana. Breve caracterização ambiental dos vetores consta do Quadro Ambiental da RMS, Capítulo 1, Terceira Parte. A análise do dano ambiental de cada área acrescida, 1991/2000 e 2000/2010, consta do Apêndice 05: Análise do dano ambiental das áreas acrescidas 1991/2000 e 2000/2010, por vetor de expansão, sintetizadas, como segue.

O vetor Litoral Norte, a área de expansão mais intensa e mais recente, foi ocupada por empreendimentos turísticos e habitações de segunda residência ao longo da costa por populações de renda superior. No compartimento interior, concentram-se ocupações precárias recentes e ocupações tradicionais de pequenas localidades. Ambos causam igual dano ao ambiente. As ameaças incluem pressão sobre as bacias dos rios e de reservatórios para consumo humano, ocupação de manguezais, de águas úmidas, lagos, margens de rios e cordões-duna.

O vetor Centro Norte, em direção às plantas petroquímicas e automotiva, hospeda indústrias que representam risco de poluição do solo e de águas subterrâneas, além de emissões de gases tóxicos. Este distrito industrial, o COPEC, apresenta o agravante de ter sido construído sobre importante aquífero. Construções somadas a escavações, em espaços abertos, causam a erosão do solo e a sedimentação dos rios, dramaticamente impactando o ambiente. A remoção de mata ciliar apenas torna o problema mais grave.

O vetor Intermetropolitano conecta as duas maiores cidades, sedes de duas regiões metropolitanas do estado da Bahia, que distam 112 km. Esta área, originalmente coberta pela Floresta Atlântica, tem sido degradada. Agricultura, principalmente a monocultura da cana-de-açúcar e extensivas áreas de pasto causaram severa fragmentação da paisagem. Espécies de plantas exóticas invasoras são encontradas em todo lugar. O fogo é ainda uma prática agrícola comumente utilizada. As rodovias criaram barreiras dividindo habitats em mosaicos e o uso descontrolado de pesticidas contamina o solo e a água, e envenena os trabalhadores.

O vetor Subúrbio, envolve dois municípios, conecta indústrias a um grande centro de logística. Concentra população de baixa renda perto de espaço que oferece muitas oportunidades de emprego. Situado à margem da Baía de Todos os Santos, os manguezais têm sido degradados e fissurados em muitos pontos para passagem de canoas. Um grande volume de efluentes domésticos, assim como de resíduos sólidos contamina a baía. A poluição



química causada por gás, produtos usados para a manutenção de barcos, águas de lavagem e organismos exóticos invasivos contribuem para um perfeito desastre ecológico.

O vetor Sul atravessa a baía e ainda espera por uma ponte para consumir sua integração regional. Encontra-se numa área de proteção ambiental que não tem sido suficiente para estancar os múltiplos impactos. Pobreza e assentamentos espontâneos tem causado grande pressão no ambiente. Outros problemas incluem: pesca de bomba, pesca de arrasto descontrolada para o mercado de frutos do mar, danificação de corais, poluição por plásticos, motores de embarcações e marinas.

A geolocalização das áreas acrescidas nas últimas décadas na RMS permite algumas diferentes interpretações, mas considerando o foco deste texto em novas formas de ordenamento territorial, baseadas nos conceitos de ecologia urbana, algumas estratégias são passíveis de convergirem para o objetivo de soluções mais atentas à relação Sociedade – Natureza.

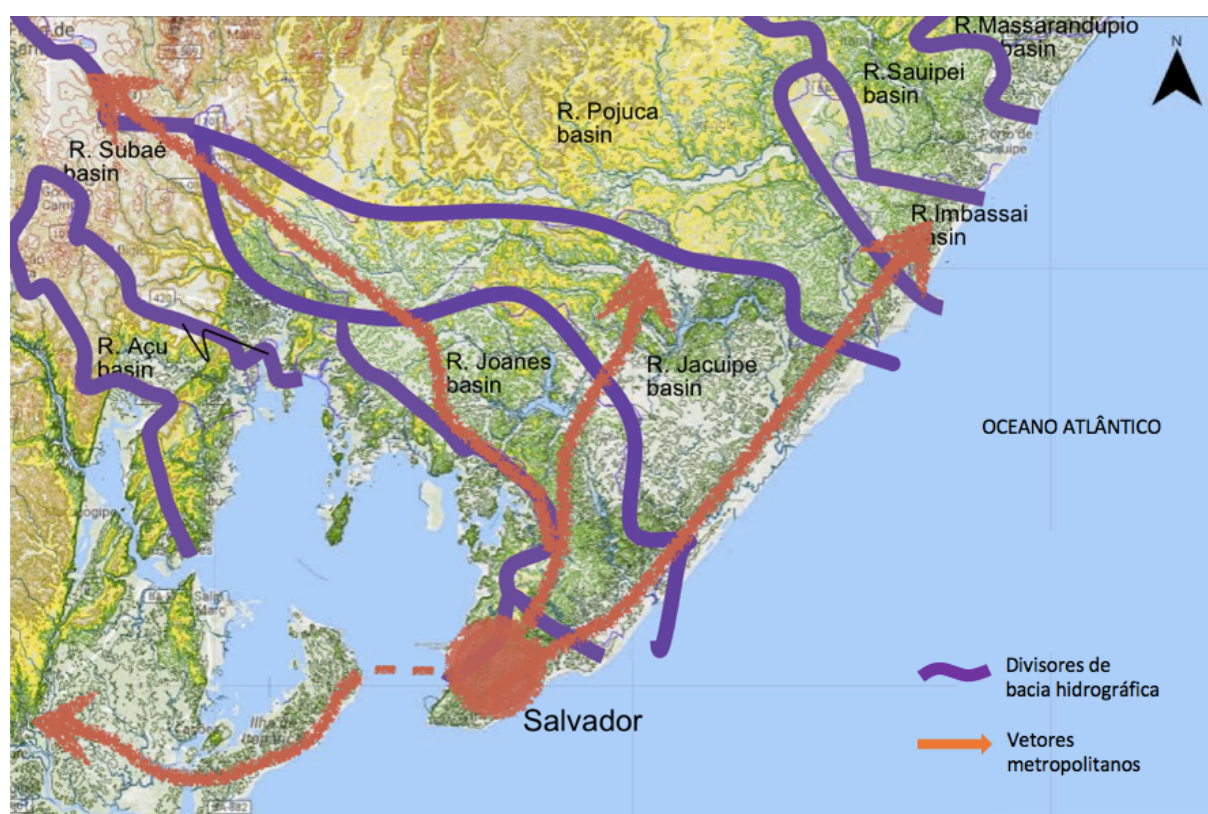
#### 5.4 A VIRADA ESPACIAL

Na perspectiva da sustentabilidade e da ecologia urbana, o que inquieta ao urbanista que busca inovação e melhorias socioambientais direcionadas à sustentabilidade é desvendar: primeiro, o significado de sustentabilidade para uma cidade/metrópole; segundo, como identificar opções para orientar a expansão metropolitana em outras bases.

Identificar uma estratégia virtuosa de desenvolvimento para a urbanização regional dispersa, potencializando a utilização dos recursos naturais, valorizando-os como condicionadores da estratégia de uso e ocupação do solo, elevando a condição espacial e o ambiente à importância de fatores sociais e econômicos é objetivo explicitado nos textos de Löw sobre o *Spatial Turn*, traduzido como Virada Espacial (LOW, 2013). Considerando conteúdos interdisciplinares, as especificidades do ambiente natural, a nova relação rural/urbana, a dinamização dos setores econômicos, a perene incapacidade de absorção da mão de obra, visualiza-se, nas condições da virada espacial, novas formas possíveis de inscrições do capitalismo, sustentável e incluyente, nas paisagens do espaço-território regional. De fato, com uma inversão da estratégia espacial, do que se colocou historicamente como alavanca para ocupações urbanas, lindeiras aos eixos de deslocamento, conformando vetores de expansão, pode-se, então, falar de sustentabilidade no planejamento metropolitano.

Começando na direção da primeira questão – o significado de sustentabilidade para uma cidade/metrópole – fundamental a aproximação com o espaço metropolitano e leitura preliminar, da configuração do meio físico, dos recursos disponíveis e características que esclareçam sobre a avaliação dos potenciais deste ambiente: topografia, solos, hidrografia, hidrogeologia, áreas de preservação ambiental, outros, e as tensões do crescimento urbano sobre o ambiente (Capítulo 1, Terceira Parte). Nesse momento, sem o sentido de leitura exaustiva, mas, ao contrário, buscando ler os grandes traços definidores da estrutura destes condicionadores da organização territorial, pode-se elaborar um esquema que evidencia o confronto da força da estruturação baseada no sistema viário versus os compartimentos geoambientais.

Os cinco vetores de desenvolvimento que foram caracterizados, Cartograma 14, Capítulo 5 da Segunda Parte, quando confrontados com apenas um dos elementos estruturadores do ambiente – as bacias hidrográficas –, pode-se verificar que o sentido dos vetores de expansão traspassa transversalmente as bacias hidrográficas. Fica evidenciado que as determinações de implantação do viário, as escolhas locais dos centros industriais, estabeleceram uma direção para o crescimento que ignora a base do meio físico, conforme esquematizado na Cartograma 40. Exatamente as bacias e sub-bacias, unidades de planejamento e gestão dos recursos ambientais, já institucionalmente assumidas com a formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, envolvendo os atores sociais e comunidades, com o agravante, já referido, da instalação do Polo Petroquímico de Camaçari sobre a grande reserva de água subterrânea, o aquífero de São Sebastião.

**Cartograma 40** - Esquema dos conflitos da direção da expansão urbana e da estrutura geo-ambiental na RMS.

**Fonte:** Google Physical, Imagens SRTMDA EMBRAPA, Plano Diretor do CIA; LCAD; Elaboração própria.

O esquema, visualmente, evidencia o óbvio. No detalhe, as ocupações pressionam o meio físico com infindáveis obstáculos que progressivamente interferem nos fluxos hidrológicos e hidro-geológicos. A indagação sobre o que significa sustentabilidade para a expansão metropolitana encontra resposta na inversão de critério organizativo: priorizar as bacias sobre a estruturação rodoviarista, uma inversão de prioridade que gera novo desenho para a expansão metropolitana.

A inversão de diretriz para a expansão metropolitana confere nexa a um conjunto de ações que se ancoram na ecologia urbana e, finalmente, configuram-se os meios efetivos para realizar o urbano como sistema socioecológico, fazendo convergir tanto a lógica espacial organizativa quanto a funcional e operacional, com resultados de máxima amplitude, contemplando as dimensões de sustentabilidade, todas.

Uma política de organização territorial a ser compreendida e construída socialmente, na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, se conforma tendo a ecologia urbana seus mecanismos de metabolismo urbano circular, em ciclo fechado como viés de desenvolvimento, como diretriz para a guinada da sustentabilidade no planejamento urbano e regional da Metrópole de Salvador, que conjuga os pensamentos de Löw, sobre a virada

espacial (*spatial turn*) (LÖW, 2013), de Leff sobre a conciliação com a produtividade dos territórios (LEFF, 2004).

A preocupação é mais propositiva que crítica do *status quo* da ocupação de uma região que tem uma população com o seguinte quadro de socioeconômico: 38,9 % da população não tem renda; 55 % recebem entre 1 a 5 Salários Mínimos – SM; 5,6% recebem de 5 a 10 SM, e 0,6 % recebem mais de 20 SM; média de escolaridade de 8 anos; 40% de desempregados; e, 37,7% dos responsáveis pelas famílias não tem instrução formal ou tem o nível básico incompleto. Considerando este perfil, a sustentabilidade tem seu maior desafio na dimensão social.

São muitos os significados do conceito de sustentabilidade para as cidades e metrópoles, mas soluções de ordenamento territorial que atendam ao quadro social, econômico, ambiental e espacial, como caracterizado, são aplicáveis, ao menos, para a maioria dos espaços peri-metropolitanos brasileiros, e, passíveis de introdução nas áreas urbanas consolidadas a partir de políticas de redesenho urbano com resultados mais limitados, mas com possibilidade de grande requalificação da urbe.

## 5.5 ECOLOGIA URBANA, OUTRA PERSPECTIVA PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA TRANSIÇÃO PÓS-METROPOLITANA

Romper formas de pensamento incorporadas pessoalmente e coletivamente, formas já aculturadas de fazer a produção dos espaços urbanos, não é tarefa que se desincumba sem grandes resistências.

Dando seguimento à segunda parte da assertiva de: como identificar opções para orientar a expansão metropolitana em outras bases, que tragam melhorias socioambientais direcionadas à sustentabilidade, como estabelece a *Carta da Terra* (1992) sobre:

[...] assegurar que as comunidades em todos os níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial, [além de] promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável (CARTA DA TERRA, 1992).

A solução ecologicamente responsável deve assegurar a distribuição de renda mais equânime, aumento da participação dos diferentes segmentos da sociedade na tomada de decisões, acesso a serviços públicos, dentre outras conquistas relativas à equidade de oportunidades, (IBGE, 2004). Certamente que, no espaço desse texto, o foco fica reduzido ao

essencial, às efetivas e mais significativas direções para trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável com a amplitude dos requerimentos da *Carta da Terra*, mencionados.

Com este desafio que demanda uma estratégia organizacional e espacial sustentável, o inspirador trabalho do *Mesterplan de Istambul, Arnavutkoy*, resumido no Item 1.2 da Primeira Parte, e imagens constante do Anexo 7, alimenta as expectativas de soluções baseadas nos conceitos de ecologia urbana, interdisciplinaridade conjugados às especificidades do ambiente natural. Similaridades com a complexidade urbano-regional da RMS é possível identificar, pois, como lembra Panerai, “[...] apesar de suas diferenças e da identidade própria a cada uma delas, em todas podem ser encontrados os mesmos tipos de fenômenos urbanos” (PANERAI, 2014, p. 53).

Este plano concebe uma ideia estimulante que integra as áreas urbanas como partes de um sistema socioecológico, um ciclo fechado, com um planejamento e proposta de desenho altamente inovador. Incorpora conhecimento transdisciplinar e tecnologia, a serviço da integração dos sistemas urbanos, ajustando-os a uma funcionalidade sistêmica.

Percorrendo e adaptando o raciocínio deste modelo de desenvolvimento, de modo genérico, e considerando as duas forças estruturadoras preexistentes, o viário e a estrutura geoambiental, a estratégia de ocupação territorial pode resultar num esquema como constante do Cartograma 41, Esquema *Spatial turn*, Bacias Hidrográficas, dando continuidade ao desenho do esquema do Cartograma 40, indicando uma reversão possível para a lógica do desenvolvimento regional, sem a pretensão de ser conclusivo, apenas relacionando os principais condicionantes espaciais.

Os desenhos são simplificadores de situações complexas, mas na simplicidade evidenciam o que a sociedade pretende valorizar: uma radical guinada em direção a oportunidades de inclusão social produtiva, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais em contraposição a práticas deletérias, e uma direção para o planejamento regional de uma metrópole que desfaz paulatinamente a sua forma concentrada e se espraia sobre o território regional. Um modo de organização que requer encontrar a sua forma de sustentabilidade ampliada: social, econômica, cultural ecológica, ambiental, territorial, político nacional e político internacional.

**Cartograma 41** - Esquema *Spatial turn*, bacias hidrográficas.

Fonte: Google Physical; Imagens SRTMDA EMBRAPA; Plano Diretor do CIA; Elabora o própria.

A ecologia urbana aposta na reconcilia o ecológica, habitats extremamente alterados podem reconquistar, com novos arranjos espaciais e manejos, a diversidade, ao tempo que proporcionar benefícios econômicos. Os serviços dos ecossistemas despontam como a grande promessa e a tendência   que os ecologistas integrem equipes profissionais para desenhar e manejar novas cidades e/ou reconstruir outras.

Compreender a cidade e o urbano como uma condi o particular de uma espécie que integra de maneira mais ampla os ecossistemas do planeta, aproxima a ecologia urbana como enfoque a ser privilegiado nas proposi es do planejamento urbano e regional. Os procedimentos metodológicos do metabolismo circular consideram a análise dos fluxos materiais, *inputs* e *outputs*, da cidade. Os desafios do incremento dos resíduos relacionados à alimentos nas últimas duas décadas, via tecnologias de metabolismo circular - sistema de reutiliza o, reciclagem e reaproveitamento de recursos matérias e energia -, dentre outras técnicas de produ o mais limpa, inspiram uma renova o nas concep es de zoneamento, organiza o territorial e planejamento geral.  popula o desta espécie cabe a responsabilidade de encontrar soluço para seus processos em harmonia com os ciclos da natureza, inclusive com incremento da produ o agrícola associada às áreas urbanas cujos

fluxos de materiais, em ciclo fechado, podem resinificar a condição de fertilização e de umidade dos territórios periurbanos (SILVA; ROMERO, 2012).

A conscientização da sociedade é condição para mudanças de hábitos, para viabilizar a aplicação de tecnologias ambientais, redução do consumo, dos resíduos e poluentes, estabilização demográfica e para fazer o sistema urbano operar em modo de produção mais limpa, com reutilização de recursos e energia, concepção que alinha as teorias de diversos autores (RUEDA, 2002; ROGERS; GUMUCHDJAN, 2001).

Via o enfoque da ecologia urbana, o ciclo infundável de dano ao patrimônio ambiental e de exclusão social pode ser interrompido. Constroem-se novas expectativas de reorganização territorial, onde o potencial uso da urbanização quando integrada como um sistema socioecológico possa ser fonte duradoura de bem-estar socioeconômico e ambiental. Finalmente, um padrão qualificado de urbanização em sincronia com a *Nova Agenda Urbana* HABITAT III, 2016, pode ser esperado num futuro próximo.

Na condição da organização territorial atender aos princípios da ecologia urbana, as dimensões de sustentabilidade podem então, sinteticamente, ser ponderadas com evidencia de resultados diferenciados, como constante no Quadro 5.

**Quadro 5:** Dimensões de sustentabilidade: urbanização convencional e urbanização sustentável.

DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE NA RMS	
URBANIZAÇÃO CONVENCIONAL	URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL SOLUÇÕES NA ECOLOGIA URBANA
<b>SOCIAL</b>	
Contingentes populacionais de baixa ou nenhuma renda, baixíssima empregabilidade e escassas oportunidades de renda, consequente depleção do ambiente para sobrevivência, produção de energia e alimento.	Ampliação de empregabilidade em sistemas de agricultura regional e urbana. Empregabilidade com baixa demanda de escolaridade.
Ocupações precárias, sem infraestrutura, são fonte de poluição.	Menor segregação territorial entre classes sociais em função do modelo e da demanda de trabalhadores na agricultura sustentável, urbana e regional.
Produção de resíduos sem aplicação.	Reintrodução de expurgos no ciclo de <i>inputs/outputs</i> .
Carências sociais gerais de educação, saúde e perspectivas de desenvolvimento social.	Economia social em desenvolvimento, melhores condições de inserção no mercado de trabalho.
<b>AMBIENTAL</b>	
Desmatamento para implantação de empreendimentos. Fraca gestão ambiental.	Critérios para definição de áreas agrícolas, ocupações e revegetação. Incremento da composição química e orgânica da região.
Redução da cobertura vegetal, extração para compor recursos de sobrevivência.	
Caça, sem critério, redução de fauna e consequente implicação na regeneração da cobertura vegetal.	População com maior rendimento e possibilidade de produção reduz caça predatória.
Ocupações de alta e baixa renda pressionam sobre os mananciais ocupando áreas de APP e consequente contaminação de corpos hídricos.	Critério de ocupação observa a geomorfologia e passa a ser organizado em função das bacias hidrográficas. Contenções são planejadas para gestão dos recursos hídricos/hidrológicos
Implantações com interceptação ou redução de fluxos, com avanços de terraplenagem sobre os ambientes hidrológicos.	
Paisagem em profunda transformação, imagem de esgotamento dos sistemas naturais.	A transformação da paisagem passa a significar produção e abundância.



CULTURAL	
Desmonte da paisagem cultural e ambiental.	Aumento da fertilidade do solo e da umidade, redução da extração de vegetação, novos cultivos da atividade agrícola vão introduzir elementos novos de significado positivo para a região. Alguns danos de extrações minerais, redução de cobertura vegetal por ocupações urbanas - cordões dunas -, são irreversíveis.
Produção rural de subsistência, conhecimento que a população dispõe para trabalhar, ausente de programas socioeconômicos regionais.	De tradição rural, a atividade agrícola viabilizada, lida com o universo das habilidades da população. Esta atividade é destacada no planejamento do PMD 82, e fortemente no planejamento do território de identidade metropolitano.
Desmonte de crenças e patrimônio. Transformação cultural via turismo, via incorporação de área rural por ambientes urbanos, via TICs que alcançam o espaço rural.	A transformação cultural é característica dos processos de integração regional. A manutenção do patrimônio cultural requer ação planejada para manutenção do conhecimento e de práticas na memória da população.
ECONÔMICA	
No litoral, grandes investimentos que não absorvem a população local e não transferem para a região uma dinamização que incorpore e transforme em inserção produtiva de significativa parcela na economia, em especial da população de baixa renda. Carência de ações de produção voltada para a incorporação de população com baixa qualificação.	Economia da atividade agrícola acolhe população com baixa escolaridade, mas com adaptabilidade facilitada pela tradição rural. A agricultura urbana é exigente em tecnologia para preservação dos mananciais, mas tem a vantagem de ampliar os serviços básicos de cultivo com repertório de domínio da população rural, e, com capacitação são mantidas as perspectivas de progressiva participação em tarefas que exigem melhor qualificação.
A indústria e mesmo o turismo são atividades exigentes de qualificação que a população local não possui, com forte participação de trabalhadores de fora do estado.	
Na atividade rural extensiva, convencional, as propriedades com atividades de baixo número de empregados criam oportunidades para poucos.	
As atividades do terceiro setor, ampliadas, e com muitas estruturas implantadas, com os sistemas informatizados, além de exigente em qualificação, tem reduzido a absorção de mão de obra, restrito aos serviços gerais, predominantemente.	
Abastecimento de bens e produtos alimentícios, na capital e na região, são provenientes, predominantemente, do Centro-Sul e outras regiões.	Produção para consumo local, redução de custos de deslocamentos e redução da dependência da produção externa à região.

POLÍTICO INSTITUCIONAL	
Histórico de gestão fragmentada, regida por interesses dos municípios. Pequena capacidade associativa e organizativa.	Estatuto da Metrópole. A realidade imposta para constru�o da governança da entidade metropolitana. Facilitador para decisões estruturais de organiza�o territorial.
Experiências recentes de gestão colegiada: consórcios no litoral, o planejamento do território de identidade metropolitana, experimenta�es de gestão coletiva importantes nas decisões regionais estruturantes.	Constru�o de visão de futuro coletiva � necessário. Valoriza�o do conceito de sustentabilidade como novo paradigma para a gestão regional.
ESPACIAL	
Movimentos internos: deslocamentos diários pendulares em altera�o.	Cidades, sedes municipais melhor equipadas e infraestruturadas. Economia de deslocamentos, tempo e combustível.
Cria�o de novas centralidades.	Novas centralidades enriquecem a hierarquia de nuclea�es regionais, maior sinergia entre espaços regionais.
Rede viária não incrementa dinamismo interno, mas ocupa�es. Maior integra�o viária transversal pode potencializar rela�es moderando a forca centrífuga.	Supera�o do desenho viário como estruturador do território metropolitana. Ordenamento em fun�o de bacias e sub-bacias hidrográficas.
TERRITORIAL	
A expansão em ocorrências distintas: concentra�o e dispersão	Dispersão orienta para localizar-se com critério em divisores de bacias hidrográficas, lógica de sustentabilidade e da topografia para direcionamento dos efluentes urbanos serem incorporados a fertiliza�o dos solos.
Pressão sobre mananciais e constru�o de obstáculos aos fluxos hídricos.	Manuten�o de ocupa�es tradicionais, mas crescimento condicionado a integra�o ao plano de sustentabilidade e economia urbana regional.

Fonte: Elabora o própria.

As limita es desta avalia o refletem o caráter transdisciplinar necessário às formula es propositivas e avalia es para que se chegue ao nível de completude que o conceito de sustentabilidade requer, e não se restringe ao somatório de proposi es setoriais. Trata-se efetivamente de uma constru o onde competem os conhecimentos setoriais numa produ o heurística, produ o de conhecimento novo, uma produ o coletiva.

## 5.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo   abordada a rela o da espacialidade da urbaniza o com a questão

ambiental. Focaliza-se o modo de expansão disperso e, por meio da análise ambiental das áreas acrescidas estudadas, pode-se constatar o dano ambiental relacionado à ocorrência de urbanização, que caracteriza um cenário futuro crítico para a região metropolitana de Salvador.

Buscando elaborar um raciocínio que aproxime o planejamento regional de proposições mais sensíveis à relação sociedade-natureza, pondera-se sobre a importância de elevar a dimensão espacial ao mesmo patamar que as questões sociais e econômicas, uma virada espacial (*spatial turn*), que associada aos conceitos de ecologia urbana e metabolismo circular alinham-se compondo uma direção para o planejamento de caráter inovador, em especial para enfrentamento da tendência ao modo de urbanização dispersa.

A principal direção para a organização territorial está na inversão da lógica rodoviarista para uma lógica de valorização do potencial dos recursos naturais e da urbanização como componente produtivo do sistema ecológico, estruturada em função das bacias hidrográficas. Experiências inspiradoras são referidas nesta mesma linha conceitual, e, esquematicamente, transpõe-se para a RMS este pensamento de sustentabilidade, fechando com um balanço das vantagens da solução encaminhada, avaliado em termos das dimensões de sustentabilidade: social, ambiental, econômica, cultural, espacial, territorial e político institucional.

## **CONCLUSÕES: RESPOSTA  S QUESTÕES DE PESQUISA**

Retomam-se as questões da pesquisa e busca-se o ordenamento dos conteúdos essenciais para responder a cada uma das perguntas. Na sequência, levanta-se a discussão das hipóteses de trabalho e segue-se com a apresenta o dos avanços, limites e proposi es para o planejamento urbano e regional, ante o modo disperso da expansão urbana.

O trabalho incorpora a visão de que a rela o das dinâmicas urbanas e metropolitanas com o ambiente são bastante complexas. Envolvem interesses, variados fatores condicionantes, e circunstâncias específicas que se tornam cada vez mais sensíveis a efeitos de eventos e decisões que se situam fora do espaço territorial local e mesmo nacional, visto que, na esfera econômica, já se vivencia a integra o mundial dos mercados, mas não a consciência planetária da finitude, dos efeitos transnacionais, da interconectividade dos sistemas naturais.

Toda a dire o do esforço desenvolvido tem o nítido foco de identificar e aderir: primeiro, ao que se pode agregar   prática de planejamento urbano-regional como uma possibilidade nova, mesmo que não seja conhecimento consolidado, mesmo que pendores políticos releguem esta dire o a item secundário, mesmo que não esteja dentro do estrito senso de fazer o mais rápido, o mais simples, o menos custoso; segundo, que contenha dois compromissos centrais, o de incluir popula o no ciclo de produ o, pois todos precisam estar contidos na equa o desta organiza o territorial, não apenas enquanto ter um espaço, um lugar no território, mas ser um na organiza o socioespacial e produtiva; e, terceiro, o alinhamento com o uso sustentável do ambiente no recorte da região metropolitana, ou seja, centra-se no que pode ser revisto em favor de radical guinada na dire o da melhor rela o sociedade-natureza.

A seguir, sintetiza-se o conteúdo levantado e organizado para responder às questões de pesquisa, agregando as conexões perceptíveis que emergiram no curso do desenvolvimento da tese, enfatizando as oportunidades de colmatar os diversos conteúdos que perpassaram nesta abordagem sobre a urbaniza o dispersa e que respondem   questão problema da pesquisa: **Na virada do sec. XXI, a conjuntura econômica, a dinâmica urbano-regional, a organiza o socioespacial e as densidades da urbaniza o dispersa concorrem para a sustentabilidade e indicam transforma es e rela es típicas de um processo de transi o p s-metropolitano em Salvador?**

## RESPOSTA À PRIMEIRA QUESTÃO DE PESQUISA

O trabalho de pesquisa bibliográfica trouxe subsídios à resposta da primeira questão de pesquisa que inquiri sobre a influência do contexto socioeconômico, político e ambiental, na dinâmica urbana contemporânea de expansão da RM de Salvador, nas diversas escalas de aproximação, e qual o papel dos instrumentos regulatórios?

Com a periodização marcada pelos distintos modos de organização da produção e da acumulação do capital foi organizado o conjunto de informações relativo: ao desenvolvimentismo e sua forma de acumulação intensiva que se cristaliza nos processos urbanos metropolitanos; e, o período de integração de mercados, com o típico modo de acumulação flexível que se cristaliza na peculiar forma de organização territorial, onde o modo de urbanização dispersa se manifesta.

Na ampla abordagem das dinâmicas urbanas, observou-se fortemente as respostas territoriais e ambientais dos processos que regem esta sociedade, onde o urbano, a produção de tecidos urbanos esparsos, se revela como a forma prevalecente da expansão metropolitana, repetindo o observado por diversos estudiosos da questão urbana (REIS, 2006; SECCHI, 2007; INDOVIVA, 1990; MARCUSE; VAN KEMPEN, 2000; SOJA, 2000). As especificidades do caso da RMS resultam do acúmulo dos marcos históricos e da concorrência dos fatores que fortemente conformam a atual espacialidade metropolitana, recuperado sumariamente para compor a resposta a esta primeira questão orientativa da pesquisa.

### A cidade e o urbano: a espacialidade da sociedade, no desenvolvimentismo

Na retrospectiva da trajetória da urbanização, um conjunto de mudanças estruturais na economia a partir da década de 30, suplanta o poder das oligarquias agrocomerciais pela política industrializante no Sul/Sudeste. Na sequência, a expansão da política industrial irradia para outras regiões brasileiras, o Nordeste incluído. Dá-se uma grande reorganização na hierarquia das cidades e emerge o papel da urbanização para a política industrial. Evidenciam-se as imbricações das cidades com os sistemas geopolíticos e econômicos, sendo que, no aspecto cultural, as cidades não apenas estão associadas ao progresso e modernidade como, de fato, concentram as oportunidades de educação, saúde, trabalho, entretenimento, sociabilidade intensificada.

Nas cidades litorâneas, agrega-se ao papel de conector   economia-mundo e sua inser o na divisão internacional do trabalho, o novo significado atribuído pela economia e política, acumulando papeis. As cidades brasileiras, de modo geral, são alcançadas pela ideologia nacional-desenvolvimentista, autoritária e liberal-internacionalizante. Sob a hegemonia da expansão do capital americano, têm crescimento econômico e industrial acelerado pela política de substitui o de importa es, e, sob a gestão militar, ocorre grande reconfigura o da economia capitalista e crescimento econômico florescente, financiado por agências internacionais.

A urbaniza o passa a ter papel estruturante para a economia e em especial para a indústria. Oferece todo o suporte urbano que, não contabilizado no custo da acumula o do capital, transfere às famílias e às comunidades a fun o de gestão dos riscos da reprodu o social nas cidades. Absorve os deslocamentos migratórios massivos de popula es rurais nos centros urbanos, que acusam exponencial crescimento das taxas de urbaniza o, mas com baixa empregabilidade proporcional. Horizonte almejado pelas popula es rurais, o estado de bem-estar social que o urbano representa   sedutor. O ambiente urbano   visto como fronteira do desenvolvimento e mostra-se como concentra o de oportunidades de emprego e renda, acesso a infraestrutura urbana e serviços, mas não alcança igualmente toda a popula o.

De modo a contornar desequil rios inter-regionais e melhorar o domínio sobre o território nacional decisões estratégicas deixaram decisiva marca na história da urbaniza o nacional: a cria o da SUDENE e Brasília, as mais significativas. O processo capitalista de destrui o/recria o para reprodu o do capital transforma as cidades com uma reforma urbana de grandes propor es, lastreada nos avanços da comunica o e circula o, quando o patrimônio urbano   ampliado e o mercado imobiliário amplificado com a incorpora o dos espaços de segunda residência.

O grande feito econômico do período se traduz na conforma o das metrópoles, na degrada o ambiental e no aprofundamento das desigualdades sociais, também em decorrência das altas taxas de urbaniza o.

## Da concentração à dispersão: acumulação flexível e globalização da economia

O novo modelo de produção e acumulação com integração mundial dos mercados pauta a economia nacional numa escala global. Reflete-se em reorganização da espacialidade da sociedade, validando a premissa das imbricações entre o sistema econômico e o urbano, nesta circunstância significando: interdependência global das relações de produção e de comercialização; integração sistêmica à escala global baseada nas tecnologias de comunicação e informação; ênfase na pesquisa tecnológica com destaque para os campos da agricultura, biocombustíveis, medicina e computação; valorização ambiental - os efeitos passam a ser percebidos como gerais para o planeta; as iniciativas de pacto de desarmamento nuclear. Neste período, são fortalecidas as concepções neoliberais de redução do Estado e valoriza-se maior eficiência nas vantagens comparativas.

As transformações ocorridas, pode-se perceber acompanhando no que repercutiram em transformações semânticas. Até então as dinâmicas urbanas estavam contidas no espaço-cidade e falar de urbanização estava implícito a referência às cidades. Neste período, os processos urbanos ocorrem em dois sentidos: concentração, no interior das cidades; e dispersão, no espaço mais abrangente, urbanizações no território perimetropolitano. O novo urbano corresponde a tecidos urbanos entre vazios regionais. Assim também, o termo economia-mundo refere-se às relações à escala internacional e mesmo global, antes da existência de possibilidades tecnológicas de comunicação e integração de dados em tempo real. As interações por meios virtuais, que influenciam no cotidiano e colocam indivíduos em contato para trocas de toda natureza, apesar das distâncias geográficas, passa, então, a ser referido como economia globalizada, ou simplesmente globalização.

Consolida-se o conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável em reação à degradação ambiental. A difusão e assimilação deste conceito facilita as formulações de diversas políticas públicas, principalmente aquelas afetas às questões territoriais: desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, etc. O foco na sustentabilidade valoriza os instrumentos de gestão ambiental e o ordenamento jurídico ambiental, que se soma ao ordenamento jurídico urbanístico. Instrumentaliza-se melhor a lógica gerencial em defesa dos interesses coletivos, no embate com a lógica da maximização dos lucros, quando estas não estão incestuosamente alinhadas. A plataforma ambiental alia-se à plataforma do direito à cidade, cidades sustentáveis e mais justas. A edição do *Estatuto da Cidade* agrega novos conceitos na perspectiva da cidade como um bem coletivo: função social da cidade, função

social do cidadão e a função social da propriedade. Os vínculos entre questões urbanísticas e ambientais são reforçados.

A expansão em “movimento liberal-internacionalizante”, parece ameaçar a dimensão nacional do desenvolvimento. A saída da recessão, mais uma vez, recai na expectativa de recomposição da competitividade da indústria. Este setor estabelece uma relação biunívoca com o crescimento econômico que se revela, na periodização da história da evolução da economia: seja no desenvolvimentismo, seja no regime de acumulação flexível e economia globalizada, seja, agora, quando se trilha a reversão do processo de recessão via o novo desenvolvimentismo. Embora fortemente automatizada e de não mais repercutir diretamente em desenvolvimento na região em que se instala, é na indústria que recai o foco. Nos pequenos sinais de reação, elevam-se as expectativas de ingresso em trajetória ascendente. Em todos os setores da economia, a concorrência entre cidades e Estados para captação das oportunidades é acirrada, principalmente das unidades industriais.

As dinâmicas urbanas na cidade formal, por meio de mecanismos de solo criado, seguem concentrando, por adensamento, sobrecarregando a infraestrutura urbana e comprometendo a qualidade dos sistemas urbanos, atingindo níveis de crise urbana, cuja expressão mais evidente está na crise da mobilidade e na fragmentação e segregação social. Na cidade informal a crise é estrutural e verifica-se em qualquer aspecto que se analise. Em ambas, a altíssima densidade urbana coloca a cidade de Salvador como das mais densas do planeta.

Ao final do sec. XX, a organização socioespacial surpreende pelo inusitado da forma da expansão regional, em termos de produção de tecido urbano, que se manifesta em regiões metropolitanas e em outras regiões específicas, como periferização das populações (não mais apenas dos pobres), novos tecidos urbanos entre grandes vazios, com persistente ameaça à sustentabilidade. A urbanização dispersa, um fenômeno já reconhecido como uma tendência nos diversos países e continentes, suscita especulações sobre uma nova ordem espacial urbana (MARCUSE; VAN KEMPEN, 2000).

É controversa a influência da dimensão cultural nas decisões que levam à dispersão urbana, ou, quando muito, consta ao final da lista de fatores prevalecentes, para a maioria dos autores. Entretanto, a associação do termo globalização como termo sucessor para a pós-modernidade (Item 1.4.1, Primeira Parte) é sintomático de uma mudança abrangente no senso de valores da sociedade, inclusive sobre as relações espaciais, territoriais e ambientais, e, de modo sutil ou explícito, a dimensão cultural também joga o seu papel nas dinâmicas urbanas



recentes. A concepção da urbanização dispersa como uma nova ordem, ou o fim das cidades, já permeia as reflexões de urbanistas há alguns anos, mas, a grande mudança cultural, também relacionada às amplas possibilidades que a tecnologia oferece, na virada do século XXI, reafirmam as condições objetivas para buscar uma vida mais aproximada a ambientes naturais, menos estressante. A sociedade com novos meios para realizar a mudança de valores, bem interpretada por Bauman (2009), transformações culturais integradas ao fenômeno da globalização como globalidade e não como “globalitarismo”.<sup>21</sup>

## Dispersão urbana na RMS

Salvador, historicamente cotejada nas políticas públicas nacionais desde a sua fundação, assim se manteve no desenvolvimentismo e no regime de acumulação flexível e globalização da economia. Políticas públicas que, consubstanciadas no planejamento e nas ações efetivas de gestão a nível estadual, estabeleceram os principais condicionantes, que fortemente influenciaram a formação da atual espacialidade metropolitana. No desenvolvimentismo: a política de “desconcentração concentrada” idealizada pela CPE/PLANDEB para o desenvolvimento industrial; a decisão locacional dos distritos industriais; a decisão política da localização do complexo petroquímico; a acessibilidade direcionada às concentrações industriais, que definem um sistema rodoviário estrutural, embrionário do que viria a se constituir nos vetores de expansão metropolitanos propriamente ditos; e, a urbanização concentrada na capital, progressivamente mais densa, por substituição do tecido urbano por meio da verticalização e subdivisão de glebas em lotes. Estes grandes marcos da estrutura da espacialidade metropolitana, no período seguinte, vão lastrear os novos processos de expansão metropolitanos.

O alto grau de concentração econômica, setorial e espacial na RMS, no período de acumulação flexível e globalização da economia e, todo o esforço das políticas públicas refletido nas ações efetivas de gestão, foi direcionado à inserção no circuito global: política de incentivos fiscais para atração de investimentos; dotação de infraestrutura, suporte necessário à viabilização dos empreendimentos, e até mesmo capital de giro foram medidas adotadas expondo o grande protagonismo do capital internacional no direcionamento dos processos econômicos e consequentemente urbano/metropolitanos. Sobe a nova conjuntura, do período acumulação flexível, os objetivos se adequam: no setor industrial, focaliza-se a diversificação

---

<sup>21</sup> Globalitarismo, termo empregado por Milton Santos.

da composição e fomento à industrialização, atraindo qualquer unidade industrial, sem requisito; no setor serviços, majorados neste período em decorrência da inserção global, da reestruturação produtiva - especialmente a terceirização -, do suporte ao incremento da corrente do comércio internacional, e dos serviços especializados do setor turismo, tornado atividade econômica prioritária; da indústria cultural, de entretenimento, lazer; e demais estruturas de serviços relacionados às atividades de saúde, educação, abastecimento e demais outros itens que compõem a vida urbana.

Da reorientação dos setores econômicos que condicionam fortemente a espacialidade, os efeitos territoriais, efetivando a imbricação economia-espacialidade, foram desdobrados em intervenções estruturantes: quanto à acessibilidade, a construção da Linha Verde abre o acesso a todo litoral norte do estado, outras obras de infraestrutura viária – ampliações, duplicações e melhorias -, obras de qualificação da urbanização, que ratificam eixos dos vetores de expansão, fluxos da expansão das estruturas de logística, da intensificação da atividade portuária, e fluxos regionais, majorados a distâncias aproximadas de 100km, fluxos pendulares diários para a capital, relativizados; quanto à urbanização, a produção imobiliária, produção de tecidos urbanos, os equipamentos urbanos e a localização dos serviços acompanham a catalisação da infraestrutura viária e dos meios de transportes para os espaços de interesse dos setores econômicos principais.

Transformações relativas aos aspectos culturais e tecnológicos, contribuem para a reorganização socioespacial: o expressivo valor dado à qualidade de vida e ao ambiente, iniciado com o movimento ambientalista, alcança maturidade empuxando para os espaços mais preservados e distantes da capital o interesse de cada vez maior contingente; e, o radical desenvolvimento de tecnologia digitais tornado acessível ao grosso da população, constrói a espacialidade virtual e a possibilidade de desterritorialização para relacionamentos, atividades profissionais e comerciais. As migrações em menor ritmo, internas, transbordam o território de Salvador para outros municípios e a explosão imobiliária de 2005, já expressa o interesse em espaços que extrapolam a capital e focaliza municípios metropolitanos, alterando a classificação de segmentos sistema viário - de rodovia a vias intraurbanas -, onde a urbanização adentra o espaço de conexão intermunicipal, antes tido como rural.

Os efeitos macrorregionais do espraiamento da urbanização impulsionado pelos processos específicos do período de acumulação flexível e globalização da economia, concretizam-se espacialmente: na consolidação das cidades como efetivas centralidades regionais, incrementadas no desempenho funcional urbano, melhor estrutura, melhores

equipamentos e serviços em grau de especialização superior à realidade do período anterior, cada qual com processos de expansão próprios, uma nova realidade de policentrismo evidenciada na Pesquisa de Mobilidade (SEINFRA 2012); no crescimento de localidades litorâneas tradicionais com produção de áreas urbanizadas novas, representadas na ampliação dos setores censitários de áreas urbanizadas acrescidas (IBGE, 1991/2000 e 2000/2010); no crescimento urbano regional pulverizado de fragmentos urbanos em todo o território da região, que significa uma novação na produção da urbanização, registrado na literatura como uma possibilidade de constituição de uma nova ordem urbana mundial; o padrão de segregação socioespacial com ocorrência geográfica particular em Salvador (CARVALHO; PEREIRA, 2008) que se transpõe para o espaço regional com a mesma característica geográfica, predominante, estabelecida pelo eixo viário estruturante; e, apesar da pulverização, paradoxalmente, a confirmação dos vetores metropolitanos organizados pelos eixos principais rodoviários e de transportes: vetor Litoral Norte, vetor Centro Norte, vetor Intermetropolitano, vetor Subúrbios, e vetor Sul.

Apesar das evidências, dos mapeamentos realizados, dos indicadores apropriados e de todos os itens que situam o processo de expansão metropolitano, pelas características, como típico da transição pós-metropolitana referida por Soja (2000), mas ante uma região que detém apenas 24,3% da população, enquanto a sede metropolitana retém 75,7% de população é coerente falar de dispersão?

Para responder porque a urbanização dispersa é uma realidade em construção na RMS e que esta região, em muitos aspectos, experimenta um processo típico da fase de transição pós-metropolitana é preciso recorrer, primeiro, aos indicadores populacionais e de crescimento das áreas urbanas, às taxas de urbanização e densidades urbanas e municipais; segundo as sinalizações dos setores econômicos, indústria (volume de empregos agregados) turismo (produção UHH) e setor imobiliário (novas tipologias e empreendimentos); aos dados dos deslocamentos internos - distâncias percorridas nas rotinas, fluxos e trajetos dos transportes coletivos que sinalizam a escala dos deslocamentos diários e os volumes; a caracterização do perfil do morador e a situação dos residentes obtidas nas entrevistas.

Apoiado nos quadros de crescimento das décadas estudadas foi possível detectar o latente ingresso da RMS no padrão de organização pós-metropolitano. Salienta-se que foram desconsiderados dos cálculos os últimos municípios agregados à RMS, por não participarem em comparativos nas décadas anteriores.

Quanto ao crescimento populacional, temos que: todos os municípios da RMS, exceto Candeias, entre 1991/2010 cresceram a taxa superior à de Salvador. Na última década, 2000/2010 a taxa de crescimento da cidade do Salvador foi de 9,6 %, enquanto o conjunto dos demais municípios da RMS foi de 36,7 %, sem os três últimos municípios agregados. Isto significa uma equalização de população dos demais municípios com a população de Salvador no horizonte de aproximadamente 30 a 40 anos<sup>22</sup>. Um cenário futuro preocupante se pensado como horizonte de planejamento e de transformações. Analisando a evolução do crescimento, populacional, os municípios que tiveram as maiores taxas, na última década, foram Camaçari, Dias D'Ávila, Madre de Deus e Simões Filho. As mais baixas taxas foram de Salvador, Candeias e Itaparica. A população do total dos municípios, em 2010, foi de 739.914 habitantes enquanto a população de Salvador correspondia a 2.674.923 habitantes.

Quanto ao crescimento da área urbana, temos que: a taxa de crescimento de Salvador, praticamente se mantém estabilizada por já ter alcançado os limites do seu território, sem grande significado neste item. Entre 1991 e 2000, Lauro de Freitas lidera com incremento de 230 % na taxa de crescimento da área urbanizada, seguido por Simões Filho com incremento de 70 %. Na década seguinte, a posição se inverte, Simões Filho lidera o incremento da taxa de crescimento com 145 % e Lauro de Freitas com 73 %. Os municípios de Candeias, Dias D'Ávila, Simões Filho e Vera Cruz elevaram as taxas de crescimento das áreas urbanas nesta última década. A área urbana do conjunto dos municípios totaliza 577,03 km<sup>2</sup> enquanto Salvador totaliza 289,88 km<sup>2</sup>. Com relação à participação na área urbana da RMS, a posição de Salvador e dos demais municípios se inverte: a área urbana de Salvador corresponde a 33,43% da área urbana da RMS, enquanto a área urbana dos demais municípios, corresponde a 66,56%, uma posição invertida com relação aos dados populacionais indicando densidades que revelam o grau de dispersão/concentração de Salvador, 9.227,55 hab/km<sup>2</sup>, em relação ao conjunto dos municípios, 1.282,27 hab/km<sup>2</sup>.

Na análise das áreas urbanas acrescidas, as densidades da AU-SC (polígono do setor censitário) encontram-se nos seguintes patamares, tomados pela mediana dos levantamentos: áreas acrescidas entre 1991/2000 apresentam densidades de 1.193 hab/km<sup>2</sup>, e as áreas acrescidas entre 2000/2010 de 383 hab/km<sup>2</sup>, assinalando diferente padrão de ocupação por década. As densidades, tomadas pela AOH-SC (área efetivamente ocupada) corresponde para a década de 1991/2000 a 6.238 hab/km<sup>2</sup> e para a década de 2000/2010 a 3.663 hab/km<sup>2</sup>.

---

<sup>22</sup> Ver considerações em Capítulo 4, Terceira Parte.

Sinalizam ocupações mais esparsas no último período e densidades altas considerando a ocupação efetiva.

O estudo dos fluxos de transportes coletivos sinaliza a mudança escalar que se instaura, maior que 100 km nos três vetores: Litoral Norte, Centro Norte e Intermetropolitano. Pode-se inferir que a expansão fragmentada, dispersa, realiza-se como padrão da ocupação metropolitana mesmo considerando as limitadas conexões transversais nos vetores, exceto para o vetor Intermetropolitano que mostra alguma capilaridade transversal. A insuficiência dos sistemas de transportes não chegou a inviabilizá-la, mas refreou esta dinâmica, resultado que referenda o pensamento de Secchi (2007) e Villaça (2001) sobre o papel estratégico dos sistemas de transportes na organização do território. Outros indicadores, como os registrados na *Pesquisa de Mobilidade*, dados de Origem/Destino (SEINFRA 2012), apontam tanto para a diversificação do sentido dos fluxos quanto para movimentos internos em Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho/Subúrbio, caracterizando comportamentos urbanos que indicam nova participação destas centralidades metropolitanas e a consequente alteração do perfil dos fluxos pendulares, centro-periferia, exclusivamente convergentes para Salvador desde os anos 60.

As sinalizações dos setores econômicos, indústria (volume de empregos agregados) turismo (produção UHH) e setor imobiliário (novas tipologias e empreendimentos) são fortes indicativos de uma dinamização maior, menos subordinada à Salvador. O desenvolvimentismo foi alavancado com os 13.000 empregos diretos da Refinaria Landulpho Alves gerando empregos indiretos na proporção 3,6 da indústria para 2,6 do setor terciário, perfazendo total de 93.600. A chegada da indústria automobilística que simboliza o regime de acumulação flexível na RMS, se declara geradora de 8000 empregos diretos e 80.000 empregos indiretos, proporção de 1/10. Adotando-se o mesmo índice de emprego para o setor terciário (2,6), perfaz-se 108.000 novos empregos da indústria, inaugurando o período de acumulação flexível.

A concentração do emprego da indústria está em Salvador com aproximadamente 101 mil postos, (predominantemente de empresas com até 50 funcionários) e os demais municípios da RMS com 88 mil empregos (FIEB, 2015). Na comparação dos empregos agregados na década 1991/2000 e 2000/2010, na primeira crescem mais empregos em Salvador, mas, na última década, mais empregos são agregados aos demais municípios da RMS. Ratifica-se mais uma sinalização de crescente dinâmica a elevar os indicadores econômicos para fora da capital metropolitana.

O setor turismo encheu de expectativas com a promissora intenção de produção de 19.450 UHH, em 2007. A empregabilidade do setor, além de muito seletiva, tem menor expressão que os empregos diretos produzidos para os meios de hospedagem de Salvador, não se constituindo em efetivo fator de descompensação de oportunidades em relação à capital. O volume da nova oferta de empregos à base de 3 empregos diretos e 5 indiretos, mobilizou população para a região do Litoral Norte.

O mercado turístico imobiliário, com empreendimentos tipo residencial-hoteleiro, sofre da mesma onda de rearticulação gerada pela crise econômica, 2008, e, desde 2007, também pela mudança de diretriz do *Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado* que passa a focalizar a Baía de Todos os Santos como espaço prioritário de investimento, apresenta redução da atividade.

No setor imobiliário, o destaque são os imóveis do *Programa Minha Casa, Minha Vida*, empreendimentos para faixas de renda mais baixas e, principalmente, as iniciativas de empreendimentos tipo enclaves, formatados como bairros de grande proporção. Buscando equivalência, assim como os loteamentos Itaigara e Caminho das Árvores marcaram o desenvolvimentismo, os empreendimentos de tipologias multivariadas - Reserva Camassarys e o Vivera Nova Camaçari – e os três parcelamentos Alphaville, em Camaçari, marcam o atual período de acumulação flexível e globalização da economia. As iniciativas imobiliárias em Camaçari são expressivas do vigor e da convergência para o território perimetropolitano, não exclusivamente puxado pelas habitações litorâneas. Analisando, a atual dinâmica do mercado imobiliário sinaliza mudanças importantes na organização territorial deste período de acumulação flexível e globalização da economia.

Quanto ao perfil socioeconômico, fica evidente a superação do modo fordista que expurgava para a periferia exclusivamente os pobres. Sem que estes tenham tido sua condição resolvida, continuam migrando gradativamente para as áreas periféricas como constatado no perfil socioeconômico (IBGE) dos habitantes das áreas urbanas acrescidas entre 1991/2010, e confirmado nas entrevistas realizadas que detectaram grande número de desempregados residindo nestes espaços. Por outro lado, o interesse pela periferia das sedes metropolitanas e espaços perimetropolitanos atrai outras faixas de renda, com a peculiaridade de não representar exclusivamente residências secundárias, como no período anterior, mas unidades habitacionais de primeira residência, registradas nas direções do litoral atlântico, centro norte e na conexão intermetropolitana.

Os fatores de mobilização detectados nas entrevistas confirmam esta nova realidade de produção imobiliária, mas também outros sentidos para a mobilização para espaços mais distantes: trabalho em outros municípios da RMS, no turismo, serviços de saúde, indústria, logística, outros; proximidade de familiares; busca de vida bucólica e melhor qualidade de vida, não necessariamente no litoral. Como os fatores econômicos são um determinante de grande impacto, o valor da terra num município como Salvador com área de transição rural/urbana esgotada, e altíssima densidade urbana, certamente é fator fortemente influente, e, nesse sentido, é forçoso para a população de baixa renda continuar buscando abrigo no espaço metropolitano, como uma extensão do território da capital onde talvez desejasse preferencialmente se acomodar. Entrevistas confirmam a predominância de ocupações de baixa renda e algum percentual de mobilização em função de residir na proximidade do emprego e fonte de renda, mas, marcadamente na ponderação ressaltam os vínculos de parentesco e pertencimento, significando o retorno ao abrigo, principalmente de avós, supondo-se o efeito das aposentadorias rurais para o alto nível de desemprego que se atinge neste momento.

O elenco de evidências favorece à interpretação de que o conjunto dos demais municípios da RMS se encontra sob força de expansão própria, um processo de reestruturação, que já está em curso e que tende a não retroalimentar crescimento na cidade de Salvador e, sim, expandir nas áreas perimetropolitanas, próximo ao Modelo Policêntrico de Raw (2001), adaptado à estrutura da organização territorial existente (Capítulo 6, Segunda Parte). No caso específico, as centralidades fortalecidas correspondem às próprias sedes municipais e outras localidades relacionadas ao turismo (Praia do Forte, Imbassay, Porto Sauípe). O incremento das cidades sedes municipais com ampliação dos serviços, a incorporação de comércio especializado e equipamentos públicos, passando a atuar como efetivos apoios urbano-regional, conseqüentemente, retém em Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, demandas que gerariam viagens para Salvador, e sinalizam, dado à proximidade, uma integração e a provável formação de uma centralidade metropolitana avançada, deslocada da ponta da península articulando as três sedes municipais.

Fora do território formal metropolitano, a conexão Feira de Santana/Alagoinhas, se complementada ao litoral, formará um grande arco com fluxos que podem repercutir em toda a bacia do Recôncavo Norte, uma dinamização que forçará a reorganização do setor de transportes para conexões transversais, e reorientará o sentido do desenvolvimento urbano,

melhor ajustado ao desenho do recurso natural basilar, as sub-bacias hidrográficas, raciocínio complementado na resposta à segunda questão de pesquisa.

## Gestão e instrumentos regulatórios na expansão metropolitana

O panorama da gestão, no recorte da escala Bahia e RMS, levantado para complementar e concluir a resposta à primeira questão orientativa, quanto à efetividade dos instrumentos regulatórios, contempla os dois períodos: do desenvolvimentismo e da acumulação flexível e globalização da economia.

No desenvolvimentismo, ficam evidentes as fragilidades da gestão pública ante às forças reestruturantes: ausência de estratégia para fixar o homem no campo; a política urbana sem instrumentos e critérios para lidar com o crescimento em ritmo acelerado e não controlado da capital; franco processo de inchamento, conurbação, transformação escalar dos indicadores demográficos e espaciais, exacerbação de demandas por infraestrutura que, dentre outras não conformidades, elevam as relações da cidade ampliando sua área de influência.

A ordem urbana, transformada pelo movimento migratório, desfaz o padrão da rede de cidades e configura-se, então, o fenômeno da periferização das metrópoles. Em reação, em sintonia com a política de segurança nacional, e visando nova estratégia de atração de investimentos para áreas economicamente defasadas foram constituídas as Regiões Metropolitanas.

Dando início ao período de acumulação flexível e globalização, o enfrentamento da crise urbana, pós virada democrática, é fortalecido com a promulgação da *Constituição Federal* de 1988, que estabelece o Plano Diretor como instrumento de gestão obrigatório para cidades com população acima de vinte mil habitantes.

A nova conjunção de fatores que caracteriza o período de acumulação flexível, com destaque para a crise de hiper-acumulação nos países centrais, altera fortemente o *modus operandi* do sistema capitalista. Na Bahia, tem repercussão na economia, positivas e negativas, importantes do ponto de vista econômico e da estratégia de competição entre regiões, mas encadeou mais concentração de outros segmentos econômicos e agravou o quadro ambiental metropolitano.

Nesse panorama de mudanças radicais, de reorganização das forças econômicas determinadas por comando cada vez mais descolados do local da produção, pergunta-se então,



sobre a efetividade dos instrumentos regulatórios. Dos procedimentos metodológicos adotados pode-se detectar, por superposição das áreas urbanizadas acrescidas nas décadas de 1991/2000 e 2000/2010 e dos pontos de concentrações populacionais que: a maioria das áreas acrescidas, está situada em zonas de interesse ambiental, em zona rural, zona de ocupação restringida e, outras, propriamente localizadas em zonas de área urbana consolidada e áreas de expansão; na superposição dos pontos de concentrações populacionais, com mais de 500 habitantes, pode-se perceber que a concentração populacional nas zonas urbanas é bastante evidenciada, correspondendo aos vetores metropolitanos e fica também explícita uma distribuição de população localizada em espaços da zona rural e zona industrial, Cartogramas 10 e 11, Capítulo 4, Segunda Parte.

As constatações mostram o descompasso entre instrumentos regulatórios e a circunstância objetiva das ocupações. Situações que infringem as definições normativas sobre o uso e ocupação do solo, tanto do ponto de vista urbanístico quanto ambiental. Especialmente, quanto às não conformidades ambientais das ocupações urbanas estudadas, a análise de cada uma das áreas, é rico em situações tipo de irregularidades, Capítulo 1, Quadro Ambiental da RMS, Terceira Parte. Fica evidente o frouxo exercício de controle do uso e ocupação do solo ou uma real impossibilidade de refutar a localização de contingentes populacionais, em situação de vulnerabilidade, por falta de capacidade tomada de outra decisão. Estas são questões de gestão que remetem às condições sistêmicas, pendências socioeconômicas estruturais.

Outra dimensão de dificuldades da gestão metropolitana encontra-se na simultaneidade de programas e projetos, à escala regional, que não se compreende bem como emergem: proposições com concepções superpostas, integral ou parcial e mesmo conflitantes. Estas ocorrências encontram justificativa na inexistência de uma gestão interfederativa qualificada. Muitas das proposições decorrem de iniciativas do próprio Estado ou de entidades/instituições de abrangência supramunicipal, mas, sem interlocução no recorte da escala do planejamento. Na falta de gestão neste nível, o planejamento metropolitano ficou estagnado na concepção do *Plano Metropolitano de Desenvolvimento - PMD* de 1982.

Na virada do século XXI, recuperam-se as reflexões sobre a gestão metropolitana e órgãos de planejamento. Na Bahia, a divisão do estado em 27 territórios de identidade, valoriza a dimensão espacial da territorialidade, baseado no pertencimento, entendido como uma coletividade, que compartilha símbolos, representa um espaço geográfico, participa economicamente com alguma sintonia e complementaridade, ao menos teoricamente. A RMS

passa a compor com todos os seus 13 municípios o Território de Identidade Metropolitano de Salvador, cujo *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS*, 2010, concentra demandas da população, nos seguintes eixos: agricultura familiar; estruturação e fortalecimento da agricultura urbana e periurbana do território; reconhecimento da existência de agricultura no Território Metropolitano com papel fundamental para a produção de alimentos para suprimento da população em situação de miséria no território; infraestrutura para a zona rural; incentivar a agricultura agroecológica e seus subprodutos como a única agricultura capaz de recuperar a qualidade do seus produtos e de vida do agricultor familiar; carência de água potável e contaminação da água de subsolo. (PTDS Metropolitano de Salvador, 2010). Demandas que se coadunam com a caracterização do perfil socioeconômico predominante, encontrado nas áreas urbanas acrescidas estudadas.

Os requisitos do PTDS Metropolitano, fortemente calcado na perspectiva de inserção de população em atividades produtivas do setor agrícola, sinalizam um viés para raciocinar políticas públicas e proposições metropolitanas que confirmam nexos à forma dispersa de ocupação e promova a reversão do avanço indiscriminado sobre os recursos naturais.

Para as regiões metropolitanas, o *Estatuto da Metrópole*, Lei 13.089 de 12/01/2015, dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração do *Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PUI*, em fase de elaboração, conduzido, no Estado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR-BA). Estabelece normas gerais para o PUI, outros instrumentos de governança e critérios para o apoio da União às ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano. Até o Estatuto, a gestão supra municipal tinha como recurso apenas o formato dos Consórcios Municipais, Lei 11.107 de 6/04/2005. Entretanto, dispor dos instrumentos de gestão, inclusive os regulatórios urbanísticos e ambientais, parece não ser suficiente para o controle dos processos contemporâneos.

## RESPOSTA À SEGUNDA QUESTÃO DE PESQUISA

O trabalho de pesquisa para responder à questão que indaga sobre quais as características dos padrões físicos do tecido urbano, produzidos na RMS, 1991/2000 e 2000/2010, e qual a influência dos setores econômicos mais expressivos, foi realizado numa escala de maior aproximação, a escala intraurbana.

Antecede este estudo duas abordagens essenciais: a que apresenta os vetores metropolitanos, e outra, com a caracterização do quadro ambiental da região metropolitana. Abordagens que permitem analisar a inserção das áreas acrescidas com relação à sua posição na organização territorial da RMS, tanto relativa à estrutura urbana e infraestruturas existentes, quanto relativa ao posicionamento com relação aos ecossistemas e ao impacto nos recursos ambientais. Esta, desenvolvida no âmbito da resposta à terceira questão de pesquisa.

Os vetores, perceptíveis para quem circula na região, estão caracterizados no Capítulo 5, da Segunda Parte, e importa enfatizar que na organização territorial da Região Metropolitana, espontânea ou planejada, predomina a estruturação a partir dos eixos dos sistemas viário e de transportes. As ocupações, algumas, são imantadas pelos eixos viários e de transportes, outras, totalmente isoladas, vão construindo um padrão de rarefação direcionada, sem negar a ocorrência da dispersão. Neste sentido, as ocupações acrescidas correspondem a implantações alinhadas à lógica rodoviária, completamente descoladas da lógica dos sistemas ambientais.

Os dados levantados sobre as vinte e uma áreas destacadas para estudo as focaliza do ponto de vista da espacialidade, das características socioeconômicas e da inserção no meio ambiente. Por meio de análises qualitativas e quantitativas os dados espaciais, ambientais, socioeconômicos, leituras e interpretação de imagens, foram tratados de modo a se obter generalizações sobre a produção do tecido urbano disperso. Buscou-se caracterizar o tecido urbano produzido e o ambiente em que se inserem, e assim, melhor compreender este modo disperso da ocorrência da urbanização visando identificar proposições que confirmam nexos e virtudes à urbanização.

## Resultados da Análise Qualitativa

A análise qualitativa pauta-se principalmente na leitura obtida das imagens e de dados apreendidos destas imagens, levantados para construir a possibilidade de comparação entre as áreas, e assim, poder fazer alguma generalização, sempre mantida a marcação de décadas.

A primeira constatação na visualização das imagens dos setores censitários agregados nas décadas de 1991/2000 e de 2000/2010, foi que estes, na maioria, eram vazios urbanos com alguma ocupação. A princípio decepcionante, mas então, percebeu-se que se tratava exatamente da manifestação do que se procurava compreender, a urbanização dispersa. A primeira iniciativa foi a demarcação da área efetivamente ocupada, denominada de Área de

Ocupação Homogênea do setor censitário (AOH-SC), sobre a qual os dados do setor censitário se referiam.

Este primeiro panorama das relações de ocupação no setor censitário tem a seguinte expressão numérica: a mediana da relação entre Áreas de Ocupação Homogêneas (AOH-SC) e Áreas Urbanizadas (AU-SC) corresponde, para a áreas estudadas na década de 1991/2000 a 27%, sendo 73% corresponde a vazios urbanos no setor censitário; e para a década de 2000/2010 a 18%, sendo 82% correspondente a vazios. Infelizmente a cada censo há mudança de desenho das poligonais dos setores de modo que não é possível ver evolutivamente o crescimento de cada setor. Considerando que o total das áreas acrescidas nas duas décadas, na RMS, totaliza a mesma área de aproximadamente 151 km<sup>2</sup>, fica evidente, pelas proporções encontradas, que a dispersão é mais fragmentada na década 2000/2010. Ou seja, para uma mesma quantidade de tecido urbano produzido, as ocupações, AOH-SC, dos setores censitários foram de menor tamanho na última década.

As áreas foram analisadas qualitativamente utilizando-se de metodologia similar à aplicada por Campoli e MacLean (2007). Para cada AU-SC, foram selecionadas imagens, em três níveis de aproximação: Entorno, Vizinhança e Detalhe. Nesta, o Detalhe, de maior aproximação, definiu-se uma fração representativa do tecido urbano para o cálculo dos parâmetros urbanísticos dos lotes.

As leituras qualitativas abordam de modo descritivo os quesitos, mas os sistematiza de modo a construir indicadores das situações que as análises revelaram: quanto à integração urbana, quanto à tipologia urbanística e habitacional, espaços públicos e sistema viário.

Quanto à integração urbana, temos que as áreas têm suporte de bairro, bastante simples, na própria área urbanizada e até a distância de 5,2 km. O apoio urbano nem sempre está na sede do município onde se localiza, mas em centralidade mais próxima em função da acessibilidade a distâncias que variam entre 3,6 km a 56 km. As distâncias às sedes municipais são maiores e alcançam até 67 km, seguindo o viário mais importante para conexão. Pode-se dizer que as áreas urbanas acrescidas na década 2000/2010, estão situadas a maior distância das sedes municipais, média de 16,12 km, enquanto as áreas urbanas acrescidas entre 1991/2000 situam-se a distância média de 11,34 km.

Quanto à articulação com outras ocupações urbanas, padrão de fragmentação e forma de inserção no tecido preexistente ou situação geográfica das áreas, foram enquadradas em três categorias: novos tecidos situados na fronteira das áreas urbanas existentes; tecidos

produzidos em linha, ao longo do sistema viário conector entre zonas urbanas de maior porte; e, tecidos com único acesso e sem vizinhança imediata caracterizando áreas isoladas.

Quanto à tipologia urbanística, foram avaliadas a produção, formal ou informal, depreendida em função das características do traçado urbano. A produção formal, legal ou clandestina, tem traçado regular, se insere de dois modos: ou livremente articulado com a malha urbana ou em condomínios fechados, de acesso controlado, tipo enclave urbano. A ocupação informal se diferencia pelos componentes morfológicos: ausência de padrão urbanístico regular, habitações de aparência precária e unidades de menor tamanho.

Com imagens do *Street View* pode-se avaliar as características do sistema viário em termos de dimensão e infraestrutura viária: largura da via, calçadas, drenagem e pavimentação. Predomina o sistema viário, com largura de via com 7,5 m (moda) e sem os componentes - calçada ou meio-fio. A drenagem ocorre em 38% dos casos e não ter pavimentação é predominante.

Com intervalo das datas das imagens pode-se apropriar a velocidade de ocupação e produção habitacional: de 1,88 unidades/ano, 1991/2000, e de 1,92 unidades/ano entre 2000/2010.

Quanto aos espaços públicos, diferencial de qualidade para as urbanizações, valorizou-se as atividades complementares à vida urbana, praças, quadra de esporte ou praia; registrou-se baixa ocorrência de praças, sem equipamentos, eventuais campos de futebol no entorno das áreas, e praia a distância média de 13 km.

As tipologias habitacionais consideradas pelo IBGE são: casa, apartamento e cômodo. Nessa pesquisa foram consideradas apenas duas categorias: casas e outro. Justificado pela larga dominância do padrão uni-domiciliar, sendo que a categoria outro compreende as demais tipologias.

A análise com relação ao meio ambiente e sustentabilidade consta resposta à terceira questão de pesquisa.

## Resultados da Análise Quantitativa

Os dados quantitativos, relativos ao detalhe do tecido urbano de cada AU-SC, contemplam: os dados socioeconômicos; os parâmetros urbanísticos da ocupação; as densidades; e a área comercializável.

## Dados Socioeconômicos

Extraídos os dados socioeconômicos dos *Censos Demográficos*, IBGE, 1991/2000/2010, e tendo sido identificadas e quantificadas as Áreas de Ocupação Homogêneas - AOH-SC, pode-se correlacionar estes dados aos espaços a que efetivamente correspondem, e então, refinar alguns dados em brutos e líquidos.

Os dados socioeconômicos, por década, apresentam a seguinte situação por categoria: gênero, constata-se a distribuição equilibrada de homens e mulheres com aproximadamente 50% para cada gênero, nas duas décadas; responsável pelo domicílio, comparando a síntese das áreas acrescidas observa-se o aumento da média da proporção de mulheres responsável pelo domicílio - em 2000, com 73,33% de homens e 26,67% de mulheres, e, em 2010, com 42,61% de homens e 49,15% de mulheres, uma inversão, embora a moda ainda se mantenha com a predominância masculina de 56,5% e 43,5%; faixa etária, apresenta equidade de gênero nas duas décadas, com destaque para o município de Dias D'Ávila que em 2000, predominava a faixa de jovens de 0-14 anos, 39%, masculino e feminino, e, Camaçari com jovens nesta faixa, ambos os gêneros, acima de 40%; renda, saída da condição de sem rendimento para 55% dos domicílios que acede à faixa de renda até 1 SM, e as faixas de rendimentos superiores caem drasticamente; infraestrutura, áreas acrescidas na década de 2000/2010, apresentam os mais baixos níveis de infraestrutura em esgotamento sanitário e imóveis sem banheiros, assim como existe área com baixo percentual de suprimento por rede de água, e, os resíduos sólidos, se mantem no mesmo padrão nas duas décadas.

Os baixos níveis de infraestrutura em 2000/2010 se coadunam com o dado sócio econômico de rendimentos médios até 1 SM de 64,8% nesta década, (sendo Lauro de Freitas, 78%, e Simões Filho, 81%), donde se pode fazer uma primeira inferência relativa ao transbordamento de Salvador, impulsionando para Lauro de Freitas e Simões Filho as habitações de baixa renda que extravasam seu território. De modo geral, a dispersão urbana se distingue na RMS pela condição socioeconômica dos residentes nos tecidos urbanos pulverizados, pela predominância de segmentos socioeconômicos que mais representam exclusão social e espacial, tendo em vista as limitações que são impostas às populações com este perfil socioeconômico, apesar que a RMS apresenta, como anteriormente abordado, indicações claras de processos que particularizam a zona de transição pós-metropolitana como caracterizada por Soja (2000).

## Tecido urbano: cálculo dos parâmetros urbanísticos

As vinte e uma áreas foram caracterizadas quanto aos parâmetros urbanísticos. Para três lotes, em cada fração de tecido estudada, foram calculados: a área, área de construção, área de ocupação e os parâmetros (IU), (IO), (IP) utilizando-se de métodos convencionais, cuja média, define as dimensões e parâmetros de um lote referencial do tecido. Utilizando-se da metodologia da *Spacematrix* de Haupt e Pont (2009), descrita no Item 1.6 da Primeira Parte, o cálculo dos parâmetros do tecido urbano (FSI), (GSI), (N), (OSR), (H), (TARA) foram apropriados.

Com esta metodologia, *Spacematrix*, foi possível aproximar o parâmetro densidade da sua expressão enquanto forma urbana. Três tipos foram caracterizados para o tecido urbano disperso na RMS, e, duas das vinte e uma áreas estudadas apresentaram características atípicas. Os tipos foram quantitativamente caracterizados e os parâmetros, em média, mostram intervalos claros, valores crescentes, mostrando uma variação do tecido urbano, embora sem grande amplitude.

### Populacionais e de Domicílios/Habitacionais<sup>23</sup>

#### Áreas acrescidas entre 1991/2000

Para as áreas acrescidas estudadas na década de 1991/2000, apuradas as densidades populacionais brutas e líquidas de cada, o valor das medianas indica: Densidade Populacional Referencial Bruta de 1.193 hab/km<sup>2</sup> e Densidade Referencial Líquida de 6.238 hab/km<sup>2</sup>. A densidade de domicílios calculada corresponde a: Densidade Referencial de Domicílio Bruta de 345 dom/km<sup>2</sup> e Densidade Referencial de Domicílios Líquida de 2.415 dom/km<sup>2</sup>.

A densidade do tecido urbano, representativa da ocupação, é de 1.818 UH/km<sup>2</sup> - Densidade Habitacional Referencial Atual. Contabilizados os lotes vazios das quadras, pode-se calcular a Densidade Habitacional Referencial Potencial, somando-se os imóveis existentes e os lotes vazios do tecido, correspondente a 2.460 UH/km<sup>2</sup>, correlato a um Índice de Vazio do tecido urbano de 17,51 %, outro indicador a sinalizar o padrão de dispersão urbana.

---

<sup>23</sup> Seguem alguns esclarecimentos para o bom entendimento dos dados relativos às densidades: optou-se por apresentar os valores síntese dos levantamentos das densidades pelas medianas, em todos os dados sobre densidades por ser um dado mais aproximado da realidade que os resultantes das médias; os valores brutos se referem à área do polígono do setor censitário, Área Urbanizada acrescida (AU); os valores líquidos se referem à área efetivamente ocupada no setor censitário, área urbana homogênea (AUH); a densidade da quadra corresponde a uma densidade bruta por incluir o viário interno; a densidade de domicílios, quando refere-se à quadra, para distinguir, trocou-se a denominação para densidade habitacional.

### Áreas acrescidas entre 2000/2010

Para as áreas acrescidas estudadas na década de 2000/2010, apuradas as densidades populacionais brutas e líquidas de cada, o valor das medianas indica: Densidade Populacional Referencial Bruta de 383 hab/km<sup>2</sup> e Densidade Populacional Referencial Líquida de 3.663 hab/km<sup>2</sup>. A densidade de domicílios calculada corresponde a: Densidade Referencial de Domicílio Bruta de 117 dom/km<sup>2</sup> e Densidade Referencial de Domicílios Líquida de 1.078 dom/km<sup>2</sup>.

A Densidade de Habitação Referencial Atual, densidade à escala do detalhe, representativa da ocupação do tecido, é de 2.096 UH/km<sup>2</sup>. Contabilizados os lotes vazios das quadras, pode-se calcular a Densidade Habitacional Referencial Potencial, somando-se os imóveis existentes e os lotes vazios da fração de tecido, correspondente a 2.548 UH/km<sup>2</sup>, correlato a um Índice de Vazio do tecido urbano de 16,66%. Este, um segundo indicador a sinalizar o padrão de dispersão urbana da década 2000/2010.

A grande diferença dos valores brutos e líquidos mostra uma das características bastante contundentes do modo disperso de ocupação: densidades urbanas à escala regional baixas e densidades intra-urbanas altas. Isto pode ser constatado em razão do artifício da definição das AOH-SC, um meio de depurar os dados do IBGE, com a vinculação dos dados ao espaço a que efetivamente estes correspondem. No caso das densidades de domicílios/habitacionais esta discrepância também se manifesta, por isso a afirmativa de que a percepção de uma ocupação rarefeita não nega a dispersão urbana.

## RESPOSTA À TERCEIRA QUESTÃO DE PESQUISA

As dinâmicas urbanas foram analisadas quanto aos efeitos da urbanização dispersa no ambiente visando à resposta à indagação sobre o que sinalizam as densidades ante o quadro ambiental na perspectiva do planejamento sustentável.

Culturalmente e acintosamente, renega-se a conformação da base natural e valoriza-se ao extremo a prevalência da técnica e seu poder de superar obstáculos, de dominação sobre o ambiente. Os traçados viários, tão importantes pela inegável capacidade de estruturação das ocupações urbanas, são vetores de desmonte de relevos, paisagens, de cobertura vegetal, obstáculos aos sistemas de drenagem e fluxos hidrológicos. A diametral polaridade dessas lógicas, o confronto de valores, o reconhecimento de diferentes possibilidades de organização



com critérios distintos, são sugestivos para novas orientações propositivas, para a reorganização do desenvolvimento regional.

Ao início do período de acumulação flexível e globalização, o enfrentamento da crise ambiental e urbana, pós virada democrática, é fortalecido com a promulgação da *Constituição Federal* de 1988, que focaliza a questão espacial na dimensão urbana e ambiental e, no Art.225, atribui a responsabilidade pelo ambiente ao cidadão e à coletividade, elevando ambas as dimensões, atrelando-as.

As repercussões na economia da Bahia, positivas e negativas, desde as duas últimas décadas do sec. XX, foram importantes: o ingresso de investimentos estrangeiros diretos (indústria, turismo e imobiliário); a reconcentração da 3ª fase da industrialização na RMS com fusões, aquisições e novas indústrias; encadeamento de mais concentração de outros segmentos econômicos; tiveram como contrapartida o agravamento do quadro ambiental metropolitano.

Com as imagens das áreas acrescidas e do entorno foi possível fazer uma análise ambiental do compartimento em que estas estão inseridas, focalizando os danos e/ou estado de conservação das transformações e reflexões sobre a dificuldade de recuperação ambiental.

Sinteticamente, os problemas ambientais são severos: extração de agregados para construção provocam erosão do solo e assoreamento de rios; remoção de mata ciliar; espécies exóticas invasivas encontradas em todo lugar; manutenção de fogo como prática agrícola; estradas projetadas como barreiras dividindo habitat em mosaicos; uso não controlado de pesticidas contaminando o solo, a água e os trabalhadores. Outros problemas encontrados incluem: pesca de arrasto para comércio, danificação de corais, espécies invasoras proveniente de águas de lavagem de navios; poluição de plásticos que afeta a vida marinha, indústria e marinas. Os serviços ecológicos têm sido seriamente afetados e a promissora indústria turística está sendo perdida pela degradação ambiental (Consultoria Ambiental Danilo Lima).

## Gestão na perspectiva da sustentabilidade

Numa análise geral das dimensões de sustentabilidade, relativa ao processo de expansão da RMS, expressa em poucas frases, temos que: o quadro social, para a maioria da população é dramático, sem escolaridade, sem renda, sem condições de inserção e grande contingente à

margem da parcela da sociedade com atividade econômica produtiva; o quadro econômico, é de crescimento com progressivo alinhamento com a economia global, recessivo temporariamente, mas essencialmente, limitado e insatisfatório, configurando incapacidade sistêmica estrutural de completude; o quadro ambiental, pormenorizadamente qualificado, caracteriza ausência de planejamento compatível com os recursos naturais e perdas em nível de irreversibilidade em algumas situações; o quadro cultural, relativo à expansão metropolitana, tem componente que força alternativas ao modo de vida cidadão, mas, progressivamente, reduzem-se, em qualidade, os espaços ambientalmente integrais na região metropolitana, nova onda de ocupação reproduz padrões urbanoides nas ocupações dispersas; o quadro espacial, registra segmentação de população e de funções (trabalho no interior, lazer e trabalho vinculado a lazer predominante no litoral), ocupações fragmentadas e dispersas, mas magnetizadas por eixos viários, concentração litorânea linear, mas restringida pelo traçado do sistema viário estruturante; o quadro territorial, é de desmonte de práticas tradicionais locais, de movimento migratório da capital para espaços perimetropolitanos, ampliação e densificação de centralidades com renovação funcional; o quadro político institucional, é de ausência de identidade regional, ausência de gestão regional, a região como fato geográfico inconsistente e estagnada na construção de uma visão compartilhada com os seus integrantes.

Da nova rodada de planejamento, determinado no *Estatuto da Cidade*, espera-se mais que compatibilidade nos zoneamentos limítrofes dos municípios: mais respostas para a inclusão e justiça social, mais responsabilidade ambiental, mais criatividade, mais inovação com tecnologia a serviço da reconstrução do *modus vivendi*, que reúna na sua equação todas as dimensões comentadas. Mesmo que subordinado às regras capitalistas da economia globalizada, rejeite a passividade da exclusão social como componente sistêmico e a degradação ambiental como contingência sistêmica, encontrando uma possibilidade de realizar-se de modo profícuo, com possibilidade de reversibilidade do quadro de desequilíbrio socioeconômico e espacial, contundente em termos de resultados, completo em termos de atendimento às dimensões de sustentabilidade.

O território sendo intensamente planejado e preparado para a chegada do investimento estrangeiro, num quadro de mudanças tão radicais, sob diretrizes políticas neoliberais flexibilizadoras, cujos resultados apurados afrontam a adjetivação de sustentável, inalcançada, pergunta-se então, sobre a autonomia e o lugar para o planejamento territorial sustentável. Aquele elaborado com as lentes da sustentabilidade, que vislumbra a inter-relação sociedade–

natureza, aquele no qual a urbanização, as cidades e redes de cidades são percebidos como sistemas ecológicos, que valoriza como diretriz o aprendizado de maior convivência com o território, baseada numa nova racionalidade, a da produtividade ecológica dos territórios, uma nova racionalidade de produção econômica (LEFF, 2004).

Na nova lógica de organização espacial/territorial, o ambiente é o campo de disputas para atingir o desenvolvimento sustentável. A dimensão espacial e o ambiente, privilegiados, ou elevados à importância de fatores sociais e econômicos, como explicitado nos textos de Löw (2013) sobre o *Spatial Turn*, é central na estratégia que se pretende virtuosa para o planejamento do desenvolvimento da urbanização regional dispersa, para a Virada Espacial.

O aprendizado com a experiência de planejamento sustentável para Istambul está disponível como referência inspiradora para a RMS, pelos atributos destacados em Item 1.2, Primeira Parte, e Anexo 7. Pode-se a partir deste exemplo visualizar uma guinada radical para a inclusão social produtiva no território metropolitano, e não se espera nada menos que este salto para transformar o Quadro Ambiental metropolitano e alcançar o padrão de sustentabilidade para, ao menos, as principais questões metropolitanas.

## Densidade, ferramenta para a sustentabilidade

Visualiza-se, nas condições da virada espacial, novas formas possíveis de inscrições capitalistas, sustentável e includente, nas paisagens do espaço-território regional. A densidade como indicador urbanístico estratégico cresce enquanto parâmetro balizador dos sistemas de infraestrutura, da equação econômica e da compatibilização da capacidade de carga dos ecossistemas. De parâmetro urbanístico a elemento sensor e balizador de eficiência econômica e ecológica, já reconhecido e valorizado pela economia ecológica (MOTA 2001).

Neste sentido, quando se soma as conquistas relativas à dimensão social, de alta relevância, quando por meio da densidade criam-se condições para satisfazer o interesse manifesto de desenvolvimento da agricultura urbana no espaço regional (PTDS-TMS, 2010) o parâmetro densidade vai balizar uma performance de amplo espectro, e pode ser adjetivada como densidade sustentável.

A fundamental mudança de racionalidade econômica para uma racionalidade produtiva do território advém da reversão na interpretação do espaço e do ambiente. Significa a virada

da estruturação do espaço regional, do viés rodoviarista para estruturação pela lógica das bacias hidrográficas. A guinada social, espacial, ambiental e econômica representa a aplicação do conceito de sustentabilidade no planejamento metropolitano, na reconciliação ecológica de habitats, novos arranjos espaciais e manejos, e ainda buscar eficiência econômica, incluída a contabilidade ambiental na verificação de produtividade.

Na virada espacial, tanto está a possibilidade das nações, nas esferas de governo, exercerem o controle sobre seus territórios quanto de coordenar com os diferentes atores a visão de futuro e buscar nos processos urbanos as proposições virtuosas para promover um desenvolvimento urbano transformativo, produtivo, inclusivo, resiliente, sustentável.

## URBANIZAÇÃO DISPERSA NA TRANSIÇÃO PÓS-METROPOLITANA

A transição pós-metropolitana, este quadro geral de itens que corresponde à diferença do que se caracterizou como fase metropolitana, depreendidos da leitura de Soja (2000), é revisitado para as considerações finais do esforço de compreender os processos urbanos/metropolitanos contemporâneos específicos da RMS. As características foram agregadas segundo a compartimentação das dimensões de sustentabilidade no sentido de contribuir para ir educando o olhar do pesquisador/leitor, tal como entende Kuhn (1977) seja necessário para fazer ciência.

Na dimensão político e institucional, transita-se: do Estado nacionalista à fragilização da soberania nacional; do poder governamental como propulsor do *boom* pós-guerra para o reordenamento em função das crises de hiperacumulação e do petróleo; da fragmentação política da gestão metropolitana à gestão regional em processo de formação; do planejamento urbano intencional para servir ao capital à revalorização do planejamento urbano.

Na dimensão econômica, a passagem: do capitalismo industrial fordista, desenvolvimentista, de acumulação intensiva, ao capitalismo industrial pós-fordista e à acumulação flexível; da cultura do consumismo ao paradigma da sustentabilidade; do consumo de massa ao modo particular de experimentar e interpretar o ser no mundo, as especializações fractais.

Na dimensão social, a transformação: da divisão do trabalho, da reserva de trabalhadores e não trabalhadores à polarização das classes trabalhadoras – os altos funcionários, os de baixos salários e os excluídos que nem mais interessam ao sistema como

consumidores; das relações de trabalho e de gestão às relações de trabalho e o individualismo e o empreendedorismo; da segregação crescente e guetização para a segregação exacerbada; da filantropia fordista kenynesiana - o *welfare state* - para a redução do estado de bem estar social; dos movimentos sociais que demandam maior justiça social na cidade, isoladamente, à sua extinção e formalização da plataforma do direto à cidade; do crescimento da classe média à sua redução com a alta polarização socioeconômica.

Na dimensão cultural e tecnológica, o salto: do modernismo ao pós-modernismo; do homem moderno que se ocupa-se no engajamento da produção ao homem pós-moderno que reproduz, decodifica, reinsere em bases novas; da tecnologia analógica às tecnologias digitais e informações *real time*; da integridade do espaço cultural e econômico ao acultramento global-local e urbano/rural homogeneizante; da ascensão da cultura do automóvel à mobilidade da diversidade de meios; das tecnologias disciplinares às metapolaridades, consenso um valor suspeito; do valor dado às raízes para as aparências superficiais e à refuta a todo sentido de memória e história; da alienação do sujeito à busca de futuros melhores; da frustração e paranoia à fragmentação do sujeito e construção de futuros sociais alternativos.

Na dimensão espacial, o percurso: do controle da produção social - nacional e regional-, ao controle fora do lócus da produção, nas cidades globais; do binômio produção/ urbanização concentrada à produção baseada na tecnologia da informação em bases dispersas; do lócus da produção no interior do espaço-cidade à localização da indústria nas *Edges cities*; do sistema nacional de estados e cidades à rede de aglomerações, metropolitanas ou não, e à diluição do espaço cidade; das cidades no topo da complexidade da organização urbana à integração, parte de um sistema globalmente articulado, de maior complexificação; dos problemas de infraestrutura urbana da indústria localizada nas cidades à infraestrutura e mão de obra localizadas em qualquer lugar do planeta; das migrações internas campo-cidade à migração campo/cidades-médias; da suburbanização, força centrífuga que pressiona as periferias das cidades à dispersão e concentração nas *Edges cities* e produção de tecidos urbanos dispersos; da dinâmica de circulação pendular e aumento da jornada de trabalho à redução das dinâmicas pendulares e novas centralidades; da inversão de prestígio locacional e declínio do centro à gentrificação nas áreas centrais; do núcleo urbano dominante à ascensão de novos núcleos e complementaridade das funções urbanas; da mercantilização do espaço em função de diferenciação da terra - densidade, distâncias etc -, à financeirização das desigualdades, da fragmentação espacial que reflete segregação social; das cidades hierarquicamente independentes às cidades submetidas a critérios para inserção na economia global.

Todos os aspectos destas dimensões podem, com maior ou menor intensidade, ser cotejados como transformações que se registra da RMS. Alguns destes aspectos são constatações inexoráveis cuja alteração de cenário é tão contundente, como o foi o salto tecnológico, que têm caráter de estopim para mudanças, tão radicais, de alta propagação encadeada, que não resta senão a adaptabilidade como modo de enfrentamento.

Ficaram à parte do elenco das transformações, da metrópole à pós-metrópole, as dimensões territoriais, ambientais e ecológicas, aquelas muito relacionadas à especificidade de cada local particulares da apropriação de sociedade específica, em condições ambientais únicas, analisadas em profundidade na caracterização da espacialidade metropolitana – vetores de expansão e áreas urbanas dispersas tanto o aspecto territorial, quanto ambiental das ocupações urbanas, os novos tecidos produzidos na RMS.

A especial atenção, para a perspectiva do novo ambiente, para o homem e a sociedade pós-metropolitana, está na dimensão ecológica, onde um outro salto de alta potência de transformação pode-se visualizar, representativo deste esforço de conexão entre: urbanização dispersa, como modo de organização socioespacial de uma espécie inserida harmonicamente em seu habitat; sustentabilidade, como consciência de se sentir comprometido e integrado, como direção e lente para enxergar o mundo de uma nova perspectiva; e, densidade como ferramenta para calibrar inter-relações, produção dos ecossistemas, capacidade de carga, como elemento sensor para o desenvolvimento possível na visão ecocêntrica, cujo resultado mais direto estará na radical virada espacial e na mais impactante inclusão social produtiva.

## HIPÓTESES

No sentido de encaminhar o fechamento deste documento repassa-se a hipótese da questão problema e as hipóteses levantadas para orientar à elaboração das respostas às questões orientativas da pesquisa.

### HIPÓTESE DA QUESTÃO PROBLEMA DA PESQUISA

A primeira hipótese, relativa à questão problema que inquire se a conjuntura econômica, a dinâmica urbano-regional, a organização socioespacial e as densidades da urbanização dispersa concorrem para a sustentabilidade e indicam transformações e relações típicas de um processo de transição pós-metropolitano em Salvador, **assume o que argumentam Lefebvre e Harvey sobre não existir uma política do espaço independente das relações sociais, desde que a produção do espaço é um fenômeno econômico e político e a reorganização do espaço é sempre uma reorganização da estrutura de poder.**<sup>24</sup> (LEFEBVRE apud HARVEY, 1989).

Desse modo, buscou-se caracterizar o conjunto de mudanças estruturais havidas no percurso do desenvolvimentismo ao período de acumulação flexível por meio da análise do contexto socioeconômico e ambiental, considerando os aspectos políticos e econômicos, sociais e populacionais, culturais e tecnológicos, aspectos ambientais e espaciais, e territoriais. Ao cabo, ficaram evidenciadas as grandes distinções entre os períodos e as condições para transformações nas dinâmicas urbanas e na organização territorial. Processos urbanos nitidamente diversos do que os antecedeu vão se instaurando sobre uma forma de organização anterior, por isso cunhado de transição pós-metropolitana SOJA (2000).

**A hipótese inicial considera que a mudança na contextualização socioeconômica e ambiental teve rebatimento na organização territorial da RMS onde registros da transição tem intensidade moderada.** Diferentemente, as sinalizações da transição são fortes e percebidas na distinção dos padrões metropolitanos, como foi possível detalhar no que abarcam as três questões orientativas. São registros importantes e representativos das transformações: a mobilidade, que mostra-se ampliada com fluxos que alcançam distâncias superiores a 100 km e com rotinas de origem/destino marcadamente internas em Lauro de

---

<sup>24</sup> O Estado é a unidade geográfica no período mercantilista, enquanto no liberalismo a unidade geográfica é a propriedade privada.

Freitas, Camaçari, Simões Filho (menos intenso), que revelam mobilidade típica de centralidades, ambos os aspectos impactando no grosso fluxo pendular centro-periferia de décadas anteriores 70/80; o padrão da expansão urbana, que se revela disperso com crescimento de áreas urbanizadas como que pulverizadas no espaço regional, distinto da expansão que se observava contígua à ocupação urbana consolidada, e em monta equivalente ao território de Salvador (302 km<sup>2</sup>); alteração nas relações de espaço público e privado - espaços públicos de propriedade privada (*shoppings*), mas também os espaços da diferença e da exclusão; e, mais significativo, a fraca força da metrópole em dinamizar a sua região, historicamente concentradora de todas as oportunidades subjugando a região à sua dependência, é paulatinamente revertida, acusando uma dinamização própria e particular capacidade de atração que passa a compartilhar com a sede metropolitana.

**A estratégia da “desconcentração concentrada” para o desenvolvimento condicionou o crescimento da RMS. O descompasso da infraestrutura desencadeou tanto a convergência e o fortalecimento da sede regional quanto plantou a condição de dispersão como padrão de organização territorial. A partir do final do século XX, a localização do emprego, o valor progressivo da terra urbana, a ampliação dos meios de circulação e de comunicação, foram o bastante para que, apesar da carência de infraestrutura, principalmente de transportes, houvesse condição do desencadeamento do processo de urbanização dispersa como modo predominante da expansão metropolitana, calcado nas bases predecessoras do seu projeto de desenvolvimento econômico regional dos anos de 1950.** Se os municípios metropolitanos foram cogitados como apoios urbanos e não cumpriram esta função à época, a desconcentração do emprego industrial, ainda hoje mais expressivo em Salvador, mas com tendência à majoração desta oferta fora da capital, alia-se a outros fatores: o esgotamento da disponibilidade de espaços a urbanizar na capital, relativamente à disponibilidade no espaço regional, com valorização do custo da terra e dos imóveis; o incremento de equipamentos urbanos e serviços; o alinhamento político dos gestores públicos no período, dentre outros, são fatores que têm resultado na valorização das cidades metropolitanas e têm re-significado seu papel na rede de cidades da região. Os indicadores demográficos, do conjunto dos demais municípios metropolitanos com relação à capital, tendem a se equiparar no horizonte de aproximadamente 30 anos, se mantido o ritmo do convergência populacional verificado na década 2000/2010.

Ao cabo dos estudos e reflexões em torno do tema urbanização dispersa, considera-se pertinente a colocação da hipótese à questão problema, com indicativos bastante claros



característicos da transição pós-metropolitana, e outros, que não correspondem, mas se apresentam como processos específicos da RMS. Exemplificam as especificidades da RMS as pendências sociais estruturais que adjetivam grande parte das áreas urbanizadas dispersas como espaços de exclusão social, que refletem a insuficiente capacidade de reversão deste déficit histórico que remonta a fase inicial de industrialização-urbanização, para não retroceder a fases anteriores.

**A hipótese enunciada infere sobre a importância das escalas de abordagem, nas análises sobre a tensão entre urbanização, sustentabilidade e densidade: à escala internacional e nacional, correlações com este processo podem remontar, historicamente, a longo tempo atrás; e, à escala regional/estadual e da RMS, supõe-se que políticas públicas não tenham ainda sido estruturadas para dar suporte a este fenômeno, e menos, que tenham internalizado as dimensões da sustentabilidade.** Como esta assertiva tem uma certa obviedade, a pesquisa, desde o início, considera uma escala de abordagem nas análises sobre as dinâmicas territoriais e uma outra escala para apropriação e medições da expressão metropolitana da urbanização dispersa. Procedimento que permitiu uma ampla compreensão do tema e permitiu aproximações para a quantificação e apropriações qualitativas sobre a expansão das áreas urbanas metropolitanas.

Quanto à carência de políticas públicas para dar suporte a este modo disperso de expansão metropolitano, sim, é fato, mas não se percebe como algo a ser imputado a gestores, mas a constatação de uma perplexidade sobre o modo de produção da urbanização que passa: pela força inerente dos processos econômicos, de difícil controle; pelo vácuo de gestão à escala regional que reflita minimamente uma pactuação intermunicipal, ao menos; pela falta de informação e conhecimento sobre o que fazer, como fazer diferente, como encaminhar um ciclo virtuoso para os processos urbanos regionais, o que reflete a fragilidade técnica e a evidência da impossibilidade de solução que não transdisciplinar; sem diretriz, significa não ter visão de futuro construída com os atores sociais.

**A hipótese levanta ainda que a urbanização dispersa vem sendo tratada como intensificação do processo de metropolização e menos como um modo novo de organização socioespacial.** A proposição de transição pós-metropolitana de SOJA é especialmente interessante porque não se antecipa a preannunciar o que resultará com as grandes transformações da virada do século XXI, mas, ao mesmo tempo evidencia o que é distinto do padrão anterior. O enunciado como “intensificação do processo de metropolização”, embora se constitua em diferença ao que foi e como se efetivou a metrópole

no desenvolvimentismo, ainda não se apercebe da enorme transformação conjuntural que justifica mudanças espaciais atreladas à nova estrutura de poder, como já comentado.

**No enunciado resta a provocação sobre qual estrutura socioespacial tenderá a resultar da atual concorrência de fatores que particularizam a transição pós-metropolitana.** Pelos argumentos acima, pelos irrefutáveis efeitos do tratamento dado ao ambiente deste planeta, pela constatação de que, como espécie, adentramos condições desconhecidas, a transição pós-metropolitana pode significar transição para outro modo de produção do urbano, com reversão de lógicas perniciosas, mas ancorado no conceito de sustentabilidade, ecologia urbana, e na virada espacial virtuosa... ou acontecerá mais do mesmo, já visto e experimentado.

Segue-se com as considerações sobre as hipóteses levantadas para cada uma das perguntas orientativas que aprofundam na compreensão do tema e problema da pesquisa.

## HIPÓTESE DE TRABALHO DA PRIMEIRA QUESTÃO DE PESQUISA

A hipótese de trabalho relativa à questão que indaga a influência do contexto socioeconômico, político e ambiental, na dinâmica urbana contemporânea de expansão da RM de Salvador, nas diversas escalas de aproximação, e qual o papel dos instrumentos regulatórios, compõe-se de duas assertivas. Primeiro, **enuncia que o acúmulo da história participa fortemente na organização do território direcionando os processos de expansão urbana/metropolitana, e, as transformações que decorrem da reestruturação do modo de produção e de acumulação capitalista são indutoras de novos processos, que constitui nova camada sobre o território, e com suas peculiaridades interagem e transformam o pré-existente.** Desta primeira assertiva, genérica, justifica-se a retrospectiva dos períodos que marcam o modo de produção dominante, focalizando as transformações sócioespaciais, territoriais e ambientais, o tecido urbano e o parâmetro densidade.

Neste percurso, sim, confirma-se o enunciado. A urbanização dispersa como processo urbano atrelado ao modo operacional e organizacional da economia, seja como efeito do novo modo de organização territorial de caráter potencialmente positivo, ou seja como efeito perverso deste sistema, mas, sem dúvidas, imbricados, interdependentes, conexos. Vale, entretanto, marcar a implicação direta e dominante do setor industrial e sua estreita vinculação aos sistemas econômicos com os processos de urbanização, tanto no histórico do crescimento

das cidades quanto no atual modo de expansão com produção do tecido urbano esparso. No período fordista, reconhecido e tratado como evidência, mas, de importância relativizada, no período de acumulação flexível, quando aflora o crescimento do setor serviços. Esta relativização parece equivocada pela expressão dos montantes do investimento alocados no setor industrial, pela geração de empregos diretos e indiretos que produz no setor de comércio e serviços, por manter-se como alavanca, seja para requisitos de tecnologia continuado, seja pela geração das demandas por serviços da base urbana e especializados, seja por ser indutor de formação de indústrias movidas (sistemistas) para suprimento da cadeia de demandas que gera, reforçada pela reorganização produtiva do setor, seja pelo marco cultural da enorme transformação na entrada da modernidade que se perpetua no imaginário da sociedade.

A segunda assertiva da primeira hipótese refere-se **à escala da economia (pequena pujança) da RMS, fortemente abalada pela crise de 2008, não se espera ocorrências de localizações inusitadas forçando outras centralidades na RMS, e, que os processos urbanos recentes, embora o caráter de novação da produção de tecidos dispersos tende a se apoiar nas sedes municipais que, sim, ganham outra inserção no conjunto da região, atuando como centralidades efetivas, renovadas no seu papel regional.**

Considerar a economia metropolitana como de pequena pujança é um equívoco. A economia metropolitana é pujante especialmente quando comparada à economia estadual e, participa fortemente para o enquadramento do Estado como quarta economia do país, portanto também pujante quando comparada à economia nacional. Os três segmentos econômicos destacados como principais influentes nos processos territoriais, - a indústria, o turismo e o mercado imobiliário -, com a distinção de natureza que lhes é peculiar, nas duas décadas analisadas, o quadro econômico é de crescimento e fermentaram os desdobramentos territoriais que têm expressão significativa na RMS. Não são processos econômicos inusitados na região, mas renovados: com a ampliação dos segmentos industriais; com a escala e diversificação do segmento turístico; com a reorganização do mercado imobiliário tanto em altíssimo grau de fusões e aquisições quanto de supressão do empresariado de menor porte; com a mudança de tipologias que se verificou tendo como principal elemento, a majoração das plantas e da escala dos empreendimentos. Ressente-se com relação à economia neste período a transferência do comando e dos centros decisórios para o centro-sul, tirando relevante contingente de profissionais qualificados, compatível com o *modus operandi* capitalista contemporâneo de concentração sucessiva do comando em centros avançados,

como a cidade de São Paulo, já considerada uma cidade global, uma face do mesmo processo em que se insere o modo de urbanização disperso.

Quanto à influência da crise de 2008, pode-se considerar que o efeito desta crise ao final do período de estudo, foi de impacto radical para o capital internacional que preenchia as listas de interesses na região, seja turismo, seja indústria, seja na participação do mercado imobiliário. O refluxo está evidente, simbolicamente, na saída da JAC Motors, na quebra de expectativas das quase vinte mil unidades habitacionais hoteleiras previstas para o Litoral Norte, e na queda da produção de unidades imobiliárias. Mas, os efeitos da crise chegaram ao mais baixo nível na RMS nos anos 2010 a 2016.

Quanto à avaliação da repercussão territorial de fortalecimento das cidades, esse é um processo paulatino, reforçado pelo alinhamento político das gestões municipais com o governo estadual e federal, neste período, com especial facilidade para capturar recursos e equipamentos, que atualizaram a base urbana, principalmente de Camaçari e Lauro de Freitas, e pela própria pressão exercida pela atividade industrial e turística, e pelos níveis de dificuldade de acessibilidade a Salvador. Como consequência, expandiram o território urbano, onde o modo disperso comparece fortemente, mas alternando situações de densificação urbana e/ou redução desta densidade em função da contabilização de áreas urbanas acrescidas, mas fracamente ocupadas, que forçam a contabilização das densidades urbanas para baixo, como caracterizado ao longo dos estudos sobre as áreas urbanizadas acrescidas na RMS, uma característica do modo disperso de ocupação do território. As centralidades de pequeno porte que se fortalecem são as litorâneas, as vilas de Praia do Forte e Imbassaí porque tem dupla funcionalidade, como vila turística e como apoio urbano para as áreas urbanizadas dispersas nesta fração do território regional.

A percepção mais forte sobre centralidades na expansão metropolitana, em termos de análise espacial, uma conclusão que se impõe pela avaliação racional sobre os fluxos metropolitanos e a localização da concentração das cidades de Simões Filho, Camaçari e Lauro de Freitas, centros de produção e apoio urbano, está no inevitável deslocamento da centralidade metropolitana para a norte do município de Salvador, cujas considerações sobre as implicações ambientais ficam resguardadas para a hipótese levantada à terceira questão de pesquisa.

Quando se levantou a compatibilidade dos instrumentos regulatórios e da ocupação efetiva do território por meio da leitura do zoneamento dos usos definidos nos PDMs e a ocorrência de ocupação urbana, foi mencionado o afrouxamento do controle da aplicação dos

instrumentos regulatórios. Entretanto, acredita-se seja maior que isso, um afrouxamento da gestão pública sobre o território regional, mesmo que exercido apenas no recorte municipal. Desse modo, há constatação da assertiva que sugere que os instrumentos de gestão urbana e de regulação sejam aplicados com baixo controle efetivo. Foram mapeadas implantações discordantes do estabelecido nos instrumentos de gestão, ou seja, obsolescência dos padrões de controle do Estado, em todos os níveis, sobre o espaço urbano, sobre as práticas de sua produção e gestão (REIS, 2006).

Percebe-se que, a avaliação desta primeira hipótese de trabalho fez percorrer com amplitude várias dimensões dos processos econômicos e espaciais, que por si só corrobora o enunciado da imbricação entre estes processos socioeconômicos-espaciais-territoriais, nas diversas escalas Brasil, Nordeste, Bahia e RMS. Com especificidade de repercussão, alcançam fortemente a região metropolitana de Salvador cujos processos recentes se mostram completamente aderentes aos contextos socioeconômico, político e suas determinações.

## HIPÓTESE DE TRABALHO DA SEGUNDA QUESTÃO DE PESQUISA

A hipótese para a questão que indaga sobre as características dos padrões físicos do tecido urbano e das densidades da urbanização dispersa na RMS e suas potencialidades como referenciais para projeções futuras, pressupõe-se, na primeira parte, **profícua diversidade de novos padrões de tecido urbano, novas formas de espacialização - áreas de urbanização dispersas articuladas ao sistema urbano como partes de um todo, rica em novas tipologias de parcelamento, de arranjos urbanísticos, formas de gestão complexas.** Primeiro, as expectativas foram muito elevadas. Isto porque parte significativa das novas ocupações são ocupações espontâneas de baixo padrão construtivo e urbanístico, ocupado por população desempregada ou com baixa empregabilidade, com baixíssimos salários, predominando os sem rendimentos e rendimentos de até 1 SM para 67,07% dos responsáveis nas áreas urbanizadas acrescidas (média das áreas das duas décadas estudadas). Estas ocupações são melhor caracterizadas como espaços de exclusão. Descrição que corresponde a três das tipologias de tecido urbano caracterizadas. Nas ocupações litorâneas capturou-se padrões de melhor condição de urbanização e habitação, até mesmo padrões mais sofisticados, correspondente à padrões considerados atípicos. Mas, nem estas se enquadram nas interpretações que justifica a moradia dispersa como busca de alternativa de vida com maior proximidade com o ambiente natural. Outras interpretações registradas nas entrevistas

incluem a opção de moradia junto a familiares, de moradia na proximidade do trabalho, como fatores mais fortes.

Quanto à expectativa de encontrar **a reprodução do padrão urbano de fracionamento e densificação num universo rural**, esta assertiva foi totalmente confirmada, tendo em vista o padrão dos parcelamentos, tamanho de lotes, densidades do tecido urbano e outros indicadores serem compatíveis com loteamentos em área urbana citadina. No Capítulo 3, Terceira Parte, quando se aborda a produção do mercado imobiliário, remete-se aos loteamentos do período do desenvolvimentismo e nestes tecidos urbanos com grandes áreas - acima de 1000 m<sup>2</sup> até 8.000 m<sup>2</sup> - foram efetivamente produzidos e se encaixam nas justificativas de vida alternativa. Nas décadas estudadas, registram-se os processos de re-loteamentos, ocupações pluridomiciliares em lotes outrora unidomiciliares que corroboram a hipótese de padrões citadinos em áreas dispersas ou em processo de reocupação sobre ocupação pré-existente.

## HIPÓTESE DE TRABALHO DA TERCEIRA QUESTÃO DE PESQUISA

A hipótese de trabalho relativa à questão que indaga sobre o que sinalizam as densidades e o quadro ambiental na perspectiva do planejamento sustentável, adota a hipótese **de carência de planejamento regional, frágil regulação territorial, incompreensão, ainda, dos gestores e planejadores da importância da incorporação dos valores ambientais como essenciais à inovação para um novo padrão de organização territorial, sócioecológico, onde a densidade é elemento sensor de desempenho para os ecossistemas e a produção, bem como ferramenta a serviço da realização do planejamento sustentável.**

Com relação ao quadro de sustentabilidade ambiental estabeleceu-se como hipótese a **carência de planejamento regional, a frágil regulação territorial, a incompreensão, ainda, dos gestores e planejadores da importância da incorporação dos valores ambientais como essenciais à inovação para um novo padrão de organização territorial, socioecológico, fazendo supor que existe grave comprometimento do patrimônio ambiental e inexistem propostas que considerem as variáveis ambientais no planejamento do desenvolvimento urbano seja municipal, seja regional, assim como, a expansão das ocupações devem refletir a dissociação da busca por um padrão de sustentabilidade para a ocupação deste território.**

Todos os argumentos elencados nesta assertiva da hipótese têm procedência e estão interconectados, daí o exponencial significado da falta de uma gestão regional renovada nos valores e nos recursos que aloca, transformada a partir de uma visão integradora do ambiente, o urbano incluído, como um sistema de trocas que se retroalimentam. O frágil exercício de regulação e controle ficou explícito nas leituras ambientais das áreas urbanizadas acrescidas. As densidades passarão a ser elevadas à condição de elemento sensor e ferramenta para a sustentabilidade na medida que vai balizar a ocupação e a produtividade dos territórios.

Em todos os segmentos sociais, em todos os ramos profissionais, a representação daqueles convictos de que existe outra lógica para a organização do território, factível, inclusiva, produtiva, sustentável, é crescente. A reversão da lógica rodoviarista, a ampliação do repertório urbanístico com inovação e incorporação de tecnologia, as urbanizações como consumidoras dos recursos ambientais, mas como produtoras de insumos para a reversão de condições para o equilíbrio ambiental, para produção de alimentos, para a geração de empregos, é factível. A forte chance de grande incorporação de populações excluídas das equações econômicas, a inovação baseada nos conceitos de ecologia urbana e metabolismo circular podem significar virtude para a urbanização - reutilização de efluentes e resíduos integrando-os em ciclo fechado. Sem explicitar por onde, o documento do UN-Habitat III, *Nova Agenda Urbana*, passa a referir à uma condição que adjetiva a urbanização diferenciando-a como boa urbanização. Esquemáticamente, e com a limitação de raciocinar apenas como arquiteto-urbanista uma leitura propositiva foi apresentada no Capítulo 5, Terceira Parte.

## AVANÇOS, LIMITES E RECOMENDAÇÕES

As contribui es do estudo estão no diferencial das posi es (premissas e posturas), conscientemente adotadas ante   aproxima o com o tema escolhido para desenvolvimento da pesquisa, e na amplitude da inser o do tema e ao mesmo tempo aprofundamento da compreensão, em especificidade, na ocorrência do fenômeno da urbaniza o dispersa na expansão metropolitana de Salvador.

Posi es *ad hoc* tomadas, que perpassam toda a tese, e compreendem: a) a eleva o da dimensão espacial ao patamar de importância das questões sociais e econômicas – *o spatial turn* – repercutindo em valoriza o do ambiente, não apenas como suporte, mas como meio prene de potencialidades, historicamente descartadas, e espaço do embate pela sustentabilidade; b) a assun o da indissociabilidade das questões urbanas das ambientais na perspectiva do que se pode agregar em inova o e retroalimenta o sistêmica; c) a concep o da urbaniza o como sistema de organiza o de uma espécie que promove largo desequilíbrio e precisa da tomada de consciência de que   parte de imenso sistema ecológico ao qual deve se integrar harmonizando com os ciclos biológicos; d) a inquieta o permanente de perscrutar alternativas para o planejamento urbano, para saída do estado de perplexidade e de impotência, que decorre da macro conjuntura socioeconômica e política, mas não só, t mbe da fraca sinergia interdisciplinar, da quase inexperiência de produ o de conhecimento e práticas transdisciplinares a serviço de formula es propositivas e diferenciadas visando a instaura o de um ciclo virtuoso da urbaniza o.

Especificamente, o enquadramento teórico para aproximar a questão urbana do paradigma da sustentabilidade exigiu enorme esforço. Com o objetivo de distinguir nos conceitos referenciais da geografia – organiza o territorial, espaço e território – o tratamento dado ao ambiente, as omissões ou neutralidades do espaço, que evidenciam concep es na visão antropoc trica, ressaltando onde se descolam de uma visão biopluralista, ecoc trica. O entendimento do planeta como sistema ecológico, ao abrigo da Teoria da Complexidade   central para a aproxima o urbaniza o-sustentabilidade. Reconhecendo que há muito a percorrer para sedimentar novas apropria es destes conceitos, mas, há um produto resultante desta reflexão a ser considerado na teoriza o sobre o urbano contemporâneo.

Ainda, no enquadramento teórico, focalizando a transi o p s-metropolitana, pode-se percorrer as teorias da cidade de modo integrado – da metrópole   p s-metrópole –, sem os



filtros dos discursos tendenciosos que segmentam o conhecimento e o estratifica ao sabor das adesões ideológicas, mas, por meio do largo domínio sobre a matéria que o autor de referência, Soja (2000), faz: abarcante na diversidade de pensamentos sobre a cidade e o urbano, articulado e aprofundado.

Em outro aspecto, o diferencial da contribuição da pesquisa está na amplitude da abordagem da contextualização deste fenômeno urbano contemporâneo, em escala convergente para o recorte metropolitano, Brasil, Nordeste, Bahia e RMS, e em abrangência temporal, minucioso a partir das duas últimas décadas do sec. XX, com remissões a períodos antecedentes, quando necessário.

O diferencial no sentido do aprofundamento mostra-se: a) na aproximação com os processos econômicos determinantes à escala metropolitana, quando busca-se a influência provável na organização do modo disperso, oportunidade de produção de informações importantes, em especial sobre a indústria e sua espacialidade; b) na abrangente leitura exploratória sobre a diversidade de conceitos que cercam o tema da urbanização dispersa, cuja diversidade por si só reflete sua importância e contemporaneidade; c) na análise dos danos ambientais específicos das ocupações urbanas acrescidas nas últimas décadas, elencadas para o estudo, quando foi possível um panorama do status da condição ambiental da ocupação urbana na RMS, elaboradas com a contribuição de consultor ambiental, que, dentre outros recursos, utilizou-se de mapas temáticos e do georreferenciamento das unidades de conservação, uma contribuição da SEMA para apoiar esta pesquisa; d) na caracterização das áreas urbanizadas acrescidas na RMS, por década, na escala de aproximação do espaço intra-urbano, do tecido urbano, uma carência, recorrentemente apontada, realizada por meio de análises qualitativas e quantitativas, apropriando o modo de concretização da produção do tecido urbano, revelando relações, proporções, índices. Em especial, a utilização de novas metodologias de leitura do espaço urbano e de apropriação das relações de densidade e forma urbana, ainda pouquíssimo incorporadas às práticas profissionais e de ensino que, por fim, permitiu detectar, mesurar e organizar os atributos dos tecidos urbanos estudados numa classificação tipológica da diversidade encontrada na RMS e de relações espaciais regionais.

Em síntese, ao cabo dos quatro anos de intenso envolvimento percebe-se que os avanços decorre da própria pesquisa com os resultados que respondem às carências enunciadas sobre a necessidade de descer ao nível do tecido urbano das ocupações dispersas, mas também, da incorporação de percepções que se iluminaram ao longo do processo encorpando o produto final: no enquadramento teórico, pelo desafio tomado na pesquisa, ao

tempo que oferece uma organização do pensamento sobre o processo da urbanização com a clara perspectiva de valorização do paradigma da sustentabilidade, ainda visto com desconfiança, embora em cada vez menor número de círculos profissionais; na abordagem sobre a urbanização dispersa, pelo percurso através do pensamento de grande número de autores que se dedicam ao tema, muitos lidos nas publicações originais, e pode-se constatar, no amplo panorama das visões sobre um tema, a referência circular de autores nas publicações, que estes conformam uma comunidade que partilha do interesse sobre o tema e acusa a sua proeminência; na contextualização das dinâmicas urbanas, até o atual modo disperso de produção do tecido urbano, a periodização facilitou uma abordagem abarcante e compreensiva, e, a estrutura do texto e a organização dos conteúdos minimizaram lacunas, ao tempo que, foi possível estruturá-lo observando a correlação com as dimensões de sustentabilidade, em cada um dos aspectos caracterizados; o estudo do tecido urbano desce à precisão da acupuntura; e, na dimensão propositiva, reposiciona-se a condição do espaço, elevado à importância da dimensão social e econômica, o que se revela como uma possibilidade de contemplar a maior das discrepâncias dentre as dimensões de sustentabilidade - a exclusão social de grandes contingentes da atividade produtiva -. Opção apoiada na clareza de valores, na aposta na ecologia urbana, de compreensão apenas elementar para o autor, a ser submetida à uma construção coletiva e transversal de outras disciplinas, mas, demonstrada no exemplo do *Masterplan* de Istambul.

O tema, confirmou-se no cerne das discussões mais atualizadas sobre processos urbanos, central na *Nova Agenda Urbana* do UN-HABITAT III, (nov/2016). Algumas publicações anteciparam partes da tese sob os seguintes títulos:

PEREIRA, G., SANTOS PEREIRA, M.G.B.G., Expansão urbana e metropolitana de Salvador. Transformações metropolitanas no sec. XXI: Bahia, Brasil e América Latina/ Sylvio Bandeira de Mello e Silva, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Gilberto Corso Pereira, orgs. Salvador: EDUFBA, 2016.

SANTOS PEREIRA, M.G.B.G, LIMA, Danilo, PEREIRA, Gilberto. Sustainability in metropolitan planning: urban ecology, a different perspective on urban dispersion. Este artigo decorre da participação e apresentação no evento da *Achitecture Media Politics Society*, da *London South Bank University*, realizado em Londres, nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2017.

## LIMITES

O enquadramento teórico instiga continuar a depuração do conceito de espaço e território, debruçar-se para avançar sobre a definição, numa visão amplificada, ecocêntrica, uma construção necessária para outra direção: a do planejamento sustentável. A abordagem da ecologia urbana é campo de conhecimento a explorar e, embora o envolvimento de consultor para análises ambientais, a discussão é mais ampla, interdisciplinar/transdisciplinar, uma oportunidade que deve ser buscada para testar ideias que incluem inovação de conhecimento e prática.

Apesar do longo documento, o espaço mostrou-se restrito para explorar as conexões com as teorias, repassar a relação do que foi apurado na RMS e as teorizações dos autores citados, e outros, de modo confortável, ficando como uma curiosidade postergada.

As metodologias adotadas, *Spacematrix*, *Visualizing density* e *Buffers de Jiao*, importantíssimas para melhor conexão entre forma urbana e indicadores, foram utilizadas e facilitaram a obtenção de resultados, mas, têm potencial para muito mais, há muito a agregar, são referências primorosas para a evolução das análises urbanísticas. Se prestaram para uma análise geral sobre os tecidos urbanos, mas, podem ser refinadas quando aplicadas em análises menos abrangentes de modo a se alcançar maior precisão na apropriação dos indicadores do tecido urbano e nas conexões indicadores e forma urbana. A margem de erro das medições levantadas utilizando-se de imagens foi calculada com base em dois meios de medição da área bruta e líquida do tecido urbano situando a margem de erro dos dados levantados em 7%.

A leitura propositiva é uma expressão contida sobre um redirecionamento possível para a espacialidade metropolitana, apenas um registro do surgimento de nova centralidade regional, de nova estrutura para uma articulação regional e nova estratégia para o desenho das ocupações urbanas, assegurando possibilidades de conciliação do urbano com o uso potencial e produtivo dos territórios, numa utilização em ciclo fechado, incorporando fortemente a agricultura urbana. Caminhos alternativos com potência para enfrentamento da grande crise que representa a incapacidade do modelo atual em prover uma dinamização inclusiva para a sociedade metropolitana, expressa numa representação simplificada.

## RECOMENDAÇÕES: UMA DIREÇÃO PARA O PLANEJAMENTO METROPOLITANO

A prioridade para o planejamento metropolitano é a sustentabilidade, por princípio. Nas suas dimensões intrínsecas, duas ênfases: a reorientação da estratégia espacial da ocupação metropolitana coadunada com a base natural da formação das bacias e sub-bacias hidrográficas, e a urbanização, como instrumento de transformação e meio de inclusão social e de produção econômica.

Implementar o desenvolvimento regional sustentável depende da construção coletiva da visão de futuro, da coerência do pensamento para reunir o que já se acumulou em teoria e práxis para reorientar as proposições à escala metropolitana e superar a perplexidade da falta de direção.

Novas perspectivas para o desenvolvimento urbano sustentável são previsíveis com exploração de novas formas de promover produtividade com inclusão e bem-estar-social. A direção que se antecipa com este propósito é uma reorientação espacial para a lógica do crescimento urbano metropolitano, com preservação do potencial do ambiente para associar produção sustentável, com concentração de demanda, criando proatividade e sinergia entre opostos – rural/urbano.

A premência de planejamento e de implementação da virada espacial é dada pelas projeções do crescimento populacional nos demais municípios metropolitanos, de equalização com a população de Salvador em aproximadamente três décadas. Nestes termos, continuar com o modelo de expansão rodoviária não aporta perspectiva de sustentabilidade ao desenvolvimento metropolitano.

O estado da arte, em termos de experiências com foco em sustentabilidade, não apenas o grifo, ou a grife da sustentabilidade, mas proposições que incorporam o raciocínio da urbanização como a forma de organização de uma espécie que, apesar da enorme capacidade de transformação radical do seu habitat, deve compreender o sentido de manter a capacidade de resiliência deste sistema ecológico e dos sistemas de sistemas que integra, sem que a sociedade urbana se constitua numa perturbação sistêmica nesta organização complexa.

De fato, a virada espacial é parte de uma virada conceitual, uma possibilidade para a saída da crise instalada, refutando a inércia para proposições ante o modelo de desenvolvimento capitalista e suas distorções. Na dimensão espacial está a possibilidade das

nações exercerem a gestão do território nacional/estadual e local, e, do encaminhamento de solução para a histórica impossibilidade de integrar os contingentes populacionais excluídos na equação dirigida pela exclusividade da dimensão econômica, que engaja o crescimento num processo entrópico continuado, no rumo da exaustão da capacidade de regeneração dos processos naturais, ambientais.

Busca-se, na perspectiva da sustentabilidade, raciocinar a urbanização como um processo integrado e a serviço da retroalimentação e depuração ambiental. As oportunidades oferecidas via ecologia urbana, incorporando a urbanização aos ciclos ecológicos agrega novas condições ao ambiente para gerar crescimento econômico inclusivo, desenvolvimento social e cultural, proteção ambiental com enorme potencial de contribuição para alcançar um desenvolvimento sustentável transformador.

Voltando à apresentação desta pesquisa, lembrando Carl Sagan quando refere-se ao “pálido ponto azul” e à impossibilidade desta sociedade se estabelecer em qualquer outro lugar no universo, então, a recomendação mais essencial, diz Sagan, é de que esta espécie se proteja de si própria. Em *World Cities*, Peter Hall considera o menos desculpável, a falha dessa sociedade em articular as cidades à uma visão mais larga do processo na formação dos assentamentos humanos!

A continuar com as interpretações individuais, ou de segmentos sociais unguídos ou não, com interesses explícitos, será impossível o alinhamento da visão que tem potencial para superar em grande parte a exclusão social. A principal recomendação é trabalhar para a construção social da comunidade planetária, o pertencimento e a responsabilização global. Ou isso, ou parecerão inócuas outras discussões, se não se encaixam alinhadas com a visão do planeta como um sistema ecológico. Por isso, a perplexidade da falta de diretriz de gestores, de técnicos, a ausência de encaminhamento duradouro e, por isso, as considerações e toda a motivação nas posturas adotadas, ou, este exercício terá sido também inócuo.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Cláudio e DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- ALEXANDER, Ernest R. Density measures: a review and analysis. **Journal of Architectural and Planning Research** 10:3 (Autumn)1993.
- ALMEIDA, L. Descentraliza o na gestão de recursos hídricos na Bahia: O Comit  de bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe como agente de gestão. In: **Anais do VII CBG**, Vitória ES. Acesso 16 de agosto de 2014.
- ALMEIDA, M. A. R. **O centro das Metr poles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. Imprensa oficial do Estado, São Paulo, 2001.
- ALMEIDA, P. H. A economia de Salvador e a forma o de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto C. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Agenda verde x agenda marron: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos**. Brasília, 2005, mimeo.
- ANGEL, S.; SHEPPARD, S.C.; CIVICO, D. L. **The dynamics of global urban expansion**. Washigton DC, Transport and Urban Development Department. The World Bank, 2005.
- ANTROP, Marc. Why landscapes of the past are important for the future. **Landscape and urban planning**. 70 (2005), 21-34. Disponível em:<[www.elsevier.com/locate/landurbplan](http://www.elsevier.com/locate/landurbplan)>. Acesso em: 15/10/2007.
- ARCAUTE, E.; HATNA, E.; FERGUSON, P.; YOUN, H.; JOHANSSON, A.; BATTY, M. Constructing cities, deconstructing scaling laws. **J. R. Soc. Interface**, v. 12, n. The Royal Society Publishing, 2014. Disponível em: <<http://rsif.royalsocietypublishing.org/>>. Acess, em: 8 mar. 2015.
- ACSELRAD, H. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/2014/2014.1%20Bibliografia%20Complementar/Aula%2003\\_Texto%2002.pdf](http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/2014/2014.1%20Bibliografia%20Complementar/Aula%2003_Texto%2002.pdf)> Acesso em: 6/07/2017.
- ASHER, François. **Met polis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- ATLAS Histórico de cidades europeas**. Península Ibérica, Barcelona: Salvat, 1994. v. I.
- BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. **Plano Diretor do CIA**, 1980.
- BAHIA. CONDER. **Plano metropolitano de desenvolvimento**, 1982.
- BAHIA. SEPLANTEC; BAHIA. CONDER. **Plano diretor da área de Valéria**, 1983.
- BAHIA. **Turística Costa dos Coqueiros, Zona Turística Costa do Descobrimento**. Salvador: Dez 1992. Não publicado.
- BAHIATURSA. **BAHIATURSA 30 Anos: 1968 a 1998**. Salvador, 1998.
- BAHIA. SEPLANTEC; BAHIA.CONDER. ** rea de prote o ambiental – Litoral Norte; relatório síntese do plano de manejo**. Salvador, s/d.
- BAHIA. SEPLANTEC. BAHIA.CONDER. **Programa de desenvolvimento sustentável do Litoral Norte, PRODESU**, 2001.
- BAHIA. SEI. ** ndices de desenvolvimento econômico e social**, 2001.
- BAHIA. **Programa de desenvolvimento do turismo do Nordeste - PRODETUR-NE II. Ajuda**

**Memória: Missão de Identificação do Salvador**, 2001. Não publicado.

BAHIA. SCT/SUDETUR. **Programa de Desenvolvimento Integrado Turismo Sustentável, PDITS, Polo Turístico, Salvador e Entorno**, 2002.

BAHIA. SEPLANTEC. **Bahia Urbana**, 2011.

BAHIA. Secretaria da Infraestrutura. **Pesquisa de Mobilidade na RMS**, 2012.

BAHIA. SEI. Dinâmica econômica e sócio-espacial da metrópole baiana em uma economia globalizada. **Textos para Discussão**, n.1, 2011.

BAHIA. SCT/SUINVEST. **Estratégia Turística da Bahia 2003-2012**. Disponível em: <[www.setur.ba.gov.br/estrategia\\_turistica.asp](http://www.setur.ba.gov.br/estrategia_turistica.asp)>. Acesso em 25/11/2015.

BAHIA. **Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia**. Disponível em: <[www.seia.ba.gov.br/gerconovo/gerco.html](http://www.seia.ba.gov.br/gerconovo/gerco.html)>. Acesso em: 25/11/2015.

BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BECKER, Berta K. Et al.:(orgs) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BECKER, Berta K. e EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BECKER, E. et al. Sustainability: A cross-disciplinary concept for social transformations. In: **MOST, Policy Papers**, n. 6, 1997.

BENATTI, J. Helder. **Ordenamento territorial e proteção ambiental: aspectos legais e constitucionais do zoneamento ecológico econômico**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente>>. Acesso em: 25/11/2007.

BOEIRA, S. L.; KOSLOWSKI, A. A. Paradigma e disciplina nas perspectivas de Kuhn e Morin. In: **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n. 1, p. 90-115, jan/jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p90/10796>> Acesso em 6/09/2017.

BOERI, S.; LANZANI, A.; MARIANI, E. Il território che cambia: ambienti, paesaggi e immagini dela regione milanese, **Milano: Abitare Segesta**, 1993.

BONAIUTO et al. **Indexes of perceived residential environment quality and neighborhood attachment in urban environments: a confirmation study on the city of Rome**. *Landscape and Urban Planning* 65 (2003), 41-52. <<http://www.elsevier.com/locate/landurbplan>>.

BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino americana. In: FISHER, T. (Org.) **Gestão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BORSODORF, Axel. Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latinoamericana. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 29, n. 86, p. 37-49, 2003. Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612003008600002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008600002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 05 /08/ 2017.

BORTOLUZZI, Silvia; HOCHHEIM, Norberto. **O geoprocessamento para a caracterização dos Padrões da Densidade Populacional do Centro de Florianópolis (SC)**. 2004, p.1. Não publicado.

BRASIL. EMBRATUR; SUDENE; BNB; CTI/NE. **Programa de ação para o desenvolvimento do turismo do Nordeste, PRODETUR-NE**. 1992. Não publicado.

BRAMLEY, G.; SINÉAD, P. Urban form and social sustainability: the role of density and housing type. In: **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 36, p. 30-48, 2009.

- BRASIL. Ministério do Meio-Ambiente. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Brasília, DF: 1990.
- BRAUNGART, M.; McDONOUGH, W. ; BOLLINGER, A. **Cradle to cradle design: Creating healthy emissions – a strategy for eco-effective product and system design**. Journal of Cleaner Production 15 (13-14):, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As duas fases da história e as fases do capitalismo. **Crítica e sociedade: revista de cultura política**, v. 1, n.1, jan./jun. p. 168-189, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Onde foi que erramos? Quando e por que a economia saiu da rota. **Folha de São Paulo**, 27 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2016/314-Onde-erramos-Folha.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2016.
- BREUGMANN, R. **Sprawl. A compact history**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles o significado das migrações intra-metropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, no. 4, n. 4, out/dez 2005.
- BRUNDTLAND, G. **Nosso Futuro Comum**, 1987. Disponível em: <[http://www.recriarcomvoce.com.br/blog\\_recriar/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum/](http://www.recriarcomvoce.com.br/blog_recriar/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum/)>. Acesso em: 6 out. 2016.
- BUARQUE. Internacionalização da Amazônia. In: Estados Unidos. **Anais...** Estados Unidos: 11 maio 2007. Disponível em: <[file:///Users/GRACA/Downloads/internacionalizacao\\_terra.pdf](file:///Users/GRACA/Downloads/internacionalizacao_terra.pdf)>. Acesso em 20/01/2017.
- BURSZTYN, Marcel. As armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Revista Sociedade e Estado**, v. 10, n. 1, jan/jun. 1995.
- BURSZTYN, M. Meio ambiente e interdisciplinaridades: desafios ao mundo acadêmico. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 67, jul/dez, 2004. Editora UFPR.
- CALTHORPE, P.; FULTON, W. **The Regional City: Planning for the End of Sprawl**. London: Island Press, 2001.
- CAMPOLI, Julie; MAC LEAN, Alex S. **Visualizing density**. ILP, Cambridge, Massachusetts, 2007.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo, Cultrix, 1982.
- CAPUTO, A. C.; MELO, H. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, v. vol.39, set. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612009000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003)>. Acesso em: 11 jul. 2016.
- CARVALHO, I.; CARVALHO, C. V.; GOÉS, T. Dinâmica econômica e socioespacial da metrópole baiana em uma economia globalizada. **Textos para Discussão**, v. N.1, 2011. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos\\_discussao/texto\\_discussao\\_01.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_01.pdf)>. Acesso em 12/08/2015.
- CARVALHO, I.; ALMEIDA, P.; AZEVEDO, J. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. In: **Tempo Social, Revista Sociol. USP**, São Paulo, 13 (2): 2001, p. 889-114.
- CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto C. Como anda Salvador e sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G. C. **Como anda Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto C. (Org). **Metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Salvador: transformações na ordem urbana. Estudos Comparativos**. Salvador: Letra Capital Editora, 2014.



CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto C.; SILVA, Sylvio B. M. Orgs. **Transformações metropolitanas; Bahia, Brasil, América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. **Technopoles of the world: The making of 21st Century Industrial Complexes**. London, New York, Routledge, 1994.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8a. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. v. I.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

CATALÃO, I. Transição pós- metropolitana e dispersão urbana em Brasília: formas, processos e escalas. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB)**, 12, 2011, Belo Horizonte: UFMG, 2011, v.1, p.1-20.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX**. Salvador, Bahia: FIEB, 2008.

CHAMBERS, I. **Border Dialogues: Journey in Postmodernity**. London and New York: Routledge, 1990.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CHOAY, F. O reino do urbano e a morte da Cidade. Trad. Eveline Kavakama. In: **Proj. História**, São Paulo, maio, 1999.

CICCOLELLA, Pablo. **Grandes inversiones y reestructuración metropolitana en Buenos Aires: ciudad global o ciudad dual del siglo XXI?** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1999.

CIDADE, Lúcia C. F. Acumulação flexível e gestão do território no Distrito federal. In: Paviani, Aldo (Org.) **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília, 1999, p.223-251.

CIDADE, Lúcia C.F. **Ideologia, imagem ambiental e organização do espaço urbano**. Anpege 2005.

CLAVAL, Paul. O Território na Transição da Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, Ano 1, Nº 2, 1999.

COLISTETE, R. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: **Estudos Avançados**, vol.15 no.41 São Paulo jan./abr. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004)>. Acesso em: 27/09/2016.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496>>. Acesso em: 15/07/2017.

CORBOZ, André. L'ipercittá. **Urbanistica**, n. 103, 1995.

COSTA, F. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percorso – NEMO**, v. 6, n. 2014, p. 63–79, [s.d.].

CONSTANZA, Robert. Economia Ecológica: uma agenda de pesquisa. Valorando a natureza. **Análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. MAY Peter e SERÔA DA MOTA, Organizadores. Ed. Campus, 1994, Rio de Janeiro.

COUTINHO, L; FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da indústria brasileira**. São Paulo: Papirus, 1994.

COUTINHO, L; FERRAZ, J. C. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização, In: VELOSO, João Paulo dos Reis (Org.) **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

**CNUMAD - Conferências das Na es Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento**

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2012-06-15/conheca-o-historico-das-conferencias-ambientais-da-onu.html>>. Disponível em 6/03/2016.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

DAVIS, Mike. **A cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Scritta, 1993.

DAVIS, Mike. **A ecologia do medo**. Tradu o Alu zio Pestana da Costa. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DE AK, C. **Neoliberalismo**, 1985. (Nota técnica).

DELGADO, Juan. Organiza o social do território e mobilidade urbana. CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto C., (Org.). **Metr poles: Território, Coesão Social e Governança Democrática; Salvador: Transforma es na ordem urbana. Estudos Comparativos**. Salvador: Letra Capital Editora, 2014, p. 199-235.

DELGADO, Juan. Rede integrada de transporte de alta capacidade como indutor de descentraliza o de atividades urbanas na Região Metropolitana de Salvador. CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto C.; SILVA, Sylvio B. M. (Orgs). **Transforma es metropolitanas; Bahia, Brasil, América Latina**. Salvador: EDUFBA, 2016.

DEMATTEIS. Formes i escales d'urbanizaci  difusa. In: **Documents d'An lisi Geográfica**, 33, 1998, PP. 43-53. **Inforgeo**, v. 14, Edi es Colibri, p. 43-64, 1998.

DE MATTOS, C. A. La tercera revolución urbana en América Latina. Hacia lo urbano generalizado? **Eure**, Querétaro, 2008. Palestra.

DE MATTOS, C. de. **Globalization y metamorfosis urbana em América Latina: de la ciudad a lo urbano generalizado**. Madrid: CEDEUR, 2010. (Documento de trabajo, n.8).

DOMINGUES, A. Formas e escalas da urbaniza o difusa. **Inforgeo**, n. 14, p. 43-64, 1999.

DUARTE, Laura. **Notas de aula**. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB. 2006.

DUPUY, G. Network geometry and the urban railway system: the potential benefits to geographers of harnessing inputs from "naive" outsiders. **Journal of Transport Geography**, v. 33, p. 85-94, 2013.

ELLIN, N. **Postmodern urbanism**. Cambridge: Blackwell, 1996.

ENGELS, F. **A situa o da classe trabalhadora na Inglaterra**. Lisboa: Presença, 1975.

ENTRENA DURÁN, F. Cidades sem limites. In: MACHADO, A. S. (Org.) **Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global**. São Paulo: Tendez; Bauru: Práxis, 2003. Disponível em: <<http://www.forum-global.de/curso/textos/tecno.pdf>> Acesso em 10/08/2013.

FARIAS, José Almir. A urbaniza o dispersa e a produ o de vazios metropolitanos. **III Encontro da Associa o Nacional de Pesquisa e Pós-gradua o em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma constru o coletiva**, São Paulo, 2014. Disponível em: <[http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-HDC-005-5\\_FARIAS.ALMIR.pdf](http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-HDC-005-5_FARIAS.ALMIR.pdf)>. Acesso em: 3/05/2016.

FAINSTEIN, S.; GORDON, I.; HARLOE, M. **Divided Cities New York and London in the contemporary world**. Cambridge, MA: Blackwell, 1992.

FERNANDES, Ana; ZAMBUZZI, Mabel. **Rede de Avalia o e capacita o para implementa o dos Planos Diretores Participativos**. Bahia, Relatório estadual, 2010.

FERREIRA, J. S. W. **São Paulo: O mito da cidade global**. 2003. FAU-USP, São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira\\_doutorado\\_mitocidglobal.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_mitocidglobal.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2013.

- FISHMAN, R. The Fifth Migration. **Journal of the American Planning Association**, n. Autumn, p. 357, 2005.
- FLINT, Anthony. **The density dilemma: appeal on obstacles for compact and transit-oriented development**. Lincoln Institute Product, Workpaper. Code: WPO5 AF1.
- FOGLESONG, Richard. Strategy for Tourism. In: JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University Press, 1999.
- FONSECA, Pedro P. **Mapeamento Geológico e Zoneamento Geoambiental da Região do Polo Industrial de Camaçari, através do uso de Ortofotos Digitais**. Monografia IGEO-UFBA, 2004.
- FONT, António. “Dispersão e difusão na Região Metropolitana de Barcelona”. REIS, N. G., TANA- KA, M. S. & PORTAS, N. (coords). **Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil-Europa**. São Paulo: Via das Artes, 2007.
- FOSTER, P.; MOORE, M. China to create largest mega city in the world with 42 million people. **The Telegraph**, 24/01/2011. <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/8278315/China-to-create-largest-mega-city-in-the-world-with-42-million-people.html>> Disponível em: 10/08/2013.
- FRANCO, Ângela. **Globalização e Fiesta na Bahia: impactos e tendências da implantação da indústria automobilística na Região Metropolitana de Salvador**. Tese de Doutorado orientação Profa. Angela Ma. Gordilho, PPG-AU FAUFBA, 2008.
- FRANKEL, J. A. The Environment and Economic Globalization. In: **Globalization: What’s new? USA**: Weinstein, Michel M. Columbia University Press, 2005.
- FRANKEL, JEFFREY A. **Globalization: What’s new? USA**: Weinstein, Michel M. Columbia University Press 2005.
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. World City formation: an agenda for research and action. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 6, n. 3, p. 309–344, set. 1982.
- GAIA Cons. Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental da Fazenda Praia do Forte, RIMA**. Vol. VII – Vila de Praia do Forte, Mata de São João, 2004.
- GARREAU, J. **Edge City. Life on the New Frontier**. New York: Doubleday, 1991.
- GEHLEN I. e RIELLA, A. Dinâmicas Territoriais e desenvolvimento sustentável. In: **Sociologias**, no.11, Porto Alegre, Jan./Jun., 2004. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222004000100003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000100003&lang=pt)>. Acesso em: 15/04/2008.
- GOTTIDNER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**; Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- GRIMM, N. B.; STANLEY, F.; GOLUBIEWSKI, N.; REDMAN, C.; WU, J.; BAI, X.; BRIGGS, J. Global Change and the Ecology of Cities. **Science**, vol.319. no. 5864, 2008.
- GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: A persistência de processos insustentáveis**. [s.d.].
- GUEDDES, Patrick. **Cities in Evolution**. N. York: Oxford University Press, 1915.
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco L. C. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87- 98, jun. 2000.
- GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G. et al. (Org.) **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- HALL, P. National Capital World Cities and the new division of labour. In: **The future of the metropolis**. New York: Walter de Gruyter, 1986.

- HALL, P. Looking backward, looking forward: the city region of the mid-21st century. **Regional Studies**, v. 43.6, p. 803–817, jul. 2009.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.
- HARVEY, David. **Justiça, natureza e geografia da diferença**. São Paulo: Loyola, 1996.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HAUPT, P. A.; BERGHAUSER PONT, M.Y. **Space, Density and Urban Form**. 2009. ISBN 9789052693750, Disponível em < uuid:0e8cdd4d-80d0-4c4c-97dc-dbb9e5eee7c2> Acesso em: 30/06/2017.
- HERRERA, A. A Crise da espécie. In: CNPQ, Brasília, DF. **Anais...** CNPQ, Brasília, DF: 1983.
- HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1995.
- HOBSBAWN, E. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz Terra, 2006.
- IBGE, C. de D. e D. de I. **Base de informações do Censo Demográfico 1991: Resultados do Universo por setor censitário**, [s.d.].
- IBGE, C. de D. e D. de I. **Base de informações do censo demográfico 2000: Resultados do universo por setor censitário**, [s.d.].
- IBGE, C. de D. e D. de I. **Base de informações do censo demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário**, [s.d.].
- INDOVINA, F. **La città diffusa**. Venezia: Diparto. di Analisi Economica e Sociale Del Territorio, Insti. Universitario di Achitettura, 1990.
- INGERSOLI, R. The Death of the City and the Survival of Urban Life. Barcelona. **Anais...** In: Urban Traumas. The city and disasters. Barcelona: CCCB Center of Contemporary Culture of Barcelona, jul. 2004.
- INGERSOLI, R. **Sprawl town**. Roma: Meltemi Editore, 2004.
- ISTAMBUL. Masterplan Istanbul, Atelier Arnavutköy. 2010. Disponível em: <http://vimeo.com/41973779> Acesso em: 17/09/2015.
- INGRAM, Gregory. **Appreciating Density. Report from the President**. Lincoln Institute, LLA07401, Abril, 2007.
- INSKEEP, Edward. **Tourism planning: an integrated and sustainable development approach**. New York: Van Nostrand Reinhold. 1991.
- IPEA. **Caracterização e tendências da Rede urbana do Brasil: desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana / IPEA, IBGE UNICAMP / IE / NESUR**. Brasília: 2001.
- IRIAS, F. **A dicotomia Sociedade-Natureza: a crise de percepção no espaço moderno**. Disponível em: <http://www.Igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo3/E3\_141.htm> Acesso em 12/01/2007.
- JATOBÁ, Sergio Ulisses Silva. **Gestão do território e a produção da sacionatureza nas ilhas do lago de Tucuruí na amazônia brasileira**. 2006. xvii, 301 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006.

- JIAO, Limin. Urban land density function: A new method to characterize urban expansion. **Landscape and Urban Planning**, 139 (2015) 26–39.
- JUDD, Dennis R. Constructing the Tourist Bubble. In: JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University, 1999.
- JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University, 1999.
- KNAFOU, Rémi. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. In: Cruz, Rita de Cássia A. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- KOHLSDORF, M. E. **Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano**. UnB: AUR, 1980.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- KUHN, T. S. **A tensão essencial**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILLIPI, Arlindo (org). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000.
- LEFF, Enrique. **La Racionalidad Ambiental: La reapropiación social de la naturaleza**. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2004.
- LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. (Ideias Sustentáveis).
- LIMONAD, E. No todo acaba en Los Angeles ¿un nuevo paradigma: entre la urbanización concentrada y dispersa? **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona**, v..XII, nº 734, 10 de julio de 2007b. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/b3w-734.htm>> Acessado em 27 de novembro de 2007.
- LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? **Revista Formação**, nº14 volume 1 – p. 31-45 31, 2006.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOBO, Carlos. Mobilidade pendular e a dispersão espacial da população: evidências com base nos fluxos com destino às principais metrópoles brasileiras. **Caderno de Geografia**, v.26, n.45, 2016.
- LÖW, Martina. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social**. vol. 25 no. 2, São Paulo Nov. 2013. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702013000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702013000200002)> Acesso em 15/11/2016.
- LOIOLA, Elizabeth. **Turismo e desenvolvimento local sustentado**. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 38, p. 817-850, set.out. 2004.
- LUNAS, José R. da Silva. **Ecoturismo Sociedade Anônima: Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena - MS**. Brasília, 2006. Tese de Doutorado, CDS-UnB.
- LYLE, J.T – **Design for human ecosystem: Landscape and land use and natural resources**. Washington/Covelo, Island Press, 1999.
- LYRIO, R. **Plano Salvador 500: Dinâmicas urbanas metropolitanas e seus impactos ambientais**. Consultoria à Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador, out., 2015. (mimeo).

MANCINI, G. **Avalia o dos custos da urbaniza o dispersa no Distrito Federal**. Disserta o orientada pelo Prof. Dr. Otto Ribas UnB, 2008. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1206/1/DISSERTACAO\\_Dissert\\_GiseleArrobasMancini.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1206/1/DISSERTACAO_Dissert_GiseleArrobasMancini.pdf)>, Acesso 20/04 2016.

MCFARLANE, C. The geography of urban density: Topology, Politics and the city. **Progress in Human Geography**, v. I-20, n. SAGE, p. 1–20, [s.d.].

MANTZIARAS, P. **La ville paysage, Rudolf Schwartz et la dissolution d s villes**. 2000. Universit  Paris VIII, Paris, 2000.

MANTZIARAS, P. Rudolf Schwartz and the Concept of City-Landscape. In: **The dispersed city from phenomenon to Project**. Roma: New Territores. Roma:Officina, 2004.

MATTOS, C. A. de. La tercera revolución urbana en América Latina, ? hacia lo urbano generalizado? In: Querétaro, Mexico. **Anais...** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII Y III TALLER DE LA RIER. Querétaro, Mexico: 2008.

MARCUSE, P.; VAN KEMPEN, R. **Globalizing cities: a new spatial order?** New York: Routledge, 2000.

MASCAR , Juan Luis. **Infra-estrutura e densifica o**. Porto Alegre: PROPAR – UFRGS PMPA, 1996.

MASCAR , Juan e MASCAR  Lúcia. **Densidades, ambiência e infra-estrutura urbana**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 13/jul/2007.

MATTEDI, M. R. M. **Sociedade e meio ambiente no litoral da Bahia: transi o para a (in)sustentabilidade**. 2002. Diploma de Estudos Avançados (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) - Universidade Salvador, Salvador.

MCFARLANE, C. The geography of urban density: Topology, Politics and the city. **Progress in Human Geography**, v. I-20, n. SAGE, p. 1–20, [s.d.].

MEYER, Gustavo da Costa. **A sustentabilidade em questão: paradigma ou matriz discursiva?** Orientador, Marcos Bernardino de Carvalho. Disserta o (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós- Gradua o em Mudança Social e Participa o Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, São Paulo, 2015.

MEADOWS D. H. So what can we do – Really Do – About sprawl. In: **Sprawl Articles**. Sierra Clube. Disponível em:< [http:// sierraclub.org/sprawl/articles/meadows3.asp](http://sierraclub.org/sprawl/articles/meadows3.asp)> Acesso em 3/02/2016.

MONCLÚS, F. J.; DEMATTEIS, G. La Ciudad Dispersa: Suburbanizacion Y Nuevas Periferias. **Centre De Cultura Contempor nia De Barcelona**,1998, p.143-167.

MONTE-M R, R.L.M. Urbaniza o extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.S; SILVEIRA, M.L. (org.) **Território: Globaliza o e Fragmenta o**. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994. p. 169-181.

MORAES, S. T.; VAZ, N. P.; DALMINA. **Migration and Dispersion: Territorial patterns change in the urban-rural fringe in Santa Catarina State, Brazil**. [s.d.].

MORIN, E. **O Pardigma perdido: A natureza humana**. Publica es Europa-América, 3<sup>o</sup>Ed., Biblioteca Universitária, 1973.

MORIN, E. **La Méthode: La Nature de la Nature**. France: Seuil, 1977.

MORIN E., WULF, C. **Planeta: A aventura desconhecida**. Tradu o. Pedro Goergen. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MORIN, E. **Introdu o ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOST, Management of Social Transformations. **Sustainability: a Cross-Disciplinary Concept for social transformations**. Policy Papers, no. 6.1997.

MOTA, José Aroudo. **O valor da Natureza: Economia e política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed.Garamond, 2001.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Abes, 2003.

MOURA, Rosa. Configurações espaciais da metropolização brasileira. In: **@metropolis, Revista Eletrônica de estudos urbanos regionais**, n.13, ano 4, jun/2013.

MOURA, R.; HOSHION, T. de A. **Estatuto da Metrópole: Enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira?** [s.d.]

MUJICA, J. **A sobriedade é um luxo para poder ser livre**. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/internacional/1432931983\\_499562.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/internacional/1432931983_499562.html)>. Acesso em: 30 maio. 2015.

MULLINS, Patrick. International Tourism and the Cities of Southeast Asia. In: JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University, 1999.

**Neoliberalismo**. Portal de Pesquisas Temáticas e Educacionais. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. In: **Revista brasileira de estudos populacionais**, v. 24, n. 2, p. 277–300, jul. 2007. Acesso em: 4 ago. 2016.

OJIMA, R. Novos contornos do crescimento urbano brasileiro? O conceito de *urban sprawl* e os desafios para o Planejamento regional e Ambiental. In: **GEOgrafia**, Vol. 10, n. 19, p 45-29, 2008.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Estudos CEBRAP**, 2, 1972.

OLIVEIRA, Iara, et al. Mapeamento dos Aquíferos do Estado da Bahia utilizando o Índice de Qualidade Natural das Águas Subterrâneas. In: **Águas Subterrâneas**, v. 21, n.1, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU, FAO - Urban and peri-urban forestry – UPF**, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU, Perspectivas Mundiais de Urbanização, Revisão 2011, NYC, 2012**. < <https://sites.google.com/a/agvv.edu.pt/geo-dinamica/conteudos-temas/8o-ano/populacao-e-povoamento/3--evolucao-da-populacao-mundial>>. Acesso em: 14/03/2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **HABITAT II – Documento Final**, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **HABITAT III – Documento Final**, 2016.

OSEKI, Jorge H. e PELLEGRINO Paulo. Paisagem, Sociedade e Ambiente. In: **Curso de Gestão Ambiental**.

PANERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília: Editora UNB, 2014.

PANERAI, P.; CASTEX; DEPAULE. **Formas Urbanas**. Porto Alegre-RS: Bookman Editora Ltda, 2009.

PAVIANI, Aldo. Neourbanismo: Como elaborar e manejar projetos urbanos em um contexto incerto. **Vitruvius: Resenha online**. São Paulo, ano 11, março 2012.

PEER – PLUREL – Partnership for European Environment Research - **Peri-urban Land Use Relationships - Strategies and Sustainability Assessment Tools for Urban-Rural Linkages**, 2011.

PENA-VEGA, Alfredo. **O Despertar Ecológico: Edgar Morin e a Ecologia Complexa**. Trad. Renato C. Nascimento e Elimar Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

- PENDOLA, R. **Review of Fishman's "Fifth Migration". Urban action.** Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=FISHMAN%2C+Robert.+The+fifth+migration>>. Acesso em: 15 ago. 2014.
- PEREIRA, G. C. Organiza o Social do Território e formas de provisão de moradia. In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G.C. (Ed). **Salvador: Transforma es na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metr poles, 2014.
- PEREIRA, Gilberto C.; SANTOS-PEREIRA, M.G.B.G. Expansão Urbana e Metropolitana de Salvador. In: **Transforma es metropolitanas no século XXI: Bahia, Brasil e América Latina.** Salvador, Bahia: EDUFBA, 2016.
- PHILIPPI, Arlindo Jr., ROMERO Marcelo A., BRUNA, Gilda C. **Curso de Gestão Ambiental.** Editores. - Barueri, SP: Manoele, 2004. - (Cole o Ambiental 1).
- PIRES, P. "Capacidade de Carga" como Paradigma de Gestão dos Impactos da Recrea o e do Turismo em áreas Naturais. In: **Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 5-28, 2005.
- POLIDORI, M.; KRAFTA, R. **Crescimento Urbano - fragmenta o e sustentabilidade. Novas escalas e estratégias territoriais na gestão ambiental.** X Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 2003.
- PORTO, E., CARVALHO, E. Concentra o e descentraliza o na Região Metropolitana de Salvador. In: **RDE - Revista de desenvolvimento econômico**, Ano III, n. 4, Julho-2001.
- PORTO, E., CARVALHO, E. Salvador na "Globaliza o". In: **EURE**, v.27 n.80 Santiago mayo 2001.
- PORTO, Edgard. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). Bahia Século XXI. Salvador: SEPLANTEC, 2002, p. 97-128.
- PRETECEILLE, E. A evolu o da segregaa o social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. **Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos.** Salvador: EDUFBA, 2003.
- QUEIROZ RIBEIRO, L. C. **Hierarquiza o e identifica o dos espaços urbanos.** ORG., M., Rosa. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metr poles, 2009.
- QUEIROZ RIBEIRO, L. C. Transforma es na ordem urbana da metrópole liberal-periférica:1980/2010. In: Rio de Janeiro. **Anais...** In: OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES. Rio d Janeiro: 4 fev. 2013.
- QUINTO JR, L. P. Nova legisla o urbana e os velhos fantasmas. **Estudos Avançados**, v. 17 (47), 187-196, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-142003000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-142003000100011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 out. 2013.
- RAINER, R. A questão da fronteira das metrópoles e a reorganiza o regional em seu entorno: Reflexões a respeito de mudança do paradigma da Urbaniza o. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro. **Anais...** In: ASSOCIA O NACIONAL DE P S-GRADUA O E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL ANPUR. Rio de Janeiro: 23-27/05/2011. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3611/3537>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana.** Barcelona: G. Gilli, 1978.
- RATTI, Carlo. **The city of tomorrow: sensors, networks, hackers and the future of urban life.** New Haven, CT. Yale University Press, 2016.
- RUA, João. **Paisagem, Espaço e Sustentabilidade: Uma perspectiva multidimensional da geografia.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.
- RANDOLPH, R. A questão da fronteira das metrópoles e a reorganiza o regional em seu entorno: Reflexões a respeito de mudanças do paradigma da urbaniza o. In: **Anais...**XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR.



<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3611/3537>, 2011. . Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3611/3537>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

RANDOLPH, R. Utopia burguesa ou revolu o urbana? - Transforma es da organiza o territorial e novas formas urbanas em áreas peri-metropolitanas do Rio de Janeiro. In: **Anais...XI Encontro Nacional da ANPUR**, A: ANPUR, 2005. Salvador, Bahia, 2005. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3611/3537>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

RAW, M. **Geography in place**. London: Ed Colins, 2001.

REIS, N. G. **Notas sobre urbaniza o dispersa e novas formas de tecido urbano**. 1<sup>a</sup> edi o ed. São Paulo: Via das Artes, 2006.

REIS, N. G.; TANAKA, M. **Urbaniza o Dispersa. Segundo diálogo**. [s.l.] FAUSP, 2008.

**Review of Fishman's "Fifth Migration". Urban action**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=FISHMAN%2C+Robert.+The+fifth+migration>>.

RICHARDSON, H.W. e CHANG-HEE C.B. **Urban sprawl in Western Europe and United States**. Bodmin: Ashgate, pp. 137-157, 2004.

RIBEIRO, R., HOLANDA, F., COELHO, J.  ndices de qualidade configuracional urbana caso do Distrito Federal, Brasil. Santiago: **EURE**, vol. 38, no. 114, p. 229-255, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612012000200009>> Acesso em 25/9/2015.

ROGERS, R. & GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2005.

RONCAYOLO, M. **La ville aujourd'hui. Mutations urbaines, d centralisation et crise du citoyen**. In: Paris: Seuil, 1985.

SACHS, I. **Estratégias de transi o para o S c. XXI**. São Paulo: Studio Nobel -Fundap, 1993.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Rumo   Ecosocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAGAN, C. **Pálido ponto azul: uma visão do futuro da humanidade no espaço**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1996.

SALVADOR, FMLF. **Caracteriza o Ambiental: da Calçada a Enseada dos Cabritos**. Relatório Preliminar Subúrbio Ferroviário, 1999.

SAMPAIO, A.H.L. **Formas Urbanas, Cidade Real & Cidade ideal: Contribui o ao estudo urbanístico de Salvador**. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA., 1999.

SANTOS, A. G. Liberdade, um debate  tico possível em Michel Foucault. **Anais do VII Seminário de Pós-Gradua o em Filosofia da UFSCar** (2011) <<http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/alexandresantos.pdf>>.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transi o paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. O papel metropolitano da cidade do Salvador. **Revista Brasileira dos Municípios**, v. 35/36, Ano IX, p. 185-190, jul. 1956.

- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. A diversidade regional. In: **A Urbaniza o brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton e SOUZA, Ma. Ad lia (coords.). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. (p.105-132).
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emo o**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Geografía, Ano 1, n  1, 1999.
- SANTOS Milton e SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do S c. XXI**. 3  Edi o, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **Técnica Tempo, espaço: globaliza o e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globaliza o: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globaliza o e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS PEREIRA, M. G. B. G. **Organiza o territorial, densidades hoteleiras e seus efeitos sobre a paisagem no Litoral Norte do Estado da Bahia**. Disserta o Mestrado CDS-UnB, Orienta o: Prof a. Dra. Lucia Faria Cony Cidade, 2008.
- SASSEN, S. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton U. Press, 1991.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.
- SASSEN, S. **Contrageografias de la globalizacion; G nero y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. n. traficantes de sue os, 2003**. Disponível em: <[www.glefas.org/glefas/index.php?option...](http://www.glefas.org/glefas/index.php?option...)>. Acesso em: 8 ago. 2013.
- SASSEN, S. The global street: making the political. **Globalizations**, v. 8, p. 565–571, 2011.
- SATHLER, D.; GUEDES, G. R. **Análise urbana global: aplica o do modelo de Classe latente para as leading world cities**. Disponível em: <<http://igeonidd.nuvem.ufrgs.br/bdgeociencias/items/show/15108>>. Acesso em: 31 maio, 2015.
- SAUER, Carl O. La morfología del paisaje. **University of California Publications in Geography**, Vol 2, N  2, p. 19-53, Outubro 1925. Trad. Guillermo Castro H.
- SCHILLING, V. **A Globaliza o e o Liberalismo**, 8 ago. 2013. . Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/politica/2007/10/03/000.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2013.
- SCOTT, A. J. **Global City-Regions: Trends, Theory, Policy**. New York: Oxford University Press, 2001.
- SECCHI, B. **Primeira Li o de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SIERRA CLUB. **New research on population suburban sprawl and smart growth**, 2003. Disponível em: <<http://www.sierraclub.org/sprawl/population/whitepaper>> Acesso em: 6/09/2016.
- SILVA, G. **Cidades sustentáveis: uma nova condi o urbana. Estudo de Caso: Cuiabá/MT**, orientada pela Prof a. Marta Romero. Ver: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/portaria-n-160-20112012-Premio-Capes-de-Tese,Edi o-2012.pdf>. [s.d.][s.d.]

- SILVA, G.; ROMERO, M. Sustentabilidade urbana aplicada: Análise dos processos de dispersão, densidade e uso e ocupação do solo para cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Brasil. **EURE**, v. 41, n. 122, p. 209–237, jan. 2015.
- SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. de. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G. C. **Como anda Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 189-211
- SILVA, S. SILVA, B.C., CARVALHO, S. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. In: **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. IV, p. 1-16, 2009.
- SILVA, S. B. de M.; CARVALHO, S. S. de. Transporte, acessibilidade e interação no Litoral Norte da Bahia: uma contribuição à política territorial. In: **Geonordeste**, Ano XXI, n.2, 2010.
- SOJA, E. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London: Verso, 1989.
- SOJA, E. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Oxford, Blackwell, 1996.
- SOJA, E. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Massachusetts, USA: Blackwell, Publishers, 2000.
- SOJA, E. **The City: Los Angeles and Urban Theory at the End of the Twentieth Century**. Editor: Allen J. Scott Edward W. Soja Editors, 2005.
- SOJA, E. Regional urbanization and the end of the metropolis era. Bridge G. Watson S (eds). **New Companion to the City**, Wiley-Blackwell. Cambridge. Mass, 2011.
- SOJA, E. Para além da Postmetropolis. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013.
- SOUZA, G.; BATISTA, H. A Dinâmica da Estrutura Produtiva e da Estrutura Ocupacional do Estado da Bahia: Uma Abordagem Preliminar no Período de 2000-2008. **Anais do VIII Encontro de Economia Baiana – Set.** 2012.
- SPINOLA, N. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento industrial: o caso da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 4, n. ANO III, p. 28–48, 2001.
- SPIRN, Anne W. **O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- SPÓSITO, M.E.B. Novos conteúdos das periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo. In: **Investigaciones Geográficas**, n. 54, p. 114-139. Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2004.
- SPÓSITO, M.E.B. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor G. (Orgs.), **Sobre a dispersão urbana**. São Paulo: Via das artes/FAUUSP, 2009, p-38-54.
- STORPER, M. **The regional world: territorial development in a global economy**. Guilford Press, 1997.
- STORPER, M. **Keys to the city**. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- SUAREZ, Marcus Alban. Os Problemas da Expansão Espacial do Turismo no Brasil. Universidad de Viña del Mar-Chile in **Ciencias Sociales Online**, Vol. IV, No. 2 (67-84), Julho 2007.
- SUDJIC, Deyan. **The 100 Mile City**. US: H.Publishers,1993.
- SUNKEL, O. La interacción entre los estilos de desarrollo y el medio ambiente em América Latina. **Revista de la CEPAL**, Diciembre, 1980.

TAVARES MOREIRA, J. C. O impacto da Globalização nos Países Emergentes. **Revista da ESPM**, p. 45–50, jul. 2006a.

VASCONCELOS, Pedro A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 2002.

VELTZ, Pierre. **Quel avenir pour les métropoles?** <[http://www.constructif.fr/bibliotheque/2010-6/quel-avenir-pour-les-metropoles.html?item\\_id=3035](http://www.constructif.fr/bibliotheque/2010-6/quel-avenir-pour-les-metropoles.html?item_id=3035)>. Acesso em 20/05/214.

VENKATESANANDA, Swami. **The Concise Yoga Vasistha**. New York: State University of New York Press, 1984.

VILLACA, Flavio. **Espaco Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. A personalidade do lugar no planejamento turístico: a busca de uma metodologia. In: CORREA, Tupã Gomes (Org.). **Turismo & Lazer: prospecções da fantasia do ir e vir**. São Paulo: Edicon, 1996, p.29-40.

YÁZIGI, Eduardo. Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana. **Acervo Geociências**. Classificação – 711.4/A 181.

YOUNG, Oran, et al. The globalization of socio-ecological systems: An agenda for scientific research. **Elsevier: Global Environmental Change**, 16, 2006, (304-316).

## GLOSSÁRIO

Expressões	Sigla/UN	Descritivo
Área Urbanizada Acrescida do Setor Censitário	AU-SC	Corresponde aos setores censitários incorporados como áreas urbanizadas e áreas urbanizadas isoladas nos períodos de 1991/2000 e 2000/2010.
Área de Ocupação Homogênea do Setor Censitário	AOH-SC	Área efetivamente ocupada dos setores censitários de acrescidos nas décadas 1991/200 e 2000/2010.
Área do Tecido	ha	Área da fração de tecido urbano demarcada para estudo, parte da área efetivamente ocupada do setor censitário (AOH-SC), com o objetivo de caracterização e cálculo dos parâmetros urbanísticos.
Área do Lote referencial	m <sup>2</sup>	Área média de três lotes selecionados para o cálculo dos parâmetros urbanísticos referenciais IO (índice de Ocupação), IU (índice de Utilização), IP (índice de permeabilidade).
Área de Construção, Ocupação e Permeável referencial		Área média de construção, ocupação e permeável dos três lotes selecionados para o cálculo dos parâmetros urbanísticos referenciais.
Índices Urbanísticos referenciais: IU, IO, IP		Índices apropriados da relação das Áreas de Construção, Ocupação e Permeável referencial relativas à área do lote referencial, respectivamente : IO, IU e IP referenciais.
Área Comercializável Total	m <sup>2</sup>	Somatório da área de lotes vazios e lotes ocupados existentes em cada fração de tecido urbano estudada.
Gabarito		Número de pavimentos apropriado das imagens do <i>street view</i> , referencial para cada fração de tecido selecionada para estudo.
Área do Tecido	ha ou m <sup>2</sup>	Área selecionada da fração de tecido urbano, parte da área efetivamente ocupada do setor censitário (AOH-SC), com o objetivo de caracterização e estudo dos parâmetros urbanísticos. Tem dimensões entre 1 e 8 há, conforme orientação da metodologia <i>Spacematrix</i> .
Área do Tecido bruta	ha	Corresponde ao total da fração de tecido selecionada definida pelo eixo das vias externa e, no caso não haverem vias, pelo fundo dos lotes.
Área de tecido líquida	m <sup>2</sup>	Corresponde à área bruta do tecido selecionado menos a área metade da área da rede viária externa e, menos o total da área das vias internas.
Imagem Entorno		Imagem que captura o entorno do setor censitário visando a leitura contexto imediato da AU-SC
Imagem Vizinhança		Imagem que capta a área mais ampla que envolve a AU-SC.

Expressões	Sigla/UN	Descritivo
Imagem Apropriação		Imagens disponíveis da mesma AU-SC, Área Detalhe, em datas anteriores que permitiram perceber a evolução da apropriação daquele espaços em momentos distintos.
Densidade populacional AU-SC	hab/km <sup>2</sup> ou hab/ha	Quantidade de habitantes registrados no Censos, 1991, 2000 ou 2010 relativo à área do setor censitário.
Densidade Populacional AOH-SC	hab/km <sup>2</sup> ou hab/ha	Quantidade de habitantes registrados no Censos, 1991, 2000 ou 2010, apurada com relação à área efetivamente ocupada do setor censitário AOH-SC.
Densidade de domicílio bruta	dom/km <sup>2</sup> ou dom/ha	Quantidade de domicílios registrados no Censos, 1991, 2000 ou 2010 relativo à área do setor censitário, AU-SC.
Densidade de domicílio líquida	dom/km <sup>2</sup> ou dom/ha	Quantidade de domicílios registrados no Censos, 1991, 2000 ou 2010 relativo à área do setor censitário, AOH-SC.
Densidade de habitação	UH/ha	Quantidade de unidades habitacionais (UH) relativas à fração de tecido urbano selecionada para caracterização.
Densidade populacional do tecido	hab/ha	Densidade calculada com base na taxa de ocupação do imóvel (IBGE) aplicada sobre o número de lotes ocupados.
Integração: fronteira do tecido		Situação em que o novo tecido urbano surge contíguo ao limite mais externo da ocupação urbana existente.
Integração: Ocupação ao longo de conector		Situação em que o novo tecido surge lindeiro ao sistema viário ou tem forma longitudinal que acompanha o eixo conector entre duas ocupações urbanas.
Integração : área isolada		Situação em que o novo tecido esta isolado por área vegetada e tem único ou restrito n'mero de acessos viários.
Ocupação formal, tipo condomínio fechado		Ocupações com traçado regular, padrão de fracionamento dos lote e acesso controlado
Ocupação formal regular		Ocupação que, pela regularidade do traçado e dos lotes, percebe-se ser iniciativa planejada.
Ocupação informal		Ocupações de traçado regular, com fracionamento irregular dos lotes denotando ser ocupação espontânea
Ocupação informal precária		Ocupações sem qualquer regularidade de traçado viário ou de fracionamento dos lotes, ou padrão de implantação das edificações, denotando ser ocupação espontânea , e precária.
Tipologia habitacional: outro		Outro, significa qualquer outra tipologia, Cômodo ou coletiva, unificadas como - outro - dado à reduzida ocorrência na áreas estudadas.
Densidade populacional bruta	hab/ha	Relação da população do setor censitário e área do setor AU-SC.
Densidade populacional líquida	hab/ha	Relação da população do setor censitário e a área de ocupação efetiva do setor AOH-SC.
Densidade domicílios líquida		Relação dos domicílios do setor censitário e a área de ocupação efetiva do setor AOH-SC.

Expressões	Sigla/UN	Descritivo
Velocidade de ocupação/ produção	UH/ano	Quantidade de novas habitações incorporadas às imagens áreas num dado intervalo de tempo(ano).
Densidade de habitação atual bruta	UH/ha	Número de habitações existentes em relação à área do tecido.
Densidade de habitação do tecido bruta	UH/ha	Número de habitações total (existentes e potenciais) em relação à área do tecido.
<b>Parâmetros do Spacematrix</b>		
GSI-SC	ha/ha	Relação Área de ocupação efetiva do setor censitário AOH-SC e a área do setor censitário.
GSI tecido	m2/m2	Relação Área de ocupação do tecido (Soma dos lotes de todas as ilhas) em relação à área total do tecido (Área agregada).
FSI tecido	m2/m2	Relação Área de construção do tecido (Área de construção do lote referencial x número de lotes de todas as ilhas) em relação à área total do tecido (Área agregada).
OSR, <i>Spaciousness</i>	m2/m2	Área não ocupada do tecido em relação à área construída do tecido $OSR=(1-GSI)/FSI$ , relação que mede a pressão sobre os espaços abertos de um tecido urbano.
N, rede viária	m/m2	Relação da extensão da rede viária e a área total do tecido.
H, Altura	un	Relação entre a área construída total e a área ocupada total.
Tara tecido		Diferença entre área bruta e área líquida do tecido
Tara entre duas escalas SC e tecido		Diferença de base de área de dois níveis de escala e pode ser descrita entre setor censitário e o tecido, expresso $Tara SC = 1-GSI SC/ GSI tecido$ .

## **VOLUME 2: APÊNDICES E ANEXOS**

Página de Rosto

Sumário

<b>APÊNDICES</b>	517 a 716
<b>ANEXOS</b>	717 a 766
<b>DADOS BIOGRÁFICOS</b>	767 e 768

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA (1979), completou os créditos do Mestrado de Desenho Urbano da UFBA (1985-1988), obteve o título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável – CDS da Universidade de Brasília - UnB (2006-2008),   doutoranda do PPG-AU da Faculdade de Arquitetura da UFBA (2013-2017). No governo do Estado da Bahia (1984-2011), integrou a equipe de planejamento regional do turismo, dimensões urbanístico-ambiental e ocupou o cargo de Superintendente de Desenvolvimento Urbanístico da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (2007-2011). Em 2011 passou a compor o quadro de professores efetivos da Faculdade de Arquitetura da UFBA, integra a rede de pesquisadores do projeto INCT “As metrópoles e o direito   Cidade: plataforma de conhecimento, inova o e aço para o desenvolvimento urbano - Programa de Pesquisa da Rede Observatório das Metr poles 2015-2020, mant m atividades como consultor, e elabora projetos de arquitetura e urbanismo por meio do escritório Santos Pereira Arquitetos Associados Ltda.

Curriculum completo em Plataforma Lattes CV: <http://lattes.cnpq.br/626942358672177>.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**MARIA DAS GRAÇAS BORJA GONDIM DOS SANTOS PEREIRA**

**SALVADOR PÓS-METRÓPOLE:  
URBANIZAÇÃO DISPERSA, SUSTENTABILIDADE E DENSIDADE**

v.2

Salvador  
2017



**MARIA DAS GRAÇAS BORJA GONDIM DOS SANTOS PEREIRA**

**SALVADOR PÓS-METRÓPOLE:  
URBANIZAÇÃO DISPERSA, SUSTENTABILIDADE E DENSIDADE**

v.2

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira

Salvador  
2017

S237 Santos Pereira, Maria das Graças Borja Gondim dos.

Salvador pós-metrópole: urbanização dispersa, sustentabilidade e densidade /  
Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira. 2017.  
2 v. : il.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura,  
Salvador, 2017.

1. Sociologia urbana - Salvador (BA). 2. Crescimento urbano - Salvador (BA). 3.  
Urbanização - Salvador (BA). I. Corso, Gilberto Pereira.. II. Universidade Federal da  
Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4:316(813.8)

Ficha elaboradora por Eleonora da Silva Guimarães CRB 05/ 912.

É concedida à Universidade Federal da Bahia permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar e vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	27
<b>INTRODUÇÃO</b>	28
<b>PRIMEIRA PARTE</b>	
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	
<b>1</b>	<b>TEORIA E CONCEITOS FUNDADORES</b> 47
1.1	COMPLEXIDADE, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E A VIRADA ESPACIAL ( <i>Spatial turn</i> ) 47
1.2	SUSTENTABILIDADE 58
1.3	METRÓPOLE 74
1.4	PÓS-METRÓPOLE 92
1.5	DISPERSÃO URBANA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS 117
1.6	TECIDO URBANO 129
1.7	DENSIDADE INDICADOR ESTRATÉGICO 132
1.8	SÍNTESE DO CAPÍTULO 136
<b>SEGUNDA PARTE</b>	
<b>DINÂMICAS URBANAS, DO GLOBAL... AO LOCAL</b>	
<b>1</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS: MARCOS E CRONOLOGIA</b> 142
1.1	ANTECEDENTES 142
1.2	A GEO-HISTÓRIA DO ESPAÇO-CIDADE CAPITALISTA EM PAÍSES 144
1.3	CRONOLOGIA DA EVOLUÇÃO DE SALVADOR: METRÓPOLE LIBERAL- PERIFÉRICA 146
1.4	O URBANO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 153
1.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO 154
<b>2</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DO DESENVOLVIMENTISMO À ESCALA BRASIL, BAHIA e RMS, 1ª e 2ª FASE (1956 – 1985)</b> 155
2.1	ANTECEDENTES 155
2.2	DINÂMICAS URBANAS NA PRIMEIRA E SEGUNDA FASE DO DESENVOLVIMENTISMO: (1956 – 1973), SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E (1973 – 1985), EXPORTAÇÕES DIVERSIFICADAS 160
2.2.1	Contexto socioeconômico, político e ambiental 161
2.2.2	Gestão do território e as dinâmicas urbanas 175
2.2.3	Efeitos das ações privadas 185
2.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO 189
<b>3</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E GLOBALIZAÇÃO À ESCALA BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E RMS (1986 – 2015): CONTEXTO SOCIOECONÔMICO, POLÍTICO E AMBIENTAL</b> 191
3.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO POLÍTICO E AMBIENTAL 191
3.2	SÍNTESE DO CAPÍTULO 226
<b>4</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS NO PERÍODO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E GLOBALIZAÇÃO À ESCALA BRASIL, REGIÃO NORDESTE, BAHIA E RMS (1986 – 2015): GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS DAS AÇÕES PRIVADAS</b> 227
4.1	GESTÃO DO TERRITÓRIO E AS DINÂMICAS URBANAS 227

4.2	GESTÃO DO TERRITÓRIO E OS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS	235
4.3	EFEITOS DAS AÇÕES PRIVADAS NA RMS	243
4.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	253
<b>5</b>	<b>ESPACIALIDADE METROPOLITANA</b>	<b>254</b>
5.1	ÁREAS URBANIZADAS ACRESCIDAS NA RMS, 1991/2000 E 2000/2010	255
5.2	VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANOS	258
5.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	277
<b>6</b>	<b>CIRCULAÇÃO E FLUXOS METROPOLITANOS</b>	<b>278</b>
6.1	ALGUNS ASPECTOS DA MOBILIDADE NA RMS	278
6.2	FLUXO DE PASSAGEIROS E VEÍCULOS NA RMS	280
6.3	INCREMENTO DA FROTA E OUTRAS LEITURAS	290
6.4	OS FLUXOS E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	296
6.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	299
<b>TERCEIRA PARTE</b>		
<b>TECIDO URBANO NA EXPANSÃO METROPOLITANA 1991/2000 e 2000/2010</b>		
<b>1</b>	<b>ANTECEDENTES: QUADRO AMBIENTAL DA RMS</b>	<b>303</b>
1.1	AMBIENTE NATURAL	304
1.2	CARACTERIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS	311
1.3	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DOS VETORES METROPOLITANOS	313
1.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	318
<b>2</b>	<b>ÁREAS URBANAS ACRESCIDAS NA RMS NAS DÉCADAS 1991/2000 E 2000/2010</b>	<b>319</b>
2.1	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS	319
2.1.1	Procedimentos de levantamento e sistematização: Exemplificação	320
2.2	INTEGRAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO, DADOS TOTALIZADOS POR DÉCADA	337
2.2.1	Análise Qualitativa	342
2.2.2	Análise Quantitativa	347
2.2.3	Tipologia do tecido urbano, <i>Spacematrix</i>	364
2.3	SÍNTESE DO CAPÍTULO	374
<b>3</b>	<b>SETORES ECONÔMICOS E A FORMAÇÃO DO TECIDO URBANO</b>	<b>375</b>
3.1	INDÚSTRIA NA EXPANSÃO METROPOLITANA E O TECIDO URBANO	376
3.2	TURISMO, TERRITÓRIO E O TECIDO URBANO METROPOLITANO	393
3.3	DESDOBRAMENTOS NO SETOR IMOBILIÁRIO E O TECIDO URBANO	399
3.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	407
<b>4</b>	<b>URBANIZAÇÃO DISPERSA NA RMS</b>	<b>408</b>
4.1	ÁREAS URBANIZADAS E A URBANIZAÇÃO DISPERSA	408
4.1.1	Distribuição por buffer, metodologia de JIAO (2015)	413
4.2	INDICADORES DEMOGRÁFICOS E URBANOS: RMS, SALVADOR E DEMAIS MUNICÍPIOS	418
4.3	DIMENSÕES FORMAIS DA URBANIZAÇÃO DISPERSA	423
4.3.1	Índice de Pulverização do crescimento	425
4.3.2	Centralidades e Polaridades	428
4.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	429

<b>5</b>	<b>EXPANSÃO E SUSTENTABILIDADE - A VIRADA ESPACIAL</b>	<b>430</b>
5.1	SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO METROPOLITANO	430
5.2	SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO E PRODUÇÃO URBANA	431
5.3	ÁREAS DE EXPANSÃO METROPOLITANAS E A SUSTENTABILIDADE	435
5.4	A VIRADA ESPACIAL	438
5.5	ECOLOGIA URBANA, OUTRA PERSPECTIVA PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA TRANSIÇÃO PÓS-METROPOLITANA	441
5.6	SÍNTESE DO CAPÍTULO	447
	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>449</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>490</b>
	<b>GLOSSÁRIO</b>	
	<b>APÊNDICES 01 a 05</b>	
	<b>ANEXOS 01 a 07</b>	
	<b>DADOS BIOGRÁFICOS</b>	





## **APÊNDICES E ANEXOS**

## APÊNDICES

<b>Apêndice 01</b> - Memória compatibilização zonas do plano diretor	
Arquivo:	
AP 01 - MEMÓRIA COMPATIBILIZAÇÃO ZONAS DOS PDDUs MUNICÍPIOS	519
<b>Apêndice 02</b> – Levantamento das áreas acrescidas na RMS, 1991/2000 e 2000/2010.	
PASTA AP 02 / Arquivos:	
AP 02A LEVANTAMENTO ÁREAS ACRESCIDAS RMS 1991-2000	521
AP 02B LEVANTAMENTO ÁREAS ACRESCIDAS RMS 2000-2010	529
<b>Apêndice 03</b> - Dados das áreas urbanizadas estudadas 1991/2000 e 2000/2010.	535
PASTA AP 03 / Arquivos:	
AU 290570105000106	537
AU 290570110000130	545
AU 290570110000026	553
AU 290570110000123	561
AU 290650105000048	569
AU 290650105000065	577
AU 291005705000020	585
AU 291005705000045	593
AU 291920705000057	601
AU 291920705000148	609
AU 291920705000152	617
AU 292100510000002	625
AU 292100510000008	633
AU 293320820000010	641
AU 293070905000013	649
AU 293070905000059	657
AU 293070905000082	665
AU 293070905000097	673
AU 293070905000086	681
AU 293320820000010	689
AU 293320815000011	697
<b>Apêndice 04</b> – Questionário entrevistas	
Arquivo:	
AP 04 - MODELO QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS	705
<b>Apêndice 05</b> - Quadro: Leitura Ambiental das áreas acrescidas 1991/2000 e 2000/2010, por vetor de expansão	707
Arquivo:	
AP 05 QUADRO – LEITURA AMBIENTAL DAS ÁREAS ACRESCIDAS	708

## APÊNDICE 01 – MEMÓRIA DA COMPATIBILIZAÇÃO ZONAS DOS PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS METROPOLITANOS

MUNICÍPIOS	ZONAS COMPATIBILIZADAS				
	ZONA RURAL	ZONA INDUSTRIAL	ZONA EXPANSÃO CONTROLADA	ZONA URBANA	ZONA DE TRANSIÇÃO
CAMAÇARI	AB-ZR 1	CA-ZI		AB-ZU 1	
	AB-ZR 2			AB-ZU 2	
	CA-ZR 1			AB-ZU 3	
	CA-ZR 2			AB-ZU 4	
	CA-ZR 3			AB-ZU 5	
	CA-ZR 4			AB-ZU 6	
	CA-ZR 5			CA-ZU 1	
	MG-ZR 1			CA-ZU 2	
	MG-ZR 2			MG-ZU 1	
	MG-ZR 3			MG-ZU 2	
	MG-ZR 4			MG-ZU 3	
				MG-ZU 4	
CANDEIAS	MZR-1	MZU-1			MZTRU-1
	MZR-2	MZU-2			MZTRU-2
		MZURE-1			MZTRU-3
		MZURE-2			
		MZURE-3			
		MZURE-4			
	MZURE-5				
DIAS D'AVILA	PDDU EM DESENVOLVIMENTO				
LAURO DE FREITAS	ZPM	ZUI		ZRU	ZEUTR-1
	ZAE			ZPR	ZEUTR-2
	ZRE				ZEUS-1
	ZEE				ZEUS-2
					ZEUS-3
				ZEUS-4	
MADRE DE DEUS	*ZONA RURAL	AI ÁREA INDUSTRIAL	AOR	AOP	
MATA DE SÃO JOÃO	*ZONA RURAL	AI - COPEC	PERIMETRO URBANO (CURRALINHO, SAUÍPE)	PERÍMETRO URBANO (MALHADAS, CAMPINAS E AÇU DA TORRE)	
	ZONA RURAL		ZONA EXP	ÁREA URBANA 1970	
MUNICÍPIOS	ZONAS COMPATIBILIZADAS				
	ZONA RURAL	ZONA INDUSTRIAL	ZONA EXPANSÃO CONTROLADA	ZONA URBANA	ZONA DE TRANSIÇÃO

POJUCA				VILA	
				POVOADO	
				LIMITE ZONA URBANA	
SÃO FRANCISCO DO CONDE	ZONA RURAL	ZI ZONA INDUSTRIAL		ZEIS	
				ZEN	
	ZONA RURAL			AUP- ÁREA DE URBANIZAÇÃO PRIORITARIA	
				AUS- ÁREA DE URBANIZAÇÃO SECUNDARIA	
				AUC-ÁREA DE URBANIZAÇÃO CONTIDA	
				ATUR-ÁREA DE TRASIÇÃO URBANO-RURAL	
				AC-ÁREA CONSOLIDADA	
SIMÕES FILHO	ZONA PROTEÇÃO AMBIENTAL	ZI ZONA INDUSTRIAL	ZONA OCUPAÇÃO RESTRINGIDA	MACRO-ZONA URBANA	
	MACRO-ZONA DESENVOLV. AGRO-FLORESTAL				

**APÊNDICE 02 A****LEVANTAMENTO DAS ÁREAS ACRESCIDAS NA RMS 1991/2000**

CD_GEOCODI	ENTOR NO 019	A. SETOR CENSITÁRIO (ha)	A. OCUPADA HOMOGÊNEA Inferida Mediana 27%	POPUL. SETOR CENSITÁRIO	DENSIDADE SETOR CENSITÁRIO Calculada hab/ha	DENSIDADE AOH Inferida hab/ha	BUFFER CENTRO	BUFFER ORLA
<b>CAMAÇARI</b>								
290570105000124	1	9,913	2,677	1075	108,44	401,63	5	4
290570110000011	3	120,952	32,657	870	7,19	26,64	5	2
290570110000012	3	0,163	0,044	709	4344,65	16091,30	5	2
290570105000106	1	3,804	1,027	657	172,70	639,64	6	5
290570105000090	1	0,219	0,059	1652	7547,90	27955,17	6	5
290570105000110	1	0,051	0,014	622	12232,98	45307,33	6	5
290570105000111	1	0,042	0,011	1680	40404,36	149645,76	6	5
290570110000019	3	8,873	2,396	986	111,12	411,57	6	1
290570110000026	3	27,757	7,494	1334	48,06	178,00	6	1
290570105000074	1	8,780	2,371	1254	142,83	528,99	7	7
290570105000081	1	0,005	0,001	1219	252490,57	935150,27	7	7
290570105000077	1	0,000	0,000	534	1730956,24	6410949,04	7	7
290570105000076	1	0,001	0,000	588	438953,38	1625753,26	7	7
290570105000082	1	0,007	0,002	1247	168213,46	623012,80	7	6
290570105000086	1	2,888	0,780	1189	411,77	1525,06	7	6
290570105000109	1	427,840	115,517	906	2,12	7,84	7	5
290570105000107	1	5,091	1,374	1024	201,16	745,03	7	6
290570105000128	1	526,489	142,152	126	0,24	0,89	7	5
290570105000108	1	2,190	0,591	895	408,61	1513,38	7	6
290570110000007	3	0,000	0,000	1246	38134296,38	141238134,75	8	7
290570105000131	3	9385,737	2534,149	373	0,04	0,15	8	7
290570105000130	3	211,826	57,193	764	3,61	13,36	8	1
		<b>10742,628</b>		<b>20950</b>				
<b>CANDEIAS</b>								
290570105000055	3	0,027	0,007	576	21642,91	80158,93	5	8
290570105000056	3	0,012	0,003	1305	105231,34	389745,69	5	8
290570105000052	3	0,020	0,005	1150	58270,56	215816,90	5	8
290570105000053	3	0,021	0,006	802	38739,48	143479,54	5	8
290570105000057	3	0,006	0,002	916	161528,53	598253,80	5	8

290570105000 059	3	0,007	0,002	1410	203861,66	755043,19	5	8
290570105000 054	3	0,035	0,009	856	24758,48	91698,08	5	8
290570105000 059	3	60,598	16,361	1410	23,27	86,18	5	9
290650105000 025	1	0,002	0,000	1012	576048,01	2133511,17	6	9
290650105000 008	1	0,013	0,004	1618	123978,13	459178,25	6	9
290650105000 046	1	0,000	0,000	1566	18246644,30	67580164,06	6	9
290650105000 017	1	1,035	0,280	763	737,05	2729,82	6	11
290650105000 045	1	0,126	0,034	1132	8998,04	33326,08	6	11
290650105000 033	1	3,968	1,071	886	223,27	826,91	7	12
290650105000 031	1	2,038	0,550	879	431,25	1597,24	7	12
290650105000 034	1	0,021	0,006	201	9429,04	34922,37	7	12
290650105000 030	1	0,496	0,134	1556	3135,49	11612,93	7	12
290650105000 026	1	0,659	0,178	1153	1748,88	6477,32	7	12
290650105000 024	1	1,125	0,304	1647	1464,53	5424,19	7	12
290650105000 027	1	24,142	6,518	1609	66,65	246,84	7	12
290650105000 028	1	3,191	0,862	1148	359,74	1332,36	7	12
		<b>97,541</b>		<b>23595</b>				

DIAS  
D'ÁVILA

291005705000 023	1	0,000	0,000	1537	69841414,10	258671904,06	8	8
291005705000 020	1	265,418	71,663	4444	16,74	62,01	8	8
291005705000 019	1	0,000	0,000	987	62377551,67	231027969,13	8	8
291005705000 013	1	3,765	1,016	2152	571,64	2117,17	9	8
291005705000 001	1	0,169	0,046	292	1724,32	6386,35	9	8
291005705000 003	1	10,044	2,712	1658	165,07	611,38	9	7
291005705000 014	1	1,774	0,479	2407	1357,02	5026,00	9	7
		<b>281,170</b>		<b>13477</b>				

## ITAPARICA

291610405000 008	1	0,000	0,000	762	38680203045685,30 000	143260011280316 ,00	3	9
291610405000 001	1	0,005	0,001	386	74804,75638	277054,65	5	13
		<b>0,005</b>		<b>1148</b>				

## LAURO DE FREITAS

291920705000 082	1	9,328	2,518	319	34,20	126,66	1	1
291920705000 054	1	232,664	62,819	1025	4,41	16,32	3	3
291920705000 053	1	239,307	64,613	2352	9,83	36,40	3	3
291920705000 100	1	28,267	7,632	750	26,53	98,27	3	3
291920705000 052	1	91,245	24,636	1342	14,71	54,47	3	3
291920705000 099	1	13,531	3,653	982	72,57	268,80	3	3

291920705000 104	1	29,961	8,089	2889	96,43	357,13	3	2
291920705000 103	1	15,550	4,199	961	61,80	228,89	3	2
291920705000 101	1	18,623	5,028	1499	80,49	298,12	3	3
291920705000 102	1	11,959	3,229	1050	87,80	325,19	3	2
291920705000 040	1	15,788	4,263	1496	94,75	350,94	3	3
291920705000 049	1	3,013	0,813	1274	422,88	1566,22	3	3
291920705000 105	3	28,490	7,692	598	20,99	77,74	4	3
291920705000 059	1	356,252	96,188	1293	3,63	13,44	4	2
291920705000 070	1	39,062	10,547	920	23,55	87,23	4	2
291920705000 068	1	41,075	11,090	797	19,40	71,86	4	2
291920705000 066	1	44,415	11,992	1629	36,68	135,84	4	2
291920705000 067	1	14,012	3,783	1683	120,11	444,86	4	2
291920705000 056	1	182,011	49,143	732	4,02	14,90	4	1
291920705000 069	1	16,310	4,404	1973	120,97	448,03	4	2
291920705000 065	1	19,814	5,350	1180	59,55	220,57	4	2
291920705000 064	1	4,736	1,279	731	154,35	571,67	4	2
291920705000 063	1	3,798	1,025	850	223,81	828,92	4	2
291920705000 060	1	11,161	3,013	1492	133,68	495,12	4	2
291920705000 062	1	12,379	3,342	1775	143,39	531,07	4	2
291920705000 061	1	9,574	2,585	1553	162,21	600,78	4	2
291920705000 057	1	164,168	44,325	1184	7,21	26,71	4	1
291920705000 055	1	97,262	26,261	908	9,34	34,58	4	2
291920705000 058	1	73,109	19,739	899	12,30	45,54	4	1
291920705000 075	1	70,155	18,942	1159	16,52	61,19	4	1
291920705000 083	1	20,451	5,522	858	41,95	155,39	4	1
291920705000 076	1	38,640	10,433	1073	27,77	102,85	4	1
291920705000 078	1	49,285	13,307	1568	31,82	117,83	4	1
291920705000 084	1	41,475	11,198	934	22,52	83,41	4	1
291920705000 081	1	18,902	5,104	277	14,65	54,28	4	1
291920705000 046	1	0,026	0,007	1325	51714,63	191535,65	4	1
291920705000 045	1	0,005	0,001	1221	227622,44	843046,07	4	1
291920705000 080	1	45,499	12,285	681	14,97	55,43	4	1
291920705000 086	1	40,791	11,014	950	23,29	86,26	4	1
291920705000 077	1	13,496	3,644	530	39,27	145,45	4	1
291920705000 085	1	12,396	3,347	446	35,98	133,26	4	1
291920705000 079	1	16,018	4,325	578	36,09	133,65	4	1

291920705000 011	1	0,000	0,000	1473	38419405,32	142294093,78	4	1
291920705000 012	1	1,550	0,419	495	319,27	1182,50	4	1
291920705000 013	1	3,269	0,883	556	170,10	629,98	4	1
291920705000 014	1	0,001	0,000	880	1184633,15	4387530,20	4	1
		<b>2198,823</b>		<b>51140</b>				

**MADRE DE DEUS**

291992605000 009	1	10,568	2,853	894	84,59	313,30	6	13
291992605000 010	1	5,604	1,513	611	109,03	403,81	6	13
291992605000 004	1	1,724	0,465	417	241,89	895,90	6	13
291992605000 001	1	37,734	10,188	1756	46,54	172,36	6	13
291992605000 002	1	7,258	1,960	764	105,26	389,84	6	13
291992605000 005	1	22,603	6,103	809	35,79	132,56	6	13
291992605000 011	1	8,746	2,362	952	108,84	403,13	6	13
291992605000 013	1	34,621	9,348	1712	49,45	183,15	6	13
291992605000 003	1	7,806	2,107	940	120,43	446,03	6	13
		<b>136,664</b>		<b>8855</b>				

**SALVADOR**

292740805130 072	1	0,005	0,001	595	127739,23	473108,25	1	3
292740805230 050	1	0,005	0,001	2518	556007,24	2059286,08	1	3
292740805130 102	1	0,030	0,008	1224	41127,31	152323,36	1	3
292740805230 057	1	0,199	0,054	907	4546,57	16839,14	1	3
292740805230 059	1	0,001	0,000	776	1135663,49	4206161,08	1	3
292740805130 103	1	0,046	0,012	911	19738,14	73104,23	1	3
292740805230 051	1	0,004	0,001	481	122145,27	452389,88	1	3
292740805230 057	1	0,003	0,001	907	282053,06	1044640,96	1	3
292740805230 050	1	0,000	0,000	2518	996438464,58	3690512831,79	1	3
292740805220 200	1	0,030	0,008	864	28439,16	105330,22	1	3
292740805220 151	1	0,294	0,079	1160	3947,17	14619,15	1	3
292740805220 142	1	270,800	73,116	1435	5,30	19,63	1	3
292740805220 311	1	0,084	0,023	1019	12197,56	45176,13	1	3
292740805230 037	1	0,058	0,016	488	8370,68	31002,51	1	3
292740805230 004	1	13,453	3,632	1478	109,87	406,92	1	6
292740805230 003	1	1,016	0,274	2829	2784,34	10312,36	1	6
292740805220 211	1	1,693	0,457	1229	725,73	2687,88	1	3
292740805220 210	1	4,144	1,119	1535	370,39	1371,83	1	3
292740805220 212	1	3,517	0,950	841	239,14	885,69	1	3
292740805230 040	1	0,009	0,002	906	103510,81	383373,37	1	3



292740805220 209	1	2,433	0,657	1144	470,29	1741,83	1	3
292740805230 038	1	0,004	0,001	4409	1226327,01	4541951,88	1	3
292740805220 214	1	0,002	0,001	1009	471465,36	1746168,02	1	3
292740805220 213	1	3,818	1,031	1045	273,74	1013,84	1	3
292740805230 008	1	0,528	0,143	1022	1934,60	7165,18	1	3
292740805220 415	1	0,018	0,005	1271	69121,97	256007,31	1	3
292740805220 248	1	0,495	0,134	1197	2418,43	8957,14	1	3
292740805220 161	1	0,050	0,013	1399	28258,50	104661,13	1	3
292740805220 267	1	0,138	0,037	608	4391,98	16266,61	1	4
292740805220 187	1	2,940	0,794	1360	462,66	1713,55	1	4
292740805220 191	1	0,003	0,001	867	296022,24	1096378,67	1	4
292740805220 271	1	1,115	0,301	572	512,78	1899,19	1	3
292740805220 137	1	3,435	0,928	1001	291,39	1079,24	1	5
292740805220 268	1	1,493	0,403	429	287,33	1064,19	1	3
292740805220 270	1	1,616	0,436	600	371,29	1375,13	1	3
292740805220 152	1	1,113	0,300	792	711,73	2636,03	1	5
292740805220 153	1	2,307	0,623	853	369,70	1369,27	1	5
292740805220 151	1	2,112	0,570	1160	549,30	2034,45	1	5
292740805230 003	1	0,168	0,045	2829	16807,45	62249,81	1	5
292740805220 096	1	0,359	0,097	1626	4523,74	16754,58	1	3
292740805220 190	1	14,925	4,030	434	29,08	107,70	1	4
292740805220 095	1	1,914	0,517	950	496,35	1838,34	1	4
292740805220 184	1	0,089	0,024	425	4773,00	17677,78	1	4
292740805230 043	1	0,001	0,000	2170	3096125,42	11467131,19	1	4
292740805220 081	1	59,687	16,115	1283	21,50	79,61	1	3
292740805220 121	1	0,002	0,000	936	533488,67	1975883,96	1	5
292740805220 080	1	1,886	0,509	1065	564,71	2091,51	1	3
292740805230 019	1	0,006	0,002	1513	266966,72	988765,64	1	4
292740805220 074	1	0,011	0,003	872	80701,11	298892,99	1	4
292740805220 271	1	0,063	0,017	572	9022,19	33415,52	1	3
292740805220 251	1	0,010	0,003	1172	115049,62	426109,70	1	3
292740805220 192	1	1,018	0,275	444	436,34	1616,09	1	3
292740805220 193	1	0,460	0,124	511	1110,84	4114,23	1	3
292740805220 087	1	0,016	0,004	1155	70705,87	261873,60	1	3
292740805220 069	1	0,003	0,001	921	267199,87	989629,14	1	3
292740805220 159	1	4,470	1,207	1088	243,41	901,50	1	4

292740805230065	1	6,460	1,744	1072	165,93	614,56	1	4
292740805220071	1	0,000	0,000	1334	5398340,03	19993851,97	1	4
292740805220072	1	0,892	0,241	1387	1555,75	5762,03	1	5
292740805220129	1	0,011	0,003	1129	107254,67	397239,53	1	5
292740805220132	1	0,000	0,000	1595	38363478,93	142086959,00	1	5
292740805220191	1	0,866	0,234	867	1000,95	3707,23	1	5
292740805230060	1	32,947	8,896	1156	35,09	129,95	3	7
292740805230038	1	6,464	1,745	4409	682,05	2526,10	3	4
292740805230033	1	1,222	0,330	993	812,39	3008,85	3	4
292740805230037	1	0,004	0,001	488	109073,07	403974,33	3	7
292740805130090	1	0,000	0,000	616	1966970,23	7285074,92	3	7
292740805230036	1	0,009	0,003	350	37427,38	138619,92	3	7
292740805130106	1	0,607	0,164	843	1388,26	5141,70	3	6
292740805230005	1	0,904	0,244	915	1011,75	3747,22	3	6
292740805230039	1	3,880	1,048	1641	422,96	1566,53	3	1
292740805230003	1	0,000	0,000	2829	91437990,89	338659225,50	6	13
292740805230001	1	0,000	0,000	2560	204342273,31	756823234,47	6	13
292740805230005	1	47,065	12,707	915	19,44	72,01	6	13
292740805230006	1	24,338	6,571	1020	41,91	155,22	6	13
292740805230002	1	0,000	0,000	1090	16118776,16	59699170,95		
292740805230065	1	0,000	0,000	1072	133068520,36	492846371,69		
292740805220143	1	3,665	0,990	966	263,56	976,16		
292740805230001	1	0,000	0,000	2560	4383561643,84	16235413495,69		
292740805230012	1	0,000	0,000	1230	1158192090,40	4289600334,80		
292740805220139	1	0,000	0,000	1292	692761394,10	2565782941,12		
		<b>533,434</b>		<b>99654</b>				

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

292920610000006	3	0,500	0,135	668	1336,96	4951,69	6	14
292920610000007	3	0,057	0,015	280	4947,43	18323,82	6	13
292920605000007	1	5,226	1,411	1517	290,30	1075,20	9	17
292920605000006	1	1,520	0,410	1323	870,19	3222,93	9	17
292920605000004	1	0,001	0,000	1154	1287249,65	4767591,29	9	17
292920605000008	1	0,000	0,000	645	28142589,12	104231811,55	9	17
292920605000003	1	0,000	0,000	1405	33052601,86	122417043,94	9	17
		<b>7,303</b>		<b>6992</b>				

**SIMÕES FILHO**

293070905000029	1	7,526	2,032	1080	143,50	531,47	3	5
-----------------	---	-------	-------	------	--------	--------	---	---

293070905000 033	1	3,190	0,861	1296	406,32	1504,87	3	5
293070905000 054	3	63,535	17,155	882	13,88	51,41	3	7
293070905000 059	3	81,092	21,895	1627	20,06	74,31	3	7
293070905000 008	1	0,854	0,231	1543	1807,25	6693,51	4	7
293070905000 061	3	18,644	5,034	346	18,56	68,73	4	8
293070905000 060	3	16,807	4,538	2776	165,17	611,74	4	8
293070905000 002	1	0,003	0,001	1999	777373,64	2879161,64	4	7
293070905000 047	1	80,080	21,622	1723	21,52	79,69	4	6
293070905000 014	1	0,599	0,162	1550	2586,83	9580,84	4	6
293070905000 048	1	24,822	6,702	2394	96,45	357,21	4	6
293070905000 049	1	2,824	0,763	1178	417,09	1544,77	4	6
293070905000 001	1	3,466	0,936	1690	487,59	1805,88	4	6
293070905000 050	1	2,852	0,770	812	284,74	1054,58	4	6
293070905000 019	1	0,360	0,097	752	2090,12	7741,19	4	6
293070905000 018	1	0,366	0,099	1570	4292,34	15897,56	4	6
293070905000 045	1	0,531	0,143	707	1331,03	4929,72	4	6
293070905000 024	1	0,516	0,139	2427	4706,72	17432,30	4	6
293070905000 040	1	1,893	0,511	911	481,25	1782,42	4	6
293070905000 037	1	0,312	0,084	1368	4380,76	16225,05	4	6
293070905000 026	1	4,537	1,225	1935	426,48	1579,55	4	5
293070905000 035	1	0,475	0,128	1759	3700,71	13706,32	4	6
293070905000 028	1	0,025	0,007	1215	49588,64	183661,64	4	5
293070905000 013	1	176,573	47,675	1109	6,28	23,26	5	7
293070905000 012	1	3,305	0,892	1286	389,12	1441,17	5	7
		<b>495,18705</b>		<b>35935</b>				

## VERA CRUZ

293320810000 004	1	0,251	0,068	274	1089,47	4035,06	3	9
293220005000 016	1	2,947	0,796	554	188,01	696,35	3	9
293320810000 010	1	0,223	0,060	183	820,01	3037,08	3	9
293220005000 015	1	45,846	12,378	345	7,53	27,87	3	8
293220005000 013	1	141,176	38,118	707	5,01	18,55	3	8
293220005000 014	1	0,261	0,071	3363	12872,79	47676,99	3	8
293320815000 030	3	102,287	27,617		0	0,00	3	8
293320815000 028	3	17,838	4,816		0	0,00	4	8
293320815000 026	3	77,721	20,985		0	0,00	5	8
293320815000 023	3	3,997	1,079		0	0,00	5	8

293320815000 005	3	7,285	1,967	152	20,86	77,28	5	9
293320815000 013	3	2,778	0,750	788	283,65	1050,57	6	9
293320815000 012	3	14,262	3,851	272	19,07	70,64	6	9
293320815000 011	3	158,810	42,879	593	3,73	13,83	6	9
293320815000 008	3	68,177	18,408	79	1,16	4,29	7	9
293320815000 009	3	15,310	4,134	303	19,79	73,30	7	9
293320810000 005	1	33,235	8,973	47	1,41	5,24	7	9
		<b>692,402</b>		<b>7660</b>				
<b>TOTAL</b>		<b>15185,16</b>		<b>269406</b>				

OBS: Não foram consideradas para efeito da análise da densidade os setores censitários com áreas menores que 0,1 ha e aqueles cujo dado de população não foi encontrado.

**APÊNDICE 02 B****LEVANTAMENTO DAS ÁREAS ACRESCIDAS NA RMS, 2000/2010**

CD_GEOCODI	ENTOR NO 019	ÁREA DO SETOR CENSITÁRIO (ha)	ÁREA OCUPADA HOMOGÊNEA Inferida (Mediana= 18%)	POPULAÇÃO SETOR CENSITÁRIO	DENSIDADE DE SETOR CENSITÁRIO Calculada hab/ha	DENSIDADE AOH Inferida hab/ha	BUFFER CENTRO	BUFFER ORLA
<b>CAMAÇARI</b>								
29057011000001 1	1,00	3,433	0,618	710	206,82	1.149,00	5	2
29057011000008 5	1,00	4,894	0,881	758	154,88	860,46	5	2
29057011000012 3	1,00	51,466	9,264	25	0,49	2,70	5	2
29057011000012 4	1,00	306,343	55,142	236	0,77	4,28	5	3
29057010500012 8	1,00	0,867	0,156	162	186,85	1.038,06	6	5
29057010500012 9	1,00	60,981	10,977	258	4,23	23,50	6	4
29057010500015 0	1,00	0,933	0,168	677	725,25	4.029,16	6	6
29057010500015 4	1,00	37,863	6,815	412	10,88	60,45	6	5
29057010500015 6	1,00	270,738	48,733	29	0,11	0,60	6	2
29057010500019 0	1,00	0,559	0,101	77	137,82	765,67	6	7
29057010500019 3	1,00	42,465	7,644	691	16,27	90,40	6	7
29057010500019 4	1,00	7,796	1,403	479	61,45	341,36	6	7
29057010500023 8	1,00	178,295	32,093	310	1,74	9,66	6	5
29057010500027 0	1,00	8,268	1,488	467	56,48	313,79	6	5
29057010500027 1	1,00	5,139	0,925	227	44,17	245,38	6	5
29057010500027 2	1,00	20,679	3,722	518	25,05	139,16	6	5
29057010500027 3	1,00	9,841	1,771	360	36,58	203,22	6	5
29057010500027 4	1,00	19,649	3,537	125	6,36	35,34	6	4
29057010500029 0	1,00	3,417	0,615	381	111,50	619,45	6	6
29057010500029 1	1,00	69,975	12,595	368	5,26	29,22	6	7
29057010500029 2	1,00	79,217	14,259	565	7,13	39,62	6	7
29057010500030 2	1,00	2,740	0,493	456	166,41	924,50	6	5
29057011000002 3	1,00	43,721	7,870	230	5,26	29,23	6	1
29057011000011 3	1,00	279,547	50,318	245	0,88	4,87	6	2
29057011000011 9	1,00	0,540	0,097	500	926,35	5.146,37	6	2
29057010500015 1	1,00	187,818	33,807	279	1,49	8,25	7	5
29057010500029 7	1,00	2,355	0,424	253	107,43	596,83	7	5
29057010500015 7	3,00	82,307	14,815	315	3,83	21,26	8	4
29057011000012 6	3,00	578,804	104,185	795	1,37	7,63	8	2
29057012000006 6	3,00	82,034	14,766	1194	14,55	80,86	11	2



291920705000178	1,00	1,280	0,230	1176	918,62	5.103,42	3	3
291920705000059	1,00	8,889	1,600	572	64,35	357,49	4	3
291920705000074	1,00	20,164	3,629	556	27,57	153,19	4	2
291920705000095	1,00	160,172	28,831	838	5,23	29,07	4	3
291920705000096	1,00	114,861	20,675	389	3,39	18,82	4	3
291920705000126	1,00	8,181	1,473	878	107,32	596,23	4	2
291920705000147	1,00	8,522	1,534	732	85,89	477,19	4	4
291920705000150	1,00	618,120	111,262	836	1,35	7,51	4	3
291920705000151	1,00	63,161	11,369	540	8,55	47,50	4	3
291920705000152 *	1,00	408,034	73,446	1475	3,61	20,08	4	4
291920705000153	1,00	729,483	131,307	327	0,45	2,49	4	4
291920705000174	1,00	0,088	0,016	534	6.087,81	33.821,15		
291920705000176	1,00	0,144	0,026	605	4.197,50	23.319,42		
291920705000177	1,00	0,009	0,002	1995	215.379,73	1.196.554,07		
		<b>24,581</b>		<b>15994</b>				

## MATA DE SÃO JOÃO

292100515000001	1,00	104,371	18,787	921	8,82	49,02	9	8
292100515000002	1,00	22,599	4,068	291	12,88	71,54	9	8
292100515000003	1,00	20,156	3,628	330	16,37	90,96	9	8
292100515000004	1,00	17,220	3,100	168	9,76	54,20	9	8
292100515000007	1,00	9,917	1,785	195	19,66	109,24	9	8
292100515000008	1,00	34,838	6,271	318	9,13	50,71	9	9
292100515000009	1,00	10,994	1,979	339	30,84	171,31	9	8
292100515000010	1,00	13,171	2,371	60	4,56	25,31	9	8
292100505000001	1,00	7,211	1,298	230	31,90	177,20	10	9
292100505000002	1,00	10,034	1,138	357	35,58	313,71	10	9
292100505000003	1,00	7,296	1,313	565	77,44	430,21	10	9
292100505000004	1,00	10,475	1,885	815	77,81	432,26	10	9
292100505000005	1,00	11,225	2,021	718	63,96	355,34	10	9
292100505000006	1,00	7,403	1,333	712	96,18	534,32	10	9
292100505000007	1,00	4,665	0,840	429	91,96	510,89	10	9
292100505000008	1,00	6,580	1,184	466	70,82	393,45	10	9
292100505000009	1,00	61,166	11,010	825	13,49	74,93	10	9
292100505000010	1,00	55,199	9,936	1007	18,24	101,35	10	9
292100505000011	1,00	18,628	3,353	670	35,97	199,81	10	9
292100505000012	1,00	49,763	8,957	307	6,17	34,27	10	9
292100505000013	1,00	10,617	1,911	568	53,50	297,22	10	9

292100505000014	1,00	77,855	14,014	805	10,34	57,44	10	9
292100505000015	1,00	23,103	4,159	889	38,48	213,77	10	9
292100505000016	1,00	10,251	1,845	793	77,36	429,77	10	9
292100505000017	1,00	10,965	1,974	834	76,06	422,58	10	9
292100505000018	1,00	47,120	8,482	878	18,63	103,52	10	9
292100505000019	1,00	50,616	9,111	213	4,21	23,38	10	9
292100505000020	1,00	77,255	13,906	766	9,92	55,08	10	10
292100505000021	1,00	11,031	1,986	643	58,29	323,82	10	10
292100505000032	1,00	15,176	2,732	515	33,93	188,53	10	9
292100505000033	1,00	12,557	2,260	752	59,89	332,71	10	9
292100505000034	1,00	2,446	0,440	202	82,60	458,87	10	9
292100505000035	1,00	8,539	1,537	920	107,74	598,54	10	9
292100505000036	1,00	5,807	1,045	313	53,90	299,42	10	9
292100505000037	1,00	111,700	20,106	953	8,53	47,40	10	9
292100505000038	1,00	13,495	2,429	589	43,65	242,48	10	9
292100505000039	1,00	5,711	1,028	508	88,95	494,14	10	9
292100505000040	1,00	28,531	5,136	588	20,61	114,49	10	9
292100505000041	1,00	42,001	7,560	669	15,93	88,49	10	10
292100505000042	1,00	204,753	36,856	612	2,99	16,61	10	10
292100510000001	1,00	335,376	60,368	637	1,90	10,55	13	1
292100510000003	3,00	6,444	1,160	291	45,16	250,90	13	1
292100510000004	3,00	29,993	5,399	47	1,57	8,71	13	1
292100510000005	3,00	31,794	5,723	460	14,47	80,38	13	1
292100510000006	3,00	28,702	5,166	38	1,32	7,36	13	1
292100510000016	3,00	3,921	0,706	504	128,53	714,04	13	1
292100510000017	3,00	6,710	1,208	76	11,33	62,92	13	1
292100510000024	1,00	3,780	0,680	533	141,00	783,33	13	1
292100510000026	1,00	1,469	0,264	346	235,55	1.308,61	13	1
292100510000027	1,00	2,173	0,391	552	254,04	1.411,34	13	1
292100510000002	1,00	180,068	32,412	1514	8,41	46,71	14	1
292100510000015	1,00	130,465	23,484	643	4,93	27,38	14	2
292100510000025	1,00	1,172	0,211	680	580,04	3.222,42	14	1
292100510000008	3,00	112,372	20,227	214	1,90	10,58	15	1
292100510000018	3,00	15,813	2,846	173	10,94	60,78	15	1
292100510000019	3,00	74,307	13,375	363	4,89	27,14	15	1
292100510000014	3,00	763,262	137,387	21	0,03	0,15	17	1
		<b>29,803</b>		<b>29825</b>				



SALVADOR								
292740805260220	1,00	0,202	0,036	639	3.161,71	17.565,05	3	6
292740805230038	1,00	11,088	1,996	1158	104,44	580,20	4	4
292740805260008	1,00	0,000	0,000	593	12.328.994,97	68.494.416,49		
292740805260102	1,00	0,000	0,000	894	13.797.786,80	76.654.371,10		
		<b>0,113</b>		<b>3284</b>				
SIMÕES FILHO								
293070905000084	1,00	1.302,013	234,362	802	0,62	3,42	3	6
293070905000088	3,00	2,650	0,477	738	278,45	1.546,92	3	7
293070905000089	3,00	1,821	0,328	856	469,97	2.610,97	3	7
293070905000090	3,00	1,039	0,187	635	611,06	3.394,79	3	7
293070905000091	3,00	2,052	0,369	949	462,45	2.569,18	3	7
293070905000092	3,00	5,314	0,957	1285	241,81	1.343,36	3	7
293070905000018	1,00	0,671	0,121	862	1.285,48	7.141,55	4	6
293070905000019	1,00	0,579	0,104	862	1.488,68	8.270,45	4	6
293070905000024	1,00	0,267	0,048	1922	7.185,99	39.922,15	4	6
293070905000026	1,00	2,044	0,368	1097	536,61	2.981,19	4	5
293070905000048	1,00	0,064	0,012	820	12.801,47	71.119,29	4	5
293070905000051	1,00	49,911	8,984	1138	22,80	126,67	4	5
293070905000052	1,00	25,183	4,533	177	7,03	39,05	4	5
293070905000053	1,00	51,812	9,326	1477	28,51	158,37	4	5
293070905000058	1,00	0,068	0,012	1030	15.171,09	84.283,83	4	7
293070905000076	1,00	9,864	1,775	1540	156,13	867,38	4	6
293070905000077	1,00	3,915	0,705	137	35,00	194,42	4	5
293070905000079	1,00	0,771	0,139	756	980,99	5.449,97	4	5
293070905000080	1,00	0,434	0,078	1308	3.014,12	16.745,13	4	7
293070905000081	1,00	440,150	79,227	178	0,40	2,25	4	5
293070905000082	1,00	214,293	38,573	1057	4,93	27,40	4	5
293070905000083	1,00	69,171	12,451	1080	15,61	86,74	4	5
293070905000085	1,00	101,677	18,302	782	7,69	42,73	4	7
293070905000086	1,00	81,538	14,677	484	5,94	32,98	4	7
293070905000095	3,00	247,241	44,503	1182	4,78	26,56	4	7
293070905000096	3,00	66,983	12,057	1431	21,36	118,69	4	7
293070905000097	3,00	201,158	36,209	718	3,57	19,83	4	7
293070905000098	3,00	60,266	10,848	941	15,61	86,74	4	8
293070905000119	1,00	41,494	7,469	1491	35,93	199,63	4	5

293070905000124	1,00	7,454	1,342	339	45,48	252,68	4	5
293070905000013	1,00	140,035	25,206	1137	8,12	45,11	5	7
2930709050000087	1,00	75,728	13,631	226	2,98	16,58	5	7
2930709050000111	1,00	133,007	23,941	366	2,75	15,29	5	6
2930709050000008	1,00	0,517	0,093	1291	2.498,01	13.877,81		
		<b>33,412</b>		<b>31094</b>				
<b>VERA CRUZ</b>								
293320820000010	3,00	292,171	52,591	1118	3,83	21,26	4	8
2933208200000022	3,00	135,523	24,394	950	7,01	38,94	4	8
2933208200000028	3,00	62,505	11,251	1240	19,84	110,21	4	8
2933208200000037	3,00	39,503	7,110	635	16,07	89,30	4	8
2933208200000001	1,00	61,909	11,144	1148	18,54	103,02	5	10
2933208200000002	1,00	70,054	12,610	1146	16,36	90,88	5	9
2933208200000035	3,00	71,155	12,808	110	1,55	8,59	5	9
2933208200000036	3,00	19,216	3,459	536	27,89	154,97	5	8
293320815000013	3,00	29,881	5,379	217	7,26	40,35	6	9
293320815000014	3,00	67,744	12,194	712	10,51	58,39	6	9
293320815000015	3,00	15,632	2,814	487	31,15	173,08	6	11
293320810000004	1,00	54,025	9,724	401	7,42	41,24	7	9
293320810000005	1,00	45,677	8,222	30	0,66	3,65	7	9
293320810000010	3,00	38,056	6,850	12	0,32	1,75	7	9
293320815000001	1,00	20,343	3,662	408	20,06	111,42	7	11
293320815000002	1,00	23,091	4,156	794	34,39	191,03	7	10
293320815000003	1,00	54,552	9,819	797	14,61	81,17	7	10
293320815000004	1,00	76,488	13,768	883	11,54	64,14	7	11
		<b>11,775</b>	<b>2,120</b>	<b>11624</b>				
<b>TOTAL</b>		<b>151,597</b>	<b>27,287</b>					

OBS: Não foram consideradas para efeito da análise da densidade os setores censitários com áreas menores que 0,1 ha e aqueles cujo dado de população não foi encontrado.

**APÊNDICE 03 - PLANILHAS: LEVANTAMENTO DE DADOS DAS  
ÁREAS URBANIZADAS ESTUDADAS, 1991/2000 E  
2000/2010.**

AU 290570105000106	537 a 544
AU 290570110000130	545 a 552
AU 290570110000026	553 a 560
AU 290570110000123	561 a 568
AU 290650105000048	569 a 576
AU 290650105000065	577 a 584
AU 291005705000020	585 a 592
AU 291005705000045	593 a 600
AU 291920705000057	601 a 608
AU 291920705000148	609 a 616
AU 291920705000152	617 a 624
AU 292100510000002	625 a 632
AU 292100510000008	633 a 640
AU 292100505000010	641 a 648
AU 293070905000013	649 a 656
AU 293070905000097	657 a 664
AU 293070905000059	665 a 672
AU 293070905000082	673 a 680
AU 293070905000086	681 a 688
AU 293320820000010	689 a 696
AU 293320815000011	697 a 704



PLANILHAS

AU 290570105000106

CAMAÇARI 1991/2000

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 290570105000106

CAMAÇARI 1991/2000



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012  
BAIRRO a 0 km / SEDE a 3,4 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 290570105000106

CAMAÇARI 1991/200

Área Urbanizada 0,039 Km<sup>2</sup>

Área situada na fronteira da urbanização da cidade de Camaçari, às margens da BA 535. Área totalmente ocupada e urbanizada, sem um único remanescente de árvore ou elemento residual do ambiente natural.

Ocupação com alta densidade e espaço público contíguo, construído em período anterior oferece pequeno espaço de área livre com alguns elementos de cobertura vegetal.

Do ponto de vista ambiental a urbanização foi devastadora e falta no mínimo uma arborização para sombreamento.

No entorno, áreas residuais do ambiente pré-existente que apresentam vegetação em estágio inicial de regeneração, área descampada que deve ser apropriada para uso de esportes, futebol.

Área Homogênea 0,035 Km<sup>2</sup>

Tecido 1,23 ha



ANÁLISE QUALITATIVA

AU 290570105000106

CAMAÇARI 1991/2000

Entorno



Vizinhança



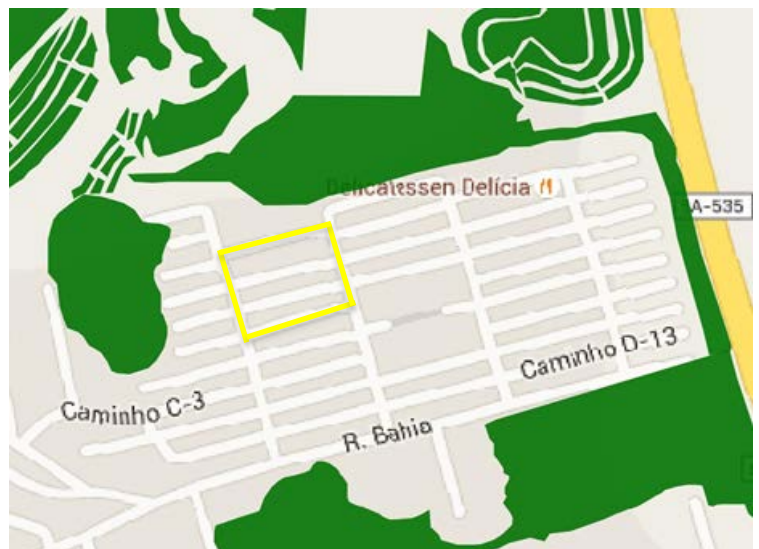
Detalhe



Apropriação 2010



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 290570105000106		CAMAÇARI 1991/2000			
População: 657hab	AU-SC: 0,385 km <sup>2</sup>	AOH-SC	0,0349	GSI-SC	0,09
Densidade Pop. AU-SC 1706,49 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 18825,21 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	3,4Km	C.Bairro	0 km
	Segregação	Área integrada no tecido			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial		Pluridomiciliar	
	Pavimentação	Asfalto	Largura R ext (m)		6
			Largura R int (m)		5
	Praça	Sim	Dist: 50m		
	Esporte	Sim	Dist: 50m		
	Praia	Distância: 21Km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	99%	Poço e Outros	0,5%
	Energia	Sim	%	Não	%
	E. Sanitário	septica	96%	precária	3,5%
	Drenagem	lateral da calçada.			
	Resíduos sólidos	Coleta	100,00%	Outros	0,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	94,32 x 130,40		Área (m <sup>2</sup> )	12300
	Tecido - Área líquida	82,82*130,4		Área (m <sup>2</sup> )	10800
	Tamanho da ilha	124,40 x 25,60		Área (m <sup>2</sup> )	3185,0
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	74	vazios	16
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	131	118	151,88	133,63
	A. Construção	168,725	126,242	166,6	153,86
	A. Ocupação	99,25	74,26	98	90,50
	IO= A. Ocupada/A. do lote				0,68
	IU= A. Construída/A. do lote				1,15
	IP= A. permeavel/A. do lote				0,32
	Gabarito	1 e 2 pavimentos, adotado, (A. Const. x 1,7)			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				12300
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				9668
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				3185
	Vias externas/2 (m)	221,32	Largura (m)	6	1328
	Vias internas (m)	260,8	Largura (m)	5	1304
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				2632
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,04</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				0,33
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta		IU do Lote referencial	1,15	<b>0,91</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta		IO do Lote referencial	0,68	<b>0,53</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,52</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	21,40%		82,97%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570105000106		CAMAÇARI 1991/2000	
Identificação da Área:	AU 290570105000106	MUNICÍPIO: CAMAÇARI 1991/2000	
População: 657	AU-SC: 0,385 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,0349 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios_BA.xls)</b>			%
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			
V0001	Domicílios (domicílios particulares e unidades em domicílios coletivos)	202	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V0006	Domicílios particulares permanentes do tipo casa	198	98,0
V0007	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
V0008	Domicílios particulares permanentes do tipo cômodo	4	2,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V0009/V0010	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	191	94,6
V0011 a V0014	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	11	5,4
<b>ÁGUA</b>			
V0018	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	201	99,5
V0021/V0025	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço, nascente na propriedade ou outra forma.	1	0,5
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V0029	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	201	99,5
V0030/V0031	Domicílios particulares permanentes conectados à rede de esgoto ou fossa séptica	194	96,0
V0032/V0035	Domicílios particulares permanentes com condições precárias de esgotamento	7	3,5
V0036	Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário	1	0,5
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V0048	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	202	102,0
V0051/V005	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	0	0,0
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>NÃO DISPONÍVEL</b>			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			3,3
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V0088 a V0093	Domicílios particulares permanentes com <b>HOMEM</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com homem responsável e sem outro morador"	140	69,3
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V0101 a V0106	Domicílios particulares permanentes com <b>MULHER</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com mulher responsável e sem outro morador"	62	30,7

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570105000106

CAMAÇARI 1991/2000

**FONTE: Arquivo de moradores (planilha Morador\_BA.xls)**

POPULAÇÃO			
V0237	Moradores (ou população residente no setor)	657	
V0292	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	287	43,7
V0347	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	370	56,3
FAIXA ETÁRIA			
V1482 a V1496	Homens 0-14 anos	99	
V1497 a V1506	Homens 0-14 anos	34	
V1507 a V1546	Homens 0-14 anos	154	
V1547 a V1582	Homens 0-14 anos	0	

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa3\_BA.xls)**

V1617 a V1631	Mulheres 0-14 anos	139	
V1632 a V1641	Mulheres 15-24 anos	47	
V1642 a V1681	Mulheres 25-64 anos	175	
V1682 a V1717	Mulheres 65 anos ou mais	9	

**FONTE: Arquivo de responsável pelo domicílio particular permanente (planilha Responsável1\_BA.xls)**

RENDA			
V0602/V0603	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo	28	13,9
V0604/V0605	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 3 salários mínimos	87	43,1
V0606	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos	47	23,3
V0607 a V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior que 5 salários mínimos	24	11,9
V0611	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal	16	7,9

Salário mínimo em Julho de 2000 = R\$ 151,00

IMAGENS STREET VIEW

AU 290570105000106

CAMAÇARI 1991/2000



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012

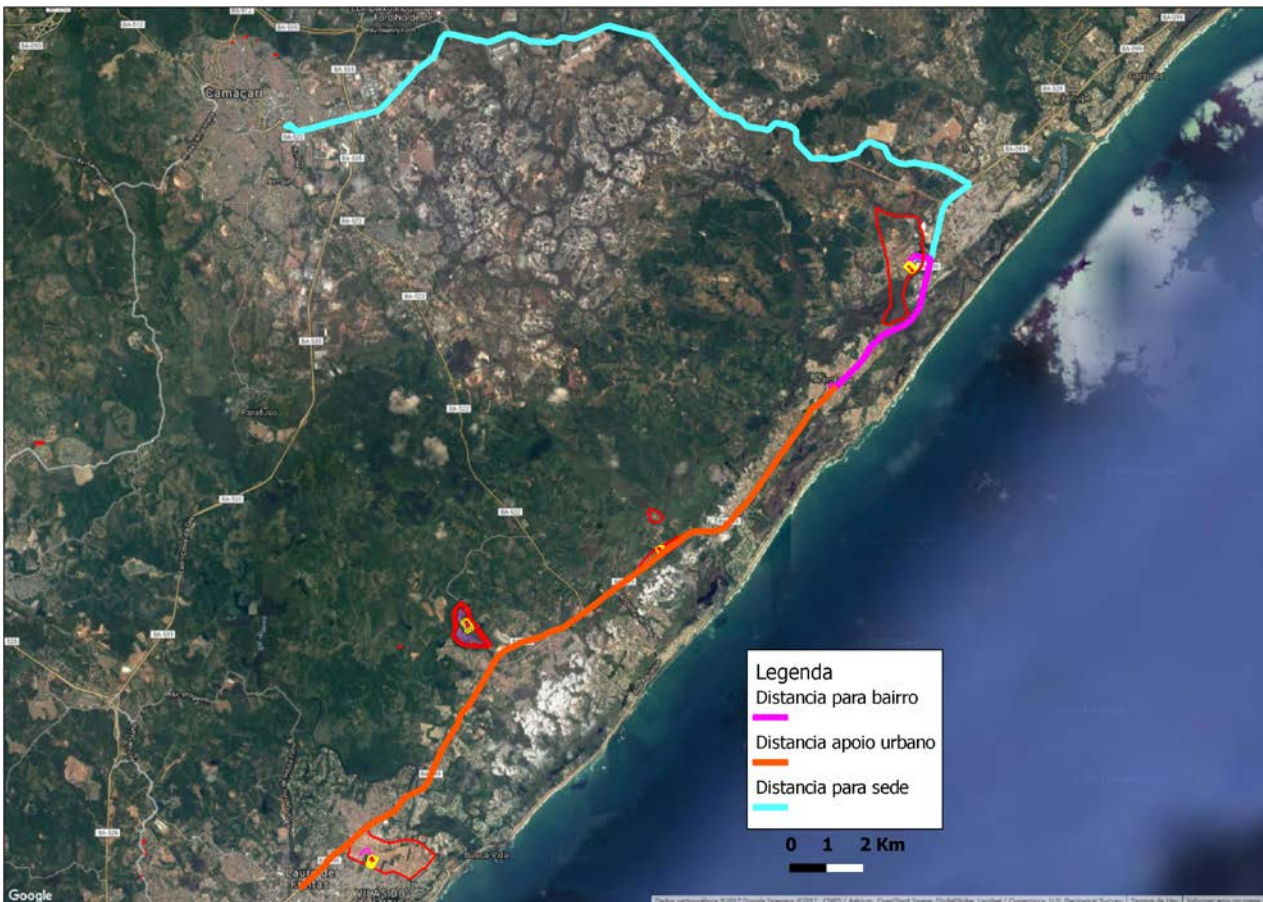
PLANILHAS  
AU 290570105000130

CAMAÇARI 1991/2000

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 290570105000130

CAMAÇARI 1991/2000



Imagens Google street View, janeiro 2012

BAIRRO a 5,2 km / SEDE a 22,9 km / APOIO URBANO a 20 km

## ANÁLISE QUALITATIVA e AMBIENTAL

AU 290570105000130

CAMAÇARI 1991/2000

Área Urbanizada 2,12 km<sup>2</sup>

Tecido 3,22 ha

Área Homogênea 0,74 km<sup>2</sup>

Situada no litoral, margem interna da rodovia BA-099. Ocupação formal tipo condomínio fechado. Ocupação em compartimento de restinga com dunas, campo de dunas, rio, áreas úmidas, lagoas, lagoas intermitentes, vegetação de junco para procriação de aves e anfíbios, área de recarga de aquífero, com espécies endêmicas (lagartinho), presença de aves migratórias, aves oceânicas. Área muito sensível, muito frágil, que integram a APA do Rio Capivara. São agravantes da ocupação aterro de mangue, de áreas úmidas, lagoas e de dunas, com estrada de acesso passando sobre o canal, com prejuízo aos fluxos do estuário e mangue que devem chegar até a área da ocupação.

Novas intervenções em execução, loteamentos, cascalheiras para retirada de material (latossolo) utilizado no aterramento de dunas, abertura de vias sobre dunas e restinga. Em mais de um ponto, observa-se construção de passagens em áreas úmidas que vão interromper o fluxo da água, e onde certamente deverão ser lançados efluentes domésticos. Área com muitos passivos ambientais com o agravante de localizar-se em APA e está explícito que o loteamento não observa APP.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 290570105000130

CAMAÇARI 1991/2000

Entorno



Vizinhança



Detalhe



Apropriação 2002



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 29057011000130		CAMAÇARI 1991/2000			
População: 764hab	AU-SC: 2,12 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,735	GSI-SC	0,35
Densidade AU-SC 362,08 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 1039,45 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distancia de Centralidades	C. Cidade	22,9 km	C.Bairro	5,2 km
	Segregação	Condomínio fechado			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	88%	Pluridomiciliar	
	Pavimentação	Cascalho	Largura R ext (m)		8
			Largura R int (m)		8
	Praça	Sim	Sem equipamentos esportivos		
	Esporte				
	Praia	Distância: 8,4Km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	24%	Poço e Outros	76,0%
	Energia	Sim	%	Não	%
	E. Sanitário	Esgoto e fossa septica	62%	Solução precária	2,0%
	Drenagem	Indício de NÃO existência de rede de drenagem pluvial			
	Resíduos sólidos	Coleta	37,30%	Outros	25,80%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	248,40 x 138,58		Área (m <sup>2</sup> )	34420
	Tecido - Área líquida	247 x 130,58		Área (m <sup>2</sup> )	32260
	Tamanho da ilha	1.30,58 x 74,66		Área (m <sup>2</sup> )	9749,1
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	29	vazios	9
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	20 x 24		480	
	A. Construção	420	214	340	324,67
	A. Ocupação	210	107	170	162,33
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote			0,34	
	IU= A. Construída/A. do lote			0,68	
	IP= A.permeavel/A. do lote			0,66	
	Gabarito	2 pavimentos			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				34420
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				32295
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	283,31	Largura (m)	7,5	2125
	Vias internas (m)	0	Largura (m)	0	0
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				2125
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				0,01
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta		IU do Lote referencial	0,68	0,6
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta		IO do Lote referencial	0,34	0,32
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				1,08
	H (Altura) = FSI/GSI				2
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	6,17%		-9,78%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570105000130		CAMAÇARI 1991/2000	
Identificação da Área:	AU 290570105000130	MUNICÍPIO: CAMAÇARI 1991/2000	
População: 764	AU-SC: 2,118 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,735 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios_BA.xls)</b>			%
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			
V0001	Domicílios (domicílios particulares e unidades em domicílios coletivos)	238	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V0006	Domicílios particulares permanentes do tipo casa	209	87,8
V0007	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
V0008	Domicílios particulares permanentes do tipo cômodo	29	12,2
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V0009/V0010	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	119	50,0
V0011 a V0014	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	208	87,4
<b>ÁGUA</b>			
V0018	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	57	23,9
V0021/V0025	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço, nascente na propriedade ou outra forma.	181	76,1
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V0029	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	155	65,1
V0030/V0031	Domicílios particulares permanentes conectados à rede de esgoto ou fossa séptica	147	61,8
V0032/V0035	Domicílios particulares permanentes com condições precárias de esgotamento	4	1,7
V0036	Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário	83	34,9
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V0048	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	78	37,3
V0051/V005	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	54	25,8
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>NÃO DISPONÍVEL</b>			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			3,2
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V0088 a V0093	Domicílios particulares permanentes com <b>HOMEM</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com homem responsável e sem outro morador"	211	88,7
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V0101 a V0106	Domicílios particulares permanentes com <b>MULHER</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com mulher responsável e sem outro morador"	27	11,3
<b>FONTE: Arquivo de moradores (planilha Morador_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V0237	Moradores (ou população residente no setor)	764	
V0292	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	410	53,7
V0347	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	354	46,3

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570105000130		CAMAÇARI 1991/2000		
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2_BA.xls)</b>				
<b>FAIXA ETÁRIA</b>				
V1482 a V1496	Homens 0-14 anos		137	
V1497 a V1506	Homens 15-24 anos		93	
V1507 a V1546	Homens 25-64 anos		169	
V1547 a V1582	Homens 65 anos ou mais		11	
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa3_BA.xls)</b>				
V1617 a V1631	Mulheres 0-14 anos		148	
V1632 a V1641	Mulheres 15-24 anos		71	
V1642 a V1681	Mulheres 25-64 anos		129	
V1682 a V1717	Mulheres 65 anos ou mais		6	
<b>FONTE: Arquivo de responsável pelo domicílio particular permanente (planilha Responsável1_BA.xls)</b>				
<b>RENDA</b>				
V0602/V0603	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo		126	52,9
V0604/V0605	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 3 salários mínimos		49	20,6
V0606	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos		6	2,5
V0607 a V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior que 5 salários mínimos		19	8,0
V0611	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal		36	15,1

Salário mínimo em Julho de 2000 = R\$ 151,00



PLANILHAS

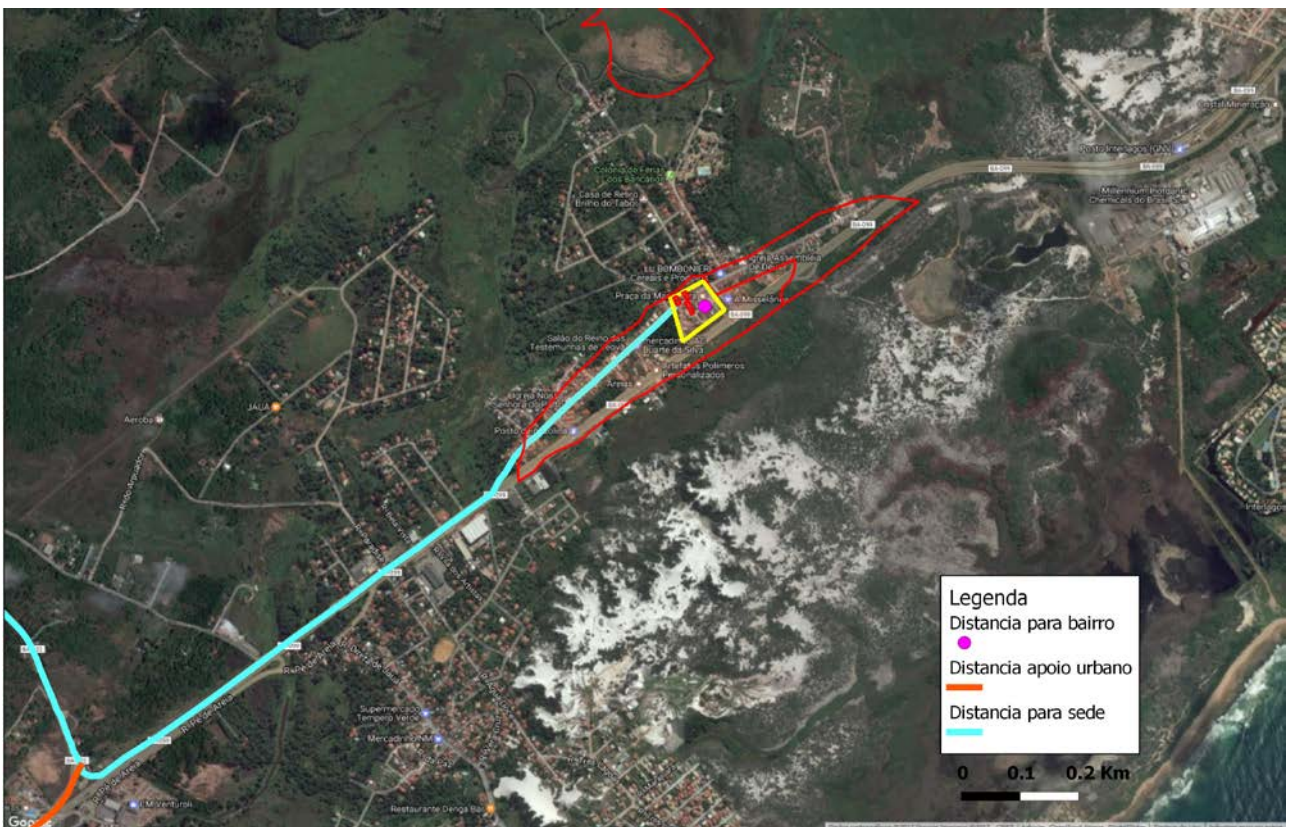
AU 290570110000026

CAMAÇARI 1991/2000

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 290570110000026

CAMAÇARI 1991/2000



BAIRRO a 0 km / SEDE a 28 km /APOIO URBANO a 14,24 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 290570110000026

CAMAÇARI 1991/2000

Área Urbanizada

0,28 km<sup>2</sup>

Área Homegênea

0,14 km<sup>2</sup>

Tecido

2,50 ha



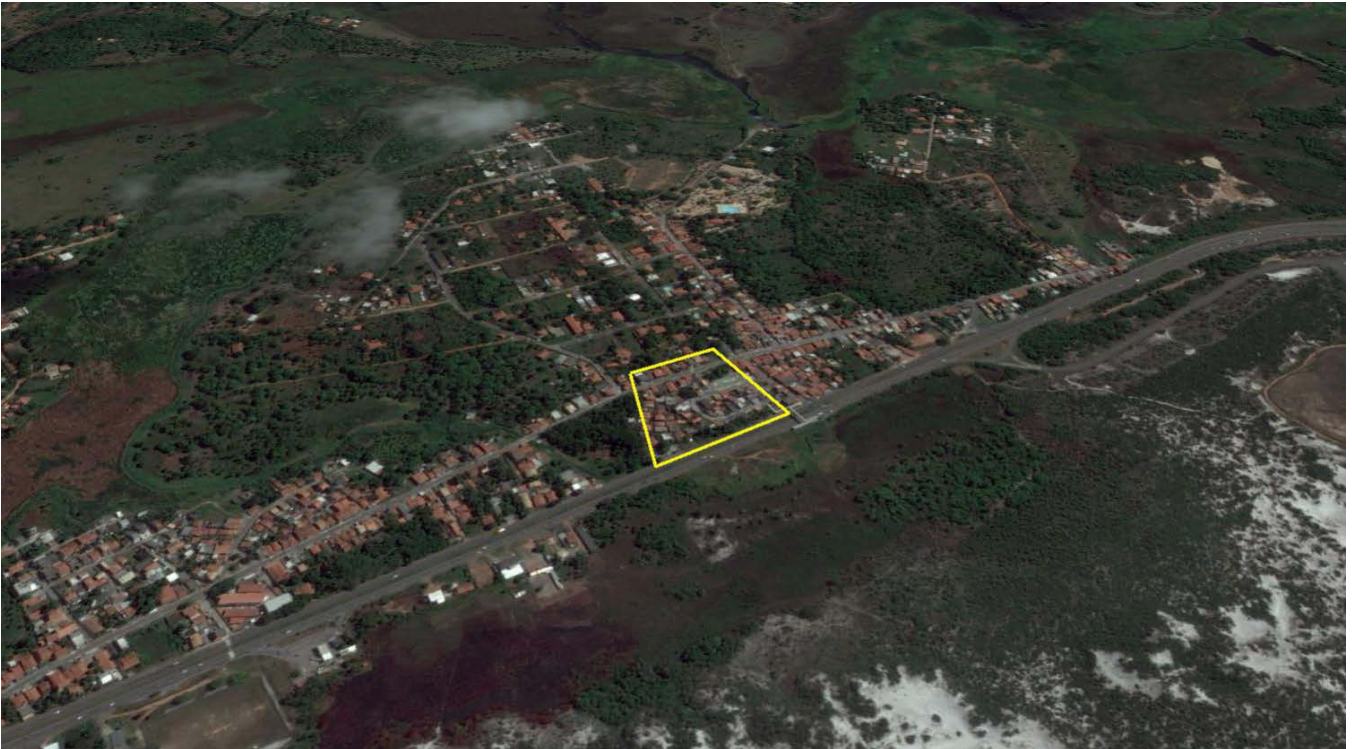
Ocupação ao longo de conector, em tomada/desvio da Rodovia BA – 099, de desenvolvimento linear em ambos os lados da via interna. Situada em frente à entrada de serviço da Millenium (indústria química), na localidade de Areias. Na escala do entorno e da vizinhança percebe-se a proximidade do rio, da estação de monitoramento e do posto de gasolina. Quanto à fisionomia do meio ambiente, uma imensa área úmida, claramente um assoreamento do rio, com dunas de área bastante alargada, associadas a áreas alagadiças, vegetação com frutíferas nas áreas de sítios. Predomina a restinga arbustiva com grande coqueiral, que vem sendo paulatinamente ocupado, com a forte antropização que ocorre na área, e matas paludosas de baixada, palustre, protegidas do vento, mais úmidas, associadas a restinga. Pilha de resíduos da Milenium encapsulada com argila e plantio de gramínea.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 290570110000026

CAMAÇARI 1991/2000

Entorno



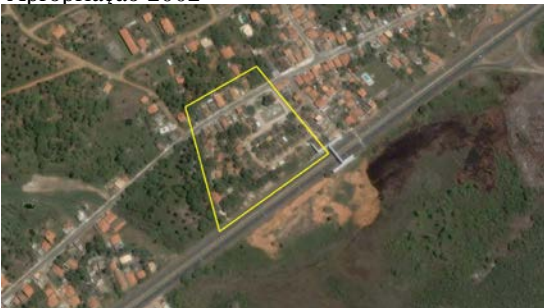
Vizinhança



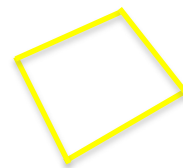
Detalhe



Apropriação 2002



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

1991/2000					
População: 1334 hab	AU-SC 0,287 km <sup>2</sup>	AOH-SC(km <sup>2</sup> )	0,14	GSI-SC	0,49
Densidade Pop. AU-SC 4648,08 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 9528,57 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	28 km	C. Bairro	0 km
	Segregação	Área integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	95%	r	
	Pavimentação	Asfalto / paralelo	Largura R ext (m)		10
			Largura R int (m)		9 e 5
	Praça	1610 m <sup>2</sup>			
	Esporte	quadra 460 m <sup>2</sup>			
	Praia	Distância: 8,4km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	88%	Poço e Outros	11,0%
	Energia	Sim	%	Não	%
	E. Sanitário	septica	1%	precária	87,0%
	Drenagem				
	Resíduos sólidos	Coleta	92,40%	Outros	4,70%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área agregada (gross)	135,82 x 184,00		Área (m <sup>2</sup> )	25000
	Tecido - Área agregada (net)	247 x 130,58		Área (m <sup>2</sup> )	23200
	Tamanho da ilha	1.30,58 x 74,66		Área (m <sup>2</sup> )	9749,1
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	48	vazios	10
	Vazios Urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	346	285	431	354,00
	A. Construção	318	340	220	292,67
	A. Ocupação	159	170	110	146,33
	IO= m <sup>2</sup> A. Ocupada/m <sup>2</sup> Lote				0,41
	IU= m <sup>2</sup> /A.Const./m <sup>2</sup> lote				0,83
	IP= Á.permeavel/m <sup>2</sup> lote				0,59
	Gabarito	2 pavimentos			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				25000
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				18869
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				16951,0
	Vias externas/2 (m)	169,94	Largura (m)	10	1699
	Vias internas (m)	690,24	Largura (m)	6,42	4431
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				6131
	internas)/A. do Tecido bruta				<b>0,03</b>
	tecido líquida				0,90
	FSI - Área construída total (Área da gleba líquida x IU do lote ref.) / Área da gleba bruta		IU do Lote referencial	0,83	<b>0,62</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.) / Área da gleba bruta		IO do Lote referencial	0,41	<b>0,31</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>1,10</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	24,52%		-56,35%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570110000026		CAMAÇARI 1991/2000	
Identificação da Área:	AU 290570110000026	MUNICÍPIO: VERA CRUZ 1991/2000	
População: 1334	AU-SC: 0,277 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,139 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicílios_BA.xls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V0001	Domicílios (domicílios particulares e unidades em domicílios coletivos)	301	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V0006	Domicílios particulares permanentes do tipo casa	287	95,3
V0007	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	2	0,7
V0008	Domicílios particulares permanentes do tipo cômodo	9	3,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V0009/V0010	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	224	74,4
V0011 a V0014	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	74	24,6
<b>ÁGUA</b>			
V0018	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	264	87,7
V0021/V0025	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço, nascente na propriedade ou outra forma.	34	11,3
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V0029	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	271	90,0
V0030/V0031	Domicílios particulares permanentes conectados à rede de esgoto ou fossa séptica	3	1,0
V0032/V0035	Domicílios particulares permanentes com condições precárias de esgotamento	263	87,4
V0036	Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário	27	9,0
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V0048	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	278	96,9
V0051/V005	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	14	4,9
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>NÃO DISPONÍVEL</b>			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			4,4
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V0088 a V0093	Domicílios particulares permanentes com <b>HOMEM</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com homem responsável e sem outro morador"	207	68,8
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V0101 a V0106	Domicílios particulares permanentes com <b>MULHER</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com mulher responsável e sem outro morador"	91	30,2
<b>FONTE: Arquivo de moradores (planilha Morador_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V0237	Moradores (ou população residente no setor)	1334	
V0292	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	663	49,7
V0347	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	671	50,3

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570110000026

CAMAÇARI 1991/2000

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2\_BA.xls)**

FAIXA ETÁRIA			
V1482 a V1496	Homens 0-14 anos	205	#DIV/0!
V1497 a V1506	Homens 15-24 anos	184	27,8
V1507 a V1546	Homens 25-64 anos	249	37,6
V1547 a V1582	Homens 65 anos ou mais	25	3,8

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa3\_BA.xls)**

V1617 a V1631	Mulheres 0-14 anos	214	31,9
V1632 a V1641	Mulheres 15-24 anos	176	26,2
V1642 a V1681	Mulheres 25-64 anos	249	37,1
V1682 a V1717	Mulheres 65 anos ou mais	32	4,8

**FONTE: Arquivo de responsável pelo domicílio particular permanente (planilha Responsável1\_BA.xls)**

RENDA			
V0602/V0603	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo	102	33,9
V0604/V0605	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 3 salários mínimos	85	28,2
V0606	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos	24	8,0
V0607 a V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior que 5 salários mínimos	29	9,6
V0611	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal	58	19,3

Salário mínimo em Julho de 2000 = R\$ 151,00

IMAGENS STREET VIEW

AU 290570110000026

CAMAÇARI 1991/2000



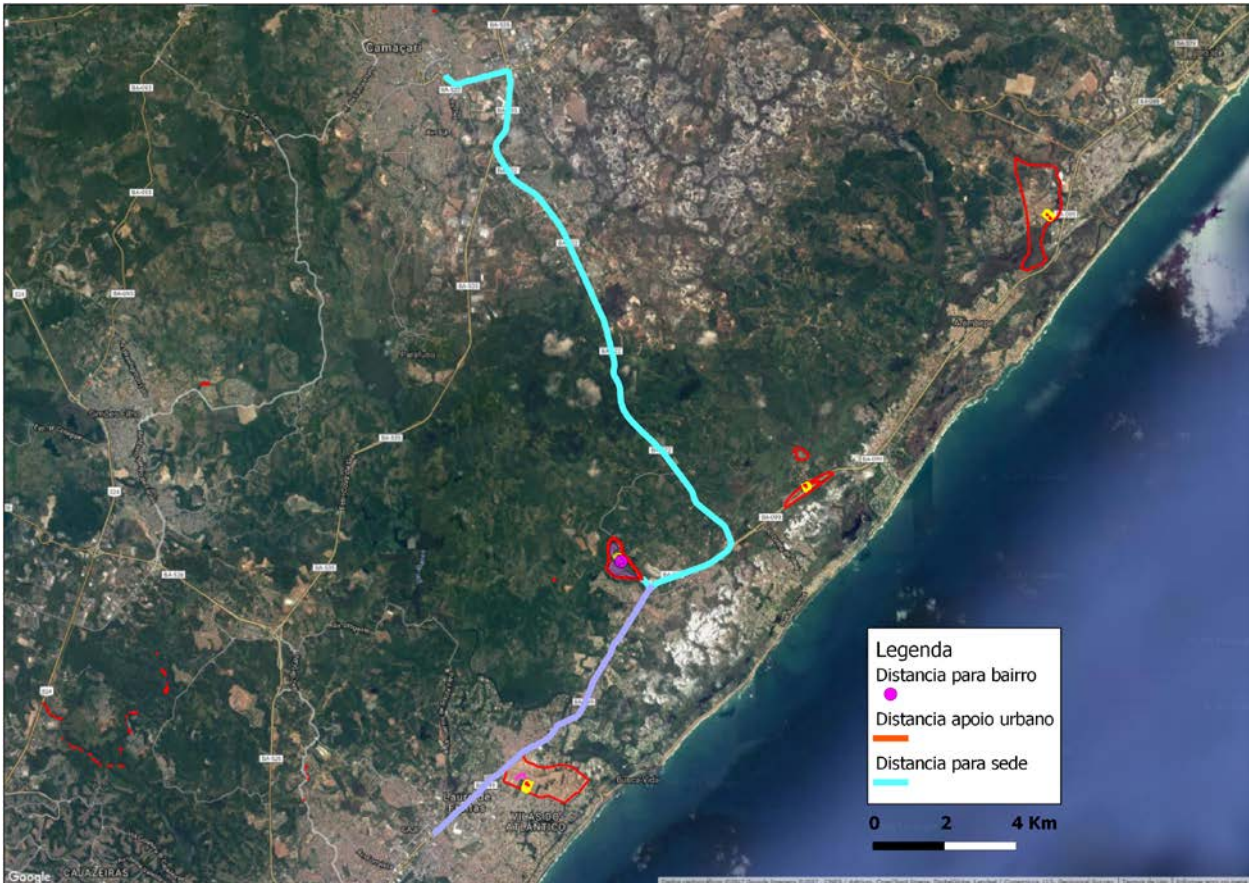
PLANILHAS  
AU 290570110000123

CAMAÇARI 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 290570110000123

CAMAÇARI 2000/2010



BAIRRO a 0 km / SEDE 7,9 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 290570110000123

CAMAÇARI 2000/2010

Área Urbanizada 0,521 km<sup>2</sup>

Situada acima do Rio Joanes, compreende a área do Loteamento Alphaville, localizado próximo a outro grande empreendimento comercial o Outlet Center Premium. A área, anteriormente à implantação do Loteamento, já tinha supressão total de vegetação para uso como pasto. Da área urbanizada ficaram áreas de preservação obrigatórias, restos de pasto original com tendência a reconstituição, com boas perspectivas na medida da existência de fontes de sementes no entorno.

Área Homogênea

0,371 km<sup>2</sup>

Tecido

3,95 ha



ANÁLISE QUALITATIVA

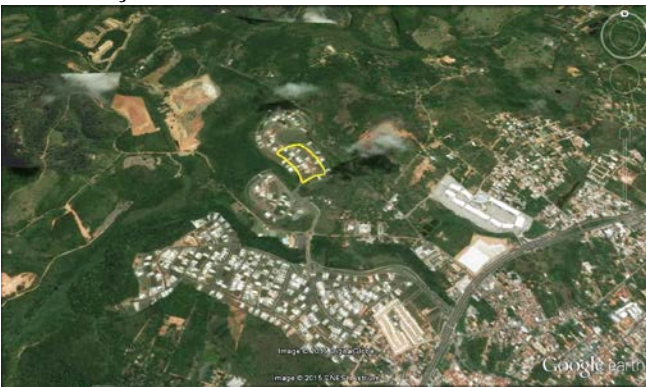
AU 290570110000123

CAMAÇARI 2000/2010

Entorno



Vizinhança



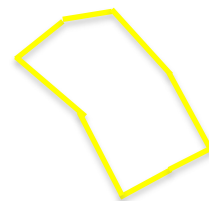
Detalhe



Apropriação 2002



Apropriação 2014





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 290570110000123		CAMAÇARI 2000/2010			
População: 25 hab	AU-SCI: 0,521 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> ):	0,371	GSI-SC	0,71
Densidade Pop. AU-SC 830,04 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 1039,45 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	7,9 km	C.Bairro	0 km
	Segregação	Condomínio fechado/tecido integrado/area isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	83%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Asfalto	Largura R ext (m)		12
			Largura R int (m)		12
	Praça	A. Lazer privativa			
	Esporte	A. Lazer privativa			
Praia	Distância: 8,5 km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	67%	Poço e Outros	33,0%
	Energia	Sim	100%	Não	0%
	E. Sanitário	septica	33%	precária	67,0%
	Drenagem	em via asfaltada			
	Resíduos sólidos	Coleta	50,00%	Outros	50,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	149*265		Área (m <sup>2</sup> )	39500
	Tecido - Área líquida	149*225		Área (m <sup>2</sup> )	33600
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	irregular
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	15	vazios	52
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	400	414	381	398,33
	A. Construção	1131	783	1050	988
	A. Ocupação	377	261	350	329,33
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,83
	IU= A. Construída/A. do lote				2,48
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,17
	Gabarito	3 pavimentos			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				39500
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				31492
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	401,81	Largura (m)	12	4822
	Vias internas (m)	265,54	Largura (m)	12	3186
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				8008
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,02</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	2,48	<b>1,98</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,83	<b>0,66</b>
	<b>OSR - Spaciousness</b> (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,17</b>
	<b>H (Altura) = FSI/GSI</b>				<b>3</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	20,27%		-8,03%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570110000123		CAMAÇARI 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 290570110000123	MUNICÍPIO: CAMAÇARI 2000/2010	
População: 25 hab	AU-SC: 0,521 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,371 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCILOS</b>			%
V0001	Total Domicílios particulares e coletivos	6	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	5	83,3
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	1	16,7
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	1	16,7
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	5	83,3
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	4	66,7
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	2	33,3
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	6	100,0
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	2	33,3
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	4	66,7
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	0	0,0
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	3	60,0
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	3	60,0
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica	6	100
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			4,2
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	5	83,3
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	1	16,7
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	25	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	13	52,0
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	12	48,0

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290570110000123		CAMAÇARI 2000/2010	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	6	46,2
V049 a V058	Homens 15-24 anos	2	15,4
V059 a V098	Homens 25-64 anos	5	38,5
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	0	0,0
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	5	41,7
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	1	8,3
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	5	41,7
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	1	8,3
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	4	66,7
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	1	16,7
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	1	16,7
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	0	0,0
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	0	0,0
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS STREET VIEW

AU 290570110000123

CAMAÇARI 2000/2010



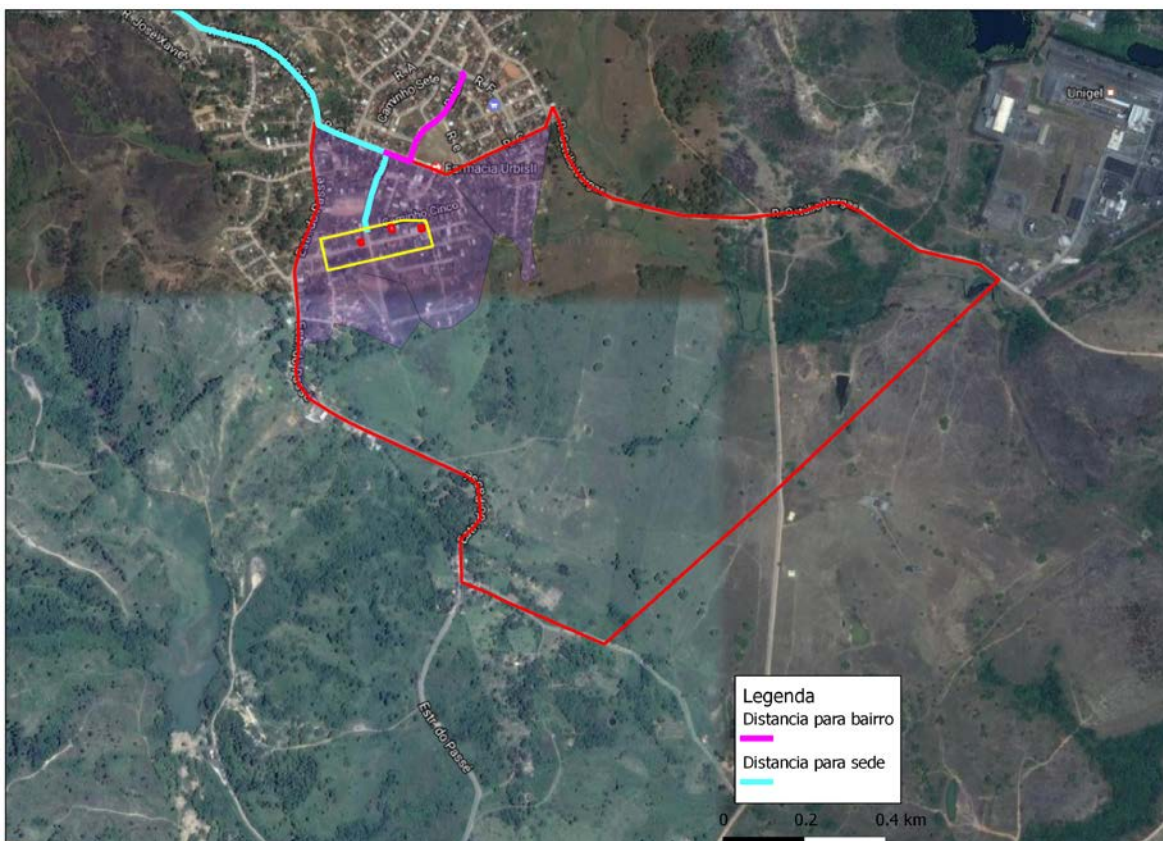
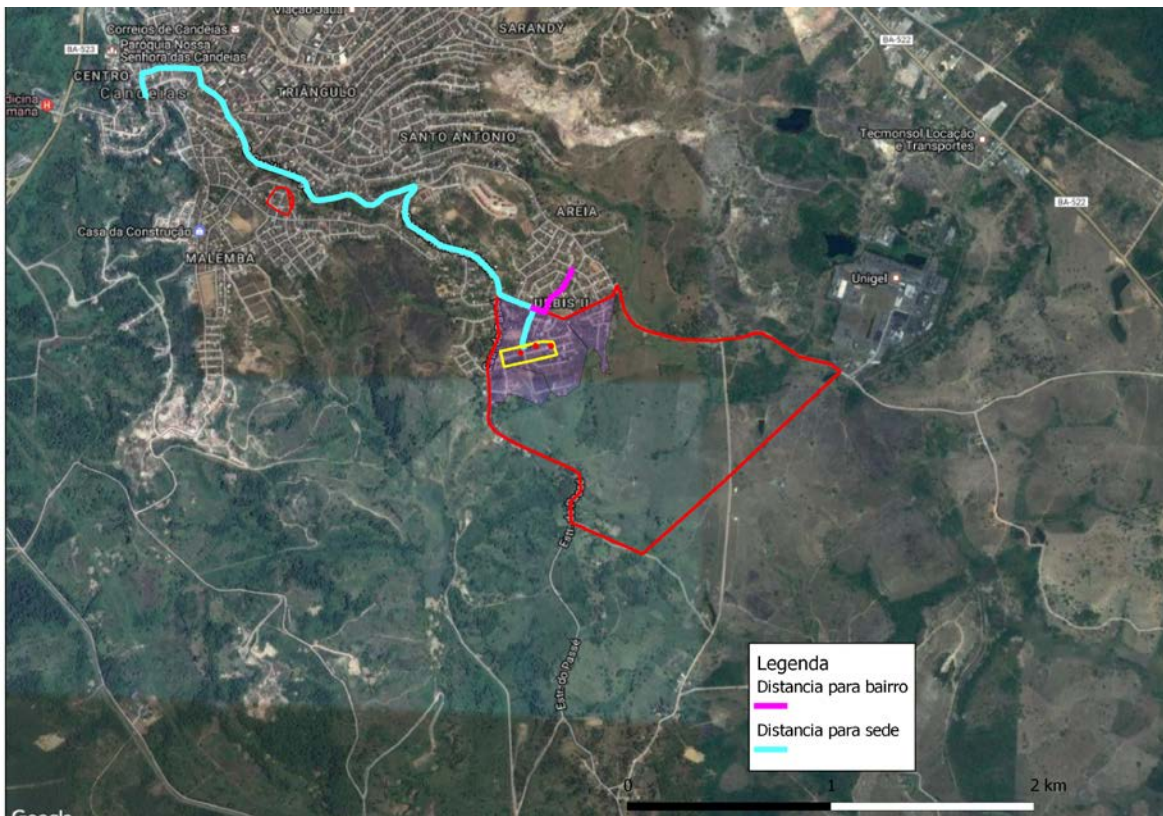
PLANILHAS  
AU 290650105000048

CANDEIAS 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 290650105000048

CANDEIAS 2000/2010



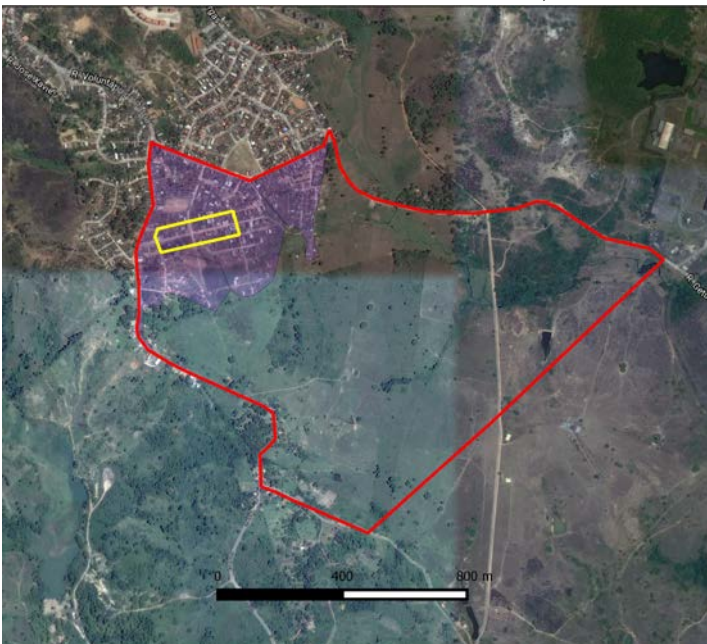
Imagens: Google Street View, Janeiro de 2013  
BAIRRO a 0,55 km / SEDE a 3,1 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 290650105000048

CANDEIAS 2000/2010

Área Urbanizada

1,1607 km<sup>2</sup>

Expansão do tecido urbano contíguo ao pré-existente. A poligonal tem fisionomia topográfica em vales suaves e ondulados, situada em ambiente originalmente de Floresta Ombófila, onde só resta vegetação rasteira. Os pastos, de aspecto degradado, resto em baixada úmida com pequeno córrego, completamente desmatada. Os tanques, aguadas, são coletores de água superficial e o campo apresenta árvores esparsas. Chácaras, tipo sítios com frutíferas e uma vilazinha. Em toda a poligonal os avanços são recentes, com evidente troca de cobertura mais rica (as florestas tropicais úmidas são os ecossistemas de maior diversidade biológica do planeta) por deserto biológico (pasto com gramínea africana exótica e gado zebuino indiano).

Área Homogênea

0,22513 km<sup>2</sup>

Tecido

2,069 ha



ANÁLISE QUALITATIVA

AU 290650105000048

CANDEIAS 2000/2010

Entorno



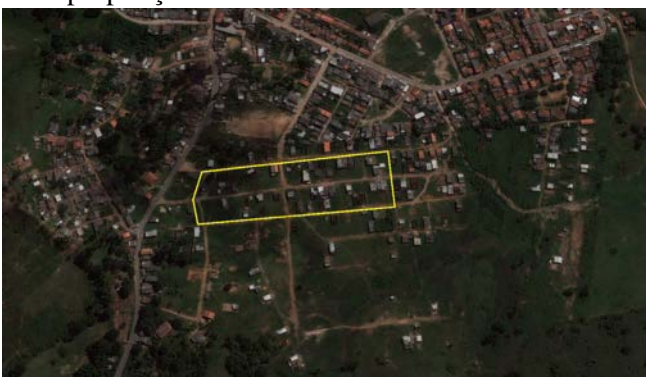
Vizinhança



Detalhe



Apropriação 2010



Apropriação 2014





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 290650105000048				CANDEIAS 2000/2010	
População: 1403 hab	AU-SC: 1,1607 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,2251	GSI-SC	0,194
Densidade Pop. AU-SC 1208,75 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 6231,95 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distancia de Centralidades	C. Cidade	3,1 km	C.Bairro	0,55 km
	Segregação	Área isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	64%	Pluridomiciliar	36%
	Pavimentação	Asfalto / e sem pavimento	Largura R ext (m)		6,5
			Largura R int (m)		6,5
	Praça	não			
	Esporte	não			
Praia	Distância: 9,0 km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	96%	Poço e Outros	4,5%
	Energia	Sim	100%	Não	%
	E. Sanitário	septica	62%	precária	40,3%
	Drenagem				
	Resíduos sólidos	Coleta	95,00%	Outros	5,40%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	78 x 265		Área (m <sup>2</sup> )	20690
	Tecido - Área líquida	70,6 x 262		Área (m <sup>2</sup> )	18490
	Tamanho da ilha	102,2 x 32,05		Área (m <sup>2</sup> )	3275,5
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	51	vazios	46
	Vazios Urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	204	120	158	160,67
	A. Construção	192,75	174	162	176,25
	A. Ocupação	128,5	116	108	117,50
	IO= A. Ocupada/A. do lote				0,73
	IU= A. Construção/A. do lote				1,10
	IP= A. permeavel/A. do lote				0,27
	Gabarito	50% de habitações com 2 pav (A. Construção x 1,5)			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				20690
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				16562
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				4127,695
	Vias externas/2 (m)	295,08	Largura (m)	6,5	1918
	Vias internas (m)	339,95	Largura (m)	6,5	2210
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				4128
	<b>N</b> = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,03</b>
	<b>R</b> = Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				0,25
	<b>FSI</b> - Área construída total (Área da gleba líquida x IU do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	1,10	<b>0,88</b>
	<b>GSI</b> - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,73	<b>0,59</b>
	<b>OSR - Spaciousness</b> (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,47</b>
	<b>H (Altura)</b> = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	19,95%		66,87%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290650105000048

CANDEIAS 2000/2010

**FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01\_Ufxls)**

Identificação da Área:	AU 290650105000048		MUNICÍPIO: SIMÕES FILHO	
População: 1403 hab	AU-SC: 1,1607 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,225		%
<b>TOTAL DOMICÍLIOS</b>				
V001	Total Domicílios particulares e coletivos		427	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>				
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa		272	64,3
V005	Total domicílios particulares permanentes tipo apartamentos		151	35,7
<b>SITUACAO FUNDIÁRIA</b>				
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação		364	
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma		61	
<b>AGUA</b>				
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral		406	96,0
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma		19	4,5
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>				
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário		417	
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa septica		249	61,6
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária		168	40,3
V023	Idem sem banheiro ou sanitario		8	
<b>COLETA DE LIXO</b>				
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado		402	95,0
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo		23	5,4
<b>ENRGIA ELÉTRICA</b>				
V047a V049	Domicílios particulares permanentes com energia eletrica		422	99,76
<b>TXA OCUPAÇÃO MEDIA DO IMOVEL</b>			4,25	
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>				
V062-V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável		230	54,4
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>				
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável		195	46,1
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_UF.xls)</b>				
<b>POPULAÇÃO</b>				
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos		1403	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>				
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos		228	
V049 a V058	Homens 15-24 anos		117	
V059 a V098	Homens 25-64 anos		347	
V098 a V134	Homens 65 anos ou mais		19	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290650105000048		CANDEIAS 2000/2010	
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	204	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	118	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	366	
V098 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	24	
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	308	
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	65	
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	6	
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	2	
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	46	
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS - STREET VIEW

AU 290650105000048

CANDEIAS 2000/2010



Imagens: Google Street View, Janeiro de 2013

PLANILHAS

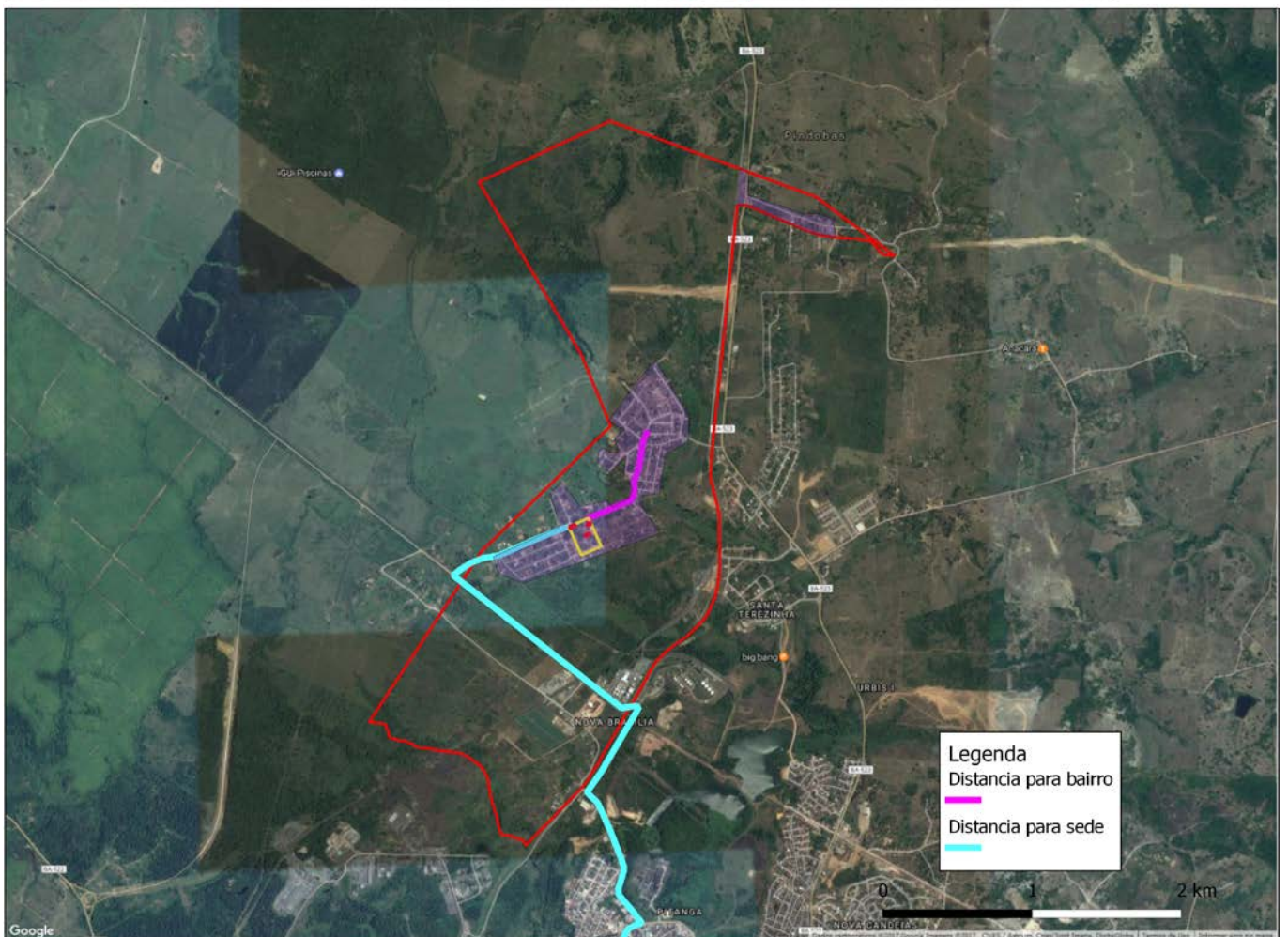
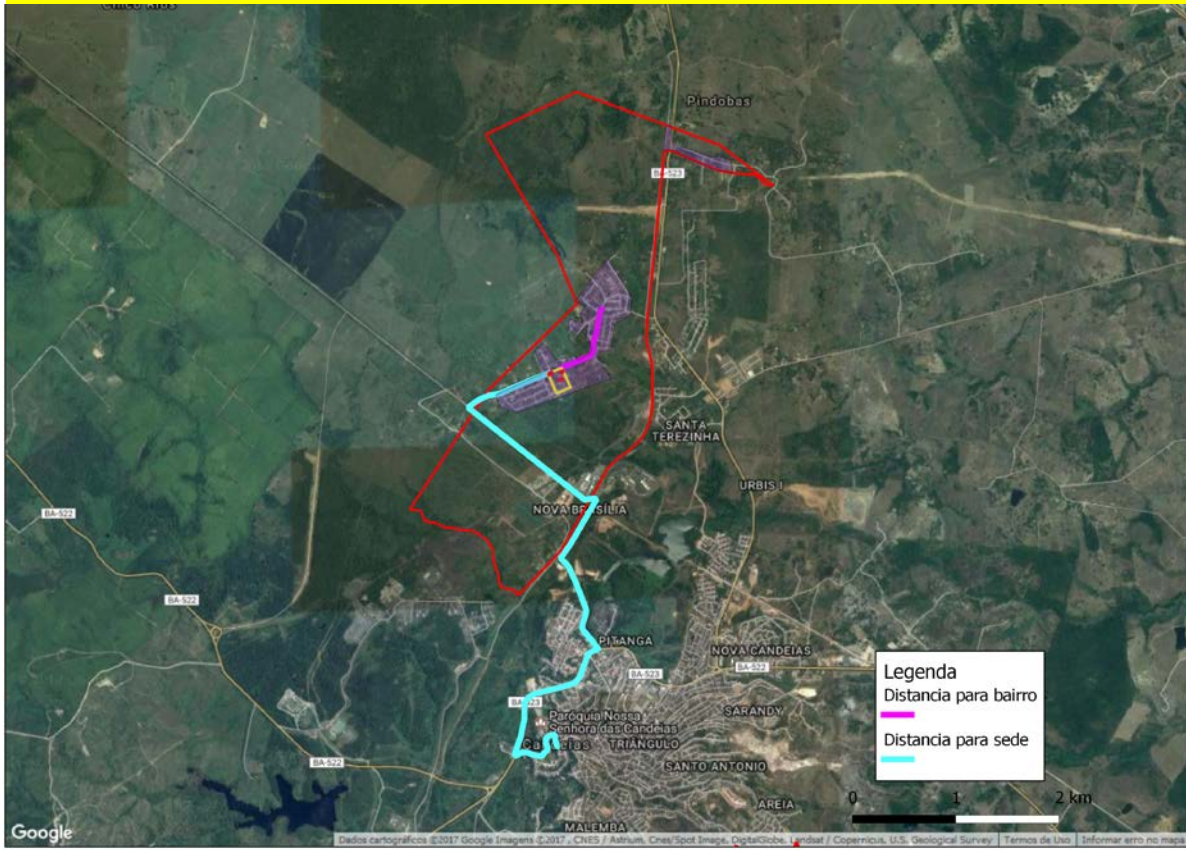
AU 290650105000065

CANDEIAS 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 290650105000065

CANDEIAS 2000/2010



Imagens: Google Street View, Janeiro de 2012

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 290650105000065

CANDEIAS 2000/2010

Área Urbanizada

5,8053 km<sup>2</sup>

Área Homegênea

0,6883 km<sup>2</sup>

Tecido 2,776 ha



A ocupação urbana configura duas áreas isoladas e identifica-se uso industrial, provável estação de tratamento e indicativo de expansão de outras glebas com esta finalidade. Tem fisionomia topográfica em vales suaves e ondulados. Situada em ambiente originalmente de Floresta Ombrófila, onde só resta vegetação rasteira, pasto de aspecto abandonado, e pequeno remanescente, bastante perturbado.

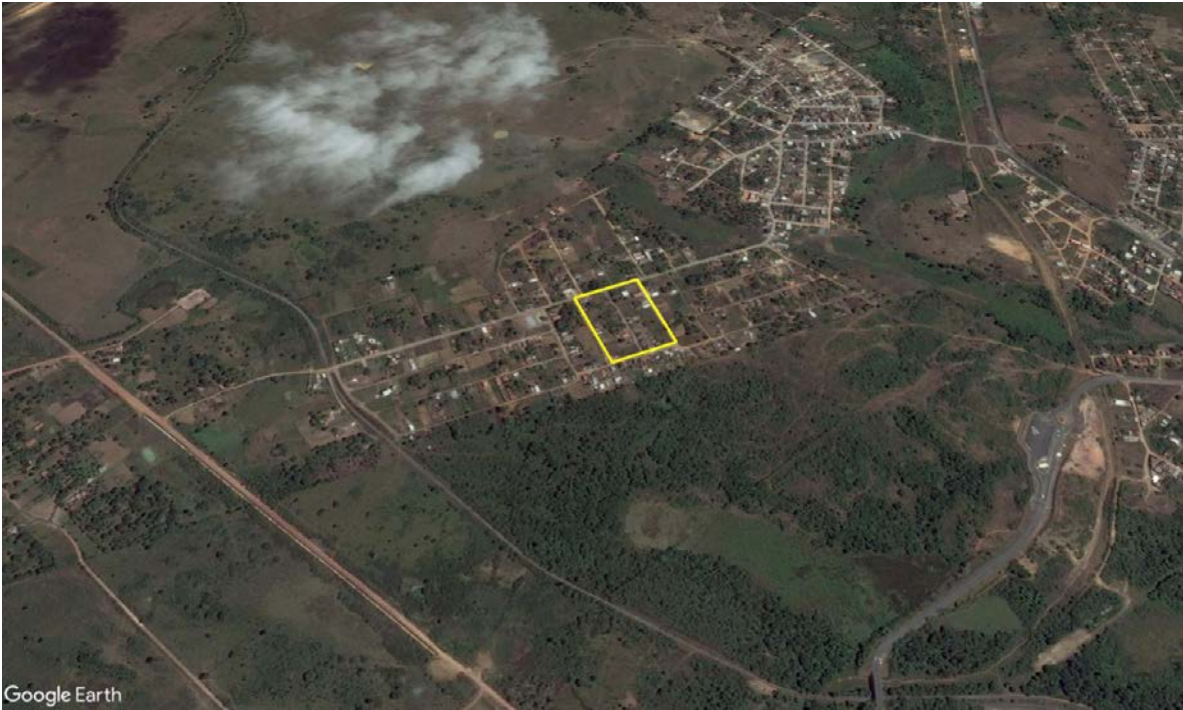
Fora da poligonal, a área foi pouco trabalhada mantém vegetação pioneira e fragmento de vegetação em regeneração. Outros espaços, mancha que pode ser sitio com fruteiras e predominância de área abandonada, em pasto já bastante degradado com aguadas para gado e marcas de caminho de gado. Longe de fontes de fauna e sementes, com fragmentos muito distantes fica dificultada a regeneração natural.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 290650105000065

CANDEIAS 2000/2010

Entorno



Vizinhança



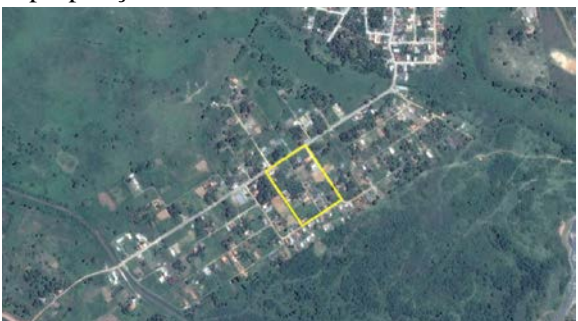
Detalhe



Apropriação 2006



Apropriação 2014





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 290650105000065		CANDEIAS 2000 /2010			
População: 1470hab	AU-SCI: 5,805 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,6883	GSI-SC	0,12
Densidade Pop. AU-SC 253,22 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 2136,63 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distancia de Centralidades	C. Cidade	3,1 km	C.Bairro	2,0 km
	Segregação	Área isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Asfalto / e sem pavimento	Largura R ext (m)		6
			Largura R int (m)		6
	Praça	em área vizinha			
	Esporte	quadra a 200m			
	Praia	Distância: 16 km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	96%	Poço e Outros	3,0%
	Energia	Sim	95%	Não	%
	E. Sanitário	septica	60%	precária	35,0%
	Drenagem	conformada pelo pavimento			
	Resíduos sólidos	Coleta	93,30%	Outros	6,70%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	175 x 159		Área (m <sup>2</sup> )	27760
	Tecido - Área líquida	160 x 157		Área (m <sup>2</sup> )	25150
	Tamanho da ilha	43x 160		Área (m <sup>2</sup> )	6106,0
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	19	vazios	33
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	471	550	395	472
	A. Construção	165	168	136,5	156,5
	A. Ocupação	110	112	91	104,33
	IO= A. Ocupada/A. Ido lote				0,22
	IU= A. Construída/A. do lote				0,33
	IP= A. permeavel/A. do lote				0,78
	Gabarito	50% de habitações com 2 pav (A. const. x 1,5)			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				27760
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				23553
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	505,56	Largura (m)	6	3033
	Vias internas (m)	195,6	Largura (m)	6	1174
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				4207
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,03</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				0,26
	FSI - Área construída total (Área da gleba líquida x IU do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,33	<b>0,28</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,22	<b>0,19</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>2,89</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	15,15%		36,78%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290650105000065

CANDEIAS 2000/2010

**FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01\_Ufxls)**

Identificação da Área:	AU 290650105000065		MUNICÍPIO: CANDEIAS
População: 1470 hab	AU-SC: 5,8053 Km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,6883 Km <sup>2</sup>	%
<b>TOTAL DOMICÍLIOS</b>			
V001	Total Domicílios particulares e coletivos	421	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	419	100,0
V005	Total domicílios particulares permanentes tipo apartamentos	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	359	
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	60	
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	406	96,4
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	13	3,1
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes c/ banheiro ou sanitário	413	
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	243	59,6
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	145	35,1
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	3	
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	391	93,3
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	28	6,7
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047a V049	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica	399	95,23
<b>TXA OCUPAÇÃO MÉDIA DO IMÓVEL</b>		4,19	
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062-V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	253	60,4
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	166	39,6
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_UF.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	1470	
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	484	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	226	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	132	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	352	
V098 a V134	Homens 65 anos ou mais	26	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 290650105000065		CANDEIAS 2000/2010	
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	214	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	122	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	365	
V098 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	33	
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	280	
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	51	
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	4	
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	1	
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	85	
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS - STREET VIEW

AU 290650105000065

CANDEIAS 2000/2010



Imagens: Google Street View, Janeiro de 2012

PLANILHAS

AU 291005705000020

DIAS D'ÁVILA 1991/2000

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 291005705000020

DIAS D'ÁVILA 1991/2000



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012

BAIRRO 0 km / SEDE 5,4 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 291005705000020

DIAS D'ÁVILA 1991/2000

Área Urbanizada 2,654 km<sup>2</sup>

Área fronteira de urbanização de Dias D'Ávila, situada às margens da BA 093. Urbanização densa com duas glebas residuais que brevemente devem ser alvo do mesmo processo de ocupação continuado.

A

área totalmente urbanizada, com malha de vias não ortogonais, e ocupada com lotes que permitem pequena área de fundo de quintal onde percebe-se uma massa de copas de árvores e de vegetação.

Em área não ocupada identifica-se pequeno córrego, baixada úmida e devido à esta condição de baixada não deve ter sido ocupada.

O solo tem probabilidade de estar na transição de podzólico para latossolo e encontra-se situado na mancha de cerrado de Camaçari que apresenta as seguintes características: vegetação esparsa, com solos mais ácidos, adaptado ao fogo sazonal, zona de floresta mais seca, mais rala e mais tortuosas, matas densas com ocorrência de matas ciliares ao longo dos córregos e baixadas úmidas.

Área Homogênea 1,507 km<sup>2</sup>

Tecido 3,11 ha



ANÁLISE QUALITATIVA

AU 291005705000020

DIAS D'ÁVILA 1991/2000

Entorno



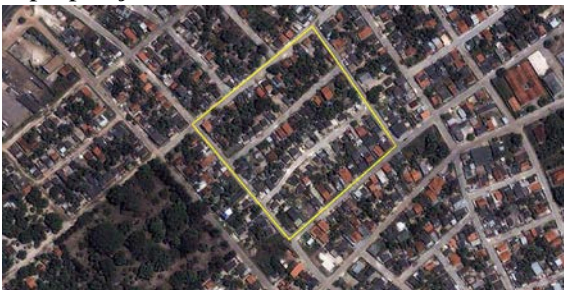
Vizinhança



Detalhe



Apropriação 2009



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 291005705000020		DIAS D'ÁVILA 1991/2000			
População: 4444hab	AU-SC: 2,654 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	1,507	GSI-SC	0,57
Densidade Pop. AU-SC 1674,45 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 2948,90 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	5,4 km	C.Bairro	0 km
	Segregação	Área integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	97%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Asfalto / e sem pavimento	Largura R ext (m)		7
			Largura R int (m)		7
	Praça	distante 450 m			
	Esporte	distante 450 m			
Praia	Distância: 36 km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	85%	Poço e Outros	14,1%
	Energia	Sim	95%	Não	%
	E. Sanitário	septica	49%	precária	17,3%
	Drenagem	conformada pelo pavimento			
	Resíduos sólidos	Coleta	74,60%	Outros	8,10%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	175 x 178		Área (m <sup>2</sup> )	31100
	Tecido - Área líquida	171*174		Área (m <sup>2</sup> )	29700
	Tamanho da ilha	51* 154		Área (m <sup>2</sup> )	7854,0
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	97	vazios	5
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	241,8	315	291	282,6
	A. Construção	90,48	181	97	122,83
	A. Ocupação	90,48	181	97	122,82
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,43
	IU= A. Construída/A. do lote				0,43
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,57
	Gabarito	1 pavimento			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				31100
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				26134
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				7854
	Vias externas/2 (m)	357,04	Largura (m)	7	2499
	Vias internas (m)	352,46	Largura (m)	7	2467
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				4967
	<b>N</b> = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,02</b>
	<b>R</b> = Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				0,30
	<b>FSI</b> - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,43	<b>0,37</b>
	<b>GSI</b> - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,43	<b>0,37</b>
	<b>OSR - Spaciousness</b> (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>1,74</b>
	<b>H (Altura)</b> = FSI/GSI				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	15,97%		-55,48%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291005705000020		DIAS D'ÁVILA 1991/2000	
Identificação da Área:	AU 291005705000020	MUNICÍPIO: DIAS D'ÁVILA 1991/2000	
População: 4444	AU-SC: 2,654 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 1,507 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios_BA.xls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V0001	Domicílios (domicílios particulares e unidades em domicílios coletivos)	1124	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V0006	Domicílios particulares permanentes do tipo casa	1085	96,5
V0007	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
V0008	Domicílios particulares permanentes do tipo cômodo	1	0,1
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V0009/V0010	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	987	87,8
V0011 a V0014	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	99	8,8
<b>ÁGUA</b>			
V0018	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	955	85,0
V0021/V0025	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço, nascente na propriedade ou outra forma.	158	14,1
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V0029	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	771	68,6
V0030/V0031	Domicílios particulares permanentes conectados à rede de esgoto ou fossa séptica	551	49,0
V0032/V0035	Domicílios particulares permanentes com condições precárias de esgotamento	194	17,3
V0036	Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário	315	28,0
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V0048	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	809	74,6
V0051/V0052	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	88	8,1
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>NÃO DISPONÍVEL</b>			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			4,0
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V0088 a V0093	Domicílios particulares permanentes com <b>HOMEM</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares	815	72,5
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V0101 a V0106	Domicílios particulares permanentes com <b>MULHER</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com mulher responsável e sem outro morador"	271	24,1
<b>FONTE: Arquivo de moradores (planilha Morador_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V0237	Moradores (ou população residente no setor)	4444	
V0292	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	2263	50,9
V0347	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	2181	49,1

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291005705000020

DIAS D'ÁVILA 1991/2000

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2\_BA.xls)**

FAIXA ETÁRIA			
V1482 a V1496	Homens 0-14 anos	877	
V1497 a V1506	Homens 15-24 anos	507	
V1507 a V1546	Homens 25-64 anos	821	
V1547 a V1582	Homens 65 anos ou mais	58	

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa3\_BA.xls)**

V1617 a V1631	Mulheres 0-14 anos	848	
V1632 a V1641	Mulheres 15-24 anos	462	
V1642 a V1681	Mulheres 25-64 anos	814	
V1682 a V1717	Mulheres 65 anos ou mais	57	

**FONTE: Arquivo de responsável pelo domicílio particular permanente (planilha Responsável1\_BA.xls)**

RENDA			
V0602/V0603	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo	321	28,6
V0604/V0605	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 3 salários mínimos	405	36,0
V0606	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos	91	8,1
V0607 a V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior que 5 salários mínimos	40	3,6
V0611	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal	229	20,4

Salário mínimo em Julho de 2000 = R\$ 151,00

IMAGENS STREET VIEW

AU 291005705000020

DIAS D'ÁVILA 1991/2000



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012

PLANILHAS

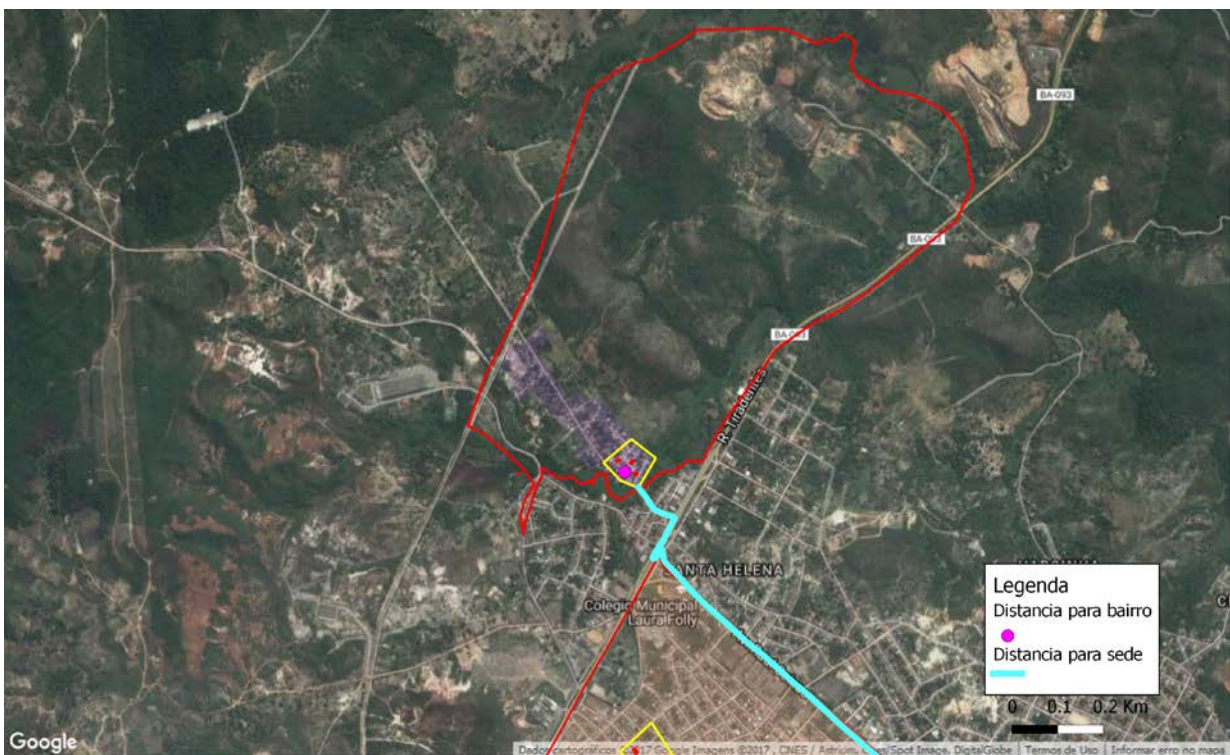
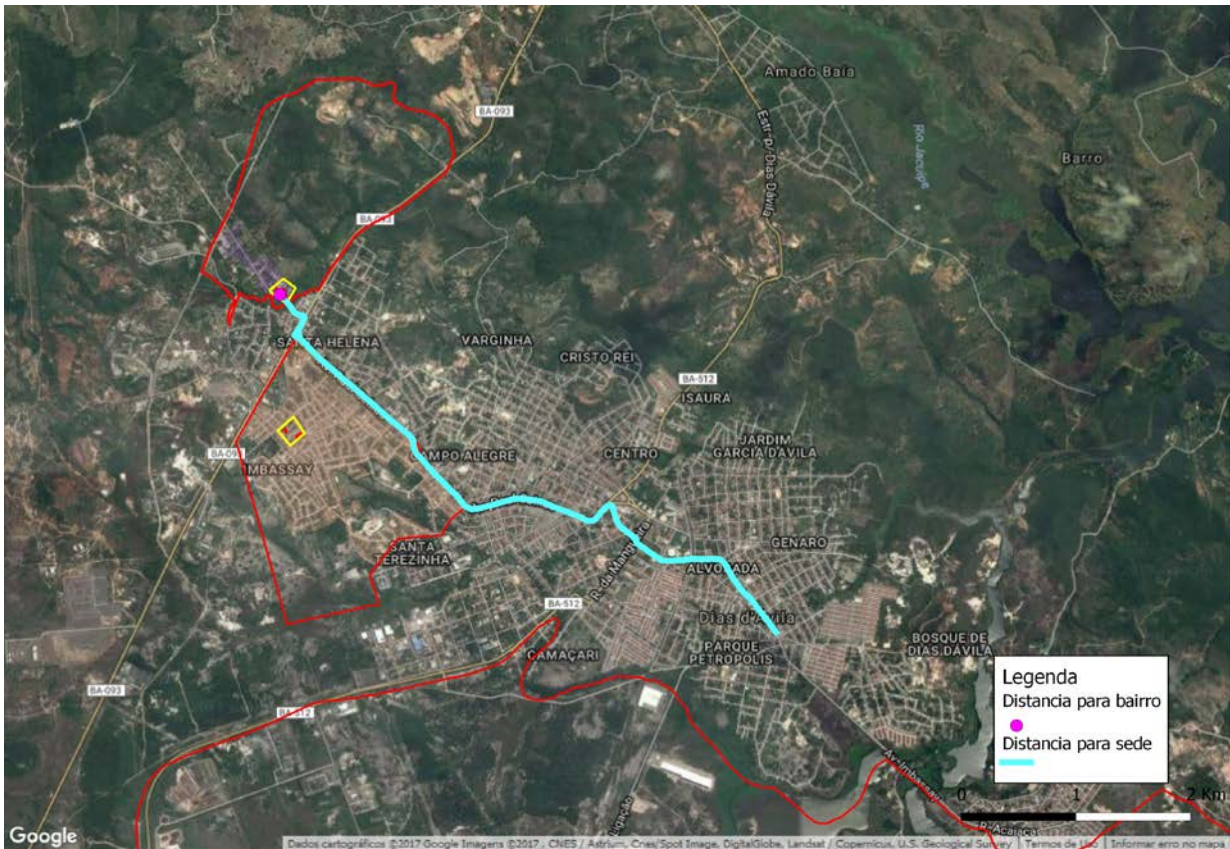
AU 291005705000045

DIAS D'ÁVILA 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 291005705000045

DIAS D'ÁVILA 2000/2010



Imagens: Google Street View, setembro de 2012

BAIRRO 0 km / SEDE 6 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 291005705000045

DIAS D'ÁVILA 2000/2010

Área Urbanizada 2,482 km<sup>2</sup>

Área fronteira de tecido urbano, com pequena área ocupada com a urbanização.

A área apresenta-se como grande descampado, com registro de retirada de material de construção, cascalho e argila.

Baixadas úmidas com vegetação mais densa, mas também antropizada. Registro de áreas de queimadas, olaria, com nítido caminho de escavação da lavra que vai deixando o entorno completamente degradado. Repete-se o mesmo padrão de exploração e devastação.

Área Homogênea 0,143 km<sup>2</sup>

Tecido 2,62 ha



ANÁLISE QUALITATIVA

AU 291005705000045

DIAS D'ÁVILA 2000/2010

Entorno



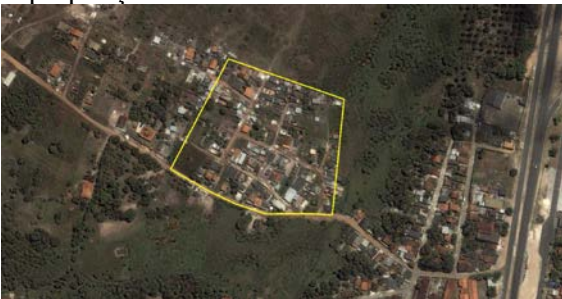
Vizinhança



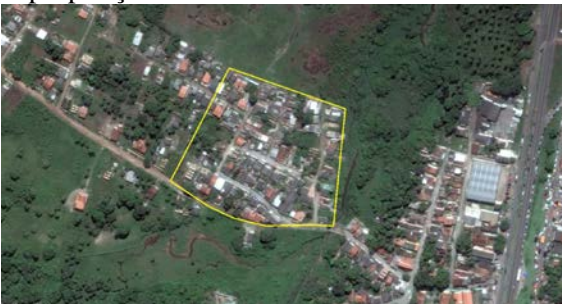
Detalhe



Apropriação 2009



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 291005705000045		DIAS D'ÁVILA 2000/2010			
População: 1305hab	Área Total: 2,482 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,143	GSI-SC	0,06
Densidade Pop. AU-SC 533,04 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 9125,87 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distancia de Centralidades	C. Cidade	6 km	C.Bairro	0 km
	Segregação	Área integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Paralelepípedo	Largura R ext (m)		6
			Largura R int (m)		4
	Praça	distante 1,5 km			
	Esporte	distante 1,5 km			
	Praia	Distância: 33 km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	81%	Poço e Outros	19,0%
	Energia	Sim	92%	Não	8%
	E. Sanitário	septica	82%	precária	2,0%
	Drenagem	conformada pelo pavimento			
	Resíduos sólidos	Coleta	61,00%	Outros	39,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	201*130		Área (m <sup>2</sup> )	26200
	Tecido - Área líquida	201*124		Área (m <sup>2</sup> )	25000
	Tamanho da ilha	irregular		Área (m <sup>2</sup> )	3544
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	112	vazios	5
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	92	140	120	117,33
	A. Construção	37	74	62	57,67
	A. Ocupação	37	74	62	57,66
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,49
	IU= A. Construída/A. do lote				0,49
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,51
	Gabarito	1 pavimento			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				26200
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				23151
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	101,31	Largura (m)	6	608
	Vias internas (m)	610,26	Largura (m)	4	2441
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				3049
	$N = (\text{vias externas}/2 + \text{Vias internas})/\text{A. do Tecido bruta (m}^2/\text{m}^2)$				<b>0,03</b>
	$R = \text{Retail} = \text{A. da ilha}/\text{A. do tecido líquida}$				NA
	$\text{FSI} - \text{Área construída total (Área da gleba líquida x IU do lote ref.)} / \text{Área da gleba bruta (m}^2/\text{m}^2)$		IU do Lote referencial	0,49	<b>0,43</b>
	$\text{GSI} - \text{Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)} / \text{Área da gleba bruta (m}^2/\text{m}^2)$		IO do Lote referencial	0,49	<b>0,43</b>
	$\text{OSR} - \text{Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total)} = (1 - \text{GSI})/\text{FSI}$				<b>1,30</b>
	$\text{H (Altura)} = \text{FSI}/\text{GSI}$				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis $T_x = 1 - \text{GSI}(x) / \text{GSI}(x-1)$	
	0%	11,64%		86,55%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291005705000045		DIAS D'ÁVILA 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 291005705000045	MUNICÍPIO: DIAS D'ÁVILA 2000/2010	
População: 1305	AU-SC: 2,482 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,143 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCILOS</b>			%
V0001	Total Domicílios particulares e coletivos	400	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	400	100,0
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	310	77,5
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	90	22,5
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	324	81,0
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	76	19,0
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	396	99,0
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	326	81,5
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	9	2,3
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	4	1,0
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	246	61,5
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	154	38,5
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			
			3,3
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	138	34,5
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	262	65,5
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	1305	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	667	51,1
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	638	48,9

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291005705000045

DIAS D'ÁVILA 2000/20

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2\_BA.xls)**

FAIXA ETÁRIA			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	237	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	108	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	299	
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	23	

**FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11\_BA.xls)**

V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	184	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	126	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	297	
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	31	

**FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12\_BA.xls)**

RENDA			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	296	74,0
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	37	9,3
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	2	0,5
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	1	0,3
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	64	16,0

**FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda\_BA.xls)**

IMAGENS STREET VIEW

AU 291005705000045

DIAS D'ÁVILA 2000/2010



Imagens: Google Street View, setembro de 2012

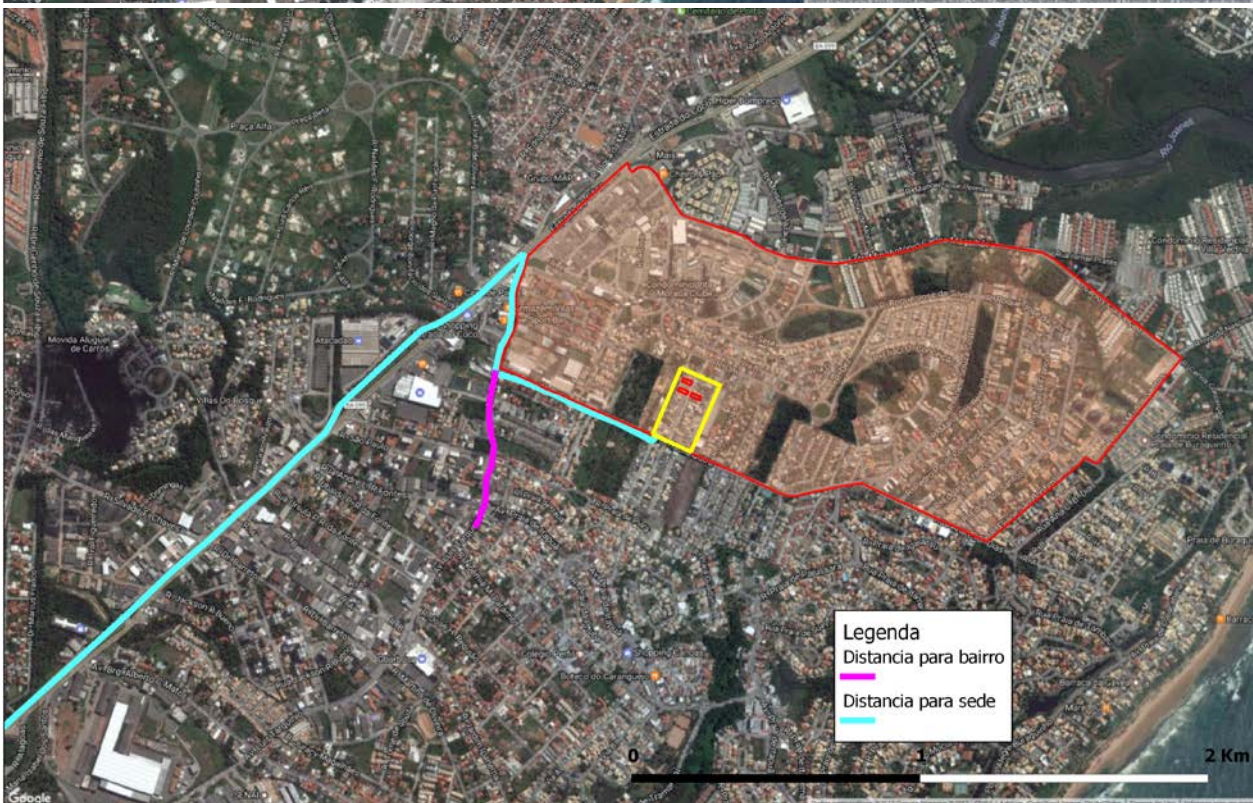
PLANILHAS  
AU 291920705000057

LAURO DE FREITAS 1991/2000

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 291920705000057

LAURO DE FREITAS 1991/2000



BAIRRO a 0,5 km /SEDE a 6,5 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 291920705000057

LAURO DE FREITAS 1991/2000

Área Urbanizada 1,663 km<sup>2</sup>Área Homegênea 1,494 km<sup>2</sup>

Tecido 3,67 ha



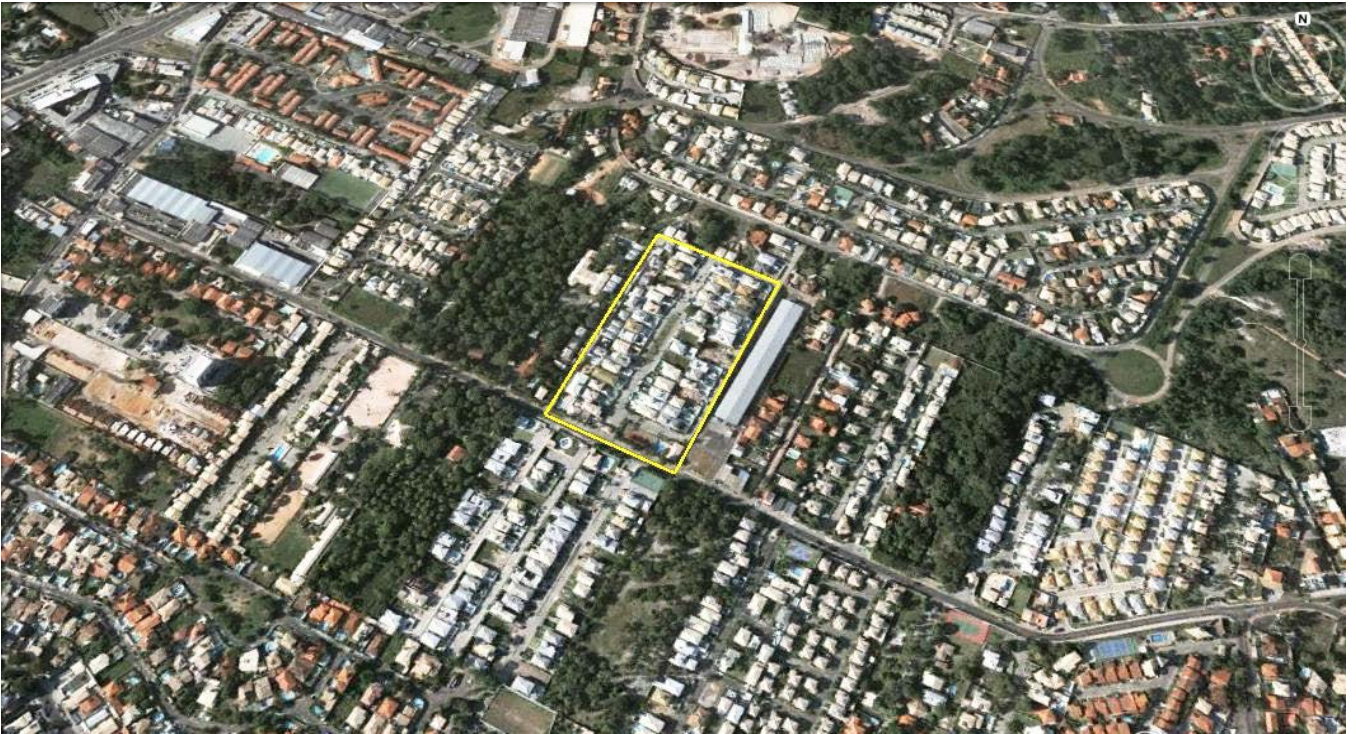
Ocupação tipo condomínio fechado, situado na Avenida Priscila Dutra, Lauro de Freitas. A área, completamente inserida na urbanização de Lauro de Freitas, passou por um processo de densificação da urbanização de Vilas do Atlântico e imediações com o reparcelamento de glebas de 1 há. Com base nos registros datados de 2014, apenas restam 4 glebas remanescentes. Usos diversificados concorrem no espaço como o depósito de bebidas da Skinkariol, mas a predominância do uso é residencial e considerando o processo de densificação em curso brevemente não restarão glebas a ocupar.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 291920705000057

LAURO DE FREITAS 1991/2000

Entorno



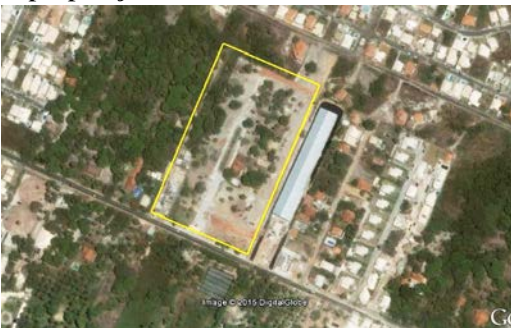
Vizinhança



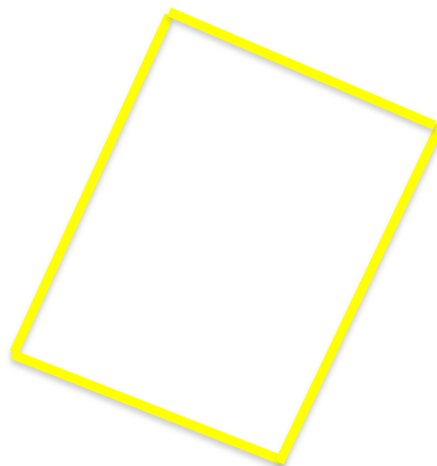
Detalhe



Apropriação 2002



Apropriação 2014





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 291920705000057		LAURO DE FREITAS 1991/2000			
População:1184 hab	AU-SC: 1,663 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	1,494	GSI-SC	0,90
Densidade Pop.AU-SC 711,96 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop.AOH-SC hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	3,1 km	C.Bairro	0,55 km
	Segregação	Condominio fechado integrado ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	64%	Pluridomiciliar	36%
	Pavimentação	Asfalto / e sem pavimento	Largura R ext (m)		10
			Largura R int (m)		12
	Praça	não			
	Esporte	não			
Praia	Distância: 9,0km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	99%	Poço e Outros	
	Energia	Sim	100%	Não	
	E. Sanitário	septica	96%	precária	4,0%
	Drenagem				
	Resíduos sólidos	Coleta	97,00%	Outros	0,30%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	149*246		Área (m <sup>2</sup> )	36700
	Tecido - Área líquida			Área (m <sup>2</sup> )	30340
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	12380
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	63	vazios	1
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	410	377	437	408
	A. Construção	292	588	634	504,67
	A. Ocupação	146	294	317	252,33
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,62
	IU= A. Construída/A. do lote				1,24
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,38
	Gabarito	2 pavimentos			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				36700
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				29168
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	358,18	Largura (m)	10	3582
	Vias internas (m)	329,22	Largura (m)	12	3951
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				7532
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,02</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	1,24	<b>0,98</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,62	<b>0,49</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,52</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	20,52%		-82,77%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291920705000057		LAURO DE FREITAS 1991/2000	
Identificação da Área:	AU 291920705000057	MUNICÍPIO: VERA CRUZ 1991/2000	
População: 1184	AU-SC: 1,663 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,494 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios_BA.xls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V0001	Domicílios (domicílios particulares e unidades em domicílios coletivos)	334	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V0006	Domicílios particulares permanentes do tipo casa	330	98,8
V0007	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
V0008	Domicílios particulares permanentes do tipo cômodo	4	1,2
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V0009/V0010	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	240	71,9
V0011 a V0014	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	94	28,1
<b>ÁGUA</b>			
V0018	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	307	91,9
V0021/V0025	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço, nascente na propriedade ou outra forma.	27	8,1
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V0029	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	332	99,4
V0030/V0031	Domicílios particulares permanentes conectados à rede de esgoto ou fossa séptica	321	96,1
V0032/V0035	Domicílios particulares permanentes com condições precárias de esgotamento	11	3,3
V0036	Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário	2	0,6
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V0048	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	324	97,0
V0051/V005	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	1	0,3
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>NÃO DISPONÍVEL</b>			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			3,5
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V0088 a V0093	Domicílios particulares permanentes com <b>HOMEM</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com homem responsável e sem outro morador"	256	76,6
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V0101 a V0106	Domicílios particulares permanentes com <b>MULHER</b> responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com mulher responsável e sem outro morador"	78	23,4
<b>FONTE: Arquivo de moradores (planilha Morador_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V0237	Moradores (ou população residente no setor)	1184	
V0292	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	586	49,5
V0347	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	598	50,5

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291920705000057

LAURO DE FREITAS 1991/2000

<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2_BA.xls)</b>				
<b>FAIXA ETÁRIA</b>				
V1482 a V1496	Homens 0-14 anos		174	
V1497 a V1506	Homens 15-24 anos		98	
V1507 a V1546	Homens 25-64 anos		294	
V1547 a V1582	Homens 65 anos ou mais		20	
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa3_BA.xls)</b>				
V1617 a V1631	Mulheres 0-14 anos		159	
V1632 a V1641	Mulheres 15-24 anos		111	
V1642 a V1681	Mulheres 25-64 anos		307	
V1682 a V1717	Mulheres 65 anos ou mais		21	
<b>FONTE: Arquivo de responsável pelo domicílio particular permanente (planilha Responsável1_BA.xls)</b>				
<b>RENDA</b>				
V0602/V0603	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo		24	7,2
V0604/V0605	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 3 salários mínimos		28	8,4
V0606	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos		18	5,4
V0607 a V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior que 5 salários mínimos		246	73,7
V0611	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal		11	3,3

Salário mínimo em Julho de 2000 = R\$ 151,00

IMAGENS STREET VIEW

AU 291920705000057

LAURO DE FREITAS 1991/2000



PLANILHAS

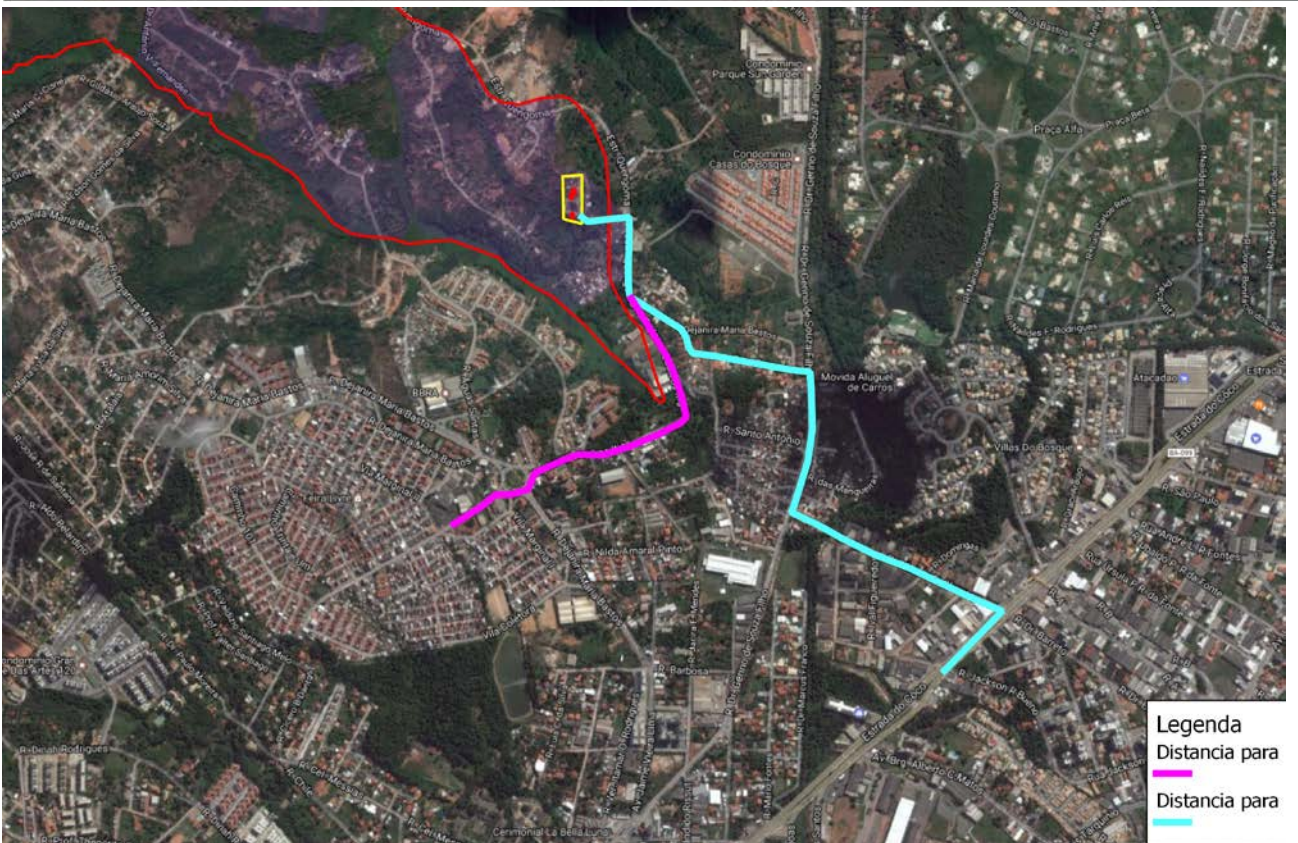
AU 291920705000148

LAURO DE FREITAS 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 291920705000148

LAURO DE FREITAS 2000/2010



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012

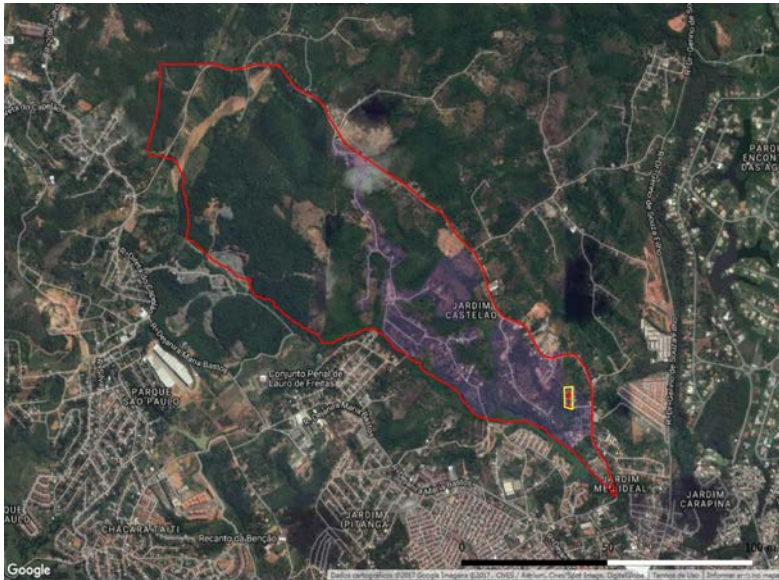
BAIRRO 0,75 km / SEDE 3,4 km

ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 291920705000148

LAURO DE FREITAS 2000/2010

Área Urbanizada 3,023 Km<sup>2</sup>



Área bem acidentada, próxima ao vale do rio Joanes, situada do lado interno da estrada do Coco – BA 099. Apresenta densos remanescentes, bem preservados, de Floresta Ombrófila com vegetação em estágio secundário de regeneração. Percebe-se a exploração seletiva de exemplares de maior porte. Ainda, apresenta baixada úmida, coberta por macrófitas, que sinalizam provável poluição por esgoto doméstico. Área ocupada por chácaras e pequena área de urbanização mais densa isolada.

Área Homogênea : 0,7707 Km<sup>2</sup>



Tecido 1,042 ha

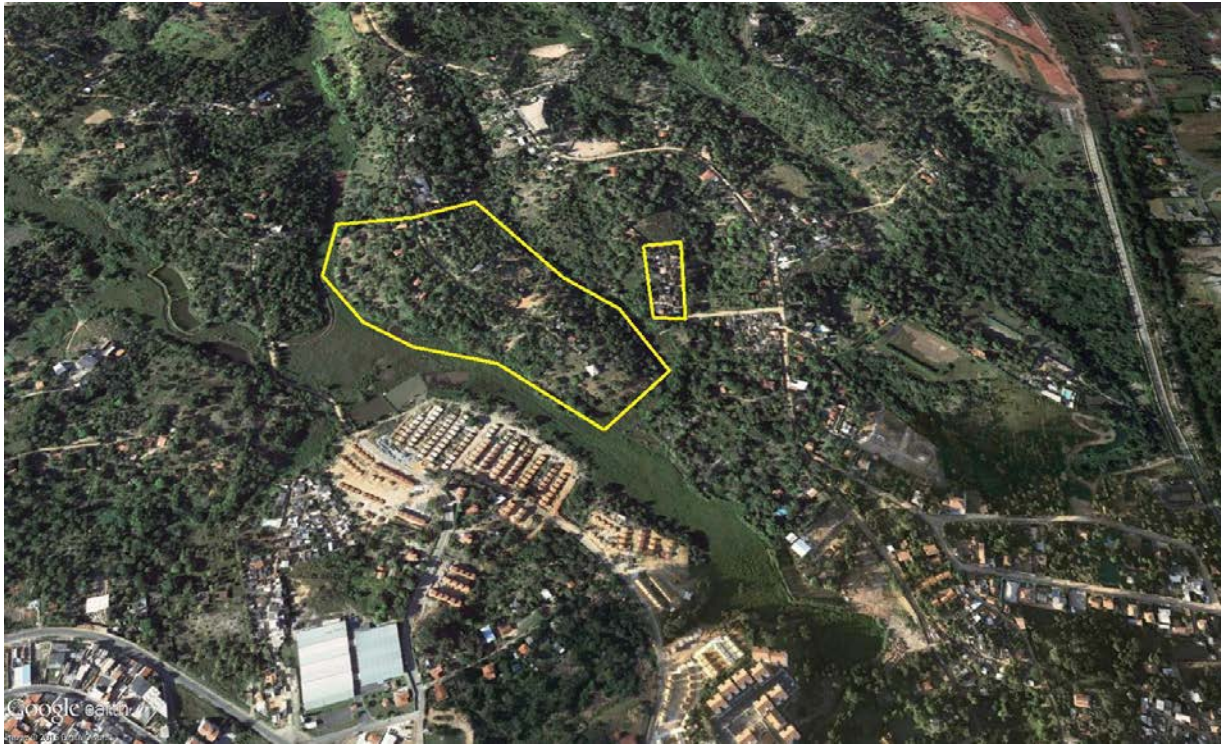


ANÁLISE QUALITATIVA

AU 291920705000148

LAURO DE FREITAS 2000/2010

Entorno



Vizinhança



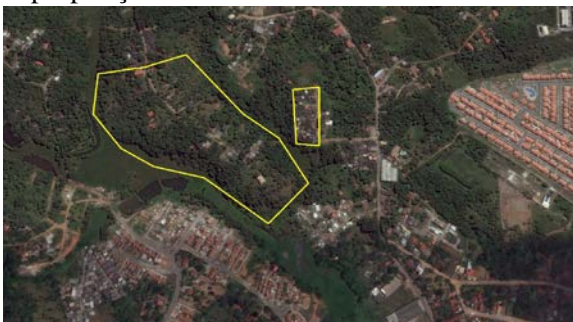
Detalhe



Apropriação 2009



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 291920705000148		LAURO DE FREITAS 2000/2010			
População: 567 hab	AU -SC: 3,023 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,7707	GSI-SC	0,25
Densidade Pop. AUH-SC 187,56 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 735,69 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distancia de Centralidades	C. Cidade	3,4 km	C.Bairro	0,75 km
	Segregação	Área pouco integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Não	Largura R ext (m)		6
			Largura R int (m)		4,5
	Praça	Não			
	Esporte	Não			
Praia	Distância: 6,1 km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	62%	Poço e Outros	38,0%
	Energia	Sim	97%	Não	3%
	E. Sanitário	septica	0%	precária	73,0%
	Drenagem	Não há sistema de drenagem			
	Resíduos sólidos	Coleta	79,00%	Outros	21,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta			Área (m <sup>2</sup> )	10420
	Tecido - Área líquida			Área (m <sup>2</sup> )	9851
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	2019
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	48	vazios	2
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	149	93	105	115,67
	A. Construção	87	50,4	60	65,8
	A. Ocupação	87	50,4	60	65,8
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,569
	IU= A. Construída/A. do lote				0,569
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,431
	Gabarito	Não foi possível identificar - Adotado 1 pav.			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				10420
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				9352
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	85,6	Largura (m)	6	514
	Vias internas (m)	123,26	Largura (m)	4,5	555
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				1068
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,02</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,57	<b>0,51</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,57	<b>0,51</b>
	<b>OSR - Spaciousness</b> (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,96</b>
	<b>H (Altura) = FSI/GSI</b>				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
0%	10,25%		50,06%		

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291920705000148		LAURO DE FREITAS 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 291920705000148	MUNICÍPIO: LAURO DE FREITAS 2000/2010	
População: 567	AU-SC: 3,023 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,7707 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V001	Total Domicílios particulares e coletivos	173	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	173	100,0
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	140	80,9
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	33	19,1
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	107	61,8
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	66	38,2
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	133	76,9
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	0	0,0
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	127	73,4
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	40	23,1
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	136	78,6
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	37	21,4
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica	168	
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			3,3
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	95	54,9
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	78	45,1
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	567	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	304	53,6
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	263	46,4

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291920705000148

LAURO DE FREITAS 2000/20

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2\_BA.xls)**

FAIXA ETÁRIA			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	103	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	54	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	132	
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	15	

**FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11\_BA.xls)**

V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	92	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	43	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	123	
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	5	

**FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12\_BA.xls)**

RENDA			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	146	84,4
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	10	5,8
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	3	1,7
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	1	0,6
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	13	7,5

**FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda\_BA.xls)**

IMAGENS STREET VIEW

AU 291920705000148

LAURO DE FREITAS 2000/2010



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012

PLANILHAS

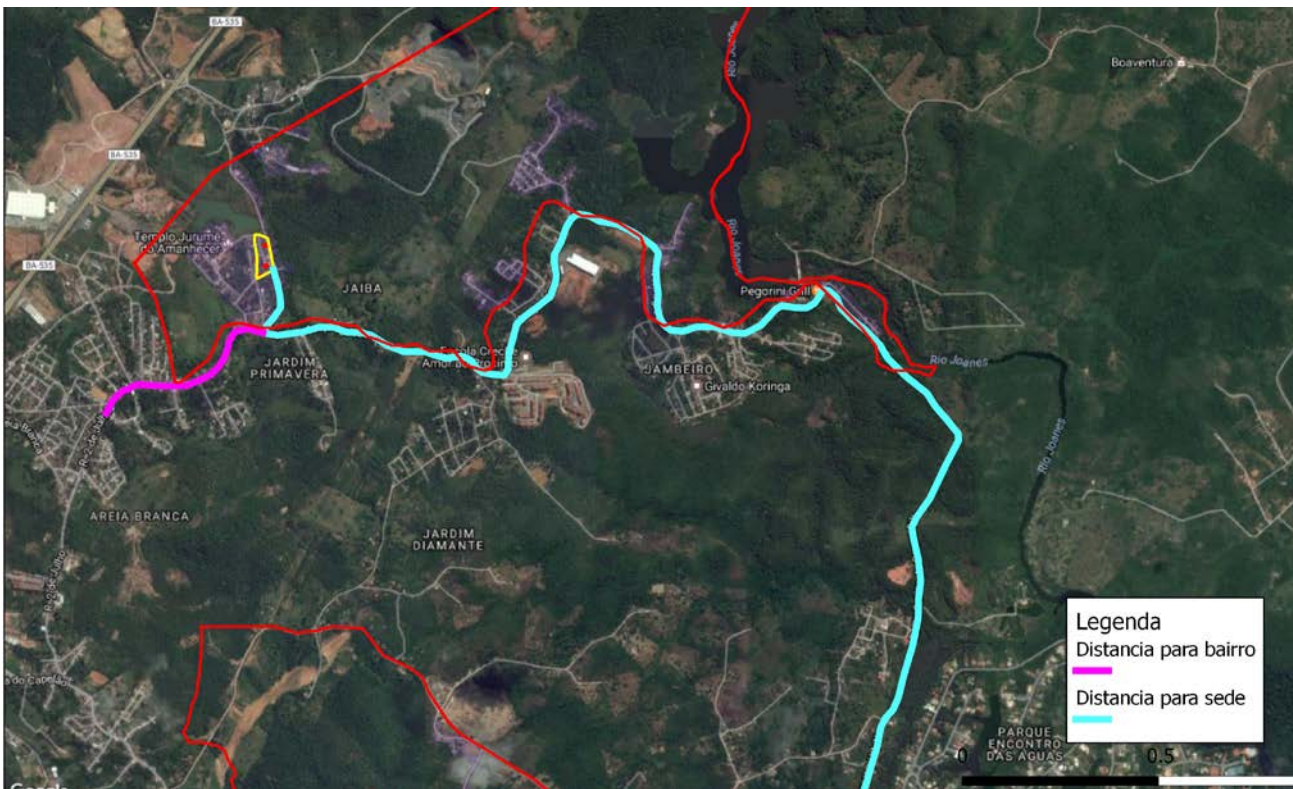
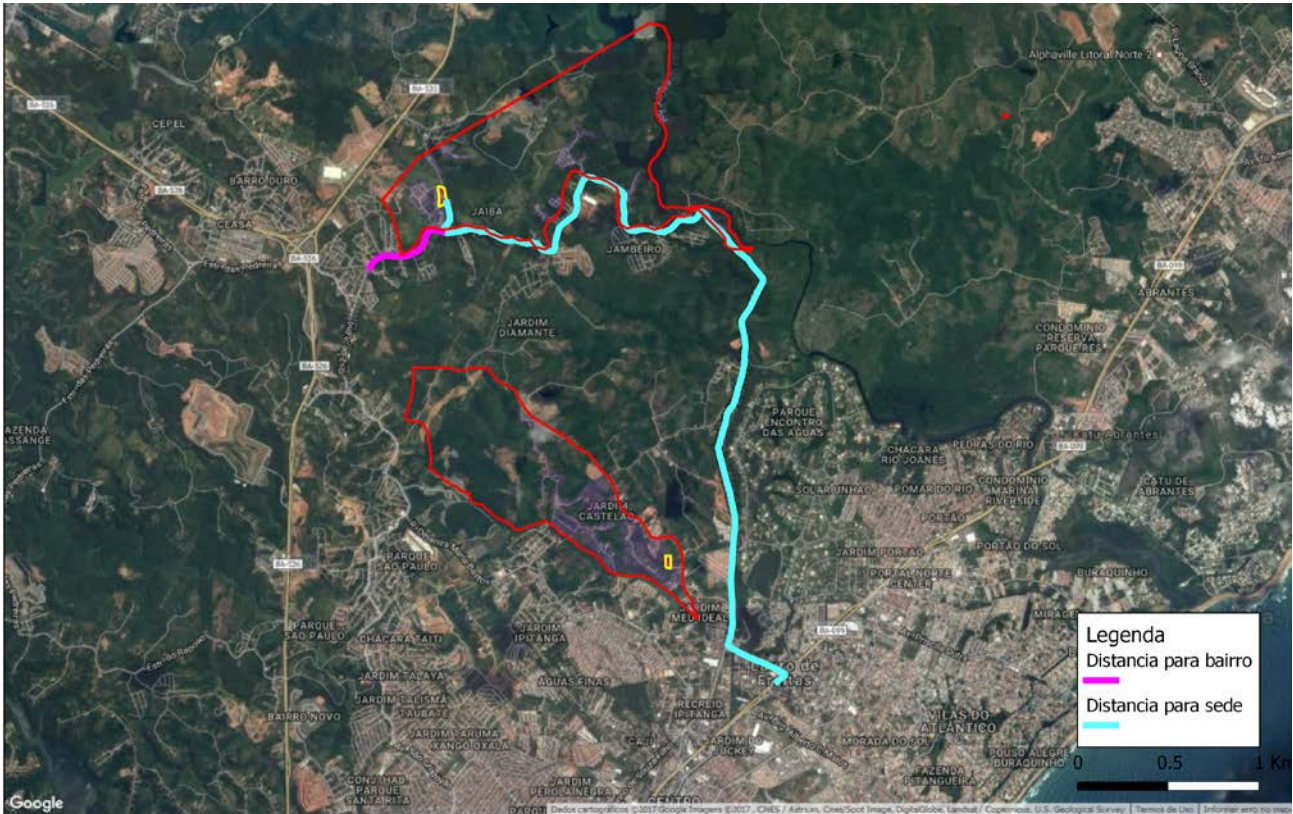
AU 291920705000152

LAURO DE FREITAS 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 291920705000152

LAURO DE FREITAS 2000/2010

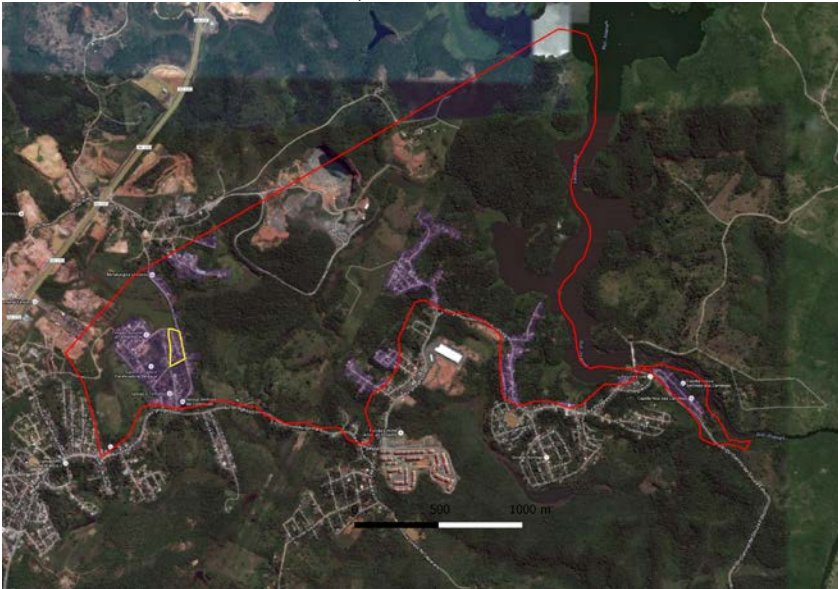


Imagens: Google Street View, janeiro de 2012  
 BAIRRO 1 km / SEDE 15 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 291920705000152

LAURO DE FREITAS 2000/2010

Área Urbanizada 4,080 km<sup>2</sup>

Área situada às margens do Rio Joanes, entre este e a BA 526. Apresenta conjunto de áreas isoladas acessadas através do sistema viário, Avenida Progresso, formando um colar de pequenas urbanizações, parte no entorno de grande represa que vai desde o rio Joanes até a Via Parafuso o que enquadra esta ocupação como inadequada. Área problemática, com fragmentos, grandes, expressivos, e as ocupações urbanas configuram pressão crescente sobre estes fragmentos de mata e sobre a APP - área de preservação permanente relativa à represa. Nas imediações pode-se reconhecer o contorno viário de Lauro de Freitas, em execução, com enorme degradação em função do canteiro de obras e da extração de material, cuja regeneração deve estar estabelecida em PRAD (Plano de Recuperação de Área

Área Homogênea 0,395 km<sup>2</sup>

Tecido 1,36 ha



ANÁLISE QUALITATIVA

AU 291920705000152

LAURO DE FREITAS 2000/2010

Entorno



Vizinhança



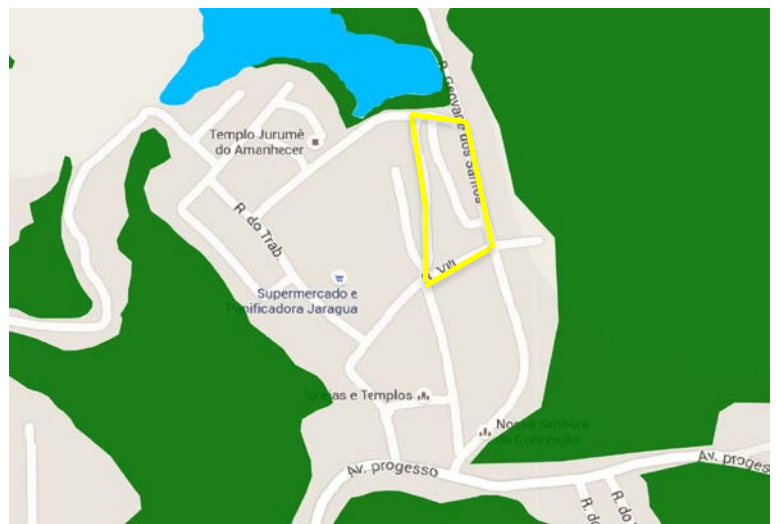
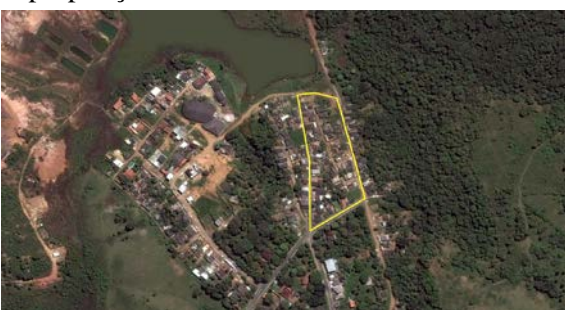
Detalhe



Apropriação 2003



Apropriação 2014





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 291920705000152		LAURO DE FREITAS 2000/2010			
População: 1475 hab	AU-SC: 4,080 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,395	GSI-SC	0,10
Densidade Pop. AU-SC 361,51 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 3734,17 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	15 km	C.Bairro	1 km
	Segregação	Área pouco integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Não	Largura R ext (m)		7
			Largura R int (m)		6
	Praça	Não			
	Esporte	Não			
	Praia	Distância: 14,7km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	98%	Poço e Outros	2,0%
	Energia	Sim	99%	Não	1%
	E. Sanitário	septica	2%	precária	91,0%
	Drenagem	Não			
	Resíduos sólidos	Coleta	93,00%	Outros	7,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área agregada (gross)			Área (m <sup>2</sup> )	13600
	Tecido - Área agregada (net)			Área (m <sup>2</sup> )	12380
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	5610
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	50	vazios	10
	Vazios Urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	198,66	114	186,97	166,54
	A. Construção	65	49,53	90,7	68,41
	A. Ocupação	65	49,53	90,7	68,41
	IO= m <sup>2</sup> A. Ocupada/m <sup>2</sup> Lote				0,41
	IU= m <sup>2</sup> /A.Const./m <sup>2</sup> lote				0,41
	IP= Á.permeavel/m <sup>2</sup> lote				0,59
	Gabarito	1 pavimento			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				13600
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				10633
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	271,37	Largura (m)	7	1900
	Vias internas (m)	177,93	Largura (m)	6	1068
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				2967
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,03</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,41	<b>0,32</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,41	<b>0,32</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>2,12</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	21,82%		69,85%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291920705000152		LAURO DE FREITAS 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 291920705000152	MUNICÍPIO: LAURO DE FREITAS 2000/2010	
População: 1475	AU-SC: 4,080 Km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,395 Km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicílios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V001	Total Domicílios particulares e coletivos	426	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	425	99,8
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	371	87,1
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	55	12,9
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	420	98,6
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	6	1,4
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	408	95,8
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	9	2,1
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	385	90,4
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	18	4,2
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	396	93,2
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	30	7,1
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			3,5
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	188	44,1
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	238	55,9
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	1475	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	718	48,7
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	757	51,3

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 291920705000152

LAURO DE FREITAS 2000/2010

**FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2\_BA.xls)**

FAIXA ETÁRIA			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	219	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	126	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	351	
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	22	

**FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11\_BA.xls)**

V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	237	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	140	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	339	
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	41	

**FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12\_BA.xls)**

RENDA			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	324	76,1
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	32	7,5
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	2	0,5
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	0	0,0
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	68	16,0

**FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda\_BA.xls)**

IMAGENS STREET VIEW

AU 291920705000152

LAURO DE FREITAS 2000/2010



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012

PLANILHAS

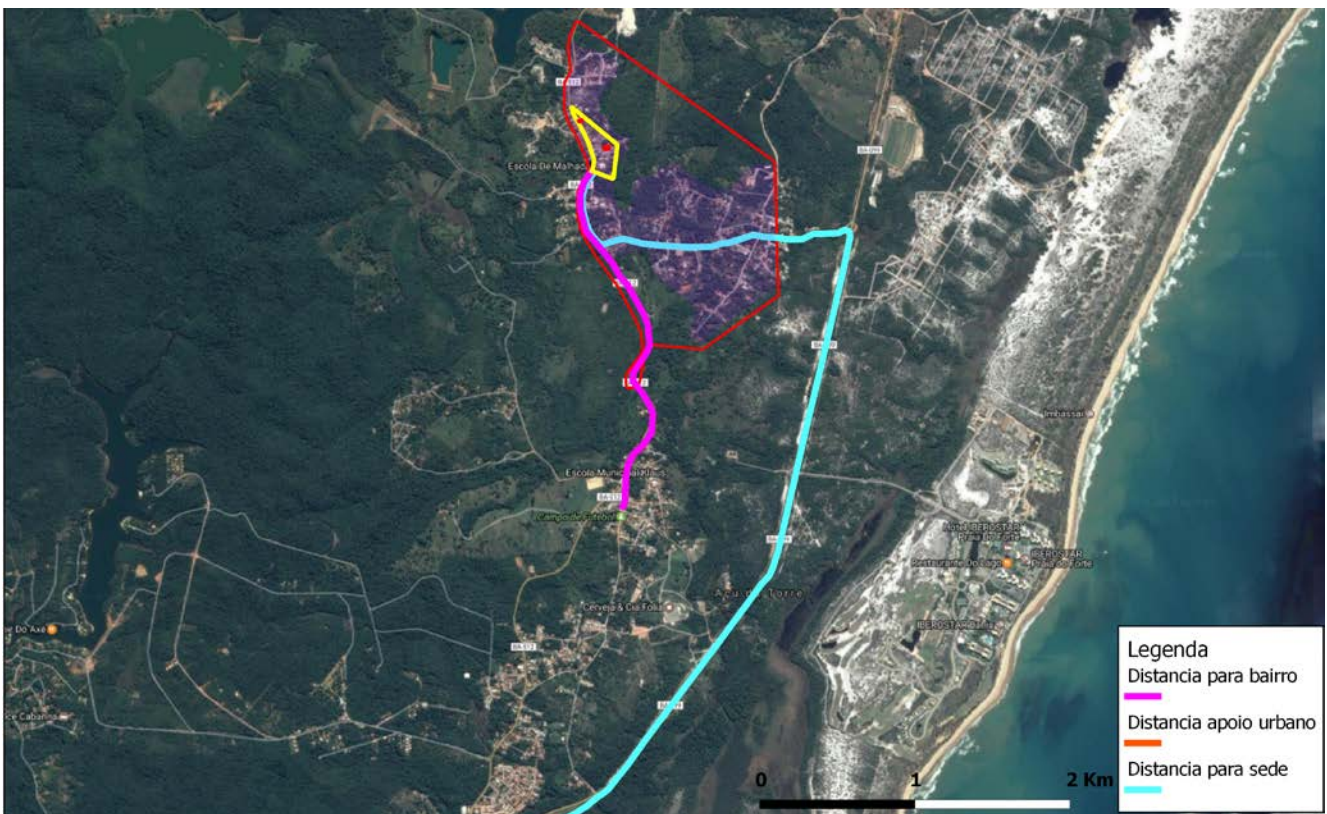
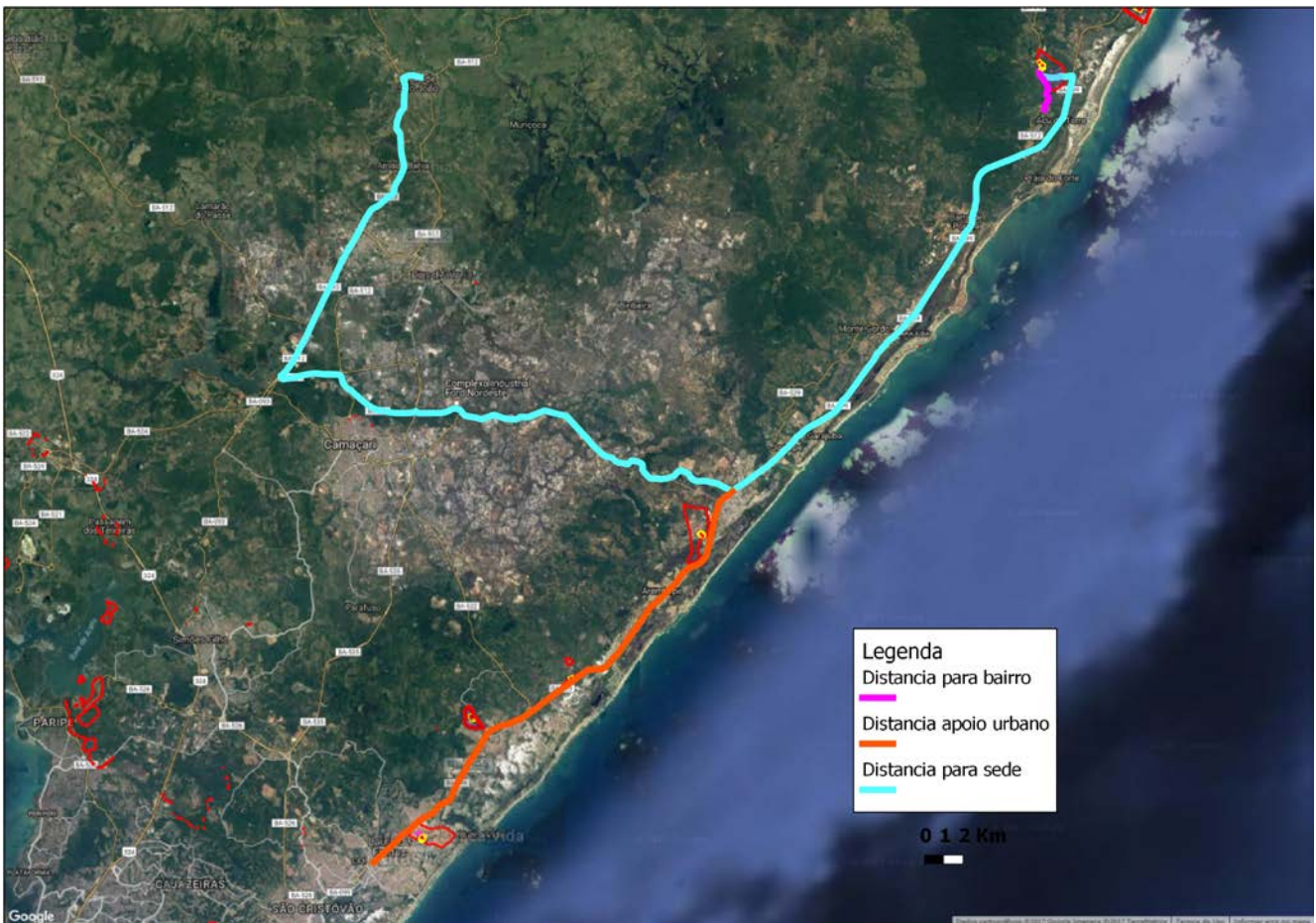
AU 292100510000002

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 29210051000002

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010



BAIRRO a 4km / SEDE a 59,5 km / APOIO URBANO a 51,2 km

ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 292100510000002

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

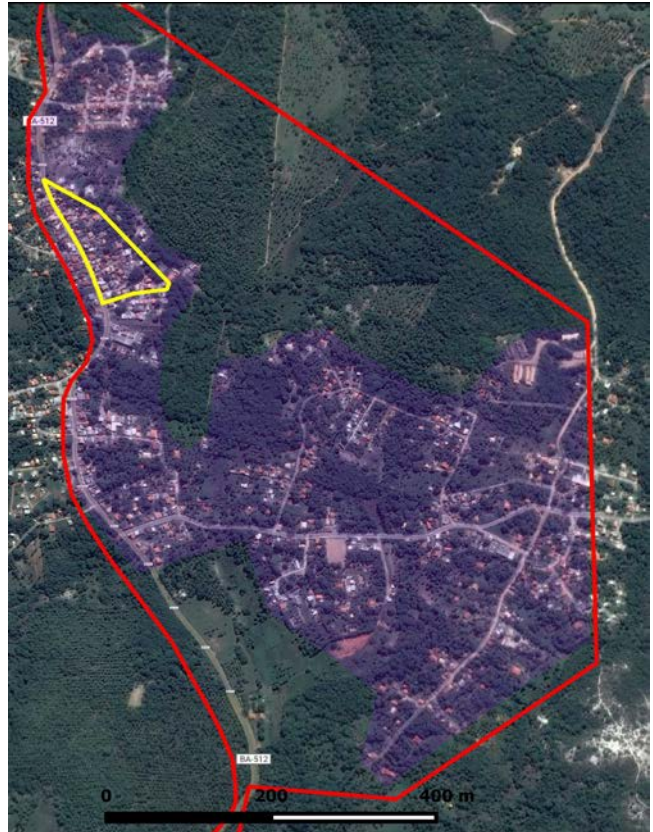
Área Urbanizada

1,824 km<sup>2</sup>



Área Homogênea

1,138 km<sup>2</sup>



Tecido 3,30ha



A área isolada, mas compõe grande vila que se estrutura ao longo da BA 512, estrada que divide a formação barreiras e a restinga. Em lado correspondente da BA 099 encontra-se a vila de Imbassai que decorre do turismo com grandes complexos hoteleiros e conjunto de pequenas pousadas.

Observa-se fragmentos de mata, Floresta Ombrófila densa, plantação de coco, restinga em transição para mata, restinga arbustiva, área desnuda antropizada, reservatório artificial.

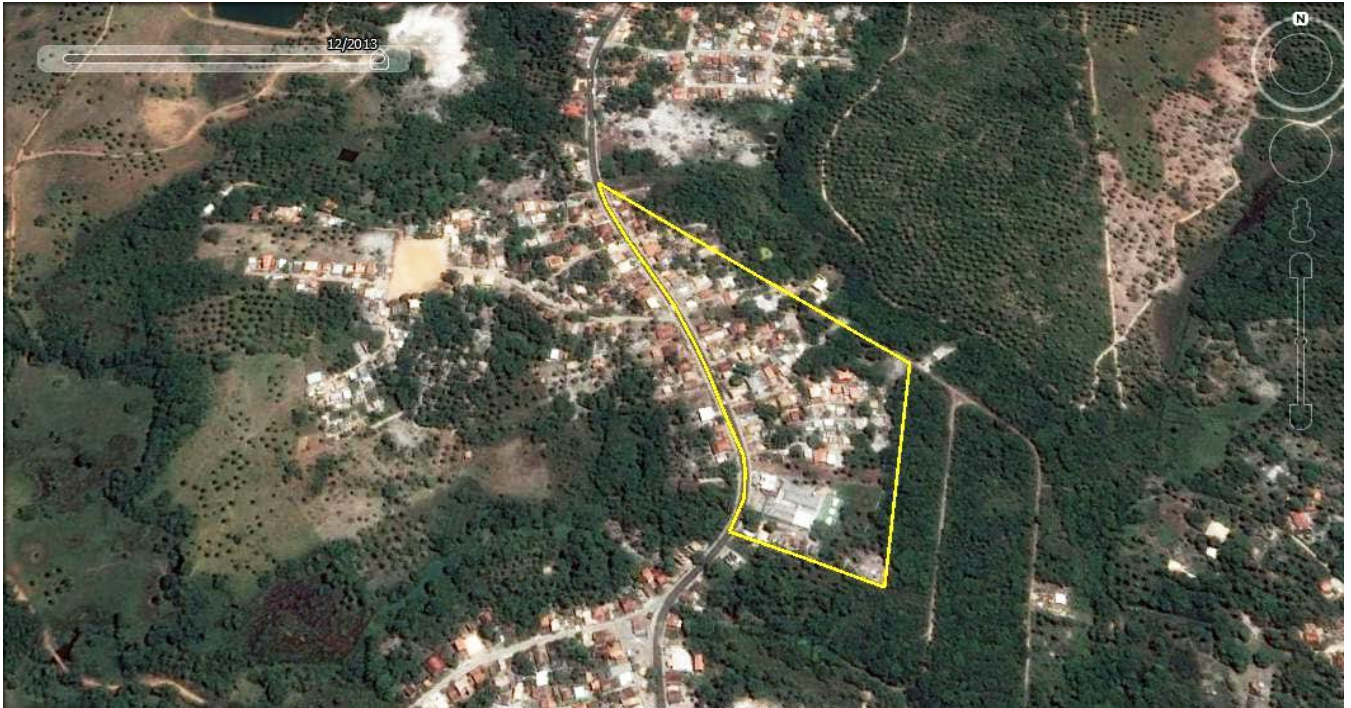
Na vizinhança pasto degradado com duas represas, com coloração diferente, sinalizando acúmulo de água de chuva ou rio perene ou tem substratos diferentes. Área bastante urbanizada, de baixa densidade, e extenso plantio de coco.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 292100510000002

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

Entorno



Vizinhança



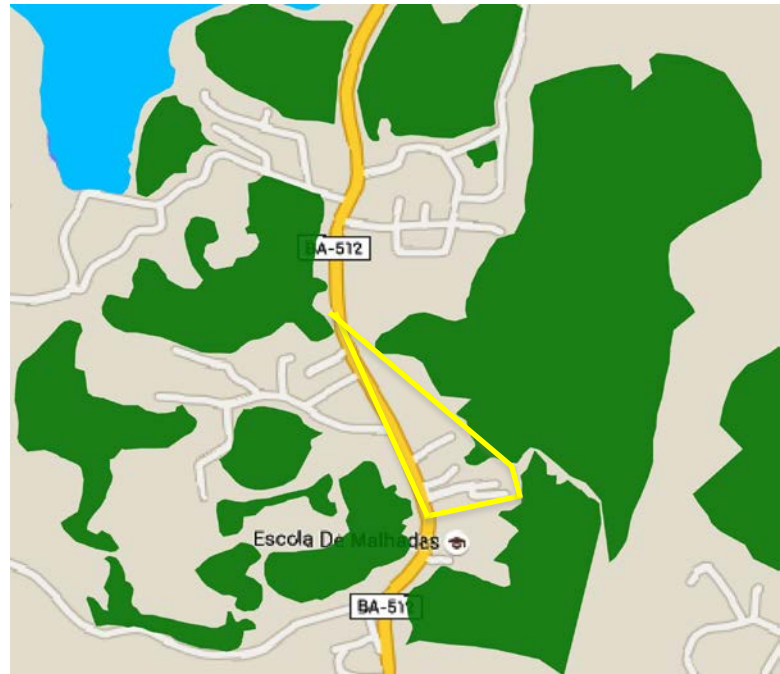
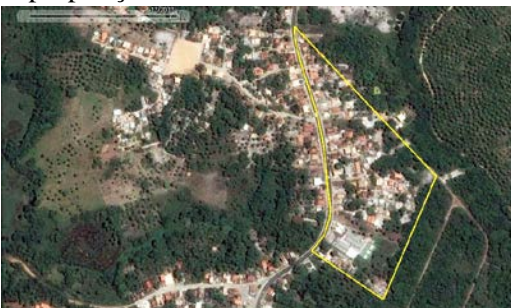
Detalhe



Apropriação 2005



Apropriação 2013





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 292100510000002		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010			
População: 1514hab	AU -SC: 1,824 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	1,138	GSI-SC	0,62
Densidade Pop. AU-SC 830,04 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 1039,45 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	59,5 Km	C.Bairro	4,0 km
	Segregação	Área integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Asfalto e paralelepípedo	Largura R ext (m)		7,5
			Largura R int (m)		5
	Praça	Não			
	Esporte	Não			
Praia	Distância: 5,4km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	92%	Poço e Outros	8,0%
	Energia	Sim	99%	Não	1%
	E. Sanitário	septica	1%	precária	97,8%
	Drenagem	via asfaltada			
	Resíduos sólidos	Coleta	94,00%	Outros	6,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área agregada (gross)	76*170		Área (m <sup>2</sup> )	33000
	Tecido - Área agregada (net)	60*154		Área (m <sup>2</sup> )	30200
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	6653
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	60	vazios	5
	Vazios Urbanos	18 x 40		720	
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	273	273	326	290,67
	A. Construção	140,4	172,9	135,2	149,5
	A. Ocupação	108	133	104	114
	IO= m <sup>2</sup> A. Ocupada/m <sup>2</sup> Lote				0,39
	IU= m <sup>2</sup> /A.Const./m <sup>2</sup> lote				0,51
	IP= Á.permeavel/m <sup>2</sup> lote				0,61
	Gabarito	1 e 2 pavimentos 30% (x1,3)			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				33000
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				30158
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	247,13	Largura (m)	7,5	1853
	Vias internas (m)	197,73	Largura (m)	5	989
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				2842
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,01</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,51	<b>0,47</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,39	<b>0,36</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>1,36</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
0%	8,61%		-74,07%		

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 292100510000002		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 291005705000045	MUNICÍPIO: MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
População: 1514 hab	AU-SC: 1,824 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 1,138 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V0001	Total Domicílios particulares e coletivos	448	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	448	100,0
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	389	86,8
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	59	13,2
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	412	92,0
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	36	8,0
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	444	99,1
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	6	1,3
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	438	97,8
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	4	0,9
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	421	94,0
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	27	6,0
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049			
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			
			3,4
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	225	50,2
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	193	43,1
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	1514	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	755	49,9
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	773	51,1

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 292100510000002		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	225	29,8
V049 a V058	Homens 15-24 anos	160	21,2
V059 a V098	Homens 25-64 anos	345	45,7
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	25	3,3
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	218	28,2
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	167	21,6
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	355	45,9
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	33	4,3
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	301	67,2
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	83	18,5
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	6	1,3
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	4	0,9
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	54	12,1
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS STREET VIEW

AU 292100510000002

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010



PLANILHAS

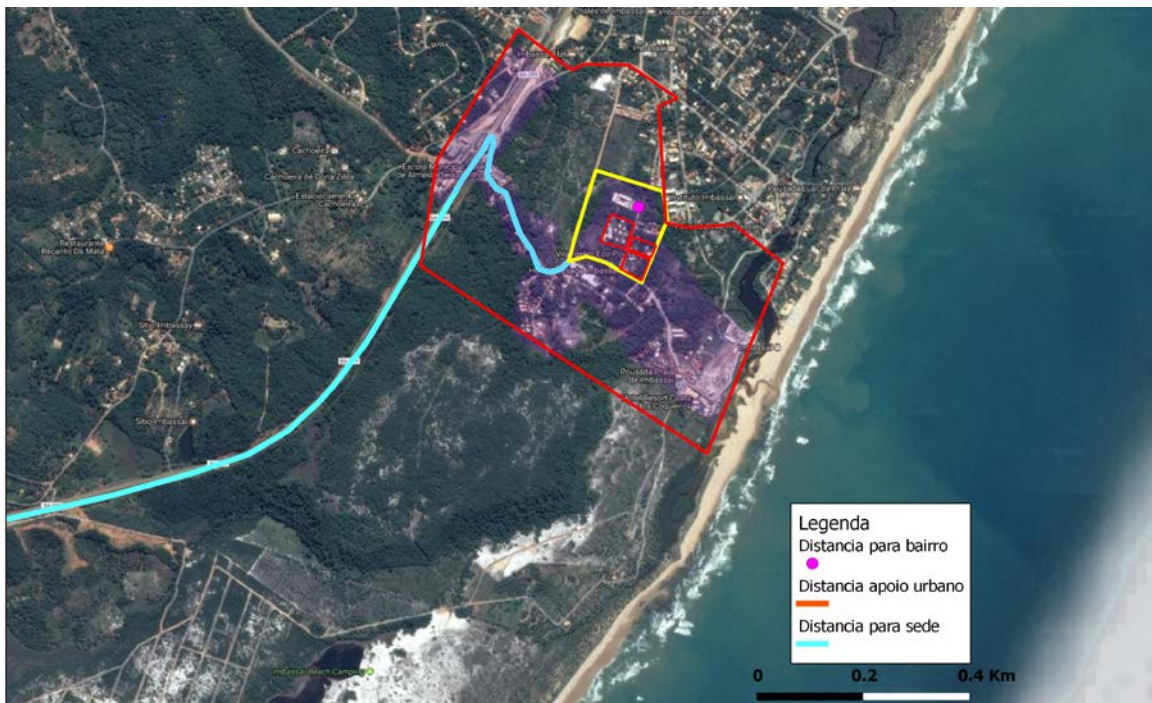
AU 292100510000008

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 292100510000008

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010



BAIRRO a 0 km / SEDE a 67,3 km /APOIO URBANO a 56,55 km

ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 292100510000008

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

Área Urbanizada 1,138 km<sup>2</sup>

Área Homogênea 0,627 km<sup>2</sup>



Tecido 6,6 ha



Localizada no Centro Turístico Forte-Sauipe, na foz do rio Imbassaí, tem ocupação turística, área urbana com muitos vazios, que chega até a praia. Zona de restinga antropizada com plantação de coqueiro, urbanização, mangue e praia. Perto das áreas úmidas encontra-se restinga arbustiva e algo de arbórea. Ao longo dos braços do rio baixada úmida, de água doce e lagoa intermitente.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 2921005

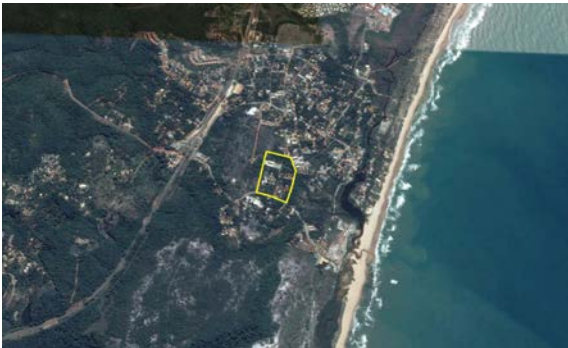
MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

Entorno



Google Earth  
Vizinhança

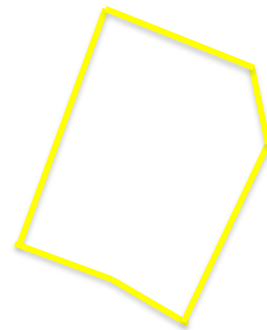
Detalhe



Apropriação 2005



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 292100510000008		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010			
População: 214hab	AU-SCI: 1,138 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,627	GSI-SC	0,55
Densidade Pop. AU-SC 188,04 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 341,30 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	59,5 km	C.Bairro	4,0 km
	Segregação	Área integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Asfalto e paralelepípedo	Largura R ext (m)		7,5
			Largura R int (m)		5
	Praça	Não			
	Esporte	Não			
	Praia	Distância: 5,4km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	92%	Poço e Outros	8,0%
	Energia	Sim	99%	Não	1%
	E. Sanitário	septica	1%	Solução precária	97,8%
	Drenagem	asfaltada			
	Resíduos sólidos	Coleta	94,00%	Outros	6,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	261*253		Área (m <sup>2</sup> )	66000
	Tecido - Área líquida	250*256		Área (m <sup>2</sup> )	64200
	Tamanho da ilha	253*67		Área (m <sup>2</sup> )	16951,0
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	7	vazios	8
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	3690,5	4702	4862	4418,17
	A. Construção	2.670	1482	2.301	2.151
	A. Ocupação	1.335	741	1.151	1.076
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,24
	IU= A. Construída/A. do lote				0,49
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,76
	Gabarito				
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				66000
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				62293
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				16951,0
	Vias externas/2 (m)	280,4	Largura (m)	7,5	2103
	Vias internas (m)	320,86	Largura (m)	5	1604
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				3707
	<b>N</b> = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,01</b>
	<b>R</b> = Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				0,27
	<b>FSI</b> - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,49	<b>0,46</b>
	<b>GSI</b> - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,24	<b>0,23</b>
	<b>OSR - Spaciousness</b> (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>1,68</b>
	<b>H (Altura)</b> = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	5,62%		-139,81%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 292100510000008		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 292100510000008	MUNICÍPIO: MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
População: 214 hab	AU-SC: 1,138 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,627 km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V001	Total Domicílios particulares e coletivos	73	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	70	95,9
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	56	76,7
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	16	21,9
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	66	90,4
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	6	8,2
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	72	98,6
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	10	13,7
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	62	84,9
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	0	0,0
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	72	102,9
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	0	0,0
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049		72	98,6
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			2,9
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	35	47,9
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	37	50,7
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	214	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	93	43,5
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	124	57,9

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 292100510000008		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	22	23,7
V049 a V058	Homens 15-24 anos	13	14,0
V059 a V098	Homens 25-64 anos	53	57,0
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	5	5,4
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	34	27,4
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	25	20,2
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	59	47,6
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	6	4,8
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	41	56,2
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	9	12,3
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	1	1,4
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	4	5,5
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	17	23,3
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicilioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS STREET VIEW

AU 292100510000008

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010



PLANILHAS

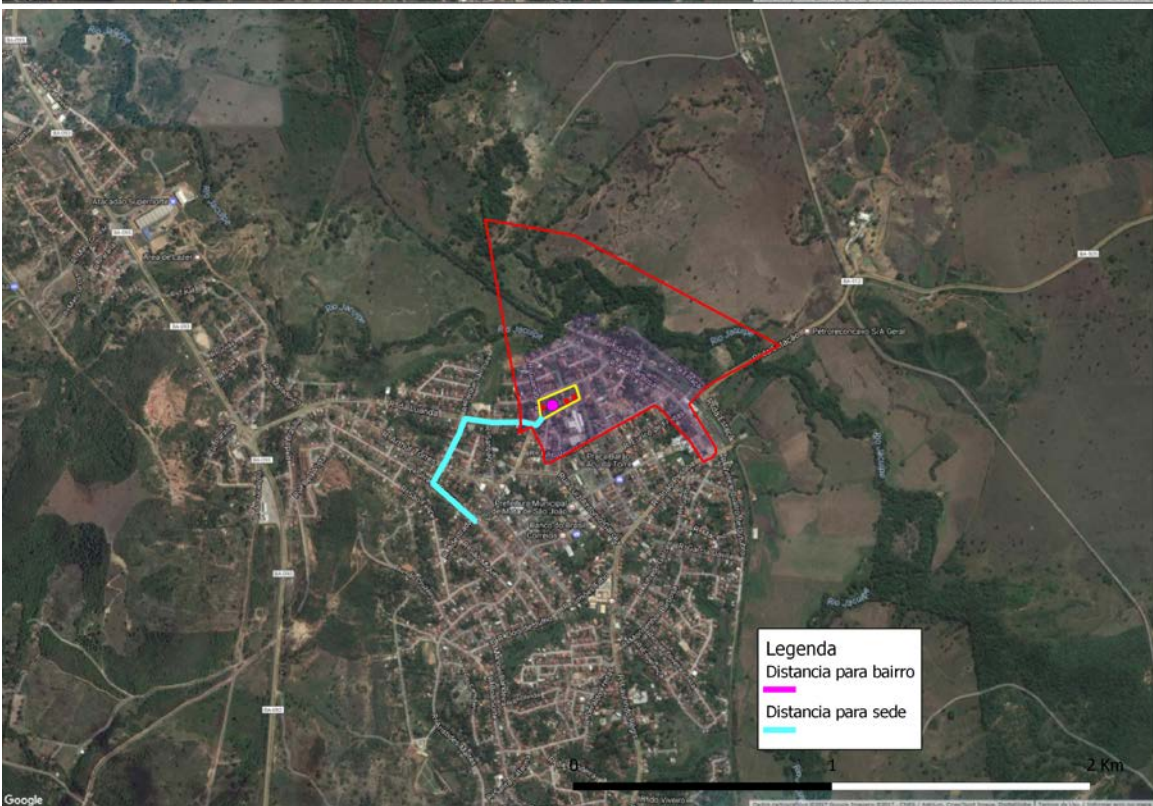
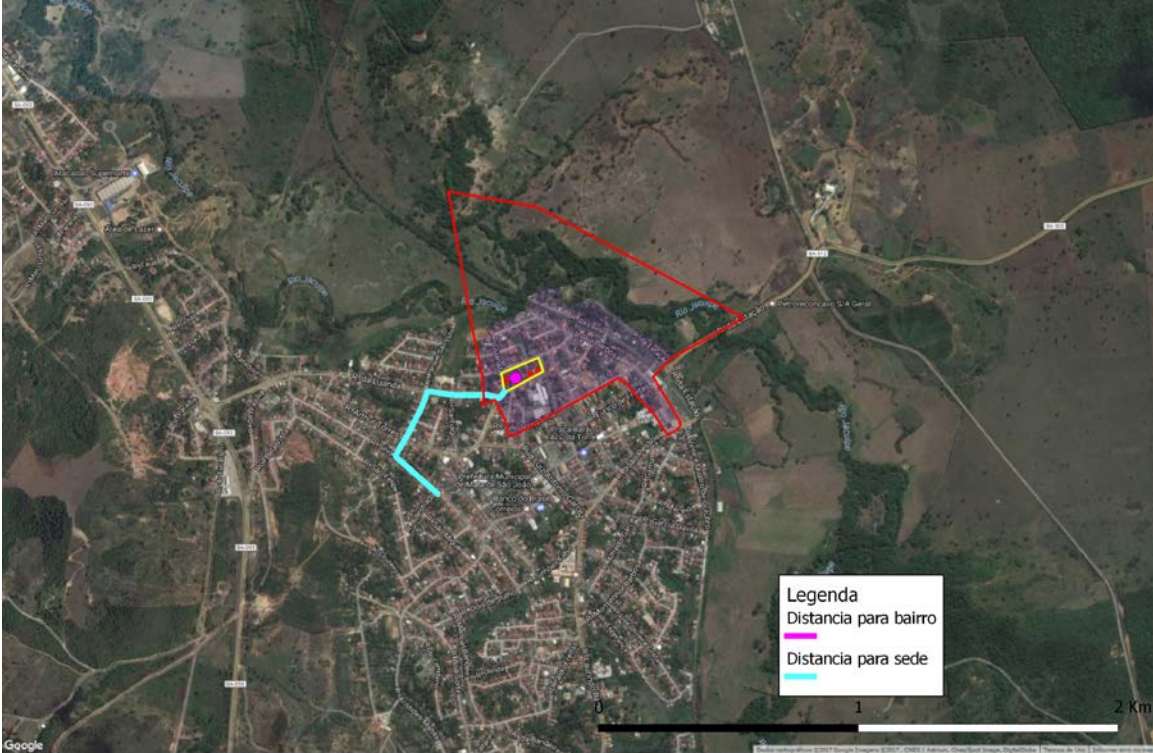
AU 292100505000010

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 292100505000010

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010



## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 292100505000010

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

Área Urbanizada 0,551 km<sup>2</sup>

Área de fronteira da ocupação urbana, próximo ao centro da cidade, próxima ao rio Jacuípe. Apresenta mata ciliar e área de pasto degradado, sujo. Onde não limitado pelo rio, a expansão desta ocupação tende a confrontar o rio e fazer pressão sobre a mata ciliar.

O solo apresenta-se como mancha de podzólico, com trecho de vegetação de mata e com fragmento de Floresta Ombrófila, além da mata ciliar.

Área Homogênea 0,247 km<sup>2</sup>

Tecido 1,295 ha



ANÁLISE QUALITATIVA

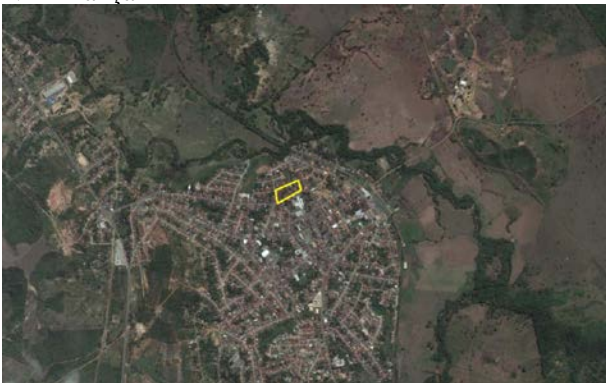
AU 292100505000010

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010

Entorno



Vizinhança



Detalhe



Apropriação 2003



Apropriação 2014





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 292100505000010		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010			
População: 1007 hab	AU-SC: 0,551km <sup>2</sup>	AUOH-SC ( km <sup>2</sup> )	0,247	GSI-SC	0,45
Densidade Pop. AU-SC 1827,58 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 1039,45 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	0,90 Km	C.Bairro	0,90 km
	Segregação	Área integrada ao tecido urbano			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Não	Largura R ext (m)		8
			Largura R int (m)		0
	Praça	02 praças distante 350m			
	Esporte	quadra distante 450m			
Praia	Distância: 45km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	98%	Poço e Outros	2,0%
	Energia	Sim	98%	Não	2%
	E. Sanitário	septica	66%	precária	32,0%
	Drenagem	em via asfaltada			
	Resíduos sólidos	Coleta	98,00%	Outros	1,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	76*170		Área (m <sup>2</sup> )	12950
	Tecido - Área líquida	60*154		Área (m <sup>2</sup> )	11000
	Tamanho da ilha	igual a area do tecido		Área (m <sup>2</sup> )	irregular
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	28	vazios	5
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	227	232	199,1	219,37
	A. Construção	177	165,855	163,8	168,89
	A. Ocupação	118	110,57	109,2	112,59
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,51
	IU= A. Construída/A. do lote				0,77
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,23
	Gabarito	1 pavimento e 50% 2pavtos (A. Const. x 1,5)			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				12950
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) ( Área do tecido bruta - Área das vias)				10959
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	248,88	Largura (m)	8	1991
	Vias internas (m)	177,93	Largura (m)	0	0
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				1991
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,03</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,77	<b>0,65</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,51	<b>0,43</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,87</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis T <sub>x</sub> = 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	15,37%		-3,87%	

## DADOS SOCIO-ECONÔMICOS

AU 292100505000010		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 292100505000010	MUNICÍPIO: MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
População: 1007 hab	AU Área Total: 0,551 Km <sup>2</sup>	AU Área Homogênea: 0,247 Km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V0001	Total Domicílios particulares e coletivos	296	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	296	100,0
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	248	83,8
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	44	14,9
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	290	98,0
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	2	0,7
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	289	97,6
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	194	65,5
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	95	32,1
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	3	1,0
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	290	98,0
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	2	0,7
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049		290	
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			3,4
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	179	60,5
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	113	38,2
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	1007	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	492	48,9
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	515	51,1

## DADOS SOCIO-ECONÔMICOS

AU 292100505000010		MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	135	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	74	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	253	
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	30	
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	117	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	90	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	278	
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	30	
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	172	58,1
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	86	29,1
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	11	3,7
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	6	2,0
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	17	5,7
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS STREET VIEW

AU 292100505000010

MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010



PLANILHAS

AU 293070905000013

SIMÕES FILHO 1991/2000

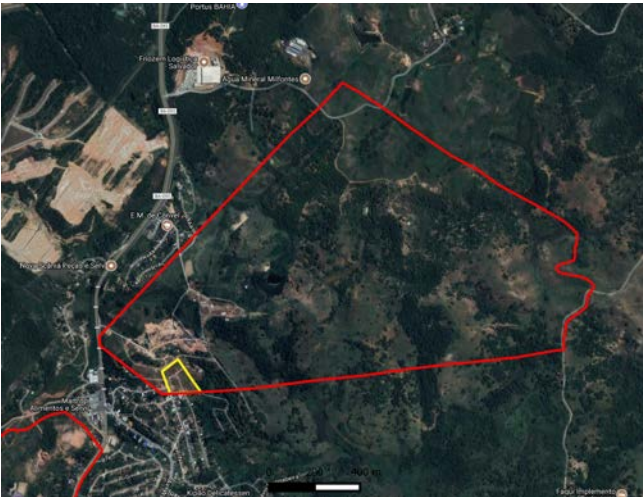


## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 293070905000013

SIMÕES FILHO 1991/2000

Área Urbanizada

1,788 km<sup>2</sup>

Expansão urbana contígua a tecido preexistente e área isolada.

Na poligonal a área está completamente desnuda, o solo tem aspecto de mancha de podzol onde marcas indicam a exploração de lavra. Apresenta fragmentos de mata e baixadas úmidas com aspecto que sugere existência de efluentes orgânicos em córrego com vegetação bem verde (matadouro?).

Área Homegênea 0,0515 km<sup>2</sup>

Tecido 1,495 ha

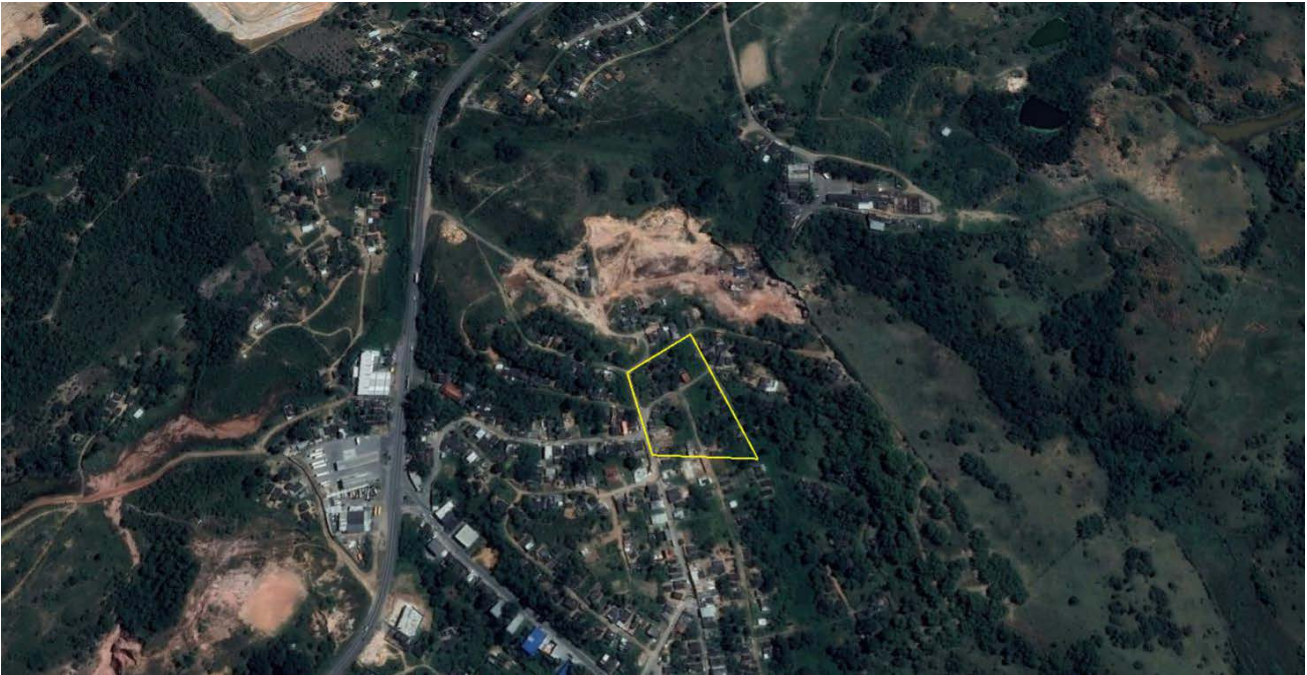


ANÁLISE QUALITATIVA

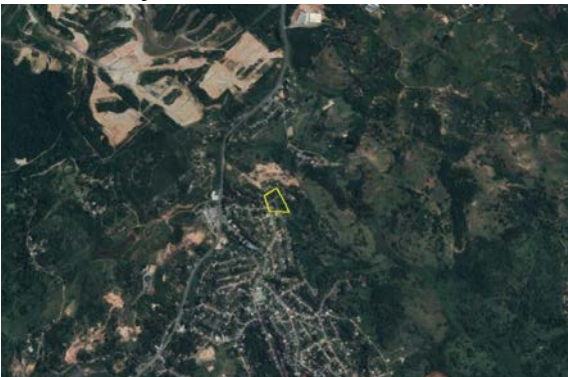
AU 293070905000013

SIMÕES FILHO 1991/2000

Entorno



Vizinhança



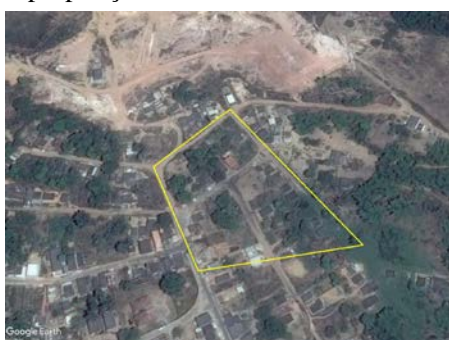
Detalhe



Apropriação 2007



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 293070905000013			SIMÕES FILHO 1991/2000		
População: 1109hab	AU-SC: 1,788 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km2)	0,0515	GSI-SC	0,03
Densidade Pop. Setor Censitário 620,24 hab/km2		Densidade Pop. AUH 21533,98hab/km2			
Integração urbana	Distancia de Centralidades	C. Cidade	3,1 Km	C.Bairro	1 km
	Segregação	Área isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	96%	Pluridomiciliar	3%
	Pavimentação	Sem pavimento	Largura R ext (m)		6,2
			Largura R int (m)		6,2
	Praça	Não			
	Esporte	Não			
	Praia	Distância: 16km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	61%	Poço e Outros	39,0%
	Energia	Sim	ñ informado	Não	1%
	E. Sanitário	septica	39%	precária	35,0%
	Drenagem	definida pela conformação da pavimentação			
	Resíduos sólidos	Coleta	17,20%	Outros	36,30%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	147*102		Área (m2)	14950
	Tecido - Área líquida			Área (m2)	13008
	Tamanho da ilha			Área (m2)	4336
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	17	vazios	12
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	240	232	217	229,67
	A. Construção	97	60	65	74
	A. Ocupação	97	60	65	74
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,32
	IU= A. Construída/A. do lote				0,32
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,68
	Gabarito	1 pavimento			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m2)				14950
	Área do Tecido líquida (m2) (Área do tecido bruta - Área das vias)				12658
	Área da ilha (m2)				NA
	Vias externas/2 (m)	183,81	Largura (m)	6,2	1140
	Vias internas (m)	185,79	Largura (m)	6,2	1152
	Área total das Vias (m2)				2292
	<b>N</b> = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m2)				<b>0,02</b>
	<b>R</b> = Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	<b>FSI</b> - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m2/m2)		IU do Lote referencial	0,32	<b>0,27</b>
	<b>GSI</b> - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m2/m2)		IO do Lote referencial	0,32	<b>0,27</b>
	<b>OSR - Spaciousness</b> (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>2,67</b>
	<b>H (Altura)</b> = FSI/GSI				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	15,33%		89,44%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000013		SIMÕES FILHO 1991/2000	
<b>FONTE: Arquivo de Domicílios (planilha Domicilio_UF.xls)</b>			
Identificação da Área:	AU 293070905000013	MUNICÍPIO : SIMÕES FILHO	
População: 1109	AU-SC: 1,788 Km²	AOH-SC A. de Ocupação Hoogênea 0,0515 Km²	
			%
<b>TOTAL DOMICÍLIOS</b>			
V0001	Domicílios (domicílios particulares+unidades em domicílios coletivos)	276	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V0006	Total domicílios particulares permanentes tipo casa	265	96,0
V0007/V0008	Total domicílios particulares permanentes tipo apartamentos/tipo cômodo	8	2,9
		273	
<b>SITUACAO FUNDIÁRIA</b>			
V0009/V0010	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	220	80,59
V0011 a V0014	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	53	19,41
<b>ÁGUA</b>			
V0018	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	166	60,8
V0021 a V0025	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	107	39,2
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V0029	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	210	76,92
V0030/V0031	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	107	39,2
V0032/V0035	Idem esgotamento com solução precária	96	35,2
V0036	Idem sem banheiro ou sanitário	63	23,08
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V0048	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	47	17,2
V0051/ V0052	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	99	36,3
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
	Não encontrado		
<b>MEDIA DO IMÓVEL</b>		2,73	
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V0088-V0093	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com homem responsável e sem outro morador"	201	73,6
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V0101 a V0106	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável <b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares permanentes com mulher responsável e sem outro morador"	72	26,4
<b>FONTE: Arquivo de moradores (planilha Morador_UF.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V0237	Moradores (ou população residente no setor)	1109	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000013		SIMÕES FILHO 1991/2000	
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2_UF.xls)</b>			
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V1482 a V1496	Homens 0-14 anos	207	
V1497 a V1506	Homens 15-24 anos	128	
V1507 a V1546	Homens 25-64 anos	215	
V1547 a V1582	Homens 65 anos ou mais	15	
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa3_BA.xls)</b>			
V1617 a V1631	Mulheres 0-14 anos	198	
V1632 a V1641	Mulheres 15-24 anos	123	
V1642 a V1681	Mulheres 25-64 anos	208	
V1682 a V1717	Mulheres 65 anos ou mais	15	
<b>FONTE: Arquivo de responsável pelo domicílio particular permanente (planilha Responsável1_BA.xls)</b>			
<b>RENDA****</b>			
V0602/V0603	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo	82	
V0604/V0605	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 3 salários mínimos	71	
V0606	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos	6	
V0607 a V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior que 5 salários mínimos	3	
V0611	responsaveis por domicilios particluares permanentes sem rendimento nominal mensal	111	

Salário mínimo em julho de 2000 = R\$151,00

IMAGENS - STREET VIEW

AU 293070905000013

SIMÕES FILHO 1991/2000



Imagens: Google Street View, AGOSTO de 2013

PLANILHA

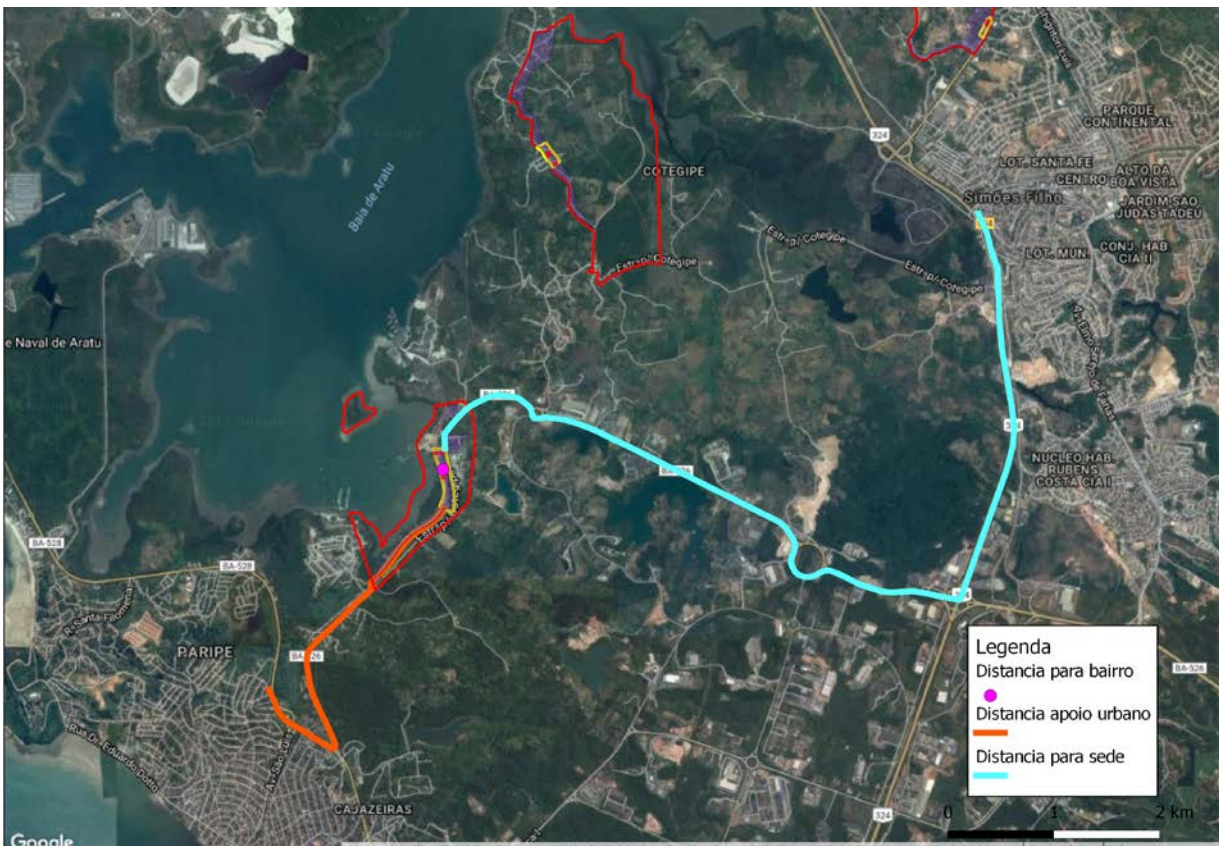
AU 293070905000059

SIMÕES FILHO 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 293070905000059

SIMÕES FILHO 2000/2010



Imagens: Google Street View, Janeiro de 2012  
 APOIO URBANO 3,5km / SEDE 10,7 km

## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 293070905000059

SIMÕES FILHO 1991/2000

Área Urbanizada

0,8214 km<sup>2</sup>

Área Homogênea

0,15 km<sup>2</sup>

Tecido

2,264ha



No bordo da baía de Aratu, com acesso pela estrada para Cotegipe, a ocupação se desenvolve em rua paralela à essa estrada, trechos, em ambos os lados da via, entre o Yatch Clube de Aratu e Yatch ..... Ocupação precária instalada em manguezal, parcialmente aterrado, fissurado com saída de canoas, lançamento de descarga de efluentes domésticos e resíduos sólidos na maré, produção entulhos e substituição de mangue por vegetação invasora. Somado à poluição química por combustível, produtos de manutenção de barcos, resíduos de oficina, lançamento de água de lastro, introdução de organismos exóticos invasores: corais, peixes, cracas, etc, configuram perfeito desastre ecológico comprometendo a estabilidade da costa e dos organismos.

O uso do solo nas imediações com indústria, tanques de decantação, e outras estruturas industriais, lagoa de tratamento de efluentes etc., tende a ser agravante do quadro ambiental, com a possibilidade de efluentes industriais e produtos químicos infiltrar no solo e, também, contaminar o mar levados pela água de chuva.

Na área de vizinhança, observa-se fragmentos de mata em estágio secundário médio de regeneração, com sinais de ocupação bem antiga. Solos com a aparência de arenoquartzosos, configuram fragmentos de restinga.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 293070905000059

SIMÕES FILHO:1991/2000

Entorno



Vizinhança



Detalhe



Apropriação 2007



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 293070905000059		SIMÕES FILHO 1991/2000			
População: 1627hab	AU-SC : 0,8214 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km2)	0,1500	GSI-SC	0,183
Densidade AU-SC 1980,76 hab/km2		Densidade Pop. AOH-SC 10846,67 hab/km2			
Integração urbana	Distancia de Centralidades	C. Cidade	10,7 km	C.Bairro	0 km
	Segregação	Área isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Sem pavimento	Largura R ext (m)		7,5
			Largura R int (m)		0
	Praça	não			
	Esporte	Campo de futebol no limite do tecido estudado			
	Praia	Distância: 7,4Km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	92%	Poço e Outros	8,0%
	Energia	Sim	ñ informado	Não	1%
	E. Sanitário	septica	18%	precária	11,0%
	Drenagem	indício de não possuir drenagem			
	Resíduos sólidos	Coleta	19,90%	Outros	29,10%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta			Área (m2)	22640
	Tecido - Área líquida			Área (m2)	20225
	Tamanho da ilha			Área (m2)	irregular
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	63	vazios	5
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	200	423	117	182,33
	A. Construção	89	195	78	120,67
	A. Ocupação	89	100	78	89,00
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,49
	IU= A. Construída/A. do lote				0,66
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,51
	Gabarito	1 pavimento pontualmente, adotado 1 pav.			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m2)				22640
	Área do Tecido líquida (m2) ( Área do tecido bruta - Área das vias)				20225
	Área da ilha (m2)				NA
	Vias externas/2 (m)	283,31	Largura (m)	7,5	2125
	Vias internas (m)	0	Largura (m)	0	0
	Área total das Vias (m2)				2125
	<b>N</b> = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m2)				<b>0,01</b>
	<b>R</b> = Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	<b>FSI</b> - Área construída total(Área da gleba líquida x IU do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m2/m2)		IU do Lote referencial	0,66	<b>0,6</b>
	<b>GSI</b> - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.)/ Área da gleba bruta (m2/m2)		IO do Lote referencial	0,49	<b>0,44</b>
	<b>OSR - Spaciousness</b> (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,95</b>
	<b>H (Altura)</b> = FSI/GSI				<b>1</b>
	TARA da ilha		TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)
	0%		9,39%		58,12%

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000059		SIMÕES FILHO 1991/2000	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicílios_UF.xls)</b>			
Identificação da Área:		MUNICÍPIO: SIMÕES FILHO 1991/2000	
População: 1627	AU-SC: 0,8214 Km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea 0,15 Km <sup>2</sup>	
			%
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			
V0001	Domicílios (= domicílios particulares + unidades em domicílios coletivos)	402	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V0006	Domicílios particulares permanentes do tipo casa	400	99,50
V0007	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	1	0,25
V0008	Domicílios particulares permanentes do tipo cômodo	1	0,25
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V0009/V0010	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	400	
V0011 a V0014	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	62	
<b>ÁGUA</b>			
V0018	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	369	91,79
V0021/V0025	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço, nascente na propriedade ou outra forma.	33	8,21
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V0029	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	341	
V0030/V0031	Domicílios particulares permanentes conectados à rede de esgoto ou fossa séptica	24	17,89
V0032/V0035	Domicílios particulares permanentes com condições precárias de esgotamento	37	10,85
V0036	Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário	61	
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V0048	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	80	19,90
V0051/V005	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	117	29,10
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>NÃO DISPONÍVEL</b>			
<b>IMÓVEL</b>			
V0056	Domicílios particulares permanentes com 01 morador	43	
V0057	Domicílios particulares permanentes com 02 moradores	57	
V0058	Domicílios particulares permanentes com 03 moradores	86	
V0059	Domicílios particulares permanentes com 04 moradores	69	
V0060	Domicílios particulares permanentes com 05 moradores	58	
V0061	Domicílios particulares permanentes com 06 moradores	36	
V0062	Domicílios particulares permanentes com 07 moradores	24	
V0063	Domicílios particulares permanentes com 08 moradores	13	
V0064	Domicílios particulares permanentes com 09 moradores	10	
V0065	Domicílios particulares permanentes com 10 ou mais moradores	6	
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V0088 a V0093	<b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares	270	
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V0101 a V0106	<b>nota:</b> não está incluída aqui a categoria "domicílios particulares	132	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000059		SIMÕES FILHO 1991/2000	
<b>Arquivo de moradores (planilha Morador_UF.xls)</b>			
POPULAÇÃO			
V0237	Moradores (ou população residente no setor)	1627	
V0292	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	827	
V0347	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	800	
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2_UF.xls)</b>			
FAIXA ETÁRIA			
V1482 a V1496	Homens 0-14 anos	264	
V1497 a V1506	Homens 15-24 anos	215	
V1507 a V1546	Homens 25-64 anos	317	
V1547 a V1582	Homens 65 anos ou mais	31	
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa3_BA.xls)</b>			
V1617 a V1631	Mulheres 0-14 anos	233	
V1632 a V1641	Mulheres 15-24 anos	221	
V1642 a V1681	Mulheres 25-64 anos	309	
V1682 a V1717	Mulheres 65 anos ou mais	37	
<b>FONTE: Arquivo de responsável pelo domicílio particular permanente (planilha Responsável1_BA.xls)</b>			
RENDA****			
V0602/V0603	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo	142	35,3234
V0604/V0605	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 1 a 3 salários mínimos	140	34,8259
V0606	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos	21	5,22388
V0607 a V0610	Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior que 5 salários mínimos	8	1,99005
V0611	Responsáveis por domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal	91	22,6368

IMAGENS STREET VIEW

AU 293070905000059

SIMÕES FILHO 1991/2000



Imagens: Google Street View, Janeiro de 2012

PLANILHAS

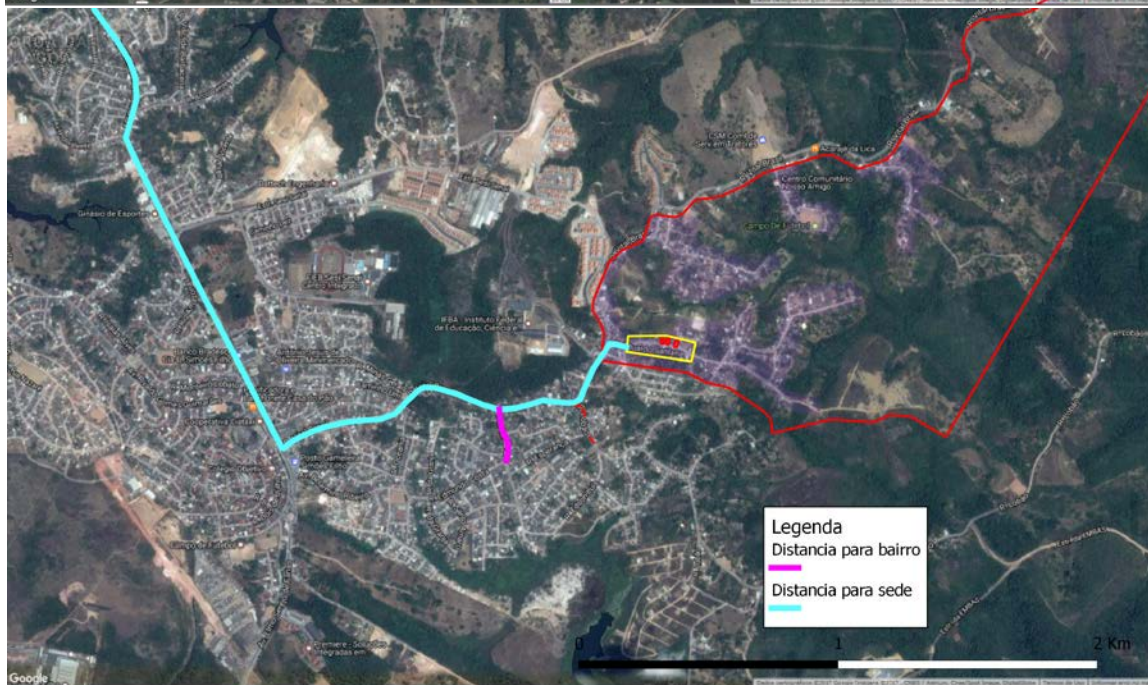
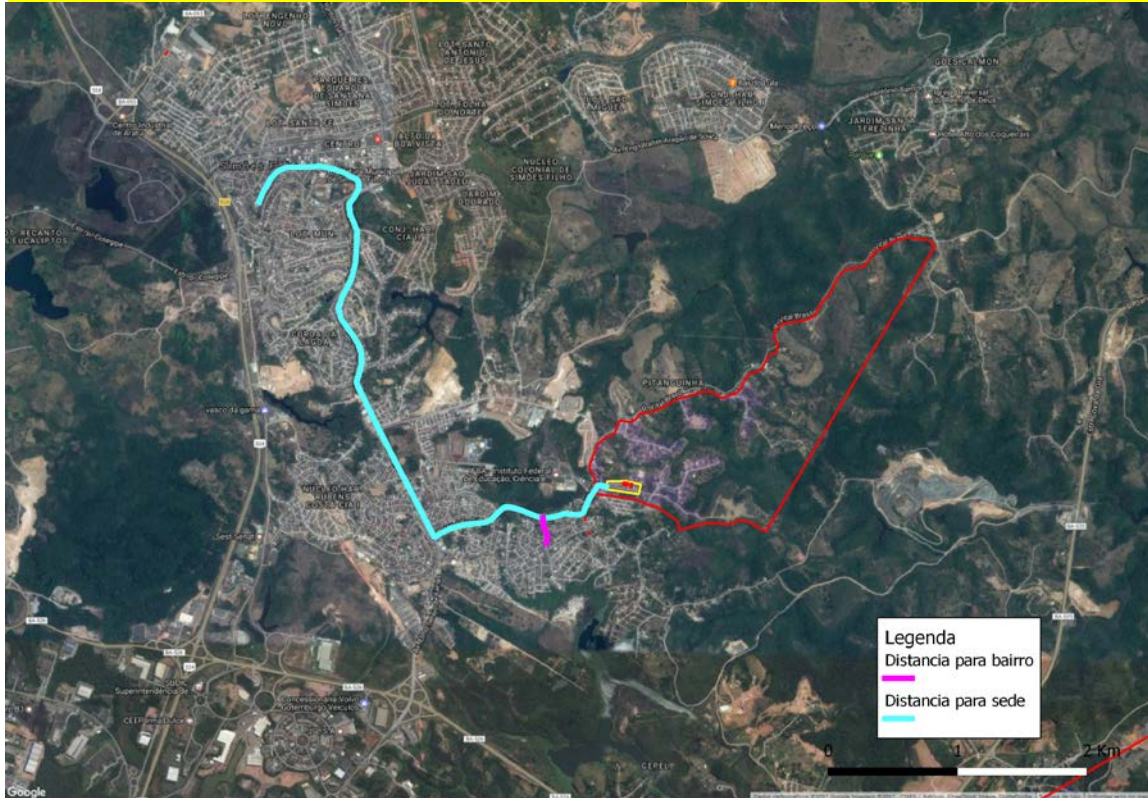
AU 293070905000082

SIMÕES FILHO 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 293070905000082

SIMÕES FILHO 2000/2010



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012  
BAIRRO a 1,3 km / SEDE a 5,5 km

## ANÁLISE QUANTITATIVA

AU 293070905000082

SIMÕES FILHO 2000/2010

Área Urbanizada 2,142 km<sup>2</sup>

Conjunto de áreas isoladas ocupando cumeadas separadas por vale com acentuada diferença de cotas do relevo. Apresenta grotões vegetados e grande área de baixada. Na região identifica-se a Pedreiras Valéria e outras áreas de extração de jazidas.

A área em destaque desenvolve-se longitudinalmente pela via que conecta as demais áreas urbanizadas isoladas, trecho em binário, em formação paralela, afunilando nas extremidades.

Área Homogênea 0,383 km<sup>2</sup>

Tecido 2,022 ha







## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 293070905000082		SIMÕES FILHO 2000/2010			
População: 1057hab	AU-SC: 2,1442 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,383	GSI-SC	0,18
Densidade Pop. AU-SC 492,95 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 2759,79 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	5,5 km	C.Bairro	1,3 km
	Segregação	Área isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	paralelepipedo, asfalto e terra	Largura R ext (m)		7
			Largura R int (m)		6
	Praça	distante 150m			
	Esporte	Não			
Praia	Distância: 21km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	85%	Poço e Outros	15,0%
	Energia	Sim	93%%	Não	7%
	E. Sanitário	septica	92%	Solução precária	1,0%
	Drenagem	Drenagem conformada pelo pavimento. Boca de lobo na via asfaltada			
	Resíduos sólidos	Coleta	71,70%	Outros	28,30%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	65*241		Área (m <sup>2</sup> )	15700
	Tecido - Área líquida	62*241		Área (m <sup>2</sup> )	14940
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	irregular
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	54	vazios	6
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	226,5	245,5	270	247,33
	A. Construção	114,45	106,5	180,42	133,79
	A. Ocupação	76,3	71	120,28	89,19
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,36
	IU= A. Construída/A. do lote				0,54
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,64
	Gabarito	1 pavimento e 50% 2 pav (A. Const. x1,5)			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				15700
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				12857
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	157,5	Largura (m)	7	1103
	Vias internas (m)	290,08	Largura (m)	6	1740
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				2843
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,03</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total (Área da gleba líquida x IU do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,54	<b>0,44</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,36	<b>0,30</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>1,59</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>2</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	18,11%		39,52%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000082		SIMÕES FILHO 2000/2010	
Identificação da Área:	AU 293070905000082	MUNICÍPIO: SIMÕES FILHO 2000/2010	
População: 1057	AU-SC: 2,142 Km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,383 Km <sup>2</sup>	
<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Baxls)</b>			
<b>TOTAL DOMÍCIlios</b>			%
V0001	Total Domicílios particulares e coletivos	290	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	290	100,0
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	273	94,1
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	17	5,9
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	247	85,2
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	43	14,8
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	287	99,0
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	266	91,7
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	3	1,0
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	3	1,0
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	208	71,7
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	82	28,3
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047 a V049		269	
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DO IMÓVEL</b>			3,6
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062 a V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	185	63,8
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	105	36,2
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_BA.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	1057	
	Homens moradores (ou população masculina residente no setor)	506	47,9
	Mulheres moradoras (ou população feminina residente no setor)	545	51,6

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000082		SIMÕES FILHO 2000/2010	
<b>FONTE: Arquivo de pessoas (planilha Pessoa2_BA.xls)</b>			
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	112	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	110	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	267	
V099 a V134	Homens 65 anos ou mais	17	
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	162	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	110	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	249	
V099 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	24	
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	229	79,0
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	32	11,0
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	2	0,7
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	2	0,7
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	26	9,0
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS STREET VIEW

AU 293070905000082

SIMÕES FILHO 2000/2010



Imagens: Google Street View, janeiro de 2012

PLANILHAS

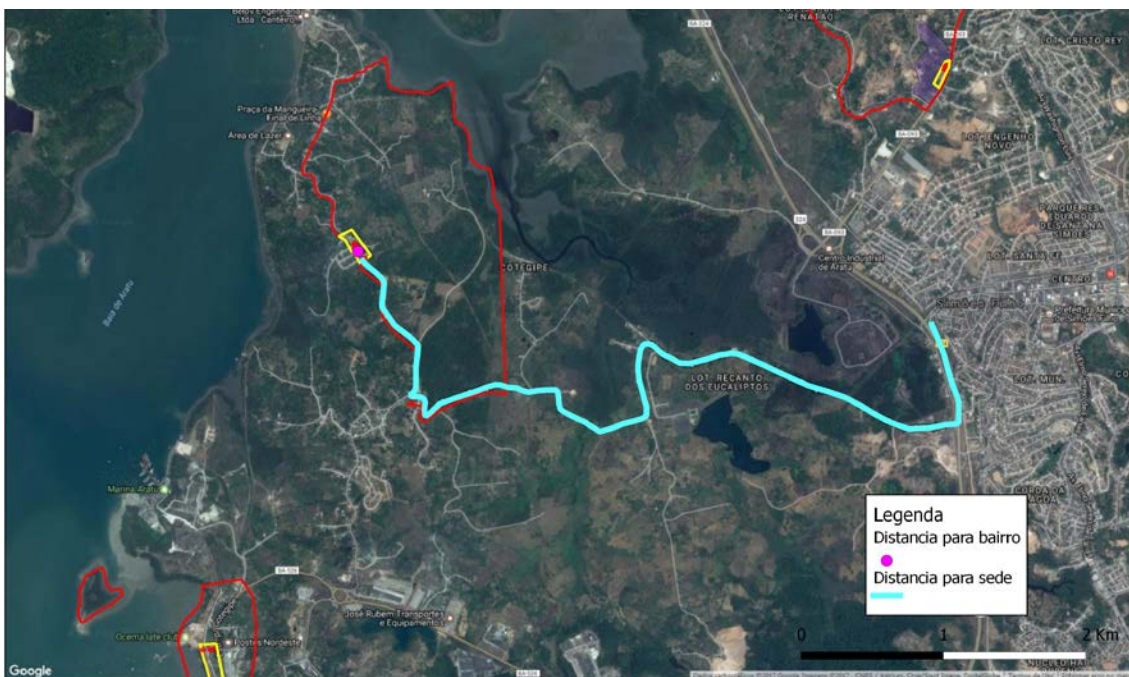
AU 293070905000097

SIMÕES FILHO 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 293070905000097

SIMÕES FILHO 2000/2010



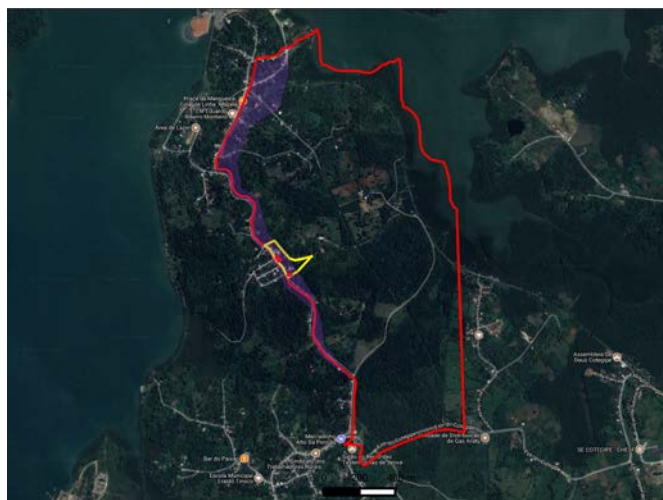
SEDE a 7,2 km

## ANÁLISE QUALITATIVA

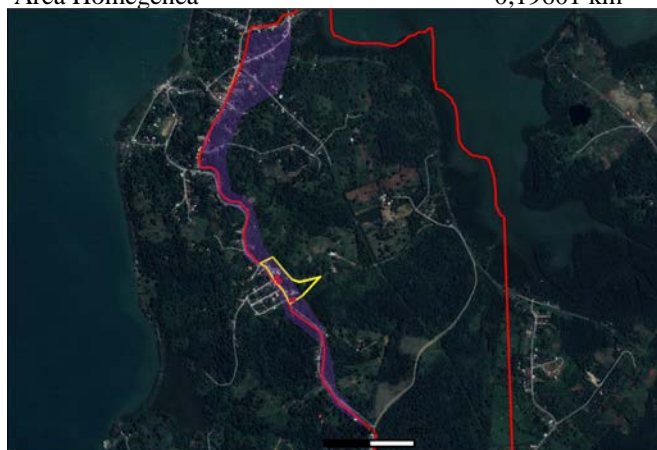
AU 293070905000097

SIMÕES FILHO 2000/2010

Área Urbanizada

2,0183 km<sup>2</sup>

Área Homegênea

0,19601 km<sup>2</sup>

Tecido

1,735 ha



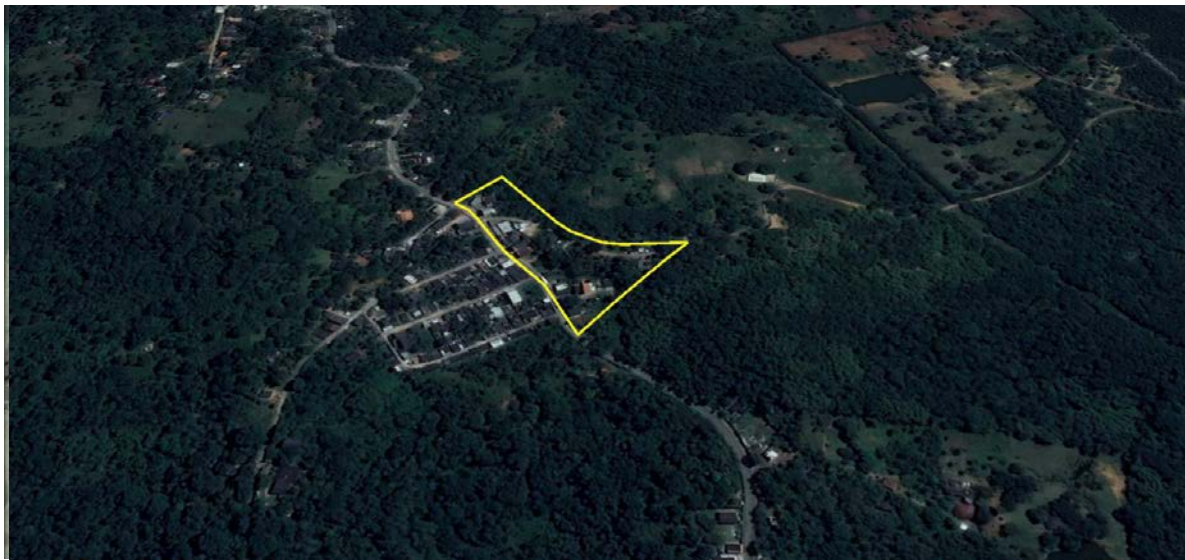
Área onde a vegetação original era de mata atlântica (floresta tropical úmida), além de um pequeno estuário. Atualmente, o manguezal encontra-se em bom estado de conservação, mas a mata está bem degradada, com poucos remanescentes. A vegetação parece estar misturada com frutíferas exóticas de grande porte (mangueiras, jaqueiras, coqueiros, etc), e manchas com aspecto de pequenas pastagens. As construções parecem galpões de indústrias e chácaras. A presença de indústrias sempre oferece risco de poluição do solo, do estuário e do mar, com derramamentos de produtos químicos e combustíveis, além das emissões atmosféricas de CO<sub>2</sub>. Pelo mar da BTS deve chegar à praia e ao estuário todo tipo de resíduos sólidos de Salvador e das ilhas, além de poluição química dos efluentes de indústrias (Dow, etc), refinarias e portos. Poluem a água, causando bioacumulação nos organismos (planctons, moluscos), eventualmente intoxicando as pessoas.

ANÁLISE QUALITATIVA

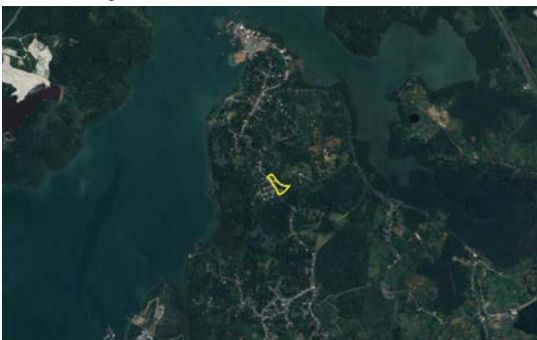
AU 293070905000097

SIMÕES FILHO 2000/2010

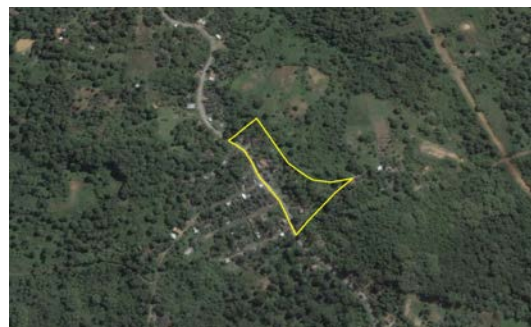
Entorno



Vizinhança



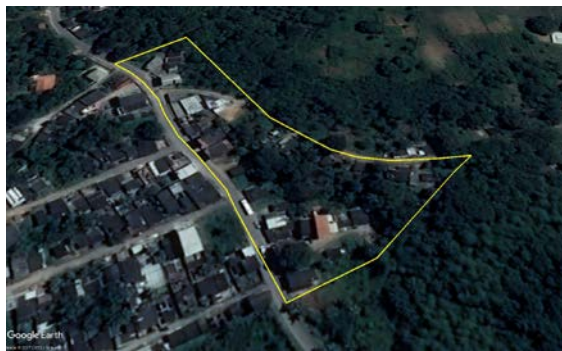
Apropriação 2005



Apropriação 2014



Detalhe



Estrutura Urbana





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 293070905000097		SIMÕES FILHO 2000/2010			
População: 718hab	AU -SCI: 2,0183 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,196	GSI-SC	0,10
Densidade Pop. AU-SC 355,75 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH_SC 3663,07 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	7,2 Km	C.Bairro	3,2 km
	Segregação	Área isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal	X	Informal	
	Tipo	uniresidencial	94%	Pluridomiciliar	6%
	Pavimentação	Asfalto via principal	Largura R ext (m)		7,5
			Largura R int (m)		4
	Praça	Não			
	Esporte	quadra esportiva na AOH-SC			
	Praia	Distância: 4,8km			
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	90%	Poço e Outros	10,0%
	Energia	Sim	100%	Não	0%
	E. Sanitário	septica	11%	Solução precária	90,0%
	Drenagem	indício de não possuir drenagem			
	Resíduos sólidos	Coleta	70,30%	Outros	30,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	75*231		Área (m <sup>2</sup> )	17350
	Tecido - Área líquida	71*231		Área (m <sup>2</sup> )	16380
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	4771
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	22	vazios	9
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	254	156	132	180,67
	A. Construção	129	68	52	83
	A. Ocupação	129	68	52	83
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,46
	IU= A. Construída/A. do lote				0,46
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,54
	Gabarito	Não foi possível identificar, adotado 1 pavimento			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				17350
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) ( Área do tecido bruta - Área das vias)				15251
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	206,98	Largura (m)	7,5	1552
	Vias internas (m)	136,54	Largura (m)	4	546
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				2099
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,02</b>

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000097

SIMÕES FILHO 2000/2010

<b>FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicílios01_Ufxls)</b>			
Identificação da Área:	AU 293070905000097	MUNICÍPIO: SIMÕES FILHO 2000/2010	
População: 718 hab	AU-SC: 2,0183 Km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,196 Km <sup>2</sup>	
			%
<b>TOTAL DOMICÍLIOS</b>			
V001	Total Domicílios particulares e coletivos	225	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	203	94,0
V005	Total domicílios particulares permanentes tipo apartamentos	13	6,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	194	
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	23	
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	202	89,8
V013 a V015	e outra forma	15	6,9
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	214	
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	21	10,7
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	193	90,2
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	3	
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	152	70,4
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	65	30,1
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047a V049	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica	216	100
<b>TXA OCUPAÇÃO MÉDIA DO IMÓVEL</b>		3,25	
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062-V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	138	63,9
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	79	36,6

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000097

SIMÕES FILHO 2000/2010

<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_UF.xls)</b>		
<b>POPULAÇÃO</b>		
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	718
<b>FAIXA ETÁRIA</b>		
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	103
V049 a V058	Homens 15-24 anos	73
V059 a V098	Homens 25-64 anos	177
V098 a V134	Homens 65 anos ou mais	19
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>		
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	98
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	57
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	165
V098 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	26
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>		
<b>RENDA</b>		
V005 a V008	mínimo	181
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários	18
V011	mínimos	1
V012/V013	salários mínimos	2
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	17
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>		



PLANILHAS

AU 293070905000086

SIMÕES FILHO 2000/2010

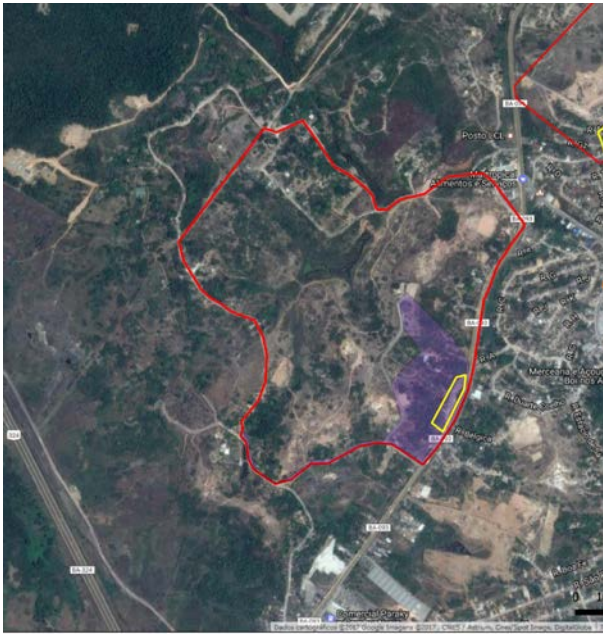


## ANÁLISE QUALITATIVA E AMBIENTAL

AU 293070905000086

SIMÕES FILHO 2000/2010

Área Urbanizada

0,8154 km<sup>2</sup>

Área com acesso pela BA-093. Apresenta fisionomia da mancha de cerrado, característica da região de Camaçari, formação aberta, solos mais fracos, com árvores esporádicas, ilhas de mata, mata ciliar acompanhando baixadas mais úmidas, antropizadas, naturalmente mais pobre e mais rala. O solo argiloso apresenta lagos de cavas de argila e jazidas em exploração de difícil recuperação, afloramentos de cascalho e muitas áreas queimadas. Identifica-se marca de muitos caminhos de áreas de exploração de jazidas, afloramentos de cascalho, muitas queimadas, indicando ser ocupação antiga e bastante antropizada. Nas imediações, a imagem sugere local de aterro para entulho.

Ocupação desordenada, as imagens antigas mostram remoção de parte da ocupação, provavelmente em função de estarem localizadas sob linha de energia. indicando ser ocupação antiga e bastante antropizada. Nas imediações, a imagem sugere local de aterro para entulho.

Área Homogênea

0,0918 km<sup>2</sup>

Ocupação desordenada, as imagens antigas mostram remoção de parte da ocupação, provavelmente em função de estarem localizadas sob linha de energia.

Tecido

1,193 ha

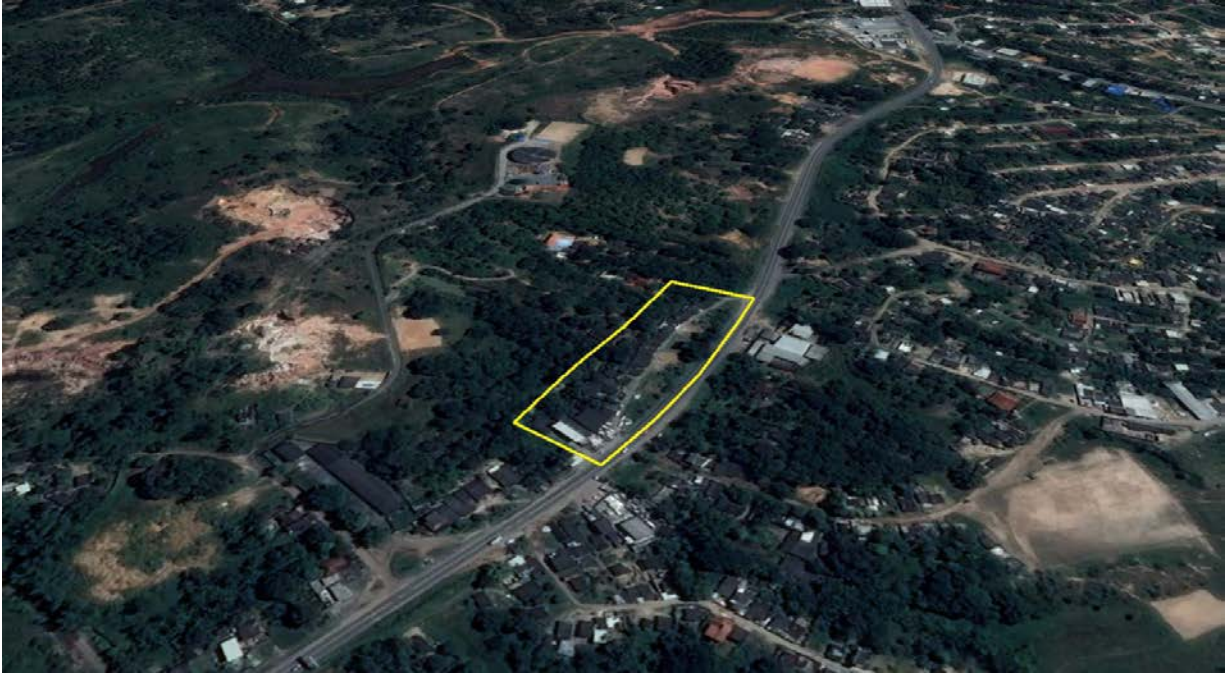


ANÁLISE QUALITATIVA

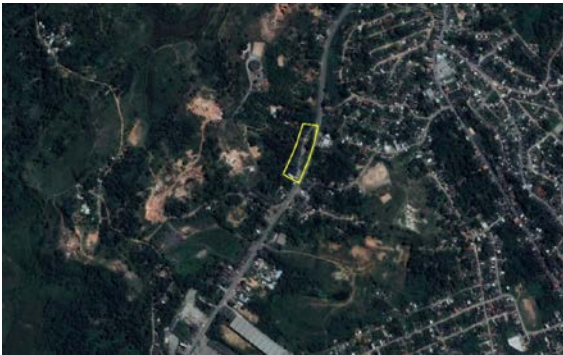
AU 293070905000086

SIMÕES FILHO 2000/2010

Entorno



Vizinhança



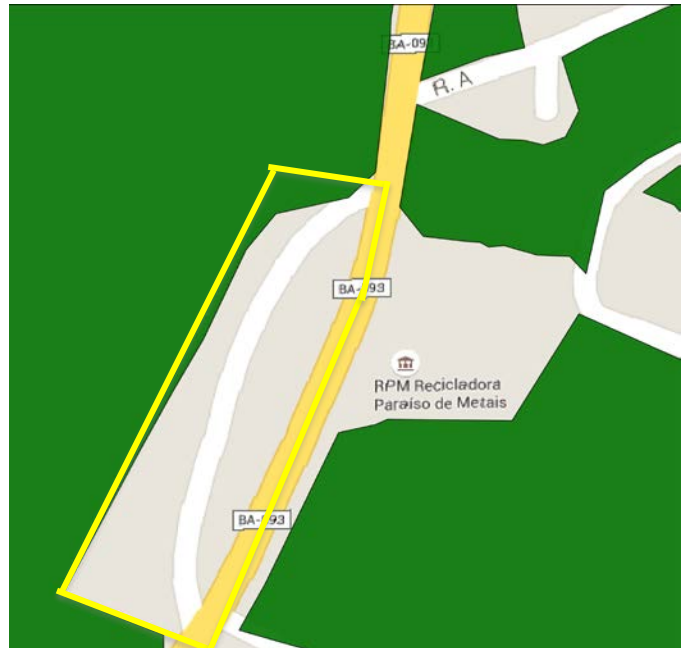
Detalhe



Apropriação 2005



Apropriação 2014





AU 293070905000086		SIMÕES FILHO 2000/2010			
População: 484hab	AU-SCI: 0,8154 km <sup>2</sup>	AOH-SC (km <sup>2</sup> )	0,0918	GSI-SC	0,11
Densidade Pop. AU-SC 593,57 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 5272,33 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	22 km	C. Bairro	1 km
	Segregação	Área isolada			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	100%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	Sem pavimento	Largura R ext (m)		9
			Largura R int (m)		4
	Praça	Não			
	Esporte	Não			
Praia	Distância: 20,4Km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	92%	Poço e Outros	8,0%
	Energia	Sim	98%	Não	0%
	E. Sanitário	septica	35%	Solução precária	71,0%
	Drenagem	indício de não possuir drenagem			
	Resíduos sólidos	Coleta	37,60%	Outros	62,40%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta			Área (m <sup>2</sup> )	11930
	Tecido - Área líquida			Área (m <sup>2</sup> )	10970
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	3254
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	25	vazios	2
	Vazios urbanos				
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	49	46	62	52,33
	A. Construção	45	42	56	47,67
	A. Ocupação	45	42	56	47,67
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,91
	IU= A. Construída/A. do lote				0,91
	IP= A. permeavel/A. do lote				0,09
	Gabarito	1 pavimento			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				11930
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				10150
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	105,8	Largura (m)	9	952
	Vias internas (m)	207,06	Largura (m)	4	828
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				1780
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,03</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total (Área da gleba líquida x IU do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,91	<b>0,77</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,91	<b>0,77</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>0,29</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	14,92%		85,46%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000086

SIMÕES FILHO 2000/2010

FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01\_Ufxls)

Identificação da Área:	AU 293070905000086	MUNICÍPIO: S FILHO 2000/2010	
População: 484 hab	AU-SC: 0,8154 Km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,1219 Km <sup>2</sup>	
			%
<b>TOTAL DOMICÍLIOS</b>			
V001	Total Domicílios particulares e coletivos	134	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	133	100,0
V005	Total domicílios particulares permanentes tipo apartamentos	0	0,0
<b>SITUAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	115	
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	18	
<b>ÁGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	123	91,8
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	10	7,5
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes c/ banheiro ou sanitário	126	
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	27	34,9
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	89	70,6
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	17	
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	50	37,6
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	83	62,4
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>			
V047a V049	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica	131	98,4962
<b>TXA OCUPAÇÃO MÉDIA DO IMÓVEL</b>		1.33	
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062-V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	87	65,4
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	46	34,6
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_UF.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	484	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293070905000086		SIMÕES FILHO 2000/2010	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	91	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	50	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	107	
V098 a V134	Homens 65 anos ou mais	8	
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	75	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	39	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	93	
V098 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	21	
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	113	
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	12	
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	1	
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	2	
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	5	
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			

IMAGENS - STREET VIEW

AU 293070905000086

SIMÕES FILHO 2000/2010



Imagens: Google Street View, outubro de 2013

PLANILHAS

AU 293320820000010

VERA CRUZ 2000/2010

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 29332082000010

VERA CRUZ 2000/2010



BAIRRO a 2,6 km / SEDE a 10,1 km

## ANÁLISE QUALITATIVA

AU 293320820000010

VERA CRUZ 2000/2010

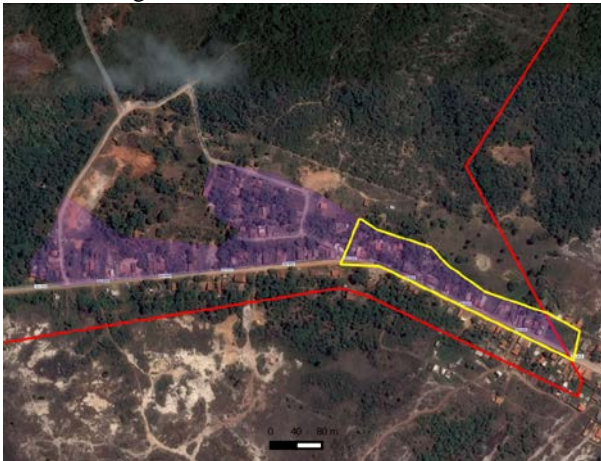
Área Urbanizada

2,9217 Km<sup>2</sup>

A área tem acesso pela estrada BA-001 e segue pela estrada que dá acesso a Baiacu. Ocupação ao longo de segmento de via que conecta duas áreas parceladas, faixas estreitas, padrão do fracionamento de terra na ilha de Itaparica.

Inserida no compartimento ambiental de floresta tropical úmida, bastante antropizada, pode-se reconhecer todas as fases: pasto, pasto sujo, vegetação pioneira e vegetação secundária em estágio médio de regeneração com poucos indivíduos em estágio mais avançado de recuperação. Apresenta importante cobertura vegetal, baixada com áreas úmidas, lagoas intermitentes, com mangue homogêneo em braço de mar que avança para a área central da ilha.

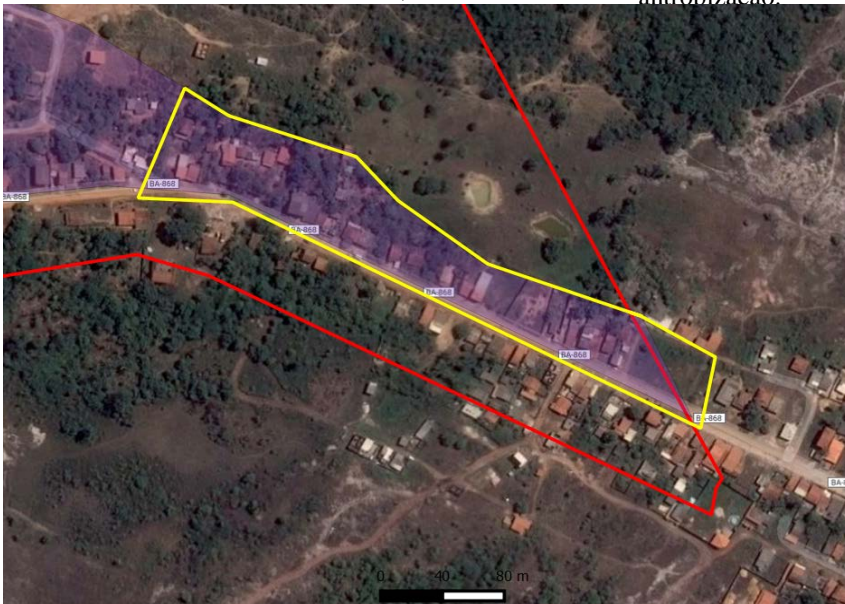
Área Homogênea

0,0980 Km<sup>2</sup>

Área de pasto, com aguada, tem aspecto abandonado, vestígio de roça, sem registro de agricultura empresarial intensiva. Pressão urbana compromete: os lençóis freáticos, com descarga de efluentes orgânicos, captação de água por meio de poços, poços em excesso que podem causar a salinização dos aquíferos pela intrusão salina, com comprometimento do aquífero, fossas sépticas e resíduos; e a fauna e flora, com atividade de caça e retirada seletiva de madeira, causa de empobrecimento dos fragmentos e perda de biodiversidade, especialmente as comunidades de baixa renda. A diversidade de fragmentos florestais próximos (mata perturbada e mata original) das áreas antropizadas possibilitam a regeneração natural através da chuva de sementes e de animais dispersores, apesar de grande antropização.

Tecido

2,014ha



É necessário que as áreas sejam cercadas e os fatores de degradação controlados. Fora da poligonal manchas de areia sinalizam restinga, área de transição de restinga arbórea para floresta úmida, passando por baixadas úmidas e mata paludosa. Registro de manchas de retirada de material cascalho, degradação de difícil recuperação.

ANÁLISE QUALITATIVA

AU 293320820000010

VERA CRUZ 200/2010

Entorno



Vizinhança



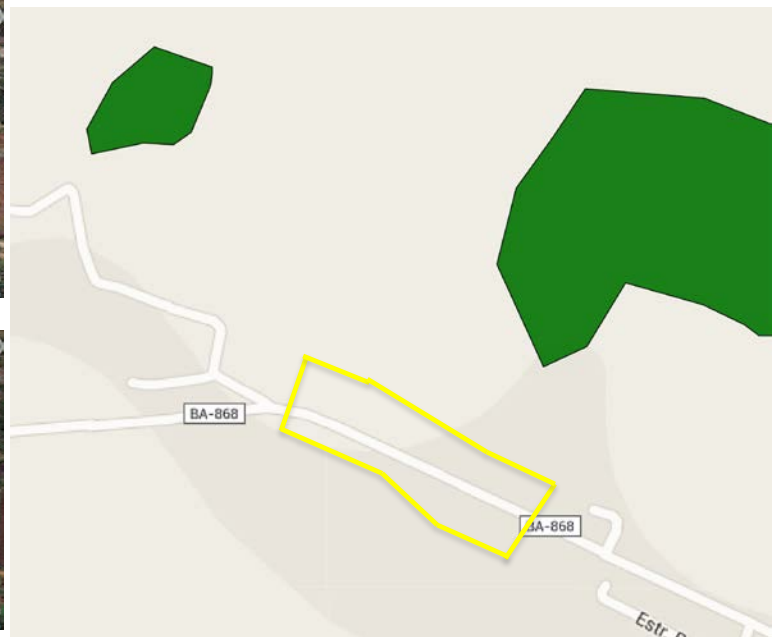
Detalhe



Apropriação 2008



Apropriação 2015





## DADOS URBANÍSTICOS DAS ÁREAS URBANIZADAS

AU 29332082000010		VERA CRUZ 2000/2010			
População: 1118hab	AU-SC: 2,9217 km <sup>2</sup>	AOH-SC	0,098	GSI-SC	0,03
Densidade Pop. AU-SC 382,65 hab/km <sup>2</sup>		Densidade Pop. AOH-SC 1140,81 hab/km <sup>2</sup>			
Integração urbana	Distância de Centralidades	C. Cidade	10,1 km	C. Bairro	1,6 km
	Segregação	Ocupação ao longo de conector			
Padrão Urbanístico	Padrão do imóvel	Formal		Informal	X
	Tipo	uniresidencial	99%	Pluridomiciliar	0%
	Pavimentação	asfalto em via principal	Largura R ext (m)		11
			Largura R int (m)		4
	Praça	Não			
	Esporte	Não			
Praia	Distância: 2,1 km				
Infraestrutura	Água	Rede de Abast.	85%	Poço e Outros	15,0%
	Energia	Sim	96%	Não	0%
	E. Sanitário	septica	10%	Solução precária	98,0%
	Drenagem	Não há indício de rede de drenagem pluvial			
	Resíduos sólidos	Coleta	70,30%	Outros	30,00%
Parâmetros Gerais	Tecido - Área bruta	132*210		Área (m <sup>2</sup> )	20140
	Tecido - Área líquida	132*200		Área (m <sup>2</sup> )	26440
	Tamanho da ilha			Área (m <sup>2</sup> )	
	Lotes ocupados / Vazios	ocupados	40	vazios	34
	Vazios urbanos	72			
Parâmetros Urbanísticos do LOTE	Lote Médio	414,72	457,63	389,36	420,57
	A. Construção	131,01	92,63	83,89	102,51
	A. Ocupação	131,01	92,63	83,89	102,51
	IO= A. Ocupada/A. ldo lote				0,24
	IU= A. Construída/A. do lote				0,24
	IP= A.permeavel/A. do lote				0,76
	Gabarito	1 pavimento			
SPACEMATRIX Parâmetros Urbanísticos do TECIDO	Área do Tecido bruta (m <sup>2</sup> )				20140
	Área do Tecido líquida (m <sup>2</sup> ) (Área do tecido bruta - Área das vias)				17752
	Área da ilha (m <sup>2</sup> )				NA
	Vias externas/2 (m)	199,39	Largura (m)	11	2193
	Vias internas (m)	48,61	Largura (m)	4	194
	Área total das Vias (m <sup>2</sup> )				2388
	N = (vias externas/2+ Vias internas)/A. do Tecido bruta (m/m <sup>2</sup> )				<b>0,01</b>
	R= Retail= A. da ilha/A. do tecido líquida				NA
	FSI - Área construída total (Área da gleba líquida x IU do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IU do Lote referencial	0,24	<b>0,21</b>
	GSI - Área ocupada total (Área da gleba líquida x IO do lote ref.) / Área da gleba bruta (m <sup>2</sup> /m <sup>2</sup> )		IO do Lote referencial	0,24	<b>0,21</b>
	OSR - Spaciousness (A. não ocupada / A. construída total) = (1-GSI)/FSI				<b>3,65</b>
	H (Altura) = FSI/GSI				<b>1</b>
	TARA da ilha	TARA tecido = Área das vias/Área do tecido bruta		TARA entre dois níveis Tx= 1-GSI(x)/ GSI(x-1)	
	0%	11,86%		84,39%	

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293320820000010		VERA CRUZ 2000/2010	
FONTE: Arquivo Domicílios, características gerais (planilha Domicilios01_Ufxls)			
Identificação da Área:	AU 293320820000010		MUNICÍPIO: VERA CRUZ
População: 1118 hab	AU-SC Área Total: 2,9217 km <sup>2</sup>	AOH-SC A. de Ocupação Homogênea: 0,0980 km <sup>2</sup>	%
<b>TOTAL DOMICÍLIOS</b>			
V001	Total Domicílios particulares e coletivos	343	
<b>TIPOLOGIA HABITACIONAL</b>			
V003/V004	Total domicílios particulares permanentes tipo casa/vila de casa	339	98,8
V005	Total domicílios particulares permanentes tipo apartamentos	0	0,0
<b>SITUACAO FUNDIÁRIA</b>			
V006/V007	Total domicílios particulares permanentes próprios e quitados e em quitação	293	
V008 a V011	Total domicílios particulares permanentes alugados e cedidos de outra forma	46	
<b>AGUA</b>			
V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento da rede geral	290	84,5
V013 a V015	Domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água de poço, cisterna e outra forma	49	14,5
<b>ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>			
V016	Total Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário	315	
V017/V018	Idem conectados à redes de esgoto e fossa séptica	8	10,2
V019/V022	Idem esgotamento com solução precária	307	97,5
V023	Idem sem banheiro ou sanitário	24	
<b>COLETA DE LIXO</b>			
V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	152	44,3
V038 a V042	Domicílios particulares permanentes com outros destinos do lixo	65	19,0
<b>ENRGIA ELÉTRICA</b>			
V047a V049	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica	329	95,918
<b>TXA OCUPAÇÃO MEDIA DO IMOVEL</b>		3,39	
<b>RESPONSÁVEL, HOMEM</b>			
V062-V068	Domicílios particulares permanentes com HOMEM responsável	210	61,9

## DADOS SOCIOECONÔMICOS

AU 293320820000010		VERA CRUZ 2000/2010	
<b>RESPONSÁVEL, MULHER</b>			
V081 a V087	Domicílios particulares permanentes com MULHER responsável	129	38,1
<b>FONTE: Arquivo Idade, total (planilha Pessoa13_UF.xls)</b>			
<b>POPULAÇÃO</b>			
V001	Pessoas residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos	1118	
<b>FAIXA ETÁRIA</b>			
V022/V035 a V048	Homens 0-14 anos	161	
V049 a V058	Homens 15-24 anos	114	
V059 a V098	Homens 25-64 anos	272	
V098 a V134	Homens 65 anos ou mais	18	
<b>FONTE: Arquivo idade, homens (planilha Pessoa11_BA.xls)</b>			
V022/V035 a V048	Mulheres 0-14 anos	164	
V049 a V058	Mulheres 15-24 anos	110	
V059 a V098	Mulheres 25-64 anos	259	
V098 a V134	Mulheres 65 anos ou mais	25	
<b>FONTE: Arquivo idade, mulheres (planilha Pessoa12_BA.xls)</b>			
<b>RENDA</b>			
V005 a V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de até 1 salário mínimo	277	
V009/V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 1 a 3 salários mínimos	46	
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita de 3 a 5 salários mínimos	4	
V012/V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal per capita maior que 5 salários mínimos	0	
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal per capita	16	
<b>FONTE: Arquivo Renda dos Domicílios (planilha DomicílioRenda_BA.xls)</b>			



PLANILHAS

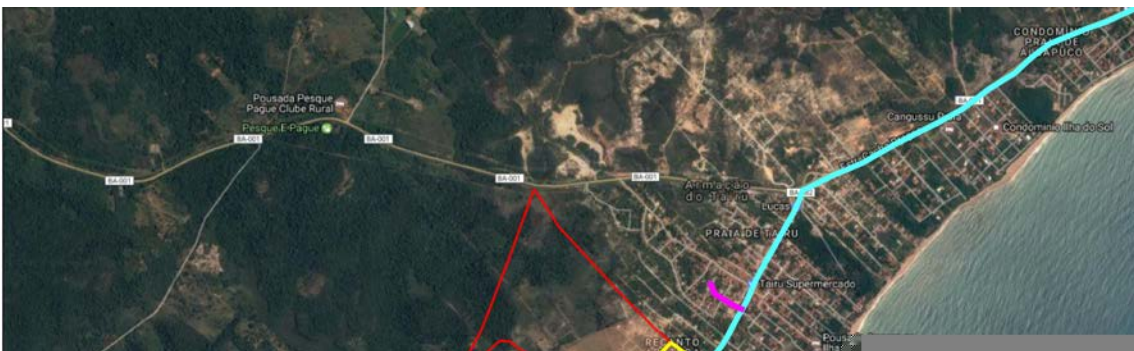
AU 293320815000011

VERA CRUZ 1991/2000

LOCALIZAÇÃO - APOIO URBANO

AU 293320815000011

VERA CRUZ 1991/2000



BAIRRO a 0,17 km / SEDE a 11,19 km


























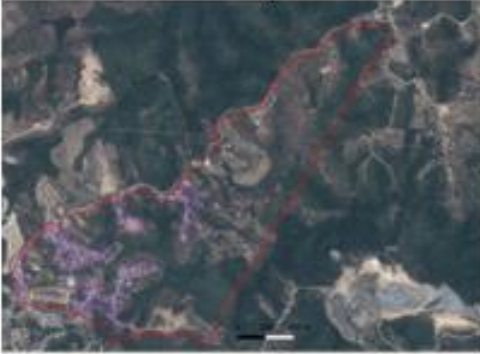















VETOR CENTRO NORTE	
	AU 292100505000010 - MATA DE SÃO JOÃO 2000/2010
	<p>Área de fronteira da ocupação urbana, próximo ao centro da cidade, próxima ao rio Jacuipe. A urbanização tem malha viária não ortogonal e a ocupação dos lotes permite alguns exemplares de vegetação arbórea no seu interior. Apresenta com mata ciliar e área de pasto degradado, sujo. Onde não limitado pelo rio, a expansão desta ocupação tende a confrontar o rio e fazer pressão sobre a mata ciliar. O solo apresenta-se como mancha de podzólico, com trecho de vegetação de mata e com fragmento de floresta ombrófila, além da mata ciliar</p>
	AU 291005705000045 - DIAS D'ÁVILA 2000/2010
	<p>Área fronteira de tecido urbano, com pequena área utilizada com a urbanização. A área se apresenta como grande descampado, com registro de retirada de material de construção, cascalho e argila. Baixadas úmidas com vegetação mais densa, mas também antropizada. Registro de áreas de queimadas, olaria, com nítido caminho de escavação da lavra que vai deixando o entorno completamente degradado. Repete-se o mesmo padrão de exploração e devastação.</p>
	AU 291005705000020 - DIAS D'ÁVILA 1991/2000
	<p>Área fronteira de urbanização de Dias D'Ávila, situada às margens da BA 093. Urbanização densa com duas glebas residuais que brevemente devem ser alvo do mesmo processo de ocupação continuado. A área totalmente urbanizada, com malha de vias não ortogonais, e ocupada com lotes que permitem pequena área de fundo de quintal onde percebe-se uma massa de copas de árvores e de vegetação. Em área não ocupada identifica-se pequeno córrego, baixada úmida e devido à esta condição de baixada não deve ter sido ocupada. O solo tem probabilidade de estar na transição de podzólico para latossolo e encontra-se situado na mancha de cerrado de Camaçari que apresenta as seguintes características: vegetação esparsa, com solos mais ácidos, adaptado ao fogo sazonal, zona de floresta mais seca, mais rala e mais tortuosas, matas densas com ocorrência apenas de matas ciliares ao longo dos córregos e baixadas úmidas.</p>

VETOR CENTRO NORTE	
	<p>AU 293070905000013 - SIMÕES FILHO 1991/2000</p>
	<p>Expansão urbana contígua a tecido preexistente e área isolada. Na poligonal a área está completamente desnuda, o solo tem aspecto de mancha de podzol onde marcas indicam a exploração de lavra. Apresenta fragmentos de mata e baixadas úmidas com aspecto que sugere existência de efluentes orgânicos em córrego com vegetação bem verde (matadouro?).</p>
	<p>AU 293070905000086 - SIMÕES FILHO 2000/2010</p>
	<p>Área com acesso pela BA-093. Apresenta fisionomia da mancha de cerrado, característica da região de Camaçari, formação aberta, solos mais fracos, com árvores esporádicas, ilhas de mata, mata ciliar acompanhando baixadas mais úmidas, antropizadas, naturalmente mais pobre e mais rala. O solo argiloso apresenta lagos de cavas de argila e jazidas em exploração de difícil recuperação, afloramentos de cascalho e muitas áreas queimadas. Identifica-se marca de muitos caminhos de áreas de exploração de jazidas, afloramentos de cascalho, muitas queimadas, indicando ser ocupação antiga e bastante antropizada. Nas imediações, a imagem sugere local de aterro para entulho. Ocupação desordenada, as imagens antigas mostram remoção de parte da ocupação, provavelmente em função de estarem localizadas sob linha de energia.</p>
	<p>AU 293070905000082 - SIMÕES FILHO 2000/2010</p>
	<p>Conjunto de áreas isoladas ocupando cumeadas de separadas por vale com acentuada diferença de cotas de relevo, grotões vegetados e baixadas. Na região identifica-se a Pedreiras Valéria e outras áreas de extração de jazidas. A área em destaque desenvolve-se longitudinalmente pela via conectora das demais áreas urbanizadas isoladas, trecho em binário, em formação paralela, afunilando nas extremidades.</p>

VETOR CENTRO NORTE		
	AU 290570105000106	CAMAÇARI 1991/2000
	<p>Área situada na fronteira da urbanização da cidade de Camaçari, às margens da BA 535. Área totalmente ocupada e urbanizada, sem um único remanescente de árvore ou elemento residual do ambiente natural. Ocupação com alta densidade e espaço público contíguo, construído em período anterior oferece pequeno espaço de área livre com alguns elementos de cobertura vegetal. Do ponto de vista ambiental a urbanização foi devastadora e falta no mínimo uma arborização para sombreamento. No entorno, áreas residuais do ambiente pré-existente que apresentam vegetação em estágio inicial de regeneração, área descampada que deve ser apropriada para uso de esportes, futebol.</p>	

<b>VETOR INTERMETROPOLITANO</b>	
<b>AU 290650105000048 - CANDEIAS 2000/2010</b>	
	<p>Expansão do tecido urbano contiguo ao pré-existente. A poligonal tem fisionomia topográfica em vales suaves e ondulados, situada em ambiente originalmente de Floresta Ombrófila, onde só resta vegeta�o rasteira. Os pastos de aspecto degradado, resto em baixada úmida com pequeno córrego, completamente desmatada. Os tanques, aguadas, são coletores de água superficial e o campo apresenta árvores esparsas. Chácaras, tipo sítios com frutiferas e uma vilazinha. Em toda a poligonal os avanços são recentes, com evidente troca de cobertura mais rica (as florestas tropicais úmidas são os ecossistemas de maior diversidade biológica do planeta) por deserto biológico (pasto com graminea africana exótica e gado zebu�no indiano).</p>
<b>AU 290650105000065 - CANDEIAS 2000/2010</b>	
	<p>A ocupa�o urbana configura duas áreas isoladas e identifica-se uso industrial, provável esta�o de tratamento e indicativo de expansão de outras glebas com esta finalidade.</p> <p>Tem fisionomia topográfica em vales suaves e ondulados. Situada em ambiente originalmente de Floresta Ombrófila, onde só resta vegeta�o rasteira, pasto de aspecto abandonado, e pequeno remanescente, bastante perturbado. Fora da poligonal, a área foi pouco trabalhada mantem vegeta�o pioneira e fragmento de vegeta�o em regenera�o.</p> <p>Outros espaços, mancha que pode ser sitio com fruteiras e predominância de área abandonada, em pasto já bastante degradado com aguadas para gado e marcas de caminho de gado. Distante de fontes de fauna e sementes, com fragmentos muito distantes dificultam a regenera�o natural.</p>

<b>VETOR SUBURBIOS</b>	
<b>AU 293070905000097 - SIMOES FILHO 2000/2010</b>	
	<p>Área onde a vegetação original era de mata atlântica (floresta tropical úmida), além de um pequeno estuário. Atualmente, o manguezal encontra-se em bom estado de conservação, mas a mata está bem degradada, com poucos remanescentes. A vegetação parece estar misturada com frutíferas exóticas de grande porte (mangueiras, jaqueiras, coqueiros, etc), e manchas com aspecto de pequenas pastagens. As construções parecem galpões de indústrias e chácaras. A presença de indústrias sempre oferece risco de poluição do solo, do estuário e do mar, com derramamentos de produtos químicos e combustíveis, além das emissões atmosféricas de CO<sub>2</sub>. Pelo mar da BTS deve chegar à praia e ao estuário todo tipo</p>
<b>AU 293070905000059 - SIMÕES FILHO 1991/2000</b>	
	<p>No bordo da baía de Aratu, ocupação precária instalada em manguezal, parcialmente aterrado, fissurado com saída de canoas, lançamento de descarga de efluentes domésticos e resíduos sólidos na maré, produção entulhos e substituição de mangue por vegetação invasora. Somado à poluição química por combustível, produtos de manutenção de barcos, resíduos de oficina, lançamento de água de lastro, introdução de organismos exóticos invasores: corais, peixes, cracas, etc, configuram perfeito desastre ecológico comprometendo a estabilidade da costa e dos organismos.</p> <p>O uso do solo nas imediações com indústria, tanques de decantação, e outras estruturas industriais, lagoa de tratamento de efluentes etc., tende a ser agravante do quadro ambiental, com a possibilidade de efluentes industriais e produtos químicos infiltrar no solo e, também, contaminar o mar levados pela água de chuva. Na área de vizinhança, observa-se fragmentos de mata em estágio secundário médio de regeneração, com sinais de ocupação bem antiga. Solos com a aparência de arenoquartzosos, configuram fragmentos de restinga.</p>
<b>AU 293070905000059 - SIMÕES FILHO 1991/2000</b>	
<b>AU 293070905000059 - SIMÕES FILHO 1991/2000</b>	

VETOR SUL	
AU 293320815000011- VERA CRUZ 1991/2000	
	<p>Localizada na estrada de Cacha Pregos, BA 882, a área se insere na fronteira do tecido urbano. �rea situada no compartimento ambiental de Floresta Ombrófila tropical úmida, bastante antropizada. Apenas se reconhece as fases de estágios superiores de regenera�o e forma�o original no interior da poligonal, o mais distanciado da rodovia que lhe d� acesso. A �rea de urbaniza�o propriamente dita apresenta fragmentos perturbados de mata com pasto, loteamento em área de pasto abandonado com alguns eixos viários abertos para futura ocupa�o, parte mantendo alguma regularidade de traçado e parte completamente desordenada.</p> <p>A pressão urbana compromete: os len�ois freáticos, com carga de polui�o nas áreas úmidas, capta�o de água por meio de poços, com comprometimento do aquífero, esgoto e resíduos.</p> <p>Fora da poligonal numa visão mais ampla da ocupa�o da ilha de Itaparica o mesmo processo de adentrar para o miolo da ilha � observado, no mesmo padrão de urbaniza�o precária.</p>
AU 293320820000010 - VERA CRUZ 2000/2010	
	<p>Inserida no compartimento ambiental de floresta tropical úmida, bastante antropizada, pode-se reconhecer todas as fases: pasto, pasto sujo, vegeta�o pioneira e vegeta�o secundária em estágio médio de regenera�o com poucos indivíduos em estágio mais avançado de recupera�o. Apresenta importante cobertura vegetal, baixada com áreas úmidas, lagoas intermitentes, com mangue homogêneo em braço de mar que avança para a área central da ilha.</p> <p>�rea de pasto, com aguada, tem aspecto abandonado, vestígio de roça, sem registro de agricultura empresarial intensiva. Pressão urbana compromete: os len�ois freáticos, com descarga de efluentes orgânicos, capta�o de água por meio de poços, poços em excesso que podem causar a saliniza�o dos aquíferos pela intrusão salina, com comprometimento do aquífero, fossas sépticas e resíduos; e a fauna e flora, com atividade de caça e retirada seletiva de madeira, causa de empobrecimento dos fragmentos e perda de biodiversidade, especialmente as comunidades de baixa renda.</p> <p>A diversidade de fragmentos florestais próximos (mata perturbada e mata original) das áreas antropizadas possibilitam a regenera�o natural através da chuva de sementes e de animais dispersores, apesar de grande antropiza�o. Para tanto � necessário que as áreas sejam cercadas e os fatores de degrada�o controlados. e de espécies, inclusive de mata original próximo e mata perturbada, assegura possibilidade de regenera�o, apesar da grande antropiza�o.</p> <p>Fora da poligonal manchas de areia sinalizam restinga, área de transi�o de restinga arbórea para floresta úmida, passando por baixadas úmidas e mata paludosa.</p> <p>Registro de manchas de retirada de material cascalho, degrada�o de difícil recupera�o</p>



## ANEXOS

<b>Anexo 01</b> - Principais Investimentos privados previstos para a Costa dos Coqueiros	718
<b>Anexo 02</b> - Investimentos privados inaugurados, 2007 a 2016	719
<b>Anexo 03</b> - Evolução Oferta Hoteleira 2001-2006	721
<b>Anexo 04</b> - Investimentos privados previstos, 2009 a 2016	718
<b>Anexo 05</b> - ADEMI: Evolução do mercado imobiliário, 1993 a 2015, Lançamentos e Vendas	718
<b>Anexo 06</b> - ADEMI: Planilha Lançamentos, 2009	718
<b>Anexo 07</b> - Imagens e esquema do <i>Masterplan</i> Istanbul	718

## ANEXO 01 – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS COSTA DOS COQUEIROS

Nome Empreendimento	Descrição	Nacional	Local de Invest.	Empreendedor	Área (ha)	Data Início	Valor (R\$ mil)	Estágio	População
Complexo Sol Meliá - 1ª etapa (Gran Meliá + Condor Hotel)	área com 03 kms de praia + 01 hotel Gran Meliá com 300 UHs + 01 Condor Hotel com 150 UHs + área de eventos	Espanha	Genipabu/ Camaçari	Sol Meliá	450	set/2009	100.000.000	Planejamento	250
Complexo Sol Meliá - 2ª etapa (Meliá Alphaville)	hotéis + condomínios de 1ª e 2ª residência	Espanha	Genipabu/ Camaçari	Sol Meliá	550	dez/2009	150.000.000	Planejamento	500
Le Carlo / Les Terrasses	hotel com 114 UHs + apart-hotel com 77 UHs	França	Itacimirim / Camaçari		195	jul/2009	10.435.000	Planejamento	140
Iberostar Bahia (2ª etapa)	Centro de Entretenimento + Condomínio Residencial Service com 124 casas + Spa + 2º hotel	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	540	ago/2008	100.000.000	Implantação	540
Iberostar Bahia (3ª etapa)	3º hotel + campo de golfe 09 buracos + 84 casas	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João		250	ago/2009	20.000.000	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte 1ª ETAPA		Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	600	dez/2008	80.000.000	Planejamento	2.500
Complexo Turístico em Praia do Forte 2ª ETAPA	9 hotéis + Vila + Golfe	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	7.000	jan/2014	1.270.000.000	Planejamento	5.000
Reserva Imbassai All Inclusive (1ª Etapa)		Espanha	Imbassai/ Mata de São João	Fiesta	350	jan/2008	35.700.000	Implantação	340
Reserva Imbassai - Beach Resort (2ª Etapa)		Portugal	Imbassai/ Mata de São João	A definir	250	jan/2009	30.000.000	Planejamento	200
Reserva Imbassai (3ª Etapa)		Portugal	Imbassai/ Mata de São João	A definir	200	jan/2012	20.000.000	Planejamento	200
Orissio Sul		Itália	Imbassai/ Mata de São João	Orissio Investimentos	533	jan/2008	14.500.000	Planejamento	533
Orissio Norte		Itália	Imbassai/ Mata de São João	Orissio Investimentos	1.500	jan/2010	104.000.000	Planejamento	1.500
Fazenda Costa Azul	área de 868 ha; 2,5 km de praia; 05 hotéis, 03 campos de golfe, centro hípico, condomínio e espaço para comércio e serviços	Espanha	Jandaíra	a definir	2.500	*	0	Planejamento	
Bahia dos Coqueiros	área com 104 hectares, 2,4 kms de praia, resortl com 350 UHs + 127 casas + vilagge com 162 apartamentos	Portugal	Jacuípe / Camaçari	a definir	350	dez/2009	220.000.000		500
Complexo Turístico- imobiliário GrupAce		Espanha	Esplanada - Baixios	*	4.000	dez/2009	300.000.000	planejamento	

**Tabela 3: Principais Investimentos Privados Previstos para a Costa dos Coqueiros**  
 Fonte: Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

## ANEXO 02



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superint ndencia de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Bahia - Investimentos Privados Inaugurados 2007 - 2016**

Empreendimento	Origem Recurso	Bandeira	Localiza�o	UHs	Previsto	Abertura
Hotel Comfort Aeroporto	Nacional		Lauro de Freitas	132	set-08	Não
Complexo Sol Meliá 1a. Etapa	Espanha		Genipabu / Camaçari	450	set-09	Não
Complexo Sol Meliá 2a. Etapa	Espanha		Genipabu / Camaçari	550	dez-09	Não
Le Carlo - les Terraces	França		Itacimirim / Camaçari	195	jul/09	Não
Iberostar Bahia (2� etapa)	Espanha	Espanha	Costa dos Coqueiros/ Mata de São João	540	ago/09	dez/08
Iberostar Bahia (3� etapa)	Espanha	Espanha	Costa dos Coqueiros/ Mata de São João	250	ago/09	Não
Complexo Turístico TRUSSAM 1a. Etapa	Espanha		Praia do Forte/ Mata S Joao	600	dez/08	Não
Complexo Turístico TRUSSAM 1a. Etapa	Espanha		Praia do Forte/ Mata S Joao	7000	jan/14	Não
Reserva Imbassay 1a. Etapa All inclusive	Espanha	Gand Palladium???	Imabassay / Mata S João	350	jan/08	set-10
Reserva Imbassay 2a. Etapa All inclusive	Portugal		Imabassay / Mata S João	250	jan/09	Não
Reserva Imbassay 3a. Etapa All inclusive	Portugal		Imabassay / Mata S João	250	jan/12	Não
Ourissio Sul	Italia		Imabassay / Mata S João	533	jan/08	Não
Ourissio Norte	Itália		Imabassay / Mata S João	1500	jan/10	Não
Fazenda Costa Azul			Janndaira	2500		Não
Baia dos Coqueiros	Portugal		Jacuipe / Camaçari	350	dez/09	Não
Complexo Turístico imobiliário	Espanha	GrupAce	Baixios/Esplanads	4000	dez/09	Não
Zank Boutique Hotel	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	20		nov/07
Stella Maris Resort e Conventions	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	330		jan/08
Catussaba Business	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	133		fev/08
Bahia Suítes Residence	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	220		set/08
América Towers Hotel	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	120		nov/08
Malibu Plaza	Nacional	Nacional	Costa dos Coqueiros / Lauro de Freitas	56		dez/08
Pestana Lodge	Portugal	Portugal	Baia de Todos os Santos / Salvador	98		fev/09
Pousada Casa da Vitória	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	7		mar/10
Grand Palladium Imbassai Resort & Spa - Reserva Imbassai	Espanha	Espanha	Costa dos Coqueiros/Imbassai / Mata de São João	654		set/10
Mercure Pituba	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	154		jan/11
Salvador Business Flat	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	166		ago/11
Matiz Salvador	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	304		nov/11
Mercure Boulevard Salvador	Nacional	Nacional	Baia de Todos os Santos / Salvador	324		mai/12

InterCity Premium Salvador	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	187	jul/12
Sotero Hotel	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	133	nov/12
Pousada A Capela	Nacional	Nacional	Costa dos Coqueiros/Arembepe	8	dez/12
Hostel F Design	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	13	dez/12
Sheraton Hotel da Bahia	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	284	mar/13
Arena Sauípe Espaço Multiuso para Eventos	Nacional	Nacional	Costa dos Coqueiros / Sauípe	*	ago/13
Grande Hotel Sesc de Itaparica	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Itaparica	83	out/13
Projeto Hangar: 2 Hotéis:(Ibis- 275 UHs / Novotel-192 UHs)	Nacional	França	Baía de Todos os Santos / Salvador	467	dez/13
Ibis Vitória da Conquista	Nacional	França	Caminhos do Sudoeste / Vitória da Conquista	106	jan/14
Bahia Prime Hostel	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	8	fev/14
Mais Hotel	Nacional	Nacional	Costa dos Coqueiros / Lauro de Freitas	160	fev/14
Campo Bahia	Alemanha	Nacional	Costa do Descobrimento / Santa Cruz Cabrália	61	jun/14
Catussaba Suítes	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	86	jun/14
Salvador Express Hotel	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	108	mai/15
Aero Espaço Empresarial & Hotel InterCity Express Salvador	Nacional	Nacional	Costa dos Coqueiros / Lauro de Freitas	187	ago/15
Hotel Aquarena Suites	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	48	nov/15
Real Classic Salvador	Nacional	Nacional	Baía de Todos os Santos / Salvador	136	dez/15
<b>TOTAL</b>				<b>4.661</b>	

## ANEXO 03 - EVOLU O DA REDE HOTELEIRA 2001-2006

REGIÃO / MUNICÍPIOS	2001			2002			2003			2004			2005			2006		
	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS
<b>Salvador</b>	<b>292</b>	<b>10.472</b>	<b>22.516</b>	<b>294</b>	<b>11.098</b>	<b>23.592</b>	<b>309</b>	<b>12.172</b>	<b>26.225</b>	<b>308</b>	<b>12.034</b>	<b>25.950</b>	<b>309</b>	<b>12.345</b>	<b>26.566</b>	<b>387</b>	<b>14.566</b>	<b>33.261</b>
<b>COSTA DOS COQUEIROS</b>	<b>Ago/02</b>			<b>Set 04</b>			<b>set/05</b>			<b>out/06</b>								
Camaçari	47	1.051	2.677	52	1.118	2.905	52	1.118	2.905	62	1.318	3.409	62	1.318	3.409	69	1.970	4.741
Conde	45	443	1.228	50	535	1.469	50	535	1.469	51	537	1.477	51	537	1.477	53	601	1.630
Entre Rios	33	375	913	43	619	1.623	43	619	1.623	47	660	1.772	47	660	1.772	61	840	2.196
Esplanada	8	93	203	8	96	201	8	96	201	11	130	282	11	130	282	12	174	371
Jandaíra	11	141	367	10	148	393	10	148	393	10	169	417	10	169	417	14	201	510
Lauro de Freitas	14	198	521	17	240	666	17	240	666	17	309	771	17	309	771	18	335	1.178
Mata de São João	78	2.512	5.702	80	2.697	6.261	80	2.697	6.261	88	2.844	6.638	88	2.844	6.638	93	3.625	8.291
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>	<b>4.813</b>	<b>11.611</b>	<b>260</b>	<b>5.453</b>	<b>13.518</b>	<b>260</b>	<b>5.453</b>	<b>13.518</b>	<b>286</b>	<b>5.967</b>	<b>14.766</b>	<b>286</b>	<b>5.967</b>	<b>14.766</b>	<b>320</b>	<b>7.746</b>	<b>18.917</b>

Tabela 1: Evolução da Oferta Hoteleira da Costa dos Coqueiros, Bahia 2001 -2006

Fonte: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos - SUINVEST



## ANEXO 04 – INVESTIMENTOS PRIVADOS PREVISTOS 2009 a 2016

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 08.04.2009

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>22.389</b>		<b>3.250.685.000</b>		<b>21.393</b>
Complexo Sol Meliá - 1� etapa (Hotel Meliá)	01 hotel Meliá com 282 Uhs	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	282	dez/2010	50.000.000	Planejamento	250
Complexo Sol Meliá - 2� etapa (Meliá Alphaville)	hotéis + condomínios de 1� e 2� residência	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	550	dez/2012	150.000.000	Planejamento	500
Orissio Norte	hotel	Itália	Imbassaí / Mata de São João	Orissio Investimentos	1.500	jan/2013	104.000.000	Planejamento	1.500
Orissio Sul	hotel	Itália	Imbassaí / Mata de São João	Orissio Investimentos	533	jan/2012	14.500.000	Planejamento	533
Fiesta Hoteles - Reserva Imbassaí (2� Etapa)	hotel	Espanha	Imbassaí / Mata de São João	Fiesta Hoteles	868	dez/2010	80.000.000	Planejamento	2000
Le Carlo / Les Terrasses	hotel com 114 UHs + apart-hotel com 77 UHs	França	Itacimirim / Camaçari	A definir	181	dez/2010	10.435.000	Planejamento	140
Bahia dos Coqueiros	�rea com 104 hectares, 2,4 kms de praia, resortl com 350 UHs + 127 casas + vilagge com 162 apartamentos	Portugal	Jacuipe / Camaçari	A definir	350	dez/2009	220.000.000	Planejamento	500
Hotel Aeroporto	hotel de trânsito	Nacional	Lauro de Freitas	Go Inn / Atlântica Hotels International	275	mar/2010	12.500.000	Planejamento	200
Iberostar Bahia (3� etapa)	3� hotel + campo de golfe 09 buracos + 84 casas	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	250	ago/2009	20.000.000	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte - Norte / Bensal Holding do Brasil	02 hotéis + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	7.500	dez/2010	450.000.000	Planejamento	4.000
Complexo Turístico em Praia do Forte - Sul / Amagerone Capital Holding do Brasil	04 hotéis + campo de golfe + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	7.500	dez/2012	1.270.000.000	Planejamento	5.000
Plano Grande Baixio (1� Etapa) - Lagoa Azul	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixio - Esplanada	Grupo � de Prima	*	dez/2011	398.000.000	Planejamento	1.450

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turisticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 08.04.2009

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Baia de Todos os Santos</b>					<b>5.377</b>		<b>977.337.500</b>		<b>5.410</b>
Grande Hotel de Itaparica	col�nia de férias	Nacional	Itaparica	Sesc	90	jun/2009	2.500.000	Implanta�o	120
Caeser Business	business center + espaço de eventos	Nacional	Salvador	Grupo Posadas	102	nov/2009	13.043.500	Implanta�o	50
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	230	dez/2010	25.000.000	Planejamento	400
Catussaba Suites	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	86	jul/2009	7.500.000	Implanta�o	86
Hotel Salvador - Solar dos Azulejos	hotel	Portugal	Salvador	Hilton	200	dez/2011	25.000.000	Planejamento	400
Palace Hotel	hotel	Portugal	Salvador	Hotéis Alexandre de Almeida	90	*	1.800.000	Planejamento	80
Hotel Paulus	hotel com 88UHs	Nacional	Pituba / Salvador	Aliança Palace Hotel	88	*	2.017.000	Implanta�o	88
Porto Bello Arma�o	hotel com 150UHs + apart com 250UHs	Nacional	Arma�o / Salvador	Porto Bello Hotéis	400	dez/2011	10.715.000	Planejamento	400
Txai Salvador	hotel de alto padrão	Nacional	Salvador	A definir	48	dez/2011	10.000.000	Planejamento	60
Ilha de Cajaiba (1� etapa)	A 1� etapa compreende hotel com 1.010 UHs, 834 apartamentos e 835 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	1.010	jan/2010	195.000.000	Planejamento	1.010
Ilha de Cajaiba (2� etapa)	A 2� etapa compreende hotel com 422 UHs, 850 apartamentos e 124 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	422	jan/2012	130.000.000	Planejamento	422
Ilha de Cajaiba (3� etapa)	A 3� etapa compreende hotel com 100 UHs, 1.550 apartamentos e 142 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	100	jan/2015	195.000.000	Planejamento	100
Ilha de Cajaiba (4� etapa)	A 4� etapa compreende hotel com 618 UHs, 1.002 apartamentos e 103 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	618	jan/2017	130.000.000	Planejamento	618
Marina Resort Ilha do Dourado 1� Etapa	hotel + marina	Nacional	Salinas da Margarida	A definir	106	dez/2010	10.000.000	Implanta�o	106
First Business Center / Ibis	01 hotel + edifício comercial	Nacional / E.U.A.	Salvador	Ibis / Accor	253	mar/2011	144.000.000	Planejamento	220
Madrid / Lisboa - Arma�o	2 hotéis	Portugal / Espanha	Salvador	Grupo Madrid / Lisboa Prima	760	dez/2012	60.000.000	Planejamento	600
Antigo Edifício Jornal A Tarde	hotel boutique	Espanha	Salvador	Empreendimentos Inovadores	70	dez/2011	6.522.000	Planejamento	70
Matiz Salvador	hotel de negócios + centro de conven�es + área de lazer + 13 lojas	Nacional	Salvador	Hotelaria Brasil	380	jan/2010	6.740.000	Implanta�o	380
Mercure Boulevard Salvador		Nacional	Salvador	Rede Accor	324	dez/2012	2.500.000	Implanta�o	200



**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 08.04.2009

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Dendê</b>					<b>308</b>		<b>117.500.000</b>		<b>360</b>
Projeto Mara�	1 hotel alto padrão + 50 casas	Nacional	Mara�	A definir	33	dez/2010	17.500.000	Planejamento	60
Projeto Tamaca	05 pousadas com 50 Uhs + residencial com 550 unidades eco-sustentáveis + centro de serviços + centro de entretenimento + inclusão social	Nacional / Itália	Morro de São Paulo / Cairu	A definir	275	dez/2011	100.000.000	Planejamento	300
<b>Costa do Cacau</b>					<b>878</b>		<b>428.207.000</b>		<b>3.370</b>
Projeto Rio de Contas - 1� Etapa	01 hotel alto padrão + condomínio residencial com 164 unidades	Nacional	Pontal / Itacaré	A definir	33	dez/2010	25.000.000	Planejamento	60
Aquapura (Warapuru Hotel)	hotel de alto padrão	Portugal	Praia da Engenhoca / Itacaré	própria	40	dez/2009	40.000.000	Implanta�o	100
Ilha de Canavieiras Resort (Marina Resort)	resort + condomínio residencial	Nacional	Canavieiras	Super Clubs	256	dez/2012	29.412.000	Planejamento	250
Nossa Senhora Vitória Resort	turístico-imobiliário, 66 hectares com 01 km de praia, <small>valor total de investimento</small>	Nacional	Ilhéus		40	dez/2012	5.295.000	Planejamento	160
Costa do Cacau Village Golf & Resort	hotel + centro de eventos + campo de golfe		Ilhéus	A definir	288	dez/2010	23.000.000	Planejamento	270
Lagoa Pearl Beach Econature Resort	hotel + condomínio residencial	Inglaterra	Ilhéus		53	jan/2012	15.000.000	Planejamento	300
Makenna Resort Ltda	hotel-resort de alto luxo + condomínio residencial Ecoresort com 72		Ilhéus		16	dez/2010	7.500.000	Planejamento	70
Wondetur Brasil	apartamentos + condomínio residencial com 45 casas + centro comercial	Portugal /Espanha	Ilhéus		72	dez/2010	3.000.000	Planejamento	120
Worldwide Destinations	02 hotéis boutique + campo de golfe + centro de esportes + centro comercial		Ilhéus		50	dez/2012	250.000.000	Planejamento	2.000
Resende Beach	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	dez/2009	30.000.000	Planejamento	40

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 08.04.2009

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Descobrimento</b>					<b>1.898</b>		<b>857.899.500</b>		<b>2.011</b>
Projeto Portal do Descobrimento (Fazenda Ondina)	01 hotel 250 UHs + Apart-hotel 300 Uhs + pousada 50 + campo de golfe + condominio residencial com 502 casas	Portugal	Belmonte	A definir	600	dez/2012	63.500.000	Planejamento	600
Golf Boutique Resort	3,5 hectares + golfe + turístico-imobiliário	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	60	dez/2011	5.883.000	Planejamento	60
Itapororoca Resort	01 hotel + 75 casas	Suécia	Trancoso / Porto Seguro	A definir	55	dez/2009	6.000.000	Planejamento	100
Singlehome Trancoso Hotel	396 hectares com 1,8 km de praia	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	76	dez/2012	12.941.500	Planejamento	76
Projeto Turtle Bay	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	50	dez/2012	44.450.000	Planejamento	100
Projeto Sedona	residencial + campo de golfe	Luxemburgo	Belmonte	A definir	235	dez/2012	33.000.000	Planejamento	225
Projeto SPE Empreendimentos Turísticos	turístico-imobiliário	Inglaterra	Belmonte	A definir	200	dez/2011	40.000.000	Planejamento	200
Projeto Kelandra	turístico-imobiliário	Suécia	Belmonte	A definir	302	dez/2012	24.000.000	Planejamento	300
Catalana	turístico-imobiliário	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	200	dez/2011	28.125.000	Planejamento	200
Projeto Voramar Residencial	01 hotel com 120 UHs + 360 casas + campo de golfe de 09 buracos	Espanha	Belmonte	A definir	120	dez/2011	600.000.000	Planejamento	150
<b>Chapada Diamantina</b>					<b>370</b>		<b>23.500.000</b>		<b>458</b>
Reserva Len�ois	hotel resort (180 UHs) + pousada (90 UHs)+ residencial com serviços (100 UHs)+ memorial do qarimpo	Nacional	Len�ois	A definir	370	dez/2012	23.500.000	Planejamento	458
<b>TOTAIS</b>					<b>31.220</b>		<b>5.655.129.000</b>		<b>33.002</b>

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 24.02.2010

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>19.739</b>		<b>3.386.250.000</b>		<b>19.383</b>
Complexo Sol Meliá - 1ª etapa (Hotel Meliá)	01 hotel Meliá com 282 Uhs	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	282	dez/2011	50.000.000	Planejamento	250
Complexo Sol Meliá - 2ª etapa (Meliá Alphaville)	hotéis + condomínios de 1ª e 2ª residência	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	550	dez/2012	150.000.000	Planejamento	500
Orissio Norte	hotel	Itália	Embassai / Mata de São João	Orissio Investimentos	1.500	jan/2013	104.000.000	Planejamento	1.500
Orissio Sul	hotel	Itália	Embassai / Mata de São João	Orissio Investimentos	533	jan/2012	14.500.000	Planejamento	533
Grand Palladium Embassai Resort & Spa - Reserva Embassai	hotel	Espanha	Embassai / Mata de São João	Fiesta Hoteles	654	jun/2010	80.000.000	Implantação	2000
Le Carlo / Les Terrasses	hotel com 124 UHs + apart-hotel com 76 UHs	França	Itacimirim / Camaçari	A definir	100	dez/2012	6.000.000	Planejamento	180
Bahia dos Coqueiros	área com 104 hectares, 2,4 kms de praia, resortl com 350 UHs + 127 casas + vilagge com 162 apartamentos	Portugal	Jacuípe / Camaçari	A definir	350	dez/2012	220.000.000	Planejamento	500
Hotel Aeroporto	hotel de trânsito	Nacional	Lauro de Freitas	Blue Tree Hotels	275	dez/2011	12.500.000	Planejamento	200
Iberostar Bahia (3ª etapa)	3º hotel + campo de golfe 09 buracos + 84 casas	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	250	dez/2011	20.000.000	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte - Norte / Bensal Holding do Brasil	02 hotéis + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	4.500	dez/2011	450.000.000	Implantação	4.000
Complexo Turístico em Praia do Forte - Sul / Amagerone Capital Holding do Brasil	04 hotéis + campo de golfe + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	7.500	dez/2013	1.270.000.000	Planejamento	5.000
Plano Baixio (1ª Etapa) - Lagoa Azul	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixio - Esplanada	Grupo É de Prima	60	dez/2011	398.000.000	Planejamento	1.450

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 24.02.2010

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>									
Busca Vida Bangalô Resort	hotel com 45 UHs + 13 unidades residenciais + centro de serviços + restaurante	Portugal	Busca Vida / Camaçari	A definir	45	jun/2014	40.000.000	Planejamento	50
Fazenda Onça	entretenimento e lazer (454 hectares)	Bélgica	Cachoeira de Itanh� / Janda�ira	A definir	0	*	18.750.000	Planejamento	300
Costa Azul Bahia Golf Resort & Condomínio	�rea com 868 ha (2,5 km de praia), complexo turístico com 05 hotéis + condomínio residencial+ 03 campos de golfe + centro hípico + centro de entretenimento, serviços e comércio	Espanha	Costa Azul / Janda�ira	A definir	2.250	dez/2012	312.500.000	Planejamento	1.500
Costa Azul Beach Resort	�rea com 70 ha + 01 hotel + 01 escola de hotelaria + condomínio com 72 lotes	Portugal	Costa Azul / Janda�ira	A definir	100	dez/2012	50.000.000	Planejamento	120
Camaçari Lagoon Resort	scola de hotelaria + condomini	Portugal	Busca Vida / Camaçari	A definir	440	dez/2012	100.000.000	Planejamento	500
Quintas de Arembepe	hotel com 200 UHs + campo de golfe + hotel executivo com 150 UHs + condomínio residencial 80 unidades+ centro de entretenimento, serviços e comércio	Portugal	Arembepe / Camaçari	A definir	350	dez/2012	90.000.000	Planejamento	400

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 24.02.2010

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Baia de Todos os Santos</b>					<b>4.380</b>		<b>939.837.500</b>		<b>4.720</b>
Grande Hotel de Itaparica	col�nia de férias	Nacional	Itaparica	Sesc	90	*	2.500.000	Implanta�o	120
Caeser Business	business center + espaço de eventos	Nacional	Salvador	Grupo Posadas	102	abr/2010	13.043.500	Implanta�o	50
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	230	dez/2012	25.000.000	Planejamento	400
Catussaba S�ites	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	86	dez/2010	7.500.000	Implanta�o	86
Hotel Salvador - Solar dos Azulejos	hotel de alto padrão + restaurante + salas de reuniões + healthy club + 7Day Spa	Portugal	Salvador	Hilton	200	dez/2011	25.000.000	Implanta�o	250
Palace Hotel	hotel	Portugal	Salvador	Hotéis Alexandre de Almeida	90	*	1.800.000	Planejamento	80
Hotel Paulus	hotel com 88UHs	Nacional	Pituba / Salvador	Aliança Palace Hotel	88	*	2.017.000	Implanta�o	88
Porto Bello Arma�o	hotel	Nacional	Arma�o / Salvador	Porto Bello Hotéis	172	dez/2013	10.715.000	Planejamento	400
Txai Hotel Salvador	hotel de alto padrão	Nacional	Salvador	Txai Resort	39	dez/2012	10.000.000	Planejamento	120
Ilha de Cajaiba (1� etapa)	A 1� etapa compreende hotel com 1.010 UHs, 834 apartamentos e 835 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	1.010	dez/2012	195.000.000	Planejamento	1.010
Ilha de Cajaiba (2� etapa)	A 2� etapa compreende hotel com 422 UHs, 850 apartamentos e 124 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	422	dez/2014	130.000.000	Planejamento	422
Ilha de Cajaiba (3� etapa)	A 3� etapa compreende hotel com 100 UHs, 1.550 apartamentos e 142 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	100	dez/2016	195.000.000	Planejamento	100
Ilha de Cajaiba (4� etapa)	A 4� etapa compreende hotel com 618 UHs, 1.002 apartamentos e 103 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	618	dez/2017	130.000.000	Planejamento	618
Marina Resort Ilha do Dourado 1� Etapa	hotel + marina	Nacional	Salinas da Margarida	A definir	106	*	10.000.000	Implanta�o	106
Antigo Edifício Jornal A Tarde (Hotel Fasano)	hotel boutique	Espanha	Salvador	Prima Empreendimentos Inovadores	70	dez/2011	6.522.000	Planejamento	70
Matiz Salvador	hotel de negócios + centro de conven�es + área de lazer + 13 lojas	Nacional	Salvador	Hotelaria Brasil	380	jan/2011	6.740.000	Implanta�o	380
First Business Center / Ibis	01 hotel + edifício comercial	Nacional / E.U.A.	Salvador	Ibis / Accor	253	set/2011	144.000.000	Planejamento	220
Mercure Boulevard Salvador		Nacional	Salvador	Rede Accor	324	dez/2012	25.000.000	Implanta�o	200

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 24.02.2010

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Dendê</b>					<b>357</b>		<b>227.500.000</b>		<b>560</b>
Projeto Mara�	1 hotel alto padrão + 50 casas	Nacional	Mara�	A definir	33	dez/2012	17.500.000	Planejamento	60
Projeto Tamaca	05 pousadas com 50 Uhs + residencial com 550 unidades eco-sustentáveis + centro de serviços + centro de entretenimento + inclusão social	Nacional / Itália	Morro de São Paulo / Cairu	A definir	275	dez/2011	100.000.000	Planejamento	300
Pratigi Resort	hotel de alto padrão com 49 bangalôs + condomínio residencial + restaurantes + quadras de t�nis + marina + beach club + spa + centro hípico	Nacional / Suécia	Praia de Pratigi / Nilo Peçanha	A definir	49	dez/2012	110.000.000	Planejamento	200
<b>Costa do Cacau</b>					<b>1.094</b>		<b>486.912.000</b>		<b>3.354</b>
Projeto Rio de Contas - 1ª Etapa	01 hotel alto padrão + condomínio residencial com 164 unidades	Nacional	Pontal / Itacaré	A definir	33	dez/2013	25.000.000	Planejamento	60
Fazenda Itacarezinho	pousada de charme + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	*	dez/2013	12.500.000	Planejamento	*
Fazenda Miramar	hotel + residencial + vilagge	Nacional	Itacaré	A definir	75	*	23.000.000	Planejamento	*
Fazenda Patizeiro	01 hotel + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	150	*	21.000.000	Planejamento	*
Warapuru Hotel	hotel de alto padrão	Portugal	Praia da Engenhoca / Itacaré	própria	40	dez/2011	40.000.000	Implanta�o	100
Ilha de Canavieiras Resort (Marina Resort)	resort + condomínio residencial	Nacional	Canavieiras	Super Clubs	247	dez/2012	29.412.000	Planejamento	269
Boné Itacaré Hotel & Residence ( Nossa Senhora da Vitória)	turístico-imobiliário, 22 hectares com 01 km de praia	Nacional	Ilhéus	Boné	40	dez/2014	7.500.000	Planejamento	125
Costa do Cacau Village Golf & Resort	hotel + centro de eventos + condomínio residencial + campo de golfe 09 buracos		Ilhéus	A definir	288	*	23.000.000	Planejamento	270
Lagoa Pearl Beach Econature Resort	hotel + condomínio residencial	Inglaterra	Ilhéus		53	*	15.000.000	Planejamento	300
Makenna Resort Ltda	hotel-resort de alto luxo + condomínio residencial		Ilhéus		16	*	7.500.000	Planejamento	70
Wondertur Brasil	Ecoresort com 72 apartamentos + condomínio residencial com 45 casas + centro comercial	Portugal /Espanha	Ilhéus		72	*	3.000.000	Planejamento	120
Worldwide Destinations	02 hotéis boutique + campo de golfe + centro de esportes + centro comercial		Ilhéus		50	*	250.000.000	Planejamento	2.000
Resende Beach	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	dez/2012	30.000.000	Planejamento	40

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 24.02.2010

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Costa do Descobrimento</b>					<b>1.969</b>		<b>868.075.000</b>		<b>2.365</b>
Projeto Portal do Descobrimento (Fazenda Ondina)	01 hotel 250 UHs + Apart-hotel 300 UHs + pousada 50 + campo de golfe + condomínio residencial com 502 casas	Portugal	Belmonte	A definir	600	dez/2012	63.500.000	Planejamento	600
Golf Boutique Resort	7 hectares + empreendimento turístico-imobiliário	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	60	dez/2011	8.500.000	Planejamento	180
Itapororoca Resort	01 hotel + 75 casas	Suécia	Trancoso / Porto Seguro	A definir	55	dez/2012	6.000.000	Planejamento	100
Singlehome Trancoso Hotel	96 hectares com 1,8 km de praia	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	76	dez/2014	5.500.000	Planejamento	180
Projeto Turtle Bay	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	50	dez/2012	44.450.000	Implantação	100
Projeto Sedona	residencial + campo de golfe	Luxemburgo	Belmonte	A definir	235	dez/2013	33.000.000	Planejamento	225
Projeto SPE Empreendimentos Turísticos	turístico-imobiliário	Inglaterra	Belmonte	A definir	200	dez/2012	40.000.000	Planejamento	200
Projeto Kelandra	turístico-imobiliário	Suíça	Belmonte	A definir	302	dez/2013	24.000.000	Planejamento	300
Catalana	turístico-imobiliário	Espanha / Bra	Belmonte	A definir	200	dez/2012	28.125.000	Planejamento	200
Projeto Voramar Residencial	01 hotel com 120 UHs + 360 casas + campo de golfe de 09 buracos	Espanha	Belmonte	A definir	120	dez/2012	600.000.000	Planejamento	150
Hotel Mar Paraíso (2ª etapa)	25 UHs + spa + sauna + academia de ginástica + salão de jogos	Itália / Brasil	Arraial d'Ajuda / Porto Seguro	Independente	25	nov/2010	5.000.000	Implantação	30
El Secreto da Bahia	46 UHs + spa + restaurante + condomínio residencial + centro de serviços	Espanha	Arraial d'Ajuda / Porto Seguro	A definir	46	dez/2011	10.000.000	Implantação	100
<b>Chapada Diamantina</b>					<b>370</b>		<b>23.500.000</b>		<b>458</b>
Reserva Lençóis	hotel resort (180 UHs) + pousada (90 UHs)+ residencial com serviços (100 UHs)+ memorial do garimpo	Nacional	Lençóis	A definir	370	dez/2012	23.500.000	Planejamento	458
<b>TOTAIS</b>					<b>27.909</b>		<b>5.932.074.500</b>		<b>30.840</b>

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A****Secretaria de Turismo****Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST****Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 03.06.2011

<b>Empreendimento</b>	<b>Descritivo / Características</b>	<b>Origem</b>	<b>Localiza�o</b>	<b>Operadora</b>	<b>UHs</b>	<b>Previsão de abertura</b>	<b>Incorporador ou proprietário</b>	<b>Investimento estimado (US\$)</b>	<b>Situa�o</b>	<b>Empregos diretos</b>
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>19.703</b>			<b>3.546.250.000</b>		<b>17.783</b>
Complexo Sol Meli� - 1� etapa (The Reserve Paradisus Hotel - Guarajuba)	hotel, spa e centro de conven�es para 1.000	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meli�	250	dez/2012	Grupo Sol Meli�	60.000.000	Planejamento	250
Complexo Sol Meli� - 2� etapa (Meli� Alphaville)	04 hotéis + academia de golfe, clube equestre, ventro comercial, condomínios de 1� e 2� resid�ncia	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	1.000	dez/2019	Grupo Sol Meliá	300.000.000	Planejamento	500
Costa de Imbassay Resort e Resindece (Orissio Norte)	hotel	Itália	Imbassaí / Mata de São João	Orissio Investimentos	1.500	jan/2013	Alcebiades Barata	104.000.000	Planejamento	1.500
Orissio Sul	hotel	Itália	Imbassaí / Mata de São João	Orissio Investimentos	533	jan/2012	Alcebiades Barata	14.500.000	Planejamento	533
Grand Palladium Imbassai Resort & Spa - Reserva Imbassai - 2� etapa	hotel	Espanha	Imbassaí / Mata de São João	Fiesta Hoteles	200	dez/2012	Fiesta Hoteles	80.000.000	Planejamento	400
Le Carlo / Les Terrasses	hotel com 124 UHs + apart-hotel com 76 UHs	França	Itacimirim / Camaçari	A definir	100	dez/2012		6.000.000	Planejamento	180
Bahia dos Coqueiros	�rea com 104 hectares, 2,4 kms de praia, resortl com 350 UHs + 127 casas + vilagge com 162 apartamentos	Portugal	Jacuipe / Camaçari	A definir	350	dez/2012	Grupo Lena (Liz Constru�es)	220.000.000	Planejamento	500
Hotel Aeroporto	hotel de trânsito	Nacional	Lauro de Freitas	Blue Tree Hotels	275	dez/2011	Flávio Ayres	12.500.000	Planejamento	200
Iberostar Bahia (3� etapa)	3� hotel + campo de golfe 09 buracos + 84 casas	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	250	dez/2011		20.000.000	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte - Norte / Bensal Holding do Brasil	02 hotéis + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	4.500	dez/2011	Grupo TRUSAM	450.000.000	Implanta�o	4.000
Complexo Turístico em Praia do Forte - Sul / Amagerone Capital Holding do Brasil	04 hotéis + campo de golfe + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	7.500	dez/2013	Grupo TRUSAM	1.270.000.000	Planejamento	5.000
Plano Baixo (1� Etapa) - Lagoa Azul	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixo - Esplanada	Grupo � de Prima	60	dez/2011	Grupo � de Prima	398.000.000	Planejamento	1.450
Busca Vida Bangalô Resort	hotel com 45 UHs + 13 unidades residenciais + centro de serviços + restaurante	Portugal	Busca Vida / Camaçari	A definir	45	jun/2014	Grupo Lena / Liz Construtora	40.000.000	Planejamento	50
Fazenda Onça	entretenimento e lazer (454 hectares)	Bélgica	Cachoeira de Itanh� / Janda�ira	A definir	0	*	Inka Lodge	18.750.000	Planejamento	300



**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A****Secretaria de Turismo****Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST****Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 03.06.2011

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>										
Costa Azul Bahia Golf Resort & Condomínio	�rea com 868 ha (2,5 km de praia), complexo turístico com 05 hotéis + condomínio residencial+ 03 campos de golfe + centro hípico + centro de entretenimento, serviços e comércio	Espanha	Costa Azul / Janda�ira	A definir	2.250	jan/2014	Grupo Invisa	312.500.000	Planejamento	1.500
Costa Azul Beach Resort	�rea com 70 ha + 01 hotel + 01 escola de hotelaria + condomínio com 72 lotes	Portugal	Costa Azul / Janda�ira	A definir	100	dez/2012		50.000.000	Planejamento	120
Camaçari Lagoon Resort	3 hotéis + escola de hotelaria + condomínio residencial	Portugal	Busca Vida / Camaçari	A definir	440	dez/2012	A definir	100.000.000	Planejamento	500
Quintas de Arembepe	hotel com 200 UHs + campo de golfe + hotel executivo com 150 UHs + condomínio residencial 80 unidades+ centro de entretenimento, serviços e comércio	Portugal	Arembepe / Camaçari	A definir	350	dez/2012	Design Resorts	90.000.000	Planejamento	400

**G OVERNO DO ESTADO DA BAHIA****Secretaria de Turismo****Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST****Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 03.06.2011

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Baía de Todos os Santos</b>					<b>5.045</b>			<b>979.294.000</b>		<b>5.170</b>
Grande Hotel de Itaparica	col�nia de férias	Nacional	Itaparica	Sesc	90	*	SESC	2.500.000	Implanta�o	120
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	230	dez/2012	Dihol Hotéis	25.000.000	Planejamento	400
Catussaba S�ites	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	86	dez/2011	Dihol Hotéis	7.500.000	Implanta�o	86
Hotel Salvador - Solar dos Azulejos	hotel de alto padrão + restaurante + salas de reuniões + healthy club + 7Day Spa	Portugal	Salvador	Hilton	200	dez/2011	Grupo Imocom	25.000.000	Implanta�o	250
Palace Hotel	hotel	Portugal	Salvador	Hotéis Alexandre de Almeida	90	*	Hotéis Alexandre de Almeida	1.800.000	Planejamento	80
Hotel Paulus	hotel com 88UHs	Nacional	Pituba / Salvador	Aliança Palace Hotel	88	*		2.017.000	Implanta�o	88
Porto Bello Arma�o	hotel	Nacional	Arma�o / Salvador	Porto Bello Hotéis	172	dez/2013	Cícero Senna / Denise Marques	10.715.000	Planejamento	400
Txai Hotel Salvador	hotel de alto padrão	Nacional	Salvador	Txai Resort	39	dez/2012	Brazil Hospitality Group	10.000.000	Planejamento	120
Ilha de Cajaiba (1� etapa)	A 1� etapa compreende hotel com 1.010 UHs, 834 apartamentos e 835 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	1.010	dez/2012	Property Logic	195.000.000	Planejamento	1.010
Ilha de Cajaiba (2� etapa)	A 2� etapa compreende hotel com 422 UHs, 850 apartamentos e 124 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	422	dez/2014	Property Logic	130.000.000	Planejamento	422
Ilha de Cajaiba (3� etapa)	A 3� etapa compreende hotel com 100 UHs, 1.550 apartamentos e 142 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	100	dez/2016	Property Logic	195.000.000	Planejamento	100
Ilha de Cajaiba (4� etapa)	A 4� etapa compreende hotel com 618 UHs, 1.002 apartamentos e 103 casas	Holanda / Reino Unido	São Francisco do Conde	A definir	618	dez/2017	Property Logic	130.000.000	Planejamento	618
Marina Resort Ilha do Dourado 1� Etapa	hotel + marina	Nacional	Salinas da Margarida	A definir	106	*	Rafael Grimaldi	10.000.000	Implanta�o	106
Antigo Edifício Jornal A Tarde (Hotel Fasano)	hotel boutique	Espanha	Salvador	Prima Empreendimentos Inovadores	70	dez/2012	Grupo � de Prima	6.522.000	Planejamento	70
Matiz Salvador	hotel de negócios + centro de conven�es + área de lazer + 13 lojas	Nacional	Salvador	Hotelaria Brasil	380	jun/2011	Doto Engenharia	6.740.000	Implanta�o	380
First Business Center / Ibis	01 hotel + edifício comercial	Nacional / E.U.A.	Salvador	Ibis / Accor	253	set/2011	Bueno Netto / Abyara / BN Corp / Merrill Lynch	144.000.000	Planejamento	220
Hotel da Bahia		Nacional	Salvador		300	jun/2011		7.500.000		200
Hangar Salvador	2 hotéis (01 ibis - 275 UHs + 01 Novotel - 192)	Nacional	Salvador	Rede Accor	467	dez/2012		45.000.000	Implanta�o	300
Mercure Boulevard Salvador		Nacional	Salvador	Rede Accor	324	dez/2012		25.000.000	Implanta�o	200

\* - Números e datas não informado pelos investidores

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A****Secretaria de Turismo****Superint ndcia de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST****Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 03.06.2011

<b>Empreendimento</b>	<b>Descritivo / Características</b>	<b>Origem</b>	<b>Localiza�o</b>	<b>Operadora</b>	<b>UHs</b>	<b>Previsão de abertura</b>	<b>Incorporador ou proprietário</b>	<b>Investimento estimado (US\$)</b>	<b>Situa�o</b>	<b>Empregos diretos</b>
<b>Costa do Dendê</b>					<b>1.257</b>			<b>327.500.000</b>		<b>1.860</b>
Projeto Marau�	1 hotel alto padrão + 50 casas	Nacional	Marau�	A definir	33	dez/2012	Empresas Taguaiba / Sanca,	17.500.000	Planejamento	60
Projeto Tamaca	05 pousadas com 50 UHs + residencial com 550 unidades eco-sustentáveis + centro de serviços + centro de entretenimento + inclusão social	Nacional / Itália	Morro de São Paulo / Cairu	A definir	275	dez/2011		100.000.000	Planejamento	300
Espaço XXI	2700 hectares com 600 hectares de coqueiral, 03 hotéis + 1100 casas + campo de golfe+ hípica + polo club + pousadas	Portugal	Algodões / Marau�	A definir	900	dez/2020		100.000.000	Planejamento	1300
Pratigi Resort	hotel de alto padrão com 49 bangalôs + condominio residencial + restaurantes + quadras de t�nis + marina + beach club + spa + centro hípico	Nacional / Suécia	Praia de Pratigi / Nilo Peçanha	A definir	49	dez/2012		110.000.000	Planejamento	200
<b>Costa do Cacau</b>					<b>629</b>			<b>189.662.000</b>		<b>614</b>
Projeto Rio de Contas - 1� Etapa	01 hotel alto padrão + condominio residencial com 164 unidades	Nacional	Pontal / Itacaré	A definir	33	dez/2013	Empresas Taguaiba / Sanca,	25.000.000	Planejamento	60
Fazenda Itacarezinho	pousada de charme + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	*	dez/2013		12.500.000	Planejamento	*
Fazenda Miramar	hotel + residencial + vilagge	Nacional	Itacaré	A definir	75	*		23.000.000	Planejamento	*
Fazenda Patizeiro	01 hotel + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	150	*		21.000.000	Planejamento	*
Warapuru Hotel	hotel de alto padrão	Portugal	Praia da Engenhoca / Itacaré	própria	40	dez/2011	Itacaré Capital Partners	40.000.000	Implanta�o	100
Ilha de Canavieiras Resort (Marina Resort)	resort + condominio residencial	Nacional	Canavieiras	Super Clubs	247	dez/2012	Brazil Hospitality Group	29.412.000	Planejamento	269
Boné Itacaré Hotel & Residence ( Nossa Senhora da Vitória)	turístico-imobiliário, 22 hectares com 01 km de praia	Nacional	Ilhéus	Boné	40	dez/2014	Brazil Hospitality Group	7.500.000	Planejamento	125
Miramoro Eco-Boutique Resort	hotel boutique	Itália	Itacaré	Grupo San Domenico Hotels	14	dez/2011		1.250.000	Implanta�o	20
Resende Beach	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	dez/2012	Grupo SVEA - Bahia Beach Empreendimentos	30.000.000	Planejamento	40

**G O V E R N O D O E S T A D O D A B A H I A****Secretaria de Turismo****Superint ndcia de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST****Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 03.06.2011

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Descobrimento</b>					<b>1.969</b>			<b>868.075.000</b>		<b>2.365</b>
Projeto Portal do Descobrimento (Fazenda Ondina)	01 hotel 250 UHs + Apart-hotel 300 UHs + pousada 50 + campo de golfe + condomínio residencial com 502 casas	Portugal	Belmonte	A definir	600	dez/2012	Luso Brasil - Sociedade de Investimentos Imobiliários/ SETA Projetos	63.500.000	Planejamento	600
Golf Boutique Resort	7 hectares + empreendimento turístico-imobiliário	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	60	dez/2011	Brazil Hospitality Group	8.500.000	Planejamento	180
Itapororoca Resort	01 hotel + 75 casas	Suécia	Trancoso / Porto Seguro	A definir	55	dez/2012	Grupo SVEA - Bahia Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.	6.000.000	Planejamento	100
Singlehome Trancoso Hotel	96 hectares com 1,8 km de praia	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	76	dez/2014	Brazil Hospitality Group	5.500.000	Planejamento	180
Projeto Turtle Bay	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	50	dez/2012		44.450.000	Implanta�o	100
Projeto Sedona	residencial + campo de golfe	Luxemburgo	Belmonte	A definir	235	dez/2013		33.000.000	Planejamento	225
Projeto SPE Empreendimentos Turísticos	turístico-imobiliário	Inglaterra	Belmonte	A definir	200	dez/2012		40.000.000	Planejamento	200
Projeto Kelandra	turístico-imobiliário	Su�a	Belmonte	A definir	302	dez/2013		24.000.000	Planejamento	300
Catalana	turístico-imobiliário	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	200	dez/2012		28.125.000	Planejamento	200
Projeto Voramar Residencial	01 hotel com 120 UHs + 360 casas + campo de golfe de 09 buracos	Espanha	Belmonte	A definir	120	dez/2012		600.000.000	Planejamento	150
Hotel Mar Paraíso (2� etapa)	25 UHs + spa + sauna + academia de ginástica + salão de jogos	Itália / Brasil	Arraial d'Ajuda / Porto Seguro	Independente	25	jan/2011		5.000.000	Implanta�o	30
El Secreto da Bahia	46 UHs + spa + restaurante + condomínio residencial + centro de serviços	Espanha	Arraial d'Ajuda / Porto Seguro	A definir	46	dez/2011		10.000.000	Implanta�o	100
<b>Chapada Diamantina</b>					<b>370</b>			<b>23.500.000</b>		<b>458</b>
Reserva Len�ois	hotel resort (180 UHs) + pousada (90 UHs)+ residencial com serviços (100 UHs)+ memorial do garimpo	Nacional	Len�ois	A definir	370	dez/2012		23.500.000	Planejamento	458
<b>TOTAIS</b>					<b>28.973</b>			<b>5.934.281.000</b>		<b>28.250</b>

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

										Em 11.04.2012
Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>13.514</b>			<b>3.888.750.000</b>		<b>19.352</b>
Complexo Sol Meliá - 1� etapa (The Reserve Paradisus Hotel - Guarajuba)- Guarajuba Empreendimentos S.A.	hotel, spa e centro de conven�es para 1.000 pessoas	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	225	dez/2013	Grupo Sol Meliá	60.000.000	Planejamento	225
Complexo Sol Meliá - 2� etapa (The Guarajuba Beach Resort)	04 hotéis + academia de golfe, clube equestre, centro comercial, condomínios de 1� e 2� residência	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	1.000	dez/2020	Grupo Sol Meliá	700.000.000	Planejamento	500
Costa de Embassy Resort e Residence (Orissio Norte)	hotel+2� residência	Brasil	Embassa� / Mata de São João		2.714	1� fase dez/2015	Cyrela Brazil Realty	450.000.000	Planejamento	2.714
Orissio Sul	hotel	Itália	Embassa� / Mata de São João	Orissio Investimentos	533	*	Alcebiades Barata	14.500.000	Planejamento	533
Grand Palladium Embassa� Resort & Spa - Reserva Embassa� - 2� etapa	hotel	Espanha	Embassa� / Mata de São João	Fiesta Hoteles	210	jun/2014	Fiesta Hoteles	90.000.000	Planejamento	400
Double Tree / Les Terrasses	hotel com 110 UHs + cond.residencial com 80 casas	Brasil	Itacimir� / Camaçari	Hotel-Doubletree by Hilton	110	Hotel Abr/2013 - Cond. Set/2012	Thomas Magnus	30.000.000	Implanta�o	180
Bahia dos Coqueiros	�rea com 104 hectares, 2,4 kms de praia, 3 empreendimentos hoteleiros	Portugal	Jacupe / Camaçari	A definir	770	1� etapa 3 anos após aprova�o	Grupo Lena (Liz Constru�es)	220.000.000	Planejamento	1.200
Iberostar (3� Etapa)	3� hotel	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	240	*		*	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte - Norte / Bensal Holding do Brasil	02 hotéis(peq.porte) + conjunto habitacional+vila de entretenimento+centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM	1.200	dez/2014	Grupo TRUSAM	500.000.000	Planejamento	2.000
Complexo Turístico em Praia do Forte - Sul / Amagerone Capital Holding do Brasil	04 hotéis(medio a grande porte) +conjunto habitacional+ campo de golfe + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM	2.500	*	Grupo TRUSAM	700.000.000	Planejamento	5.000
Plano Baixo (1� Etapa)	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixio - Esplanada	Grupo � de Prima	60	*	Grupo � de Prima	398.000.000	Planejamento	1.450
Busca Vida Bangalô Resort	hotel com 45 UHs + 13 unidades residenciais + centro de serviços + restaurante	Portugal	Busca Vida / Camaçari	A definir	45	jun/2014	Grupo Lena / Liz Construtora	40.000.000	Planejamento	50
Fazenda Onça	entretenimento e lazer (454 hectares)	Bélgica	Cachoeira de Itanh� / Jandaíra	A definir	0	*	Inka Lodge	18.750.000	Planejamento	300
Naurigas	hotel resort	Espanha	Massarandupio	a definir	1.120	até dez/2017	Naurigas	175000000	Planejamento	1500
Costa Azul Bahia Golf Resort & Condomínio	�rea com 868 ha (2,5 km de praia), complexo turístico com 05 hotéis + condomínio residencial+ 01campo de golfe + centro hípico + centro de entretenimento, serviços e comércio	Espanha	Costa Azul / Jandaíra	Invisa Internacional Hotéis	2.250	dez/2015	Grupo Invisa	312.500.000	Planejamento	1.500
Aero Espaço Empresarial & Hotel	misto hoteleiro/mall/empresarial-187 UHs/21 lojas /360 salas	Nacional	Lauro de Freitas	Intercity	187	fev/2014	Graute Empreendimentos	30.000.000	Implanta�o	1000
Quintas de Arembepe	hotel com 200 UHs + casas 'bio vilas' autosustent�veis + hotel executivo com 150 UHs + condomínio residencial 80 unidades+ centro de entretenimento, serviços e comércio	Portugal	Arembepe / Camaçari	TWIST / Rede Sleep Hotels	350	1� fase em dez/2015	Design Resorts	150.000.000	Planejamento	400

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 11.04.2012

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Costa do Dendê</b>					<b>1.417</b>			<b>732.500.000</b>		<b>1.910</b>
Projeto Marauá	1 hotel alto padrão + 50 casas	Nacional	Maraú	A definir	33	dez/2013	Empresas Taguaiba / Sanca.	17.500.000	Planejamento	60
Projeto Tamaca	05 pousadas com 50 UHs + residencial com 550 unidades eco-sustentáveis + centro de serviços + centro de entretenimento + inclusão social	Nacional / Itália	Morro de São Paulo / Cairu	A definir	275	*		100.000.000	Planejamento	300
Espaço XXI	2700 hectares com 600 hectares de coqueiral, 03 hotéis + 1100 casas + campo de golfe+ hípica + polo club + pousadas	Portugal	Algodões / Maraú	A definir	900	dez/2020	Grupo Amorim-Portugal / Grupo Ruas-SP	500.000.000	Planejamento	1300
Pratigi Resort-Fazenda Barra dos Carvalhos	hotel de alto padrão com 49 bangalôs + condomínio residencial + restaurantes + quadras de tênis + marina + beach club + spa + centro hípico	Nacional / Suécia	Praia de Pratigi / Nilo Peçanha	A definir	49	jan/2015		110.000.000	Planejamento	200
Vila Alambique	Hotel e condomínio ecológico de alto padrão com marina e um centro de encontros acadêmicos em uma área de 8 hectares	Alemanha/ Brasil	Morro de São Paulo / Gamboa	A definir	160	mai/2014	Nikolas Nitschack	5.000.000	Planejamento	50
<b>Costa do Cacau</b>					<b>853</b>			<b>199.250.000</b>		<b>1.254</b>
Fazenda Itacarezinho	pousada de charme + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	*	dez/2013		12.500.000	Planejamento	*
Fazenda Miramar	hotel + residencial + village	Nacional	Itacaré	A definir	75	*		23.000.000	Planejamento	*
Fazenda Patizeiro	01 hotel + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	150	*		21.000.000	Planejamento	*
Ilha de Canavieiras Resort (Marina Resort)	resort + condomínio residencial	Nacional	Canavieiras	a definir	247	*	Brazil Hospitality Group	15.000.000	Planejamento	269
Hotel & Residence ( Nossa Senhora da Vitória)	turístico-imobiliário, 22 hectares com 01 km de praia	Nacional	Ilhéus	a definir	207	*	Brazil Hospitality Group	26.500.000	Planejamento	125
Miramoro Eco-Boutique Resort	hotel boutique	Itália	Itacaré	Grupo San Domenico Hotels	14	dez/2012		1.250.000	Planejamento	20
Reserva Itacaré-Conchas do Mar Empreendimentos	área de 233 hectares = pousada de charme com 30 apartamentos + hotel com 100 apartamentos+ residências de moradia e de uso turístico, área comercial, centro de convenções, hospital, escola profissionalizante, centro esportivo.		Itacaré	a definir	130	1ª etapa concluída em Julho 2015	Conchas do Mar Empreendimentos Imobiliários Ltda	70.000.000	Planejamento	800
Resende Beach	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	fev/2014	Grupo SVEA - Bahia Beach Empreendimentos	30.000.000	Planejamento	40

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 11.04.2012

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Baía de Todos os Santos</b>					<b>3.811</b>			<b>611.522.000</b>		<b>3.621</b>
Grande Hotel de Itaparica	hotel	Nacional	Itaparica	Sesc	83	set/2012	SESC	10.000.000	Implantação	120
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	232	dez/2013	Dihol Hotelaria	25.000.000	Planejamento	300
Catussaba Suítes	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	86	mai/2012	Dihol Hotelaria	9.000.000	Implantação	86
Hotel Hilton / Hotel do Comércio	hotel de alto padrão + restaurante + salas de reuniões + health club + 7Day Spa	Portugal	Salvador	Hilton	170	dez/2013	Grupo Imocom	37.500.000	Implantação	250
Porto Bello Armação	hotel	Nacional	Armação / Salvador	Porto Bello Hotéis	380	dez/2015	Cícero Senna / Denise Marques	50.000.000	Planejamento	200
Txai Hotel Salvador	hotel de alto padrão+4 residencias	Nacional	Salvador	Txai Resort	44	*	Brazil Hospitality Group	3.500.000	Planejamento	120
Ilha de Cajaíba (1ª etapa)	A 1ª etapa compreende hotel com 318 UHs, 200 unidades residenciais e comerciais	Estônia	São Francisco do Conde	A definir	1.010	jan/2014	Property Logic	195.000.000	Planejamento	800
Ilha de Cajaíba (2ª etapa)	A 2ª etapa compreende hotel com 318 UHs, 200 unidades residenciais e comerciais	Estônia	São Francisco do Conde	A definir	422	jan/2016	Property Logic	130.000.000	Planejamento	800
Hotel Fasano (antigo edificio A Tarde)	hotel boutique	Espanha	Salvador	Prima Empreendimentos Inovadores	70	dez/2013	Prima Empreendimentos Inovadores	6.522.000	Implantação	70
Hotel da Bahia	Reforma de hotel	Nacional	Salvador		286	dez/2012		20.000.000	Implantação	200
Hangar Salvador	2 Hotéis: Ibis- 275 UHs / Novotel- 192 UHs	Nacional	Salvador	Rede Accor	467	dez/2013	Odebrecht Realizações	55.000.000	Implantação	200
Hotel Horto Bela Vista	Hotel com 224 Uhs no Horto Bela Vista, Av. ACM s/n	Nacional	Salvador	Atlantica Hotels International, (Choice Hotels – bandeira Quality)	224	mar/2014	JHSF Salvador Empreendimentos e Incorporações S/A	25.000.000	Comercialização / Implantação	250
Hostel F Design	Hostel Design / 9 acomodações compartilhadas tematizadas + 04 suites personalizadas (total 62 leitos) + 10 espaços coletivos + 08 banheiros sociais + 4 bares	Nacional	Salvador	*****	13	mai/2012	Luiz Fernando Guimarães / Adriano Medeiros	5.000.000	Implantação	25
Mercure Boulevard Salvador	Residence Service	Nacional	Salvador	Rede Accor	324	mai/2012	Odebrecht Realizações	40.000.000	Implantação	200





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria de Turismo  
Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST  
Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 18.06.2013

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>13.634</b>			<b>3.930.000.000</b>		<b>21.761</b>
Complexo Sol Meliá - 1ª etapa (The Reserve Paradisus Hotel - Guarajuba)- Guarajuba Empreendimentos S.A.	hotel, spa e centro de convenções para 1.000 pessoas	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	225	*	Grupo Sol Meliá	60.000.000	Planejamento	225
Complexo Sol Meliá - 2ª etapa (The Guarajuba Beach Resort)	04 hotéis + academia de golfe, clube equestre, centro comercial, condomínios de 1ª e 2ª residência	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	1.000	dez/2020	Grupo Sol Meliá	700.000.000	Planejamento	500
Costa de Imbassay Resort e Residence (Orissio Norte)	hotel+2ª residencia	Brasil	Imbassal / Mata de São João		2.714	1ª fase dez/2015	Cyrela Brazil Realty	450.000.000	Planejamento	2.714
Orissio Sul	hotel	Itália	Imbassal / Mata de São João	Orissio Investimentos	533	*	Alcebiades Barata	14.500.000	Planejamento	533
Grand Palladium Imbassai Resort & Spa - Reserva Imbassal - 2ª etapa	hotel	Espanha	Imbassal / Mata de São João	Fiesta Hoteles	210	jun/2014	Fiesta Hoteles	90.000.000	Planejamento	400
Double Tree / Les Terrasses	hotel com 110 UHs + cond.residencial com 80 casas	Brasil	Itacimirim / Camaçari	Hotel-Doubletree by Hilton	110	*	Thomas Magnus	30.000.000	Planejamento *projeto em revisão	180
Bahia dos Coqueiros	área com 104 hectares, 2,4 kms de praia, 3 empreendimentos hoteleiros	Portugal	Jacupe / Camaçari	A definir	770	1ª etapa 3 anos após aprovação	Grupo Lena (Liz Construções)	220.000.000	Planejamento	1.200
Iberostar (3ª Etapa)	3º hotel	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	240	*		*	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte - Norte / Bensal Holding do Brasil	02 hotéis(peq.porte) + conjunto habitacional+vila de entretenimento+centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM	1.200	*	Grupo TRUSAM	500.000.000	Planejamento	2.000
Complexo Turístico em Praia do Forte - Sul / Amagerone Capital Holding do Brasil	04 hotéis(medio a grande porte) +conjunto habitacional+ campo de golfe + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM	2.500	*	Grupo TRUSAM	700.000.000	Planejamento	5.000
Plano Baixo (1ª Etapa)	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixo - Esplanada	Grupo É de Prima	60	*	Grupo É de Prima	398.000.000	Planejamento	1.450
Busca Vida Bangalô Resort	hotel com 45 UHs + 13 unidades residenciais + centro de serviços + restaurante	Portugal	Busca Vida / Camaçari	A definir	45	jun/2014	Grupo Lena / Liz Construtora	40.000.000	Planejamento	50
Fazenda Onça	entretenimento e lazer (454 hectares)	Bélgica	Cachoeira de Itanhí / Jandaíra	A definir	0	*	Inka Lodge	18.750.000	Planejamento	300
Naurigas/Aguaduna	Empreendimento Turístico-Imobiliário/970 unidades hoteleiras, 1.701 unidades imobiliárias	Espanha	Massarandupió / Entre Rios	Grupo Fiesta Hotels&Resorts, outros	970	1ª etapa 01/06/2014	Naurigas Empreendimentos e Participações	195.000.000	Planejamento	2.983
Costa Azul Bahia Golf Resort & Condomínio	área com 868 ha (2,5 km de praia), complexo turístico com 05 hotéis + condomínio residencial+ 01campo de golfe + centro hípico + centro de entretenimento, serviços e comércio	Espanha	Costa Azul / Jandaíra	Invisa Internacional Hotéis	2.250	dez/2015	Grupo Invisa	312.500.000	Planejamento	1.500
Aero Espaço Empresarial & Hotel	misto hoteleiro/mall/empresarial-187 UHs/21 lojas /360 salas	Nacional	Lauro de Freitas	Intercity	187	fev/2014	Graute Empreendimentos	30.000.000	Implantação	200
Quintas de Arembepe	hotel com 200 UHs + casas 'bio vilas' autosustentáveis + hotel executivo com 150 UHs + condomínio residencial 80 unidades+ centro de entretenimento, serviços e comércio	Portugal	Arembepe / Camaçari	TWIST / Rede Sleep Hotels	350	1ª fase em dez/2015	Design Resorts	150.000.000	Planejamento	400
Fazenda Santa Clara	Hotel de charme, com apelo rural, com 150 UH e 516 lotes residencias	Nacional	Malhadas / Mata de São João	A definir	150	dez/2015	Emani Castro	8.400.000	Planejamento	1.000
Bristol Hotels Camaçari	Hotel economico	Nacional	Camaçari	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2016	*	6.000.000	Planejamento	26
Arena Saulpe	Espaço multiuso permanente com 5.700m² de área total construída	Nacional	Costa do Saulpe	*	*	jun/2013	Caixa de Investimentos dos Funcionários do Banco do Brasil	6.850.000	Implantação	700

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria de Turismo

Superint ndcia de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 18.06.2013

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Baia de Todos os Santos</b>					<b>2.042</b>			<b>460.772.000</b>		<b>1.556</b>
Grande Hotel de Itaparica	hotel	Nacional	Itaparica	Sesc	83	set/2013	SESC	10.000.000	Implanta�o	120
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	232	*	Dihol Hotelaria	25.000.000	Planejamento	300
Catussaba Suítes	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	86	jul/2013	Dihol Hotelaria	9.000.000	Implanta�o	86
Hotel Hilton / Hotel do Comércio	hotel de alto padrão + restaurante + salas de reuniões + health club + 7Day Spa	Portugal	Salvador	Hilton	170	*	Grupo Imocom	37.500.000	Planejamento	250
Porto Bello Arma�o	hotel	Nacional	Arma�o / Salvador	Porto Bello Hotéis	380	dez/2015	Cícero Senna / Denise Marques	50.000.000	Planejamento	200
Txai Hotel Salvador	hotel de alto padrão+4 residencias	Nacional	Salvador	Txai Resort	44	*	Brazil Hospitality Group	3.500.000	Planejamento	120
Ilha de Cajaíba (1� etapa) *	hotel e 2� residencia*	Est�nia	São Francisco do Conde	0,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	*	*	Property Logic	195.000.000	Planejamento *projeto em revisão	*
Hotel Fasano (antigo edifício A Tarde)	hotel boutique	Espanha	Salvador	Prima Empreendimentos Inovadores	70	*	Prima Empreendimentos Inovadores	6.522.000	Planejamento	70
Hangar Salvador	2 Hotéis: Ibis- 275 UHs / Novotel- 192 UHs	Nacional	Salvador	Rede Accor	467	dez/2013	Odebrecht Realiza�es	55.000.000	Implanta�o	200
Hotel Horto Bela Vista	Hotel com 224 Uhs no Horto Bela Vista, Av. ACM s/n	Nacional	Salvador	Atlantica Hotels International, (Choice Hotels – bandeira Quality)	224	mar/2014	JHSF Salvador Empreendimentos e Incorpora�es S/A	27.500.000	Comercializa�o / Implanta�o	80
Hotel Palace - Rua Chile	hotel	Nacional	Salvador	Fera Investimentos	*	*	*	*	*	*
One By Caesar Business	misto: hoteleiro 14 pavimentos-166 UHs/comercial -19 pavimentos	Nacional	Salvador	Rede Accor	166	dez/2013	Fator Realty	35.000.000	Implanta�o	64
Bristol Hotels Salvador	Hotel economico	Nacional	Salvador	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	abr/2016	*	6.000.000	Planejamento	26
Embarca�o para passeio na Baia de Todos os Santos	Embarca�o para 160 pessoas sentadas+restaurante+bar+pista de dança (22mX9,5m / deck com 200m�)	Nacional	Salvador	*	*	jun/2013	Estaleiro Logic Bahia, Av. Oscar Pontes	750.000	constru�o	40

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

Em 18.06.2013

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Dendê</b>					<b>1.417</b>			<b>732.500.000</b>		<b>1.910</b>
Projeto Mara�	1 hotel alto padrão + 50 casas	Nacional	Mara�	A definir	33	*	Empresas Taguaiba / Sanca.	17.500.000	Planejamento	60
Projeto Tamaca	05 pousadas com 50 UHs + residencial com 550 unidades eco-sustentáveis + centro de serviços + centro de entretenimento + inclusão social	Nacional / Itália	Morro de São Paulo / Cairu	A definir	275	*		100.000.000	Planejamento	300
Espaço XXI	2700 hectares com 600 hectares de coqueiral, 03 hotéis + 1100 casas + campo de golfe+ hípica + polo club + pousadas	Portugal	Algodões / Mara�	A definir	900	dez/2020	Grupo Amorim-Portugal / Grupo Ruas-SP	500.000.000	Planejamento	1300
Pratigi Resort-Fazenda Barra dos Carvalhos	hotel de alto padrão com 49 bangalôs + condominio residencial + restaurantes + quadras de t�nis + marina + beach club + spa + centro hípico	Nacional / Suécia	Praia de Pratigi / Nilo Peçanha	A definir	49	jan/2015		110.000.000	Planejamento	200
Vila Alambique	Hotel e condominio ecológico de alto padrão com marina e um centro de encontros acadêmicos em uma área de 8 hectares	Alemanha/ Brasil	Morro de são Paulo / Gamboa	A definir	160	mai/2014	Nikolas Nitschack	5.000.000	Planjemento	50
Ponta do Curral	Projeto de aprox. 4 ha - atracadouro com poitas, tipo iate clube, hotel de pequeno porte e projeto residencial	Nacional	Ponta do Curral/Valença	A definir	*	*	Frederico Joaquim de Carvalho	*	Planejamento	*
<b>Costa do Caca�</b>					<b>853</b>			<b>244.250.000</b>		<b>1.254</b>
Fazenda Itacarezinho	pousada de charme + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	*	*		12.500.000	Planejamento	*
Fazenda Miramar	hotel + residencial + village	Nacional	Itacaré	A definir	75	*		23.000.000	Planejamento	*
Fazenda Patizeiro	01 hotel + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	150	*		21.000.000	Planejamento	*
Ilha de Canavieiras Resort (Marina Resort)	resort + condominio residencial	Nacional	Canavieiras	a definir	247	*	Brazil Hospitality Group	15.000.000	Planejamento	269
Hotel & Residence ( Nossa Senhora da Vitória)	turístico-imobiliário, 22 hectares com 01 km de praia	Nacional	Ilhéus	a definir	207	*	Brazil Hospitality Group	26.500.000	Planejamento	125
Miramoro Eco-Boutique Resort	hotel boutique	Itália	Itacaré	Grupo San Domenico Hotels	14	*		1.250.000	Planejamento	20
Reserva Itacaré-Conchas do Mar Empreendimentos	�rea de 233 hectares = pousada de charme com 30 apartamentos + hotel com 100 apartamentos+ residências de moradia e de uso turístico, área comercial, centro de conven�oes, hospital, escola profissionalizante, centro esportivo.		Itacaré	a definir	130	1� etapa concluída em Julho 2015	Conchas do Mar Empreendimentos Imobiliários Ltda	70.000.000	Planejamento	800
Resende Hotel Vilas Resort	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	fev/2014	Grupo SVEA - Bahia Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.	75.000.000	Planejamento	40

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

Em 18.06.2013

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Costa do Descobrimento</b>					<b>978</b>			<b>286.000.000</b>		<b>1.430</b>
Projeto Portal do Descobrimento (Fazenda Ondina)	01 hotel 250 UHs + Apart-hotel 300 Uhs + pousada 50 + campo de golfe + condomínio residencial com 502 casas	Portugal	Belmonte	A definir	600	dez/2015	Luso Brasil - Sociedade de Investimentos Imobiliários/ SETA Projetos	63.500.000	Planejamento	600
Golf Boutique Resort (Terravista Boutique)	1 hotel + 19 residencias-7 hectares + empreendimento turístico-imobiliário	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	69	*	Brazil Hospitality Group	20.000.000	Planejamento	200
Fasano Trancoso	complexo residencial hoteleiro-40 bangalôs+23 'Residências Fasano'	50%Suécia/ 50%Fundo Private Itacaré Capital	Praia de Itapororoca / Trancoso / Porto Seguro	Fasano	63	*	Bahia Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50.000.000	Planejamento	250
Singlehome Trancoso Hotel	318 hectares com 1,8 km de praia-3 hotéis+residencias	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	150	dez/2015	Brazil Hospitality Group	100.000.000	Planejamento	180
Projeto Turtle Bay	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	50	dez/2015		42.500.000	Planejamento	100
El Secreto da Bahia	46 UHs + spa + restaurante + condomínio residencial + centro de serviços	Espanha	Arraial d'Ajuda / Porto Seguro	A definir	46	*		10.000.000	Planejamento	100
<b>Chapada Diamantina</b>					<b>370</b>			<b>23.500.000</b>		<b>458</b>
Reserva Lençóis	hotel resort (180 UHs) + pousada (90 UHs)+ residencial com serviços (100 UHs)+ memorial do garimpo	Nacional	Lençóis	A definir	370	*		23.500.000	Planejamento	458
<b>Caminhos do Sudoeste</b>					<b>322</b>			<b>20.500.000</b>		<b>111</b>
Ibis Vitória da Conquista	hotel Economico com 106 UHs	Nacional	Vitória da Conquista	Rede Accor	106	jun/13	Marli Soares Carvalho	6.000.000	Implantação	35
Bristol Hotels Vitória da Conquista	Hotel economico	Nacional	Vitória da Conquista	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	abr/2017	*	6.000.000	Planejamento	26
Recreio Residence Hotel	hotel com 96 apartamentos e Auditório para 150 pessoas	Nacional	Vitória da Conquista	A definir	96	dez/2013	E2 Engenharia e Empreendimentos	8.500.000	Implantação	50
<b>Caminhos do Oeste</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Barreiras	Hotel economico	Nacional	Barreiras	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2017	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Caminhos do Jiquiriçá</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Santo Antonio de Jesus	Hotel economico	Nacional	Santo Antonio de Jesus	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2015	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Vale do São Francisco</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Juazeiro	Hotel economico	Nacional	Juazeiro	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	abr/2018	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>TOTAIS</b>					<b>19.976</b>			<b>5.715.522.000</b>		<b>28.584</b>

## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

13.06.2014

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>10.232</b>			<b>3.269.900.000</b>		<b>16.784</b>
Complexo Sol Meliá - 1� etapa (The Reserve Paradisus Hotel - Guarajuba)- Guarajuba Empreendimentos S.A.	hotel, spa e centro de conven�es para 1.000 pessoas	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	225	dez/2017	Grupo Sol Meliá	60.000.000	Planejamento	225
Complexo Sol Meliá - 2� etapa (The Guarajuba Beach Resort)	04 hotéis + academia de golfe, clube equestre, centro comercial, condomínios de 1� e 2� residência	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	1.000	dez/2020	Grupo Sol Meliá	700.000.000	Planejamento	500
Grand Palladium Imbassai Resort & Spa - Reserva Imbassai - 2� etapa	hotel	Espanha	Imbassai / Mata de São João	Fiesta Hoteles	210	*	Fiesta Hoteles	90.000.000	Planejamento	400
Bahia dos Coqueiros	�rea com 104 hectares, 2,4 kms de praia, 3 empreendimentos hoteleiros	Portugal	Jacupe / Camaçari	A definir	770	*	Grupo Lena (Liz Constru�es)	220.000.000	Planejamento	1.200
Iberostar (3� Etapa)	3� hotel	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	240	*		*	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte - Norte / Bensal Holding do Brasil	02 hotéis(peq.porte) + conjunto habitacional+vila de entretenimento+centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM	1.200	*	Grupo TRUSAM	400.000.000	Planejamento	1.500
Complexo Turístico em Praia do Forte - Sul / Amagerone Capital Holding do Brasil	04 hotéis(medio a grande porte) +conjunto habitacional+ campo de golfe + centro de serviços e lazer	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM	2.500	*	Grupo TRUSAM	700.000.000	Planejamento	5.000
Plano Baixo (1� Etapa)	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixio - Esplanada	Grupo � de Prima	60	*	Grupo � de Prima	398.000.000	Planejamento	1.450
Naurigas/Aguaduna	Empreendimento Turístico-Imobiliário/970 unidades hoteleiras, 1.701 unidades imobiliárias	Espanha	Massarandupio / Entre Rios	Grupo Fiesta Hotels&Resorts, outros	970	*	Naurigas Empreendimentos e Participa�es	195.000.000	Planejamento	2.983
Costa Azul Bahia Golf Resort & Condomínio	�rea com 868 ha (2,5 km de praia), complexo turístico com 05 hotéis + condomínio residencial+ 01 campo de golfe + centro hípico + centro de entretenimento, serviços e comércio	Espanha	Costa Azul / Jandaira	Invisa Internacional Hotéis	2.250	*	Grupo Invisa	312.500.000	Planejamento	1.500
Aero Espaço Empresarial & Hotel	misto hoteleiro/mall/empresarial-187 UHs/21 lojas /360 salas	Nacional	Lauro de Freitas	Intercity	187	set/2014	Graute Empreendimentos	30.000.000	Implanta�o	200
Quintas de Arembepe	hotel com 200 UHs + casas 'bio vilas' autosustent�veis + hotel executivo com 150 UHs + condomínio residencial 80 unidades+ centro de entretenimento, serviços e comércio	Portugal	Arembepe / Camaçari	TWIST / Rede Sleep Hotels	350	*	Design Resorts	150.000.000	Planejamento	400
Fazenda Santa Clara	Hotel de charme, com apelo rural, com 150 UH e 516 lotes residencias	Nacional	Malhadas / Mata de São João	A definir	150	*	Ermani Castro	8.400.000	Planejamento	1.000
Bristol Hotels Camaçari	Hotel economico	Nacional	Camaçari	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	nov/2016	*	6.000.000	Planejamento	26

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

13.06.2014

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Baía de Todos os Santos</b>					<b>846</b>			<b>286.772.000</b>		<b>756</b>
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	232	*	Dihol Hotelaria	25.000.000	Planejamento	300
Porto Bello Arma�o	hotel	Nacional	Arma�o / Salvador	Porto Bello Hotéis	380	*	*	50.000.000	Planejamento	200
Txai Hotel Salvador	hotel de alto padrão+4 residencias	Nacional	Salvador	Txai Resort	44	*	Brazil Hospitality Group	3.500.000	Planejamento	120
Ilha de Cajaiba (1� etapa) *	hotel e 2� residencia*	Est�nia	São Francisco do Conde	*	*	*	Property Logic	195.000.000	Planejamento *projeto em revisão	*
Hotel Fasano (antigo edifício A Tarde)	hotel boutique	Espanha	Salvador	Prima Empreendimentos Inovadores	70	*	Prima Empreendimentos Inovadores	6.522.000	Planejamento	70
Hotel Palace - Rua Chile	hotel	Nacional	Salvador	Fera Investimentos	*	*	*	*	*	*
Bristol Hotels Salvador	Hotel economico	Nacional	Salvador	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	abr/2016	*	6.000.000	Planejamento	26
Embarca�o para passeio na Baía de Todos os Santos	Embarca�o para 160 pessoas sentadas+restaurante+bar+pista de dança (22mX9,5m / deck com 200m�)	Nacional	Salvador	*	*	*	Estaleiro Logic Bahia, Av. Oscar Pontes	750.000	constru�o	40

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superint ndncia de Investimentos em Pólos Turisticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

13.06.2014

Empreendimento	Descritivo / Caracteristicas	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Dendê</b>					<b>1.224</b>			<b>710.000.000</b>		<b>1.800</b>
Projeto Tamaca	05 pousadas com 50 UHs + residencial com 550 unidades eco-sustentáveis + centro de serviços + centro de entretenimento + inclusão social	Nacional / Itália	Morro de São Paulo / Cairu	A definir	275	*		100.000.000	Planejamento	300
Espaço XXI	2700 hectares com 600 hectares de coqueiral, 03 hotéis + 1100 casas + campo de golfe+ hípica + polo club + pousadas	Portugal	Algodões / Mara�	A definir	900	dez/2020	Grupo Amorim-Portugal / Grupo Ruas-SP	500.000.000	Planejamento	1300
Pratigi Resort-Fazenda Barra dos Carvalhos	hotel de alto padrão com 49 bangalôs + condominio residencial + restaurantes + quadras de t�nis + marina + beach club + spa + centro hípico	Nacional / Suécia	Praia de Pratigi / Nilo Peçanha	A definir	49	jan/2017		110.000.000	Planejamento	200
Ponta do Curral	Projeto de aprox. 4 ha - atracadouro com poitas, tipo iate clube, hotel de pequeno porte e projeto residencial	Nacional	Ponta do Curral/Valença	A definir	*	*	Frederico Joaquim de Carvalho	*	Planejamento	*
<b>Costa do Cacau</b>					<b>592</b>			<b>228.000.000</b>		<b>965</b>
Fazenda Itacarezinho	pousada de charme + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	*	*		12.500.000	Planejamento	*
Fazenda Miramar	hotel + residencial + village	Nacional	Itacaré	A definir	75	*		23.000.000	Planejamento	*
Fazenda Patizeiro	01 hotel + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	150	*		21.000.000	Planejamento	*
Hotel & Residence ( Nossa Senhora da Vitória)	turístico-imobiliário, 22 hectares com 01 km de praia	Nacional	Ilhéus	a definir	207	*	Brazil Hospitality Group	26.500.000	Planejamento	125
Reserva Itacaré-Conchas do Mar Empreendimentos	�rea de 233 hectares = pousada de charme com 30 apartamentos + hotel com 100 apartamentos+ residências de moradia e de uso turístico, área comercial, centro de conven�es, hospital, escola profissionalizante, centro esportivo.		Itacaré	a definir	130	*	Conchas do Mar Empreendimentos Imobiliários Ltda	70.000.000	Planejamento	800
Resende Hotel Vilas Resort	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	fev/2018	Grupo SVEA - Bahia Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.	75.000.000	Planejamento	40

## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

13.06.2014

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Costa do Descobrimento</b>					<b>978</b>			<b>286.000.000</b>		<b>1.430</b>
Projeto Portal do Descobrimento (Fazenda Ondina)	01 hotel 250 UHs + Apart-hotel 300 UHs + pousada 50 + campo de golfe + condomínio residencial com 502 casas	Portugal	Belmonte	A definir	600	*	Luso Brasil - Sociedade de Investimentos Imobiliários/ SETA Projetos	63.500.000	Planejamento	600
Golf Boutique Resort (Terravista Boutique)	1 hotel + 19 residências-7 hectares + empreendimento turístico-imobiliário	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	69	dez/2014	Brazil Hospitality Group	20.000.000	Implantação	200
Fasano Trancoso	complexo residencial hoteleiro-40 bangalôs+23 'Residências Fasano'	50%Suécia/ 50%Fundo Private Itacaré Capital	Praia de Itapororoca / Trancoso / Porto Seguro	Fasano	63	*	Bahia Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50.000.000	Planejamento	250
Tucuruí Eco Resort (Singlehome Trancoso Hotel)	318 hectares com 1,8 km de praia-3 hotéis+residências	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	150	dez/2017	Brazil Hospitality Group	100.000.000	Planejamento	180
Projeto Turtle Bay	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	50	*		42.500.000	Planejamento	100
El Secreto da Bahia	46 UHs + spa + restaurante + condomínio residencial + centro de serviços	Espanha	Arraial d'Ajuda / Porto Seguro	A definir	46	*		10.000.000	Planejamento	100
<b>Chapada Diamantina</b>					<b>370</b>			<b>23.500.000</b>		<b>458</b>
Reserva Lençóis	hotel resort (180 UHs) + pousada (90 UHs)+ residencial com serviços (100 UHs)+ memorial do garimpo	Nacional	Lençóis	A definir	370	*		23.500.000	Planejamento	458
<b>Caminhos do Sudoeste</b>					<b>216</b>			<b>20.500.000</b>		<b>76</b>
Bristol Hotels Vitória da Conquista	Hotel economico	Nacional	Vitória da Conquista	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	abr/2017	*	6.000.000	Planejamento	26
Recreio Residence Hotel	hotel com 96 apartamentos e Auditório para 150 pessoas	Nacional	Vitória da Conquista	A definir	96	mar/2015	E2 Engenharia e Empreendimentos	8.500.000	Planejamento	50
Jequié Bristol Easy	Hotel Supereconômico	Nacional	Jequié	ALLIA	120	abr/2016	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Caminhos do Oeste</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Barreiras	Hotel economico	Nacional	Barreiras	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2017	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Caminhos do Jiquiriçá</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Santo Antonio de Jesus	Hotel economico	Nacional	Santo Antonio de Jesus	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2015	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Vale do São Francisco</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Juazeiro	Hotel economico	Nacional	Juazeiro	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	abr/2018	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>TOTAIS</b>					<b>14.818</b>			<b>4.842.672.000</b>		<b>22.373</b>



## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

07.07.2015

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>6.686</b>			<b>2.179.900.000</b>		<b>10.329</b>
Complexo Sol Meliá - 1� etapa (The Reserve Paradisus Hotel - Guarajuba)- Guarajuba Empreendimentos S.A.	hotel, spa e centro de conven�es para 1.000 pessoas	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	225	dez/2017	Grupo Sol Meliá	60.000.000	Planejamento	225
Complexo Sol Meliá - 2� etapa (The Guarajuba Beach Resort)	04 hotéis + clube equestre, centro comercial, condomínios de 1� e 2� residência	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	1.000	dez/2020	Grupo Sol Meliá	700.000.000	Planejamento	500
Grand Palladium Imbassai Resort & Spa - Reserva Imbassai - 2� etapa	hotel	Espanha	Imbassai / Mata de São João	Fiesta Hoteles	210	*	Fiesta Hoteles	90.000.000	Planejamento	400
Bahia dos Coqueiros	�rea com 104 hectares, 2,4 kms de praia, 3 empreendimentos hoteleiros	Portugal	Jacuipe / Camaçari	A definir	770	*	Grupo Lena (Liz Constru�es)	220.000.000	Planejamento	1.200
Iberostar (3� Etapa)	3� hotel	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	240	*			* Planejamento	400
Plano Baixo (1� Etapa)	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixo - Esplanada	Grupo � de Prima	60	*	Grupo � de Prima	398.000.000	Planejamento	1.450
Naurigas/Aguaduna	Empreendimento Turístico-Imobiliário/970 unidades hoteleiras, 1.701 unidades imobiliárias	Espanha	Massarandupio / Entre Rios	Grupo Fiesta Hotels&Resorts, outros	970	*	Naurigas Empreendimentos e Participa�es	195.000.000	Planejamento	2983
Costa Azul Bahia Golf Resort & Condomínio	�rea com 868 ha (2,5 km de praia), complexo turístico com 05 hotéis + condomínio residencial+ 01 campo de golfe + centro hípico + centro de entretenimento, serviços e comércio	Espanha	Costa Azul / Jandaiaira	Invisa Internacional Hotéis	2.250	*	Grupo Invisa	312.500.000	Planejamento	1.500
Aero Espaço Empresarial & Hotel InterCity Express Salvador	misto hoteleiro/mall/empresarial-187 UHs/21 lojas /360 salas	Nacional	Lauro de Freitas	Intercity	187	ago/2015	Graute Empreendimentos	30.000.000	Implanta�o	200
Quintas de Arembepe	hotel com 200 UHs + casas 'bio vilas' autosustent�veis + hotel executivo com 150 UHs + condomínio residencial 80 unidades+ centro de entretenimento, serviços e comércio	Portugal	Arembepe / Camaçari	TWIST / Rede Sleep Hotels	350	*	Design Resorts	150.000.000	Planejamento	400
Fazenda Santa Clara	Hotel de charme, com apelo rural, com 150 UH e 516 lotes residencias	Nacional	Malhadas / Mata de São João	A definir	150	*	Ernani Castro	8.400.000	Planejamento	1000
Bristol Hotels Camaçari	Hotel economico	Nacional	Camaçari	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2016	*	6.000.000	Planejamento	26
Soft Inn Camaçari	Hotel economico	Nacional	Camaçari	BHG (bandeira Soft Inn)	154	2017	Oikos Engenharia	10.000.000	Planejamento	45

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

07.07.2015

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Baia de Todos os Santos</b>					<b>1.243</b>			<b>152.022.000</b>		<b>926</b>
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	232	*	Dihol Hotelaria	25.000.000	Planejamento	300
Porto Bello Arma�o	hotel	Nacional	Arma�o / Salvador	Porto Bello Hotéis	380	*	*	50.000.000	Planejamento	200
Txai Hotel Salvador	hotel de alto padrão+4 residencias	Nacional	Salvador	Txai Resort	44	*	Brazil Hospitality Group	12.500.000	Planejamento	120
Hotel Fasano (antigo edificio A Tarde)	hotel boutique	Espanha	Salvador	Prima Empreendimentos Inovadores	70	*	Prima Empreendimentos Inovadores	6.522.000	Planejamento	70
Fera Hotel Salvador (Antigo Hotel Palace-Rua Chile)	Hotel+4 salas reunião (25 a 30pessoas)+ salão eventos 150 pessoas+cobertura com piscina borda infinita e espaço para eventos	Nacional	Salvador	Fera Investimentos	81	mai/2016	Fera Investimentos	25.000.000	Implanta�o	85
Bristol Hotels Salvador	Hotel economico	Nacional	Salvador	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	abr/2016	*	6.000.000	Planejamento	26
Soft Inn Salvador	Hotel economico	Nacional	Salvador	BHG (bandeira Soft Inn)	180	2017	Oikos Engenharia	10.000.000	Planejamento	45
Real Classic Salvador	Hotel + 7 salas de reunião	Nacional	Salvador	Rede Real de Hotéis	136	set/2015	Rede Real de Hotéis	17.000.000	Implanta�o	80
<b>Costa do Dendê</b>					<b>949</b>			<b>610.000.000</b>		<b>1.500</b>
Espaço XXI	2700 hectares com 600 hectares de coqueiral, 03 hotéis + 03 pousadas + 1500 unidades residenciais + campo de golfe + clube de t�nis + clube de praia + spa + hípica + clube de polo	Portugal	Algodões / Marau�	A definir	900	dez/2020	Grupo Amorim-Portugal / Grupo Ruas-SP	500.000.000	Planejamento	1300
Pratigi Resort-Fazenda Barra dos Carvalhos	hotel de alto padrão com 49 bangalôs + condominio residencial + restaurantes + quadras de t�nis + marina + beach club + spa + centro hípico	Nacional / Suécia	Praia de Pratigi / Nilo Peçanha	A definir	49	jan/2017		110.000.000	Planejamento	200

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

07.07.2015

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Cacau</b>					<b>592</b>			<b>228.000.000</b>		<b>965</b>
Fazenda Itacarezinho	pousada de charme + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	*	*		12.500.000	Planejamento	*
Fazenda Miramar	hotel + residencial + village	Nacional	Itacaré	A definir	75	*		23.000.000	Planejamento	*
Fazenda Patizeiro	01 hotel + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	150	*		21.000.000	Planejamento	*
Hotel & Residence ( Nossa Senhora da Vitória)	turístico-imobiliário, 22 hectares com 01 km de praia	Nacional	Ilhéus	a definir	207	*	Brazil Hospitality Group	26.500.000	Planejamento	125
Reserva Itacaré-Conchas do Mar Empreendimentos	�rea de 233 hectares = pousada de charme com 30 apartamentos + hotel com 100 apartamentos+ residências de moradia e de uso turístico, área comercial, centro de conven�oes, hospital, escola profissionalizante, centro esportivo.	Nacional	Itacaré	a definir	130	*	Conchas do Mar Empreendimentos Imobiliários Ltda	70.000.000	Planejamento	800
Resende Hotel Vilas Resort	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	fev/2018	Grupo SVEA - Bahia Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.	75.000.000	Planejamento	40
<b>Costa do Descobrimento</b>					<b>1.069</b>			<b>1.038.500.000</b>		<b>8.480</b>
Golf Boutique Resort (Terravista Boutique)	1 hotel + 19 residencias-7 hectares + empreendimento turístico-imobiliário	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	69	dez/2015	Brazil Hospitality Group	20.000.000	Implanta�o	200
Tucuruí Eco Resort (Singlehome Trancoso Hotel)	318 hectares com 1,8 km de praia-3 hotéis+residencias	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	150	dez/2017	Brazil Hospitality Group	100.000.000	Planejamento	180
Projeto Turtle Bay	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	50	*		42.500.000	Planejamento	100
Marina Belmonte	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha	Belmonte	*	800	*	Catalana Empreendimentos	876.000.000	Planejamento	8.000

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

07.07.2015

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Chapada Diamantina</b>					<b>370</b>			<b>23.500.000</b>		<b>458</b>
Reserva Len�ois	hotel resort (180 UHs) + pousada (90 UHs)+ residencial com serviços (100 UHs)+ memorial do garimpo	Nacional	Len�ois	A definir	370	*		23.500.000	Planejamento	458
<b>Caminhos do Sudoeste</b>					<b>337</b>			<b>21.000.000</b>		<b>118</b>
Bristol Hotels Vitória da Conquista	Hotel economico	Nacional	Vitória da Conquista	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	abr/2017	*	6.000.000	Planejamento	26
Zii Hotel Vitória da Conquista	Hotel econômico	Nacional	Vitória da Conquista	2.0 Hotéis S.A.	121	out/2016	2.0 HOTÉIS	6.500.000	Planejamento	42
Recreio Residence Hotel	hotel com 96 apartamentos e Auditório para 150 pessoas	Nacional	Vitória da Conquista	A definir	96	mar/2017	E2 Engenharia e Empreendimentos	8.500.000	Planejamento	50
<b>Caminhos do Oeste</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Barreiras	Hotel economico	Nacional	Barreiras	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2017	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Caminhos do Jiquiri�a</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Santo Antonio de Jesus	Hotel economico	Nacional	Santo Antonio de Jesus	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	nov/2015	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Vale do São Francisco</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Juazeiro	Hotel economico	Nacional	Juazeiro	Bristol Hotels-Grupo Allia	120	abr/2018	*	6.000.000	Planejamento	26
<b>Caminhos do Sertão</b>					<b>216</b>			<b>17.500.000</b>		<b>80</b>
Charmant Hotel e Business	Hotel com 216 UHs em 16 andares/196 salas comerciais /mall com 27 lojas/3 box / loj�o com 900m�/ sofisticada clínica médica/ restaurante/ centro de conven�oes para 160 lugares e salas de reuniões	Nacional	Feira de Santana	Rede Express Hotels	216	out/2016	Belvedere Construtora Ltda	17.500.000	Implanta�o	80
<b>Outros Municípios</b>					<b>390</b>			<b>23.000.000</b>		<b>109</b>
Jequié Bristol Easy	Hotel Supereconômico	Nacional	Jequié	Allia	120	abr/2016	*	6.000.000	Planejamento	26
Soft Inn Alagoinhas	Hotel economico	Nacional	Alagoinhas	BHG (bandeira Soft Inn)	162	2017	Oikos Engenharia	10.000.000	Implanta�o	45
Zii Hotel Alagoinhas	Hotel econômico	Nacional	Alagoinhas	2.0 Hotéis S.A.	108	jun/2016	2.0 HOTÉIS	7.000.000	Implanta�o	38
<b>TOTAIS</b>					<b>12.212</b>			<b>4.311.422.000</b>		<b>23.043</b>

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVES T**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

										14.07.2016
Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHS	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa dos Coqueiros</b>					<b>6.499</b>			<b>2.149.900.000</b>		<b>10.129</b>
Complexo Sol Meliá - 1� etapa (The Reserve Paradisus Hotel - Guarajuba)- Guarajuba Empreendimentos S.A.	hotel, spa e centro de conven�es para 1.000 pessoas	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	225	*	Grupo Sol Meliá	60.000.000	Planejamento	225
Complexo Sol Meliá - 2� etapa (The Guarajuba Beach Resort)	04 hotéis + clube equestre, centro comercial, condomínios de 1� e 2� residência	Espanha	Guarajuba / Camaçari	Sol Meliá	1.000	*	Grupo Sol Meliá	700.000.000	Planejamento	500
Grand Palladium Imbassai Resort & Spa - Reserva Imbassai - 2� etapa	hotel	Espanha	Imbassai / Mata de São João	Fiesta Hoteles	210	*	Fiesta Hoteles	90.000.000	Planejamento	400
Bahia dos Coqueiros	�rea com 104 hectares, 2,4 kms de praia, 3 empreendimentos hoteleiros	Portugal	Jacuipe / Camaçari	A definir	770	*	Grupo Lena (Liz Constru�es)	220.000.000	Planejamento	1.200
Iberostar (3� Etapa)	3� hotel	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	240	*		*	Planejamento	400
Plano Baixo (1� Etapa)	hotel + centro de serviços e lazer	Espanha	Baixio - Esplanada	Grupo � de Prima	60	*	Grupo � de Prima	398.000.000	Planejamento	1.450
Naurigas/Aguaduna	Empreendimento Turístico-Imobiliário/970 unidades hoteleiras, 1.701 unidades imobiliárias	Espanha	Massarandupio / Entre Rios	Grupo Fiesta Hotels&Resorts, outros	970	*	Naurigas Empreendimentos e Participa�es	195.000.000	Planejamento	2983
Costa Azul Bahia Golf Resort & Condomínio	�rea com 868 ha (2,5 km de praia), complexo turístico com 05 hotéis + condomínio residencial+ 01 campo de golfe + centro hípico + centro de entretenimento, serviços e comércio	Espanha	Costa Azul / Jandaira	Invisa Internacional Hotéis	2.250	*	Grupo Invisa	312.500.000	Planejamento	1.500
Quintas de Arembepe	hotel com 200 UHS + casas 'bio vilas' autosustent�veis + hotel executivo com 150 UHS + condomínio residencial 80 unidades+ centro de entretenimento, serviços e comércio	Portugal	Arembepe / Camaçari	TWIST / Rede Sleep Hotels	350	*	Design Resorts	150.000.000	Planejamento	400
Fazenda Santa Clara	Hotel de charme, com apelo rural, com 150 UH e 516 lotes residencias	Nacional	Malhadas / Mata de São João	A definir	150	*	Ernani Castro	8.400.000	Planejamento	1000
Bristol Hotels Camaçari	Hotel economico	Nacional	Camaçari	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	jun/2019	*	6.000.000	Planejamento	26
Soft Inn Camaçari	Hotel economico	Nacional	Camaçari	BHG (bandeira Soft Inn)	154	*	Oikos Engenharia	10.000.000	Planejamento	45

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria de Turismo**  
**Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST**  
**Listagem de Investimentos Privados Previstos**

14.07.2016

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Baia de Todos os Santos</b>					<b>1.107</b>			<b>146.500.000</b>		<b>886</b>
Catussaba Inn	hotel	Nacional	Salvador	DIHOL	232	*	Dihol Hotelaria	25.000.000	Planejamento	300
Porto Bello Arma�o	hotel	Nacional	Arma�o / Salvador	Porto Bello Hotéis	380	*	*	50.000.000	Planejamento	200
Txai Hotel Salvador	hotel de alto padrão+4 residencias	Nacional	Salvador	Txai Resort	44	*	Brazil Hospitality Group	12.500.000	Planejamento	120
Hotel Fasano (antigo edifício A Tarde)	Hotel Boutique com 70 suites, piscina, bares , restaurantes e uma galeria dedicada ao Jornal A Tarde	Espanha	Salvador	Prima Empreendimentos Inovadores	70	jan/2018	Prima Empreendimentos Inovadores	18.000.000	Planejamento	70
Fera Hotel Salvador (Antigo Hotel Palace-Rua Chile)	Hotel+4 salas reunião (25 a 30pessoas)+ salão eventos 150 pessoas+cobertura com piscina borda infinita e espaço para eventos	Nacional	Salvador	Fera Investimentos	81	2� semestre de 2016	Fera Investimentos	25.000.000	Implanta�o	125
Bristol Hotels Salvador	Hotel economico	Nacional	Salvador	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	abr/2019	*	6.000.000	Planejamento	26
Soft Inn Salvador	Hotel economico	Nacional	Salvador	BHG (bandeira Soft Inn)	180	*	Oikos Engenharia	10.000.000	Planejamento	45
<b>Costa do Dendê</b>					<b>949</b>			<b>610.000.000</b>		<b>1.500</b>
Espaço XXI	2700 hectares com 600 hectares de coqueiral, 03 hotéis + 03 pousadas + 1500 unidades residenciais + campo de golfe + clube de t�nis + clube de praia + spa + hípica + clube de polo	Portugal	Algodões / Mara�	A definir	900	dez/2020	Grupo Amorim-Portugal / Grupo Ruas-SP	500.000.000	Planejamento	1300
Pratigi Resort-Fazenda Barra dos Carvalhos	hotel de alto padrão com 49 bangalôs + condominio residencial + restaurantes + quadras de t�nis + marina + beach club + spa + centro hípico	Nacional / Suécia	Praia de Pratigi / Nilo Peçanha	A definir	49	*		110.000.000	Planejamento	200

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

14.07.2016

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localiza�o	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situa�o	Empregos diretos
<b>Costa do Cacau</b>					<b>442</b>			<b>207.000.000</b>		<b>965</b>
Fazenda Itacarezinho	pousada de charme + residencial	Nacional	Itacaré	A definir	*	*		12.500.000	Planejamento	*
Fazenda Miramar	hotel + residencial + village	Nacional	Itacaré	A definir	75	*		23.000.000	Planejamento	*
Hotel & Residence ( Nossa Senhora da V�t�ria)	turístico-imobiliário, 22 hectares com 01 km de praia	Nacional	Ilhéus	a definir	207	*	Brazil Hospitality Group	26.500.000	Planejamento	125
Reserva Itacaré-Conchas do Mar Empreendimentos	�rea de 233 hectares = pousada de charme com 30 apartamentos + hotel com 100 apartamentos+ residências de moradia e de uso turístico, área comercial, centro de conven�es, hospital, escola profissionalizante, centro esportivo.	Nacional	Itacaré	a definir	130	*	Conchas do Mar Empreendimentos Imobiliários Ltda	70.000.000	Planejamento	800
Resende Hotel Vilas Resort	hotel alto padrão	Suécia	Praia do Resende / Itacaré	A definir	30	*	Grupo SVEA - Bahia Beach Empreendimentos Imobiliários Ltda.	75.000.000	Planejamento	40
<b>Costa do Descobrimento</b>					<b>1.069</b>			<b>1.028.500.000</b>		<b>8.480</b>
Golf Boutique Resort (Terravista Boutique)	1 hotel + 19 residências-7 hectares + empreendimento turístico-imobiliário	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	69	*	Brazil Hospitality Group	20.000.000	Implanta�o	200
Tucuruí Eco Resort (Singlehome Trancoso Hotel)	318 hectares com 1,8 km de praia-2 hotéis com 243 uhs + 11 condom�nios=270 residências+clube esportivo e área comercial	Nacional	Trancoso / Porto Seguro	A definir	150	*	Brazil Hospitality Group	90.000.000	Planejamento	180
Projeto Turtle Bay	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha / Brasil	Belmonte	A definir	50	*		42.500.000	Planejamento	100
Marina Belmonte	turístico-imobiliário + campo de golfe 09 buracos + centro equestre, centro comercial + spa	Espanha	Belmonte	*	800	*	Catalana Empreendimentos	876.000.000	Planejamento	8.000

## GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

Listagem de Investimentos Privados Previstos

14.07.2016

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHs	Previsão de abertura	Incorporador ou proprietário	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
<b>Chapada Diamantina</b>					<b>370</b>			<b>23.500.000</b>		<b>458</b>
Reserva Lençóis	hotel resort (180 UHs) + pousada (90 UHs)+ residencial com serviços (100 UHs)+ memorial do garimpo	Nacional	Lençóis	A definir	370	*		23.500,000	Planejamento	458
<b>Caminhos do Sudoeste</b>					<b>241</b>			<b>12.500.000</b>		<b>68</b>
Bristol Hotels Vitória da Conquista	Hotel economico	Nacional	Vitória da Conquista	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	set/2019	*	6.000,000	Planejamento	26
Zii Hotel Vitória da Conquista	Hotel econômico	Nacional	Vitória da Conquista	2.0 Hotéis S.A.	121	*	2.0 HOTÉIS	6.500,000	Planejamento	42
<b>Caminhos do Oeste</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Barreiras	Hotel economico	Nacional	Barreiras	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	nov/2019	*	6.000,000	Planejamento	26
<b>Caminhos do Jiquiriça</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Santo Antonio de Jesus	Hotel economico	Nacional	Santo Antonio de Jesus	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	*	*	6.000,000	Planejamento	26
<b>Vale do São Francisco</b>					<b>120</b>			<b>6.000.000</b>		<b>26</b>
Bristol Hotels Juazeiro	Hotel economico	Nacional	Juazeiro	Bristol Hotels- Grupo Allia	120	abr/2020	*	6.000,000	Planejamento	26
<b>Caminhos do Sertão</b>					<b>216</b>			<b>17.500.000</b>		<b>80</b>
Charmant Hotel e Business	Hotel com 216 UHs em 16 andares/196 salas comerciais /mall com 27 lojas/3 box / lojão com 900m²/ sofisticada clínica médica/ restaurante/ centro de convenções para 160 lugares e salas de reuniões	Nacional	Feira de Santana	Rede Express Hotels	216	mai/2017	Belvedere Construtora Ltda	17.500,000	Implantação	80
<b>Outros Municípios</b>					<b>390</b>			<b>23.000.000</b>		<b>109</b>
Jequié Bristol Easy	Hotel Supereconômico	Nacional	Jequié	Allia	120	*	*	6.000,000	Planejamento	26
Soft Inn Alagoinhas	Hotel economico	Nacional	Alagoinhas	BHG (bandeira Soft Inn)	162	2017	Oikos Engenharia	10.000,000	Implantação	45
Zii Hotel Alagoinhas	Hotel econômico	Nacional	Alagoinhas	2.0 Hotéis S.A.	108	dez/2016	2.0 HOTÉIS	7.000,000	Implantação	38
<b>TOTAIS</b>					<b>11,643</b>			<b>4,236,400,000</b>		<b>22,753</b>



## ANEXO 05 - ADEMI: EVOLU O MERCADO IMOBILIÁRIO 1993 a 2015, LANÇAMENTOS E VENDAS

Tipologia	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
1 Quarto	398	255	203	271	96	376	266	369	444	105	517	388	270	412	1.154	1.953	639	711	1.661	140	191	36	61	10.916
2 Quartos	1.289	1.726	1.623	1.289	1.320	254	1.056	1.377	1.062	1.429	929	739	1.046	1.152	2.233	8.654	3.886	7.931	6.545	3.648	1.459	3.354	4.089	58.090
3 Quartos	1.125	837	627	521	713	352	591	638	869	485	879	507	724	1.696	3.287	3.891	2.352	3.127	3.053	637	122	514	40	27.587
4 Quartos	116	601	381	185	183	104	412	482	769	512	482	529	397	1.505	1.461	928	796	999	485	342	293	156	95	12.213
5 Qt ou +	100	157	123	89	30	86	57	35	10	10	10	28	24	14	1	6	0	0	0	0	6	0	0	786
Loft	0	0	0	0	0	0	0	120	0	0	0	0	10	48	72	27	0	27	7	0	0	0	0	311
<b>Sub Total</b>	<b>3.028</b>	<b>3.576</b>	<b>2.957</b>	<b>2.355</b>	<b>2.342</b>	<b>1.172</b>	<b>2.382</b>	<b>3.021</b>	<b>3.154</b>	<b>2.541</b>	<b>2.817</b>	<b>2.191</b>	<b>2.471</b>	<b>4.827</b>	<b>8.208</b>	<b>15.459</b>	<b>7.673</b>	<b>12.795</b>	<b>11.751</b>	<b>4.767</b>	<b>2.071</b>	<b>4.060</b>	<b>4.285</b>	<b>109.903</b>
<b>Resumo Geral - Comercial (Lançamentos)</b>																								
Tipologia	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Salas	618	1.046	468	506	876	361	1.040	987	704	498	139	263	72	271	860	1.912	460	1.285	985	254	1.188	0	0	14.793
Lojas	249	356	257	104	395	299	257	29	253	26	19	57	14	0	0	5	24	72	0	12	68	0	0	2.496
Aparthotel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	467	505	166	0	0	0	1.138
Garagens	0	0	0	0	194	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	194
<b>Sub Total</b>	<b>867</b>	<b>1.402</b>	<b>725</b>	<b>610</b>	<b>1.465</b>	<b>660</b>	<b>1.297</b>	<b>1.016</b>	<b>957</b>	<b>524</b>	<b>158</b>	<b>320</b>	<b>86</b>	<b>271</b>	<b>860</b>	<b>1.917</b>	<b>484</b>	<b>1.824</b>	<b>1.490</b>	<b>432</b>	<b>1.256</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18.621</b>
<b>Geral</b>	<b>3.895</b>	<b>4.978</b>	<b>3.682</b>	<b>2.965</b>	<b>3.807</b>	<b>1.832</b>	<b>3.679</b>	<b>4.037</b>	<b>4.111</b>	<b>3.065</b>	<b>2.975</b>	<b>2.511</b>	<b>2.557</b>	<b>5.098</b>	<b>9.068</b>	<b>17.376</b>	<b>8.157</b>	<b>14.619</b>	<b>13.241</b>	<b>5.199</b>	<b>3.327</b>	<b>4.060</b>	<b>4.285</b>	<b>128.524</b>
<b>Resumo Geral - Residencial (Vendas)</b>																								
Tipologia	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
1 Quarto	242	643	186	238	124	381	288	202	291	225	217	399	400	364	689	1.296	1.113	837	732	419	311	328	152	10.077
2 Quartos	1.371	1.936	1.475	1.148	1.061	492	765	1.183	858	1.039	569	574	1.119	1.339	2.243	6.522	6.072	5.988	5.291	4.869	4.469	4.877	5.074	60.334
3 Quartos	536	996	702	532	578	611	702	429	690	703	583	719	769	1.339	2.601	3.317	3.380	3.043	2.418	1.727	1.637	1.280	906	30.198
4 Quartos	251	482	339	198	172	160	390	479	642	551	322	354	650	516	1.068	1.224	771	850	733	446	435	559	412	12.004
5 Qt ou +	139	202	136	106	71	94	59	48	15	13	14	26	28	15	14	3	5	3	0	1	4	1	1	998
Loft	0	0	0	0	0	0	0	30	42	16	7	2	10	42	56	17	19	25	16	8	3	6	3	302
<b>Sub Total</b>	<b>2.539</b>	<b>4.259</b>	<b>2.838</b>	<b>2.222</b>	<b>2.006</b>	<b>1.738</b>	<b>2.204</b>	<b>2.371</b>	<b>2.538</b>	<b>2.547</b>	<b>1.712</b>	<b>2.074</b>	<b>2.976</b>	<b>3.615</b>	<b>6.671</b>	<b>12.379</b>	<b>11.360</b>	<b>10.746</b>	<b>9.190</b>	<b>7.470</b>	<b>6.859</b>	<b>7.051</b>	<b>6.548</b>	<b>113.913</b>
<b>Resumo Geral -Comercial (Vendas)</b>																								
Tipologia	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Salas	671	1.013	387	352	452	520	1.284	815	572	619	151	152	163	699	425	1.733	796	1.597	402	548	549	269	267	14.169
Lojas	189	315	191	118	416	157	236	44	266	35	24	59	12	43	20	18	14	69	10	15	40	7	3	2.298
Aparthotel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	467	329	220	18	18	1	1.052
Garagens	0	0	0	0	9	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49
<b>Sub Total</b>	<b>860</b>	<b>1.328</b>	<b>578</b>	<b>470</b>	<b>877</b>	<b>717</b>	<b>1.520</b>	<b>859</b>	<b>838</b>	<b>654</b>	<b>175</b>	<b>211</b>	<b>175</b>	<b>742</b>	<b>445</b>	<b>1.751</b>	<b>810</b>	<b>2.133</b>	<b>741</b>	<b>783</b>	<b>607</b>	<b>294</b>	<b>271</b>	<b>17.568</b>
<b>Geral</b>	<b>3.399</b>	<b>5.587</b>	<b>3.416</b>	<b>2.692</b>	<b>2.883</b>	<b>2.455</b>	<b>3.724</b>	<b>3.230</b>	<b>3.376</b>	<b>3.201</b>	<b>1.887</b>	<b>2.285</b>	<b>3.151</b>	<b>4.357</b>	<b>7.116</b>	<b>14.130</b>	<b>12.170</b>	<b>12.879</b>	<b>9.931</b>	<b>8.253</b>	<b>7.466</b>	<b>7.345</b>	<b>6.819</b>	<b>131.481</b>

**ANEXO 06 - ADEMI: PLANILHA LANÇAMENTOS 2009**

Consulta Personalizada		Ano 2009				
Empreendimentos	Endereço	Bairro	Região	Data de Lançamento	Tipologia	Total de unidades
Acupe Exclusive	Avenida Dr. José Carlos – Rua Cael Rua Otacilio Santos - Acupe	Acupe	REGIAO 05	10/11/09	2 quartos	152
City Park Acupe	Brotas Rua Plinio	Acupe	REGIAO 05	01/08/09	2 e 3 quartos	204
Mar de Ibiza	Moscoso, 180 Rua General Bráulio	Apipema	REGIAO 06	10/08/09	3 quartos	34
Terrazzo Del Mare	Guimarães, s/n. Rua Candido	Armação	REGIAO 08	20/03/09	4 quartos	28
Mansão Ipiranga	Portinari, 16 Rua Afonso	Barra	REGIAO 06	10/03/09	4 quartos	30
Palazzo Versília	Celso Rua Otacilio Santos - Acupe	Barra	REGIAO 06	10/11/09	1 quarto	58
City Park Brotas	Brotas Rua Waldemar	Brotas	REGIAO 05	01/08/09	2 e 3 quartos	315
Pallazzo Tivoli	Falcão, 350 Rua Estácio	Brotas	REGIAO 05	20/03/09	2 quartos	60
Reserva do Horto	Gonzaga Rua Flinto	Brotas	REGIAO 05	15/04/09	4 quartos	56
Villa Florestal	Borja, 120 Estrada Ministro	Brotas	REGIAO 05	01/09/09	2 e 3 quartos	120
Riviera Praças Residenciais	Antônio Carlos Magalhães, 447	Buraquinho	LAURO DE FREITAS	20/05/09	2 e 3 quartos	220

Natura Vida	Rua Edgar Chastinet, Av. Ulisses	Cabula	REGIAO 11 LITORAL	12/06/09	2 e 3 quartos	72
Reserva do Parque	Guimarães, s/n	Camaçari	NORTE	01/12/09	2 e 3 quartos	65
CEO Salvador Shopping -Torre Londres	Av. Tancredo Neves, s/n Rua Alexandrina Ramalho, 91	Caminho das �rvores	REGIAO 08	02/12/09	Sala	460
Condominio Res. Leonardo da Vinci	Al. dos Jasmins, 7	Candeal	REGIAO 07	19/11/09	2 quartos	24
Mansão Jaime Fingergut	Av. Lafayette Coutinho	Candeal	REGIAO 07	10/08/09	4 quartos	36
Cloc Marina Residence	Av. Lafayette Coutinho	Contorno	REGIAO 01	28/04/09	Loja	1
Cloc Marina Residence	Av. Lafayette Coutinho	Contorno	REGIAO 01	29/04/09	Loja	1
Cloc Marina Residence	Rua Padre Camilo Torrend	Contorno	REGIAO 01	29/04/09	1 quarto	133
Maria Luiza Residence	Av. Rubem Carvalho, 440	Federa�o	REGIAO 07	10/09/09	2 e 3 quartos	14
Palm Garden Residence Clube	Lot. Vila Olimpia	Feira de Santana	FEIRA DE SANTANA	22/03/09	3 quartos	159
Residencial Solar Ville	Lot. Vila Olímpia	Feira de Santana	FEIRA DE SANTANA	01/11/09	2 quartos	512
Viva Mais Papagaio	Rua Rubens Francisco Dias, 2000	Feira de Santana	FEIRA DE SANTANA	11/06/09	2 quartos	446
Bertolini Horto Florestal	Rua Estacio Gonzaga, 295 - Horto	Horto Florestal	REGIAO 05	10/11/09	2 quartos	32
Horto Vernissage	Rua Waldemar Falcao	Horto Florestal	REGIAO 05	29/07/09	3 quartos	38
Star Life 028	Rua Estácio Gonzaga, 28	Horto Florestal	REGIAO 05	01/12/09	3 quartos	30

Top Hill	Av. Waldemar Falcão	Horto Florestal	REGIAO 05	20/10/09	4 quartos	96
Versatile Horto Residence	Rua Estácio Gonzaga	Horto Florestal	REGIAO 05	01/07/09	2 quartos	30
Morada Alto do Imbuí	Rua Jaime Sapolnik, s/n	Imbuí	REGIAO 09	02/12/09	2 e 3 quartos	394
Diamond Alto do Itaigara	Alto do Itaigara, s/n	Itaigara	REGIAO 08	15/04/09	4 quartos	174
Salvador Suítes Residence	Av. Octávio Mangabeira	Jardim de Alah	REGIAO 08	10/07/09	1 quarto, 2 e 3 quartos	139
Casas do Bosque	Rua Dr. Gerino de Souza Filho, S/N, Cachoeirinha	Lauro de Freitas	LAURO DE FREITAS	02/12/09	2 quartos	202
Jardins Lauro de Freitas	Rua Marta Aguiar	Lauro de Freitas	LAURO DE FREITAS	10/11/09	1 quarto e 2 quartos	120
Reserva Parque- Parque das águas e Parque das Cachoeiras	Estrada do Coco, 8	Lauro de Freitas	LAURO DE FREITAS	02/12/09	1 quarto, 2 e 3 quartos	360
Costa Espanha	Av. Oceânica Av. Pinto de	Ondina	REGIAO 06	10/11/09	1 quarto, 2 e 3 quartos	290
Greenville - Atmos	Aguiar Av. Tamburugy	Patamares	REGIAO 09	02/12/09	3 e 4 quartos	180
Greenville - Etc�	s/n Rua Bicuiba,	Patamares	REGIAO 09	01/12/09	3 e 4 quartos	306
Palazzo Santa Marinela	s/n Rua Bicuiba s/n	Patamares	REGIAO 09	10/11/09	4 quartos	45
Residenza Orizzonte Reale	Patamares Av. Pinto de	Patamares	REGIAO 09	10/07/09	4 quartos	39
Vista Patamares	Aguiar Rua da	Patamares	REGIAO 09	10/11/09	2 e 3 quartos	336
Reserva dos Pássaros	Gratidão, s/n Av. Otavio	Piatã	REGIAO 10	10/08/09	2 e 3 quartos	424
Costa Dourada Residence Shopping	Mangabeira, 810	Pituba	REGIAO 08	27/10/09	1 quarto, 2 e 3 quartos	76

Essencial Flex House	Alameda Padua	Pituba	REGIAO 08	25/07/09	2 quartos	96
Pituba Bellavida	Rua Rubem Berta	Pituba	REGIAO 08	10/11/09	3 quartos	64
Seven Residence	Rua Minas Gerais, 383	Pituba	REGIAO 08	11/11/09	1 quarto	90
Villa Espanha	Rua Hilton Rodrigues,	Pituba	REGIAO 08	10/07/09	2 quartos	100
Villa Francesa	Rua Hilton Rodrigues,	Pituba	REGIAO 08	01/11/09	2 quartos	180
Cond. Villa Fiesta	Rua N. Senhora do Resgate s/n	Resgate	REGIAO 11	20/11/09	3 quartos	66
Formula Residencial Aeroporto	Av. Central	São Cristovão	REGIAO 10	10/07/09	2 quartos	240
Formula Residencial Salvador Norte	Rua Joaquim Ferreira, s/n	São Cristovão	REGIAO 10	11/11/09	2 quartos	240
Jardins dos Girassois	Av. Aliomar Baleeiro, 578	Sete de Abril	REGIAO 13	10/11/09	2 e 3 quartos	448
Jardins dos Girassois	Av. Aliomar Baleeiro, 578	Sete de Abril	REGIAO 13	10/11/09	Loja	22
Port Saint Marine Residencias	Al. Praia de Guaratuba, s/n	Stella Maris	REGIAO 10	10/09/09	4 quartos	100

Total geral de unidades nos empreendimentos consultados: 8157

Rela o região/bairro:

FEIRA DE SANTANA:

Feira de Santana,

LAURO DE FREITAS:

Lauro de Freitas, Vilas, Buraquinho, Vida Nova,

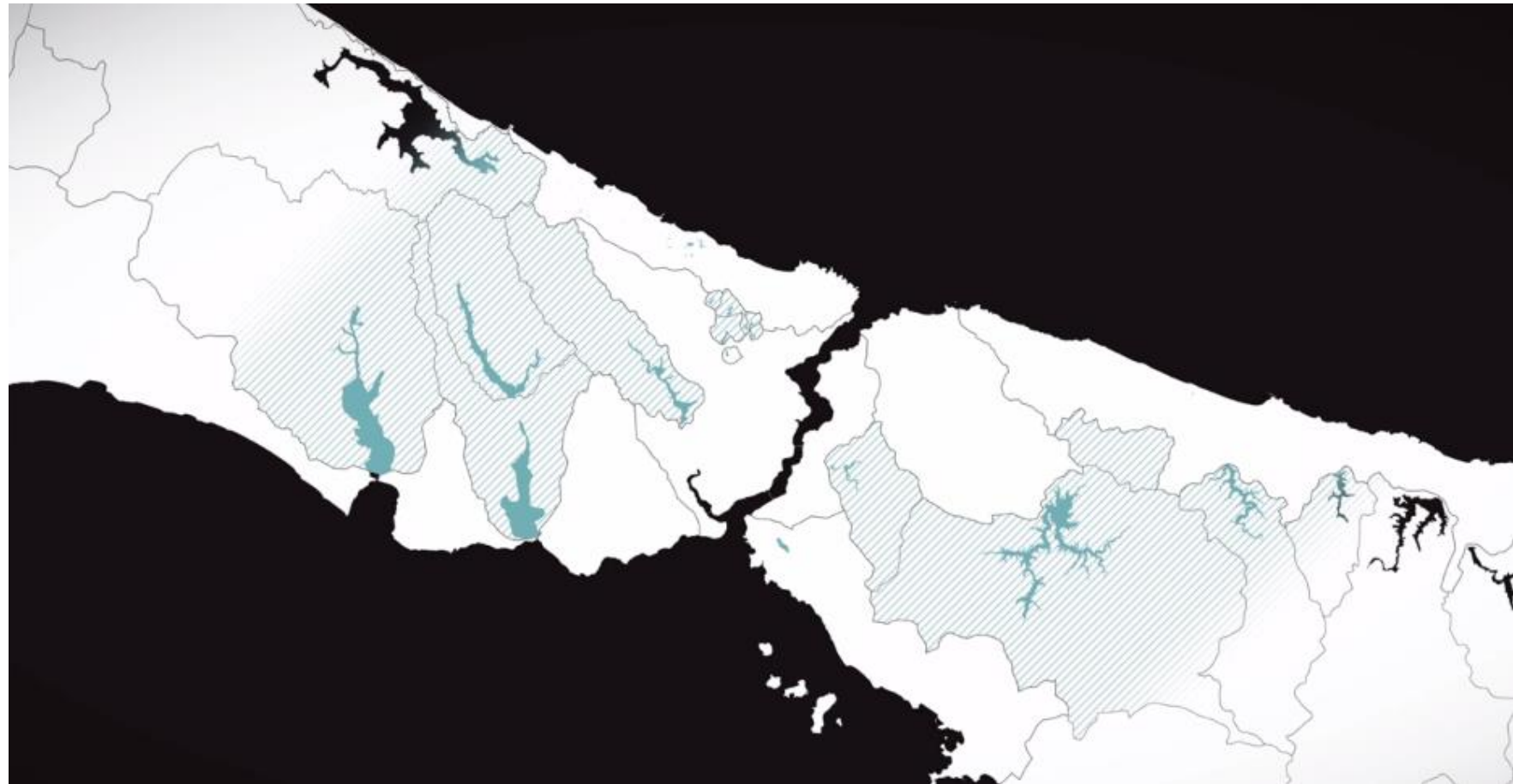
LITORAL NORTE:

Jauá, Praia do Forte, Guarajuba, Genipabu, Camaçari, Jacuipe, Itacimirim, Abrantes, Barra do Jacuipe,

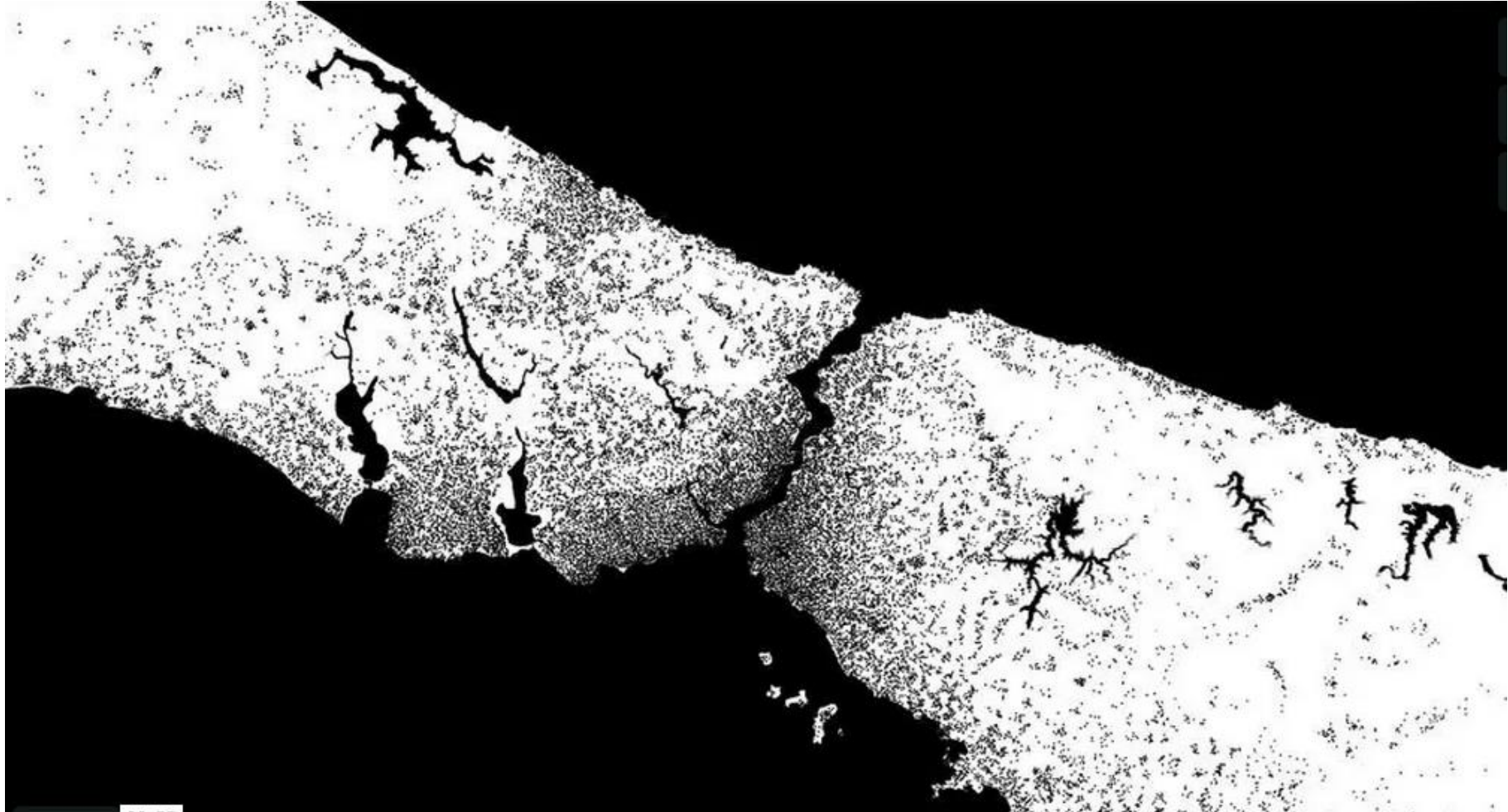
- REGIAO 01 : Campo Grande, Gamboa de Cima, Barris, Nazaré, Garcia, Comércio, Baixa dos Sapateiros, Barbalho, Tororó, Contorno,
- REGIAO 05 : Brotas, Matatu, Vila Laura, Horto Florestal, Pitangueiras, Vasco da Gama, Bonoc , Acupe, Alto de Brotas, Luis Anselmo,
- REGIAO 06 : Graça , Barra, Barra Avenida, Canela, Vitória, Apipema, Chame-Chame, Ondina, Centenário, Morro do Gato, Jardim Apipema,
- REGIAO 07 : Federa o, Garibaldi, Cardeal da Silva, Rio Vermelho, Amaralina, Candeal, Cidadela, Cidade Jardim,
- REGIAO 08 : Pituba, Iguatemi, Caminho das  rvores, Pituba Ville, Aquarius, Costa Azul, Stiep, Arma o, Itaigara, Alto do Parque, Jardim de Alah, Jd. Arma o,
- REGIAO 09 : Boca do Rio, Patamares, Jaguaribe, Pituaçu, Nova Boca do Rio, Imbuí, Paralela, Alphaville,
- REGIAO 10: Piatã, Itapo , São Cristovão, Stella Maris, Alamedas da Praia, Praia do Flamengo, Jd. das Margaridas, Placaford, Mussurunga,
- REGIAO 11: Horto Bela Vista, Pernambués, Cabula, Resgate, Saboeiro, Narandiba,
- REGIAO 13: Pau da Lima, Dom Avelar, Sete de Abril, Canabrava, São Marcos, Nova Brasília, Castelo Branco, Jd. Nova Esperança, Vila Can ria, São Rafael,

## ANEXO 7 - IMAGENS DO MASTER PLAN INSTAMBUL

*Masterplan* Istambul 01: Demarca o das bacias hidrográficas na área de expansão metropolitana.

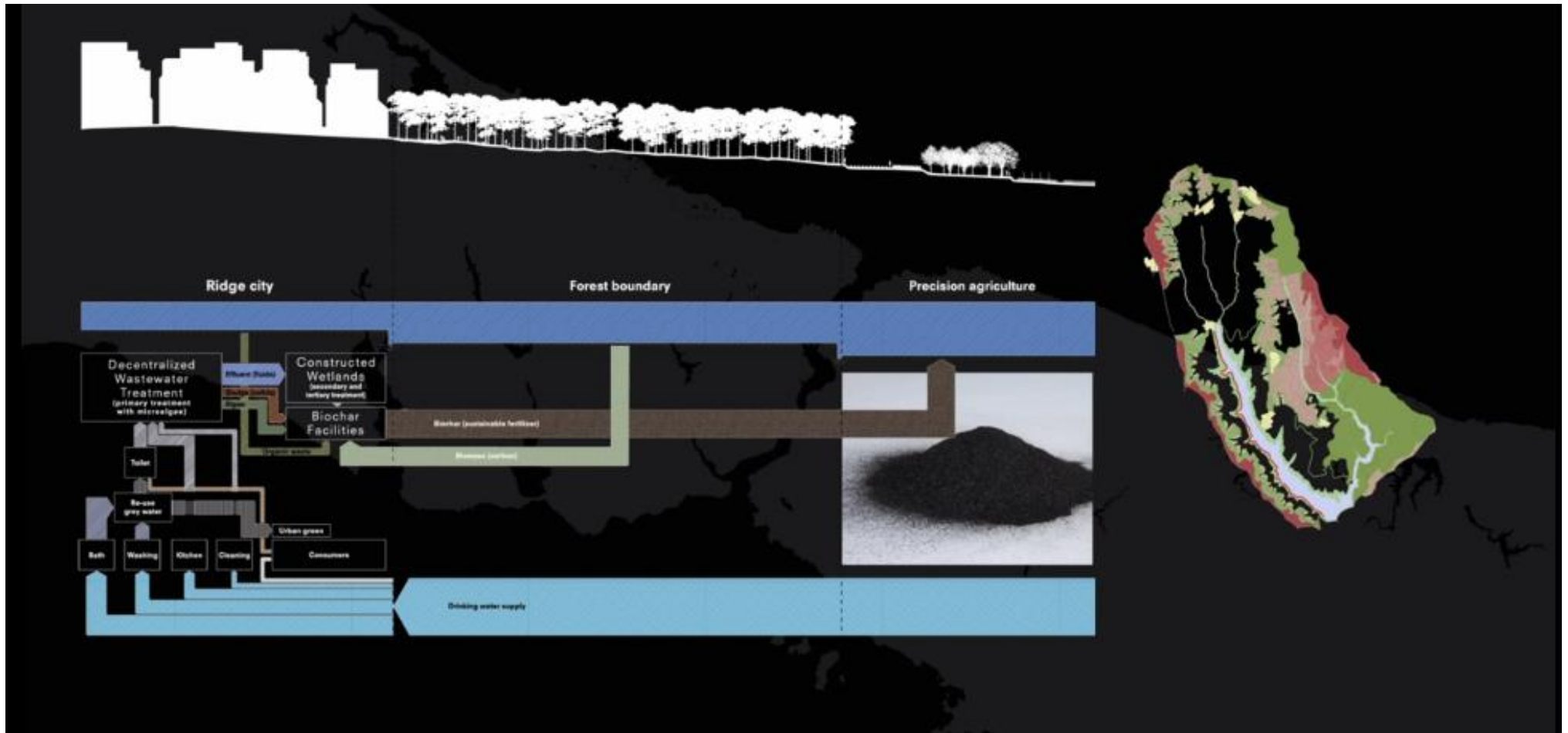


Masterplan Istambul 02: Concentra es populacionais.

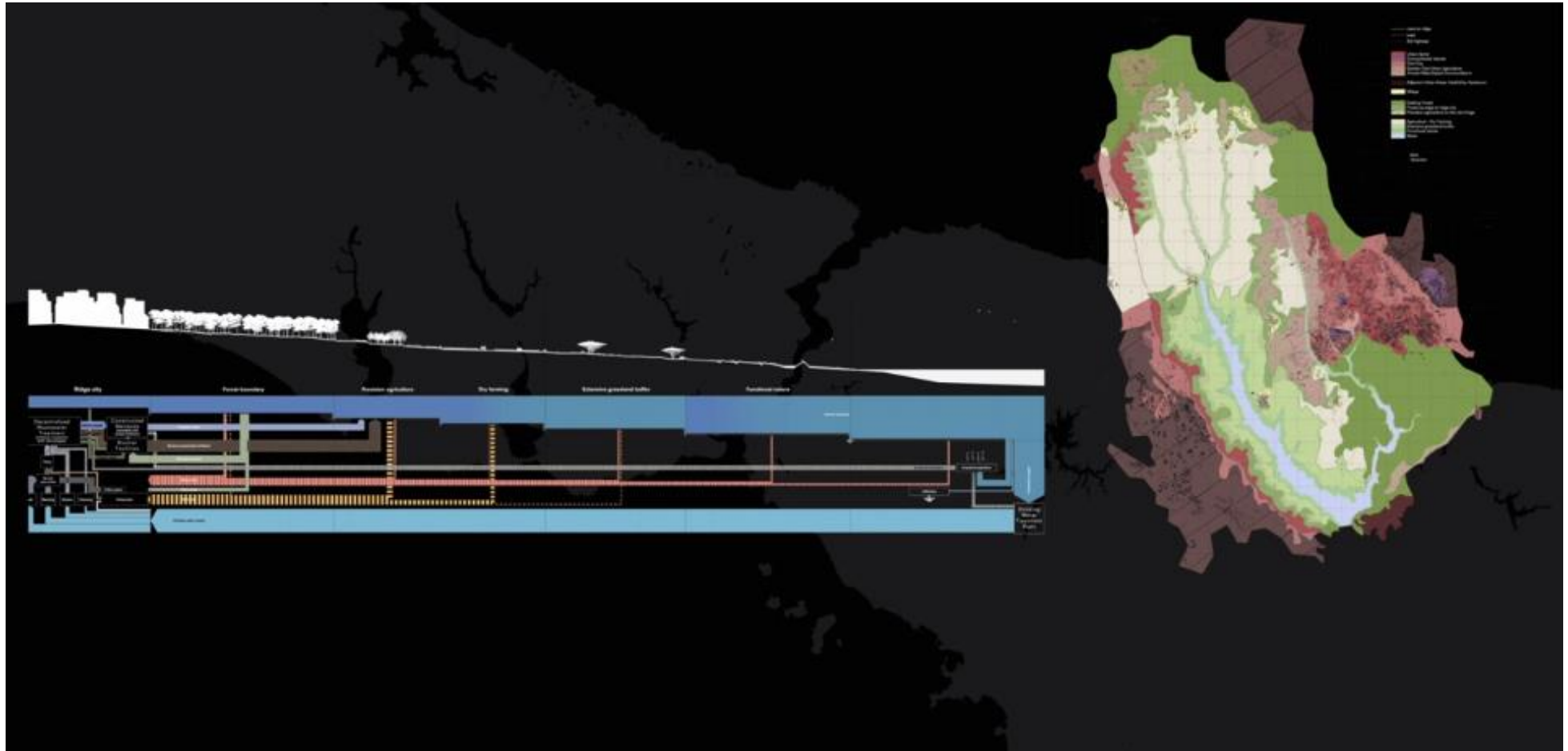




Masterplan Istanbul 03: Corte esquemático 1, zona urbana, áreas vegetadas, agricultura e sistema de infraestrutura.



Masterplan Istanbul 03: Corte esquemático 2, zona urbana, áreas vegetadas, agricultura e sistema de infraestrutura.



## **DADOS BIOGRÁFICOS**

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA (1979), completou os créditos do Mestrado de Desenho Urbano da UFBA (1985-1988), obteve o título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável – CDS da Universidade de Brasília - UnB (2006-2008), é doutoranda do PPG-AU da Faculdade de Arquitetura da UFBA (2013-2017). No governo do Estado da Bahia (1984-2011), integrou a equipe de planejamento regional do turismo, dimensões urbanístico-ambiental e ocupou o cargo de Superintendente de Desenvolvimento Urbanístico da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (2007-2011). Em 2011 passou a compor o quadro de professores efetivos da Faculdade de Arquitetura da UFBA, integra a rede de pesquisadores do projeto INCT “As metrópoles e o direito à Cidade: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano - Programa de Pesquisa da Rede Observatório das Metrópoles 2015-2020, mantém atividades como consultor, e elabora projetos de arquitetura e urbanismo por meio do escritório Santos Pereira Arquitetos Associados Ltda.

Curriculum completo em Plataforma Lattes CV: <http://lattes.cnpq.br/626942358672177>

